MEMORIAS

HISTORICO-GENEALOGICAS

MEMORIAS

HISTORICO-GENEALOGICAS

DOS

DUQUES PORTUGUEZES

DO SECULO XIX

POR

João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e Torres

e

Visconde de Sanches de Baêna

LISBOA
POR ORDEM E NA TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
1883

AO LEITOR

«La vérité historique devrait être nom
«moins sacré que la religion...»

Pela morte de João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e Torres, em 1868, ficou interrompida a publicação d'esta obra.

Ha pouco tempo, porém, lembrámo-nos de offerecer o nosso fraco contingente para a conclusão d'ella.

A Academia Real das Sciencias de Lisboa acceitou a nossa offerta, honrando-nos por esse modo com a auctorisação de a levar a cabo.

É pois de nossa lavra todo o trabalho que decorre de paginas 737 até á ultima.

Empregámos, portanto, o maior desvelo para que o desempenho correspondesse ao encargo.

Se nos arguirem de severo, na exposição da verdade, responderemos — A HISTORIA NÃO PODE DEIXAR DE SER INEXORAVEL.

VISCONDE DE SANCHES DE BAÊNA

ADVERTENCIA

Esta obra começou-se a imprimir com o titulo de *Resenha das casas titulares de Portugal,* etc., e assim tem sido citada pelos escriptores que a ella já recorreram.

Por se ter alterado o plano primitivo, houve de se lhe dar o titulo que ora leva.

ABREVIATURAS

A p.	a pagina.
B. ou BB.........................	bastardo ou bastardos.
C. G.............................	com geração.
Doc..............................	documento.
S. G.............................	sem geração.
S. S.............................	sem successão.
Tit..............................	Titulo.
Vid.	veja-se.
✠	morreu.

N. B.

A maior parte dos individuos que n'esta obra se acham designados genealogicamente, sob numeros eguaes, dentro dos tit. e §§ que lhes são correspondentes, indicam haver entre si o parentesco de irmãos, etc.

ASSUMPTO PRINCIPAL D'ESTE TOMO

Os Duques de Cadaval.
» Duques de Lafões.
» Duques de Victoria.
» Duques da Terceira.
» Duques de Palmella.
» Duques de Saldanha.
» Duques de Loulé.
» Duques de Avila e Bolama.

NB.—Vid. o indice de pag. 803 a 806.

CASA DE CADAVAL

D. Maria da Piedade Caetano Alvares Pereira de Mello[1]. Succedeu aos 15 de dezembro de 1842, a sua irmã D. Maria da Gloria Caetano Alvares Pereira de Mello, nos morgados e outros bens[2], da casa de seu pae o Duque de Cadaval. Nasceu em 29 de abril de 1827, e casou na

[1] No Real Archivo da Torre do Tombo, a folhas 301 do livro 24 da Chancellaria de El-Rei D. José, está uma carta de seu pae El-Rei D. João V, dada aos 10 de janeiro de 1736, confirmando ao Duque Estribeiro Mór, terceiro avô d'esta senhora, a mercê feita á sua casa, de —*em quanto nella se concervar o titulo de Marquez de Ferreira, seja logo Conde de Tentugal o filho, que lhe houver de succeder*.

[2] Entre estes bens havia o pinhal de Escaroupim, de que hoje está desapossada; e veja-se sobre o assumpto a —Memoria Historica Juridica sobre a acquisição e direitos que a ill.ma e ex.ma D. Maria da Piedade Caetano Alvares Pereira de Mello, tem a ser-lhe restituido o pinhal de Escaroupim. Offerecida ao Supremo Tribunal de Justiça por occasião de se interporem perante o mesmo tribunal, embargos de falsa causa ao venerando acordão, que lhe denegou a revista.

Lisboa. Na typographia de José Baptista Morando. Rua do Moinho de Vento, n. 59. 1850.

cidade de Paris, recebendo-se na parochial egreja de S. Luiz de Hives, aos 22 de agosto de 1843, com seu tio D. Jayme Caetano Alvares Pereira de Mello, que nasceu a 6 de fevereiro de 1805, e logo entrou para a ordem de S. João de Jerusalem, como Cavalleiro de justiça do venerando priorado de Portugal, passando-lhe dispensa de menoridade, Monsenhor D. Lourenço, dos Condes de Caleppi, Arcebispo de Nisibe, e Nuncio Apostolico de Sua Santidade, por um breve de 7 de agosto, com beneplacito regio, dado no paço de Quéluz a 14 d'esse mez, e tudo do sobredito anno. Achando-se na côrte do Rio de Janeiro, para onde tinha ido tambem quando seus paes foram para o Brasil, lhe fez o Principe Regente D. João mercê das honras de Marquez, com o assentamento pertencente a este titulo, e o nomeou do seu Conselho, por cartas de 16 e de 25 de junho de 1810, declarando em appostilla de 13 de maio de 1812, que precederia aos Marquezes creados depois d'elle; e em todas estas graças se exprime com as palavras, —*pelo muito devido, que comigo tem*—. Regressou a Portugal no anno de 1816, e no de 1826 por carta regia de 30 de abril, semelhante ás dos Marquezes, foi creado Par do Reino. É filho 3.º dos 5.ºs Duques de Cadaval, D. Miguel Caetano Alvares Pereira de Mello, e D. Maria Magdalena Henriqueta Carlota Emilia de Montmorency Luxembourg.

FILHOS

1 **D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello**
2 **D. Jayme Caetano Alvares Pereira de Mello**
} nasceram em Nice a 22 de dezembro de 1844.

SEUS PAES

D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, 6.º Duque de Cadaval, por carta dada em Mafra a 21 de março de 1807; 8.º Marquez de Ferreira; 9.º Conde de Tentugal; 14.º Senhor do Cadaval e de Ferreira; Grão Cruz da ordem da Torre e Espada, em 21 de dezembro de 1808, nomeando-o n'essa mercê o Principe Regente D. João —*por seu muito amado e prezado sobrinho*— e acrescentando —*por ser d'aquelles que preferiram a honra de me acompanhar ao seu interesse*—. Em 21 de outubro de 1810, o fez do seu Conselho, e na carta se diz, que é —*pelo devido que com elle tem*— Commendador da ordem de Christo.

em que professou a titulo da commenda de Santo Isidoro do Eixo, uma das da sua casa, aos 13 de março de 1822, e por decreto de 29 de janeiro do mesmo anno, na egreja de Nossa Senhora da Conceição d'esta cidade, dos Freires da mesma ordem; Cavalleiro da do Tozão de Oiro e Grão Cruz da de Isabel a Catholica, em Hespanha; Conselheiro do Estado de El-Rei D. João VI em 4 de julho de 1823, e pelo fallecimento d'este Monarcha, um dos membros da Regencia por elle nomeado no decreto de 6 de março de 1826. No mesmo anno pelas cartas regias adiante transcriptas[1] foi creado Par do Reino e Presidente d'essa Camara, qualidade em que presidiu no dia 30 de outubro á primeira sessão; e era na verdade essa Camara de Pares, uma assembléa respeitavel, composta da flor da nobreza de Portugal. Ministro assistente ao despacho do Infante Regente o Senhor D. Miguel, em 26 de fevereiro de 1828. Nos acontecimentos politicos que tiveram logar depois da chegada do mesmo Principe a este reino, tomou parte muito principal e com toda a honra a sustentou, sacrificando-se pelo *Rei* que elle reputava legitimo. Era o Duque, um fidalgo, em toda a extensão da palavra, e não deslisava em coisa alguma dos seus nobilissimos avós: nós o confessaremos sempre, e d'elle nos lembraremos com saudade, pois o conhecemos do bom tempo da mocidade, na corte do Rio de Janeiro, onde o deixámos em 1816, quando fomos para Angola, e o viemos depois encontrar em Santarem, em *maio* de 1823, sendo d'elle constantemente tratado com amigavel distincção. Na obra abaixo indicada[2], que apesar de não ter auctor, é escripta

[1] Honrado Duque de Cadaval, Sobrinho e Amigo: Eu El-Rei vos envio muito saudar, como aquelle que muito amo e prezo. Tendo em consideração vossas distinctas Qualidades e Merecimentos: Hei por bem nomear-vos Par do Reino. O que me parecêo participar-vos para vosso conhecimento. Escripta no Palacio do Rio de Janeiro, aos 30 de Abril de 1826.

Rei, com guarda.

Tendo em consideração os merecimentos do Duque de Cadaval, do meu Conselho de Estado: Hei por bem nomealo Prezidente da Camara dos Pares. O mesmo Duque de Cadaval, o tenha assim entendido, e o faça constar á mencionada Camara quando convier. Palacio da Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1826. — Estava a rubrica de Sua Magestade como Rei de Portugal.

Gazetas de Lisboa, quinta feira 13 de julho de 1826, e sexta feira 14; paginas 649 e 654.

[2] Resumida Noticia da Vida de D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, sexto Duque de Cadaval.

Mas nunca foi que este erro se sentisse
No forte Dom Nuno Alvares.
Luz. IV, 14.

Paris. Na typographia de Casimir. Rue de la Vieille-Monnaie, n. 12. 1857.

pelo Bispo de Vizeu, D. Francisco Alexandre Lobo, de quem eu respeito muito a memoria, póde o leitor curioso ter uma noticia da sua vida. Succedeu em 14 de março de 1808, a seu pae, nos titulos, senhorios, morgados e mais bens da coroa e ordens, dos quaes se lhe fez mercê por decreto de 24 de outubro d'esse anno, tudo de juro e herdade e duas vezes fóra da lei mental[1]; como se vê

[1] Por Decreto de Sua Alteza Real de 24 de Outubro de 1808, e Suplemento de 24 de Setembro de 1810. O Principe Regente Nosso Senhor, Tendo Consideração a lhe Reprezentar a Duqueza de Cadaval, como Tutora e Administradora de Seo Filho o Duque do mesmo Titulo D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, seo muito Amado e Prezado Sobrinho, que tendo Sua Alteza Real feito Mercê ao dito seo Filho por Decreto de 24 de Outubro de 1808, de todos os mais Titulos, Bens da Corôa e Ordens, e Privilegios, que possuia seu Pay o Duque de Cadaval D. Miguel Caetano Alvares Pereira de Mello, de cuja Mercê ainda se não tinha Passado a competente Portaria, por não se achar habilitado pelo Juizo das Justificaçoens do Reino; e havendo feito a dita Justificação suplicava se expedisse a Referida Portaria com a declaração dos mencionados Bens da Coroa e Ordens; ao que tendo attenção. Há por bem fazer Mercê ao dito Duque de Cadaval D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, seu muito Amado e Prezado Sobrinho, de todos os mais Titulos, Bens da Coroa e Ordens, e Privilegios, que possuia seu Pay o Duque de Cadaval D. Miguel Caetano Alvares Pereira de Mello, assim da mesma forma, que elle os teve na conformidade das doaçoens, que se achão feitas á sua Caza, e são as seguintes. O Titulo de Marquez do Ferreira, podendo-se chamar Conde de Tentugal, o Filho que lhe houver de succeder; O mesmo Titulo de Conde de Tentugal de Juro e Herdade duas vezes fóra da Lei mental. As Villas do Cadaval e Peral, de Juro e Herdade duas vezes fóra da Lei mental. As Villas de Ferreira, Carapito e Vilar Maior, com os seus Castellos, Padroados de Igrejas, Jurisdição Civel e Crime, Rendas, Tributos de Juro e Herdade huma vez fóra da mesma Lei: A Villa de Arega de Juro e Herdade huma vez fóra da mesma Lei: A Villa de Albergaria de Juro e Herdade duas vezes fóra da mesma Lei: com sua Jurisdição Civel e Crime, Direitos, Rendas: As Villas de Villa Ruiva e Alva, com os Padroados das Igrejas de Villa Ruiva, e Vigarias de Alva: As Villas de Pena Cova, e Mortagoa, da Caza de Odemira, com sua Jurisdição Civel e Crime, e os mais Privilegios que lhe competem: As Villas de Tentugal e Povoa de Santa Christina, com suas Jurisdiçoens, Rendas, Padroados de Igrejas, Privilegios, Franquezas e Liberdades: As Villas de Buarcos, Rabaçal, Villa nova de Anços, e Anabroa, com mais Jurisdiçoens e Regalias: O Paul de Mugem com todas as suas pertenças, Direitos, Privilegios e Liberdades, e da mesma sorte a dita Villa de Mugem. O Paul da Villa nova de Anços de Juro e Herdade, duas vezes fóra da mesma Lei mental. A Capella de S. João Evangelista: as suas Cazas da Cidade de Evora, com todas as suas Rendas de Juro e Herdade duas vezes fóra da mesma Lei: O contrato e izenção da Quinta e Lugar de Agoas de Peixes, e huma Jurisdição separada da Villa de Alvito por Successão, e duas vezes fóra da mesma Lei: O Privilegio de Dezembargador: O Privilegio de não pagar Chancellaria de Todas as Graças, Liberdades e Mercês, que lhe forem feitas: O Privilegio para, que o Ouvidor da Sua fazenda execute os seus Rendeiros, e Devedores, via executiva, e que passem pela sua Chancellaria as Sentenças. que proferirem os Ministros, que o mesmo Duque aprezentar nas suas

dos alvarás de confirmação outorgados em 18 de maio de 1813; e tambem por carta de 19 de junho de 1821, gosou dos privilegios de Desembargador. Nas-

Terras: O Privilegio de Juro e Herdade huma vez fóra da Lei mental, para que o Ouvidor de Sua Casa possa despachar os Appelaçoens e Agravos, que tiverem dos seus Almoxarifes da Cidade de Beja, ainda estando em Villa Ruiva ou em Evora, e fóra de dez legoas: O Privilegio de Juro e Herdade huma vez fóra da mesma Lei, para, que os seus rendeiros da Cidade de Beja, com seu Escrivão possão vêr, e tirar as Verbas. que lhe ferem necessarias do Livro das Cizas da dita Cidade. O Privilegio de Juro e Herdade huma vez fóra da mesma Lei, para, que em qualquer par deste Reino aonde chegar o dito Dnque se lhe dem pouzadas, Camas para elle, e seus criados, Cavalharices para Bestas, e todos os mantimentos necessarios pelo seu dinheiro, e estado da Terra: O Privilegio de Jnro e Herdade huma vez fóra da mesma Lei, para que não pagando os seus Tabeliaens da Villa de Olivença, as Pensoens da sua Obrigação, o Juiz de Fóra da mesma Villa fassa Auto e constando por Certidoens náo terem pago, passados oito dias mais sem pagar os suspenda e não consinta continuarem a servir, athe lhe aprezentarem certidão de pagamento: A Izenção ou Privilegio de Juro e Herdade huma vez fóra da mesma Lei de não pagar dizima, Portagem, ou Costumagem de todas as coizas, que lhe venhão ou mande vir neste Reino de huns lugares para outros por terra ou por mar: O Privilegio de Juro e Herdade huma vez fóra da mesma Lei, para qne os Juizes de Fóra, que o mesmo Duque tem por suas doaçoens, se chamem por elle, e por si ou seus Ouvidores e os possa confirmar, assim tambem se chamem os seus Tabeliaens: O Privilegio de Juro e Herdade, huma vez fóra da mesma Lei, para que nenhum Corregedor da Comarca, aonde o Sobredito Duque, tiver as suas terras, entre nellas, salvo por especial mandado de S. A. R. e que seus Ouvidores conheção dos Agravos das Suas Terras, como fazem as outras Justiças a quem o seo conhecimento pertence: O Privilegio de Juro e Herdade duas vezes fóra da mesma Lei, para que os Açougues grandes de Evora, que estão juntos com as suas Cazas não possão ser dados nem aforados em tempo algum, sem o seu consentimento: O Privilegio de ter Juiz de Fóra Letrado aprovado pela Meza do Dezembargo do Paço, para as Villas de Tentugal e Povoa de S. Christina: O Privilegio de Juro e Herdade huma vez fóra da mesma Lei, de pôr Almoxarifes nas suas Villas: A Alcaidaria Mór do Castello de Olivença: O Privilegio de poder ter tapada a Barreira que está debaixo das suas Cazas na Cidade de Evora, de Juro e Herdade huma vez fóra da mesma Lei: os direitos Reaes de Beja, de Juro e Herdade huma vez fóra da mesma Lei. O Juro Real assentado no Almoxarifado de Beja, dado ao Duque D. Jaime, de Juro e Herdade duas vezes fóra da mesma Lei, em compensação dos Fóros da Corôa na mesma Didade: O outro Juro Real da quantia de dez mil reis assentado no dito Almoxarifado dado ao mesmo Duque D. Jaime, de Juro e Herdade huma vez fóra da dita Lei, em compensação dos direitos de Portagem da mesma Cidade, pela izenção das Feiras francas do Mez de Maio, observando-se a respeito daquelles dos referidos bens em que tiver lugar, a disposição do Alvará de 30 de Abril de 1734, confirmado pelo outro de 19 de Dezembro de 1769, pelo qual o Senhor Rei D. João 5.° fes Mercê ao Duque D. Jaime, de que as Villas e mais couzas que tinha da Corôa, em que havia succedido ao Duque seu Pay, as tivesse de Juro e Herdade, Elle e os successores de sua Caza, com a differença, que aquellas que tivesse de Mercê em sua vida, as

ceu em 7 de abril de 1799[1]. Acompanhou seus paes ao Brasil, e regressou do Rio de Janeiro, obtendo consentimento de El-Rei D. João VI, com sua mãe e irmãos na fragata franceza *Hermione*, que saiu d'aquelle porto em 21 de setembro de 1816, transportando para a Europa seu tio, o Duque de Luxembourg, que como Embaixador Extraordinario de Luiz XVIII tinha ido á mesma corte, e com uma viagem de quarenta e quatro dias muito rara, entrou no Tejo em 4 de novembro do mesmo anno. Morreu em 14 de fevereiro de 1837, entre as onze e doze horas do dia, em Paris, e *fóra do ninho seu paterno*, jaz n'aquella cidade, no jazido que a sua casa tem no cemiterio de Picpus, no bairro de Santo Antonio. Casou no 1.º de agosto de 1820[2]. com D. Maria Domingas Francisca

houvesse de Juro e Herdade Elle e os Successores da mesma Sua Casa; e huma vez fóra da Lei mental; e as que tivesse de Juro e Herdade, as tivesse duas vezes fóra da mesma Lei, dispensando na falta de confirmação de Rey a Rey, vindo a ser por virtude desta Mercê, de Juro e Herdade todos os referidos bens. As Comendas de S. Tiago, e S. Matheus, no Bispado da Guarda, de S. Pedro de Villar Maior, no de Lamego, de S. André de Moraes, no de Miranda, de S. Izidoro de Eixo, no de Coimbra, e Santa Maria de Marmeleiro, no da Guarda, todas da Ordem de Christo; e de Noudar e Barrancos da Ordem de S. Bento de Aviz, e a de Grandola da Ordem de Sant'Iago, no Arcebispado de Evora e a izenção do Fôro devido no Almoxarifado de Algêz, e firão á margem dos Assentos das referidas Comendas no Livro dellas, que se achão nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil, postas as Verbas necessarias em observancia do Real Decreto de 12 de Julho de 1754 — Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Setembro de 1810.

Fomos mimoseados com este documento pelo nosso bom amigo o illm. sr. Antonio Joaquim Moreira, official da secretaria da Academia Real das Sciencias de Lisboa É uma portaria expedida pelo Conde de Aguiar, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Brazil; e as appostillas, alvarás e cartas, que em virtude d'ella se passaram, acham-se registadas de folhas cento e dez a cento e vinte e quatro, do livro doze das Mercês d'El-Rei D. João VI como Principe Regente, no Real Archivo da Torre do Tombo.

[1] Domingo 19 do corrente de tarde, na Real Capella de Quéluz, foi baptisado pelo Eminentissimo Cardeal Patriarca, o Excellentissimo D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, que havia nascido Conde de Tentugal, como primeiro filho dos Excellentissimos Duques de Cadaval, a 7 de Abril proximo passado, sendo Padrinhos SS. AA. RR. os Principes Nossos Senhores. Esta função se executou com grande pompa e com todas as formalidades praticadas em similhantes circunstancias com a Excellentissima Caza de Cadaval.

Gazeta de Lisboa, terça feira 28 de maio de 1799.

[2] No 1.º do corrente Mez de Agosto, se calebrárão com a mais luzida pompa na Santa Igreja Patriarchal, os despozorios do Illustrissimo e Excellentissimo Duque de Cadaval, com a Illustrissima e Excellentissima D. Maria de Bragança de Souza e Ligne, completando-se assim o feliz enlace das duas excellentissimas Cazas de Lafões e Cada-

Clara Maxima Senhorinha Raphaela Gonzaga Joaquina de Bragança Sousa e Ligne, que n'esse dia contou dezenove annos de edade, por ter nascido em egual dia de 1801: falleceu em 21 de dezembro de 1855, na cidade de Marselha, e foi trasladada para o referido jazigo de Picpus, filha 2.ª dos 2.ºˢ Duques de Lafões, D. João Carlos de Bragança Sousa e Ligne Tavares Mascarenhas da Silva, e D. Henriqueta Maria Julia de Lorena e Menezes.

val. Reunidas para maior commodidade na quinta das Praias, pertencente ao Excellentissimo Marquez de Marialva, as brilhantes equipagens e comitiva, sahírão pela volta das cinco horas, dirigindo-se á mesma Santa Igreja, onde o Illustrissimo e Excellentissimo Principal D. Estevão Telles da Silva, nomeado pelo nosso Eminentissimo Prelado para o substituir, por se achar indisposto, celebrou este solemne acto, assistido dos Illustrissimos Conegos D. Joze Maria da Cunha Grãa e Attayde, e D. Miguel da Cunha Grãa e Attayde. Forão os Excellentissimos Noivos conduzidos da Sala dos Paramentos para a Capella Mór, pelos RR. Mestres das Ceremonias Lucio Jozé de Gouvea, e Matheus Joze da Costa: e servio de Mestre de Ceremonias na celebração do Sacramento, o R. Pedro Joze Ferreira. Fizerão as vezes de Padrinhos, nomeados por alvará de El-Rei Nosso Senhor, o Illustrissimo e Excellentissimo D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, Tio do Excellentissimo Noivo, e o Illustrissimo e Excellentissimo Conde de Peniche, hum dos Governadores do Reino: e por alvará da Rainha Nossa Senhora, representárão S. M. como Madrinha, as Illustrissimas e Excellentissimas Condessa de Soure D. Catharina, e Viscondessa da Lourinhã, Donas de Honor. Concluido este solemnissimo acto, dirigirão-se os Excellentissimos Esposos ao seu Palacio de Pedroiços, marchando o estado, que compunha sua brilhante comitiva, do modo seguinte. Abrião a marcha dois batedores, indo entre hum e outro a azemola com o degráo coberto de veludo verde, agaloado de ouro. Seguia-se em hum formozo Ginete o Estribeiro, o unico da comitiva que hia coberto, e a seu lado levava hum creado a pé o teliz, que era de veludo verde agaloado de ouro, tendo no meio o Escudo das armas da Caza de Cadaval, que era de prata. Vinhão depois, ricamente vestidos de veludo verde com guarnições de prata, dois Volantes, que precedião a carroagem dos Noivos, a qual de muito bom gosto e envernizada de azul e ouro, imitando charão, era puxada por quatro soberbos cavallos castanhos, de linda estampa, e todos da Caudelaria da mesma Excellentissima Caza; indo hum creado de libré á faceira de cada cavallo, cujos arreios, mui cobertos de ferragens douradas de agoa, ostentavam primorozo enfeite com os penachos brancos da cabeça, e grinaldas de flores nas clinas. Hia de cada lado desta carroagem, que conduzia os Excellentissimos Esposos, quatro Moços da Camara, seguindo a Ordem da antiguidade de seus Alvarás: erão seguidos por quatro creados de farda a pé, e por quatro Moços da Estribeira a cavallo. Caminhava apoz esta, a Carroagem de estado, que era cor de laranja, e puxada por quatro bellos cavallos castanhos, cujos arreios erão cobertos em grande parte e guarnecidos de ferragem branca. A este estado seguia-se numerozo accompanhamento, sendo tambem innumeravel o concurso de gente desta Capital, que se juntou naquelles Districtos. Chegou este luzido accompanhamento ao Palacio de S.S. EE. em Pedroiços, pelas sete horas, fazendo a entrada pelo jardim e bosque do mesmo Palacio, que estava illuminado, e com bandas de musica em diversos sitios, que alternadamente executavão peças dos mais famosos authores, formando as-

Filhos

1 **D. Henriqueta Maria Caetano Alvares Pereira de Mello**, Condessa de Tentugal, que succedeu na Casa de Cadaval a seu pae, aos 14 de fevereiro de 1837. Nasceu em 16 de junho de 1821, e morreu solteira em Paris a 1 de janeiro de 1841. Jaz no mencionado jazigo.

2 **D. Maria da Gloria Caetano Alvares Pereira de Mello.** Succedeu na mesma Casa de Cadaval, á sobredita sua irmã a 1 de janeiro de 1841. Nasceu a 7 de janeiro de 1823, e falleceu tambem solteira em Hyéres, a 15 de dezembro de 1842. Jaz no mesmo jazigo.

3 **D. Miguel Caetano Alvares Pereira de Mello**, Conde de Tentugal. Nasceu a 5 de junho de 1826, e morreu em 30 de maio de 1827. Sepultou-se no convento de S. José de Ribamar, d'onde foi trasladado para o jazigo do cemiterio de Muge.

4 **D. Maria da Piedade Caetano Alvares Pereira de Mello**, actual senhora da Casa de Cadaval.

5 **D. Carlota Caetano Alvares Pereira de Mello.** Nasceu em 14 de novembro de 1828, e falleceu em Cadix, a 5 de maio de 1854. Jaz no jazigo de Picpus em Paris, para onde foi conduzida.

6 **D. Isabel Maria Caetano Alvares Pereira de Mello.** Nasceu em 14 de junho de 1830, e no dia 3 de agosto d'esse anno[1] foi baptisada na capella real do paço de Quéluz. Morreu em Nice a 12 de agosto de 1845, e foi tambem conduzida para o jazigo em Picpus.

sim hum expectaculo encantador. Continuou depois a concorrer a primeira Grandeza, e Principaes pessoas do Estado Ecclesiastico, Civil, e Militar, e da Magistratura; houve Serenata, cuja muzica foi executada pelos mais abalizados Professores da Camara de S. M. e Capella Real. Foi servido este innumeravel concurso com refrescos de neve e doces, com a maior profuzão e delicadeza, taes que se estendião á muita gente de fóra, de que estavão cheias as outras salas do Palacio. Todas ellas estavão adornadas, com o mais exquisito gosto, de preciosas alfaias: a meza, em que couberão setenta pessoas, achava-se enfeitada no centro com hum Plató de bronze dourado de agoa, e de cristal, com duas baixellas de grande preço e de excellente perfeição.

Gazeta de Lisboa, segunda feira 14 de agosto de 1820.

[1] No dia 3 do corrente, em observancia do alto Privilegio concedido pelos Senhores Reis deste Reino nos Regimentos que derão á Caza de Cadaval, foi a baptisar no Paço de Quéluz, huma filha dos Excellentissimos Duques de Cadaval, sendo Padrinho

A Casa de Cadaval deriva a sua origem da dos **Duques de Bragança,** e com ella novamente se alliou, como ao diante se vê. Foi sempre tida em grande consideração pelos mesmos Duques, que longe de mingoar, pela exaltação d'elles ao throno d'estes reinos, pelo contrario augmentou.

Os senhores d'esta casa tinham a particular distincção de ser baptisados no oratorio do Paço, em presença das Magestades e Altezas, e d'este privilegio nenhuma outra familia gosou, e era reputado superior ao que se praticou depois com a casa de Lafões.

Elles eram visitados pelos proprios Reis, honra que estes faziam unicamente a parentes, e que, pela raridade, era muito apreciada: o tratamento da sua casa era semelhante á dos Principes, havia n'ella criados de differentes fóros, e em tudo ostentava grandeza, até dava a Alcaidaria Mór do Cadaval, o que pela ultima vez se verificou no Desembargador Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo, pae do Marquez de Sá da Bandeira. Os Duques de Cadaval foram sempre estimados e venerados, pelas suas maneiras affaveis e trato generoso, sobre tudo pelo povo de Lisboa, que com elles tinha mais convivencia. Os portuguezes, d'outrora, viam n'esta linha da Casa de Bragança, uma fiança á successão da Coroa, e uma taboa de salvação para o caso de naufragio da Real Prole, o que Deus não permittisse. Actualmente os senhores da casa de Cadaval desappareceram da corte, da qual faziam em outros tempos o principal ornamento, e onde eram vistos com prazer; vae longe a época em que o primeiro Duque de Cadaval, usando da chave negra, que sempre trazia comsigo, dada pela Rainha D. Luiza, entrava a toda a hora no paço, nos quartos dos Reis D.

El-Rei nosso Senhor, e Madrinha a Serenissima Senhora Infanta Dona Isabel Maria. A's seis horas e meia da tarde chegou ao Paço de Quéluz, em huma riquissima Carruagem, a Menina recem-nascida, com sua avó, a Excellentissima Duqueza de Cadaval, viuva. Vinhão adiante dous Moços da Casa dos Duques, a cavallo; seguia-se outro com o degráo; junto á carruagem o Estribeiro da Casa dos Duques, descoberto, e acompanhado de um creado, que levava o teliz; e de cada lado da carruagem hia um Moço da estribeira, descobertos, e a pé. Seguia-se a carruagem de Estado. Sendo conduzida a Excellentissima Duqueza com a Menina, com as formalidades do Estilo á Capella, que para esse fim se tinha ricamente armado conforme o costume. Baixou El-Rey de Seus apozentos, Acompanhado de Suas Altezas as Serenissimas Senhoras Infantas Dona Isabel Maria, e Dona Maria da Assumpção; de todos os Gentis-homens da sua Real Camera; do Mordomo Mór e Officiaes Mores da Caza; dos Veadores e mais Pessoas que assistem a este acto, vestidos de segundo uniforme, formando tudo hum brilhantissimo Cortejo: e passou-se á cerimonia do Baptismo, que celebrou o Eminentissimo e Reverendissimo Cardeal Patriarcha de Lisboa, recebendo a Menina Recem-nascida o Nome de Isabel Maria Caetano Alvares Pereira de Mello. A's sete horas e meia terminou-se a funcção e o prestito voltou a Pedroiços.

Gazeta de Lisboa, sexta feira 6 de agosto de 1830, paginas 745.

Affonso VI, D. Pedro II e D. João V, e das Rainhas suas esposas: lá vivem na hospitaleira França, na patria de seus avós — **os Lorenas e os Montmorencys** — e a elles, hoje despidos de titulos, se póde applicar o dito dos francezes a respeito dos Montmorencys — **um Cadaval é sempre um Cadaval.**

I **D. Alvaro,** conhecido com o titulo de **Senhor,** nasceu quarto filho dos 2.os Duques de Bragança, D. Fernando I e D. Joanna de Castro, senhora do Cadaval, dos quaes houve as rendas que tinham em Beja e seu termo, por doação que lhe fizeram em Villa Viçosa, a 21 de janeiro de 1465, confirmada em Evora a 4 d'esse mez de 1470, por El-Rei D. Affonso V, que tambem lhe fez mercê, estando em Touro, em 13 de junho de 1476, das villas e castello da menagem de Torres Novas e Dalvayazere, com seus termos e senhorios; dando-lhe n'esse dia os padroados das egrejas das ditas villas. O mesmo Rei, achando-se já na cidade do Porto, em 28 de julho do referido anno, e com o Principe D. João, seu filho, deu consentimento a um contracto de troca, que este senhor n'esse dia, com elle D. Alvaro, fez da villa de Torres Novas, pelas de Tentugal, Povoa, Buarcos, Villanova de Anços, Nobra e Pereira. Foi Regedor da Justiça e Casa da Supplicação, por carta dada em Alemquer a 15 de outubro de 1473; e por outra, feita em Touro a 11 de agosto de 1475, e ambas de El-Rei D. Affonso V, teve o cargo de Chanceller mór dos reinos de Portugal e dos Algarves, *assim e pela guisa que o era o Arcebispo de Braga, D. Fernando, nosso primo que Deus perdôe;* expressões dignas de reparo, porque dizendo-se na carta, succedia n'esse officio ao Doutor Ruy Gomes de Alvarenga, não lhe é dado como este o teve, mas sim como o havia tido o referido Arcebispo D. Fernando da Guerra. Conservou juntos os dois cargos, durante a vida do dito Rei, como se vê da doação que em 5 de dezembro de 1479 lhe fez estando na Villa de Muja, das dizimas novas do pescado de Buarcos e Montemór o Velho. No anterior anno de 1478, por carta feita em Lisboa a 20 de novembro, teve mais as terras do Cadaval e Peral, com seus termos e jurisdicções, por doação do irmão D. Fernando II, 3.º Duque de Bragança, com outorga das Duquezas, D. Isabel, sua mulher, e D. Joanna de Castro, sua mãe, á qual pertenciam; e as possuia durante a vida o Marquez de Montemór, tambem irmão d'elles, a quem as havia assim dado a Duqueza mãe. El-Rei D. Manuel confirmou esta doação em Torres Vedras, a 23 de agosto de 1496, a pedido do Duque de Bragança e de Guimarães, D. James, e do irmão D. Diniz, sobrinhos de ambos, em uma carta por elles assignada [1]: e já lhe havia confirmado as outras doações em Villa Franca

[1] Muito alto e muy poderozo Senhor per esta certhefico a Vossa Alteza que eu som contente e me praz que Vossa Alteza confirme a Dom Alvaro meu tio huma doaçam que tem do Duque meu Senhor e padre que Santa Gloria haja assinada por elle e pella Du-

de Xira, a 13 do mencionado mez e anno. Tambem fez um contracto em Evora em 1 de Março de 1479, que foi confirmado por El-Rei D. Affonso V em Vianna do Alemtejo, a 28 de abril de 1480, pelo qual sobrogou uma quinta no termo de Santarem, com casaes e casas, com seu irmão o Duque D. Fernando, por umas casas na freguezia de S. Thiago, junto ao mosteiro de Santo Eloy, que a Duqueza D. Joanna, sua mãe, uniu á capella que instituiu no de S. Domingos de Lisboa. Na guerra com Castella, achou-se no sitio da cidade de Çamora, e na batalha de Touro; acompanhou o referido Rei a França, e voltou com elle a Portugal em 1477; foi uma das pessoas que se acharam na villa de Moura, na occasião de se entregarem á Infanta D. Brites o Principe D. Affonso e a Infanta D. Isabel, que em virtude da paz publicada no fim de setembro de 1479, ficaram postos em tercearias. Esteve presente ás cortes de Evora, convocadas no mez de novembro de 1481 por El-Rei D. João II, pelo fallecimento de seu pae El-Rei D. Affonso V. Não escapou á perseguição logo movida contra a **Casa de Bragança**, e como, apesar de sair do reino, indo por França para Barcelona com permissão do dito Rei, este, tendo-lhe já tirado o officio de Chanceller Mór para o dar ao doutor João Teixeira, lhe confiscasse tambem os seus bens e estados, passou d'aquella cidade para a corte de Castella, e de lá lhe escreveu uma carta, que está lançada a paginas 492 do tomo v das Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, e que publicamos no fim d'este artigo por não ter aqui cabimento, juntamente com a sentença que lhe foi dada, por causa da conjuração que houve contra o mencionado Rei, e mais uma relação das pessoas que foram tambem sentenciadas pelo mesmo motivo. Depois o sobredito Rei por um alvará [1] concedeu licença que sua mulher fosse para a companhia d'elle;

queza minha Senhora das terras do Cadaval e Peral e porque a mim praz que elle as haja assy e pella maneira como na dita doação se conthem e per ella lhe foi outorgada beijarey as mãos de Vossa Alteza por lho assi outorgar e mandar confirmar e por ser disto certo assinei esto na Atouguia da Balea a vinte dous dias de Agosto de mil quatrocentos noventa e seis.

Provas da Historia Genealogica da Caza Real Portugueza, tomo V, paginas 479.

[1] Nos ElRey por este alvará damos licença e lugar a Dona Felipa mulher de D. Alvaro meu Primo, que ella se vá para o dito seu marido onde quer que elle estever fóra destes Regnos, e que quando se assim for possa levar por mar ou por terra todo o que tever, assim ouro e prata amoedados e lavrados, e joyas com quaesquer outras couzas, sem embargo de quaes quer ordenações e defezas que aja em contrario, e porem mandamos a todolos nossos Corregedores, Juizes e Justiças Officiaes e pessoas a que o conhecimento desto pertencer, que lhe leixem assim levar para fora destes Regnos quando se for, todalas couzas, quer por mar quer por terra, sem lhe poerem sobre ello pejo, nem contradição algũa, e sem embargo das ditas nossas Ordenaçoens e defezas em contrairo dello feitas, e lhe goardem e cumprão este nosso alvará como em elle he contheu-

o que teve effeito, levando ella seus filhos, menos a filha D. Brites de Vilhena, que deixou entregue ao Conde, seu pae, por insinuação feita a este pelo referido Rei, de que, a uma das suas netas, que ficasse com elle, lhe daria e dava por dada toda a sua casa e fazenda que tinha da coroa. Os Reis Catholicos, D. Fernando e D. Isabel, muito seus parentes, lhe confirmaram o tratamento de **Senhor**, e o nomearam Contador Mór e Presidente de Castella, logar em que succedeu a seu filho o Principe D. João, fazendo-lhe tambem doação do estado de Gelves e das alcaidarias móres de Sevilha e de Andujar. Na guerra com Granada, que durou dez annos até o de 1492, em que findou, se distinguiu de maneira que conseguiu fama, e lá teve por companheiro o *grande* D. Francisco de Almeida, que depois veiu a ser sogro do filho. Pela exaltação de El-Rei D. Manuel ao throno d'este reino, regressou a elle, entrando em 6 de maio de 1496 pela cidade de Elvas; dando assim cumprimento a uma carta do mesmo senhor, na qual lhe ordena a jornada que deve seguir [1]. Logo elle lhe restituiu as villas de Tentugal e Alvayazere, e todas as mais terras e bens da sua casa e da do Conde de Olivença seu sogro; e lhe passou em Villa Franca de Xira, a 24 de agosto, com vencimento do primeiro de janeiro, tudo do referido anno de 1496, a carta do seu assentamento, que no livro dos Misticos, na Torre do Tombo, a folhas 6, se diz ser de 259$241 réis, no que ha engano, pois deve ser 260$241 réis, como menciona o assentamento que teve seu filho, e por ser esta quantia justamente a somma dos differentes padrões, que para elle lhe havia dado El-Rei D. Affonso V, a saber: —em 28 de fevereiro de 1467, um de 170$000 réis brancos, que foi acrescentado no anno de 1472, com mais 72$858 réis, para os ter do primeiro de janeiro de 1473 e por carta feita em Evora a 30 de março d'esse anno; e outro dado a 9 de julho de 1480, de 17$383 réis, por conta de 40$000 réis, que o Duque seu pae n'elle traspassou do assentamento proprio, porque os restan-

do, se for passado pela Chancellaria de nossa Camera por que asim he nossa mercê. Feito em Santarem a vinte e seis de Junho. João Gonçalves o fez anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos e outenta e quatro.

Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, tomo V, paginas 499.

[1] Honrado primo, vi a Carta que me escrevestes porque me fazeis saber a vinda do Duque meu sobrinho, e vosso, folguei por ser tão cedo, e pareceme bem ser logo, sem mais detença nenhuma, e vossa vinda seja a Elvas, e a Extremoz, e dalli a Vimieiro, e a Montemór, e aqui sem esperar mais recado. Dizem me que alguns criados do Duque vosso irmão, fallão em El Rey, meu Senhor, que Deos haja, quomo não devem, encomendo vos que sejão todos bem avisados por vós, e meu sobrinho, por que me pezará muito disso, e certo se alguns ho fizerem receberão de mim grão castigo, por que assi he razão. Haja meu sobrinho esta carta tambem por sua, por ser mais em breve esse despachado de minha mão; em Setuval a XXVI dias Dabril —ElRey.

Historia Genealogica da Caza Real Portugueza, tomo X, paginas 30.

tes 22$617 réis deixou a El-Rei em companhia de outros dinheiros pelas dizimas novas de Buarcos e de Montemór o Velho e judaria de Sines, Santiago e Collos, de que lhe foi feita doação, como já fica dito. Por carta dada em Villa Franca de Xira a 13 de agosto de 1496, houve privilegio de não pagar dizima, portagem, ou chancellaria. No seguinte anno, a 22 do mesmo mez, estando El-Rei em Torres Vedras, lhe fez mercê de ter aposentadoria com a sua familia nas terras onde fosse, sem que pagasse direitos de coisa alguma e depois em Lisboa, a 26 de maio de 1500, lhe doou as jugadas de Torres Vedras e seu termo com o celleiro, em recompensa do officio de Chanceller Mór; expressando-se na propria doação com as seguintes palavras —*que elle por nos servir quiz deixar:* tambem por carta dada a 13 de setembro de 1501, na sobredita cidade, lhe confirmou um contracto que n'ella fez no mesmo anno em 18 de janeiro, com D. Diogo Lobo, 2.º Barão de Alvito, e sua mulher a Baroneza D. Joanna de Noronha, pelo qual a este comprou pelo preço de 250$000 réis a quinta de Agua de Peixes, no termo de Vianna do Alemtejo, e a jurisdicção e direitos que na mesma tinha, e pretendia ter nas herdades de Alvito, pertencentes a D. Filippa de Mello, que as houvera de seu pae o Conde de Olivença. Em serviço de El-Rei D. Manuel voltou varias vezes a Castella: em 1496, para tratar do casamento do mesmo Senhor com a Princeza D. Isabel: em 1498, acompanhando a ambos quando lá foram ser jurados herdeiros d'aquelles reinos: e em 1500, levando procuração de El-Rei para se receber com a Infanta D. Maria. Tambem em 1499, se havia com elle achado na trasladação que, se fez com pompa, do corpo de El-Rei D. João II para o real mosteiro da Batalha, sendo um dos que pegaram no ataude, e que no dia 17 de outubro d'esse anno o collocaram no logar onde jaz. Foi novamente a Castella, por motivo desconhecido: falleceu em Toledo, a 4 de março de 1504, e sendo depositado n'aquella cidade, foi trasladado pelos Conegos da congregação de S. João Evangelista, que foram buscar o corpo a Castella para o seu convento de Evora, onde jaz com sua mulher, sem lettreiro, mas vendo-se abertas na pedra da sepultura as figuras de ambos; dando-se assim execução a uma verba do testamento d'elle, que diz: —*Quero q' seja ordenado enterramento para mim e para minha mulher em a Casa de S. João Evangelista d'Evora, da ordem de S. Eloy, por quanto o Conde meu sogro e nós, a edificámos e dotámos, e havemos feito outras esmolas,* etc. Casou com D. Filippa de Mello, com quem por elle se recebeu em 18 de setembro de 1479 o honrado Fernão de Lemos, cavalleiro do senhor Conde de Faro, por procuração sua dada em Evora a 8 de janeiro do dito anno, tanto para esse effeito como para a celebração do tratado matrimonial, que tudo teve logar na cidade de Tangere, dentro do castello, nos paços onde viviam os paes da mesma senhora; e a estes actos foram testemunhas Lopo Pires, cavalleiro e contador por El-Rei na dita cidade, e *Vasco da Gama,* e

Affonso da Gama, cavalleiros, e Gonçalo Serrão, cavalleiro, Fernão de Azevedo, cavalleiro almoxarife de El-Rei na dita cidade, e Gonçalo Fernandes, Dayl, e Affonso Mendes, cavalleiro, e outros. Os capitulos d'este contracto foram outorgados aos 10 de Março de 1480, na villa de Vianna de par de Alvito, nas pousadas do doutor João Teixeira, do Conselho de El-Rei nosso Senhor, depois Chanceller Mór de El-Rei D. João II, sendo elle ahi presente e o doutor João Delvas de uma parte, e da outra o senhor D. Alvaro; e reduzidos a escriptura de dote e arrhas, que o mesmo Rei D. Affonso V confirmou na mencionada villa e anno em o dia 18 de abril: e D. Filippa de Mello, que falleceu em 1516, jaz com o marido. Era filha de D. Rodrigo Affonso de Mello, Conde de Olivença, senhor de Ferreira de Aves, etc., Guarda Mór da pessoa d'El-Rei, 1.º Capitão e Governador de Tanger, e da Condessa D. Isabel de Menezes, que ambos estão sepultados em Evora no referido convento, com os seguintes epitaphios —AQUI JAZ O MAGNIFICO SENHOR D. RODRIGO DE MELLO, CONDE DE OLIVENÇA, O PRIMEIRO CAPITÃO, E GOVERNADOR QUE FOY DE TANGERE, E FINOU-SE A 25 DIAS DE NOVEMBRO, ERA DE 1487 ANNOS. — AQUI JAZ A MUITO VIRTUOSA SENHORA D. ISABEL DE MENEZES, CONDESSA DE OLIVENÇA, FINOU SE A 12 DIAS DO MEZ DE ABRIL DE 1482.— A respeito d'este convento, e de algumas particularidades que lhe pertencem, veja-se de paginas 499 a 512, o *Ceo aberto na Terra,* Historia das Sagradas Congregações dos conegos seculares de S. Jorge em Alga de Veneza, e de S. João Evangelista em Portugal, pelo padre Francisco de Santa Maria, etc. Lisboa, 1697.

Tiveram filhos.

2 **D. Rodrigo de Mello**, 1.º Conde de Tentugal, e 1.º Marquez de Ferreira, que continua.

2 **D. Jorge de Portugal**, 1.º Conde de Gelves, em Hespanha, por carta de 20 de junho de 1529; Camareiro do Imperador Carlos V, e uma das testemunhas por elle nomeadas em Burgos para assignar o tratado do matrimonio de sua irmã a Infanta D. Catharina com El-Rei D. João III. Foi senhor de Gelves, Villa Nova de Aliscar, Alcaide Mór dos Alcaceres reaes de Sevilha, em que succedeu a seu pae. Nasceu em Lisboa e falleceu na mesma cidade de Sevilha, tendo feito testamento em 16 de outubro de 1530, e depois, achando-se já gravemente doente, um codicilio em 23 de setembro de 1543. Casou duas vezes: a primeira por escriptura de dote feita em 31 de janeiro de 1526, com D. Guiomar de Ataide, Dama da Rainha de França, D. Leonor, que o havia sido de Portugal, e terceira mulher de El-Rei D. Manuel; filha de D. João de Vasconcellos e Menezes, 2.º Conde de Penella, etc. Védor da Fazenda de El-Rei D. João III, e da

Condessa D. Maria de Sousa. Morreu sem successão no fim do anno de 1529. E a segunda em 1531, com D. Isabel Colombo, filha terceira de D. Diogo Colombo, 1.º Duque de Veragua, Marquez de Jamaica, 2.º Almirante e Vice-Rei das Indias occidentaes, Agoazil Maior da cidade de S. Domingos (filho de D. Christovão Colombo, descobridor, 1.º Almirante e Vice-Rei das mesmas Indias, e da sua primeira mulher D. Filippa Moniz Perestrello, natural da ilha da Madeira) e da Duqueza D. Maria de Toledo, filha de D. Fernando de Toledo, que era primo co-irmão de El-Rei D. Fernando, o Catholico. —D'esta segunda mulher teve filhos, nos quaes recaiu a successão dos titulos e casa dos Duques de Veragua.

2 **D. Isabel de Castro**, mulher do Conde de Belalcaçar, D. Alonso de Sotto-Maior. C. g. —Adiante seguiremos a successão d'esta senhora, na linha que diz respeito a **Sua Magestade a Imperatriz dos francezes.**

2 **D. Brites de Vilhena**, mulher do senhor D. Jorge, Duque de Coimbra. —C. g.

2 **D. Joanna de Vilhena**, segunda mulher do 1.º Conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal. —C. g.

2 **D. Maria de Vilhena**, mulher do 2.º Conde de Portalegre, D. João da Silva. —C. g.

II **D. Rodrigo de Mello**, foi 1.º Conde de Tentugal, com tratamento de Sobrinho, como se vê da carta do assentamento de 260$241 réis brancos annuaes, com vencimento do 1.º de janeiro de 1504, dada em Lisboa a 25 de setembro d'esse anno, e confirmada por El-Rei D. João III em Thomar a 17 de agosto de 1523. 1.º Marquez de Ferreira no de 1532; porque no mesmo a 7 de março, fez elle em Alcacer do Sal uma obrigação a El-Rei, de não declarar essa mercê dentro de um anno. Senhor das villas de Tentugal, Buarcos, Povoa, Anobra, Pereira, Alvaiazere, Cadaval, Peral, Ferreira de Aves, Carapito, Villar Mayor, e das terras de Carvalhal, Meão, Minhocal, Codiceira, etc.; Alcaide Mór de Olivença. Nasceu em 1488. Achou-se presente em 1500, na entrega feita na raia, ao Duque de Bragança, D. Jayme, da Rainha D. Maria, segunda mulher de El-Rei D. Manuel. Passou por duas vezes a Africa: em 26 de julho de 1508, na armada de D. João de Menezes, que teve em resultado um mallogrado ataque de Azamor, sendo então ferido gravemente no soccorro de Arzilla; e em 3 de setembro de 1512, na occasião em que o mencionado Duque tomou aquella praça[1]. Em 1531

[1] A frota que sahiu de Lisboa n'esse anno de 1512, a 16 de agosto, para esta expedição, constava de 400 navios em que hião 17000 infantes delRey e Cavalleiros par-

assistiu ao baptismo, levando a fogaça do Principe D. Manuel, e em 1535, com o saleiro, ao de seu irmão o Infante D. Diniz, filhos de El-Rei D. João III. No acto do reconhecimento do dito Principe D. Manuel como herdeiro da coroa, que teve logar em 13 de junho do ultimo referido anno na cidade de Evora, foi o primeiro a prestar-lhe juramento e a beijar-lhe a mão. Instituiu com a sua primeira mulher o morgado das Abitureiras, de varias fazendas em Santarem, Golegã, Pernes, Almeirim, Azinhaga e Cartaxo. El-Rei D. Manuel, achando-se em Evora, passou-lhe um alvará aos 18 de junho de 1518 (que em 17 de agosto de 1523 houve confirmação de El-Rei D. João III, dada na villa de Thomar), para ser conservado na posse em que estava da capella de S. João Evangelista, situada nas suas casas da referida cidade, apesar das duvidas que sobre ella injustamente se lhe moveram; e uma carta, em 2 de agosto de 1520, confirmando o contracto celebrado outro sim na mesma cidade, e n'este ultimo anno aos 12 de maio, no qual elle Conde de Tentugal troca as rendas das dizimas do pescado, que tinha na cidade do Porto e nas villas de Azurara, Setubal e Cascaes, com seu primo D. Jayme, Duque de Bragança, pelas villas de Villa Ruiva e Villalva, suas rendas, jurisdicções e padroados. Teve por empreza umas estacadas com cinco bandeiras, alludindo ao alojamento que occupára em Africa, na occasião de se achar na tomada de Azamor. Morreu a 17 de agosto de 1545, e jaz no convento de S. João Evangelista em Evora, e na sua sepultura se lê o seguinte epitaphio — AQUI JAZ D. RODRIGO DE MELLO, PRIMEIRO CONDE DE TENTUGAL, E MARQUEZ DE FERREIRA, FILHO DE D. ALVARO E D. FILIPPA, QUE JAZEM NESTA CAPELLA. FALECEU EM 17 DE AGOSTO DE 1545, E DE SUA MULHER D. BRITES DE MENEZES, MARQUEZA DE FERREIRA, QUE FALECEU AOS 10 DE ABRIL DE 1535. — Casou[1] duas vezes: a primeira

ticulares, e 3000 do Duque de Bragança, com 2000 Cavallos del Rey e 600 do Duque. — Evora Gloriosa etc. pelo padre Francisco da Fonceca, paginas 102. '

[1] D. Antonio Caetano de Sousa, na Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, tomo X, paginas 157, diz: — Era tempo de tomar estado e por authoridade e concentimento do Duque (refere-se ao de Bragança, D. Jaime), se ajustou o seu casamento com D. Maria Portocarrero, filha de D. Pedro Portocarrero, Senhor de Moguer, e Villa Nova del Fresno, filho segundo de D. João Pacheco, 1.º Marquez de Vilhena e Duque de Escalona, e de sua primeira mulher D. Maria Portocarrero, Senhora de Moguer, o qual havendo cazado com D. Joanna de Cardenas, filha de D. Alonso de Cardenas, Mestre de Santiago *, e de D. Leonor de Luna, teve a D. João Portocarrero, 1.º Marquez de Villa Nova del Fresno ** : de quem se continuou esta casa tão illustre, que foi

* No Archivo da Torre do Tombo, na Collecção do Corpo Chronologico, existe uma procuração que a Rainha de Castella passou, em 25 de janeiro de 1481, ao dito Mestre, D. Alonso de Cardenas, para receber a D. Diogo, Duque de Vizeu, na fórma da capitulação da paz, que em seguida publicamos.

** D. João Portocarrero, 1.º Marquez de Villa Nova del Fresno, que pelo dito seu avô D. João Pa-

em 1511, com D. Leonor de Almeida, sua parenta dentro do quarto grau, já viuva e com filhas de Francisco de Mendoça, Alcaide Mór de Mourão: precedeu ao consorcio um contracto matrimonial, para o qual ella passou procuração ao *mui magnifico* senhor D. João de Almeida, Conde e senhor de Abrantes, seu tio, feita n'essa villa a 14 de novembro de 1510, e logo no dia 20 do mesmo mez e anno foi outorgado no Monte de D. João Deça, que é no termo de Pavia: era filha herdeira de D. Francisco de Almeida, o 1.º Vicerei da India, e de D. Joanna Pereira: e havendo duvidas sobre o testamento do mesmo seu pae, o qual por se negar deu causa a um pleito com o Conde de Penella, D. João de Vasconcellos, sobrinho e testamenteiro do dito D. Francisco de Almeida; houve entre elles a esse respeito uma

uma das quatro a quem Carlos 5.º deixou o tratamento de Grandesa, e outros filhos, e filhas, de que foi a primeira D. Maria, que contratou cazar com o Conde de Tentugal, dando-lhe em dote oito contos e meio em dinheiro: e por esta maneira continua, accrescentando, que El-Rei D. Manoel, concedera poder ao Conde para obrigar certos bens, que eram de juro, á segurança do dote, por carta feita em Almeirim, a 15 de Março de 1510, que está no livro 6 de Misticos, paginas 79, no Real Archivo da Torre do Tombo: e lhe parece não se ter effectuado este casamento por fallecer então essa senhora, de quem os auctores dizem que morrera sem estado.

Fique advertido, que usamos sem ceremonia da referida Historia Genealogica da Casa Real Portugueza. Se D. Antonio Caetano de Sousa, vivesse, não levaria a mal esse plagiato feito por mim, bisneto do senhor Antonio Feo Cabral de Castello Branco, de quem elle tratou no tomo oitavo, addvertencias e addições, n. 35, da mesma obra, por uma maneira tão lisonjeira e excepcional, que não podemos resistir á tentação d'aqui a transcrever, e é como segue: —Antonio Feo Cabral de Castello Branco, nasceu na Cidade de Lisboa, foi Fidalgo da Casa de Sua Magestade, Cavalleiro da Ordem de Christo, Thezoureiro Proprietario da Casa de Ceuta, filho de Luiz da Motta Feo, e de D. Luiza Francisca de Sequeira. Escreveu treze volumes de Familias com muita curiosidade e cuidado, porque *foi prudente e de bello genio e intenção, briozo, cheio de honra e verdade.* Falleceu aos 26 de Dezembro de 1740.

Doña Isabel por la gracia de Dios Reyna de castilla de leon de Aragon de secilia de toledo de Valencia de gallisia de mallorcas de Sevilla de cerdena de cordova de corcega de murcia de Jahen del algarbe de algesira de gibraltar condesa de Barcelona e Se-

checo, Marquez de Vilhena, era terceiro neto dos portuguezes Martim Vasques da Cunha, e João Fernandes Pacheco, que largaram a patria amada, impellidos por desgostos e injustiças, como na nossa época muitos tem feito; houve filho terceiro a D. Christovão Ozorio Portocarrero, senhor de Montijo e Crespa, Cavalleiro da Ordem de Santiago e ultimo Commendador de Estepa, Mordomo Mór da Infanta de Hespanha, D. Leonor, Rainha de Portugal e de França: e progenitor dos Condes de Montijo, ascendentes de **Sua Magestade a Imperatriz dos francezes.** Se hoje resuscitassem esses nossos compatriotas, diriam cheios de nobre orgulho: —*O joven Principe, representante do Grande Napoleão, é do nosso sangue; seja elle como nós fomos, que não envergonhará a França.*

transacção, por contracto feito em Lisboa a 13 de novembro de 1514, confirmada por El-Rei em Almeirim a 2 do seguinte dezembro: e a segunda com D. Brites de Menezes, fallecida a 10 de abril de 1585, e sepultada com o marido no mesmo tumulo como já fica dito.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

3 **D. Alvaro de Mello**: morreu em agosto de 1538, na cidade de Evora onde então se achava a côrte, e El-Rei mandou visitar a seu pae o Marquez

ñora de Viscaya de molina duquesa de Atenas e de neopatria condesa de Rosellon e de cerdania marquesa de oristan e de gociano, por quanto en cierta capitulacion e asiento quel Rey mi Señor e yo fesimos com los muy yllustres Rey de portogal e principe don Juan su fijo mios muy caros e muy amados primos se contienem que la yllustre ynfante doña beatris mia muy cara e muy amada tya me aya de entregar e entregue realmente e con efeto a don diego duque de Viseo, su fijo pera que lo yo tenga en mi poder en estos mios Regnos pera cierta rehen e seguridad segund que mas largamente se contiene en la capitulacion e asiento que sobre esto pasó. E agora yo he sabido que la dicha Yllustre ynfante mia tia queriendo cumprir e cumpliendo lo que por la dicha capitulacion es obrigada me quiere entregar al dicho don diego duque de Viseo, su fijo pera que lo yo tenga por la dicha rehen e seguridad segund dicho es. Porende por esta presente carta doy e otorgo mi poder cumplido segund que lo yo he e segund que mijor e mas cumplidamente lo puedo e devo dar e otorgar de derecho a vos don Alfonso de Cardenas maestre de la horden de la cavalaria de Santiago especialmente pera que por mi e en mi nonbre podades recibir e vos entregar del dicho duque de Viseo pera lo traer e poner en mi poder pera estar en la dicha Rehen e seguridad en la manera que dicha es el qual podades rescebir en el lugar que segund la dicha capitulacion so obligada a rescibir e pera que a si seyendo apoderado e entregado del dicho duque a vuestro contentamiento en la manera que dicha es Vos podades otorgar e otorguedes por contente e entregado del a toda vuestra voluntad e podades dello dar e otorgar e dedes e otorguedes qualesquier cartas de contento e saneamiento com qualesquier firmesas e seguridades en mi nonbre que cunplieren e menester fueron las quales valen e se an firmes como sy yo mesma por mi Real persona las diese e otorgase e a todo ello presente fuese e pera que sobre lo que dicho es e sobre las otras cosas contenidas en la dicha capitulacion que los dichos Rey e principe de Portogal e ynfante dona beatris e cada uno o qualequier dellos son obligados de faser e cumplir pera que las dichas tercerias se ayan de faser e cumplir podades requerir o enbiar requerir con vuestro poder asi a los dichos Rey e principe de Portogal como a la dicha Ynfante dona beatris e a cada uno e qualequier dellos e faser todos los requerimentos e protestaciones e abtos e deligencias e tomar testemonios que convengam e menester seam aun que sean tales e de tal natura e calidade que aqui devian ser espicificadas e nombradas e que requeiran aver mi especial mandado lo qual todo otorgo e prometo por mi

de Ferreira, pelo Bispo Deão da sua capella, e os Infantes, Cardeal D. Henrique e D. Duarte, o foram fazer em pessoa, tanto a elle como a sua irmã a Condessa de Portalegre, sogra do fallecido. Era casado com D. Maria de Vilhena, sua prima, que, como adiante se vê, ainda vivia em novembro de 1553: e foi filha dos 2.os Condes de Portalegre, D. João da Silva e D. Maria de Vilhena, mencionados a pag. 17.

Tiveram filho unico.

4 **D. Alvaro de Mello**, que nasceu em 1538. Contendeu com seu tio D. Francisco de Mello, sobre a successão da casa do avô, mas querendo ambos virem a um acordo, recorreram para esse fim a El-Rei, que lhes

palavra e fee real de tener e guardar e cumplir realmente e con effeto e de non yr nyn venir contra ello nin contra parte dello en tienpo alguno nin alguna manera que sea o ser pueda de lo qual mande dar esta mi carta firmada de mi nombre e sellada con mi sello dada en la cibdad de çaragoça vynte e cinco dias del mes de Junio año del nascimento del nuestro Señor jesu christo de mil e quatro cientos e ochenta e un annos —Yo la Reyna —Yo Fernandalvares de toledo secretario del nuestra señora la Reyna lo fise escrivir por su mandado —poder al mestre para recesbir al duque.

Nos don alfonso de cardenas por la gracia de dios general maestre de la orden de la cavallaria de Santiago por vertud desta carta de poder de la muy alta e muy poderosa la Señora Reyna de castilla e de Aragon mi Señora desta otra parte esprita otorgamos e conoscemos en nonbre de su altesa que nos damos e otorgamos por intero e contento e apoderado del yllustre Señor don diego duque de viseo por quanto su merced se puso e entrego en nuestro poder a nuestra libre voluntad oy miercoles de la fecha desta espritura a complimento de lo capitulado entre los Señores Rey e principe de Portogal e ynfante dona beatris con la dicha Reyna mi señora en testimonio do qual firmamos a qui nuestro nonbre e lo otorgamos al tal notario publico e testigos suso espritos que fue fecha e otorgada en la Villa de frexinal de la Syerra a veynte e dos dias del mes de Agosto año del nascimento de nuestro Señor jesu christo de mil e quatro cientos e ochenta e um años testigos que fueron presentes a todo lo que dicho es luys portocarero Señr de la Villa de palma e comendador dazuega e melchior maldonado veynte quatro de Sevilla e gonçalo ochoa su hermano e fernando de Silvera cudel mayor de Portogal ayo del dicho Señor duque e johan correa comendador de Algesira de la hordem de Santiago. —Nos El maestre —E yo El comendador johan de la parra Secretario del Maestro mi Señor notario publico por las abtoridades appostolica e real fue presente al dicho entregamiento del dicho Señor duque de Viseo e por mandamiento e otorgamiento del dicho Señor maestre e a pedimiento del....... oydor del dicho Señor duque fis escrevir esta escriptura e porende fise aqui este mio sygno a tal en testemonio de verdade —Lugar do signal publico —Iuan de la Parra —Lugar do sello Rodericus Doctor —....... Doctor diogo Vasques chanceller.

Corpo Chronologico, parte II, maço 1, doc. n. 38, suc. 38.

mandou passar dois alvarás, em Lisboa, a 24 de março e 23 de outubro de 1553, determinando sobre o modo da transacção, a qual elles aceitaram, e foi reduzida a um tratado de concerto e amigavel composição que se fez n'esse anno a 17 de novembro, nas casas de Pero Dalcaçova Carneiro, do Conselho de El-Rei e seu Secretario, estando presentes de uma parte D. Francisco de Mello, filho do senhor Marquez de Ferreira, que santa gloria haja, em seu nome e com procuração de sua mulher a senhora D. Eugenia, a elle passada em Villa Viçosa aos 28 de maio do referido anno; e da outra parte o senhor D. Alvaro de Mello, filho primogenito que foi do dito senhor Marquez, e a senhora D. Maria de Vilhena, sua mãe, como sua *tutor e curador*, e a senhora D. Maria Dalcaçova, sua mulher; e como D. Alvaro era menor de 25 annos, por ter sómente 15 de nascido, lhe foi supprida essa falta da edade por um alvará dado em Lisboa a 4 de julho do mesmo anno, e declarado maior para a validade da transacção: e tambem se expediu outro em 16 de novembro do dito anno a D. Maria Dalcaçova, que com elle casára de 13 annos de edade, e já depois que os mencionados alvarás haviam sido dados, auctorisando-a para a outorga do contracto, que só foi assignado por todas as partes interessadas no dia 18 de novembro, immediato áquelle em que teve logar a sua factura. Por elle ficaram pertencendo a D. Alvaro, as villas de Arega e Codesceiro, concelho de Carapito, Alcaidaria Mór de Villar Maior, Minhocal da Ribeira a de cima, Carvalhal, Meão, no termo de Celorico, a quinta da Gaiteira, as lezirias de Tavora, as Abitureiras, no termo de Santarem, o reguengo de Toens e mais terras, etc.; as quaes villas e terras se julgaram vagas para a coroa por sentença de 11 de março de 1594, em consequencia de não deixar filhos: tendo fallecido na batalha de Alcacere. Casou, como fica dito, com D. Maria de Alcaçova, que nascera em 1540, filha de Pero de Alcaçova Carneiro, Conde da Idanha, Commendador da mesma villa na ordem de Christo, Védor da fazenda, e do Conselho de Estado dos Reis D. Sebastião e D. Filippe, que morreu em 12 de maio de 1593, e de D. Catharina de Sousa.

3 **D. Francisco de Mello**, que continua.

3 **D. Filippa de Vilhena**, mulher do 3.º Conde de Portalegre, D. Alvaro da Silva. —C. g.

3 **D. Isabel de Vilhena**, que morreu em 1587, sem estado.

3 **D. Joanna de Vilhena**, religiosa no mosteiro de Jesus de Setubal da primeira regra de Santa Clara.

Da segunda mulher:

3 **D. Alvaro de Mello**, que foi clerigo, e morreu na batalha de Alcacere.

3 **D. Maria de Menezes**, mulher de D. Constantino, seu primo segundo, filho do Duque de Bragança D. Jayme, e da Duqueza D. Joanna de Mendoça, segunda mulher; com elle casou em 1562, e morreu em 30 de março de 1605. — S. g.

III **D. Francisco de Mello**, 2.º Marquez de Ferreira, por carta de 20 de junho de 1586, e 2.º Conde de Tentugal, pela de 6 do mesmo mez do anno de 1581, e n'esta se expressa El-Rei D. Filippe I pela maneira seguinte — havendo respeito ao devido que comigo tem D. Francisco de Mello, meu muito amado sobrinho e aos grandes merecimentos d'aquelles de quem elle descende, etc. — Succedeu na casa de seu pae, a qual perdeu muitos senhorios de terras, e outros bens, na contenda que houve entre elle e seu sobrinho D. Alvaro, como fica dito. No anno de 1554, foi mandado por El-Rei D. João III, acompanhar a Princeza D. Joanna, mãe de El-Rei D. Sebastião, que passava da nossa côrte para Hespanha, o que elle fez, levando grande comitiva de criados, vestidos de luto mui pesado, unindo-se a seu cunhado o Duque de Bragança, de cuja casa foi sempre inseparavel a de Ferreira, sendo grande e reciproca a boa harmonia que entre ambos se conservou, da qual nunca elle se afastou, pugnando pelos seus interesses, não duvidando sacrificar-se se a occasião o pedisse, como mostrou seguindo descobertamente o partido da senhora D. Catharina, quando pretendeu succeder na coroa; e para que se veja como elle zelava os negocios d'essa casa, transcrevemos a carta que por occasião das contendas com D. Antonio, Prior do Crato, elle escreveu ao Duque de Bragança, D. João I, que é a seguinte: — «Vossa Excellencia tem procedido n'este negoceo tão bem, que «não tenho eu que lhe dizer nelle, porque se conformou com o tempo, e «com os umores que correm nelle, e tão bem entendo que fez muito seu «serviço na resolução que tomou nelle, e creyo que alembrará a Vossa «Excellencia, o que lhe sempre disse n'este negoceo desdo principio delle, «que foy dizer-lhe, que era incuravel; o desastre foy quererse El-Rey meu «Senhor resolver com tão pouca consideração em negoceo tamanho, e em «que estava serto escandalizarse todo o Reino, se fallara com gente hon«rada, não no fizera assi, mas creyo que o não participou com nimguem, e «se o fez, seria com algum Escudeiro, porque por nossos peccados, delles «anda rodeado, Vossa Excellencia se recolha pera sua caza, e tenha muita «conta com sua vida, e com sua fazenda, e como tiver estas coisas, não «lhe faltará nada; se Sua Alteza cazar deve de mandar o Prior de Crato «pella Rainha, ao menos terão suas Damas muy boa guarda nelle, vi a em-

«menda do que entendi, que não convinha ser assi, e pareceome muy boa, «e creyo, que se não arrependerá Vossa Excellencia de a ter feita, porque «stamos em tempo de grandes interpretadores para maal, e tãobem das des- «cortezias, que Vossa Excellencia vio, se ahi tornasse, deixe Nunalvares fa- «zer o que quiger, e eu fico, que lhas não fação, quanto mais, que não lhe «faltarão outros muitos servidores. O papel das Cortes de Coimbra he muy «importante, e se não ouvera declarar Sua Alteza sua tenção; e se se ou- «vera de determinar o caso, pella determinação das Cortes, como he justiça «eu puzera a cabeça, que a fizerão a Vossa Excellencia, deveo de mandar «a Miguel de Moura com humas razoens sobre isso, porque o negoceo fica «assaz determinado por esta determinação, e mostrea ha Senhora Infante, e «ha Senhora D. Catherina, que o mesmo lhe parecerão. Nosso Senhor a Il- «lustrissima e muito Excellente pessoa de Vossa Excellencia Guarde e Estado «acrescente como desejo. Dagoa de Peixes, a xxiiij de março de 1575 etc. «Beijo as maons a Vossa Excellencia — D. Francisco — E no sobrescripto «— A ho Illustrissimo, e muito Excellente Senhor, o Senhor Duque de Bra- «gança meu Senhor.» — Não acompanhou El-Rei D. Sebastião na expedição de Africa, mas a ella mandou tres filhos, dos quaes um ficou morto e os outros dois captivos, na batalha de Alcacere; sendo excessivas as despezas que então fez, tanto para os aprestes d'elles, como para o resgate. Acabou o convento de S. Francisco em Buarcos, que seu pae havia principiado, e começou o das freiras do Carmo de Tentugal. Aborrecido por se lhe ter dilatado, nas regencias da Rainha D. Catharina e do Cardeal Infante D. Henrique, o despacho que El-Rei D. João III lhe tinha feito de Conde de Tentugal, por carta de 6 de junho de 1556, duvidando-se-lhe o mesmo assentamento que tivera seu pae com esse titulo, do que elle se sentiu muito, como se vê de uma carta que, sobre esta materia e outras regalias da sua casa, escreveu em 31 de julho de 1567 á Infanta D. Isabel, sua cunhada, e mulher do Infante D. Duarte; retirou-se para a sua villa de Agoa de Peixes, onde residiu a maior parte da vida, que foi larga, e n'ella conheceu em Portugal a quatro Reis, que foram: D. João III, D. Sebastião, D. Henrique e D. Filippe I. Ahi fez testamento em 13 de abril de 1587, e morreu em Evora no mez de dezembro de 1588: jaz na mesma cidade, no convento de S. João Evangelista, no jazigo da sua casa, e com epitaphio que diz — SEPULTURA DE DOM FRANCISCO DE MELLO, SEGUNDO MARQUEZ DE FERREIRA, E CONDE DE TENTUGAL, FILHO DE D. RODRIGO, PRIMEIRO MARQUEZ DE FERREIRA, FILHO DO SENHOR D. ALVARO DE PORTUGAL, QUE FOI FILHO DO SENHOR D. FERNANDO, SEGUNDO DUQUE DE BRAGANÇA, E FILHO DE D. LEONOR DE ALMEIDA, FILHA DO GRANDE DOM FRANCISCO DE ALMEIDA, PRIMEIRO VICE REY DA INDIA; E SEPULTURA DE SUA MULHER A CONDESSA D. EUGENIA, FILHA DO DUQUE DE BRAGANÇA D. GEMES, NETO DO INFANTE D. FERNANDO, IRMÃO (aliàs pae) DELREY D. MANOEL, E FILHA DA DUQUEZA D. JOANNA DE MENDOÇA. FALECEO O MARQUEZ NA

ERA DE 1588 — Casou com a senhora D. Eugenia, precedendo escriptura, feita em Villa Viçosa aos 14 de agosto de 1549, de dote e arrhas, na qual a Duqueza sua mãe lhe dá dez mil cruzados, em que entrava a legitima que herdara do Duque seu pae, e tambem o mais que consta do seguinte alvará. —*Faço saber a quantos este virem que por quanto a Emperatriz que santa gloria haja me deu hum Alvará de dous contos de cazamento para huma de minhas filhas. Hey por bem que seja para D. Eugenia minha filha cazando com D. Francisco e assim me pras dar mais dous mil cruzados os quaes lhe pagarey quando puder e por firmesa disto fis esta por minha mão hoje 13 de janeiro de 1546 —Ha Duqueza.*— Falleceu a mesma senhora n'esta cidade, na freguezia de Santiago, em 12 de agosto de 1559: foi depositada no convento de S. Francisco, e d'elle trasladada para o de S. João Evangelista, em Evora, onde descança como fica dito. D'esta alliança resultou ainda maior esplendor á casa de Ferreira, porque essa senhora era filha do Duque de Bragança, D. Jayme, sobrinho de El-Rei D. Manuel, o qual como tal fora jurado e reconhecido Principe herdeiro da coroa d'estes reinos, e de sua segunda mulher D. Joanna de Mendoça.

Tiveram filhos.

4 **D. Rodrigo de Mello**, que nasceu em 1551 e morreu em 4 de agosto de 1578, na batalha de Alcacere, de uma bala que lhe entrou pela bocca, quando fatigado do trabalho acabava de beber um pucaro de agua. Casou com D. Catharina de Eça, Dama da Rainha D. Catharina, que falleceu em outubro de 1573, e jaz no mencionado convento de S. João Evangelista, como se vê do epitaphio da sua sepultura. —AQUI JAZ D. CATHARINA, FILHA DE D. AFFONSO DE NORONHA, E DE D. MARIA DEÇA, MULHER QUE FOY DE D. RODRIGO. FALECEO EM OUTUBRO DE 1573.— Era filha de D. Affonso de Noronha, Aposentador Mór de El-Rei D. João III, Governador de Ceuta, Vicerei da India, e Mordomo Mór da Infanta D. Maria, filha de El-Rei D. Manuel, o qual jaz no convento de S. Domingos de Santarem, e de sua mulher D. Maria de Eça, senhora de tal conceito, que foi a unica pessoa do seu sexo, que saibamos, governasse uma cidade em Portugal, pois vindo seu marido de Ceuta a este Reino, no fim do anno de 1547, lhe ordenou El-Rei que encarregasse sua mulher do governo d'aquella importante praça.

Tiveram filho.

5 **D. Francisco de Mello**, que morreu de tenra edade.

4 **D. Nuno Alvares Pereira de Mello**, que continua.

4 **D. João de Bragança,** que nasceu na villa de Agua de Peixes, foi Conego da Sé de Evora, D. Prior de Santa Maria de Guimarães, de que tomou posse a 25 de maio de 1582; Doutor em theologia, em 18 de dezembro de 1585, pela universidade de Coimbra; Inquisidor da inquisição de Evora em que entrou a 3 de julho de 1592; e Bispo de Viseu, apresentando-se na sua diocese a 23 de julho de 1599. Morreu na cidade de Evora, a 4 de fevereiro de 1609, e jaz no capitulo do convento de S. João Evangelista, onde tem este breve epitaphio — AQUI JAZ D. JOÃO DE BRAGANÇA FILHO DE D. FRANCISCO DE MELLO, 2.º MARQUEZ DE FERREIRA, INDIGNO BISPO DE VISEU. FALECEO A 4 DE FEVEREIRO DE 1609.

4 **D. Constantino de Bragança,** Commendador de Moreiras, na ordem de Christo, uma das de grande rendimento, da apresentação da casa de Bragança: achou-se na batalha de Alcacere, e sendo n'ella captivo, foi resgatado entre os oitenta fidalgos. Em 1592 vencia moradia de Cavalleiro Fidalgo de 7$250 réis, e foi do Conselho de El-Rei D. Filippe I, por carta de 26 de fevereiro de 1601, na qual lhe dá o tratamento de — *meu muito amado e presado sobrinho* — e depois, reinando seu filho D. Filippe II, do Conselho de Estado e Presidente da Junta que então se instituiu para a cobrança do tributo lançado á gente de nação. Succedeu no morgado do Maranhão, como herdeiro de seu tio D. Constantino. Morreu com testamento em Lisboa, na freguezia de S. Thiago, a 16 de agosto de 1607, e jaz no cruzeiro da egreja de Nossa Senhora dos Remedios, dos Carmelitas descalços da cidade de Evora, de que era padroeiro, onde no cruzeiro da parte do Evangelho, na parede em um painel de jaspes brancos e pretos se lê o epitaphio seguinte — AQUI JAZ D. CONSTANTINO DE BRAGANÇA, FILHO DO MARQUEZ DE FERREIRA, E DE D. EUGENIA, FILHA DO DUQUE DE BRAGANÇA D. GEMES, E DE SUA MULHER D. BRITES DE CASTRO, FILHA DE D. FERNANDO DE CASTRO, E DE D. ISABEL PEREIRA, E D. MARIA DE CASTRO SUA FILHA. ESTES OSSOS SE TRASLADÁRÃO DE EXTREMOZ PARA ESTA SEPULTURA, E CAPELLA MÓR A [illegible] DE JULHO DE 1639 ANNOS [1]. —

[1] Na capella mór, do lado do Evangelho, se lê mais o seguinte: — *D. Francisco de Mello, Conde de Assumar, por mercê de ElRey Fillippe IV Monarcha de Hespanha, e III Rey de Portugal, Mordomo Mór da Rainha D. Isabel, Gentil-homem da Camera de Sua Magestade, dos Conselhos de Estado e Guerra da Monarchia, e do Estado Supremo da Coroa de Portugal, Embaixador aos Principes de Italia, ao Emperador Fernando, Extraordinario ao Papa Urbano VIII, Plenipotenciario para o Tratado da paz universal, Governador das Armas de Sua Magestade em Lombardia, e General dos seus Exercitos em Alemanha, Viso-Rey, e Capitão General do Reyno de Sicilia: no anno de* 1639, *aos quarenta e dous da sua idade, mandou fazer esta sepultura, como Padroeiro deste Convento de Nossa Senhora dos Remedios para D. Constantino de Bragança seu pay, filho do I Marquez de Ferreira D. Francisco, e D. Eugenia, filha do Duque de Bragança D. Jaymes.*

Casou duas vezes: a primeira com D. Maria de Mendoça, da qual não teve filhos, e ella morreu em 16 de setembro de 1590, e jaz no enterro da casa de Ferreira, em Evora, tambem com epitaphio que diz — AQUI JAZ D. MARIA DE MENDOÇA, FILHA DE D. FERNANDO DE MENEZES, PRIMEIRA MULHER DE D. CONSTANTINO, FILHO DO MARQUEZ D. FRANCISCO, DE QUEM NÃO TEVE FILHOS. FALECEO A 16 DE SETEMBRO DE 1590. — Era viuva de D. Luiz de Menezes, que morreu na batalha de Alcacere, sem successão, e filha de D. Fernando de Menezes, embaixador a Roma, e de D. Filippa de Mendoça: e a segunda com D. *Brites* de Castro, filha de D. Fernando de Castro, Capitão de Chaul, e de D. Isabel Pereira.

Tiveram filhos.

5 **D. Francisco de Mello**, 1.° Conde de Assumar, por carta de 30 de maio de 1630, tendo já o tratamento de Parente de El-Rei, o qual se lhe mandou continuar, com assentamento de Conde Parente, por alvará de 22 de março de 1638, e n'elle vem as expressões de — *meu muito amado e presado sobrinho.* — Em Castella foi Marquez de Tordelaguna e de Vilhescas, Visconde de Casada, e senhor de Barajas de Mello; Mordomo Mór da Rainha D. Isabel de Bourbon, dos Conselhos de Estado e Guerra da monarchia hespanhola, e do Estado Supremo da coroa de Portugal, em quanto esteve no dominio d'ella; Embaixador Extraordinario ao Papa Urbano VIII e ao Imperador Fernando III; Embaixador aos Principes da Italia; Plenipotenciario para o tratado da paz universal; Governador das armas na Lombardia; General do exercito hespanhol na Allemanha; Governador de Milão e dos estados de Flandres, em que succedeu ao Cardeal Infante D. Fernando, e Vicerei e Capitão General da Sicilia, Aragão e Catalunha. Succedeu no morgado do Maranhão e na Commenda de Moreiras, e teve mais as de S. Vicente do Vimioso, S. Salvador d'Elvas, e outras duas, na ordem de Christo. Sendo um dos Excellentes Generaes do seu seculo, perdeu a batalha de Recroy, *na qual não capitaneava portuguezes,* em 17 de maio de 1643, justo castigo da Divina Providencia pela feia ingratidão com que se houve para com a patria, distinguindo-se na deshumana perseguição que fez ao seu parente o Infante D. Duarte, irmão de El-Rei D. João IV. Morreu em Madrid, com 54 annos de edade, no de 1651; tendo casado com D. Antonia de Vilhena, que nasceu no Porto a 6 de outubro de 1606, filha dos 1.os Condes de Miranda, Henrique de Sousa, e D. Brites de Vilhena.

Faleceo a 25 de Agosto de 1607, e para D. Ignez de Castro sua mãy, filha de D. Fernando de Castro, que faleceo a 29 de Novembro de 1622, e para D. Maria de Castro, sua irmãa e todos se trasladárão em 30 de julho de 1639.

Tiveram filhos.

6 **D. Gaspar Constantino de Mello**, 2.º Conde de Assumar, e 2.º Marquez de Vilhescas, senhor de Baraxas de Mello e do morgado do Maranhão; Gentil-homem da Camara de El-Rei Catholico, com exercicio. Morreu em 18 de agosto de 1683, havendo casado com D. Antonia Ninho Henriques, da qual não teve successão, e era filha de D. Garcia Ninho de Ribera, 2.º Conde de Villa-Umbrosa, e de D. Francisca de Torres Henriques de Gusmão, Marqueza de Quintana e Condessa de Castro-Novo.

Teve em D. Maria Ruis o seguinte filho.

7 **D. José Francisco de Mello**, que nasceu em 1676, e foi 3.º Marquez de Vilhescas, e senhor de Baraxas de Mello e do mais que seu pae tinha em Castella, porque o morgado do Maranhão, villa de Assumar, e outros bens que elle possuia em Portugal passaram para a casa de Cadaval. Foi Governador da praça de Albuquerque, e da de Alcantara, sua villa e partido, tanto militar como politico, e General de batalha dos exercitos de El-Rei Catholico: começando a servir na edade de 16 annos, indo em novembro de 1694 para a Catalunha, em companhia do Vice-rei e Capitão General Marquez de Gastanhaga. Casou com D. Anna de la Rocha Calderon Cordova e Chaves, filha de D. José de la Rocha Calderon Cordova e Chaves, Regedor perpetuo de Badajoz, e ahi duas vezes Corregedor interino, Capitão de uma das companhias da guarnição d'essa praça, e Deputado pela provincia da Extremadura ás côrtes que se celebraram em Madrid no anno de 1712, e de sua mulher D. Maria Moreno.

Tiveram filhos.

8 **D. Maria Antonia Josefa de Mello Portugal Vilhena Rocha e Calderon.**

8 **D. Josefa Mathilde de Mello Portugal Vilhena Rocha e Calderon.**

8 **D. Joseph Gaspar Antonio Francisco de Mello Portugal Vilhena Rocha e Calderon.**

8 **D. Paulo Antonio Joseph de Mello Portugal Vilhena Rocha e Calderon.**

8 **D. Pedro Joseph Antonio de Mello Portugal Vilhena Rocha e Calderon.**

8 **D. Diogo Antonio Francisco de Mello Portugal Vilhena Rocha e Calderon.**

8 **D. Fernando Justo German de Mello Portugal Vilhena Rocha e Calderon.**

— De todos estes irmãos ignoramos á descendencia, se a houve.

6 **D. Brites Antonia de Vilhena,** mulher de D. João Miguel Fernandes de Heredia, 1.º Marquez de Mora, filho herdeiro do Conde de Fuentes, em Aragão.

Tiveram filho.

7 **D. João Fernandes de Heredia,** Conde de Fuentes, Marquez de Mora, e Mestre de Campo do terço de Aragão; foi prisioneiro dos francezes no recontro do barranco em Catalunha, e mal ferido, morreu em 1678. Casou com D. Francisca de Figueiroa Lasso de la Vega, da qual não houve successão, e era filha de D. Pedro Lasso de la Vega, 2.º Conde dos Arcos e 4.º de Hanhover, Gentil-homem da Camara de El-Rei Catholico com exercicio, e Capitão da sua guarda hespanhola.

6 **D. Mecia de Mello,** primeira mulher de D. Pedro de la Cueva Ramires de Zuniga, 3.º Marquez de Flores Davilla. — S. g.

6 **D. Maria Thereza de Vilhena,** mulher de D. Diogo de Avila, 1.º Marquez de Navalmorquende. — S. g.

5 **D. Fernando de Mello,** Deão da Sé d'Evora, Capellão Mór de El-Rei, Bispo eleito do Porto, e um dos Canonistas nomeados para a celebre junta dos Bispos que se fez em Thomar no anno de 1629. Morreu em Madrid no de 1635.

5 **D. Alvaro de Mello,** Cavalleiro, Commendador e Grã-Cruz na ordem de S. João de Jerusalem; Mestre de Campo do terço da armada do Brasil, onde foi em 1632 á restauração de Pernambuco; Chefe de uma esquadra que do porto de Lisboa saiu a correr a costa em 1636, anno em que passou á Bahia com gente e soccorro para Pernambuco; serviu em Malta, sendo General de batalha, achando-se na ilha quando estava ameaçada dos turcos; com o posto de General de artelharia militou em Flandres no tempo do governo de seu irmão, e com elle esteve em 1643 na batalha de Recroy. Foi tambem General das galés de Napoles, Mordomo Mór da Rainha D. Maria Anna d'Austria na côrte

de Madrid, onde ficou depois da acclamação de D. João IV, e lá foi nomeado Conde de Moura e Grão Prior do Crato.

Teve filhas naturaes que foram freiras.

5 **D. João de Mello**, nasceu em Extremoz em 1601. Foi porcionista do collegio de S. Paulo, onde entrou a 30 de novembro de 1618, e fez com applauso os actos litterarios na universidade de Coimbra; Arcediago, do bago na Sé d'Evora, e de França na de Viseu, e teve os beneficios de S. João de Coruche, S. Salvador de Beja, Ferreira, e outros muitos com que fazia uma boa renda, que largou pelo habito dos Carmelitas descalços que tomou no anno de 1623. Morreu em Madrid, no de 1638.

5 **D. Maria de Castro**, que morreu moça, sem estado, e jaz como fica dito na egreja do convento de Nossa Senhora dos Remedios da cidade de Evora.

4 **D. Joanna de Mendoça**, que pelo fallecimento de seu primo o senhor D. Duarte, Duque de Guimarães e Condestavel de Portugal, com o qual estava justa a casar, tomou o habito de S. Francisco no mosteiro das Chagas em Villa Viçosa, com o nome de soror Joanna da Trindade; foi Abbadessa na mesma casa e n'ella morreu em 30 de dezembro de 1616; jaz no coro debaixo, com epitaphio, que é o seguinte — SEPULTURA DA MADRE SOROR JOANNA DA TRINDADE, FILHA DO MARQUEZ DE FERREIRA, E DE D. EUGENIA, FILHA DO DUQUE D. JAYME E DA DUQUEZA D. JOANNA; FOY FREIRA NESTE CONVENTO ONDE FALECEO A 30 DE DEZEMBRO DE 1616 ANNOS. —

Teve o Marquez, fóra do matrimonio, de Maria Nunes (a quem elle pelo codicillo feito em Evora a 7 de novembro de 1588 manda recolher no mosteiro das freiras de Tentugal), tres filhos, n'elle mencionados, e são.

4 **D. José de Mello**. Foi Agente da coroa de Portugal na corte de Roma, onde entrou em 28 de junho do anno de 1604, e recolheu-se ao reino no de 1608, saindo da mesma cidade no primeiro de outubro; havendo alcançado realisarem-se importantes negocios, como foram, além de outros, a canonisação da Rainha Santa Isabel; a fundação do collegio dos freires militares das ordens de Santiago e de Aviz, em Coimbra; e a do mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação em Lisboa, para as Commendadeiras da ordem de S. Bento de Aviz. Foi Bispo de Miranda, e depois Arcebispo de Evora, cuja posse tomou a 12 de setembro e a 4 de novembro pelas 7 horas da noite entrou n'essa Metropole, tudo em 1611; e d'este seu arcebispado fez imprimir as Constituições em 1622. Achou-

se nas cortes de 1619, convocadas em Lisboa para ser jurado o Principe herdeiro D. Filippe, depois Rei e terceiro do nome, e tambem na junta dos prelados reunida na villa de Thomar em 1629, por este Rei ordenada para se tratar da extincção da gente de nação. Tanto para a restauração da Bahia, em 1625, como para aprestos das armadas em 1630, concorreu com grandes donativos: reedificou o palacio dos Arcebispos, reduzindo-o á symetria em que hoje se vê, com o escudo das suas armas sobre a porta principal, e poz em fôrma de quinta, verdadeiramente magnifica, a casa de campo que para sua recreação os prelados de Evora tem no sitio do Valverde, a qual até então era de fabrica pouco decente. Fundou a egreja e augmentou o dote do collegio de S. Manços, para donzellas orfãs, ao qual deu estatutos que encorporou na provisão passada a 20 de setembro de 1625. Adoptou por sua a fabrica do convento de Nossa Senhora dos Remedios dos Carmelitas descalços, e os padres lhe deram o padroado, com a capella mór para seu enterro, e n'ella mandou lavrar uma sumptuosa sepultura, sentido de que o Marquez de Ferreira seu sobrinho não consentisse que a fizesse na capella mór do de S. João Evangelista; instituiu seis missas quotidianas na mesma casa, que deixou impostas em certas herdades que vinculou e annexou ao morgado do Maranhão, de seu irmão D. Constantino. Morreu em Evora a 6 de fevereiro de 1633, e jaz na mencionada egreja e sepultura com o seguinte epitaphio —SEPULTURA DE D. JOSEPH DE MELLO, FILHO DO MARQUEZ DE FERREIRA D. FRANCISCO, PRIMEIRO DESTE NOME, BISPO QUE FOY DE MIRANDA, ARCEBISPO DE EVORA, FUNDADOR DO PADROADO DESTE CONVENTO, COM SEIS MISSAS QUOTIDIANAS, E TRES OFFICIOS CADA ANNO, POR SUA ALMA, DE SEUS PAYS, IRMÃOS, PADROEIROS, SUCCESSORES. FALECEO A 2 DE FEVEREIRO DO ANNO 1633.

4 **D. Francisco de Almeida.** Foi Thesoureiro Mór da Sé de Lisboa e Conego da Metropolitana de Evora; morreu n'essa cidade em 16 de fevereiro de 1628, e jaz no claustro do capitulo do convento de S. João Evangelista, com o seguinte epitaphio —NESTA SEPULTURA ESTÁ O CORPO DE D. FRANCISCO DE ALMEIDA, SACERDOTE, FILHO NATURAL DO MARQUEZ DE FERREIRA D. FRANCISCO DE MELLO, PRIMEIRO DESTE NOME, FOY CONEGO NA SÉ DESTA CIDADE DE EVORA, E THESOUREIRO NA DE LISBOA; FALECEO A 16 DE FEVEREIRO DE 1621.

4 **D. Maria de Mello.** Religiosa da ordem de Cister no mosteiro de Cellas de Coimbra.

IV **D. Nuno Alvares Pereira de Mello.** 3.º Conde de Tentugal, ainda em vida do pae, por carta de 20 de junho de 1586. Era de animo guer-

reiro e prompto em aproveitar as occasiões de adquirir gloria, pois desejava merecer por si mais que pelo seu alto nascimento; tinha-se preparado para embarcar n'aquella *grande armada*, de que foi nomeado Generalissimo seu primo o sr. D. Duarte, filho do Infante D. Duarte, a qual El-Rei D. Sebastião aprestou no anno de 1572, a favor dos catholicos de França, mas que estando prestes a sair do porto de Lisboa, se perdeu a maior parte, desmantelando-se toda por effeito de uma temivel tormenta. Com o mesmo Rei passou duas vezes á Africa, e da segunda ficou captivo na batalha de Alcacere, resgatando-se á custa da sua casa. Quando a Senhora D. Catharina, sua prima co-irmã, veiu de Villa Viçosa a Lisboa fallar com seu tio o Cardeal Rei, sobre a pretenção de succeder na coroa d'estes reinos, foi por ella escolhido para a acompanhar, o que elle fez assistindo-lhe todo o tempo da sua estada na corte e nas jornadas da vinda e ida. No anno de 1596, em que no reino se temia uma invasão da armada de Inglaterra a favor do Prior do Crato, veiu logo a esta cidade para se achar na sua defeza, e desvanecida essa empreza voltou para Evora, onde morreu a 28 de fevereiro de 1597, e jaz com sua mulher e quatro de seus filhos no enterro da sua casa no convento de S. João Evangelista, como menciona o epitaphio que lá tem, e é este — SEPULTURA DE DOM NUNO ALVARES PEREIRA, TERCEIRO CONDE DE TENTUGAL, FILHO SEGUNDO DO MARQUEZ DE FERREIRA D. FRANCISCO DE MELLO, E DA CONDESSA DE TENTUGAL D. EUGENIA SUA MULHER, FILHA DO DUQUE DE BRAGANÇA D. GEMES; FALECEO O DERRADEIRO DE FEVEREIRO DE 1597, E DA CONDESSA D. MARIANNA DE CASTRO MULHER DO DITO CONDE DOM NUNO ALVARES, FILHA DO CONDE DE ALTAMIRA D. RODRIGO OSORIO DE MOSCOSO E DA CONDESSA D. ISABEL DE CASTRO. TIVERÃO A D. EUGENIA DE CASTRO, QUE FALECEO DE IDADE DE DEZASEIS ANNOS, D. ISABEL DE CASTRO DE IDADE DE OITO ANNOS, D. JOÃO DE MELLO DE IDADE DE DOUS ANNOS E MEYO, E D. ANNA DE TOLEDO DE IDADE DE ANNO E MEYO; FALECEO A CONDESSA A 20 DE JANEIRO DE 1626 ANNOS. — Casou pelo anno de 1586, como consta da faculdade regia dada pelo alvará de 7 de outubro de 1588, com D. Marianna de Castro, que havia sido Dama das Infantas D. Isabel Clara e D. Catharina de Austria, filhas de El-Rei D. Filippe o Prudente, a qual morreu em 20 de janeiro de 1626, e com elle descança como dito é: era filha dos 4.os Condes de Altamira, D. Rodrigo de Moscozo Ozorio e D. Isabel de Castro.

Tiveram filhos.

5 **D. Eugenia de Castro**, nasceu em 1587, e falleceu de 16 annos de edade, sem tomar estado; jaz com o pae.

5 **D. Francisco de Mello**, que continua.

5 **D. Rodrigo de Mello**, que nasceu a 4 de setembro de 1589 em villa Ruiva;

foi Deputado da Inquisição de Lisboa em 12 de março de 1641; Conego da Sé de Evora, Governador do seu arcebispado e Arcebispo eleito; Sumilher da cortina de El-Rei D. João IV, e Presidente da Meza da Consciencia e Ordens, de que tirou carta em 6 de fevereiro de 1649. Morreu em Lisboa aos 26 de novembro de 1652, e jaz em Evora, no enterro da casa, para onde foi trasladado e tem na sepultura o epitaphio seguinte —AQUI JAZ D. RODRIGO DE MELLO, SACERDOTE, FILHO DE DOM NUNO ALVARES PEREIRA, E DE D. MARIANNA DE CASTRO, CONDES DE TENTUGAL, NETO E IRMÃO DOS MARQUEZES DE FERREIRA D. FRANCISCO, AMBOS DO NOME. FALECEO EM LISBOA A 26 DE NOVEMBRO DE 1652.

5 **D. Isabel de Castro,** nasceu em 1593, e morreu de oito annos; jaz com os paes.

5 **D. Leonor de Mello,** que nasceu em 1594; foi Dama da Infanta D. Anna de Austria, depois Rainha de França e mulher de Luiz XIII. Casou com D, Manuel de Moura Corte-Real, 2.º Marquez de Castello Rodrigo, 1.º Conde de Lumiares, e Grande de Hespanha. —C. g.

5 **D. Joanna de Castro,** nasceu em 1595, e casou com D. Manrique da Silva, 1.º Marquez de Gouvéa. —C. g.

5 **D. João de Mello,** que falleceu de dois annos e meio.

5 **D. Anna de Toledo,** que se finou de anno e meio de edade, e jaz, assim com o mencionado irmão, com os paes.

V **D. Francisco de Mello,** 3.º Marquez de Ferreira, 4.º Conde de Tentugal, do Conselho de Estado e Ministro assistente no despacho de El-Rei D. João IV, logo em 1641; Mordomo Mór da Rainha D. Luiza, por carta de 2 de janeiro de 1642, dada em nome da mesma Senhora, e subscripta pelo Secretario de Estado Francisco de Lucena; Cavalleiro da ordem de Christo, na qual professou em 16 de fevereiro de 1628, e Administrador da commenda de Grandola, na de Santiago, senhor das villas de Ferreira de Aves, Tentugal, Cadaval, Peral, Villa Nova de Anços, Rabaçal, Alvaiazere, Arega, Buarcos, Anobra, Carapito, Villalva, Villa Ruiva, Albergaria, Agua de Peixes, e outras terras e morgados. El-Rei D. Filippe II lhe fez mercê, por carta de 20 de março de 1610, dos citados titulos, sendo o de Conde de juro e herdade para todo sempre na linha masculina, e que, vivendo elle, o filho se chamasse Conde: por alvará de 30 do mesmo mez e anno lhe deu mais duas vidas no de Marquez, havendo-lhe já, por carta do dia 26, concedido que fossem de juro e herdade as villas, terras e mais

coisas que lograva da coroa em sua vida, com uma dispensa na lei mental, e com duas as que a sua casa tinha de juro e herdade; e outrosim lhe outorgou muitos privilegios, sendo um, poder elle e os seus successores cobrar as suas dividas por via executiva, como se fossem da fazenda real. Na occasião em que o mesmo senhor passou a Portugal, em 1619, indo beijar-lhe a mão em Evora, foi d'elle recebido com especial honra, fallando-lhe descoberto e mandando-o cobrir; e o acompanhou na entrada publica que fez em Lisboa, com extraordinaria pompa, não se achando nas cortes, que então se celebraram, por causa das precedencias com o Marquez de Villa Real, D. Miguel de Menezes. Foi um dos fidalgos que concorreram para acalmar os tumultos que houve em Evora no anno de 1635; na mesma cidade acclamou em 2 de dezembro de 1640 D. João IV, e com elle veiu de Villa Viçosa para Lisboa, assistindo como Condestavel na occasião em que os tres estados do reino o juraram e reconheceram Rei, em 15 de janeiro de 1641. Nasceu na villa de Villalva, no Alemtejo, em 5 de agosto de 1588, e morreu em 18 de março de 1645; jaz em Evora na egreja de S. João Evangelista, como se vê do seguinte epitaphio — SEPULTURA DE DOM FRANCISCO DE MELLO, TERCEIRO MARQUEZ DE FERREIRA, SEGUNDO DESTE NOME: QUE FALECÊO AOS 18 DIAS DO MEZ DE MARÇO DE 1645 ANNOS. E DE D. ISABEL DE CASTRO E PIMENTEL SUA FILHA, E DA MARQUEZA D. JOANNA PIMENTEL. — Casou duas vezes: a primeira em 1610, com D. Maria de Moscoso Sandoval, que falleceu em 5 de abril de 1630, e descança na mesma egreja, tambem com epitaphio que diz — AQUI JAZ D. MARIA DE TOLEDO E MOSCOSO, MARQUEZA DE FERREIRA, FILHA DOS CONDES DE ALTAMIRA D. LOPO DE MOSCOSO, E DONA LEONOR DE SANDOVAL E ROXAS, AYA QUE FOI DE ELREY D. FILIPPE IV E DOS INFANTES SEUS IRMÃOS, PRIMEIRA MULHER DO MARQUEZ DOM FRANCISCO DE MELLO, SEGUNDO DO NOME. FALECEU EM EVORA AOS CINCO DIAS DO MEZ DE ABRIL DE 1630. Esta senhora usou unicamente do appellido Moscoso, como consta de documentos, e não dos de Sandoval e Toledo, com que d'ella tratam os livros e o dito epitaphio: era sua prima co-irmã e filha de D. Lopo de Moscoso Ozorio, 5.º Conde de Altamira, Grande de Hespanha, Estribeiro Mór de El-Rei D. Filippe III e Mordomo Mór da Rainha D. Margarida de Austria, e da Condessa D. Leonor de Sandoval e Roxas; e a segunda, em 1635, com D. Joanna Pimentel, sua sobrinha: effectuando-se este consorcio em Evora com grande magnificencia; e por esta occasião, querendo o Duque de Bragança D. João II (depois Rei e 4.º do nome) dar uma demonstração da estima em que tinha a casa de Ferreira, tanto na amisade como no parentesco, determinou ir em publico visitar aos Marquezes novamente desposados. Os curiosos que quizerem comparar as magnificencias das épocas passadas com as decantadas pompas da actual, podem ver, no tomo X, de paginas 243 em diante, da Historia Genealogica da Casa Real, por D. Antonio Caetano de Sousa, o apparato e grandeza que o Duque ostentou n'essa visita, a deli-

cadeza com que n'ella se houve para com os parentes a quem ia obsequiar; e os festejos, e mais demonstrações de affecto e de respeito que os habitantes de Evora patentearam no recebimento d'esse Principe. Sobreviveu muito a Marqueza ao marido, ao qual succedeu na administração da commenda de Grandola, e se lhe passou carta em 8 de novembro de 1650: foi Dama da Rainha D. Isabel de Bourbon e Camareira Mór da Rainha D. Luiza, sua prima segunda, a qual partindo de Villa Viçosa, em seguida á acclamação de El-Rei seu marido, foi pernoitar a Evora ao seu palacio, e a trouxe em sua companhia no exercicio d'esse emprego para Lisboa. Morreu em 11 de setembro de 1657, tendo feito testamento, approvado em 22 de egual mez de 1654, e n'elle diz: —*Nomeio por meus testamenteiros a meu filho o Duque de Cadaval, Marquez de Ferreira, Conde de Tentugal, o qual instituo por meu universal herdeiro, e para que o ajude nos encargos deste meu Testamento peço ao Doutor Vicente Feo Cabral meu Confessor queira ser meu Testamenteiro e por tal o nomeio* [1]. Manda-se enterrar na capella de S. João Evangelista de Evora, e que em tanto a depositem na egreja dos Conegos Evangelistas de Xabregas, onde ainda está: era filha de D. Antonio Pimentel, 4.º Marquez de Tavara, Gentil-Homem da Camara de El-Rei D. Filippe III, Vice-rei de Valença e de Sicilia, Commendador de Belbis de la Sierra, e da Marqueza D. Isabel de Moscoso.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

6 **D. Maria de Mello**, que morreu de tenra edade.

Da segunda:

6 **D. Nuno Alvares Pereira de Mello**, que continua.

6 **D. Isabel de Castro Pimentel**, que nasceu em Evora, em 1640, e foi bapti-

[1] Vicente Feo Cabral (que era irmão de minha quinta avó D. Maria de Castello Branco), nasceu em Lisboa, e baptisou-se na Sé, em 19 de setembro de 1587; quarto filho de Pedro Fernandes de Gouvêa, Cavalleiro Fidalgo da Casa Real, e de D. Isabel Feo de Castello Branco; foi Bacharel em canones pela universidade de Coimbra, Capellão Fidalgo da Casa Real, Desembargador da Relação Ecclesiastica, Proto-Notario Apostolico de Sua Santidade, Vigario Geral, e Provisor dos casamentos do arcebispado de Lisboa, Chanceller do priorado do Crato, e Prior das parochiaes egrejas de S. Julião e de S. Thomé, d'esta cidade. Morreu, antes da Marqueza, em janeiro de 1657, sendo o seu testamento feito e approvado no dia 26 d'esse mez e anno.

sada em 2 de junho do mesmo anno: morreu em 1650, e jaz com seu pae.

6 **D. Theodosio de Bragança de Mello**, nasceu em Lisboa a 25 de março de 1642 e baptisou-se no paço. Seguiu a vida ecclesiastica, foi Conego da Sé de Lisboa e Arcediago da terceira cadeira[1], Sumilher da cortina de El-Rei D. Affonso VI, e Capellão Mór nomeado pela Rainha regente D. Luiza, mas que não chegoù a exercer, por desistir d'esse cargo a favor de Luiz de Sousa, por instancia do Principe D. Pedro quando entrou na regencia do reino, e o mesmo senhor lhe agradeceu por uma carta[2] assignada de sua real mão, que lhe escreveu para Coimbra onde elle se achava. Comtudo, desgostado por este motivo, adoeceu gravemente, e morreu n'esta cidade em 9 de julho de 1672, tendo feito testamento a

[1] Como Quartanario da terceira cadeira, achamos em umas Memorias do nosso parente o Conego Valentim Feo da Motta, que com elle entrára na festa de S. Vicente, feita na Sé, em 22 de janeiro de 1663, na qual prégara o padre Gabriel da Silva, da ordem dos Prégadores, e fora Escrivão o Quartanario Manuel Ribeiro Ferreira; e que lhe custara a elle Conego a sua parte 49$890 réis. Este mesmo Conego, sendo Vigario geral do arcebispado de Lisboa, foi um dos Juizes Commissarios, nomeado em 9 de dezembro de 1667, pelo Deão e Cabido da Sé Metropolitana de Lisboa *sede archiepiscopali vacante*, para a causa de nullidade do matrimonio d'El-Rei D. Affonso VI com a Rainha D. Maria Francisca Isabel de *Saboya*, que correu no anno de 1668. Este immoral processo já se imprimiu duas vezes!!!: em 1843 e em 1859; e o original existe na Collecção dita das Gavetas, do Archivo da Torre do Tombo, Gaveta 15, Maço 17, Documento 7. Valentim Feo, nasceu n'esta cidade em 1614, e n'ella morreu em 1679, com testamento feito n'esse anno a 24 de setembro: achando-se viuvo, e com uma filha unica, que casára contra sua vontade, abraçou o estado ecclesiastico; foi Bacharel em canones pela universidade de Coimbra, e occupou as dignidades que ficam referidas. Foram seus paes, Manuel Lopes Pinto, e Luiza da Motta Feo, proprietaria do officio de Guarda da Casa da India, que houve de seu pae Ruy Fernandes Cotta, e transmittiu ao marido; a qual foi irmã de meu quinto avô Luiz da Motta Feo, Cavalleiro Fidalgo da Casa dos Reis D. Filippe III e D. João IV, Cavalleiro professo na ordem de Christo, Thesoureiro da Casa de Ceuta, e Porteiro da Camera da Rainha D. Luiza Francisca de Gusmão.

[2] Dom Theodosio de Mello, Sobrinho Amigo. Eu o Principe vos envio muito saudar como aquelle que muito amo. Pelo que escrevestes ao Duque, e me representou da vossa parte, fiquey entendendo, como vos conformaes em que eu mande a Luiz de Souza exercite o cargo de meu Capellão mór. E vos agradeço muito esta demonstração do vosso animo, certificandovos, que me fica muito na lembrança para tratar de vossas conveniencias, e acrecentamentos, como deveis esperar da boa vontade que vos tenho, e da estimação que faço de quem sois: Escrita em Lisboa a vinte e tres de Novembro de mil e seiscentos e sessenta e nove. — Principe.

Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, tomo X, paginas 263.

7 do dito mez e anno, no qual se manda enterrar no jazigo da casa de Ferreira, em Evora, e que em tanto ficasse depositado em S. Bento de Xabregas, aos pés da Marqueza sua mãe.

VI **D. Nuno Alvares Pereira de Mello**, 1.º Duque de Cadaval por mercê de El-Rei D. João IV de 26 de abril de 1648, dia em que nasceu o Infante D. Pedro, depois Rei, e se lhe passou carta do titulo em 18 de julho, e a do assentamento, que era de 750$000 réis, em 12 de agosto, tudo do anno referido; 4.º Marquez de Ferreira, por carta de 3 de agosto de 1645, com o assentamento de 322$858 réis, por outra de 10 de dezembro d'esse anno; e 5.º Conde de Tentugal, por carta de 20 de março de 1641, com declaração que venceria o assentamento de 270$000 réis, que era o mesmo que tinha o Conde de Alcoutim, que lhe pertencia como parente da casa real reinante, desde o dia 4 de novembro de 1638 que foi aquelle em que nasceu na cidade de Evora. Mais se lhe passou carta de Conde sobrinho, em 8 de agosto de 1645. Foi Mordomo Mór das Rainhas D. Maria Francisca Isabel de Saboya, D. Maria Sophia de Neobourg, e D. Maria Anna de Austria, dos Conselhos de Estado e Guerra dos Reis D. Affonso VI, D. Pedro II e D. João V; do despacho da Junta Nocturna e das Mercês e Expediente na regencia da Rainha D. Luiza de Gusmão, sendo então, em 10 de março de 1659, nomeado Conselheiro do Estado; Mestre de Campo General junto á Real Pessoa, Capitão General da cavallaria e Governador das armas da corte e provincia da Extremadura, de Setubal e Cascaes, e do exercito que se formou na Beira em 1707; Presidente do Desembargo do Paço, do Conselho Ultramarino, e da Junta do Tabaco, logo na sua creação em 1678; Alcaide Mór das villas e castellos de Olivença e Alvor; Commendador de Santo Isidoro da villa de Eixo, Santo André de Moraes, Santa Maria de Marmeleiro, S. Mattheus do Sardoal, da ordem de Christo, de Grandola na de Santiago e de Noudar na de Aviz; senhor das villas de Buarcos, Povoa de Santa Christina, Tentugal, Villa Nova de Anços, Rabaçal, Arega, Alvaiazere, Penacova, Mortagoa, Ferreira de Aves, Villalva, Villa Ruiva, Albergaria, Agua de Peixes, Cadaval, Muge, Cercal, Peral, Noudar e Barrancos. Tendo vindo á noticia da Rainha regente, que elle intentava sair para a campanha de 1657, ella lho impediu por uma carta assignada de sua real mão, feita a 19 de maio d'esse anno, dizendo estas palavras: —*Encommendovos muito e vos mando por esta carta vos não sayaes desta Corte sem particular ordem minha.*— Ficando então frustrado o seu desejo, o poz depois em pratica no seguinte anno, com licença da mesma senhora [1], achando-se em diversas acções de guerra na

[1] Joanno Mendes de Vasconcellos, meu Tenente Real no Exercito de Alem-Tejo, Eu ElRey vos envio muito saudar. O Duque de Cadaval, meu muito amado e prezado

Beira e Alemtejo, sendo ferido na batalha do forte de S. Miguel no hombro esquerdo (cujos effeitos lhe duraram toda a vida), distinguindo-se muito n'esta e em outras occasiões, tanto pelo valor como pela prudencia. Serviu de Condestavel nas cortes que se celebraram em 27 de janeiro de 1668, para o juramento do Infante D. Pedro como Regente do reino, no impedimento perpetuo de El-Rei D. Affonso VI, e como Principe herdeiro da coroa; e tambem quando teve logar, em janeiro de 1674, o reconhecimento da Infanta D. Isabel Luiza Josefa, filha do mesmo Principe, na qualidade de successora da monarchia. Tendo-se ajustado no anno de 1681 o casamento da mesma senhora com seu primo o Duque de Saboya, Victor Amadêo, foi elle nomeado Embaixador Extraordinario para conduzir este Principe a Lisboa, com o qual se devia receber em Turim, em virtude da procuração que tinha da Princeza, passada em 29 de maio d'esse anno; e embarcando na nau S. Francisco de Assis, a qual denominavam o Monte de Ouro, uma das oito da armada real do commando de Pedro Jacques de Magalhães, 1.º Visconde de Fonte Arcada, que com os mais cabos, officiaes e o brilhantismo da fidalguia portugueza que n'ella ia, lhe era tudo subordinado, chegou a Niza. Nos estados de Saboya foi recebido com especiaes honras, e não foram menores as que se lhe fizeram nos de El-Rei de França Luiz XIV, o qual mandou expressamente ao Marquez de Erville, Governador do Pignerol, lhe désse o tratamento que na côrte de França

sobrinho, vay a esse Exercito servirme nesta occasião, o devido, que tenho com elle, a creação, que lhe fiz, e as grandes qualidades da sua Casa, me obrigão a lembrarvos, tenhaes á sua pessoa o respeito que se lhe deve, e volo digo assim tanto em geral, porque o vosso juizo, e assento, e a experiencia, que tereis, do que se uza nos Exercitos com semelhantes pessoas, escusão de vos advertir em particular, e só a levarvos esta Carta se despacha este Correyo. Escrita em Lisboa a 22 de Mayo de 1658. — A Rainha.

Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, tomo X, paginas 274.

Honrado Duque, Sobrinho Amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle que muito amo, e prezo. Por Carta de Joanne Mendes de Vasconcellos, do meu Conselho de Guerra, e meu Tenente General nesse Exercito, entendi o valor com que procedestes na primeira occasião que o Exercito teve de vir ás mãos com o inimigo. Alegrei me muito de saber, que em tão breve tempo imitaes tão bem os vossos antepassados. Agradeço volo muito, mas a affeição, que vos tenho, a estimação, que faço da vossa pessoa, o muito, que vay em vossa vida, me obriga a encomendarvos, e ordenarvos como preceito meu muito apertado, sigaes nesse Exercito, o que vos disser Joanne Mendes de Vasconcellos, que como Fidalgo tão amigo da honra, e tão zeloso das conveniencias do Reyno, vos dirá o como deveis satisfazer a huma e outra obrigação, e me dareis muito sentimento se entender não executaes esta ordem minha tão pontual, e inteiramente, como deveis. Escrita em Lisboa a 15 de Junho de 1658. — Rainha.

Tomo X, paginas 276.

se dá aos Principes estrangeiros, e assim foi tratado de Alteza, e que se lhe fizessem todas as honras militares que se costumavam praticar com a sua real pessoa; pelo que o Marquez Governador o foi esperar a distancia da praça, com tres mil infantes e quatrocentos cavallos, e o acompanhou até entrar n'ella, entregou-lhe as chaves da cidade e castello que elle recusou, contentando-se com a ceremonia de as tocar; á noite deu o santo, e no dia seguinte saiu d'ella com as mesmas honras. Na côrte de Turim, tanto o Duque de Saboya como sua mãe, *Madama Real*, irmã da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya, não lhe pouparam demonstrações do gosto que lhes merecia a commissão a que ia; com tudo este casamento não teve este effeito como é sabido, não só porque o Principe se achava convalescendo de uma grave molestia febril, e os medicos não julgaram prudente a sua partida, como porque o Duque «considerando quanto con-«vinha ao bem publico do reino frustar aquelle tratado, valendo-se de va-«rios accidentes que occorreram, conseguiu desvanecer esta alliança, ape-«sar da difficuldade que havia em desmanchar um negocio depois de ajus-«tado, e em que a Rainha entrava publicamente, por ser com um seu so-«brinho.» Tendo-se effectuado a paz com Castella, foi elle o primeiro Plenipotenciario nomeado com outros Ministros notaveis para o tratado d'ella, que se assignou n'esta capital no convento de Santo Eloy, em 13 de fevereiro de 1668. Quando El-Rei D. Pedro II, depois de haver reconhecido a D. Filippe V por successor da coroa de Hespanha, mudou de parecer, entrando na grande alliança a favor do Archiduque de Austria, depois Imperador de Alemanha Carlos VI, pretendente á mesma monarchia, tomou

Honrado Duque, Sobrinho Amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar, como aquelle que muito amo, e prezo. Por Carta de Joanne Mendes de Vasconcellos, do meu Conselho de Guerra, e meu Tenente General no Exercito dessa Provincia, entendo receberes huma ferida na occasião de 22 do corrente, com que se me diminuio o gosto daquelle dia; despacho este Correyo para saber o como vos achaes, que ainda que me dizem foy a ferida leve, não me quietarey, em quanto me não certifico de teres a saude que vos dezejo; agradeçovos o dares naquelle dia tão boa conta do vosso nome, e do vosso sangue; assim tenho por certo o fareis em todos os que se vos offerecer em semelhantes occasioens. Escrita em Lisboa a 25 de Julho de 1658. — Rainha.

Tomo X, paginas 278.

Honrado Duque, Sobrinho Amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar, como aquelle que muito amo, e prezo. Agora soube não estaveis melhor da vossa ferida, e porque me deixa este aviso com muito cuidado, vos encomendo me digaes por este Correyo de posta, que vay só a levar esta Carta, o que tendes, o como estaes, e me vades avisando por todas as vias do progresso da vossa doença, entendendo me tem dado muito desgosto. Escrita em Lisboa a 9 de Agosto de 1658. — Rainha.

Tomo X, paginas 279.

essa deliberação contra o voto do Duque: assim é referido pelo Marquez de S. Filippe, no Commentario da Guerra de Hespanha, pelas seguintes palavras — *De contrario parecer era el Duque, Principe de la Real sangre, serio y prudente.* — Mereceu a particular estimação não só d'El-Rei D. João IV, que o havia creado, dando-lhe um quarto no proprio paço, e antes de expirar se despediu d'elle abraçando-o; mas egualmente da Rainha D. Luiza de Gusmão, que lhe mandou participar logo o fallecimento do mesmo Monarcha por carta sua abaixo transcripta [1], e a quem elle depois auxiliou efficazmente quando quiz pôr cobro ás desordens de seu filho El-Rei D. Affonso VI, que as praticava instigado por pessoas de inferior cathegoria a que chamavam — patrulha baixa; — sendo quem com intrepido desembaraço tirou do paço a Antonio de Conti Vintimilha, que embarcado em um navio foi mandado para a Bahia, motivo por que logo que o mesmo Rei assumiu as redeas do governo o desterrou para a praça de Almeida, d'onde depois de cinco annos de exilio lhe permittiu vir com a sua casa para a villa de Alemquer, o que elle participou ao Infante D. Pedro, que lhe respondeu com uma carta escrita de sua propria mão [2]. Em

[1] Hoje faleceo ElRey nosso Senhor com tantas demonstraçoens de piedade, que podemos ter por certo está diante de Deos. Mandame a Rainha nossa Senhora avizar a Vossa Excellencia da sua parte para que a ajude a sentir tam grande perda, e tam grande desconsolação como a em que se acha, estes respeitos, e o que se deve á memoria de tão grande Rey como perdemos, devem obrigar a V. Excellencia a toda a demonstração, que a Rainha nossa Senhora espera muito confiadamente de quem V. Excellencia he. Tem a consolação de V. Excellencia querer tomar o trabalho de ajudar a levar o corpo de S. Magestade do lugar em que se ha de pôr lhe a liteira, e tiralo della para a entrega que se ha de fazer á Mizericordia no terreiro de S. Vicente, e pollo depois no tumulo em que ha de ficar. O Officio de corpo prezente se ha de amenhãa pela menhãa fazer se V. Excellencia se quizer achar prezente. O enterro ha de ser das nove para as dez da noute. O luto capuz de baeta virada do aveço, carapuça que caya sobre o hombro, manteo sem goma, e isto por dous mezes, no fim dos quaes se ha de abrir o capuz e uzar de chapeo. Ha de durar este luto hum anno, e passado elle se ha de aliviar, e trazer aliviado por outro. S. Magestade fez Testamento, e dispos do governo dos seus Reynos, na forma que V. Excellencia entendera dos Capitulos que tratam desta materia, que a Rainha nossa Senhora mandara remeter a V. Excellencia, para que lhe seja prezente a rezolução que tomou. Deos guarde a V. Excellencia muitos annos, do Paço 6 de Novembro de 1656. — Pedro Vieira da Silva.

Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, tomo V, paginas 553.

[2] Honrado Duque Sobrinho Amigo: Eu o Infante vos envio muito saudar como aquelle que muito amo e prezo. Foyme dada a vossa Carta de 14 do corrente, em que me daes conta da mercê, que ElRey, meu Senhor, foy servido fazer vos, na permissão de assentares a vossa Casa dez legoas da Corte, o que estimey infinito, não tanto por vos ter mais visinho, quanto pela esperança, que dahi tiro, de ser principio esta acção a de chamarvos muito sedo Sua Magestade para junto de si, e fazervos aquellas honras,

egual estima foi tido d'El-Rei D. Pedro II achando-se presente ao seu fallecimento, e ao d'El-Rei D. João V, ao qual levou nos braços á pia baptismal, assim como a seus irmãos os Infantes D. Francisco, D. Antonio, D. Manuel, D. Isabel, D. Thereza e D. Francisca, e aos filhos do mesmo senhor, os Principes D. Pedro e D. José, e o Infante D. Pedro (estes dois ultimos vieram depois a ser Reis), e a Princeza D. Maria Barbara, que casou com o Rei de Hespanha D. Fernando VI. Não foi menor a consideração que os Principes estrangeiros por elle mostraram, como se vê das cartas que vem copiadas na Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, e nós aqui [1] as

que à vossa Casa e serviços são devidas, e podeis crer do meu animo, pela experiencia, que tendes, da grande estima em que tive sempre a vossa pessoa, que vos ajudarey a festejar todas as occasioens, que tiverdes do vosso contentamento. Escrita em Lisboa a 30 de Junho de 1667. —Infante.

Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, tomo X, paginas 291.

[1] Carolus Dei gratia Magnae Britaniae, Franciae, et Hiberniae Rex, Fidei Defensor, etc. Excellentissimo Domino Duci de Cadaval, Serenissimo Portugalliae Regi à Consiliis Secretioribus, etc. salutem. Excellentissime Domine, litteras Excellentiae Vestrae Nobis atulit Vir Optimus Episcopus Electus Promontorii Viridis, undè generositatem animi vestri in rem, et personam Nostram propensissimi facilè comperimus. Gratissimus certè Nobis esset adventus vester in Angliam, et Serenissimam, Dilectissimamque Conjugem Nostram tam eximio satrapa comitatam fore, multo acceptissimum haberemus: sed omnia nostra solatia, et comoda etiam, boni Fratris Nostri Portugalliae Regis utilitati postponere didicimus; Et cum sua Majestas Excellentiae Vestrae presentia alibi indigeat, Nos tanta gaudii Nostri parte non invitè carebimus. Illud utcunque sciat Excellentia Vestra ubicunque res Lusitanicas procurat, promovetque (quas cum Nostris propriis aequè caras habemus) non minùs placebit, quàm si in Aula nostra esset, et in honorifico Regiae Nostrae Regio de Whitehall, tertio die Decembris, 1661. —Excellentiae Vestrae —Bonus amicus —Carolus Rex. —E no sobrescrito —Excellentissimo Domino Duci de Cadaval, Serenissimo Portugalliae Regi à Consiliis Secretioribus, etc.

Tomo X, paginas 283.

Meu Primo. Sirvome da occasião dos parabens que dou a ElRey, meu Senhor Irmão, do seu casamento, para vos agradecer os pezames que me destes da morte da Rainha minha sogra, a qual me foy muito sensivel pela estimação, que fazia da sua pessoa, e amizade que com ella tinha. Tenho dado ordem ao meu Enviado, para que vos veja da minha parte, e vos segure que folgarey muito de ter occasioens em que poder testemunhar a verdade, com que sou —Meu Primo —Vosso affectuoso Primo —Whitehall 27 de Novembro de 1666. Carlos Rey. Nota Bene —*Esta Carta era escrita na lingoa franceza, da qual foi fielmente traduzida.*

Tomo X, paginas 284.

Meu Primo. Tenho estimado muito as demonstrações de gosto que vós me testemunhaes de haver contrahido alliança com huma Princeza da minha Casa; Eu tive

transcrevemos, com outros documentos que a elle tambem dizem respeito, indicando o tomo e paginas da mesma obra em que vem publicadas; de

summo gosto de a ver, e não duvido, que isto sirva tambem de augmentar a inclinação que sempre mostrastes aos meus interesses. Desejo, que esta alliança seja seguida de muitas felicidades, e vos dê tanta saptisfaçāo, como promettem as apparencias reguladas pelas virtudes e merecimento da Princeza vossa esposa. Tende tambem a certeza, de que estimarey summamente dar a hum e a outro testemunhos do meu affecto em todas as occasioens, que se offerecerem. Nosso Senhor haja a vossa pessoa, meu Primo, em sua santa guarda. Pariz 6 de Fevereiro de 1671. — Luiz. — De Lione.

Tomo X, paginas 298.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor. Todas as vezes, que V. Excellencia tiver gosto de me fazer favor, o póde executar á sua vontade, sem que seja necessario esperar a opportunidade das occasioens, mas quando lhe for mais comodo: e assim he superflua a desculpa que V. Excellencia me dá na sua humanissima Carta de 19 de Março passado, de ter retardado a reposta de huma minha de boas festas: quanto mais he muito importante ao serviço de Sua Magestade, que V. Excellencia busque no exercicio da caça algum alivio ao grande pezo dos negocios. Recebo hum grande gosto, de que V. Excellencia conserve á minha pessoa e Casa Eleitoral huma tão favoravel propensão, de que a Magestade da Rainha me tem dado plena e verdadeira informação. Esteja V. Excellencia seguro, que da minha parte he igualmente correspondido com huma perfeita confiança nos seus favores, dos quaes espero, que a minha Casa receba grandes vantagens. Agradeço a V. Excellencia o querer renovar o meu jubilo com a feliz noticia que me dá da prenhez da Rainha. Espero que Deos abençoará a summa piedade de Suas Magestades, e consolará os seus Reynos, Povos, e Estados com huma permanente e estavel successão, pois já se vem os preludios da Divina Providencia. Pesso a V. Excellencia com toda a instancia me continue o seu affecto, e disponha de mim em tudo o que lhe occorrer, para assim poder dar a V. Excellencia hum testemunho do desejo que conservo no meu coração de ser perpetuamente. — Heydelberg, 20 de Abril de 1688 — De Vossa Excellencia — Senhor Duque de Cadaval, Affectuosissimo, e Parcialissimo Servidor — Filippe Guilhelmo, Eleitor.

Tomo X, paginas 311.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor. Tendo se concluido felizmente o matrimonio do Principe, meu filho primogenito, com a Serenissima Princeza Dorothea Sofia, filha do Serenissimo Eleitor Palatino, dou parte a Vossa Excellencia, assim para lhe manifestar a grande estimação que faço do seu merecimento, e da sua Casa, como para que V. Excellencia participe do gosto, que a mim me causa, e a toda a minha Casa: espero que V. Excellencia estime este alegre successo, e que reconheça na parte que delle lhe dou, o affectuoso desejo, que conservo de o servir, de que lhe peço me dê muitas occasioens, e em tanto de todo o coração beijo a V. Excelencia a mão. Parma 15 de Dezembro de 1689. — De Vossa Excellencia. — Affectuosissimo Servidor. — Raynucio Farnese.

Tomo X, paginas 313.

Carlos II Rei da Grã Bretanha, de Luiz XIV Rei de França, nas quaes lhe dão o tratamento de Primo; de Filippe Guilherme, Eleitor de Neobourg,

Decreto. — O Duque Mestre de Campo General, junto à minha pessoa, ha de ir à Junta dos Tres Estados, todas as vezes que entender que convem ao meu serviço, para communicar as materias que pertencem á administração da Junta, e me poder aconselhar nellas. A Junta o tenha assim entendido. Lisboa a 3 de Julho de 1693. — Com Rubrica de Sua Magestade.

Tomo V das Provas, paginas 557.

Honrado Duque, Sobrinho amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle que muito amo e prezo. Ainda que me he muito sensivel apartar de mim a vossa pessoa, porque em toda a parte me he muito util o vosso conselho, e a vossa assistencia muito agradavel, como pedem as muitas razoens do devido, que com vós tenho, e com a vossa Casa, e me seria tambem necessario o vosso valor, e experiencias militares nesta occasião, em que passo à Campanha com ElRey Catholico meu bom Irmão, e Sobrinho, sem embargo de tudo me he precizo com grande violencia do meu animo, e da muito boa vontade para com a vossa pessoa deixarvos nesta Corte, para que attendaes á defensa della, como Mestre de Campo General junto à minha Real pessoa, e para que assistaes à Rainha da Grãa Bretanha, minha muito amada e prezada Irmãa, que fica encarregada do governo, em quanto eu estiver ausente, e ao Principe, e Infantes meus muito amados e prezados filhos; e assim com eu não podia mostrarvos com mayor evidencia a summa confiança, que justamente faço da vossa pessoa, que encarregarvos na minha ausencia da defensa da Cidade capital desta Monarchia, e assento de minha Real pessoa e Corte, e da assistencia, e segurança da Rainha minha irmãa, e do Principe e Infantes meus filhos; assim tambem estou certo, que em tudo o referido, e em quaesquer accidentes, que se offereção, correspondereis igualmente a esta justa estimação, e confiança que faço de vós, com que accrescentarey os motivos que tenho para a particular estimação que me deve a vossa pessoa, e para desejar ter occasioens de vola manifestar cada vez mais, assim a vós, como a toda a vossa Casa, com os effeitos da minha boa vontade. Escrita em Lisboa a 8 de Mayo de 1704. — Rey.

Tomo X, paginas 318.

Honrado D. Nuno Alvares Pereira, Duque de Cadaval, Sobrinho Amigo: Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle que muito amo, e prezo. Tendo consideração às grandes qualidades, merecimentos, e serviços, que concorrem na vossa pessoa, e confiando, que em tudo o que vos encarregar me servireis muito à minha satisfação, como haveis mostrado em todas as occasioens. Hey por bem nomearvos para governares o Exercito, que mandey formar na Provincia da Beira, para haver de entrar em Castella, o que fareis com o posto de Mestre de Campo General junto a minha Real pessoa, que na vossa reputo por igual ao de Capitão General, e fio de quem vós sois, e do vosso valor, e experiencias militares, obrareis com elle tudo o que militarmente entenderes que se póde obrar para credito de minhas Armas, conservação deste Reyno, e beneficio da causa commua; e acabada a Campanha, que espero ser muito gloriosa pela vossa direcção, vos recolhereis a esta Corte, e quero, que governeis o dito Exercito na forma

e de Rainucio Farnese, Duque de Parma. Durante a molestia de que acabou, e em outra que tivera no anno de 1716 [1], foi visitado por El-Rei D.

sobredita por esta minha Carta somente, sem embargo de não ser Patente passada pelo Conselho de Guerra, e não obstante qualquer ordem, ou Regimento em contrario. Escrita em Lisboa a 30 de Abril de 1707. —Rey.

Tomo X, paginas 325.

Honrado Marquez das Minas Amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle, que prézo. Tenho nomeado a D. Nuno Alvares Pereira, Duque de Cadaval, meu muito amado e prezado sobrinho, para Governador do Exercito, que mandey formar na Provincia da Beira, com o posto de Mestre de Campo General, junto à minha pessoa, que na sua reputo por igual ao de Capitão General. E porque póde succeder, que o Exercito, que governais, nesse Reyno de Valença, se una com o da Beira, tereis entendido, que o Duque neste caso ha de governar ambos, assim nas terras deste Reyno, como de Castella, ficando vós à sua ordem: e estou certo, que unidos os Exercitos, vos hajais com tão prudente concordia, que na disposição das facções militares que se offerecerem, se logre com felicidade o effeito dellas, como convem à reputação de minhas armas, e beneficio da causa commua. Escrita em Lisboa a 6 de Mayo de 1707. —Rei.

Tomo V das Provas, paginas 554.

Conde de Gallovay Eu ElRey vos envio muito saudar. Tenho nomeado a D. Nuno Alvares Pereira, Duque do Cadaval, meu muito amado, e prezado sobrinho, para Governador do Exercito que mandey formar na Provincia da Beira, com o posto de Mestre de Campo General, junto à minha pessoa, que na sua o reputo por igual ao de Capitão General; e porque póde succeder, que o Exercito que tenho nesse Reyno de Valença governado pelo Marquez das Minas, do meu Conselho de Estado, e Guerra, se junte e una com o da Beira, tereis entendido, que o Duque neste caso ha de governar ambos, ficando o Marquez, e vòs á sua ordem, ou seja nas terras deste Reyno, ou do de Castella. Escrita a 6 de Mayo de 1707. —Rey.

Tomo V das Provas, paginas 555.

[1] O Duque do Cadaval, depois de se achar melhorado do defluxo da gota que muytas vezes padece, lhe sobreveyo outra queixa que pareceu de perigo, e deo cuydado aos Medicos, mas cessou com o beneficio de alguns remedios.

Sua Mag. que Deos guarde, o foy visitar incognito na tarde de 12 de corrente, acompanhado somente do Duque D. Jayme seu Estribeyro Mór, e Marquez das Minas Gentil-homem da Camara de semana, e lhe significou o cuydado com que estava na sua queyxa, o desejo que tinha de que muy breve estivesse livre della, acompanhando estas expressoens com muytas outras do seu Real e generoso animo para com a pessoa do Duque.

Guilherme Low Inglez, Cirurgião do Enviado da Grã Bretanha, e Izack Eliot Francez, Cirurgião Mór do Exercito, ambos insignes na sua profissão, tomárão por sua conta reduzir á fórma mais commoda o uso dos banhos que atégora se disserão das Al-

João V e pelos Infantes D. Antonio e D. Francisco; e se elle era querido dos Principes que lhe faziam taes honrarias, não o era menos do povo de Lisboa, que pelo seu Juiz e Escrivão, egualmente ia saber d'elle; foi por todos tido em grande conceito, de que deu prova o proprio tribunal da inquisição aceitando-o para familiar do Santo Officio, quando apenas contava dezenove annos de edade, em 18 de outubro de 1657. Morreu em Lisboa a 29 de janeiro de 1727 [1], e d'esta cidade foi levado para o con-

cassarias, e se chamarão daqui por diante os Banhos do Duque, por ser o Duque do Cadaval o senhorio delles: formando 14 banhos com seus camarotes, seis para homens, e oyto para mulheres, todos providos de muyta agua e com tam boa ordem, que as mulheres tem differente entrada e se não podem encontrar com os homens. Estes banhos se abrirão quarta feyra 17 do corrente com grande utilidade publica, por terem as mesmas virtudes que as Caldas da Rainha, com os admiraveis effeytos que a experiencia tem mostrado.

Gazeta de Lisboa, sabbado 20 de junho de 1716, paginas 124.

[1] Falecêo na madrugada de 29 do corrente em idade de 89 annos, havendo nascido em 4 de Novembro de 1638, D. Nuno Alvares Pereira de Mello, 1.º Duque de Cadaval, 4.º Marquez de Ferreira, 5.º Conde de Tentugal, do Conselho de Estado e Guerra de S. Mag.; Presidente do Tribunal do Desembargo do Paço, Mordomo Mór das Serenissimas Rainhas de Portugal, D. Maria Francisca Isabel de Saboya, D. Maria Sofia de Neuburgo, e D. Marianna Josefa de Austria; Mestre de Campo General junto á pessoa de S. Magestade, e General de Cavallaria da Provincia da Estremadura e partido da Corte, cuja morte pelas suas muitas virtudes será sensivel a todo o Reino.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 30 de janeiro de 1727, paginas 40.

Depois de embalsamado o corpo do Duque de Cadaval D. Nuno Alvares Pereira, que governava as armas nesta Corte, de cujo falecimento se deu conta a semana passada, se expoz em huma antecamara armada, onde os Religiosos Arrabidos, de quem foi grande bemfeitor, lhe cantárão as Matinas do Officio de Defuntos, e os Conegos da Congregação de S. João Evangelista, vulgarmente chamados Loyos, em cujo Mosteiro da Cidade de Evora, está o jazigo da sua Casa lhe cantárão Laudes, e o seu Geral a Missa; algumas das Communidades das duas Cidades concorrêrão a encommendallo, e alguns Mosteiros dobrárão dous dias os sinos. Preparadas todas as cousas necessarias para o seu enterro, e dispostas as honras militares por ordem do Marquez de Marialva, Gentilhomem da Camara de S. Magestade, e Sargento Mór de batalha, se deu ordem de marcha. O Duque D. Jayme acompanhado de todos os parentes, entrou a lançar-lhe agua benta, e todos vierão acompanhando o caixão (em que pegárão os mesmos Conegos de S. João Evangelista) até á escada, donde se apartárão depois que a liteira em que o puzerão andou. Começou a marcha por seis cavallos de mão enlutados até o chão, levados por outros tantos palafreneiros tambem enlutados, e o da pessoa com o mesmo luto e desferrado. Seguião-se logo 20 dos mesmos Conegos a cavallo com tochas, e a sua Cruz diante. Em terceiro logar o Alferes com o Guião, e nelle as armas de sua Casa. Em quarto logar hum pagem a cavallo com o seu corpo de armas e a sua espada. Em quinto

vento de S. João Evangelista, na de Evora, e n'elle jaz com seu filho o Duque D. Luiz. Casou tres vezes: a primeira em 29 de dezembro de 1660, com D. Maria de Faro, 8.ª Condessa de Odemira, já viuva, e sem filhos, de D. João Forjaz Pereira Pimentel, 8.º Conde da Feira, filha herdeira das casas de seus paes, D. Francisco de Faro, 7.º Conde de Odemira, do Conselho de Estado dos Reis D. João IV e D. Affonso VI, e Ayo d'este ultimo, Vêdor

o seu Estribeiro tambem enlutado, e seguido de seis lacayos vestidos de luto com archotes de cera. Em sexto o corpo de S. Excellencia na fórma já referida, entre oito moços da sua camara, vestidos de mayor luto, com tochas. Em setimo lugar o seu coche, e dous lacayos com archotes de cera ás porteiras, tudo coberto de negro. Nesta forma descêo pela rua do Mestre Gonçalo até ao Rocio, onde estava formada em duas linhas a infantaria e Cavallaria da guarnição da Corte, com duas peças de artilharia conduzidas pelo Tenente Coronel Monsieur de Roncailhe, acompanhados de dous Ajudantes, tres Condestaveis, doze artilheiros, e mais petrechos necessarios para uso da artilharia, tudo coberto de luto. Todos os Officiaes assim de Infantaria, como de Cavallaria, para demonstração de luto tinhão fumos no chapéo, no braço esquerdo e na espada. Nos Estandartes tinhão fumos cahidos. As caixas e atabales cubertos de luto, assim estas como as trombetas tocavão destemperados, e á sordina. Marchou o acompanhamento pelo Rocio pela fronte da primeira linha até o Palacio da Inquisição, e alli foy recebido com a segunda descarga da mosquetaria das duas linhas, que havião feito a primeira, assim como o corpo sahio do seu palacio, começando sempre primeiro a Artilharia. E logo entrando o acompanhamento por entre ambas as linhas, o Marquez, que depois de haver ido com os Officiaes de Ordens lançar-lhe agua benta em sua casa, e o esperava na testa das Tropas, se poz em marcha com as columnas, levando o corpo, e o mais referido acima no centro dellas, pela Rua dos Escudeyros, Rua Nova, Arco dos Pregos, Terreyro do Paço, e Ribeira até o Caes dos Mouros. Na Infantaria levavão os Officiaes os espontoens de rasto: os Alferes arrastravão as asteas das bandeiras enroladas, pegandolhes pelas choupas: os Soldados com os mosquetes debayxo do braço direito com as bocas para o chão. Na Cavallaria os Officiaes e soldados com as espadas na mão, mas derribadas sobre os pescoços dos cavallos: as caravinas penduradas nas molas das bandoleiras e os Estandartes colhidos. No Caes dos Mouros formada toda a Cavallaria e Infantaria em batalha junto á muralha da marinha, se chegou o Marquez de Marialva para o Caes a esperar o corpo, acompanhado dos Officiaes de ordens; neste lugar tirárão o caixão das andas os Moços da Camera do Duque, e o entregárão aos Conegos, que o levárão para hum escaler, e outras mais embarcações que o esperavão para o conduzir á Aldea-Gallega. O Alferes que levava o guião, quebrando em pedaços a astea delle, o recolheo, metido o caixão no escaler, e o Marquez mandou dar fogo á artilharia. Logo os Esquadrões de ambas as linhas fizerão a sua descarga, a que se seguio o baluarte da Védoria, e todas as Torres que ha por ambas as partes do Tejo até o mar Occeano. O Castello de S. Jorge continuou a disparar cada quarto de hora hum tiro, desde que o corpo sahio de casa até as 9 horas da manhãa seguinte, em que continuou a sua marcha desde Aldea-Gallega para a Cidade de Evora.

Gazeta etc., quinta feira 6 de fevereiro de 1727, paginas 47.

da Fazenda, Presidente do Conselho Ultramarino, Ministro da Junta do Governo na regencia da Rainha D. Luiza de Gusmão, senhor das villas de Penacova e Mortagoa, e do paul de Muge, Alcaide Mór de Alvor, etc. (sexto neto por varonia dos Duques de Bragança D. Fernando I e D. Joanna de Castro) e da Condessa D. Marianna da Silveira. A Duqueza e seu marido fizeram doação ás religiosas trinas do mosteiro de Nossa Senhora da Soledade de Lisboa, do seu casal da Boa Vista junto ao mosteiro, em que se achavam muito apertadas, e com elle se alargaram, ficando tão bem

Segunda feira 17 do corrente celebrou a Irmandade dos Passos do Convento de N. S. da Graça com assistencia de toda a Corte, e Religiões as exequias do Duque de Cadaval, que tinha sido seu Provedor cinco annos, prégou com grande erudicção o Padre Frey Manoel de Figueiredo, Lente de Theologia e Prior do mesmo Convento. Assistio tambem a esta funcção o Duque Estribeyro Mór seu filho, e os parentes todos da casa.

Gazeta etc., quinta feira 20 de fevereiro de 1727, paginas 64.

No Real Convento de S. Francisco desta Cidade celebrou a Ordem Terceira quinta feira passada as Exequias do Duque de Cadaval em gratificação de haver sido Enfermeiro perpetuo da dita Ordem, e tres vezes Ministro della, concorrendo a esta funcção toda a Nobreza, e Religiosos de todas as Religiões; fazendo a Oração funebre o P. Fr. Antonio Caetano de S. Boaventura, Leitor jubilado, e Custodio actual da Provincia.

Gazeta etc., quinta feira 27 de fevereiro de 1727, paginas 71.

Os Clerigos Regulares da Divina Providencia em agradecimento dos beneficios, que recebêrão do Duque de Cadaval D. Nuno Alvares Pereira de Mello, lhe fizerão na sua Igreja na dia primeyro de Março (que era o trigesimo depois da sua morte) hum Officio solemne com Missa, e Oração funebre, que recitou D. Manoel Caetano de Sousa, do Conselho de S. Mag. e Pro-Commissario da Bulla da Sãta Cruzada nestes Reynos, com a erudicção, que costuma.

Gazeta etc., quinta feira 6 de Março de 1727, paginas 80.

Elogio Funebre nas Exequias, que na sua Igreja de Nossa Senhora da Divina Providencia celebraram os Clerigos regulares no 1.º de Março de 1727. A seu Grande Bemfeitor o Excellentissimo Senhor D. Nuno Alvares Pereira de Mello, Primeiro Duque do Cadaval, etc. Pelo Illustrissimo Senhor D. Manoel Caetano de Sousa, Clerigo Regular, do Conselho de Sua Magestade, Pro-Commissario Geral Apostolico da Bulla da Santa Cruzada n'estes Reinos, e Senhorios de Portugal, e suas Conquistas — Lisboa Occidental. Na officina de Joseph Antonio da Silva, impressor da Academia Real. 1731. Com todas as licenças necessarias.

Doze Linhas Genealogicas com as quaes se tece o precedente Elogio Funebre; ou doze columnas, sobre que se erige o Mausoleo Encomiastico do Excellentissimo Senhor D. Nuno Alvares Pereira de Mello, Primeiro Duque do Cadaval, etc. Deduzidas, e Formadas pelo Author do Elogio.

accommodadas que, agradecidas, em remuneração reciproca, lhes deram dois logares perpetuos n'aquella casa, para elles e seus successores, de que se lavrou escriptura em 4 de julho de 1662. Falleceu esta senhora em 3 de fevereiro de 1664, e jaz no convento de Nossa Senhora da Luz, por assim o deixar determinado no testamento que fez aos 30 de janeiro do mesmo anno, no qual entre muitos legados ha o do paul de Muge e suas pertenças, ao Duque seu marido. A segunda a 7 de fevereiro de 1671, com a Princeza Maria Angelica Henriqueta Catharina de Lorena, a qual, desembarcando em Lisboa, foi pela primeira vez ao paço no dia 5 de agosto do dito anno, a beijar a mão á Rainha, então Princeza, D. Maria Francisca Isabel de Saboya, sua prima em segundo grau, que lhe conferiu as honras de Duqueza, tendo sido ouvido o Conselho de Estado para a formalidade do tratamento, e a nomeou sua Camareira Mór, distinguindo-a com demonstrações publicas, indo visital-a a sua casa em Belem, onde estava tomando o nojo da morte de seu cunhado D. Theodosio. Não durou muito esta união, porque a Duqueza morreu de parto em 10 de junho de 1674. Era filha de Francisco de Lorena, Conde de Harcourt, de Rieux e de Rochefort, e de Anna de Ornano, Condessa de Montlaur, Marqueza de Maubec, e Baroneza de Aubenas, bisneta por sua avó paterna, a Duqueza de Elbeuf, Catharina Henriqueta, de Henrique IV Rei de França, e de Gabriella de Estrées. E a terceira tambem em França, em 25 de julho de 1675, com a Princeza Margarida Armanda de Lorena, nascida em 17 de novembro de 1662, segunda prima da anterior Duqueza. Ambas estas senhoras foram conduzidas a Lisboa em esquadras francezas que El-Rei Christianissimo Luiz XIV mandou preparar para esse effeito; assim se praticaram as coisas n'essa época. Falleceu n'esta cidade em 15 de dezembro de 1730[1] pelas 11 horas da noite, e jaz debaixo do altar de Nossa Senhora da Madre de Deos, na egreja do seu convento. Era filha de Luiz de Lorena, Conde de Armagnac, de Charny e de Brione, Estribeiro Mór de El-Rei de França, etc., descendente das casas de Lorena e de Bourbon, e da Condessa Catharina de Neuville, Dama da Rainha de França D. Maria Thereza.

[1] No mesmo dia (Sesta feira da semana passada) faleceo nesta cidade com 68 annos e 29 dias de idade, a Excellentissima Senhora D. Margarida de Lorena, Duqueza de Cadaval, terceira mulher do Duque D. Nuno Alvares Pereira de Mello com quem se recebeo em 25 de Junho do anno 1675, e de quem ficou viuva em 29 de Janeiro de 1727. Era filha de Luiz de Lorena, Conde de Harcourt Armagnac, Par e Estribeiro Mór de França, Principe do Sangue Real da Casa dos Duques de Lorena, Reys de Jerusalem. Foy sepultada, por devoção sua, na Igreja da Madre de Deos do Real Convento de Xabregas, onde no dia seguinte se celebrárão as suas exequias com assistencia de toda a mayor Nobreza do Reino.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 21 de dezembro de 1730, paginas 388.

Teve o Duque os seguintes filhos.

Da primeira mulher:

7 **D. Joanna de Faro**, Condessa de Tentugal, e 9.ª de Faro e de Odemira, etc. Nasceu em 1661 e falleceu em 1669.

Da segunda dita:

7 **D. Isabel de Lorena.** Nasceu em 11 de janeiro de 1674 e casou com Rodrigo Annes de Sá, 3.º Marquez de Fontes, e depois 1.º de Abrantes. —C. g.

7 **D. Francisco de Mello.** Nasceu Conde de Tentugal em 7 de junho de 1674 e n'esse mesmo dia morreu.

Da terceira dita:

7 **D. Francisco de Mello.** Nasceu Conde de Tentugal em 5 de abril de 1677 e acabou no de 1678, havendo-lhe El-Rei D. Pedro II mandado dar, por um decreto de 28 de janeiro d'esse anno, o assentamento que por filho de Duque lhe pertencia.

7 **D. Catharina de Lorena.** Nasceu a 25 de julho de 1678 e falleceu com 14 dias de vida.

7 **D. Luiz Ambrosio de Mello**, 2.º Duque de Cadaval por mercê de 16 de março de 1682, feita ao Duque seu pae para este a ter em segredo até á volta da jornada de Saboya. Passou-se-lhe carta do titulo em 20 de abril e do assentamento em 4 de maio, tudo do anno de 1684; foi armado cavalleiro da ordem de Christo pelas proprias mãos de El-Rei D. Pedro II no oratorio privado do paço da Côrte Real, em 1 de fevereiro de 1698; e por carta de 6 de novembro d'esse anno acceito familiar do Santo Officio. Nasceu em 7 de dezembro de 1679, e morreu de bexigas em 13 de novembro de 1700. —S. g. Em Evora, no convento de S. João Evangelista aonde foi sepultado, tem na credencial da capella mór o seguinte epitaphio —AQUI JAZ D. LUIZ AMBROSIO DE MELLO, II DUQUE DO CADAVAL, GENRO DEL REY D. PEDRO II. FALEÇEO A 13 DE NOVEMBRO DE 1700. —Este Monarcha sentiu muito a morte do Duque a quem estimava como filho; encerrou-se tres dias tomando luto de capa curta, o qual foi geral para a côrte por aviso de 14 do dito mez e anno, expedido pelo Secretario de Estado Mendo de Foyos Pereira. Era casado com a senhora D. Luiza, fi-

lha do dito Rei D. Pedro, como elle menciona na seguinte declaração da sua lettra e signal —«Declaro, que houve huma filha de mulher donzella, «e limpa de sangue à qual ordeney chamassem D. Luiza, e a mandey «crear em casa de Francisco Correa de Lacerda, quero, que em todo o «tempo conste, que a referida he minha filha e a esse fim fiz esta de«claração, que entreguey a Francisco Correa, para que a guardasse em «quanto lhe não mandava o contrario. Lisboa o primeiro de Março de «1679 —Principe.»— Nasceu a mesma senhora aos 9 do janeiro antecedente em uma casa junto á Corte-Real, aonde de mandado do Serenissimo Principe D. Pedro, na presença do cirurgião da sua camara Antonio do Prado, por estar *in periculo mortis*, a baptisou Francisco Corrêa de Lacerda, sendo padrinho o Duque de Cadaval, e ambos assistiram a pôr-lhe os santos oleos no dia 2 de março d'esse anno na egreja de S. Nicolau, o Prior da mesma parochia Domingos do Valle, Thesoureiro da capella de Sua Alteza, seu Guarda Joias e Guarda Reposte, o qual abriu o assento como filha de paes incognitos por ser feito com dissimulação, e o referido Senhor o ordenar assim, pelo segredo que quiz houvesse n'este negocio, e depois lhe disse que era sua filha e que com essa declaração passasse certidão, o que fez em 28 do sobredito mez e anno. Teve por sua mãe a D. Maria da Cruz Mascarenhas (que se recolheu no convento de Santa Monica de Lisboa), natural da freguezia de Nossa Senhora da Purificação, do logar do Outeiro em Monte-Lavar, termo da villa de Cintra, irmã de Miguel de Carvalho Mascarenhas, freire professo da ordem de Santiago, para onde entrou precedendo a competente habilitação approvada em 31 de outubro de 1692, e de Manoel Gonçalves da Cruz, ambos familiares do santo officio, e todos tres filhos de Antonio Gonçalves e de Maria Carvalho, como justificou o Duque D. Luiz e a senhora D. Luiza, em 18 de outubro de 1695[1]. Creou-se em casa do mencionado Francisco Corrêa de Lacerda, Secretario de Estado, até á edade de oito annos, em que El-Rei a mandou recolher no

[1] O Guarda mór da Torre do Tombo mandará lançar nos livros do Registo della, a declaração, que fiz de minha letra, e sinal, em o primeiro de Março de 1679, para que em todo o tempo constasse, que D. Luiza, que mandava crear em Casa de Francisco Correa de Lacerda, era minha muito amada e prezada filha, como tambem a certidão do Duque, meu muito amado, e prezado sobrinho, e de Francisco Correa de Lacerda, meu Secretario de Estado, que a cscreveo, e a do Prior da Igreja Parochial de S. Nicolao Domingos do Valle, que a bautizou, ambas reconhecidas pelo Tabellião Domingos de Barros e a Escritura de dote, que se fez no casamento da mesma minha muito amada, e prezada filha D. Luiza, com o Duque D. Luiz Ambrosio de Mello, meu muito amado, e prezado sobrinho, para que em todo o tempo conste como sempre a conheci, e estimey por minha filha, desde o seu nascimento, e que como tal a mandey crear; e fique este irrefragavel e perpetuo testemunho da verdade no Archivo do

mosteiro de Carnide de religiosas de Santa Thereza, para a companhia de sua tia a senhora D. Maria, filha natural de D. João IV, a quem escreveu de sua propria mão a seguinte carta —«Minha Irmãa: Vay mi«nha filha Luiza assistir á vossa obediencia, adonde na doutrina ha de «achar os importantes documentos para huma Princeza Catholica, sendo «o vosso exemplo o mais efficaz dictame para a conduzir á mayor per«feição, que é o que mais lhe desejo, e lhe prometto certo de que ao «vosso affecto devo, que he muy igual á estimação que faço de vossa «pessoa. Deos vos guarde. Lisboa 21 de Fevereiro de 1687 —Rey.»— Depois lhe fez mercê do tratamento de Alteza, e lhe deu as commendas de Santa Maria de Moreiras no arcebispado de Braga, e de Santiago de Monsaraz no de Evora, passando-se o decreto abaixo transcripto[1], e o Papa Innocencio XII lhe concedeu faculdade de gosar os fructos das referidas commendas por um breve expedido em Roma a 24 de janeiro de 1695. Antes da declaração do seu casamento, nos fins do anno anterior, de 1694, escreveu a senhora D. Luiza uma carta á Rainha D. Maria Sophia, a qual de sua real mão lhe respondeu a seguinte —«Com «grande contentamento recebi a vossa carta, e as expressoens do vosso «affecto, e posso segurar-vos, que vo-lo merece o meu amor, porque «nesta parte não quizera me excedesse Sua Magestade: espero, que vós «assim o conheçaes, quando eu tiver o gosto de dar vos hum abraço «tendome com alguma impaciencia o tempo que me dilato nesta de«monstração, assim pela estimação de vossa pessoa, como pelos louvo«res, que Sua Magestade de vós me tem dito. Deos vos guarde, 2 de «Setembro. —Rainha.»— A Senhora D. Catharina, Rainha da Grã Bretanha, foi, logo que soube do dito tratado, ao mosteiro de Carnide darlhe os parabens, e a senhora D. Luiza tendo-a esperado na portaria lhe beijou a mão de joelhos, e sendo por ella levantada com muito agrado

Reino para memoria dos seculos futuros. Lisboa 31 de Agosto de 1695. —Rubrica de Sua Magestade.

«Este decreto e a declaração, certidões, e escriptura de dote que elle menciona, es«tão no Real Archivo, lançados de folhas 150 a 159, no *Livro segundo em que se regis«tão os papeis que se mandão registar na Torre do Tombo, o qual começou no anno de* 1679, «*sendo Guarda mór D. Antonio Alvares da Cunha, e Escrivão P.º Semmedo Estaço.*»

No tomo V das Provas da Historia Genealogica da Casa Real, de paginas 380 a 382, estão publicados todos os citados documentos relativos á filiação e mercês da senhora D. Luiza.

[1] Hey por bem fazer mercê a D. Luiza, minha filha, das Commendas de Santa Maria de Moreiras, do Arcebispado de Braga, e de Monsarás do Arcebispado de Evora, da apresentação da Casa de Bragança, que estão vagas, e que em quanto se não encartar possa comer por administração os fructos dellas, pela parte a que toca se passe o despacho necessario. Lisboa 19 de Setembro de 1692. —Rey—.

e abraçada, a conduziu ao seu aposento onde a Rainha se assentou em duas almofadas, e a mesma senhora em uma posta dentro do estrado, mas afastada e defronte de Sua Magestade, assistindo muitas senhoras titulares sem preferencia nem logar, conversando todas em quanto durou a visita; e as mesmas formalidades se praticaram quando a Rainha D. Maria Sophia, depois de restabelecida do incommodo do parto do Infante D. Antonio, foi tambem a Carnide para egual obsequio, levando comsigo o Principe e o Infante D. Francisco, e querendo honrar ao Duque D. Luiz lhe ordenou que a acompanhasse, e entrando elle no mosteiro viu a sua esposa mas não lhe fallou. A Rainha se recolheu ao paço, tendo-lhe feito, em attenção de enteada, todos aquelles favores que costumam fazer as Magestades quando querem honrar mais os seus; e no dia immediato ella lhe escreveu a seguinte carta —«Senhora. O meu «cuidado, e as minhas saudades carecem deste alivio, façame V. Mages«tade mercê dizer como chegou, e Suas Altezas, e porme a seus Reaes «pés, supposto, que me faz digna desta honra o grande amor, que lhe «tenho, e o singular gosto, com que os vi. Deos guarde a Real pessoa «de Vossa Magestade, como desejo, e hey mister. Santa Thereza, se«gunda feira. Beija os Reaes pés de Vossa Magestade. Dona Luiza.»— E no sobrescripto —«Á Rainha minha Senhora.»— Desta carta mostrou a Rainha a estimação que fazia, respondendo logo de sua propria mão a seguinte —«Hontem nos recolhemos tambem com saudades tuas, «mas com o contentamento de as aliviar brevemente, Sua Magestade es«timou muito as noticias, que eu lhe dey, e espera verte com grande «alvoroço, e todos havemos de procurar sempre honrar te, e fazerte «mercê, como pede o amor, que te temos, e a grande estimação, que «fazemos da tua pessoa. Deos te guarde como desejo. Do Paço 16 de «Mayo de 1693. Rainha.»— Ajustou-se o casamento por um tratado matrimonial que foi outorgado a 11 de abril de 1695 na ermida de Nossa Senhora das Necessidades, e para o qual ElRei por alvará de 7 d'esse mez e anno, nomeou procuradores por parte da senhora D. Luiza, ao Marquez de Alegrete Manuel Telles da Silva, Gentil homem da sua Camara, do Conselho de Estado, e Vêdor da Fazenda, e ao Doutor João de Roxas de Azevedo, seu Secretario da Assignatura, do seu Conselho, Desembargador do Paço, e Chanceller Mór do Reino: dotou-se a mesma senhora com as duas commendas já mencionadas, e com as joias, prata e oiro que levou para o casal; e os Duques seus sogros e esposo se obrigaram ao dote e arrhas, que foram de dezeseis mil cruzados, e se lhe passou alvará de segurança a 23 do mesmo mez e anno, que está a folhas 276 v. do livro 22 da Chancellaria de El-Rei D. Pedro II. Celebraram-se os desposorios na referida ermida no dia 14 de maio do dito anno, assistindo o Duque D. Luiz e o Duque seu pae com

procuração da noiva; e a 25 do mesmo mez, voltou a Rainha D. Maria Sophia a Carnide a buscal-a em liteira, e fazendo-a tomar o assento de diante a trouxe por entre grande concurso de povo apinhado pela estrada e ruas d'este grande transito, até o paço da Corte-Real, onde a esperava toda a côrte, e depois de beijar a mão a El-Rei seu pae e de estar largo tempo conversando com elle e com a Rainha na sua camara, quando eram já dez horas da noite a entregaram á Duqueza de Cadaval, sua sogra, e acompanhada dos Duques seu esposo e sogro e de outros muitos senhores foram para a sua magnifica casa de campo de Palhavã, onde se consummaram as vodas; d'ahi a alguns mezes adoeceu esta senhora e a Rainha a foi visitar a sua casa, honra que muitas vezes repetiu, pois em quanto viveu a tratou sempre com o carinho e amor de mãe, que tal parecia ser e não madrasta; levou-lhe uma joya de rubins e diamantes de grande preço por brinco de sangria, e já pela occasião do casamento lhe tinha dado um adereço de muito valor tambem de diamantes; havia-lhe ordenado que ao menos um dia por semana fosse ao paço, e então entrava occultamente na propria liteira com ella, e ia jantar a sua casa, pondo-a comsigo á mesa a que assistiam os Duques e Duqueza e serviam os cunhados, D. Jayme de Mello (que depois foi seu esposo) e D. Alvaro de Mello, e passando Sua Magestade assim divertida o dia e parte da noite, acompanhada da referida senhora se recolhia ao paço com egual segredo. El-Rei que se achava molesto quando ella tambem o estava, como fica dito, logo na primeira vez que pôde sair a foi vêr, e o mesmo fez pelo fallecimento do Duque D. Luiz, indo-a buscar passados alguns dias, devida a demora outro sim a soffrer doença, e a 25 de novembro do anno de 1700 a trouxe na sua liteira para o paço da Côrte-Real, onde habitou durante a viuvez, que findou por casar com o Duque D. Jayme, como adiante mencionaremos.

7 **D. Anna de Lorena.** Nasceu a 19 de setembro de 1681, e casou com Luiz Bernardo de Tavora, 5.º Conde de S. João. —C. g.

7 **D. Eugenia de Lorena.** Nasceu a 4 de setembro de 1683, e casou com Manuel Telles da Silva, 3.º Marquez de Alegrete. —C. g.

7 **D. Jayme de Mello,** 3.º Duque do Cadaval, que continua.

7 **D. Alvaro de Mello.** Nasceu a 10 de novembro de 1685; e teve as honras e assentamento de filho de Duque. Morreu de bexigas em 3 de janeiro de 1701.

7 **D. Joanna de Lorena.** Nasceu a 31 de março de 1687, e casou com Bernardo de Tavora, 2.º Conde de Alvor. —C. g.

7 **D. Rodrigo de Mello,** Commendador de S. Salvador de Pena Maior na ordem de Christo, e de Noudar e Barrancos na de Aviz, Familiar do Santo Officio em 28 de janeiro de 1702. Serviu com muito valor na campanha de 1704. Nasceu em Lisboa a 17 de outubro de 1688; morreu de bexigas em 1 de junho de 1713, em Torres Vedras, e tendo-se sepultado na capella mór do Convento da Graça da mesmo villa, foram os seus ossos, em dezembro de 1759, trasladados para o da Madre de Deus em Lisboa[1]. Tinha casado em 7 de março de 1711 com D. Anna Maria Catharina Henriqueta de Lorena de Sá Almeida e Menezes, sua sobrinha, nascida a 3 de setembro de 1691, filha do 1.º Marquez de Abrantes e 3.º de Fontes, Rodrigo Annes de Sá, e de sua irmã a Marqueza D. Isabel de Lorena, já referida. Achando-se viuva esta senhora, foi nomeada por El-Rei D. João V Camareira Mór da Princeza do Brasil D. Marianna

[1] Sobre esta trasladação damos um artigo publicado a paginas 415, da Gazeta de Lisboa de quinta feira 20 de dezembro de 1759, e é do theor seguinte: —Havendo 46 annos, que o Illustrissimo D. Rodrigo de Mello, filho dos Excellentissimos Duques de Cadaval, se achava sepultado no Presbiterio da Capella Mór da Igreja do Convento dos Religiosos Graciannos de Torres Vedras, em cuja Villa havia falecido do perniciozo mal de bexigas sempre infausto áquella Excellentissima Casa, e nam podendo o decurso de tam dilatado tempo diminuir no magoado coração da Illustrissima e Excellentissima Senhora Duqueza Camareira Mór, sua espoza, o extremozo affecto com que o amou em vida, resolveu fazer trasladar os seus ossos para a Igreja do Real Convento da Madre de Deos desta Cidade, è para este effeito foi pessoalmente á Villa de Torres Vedras, onde assistida das suas Ayas na presença do Reverendissimo Prior do Convento da Graça de Lisboa, e de dous Religiosos da mesma Ordem, fez abrir a sepultura, e recebendo da mão do seu Capellam os ossos do cofre, em que se achavam, os hia limpando com uma toalha, e metendo-os em outro, que para este fim tinha mandado levar, o qual depois de fechado foi conduzido á Casa do Capitulo, e colocado sobre huma Eça, que nella se tinha preparado, onde no dia seguinte se lhe fez hum Officio com todas as circumstancias dispostas pelo Ceremonial Romano, e acabado este acto se pôz a mesma Excellentissimo Senhora em caminho para o logar de Santo Antonio do Tojal, onde foi recebida pela Collegiada daquella Igreja, na qual se achava já a Illustrissima e Excellentissima Senhora Duqueza de Abrantes, sua filha, que aberto o cofre lhe lançou agoa benta accompanhada de outra que lhe fez extrahir dos olhos o seu enternecimento. Conduziu-se depois a hum escalér, que o transportou a hum hiate do Senhor D. Joam dignissimo General do mar, e embarcados todos surgirão na quinta feira á noute defronte da Igreja da Madre de Deus, onde os esperava já a primeira Nobreza da Corte e a Communidade dos Religiosos Franciscanos de Xabregas. No sabado lhe cantárão hum Officio as Religiozas, com assistencia do Prior e Religiozos do Convento da Graça, que se distinguiram muito n'este obsequio.

Victoria, a quem assistiu com tanta satisfação que mereceu ser por ella escolhida para Aia da Princeza da Beira, que foi a nossa excelsa Rainha D. Maria I, logo em seguida ao dia 17 de dezembro de 1734, em que nasceu, e tambem das Infantas suas irmãs; entrando em 1 de maio de 1728 em exercicio publico no paço, para exercitar *pro interim* o mesmo emprego com a princeza das Asturias; —como diz a Gazeta de Lisboa, de quinta feira 6 do dito mez e anno, paginas 152. —A Rainha D. Maria Anna de Austria a nomeou sua Camareira Mór em 13 de dezembro de 1739; —segundo refere a paginas 611 outra Gazeta de Lisboa de 17 d'esse mesmo mez e anno.— Continuou no seu emprego com o titulo de Duqueza, que lhe foi conferido por decreto de El-Rei D. José, de 4 de dezembro de 1753 [1], e no dia 16 foi ao paço acompanhada dos seus parentes, a tomar as honras que como tal lhe competia, recebendo-as da Rainha, seguida da Princeza do Brasil e das Infantas. Tendo fallecido sem successão D. Joaquim Francisco de Sá Almeida e Menezes, 3.º Marquez de Abrantes, seu irmão e genro, recaiu n'ella a mesma casa; e dos morgados e bens da corôa e ordens, etc. que lhe pertenciam, tomou posse em 19 de agosto de 1756; tendo mais a commenda de Santa Maria da Alagôa da villa de Monsaraz, na ordem de Christo, e uma tença de quinhentos mil réis no almoxarifado das tres casas, com uma vida para sua filha, por mercê de 6 de setembro de 1758; assim foi 3.ª Marqueza de Abrantes e 9.ª Condessa de Penaguião. Morreu no Lumiar em 1 de julho de 1761, e sepultou-se na egreja de S. Francisco de Xabregas [2].

Tiveram filhas.

8 **D. Margarida de Lorena.** Nasceu a 14 de dezembro de 1711, e morreu em 11 de março de 1712.

8 **D. Maria Margarida de Mello e Lorena de Sá Almeida e Menezes,** 1.ª Duqueza

[1] A Illustrissima e Excellentissima Senhora D. Anna de Lorena, foi despachada pelos seus relevantes serviços feitos no exercicio do Cargo de Camareira Mór com a mercê do titulo e honras de Duqueza, com huma comenda em duas vidas e com outras gratificações.

Gazeta de Lisboa, quinta feira 20 de dezembro de 1753, paginas 408.

[2] A Illustrissima e Excellentissima Duqueza Camareira Mór D. Anna de Lorena, viuva de seu tio Dom Rodrigo de Mello, filho terceiro dos Duques do Cadaval, falecêo no dia primeiro do corrente no sitio do Lumiar, com 69 annos e 8 mezes de idade, foy a sepultar no dia seguinte á Igreja de S. Francisco de Xabregas, com assistencia de grande parte da Corte e da Nobreza.

Lisboa (Gazeta ou Noticias de), terça feira 9 de junho de 1761.

de Abrantes, por mercê de El-Rei D. José, logo depois do seu segundo casamento no anno de 1757; 4.ª Marqueza do mesmo titulo, 11.ª Condessa de Penaguião. Succedeu nos titulos, bens da corôa e ordens, morgados etc., da casa de Abrantes, em 1 de julho de 1761, a sua mãe a Duqueza Camareira Mór. Nasceu a 2 de fevereiro de 1713, e morreu em 22 de julho de 1764 sem deixar successão, tendo contrahido dois matrimonios. O primeiro em 22 de dezembro de 1726, com seu tio D. Joaquim Francisco de Sá Almeida e Menezes, 2.º Marquez de Abrantes [1], do qual enviuvou a 15 de junho de 1756. E o segundo em 20 de fevereiro de 1757, celebrado no paço de Salvaterra, perante El-Rei e a côrte, com o senhor D. João, precedido de um instrumento de dote, apanagio e doação entre vivos, lavrado em 17 de janeiro do mesmo referido anno, em Lisboa, no real hospicio de Nossa Senhora das Necessidades, por Manuel de Paços de Carvalho, proprietario de um dos officios de Tabellião de Notas d'esta cidade e Tabellião privativo de Sua Magestade por seu especial decreto; sendo Procuradores do senhor D. João, filho do Serenissimo senhor D. Francisco, e neto do Augustissimo senhor Rei D. Pedro II, que santa gloria haja, por commissão regia conteúda em alvará [2] de Sua Magestade, o Conde de Unhão e o Doutor Alexandre Metello de Sousa e Menezes; e Procuradores da Duqueza D. Anna de Lorena e

[1] No mesmo dia (no primeiro do corrente) se declarou o casamento da Senhora D. Maria Margarida de Lorena, neta do Duque do Cadaval, filha unica de seu filho segundo D. Rodrigo de Mello, e da Senhora D. Anna de Lorena, filha do mesmo Marquez de Abrantes, com o Conde de Penaguião seu tio.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 7 de fevereiro de 1726, paginas 48.

Domingo se recebeu Dom Joaquim Annes de Sá de Almeida e Menezes, Marquez de Fontes, filho do Marquez de Abrantes, Dom Rodrigo Annes de Sá de Almeida e Menezes, Gentil-homem da Camara de Sua Mag. Embaixador que foy na Corte de Roma, e actualmente nomeado para a de Madrid com o mesmo caracter, com a Senhora Dona Maria Margarida de Lorena, filha unica de Dom Rodrigo de Mello, filho dos Duques do Cadaval, e da Senhora D. Anna de Lorena, filha do sobredito Marquez de Abrantes. Fez a funcção de os receber em caza dos Duques seus Avós o Arcebispo de Lacedemonia.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 26 de dezembro de 1726, paginas 416.

[2] Eu Rei, Faço saber aos que este Alvará virem, que attendendo a se achar ajustado com Licença e Approvação Minha, o casamento de Dom Joam, meu muito amado e prezado Primo, com a Marqueza de Abrantes, Dona Maria Margarida de Lorena, minha muito prezada Sobrinha. E avendo Eu de nomear Procuradores, que por parte do mesmo Dom Joam, meu muito amado e prezado Primo, hajão de intrevir nas Escripturas, que se devem fazer do Contracto Matrimonial entre os sobreditos futuros Conjuges:

da Marqueza de Abrantes, D. Maria Margarida de Mello e Lorena, por alvará de procuração passados pelas mesmas senhoras, o Duque de Cadaval e o Desembargador Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira. N'este contracto cede a Duqueza, na qualidade de senhora da casa de Abrantes, ao futuro genro, e logo lhe traspassa a vida e direitos que por successão lhe pertence na Capitania Mór da cidade do Porto, nas capitanias, assim de S. João do Porto ou da Foz como da fortaleza de Matozinhos e do senhorio das terras de Bouças e freguezia de Sever, junto da mesma cidade, pelo que n'ella lhe pertence por doação da corôa, com os quatro casaes de Matozinhos, para que elle se possa logo encartar nas sobreditas mercês, havendo consentimento de Sua Magestade para as referidas renuncias ficarem vitalicias na sua vida; e mais se obriga a mesma senhora, em quanto viva for, a fazer-lhe

Hey por bem e Me praz nomear, como por este Alvará nomeio, ao Conde de Unham Dom Rodrigo Xavier Telles de Lancastro, do meu Conselho e do de Guerra, Mestre de Campo General dos meus Exercitos, e Gentil Homem de minha Camara, para que, com o Doutor Alexandre Metello de Sousa e Menezes, do meu Conselho, Conselheiro do Ultramar, e Deputado da Bulla da Cruzada, assistão no meu Real Nome ao dito Contracto, e nelle estipulem e acceitem todas as clausulas necessarias, e ainda as que requerem especial mandado, com livre e geral faculdade pela parte do dito Dom Joam, meu muito amado e prezado Primo, como seus legitimos Procuradores. E tudo por elles obrado, estipulado, e acceito, se averá por firme e valiozo, e se observará sem duvida alguma, em virtude deste meu Alvará, que se cumprirá tam inteiramente como nelle se conthem, e nam passará pela Chancellaria, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação do Livro segundo, Titulo trinta e nove e quarenta, em contrario. Dado em Belem a quinze de Janeiro de mil setecentos cincoenta e sete — REY — Sebastião José de Carvalho e Mello — Alvará porque VOSSA MAGESTADE ha por bem nomear Procuradores, que em seu Real Nome, e por parte do Senhor Dom Joam, intrevenhão nas Escripturas de Contracto Matrimonial, que se ha de celebrar entre o mesmo Senhor Dom Joam, e a Marqueza de Abrantes, D. Maria Margarida de Lorena, como na lauda retro se declara. Para VOSSA MAGESTADE vêr: Manoel José de Aguiar a fez — Registado.

A Duqueza Donna Anna de Lorena de Sá de Almeida e Menezes, Marqueza de Abrantes e de Fontes, Condessa de Penaguiam, Camareira Mór da Rainha minha Senhora. Por quanto com approvação e licença de El-Rei meu Senhor se acha ajustado o casamento do Senhor Dom Joam, com minha filha a Marqueza de Abrantes, Donna Maria Margarida de Mello e Lorena, e devo eleger quem dignamente assista pela minha parte á celebração da Escriptura de Contracto do dito Matrimonio. Por este Alvará e no milhor modo de Direito confiro ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Duque de Cadaval, Dom Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, meu sobrinho, todos os poderes necessarios para que com o Senhor Dezembargador Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, Deputado da Meza da Consciencia e Ordens, assistão no meu nome ao referido Contra-

promptos vinte mil cruzados cada anno, pagos aos quarteis, para ajuda do governo da sua casa, e além de todo o referido, tambem seis mil cruzados annuaes, em mezadas de duzentos mil réis cada uma, á Marqueza sua filha, para auxilio da despeza dos seus alfinetes, sendo ambas estas prestações annuaes liquidas e livres de todos os encargos, exactamente satisfeitas. E ella futura esposa dota-se com todos os bens da corôa e ordens, moveis e immoveis, e acções que actualmente possue, e serão declaradas em uma relação, para fazerem parte integrante d'este contracto, e ficarem considerados dotaes aquelles dos referidos bens que fossem susceptiveis da natureza de o serem; sendo como taes restituidos nos casos em que o devem ser conforme o direito: e outro sim, constante o matrimonio, reserva os rendimentos da commenda de S. Salvador de Pena Mayor, que sempre tem gosado, e egualmente a administração eventual da outra

cto e nelle estipulem a favor do dito Senhor Dom Joam, e da dita Marqueza, minha filha, as Doações, Cessões, Obrigações, Reservas, que tenho communicado, em toda a sua extensão, aos ditos Senhores meus Procuradores, porque para tudo o referido, e para prometterem e acceitarem todas as clausulas e condições que lhes parecer a bem do dito Contracto, e ainda, as que requererem expecial e expecialissimo mandado, lhes concedo todos os poderes, que posso, com livre e geral faculdade sem restricção alguma. E tudo por elles promettido e acceito na dita Escriptura, haverey por firme e valioso debaixo da obrigação de meus Bens e Rendas, na mesma forma em que a assignarem. Escripta em Belem, a desaseis de Janeiro de mil setecentos e cincoenta e sete. —Duqueza Camareira Mór.

Dona Maria Margarida de Mello e Lorena, Marqueza de Abrantes. Tendo El-Rey meu Senhor, authorisado com a Sua Real approvação e licença o ajuste de matrimonio com o Senhor Dom Joam, a que pela Duqueza minha Senhora e Mãi, me acho destinada, e devendo eleger, quem dignamente assista pela minha parte, á celebração da Escriptura do Contracto do dito meu Matrimonio. Por este Alvará e no milhor modo de Direito, confiro ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Duque de Cadaval, Dom Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, meu Primo, todos os poderes necessarios para que com o Senhor Dezembargador Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, Deputado da Meza da Consciencia e Ordens, assistão no meu nome ao referido Contracto, e nelle estipulem e acceitem (pelo que me pertence) as Doações, Cessões, Obrigações, Reservas, e Clausulas; que tenho communicado em toda a sua extensão aos ditos Senhores meus Procuradores: porque para tudo o referido, e para prometterem e acceitarem todas as clausulas e condicções que lhe parecer a bem do dito contracto, e ainda os que requererem especial e especialissimo mandado, lhes concedo todos os poderes, que posso, com livre e geral faculdade, sem restricção alguma, e tudo por elles promettido e acceito na dita Escriptura, haverey sempre por firme e valioso, debaixo da obrigação de meus Bens e Rendas, na mesma forma em que a assignarem. Escripta em Belem, a desaseis de Janeiro de mil sete centos cincoenta e sete —Marqueza de Abrantes.

commenda de Santa Maria da Alagôa de Monsaraz, e da tença em que tem direito de succeder em segunda vida á Duqueza sua mãe, para com estas rendas, além dos seis mil cruzados já estipulados e dos dez mil adiante declarados, completar o que compete aos seus alfinetes, na decencia do vinculo objecto d'este contracto. O senhor D. João, acceita as referidas doações, prestações e condições na fórma especificada, e se dota com os bens da corôa e ordens, etc., de que está de posse, pela mesma maneira e clausulas como se fez por parte da noiva; ficando entendido reciprocamente que os bens se conservarão separados, e que só entrarão para a communicação do casal, no caso de separação, os adquiridos na constancia do matrimonio. Que devolvendo-se á sua futura esposa a inteira successão da casa de Abrantes, e estando elle na administração dos bens da coroa e ordens a ella pertencentes; quer por se ter n'elles encartado na sua propria pessoa, ou pelo facto de haver a prole d'este enlace que se deseja; em qualquer d'estes acontecimentos, ella reserva, além das commendas e tenças que desde logo lhe ficam, dez mil cruzados annuaes, para os perceber e desfructar a titulo de alfinetes, tirados de todos os bens da casa, passando a livre e plenaria administração dos restantes para elle senhor D. João. Foram testemunhas d'esta escriptura, que a assignaram por seus Procuradores, por parte d'elle noivo, e nomeadas por El-Rei para assistirem a este acto: o Barão Conde D. José Lobo da Silveira Quaresma, do Conselho de Sua Magestade, seu Gentil homem da Camara e Védor da sua real fazenda, e o Visconde de Villa Nova da Cerveira, Thomaz da Silva Telles, do Conselho de Sua Magestade e do de Guerra, Mestre de Campo General dos seus exercitos, e Gentil homem da Camara; e por parte da Duqueza e da Marqueza de Abrantes; o Marquez de Fronteira, D. Fernando José Mascarenhas, do Conselho de Sua Magestade e D. D. Lourenço de Lencastre. Teve o senhor D. João por seus paes o Infante D. Francisco e Maria Anna Corrêa de Sousa, que morreu no convento de Santa Anna d'esta cidade no dia do terremoto em 1 de novembro de 1755, e era filha de Antonio Corrêa de Sousa, Escrivão do Crime da côrte, e de Maria Rosa Ayres. Nasceu a 12 de junho de 1726; baptisou-se no paço, tendo por padrinho a El-Rei D. João V, que logo o declarou sobrinho. Foi Mordomo Mór, Conselheiro de Estado, e Capitão General da Armada Real em 10 de novembro de 1757. Falleceu[1] em 23 de outubro de 1780, e jaz na egreja do convento da Madre de Deus.

[1] No dia 23 de tarde, faleceu n'esta cidade o Senhor D. João, Capitão General da Armada Real, Mordomo Mór e Conselheiro do Estado. No dia seguinte as náos de guerra

7 **D. Filippa de Lorena.** Nasceu em 31 de março de 1694, e morreu de bexigas em 29 de outubro de 1713, estando casada com seu sobrinho D. Joaquim Francisco de Sá Almeida e Menezes, 2.º Marquez de Abrantes, então Conde de Penaguião. Foi sua primeira mulher e não houve successão.

Teve o Duque, de Isabel de Araujo, filha de Luiz Proste e de Catharina Barbosa, os seguintes illegitimos filhos.

7 **D. Maria Thereza de Mello,** religiosa professa no mosteiro de Santa Clara de Lisboa. Nasceu a 5 de janeiro de 1660, e morreu a 18 do mesmo mez de 1724.

7 **D. Thereza Maria de Mello,** nasceu a 19 de junho de 1666, e creando-se da edade de cinco annos no mosteiro das religiosas flamengas, em Alcantara, da primeira regra de Santa Clara, n'elle tomou o habito e professou em 1683, com o nome de soror Thereza Maria de Jesus; sendo depois Abbadessa d'esse mesmo convento, onde falleceu a 28 de novembro de 1759.

7 **D. Nuno Alvares Pereira de Mello,** nasceu em julho de 1668; acompanhou o Duque seu pae, em 1682, á côrte de Turim: foi tomado no foro de Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro e a Fidalgo Cavalleiro por alvarás de 30 e 31 de março de 1691, e depois passou a Fidalgo Capellão por outro de 31 de agosto de 1694, tendo já sido acceito, no anno anterior de 1693, para Familiar do Santo Officio em 28 de abril, de que passou em 3 de junho d'esse mesmo anno a Deputado da Inquisição de Lisboa, sendo aposentado Inquisidór na de Coimbra. Foi tambem Conego da Sé de Evora, e Deão na de Portalegre; Sumilher da Cortina dos Reis D. Pedro II e D. João V; Deputado da Junta dos Tres Estados; Reitor da universidade de Coimbra (para onde entrou porcionista do collegio de S. Pedro, em 1685) em 13 de setembro de 1703, e depois seu Reformador em 16 de janeiro de 1707; do Conselho de El-Rei, e Bispo de Lamego, sagrado a 19 de outubro de 1710. No anno em que a Italia se viu ameaçada da côrte ottomana, mandou elle um subsidio espontaneo ao Papa Clemente XI, que lho agradeceu por um

de Sua Magestade, annunciárão esta morte com repetidos tiros, que desparavam de espaço em espaço. A' noute foi conduzido o seu corpo para ser enterrado na Igreja da Madre de Deos, achando-se as tropas formadas em alas, e accompanhando o coche, que o conduzia, dois Regimentos de Cavalleria.

Supplemento á Gazeta de Lisboa, sexta feira 27 de outubro de 1780.

breve passado em Roma a 5 de junho de 1717. Morreu em 8 de março de 1733, tendo feito testamento no dia 5, jaz na Sé de Lamego[1].

VII **D. Jayme de Mello,** 3.º Duque de Cadaval, em vida de seu pae, por carta de 25 de abril de 1701, tendo por outra de 9 de novembro d'esse anno o assentamento de 750$000 réis; 5.º Marquez de Ferreira, 6.º Conde de Tentugal, declarado em 19 de dezembro de 1736. Estribeiro Mór dos Reis D. Pedro II e D. João V, por carta de 8 de outubro de 1713; dos seus Conselhos do Estado e Guerra, Presidente da Mesa da Consciencia e Ordens por outra de 6 de janeiro de 1728; Mordomo Mór da Rainha D. Maria Anna de Austria, nomeado em 13 de fevereiro de 1739 (do que dá noticia a Gazeta de Lisboa de quinta feira 19 do dito mez e anno, pag. 95), com a prerogativa de preceder a todos os Officiaes da sua casa; Familiar do Santo Officio, acceito em 28 de janeiro de 1702, e em 1 do seguinte dezembro se habilitou pelo competente tribunal para professar na ordem de Christo como Cavalleiro d'ella; Senhor das villas, Commendas, Alcaidarias, Privilegios, Padroados, Morgados e mais bens que foram de seu pae, pertencentes á casa de Cadaval, incluindo as datas dos Officiaes de Justiça e

[1] Faleceu a semana passada na sua Diocesi o Illustrissimo D. Nuno Alvares Pereira de Mello, do Conselho de Sua Magestade, Bispo de Lamego, Reytor, que foi da Universidade de Coimbra.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 19 de Março de 1733, paginas 96.

Lamego 12 de Março. Domingo 8 do corrente pela uma hora depois da meia noite faleceu n'esta cidade o Illustrissimo D. Nuno Alvares Pereira de Mello, Bispo d'esta Diocesi. Foi aberto o seu Corpo por Lourenço Pereira da Rocha, Cirurgião da sua Camera, e do partido d'esta Cidade, o qual na presença de varias pessoas, que para esse effeito foram chamadas, fez uma exacta anathomia nos seus intestinos, tirando-lhe do vão do ventre almude e meio de agua: achando-se o baço tumido, e obstruido; o figado notavelmente cyrroso; já sem forma nem cor, e inseparavel, os bofes delidos, a bexiga do fel quasi secca, e dentro n'ella duas pedras pretas com varias quinas, e bicos iguaes a dous dados da maior grandesa. Embalsemado e preservado de corrupção, se expoz em uma antecamara do seu palacio á vista dos seus Diocesanos. Na segunda feira se lhe fez Officio de corpo presente, com assistencia de toda a Nobreza e Religiosos d'esta Cidade e no mesmo dia se lhe deu sepultura na Capella Mór da Igreja Cathedral, da parte do Evangelho, onde tinha sua Cadeira Episcopal com este epitafio, que elle mesmo ordenou se lhe puzesse — Aqui jaz Nuno, filho de Nuno, indigno Bispo de Lamego — Sentindo-se propinquo á morte mandou soltar do seu aljube todos os presos, que não tinham parte, perdoando o degredo aos que se achavam sentenciados; e assim a estes, como a todos os mais, que estavam incursos nas censuras Ecclesiasticas absolveu por Pastoral, que mandou fixar nas portas da sua Sé. Pedio perdão ao Deão, posto de joelhos aos seus pés, e geralmente ao seu Cabido.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 2 de abril de 1733, paginas 111.

Fazenda, e apresentação dos Ouvidores, para o que tinha um da sua casa, que sempre eram Ministros togados de grande litteratura, e no anno de 1743 occupava esse logar o Doutor Fernando Affonso Giraldes, então Desembargador dos Aggravos e Juiz dos Cavalleiros das ordens militares d'este reino, de grande inteireza e lettras, bisavô do actual Conde da Graciosa, do seu mesmo nome: gosando outro sim do privilegio de Desembargador, de que tirou carta em 1 de agosto de 1727. Havendo-se declarado a guerra da Santa Alliança, e partindo n'essa occasião El-Rei D. Pedro II para a campanha da Beira, ficou na côrte muito a seu pesar, para assistir ao Principe, Infantes e Rainha da Grã-Bretanha, por ordem expressa do mesmo Rei, dada na carta que lhe escreveu em 9 de maio de 1704 [1]. Achou-se presente ao fallecimento d'esse Monarcha e acompanhou o seu enterro desde Alcantara até S. Vicente de Fóra, e outro tanto fez no dos Infantes D. Carlos e D. Alexandre. Na coroação de El-Rei D. João V foi o primeiro que deu juramento; e indo de Azeitão, para onde elle o tinha seguido por ser dos poucos senhores que foram avisados para ahi lhe ir fazer côrte, levou de redea o cavallo, e tambem esteve no anno de 1713 em outra entrada que El-Rei, com toda a casa real, fez em Santarem vindo de Salvaterra. Depois, quando as Magestades Fidelissima e Catholica, para a troca das Princezas do Brasil e das Asturias, se avistaram no Caya em 1729, achou-se com uma luzida comitiva de criados, exercitando o seu logar de Estribeiro Mór com muita auctoridade, tanto nas jornadas como na entrada solemne que fizeram n'esta côrte. Assistiu, levando ora o saleiro, o massapão ou o cirio, aos baptisados da Princeza D. Maria Barbara, do Principe D. José, dos Infantes D. Carlos, D. Pedro e D. Alexandre, da Princeza da Beira D. Maria e de sua irmã a Infanta D. Maria Anna. Por morte de seu pae pu-

[1] Honrado Duque Dom Jayme, Sobrinho Amigo. Eu El-Rey vos envio muito saudar, como aquelle que muito amo e prezo. Ainda que me fora muito agradavel a vossa companhia nesta occasião em que passo ás Fronteiras com ElRey Catholico, meu muito amado e prezado bom Irmão e Sobrinho, posto que estou certo que em toda a parte, e em qualquer occasião, me assistireis com grande valor e fidelidade que pede o devido que comigo tendes, e as muitas obrigações com que nascestes, e me seria muito util a vossa assistencia, como me segura o conhecimento que tenho de vossa pessoa: Como he preciso que nesta Corte fiquem as que forem de tal grandeza, confiança e valor, que possa sahir livre de cuidado que me pudera causar a defensa della, deixando eu aqui o Principe e Infantes, meus muito amados e prezados filhos, e ficando a Rainha da Grãa Bretanha, minha muito amada e prezada Irmã, he inexcusavel privarme do gosto que tinha de levar vos em minha companhia, e ordenar vos que fiqueis nesta Cidade, em que a conjuntura presente faz não ser menos necessaria a vossa assistencia do que na Campanha, e me será muito agradavel o serviço que estou certo me fareis nella, havendo para isto occasião. Escrita em Lisboa, a 9 de Maio de 1704. — Rey. —

Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, tomo X, paginas 361.

blicou um livro que tem por titulo: — *Ultimas acções do Duque D. Nuno Alvares Pereira de Mello, desde 11 de setembro de 1725 até 29 de janeiro de 1727 em que falleceu. Relação do seu enterro e das exequias que se fizeram em Lisboa e nas terras de que era donatario. Escriptas e dedicadas á Magestade de D. João V, Rei de Portugal, pelo Duque D. Jayme, seu Estribeiro Mór, dos Conselhos de Estado e Guerra, Presidente da Mesa da Consciencia e Ordens, etc. Lisboa Occidental, na officina da Musica. 1730. Com todas as licenças necessarias.*— É obra sua o famoso picadeiro que fez construir na casa de campo em Pedroiços, onde pessoalmente trabalhava os cavallos com muito primor, por ser eminente na arte de cavallaria, entretendo-se n'esse exercicio em certos dias da semana, com os parentes amigos e curiosos, que todos n'aquella época sabiam bem apreciar um passatempo d'elles muito conhecido e estimado; não era menos dextro na nobre arte de tourear, de que damos como prova o artigo abaixo transcripto[1]. Nasceu em 1 de setembro de 1684 em Lisboa, e n'esta cidade morreu aos 29 de maio de 1749: foi a sepultar no enterro da sua casa em Evora, no convento de S. João Evangelista[2]. Casou duas vezes: a primeira

[1] Na quinta feira houve no sitio de Pedroiços, o divertimento de um combate de Touros, em que foram combatentes o Duque Estribeiro Mór, e o Marquez de Alegrete, seu sobrinho, Toda a Familia Real assistiu a este Festejo, em uma varanda que o mesmo Duque tinha feito preparar.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 27 de outubro de 1740, paginas 515.

[2] Faleceu n'esta Cidade na Quinta feira 29 do mez passado, depois de 39 dias de enfermidade com 65 annos, e 9 mezes de idade, e com todos os actos de piedade de um Principe Catholico, o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Jayme de Mello, terceiro Duque de Cadaval, 5.º Marquez de Ferreira, 6.º Conde de Tentugal, dos Conselhos de Estado e Guerra do Rei nosso Senhor, e seu Estribeiro Mór; Mordomo Mór da Rainha nossa Senhora, Presidente que foi do Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens. No dia seguinte se expoz o seu cadaver em uma sala do seu palacio, e em cinco altares, que n'ella se levantarão, se celebrarão muitas Missas de corpo presente. N'ella cantarão os tres Nocturnos do Officio, os Religiosos Arrabidos do Convento de S. Pedro de Alcantara; e Laudes, os Reverendos Conegos Seculares de S. João Evangelista: cantando a Missa, na ausencia do Reverendis. Padre Geral da mesma Congregação, o Reitor do Convento de Santo Eloy; de tarde forão todas as Communidades Religiosas d'esta Cidade a encommenda-lo; o que tambem fez com excellente musica a Irmandade do Santissimo da Freguesia de Santa Justa, de que Sua Excellencia era Juiz Perpetuo: pelas oito horas da noite sahio do seu quarto o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Tentugal, seu filho, vestido de luto grande, e acompanhado de seu irmão D. Nuno Alvares Pereira, de todos os parentes e da maior parte da Nobresa da Corte, e depois de lançar-lhe agua benta, lhe cantarão um responso os Conegos Seculares, que o havião de accompanhar, fechou o caixão o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Marquez de Tavora, seu sobrinho; e entregou a chave ao Padre Superior dos mesmos Reverendos Conegos, os quaes pegaram nas argolas do caixão, e o conduzirão até se pôr

em 16 de setembro de 1702, com sua cunhada a senhora D. Luiza que, como dissemos a paginas 53, se achava viuva habitando no paço da Côrte-Real, precedendo dispensa do Papa por uma bulla passada a 13 de dezembro de 1701. Era esta senhora de boa estatura, grossa, branca e loura, olhos azues com formusura, vestindo com decencia e não com excesso, de entendimento varonil, engraçada na conversação, explicando-se com palavras escolhidas, imitando em tudo que lhe permittia o seu sexo a El-Rei

nas andas, onde o cobrio com um pano preto o Estribeiro de Sua Excellencia: e depois que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Tentugal, fez uma profunda reverencia ao corpo de seu pai, se deu principio á marcha do enterro n'esta forma. Em primeiro logar a Cruz dos Reverendos Conegos seculares, levada por um, a que se seguiram mais 20, e todos montados a cavallo com tochas acezas. Logo o Estribeiro de Sua Excellencia a cavallo, precedido dos Moços da Estribeira, depois um Reposteiro, que levava sobre uma almofada de veludo a Coroa Ducal, e immediatamente as andas, em que hia o corpo, cercadas de oito Moços da Camara com tochas acezas; um coche de estado a seis cavalos; dois coches a seis mulas nos quaes hiam os criados de Sua Excellencia. Chegando ao Caes da pedra, tiraram os mesmos Reverendos Conegos o caixão das andas, e o embarcaram em um escaler de Sua Magestade, que logo começou a vogar para Aldeia Galega, seguido de outros dois, em que se embarcou a familia, que o acompanhou até Evora, onde se lhe deu sepultura na Igreja do Convento de S. João Evangelista, de que era Padroeiro; e onde descançam as illustres cinzas de seus Preclarissimos Ascendentes. Foi a sua mórte geralmente sentida, por que com virtudes dignas do seu alto nascimento havia merecido o amor universal. Nasceu no primeiro de Setembro de 1684, terceiro filho na Ordem do nascimento do Duque D. Nuno Alvares Pereira de Mello, e da Duqueza Dona Margarida de Lorena. Casou no anno de 1702 com a Serenissima Senhora Dona Luiza, filha legitimada do Senhor Rei D. Pedro 2.º já viuva de seu irmão o Duque D. Luiz Ambrozio de Mello; e falecendo esta Senhora em 23 de Dezembro de 1732, sem deixar sucessores, casou segunda vez no de 1739, com sua sobrinha a Princeza Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, filha de seu primo com irmão Luiz de Lorena, Principe de Lambesc e da Princeza Joanna Henriqueta, da qual teve o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, Conde de Tentugal, e as Illustrissimas e Excellentissimas Senhoras Dona Margarida Caetana de Mello e Lorena, e Dona Luiza Caetana de Mello e Lorena.

Gazeta de Lisboa, terça feira 10 de junho de 1749, paginas 450.

Evora 4 de Junho. Chegou a esta Cidade no primeiro do corrente pelas nove horas da noute o corpo do Illustrissimo Senhor Duque de Cadaval, que já estavam esperando em um sitio meia legua distante o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Soure, e o Illustrissimo e Reverendissimo Senhor D. Luiz da Camara, Prelado da Santa Igreja de Lisboa, e do Conselho de Sua Magestade com todos os Ministros da justiça, e a principal Nobreza, no mesmo lugar se achava tambem formado em batalha um Regimento de Dragões, comandado (na ausencia do Coronel) pelo Capitão Manoel Nunes Silvestre, com os mais Officiaes subalternos, que todos ao passar o tumulo fize-

seu pae, com quem em muitas coisas se parecia com grande satisfação sua, e até nas forças, de que deu muitas provas com admiração dos mais robustos; teve grande piedade e compaixão do proximo, com elle repartia largas esmolas tanto em dotes como pela pobreza —*e n'isto bem mostrou ser da gente portugueza, que nenhuma de outra qualquer nação a excede em caridade, e que quando a não póde pôr em pratica pede d'isso a quem*

ram as continencias Militares, que em semelhantes casos se praticam; e vieram depois (tocando os tambores com o som funebre) cobrindo a marcha de todo o acompanhamento com que havia sahido de Lisboa, a que precederam nas suas carruagens toda a Nobreza, e Ministros, que o esperavam. Entraram todos pela porta, chamada de Alconchel. Começaram logo a dobrar os sinos da Cathedral, e dos Conventos e mais Igrejas da Cidade; e inundaram-se as ruas do seu transito de um extraordinario concurso de gente. A Igreja de S. João Evangelista dos Conegos seculares, onde está o Pantheou d'esta Casa, estava inteiramente armada de luto, e com os costumados adornos funebres, por se não haver ainda n'este tempo publicado a nova pragmatica que os prohibe, e a sua porta guardada por um destacamento de Dragões. Defronte d'ella tiraram o tumulo, ou caixão das Andas os mesmos Conegos que o haviam acompanhado, e o colocaram sobre dous bancos enlutados. Immediatamente fez o Reverendo Padre Antonio da Conceição, Superior dos Conegos, que o acompanharam, entrega da chave que trazia do caixão, ao muito Reverendo Padre Reitor d'aquelle Convento o Doutor Antonio de S. José Queiroz, da parte do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Tentugal, para que fizese pôr o corpo do Duque seu pai no jazigo dos seus maiores. D'esta entrega se fez um termo, e assignado, tornaram a pegar no caixão os mesmos Religiosos que o tiraram das andas, e o colocaram sobre uma eça alta, que se havia erguido no meio da Igreja, guarnecida toda de galões de ouro, e a Comunidade lhe cantou um responso. Logo ao amanhecer do dia seguinte se começaram a dizer Missas em todos os altares, até se principiar o Oficio. Este foi cantado pelos melhores musicos da Cidade, com assistencia do Tribunal da Inquisição, do Cabido da Cathedral, do Senado da Camera, de todos os Ministros da justiça, de toda a Nobreza da Cidade, dos Prelados dos Conventos d'ella, e da maior parte das suas Comunidades, e por todos se distribuio cera ao *Benedictus*. Acabada a Missa, se cantaram junto ao tumulo cinco responsos, no fim dos quaes disse a oração o muito Reverendo Padre Reitor que havia celebrado a Missa, acabando esta solemnidade com tres descargas de mosquetaria do Regimento de Dragões, que se achava esquadernado defronte da Igreja. Colocou-se o Corpo do Duque junto ao do Duque D. Nuno, seu pai, e na tampa do caixão interior de chumbo se gravou em uma lamina de bronze a inscripção seguinte —*Jacobus III Dux do Cadaval, V. Marchio de Ferreira, II. Comes de Tentugal, Regis à Sanctioribus Consiliis, Regis Stabuli Reginæ que Domus Præfectus Maximus Natus Ulyssipone ipsis Kalendis Septembris MDCLXXXIV. Obiit piissime in eadem Civitate tertio Kalendas Junias. An. à partu Virginis MDCCXLIX*— R......I......P......

Suplemento á Gazeta de Lisboa, quinta feira 19 de junho de 1749, paginas 477.

No mesmo dia (Terça Feira 17 do corrente) o M. R. Padre Guardiam do Convento

a recusa, e sentida, perdão pelo amor de Deus. Teve grande devoção da Senhora do Monte do Carmo, imagem que estava na porta do claustro do seu convento de Lisboa; apoderada de um escrupulo, se como filha de Rey mas não legitima, estava ou não comprehendida na geral dispensa que os Canones lhe concediam para entrar nos mosteiros das religiosas da côrte.

de S. Pedro de Alcantara, fez celebrar com toda a solemnidade as exequias pela alma do Illustris. e Excellentis. Senhor Duque do Cadaval como Sindico Geral da Provincia da Arrabida, e em gratificação de ter sido seu perpectuo Bemfeitor, assistindo a esta funcção os Prelados e grande numero de Religiosos das Communidades da Corte.

Gazeta de Lisboa, terça feira 24 de junho de 1749, paginas 492.

A Mesa da Irmandade do Santissimo estabelecida na Prioral e Parochial Igreja de Santa Justa e Rufina desta Cidade, querendo generozamente fazer huma demonstraçam publica de agradecimento em obsequio do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Duque de Cadaval D. Jaime de Mello Pereira, pela protecçam que sempre recebeu da sua pessoa, e da sua Excellentissima casa desde tempos muy antigos, sendo por méra devoçam e benignidade seu Juiz perpetuo, resolveo celebrar solemnemente as suas exequias na propria Igreja, no dia 10 do corrente, para o que convidou por carta circular a toda a Nobreza da Corte, e Prelados das Religiões que nella tem Conventos, e todos foram testemunhas da grande magnificencia, com que tudo se fez; e ainda fora muito mayor, se a nam limitara a devida observancia da nova Ley do nosso Soberano. Armou-se na Capella mór hum Docel de téla de prata, e em cada hum dos seus muitos altares, sitiaes e doceis de damasco roxo, com seis vélas, e duas tochas em cada hum, e na Capela mór seis tochas além das vélas do altar. No corpo da Igreja formou hum coro para 44 Clerigos, que cantáram o oficio, com assentos de hum degráo cobertos de panos de arraz. Sobre huma tarima de hum só degrau se levantou em lugar do arrogante mausoléo, que o seu desejo pedia, hum nobre tumulo, coberto tudo de veludo preto sem nenhuma guarniçam na fórma que dispõe a Pragmatica. Celebrou a Missa Pontificalmente o Illustris. e Reverendis. Mons. José Anastacio de Oliveira e Souza, do Conselho de Sua Mag., Prelado mitrado da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa, Arcediago de Vermoim na Santa Igreja Primacial de Braga, Arcediago de Oriola na Santa Sé de Evora, Colegial e Reitor que foy do Colegio Pontificio, e Real de S. Pedro de Coimbra, e na mesma Universidade Lente das Cadeiras de Primeira, de Instituta, e dos nove livros do Codigo. Acabada a Missa em que se ouviu juntamente a nobre armonia de quatro coros de musica dos cantores e instrumentos da Corte, fez a oraçam funebre e panegyrica com grande eleganeia, erudiçam, e desempenho do assumpto o M. R. Padre Mestre Doutor Manoel de S. Bernardino Lemos, Conego Secular da Congregaçam de S. Joam Evangelista, Lente Jubilado na Sagrada Theologia; e honrou este acto com a sua assistencia o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, com outros muitos grandes e Senhores da Corte.

Gazeta de Lisboa, terça feira 15 de julho de 1749, paginas 550.

Os Religiosos Capuchos da Provincia da Solidade em o seu Convento de S. Fru-

sem querer usar da referida permissão recorreu ao Papa Innocencio XII, que lhe mandou um breve mui amplo dado a 14 de agosto de 1695, para poder entrar não só nos da côrte mas de todo o reino, levando em sua companhia a Duqueza sua sogra, e suas filhas, e seis senhoras que ella quizesse. Quando El-Rei passava a Salvaterra a divertir-se no exercicio da caça, muitas vezes n'elle o acompanhava, indo da sua casa de campo de Muje onde estava. Mereceu particular estimação de seu Augusto pae, que, para demonstração de quanto a amava, no seu testamento feito no anno de 1704, se lembrou d'ella pela maneira seguinte: «Fóra do matrimonio «houve huma filha chamada D. Luiza, que hoje está casada com o Duque «D. Jayme meu muito amado e prezado Sobrinho, e do meu Conselho de «Estado, mando ao Principe e Infantes meus filhos, que a honrem e ac«crescentem em mercês como pedem as obrigações do sangue, e as virtu«des de D. Luiza, e posto que o dito casamento foy dotada, com o que lhe «dey quando a primeira vez casou com o Duque D. Luiz, quero, e hey por «bem, que por minha morte lhe dê o Principe huma joya digna da pes«soa que a dá, e de quem a recebe.» Continuou a ser tratada com a mesma distincção e amizade por El-Rei D. João V e Infantes seus irmãos, e pela Rainha D. Maria Anna de Austria, que todos a iam ver amiudadas vezes durante a prolongada molestia que soffreu de hypocondria, tornando-se de muito alegre em melancolica, vindo a fallecer sem deixar successão a 23 de dezembro de 1732[1]: foi levada para Evora, e no convento de S. João

ctuoso extramuros da Cidade de Braga, em 5 do mez de Julho celebraram as exequias pelo Illustris. e Excel. Duque Estribeiro Mór com toda a solemnidade, a q'assistiu muita Nobreza assim eclesiastica como secular; e recitou a oraçam funebre com a eloquencia costumada o P. Fr. Joam de Penamacor, Ex. Leitor de Theologia, Qualificador do Santo Oficio, Cõsultor da Bula da Cruzada, Examinador das Ordens Militares e Synodal do Bispado da Guarda, e Guardiam no mesmo Convento.

Gazeta de Lisboa, terça feira 8 de agosto de 1749, paginas 612.

[1] Faleceu em 23 d'este mez depois de huma dilatada enfermidade a Senhora D. Luiza, Duqueza do Cadaval, filha natural de El-Rei D. Pedro II, que enviuvando no anno de 1700 do Excellentissimo Duque D. Luiz Ambrosio de Mello, com quem se havia recebido no anno de 1695, tornou a cazar no de 1701, com seu cunhado o Duque do Cadaval D. Jayme de Mello, Estribeiro Mór de Sua Magestade, do seu Conselho de Estado, e Presidente da Meza da Consciencia e Ordens, etc. sem haver deixado descendencia.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 25 de dezembro de 1732, paginas 508.

El-Rei Nosso Senhor, que Deus Guarde, se encerrou tres dias na terça feira da semana passada, em demonstração do sentimento da morte da Senhora D. Luiza, Duqueza do Cadaval, tomou dous mezes de lucto, e o mesmo ordenou que fizesse a Côrte.

Gazeta etc., quinta feira 1 de janeiro de 1733, paginas 8.

Evangelista, jaz na Capella mór junto ao Duque D. Luiz seu primeiro marido. No caixão de chumbo, que encerra outro muito rico onde está mettido o seu corpo, se lhe poz a seguinte inscripção que o Marquez de Alegrete, Manuel Telles da Silva, escreveu, e se acha copiada a paginas 474 do tomo VIII da Historia Genealogica da Casa Real.

LUDOVICA
PETRI II. LUSITANORUM REGIS
FILIA
LUDOVICI DUCIS CADAVALENSIS II
PRIMUM UXOR
EOQUE EXTINCTO SECUNDAS CONTRAXIT
NUPTIAS
EJUS CUM FRATRE JACOBO
CADAVALENSE DUCE III
OBIIT DECIMO KALEND.
JANUAR.
M DCC XXX III

E a segunda em 12 de maio de 1739, com a Princeza Henriqueta Julia Gabriella de Lorena, chamada Mademoiselle de Braine, sua sobrinha, recebendo-se em Paris a mesma senhora, por procuração d'elle, com o Principe Carlos de Lorena, seu tio, Estribeiro Mór de El-Rei Luiz XV, havendo precedido um tratado de dote e arrhas outorgado no dia anterior, que se acha no tomo V das Provas da Historia Genealogica da Casa Real, paginas 557. Veiu por terra para Portugal, atravessando a provincia da Beira, na qual governava as armas o General de batalha Jacintho Lopes Tavares, que lhe fez especiaes obsequios [1]. Logo que chegou a Lisboa foi ao paço e recebeu

Na Igreja de Santa Justa desta Cidade se celebrárão a 30 do mez passado com toda a magnificencia, e sumptuosidade as exequias da Senhora D. Luiza Duqueza do Cadaval, cujo Panegyrico recitou, com a elegancia e erudicção que costuma, o Padre D. José Barboza, Clerigo Regular da Divina Providencia, Chronista da Serenissima Casa de Bragança, e Academico do numero da Academia Real da Historia.

Gazeta etc., quinta feira 5 de fevereiro de 1733, paginas 48.

[1] A Illustrissima e Excellentissima Senhora Duqueza Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, esposa do Duque Estribeiro Mór, com quem se havia recebido em Pariz a 11 de Maio passado, entrou n'este Reino pela Praça de Almeida, havendo sido recebida na raya d'elle com todas as honras militares. Ao sahir d'aquella Praça se lhe fizeram as mesmas honras, acompanhando-a um regimento de Cavallaria até ao rio Côa, e uma companhia até Pinhel, e uma esquadra até Tentugal, Villa de que é Conde e Senhor o Duque seu Espozo. N'esta foi recebida pelos seus Vassallos com grandes demonstrações de alegria, e festejada com luminarias e combates de touros, e n'ella viu a pri-

da Rainha as honras de Duqueza, como se vê do seguinte[1]. Nasceu em 3 de outubro de 1722, e morreu na referida casa de Pedroiços em 31 de maio de 1761[2], sendo d'ahi levada no dia 2 de junho para o jazigo da familia em Evora, e é a ultima pessoa d'esta casa que para elle foi: constanos que o seu tumulo fora violado em 1833, roubadas e vendidas as joias

meira vez ao Illustrissimo e Excellentissimo Duque que tinha ido de Lisboa a conduzil-a. Continuando depois a sua viagem visitaram Suas Excellencias a Capella da Milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Nazareth, onde tiveram o divertimento de varias pescarias no mar d'aquella Costa. Na Villa de Alcobaça, foram recebidos e hospedados pelo R.^{mo} D. Abbade Geral Esmoler Mór com toda a Grandeza, e em Santo Antonio do Tojal por ordem do Emin. Senhor Cardeal Patriarcha, na sua magnifica Casa de Campo, onde se tinha prevenido com a maior abundancia tudo quanto podia ser necessario para semelhante hospedagem, e na mesma fórma na sua quinta do Campo Grande, onde se detiveram dous dias, tratados sempre com a mesma magnificencia e grandeza. Na terça feira 11 vieram do Campo Grande para o sitio de Pedroiços, Casa de Campo do Duque, passando por dentro d'esta Cidade, e acompanhado de toda a Nobreza da Corte. O Duque em um coche com os Marquezes de Tavora e Alegrete, seus sobrinhos, e do conde de la Mark, Cavalleiro Francez, parente da Senhora Duqueza, a quem veio conduzindo de França para este Reino, e esta Senhora em outro coche com a Senhora Condessa de Alvor, sua cunhada e a Senhora Condessa de Villa Nova, sua Sobrinha. As mais Senhoras da Corte a estavam esperando em Pedrouços, onde houve na mesma noute um grande refresco, que se tem repetido nos dias seguintes com explendidos banquetes e extraordinarios divertimentos.

Gazeta de Lisboa, 20 de agosto de 1739, paginas 407.

[1] Na quarta feira 2 do corrente foy a Rainha Nossa Senhora com os Principes, e o Senhor Infante D. Pedro, embarcados em um Bergantim Real até o sitio de Belem, onde em huma das Casas Reaes de Campo se andaram divertindo no passeyo, e se recolhêram depois ao Paço na mesma embarcaçam. Na quinta de tarde deram as mesmas Senhoras audiencia publica á Illustrissima e Excellentissima Senhora Duqueza de Cadaval, com todas as honras que se costumam praticar neste Reyno com as Duquezas, e foy S. Exc. a esta funcçam com o seu magnifico trem acompanhada de todos os Grandes, e Nobreza da Corte.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 10 de setembro de 1739, paginas 443.

[2] A Illustrissima e Excellentissima Duqueza de Cadaval, Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, viuva do Illustrissimo e Excellentissimo D. Jayme de Mello, do Conselho de Estado, III Duque do mesmo Titulo, V Marquez de Ferreira, VI Conde de Tentugal, etc., Filha de Luiz de Lorena, Principe de Lambesc, Conde de Brione, e de Braine, Grão Senescal Hereditario de Borgonha, etc. Falesceu Domingo passado no Palacio de Pedrouços com 38 annos e quasi 7 mezes de idade. Na Terça Feira seguinte foi o seu Corpo transportado com a pompa devida para a Cidade de Evora aonde se depositou no Jazigo, que a Casa de Cadaval tem na Igreja dos Conegos Seculares de São João Evangelista da mesma Cidade.

Lisboa (Gazetas ou Noticias de), terça feira 2 de junho de 1761.

com que estava adornada, e que a mesma profanação se estendera tambem aos outros. O convento reverteu para a casa de Cadaval. Seus paes foram Luiz de Lorena, Principe de Lambesch, Conde de Brionne e de Braine, Grão Seneschal hereditario de Borgonha, Governador de Anjou, etc. e a Princeza Joanna Henriqueta Margarida de Durfort.

Tiveram filhos.

8 **D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello**, que continua.

8 **D. Joanna Caetano de Lorena e Mello**. Nasceu a 9 de setembro de 1743[1], e morreu a 20 de egual mez de 1745. Jaz no mosteiro de Santo Alberto, na capella de Santa Thereza, de que é padroeira a casa de Cadaval.

8 **D. Margarida Caetano de Lorena**. Nasceu a 15 de junho de 1745[2]; e casou com D. Diogo José Victor de Menezes Coutinho, 5.º Marquez de Marialva. —C. g.

[1] Na Segunda Feira 9 de Setembro, deu á luz uma Filha com feliz successo pelas tres horas e meia da tarde, a Illustrissima e Excellentissima Senhora Duqueza de Cadaval.

Gazeta de Lisboa, terça feira 1 de outubro de 1743, paginas 792.

Na Quarta Feira 30 do mez de Outubro, bautisou o Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca, no Oratorio da Rainha Nossa Senhora, com o nome de Joanna Caetano, uma Filha dos Duques de Cadaval, D. Jayme de Mello, e D. Henriqueta Gabriella de Lorena, a quem teve nos braços a Illustrissima e Excellentissima Senhora D. Anna de Lorena, sua cunhada e Sobrinha, fazendo-lhe o Principe e Princeza Nossos Senhores a honra de serem seus Padrinhos, á qual se acharam tambem presentes a Senhora Princeza da Beira e as Senhoras Infantas suas irmãs.

Gazeta de Lisboa, terça feira 5 de novembro de 1743, paginas 892.

Na Segunda Feira de tarde 20 faleceu de uma dilatada doença em idade de 2 annos a Senhora D. Joanna Caetano de Lorena, filha primogenita do Duque de Cadaval Estribeiro Mór. Foi sepultada na Igreja de Santo Alberto das Religiosas Carmelitas Descalças, na Capella em que se venera o braço da gloriosa Santa Thereza, de que é Padroeira a sua Casa, com assistencia de toda a Corte.

Gazeta de Lisboa, terça feira 28 de setembro de 1745, paginas 761.

[2] Na madrugada de Terça Feira 15 do corrente, deu á luz uma filha com feliz successo a Illustrissima e Excellentissima Senhora Duqueza de Cadaval.

Gazeta de Lisboa, terça feira 22 de junho de 1745, paginas 492.

No mesmo Domingo 18 (do corrente) administrou o Senhor Cardeal Patriarca o

8 **D. Luiza Caetano de Lorena.** Nasceu a 15 de dezembro de 1747 [1]; e casou com Manuel Carlos da Cunha, 6.º Conde de S. Vicente. —C. g.

Teve o Duque filhos não legitimos.

8 **D. Jayme** } morreram de tenra edade.
8 **D. Margarida** }

8 **D. Margarida de Mello.** Nasceu a 16 de fevereiro de 1711, e falleceu de bexigas a 7 de janeiro de 1728.

8 **D. Luiz Ambrosio de Mello.** Nasceu a 11 de novembro de 1712, e morreu a 22 de outubro de 1722.

Ambos tiveram por mãe a D. Paula Josefa Rebello, senhora donzella, como declaram as suas cartas de legitimação passadas a 6 de julho de 1775.

8 **D. Eugenia de Mello.** Nasceu a 14 de setembro de 1715, e morreu religiosa no mosteiro da Esperança de Lisboa, em 12 d'esse mez de 1752.

8 **D. Anna Catharina de Mello.** Nasceu a 25 de novembro de 1716, e vivia ainda no anno de 1782, em que vem referida no Almanach de Lisboa. Era religiosa no mencionado convento.

8 **D. Nuno Alvares Pereira de Mello.** Nasceu a 15 de fevereiro de 1720, e teve por mãe a D. Maria Antonia Josepha Leão Pelegrin, filha de Francisco

Sagrado bautismo com o nome de Margarida á filha que nasceu ao Excellentissimo Duque de Cadaval, Estribeiro Mór. Fez-se a função no Oratorio da Rainha Nossa Senhora, sendo Padrinho o Senhor Infante Dom Pedro, Gram Prior do Crato, e Madrinha a Senhora Princeza da Beira. Concorreu toda a Nobreza da Corte ao palacio de Sua Excellencia onde houve um magnifico refresco.

Gazeta de Lisboa, terça feira 27 de julho de 1745, paginas 591.

[1] Na mesma semana (a passada) deu á luz uma filha com bom successo no palacio de Lisboa a Illustris. e Excellentis. Senhora Duqueza de Cadaval.

Gazeta de Lisboa, terça feira 7 de março de 1747, paginas 192.

Na tarde do mesmo dia (primeira oitava da Pascoa) bautisou o Eminentis. Senhor Cardeal Patriarca no Oratorio da Rainha N. Senhora, com o nome de Luiza Caetano, a filha, que nasceu ao Duque de Cadaval, Estribeiro Mór, sendo seus Padrinhos o Principe e a Princeza nossos Senhores.

Gazeta de Lisboa, terça feira 11 de abril de 1747, paginas 202.

de Leão Pelegrin e de D. Maria Antonia de Soutomayor. Foi Cavalleiro da ordem de Christo, por decreto de 17 de junho de 1739, e Deputado da Inquisição de Lisboa, de que deu juramento em 22 de dezembro de 1744, havendo antes tomado ordens sacras, em um sabbado 19 do mesmo mez e anno; Doutor em Theologia e Deputado da mesma faculdade na Meza da Consciencia e Ordens em 26 de junho de 1758; do Conselho d'El-Rei, em 30 de janeiro de 1759; Conservador das tres ordens militares em 7 de outubro de 1760; e Presidente do referido tribunal da Meza da Consciencia e Ordens, em 17 de agosto de 1767. Seu pae lhe conferiu os prestimentos da sua casa. Em 28 de janeiro de 1768 se lhe passou uma provisão de dispensa de lei para validade de testamento, que elle requereu pelo receio de que lhe obstasse a pragmatica de 25 de junho de 1766, apesar de serem chronicas as molestias que padecia, que os medicos qualificavam de gotta, de scorbuto ou de hydropisia.

8 **D. Pedro de Mello.** Morreu menino.

8 **D. Francisco de Mello.** Nasceu e morreu em 1721.

8 **D. Theodosio de Mello.** Nasceu e morreu em 1722.

8 **D. Isabel de Mello.** Nasceu em 1 de maio de 1723. Vivia em 1782, religiosa no convento de Nossa Senhora da Conceição da Luz, em Arroyos.

8 **D. Joanna de Mello.** Nasceu em 28 de novembro de 1724, e falleceu em 24 de setembro de 1725.

8 **D. Rodrigo de Mello.** Nasceu em 15 de setembro de 1726. Foi clerigo regular da congregação dos padres theatinos, e ainda vivia em 1782.

8 **Manuel de Mello.** Nasceu a 10 de agosto de 1728. Entrou tambem com o referido seu irmão para a mesma congregação, e já lá se achavam no fim de 1749.

8 **D. Maria de Mello.** Nasceu em 31 de março de 1730. Em 1782 era religiosa no convento de Nossa Senhora da Conceição da Luz, em Arroyos.

8 **D. Leonor de Mello.** Nasceu a 17 de março de 1732, e falleceu de tenra edade.

8 **D. Alvaro Fortunato de Mello,** que depois de professar se chamou D. Jayme de Mello. Nasceu em 24 de outubro de 1734. Entrou para religioso da

ordem de Christo no convento de Thomar, tirando-se-lhe inquirições *de genere*, em 11 de setembro de 1749, approvadas a 31 de dezembro d'esse anno. D'ellas consta ser sua mãe Antonia Maria Bordonha, natural de Lisboa, filha de Santos Antonio Bordonha e de Euphrasia Maria Sucarine. E a mesma senhora parece tambem ter sido mãe dos dois mencionados religiosos da congregação da Divina Providencia, como se collige dos depoimentos das testemuhas dadas na mesma casa por individuos bem conhecidos, que foram os padres —D. Antonio Luiz Villares —D. Francisco Rebello —D. Luiz Caetano de Lima —D. Antonio Caetano de Sousa —e D. José Barbosa. Saiu em 1775 para Prior de Tentugal; e falleceu na quinta da Cardiga depois de 1782, porque ainda apparece no Almanach de Lisboa d'esse anno, que então pela primeira vez se publicou.

8 **D. José Joaquim de Mello**, que assim é chamado nas referidas inquirições em que é incluido, e se lhe dá a mesma mãe, Antonia Maria Bordonha. Nasceu em 1738; foi religioso da ordem de Christo, entrando juntamente com o dito seu irmão, em 1749, para pupillo no convento de Thomar. Passou em 20 de julho de 1779 para Prior Mór de Santiago da Espada e do convento de Palmella. Falleceu a 11 de julho de 1820, e jaz na egreja do convento das Commendadeiras da mesma ordem em Santos-o-Novo.

VIII **D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello**, 4.º Duque de Cadaval, por carta de 7 de julho de 1749 [1], 6.º Marquez de Ferreira e 7.º Conde

[1] Por Decreto de 14 do corrente, foi Sua Magestade servido fazer mercê ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Tentugal, do titulo de Duque de Cadaval, e do tratamento de Sobrinho, e de que em sua vida se possa chamar Conde de Tentugal o filho primogenito que tiver, em cumprimento da vida concedida pelos Alvarás de 15 de Janeiro e 12 de Fevereiro de 1712 ao Duque seu avô; e por mercê nova foy servido fazel-a ao mesmo Excellentissimo Conde das commendas de Santo Isidoro de Eixo, de S. Thiago e S. Matheus do Sardoal, S. Pedro de Vilar-Maior, de Santa Maria de Marmeleiro, e de Santo André, de Moraes, todas na ordem de Christo, que vagaram por morte do Duque seu pai; ficando por esta mercê extincta a vida concedida nas ditas Commendas pelo Alvará de 30 de Dezembro de 1712.

Por outro Decreto da mesma data de 14 de Junho foy o mesmo Senhor servido de fazer mercê ao dito Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Tentugal, em satisfaçam dos serviços do Duque de Cadaval D. Jayme de Mello seu pai, obrados até ao fim da sua vida e dos que obrou o Duque Dom Nuno Alvares Pereira de Mello seu avô, depois do ultimo despacho que teve em 5 de Janeiro de 1712 até 27 de Janeiro de 1727, em que faleceu, da insençam do foro de trigo que é obrigado a pagar da sua quinta

de Tentugal, declarado em 26 de setembro de 1743; teve o tratamento de —muito amado sobrinho— e o competente assentamento de 750$000 réis, e foi do Conselho d'El-Rei D. José. No acto da acclamação d'esse Monarcha, em 7 de setembro de 1750, deu elle o juramento de fidelidade em seguida aos Infantes e ao senhor D. João, filho do Infante D. Francisco, quando contava apenas nove annos incompletos de edade. Nasceu a 17 de novembro de 1741, e baptisou-se no paço no oratorio da Rainha[1]. Como

de Pedrouços ao Almoxarifado de Algés; e da Commenda de Noudar, e Barrancos na Ordem de S. Bento de Aviz, e da de Grandola na Ordem de S. Tiago, e de huma vida mais, *podendo,* n'estas ditas Comendas, e nas de Santo Isidoro de Eixo, de S. Tiago, e S. Matheus do Sardoal, S. Pedro de Vilar-Maior, Santa Maria do Marmelleiro, e Santo André de Moraes; e nos mais privilegios, e isenções, de que teve doaçam o Duque seu pai, além da vida, que nos mesmos privilegios, e isenções, pertence ao mesmo Conde por Alvará de 15 de Janeiro de 1712, a qual se deve n'elle verificar.

Supplemento á Gazeta de Lisboa, quinta feira 19 de Junho de 1749, paginas 459.

[1] Pela huma hora da madrugada de sesta feira 18 do corrente, deu á luz com bom successo um filho varam a Ilustrissima e Excelentissima Senhora Duqueza de Cadaval, na sua casa de Campo de Pedrouços junto a Lisboa, com geral contentamento de toda a Corte.

Gazeta de Lisboa, quinta feira 23 de novembro de 1745, paginas 564.

Domingo se festejou na Junqueira com hum combate de Touros o nacimento do filho que nasceu (nam em Pedrouços como equivocadamente se disse na Gazeta da semana passada, mas no seu palacio de Lisboa) ao Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Duque do Cadaval, Estribeiro Mór de S. Mag.

Gazeta de Lisboa, quinta feira 30 de novembro de 1741, paginas 576.

No Convento dos Conegos Seculares de S. João Evangelista da Cidade de Evora, de que é Padroeiro o Ilustrissimo e Excelentissimo Duque Estribeiro Mór, se cantou a 25 do mez passado com excellente musica o *Te Deum Laudamus* em acçam de graças pelo nacimento do filho primogenito de Sua Excelencia, a que assistiram convidados pelo Muito Reverendo Padre Reytor, o Governador, e Senado da Cidade, todos os Ministros, todos os Fidalgos que servem nas Tropas que alli se achou de Guarniçam, toda a Nobreza, e Comunidades Religiosas, e a mesma noticia aplaudiram muitos Conventos, e Igrejas da Cidade com repiques e luminarias, o que tambem fez o Real Colegio da Purificaçam.

Gazeta de Lisboa, quinta feira 7 de dezembro de 1741, paginas 578.

Na Terça Feira 2 do corrente bautisou o Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca no Oratorio da Rainha nossa Senhora, com o nome de Nuno Caetano, o filho primogenito dos Duques de Cadaval D. Jaime de Mello e D. Henriqueta Julia Gabriela de Lorena, a quem teve nos braços a Ilustrissima e Excelentissima Senhora D. Anna de Lorena sua cunhada e sobrinha: fazendo-lhe Suas Magestades a honra de serem seus Pa-

Cavalleiro do habito de Christo se habilitou, pela Meza da Consciencia e Ordens, em 21 de julho de 1751, para professar na mesma ordem, a titulo da commenda de Santo Isidoro da villa de Eixo, em que succedeu, assim como em todos os estados e mais bens da coroa e ordens que eram da casa de seu pae, e na regalia a ella annexa de gosar dos privilegios de Desembargador, de que se lhe passou carta em 13 de setembro de 1752; e em 21 de julho de 1761 foi acceito Familiar do Santo Officio. Na nota[1] se mostra a maneira como solemnisou o feliz acontecimento do mencionado Rei ter escapado do perigo em que esteve a sua vida na noite de 3 de setembro de 1758. Morreu a 17 do mesmo mez de 1771[2], e mandou-se

drinhos, a que se acharam tambem presentes o Principe e Princeza nossos Senhores, a Senhora Princeza da Beira, as Senhoras Infantas suas irmans, e o Senhor Infante D. Antonio. —Gazeta de Lisboa, terça feira 9 de janeiro de 1742, paginas 24.

[1] Muje 28 de Fevereiro. Como a Corte passou a Salvaterra para se divertir com o Exercicio da Caça, veyo habitar ao Palacio que tem nesta Villa o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor D. Nuno Alvares Pereira de Mello, Conde de Tentugal, Marquez de Ferreira e Duque do Cadaval, com a Illustrissima e Excellentissima Senhora Duqueza viuva sua Mãe, e com suas irmãas, para ficarem mais visinhas da Corte; e sabendo que na nossa Igreja Prioral se não havia feito ainda nenhuma acção de graças a Deus pela mercê q' fez a este Reino em livrar o nosso Augustissimo Rey do grande perigo em q'esteve a sua tam estimavel vida, ordenou q'se fizesse esta devida demõstração de contentamento; o q'effectivamente se executou no dia 24 do corrente; dizendo-se huma missa solemne no altar da Milagrosa Imagem de N. S. da Cursa, a que em outro tempo se faziam romagens de grande concurso, pelos muitos milagres sucedidos pela sua invocação. Foi orador desta festividade o Reverendo Doutor Braz Joze Rebello Leite Pereira, formado em Canones, Mestre de Sua Exc. e Reitor da Igreja Parrochial da Conceição de Lisboa, conhecido na republica literaria pelos seus eruditos escritos, e muito nas Academias da Corte. Assistiram Suas Excellencias a toda esta festividade, e ao jantar mandárão distribuir mantimentos pelo grande numero de pobres que ali concorreu. Tambem o Excellentissimo Duque fez com a mesma ocazião, que houvesse aqui hum Cõbate de Touros de cavallo e de pé, e que se lançasse ao ar fogo de arteficio para que subisse mais alto o seu obsequio. Suas Excellencias se tem divertido na caça varios dias com a sua familia, havendo-lhes S. Mag. concedido esta faculdade por ser coutada real, por hum decreto que de Salvaterra passou a favor de S. Exc. a quem esta mercê he muito util, por causa das dilatadas mattas que tem naquelle districto.

Gazeta de Lisboa, quinta feira 1 de março de 1759, paginas 71.

[2] Veja-se um livro intitulado —Descripção das notaveis acções com que se dispoz para a morte o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, Conde de Tentugal, Marquez de Ferreira, Duque de Cadaval, etc. etc. etc. Que offerece a seu filho o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Miguel Caetano Alvares Pereira de Mello, etc. etc. etc. Francisco de Monte Alverne, Indigno filho da Provincia de Santa Maria da Arrabida. Lisboa, na officina Patriarchal de Francisco Luiz Ameno. 1786. Com licença da Meza Censoria.

sepultar no convento das religiosas de Santo Alberto, onde jaz em sepultura de pedra dentro da capella de Santa Thereza. Casou, precedendo escriptura dotal, com D. Leonor da Cunha, Dama da Rainha D. Marianna Victoria, e se recebeu em 10 de agosto de 1761 [1], completando ella vinte annos de edade, por ter nascido no dito dia e mez de 1741. Falleceu em 24 de março de 1796 [2] e jaz em identica sepultura, na mencionada capella do dito convento. Foi filha dos 5.os Condes de S. Vicente, Miguel Carlos da Cunha e Tavora e D. Rosa Leonor de Athaide.

Tiveram filhos.

9 **D. Jayme Caetano Alvares Pereira de Mello.** Nasceu Conde de Tentugal, e morreu menino, sendo sepultado em 30 de janeiro de 1766, na referida capella de Santa Thereza do dito convento das Albertas.

9 **D. N..... Caetano Alvares Pereira de Mello,** que consta ter nascido, pelo assento do seu enterro na dita capella em 7 de setembro do mesmo anno de 1766.

9 **D. Miguel Caetano Alvares Pereira de Mello,** que continua.

[1] Domingo 2 do corrente se celebrou no Palacio do Excellentissimo e Reverendissimo Arcebispo de Evora, Conselheiro de Estado, e Regedor das Justiças, a Escritura matrimonial do Illustrissimo, e Excellentissimo Duque de Cadaval, e da Illustrissima e Excellentissima Senhora D. Leonor da Cunha, Dama da Rainha N. S. e filha dos Illustrissimos e Excellentissimos Condes de S. Vicente: a cuja função assistirão tão somente os seus Parentes mais chegados; fazendo-se em particular, pela grave molestia com que se acha o sobre dito Excellentissimo Conde; e este foi tambem o motivo de se não celebrar aquella Escritura em sua caza, mas sim na do Excellentissimo e Reverendissimo Arcebispo seu irmão.

Lisboa (Gazeta ou Noticias de), terça feira 4 de agosto de 1761.

Hontem 10 deste mez se celebrou no Oratorio de Suas Magestades, o recebimento do Illustrissimo e Excellentissimo Duque de Cadaval, com a Illustrissima e Excellentissima Senhora D. Leonor da Cunha, Dama da Rainha N. S. e filha dos Illustrissimos e Excellentissimos Condes de São Vicente. S. S. M. M. forão Padrinhos, e o Eminentissimo e Reverendissimo Senhor Cardeal Patriarca lhes lançou a Benção nupcial, assistindo a esta Função a maior parte da Corte, que depois accompanhou os Illustrissimos e Excellentissimos Noivos ao seu Palacio de Pedrouços, aonde tiverão huma explendida e magnifica ceia.

Lisboa (Gazeta ou Noticias de) 11 de agosto de 1761.

[2] D. Leonor da Cunha, Duqueza do Cadaval, Viuva, falecêo d'hum ataque de apoplexia a 24 do corrente, em idade de 54 annos, 7 mezes, e dezesete dias.

Gazeta de Lisboa, terça feira 29 de março de 1796.

9 **D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello.** Foi Grande do Reino com honras de Marquez, assim como os outros seus irmãos; Brigadeiro dos Reaes Exercitos da arma de Cavallaria, e servia de Ajudante das Ordens do Governo das Armas da côrte e provincia da Extremadura no anno de 1807. No primeiro supplemento ao n. 19 da Gazeta de Lisboa, de sexta feira 13 de maio de 1808, o encontramos assignando, acima dos Marquezes mais modernos, em Bayona, a 27 de abril d'esse anno, o documento mencionado na mesma folha, que tem por titulo — A Deputação Portugueza, enviada junto a Sua Magestade o Imperador dos Francezes, Rei d'Italia, Protector da Confederação do Rheno, aos seus compatriotas[1]. — Nasceu a 14 de abril de 1766, e falleceu n'esta cidade em 25 de novembro de 1821; jaz em sepultura de pedra na capella de Santa Thereza do convento das religiosas de Santo Alberto.

Teve filhas illegitimas.

10 **D. Maria Leonor de Mello**, já fallecida.

10 **D. Maria Henriqueta de Mello.** Foi educada com as mais irmãs no convento das Salesias, e com ellas veiu para moça do coro no das Commendadeiras, em Santos-o-Novo, onde ainda hoje existe.

10 **D. Maria Adelaide de Mello.** fallecida.

10 **D. Guilhermina de Mello**, fallecida.

Ambas estas ultimas senhoras foram filhas de D. Constança Manuel Nogueira de Campos, a quem o mesmo D. Nuno deixou a sua terça e nomeou tutora e curadora das ditas filhas.

9 **D. José Caetano Alvares Pereira de Mello.** Nasceu em 28 de outubro de 1767, e morreu em 24 de março de 1799[2]. Jaz tambem na mesma capella de Santa Thereza, no convento das Albertas, em sepultura de pedra.

[1] Relação dos individuos que assignaram o documento acima referido: — Marquez de Penalva — Marquez de Marialva — D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello — Marquez de Valença — Marquez de Abrantes — Marquez de Abrantes, D. José — Conde de Sabugal — Francisco, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil — José, Bispo, Inquisidor Geral — Visconde de Barbacena — D. Lourenço de Lima — D. José, Prior Mór da Ordem Militar de S. Bento d'Aviz — Joaquim Alberto Jorge — Antonio Thomás da Silva Leitão.

[2] O Excellentissimo D. Jose Alvares Caetano de Mello, irmão do Excellentissimo

9 **D. Anna Caetano Alvares Pereira de Mello.** Morreu menina, e sepultou-se em 15 de fevereiro de 1770 no mencionado convento e capella.

9 **D. Luiz Caetano Alvares Pereira de Mello.** Nasceu a 18 de maio de 1770, acompanhou seu irmão ao Brasil, e com seus sobrinhos regressou do Rio de Janeiro para Lisboa. Morreu em 13 de fevereiro de 1834, e sepultou-se no convento de S. José de Ribamar, d'onde foi trasladado para o jazigo no cemiterio em Muge.

IX **D. Miguel Caetano Alvares Pereira de Mello,** 5.º Duque de Cadaval por carta de 15 de maio de 1777, 7.º Marquez de Ferreira, e 8.º Conde de Tentugal; do Conselho da Rainha D. Maria I e Mordomo Mór da mesma senhora, em 21 de março de 1807, por nomeação do Principe Regente D. João: Grã-Cruz das ordens de Christo, e da Legião de Honra em França; Marechal de Campo dos Reaes Exercitos, em 9 de março de 1801, ficando desobrigado do commando do regimento de cavallaria de Mecklembourg. Começou a carreira militar por assentar praça de Cadete no do Caes [1], de que era Coronel o Conde de Cantanhede; promovido a Capitão para o de Mecklembourg em 27 de janeiro de 1788; a Tenente Coronel para o de Castello Branco em 3 de novembro de 1792; a Coronel em 29 do mesmo mez de 1796, e a Brigadeiro em 15 de janeiro do já citado anno de 1801; sendo estes dois postos para o de Mecklembourg. Nasceu a 6 de fevereiro de 1765. Professou na ordem de Christo, como Cavalleiro do habito e a titulo da Commenda de S. Pedro de Villar Maior, por decreto de 4 de junho de 1777. Teve o assentamento do titulo do Duque, de 750$000 réis. por Carta de 7 de junho de 1784; e por outra de 24 de março de 1785 é confirmada a mercê de Marquez e de Conde, dos bens da coroa e ordens e dos mais privilegios da sua casa, que lhe fora feita estando ainda na tutella da Duqueza sua mãe, por portarias de 18 de março de 1779 e de 7 de julho de 1784, e por alvará de 10 de novembro d'esse anno. Na occasião do casamento da Infanta D. Marianna Victoria com o Infante de Hespanha D. Gabriel, achou-se presente á escriptura de outorga das capitulações matrimoniaes dos mesmos senhores, que, pelas onze horas da manhã do dia 12 de abril de 1785, se celebraram no paço de Nossa Senhora da

Duque de Cadaval, falecêo nesta Cidade no dia 24 do corrente em idade de 31 annos, 5 mezes e 2 dias.

Segundo Supplemento á Gazeta de Lisboa, sabbado 30 de março de 1799.

[1] O Duque de Cadaval, querendo imitar o zelo com que se destinguirão no Real serviço os seus Illustrissimos Ascendentes, sentou praça de Cadete no Regimento de Cavallaria de que he Commandante o Excellentissimo Conde de Cantanhede.

Gazeta de Lisboa, terça feira 24 de Junho de 1783.

Ajuda, sendo uma das testemunhas que as assignaram, escolhidas para esse acto por Sua Magestade Catholica; e pelas quatro horas da tarde assistiu á funcção do seu recebimento, que teve effeito na capella real do mesmo paço. — Saindo depois a mesma Infanta, no dia 12 do immediato mez de maio, de Villa Viçosa para Hespanha, obteve permissão de ir em seu seguimento até Madrid, para onde partiu no dia 15 do mencionado mez. Tendo fallecido o Principe D. José, foi elle um dos fidalgos nomeados para pegarem nas argolas do caixão, e que, no domingo 14 de setembro de 1788, acompanharam o seu real cadaver para o convento de S. Vicente de Fóra; estando ahi presente á leitura da escriptura da entrega do proprio corpo de Sua Alteza, e a ser encerrado na casa do deposito dos Reis d'estes reinos. Logo que soube, por participação do Principe Regente, a resolução em que estava de passar com toda a Familia Real para o Brasil, não hesitou um só instante em o seguir, e apesar de luctar com uma gravissima enfermidade, fez os seus aprestes para ir na nau Martinho de Freitas, mas viu-se obrigado a embarcar na nau D. João de Castro, com sua mulher e filhos, pouco menos que á cortezia dos companheiros de viagem, por não ter tido tempo de mudar os provimentos de uma para a outra, ou de novamente se abastecer: do porto de Lisboa saiu com toda a esquadra em 29 de novembro de 1807, e sendo esta logo dispersada, foi isoladamente navegando com viagem cansada, trabalhosa e demorada, e por meado de janeiro avistou a costa da Parahiba, onde fundeou por poucos dias para tomar refrescos, indo no fim d'esse mez arribado á Bahia, e crescendo o mal de hydropisia de peito que soffria o Duque, morreu n'aquella cidade aos 14 de março de 1808, e ahi jaz no convento do Salvador, da ordem de S. Francisco [1]. Deixou elle uma viuva e quatro tenros orfãos, em terra estranha e fóra da patria, que não esperavam ver mais; mas a Providencia quiz que a ella voltassem, para outra vez a deixarem, aquelles que ahi não ficaram sepultados. Em 23 do mesmo mez embarcaram para o Rio de Janeiro, onde aportaram em meado de abril, e n'essa côrte se

[1] Participando o Excellentissimo D. Jose de Mello, Prior Mór da Ordem de Sant-Iago, como Representante da Caza e Estado de Cadaval ao Prior de Villa Alva, José Joaquim Tavares de Oliveira, a noticia da morte de seu sobrinho, o Excellentissimo D. Miguel Caetano Alvares Pereira de Mello, Duque de Cadaval, elle a fez publica aos seus Parochianos, não só pelos signaes lugubres, mas tambem na Estação da Missa Conventual, expondo-lhes qual devia ser o seu sentimento pela perda de hum tão respeitavel Donatario; e ao mesmo tempo os convidou para no dia 8 de Novembro assistirem ás Exequias que lhe destinava fazer, e que se celebrárão com assistencia de numeroso Clero, e grande Musica, recitando a Oração Funebre o R. Fr. Ivo da Vidigueira, Definidor da Provincia da Piedade. Concorrêrão a esta funebre acção o Senado da Camara e as principaes pessoas do Povo.

Gazeta de Lisboa, terça feira 6 de dezembro de 1808.

conservaram até o anno de 1816, em que regressaram a Portugal como dito fica. Casou em 7 de outubro de 1791, com D. Maria Magdalena Henriqueta Carlota Emilia de Montmorency Luxembourg[1], Dama das ordens de Santa Isabel e de S. João de Jerusalem, que nasceu a 13 de abril de 1778, e morreu na villa de Pombal em 29 de agosto de 1833; jaz no jazigo do cemiterio em Muge para onde foi trasladada. Era filha segunda dos Duques de Pinay, Luxembourg e Chatillon, Marianno Carlos Sigesmundo de Montmorency Luxembourg, Presidente da ordem da Nobreza aos Estados Geraes em 1789, e Magdalena Renata Suzana Adelaide de Voyer d'Argenson, Dama da Rainha *Marie Antoinette*. Pouco tempo depois do casamento d'esta filha se demorou o Duque de Luxembourg em Portugal, para onde tinha vindo fugindo aos horrores da revolução franceza, porque na Gazeta de terça feira, 6 de dezembro d'esse anno de 1791, no artigo de Lisboa se diz —No mesmo dia (3 do corrente) teve tambem a honra de despedir-se de Sua Magestade o Duque de Luxembourg com os seus dois filhos.

Tiveram filhos.

10 **D. Adelaide Caetano Alvares Pereira de Mello.** Nasceu a 15 de janeiro de 1798[2], e morreu em Alcobaça a 2 de agosto de 1833. Jaz no jazigo de Muge.

10 **D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello,** que foi o 6.º e ultimo Duque de Cadaval.

[1] S. M. e A. A. vierão no mesmo dia 7 do corrente mez de Queluz ao palacio da Ajuda, e honrárão com a sua presença o acto do cazamento do Excellentissimo Duque de Cadaval, com a Excellentissima Senhora Henriqueta de Luxembourg, que se celebrou com grande solemnidade na Real Capella da Ajuda. S. M. e A. A. assistirão á noute a huma Opera que se representou no Theatro do mesmo Palacio. Os Excellentissimos Noivos voltárão accompanhados de varias das principaes pessoas da Corte, em magnificas carruagens, compondo hum luzidissimo trem, que merecêo a attenção d'hum numerozo concurso d'espectadores em todas as ruas, athé á caza do Excellentissimo Duque de Cadavál, onde a companhia foi tratada na maneira mais esplendida, e do melhor gosto.

Gazeta de Lisboa, terça feira 11 de outubro de 1791.

[2] Havendo a Excellentissima Duqueza do Cadaval, dado á luz a 15 do mez passado, huma Menina, a 11 do corrente foi esta baptisada na Real Capella de Queluz, pelo Eminentissimo Cardeal Patriarca, recebendo os nomes de Adelaide, Caetano, etc. e forão Padrinhos o Principe e a Princeza N. N. SS. naquelle solemne acto, a que assistio huma grande parte da Corte, se praticárão todas as demonstrações de honra, que em similhantes circumstancias se costumão fazer á Excellentissima Caza de Cadaval.

Gazeta de Lisboa, terça feira 20 de fevereiro de 1798.

10 **D. Sigesmundo Caetano Alvares Pereira de Mello,** actual Duque de Lafões.

10 **D. Jayme Caetano Alvares Pereira de Mello,** casado com sua sobrinha D. Maria da Piedade Caetano Alvares Pereira de Mello, como fica dito.

Gosa esta casa do tratamento de Parente.

Creação

Duque, 26 de abril de 1648.
Marquez, 7 de março de 1532.
Conde, 1 de janeiro de 1504.
Senhor do Cadaval, 30 de abril de 1388.
» de Ferreira, 6 de abril de 1398.

Residencias

Palacios: rua do Principe em Lisboa; em Muge, Tentugal, Evora e Agua de Peixes. — Quinta em Pedroiços. Actualmente em Paris.

Conforme o referido a paginas 17, vamos dar aqui a linha da successão de **D. Isabel de Castro**, primeira filha do senhor **D. Alvaro** e de **D. Philippa de Mello**, sua mulher, até **Sua Magestade a Imperatriz dos francezes e seu Augusto Filho o Principe Imperial**; e é da maneira que segue:

2 **D. Isabel de Castro**, passou para Castella na companhia de sua mãe, e lá logo a pediu para Dama a Rainha D. Isabel a Catholica, de quem era prima. Casou por escriptura outorgada aos 19 de junho de 1497 na villa de Medina del Campo, com D. Alonso de Sottomaior, 4.° Conde de Belalcaçar, senhor das cinco villas, que são: la Puebla de Alcoser, Herrera, Fuenlabrada, Villaharta, Elechosa e los Bondonales; o qual se achou nas cortes que se celebraram em Toledo, quando a Infanta D. Joanna e seu marido o Archiduque Filippe, foram jurados Principes herdeiros da corôa de Castella, pelo fallecimento do Principe D. João; e entre os senhores que então pozeram mesas e aparadores no pateo del Alcazar e na sala grande dos Reis, em que haviam de cêar com os Principes, que davam para cada mesa seis perús sómente, porque o mais tocava áquelles grandes senhores, um dos quaes foi D. Alonso, que poz uma mui abundante de iguarias, com rica baixella, tudo mui luzido, como escreve D. Alonso Telles de Menezes, parte II *De los Blasones de los Solares y Casas de España*, ms. f. Passado algum tempo, e estando já viuvo, abdicou o condado, e entregando a administração dos mais estados e da casa a seu filho, se recolheu ao convento de S. Francisco do Monte. Era filho de D. Guterre de Sottomaior, 3.° Conde de Belalcaçar, que na edade de 25 annos, e no anno de 1485, foi morto por uma setta no cerco da villa de Caçarabonda; e de sua mulher D. Thereza Henriques, prima co-irmã de El-Rei D. Fernando, o Catholico, por ser filha de D. Affonso Henriques, 3.° Almirante de Castella e Conde de Melgar, irmão da Rainha D. Joanna Henriques, segunda mulher de D. João II, Rei de Navarra, Aragão e Sicilia, que foram os paes do dito Rei.

Tiveram filho.

3 **D. Francisco de Sottomaior**, 5.° Conde de Belalcaçar, Visconde de la Puebla de Alcoser, senhor das cinco villas; e pelo seu casamento 3.° Duque de Bejar, Marquez de Ayamonte, Conde de Banhares, Justiça Maior de Castella e senhor de Gibraleon, Capilla, Burguillas, etc. Foi sua mulher D. Thereza de Zuniga, Duqueza de Bejar e senhora dos mais titulos e estados da sua casa, que herdou em 1582 pela morte de seu tio D. Alonso de Zuniga, 2.° Duque de Bejar, Conde de Banhares, Cavalleiro do Tosão, e Justiça

Maior de Castella. Falleceu a Duqueza em Sevilha, a 25 de novembro de 1565, e jaz com seu marido, finado em 1544, na capella mór do convento dominicano *De Regina Angelorum*, que na mesma cidade ella fez de novo e dotou. Era filha herdeira de D. Francisco de Zuniga e Gusmão, Conde e depois 1.º Marquez de Ayamonte, senhor de Lege e Redondella, e de sua mulher D. Leonor Manrique de Castro, que foi quarta neta do nosso Rei D. Pedro I e da Rainha D. Ignez de Castro, como teremos occasião de o fazer ver.

Tiveram filho.

4 D. **Francisco de Zuniga Sottomaior**, 4.º Duque de Bejar, Marquez de Gibraleon, Conde de Belalcaçar e de Banhares, Visconde de la Puebla de Alcoser, etc. Justiça Maior de Castella e Cavalleiro do Tosão. Casou com D. Guiomar de Mendoça, que foi primeira mulher, filha dos 4.ºˢ Duques do Infantado, D. Inigo Lopes de Mendoça e D. Isabel de Aragão.

Tiveram filho.

5 D. **Francisco Diogo Lopes de Zuniga Sottomaior**, 5.º Duque de Bejar, Marquez de Gibraleon, Conde de Belalcaçar e Banhares, Visconde de la Puebla de Alcoser, etc. Justiça Maior de Castella e Cavalleiro do Tosão. Casou com sua prima co-irmã D. Maria Andréa de Gusmão, filha dos 9.ºˢ Condes de Niebla, D. João Claros de Gusmão e D. Leonor de Zuniga Sottomaior, irmã de seu pae.

Tiveram filho.

6 D. **Alonso Diogo Lopes de Zuniga Sottomaior**, 6.º Duque de Bejar, Marquez de Gibraleon, Conde de Belalcaçar e Banhares, Visconde de la Puebla de Alcoser, Justiça Maior de Castella e Cavalleiro do Tosão. Morreu em 1620, tendo casado com sua prima segunda D. Joanna de Mendoça que, depois de viuva, tomou o habito das carmelitas descalças no mosteiro de Sevilha, e era filha dos 5.ºˢ Duques do Infantado, D. Inigo Lopes de Mendoça e D. Luiza Henriques.

Tiveram filho.

7 D. **Francisco Diogo Lopes de Zuniga Sottomaior**, 7.º Duque de Bejar, Marquez de Gibraleon, Conde de Belalcaçar e Banhares, Visconde de la Puebla de Alcoser, Justiça Maior de Castella e Cavalleiro do Tosão. Casou em 1606 com D. Anna de Mendoça, sua prima, Duqueza de Mandas, de Villa Nova, e

Marqueza da Terra Nova (estados no reino de Sardenha), da qual foi segundo marido. Era filha herdeira de D. João Furtado de Mendoça, Duque de Mandas, e D. Anna de Mendoça, 6.ª Duqueza do Infantado.

Tiveram filho.

8 D. **Diogo de Zuniga**, 2.º Marquez de la Puebla e 5.º de Loriana, pelo seu casamento, Gentil Homem da Camara d'El-Rei D. Filippe IV, Commendador de Paraquellos, na ordem de Santiago, e antes Conego na Sé de Toledo, que largou mudando de estado. Morreu em 31 de janeiro de 1696, tendo casado em 5 de maio de 1644 com D. Leonor d'Avila e Gusmão, 2.ª Marqueza de la Puebla e 5.ª de Loriana, que falleceu em setembro de 1653, filha herdeira de D. Francisco d'Avila Gusmão Mexia Ovando, 1.º Marquez de la Puebla e 4.º de Loriana, Mordomo Mór do mesmo Rei D. Filippe IV, e da Princeza Margarida de Saboya, Duqueza de Mantua e Vice-Rainha de Portugal; do Conselho do Estado e Presidente do da Fazenda; General de artelharia de Hespanha; e da Marqueza D. Francisca de Ulhôa.

Tiveram filha.

9 D. **Francisca de Zuniga**, que casou com D. Francisco de Palafox Cardona e Rebolledo, e foi seu segundo marido, 4.º Marquez de Ariza, senhor das baronias de Cotes, Altea, Calmarça, Calpe, Beniza e Tablada, em Valencia; do Conselho Superior d'Aragão e Mordomo Mór d'El-Rei D. Carlos II. Filho de D. João Francisco de Palafox Blanes, 3.º Marquez de Ariza, senhor das referidas baronias, do Conselho Superior de Aragão e Mordomo Mór d'El-Rei; e da Marqueza D. Maria Filippe de Cardona e Ligne, irmã de D. Francisco de Cardona, 5.º Marquez de Guadaleste e Almirante d'Aragão: ambos filhos de D. Filippe de Cardona, 4.º Marquez de Guadaleste, Almirante d'Aragão, Commendador da ordem de Alcantara, e Embaixador aos Paizes Baixos, que morreu em 1619: e de sua segunda mulher D. Anna de Ligne.

Tiveram filho.

10 D. **João Antonio de Palafox Rebolledo Cardona**, 5.º Marquez d'Ariza, 8.º de Guadaleste, e Almirante d'Aragão (em que succedeu, no anno de 1699, a séu primo D. Izidro Thomaz Folch de Cardona, 7.º Marquez de Guadaleste e Almirante d'Aragão), senhor das baronias de Cotes, Altea, Calmarça, Calpe, Beniza e Tablada, Commendador de Paraquellos, na ordem de Santiago, Gentil Homem da Camara d'El-Rei, e Grande de Hespanha, por mercê do anno de 1721. Morreu em 30 de outubro de 1725, tendo casado em 4

de setembro de 1695 com D. Francisca de Paula Centurion de Cordova Mendoça Carrilho e Albornoz, 4.ª Marqueza de Almunha e de la Guardia, Condessa de Santa Firmia, senhora das casas de Carrilho e Albornoz, e das villas de Torralva, Beteta, Beamund, Ocentejo, Paredes, Vallablado, Portilha, Val de Cabras, Canamares, las Majadas, Luca, Sierro e Cifli; Padroeira do collegio dos hespanhoes de Bolonha, da capella dos cavalleiros da egreja de Cuenca, e da capella mór de S. José de Granada. Esta senhora, que era já viuva de D. Salvador Francisco Rodrigues de Castro Portugal, foi filha de D. Cecilio Francisco Boaventura Centurion Cordova Mendoça Carrilho e Albornoz, 4.º Marquez de Estepa e 3.º de Almunha, Saula, Vivola e Monte de Rey, que morreu em Madrid a 15 de setembro de 1688, e de D. Luiza Mexia Portocarrero, de quem era segundo marido.

Tiveram filho.

11 **D. Joaquim Antonio Ximenes de Palafox Centurion de Cordova** [1], Grande de Hespanha da primeira classe, 6.º Marquez d'Ariza, e de la Guardia e 9.º de Guadaleste, Conde de Santa Fimia, Almirante d'Aragão, etc. Casou em 1 de abril de 1737 com Maria Anna Carlota de Croy, que foi sua segunda mulher, nascida em 12 de maio de 1717, e filha de João Baptista Francisco José de Croy, Marquez e senhor de Wailly, Conde de Fontenoy, Visconde de Langle, Principe e Marechal do Imperio, Soberano de Fernestranges, e Grande de Hespanha, que nasceu em 30 de maio de 1686, e morreu em Paris a 24 do dito mez de 1727; e da Duqueza Maria Anna Cesarina Lanty de la Rouere, com quem casou em Madrid a 5 de junho de 1712, e era filha dos Duques de Bonmars.

Tiveram filho.

12 **D. Filippe de Palafox e Croy Centurion,** Marechal de Campo dos Reaes Exercitos. Casou com D. Maria de Salles Portocarrero e Zuniga Fernandes de Cordova e Gusmão, Condessa de Banhos, Ablitas e Fuenteduena, Marqueza de Moya, Val de Rabano, Osera, Ardales e Castanheda, filha de D. Christovão Pedro Portocarrero Fernandes de Cordova, 6.º Conde de Montijo, de Fuenteduena e 15.º de Teba, Marquez de Villanueva de Barcarrota, 13.º de Algava, e 14.º de Ardales, 6.º de Val de Rabano, de Osera e de Castanheda, Gentil Homem da Camara d'El-Rei Catholico, com exercicio, em 1748, e Capitão da real companhia de alabardeiros; o qual se achou presente em Madrid,

[1] Até este Cavalleiro dá noticia a Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, a paginas 73 do tomo X.

no anno de 1785, á funcção do casamento dos Infantes D. João e D. Carlota Joaquina; e de D. Maria Marcos de Zuniga Chaves e Pacheco, filha dos 9.os Duques de Penharanda, e Condes de Banhos e de Miranda, D. Antonio Lopes de Zuniga Chaves Chacon e Bazan e D. Maria Thereza Pacheco Toledo e Sandoval.

Tiveram filho.

13 **D. Cipriano**[1] **Portocarrero e Palafox**, Conde de Montijo, de Teba, de Banhos, de Miranda, Duque de Penharanda, etc. que serviu em França, até 1814, como Coronel de artelharia, e depois regressando a Hespanha tomou assento na Camara dos Senadores. Morreu em 1839, tendo casado com D. Maria Manoela Henriqueta Kirck Patrick de Closbourn e de Grevignè, nascida em Andaluzia, e filha de D. Guilherme Kirck Patrick e de D. Francisca de Grevignè.

Tiveram filha.

14 **Sua Magestade Imperial, D. Maria Eugenia Palafox e Kirck Patrick de Gusmão Portocarrero Fernandes de Cordova**, Condessa de Banhos, de Teba e de Mora, etc., que nasceu a 5 de maio de 1826, e casou em 29 de janeiro de 1853 com Sua Magestade Napoleão III (Carlos Luiz), Imperador dos francezes, nascido em 20 de abril de 1808; filho de Luiz Napoleão Bonaparte, antigo Rei da Hollanda, e da Rainha Hortença Eugenia de Beauharnais.

Tem filho:

15 **O Principe Imperial, Napoleão Eugenio Luiz João José**, que nasceu a 16 de março de 1856.

[1] O Almanach de Gotha d'este anno de 1865, a paginas 22 chama-lhe *Manuel*.

Como promettemos a paginas 13, damos n'este logar publicidade aos seguintes

DOCUMENTOS

Carta, que o Senhor D. Alvaro escreveu a ElRey D. Joaõ II. no tempo, que estava em Castella, para onde passou por causa da morte do Duque D. Fernando II. na qual trata dos agravos, que delRey tinha recebido. Achey-a no Cartorio da Casa de Bragança.

Eu folgara bem de escusar de escrever nada a V. S. assi porque não queria dizer quanto devia pera dar conta ao mundo de quanto e em quantas cousas V. S. tem errado contra mim, como porque não posso diser tão pouco quam pouco he mister a V. S. ante quem a verdade, e a boa rezaõ tão pouco prestão: majormente que elle sabe milhor que ninguem quam grandemente contra mim tem errado, e quanto lhe eu tenho mais merecido de merce que de agravos, indaque o contrario queira ora mostrar que cuida segundo as obras que contra mim faz. Emperoo Senhor porque hora me diseraõ que V. S. mandara la por editos contra mim, inda que para ante V. S. refertar meu direito sera bem escusado; pareceome emperoo rezaõ de fazer esta, por naõ parecer que em me calar consinto, e tambem por protestar aquillo que devo por conservaçaõ de meu direito, e inda que a rezaõ de mim guarde pera dar ante quem devo emperoo darei em esta aquillo que naõ posso escusar.

Eu não sei mais senaõ que como disse me disseraõ que em Portugal se puseraõ editos contra mim sem saber em que forma nem sobre que, porque V. S. por fazer vossos feitos de pagam a candea como costumais, e ninguem vos naõ pode refertar nada, mandastes assi guardar os portos, e defender que se não escrevesem de Portugal a nenhum, juntando isto com quam pouco homem folga de ouvir as novas que sabe dese Reyno, eu o naõ soube doutra maneira nem mais cedo, emperoo cuido que tudo sera fundado ou nas culpas que V. S. mandou mostrar ao Conde dolivença em Abrantes que dizeis que contra mim achaveis, ou nas que depois me enviou o dito Conde per vosso mandado a Çafra per letra do Doutor Joaõ Teixeira. E certo Senhor se estas saõ as cousas de que me mandais acusar, mais rezaõ me parecera dar V. S. a mim rezaõ porque me tinha tomada minha fazenda, do que era mandardesme citar por taes cousas pois V. S. sabe tambem quam grandes mentiras saõ, e que naõ saõ ellas as porque me foi tomada minha fazenda o que esta claro por muitas rezoens.

Primeiramente porque V. S. naõ me pode culpar nos casos em que quisestes culpar meus Irmaõs porque pois V. S. tem confessado, e assi o disse ao Bispo de Liaõ, e a Guaspar Fabra que dos casos passados de meus Irmaõs me achaveis sem culpa, e assi o mandastes dizer a mim per o Conde Dolivença que de vossa parte me enviou dizer quando cheguei a Çafra, e assi he verdade que V. S. nunqua achou nem achara contra mim cousa em que me possa culpar, porque todas as inquiriçoens que sobre os ditos casos mandastes tirar, como vos prouve no que a mim tocava, mandastes mostrar ao Conde dolivença, e eu tenho o treslado disso, e sem embargo de ellas serem feitas como sabe, emperoo em ellas naõ se achou cousa porque me possais dar culpa.

E que queira V. S. dizer que me tomou a si minha fazenda me vim aqui a Corte delRey, e da Rainha nossos Senhores tendo vos mandado dizer que me saisse fora de todos os Reynos, e Senhorios de Suas Altezas. Esta escuza naõ pode V. S. dar porque antes de eu isto fazer, e antes de partir de Portugal vos dixestes ao Conde dolivença quando o mandastes chamar em Abrantes, que porque vos naõ fiaveis, e pelas sospeitas que de mim tinheis me queries tomar minha fazenda, e somente ma deixar ter em quanto fosse vossa merce não tendo V. S. outra cousa, nem prova senaõ as sospeitas que de mim querieis tomar que o que tinheis, como dixe, loguo lho mandastes mostrar, e eu tenho o treslado, e naõ diz nenhuã cousa de que se me deva dar culpa, e que alguã cousa dissera pouco devia de bastar o testemunho só Da..... Vaz pera eu ser condenado, e tambem antes de eu pera aqui vir indo meu caminho, e sendo ja em Barcellona me enviou diser V. S. como determinaveis de tomar minha fazenda, e somente me dar hum conto e duzentos mil reis cada anno pera me manter ese tempo que me mandaveis dizer que andasse fora destes Reynos. Pois naõ estava em rezaõ que ainda que eu sempre muy bem cumprisse vossos mandados, e ainda entaõ os quisesse cumprir que o ouvesse asi de fazer em conhecer que me avia por culpado no que naõ tinha culpa, e contentarme de receber pena sem a merecer, e com justa causa me parece que tinha rezaõ de volver a busquar quem me remediasse como fis.

Nem tambem se pode escusar V. S. em dizer que ma tomastes pelo testemunho que me enviastes mostrar escrito per maõ de Joaõ Teixeira do que dizeis do que disse D. Vasco, e o Tinoco, porque como digo ja dantes que elles aquillo testemunhassem ma tinheis tomada, e mais o que elles disseraõ esta claro que he mentira, e naõ faz nada contra mim, ca o que o Tinoco diz naõ he nada, e o que dis D. Vasco que lho disse D. Guterre, e he certo que eu em este tempo nunqua vi D. Vasco, nem D. Guterre, nem lhe falei, nem creo que al digaõ, pois se D. Guterre diz que o ouvio a alguem que lho disesse que mo ouvira, certo he que tal testemunho contra mim naõ me fas nada porque eu deva de receber pena, quanto mais sendo taõ grande mentira como he, porque hi naõ avera nenhum Cavaleiro que diga que me tal ouvio, que lhe eu naõ defenda, ou faça conhecer como devo, que mente muy falsa mentira, quanto mais

que as cousas que elle dixe saõ tais que qualquer entendido que as vir conhecera logo claramente que quando eu em tal caso ouvese de entender naõ avia de ser com tais civilidades nem per tal maneira como elle dizia, mormente que à vossa maõ foraõ ter todas as cartas que eu escrevi a Portugal por tres ou quatro vezes indo caminho de Barcelona, e asi outras que de la escrevi a Rainha nossa Senhora e se eu em tais cousas tivera o pensamento, de rezaõ parte dellas se ouveraõ de achar nas ditas cartas.

Eu naõ digo isto senaõ por responder aquellas cousas em que por ventura me quer V. S. dar culpa, porque na verdade depois que eu sahi de Portugal, e vos dixestes, que me querieis tomar minha fazenda sem porque, alem de outros infinitos agravos, e injustiças muy grandes que de vos tinha recebido, naõ me parece que pudera fazer cousa inda que fora de voso serviço em que errara, porque obrigado era a buscar remedio de tais cousas por todas as maneiras que eu pudese, e por iso se eu alguã cousa fis, ou fizesse em este tempo naõ me avia de desculpar della salvo esta, ou outra semelhante por naõ ser verdadeira como esta naõ he.

Assi que bem claro esta que V. S. naõ me tem a minha fazenda por culpa que contra mim achasse nos casos em que quisestes culpar meus Irmaõs, porque na verdade naõ a achastes, e vos naõ podeis dizer o contrario porque asi o confessou V. S. aos Embaixadores, e enviastes a mim, como acima dito he, nem isso mesmo, ma tomaes pelos testemunhos das outras inquiriçoens nem por me naõ ir fora destes Reynos como vos ordenaveis, porque ja dantes ma tinheis tomada, tomastela por folgar de aver o meu, como ouvestes a dos outros, e quereis buscar achaques como buscastes a elles.

E que assi fora que com rezaõ e justiça me podesseis tomar o meu, que rezaõ pode V. S. dar para tomar a minha molher o seu, ca vos lhe naõ podeis dar culpa, nem a tem, e se a estes Reynos veo, veo por vossa licença, segundo tem por vosso assinado, sem exceder mandado que mandastes ca hum vosso Contador veo com ella ate o extremo que todo vio por ser de todo testemunha o qual veo por vosso mandado.

E que assi fosse, e a minha molher tomasseis o nosso que rezaõ tem V. S. de tomar a minhas filhas o de sua mãy que por direito nem lei do Reyno naõ podeis tomar, nem isso mesmo lhe podeis tomar as rendas de Beja, que eu tenho bom privilegio de ainda que aquelles que as tiver as perca por qualquer caso, que toda via passem ao herdeiro, que as avia de succeder.

E certo Senhor naõ pode V. S. tanto encubrir o fundamento que faz estas couzas, que no modo que em ellas tem naõ dê bem a entender ao mundo o porque as faz, e ao menos naõ podera V. S. negar como vos sempre servi fazendome V. S. em ves de me agalardoar com merce tantos agravos que seriaõ largos de contar, emperoo por mostrar mais claramente a rezaõ que tenho he forçado que diga alguns delles, porque todos sera muito. V. S. sabe bem como vos comecei a servir de pequeno, e sempre me cheguei mais a vosso serviço,

e a vos que a nenhum outro fazendovos muitos serviços assinados alem dos que a voso pay fiz, os quaes escuso de dizer porque disto quero deixar o cargo aos outros que o sabem, e V. S. que mos tambem lembrou o dia que prendestes o Duque meu Irmaõ, e como quer que de pequeno me sempre dixestes que todo me conhecieis, e me avieis de satisfazer muy bem, mostrandome muitas vezes que me tinheis mais afeiçaõ que a nenhum outro rogando a Deos que vos trouxesse a tempo para asi mo mostrar por obra: tanto que fostes homem, e em tempo de mo pagar logo começastes de vos aver comigo todo ao reves do que ate entaõ tinheis mostrado, e parecendovos que devieis de aver vergonha de me naõ pagar a obrigaçaõ que me tinheis, me dixestes em Coimbra que me queries dar duas Villas vossas que tinheis entre douro e minho, e depois de mas terdes prometidas tornastesvos a escusar de cumprir comigo dizendo que a voso pay naõ aprazia isso sendo certo que o dito vosso pay me fez mores merces que aquella, em que se mostra que naõ foi por sua culpa, mas pela vossa.

O porque depois me comecei de chegar a ElRey vosso pay, e servilo, ElRey por se achar de mim por bem servido me começou de amostrar boa vontade, vos tomastes disso taõ grande nojo que o naõ podieis sofrer, e tendome ElRey prometido a Villa de Portalegre quando vos fostes, onde vos vos mais servistes de mim do que ainda dantes vos tinheis servido: sobre tudo naõ quizestes consentir que vosso pay me desse a dita Villa mostrandolhe que o fazieis por estar no estremo, e não fiardes de mim e concertares com vosso pay que a Villa de Castel Rodrigo que ma tambem tinha dada ma tirasse, e a desse a Joaõ Dilhoa.

E como quer que entaõ porque se partio V. S. para Portugal, e por aquillo que me estorvastes vos foi necessario dizer a vosso pay que otorgarieis qualquer outra couza, dizendovos logo vosso pay, que me queria dar torres novas e Alvejazere como de feito deu, e vos porem como soubestes que vosso pay mas tinha dadas, a requerimento de quem me queria mal determinastes logo de o naõ consentir, e ainda a alguãs pessoas dixestes que o naõ avieis de consentir, porque era torres novas grande fortaleza, e estava junto com outras do Duque, e vos timieis de nos, e depois que eu vim a V. S. me cometestes que deixase toda via a dita Villa mostrandome que vos mo satisfarieis, e como quer que eu muito o sentisse porque sabia como o fazieis, e a forma que avieis de ter em me satisfazerdes outorguei de fazer o que me mandastes; e porque estavamos de caminho para a Corte delRey vosso pay ficamos para la nos concertarmos, e que entre tanto estivesse tudo quedo, e ainda que entaõ V. S. mostrasse que estimava em grande serviço polo eu asy em vossas maõs logo como eu parti antes de me terdes satisfeito, fostes dar hum privilegio a Villa perque a seguraveis de naõ se dar a mim.

E depois de V. S. ter isto assi feito parecendovos que me tinheis ja lançado da Villa começastes de me por duvidas na satisfaçaõ, e sem embargo de

os que vos mandastes que entendesem nisso comigo acordaraõ o que se me avia de dar vos naõ quisestes estar por isso, e tantas perrarias me fizestes nisto, que de todo me tinheis já despedido de me dar nada; salvo que ElRey vosso pay se meteo nisso, e com tudo naõ pode comvosco fazer senaõ que de certos lugares que vos mesmo me daveis em satisfaçaõ daquillo vos me deixastes hum delles a que chamaõ Mira, e com tudo eu aceitei como V. S. quis por acabar, e depois de serem feitas as doaçoens assinadas, e asseladas tornastesme a tomar outro lugar que chamaõ Pereira, dizendo que mo queries tomar por quanto o Conde de abrantes que tinha o Castello de torres novas mo deixara por outra merce, que lhe vosso pay por iso fez, e V. S. por colorar o que nisso querieis fazer, disestes que naõ querieis consentir na merce que fizeraõ ao Conde por o Conde requerer que lhe tornasem o Castello, e vos tomardes a dita Villa de Pereira, e temendo vos que por ventura o Conde toda via quereria estar pelo partido que tinha feito, e naõ requereria que lhe tornassem o dito Castello, dixestes a D. Francisco seu filho que lhe dixesse que em nenhum caso fizesse partido comigo sobre o dito Castello.

E tendo eu falado com V. S. que queria casar com a filha do Conde dolivença, e vos tendome dito que vos prazia disso muito, e tendome dada carta pera o dito Conde de como vos prazia, e tornastes logo por outra parte a enviar dizer ao dito Conde que de nenhuã maneira fizesse o dito casamento, e fizestes com o Bispo seu irmaõ do Conde que enviasse dizer ao Conde por Francisco da Gama, que em nenhum modo o fizesse cometendolhe outros casamentos com o Conde de Marialva ou filho do Conde de Villa Real.

E quando vio V. S. que com aquillo não tornaveis o dito casamento, e enviastes ao Conde Augustinho Caldeira com crença vossa a dizerlhe que em nenhum caso fizesse o dito casamento, e o Conde respondendovos que lhe deseis hum vosso alvara assinado que lhe defendieis que o naõ fizesse, e que o desfaria porque ja tinheis dada tal palavra que se naõ podia escusar com al, e vos entaõ por se a cousa naõ descubrir calastesvos, e se fez o casamento com vosso prazer, e isto soube eu depois que fui casado pola Condeça que mo dixe, e por minha molher.

E depois de assi ser feito o dito casamento onde dantes V. S. costumava mostrar boa vontade ao Conde, e dahy a diante por respeito de mim começastes de lhe fazer mil agravos os quaes eu sentia mais que meus proprios, e tirasteslhe o officio de guarda mor, e tiroulhe V. S. os privilegios do bairro Devora, e tomasteslhe a renda das sacas Dolivença que tinha, e favorecestes tanto hum rapaz de hum escudeiro dolivença contra o dito Conde que teve coraçaõ pera lhe faser mil soberbas e injurias sem o Conde ousar pelo favor que o outro tinha vosso tornar a isso, e dividas que lhe V. S. devia que lhe vosso pay tinha mandado pagar todas lhas embaraçastes; e na Capitania de Tangere que tinha lhe fizestes cem mil agravos que seria longo de contar.

E como V. S. soube que a Condeça dolivença era falecida logo procuras-

tes buscar casamentos para o dito Conde sem o mesmo Conde o saber, pera ver se o poderieis por ali embaraçar a herança do dito Conde que a naõ herdasse eu avendo o dito Conde filhos: tanto que a Condeça de Penella sem o Conde disso saber parte, requerestes casamento pera casar com o dito Conde, e aa derradeira vos mesmo per vos o cometestes ao dito Conde, e dixestes a alguãs pessoas que tudo fazieis por me desherdar. E porque o dito Conde tinha a Villa dolivença, e vos parecia que eu devia de esperar por sua morte, destes hum privilegio a dita Villa em que lhe prometeste que a naõ deseis mais a ninguem.

E estando eu para a morte, e vindovos recado que era morto vos mostrastes claramente que vos prazia de minha morte.

E tanto que ElRey vosso pay faleceo tendo eu o officio de Chançarel mor V. S. me tirou logo de posse delle, emperoo que muitas vezes requeresse, e vos alegasse, como vos mesmo me tinheis outorgado asy como vosso pay V. S. sem embargo de todo me trouxe cinquo ou seis meses sem mo querer dar, e isto tudo porque o tinheis dado ao Doutor Joaõ Teixeira, e depois que vistes que vos naõ podies escusar de mo dar cometesteme que vo lo vendese para o dar ao dito Doutor, e porque vos pedi que pelo que pertencia a minha honra que mo quiseseis toda via dar e depois eu faria o que vos mandasseis, me constrangestes a servir o dito officio per mim onde eu soya a ter hum Doutor que por mim o servia, e faziame V. S. ver todas as cartas, e ter o sacco a porta. E fazendo todo por me abater, e me dar oppresoões porque me fosse necessario deixalo e como quer que eu despois vos quizesse fazer partido delle, porque via que tinheis vontade, nunqua V. S. me quis dar senaõ taõ pouco que antes eu o queria deixar debalde, e vos naõ querieis, que fosse senaõ por onde vos querieis, mandandome dizer claramente por Gonsallo Vaz Regedor da justiça de Lixboa que se eu asy o não fazia que vos me faries nisso tantos agravos ate que mo fizeseis deixar contra minha vontade.

E tendo eu huã demanda com o Arcebispo de Braga que era meu imigo, e queixandome disso a V. S. e requerendovos direito e justiça vos nunqua quisestes fazer.

E como quer huã vez deseis determinaçaõ no dito caso, e o mandasse dizer V. S. por Fernaõ de Figueiredo ao Arcebispo, porque o Arcebispo disso naõ foi contente a tornastes a revogar. E como quer que depois muitas vezes vos eu requeresse justiça queixandome de vos porque ma denegaveis dizendome vos claramente que naõ querieis anojar o Arcebispo pelo meu: da qual cousa eu huã vez tomei por testemunha o Baraõ Dalvito, e o Doutor Joaõ Teixeira, e o Doutor Nuno Gonçalves em torres novas queixandome a elles como V. S. me denegava justiça por fazer favor a hum meu imigo.

E por quanto eu emprestei certos dinheiros ao Bispo do Algarve pera expedir as letras do Arcebispado da Braga, e ficou tambem por fiador hum genoes que chamaõ Joaõ Salvajo, porque o dito Bispo morreo, e o dito genoes,

e eu ouvemos breve do Papa para serem pagos do dito Arcebispado, e V. S. como o soube que aquillo me relevava tanto por me lançar em perda, e por favorecerdes ao dito Arcebispo de Braga meu imigo contra mim sem embargo do Breve do Papa, e sem embargo de huã carta delRey vosso pay que Deos aja perque prometia ao dito Bispo de fazer paguar as ditas dividas, e sem embargo de V. S. ter prometido ao dito Bispo de as fazer pagar, vos favorecestes tanto ao dito Bispo, que nunqua foraõ pagas te que o dito Joaõ de Salvajo pela parte que a elle tocava se conveo com o Arcebispo, e fez com elle outro caimbo a sua vontade, emperoo eu nunqua ouve nada do meu.

E no officio do regimento de justiça me fez V. S. mil agravos tirandome os poderes que tinha, mostrandome claramente que não fiaveis de mim servindoo eu tão fielmente que todo o Reyno disso era contente.

E huã Capella de Tentuguel que eu tinha per Carta de vosso pay, vagou, e V. S. deu a hum escudeiro de vossa Tia D. Fellippa; e como quer que vos eu mande alegar o direito que nisso tinha, e me V. S. mandasse dizer pelo Baraõ que naõ faria nisso nada ate mo naõ ouvir, e ter a direito, tornastes logo a mandar meter o outro de posse, sem me nunqua mais quererdes ouvir, nem ter a direito.

E me mandastes prender certos rendeiros de Beja porque penhoraraõ hum alfayate vosso per mandado da justiça por certa divida que lhes devia, emperoo que eu disso me queixasse a V. S. nunqua os quisestes mandar soltar ate que tornaraõ a pagar ao alfayate o que per direito lhe tinhaõ julgado a elles dizendo vos sobre isso muy mas palavras a mim, e dizendome no rosto que porque a mim me consentiaõ que tivesse a jurdiçaõ de minhas rendas se seguiaõ taes erros, o que eu muito senti, e devia de sentir.

E alem destes agravos, e outros muitos desfavores, e desprezos que homem sente muito mais do que pode dizer que eu de V. S. tenho recebidos, em particular recebi tambem os que a todos fizestes em geral, dos quaes deixando todos os outros quero somente dizer alguns dos que a mim muito tocaraõ que V. S. logo em começando de reynar determinastes.

E determinastes de enviar vossos Corregedores entrar em nossas terras, e posto que vos eu mostrasse privilegio selado com selo de chumbo o qual me vos tinheis confirmado, e jurado per vossa fee Real, pela Carta do escaimbo que com V. S. fiz de torres novas sem embargo de naõ ser contrato a naõ quisestes guardar, antes em quebrantamento della, e das outras que os outros tinhaõ, e dos usos e costumes que sempre tivemos, sem necessidade que para ello tivesseis somente por nos fazer mal as quebrastes, sem sobre isso nos querer mais ouvir, nem boas rezoens inda que nos para ello dessemos, mostrando nos claramente como nos em muitas das nossas terras se fazia milhor justiça que nas que entravaõ vossos Corregedores, dandovos muitas vezes forma e meyo como em todas se podesse milhor ministrar justiça guardando vosso serviço sem quebramento de vossos privilegios, em que se bem mostrou que

V. S. o fazia mais por fazer mal que com outro zello nenhum bom; e por milhor executardes o que querieis logo determinastes de naõ confirmar as doaçoens, e privilegios, e liberdades dos Senhores, e fidalgos, sem os verdes todos pello meudo o que era cousa para se nunca acabar, nem se fazer em nenhum tempo pelos Reys dante vos, somente confirmavaõ todo por huã só Carta, e per clausula geral. E posto que sobre isso fossem feitos a V. S. asas de requerimentos, e pedido que o quiseis emendar nunqua o quiseste fazer, antes os mandaveis todos tirar de poder dos Senhores, e por em mãos de hum vosso escrivaõ que para isso fizestes, ficando elles desapossados de todos os privilegios que tinhaõ, e se tornavaõ todos pera suas casas porque V. S. naõ despachava nenhum, e assi recolhieis tudo a vossa maõ para os despachar, ou quebrar quando quiseseis, e a quem quisesseis.

E logo publicou que todos os privilegios dos Reys passados naõ valesem nada, e que todos se acabavaõ per morte do Rey, e que tudo estava em vossa maõ de o dar e tirar como quiseseis, e assi o começastes logo a mostrar per obra, porque alguns que despachaveis em huns tiraveis a jurdiçaõ, em outros a renda, em outros os privilegios, e assi tiraveis, e metieis clausulas de novo como vos aprazia, e outros rompieis de todo sem mais os verem as partes de guisa que de ventura se achara escritura civel que V. S. naõ grosasse em pouco, ou em muito e isto mesmo fizestes nas que vos mesmo tinheis feitas, e confirmadas sendo vos Principe dizendo que ja não valiaõ nada, porque ereis ja outro homem que entaõ ereis Principe, e agora ereis Rey.

E determinastes que naõ podessem dar cartas de segurança em mortes de homens tendo nos disso privilegios e sentenças. E determinastes que nenhum Senhor podesse ter Ouvidor em nenhum seu lugar mais de quinze dias, e que passados os quinze dias logo se partisse dali, ou naõ usase mais do officio, e assi que naõ conhecessem de auçoens novas, nem dos agravos que sahissem dante os Juizes por onde de ponto em branco tirava V. S. aos Senhores toda a jurdiçaõ de suas terras, especialmente aos Duques, e a seus Irmãos que sobre estes casos tinhaõ mais fortes privilegios.

Parece que naõ está acabada.

Sentença contra Dõ Alvaro filho do Duque de Bragança pela culpa da conspiraçam contra ELREY Dom João 2.º

Dom Joham per Graça de Deos Rey de Purtugual e dos Alguarves da aquem e da alem Mar em Africa, e senhor de Guinée. A todolos Juizes, e Justiças dos nossos Regnos a que esta nossa Carta de Sentença for mostrada. Saude sabede que aa Petição do Procurador da nossa Justiça, e Fiscal, citar fezemos per nossa Carta de Editos Dom Alvaro filho de Dom Fernando, Duque de Bragança por se dizer contra elle, que elle dito Dom Alvaro com Dom Fernando, Duque que foi de Bragança, e com Dom Ioham que foi Marquez, seus Irmaãos, e isso meesmo com Dom Affonso, Conde que foi de Faaram outro si seu Irmaão, e com outros seus conjurados fezera, e hordenara tractara, e encobrira contra nós, e contra nosso Real Estado, e contra o bem, paz, e asesseguo destes nossos Regnos muitas deslealdades, e traiçooens, e que per este meesmo modo fora na segunda traiçam com Dom Diogo Duque que foi de Viseu, comonicando com elle, e com seus conjurados, e convocados de nos matarem, e destroirem nosso Real Estado; pollas quaaes maldades, e traiçooens merecia morrer morte natural, e perder todos os seus beens movees, e de raiz pera a Coroa de nossos Regnos, e per bem das ditas maldades, e traiçooens o Procurador da nossa Justiça e Fiscal o queria demandar pera seer encartado, e sua fama e nome seer dapnado, e perder os ditos beens pera a dita Coroa, e por quanto senam sabia o lugar certo honde o dito Dom Alvoro era, pera em pessoa seer citado nos pedia que lhe mandassemos dar a dita nossa Carta de Editos perque fosse citado. E visto per nós seu dizer, e pedir em Rellaçam com os do nosso Desembarguo vimos as Inquiriçoens, devassas, e autos perque se mostra as ditas culpas, e erros do dito Dom Alvaro, pollo qual mandamos passar a dita Carta de Editos, e lhe asignamos termo de quarenta dias a que viesse per ante nós per pessoa, pera seer ouvido com o dito Procurador, e Fiscal da nossa Justiça, e fosse certo que se ao dito termo nam vieesse, que se procederia contra elle aa sua revelia, segundo forma da nossa Hordenaçom. Segundo que na dita Carta de Editos todo esto e outras cousas melhor, e mais compridamente era contheudo. E ao tempo, e termo que as ditas partes perante nós ouveram de parecer, pareceo o dito Procurador da Justiça, e não pareceo o dito Dom Alvaro Reeo pero foi apregoado, e nam foi achado, nem outrem por elle, e aa sua revelia o dito Procurador da Justiça veyo com hum Libelo contra elle, dizendo que teendo elle Reeo como os de que elle descende, recebida muita mercee assy de nós, como dos Reys meu Padre, e Avoos, cujas almas Deos tem, e fiando nós nosso Conselho, e segredos, do dito Reeo fazendoo Rejedor da nossa Casa da Supplicaçam, e Justiça, e fazendoo nosso Chanceler Moor dãdolhe nós grandes rendas, e honra como a nós cabia, seendo elle Dom

Alvoro Reeo obrigado a goardar, e a olhar lealdade, e nossa vida, e bem, paz, e asessego dos nossos Regnos, e Senhorios; elle o fezera muito polo contrairo, antes como desleal, e dezobediente a nosso Real Estado fezera, trautara, hordenara, e aconselhara muitas cousas e deslealdades contra nós, e contra nossa vida, e honra, bem, paz, e asesseguo de nossos Regnos, fazendo, trautando, e ordenando, e quanto nelle fora em obra, puendo pera trazer a fim, e concluzam o que ordenado, e trautado tinha, as quaaes sam as que se seguem. E que teendo Dom Fernãdo que foi Duque de Bragança, e Dom Joham, que foi Marquez de Monte Moor o Novo, e Dom Affonso, que foi Conde de Faraam Irmaãos delle Dom Alvaro Reo, e outros seus complices, o conjurados, trautado, e hordenado de nos matarem, e de meterem jente de fora destes Regnos pera se averem de levantar contra nós, teẽndo isso meesmo ordenadas outras muitas deslealdades, e traiçooens contra nós, e nosso Real Estado, ordenarão de mandar chamar a elle Reeo, como de feito o mandaram chamar a Santa Maria de Espenheiro da cerqua da nossa Cidade d'Evora honde ja estavam o dito Dom Joham, e Dom Affonso, e filhos em nome do dito Dom Fernando, o qual trazia huã Capitollaçam ordenada pollo dito Dom Fernando, na qual se continha, que todos se confederassem, e conjurassem contra quaesquer pessoas que os anojar quisessem, e que honde se huum perdesse, se perdesse ho outro, fasendo toda esta conspiraçam e confederaçam por serem todos contra nós, a qual o dito Reeo leera per vezes e a derradeira vez dicera que aa primeira lhe não parecia tambem como a derradeira vez, que a leera: e logo o dito Reeo jurava-o na dita Escriptura contheudo, e se confederou com os sobreditos. E que o dito Reeo se partira logo de Santa Maria de Espenheiro. e se viera honde nós estavamos, e por lhe ja os ditos seus Irmaãos descobrirem as maldades, e traiçoens em que andavam, e hordenavam seendo dellas sabedor, elle escrepvia muitas cartas d'aviso ao dito Dom Fernando, Dom Joham, e Dom Affonso, seus Irmaãos, dizendolhe come se falava em seus alevantamentos muy rotamente, e dizendolhe como nós andavamos muy triste, e muy pensozo, e avisando-os d'outras cousas muitas de nosso desservisso como quem com elles tractava, e sabia de todos seus tractos, e maldades parte. E que depois de nós mandarmos degollar o dito Dom Fernando que foi Duque de Bragança, Irmaão delle Reeo pollas traiçooens, e maldades, que contra nossa Pessoa e Real Estado tenhão ordenado, trautado, e machinado: e depois de nos partirmos da dita Cidade d'Evora honde o nós mandamos degollar, elle Reeo ficara na dita Cidade, e com Fernam da Silveira o moço fallara per vezes em lugares secretos, e de noite muitas cousas de deslealdades, e contra nosso serviço, e depois na dita Cidade fallara per muitas vezes de noite com o Bispo d'Evora, e com o dito Fernam da Silveira muitas deslealdades trautando, e hordenando de vingar a morte do dito Dom Fernando, e destruição dos ditos seus Irmaãos. E que depois desto quando se elle Reeo ouve de hir fora destes nossos Regnos, o dito Fernam da Silveira o moço fora ao Duque Dom Diogo,

que foi Duque de Vizeu e trouxera sua Procuraçom abastante, e fee e crença pera elle dito Reeo em seu nome aver de fazer quaees quer cousas, que fossem fora destes Regnos contra nosso Serviço prometendo de teer e manteer quaeesquer cousas per elle hordenadas, e trautadas com Isaque Abravanel. E que depois de o dito Reeo partir destes Regnos fóra delles; elle assi em seu nome, como em nome do dito Dom Diogo, Duque que foi de Vizeu, trautara, hordenara, e aconselhara .... de deslealdades, hordenando de meter gente de fora nestes Regnos, pera fazerem guerra a nós, e a nossos Regnos: e assi de mandarem frotas ...... e contra a nossa Cidade de Lisboa pera se a gente do Regno occupar na defensam da dita Cida...... de fora viesse podesse entrar sem rezistencia alguã hordenando, e conjurando outras muitas deslealdades fóra destes nossos Regnos contra nós e nossa vida, e Real Estado, e bem, paz e asesseguo de nossos Regnos, e Senhorios .... pubrica voz, e fama. Pedindonos o dito Procurador de nossa justiça, e Fiscal, que por o dito Dom Alvoro Reeo fazer, trautar, e hordenar as ditas maldades, e traiçooens seendo dellas sabedor, e aconselhando nellas sem as nós de...... nossa Sentença definitiva o condapnassemos, que morresse cruel morte, e mais lhe fossem confiscados todos seus beens pera a Coroa de nossos Regnos, e Senhorios: segundo que no Libelo da nossa justiça todo esto milhor, e mais ......te se continha: O qual Libelo visto per nós em Rollaçam com os do nosso Desembarguo julgamos, que procedia, e o contestamos per negação aa reveria do dito Dom Alvaro Reeo, e julgamos que era contestado quanto ...... e por que o Libelo da justiça era articollado, julgamos os Artigoos por pertencentes e mandámos ao dito Reeo, que se tevesse Artigoos contrairos, que viesse com elles, com os quaees elle nam veyo, e foy lançado delles, e aa sua reveria demos luguar aa prova ao Procurador da dita justiça, o qual deu em prova as Inquiriçooes devassas, que por este caso, ou casos foram tiradas, e asy outros Autos que sobre ello foram hordenados, e per alli ouve sua Inquirição por acabada: E nós o lançamos de mais prova, e foram feitas as ditas Inquiriçooes devaças judiciaaes com o dito Dom Alvoro Reeo, e mandamos, que o dito Reeo ouvesse a vista, e rezoasse, e dicesse de seu dereito sem elle nunca parecer, nem outrem por elle, e aa sua revelia o lançamos das ditas razooens; e finalmente mandamos levar o dito feito perante nós concluso. E visto per nós em Rollaçam com os do nosso Desembarguo Acordamos que visto este feito, e o que se per elle mostra, a saber a Carta dos Editos per que Dom Alvoro, filho do Duque de Bragança foi chamado, e citado, e o Libello per nossa parte oferecido, e a contestação, e a prova ao dito Libello dada, e visto como se per ella mostra, e claramente prova elle Dom Alvaro seer sabedor, e encobridor do trauto, e conjuração, trautando, hordenando, e machinando com Dom Fernando Duque que foi de Bragança e com Dom Joham Marquez que foi de Monte Moor, seus Irmaãos contra nós, e nossa Magestade, e Real Estado, e contra a paz, bem, e asesseguo dos nossos Regnos, e de nossos sobditos naturaaes, e leaaes

Vassallos. E visto como isso meesmo se prova, e mostra seer tambem sabedor, e encobridor da traiçã trautada, hordenada, a machinada per Dom Dioguo Duque que foi de Vizeu contra nós, e nosso Real Estado, e contra as outras cousas suso ditas, e per seus chegados, e aliados pera trauto da dita traiçam, comonicando, praticando primeiramente com os ditos seus Irmaaõs e seus sacaces ácerqua do dito trautu, e conjuração pollos ditos seus Irmaãos trautada, hordenada, e machinada contra nós, e contra as cousas ja ditas como suso dito he, e bem assy comunicando, e praticando com o dito Dom Dioguo ácerqua da maldade e traiçam per elle, e seus aliados trautada, e hordenada, e machinada contra nós, e nosso Real Estado, e contra as outras cousas suso ditas, e alem de com o dito Dom Dioguo, e seus convocados, e aliados pera o trauto da dita traição, e maldades comonicar, praticar, e saber o trauto da dita traição, e maldade se mostra, e prova levar do dito Dom Diogo per Escripturas, e seus assignados quando destes Regnos se foi autoridade pera trautar como gente entrasse em estes nossos Regnos, e fezesse guerra a nós, e a elles hordenando, e buscando todollos modos, e maneiras pera destruição dapno e desserviço nosso, e de nossos Regnos fazendo todo o que em ello foi, e quanto pode pera todo acabar. Porem visto todo o que suso dito he com o mais, que se per o dito feito mostra per Sentença defenitiva declaramos o dito Dom Alvaro seer sabedor, e encubridor dos trautos, e conjuraçooens d'ambas as ditas traiçooens, e maldades trautadas, hordenadas, e machinadas pollos ditos seus Irmaãos, e dito Dom Dioguo, e per seus alheados contra nós, e nosso Real Estado, e contra o bem, paz e asesseguo de nossos naturaaes, e leaaes Vassallos, e comonicar, e praticar com os sobreditos ácerqua dos ditos trautos, e conjuraçooens, e bem assi encobrir, e nom revellar a nós os trautos das ditas traiçooens, e maldades como boo, e leal Vassallo era contheudo, e obrigado; e como áquelle que com nosco era em tam conjunto graao de parentesco. E per esta meesma Sentença, Visto o que suso dito he o condapnamos, e mandamos que hondequer que for achado, tomado, comprehendido dentro em estes nossos Regnos, e Senhorios sem mandado nosso, nem autoridade em qualquer Cidade, Villa ou Luguar dos ditos nossos Regnos, e Senhorios moura morte natural, e seja degolado, sem mais seer ouvido, nem requerido, visto como este caso de que he acuzado he claro, e notorio, e provado, que elle soube, e encobrio, e nos nam revelou os ditos trautos, e conjuraçooes das ditas traiçooens, e maldades; e havemos todos seus beens assi movees como de raiz, e assy os da coroa dos ditos nossos Regnos, que elle de nós tinha, e os patrimoniaaes de herança, e partição, por confiscados, e aplicados aa Coroa Real dos ditos nossos Regnos a que dereitamente pertence per bem do que dito he. E porem vos mandamos que assi o cumpraaes, e goardees, e façaaes comprir e goardar como per nós he acordado, e mandado & al não façades. Dada em a nossa Villa de Portel aos novo dias do mez d'Agosto. ELREY o mandou per Pero Godiiz Cavalleiro de Sua Casa e seu Ouvidor, que ora tem Carreguo da Correição da Sua Corte.

Joham Dias a fez. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e quatrocentos .... =Pero Godiiz= Lugar do Sello pendente[1].

Noticia das pessoas que soffreram as penas ao diante declaradas pela culpa da conspiração contra El-Rei D. João II, como consta das suas sentenças existentes no Real Archivo da Torre do Tombo na Collecção denominada das Gavetas.

D. Alvaro, filho do Duque de Bragança. —A sentença fica publicada a paginas 97.

D. Fernando, que foi Duque de Bragança, muito chegado em devido e grande parentesco a nós, do nosso secreto e conselho. —Sentença: que seja degolado na praça d'esta cidade e morra naturalmente. A qual sentença nós loguo mandamos executar no dito Duque, o qual foi degolado em a praça d'esta nossa cidade d'Evora. Dada em a dita cidade a 20 de julho de 1483. (Doc. n. 2)

D. João, Marquez que foi da villa de Montemór o Novo e do Conselho de El-Rei. —Sentença: que seja degolado e morra morte natural; e porque em sua pessoa se não póde ora fazer execução por ser amorado e fogido d'estes nossos reinos, indo para fóra d'elles logo que soube da prisão de D. Fernando seu irmão que foi Duque de Bragança, o avemos por encartado e banido d'estes nossos reinos, e damos logar e licença a quem quer que o poder matar, que o mate livremente sem por ello incorrer e aver pena alguma, e o avemos por infame e sua fama depezada pera todo sempre. Abrantes, 17 de setembro de 1483. (Doc. n, 45)

D. Pedro d'Ataide, Fidalgo da casa d'El-Rei. —Sentença: que morra cruel morte natural e seja degolado e esquartejado: e por quanto logo foi feita a dita execução e elle degolado e esquartejado. Setubal, 9 de setembro de 1484. (Doc. n. 16)

D. Guterre Coutinho, Commendador da villa de Cezimbra da ordem de Santiago, da qual foi degradado. —Sentença: que seja degolado e morra morte natural, e antes da dita sentença se executar a nós prouve que não morra morte natural, visto como tanto que D. Vasco Coutinho seu irmão, descobriu a dita crueldade e traição a nós, antes que o mesmo D. Guterre fosse preso, logo nos pediu que da vida d'elle lhe fizessemos mercê; e mandamos que fosse metido e posto em uma cova e aljube e carcer perpetuo que lhe fosse ordenado, no qual jouvesse e estivesse pera sempre e em todolos dias de sua vida e até que morresse. Setuval, 9 de setembro de 1484. (Doc. n. 44)

D. Fernando de Menezes, Fidalgo da casa do que foi Duque de Vizeu, —Sentença: que seja degolado e morra cruel morte natural, e logo n'elle prezo

[1] Archivo da Torre do Tombo, Gaveta 2, Maço 1, Documento n. 11.

foi feita execução e foi degolado; sendo antes por acordão de El-Rei, como Mestre e Governador da ordem de S. Thiago, tomado com os 13 Commendadores e Cavalleiros da mesma ordem, d'ella degradado por ser Cavalleiro. Setubal 9 de setembro de 1484. (Doc. n. 13)

Isaque Bravanel, mercador, morador na cidade de Lisboa. — Sentença: que morra cruel morte natural, e tanto que for achado e havido n'estes reinos logo seja enforcado e morra na forca e esteja n'ella para sempre. — Este judeu indo fallar a El-Rei por seu mandado, em Arrayollos fogiu ao escudeiro que o acompanhava. — Portel, 30 de maio de 1485. (Doc. n. 14)

D. Affonso, Conde de Faro, irmão de D. Fernando, Duque que foi de Bragança, e de D. João, Marquez que foi de Montemór o Novo, criado de El-Rei meu senhor e padre que Deos tem, fazendo-o elle e nós Conde de Faro e de Odemira, e dando-lhe a villa de Aveiro e as Alcaidarias móres de Estremoz e d'Elvas. — Sentença: que como falleceu da vida d'este mundo nos reinos de Castella e sua mulher e seus filhos foram citados no libello contra elle dado pelo nosso Procurador da Justiça, para comparecerem e virem purgar e alimpar seu nome e fama, o que nunca fizeram, havemos seu nome e sua fama por damnada e infamada e deshonrada e deestada, com o nome e fama d'aquelle que é culpado e convicto na dita maldade e traição, e havemos todos os seus bens por confiscados. Portel, 1 de junho de 1485. (Doc. n. 7)

Fernam da Silveira, o moço. — Sentença: que em qualquer logar d'estes reinos onde for achado logo morra cruel morte e natural e seja esquartejado e seus quartos de seu corpo sejam postos nas portas da cidade, villa ou lugar onde for prezo, e a sua cabeça seja posta no pelourinho e isto sem elle mais ser ouvido nem requerido. Portel, 10 de junho de 1485. (Doc. n. 47)

Affonso Vaz, criado que foi do Duque velho e de seu filho D. João, Marquez que foi de Montemór o Novo, e seu secretario. — Sentença: que morra cruel morte natural, e seja esquartejado, e os seus quartos postos pelas portas da villa ou logar onde for justiçado; e se sosteve na sua execução, por quanto nós movidos á piedade e por lhe fazer mercê, nos praz que elle seja levado, bem prezo e arrecadado, com tanta gente que em salvo possa chegar á nossa cidade de Lisboa e seja mettido na torre de S. Pedro de Alfama e ahi esteja prezo todolos dias de sua vida unde al não façades. Portel, 14 de julho de 1485. (Doc. n. 4)

Diogo Lourenço d'Alter, criado de D. João, Marquez que foi de Montemór o Novo. — Sentença em tudo identica, e na data e localidade, á de Affonso Vaz, acima referida. (Doc. n. 58)

D. Alvaro d'Atayde, criado d'El-Rei nosso padre, que lhe deu as villas da Castanheira, Povos e Cheleiros, rico e poderoso, pae de D. Pedro d'Atayde, parente do Bispo de Evora, e tio de D. Guterre Coutinho. — Sentença: que onde quer que tomado for e comprehendido dentro d'estes nossos reinos (estava ausente por ter fogido para Castella), sem mandado nosso nem auctoridade, que

morra morte natural e seja degolado sem mais ser ouvido nem requerido. Portel, 9 de agosto de 1485. (Doc, n. 3)

João Affonso, Bacharel de D. Fernando que foi Duque de Bragança. —Sentença: que morra morte natural e seja degolado sem mais ser ouvido logo que for achado. Portel, derradeiro dia de agosto de 1485. (Documento n. 12)

Iocé Abravanel, mercador, morador na cidade de Lisboa, tractador das moradias de D. Diogo, que foi Duque de Vizeu, filho de Samuel Abravanel, e genro do referido Isaque Bravanel. —Sentença: que sendo achado em algum lugar d'estes nossos reinos, sem nosso mandado morra logo morte natural, sendo enforcado pera sempre sem mais ser ouvido [1]. Portel, derradeiro dia de agosto de 1485. (Doc. n. 15)

Ayres Pinto, criado de D. Fernando que foi Duque de Bragança, e sendo este preso na cidade de Evora, em maio de 1483, elle fora a Villa Viçosa, onde os filhos do dito Duque estavam e os tomara e levara d'estes reinos em fóra fóra d'elles, com o mais oiro e joias que pôde levar comsigo. —Sentença: que seja degolado e morra morte natural sem mais ser ouvido onde quer que for achado em cada um dos logares de nossos reinos. Portel, derradeiro dia de agosto de 1485. (Doc. n. 32)

N. B. Nas sentenças de D. Fernando de Menezes, D. Pedro d'Ataide e D. Guterre Coutinho, encontra-se o seguinte: —«E de todo como se passou o «nosso Procurador Fiscal nos pedio que lhe mandassemos dar huma sentença «pera ser lançada e posta na Torre do Tombo que está no Castello da nossa «Cidade de Lisboa e nós lhe mandamos dar esta signada e seelada com o nosso «seelo de chumbo.»

Além das penas corporaes impostas nas sentenças que deixamos publicadas, houve a da confiscação de bens para todos os individuos n'ellas referidos. Estas sentenças guardam-se no Archivo Nacional da Torre do Tombo: as extrahidas dos documentos numeros 12 a 17 e 47 na gaveta 2, maço 1, e as restantes no maço 2 da mesma collecção.

[1] Transcrevemos o seguinte paragrapho que é digno de notar-se: —«E que estando nós em a villa de Setubal o dito anno passado de oitenta e quatro em hum dos dias do mez d'Agosto que viesse em verdade nos fora descoberta a dita traiçam e maldade: E tanto que Nós souberamos o que nos hordenado era *mandaramos matar em Nossa presença* o dito Dom Diogo aos vinte oito dias do dito mez d'Agosto; e tanto que o dito Reeo soubera que o dito Dom Diogo era morto posto *que sabado fosse* elle se amorara logo e fogira da dita Villa de Setubal honde estava, e destes Nossos Regnos sem nelles mais seer visto, e se fora pera fóra delles etc.»

Relação das pessoas que mencionam as sentenças apontadas, e referencia que d'ellas fazem as Chronicas.

D. Affonso V, Rei.

D. Affonso, Conde de Faro. —S— Morreu em Andaluzia.

Affonso Vaz. —S.

Alcaide Mór de Santarem.

D. Alvaro. —S.

D. Alvaro de Ataide. —S— E porém depois por mercê e piedade d'El-Rei D. Manuel nosso senhor, foi a este reino retornado e não sem algum escandalo e descontentamento dos portuguezes, etc. —Ch.

Bispo d'Evora, D. Garcia de Menezes, irmão de D. Fernando de Menezes: foi preso na noite do sabbado 28 de agosto de 1484, levado ao castello de Palmella, e lá mettido em uma cisterna sem agua, onde em breve morreu e com suspeitas de peçonha. —Ch.

Chanceller, que tem o carrego de Regedor da Casa da Supplicação.

Chanceller Mór.

Conde d'Atouguia, ausente em Caceres.

D. Diogo, Duque de Vizeu. —Foi morto em Setubal no dia já citado, por El-Rei per sy ás punhaladas sendo a tudo presentes D. Pedro d'Eça, Diogo d'Azambuja e Lopo Mendes[1]. Foi logo de sua morte feito um auto per o Doutor

[1] Nas Chronicas de El-Rei D. João II, por Ruy de Pina e Garcia de Rezende, vem mencionado Lopo Mendes como sendo um dos tres individuos presentes á morte de D. Diogo, Duque de Vizeu, e nós d'elle daremos a seguinte noticia: —Seu nome era Lopo Mendes do Rio, e assim o diz o ultimo referido chronista. Foi da creação do mesmo Rei e Cavalleiro da sua casa; Alcaide mór de Cezimbra, e Thesoureiro mór da casa de Ceuta, officio que depois largou ao dito senhor: mais houve na sobredita villa uma capella, e a renda que a El-Rei pagavam os quatro Tabelliães de Setubal; mercês estas que elle lhe fez por tres alvarás passados em Cintra no anno de 1485, sendo dois a 20 de abril e um a 14 de dezembro. Falleceu proximo a 1511, porque n'elle a 26 de março, se deu um alvará feito em Lisboa, de mercê da mencionada pensão a seu filho Francisco Mendes do Rio, na qual ha a seguinte expressão: «*pelo seu pae ora se finar.*»

Teve tambem filha.

Mecia Mendes, que casou com Antão Gonçalves, Cavalleiro da casa de El-Rei, Alcaide mór de Cezimbra, que suppomos lhe fora dado em dote, e já o era em 5 de novembro de 1492, como consta de uma visitação que n'esse dia se fez ao castello da dita villa. Passou á India em 20 de março de 1505, por Capitão da nau S. Christovão, indo com D. Francisco de Almeida; e voltou com Fernão Soares, chegando a Lisboa a 22 de maio de 1506, tendo em 1 de fevereiro d'esse anno, descoberto a ilha de Madagas-

Nuno Gonçalves como Juiz, e per Gil Fernandes, Escrivão da Camara, em que

car, dita de S. Lourenço, onde se conservaram 17 dias e foram os primeiros navegantes que a passaram pelo lado de fóra, deixando o seu nome ao cabo que hoje se chama de Antão Gil, pela maneira de escrever Gonçalves em breve, que era Gzl. Ainda vivia no anno de 1513, como se vê do documento que publicamos*.

Tiveram filhos.

1 Francisco Gonçalves, Cavalleiro do Conselho da casa de El-Rei D. Manuel, Alcaide mór de Cezimbra, já em 12 do setembro de 1516, e Provedor dos orfãos da Comarca de Setubal; como consta de varias cartas, que existem em meu poder, do dito Monarcha, de seu filho El-Rei D. João III, e do Duque e Mestre o senhor D. Jorge, datadas de 13 de junho e de 15 de julho de 1521, de 2 de agosto de 1526 e de 18 d'esse mez de 1528 (esta acha-se publicada a paginas 167 do *Recreio de Familias* de 1839, jornal do meu excellente e antigo amigo o senhor Conselheiro Emilio Achilles Monteverde), de 20 de março de 1539 e de 9 de outubro de 1542. Casou com Maria Leitão.

Tiveram filho.

Antão Gonçalves Leitão, Escudeiro Fidalgo da casa de El-Rei D. Sebastião, e Contador da Fazenda da Torre de Moncorvo e de Villa Real, por alvará de 2 de janeiro de 1563. Não teve a Alcaidaria mór de Cezimbra que, por fallecimento de seu pae, foi dada ao Duque de Aveiro D. João de Lencastre, por carta de 3 de dezembro de 1554. Casou com Violante Falcão, e assim o achamos em 1565 e 1568: em 1576

* «Recebeo Antam gonsalves alcaide de cezimbra de diogo fernandes cabral cento e sete mil e qua«renta reis em parte de paguo de hum desembargo que pera ele teem. E porque asy he verdade fiz eu «damiam diaz escrivam de seu carego este conhecimento e ho asyney em evora a vinte dias de janeiro «de mil quinhentos e treze — Damiam diaz — Antam gonsalves. (Corpo Chronologico, parte II, maço «36, numero 236).» El-Rei D. Manuel, por uma carta dada em Lisboa a 12 de junho de 1512 por D. Pero de Castro, do seu Conselho, e Veador de sua fazenda, e feita por Jorge Fernandes, mandou a Diogo Fernandes Cabral désse a *Antam Gonsalves, alcaide de cezimbra, que foy á india por capitam da naao sam cristovam na viagem do viso rey* 237$745 réis em cumprimento da paga de 617$716 réis, a saber: 164$190 réis que lhe ficaram livres de direitos e quebras dos trinta quintaes de pimenta que trouxe de sua quintalada; e 453$526 réis que havia de haver pelos quinhentos cruzados que isso mesmo trouxe na armação da dita nau de parçaria, segundo de todo fez certo por certidão do Feitor e Officiaes da casa da India. E dos 379$871 réis, que falecem para cumprimento dos ditos 617$716 réis, houve pagamento na dita casa — dom pero de castro. — Antão Gonçalves estando no castello de Cezimbra passou uma procuração escripta a 14 do referido mez e anno por João Freire, Tabellião na mesma villa pelo mestre de Santiago, e intitulando-se n'ella por Cavalleiro e Alcaide mór, para João Anriques seu genro, receber a quantia de 237$000 e tantos réis, e em virtude d'ella cobrou sómente 50$000 réis, como consta do conhecimento por elle assignado em Lisboa a 7 de julho do dito anno, porque do restante se fizeram dois pagamentos a Antão Gonçalves em pessoa, sendo um de 80$000 réis em Lisboa a 8 d'esse mez e anno, e outro, o que vae referido no documento no principio d'esta publicado, o qual, como fica dito, se acha na Torre do Tombo na Collecção denominada Corpo Chronologico, e n'ella se encontram os mais que ficam mencionados, na mesma parte II, maço 33, numeros 40, 43 e 105.

El-Rei verbalmente disse as causas e razões que tivera para o matar, que logo

estava d'elle já viuva, havendo fallecido em Moncorvo, e ella, no anno de 1596, sendo a primeira administradora do morgado de Santo Aleixo, instituido por seu irmão Aleixo Dias Falcão no testamento que fez em Cochim a 3 de fevereiro de 1573. Foi este Cavalleiro: Bacharel em canones pela universidade de Coimbra, em 28 de dezembro de 1553; Capellão d'ElRei; Vigario da egreja de S. Salvador de Pinhel (sua naturalidade, onde ainda o encontramos em 11 de março de 1555), por carta de 22 de junho de 1551; Mestre-Escóla da sé de Portalegre, pela de 5 de dezembro de 1558; Desembargador da Casa da Supplicação por outra de 12 de março de 1560, por estar nomeado primeiro Inquisidor para a India; Cavalleiro da ordem de Christo, com 20$000 réis de tença, e se lhe passou em 11 do mesmo mez do anno de 1569 carta para lhe ser lançado o habito, o que teve effeito a 9 de outubro de 1571, na capella de Goa, onde foi armado Cavalleiro pelo Vice-rei D. Luiz de Ataide, sendo testemunhas o celebre Mem Lopes Carrasco e D. Pedro de Almeida: consta por um attestado d'este, escripto na mesma cidade a 18 do dito mez e anno, que, sendo ella cercada pelo inimigo, e achando-se o mesmo D. Pedro por Capitão do passo secco, elle Aleixo Dias fora encarregado de um dos quartos de vigia, e se portára como bom cavalleiro tanto a pé como a cavallo, dando de comer aos homens que tinha comsigo. Saiu de Goa em novembro de 1572 na nau Reis Magos, e na cidade de Santa Cruz de Cochim fez o mencionado testamento, approvado pelo tabellião Manuel Affonso, estando de perfeita saude e prompto a embarcar para o reino; mas lá falleceu e foi sepultado por determinação sua no collegio da Madre de Deus, pondo-se-lhe uma pedra com o seguinte lettreiro: — *Aqui jaz Aleixo Dias Falcão, primeiro Inquisidor da India.* — Do testamento, que é muito curioso, pois n'elle até prevê a possibilidade de se derrubar alguma das freguezias de Pinhel, o que aconteceu nos nossos dias profanando-se a egreja de S. Martinho, onde estava a capella — que será (dizia) do orago de Santo Aleixo e ficará sendo cabeça do morgado mudando-se para qualquer das outras freguezias —, se passou certidão a 17 de dezembro de 1576, a requerimento de João Freire Velho, cidadão e mercador na dita cidade. As pessoas que nomeia por testamenteiros são todas muito notaveis; a saber: — D. Duarte de Eça, o de Obidos — Tristão Vaz da Veiga — Gonçalo Lourenço de Carvalho, Chanceller mór da India — André Fernandes, Provisor e Vigario Geral de Goa — Antonio Cabral — e Diogo Leitão, estantes n'aquellas partes; e em Portugal o Doutor Paulo Affonso — Desembargador do Paço — Mestre Francisco Cano, Secretario da Rainha, depois Bispo eleito do Algarve — e Antonio de Sella, seu tio, assistente em Pinhel. El-Rei D. Filippe I lhe deu mais por testamenteiros de sua alma e fazenda ao Doutor Francisco Nogueira, do seu desembargo, que ao diante foi do seu Conselho e Chanceller da *Rolação* do Porto, e Ruy Fernandes de Castanheda, do Desembargo d'El-Rei e Corregedor n'esta cidade de Lisboa e seu termo: e estes dois foram os que correram com a execução do testamento, que tinha sido entregue a D. Duarte d'Eça, e veiu d'elle um instrumento de carta testemunhavel dado pelo Doutor Diogo Lopes de Aro, do Desembargo de El-Rei, Chanceller mór e Provedor mór dos defuntos, residuos e orfãos, com alçada n'estas partes da India, escripto por Antonio

foram escriptas e por ellas logo perguntados por testemunhas os ditos D. Vasco

Soares, Escrivão da fazenda e defuntos da India, e que constituiram o morgado que se intitulou de Santo Aleixo, para o qual compraram: um juro de 350$000 réis annuaes, por 5.600$000 réis, que foram entregues a Luiz Alvares de Almeida, Fidalgo da casa de El-Rei D. Sebastião e Thesoureiro mór da casa de Ceuta, do qual se passou padrão, assentado na alfandega d'esta cidade de Lisboa, e n'ella dado a 29 de janeiro de 1578; uma quinta dita da Gataria e mais terras, na freguezia de Santa Anna da Carnota, termo de Alemquer, por 4.941$000 réis; e umas casas de que não achamos o custo da acquisição, na rua que vae direito das Escólas Geraes para a porta da Cruz, hoje de Marco Salgado. Ficou o dito morgado com o encargo de dar annualmente 20$000 réis para estudar a um parente do instituidor por sentença dada na Relação d'esta cidade de Lisboa aos 15 de novembro de 1594, pelos Doutores Vasco Ribeiro de Castelbranco e Gil Coelho, ambos do Desembargo de El-Rei e seus Desembargadores dos Aggravos e Appellações em sua côrte e Casa da Supplicação, contra Violante Falcão, administradora já d'elle. Por alvará de El-Rei, de 22 do dito mez e anno, foram mandadas demarcar as fazendas em Alemquer, pelo Juiz de Fóra que então era Simão de Figueiredo de Castellobranco, o qual em 22 de janeiro de 1595, na mesma villa, nas pousadas do licenciado Alvaro Martins Feo de Castellobranco, Corregedor da comarca da sobredita villa, perante elle deu o juramento dos Santos Evangelhos de fazer o tombo declarado na provisão bem e verdadeiramente. Aleixo Dias Falcão e sua irmã Violante Falcão, eram filhos do licenciado Francisco Dias (de Gamboa), Desembargador da casa da Supplicação, por carta de 19 de agosto de 1540, que falleceu em novembro de 1560 e foi sepultado na egreja de S. Thomé, e de Isabel de Sella, que pelos serviços d'elle houve 20$000 réis de tença annual, por carta de padrão de 26 do dito mez e anno: jaz enterrada na egreja da Misericordia da villa de Pinhel; e foi irmã de Affonso de Sellas, a quem, em 4 de abril de 1505, se passou carta de privilegios de Fidalgo de juro e herdade por ter ido ao descobrimento da India com D. Vasco da Gama, e está na Torre do Tombo, a folhas 79 do livro 1.º da Beira, de leitura nova.

Tiveram filho.

Francisco Falcão de Gamboa, Escudeiro Fidalgo da casa de El-Rei, Cavalleiro da ordem de Christo por carta de 13 de fevereiro de 1583, que falleceu a 7 de setembro de 1643, e está sepultado, com letreiro, na egreja das freiras do Salvador n'esta cidade. Succedeu no dito morgado de Santo Aleixo, que veiu successivamente até sua terceira neta a senhora D. Maria de Lima Falcão de Mello de Gamboa Fragoso, que foi sua 6.ª administradora, e casando com Lourenço Rodolfo Van Zeller, Contador mór do reino e casa, Cavalleiro da ordem de Christo, e Familiar do santo officio; teve entre outros filhos o senhor José Aleixo Falcão de Gamboa Fragoso Van Zeller, meu sogro e tio, irmão de minha mãe a senhora D. Leocadia Thereza Possidonia de Lima e Mello Falcão Van Zeller. Continuou o mesmo morgado na descendencia d'este, e hoje está em seu bisneto Sebastião Fran-

e Diogo Tinoco, que com sua deposição approvaram e justificaram a morte do

cisco Falcão de Gamboa Fragoso de Lima e Mello Van Zeller de Baena Henriques Trigoso, que d'elle é 9.º e ultimo administrador; sendo, por seu pae, 6.º neto pela linha masculina do referido Francisco Falcão de Gamboa; e por sua mãe neto e herdeiro da casa de Sebastião Mendo Trigoso Homem de Magalhães, Fidalgo Cavalleiro da casa real, Tenente Coronel de voluntarios reaes de milicias a cavallo, Capitão mór de Torres Vedras, Censor Regio, Membro da commissão da reforma dos pesos e medidas, e Secretario da Academia Real das Sciencias de Lisboa, irmão de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, Par do Reino e Vice-Presidente da mesma Camara, do Conselho do Estado, Ministro do Estado honorario, e Vice-Presidente da sobredita Academia.

1 Ayres Gonçalves, que passou á India no anno de 1533 por Capitão de um navio, do Conselho de El-Rei D. João III, e Escudeiro da Rainha D. Leonor, mulher de El-Rei D. João II. Casou com Catharina Henriques de Ayala, 2.ª senhora do morgado do Burro Mocho, instituido por seu irmão Diogo Preto de Ayala Henriques, na villa da Castanheira, aos 8 de abril de 1520, com obrigação de se lhe dizerem em missas a esmola do producto de dois moios de trigo, na capella de S. Bartholomeu da egreja parochial da mesma villa (onde tem o seu jazigo com epitaphio) a saber: um moio para o Prior, e trinta alqueires para cada um dos Beneficiados da dita egreja.

Tiveram filho.

Francisco Gonçalves, Escudeiro Fidalgo da casa de El-Rei, e 3.º senhor do morgado do Burro Mocho. Casou com Branca de Sousa, filha de Affonso de Sousa e de Catharina Affonso Pacheco.

Tiveram filha.

Genebra Henriques de Sousa, 5.ª senhora do morgado do Burro Mocho, em que succedeu a Catharina Henriques, sua irmã mais velha: casou com Simão Leitão de Sousa, e foi sua primeira mulher, como diremos ao diante.

1 Francisca Leitão, que foi mulher de João Anriques, a quem já mencionámos a paginas 105, e ambos estão sepultados no convento da Carnota.

Tiveram filho.

Francisco Henriques, Fidalgo da casa de El-Rei, Commendador da ordem de Christo, armado Cavalleiro em 1567 por D. João Mascarenhas, o de Diu, Alcaide mór, Provedor dos defuntos e Védor das obras da cidade de Ormuz, e o primeiro Sargento mór pago que houve em Portugal. Estando em uma sua quinta, junto a Povos, fez testamento aos 18 de maio de 1591, e jaz sepultado com sua mulher na

Duque; cujo corpo foi levado ante manhã á egreja principal da villa, e ahi esteve descoberto á vista de todo o povo até á tarde d'esse dia, em que o enterraram. — Ch.[1]

Diogo Lourenço d'Alter. — S.

Duque de Medina.

D. Fernando, Duque de Bragança. — S.

D. Fernando de Menezes. — S.

D. Fernando o Roxo.

Fernão da Silveira o Moço, filho do Barão de Alvito. — S — Ficou escondido em uma cova dentro em Setubal; fogiu depois para Castella, e sendo de lá desterrado foi a ferro morto na cidade de Avinhão a 8 de dezembro de 1489, per o Conde de Palhaes, catalão, que em França andava tambem desterrado, e por mandado de El-Rei D. João II, etc. — Ch.

D. Francisco de Almeida.

D. Guterre Coutinho, filho do Marechal. — S — Foi mettido preso na torre de Avis, onde logo tambem morreu, e segundo fama não natural mas artificialmente. — Ch.

D. Joanna, filha de El-Rei D. Henrique de Castella.

D. João II, Rei.

egreja do convento de Santo Antonio da Castanheira, junto á porta principal com o epitaphio seguinte: — «Padre nosso pela alma de Francisco Henriques e de sua «mulher Maria de Ayala. Sepultura de Francisco Henriques e de sua mulher Ma«ria de Ayala, que falleceu em 25 de março, dia de N. S. da Encarnação do anno «de 1577, primeiro Sargento mór pago deste reino, a quem El-Rei D. Sebastião «1.º do nome mandou em tom de guerra armar Cavalleiro por D. João Mascare«nhas, no anno de 1567.» — Casou com a referida Maria Ayala, filha de Antonio de Ayala e de Brites Dias.

Tiveram filhas.

Brites de Ayala, em quem o pae nomeou uma segunda vida que tinha no mencionado officio de Ormuz.

Francisca Leitão de Ayala, que houve a capitania de uma nau da India de que a elle fora feita mercê; e casou com seu primo Affonso Leitão de Sousa Pacheco, de quem adiante tambem nos occuparemos.

[1] As Chronicas d'El-Rei D. João II, por Garcia de Resende e Ruy de Pina, assim referem este facto, mas n'ellas ha discordancia quanto ao dia do acontecimento, que n'aquella se diz ser 23 e n'esta 28, que é o que combina com o dizer da sentença de Iocé Abravanel, na qual El-Rei declara que *mandára matar* o Duque, como deixamos publicado em nota a paginas 103; indo com essas suas palavras de encontro á tradição da historia e ás mesmas Chronicas.

D. João, Marquez de Montemór o Novo. — S — Passou-se a Castella e morreu em Sevilha. — Ch.

João Affonso. — S.

João Dias, Escrivão.

Doutor João d'Elvas, do Conselho d'El-Rei e seu Corregedor da côrte.

João Fernandes Godinho, do Desembargo d'El-Rei, que ora tem o carrego da Correição da côrte.

João de Trancozo, Porteiro da audiencia.

João Velho, criado do Duque de Bragança.

Iocé Abravanel. — S.

D. Isabel, filha da Rainha de Castella.

Isaque Bravanel. — S.

D. Lopo de Albuquerque, Conde de Penamacor. Passou a Castella e Roma: correu muitos reinos: em Inglaterra foi preso no castello de Londres, mas sendo solto veiu a fallecer em Sevilha, onde se achavam sua mulher e filhos. — Ch.

Lopo de Atouguia, Monteiro Mór de El-Rei de Castella.

Lopo da Gama.

Marquez de Calles.

Marquez de Vilhena.

Martim Gil, Capellão do Duque de Bragança.

Martim Neto.

Pedro Jusarte, Cavalleiro da casa do dito Duque.

D. Pedro d'Ataide, filho de D. Alvaro d'Ataide. — S.

Pero de Albuquerque, irmão do Conde de Penamacor. Foi degolado em Montemór o Novo. — Ch.

Pero Godinz, Cavalleiro da casa d'el-Rei e seu Ouvidor, que ora tem carrego da Correição da sua côrte.

O Principe.

Procurador Fiscal.

Procurador da Justiça.

Rainha de Castella.

Rei de Castella.

Rei de Granada.

Rodrigo Annes, Escrivão.

Ruy Gonçalves de Lança, Licenciado.

Ruy da Grã, Ouvidor da côrte, que ora tem o carrego da correição d'ella.

Tristão de Villa Real, castelhano.

D. Vasco Coutinho, irmão de D. Guterre Coutinho.

Doutor Vasco Fernandes, do Desembargo d'El-Rei e Chronista Mór em seus reinos, que ora por seu especial mandado tem o carrego da correição da sua côrte.

Das pessoas que ficam relatadas, designamos com a lettra — S — as de que ha as sentenças mencionadas; indicando por — Ch. — a Chronica, de que damos o sufficiente para se saber a sorte dos que se ausentaram do reino, fugindo ás penas que nellas se lhe impunham, e tambem a dos outros individuos que soffreram pela dita conjuração contra El-Rei D. João II, das quaes não ha sentenças, mas de quem as suas Chronicas tratam, assim como de todas as pessoas de que acabamos de fallar, e de muitas mais, excepto de D. Francisco de Almeida, que é só referido nas sentenças, cuja consulta recommendamos aos que quizerem escrever esta historia.

ADVERTENCIAS

O titulo de Conde de Tentugal é por nós numerado na casa de Cadaval unicamente áquelles senhores que chegaram á maioridade, e não a todos a quem de direito pertencia, mas que falleceram na puericia.

Os documentos que publicamos vão com a orthographia com que estão escriptos.

CASA DE LAFÕES

D. Maria Carlota de Bragança e Ligne Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, 34.ª senhora da casa de Sousa; succedeu nos morgados, etc., da mesma casa e da de Marialva, a sua mãe, em 12 de setembro de 1851. Nasceu em 22 de agosto de 1820, e foi baptisada debaixo de condição na capella da quinta de Pedroiços, dos Duques de Cadaval: casou a 29 de setembro de 1853 com D. Pedro de Portugal e Castro, Bacharel em direito pela universidade de Coimbra, o qual nasceu a 16 de abril de 1830. 4.º filho dos 5.ºˢ Marquezes de Valença, D. José Bernardino de Portugal e Castro e D. Maria José de Noronha.

FILHOS

1 **D. Anna de Bragança.** Nasceu a 13 de julho de 1855.

2 **D. Caetano de Bragança.** Nasceu a 12 de maio de 1856.

3 **D. José de Bragança.** Nasceu a 7 de abril de 1857.

4 **D. Sigesmundo de Bragança.** Nasceu a 8 de março de 1858.

5 **D. João de Bragança.** Nasceu a 3 de setembro de 1859.

SEUS PAES

D. Sigesmundo Caetano Alvares Pereira de Mello, Duque de Lafões por mercê do anno de 1819, de que tirou carta em 19 de abril de 1823, Marquez d'Arronches e Conde de Miranda; Par do Reino, creado por carta regia de 30 de abril de 1826, identica á do Duque seu irmão; do Conselho d'El-Rei; Grão Cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; Commendador da de Christo, na qual, a titulo de Cavalleiro do habito, professou em 13 de março de 1822 na egreja de Nossa Senhora da Conceição (dos freires da mesma ordem) d'esta cidade, em virtude do decreto de 29 de março de 1819; Cavalleiro da de S. João de Jerusalem, admittido em 8 de março de 1801 com as competentes dispensas, tanto de menoridade como de prorogação do tempo da profissão, dadas pelo Nuncio Apostolico de Sua Santidade, Monsenhor Caleppi, em varios breves que todos tiveram o beneplacito regio, sendo o ultimo de 12 de dezembro de 1818. Estando na côrte do Rio de Janeiro, por occasião de ter ido na companhia de seus paes quando se transportaram ao Brasil, foram-lhe concedidas, por carta de 16 de junho de 1810, as honras de Marquez, declarando-se que precederia aos d'este titulo que fossem creados depois d'elle, de que se passou apostilla em 13 de maio de 1812; e n'estas mercês se diz: —por ser irmão do Duque de Cadaval, meu primo.— Socio honorario da Academia Real das Sciencias de Lisboa desde 10 de janeiro de 1822. Pelo fallecimento d'El-Rei D. João VI voltou áquella côrte com o Arcebispo de Lacedemonia, D. Antonio José Ferreira de Sousa, e o Juiz de Fóra de Coruche, Francisco Eleutherio de Faria e Mello, que, em commissão por elle presidida, iam da parte do governo do reino, enviados ao senhor D. Pedro, Imperador do Brasil, na qualidade de Rei de Portugal, successor da monarchia, a dar-lhe os pezames pela morte de seu augusto pae, communicar-lhe a installação do mesmo governo e o que a tinha preparado, e offerecer-lhe em nome d'elle os rendimentos de vassallagem: ia mais o Duque encarregado de instrucções particulares muito graves, que havia de apresentar ao mesmo senhor, sendo a mais terminante declarar-lhe que, por maneira alguma, os portuguezes se sujeitariam a serem governados do Brasil; assim como de apontamentos e lembranças enviadas pelos Conselheiros e Secretarios de Estado do que julgavam mais proveitoso e indispensavel aos interesses do reino. De Lisboa sairam no dia 29 de abril de 1826, embarcados na nau D. João VI, e chegaram ao Rio de Janeiro a 6 de julho; mas como no seguinte dia, 7 d'esse mez, desembarcava no porto de Lisboa Sir Charles Stuart, vindo d'aquella côrte com cincoenta e sete dias de viagem a bordo

da fragata Diamond, trazendo na sua carteira ou bolsa o precioso diamante da Carta Constitucional; o Acto da abdicação da corôa d'estes reinos feita pelo senhor D. Pedro, na pessoa de sua filha a senhora D. Maria da Gloria, Princeza do Grão Pará; e outros diplomas regios de não menor importancia[1]; e a commissão logo foi sabedora, assim que aportou ao Rio de Janeiro, de ter de lá saido o mencionado diplomata e da missão a que vinha; caducaram as incumbencias que levava, limitando-se a sua ida unicamente aos comprimentos: findos estes, trataram os individuos que d'ella faziam parte de regressarem á patria, transportando-se, não já em soberbo vaso de guerra, mas sim em mesquinho navio mercante: o Duque e Francisco Eleutherio de Faria e Mello vieram no paquete inglez, que a 6 de janeiro de 1827 saiu d'aquelle porto para o de Falmouth, e embarcando ahi em outro da mesma nação, denominado Magnet, deram fundo no Tejo a 14 de maio; e no dia 30 de março tinha surgido na barra do mesmo rio, com oitenta dias de navegação, a galera Orpheo, conduzindo o Arcebispo de Lacedemonia. Nasceu a 10 de novembro de 1800, filho segundo dos 5.os Duques de Cadaval, D. Miguel Caetano Alvares Pereira de Mello e D. Maria Magdalena Henriqueta Carlota Emilia de Montmorency Luxembourg. Casou em 24 de novembro de 1819[2] com D. Anna Maria José Domingas Francisca

[1] S. A. R. a Serenissima Senhora Infanta D. Isabel Maria e suas Augustas Irmãs acabão de restituir-se a esta capital em muito bom estado de saude, conseguindo importantes melhoras com o uso das aguas thermaes das Caldas da Rainha. S. A. R., sacrificando todo o seu descanço e considerações pessoaes ás do publico interesse e serviço, deixou prematuramente aquelle remedio para dedicar-se sem interrupção aos grandes objectos que occorrem actualmente para felicidade da nação. Sir Charles Stuart, que desembarcou neste porto em o dia 7 do corrente, vindo da côrte do Rio de Janeiro com 67 dias de viagem, a bordo da fragata Diamond, e que no mesmo momento passou rapidamente á villa das Caldas a comprimentar S. A. R., trouxe os originaes diplomas regios, Carta Constitucional, e outros objectos que pertencem á organisação do governo destes reinos, e que vão publicar-se incessantemente. A esperança da chegada daquelle diplomatico, transferida de dia para dia, foi quem fez retardar a publicação das peças inseridas nas Gazetas do Rio de Janeiro; desejando nós que em negocio de tanta monta nada se annunciasse por nossa direcção que não fosse authentico e perfeitamente exacto. Estaremos agora no caso de assim o satisfazer, e acharaõ nossos leitores na justiça deste precedimento, a da desculpa de huma demora que nos não póde ser imputada. Na folha de ámanhã procuraremos preencher quanto em nós estiver a este respeito.

Gazeta de Lisboa, terça feira 11 de julho de 1826.

[2] O feliz enlace das duas Illustrissimas e Excellentissimas Casas Ducaes de Cadaval e Lafões, approvado por El-Rei nosso senhor, que houve por bem conceder amplos poderes aos contrahentes para estipularem tudo aquillo que lhes conviesse para esse fim, teve effeito pelo que toca ao casamento da Illustrissima e Excellentissima Duqueza de Lafões D. Anna Maria José Joanna Carlota de Bragança, com o Illustrissimo e Excellentissimo D. Sigesmundo Caetano Alvares Pereira de Mello, irmão immediato do Illustris-

Julia Senhorinha Mattheus Joanna Carlota de Bragança e Ligne Sousa Tavares Mascarenhas e Silva, 3.ª Duqueza de Lafões, por carta de 12 de março de 1807, na qual se declara ser-lhe dado o titulo de juro e herdade, com uma vida fóra da lei mental, e por outra de 3 de julho teve o assentamento, que com elle lhe competia, de 750$000 rèis por anno; 5.ª Marqueza de Arronches; 7.ª Condessa de Miranda; 33.ª senhora da casa de Sousa; assim como de todos os bens da corôa e ordens á mesma pertencentes, incluindo-se a Commenda de Alvalade, na ordem de Santiago da Espada, de que houve mercê a 10 de abril do men-

simo e Excellentissimo Duque de Cadaval, no dia 24 do corrente novembro, com a pompa e grandeza correspondentes á sua superior jerarchia. No dia 23 havião os Excellentissimos Marquez de Borba, Conde de Peniche e Dezembargadores Alexandre José Ferreira Castello, e José Cardoso Ferreira Castello, como Procuradores nomeados por S. M. para em seu Real Nome assim o praticarem, assignando as escripturas matrimoniaes. A celebração do matrimonio tinha o mesmo Augusto Senhor destinado se fizesse na Sua Real Capella e Igreja Patriarchal da Ajuda, a qual se condecorou com a devida pompa. Estando pois tudo disposto, sahio no dia 24, das tres para as quatro horas da tarde, da quinta do Excellentissimo Marquez de Marialva, abaixo de Belem, a pomposa comitiva, sobresahindo a magnifica berlinda puxada por tres tiros de formosos cavallos arreiados no ultimo primor, na qual hia a Excellentissima Duqueza de Lafões com a Excellentissima Marqueza de Tancos, viuva; indo o Excellentissimo noivo na companhia do Excellentissimo Duque de Cadaval, seu irmão. Chegados á Igreja, tomou a cauda da Excellentissima Duqueza o Excellentissimo Marquez de Louriçal, e dirigirão-se os Excellentissimos noivos e sua comitiva immediatamente á sala onde se achavão os Excellentissimos Membros do Governo como representantes de S. M. neste acto, por expressa disposição do mesmo Senhor, e assim descêrão todos acompanhados pelos archeiros á real capella, onde foi celebrado com as formalidades do estylo o matrimonio pelo Excellentissimo e Reverendissimo Principal Freire, Deão da Santa Igreja Patriarchal, delegado para esse fim pelo Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarcha, por este se achar impedido de o celebrar em pessoa. Tocárão por Padrinhos e Madrinhas em nome de SS. MM. os Excellentissimos Marquez de Borba, e Conde de Peniche, e as Excellentissimas Condessa de Soure D. Catharina, e Viscondessa da Lourinhã, Damas de Honor. Acabada a cerimonia, e comprimentados os Excellentissimos esposos, reconhecido desde esse momento Duque de Lafões o Excellentissimo noivo (mercê de S. M. que lhe fôra na vespera communicada por aviso do Governo) e conduzindo o Excellentissimo Duque de Cadaval a cauda da Excellentissima Duqueza, entrárão na sua carruagem, sendo, tanto à hida para a Igreja como á vinda, a ordem do seu estado a seguinte. Hião adiante dois batedores, seguia-se a azemola com o degráo, guiada por um creado de libré, e depois o estribeiro a cavallo, sendo o unico que hia coberto, e com dois creados aos lados; vinha immediatamente a berlinda com os Excellentissimos noivos, ladeada de seis Moços da Camara a pé, fazendo-lhes ala seis criados de libré, e hião á estribeira quatro creados de libré a cavallo, todos no maior aceio. Atraz da carruagem principal hia a de estado, tambem de mui bella execução, puxada a quatro, com quatro creados de libré á estribeira, tambem a pé. Chegado assim o estado ao fundo da calçada da Ajuda, na volta da Igreja, mettêrão-se em seges os seis Moços da Camara, e passárão os creados aos seus

cionado anno, e se lhe passou carta em 26 de julho de 1826; e a 24 do dito mez de abril e anno de 1807 teve outra de privilegios de Desembargador. Succedeu a seu pae a 10 de novembro de 1806; e no morgado de Medello e outros da casa de Marialva, em 22 de novembro de 1823, a seu tio materno D. Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho, 5.º e ultimo Marquez de Marialva. Nasceu a 21 de setembro de 1797, e a 8 do seguinte mez de outubro foi baptisada, como se relata na nota [1]. Falleceu no mesmo palacio ao Grillo, em 12 de setembro de 1851, e jaz na capella da quinta de Marvilla.

lugares nas carroagens, cubrindo-se então todos, e encaminhou-se a comitiva para o palacio do Excellentiisimo Marquez de Marialva em Marvilla, acompanhados das pessoas da primeira jerarchia mais proximas em parentesco á Excellentissima Casa de Lafões, e dos Desembargadores do Paço Alexandre José Ferreira Castello e Antonio Gomes Ribeiro, Curadores que havião sido da Excellentissima Duqueza, e Joaquim José Guião, Chanceller da mesma Excellentissima Casa, além de outras muitas pessoas distinctas. Foi innumeravel a multidão de gente de todas as classes que concorreo ao sitio de Belem, e se juntou por todo o caminho (convidando tambem a isso o bello dia) para ver a pompa deste consorcio, que promette perpetuar a existencia de tão excelsa Casa.

Gazeta de Lisboa, quarta feira 1 de dezembro de 1819.

[1] A 21 de setembro, pelas tres horas da tarde, foi Deos servido dar huma filha aos Excellentissimos Duque e Duqueza de Lafões, e na tarde do dia 8 de outubro foi o baptismo celebrado em huma das salas do palacio de Suas Excellencias pelo Eminentissimo Cardeal Patriarcha, acompanhado dos Excellentissimos Principaes, dos Illustrissimos Monsenhores, e dos mais Ecclesiasticos do costume; e levada a menina á fonte do Baptismo por seu tio o Excellentissimo Marquez de Marialva D. Pedro, forão-lhe postos os nomes de *Anna, Maria, José, Domingos, Francisca, Julia, Senhorinha, Matheus, Joanna, Carlota;* forão padrinhos SS. AA. RR. o Principe e a Princeza NN. SS., vindo em sua companhia a Serenissima Senhora Princeza D. Maria Thereza e o Senhor Infante D. Pedro. Acabado o acto, visitárão as Pessoas Reaes a Excellentissima Duqueza na sua camara, e a Princeza N. S., entre muitas honras que lhe fez, lhe deu hum grandioso presente. Depois desta visita passárão SS. AA. RR, o resto da tarde recreiando-se no passeio dos jardins, e em carrinhos pela quinta, sendo-lhes ao fim da tarde servida a merenda e o refresco que lhes estava preparado. Acabada a merenda, voltárão SS. AA. RR. ao jardim para assistirem a hum bello fogo d'artificio: as Damas, os Camaristas, e outros muitos Fidalgos, que seguírão a SS. AA. RR., fazião o mais brilhante acompanhamento. Tambem foi servida huma cêa e refresco aos parentes de SS. Excellencias e a outras pessoas. De tarde e á noite concorreo numeroso povo a ver a funcção, a illuminação interior do palacio, e a exterior dos jardins, cuja vista se fazia mais agradavel com as peças que executavão tres cores de musica de instrumentos de vento.

Segundo Supplemento á Gazeta de Lisboa, sabbado 14 de outubro de 1797.

E tambem o Supplemento á Gazeta de Lisboa de sexta feira 20 de setembro do mesmo anno, traz o seguinte: —Lisboa, 29 de setembro. A 21 do corrente das tres para as quatro horas da tarde, deu a Excellentissima Duqueza de Lafões felizmente á luz huma menina.

Filhas

1 **D. Maria Carlota de Bragança e Ligne Sousa Tavares Mascarenhas da Silva,** actual senhora da casa de Lafões.

2 **D. Henriqueta Maria de Bragança.** Nasceu a 15 de setembro de 1821, no palacio ao Grillo, e foi baptisada na sua capella. Morreu em Paris a 24 de dezembro de 1839. Jaz no enterro de Picpus.

3 **D. Anna da Piedade Brigida Senhorinha Francisca Maxima Gonzaga de Bragança.** Nasceu a 8 de outubro de 1822, e foi baptisada na capella da Piedade, em Cintra, recebendo depois a imposição dos oleos, como refere a nota [1]. Falleceu em 18 de julho de 1856, casada com o 1.º Marquez da Ribeira

[1] Lisboa 5 de Agosto. Querendo Sua Magestade o Senhor *Rei* Dom Miguel 1.º continuar á Casa de Lafões a grande honra e mui distincta mercê que Seus Augustos Predecessores lhe havião feito, Dignou-se ir pessoalmente assistir como Padrinho, e a Serenissima Senhora Infanta D. Isabel Maria, como Madrinha, á imposição dos Santos Oleos, que forão administrados pelo Eminentissimo e Reverendissimo Cardeal Patriarcha de Lisboa, a duas filhas dos Excellentissimos Duques de Lafões, sendo a primeira destas duas meninas, D. Anna da Piedade Brizida Senhorinha Francisca Maxima Gonzaga de Bragança que nasceo a 8 de outubro de 1822; e a outra D. Maria Isabel do Carmo Paula Maxima Gonzaga de Bragança que nasceo a 10 de janeiro do presente anno. Esta ceremonia teve lugar no dia 22 de julho ultimo, no palacio dos Excellentissimos Duques de Lafões, ao Grillo. Huma immensidade de girandolas, e as incessantes acclamações de hum grande concurso de expectadores annunciárão a approximação de *Sua Magestade*, que em grande estado chegou ao palacio dos Duques pelas seis horas e meia da tarde, estando já alli postada huma guarda de honra do terceiro batalhão de Voluntarios Realistas. Logo que *Sua Magestade* entrou na primeira sala condecorou pelas *Suas Reaes Mãos* as Excellentissimas Duquezas de Lafões e Cadaval com a ordem de Santa Isabel; e passando-se á capella, que para esta funcção se havia sumptuosamente armado na principal sala do palacio, procedeo-se á cerimonia religiosa da imposição dos Santos Oleos, assistindo dois Excellentissimos Principaes e oito Illustrissimos Monsenhores da Santa Igreja Patriarchal, praticando-se tudo com a regularidade propria de tão solemne acto, que findou pelas sete horas e meia da tarde. O luzimento e grandeza da brilhante funcção a que este motivo deu lugar excede toda a descripção. Girárão os refrescos continuamente e na maior profuzão; as multiplicadas illuminações, as bandas de musica, e hum vistoso fogo d'artificio, fazião maravilhoso effeito; mas sobre tudo arrebatava os corações ver a affabilidade e agrado com que *Sua Magestade* tratou a todos os concorrentes, mostrando ao mesmo tempo a maior satisfação. Finalmente, só podemos acrescentar que esta funcção, que durou até ás seis horas da manhã, foi na verdade digna do *Excelso Monarcha* a quem foi dada, e da illustre personagem que a deu.

Gazeta de Lisboa, sexta feira 6 de Agosto de 1830; paginas 744.

Grande, D. Francisco de Sales Maria José Antonio de Paula Vicente Gonçalves Zargo da Camara, e foi sua primeira mulher.

4 **D. Maria Isabel do Carmo Paula Maxima Gonzaga de Bragança.** Nasceu a 10 de janeiro de 1830, e foi baptisada na capella do palacio ao Grillo; recebendo tambem depois a imposição dos oleos, como se vê da mencionada nota. Casada com o 2.º Marquez de Vallada, D. José de Menezes da Silveira e Castro.

5 **D. Maria d'Assumpção de Bragança.** Nasceu em 24 de setembro de 1831 e foi baptisada na capella do palacio ao Grillo. Falleceu em 27 de maio de 1858, estando casada com seu cunhado, o já mencionado Marquez da Ribeira, sendo sua segunda mulher.

Paes da Duqueza

D. João Carlos de Bragança Sousa e Ligne Tavares Mascarenhas da Silva, 2.º Duque de Lafões, por carta de 15 de maio de 1777. 4.º Marquez de Arronches, 6.º Conde de Miranda, 32.º senhor da casa de Sousa, em que succedeu aos 26 de junho de 1761, a seu irmão o 1.º Duque, assim como nos senhorios, alcaidarias móres, commendas, padroados e outros bens por elle possuidos, e lhe foram expedidos os alvarás de mercê nos annos de 1777 e 1778, e as cartas no de 1781. El-Rei D. João V lhe concedeu as honras de Marquez, tratando-o por —*meu muito amado e prezado sobrinho*— por aviso de 21 de junho de 1738, de que tirou carta em 31 de agosto de 1740; com declaração que pela data d'elle lograria a sua antiguidade para preceder aos Marquezes que Sua Magestade nomeasse depois; baixando um decreto em 1 de setembro, pelo Conselho da Fazenda, do seu assentamento do dito titulo de quinhentos mil réis annuaes, passando-se-lhe a carta em 4 de novembro, e de que fossem, sem exemplo, assentados no almoxarifado da imposição dos vinhos d'esta cidade, onde, em 25 de dezembro de 1753, se poz apostilla de transferencia para os receber pela alfandega, juntamente com uma tença de trezentos mil réis, de que lhe fôra dado um padrão em 25 de junho d'esse ultimo anno, principiando a vencer por essa casa desde 1 de janeiro de 1752 em diante. Tambem por carta de 11 de abril de 1780 se lhe fez assentamento de mais duzentos e cincoenta mil réis, para, com os quinhentos mil réis que percebia como Marquez, completar setecentos e cincoenta mil réis do titulo de duque, e vencendo este assentamento annualmente desde o dia em que o fôra feito. Grã-Cruz Alferes da ordem de Christo em 9 de novembro de 1789, começando porém a usar da insignia em 15 de setembro d'esse anno. Grã-Cruz da Legião de Honra em França. Do Conselho de El-Rei por carta de 31 de

agosto de 1740; Conselheiro do Estado em 9 de julho de 1796; Conselheiro de Guerra por decreto de 15 de setembro de 1780, dizendo n'essa occasião Sua Magestade a Rainha D. Maria I: —*era servida declarar que attendendo á qualidade, experiencia e talentos do Duque de Alafões seu muito presado tio, havia por bem nomeal-o Tenente General dos seus exercitos, etc.*[1]— Succedeu no governo das armas da côrte ao Tenente General Conde de Azambuja, e commandou as tropas no seu enterro. Por decreto de 13 de maio de 1791, referido na Gazeta de Lisboa de 7 de junho, foi nomeado Marechal General encarregado do governo das armas de todas as tropas de infanteria, cavallaria, artilheria e corpo de engenheiros, e Director Geral de todas ellas. Mordomo Mór por carta regia do Principe Regente, dada em Queluz a 26 de janeiro de 1801; mas já tinha esse cargo no dia 6 do dito mez, data do decreto por que o mesmo senhor o nomeou Ministro assistente ao despacho do gabinete, para todos os negocios e incumbencias de que Sua Alteza Real fosse servido encarregal-o, em todos os ramos de administração publica que se acham divididos pelas secretarias do estado, encarregando-o particularmente do expediente dos negocios da guerra, que o mesmo senhor por ora é servido separar da secretaria de estado a que pertencia[2]. Por carta de 28 de maio de 1779 lhe foram concedidos os privilegios de Desembargador. Fundou a Academia Real das Sciencias de Lisboa e a sustentou por algum tempo; pela mesma foi eleito, na sua primeira reunião de 16 de janeiro de 1780, Socio effectivo na classe de litteratura portugueza; na do dia seguinte seu Presidente, e o continuou a ser em repetidas eleições em quanto viveu; e na de 2 de outubro Membro da Commissão de Industria Nacional. No acto do funeral da Rainha D. Marianna Victoria, que teve logar no convento de S. Francisco de Paula n'esta cidade, em 16 de janeiro de 1781, foi elle um dos Grandes que pegaram no caixão, e que servindo de testemunha assignaram o termo da entrega do corpo da mesma senhora. Por decreto de 15 e carta de 25 de março de 1796, lhe foi concedida faculdade para poder vender, e subrogar o seu producto, o palacio na cidade do Porto, conhecido pelo do Corpo da Guarda, que andando de tempo immemorial na sua casa ignorava se era vinculado. E por um alvará passado em 19 de dezembro de 1805, lhe foi feita mercê dos bens da corôa e ordens, e dos titulos de juro

[1] Supplemento á Gazeta de Lisboa, sexta feira 22 de setembro de 1780.

S. M. por decreto de 5 d'este mez, foi servida nomear o Excellentissimo Duque de Lafões para General junto á sua Real Pessoa, e Governador das Armas da côrte e provincia da Extremadura; commettendo-lhe igualmente o governo das torres e fortalezas da Marinha da côrte e provincia, com as suas dependencias, e dignando-se communicar-lhe este despacho por uma muito honrosa carta.

Gazeta de Lisboa, terça feira 10 de dezembro de 1782.

[2] Gazeta de Lisboa, terça feira 13 de janeiro de 1801.

e herdade para sua filha successora da casa. Querendo seguir as lettras, estudou na universidade da Coimbra com applicação, sendo pensionista no collegio de S. Pedro; depois resolveu-se a viajar por differentes côrtes da Europa, estando ainda em Lisboa no anno de 1754, em que o encontramos Provedor da irmandade dos Passos da Graça[1]; só no de 1755, depois do terremoto de 1 de novembro, é que poz em pratica o seu intento, embarcando para Inglaterra e passando d'ahi para o Paiz Baixo Austriaco[2]; foi voluntariamente entrar no serviço do imperio, e n'elle fez as campanhas da guerra dos sete annos, distinguindo-se na batalha de Maxeu, e merecendo a particular estimação do Imperador de Alemanha José II, como consta de uma carta que elle lhe escreveu, datada de Vienna em 28 de fevereiro de 1788, na qual, dando os parabens do seu casamento, louva os seus talentos militares, o seu valor e as suas boas qualidades, lamentando-se da distancia em que se achava, que lhe servia de embaraço de gosar de mais perto os doces fructos de uma tão grande amizade, cujas expressões mostram bem o grande affecto que o Imperador lhe tinha[3]. No dizer de muitas pessoas do reinado de El-Rei D. José, que eu ainda conheci, e em que todas ellas eram concordes, fôra D. João Carlos de Bragança mandado sair d'este paiz pela decidida preferencia que elle tinha sobre o Infante D. Pedro, na affeição da **Augusta Princeza do Brasil, a senhora D. Maria**, que sacrificando-se pelos interèsses politicos da monarchia, foi uma exemplarissima e dignissima esposa d'esse Principe, depois Rei D. Pedro III. No anno de 1779, havendo já fallecido o mesmo Monarcha, voltou a Portugal[4], e então lhe foram restituidas as Commendas que se lhe tinham tirado, e até os atrazados rendi-

[1] Tambem a irmandade dos Santos Passos, estabelecida na Igreja de Nossa Senhora da Graça dos religiosos eremitas de Santo Agostinho, de que he Provedor o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dom João de Bragança, celebrou com grande solemnidade e despeza as exequias da mesma augustissima senhora (fidelissima senhora D. Maria Anna d'Austria) com extraordinaria concorrencia de nobreza e povo.

Gazeta de Lisboa, quinta feira 31 de outubro de 1754; paginas 351.

[2] Bruxellas, 2 de de fevereiro. Acha-se aqui presente hũ Senhor grande Portuguez, que veyo de Londres, chamado Dom Joam de Bragança, Parente muy chegado da Casa Real e por outra parte de Casa de Ligne, como neto do Princepe Carlos José de Ligne Marquez de Arronches. Todos os principaes Senhores deste Paiz se empenhão em lhe solicitar divertimentos, e elle se faz digno destes excessos pelo seu especial agrado.

Gazeta de Lisboa, quinta feira 30 de março de 1758; paginas 98.

[3] Frei Claudio da Conceição, no tomo VII, paginas 156, do seu — Gabinete Historico — refere a existencia desta carta, que elle diz ter visto: e como era homem de verdade merece todo o credito.

[4] Domingo passado 3 do corrente, chegou a esta corte o Illustrissimo e Excellentissimo Duque d'Alafões, e no dia seguinte foi ao paço beijar a mão a Suas Magestades e Altezas, que o recebêrão com o mais honroso e affavel acolhimento.

Supplemento á Gazeta de Lisboa, sexta feira 8 de janeiro de 1779.

mentos d'ellas. Nasceu a 6 de março de 1719[1], e morreu em 10 de novembro de 1806, sendo o seu corpo conduzido com as honras militares que lhe eram devidas, para o convento de Santa Catharina de Ribamar, onde se conservou, até que, pela extincção dos frades, foi trasladado para a capella da quinta de Marvilla[2]. Tinha casado em 29 de janeiro de 1788[3] com D. Henriqueta Maria Julia de Lorena e Menezes, que no dia 20 do seguinte mez de abril foi ao paço receber as honras de Duqueza[4]; Dama da ordem de Santa Isabel em 1804: fi-

[1] No mesmo dia (segunda feira) nasceo hum filho ao Senhor D. Miguel.
Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 9 de março de 1719; paginas 80.

E em outra quinta feira 27 de abril do dito anno paginas 136 se diz mais:
Terça feira se fez no palacio do senhor D. Miguel com toda a magnificencia, o baptismo de seu segundo filho, a quem se deu o nome de João, sendo Padrinho Sua Magestade que Deos Guarde, que assistio a este acto com os Senhores Infantes D. Francisco e D. Antonio. Fez a funcção o senhor Patriarcha. Levava-o nos braços o Conde de Atouguia. Apresentárão, o saleiro o Duque Estribeiro Mór, a toalha o Marquez de Fronteira, a veste candida o Conde da Ribeira, o cirio D. Henrique de Menezes. Pegárão nas tochas, o Marquez das Minas, Estribeiro Mór da Rainha N. S., o Conde de Assumar, o Conde da Ericeira, e o Conde de S. Vicente, Manoel Carlos de Tavora da Cunha.

[2] O Excellentissimo D. João Carlos de Bragança e Sousa, Duque de Lafões, tio de S. M., Grã-Cruz Alferes da ordem de Christo, Conselheiro de Estado e de Guerra, Marechal General do Exercito junto á Real Pessoa de S. M., e Presidente Perpetuo da Academia Real das Sciencias, falleceo no seu palacio do Grillo a 10 do corrente, na idade de 87 annos, 8 mezes e 4 dias.
Supplemento á Gazeta de Lisboa, sexta feira 14 de novembro de 1806.

Ha pelo senhor José da Silva Mendes Leal Junior —Elogio Historico do Socio effectivo da Academia Real das Sciencias e seu primeiro Presidente, D. João Carlos de Bragança, Duque de Lafões. Proferido na Sessão publica da Academia de 20 de fevereiro de 1859. Lisboa, Typographia da mesma Academia 1859, 4.º grande ; e no tomo II, parte II, da nova serie das Memorias da Academia, Segunda Classe.

[3] A 29 do mez passado se celebrou naquelle sitio (Salvaterra) o casamento do Excellentissimo Duque de Alafões, com a Excellentissima Senhora D. Henriqueta Maria Julia de Menezes, filha do Excellentissimo Marquez de Marialva, D. Diogo, officiando o Excellentissimo Patriarcha Eleito. A Real Familia honrou com a sua presença este acto, assistindo como padrinhos a Rainha N. S., e o Serenissimo Principe. Toda a nobreza, e officiaes militares que ali se achavão, concorrêrão a esta solemnidade, que se executou na capella do real palacio.
Supplemento á Gazeta de Lisboa, sexta feira 1 de fevereiro de 1788.

[4] S. M. havendo fixado o dia 20 do corrente para admittir a Excellentissima Duqueza de Alafões ás honras do seu titulo, mandou avisar o Excellentissimo Marquez Estribeiro Mór para ir conduzir a dita senhora ao paço. O Excellentissimo Duque de Alafões convidou para assistir a esta funcção todos os fidalgos parentes, os quaes se juntá-

cando viuva, teve a administração das commendas de S. Vicente de Villa Franca de Xira e de Santa Maria da Golegã, da ordem de Christo, por alvará de supervivencia, dado em 17 do mez e anno do seu casamento, ao Duque —*pelo grande devido*— que tinha com Sua Magestade. Nasceu em 10 de abril de 1772, e falleceu em 24 de janeiro de 1810 [1]; foi tambem a sepultar em Santa Catha-

rão na manhã do dito dia em casa do Excellentissimo Marquez de Marialva, onde se lhes servio hum exquisito refresco, ordenado com a maior magnificencia e gosto. Dalli a illustre comitiva se dirigio ao paço em grande pompa, indo dois Moços da Camara da Excellentissima Duqueza a pé aos lados da sua carruagem. S. M. tinha ordenado que assistissem a este acto todos os officiaes de palacio. O Excellentissimo Marquez de Angeja he que deu o braço á Excellentissima Duqueza até á casa da audiencia, aonde S. M. se achava no seu throno, assistida dos officiaes da sua côrte, etc. A Excellentissima Duqueza chegando debaixo do docel, beijou a mão e cumprimentou S. M.: depois se sentou nas almofadas que para esse fim tinha posto ao pé do throno o Porteiro da Camara; e havendo tido a honra de conversar por algum tempo com a Soberana, se levantou, e foi conduzida ás audiencias das Serenissimas Princeza e Infantas, onde recebeo honras similhantes, retirando-se depois com a mesma pompa.

Gazeta de Lisboa, terça feira 22 de abril de 1788.

No Supplemento a esta Gazeta, sexta feira 25 do mesmo mez e anno vem o seguinte: Apesar do fundamento com que nos suppunhamos competentemente informados das circumstancias contidas no artigo de Lisboa da Gazeta n.º 17, temos agora a authentica certeza de que a informação não foi exacta, e que S. M. não mandára avisar o Excellentissimo Marquez Estribeiro Mór para conduzir ao paço a Excellentissima Duque de Alafões.

[1] No dia 24 do corrente falleceo a Excellentissima Senhora D. Henriqueta Maria Julia de Menezes, Duqueza de Lafões, aos 37 annos, 9 mezes e 14 dias de idade, por ter nascido a 10 de abril de 1772; foi sepultada na Igreja de Santa Catharina de Monte Signai. Esta senhora foi hum daquelles grandes modêlos de virtude que a Providencia mostra de quando em quando ao mundo, para honra do seu sexo. A sua caridade era tão extensa que despendia com as pessoas necessitadas, e que por seu comportamento erão merecedoras disso, mais de 12$ cruzados annuaes. A sua modestia dava o maior realce á sua formosura. Quando o General Junot, despota então em Portugal, declarou o desejo que tinha de vêr o seu palacio, a Duqueza o mandou receber attenciosamente, mas com o pretexto de doente recolheo-se ao seu quarto para não lhe fallar. A creação porém de seus filhos, que he a primeira virtude religiosa e social, formava a principal e mais assidua de suas occupações; e os seus trabalhos neste ponto forão coroados de hum felicissimo resultado.

Gazeta de Lisboa, terça feira 30 de janeiro de 1810.

E na de sabbado, 3 de fevereiro seguinte, diz: —Advertencia. A Igreja onde foi enterrar a Excellentissima Duqueza de Lafões, foi Santa Catharina de Ribamar e não do Monte Signai, como se annunciára.

rina de Ribamar, e de lá trasladada egualmente para Marvilla. Foi esta senhora uma pessoa acima de todos os elogios, assim nada acrescentaremos ao que se diz no seu artigo necrologico que vae transcripto. Era primeira filha dos 5.os Marquezes de Marialva, D. Diogo José Vito de Menezes Coutinho e D. Margarida Caetano de Lorena.

Filhos

1 **D. Carlota Margarida Francisca Borgia Ignez José de Bragança.** Nasceu a 10 de outubro de 1792 [1] e morreu n'esse mesmo anno a 6 de novembro: foi a enterrar a Santa Catharina de Ribamar [2].

[1] A 10 do corrente deu a Excellentissima Duqueza de Lafões felizmente á luz huma menina.

Gazeta de Lisboa, terça feira 16 de outubro de 1792.

O Principe e Princeza NN. SS. forão no domingo passado a casa do Excellentissimo Duque de Lafões, para assistirem ao baptismo da sua filha recemnascida. — Em outra folha se referirão as particularidades deste solemne acto.

Gazeta de Lisboa, terça feira 30 de outubro de 1792.

O Principe e Princeza NN. SS. havendo determinado honrar com a sua presença o acto do baptismo da filha do Excellentissimo Duque de Lafões, forão na manhã do domingo 28 deste mez, do palacio de Quéluz ao d'Ajuda, indo a Princeza em cadeirinha por causa da sua gravidação; e como o tempo era favoravel, SS. AA. se embarcárão no caes de Belem em hum escaler e chegárão ao meio dia ao Grillo, aonde se havia construido huma ponte de madeira tapissada de panno encarnado, no fim da qual havia hum passadiço coberto, e interiormente guarnecido de seda por cima e pelos lados, e o pavimento com tapetes. O Eminentissimo Cardeal Patriarcha se achava já alli com varios Principaes, Monsenhores e Mestres de Ceremonias. Logo que SS. AA. chegárão, se procedeo ao acto em huma capella construida para este fim, e magnificamente ornada. S. Eminencia administrou o Sacramento, apresentando o Excellentissimo Conde de Cantanhede a menina, a quem se poz o nome de Carlota Margarida, em attenção á Augusta Princeza que desde a sua infancia principía a honral-a. SS. AA. se dignárão visitar a Duqueza, a quem tratárão com a mais distincta affabilidade, e retirando-se para o escaler, aproveitárão a amenidade do dia jantando sobre a agua. Os senhores D. Antonio e D. José, e hum grande numero de pessoas da primeira distincção assistírão a este acto, e ás que ficárão depois delle deu o Excellentissimo Duque hum esplendido jantar. Nas passagens de SS. AA. se achava hum grande concurso de gente, excitada principalmente pelo desejo de ver a Augusta Princeza, que he hoje o precioso objecto das nossas esperanças.

Segundo Supplemento á Gazeta de Lisboa, sabbado 3 de novembro de 1792.

[2] A filha recemnascida do Excellentissimo Duque de Lafões, falleceo com grande magoa, na madrugada do dia 4 deste mez.

Gazeta de Lisboa, terça feira 6 de novembro de 1792.

2 **D. José João Miguel Anna Joaquim Francisco Antonio Gonzaga Olão Bento Raphael de Bragança,** Duque de Miranda e Corvo por alvará de 13 de maio de 1796[1]; declarando-se n'elle a denominação do titulo de Duque que tivera no dia do seu baptismo. Nasceu a 29 de julho de 1795[2], e falle-

Relativa ao fallecimento desta menina, ha huma poesia de Francisco de Paulo Medina e Vasconcellos, que tem por titulo —Noute triste a que deu assumpto a morte da Excellentissima senhora D. Carlota Margarida, filha do Excellentissimo Duque de Lafões. Lisboa, na officina de Antonio Gomes, 1792, 8.º de 12 paginas, com as iniciaes F. P. M. V.

[1] Eu a Rainha: Faço saber aos que este Alvará virem: que havendo mandado annunciar no dia dezeseis de Agosto do anno proximo, immediatamente ao baptismo de D. José, filho dos Duques de Lafões, sendo Padrinhos, que presentes estiverão, o Principe e Princeza, Meus sobre todos muito amados e presados filho e nora, que o elevava ao titulo e dignidade de Duque: Hei por bem declarar o dito despacho na maneira seguinte. Tomando em consideração a pessoa, casa e representação do Duque de Lafões, Meu tio, e áquelles donde elle vem e Eu venho: Hei por bem que o dito D. José, Duque annunciado, o seja do titulo de Miranda e Corvo, que he do antigo senhorio da sua casa, de que se lhe passará carta; e que na falta de seu pai, tanto que entrar nos bens da corôa e ordens da sua casa, passe a tomar o titulo de Lafões, sem outro despacho que o de huma postilla na carta que tiver do titulo de Miranda e Corvo, pela qual conste, que se muda para a denominação de Lafões: e confio que os successores da casa do Duque, imitando-o, se fação dignos que Eu e os Senhores Reis que me succederem, lhes proroguem esta graça, e lhes fação outras de adiantamento e distincção, que bem venhão á sua casa e representação. E por firmeza de tudo o que dito he, lhe mando dar este Alvará, que se cumprirá tão inteiramente como nelle se contém, posto que não passe pela Chancellaria, e o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação em contrario. Dado no palacio de Quéluz em treze de maio de mil setecentos noventa e seis. Registado no Livro vinte oito do Registo das Mercês da Rainha D. Maria I a folhas noventa e seis.

[2] Na manhã de 29 deste mez, deu a Excellentissima Duqueza de Lafões felizmente á luz hum perfeito menino.

Supplemento á Gazeta de Lisboa, sexta feira 31 de julho de 1795.

Na tarde de 16 do corrente vierão os Principes NN. SS. assistir ao baptismo do filho do Excellentissimo Duque de Lafões —De cuja funcção se dará mais circumstanciada noticia na seguinte folha.

Supplemento á Gazeta de Lisboa, sexta feira 21 de agosto de 1795.

Relação da solemnidade com que foi baptisado o filho do Excellentissimo Duque de Lafões —Domingo 16 do corrente de tarde, havendo-se transferido os Principes NN. SS., a Serenissima Princeza da Beira, e o Senhor Infante D. Pedro, do palacio de Quéluz ao do Excellentissimo Duque de Lafões, ao Grillo, o Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarcha, assistido dos Excellentissimos Principaes Camera, Castro e Telles, e dos Illustrissimos Monsenhores Rangel, Brito, Hasse, Telles, Velho, Lencastre, Ataide,

cendo em 14 de novembro de 1801[1] foi, como os seus, sepultado em Santa Catharina de Ribamar, e depois trasladado.

3 **D. Anna Maria José Domingas Francisca Julia Senhorinha Mattheus Joanna Carlota de Bragança e Ligne Sousa Tavares Mascarenhas e Silva**, 3.ª e ultima Duqueza de Lafões.

4 **D. Maria Domingas Francisca Clara Maxima Senhorinha Raphaela Gonzaga Joaquina de Bragança Sousa e Ligne.** Nasceu em 1 de agosto de 1801, e falleceu em 21 de dezembro de 1855, sendo Duqueza de Cadaval, viuva do Duque D. Nuno Alvares Pereira de Mello.

A Casa de Lafões é, em graduação, a segunda d'estes reinos, e em nacionalidade a primeira; além de ter gosado titulos de Duque, Marquez e Conde, representa a antiquissima casa de Sousa, e como tal conhecida com a denominação dos Sousas de Arronches. Ainda Portugal não tinha esse nome já esta nobilissima familia era illustre, e contava avós poderosos e ricos que, apesar do turbilhão dos seculos passados nos haver occultado os seus nomes, d'elles nos resta uma serie sabida de mais de mil annos de existencia, durante a qual procrearam numerosissimos filhos, que concorreram com sublimes feitos pelos mesmos praticados em todas as occasiões, para o alto grau de gloria e de po-

e Castello Branco, administrou o sagrado baptismo ao filho do Excellentissimo Duque, ao qual se pozerão os nomes de José João Miguel Anna Joaquim Francisco Antonio Gonzaga Olão Bento Rafael: foi Padrinho o Principe N. S. e Madrinha sua Augusta Esposa. O baptisado foi nomeado por S. M. Duque de Lafões, e logo depois de lhe ser administrado aquelle sacramento; e foi apresentado por seu tio o Excellentissimo Marquez de Marialva D. Pedro. O Principe N. S. e as demais Pessoas Reaes, se dignárão visitar a Excellentissima Duqueza na sua camara, e a Princeza N. S. além das grandes honras que lhes fez, a presenteou com huma magnifica joia de brilhantes. Todas as Pessoas Reaes quizerão depois divertir-se passeiando pelos jardins do Excellentissimo Duque, ao qual fizerão a singular honra de se servirem da merenda que para SS. AA. RR. estava preparada. Concorrêrão ao sobredito acto os Excellentissimos, Marquez Mordomo Mór, José de Seabra da Silva, Ministro e Secretario dos Negocios do Reino, muitos outros Officiaes do Paço, hum grande numero de fidalgos, os Prelados das Religiões e muitas pessoas de distincção.

Segundo Supplemento á Gazeta de Lisboa, sabbado 22 de agosto de 1795.

[1] O Excellentissimo D. José, João, Miguel, Anna, Joaquim, Francisco, Antonio, Gonzaga, Olão, Bento, Rafael, Duque de Miranda do Corvo, filho do Excellentissimo Duque de Lafões, falleceu nesta cidade, a 15 do corrente em idade de 6 annos, 3 mezes, e 17 dias.

Supplemento á Gazeta de Lisboa, sexta feira 20 de novembro de 1801.

der a que chegou esse Portugal, que seus avoengos viram nascer, ajudaram a crear, defenderam na meninice, e acompanharam já robusto, impavido, temido e respeitado, por todas as partes do mundo conhecidas, que ás desconhecidas lá chegaram; não tendo a desventura de o chorar na deploravel decadencia para que caminha rapidamente na sua velhice, que essa mofina sorte ficou reservada para os descendentes d'elles. Na extremidade da provincia de Traz-os-Montes, entre os rios Tua e Tamega, na terra de Panoyas, foi o primeiro domicilio d'esta familia que ahi possuia bens já dos seus herdados. O appellido Sousa foi tomado do rio d'esse nome que, tendo nascença em uma serra sobranceira ao mosteiro de Pombeiro, fertilisa os concelhos de Felgueiras, Unhão, Novellas, Lousada, Ferreira e Penafiel, passa por Arrifana de Sousa, e entra a final no Douro. Findando a varonia d'esta casa, foi renovada com as dos nossos reis que ainda hoje conserva.

I D. **Sueiro Belfaguer,** que temos como o primeiro senhor conhecido da casa de Sousa, por ser aquelle em quem o Conde D. Pedro dá principio a esta familia, viveu pelos annos de 800, reinando em Oviedo e Leão D. Affonso o Casto. Casou com D. Menaia Ribeiro.

Tiveram filho.

II D. **Hufo Soares Belfaguer,** 2.º senhor da casa de Sousa. Em janeiro de 873 confirmou uma escriptura, de que ha memoria em Braga, com El-Rei D. Affonso Magno e outros Grandes da sua côrte. Casou com D. Mendola.

Tiveram filho.

III D. **Hufo Hufes,** Conde de Vieira e de Vizeu, com o governo da Beira no anno de 924, 3.º senhor da casa de Sousa; defendeu a dita cidade contra o chefe africano Alboazar Iben, e serviu os Reis D. Affonso o Magno, D. Garcia, D. Ordonho II, D. Affonso IV e D. Ramiro II. Casou com D. Thereza, irmã do Conde D. Gonçalo Soares e de Santa Gondinha, Abbadessa do mosteiro de S. Bento, em Vieira.

Tiveram filhos.

4 **O Conde D. Goçoy,** que continua.

4 **Santa Senhorinha de Basto,** freira no mosteiro de S. João de Vieira, da ordem de S. Bento, e Abbadessa de outro fundado por seu irmão em Basto, com a invocação de S. Jorge, hoje parochial com o nome da mes-

ma santa, e ahi se conservam as suas reliquias: nasceu em Athey, e morreu em 982 com 58 annos de edade.

4 S. Gervaz; está sepultado em uma capella que a Rainha D. Ignez de Castro lhe mandou fazer na egreja do dito mosteiro de S. Jorge, como se vê da mercê que aos seus Abbades fez El-Rei D. Pedro, em 1360.

IV **D. Goçoy** (o **Conde**), chamado o Nonado, por ser tirado do ventre da mãe estando ella morta. Duque da Beira, Fronteiro Mór contra os moiros; 4.º senhor da casa de Sousa: foi o que matou em campal duello a Fra de Valdrique, Cavalleiro de Galliza soberbo e insolente. Casou com D. Mumia, descendente dos godos.

Tiveram filho.

V **D. Nichiguiçoy** (o **Conde**), senhor do couto de Ornellas e da honra de S. Salvador de Novellas, e 5.º da casa de Sousa: serviu os Reis de Leão, D. Sancho o Gordo, D. Ramiro III e D. Affonso V. Por lhe ser julgada a honra de Penafiel de Sousa, que está dentro da de Novellas, em que contendia com seu cunhado o Conde D. Mendo Soares, este surprendendo-o, e a mais seis Condes, uma noite no paço de Novellas, a todos tirou violentamente os olhos, de que em breve morreram, e jazem no adro da egreja de S. Pedro de Athey. Casou duas vezes: a primeira com D. Aragunta Soares, irmã do dito Conde, e filha de D. Soeiro de Novellas e de Mayor Dias, filha do Conde D. Diogo de Porcellos; e a segunda com D. Tordilha, s. g., que ficando viuva se consagrou a Deus, e deixou ao enteado a honra de Louredo, no anno de 1024.

Teve filho.

Da primeira mulher:

VI **D. Gomes Echigues**, senhor do couto de Ornellas, das honras de Novellas e Louredo e 6.º da casa de Sousa; succedeu na de seu tio o Conde D. Mendo Soares, que andando á caça foi morto por D. Sueiro da Vella, Escudeiro do Conde D. Pedro Paes de Bagunte, um dos seis Condes a quem elle tirára os olhos: foi Adiantado da comarca de Entre Douro e Minho, e o era já nas kalendas de junho de 1050, por El-Rei D. Fernando o Magno; achou-se nas côrtes que o mesmo fez em Guimarães em 1049, e na batalha d'Agua de Mayas, junto a Coimbra. Fundou o mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, da ordem de S. Bento, e n'elle jaz: alcançou os Reis de Leão e Castella D. Affonso V, D. Bermudo III, D. Fernando o Ma-

gno, e seus tres filhos, D. Sancho, D. Affonso e D. Garcia; e esteve nas conquistas de Vizeu, Merida, Beja, Evora, Badajoz, Castello Branco, Villar Turpim e Almeida. Casou com D. Gontrode Moniz, ambos nomeados em varias escripturas de compras e vendas, datadas de abril de 1039 e dezembro de 1041, filha de D. Moninho Fernandes de Touro, que foi filho d'El-Rei D. Fernando I, e pela mãe neto de D. Ramon, senhor de Saboya.

Tiveram filhos.

7 **D. Pelayo.** Morreu na primeira edade.

7 **D. Egas Gomes de Sousa,** que continua.

7 **D. Flamula.** — S. n.

7 **D. Sancha Gomes,** mulher do Conde D. Nuno de Cellanova. — C. g.

7 **D. Tordilha.** — S. n.

VII **D. Egas Gomes de Sousa,** o primeiro que usou do appellido Sousa; foi Rico Homem d'El-Rei D. Affonso VI de Leão e I de Castella; Adiantado de Entre Douro e Minho; senhor da honra de Novellas e couto de Ornellas, e 7.º da casa de Sousa. Á frente da flor de toda a nobresa lusitana, venceu em 1071 a batalha de Beja contra Albacem Rei de Tangere, e matou com sua espada o valente e famoso caudilho Almoleymar, succedendo no governo do nosso exercito ao invicto D. Gonçalo Mendes da Maya, o Lidador, que, na edade de 95 annos, acabou n'ella a vida gloriosamenté pelejando: logrou larga edade e morreu pelo fim do reinado de D. Affonso Henriques. Casou com D. Flamula Gomes, cognominada Gontina Gonçalves, como se vê do exordio de duas escripturas do mosteiro de Pombeiro, de abril de 1130 e maio de 1131, em que o marido e ella assim mencionada lhe fazem doação de certos bens, filha D. Gonçalo Trastamara, senhor da terra da Maya, e de D. Mecia Goderiz.

Tiveram filhos.

8 **D. Mem Viegas de Sousa,** que continua.

8 **D. Paio Nunes de Sousa,** que herdou o couto de Ornellas, e o doou em 1126 á sé de Braga.

8 **D. Gomez Nunes de Sousa,** Governador da praça e terra de S. Christovão,

na nascente do rio Tua, em 1111. Casou com D. Gontrode Moniz, e não tendo filhos deixaram os seus bens ao mosteiro de Pombeiro.

8 **D. Gomez Viegas de Sousa,** que tambem doou metade dos seus bens ao mesmo mosteiro. Teve por mestre a Galindrano, que está sepultado na claustra de Santo Thyrso com este epitaphio —HIC JACET MAGISTER GALINDANUS BENEFACTOR HUJUS MONASTERII.

VIII **D. Mem Viegas de Sousa,** Rico Homem do Conde D. Henrique e de El-Rei D. Affonso Henriques, Governador da villa, castello e terra de Santa Cruz, entre os rios Tamega e Sousa, em 1112; senhor da honra de Novellas e 8.º da casa de Sousa; elle e seus irmãos fizeram uma escriptura de mutua e reciproca doação entre si em as kalendas de maio de 1130, era de Cesar, e consta do livro antigo do mosteiro de Pombeiro. Casou com D. Thereza Fernandes, padroeira das villas do Eixo, Oys, Páos e Marnel, como bem se diz na doação feita ao mosteiro de Pedroso, no anno de 1127, por uma senhora chamada D. Honoriguez, da oitava parte de todos os seus bens, excepto do padroado das referidas villas, que era possessão d'esta sua prima co-irmã, filha de Fernão Gonçalves de Marnel e de D. Urraca Conçalves.

Tiveram filhos.

9 **D. Gonçalo Mendes de Sousa,** que continua.

9 **D. Sueiro Mendes de Sousa,** o Grosso, Rico Homem de El-Rei D. Affonso Henriques, com o qual se achou no cerco de Guimarães; e com elle confirmou varias doações em 1124, 1128 e 1129.

Teve filha illegitima.

10 **D. Maria Soares,** que casou a primeira vez com D. João Fernandes de Lima; e a segunda com D. Egas Affonso. —C. g. de ambos os matrimonios.

9 **D. Flamula Mendes,** primeira mulher de D. Gomes Mendes Guedão. —C. g.

9 **D. Ourana Mendes,** mulher de D. Mem Moniz de Riba de Douro.

9 **D. Urraca Mendes,** mulher de D. Egas Fafes de Lanhoso. —C. g.

IX **D. Gonçalo Mendes de Sousa,** o Bom, Barão, Védor, Logar-Tenente

em 1153, como consta do foral de Soalhães, valido d'El-Rei D. Affonso Henriques: senhor da honra de Novellas e 9.º da casa de Sousa: fundou a villa d'Alcanede, com permissão do mesmo Rei dada em fevereiro de 1163, e teve a de Monforte de Rio Livre, como refere uma escriptura da Torre do Tombo do anno de 1151. Achou-se na batalha de Campo de Ourique e na de Axarafe, em 1178, contra El-Rei de Sevilha, na qual esteve com D. Sancho I sendo Infante, e n'ella tomou por suas proprias mãos quatro estandartes aos moiros, que depositou no mosteiro de Pombeiro, acrescentando desde então as luas crescentes ás suas armas. Morreu a 25 de março, pelos annos de 1180 a 1190, e jaz no mosteiro d'Alcobaça, em decente urna, fronteira á porta capitular da antiga claustra, tendo na parede opposta embutido um marmore, e n'elle em relevo, um cavalleiro adornado de todas as armas sobre um cavallo, e no teliz o escudo com as crescentes luas dos Sousas. Casou tres vezes: a primeira com D. Dordia Viegas, filha de D. Egas Moniz de Riba de Douro e de sua segunda mulher D. Thereza Affonso; a segunda com D. Urraca Sanches, sua prima, filha de D. Sancho Nunes de Barbosa e de D. Thereza Affonso, filha d'El-Rei D. Affonso Henriques; e a terceira com D. Sancha Alvares, filha do Conde D. Pedro Alvares das Asturias. — S. g.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

10 **D. Thereza Gonçalves de Sousa**, mulher de D. Vasco Fernandes de Soverosa, o Captivo. — S. g.

10 **D. Elvira Gonçalves de Sousa**, mulher de Fernando Mendes Facha.

Da segunda mulher:

10 **O Conde D. Mendo de Sousa**, que continua.

— Illegitimos.

10 **D. Fernando Gonçalves de Sousa**, que casou com D. Thereza Pires Gata, filha de Pedro Nunes Velho e de D. Marianes sua primeira mulher.

Tiveram filha.

11 **D. Maria Fernandes de Sousa**, mulher de D. Gil Guedes. — C. g.

10 **D. Elvira Gonçalves de Sousa**, era filha, e seu irmão referido, de D. Gol-

dora Goldares de Refeiteira, concelho de Felgueira. Casou com Martim Pires d'Aguiar, e jaz no mosteiro de Bustello, da ordem de S. Bento, do qual herdára de sua mãe o padroado, que ficou a seus descendentes, os Alcoforados.

X **D. Mendo de Sousa (o Conde)**, chamado o Sousão. Rico Homem de sangue, Mordomo Mór d'El-Rei D. Sancho I, e depois d'elle o maior e mais honrado senhor que havia n'este reino: com o referido emprego rubrica a doação que o mesmo senhor fez em fevereiro de 1191, ao Abbade de Alcobaça do castello de Abenemeci; achou-se na conquista de Silves, em 1188, indo por Capitão General das nossas forças que por terra marcharam para essa empreza, auxiliada pela armada de 53 baixeis dos estrangeiros capitaneados pelo Marechal de Brabante, que na sua cruzada para a Terra Santa arribaram ao Tejo e d'ahi se dirigiram ao Algarve. Foi grande bemfeitor do mosteiro de Pombeiro; senhor da quinta e honra de Novellas e 10.º da casa de Sousa. Casou com D. Maria Rodrigues, filha do Conde D. Rodrigo Velloso, senhor de Trava, e de D. Moninha Forjaz.

Tiveram filhos.

11 **D. Gonçalo Mendes de Sousa**, Rico Homem e Mordomo Mór (como mostra a doação feita em julho do dito anno de 1191 pelo primeiro Sancho ao ermitão D. Pedro, do hospital de S. Saturnino na villa de Cintra) dos Reis D. Sancho I, D. Affonso e D. Sancho II; Fronteiro Mór de Lisboa (que governava no anno de 1210 com o titulo de Pretor), Lamego e Vizeu; senhor de Celorico de Basto, d'Aguiar de Pena, da honra e paço de Novellas, e 11.º da casa de Sousa. Achou-se presente á confirmação da ordem militar de Aviz pelo referido Rei D. Sancho, na villa de Benavente, em 1200; na tomada de Silves, Elvas, Jorumenha, Serpa e Ayamonte; e fez doação, em 1230, da quinta da Ferraria ao mosteiro de Pombeiro, em attenção ao Abbade Mendo Viegas lhe ter emprestado 200 maravedis de oiro para os aprestes da expedição do Algarve, onde foi com El-Rei D. Sancho II, a qual teve principio pela tomada de Ayamonte, sendo elle o primeiro que sobiu ás muralhas apesar da sua avançada edade, morrendo n'esta occasião Silvestre Peres, seu Mordomo, e Hermigio Peres de Moreira, Cavalleiros de esporas doiradas, e outros christãos de sua casa, que tambem com elle foram, de que faz menção o livro dos obitos do mesmo mosteiro, commemorando as suas almas no dia das nonas de setembro. Nasceu em 1160 e morreu em 3 d'abril de 1243, como consta do livro dos anniversarios de Santa Cruz de Coimbra, em que se diz: —*Nono Kal. Maii obiit Domnus Gunsalus Menendi filius Comitis Domni Menendi*—; jaz no convento d'Alcobaça, em um

sepulchro, no transito da egreja para o capitulo, com este epitaphio — ERA ICCLXXXI. OBIIT DOMNUS GUNSALUS MENENDI PATER DOMNI MENENDI GUNSALVI HIC REQUIESCAT DOMNUS GUNSALUS MENEMDI DE SOUSA, CUJUS ANIMA ETC. — Casou com D. Thereza Soares, que sendo por elle accusada de adultera se justificou pela prova do fogo ardente, referindo-se este successo na doação que fez em 7 de outubro de 1216, das suas mais preciosas alfaias e bens patrimoniaes, ao mosteiro de Arouca, da ordem de S. Bernardo, para onde logo se retirou e n'elle professou. Era filha de Sueiro Viegas, de Riba do Douro, e de D. Sancha Vermuis.

Tiveram filhos.

12 **D. Mendo Gonçalo de Sousa**, que morreu em vida do pae, tendo-se achado nas guerras d'El-Rei D. Affonso II com o de Leão; e ficando seu substituto quando aquelle senhor se recolheu de Galliza trazendo comsigo o estandarte que tinha mandado retirar do exercito, por lhe fazer saber seu irmão o Infante D. Martim Sanches, Capitão General do Rei de Leão, *que ainda que aggravado e foragido da patria, não se atrevia a brigar com o exercito portuguez á vista do estandarte real*. Ignora-se o anno do seu fallecimento, mas foi no dia 8 de junho, de que se acha noticia no já citado livro dos obitos de Santa Cruz de Coimbra, cujas clausulas dizem: *Decimo quarto kal. maij. Commemoratio Domni Menendi Gunsalvi filius Domni Gunsalvi Menendi*. Foi casado com D. Thereza Soares, filha de D. Affonso Telles, o Velho, senhor d'Albuquerque, e de D. Elvira Rodrigues Girão.

Tiveram filha unica.

13 **D. Maria Mendes de Sousa**, senhora da honra e paço de Novellas, e 12.ª da casa de Sousa. Casou com D. Martim Affonso, filho illegitimo de D. Affonso, o Nobre, Rei de Leão, havido em D. Thereza Gonçalves do Sobral. Ficando viuva e sem filhos, erigiu pelos annos de 1274 o convento de Sancti Spiritus, na cidade de Salamanca, para as Commendadeiras da ordem de Santiago, que então tinha por seu mestre a D. Paio Peres Corrêa.

12 **D. Maria**, sem estado.

12 **D. Sancha**, freira em Arouca.

12 **D. Mór Gonçalves**, mulher de Affonso Lopes Bayão. — S. g.

11 **D. Garcia Mendes de Sousa**, que continua.

11 **D. Vasco Mendes de Sousa,** que vem assim como seus irmãos com o titulo de Principes e Cavalleiros, dado por El-Rei D. Sancho I, em uma mercê que fez no anno de 1200, e se acha no Archivo da Torre do Tombo, a Ruy Martins, seu Porteiro Mór, a qual elles confirmam; Rico Homem de sangue; senhor de Corva e Governador da cidade de Bragança, como consta de doação que n'ella fez em 3 de janeiro de 1236, El-Rei D. Sancho II ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, da terra de Assequinz em Riba de Vouga, e foi dono de metade do padroado de S. Pedro de Alvite, na de Cabeceira de Basto, que vendeu ao mosteiro de Refoios. Morreu a 2 de março de 1242 e jaz no mosteiro de Pombeiro, tendo na sepultura gravada uma espada e o seguinte epitaphio — SEXTO NONAS MARTIJ OBIIT DOMNUS VELASCUS MENENDI FILIUS COMITIS DOMNI MENENDI. ERA MILLESIMA DUCENTESIMA OCTAGESIMA. — Havia antes doado ao mesmo mosteiro, por instrumento feito em fevereiro de 1237 na presença dos Cavalleiros da sua casa, toda a honra de Chaves, que continha os cinco logares de Urs, Antas, Villardongo, Cuñas e Carvalhosa, e oito casaes em terra de Villar.

Teve filho illegitimo.

12 **Ruy Vasques de Panoyas,** assim appellidado por ser herdado n'aquella terra, primeiro solar dos d'esta casa, como dissemos. Casou com uma neta de Pedro Mendes d'Aguiar e de D. Marinha. — C. g.

Tiveram filhas.

13 **D. Thereza Rodrigues,** mulher de Estevão Rodrigues da Fonseca. — C. g.

13 **D. Urraca Rodrigues,** mulher de D. Vasco Garcez Pinto. — C. g.

11 **D. Rodrigo Mendes de Sousa,** Rico Homem de sangue, Alferes Mór dos Reis D. Sancho I, D. Affonso e D. Sancho II, como consta da doação do padroado de Santa Maria de Sedelos em terra de Penaguião, pelo primeiro dos mencionados Reis ao mosteiro de Alcobaça, no anno de 1197; Governador de Celorico de Basto, que defendeu contra El-Rei D. Fernando II de Leão; senhor de Panoyas, e como tal confirmou em janeiro de 1195 o foral de Covelinhas, e da terra de Pedregal, em Sedellos, por doação de 1199, pelos serviços que fez na referida occasião.

Teve filho illegitimo.

12 **D. Garcia Rodrigues de Sousa,** havido em D. Maria Viegas de Refallos,

filha de D. Egas Paes Penagate: pretendeu toda a herança de seu pae, mas sendo morto aleivosamente, passaram seus bens a D. Mem Garcia de Sousa, seu primo.

11 **D. Guiomar Mendes de Sousa**, mulher de D. João Pires da Maia. — C. g.

11 **D. Urraca Mendes de Sousa**, que casou em Castella com D. Nuno Peres de Gusmão, o Bom.

Como d'esta senhora descende **Sua Magestade a Imperatriz dos francezes**, continuaremos ao diante a linha da sua successão unicamente na parte que lhe diz respeito.

11 **Martim Mendes de Sousa**, que casou com N.

Tiveram filho.

12 **Affonso Martim Moelha**; casou com D. Thereza Esteves, filha de Estevão de Alvello.

Tiveram filha.

13 **D. Mafalda**, mulher de Rodrigo de Alvello.

XI **D. Garcia Mendes de Sousa**, Rico Homem de sangue, e como tal confirma varios foraes em 1205, 1210 e 1219; do Conselho dos Reis D. Sancho I, D. Affonso e D. Sancho II, dos quaes houve algumas mercês. Achou-se na tomada de Silves com El-Rei D. Sancho I, que lhe deu em 1198 o reguengo de Villar de Maçada, na terra de Panoyas ou Villa Real. Morreu a 29 de abril de 1239, e jaz no claustro do mosteiro de Alcobaça (indo da egreja para o capitulo), tendo sobre a sepultura este epitaphio — ERA MCCLXXVII TERTIO KAL. MARTIJS OBIIT DOMNUS GARCIAS MENENDI FAELICIS RECORDATIONIS COMITIS DOMNI MENENDI FILIUS ET PATER COMITIS DOMNI GUNSALVI. — Casou com D. Elvira Gonçalves, filha de D. Gonçalo Paes do Torronho e de D. Ximena Paes, a qual falleceu a 16 de dezembro de 1245 e descança na mesma casa em sepulchro immediato ao do marido com o seguinte epitaphio — ERA MCCLXXXIII 17 KAL. JANUARIJ OBIIT DOMNA ELVIRA GUNSALVIS UXOR DOMNI GARCIA MENENDI. REQUIESCAT IN PACE.

12 **D. Gonçalo Garcia de Sousa**, Conde de Neiva no anno de 1276, como se vê da doação que, em 1 de setembro d'elle, fez El-Rei D. Affonso II de certas fazendas em Vallada ás monjas de Santa Clara de Santarem, na

qual rubríca *Comes Gunsalvus*, advertindo, que no foral dado em 15 de fevereiro d'esse anno á villa de Monsaraz, o faz ainda sem o titulo de Conde[1]. Era já Rico Homem de sangue e do Conselho do dito Rei em 1251, e assim confirma em 5 de junho de 1253, a mercê do Reguengo de Benavela, pelo mesma Rei feita a D. João Affonso Tello de Menezes. Assistiu ás côrtes celebradas em Leiria no anno de 1254, sendo Governador de Neiva, de que depois foi senhor e Conde, e tambem em 1255, com a mesma occupação confirma a mercê que o dito Soberano fez dos castellos de Mertola e Cacella á ordem de S. Thiago, em attenção aos grandes serviços prestados pelo seu mestre D. Paio Peres Corrêa na conquista do Algarve: principiou esta com a tomada de Silves, e terminou com a da cidade de Faro, villas de Loulé e Aljezur, castello de Porches e outras povoações, executada pelo mesmo Rei D. Affonso III, que a esse fim foi em 1249, e havendo-o elle acompanhado lhe deu o officio de Alferes Mór do reino, em que succedeu ao mencionado D. João Affonso Tello de Menezes. Em 1266, achando-se ameaçado pelos mauritanos o reino de Castella, mandou o nosso Rei a seu sogro D. Affonso X, soberano d'aquelle estado, um grande soccorro, fazendo alistar por mar numerosas esquadras, do qual foi por chefe seu filho o Infante D. Diniz, levando por director a elle Conde, e para esta empreza enviou El-Rei uma carta feita a 14 de maio d'esse anno, ao Concelho de Coimbra, sobre o subsidio com que para ella haviam de contribuir por emprestimo os visinhos d'aquella cidade. Em abril de 1282 lhe entregou em Bragança o Infante D. Jayme a Rainha Santa Isabel, e este acto é o ultimo da sua vida de que damos noticia. Foi 13.° senhor da casa de Sousa, em que succedeu a sua prima D. Maria Mendes de Sousa dita a paginas 133, sobre a qual houve dissensões com D. Maior Gonçalves de Sousa, tambem sua prima irmã, que terminou por decisão d'El-Rei. É considerado a maior e mais poderosa personagem d'aquella época, pelas muitas terras, coutos, honras e padroados que compunham a sua casa, e basta dizer que elle deu para arrhas nupciaes a sua esposa, seis quintas e sessenta casaes, que era a metade de seus bens. No anno de 1279, assistindo á concessão de varias mercês feitas por El-Rei D. Diniz, ajunta ao titulo de Conde de Neiva e ao cargo de Alferes Mór do reino, o de Governador de Sousa, não da que era dono, mas sim da que se comprehende entre Aguiar e Penafiel, como se vê no foral dado por El-Rei D. Affonso III, em 17 de julho de 1271, á villa de Cacella, em que rubríca immediato ao Infante D. Affonso, seu cunhado. Casou por escriptura feita em Santarem a 11 de maio de 1273, com D. Leonor Affonso, viuva de D. Estevão Annes de Sousa, e filha de El-Rei D. Af-

[1] No reinado de D. Affonso III havia unicamente em Portugal um titulo de Conde.

fonso III, havida em Elvira Esteves. Além do grande dote, no qual se incluia a villa de Pedrogão, que tivera para o seu primeiro casamento e lhe ficou pertencendo por não ter tido filhos, levou mais para este a terra e concelho de Santo Estevão, junto ao rio Lima; e seu pae lhe fez mercê de varias herdades na Azambuja e em Alfodres, termo de Santarem, por doações feitas a 15 e 16 de julho de 1274. Tambem do segundo consorcio não houve filhos, e morreu com testamento feito no seu paço em Coimbra, no dia de Santo André do anno de 1286, nomeando-se n'elle por filha do *Illustrissimo* D. Affonso Rei de Portugal.

Teve o Conde filho illegitimo.

13 **João Gonçalves de Sousa.**

Teve filhos.

14 **Gonçalo Garcia de Sousa.**
14 **Alvaro Garcia de Sousa.**
} De quem não ha mais noticia.

12 **D. Mem Garcia de Sousa,** que continua.

12 **D. João Garcia de Sousa,** o *Pinto,* de alcupha, Rico-Homem de sangue e do Conselho: como tal confirma a doação feita em 1239 por El-Rei D. Sancho II da villa de Mertola, de que era Commendador D. Paio Peres Corrêa, á ordem de S. Thiago; e com seus irmãos a carta de privilegios dada pelo Infante D. Affonso, Regente do reino, á cidade de Lisboa no mez de setembro de 1246. Governador de Lamego, e foi o terceiro da sua casa que teve este cargo, e consta da mercê que o dito senhor, já Rei, fez em março de 1250 da villa de Albufeira a Martim Fernandes; Mestre da militar ordem de Aviz. Foi senhor da villa de Alegrete no Alemtejo, e tambem da de Caria na Beira, como se vê no livro das Inquirições Reaes de D. Affonso III, n'uma carta, em que elle, appellidado Principe, e o dito Rei então Conde de Bolonha e Regente do reino, concedem aos visinhos d'aquelle povo os privilegios n'ella conteudos: ainda em janeiro de 1251 figura em um decreto que o mesmo senhor mandou passar. Casou com D. Urraca Fernandes, filha de Fernando Pires Pelegrim e de D. Urraca Vasques, filha de Vasco Pires de Bragança.

Tiveram filhos.

13 **D. Estevão Annes de Sousa,** Senhor de Chaves e Alegrete. Falleceu moço

e sem filhos, tendo casado com D. Leonor Affonso, referida a paginas 136, que levou em dote a villa de Pedrogão, como consta da escriptura matrimonial feita em Lisboa a 24 de janeiro de 1271.

13 **D. Aldara Annes de Sousa,** mulher de D. Gomes Gonçalves Girão, Rico-Homem de Castella. —C. g.

13 **D. Elvira Annes de Sousa,** casada com D. Guterre Soares de Menezes, Rico-Homem, senhor de Ossa, Felices e dos Barrios, que vivia em 1282. —C. g.

13 **D. Sancha Annes,** freira no mosteiro de Arouca.

13 **D. Maria,** tambem religiosa na mesma casa, e n'ella Abbadessa perpetua, succedendo n'esta prelazia a D. Urraca Rodrigues, sua parenta.

12 **D. Fernando Garcia de Sousa,** o Esgaravanha; poeta e bom trovador; Rico-Homem de sangue em tempo dos Reis D. Sancho II e D. Affonso III; Governador da terra da Maya e seu districto, como declara a doação á villa de Albufeira, já mencionada. Casou com D. Urraca Abril, filha de D. Abril Pires de Lumiares e de D. Sancha Nunes de Barbosa. —S. g.

12 **D. Pedro Garcia de Sousa.** —S. g.

12 **D. Maria Garcia de Sousa,** mulher de D. Gil Sanches, filho illegitimo de El-Rei D. Sancho I. —S. g. Elle abraçou depois o estado ecclesiastico.

12 **D. Sancho Garcia de Sousa.**

Teve filho.

13 **D. Fernando Sanches.** —S. g.

XII **D. Mem Garcia de Sousa,** Rico-Homem de sangue; Governador da provincia de Traz-os-Montes em 1255, como consta da mercê n'esse mesmo anno feita da villa de Aljustrel á ordem de S. Thiago; e no seguinte de 1256, com o mencionado cargo, confirma a doação da villa de Arronches ao convento de Santa Cruz de Coimbra feita per El-Rei D. Affonso III, que lhe deu a herdade de Souto de Rebordãos. Foi senhor de Panoyas, onde fundou o logar de Ardeanes, que é da parochia de S. Pedro de Abacas, como se vê das Inquirições do mesmo Rei n'estas palavras: «a «metade de Abacas é realenga a qual agora novamente ocupou D. Mendo

Garcia quando povoou a villa de Ordeanes»; de Aguiar de Pena; do concelho e terra de Celorico de Basto; da quinta da Lobeira e da honra de Lalim. Casou com D. Garcia Annes, filha de D. João Fernandes de Lima, o Bom, e de D. Maria Paes Ribeiro, segunda mulher.

Tiveram filhos.

13 D. **Gonçalo Mendes de Sousa**, que foi além-mar, isto é, a Jerusalem, em penitencia por se ter deshonestado com sua irmã D. Maria, e lá morreu. — S. g.

13 D. **João Mendes de Sousa**. — S. g.

13 D. **Maria Mendes de Sousa**. Casou depois do referido, com D. Lourenço Soares de Valladares, de quem foi primeira mulher. — C. g. nos Sousas Chichorros.

13 D. **Constança Mendes de Sousa**, que continua.

13 D. **Thereza Mendes de Sousa**, freira no mosteiro de Lorvão e n'elle Abbadessa. Doou a sua irmã D. Constança, por escriptura feita em 12 de fevereiro de 1265, e aos filhos e filhas que tem de seu marido, todos os bens que pelo pae lhe pertencem; e sendo este já morto, houve, por mercê de El-Rei D. Affonso III, do anno de 1276, a terra de Souto de Rebordãos em Ponte de Lima, que d'elle fora.

XIII **D. Constança Mendes de Sousa**, herdou parte dos bens de seu pae, e succedeu ao tio, o Conde D. Gonçalo Garcia de Sousa, apesar de ser segunda filha, em todos os estados da casa de Sousa, da qual foi 14.ª senhora, movendo-se n'essa occasião uma contenda relativa a elles entre a Condessa D. Leonor, viuva do dito Conde; D. Martim Gil de Sousa, Conde de Barcellos; D. João Rodrigues; D. Mendo Rodrigues de Briteyros; D. Martim Annes de Sousa; Fernam Peres; Gonçalo Nunes de Barbosa; e El-Rei D. Diniz pelo seu Procurador da corôa, por direitos sonegados: e se nomearam juizes para a julgarem, que foram Gonçalo Rodrigues Moreira, por parte da Condessa e dos Cavalleiros, e pela de El-Rei Ruy Paes Bugalho; e a causa se decidiu, dando a cada um o que lhe pertencia, em Lisboa a 2 de setembro de 1288. Morreu em Santarem com testamento feito aos 8 de janeiro de 1298, e era já fallecida no dia 10 de maio d'esse anno, em que do mesmo se tirou traslado, e está no Archivo da Torre do Tombo, a folhas 265, columna 1.ª, do livro XI da Extremadura. Jaz no convento de religiosos de S. Domingos na referida villa. Casou com D. Pe-

dro Annes de Portel, e assim a encontramos e já com filhos em 12 de fevereiro de 1265, como fica declarado na doação que lhe fez sua irmã D. Thereza, acima referida. Tomou o appellido da villa de Portel, que elle e o pae edificaram, como adiante se verá. Foi Rico-Homem e do Conselho dos Reis D. Affonso III e D. Diniz; Fronteiro e Governador do Algarve, conjunctamente com o mesmo seu pae; e ambos com estes titulos e emprego confirmam as cartas da mercê da parochia de S. Salvador de Sotto na Ribeira do Homem, a João Soares Coelho, em 21 de setembro de 1265; do foral da cidade de Silves em agosto de 1266; e da doação do padroado de Santa Maria da Gollegã ao real mosteiro de Alcobaça em 1267: teve tambem os governos de Leiria e de Cintra em 1268, como se vê da data das villas de Mortagoa e Ferreiros a D. Thereza Fernandes de Seabra, *de melhor nome que fama;* e do foral concedido a Pena de Rayña em terra de Monção; e o do Beira como testemunha a carta de 11 de junho de 1269, concedida em Lisboa aos mouros do Algarve por El-Rei D. Affonso III, assim como todas as outras mencionadas graças. Pelo fallecimento d'este Monarcha, em 16 de fevereiro de 1279, confirmou com os mais Ricos-Homens do Conselho de El-Rei D. Diniz, varias provisões reaes d'este senhor, a quem acompanhou na jornada que fez ao Alemtejo, quando o Infante D. Affonso seu irmão, senhor de Arronches, se recolheu a essa villa onde fortificado pugnou por algum tempo contra as forças de Portugal e Castella. Ainda assistiu á confirmação da sentença chamada dos Devassos, dada pelo mesmo Rei em 15 de junho de 1311, relativa ao exame das inquirições que se haviam feito em todo o reino desde o anno de 1290, e para que foi nomeado no de 1308, com o Infante D. Affonso Sanches, o Conde D. Martim Gil de Sousa, D. João Rodrigues de Sousa e outros grandes. Pelo fallecimento de seu pae contendeu com a irmã D. Maria Annes, então já viuva de D. Martim Affonso Telles de Menezes, sobre as partilhas que se fizeram entre elles e sua mãe; vindo a uma composição amigavel celebrada em Leiria a 15 de junho de 1287, pela qual ficaram a elle pertencendo os bens de Monsaraz, Extremoz, Evoramonte, Santarem, Montemór, Cintra, Lisboa, Obidos, etc., e os que em Castella possuia sua avó D. Velasqueida; e a ella os de Evora cidade, Monforte, Leiria, villa de Aboim, e depois a de Portel com seu castello, que lhe doou em 16 de maio de 1291 sua mãe, a quem a mesma coube nas referidas partilhas. Falleceu em 1311, anno em que ainda confirmou uma escriptura, e foi sepultado no mosteiro de Marmelar. Filho de D. João Pires d'Aboim, senhor do couto de Santa Maria de *Aboim,* appellido de que usou por nascer e se crear na mesma freguezia, no sitio que ainda hoje chamam o Paço, dentro dos limites da terra da Nobrega, onde seus paes tinham a casa que lhe ficou pertencendo. Rico-Homem, do Conselho e Mordomo Mór dos Reis D. Affonso III e D. Diniz. Foi com seu filho fundador da villa de

Portel na provincia do Alemtejo, sobre o que se expediram os seguintes diplomas: cartas de 28 de junho de 1257, de novembro de 1258, de 28 de outubro de 1259, de 12, 15 e 18 d'esse mez de 1261, de 1 de dezembro de 1262 e de 4 de fevereiro de 1265, todas passadas pelo dito Rei D. Affonso com expressões muito honrosas, e no da penultima mencionada data, que é a provisão para a fundação do castello e fortaleza na mesma villa, se encontram as seguintes palavras: «meu fidelissimo vassallo, pela «educação que de vós tenho recebido e pelos serviços por largos tempos «feitos em França, Hespanha, Portugal e outras partes em onde assim me «foi necessario.» Acompanhou esse senhor quando foi a Bolonha, na occasião do seu casamento; e assistiu ao juramento que depois elle deu em Paris a 6 de setembro de 1245, de bem administrar este reino, de que vinha ser Regente. Governou o Algarve com seu filho, como fica dito, tres annos, desde 1264 a 1267, e n'este por carta de 16 de fevereiro, escripta em Badajoz, por El-Rei de Castella D. Affonso, o Sabio, foi a ambos levantada a homenagem do mesmo cargo que, por escolha d'elle com consentimento de El-Rei de Portugal, seu genro, lhes havia sido confiado [1]. Achou-se na tomada de Faro, onde teve estancia em uma torre que se ficou chamando do seu nome. El-Rei D. Affonso III, por carta dada em Lisboa a 4 d'abril de 1265, lhe fez mercê de toda a herança que Domingos Rodrigues possuia em Tavira, *no tempo que El-Rei de Castella tinha de minha mão o Algarve*, mencionando-o por *meu Mordomo, de minha creação, e meu fiel vassallo*. Com o titulo de Governador de Evora o foi da provincia do Alemtejo, e confirma n'essa qualidade com seu filho, que então o era de Leiria, o foral de Cacella em 1268. Pessoa de tanta grandeza, que existe no Archivo da Torre do Tombo um livro da sua fazenda e das mercês que lhe fizeram os Reis d'estes reinos [2]. Falleceu em 1287 e jaz com sua mu-

[1] O sobredicto Rei de Castella D. Affonso, o Sabio, pretendia ter dominio no Algarve, porque, sendo Infante, lhe tinha d'elle feito uma commutação Aben Maffo, ultimo tyranno d'esse reino, pela villa de Niebla na Andaluzia. ElRei D. Affonso III para evitar questão, consentiu; cedendo-lhe o uso e fructo em sua vida; mas na occasião em que casou com D. Brites, filha d'esse Monarcha, elle o demittiu de si pelo reconhecimento de cincoenta lanças que o genro lhe prometteu, não como feudo, mas como auxilio, postas em Castella, e para acompanhar as d'esse reino em campanha; mas todo este compromisso caducou em 1264 em gratidão do soccorro com que seu neto o Infante D. Diniz lhe acudiu. Foi, pois, para segurança das cincoenta lanças, que ambos os Soberanos de commum acordo entregaram o Algarve aos dois referidos cavalleiros pae e filho.

[2] *Livro do registo das cartas dos bees et ereãcas q' Dõ Joam de Portel teve nestes reinos* —Tal é o titulo deste livro, sendo o documento mais moderno, que nelle se contém, da era de 1322, anno de 1284. Guardava-se no armario dezesete do interior da casa da Corôa, no Archivo da Torre do Tombo, que estava no Castello desta cidade, do qual pela

lher na egreja de Marmelhar, villa de que foi senhor e deixou á ordem de S. João de Jerusalem. E de D. Marinha Affonso, que ficou com a villa de Portel, filha de D. Affonso Pires, senhor de Arganil, que trouxe os Martyres de Marrocos para Santa Cruz de Coimbra, e de D. Velasqueida de Çamora.

Tiveram filhos.

14 **D. João Pires de Sousa**, Rico-Homem de El-Rei D. Diniz, e como tal confirma em 1303 o foral dado a Villa boa de Montenegro; e em 1304 a mercê feita pelo mesmo Rei a seu filho D. Affonso Sanches, da villa de S. Felices de Gallegos no reino de Leão. Casou com D. Aldonça Peres. filha de D. Pedro Annes Gago, de Riba de Vizella, e de D. Urraca Affonso, filha d'El-Rei D. Affonso III. — S. g.

14 **D. João Peres de Portel**, Rico-Homem. Casou com D. Sancha Martins Barreto, filha de D. Martinho Fernandes Barreto e de D. Maria Rodrigues de Chacim. — S. g.

14 **D. Maria Paes Ribeiro**, que continua.

14 **D. Branca Peres de Sousa**, primeira mulher do Conde D. Pedro: falleceu deixando um filho, que apenas lhe sobreviveu o tempo necessario para o pae herdar metade dos bens da casa de Sousa.

XIV **D. Maria Paes Ribeiro**, 15.ª senhora da casa de Sousa: é mencionada com um legado de cem libras no testamento de sua tia D. Maria Annes de Aboim, feito a 30 de julho de 1330. Casou com D. Affonso Diniz, filho illegitimo d'El-Rei D. Affonso III havido em D. Maria Pires da Enxara, como consta da escriptura de 5 de julho de 1278, em que o mesmo Rei lhe dá uma quinta no logar de villa Pouca, termo de Torres Vedras; e já em 22 de maio de 1272 lhe havia feito mercê de vinte mil libras, pelas quaes houve depois em troca o senhorio da Povoa de Salvador Ayres, que El-Rei D. Diniz, seu irmão, lhe coutou a 24 de abril de 1310; tendo antes, em 15 de setembro de 1300, confirmado a doação que a Rainha D. Brites, sua madrasta, lhe fizera de umas casas em Lisboa, que haviam sido de João Moniz. Foi Rico-Homem e do Conselho de ambos os ditos Reis; como

ruina que padeceu no terramoto de 1755, foi mudado para o convento de S. Bento, hoje promovido a palacio das Côrtes; e do local em que ahi esteve do lado da Calçada da Estrella, foi transferido no anno de 1862, para aquelle em que agora existe, fazendo frente para a cêrca e largo de S. Bento.

se vê da carta de protecção que o senhor D. Diniz dá ao mosteiro de S. João de Tarouca, em 22 de julho de 1306, e da sentença dos Devassos de 13 de junho de 1311, que fica mencionada a paginas 140; Mordomo Mór da Rainha D. Isabel, como refere uma doação do mesmo soberano, no anno de 1315, a favor da senhora D. Isabel sua sobrinha e filha do irmão Infante D. Affonso; e em todos os citados documentos se acha elle confirmando com os mencionados titulos.

Tiveram filhos.

15 **D. Pedro Affonso de Sousa,** Rico-Homem de El-Rei D. Affonso IV, a quem prestou grandes serviços nas guerras com Castella; sitiou a villa de Barca Rota, em que apesar do seu grande valor foi mal succedido; depois esteve com o mesmo Rei na batalha do Salado em 1340, e com elle se achou sempre nas contendas que teve com seu filho o Infante D. Pedro. É mencionado no referido testamento de sua tia D. Maria Annes de Aboim, com um legado de 150 libras. Casou com D. Elvira Annes da Noboa, á qual, sendo já viuva, fez El-Rei D. Pedro I mercê de 200 libras annuaes de tença, por carta dada em Guimarães a 2 d'agosto de 1360. Filha de João Pires de Noboa, senhor de Maxeda e da casa da Noboa em Galliza, e de D. Brites Gonçalves Telles de Menezes.

Tiveram filhos.

16 **D. Vasco Affonso de Sousa,** que continua.

16 **D. Brites de Sousa,** mulher de D. Henrique Manuel, Conde de Cêa e Cintra. — C. g. na casa dos Condes de Villa Flor, no titulo Duqueza da Terceira.

16 **D. Vasco Affonso de Sousa:** passou a Castella na companhia de seu pae, e nas Chronicas d'esse reino é conhecido[1] por Vasco Affonso de Portugal, como elle proprio se nomeia em uma escriptura feita na cidade de Cordova a 21 de fevereiro de 1371. Senhor de Castil-Anzur por mercê de El-Rei D. Affonso XI, de quem foi muito favorecido. Consta do referido dominio pela troca que fez na dita cidade, a 2 de julho

[1] Veja-se D. Pedro Lopes de Ayala, na chronica de ElRei D. Pedro de Castella, capitulo VI.

Advertimos que nas datas d'estes documentos nos referimos ao anno de Christo e não á era de Cesar porque então se contava.

de 1372, com Gonçalo Fernandes de Cordova, pela torre e defeza de Almenara. Alcaide Mór de Cordova por El-Rei D. Pedro, em 18 de janeiro de 1366. Vassallo dos ditos Soberanos e de El-Rei D. Henrique II; titulo que só recaía nos acostamentos que levavam da coroa, pelo que eram obrigados a servir com lanças. Casou com D. Maria Gomes Carrilho, como declara a escriptura da capella de Santa Maria, na cathedral de Cordova, que dotaram no anno de 1305; n'ella se vê a sua sepultura com armas, e se lê o lettreiro que mencionamos em a nota [1]. Consta mais este casamento, de uma venda que ambos fizeram no anno de 1371 a Diogo Fernandes, Alguazil de Cordova, de uma horta de fruta de espinho que lá chamam cidrales; e tambem de um alvará passado a 8 de janeiro de 1377 a esta senhora, *mulher de Vasco Affonso*, no qual o ultimo citado Soberano lhe faz mercê de juro e herdade de uma tenda para na cidade de Cordova vender sabão. Filha de Gomes Carrilho, 2.º senhor de Santo Fimia, Alcaide Mór de Cordova, e Cavalleiro da Banda, e de D. Joanna Fernandes de Cordova.

Tiveram filhos.

17 **Diogo Affonso de Sousa**, que continua.

17 **Affonso Sanches**, a quem nas partilhas com os irmãos tocou o privilegio da casa do sabão juntamente com seu irmão.

17 **João Affonso**, que ficou com o castello de Almenara e o vendeu á cidade de Cordova em janeiro de 1406.

17 **D. Joanna de Sousa**, em quem D. Henrique II, Rei de Castella, teve a D. Henrique, Duque de Medina Sidonia, Conde de Cabra, etc.

[1] Esta capilla dotó el honrado Cavallero Vasco Alfonso, el qual vino de Portugal, e troxolo Don Juan Affonso, Señor de Albuquerque, que era su Tio (*aliás primo*), el qual troxe á los Reies, e fue Alcalde mayor de Cordova, e casó con Doña Maria, fija de Gomes Fernandes, Señor de Santo Fimia. Este Vasco Alfonso fue Padre de D. Joaña Madre del Duque D. Enrique, fijo d'ElRey Don Enrique el primero (*aliás segundo*) y este Duque está sepultado en una tumba dorada debaxo del arco dorado, que está en la Capilla del altar mayor, y Padre de Diogo Alfonso de Sosa (que está sepultado en esta Capilla con sus Padres) Padre de Juan de Sosa 24 de Cordova, el qual es Patron, y Administrador de esta Capilla para el y para los que de el descendieren. El qual mandó escrivir aqui esta memoria. año del Señor 1482. Juebes 3 de Enero.

Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, tom. XII, parte I, paginas 606.

17 **D. Leonor de Sousa**, mulher de Diogo Fernandes da Trindade. —C. g. na qual são incluidos os senhores de Teba, ascendentes de **Sua Magestade a Imperatriz dos francezes.**

17 **Diogo Affonso de Sousa.** Serviu aos Reis de Castella D. Henrique II, D. João I, D. Henrique III e D. João II. Achou-se na batalha de Martos em 1408. Foi 24 de Cordova, como se vê de uma escriptura de transacção entre seus irmãos feita em 1412. Na resolução que se adoptou contra o Condestavel D. Alvaro de Luna, como amigo seu o seguiu e com elle saiu. Tambem figura no assento que se tomou em 1434 sobre a concordia com os Infantes de Aragão. Casou com D. Maria Affonso de Cordova, filha de Lopo Guterres de Cordova, Cavalleiro da Banda, Alcaide Mór de Cordova, senhor de Montilho, que trocou por Guadalcazar que instituiu em morgado a 24 de dezembro de 1409; e de D. Ignez Garao de Oter de Lobos.

Tiveram filhos.

18 **João Affonso de Sousa**, que continua.

18 **D. Maria de Sousa**, religiosa no convento de Santa Clara de Cordova.

18 **D. Ignez Lopo de Sousa.** —S. n.

18 **D. Maria de Sousa.** —S. n.

18 **D. Leonor de Sousa.** Casada com Fernando de Quesada; Commendador de Biedma e depois de Bedmar.

18 **João Affonso de Sousa**, senhor de Ravales, que vinculou com faculdade Real no seu testamento feito a 15 de julho de 1479. Foi 24 de Cordova, referido em uma carta de 3 de maio de 1469. Administrador da capella da cathedral d'essa cidade; n'ella Justiça Maior, Capitão commandante da gente de cavallo, e tambem Governador pela ausencia de Gomes de Avila, como tudo consta por outras cartas de 18 de julho de 1453 e de 15 de setembro de 1470, todas ellas passadas pelos Reis de Castella D. João II e D. Henrique IV. Teve o acostamento dos Reis Catholicos no anno de 1481, e a Tenencia da fortaleza de Busadance, hoje cidade, como se vê de um instrumento de 5 de julho de 1499. Casou, por contracto matrimonial feito a 20 de setembro de 1442,

com D. Isabel Fernandes de Mesa, filha de Alonso Fernandes de Mesa, Alcaide de los Alcazares de Cordova, 24 da mesma cidade, Escrivão da Camara d'El-Rei e Thesoureiro da sua casa; e de D. Brites Gonçalves de Queiroz.

Tiveram filhos.

19 **Diogo Affonso de Sousa**: succedeu na casa de seus paes em Castella, onde continuou sua descendencia até D. João Affonso de Sousa Fernandes de Cordova Carcamo Angulo Hinestrozo e Zeron, 7.º Marquez de Guadalcazar e 2.º Conde de Arenatos, que com filhos e netos vivia no anno de 1742, e vem mencionados na Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, tomo XII, parte I, capitulos XI e XII.

19 **Affonso de Sousa**, que continua.

19 **João de Sousa**, Fidalgo da casa de El-Rei D. João II, por ter vindo de Castella para Portugal em seu serviço. Ignoramos se foi casado.

Teve filho.

20 **Affonso de Sousa**, Fidalgo da casa. Casou com Catharina Affonso Pacheco, filha do Doutor Alvares Pires, da mão inchada, o Grifo de alcunha; Corregedor da côrte e Chanceller da Casa do Civel, e de Isabel Pacheco.

Tiveram filhos.

21 **Lourenço de Sousa Pacheco**, Fidalgo da Casa Real. Casou com D. Catharina da Silveira.

Teve filha.

22 **D. Maria de Sousa Pacheco**, mulher de Affonso Leitão de Sousa, seu primo, dito a paginas 147.

21 **Branca de Sousa**, mulher de Francisco Gonçalves, mencionada a paginas 108.

19 **D. Francisco Affonso de Sousa**, do Conselho das Indias de Cas-

tella, e depois Bispo de Almeria, de que tomou posse a 2 de outubro de 1515 e morreu em 1520.

19 **Lopo de Sousa**, Governador e Capitão General das ilhas Canarias, pondo em ordem o da ilha de Palma e repartindo as suas terras; 2.º Governador do castello do Ouro. Casou com D. Ignez de Cabrera, filha de D. Pedro de Cabrera, e de D. Ignez Affonso, senhora de las Alcobias. — C. g.

19 **D. Maria de Sousa**. — S. n.

19 **Affonso de Sousa**: passou para Portugal, seguindo o partido de El-Rei D. Affonso V; e vivendo na Azinhaga, termo da villa de Santarem, foi pelo dito senhor filhado, por carta de 9 de janeiro de 1472, com honras de vassallo apesar de não ter ainda a edade propria. Casou com D. Brites Leitão, filha de Galeote Leitão, senhor de Otta, Cavalleiro da casa do Infante D. Henrique, e de D. Leonor da Guerra.

Tiveram filho.

20 **Simão Leitão de Sousa**, Cavalleiro Fidalgo da casa dos Reis D. João II e D. Manuel, Commendador das Galvêas, na ordem de Christo. Casou com D. Leonor Lopes de Gamboa, filha de Lopo Sanches de Gamboa e de D. Mecia Henriques.

Tiveram filho.

21 **Affonso Leitão de Sousa**, chamado o Velho pelo muito que viveu. No anno de 1525 justificou a sua ascendencia e se lhe passou brazão de armas: foi Cavalleiro Fidalgo da casa dos Reis D. João III, D. Sebastião e D. Filippe I, como se vê de uma escriptura de arrendamento da herdade da Escusa, na ribeira de Coruche, freguezia de Santa Justa, feito em 1566. Instituiu em 1597 a capella de S. Bento, com obrigação de cinco missas annuaes na ermida de Nossa Senhora da Paz em Benavente. Falleceu a 4 de maio de 1598 e jaz na egreja parochial de Nossa Senhora da Graça da mesma villa. Casou tres vezes. A primeira em 1544 com D. Maria de Sousa Pacheco, sua prima, filha de Lourenço de Sousa Pacheco, e de D. Catharina da Silveira, referida a paginas 146. A segunda com Joanna de

Valladares. E a terceira com Jeronyma de Gouvêa Pereira, natural de Villa Franca de Xira. — S. g.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

22 **Simão Leitão de Sousa**, que continua.

Da segunda:

22 **Violante Varella**, que casou em Benavente com Braz Dias de Goes. — C. g.

22 **Simão Leitão de Sousa**, Cavalleiro Fidalgo da Casa Real. Nasceu a 21 de abril de 1546, e falleceu a 25 d'esse mez de 1593, ainda em vida do pae, sendo morador da freguezia de S. Braz, e na herdade do Burro Mocho, que então era da parochia de Nossa Senhora da Graça de Benavente, em que foi sepultado. Casou duas vezes. A primeira com Genebra Henriques de Sousa, 5.ª Administradora do morgado do Burro Mocho, filha de Francisco Gonçalves e de Branca de Sousa, mencionada a paginas 108. E a segunda em Benavente aos 25 de abril de 1592, com Mecia do Avelar do Quintal, de quem foi primeiro marido, filha de Diogo Alvares de Noronha, e de Maria do Quintal.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

23 **Francisco Henriques Leitão**, Provedor da casa da Misericordia de Benavente no anno de 1611 e 6.º Administrador do morgado do Burro Mocho. Nasceu na mesma villa e n'ella falleceu em 1629. Casou em 13 de novembro de 1593, recebendo-se tambem ahi na egreja de Nossa Senhora da Graça com Bernardina de França e Bulhões, que morreu n'essa dita villa em 30 de junho de 1636. — S. g.

23 **Affonso Leitão de Sousa Pacheco**, que continua.

23 **Branca de Sousa,** nasceu na Castanheira, e casou duas vezes: a primeira com João Babilão; e a segunda com Sebastião Barreto, Juizes dos orfãos na mesma villa. —C. g. de ambos, que ignoramos se progrediu.

23 **Antonio de Sousa,** que viveu em Benavente. Casou com D. Anna Cabral, filha de Fernão Cabral, Chanceller mór do reino, Desembargador do Paço e Alcaide Mór de Penedono; e de D. Catharina de Figueiredo. —S. g.

Da segunda:

23 **Bento de Sousa,** baptisado na egreja de Nossa Senhora da Graça de Benavente a 17 de janeiro de 1593. Sua mãe o levou para Alemquer, quando casou segunda vez, e d'elle não temos mais noticia.

23 **Affonso Leitão de Sousa Pacheco,** Moço da Camara d'El-Rei D. Filippe III, 7.º Administrador do morgado do Burro Mocho e 1.º da capella de S. Bento em Benavente, onde se acha sepultado em o seu jazigo, com o seguinte epitaphio —SEPULTURA DE AFFONSO LEITÃO, 1.º ADMINISTRADOR DESTA CAPELLA, E DE SEUS HERDEIROS E SUCCESSORES— tendo fallecido em 1623. Casou duas vezes: a primeira na Castanheira, com sua prima Francisca Leitão de Andrade, mencionada a paginas 109, filha de Francisco Henriques e de Maria de Ayala; e a segunda em Benavente, a 18 de abril de 1594, com Catharina Lucas de França, viuva de Francisco Barradas, com quem se recebeu a 11 de janeiro de 1587 na mencionada villa, onde tambem fôra baptisada a 21 de maio de 1567; filha de André Lucas e de Catharina Dias.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

24 **Simão Leitão de Sousa Pacheco,** que continua.

Da segunda:

24 **Simão Leitão de Sousa,** baptisado a 21 de fevereiro

de 1595, na egreja de Nossa Senhora da Graça de Benavente; assim como seus irmãos.

24 **Catharina Lucas de Sousa,** baptisada a 21 de outubro de 1596. —S. n.

24 **Genebra Henriques,** baptisada a 10 de setembro de 1598. —S. n.

24 **André de Sousa,** baptisado a 21 de maio de 1602. Morreu em 1645.

24 **Paula de Sousa,** baptisada a 16 de julho de 1609: falleceu menina.

24 **Maria de Sousa,** baptisada a 16 de setembro de 1611. —S. n.

24 **Simão Leitão de Sousa Pacheco,** Provedor da casa da Misericordia de Benavente no anno de 1655, 8.º Administrador do morgado do Burro Mocho e 2.º da capella de S. Bento. Nasceu na mesma villa, e n'ella falleceu a 1 de junho de 1656. Casou com Maria Ribeiro Palha, natural de Santarem, viuva de Fernão Ribeiro, seu parente, e filha de Nicolau Ribeiro da Fonceca e de Isabel Palha.

Tiveram filhos.

25 **Affonso Leitão de Sousa Pacheco,** que continua.

25 **Nicolau Ribeiro.** Falleceu no Monte do dito seu irmão a 15 de fevereiro de 1660: jaz na matriz de Benavente.

25 **Antonio de Sousa:** casou com Ignez de Sá, natural de Setubal. —C. g. extincta logo.

25 **Maria de Sousa,** mulher de Luiz Raposo, da ribeira de Canha. —C. g.

25 **Francisco Henriques.** —S. g.

25 **Sebastião Ribeiro.** — S. g.

25 **Henrique de Sousa.** — S. g.

25 **Affonso Leitão de Sousa Pacheco,** 9.º Administrador do morgado do Burro Mocho e 3.º da capella de S. Bento. Casou com Francisca Pavia de Macedo, que se baptisou em Benavente aos 28 de novembro de 1638, filha de Lourenço Rapozo Pestana, senhor do morgado do Zambujeiro, e de Catharina de Macedo Pavia.

Tiveram filhos.

26 **Simão de Sousa,** que morreu menino.

26 **Manuel de Sousa Pacheco,** Provedor da casa da Misericordia de Benavente em 1701, e Vereador na dita villa muitas vezes. 10.º Administrador do morgado do Burro Mocho e 3.º da capella de S. Bento. Falleceu em Lisboa aos 3 de agosto de 1703, e jaz no colleginho de Santo Antão o velho, dos eremitas de Santo Agostinho, na capella de Nossa Senhora do Bom Despacho, em sepultura que lhe comprou seu testamenteiro o mestre Fr. João de Azevedo, religioso da mesma ordem. Casou com D. Catharina de Macedo e Faro, sua prima com irmã, e senhora adornada de grandes virtudes e merecimentos, que nasceu em Benavente, onde tambem falleceu aos 7 do referido mez de 1719, e jaz sepultada no jazigo dos Leitões, em a egreja da Misericordia: filha de Bernardo de França e Faro, Cavalleiro Fidalgo da Casa Real, Vereador na mesma villa e Provedor da casa da Misericordia nos annos de 1665, 1670 e 1680; e de Maria de Mattos Garcia.

Tiveram filhos.

27 **D. Francisca de Sousa;** nasceu, assim como seus irmãos, em Benavente a 5 de abril de 1685. — S. g.

27 **D. Maria de Sousa**; nasceu a 4 de novembro de 1686. — S. g.

27 **João de Sousa**; nasceu a 27 de julho de 1688. — S. g.

27 **D. Francisca Jacintha de Pavia**; nasceu a 10 de março de 1690, e falleceu em quinta feira 3 de novembro de 1755, com opinião de Santa, no convento da Conceição de Beja. Casou com Mattheus Freire de Andrade, Monteiro Mór e Juiz das Coutadas da Benavente, filho de Manuel Rodrigues Monteiro, Almoxarife dos direitos reaes da dita villa; e de Maria Freire. — C. g. extincta logo.

27 **Affonso José Leitão de Sousa Pacheco,** que continua.

27 **D. Maria de Sousa**; nasceu a 6 de setembro de 1698. — S. g.

27 **Manuel de Sousa**; nasceu a 19 de novembro de 1701.

27 **Affonso José Leitão de Sousa Pacheco,** Capitão Mór de Benavente, por patente de 13 de outubro de 1729; Sargento Mór pela de 22 de maio de 1711; Vereador varias vezes da Camara da mesma villa e Provedor da Misericordia no anno de 1730; e em 4 de maio de 1736 se lhe passou uma provisão para não servir os cargos da republica em Benavente. Foi 11.º Administrador do morgado do Burro Mocho e 5.º da capella de S. Bento. Nasceu pelas 10 horas da manhã de domingo de Ramos, 15 de março de 1693, na sobredita villa, e n'ella falleceu a 3 de maio de 1743, e sepultou-se no jazigo da sua casa: era de genio affavel, de boa memoria e vastissima com-

prehensão e muito applicado á historia profana e sagrada. Casou aos 8 de dezembro de 1723, recebendo-se n'esta cidade no oratorio das casas do Doutor José Corrêa Barreto, na freguezia de Santa Justa, com D. Marcelina Perpetua de França e Faro, sua prima com irmã, de quem foi primeiro marido [1], e n'esta occasião para varias despezas, que com a dispensa do parentesco importaram em um conto de réis, tomou cinco mil cruzados a juro, obrigando os bens do morgado de que era administrador instituido por Diogo Pinto de Ayala Henriques, com obrigação de missas, de que dava contas na provedoria de Setubal, e com especialidade a herdade do Burro Mocho, que rendia por anno vinte e tres moios de trigo e sete de cevada, passando-se-lhe para esse effeito differentes provisões, em 20 de março de 1724, 26 de setembro de 1731 e 19 de outubro de 1734. Nasceu a mesma senhora em terça feira, segunda oitava do Espirito Santo, das nove para as dez horas da

[1] A senhora D. Marcelina Perpetua de França e Faro, casou segunda vez na freguezia de Santa Catharina d'esta cidade, a 14 de maio de 1743, com o senhor Antonio de Azevedo Coutinho, Cavalleiro da ordem de Christo, do Conselho d'ElRei e do de Ultramar, Desembargador do Paço, nomeado por decreto d'ElRei D. José, em que lhe suppria a posse e carta; logar este que não exerceu, e falleceu a 12 de julho de 1776. D'elle houve, além d'outros, um filho e duas filhas, que casando procrearam numerosa descendencia hoje dissiminada pela Europa, pois já seus terceiros netos são: em Inglaterra, Elisa Campbell; em França, o Duque de Belluno Victor Francisco Maria, e seus irmãos, sendo um d'elles Eugenio Victor de Belluno, Tenente do 2.º batalhão de caçadores a pé; morreu em 2 de maio de 1861 na Cochinchina, distinguindo-se no ataque de Kihva, pelo que foi proposto para a Legião de Honra, sendo assignado o diploma a 22 do mesmo mez e anno, quando já não existia; nos Paizes Baixos, Theodoro Gustavo Boreel; e na Belgica, Eduardo Victor Artan. Teve oito netos todos militares, entrando n'esse numero dois Tenentes Generaes, os senhores Antonio de Azevedo Coutinho e Antonio de Lemos Pereira de Lacerda, 1.º Visconde de Jerumenha; um Vice-Almirante, o senhor Luiz da Motta Feo; dois Coroneis, os senhores Diogo de Lemos Pereira de Lacerda e Francisco Feo Cardoso, e um Capitão de Mar e Guerra, o senhor João Feo Cardoso; um Tenente Coronel, o senhor Martinho de França Faro de Lacerda; e um Alferes, o senhor Antonio Feo Cabral, que falleceu muito moço, e todos a exemplo dos seus antepassados prestaram por mar e terra grandes serviços á sua patria. Uns

manhã de 2 de junho de 1705, em Benavente, e falleceu a 11 de outubro de 1788, em Lisboa: jaz na ermida de Nossa Senhora do Rosario, á travessa da Veronica. Filha de Martinho de França e Faro, Cavalleiro Fidalgo da Casa Real, Capitão Mór de Benavente e Escrivão proprietario da Camara d'essa villa, onde falleceu a 10 de junho de 1728; e de sua segunda mulher D. Paula Maria de Cordova Pereira, com quem se recebeu aos 17 de março de 1696 na egreja do Espirito Santo em Santarem: ella nasceu n'esta villa, sendo baptisada na parochial do Salvador em 8 de julho de 1669, e morreu a 3 de janeiro de 1726, em Benavente; ahi está sepultada com seu marido na egreja da Misericordia no jazigo do genro.

Tiveram filhos.

28 **João de Sousa Pacheco Leitão de Faro**, que continua.

acharam-se na campanha de Rossilhon, e na da Peninsula, fazendo parte d'esse valente e bem disciplinado exercito portuguez, que de victoria em victoria foi até Tolosa, podendo-se ufanar de que no Hotel dos invalidos de Pariz, não se vangloriam os francezes de terem uma unica bandeira dos seus corpos de 1.ª linha: outros em importantes commissões arriscando a sua vida entre os argelinos sem fé, governando a rica Capitania da Paraiba do Norte e o vasto Reino de Angola, organisando o corpo da Brigada Real da Marinha que n'esse tempo teve duas mil praças effectivas, como consta dos mappas da sua força que tenho em meu poder, commandando um comboio de 121 navios de tres mastros, incluindo 7 de guerra, e uma esquadra de 3 naus, 2 fragatas etc.: ou servindo na aguerrida esquadra que ás ordens do Marquez de Niza, tanto se distinguiu em Napoles e Sicilia, e no rigoroso cêrco de Malta, em que teve a melhor parte, para utilidade dos nossos amigos os inglezes; ou indo de guarnição na nau Principe Real, que transportou para o Brasil a Rainha D. Maria I, seu filho o Principe Regente D. João, e seus netos o Principe D. Pedro e os Infantes D. Miguel e D. Pedro Carlos. Seus bisnetos, que tambem não foram pouco numerosos, egualmente tem prestado bons serviços a este paiz, na Europa, Africa e America, tanto nas armas como nas lettras, sendo alguns conhecidos pelos seus escriptos, e um d'elles, o capitão Antonio Maria de Lacerda, Ajudante de ordens do General Sebastião Pinto de Araujo, com elle pereceu no lamentavel desapparecimento da corveta Maria Thereza, na saida de Monte-Video para o Rio de Janeiro em 1819, e o Tenente Jorge de Lemos, que morreu no assalto de S. Sebastião, onde foi entre os voluntarios.

28 **Martinho de França**; nasceu em Benavente e baptisou-se na egreja de Nossa Senhoda Graça a 9 de outubro de 1727. Falleceu menino.

28 **D. Maria de Sousa**; baptisada na referida egreja em 14 de agosto de 1729; falleceu de pouca edade em Lisboa, e sepultou-se em Santa Justa.

28 **Manuel de Sousa**; baptisado a 7 de agosto de 1730 na dita egreja em Benavente, onde falleceu menino e jaz na Misericordia.

28 **Manuel de Sousa.** Nasceu e morreu no mesmo dia.

28 **Manuel Ignacio de Sousa Pacheco**, Conego regrante com o nome de D. Prospero na religião de Santo Agostinho. Missionario no Brasil, ás Capitanias do Ceará e Pernambuco, e na Africa a Angola e seus dominios, e ultimamente Parocho em Santa Eulalia, onde falleceu já no tempo da guerra com os francezes. Nasceu na ribeira de Canha, freguezia de Santo Estevão, termo de Benavente, pela uma hora depois do meio dia 10 de janeiro de 1733.

28 **D. Maria Theodora de Sousa e Faro**: nasceu em Benavente domingo, 5 de fevereiro de 1736.

28 **D. Margarida Theodora de França e Faro**, nasceu em Santarem pela uma hora e dois minutos da tarde de sabbado de Ramos 13 de abril de 1737, e foi baptisada a 15 de maio seguinte em Santa Maria de Marvilla. Falleceu n'esta cidade no convento de Santa Monica, mas ainda

vivia no dia 6 de fevereiro de 1817, no qual sendo ouvida sobre a legitimação de seu sobrinho João de Sousa Pacheco, respondeu de sua propria lettra pela maneira que copiamos em nota [1] por a acharmos curiosa.

28 **D. Catharina de Sousa,** nasceu pelo meio dia e vinte minutos de segunda feira 24 de março de 1738, em Santarem, e falleceu de uma erisipela maligna pelas oito horas da noite de sabbado de Alleluia, 5 do seguinte mez de abril do mesmo anno, e na referida villa foi sepultada domingo de Paschoa, no jazigo dos Goes na egreja de Santo Agostinho.

28 **João de Sousa Pacheco Leitão de Faro,** Cavalleiro da ordem de Christo, e se lhe passaram em 24 de julho de 1749 os alvarás para ser armado Cavalleiro na egreja da Conceição, e para professar no convento de Nossa Senhora da Luz, assim como a carta para lhe ser lançado o habito da mesma ordem. 12.º Administrador do morgado do Burro Mocho e 6.º da capella de S. Bento. A 10 de fevereiro de 1748 obteve uma provisão para (precedendo consentimento legal do im-

[1] Como cei hé da tarifa quando querem per Filhar Filhos bastardos consultar os parentes athé o quarto grão, eu cendo consultada como parenta mais chegada por cer Filha legitima de Affonso Jozé de Sousa Pacheco, e D. Marcelina Perpetua da França e Faro, da linha direita dos Sousas, ẽmediata por meu sobrinho Affonso de Souza não ter filhos legitimos, entendo que mandar fazer hũ Tribunal tão sabio e Illustre esta deligencia não he cerimonia; que se funda em não querer concentir em prejuizo de terceiro; eu o digo por saber que o morgado que o prezentemente administra meu sobrinho Afonso de Souza tem na Instituição a declaração de que acabada a linha dos Souzas, esta acaba em meu sobrinho e mim, entrará a outra linha, estas rrezois me obriga para não dar o meu concentimento nesta pertensão de meu sobrinho, pois não devo concorrer para prejuizo de terceiro, isto pelo que pertence o vinculo somente. Convento de Santa Monica ceis de Fevereiro de mil oitocentos e dezasete annos. D. Margarida Theodora de França e faro.

mediato successor que era menor) aforar umas casas situadas em um pedaço de arneiro na ribeira de Canha, pertencente á herdade do referido morgado. Nasceu em quinta feira 10 de janeiro de 1725 na villa de Benavente, e era já fallecido em 1768. Casou em 1747 com D. Clara Joaquina da Ribeira Tojal e Benavides, que ainda existia no anno de 1792, filha herdeira do Desembargador André de Carvalho da Silva, Promotor Fiscal e Procurador geral das coutadas e montarias do reino, e de D. Dionizia Aurora Ribeira Tojal e Benavides, senhora da quinta na estrada do Lumiar para a Luz (que foi depois de sua filha), a qual lhe veiu de seu quarto avô, Lopo Rodrigues Camello, Escrivão da Camara e depois da Fazenda d'El-Rei D. Sebastião, que lhe deu armas em Setubal a 10 de março de 1576, pelo facto bem conhecido, occorrido quando o mesmo senhor quiz passar a valla por achar caida a ponte, vindo com elle de S. Marcos para Tentugal em direcção a Coimbra.

Teve filho.

29 **Affonso de Sousa Pacheco Leitão da Ribeira Benavides**, Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz com 12$000 rêis de tença effectiva, e se lhe mandou por portaria de 22 de maio de 1798 lançar o habito d'ella no convento da Encarnação d'esta cidade; Capitão reformado do regimento de cavallaria de Alcantara, depois n. 1. 13.° Administrador do morgado do Burro Mocho e 7.° da capella de S. Bento. Por alvará de 12 de outubro de 1789 lhe foi feita mercê da capella instituida em Benavente pelo padre João Rodrigues

Barrozo, de que fôra ultima Administradora Ignez de Parada Bandeira, tendo de a demandar á sua custa, e d'ella houve a propriedade na sua vida sómente, por carta de 27 de fevereiro de 1794. Em 17 de abril de 1799 obteve uma provisão para expulsar a Thomaz Godinho da herdade que tinha na aldêa de Ceves, termo de Montargil, a qual no anno de 1792 era ainda de sua mãe. Nasceu em Lisboa, na freguezia de S. Vicente, aos 27 de dezembro de 1747, e falleceu na mesma cidade a 8 de abril de 1821, sendo parochiano da de S. Martinho, por morar ao Limoeiro: fez testamento, e foi sepultar-se a Benavente no jazigo da sua familia. Casou com D. Anna de Mello Menezes e Castro, que d'elle ficou viuva. — S. g. Antes de ser casado, e de mulher tambem solteira,

Teve filho illegitimo.

30 **João de Sousa Pacheco Leitão**, Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, Coronel graduado do corpo de engenharia na promoção de 13 de maio de 1819, e no mesmo posto reformado em 1851, Lente que fôra do 5.º anno mathematico na Academia militar do Rio de Janeiro, creada pela carta de lei de 4 de dezembro de 1810. Um dos nomeados em 1822 para a regencia do Brasil[1]. Nasceu em Lisboa no anno

[1] Sendo necessario, em execução da lei, designar os individuos que devem compôr a Regencia, encarregada da Delegação do Poder Executivo no Reino do Brasil: Hei por bem nomear Presidente, o Reverendo Arcebispo da Bahia, D. Fr. Vicente da Soledade; e Vogaes, Luiz Antonio Rebello da Silva; Manuel Antonio de Carvalho; Sebastião José Xavier Botelho; João de Sousa Pacheco; Francisco José Vieira, para Secretario dos Ne-

de 1770: já em edade madura foi legitimado por seu pae em escriptura lavrada nas notas do Tabellião Manuel Joaquim Simpliciano Xavier de Brito, aos 21 de novembro de 1816; tendo depois carta de confirmação regia dada aos 15 de junho de 1819, e se acha a folhas 37 do livro XXVIII da Chancellaria d'El-Rei D. João VI[1]. Ficando herdeiro de seu pae introduziu-se na administração do morgado do Burro Mocho e na capella de S. Bento, que conservou durante a sua vida, e outrosim teve a quinta já referida na estrada do Lumiar etc., e de tudo dispoz em testamento a favor de seu primo o Conselheiro Fernando de Magalhães e Avelar, Juiz da Relação Commercial. Falleceu n'esta cidade aos 11 de agosto de 1855 e foi sepultado no cemiterio do Alto.

gocios do Reino e Fazenda; Joaquim José de Queiroz, para os Negocios da Justiça e Ecclesiasticos; e o Brigadeiro José de Sousa e Sampayo, para os Negocios da Guerra e Marinha; por concorrerem n'elles as qualidades que se requerem para o desempenho de tão importantes empregos. Filippe Ferreira de Araujo e Castro, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino, o tenha assim entendido, e faça expedir os despachos necessarios. Palacio da Bemposta 2 de dezembro de 1822. — Com a rubrica de Sua Magestade. — Filippe Ferreira de Araujo e Castro.

Diario do Governo, quinta feira 8 de dezembro de 1822, paginas 2133. N'esta folha official se encontra a celebre epigraphe que transcrevemos, e ainda a mais notavel citação d'onde foi extrahida: — «Je veux bien admettre chez moi une douce liberté: mais je ne puis en tolérer l'abus.» — *Aventures de la fille d'un Roi.*

[1] No processo da referida legitimação, que existe no Archivo da Torre do Tombo, em um dos maços que tem por titulo — Distribuidos, 1819 — da Secretaria do Alemtejo do extincto Desembargo do Paço, está: — a folhas quatro a mencionada escriptura; a notificação feita a 6 de fevereiro de 1817, ás duas meio-irmãs, tias de Affonso de Sousa, sobre a perfilhação do dito seu filho; sendo a folhas cinco verso á senhora D. Anna Zeferina de Azevedo Coutinho (minha avó), que respondeu — *não duvidava que elle perfilhasse seu filho, antes era muito do seu agrado;* — e a folhas sete verso a resposta que por egual motivo dera a senhora D. Margarida Theodora de França e Faro, que deixamos publicada a paginas 153.

de S. João. Era poeta distincto e da Arcadia portugueza; escriptor conhecido na republica das lettras, e das suas obras dá noticia o Diccionario Bibliographico Portuguez, do meu amigo o senhor Innocencio Francisco da Silva, tomo IV, paginas 43. Casou duas vezes e de ambos os matrimonios sem geração. A primeira com D. Rosa Maria de Mello, que morreu em Lisboa a 3 de janeiro de 1847, de 76 annos de edade, e foi tambem a enterrar ao dito cemiterio; e a segunda com D. Maria Effigenia Nogueira, que ainda existe.

15 **D. Rodrigo Affonso de Sousa**, que no referido testamento está tambem mencionado com identica quantia á do legado do dito seu irmão. Foi Rico-Homem, e como tal se acha na procuração que El-Rei D. Pedro I deu em Baleisão, termo de Beja, no anno de 1361, a D. Martinho de Avelar, que foi Mestre da ordem de Aviz, para celebrar um tratado de paz entre os Reis D. Pedro de Castella e D. Pedro de Aragão, e tambem na lista que se fez em 27 de junho de 1365, na qual elle e sua mulher se acham vencendo comedoria inteira por carta do mesmo Rei. Teve tambem o titulo de Vassallo d'El-Rei, como se vê da confirmação das villas de Arrayolos e de Pavia, que elle já possuia em tempo do dito Rei, feita em Santarem a 13 de maio de 1367, por El-Rei D. Fernando. Casou com D. Violante Ponce, filha de Martim Annes de Briteiros e de D. Branca Lourenço de Valladares. — S. g. — De D. Constança Gil, mulher solteira e de qualidade, porque a noméa El-Rei D. João I com Dom (que n'essa época não era dado senão a pessoas fidalgas), na mercê que fez estando em Chaves, em 1 de março de 1386, dos bens que ella tinha em Evora, por se ter passado a Castella,

Teve filhos illegitimos.

16 **Gonçalo Rodrigues de Sousa**, que continua.

16 **Fernão Gonçalves de Sousa.** Foi Rico-Homem em 1363, senhor de Villalva, villa Ruivą, Aboim e Castro Daire; Alcaide mór de Portel, por mercê d'El-Rei D. Fernando feita a 9 de junho de 1368, e perdeu esse

cargo no anno de 1384 por seguir as partes de Castella contra El-Rei D. João I, quando defensor do reino. Casou com D. Thereza de Meira, Dama da Rainha D. Leonor e Aia de sua filha D. Brites, Rainha de Castella; e irmã de Fernão Gonçalves de Meira. — S. g.

16 **Ayres Rodrigues de Sousa.** — S. g.

16 **Gonçalo Rodrigues de Sousa**; legitimado, sendo seu pae casado, por carta dada em Lisboa a 12 de março de 1370. Senhor e Alcaide Mór de Monsaraz, por mercê d'El-Rei D. Fernando, de 1 de abril de 1384, que o mandou a Castella com o Conde João Fernandes Andeiro, tratar o casamento de sua filha a Infanta D. Brites com D. João I. Rei d'esse reino. Seguiu algum tempo o partido da Rainha D. Leonor, com quem estava em Santarem quando o mesmo Rei de Castella veiu áquella villa: abraçou depois o do Mestre d'Aviz, que lhe deu o castello de Portel e outras terras, e lhe confiou o governo da armada de Lisboa quando a mandou para se juntar com a do Porto; chegando a essa cidade houve indicios de a querer entregar ao inimigo, e sendo Alcaide Mór de Marvão, ordenou ao seu Tenente tomasse a voz de Castella, a que acudiu o Condestavel D. Nuno Alvares Pereira: passou-se então para aquelle reino, onde foi senhor de Safra e de Segura [1]; e de todos os bens que tinha em Portugal fez El-Rei D. João I mercê, estando em Lisboa, a 24 de setembro de 1386, a Mem Rodrigues de Vasconcellos. Dizem que casara em Castella com D. Mayor, sem mais noticia. Mas de D. Maria de Monforral, natural de Monsaraz,

Teve filhos illegitimos.

17 **Ruy de Sousa**, que continua.

17 **Luiz de Sousa.** — S. g.

[1] Relativo á entrega de Portel ha a seguinte cantiga:

«Pois Maria bailhou,
«Tome o que ganhou.
«Melhor era Portel e Villa Ruiva,
«Que não Safra e Segura.
«Tome o que ganhou.»

Chronica dos Carmelitas Observantes, por Fr. José Pereira de Santa Anna, tomo I, paginas 30. Lisboa MDCCXLV.

17 **Fernão de Sousa**, e outros que viveram em Castella com o Conde de Benavente. — S. n.

17 **Ruy de Sousa**. Foi com o pae para Castella, e por sua morte voltou para Portugal. El-Rei D. João I lhe deu a Alcaidaria Mór de Marvão; achou-se com o mesmo Rei na conquista de Ceuta, e lhe deram logo a guarda do postigo d'aquella cidade, que elle defendeu valorosamente, e a que ficou o nome de Ruy de Sousa; acompanhou o Conde D. Pedro de Menezes em muitas das occasiões de honra que alli houve, e se offereceu a El-Rei para ficar na mesma cidade com 40 homens armados. Depois juntamente com seu filho se achou, em setembro de 1439, na perigosa acção do palanque de Tangere. Casou com D. Isabel Ribeiro, filha de Gonçalo Ribeiro.

Tiveram filho.

18 **Gonçalo Rodrigues de Sousa**, Commendador de Niza, Idanha, Alpalhão e Montalvão, na ordem de Christo, Alcaide Mór de Portalegre, e Capitão dos ginetes d'El-Rei D. Affonso V na guerra de Africa. Achou-se na famosa acção do palanque de Tangere, e acompanhou ao Conde D. Duarte de Menezes a Castella, por mandado do Infante D. Pedro, Regente do reino, em soccorro do Mestre de Alcantara, contra os Infantes de Aragão.

Teve filhos illegitimos.

19 **Ruy Gonçalves de Sousa**, que continua.

19 **Luiz de Sousa**, Commendador de Niza e de Idanha, e Claveiro na ordem de Christo; Alcaide Mór de Marvão; Fronteiro Mór na Beira; Camareiro Mór do Infante D. Henrique e Governador da casa da senhora D. Filippa, sua sobrinha, que viveu em Almada. Morreu sendo Aio do senhor D. Manuel, depois Rei. De Violante Rodrigues,

Teve filhos illegitimos.

20 **Simão de Sousa**, que morreu na India em um combate junto a Malaca com uma nau de turcos, indo com Diogo de Mello.

20 **D. Maria de Sousa**, Camareira Mór da Infanta D. Brites, e mulher de Pedro Gomes de Avelar e Sampayo. — C. g.

19 **Diogo de Sousa**, Commendador da Idanha, na ordem de Christo.

Teve filhos illegitimos.

20 **Duarte de Sousa**, que foi á India com Tristão da Cunha: achou-se na tomada de Oja, e pelejando com valor saiu muito ferido e abrasado. Casou duas vezes: a primeira com Ignez Tavares, filha de Francisco Tavares e de Beatriz Vaz; e a segunda com Constança Orresda.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

21 **Antonio de Sousa**, que morreu sem estado.

21 **Simão de Sousa**, religioso.

Da segunda:

21 **Diogo de Sousa**, que servindo em Azamor foi morto pelos moiros no combate dos Alcaides, em sexta feira maior.

Illegitimos:

21 **Braz de Sousa**
21 **Francisco de Sousa**
21 **Isabel de Sousa**
21 **Francisca de Sousa**
} sem noticia.

21 **Francisco de Sousa**, que teve por mãe a Filippa Bernardes: passou á India em 1583 e lá foi morto. — S. g.

20 **Ruy de Sousa**. — S. g.

20 **Isabel de Sousa**, que casou infimamente.

19 **Jorge de Sousa**. Casou com D. Violante de Andrade, e depois de viuvo foi religioso de S. Francisco.

21 .

Teve filha:

20 **D. Isabel de Sousa,** mulher de Martim Alves Cide, castelhano. —C. g.

19 **Alvaro de Sousa,** que morreu de curta edade.

19 **Isabel de Sousa,** filha de Catharina Gonçalves, mulher solteira, como consta da sua legitimação, por El-Rei D. Affonso V em agosto de 1460, sendo vivo seu pae, e ella já casada com Pedro Tavares, Fidalgo da casa do Infante D. Henrique, e dos Reis D. Affonso V e D. João II, Alcaide Mór do castello de Portalegre, e no termo d'essa villa senhor da coutada do Azinhal e Quintã e das herdades da Moxaria e Bouzieiro; o qual houve por carta dada em Lisboa a 22 de julho de 1450, e feita por Antão Gonçalves, confirmação do dito coutamento, que tambem a ella, sendo já viuva e a seu filho Gonçalo Tavares, lhe foi do mesmo passada em Evora a 12 do dito mez de 1490, ambas dos referidos Soberanos, e estão na gaveta 2, maço 1, documento n. 6, no Archivo da Torre do Tombo.

19 **Catharina de Sousa,** mulher de João d'Avilez Tavares. —C. g.

19 **Margarida de Sousa,** mulher de Alvaro Mendes Cerveira. —S. g.

19 **Guiomar de Sousa,** filha de Catharina Casada, e legitimada por El-Rei D. Affonso V. Casou duas vezes: a primeira com Ruy Vaz de Sequeira. —C. g.; e a segunda com Alvaro Barreto, de quem foi terceira mulher. —S. g.

19 **Ruy Gonçalves de Sousa.** Casou com Leonor da Guerra, natural de Leiria. —S. g. De Elvira de Viveiros,

Teve filho.

20 **Gonçalo de Sousa,** que foi legitimado em 1505, e armado cavalleiro em Alcacere pelo Conde D. Duarte de Menezes, em um grande combate com os moiros.

15 **D. Diogo Affonso de Sousa,** que continua.

15 **D. Garcia Mendes de Sousa,** Prior das Alcaçovas de Santarem.

15 **D. Gonçalo Mendes de Sousa.** Sem mais noticia.

XV **D. Diogo Affonso de Sousa,** Rico Homem, senhor de Mafra, Ericeira e Enxara dos Cavalleiros, por doação de sua tia D. Maria Annes de Aboim, feita no já referido seu testamento de 30 de julho de 1337, da Povoa de Salvador Ayres, e 15.º da casa de Sousa. Morreu em Coimbra a 18 de novembro de 1344, e foi levado para a egreja de Mafra, onde está na capella mór a sua sepultura com um epitaphio que diz — AQUI JAZ D. DIOGO DE SOUSA, SENHOR QUE FOI DESTA VILLA, E SE PASSOU EM COIMBRA A 18 DE NOVEMBRO DA ERA 1382. — Casou com D. Violante Lopes, a quem ficou o senhorio de Mafra e da Ericeira, que El-Rei D. Pedro lhe confiscou, mas logo, por carta feita em Torres Vedras a 7 de agosto de 1362, lhe restituiu por ser do patrimonio da sua casa, em virtude do contracto e troca da villa de Portel, que El-Rei D. Diniz fez com D. Maria Annes de Aboim em 6 de janeiro de 1301. Falleceu pelos annos de 1365, e foi sepultada na mesma capella mór á esquerda do mausoléo de seu marido, e em outro em tudo egual ao d'elle, que é uma sumptuosa urna firmada sobre seis columnas de marmore: era viuva de Martim Vasques da Cunha, e filha de Lopo Fernandes Pacheco, Rico Homem e Mordomo Mór do dito Rei D. Pedro I, sendo Infante, e senhor de Ferreira de Aves; e de D. Maria Gomes Taveira.

Tiveram filhos.

16 **Alvaro Dias de Sousa,** que continua.

16 **Lopo Dias de Sousa,** Rico Homem, Vassallo e do Conselho d'El-Rei; Alcaide Mór de Chaves em 1368; senhor da quinta de Carresedo em 1373, de Mafra e mais terras na menoridade de seu sobrinho D. Lopo Dias de Sousa. De um documento datado de Lisboa aos 7 de junho de 1369, que está na Chancellaria d'El-Rei D. Fernando, consta achar-se casado com D. Brites, sem mais especificação alguma. Era morto em 7 de agosto de 1373, porque n'esse dia fez El-Rei mercê da sua Alcaidaria Mór a D. Henrique Manuel, Conde de Cêa e Cintra, seu tio.

16 **D. Branca Dias de Sousa,** senhora e Administradora de Mafra, por ausencia de seus irmãos, como se vê de uma carta d'El-Rei D. Pedro I para os moradores d'aquella villa, escripta em 7 de abril de 1365.

XVI **Alvaro Dias de Sousa,** Rico Homem, senhor de Mafra, Ericeira, Enxara dos Cavalleiros, Ulmarinho, etc. e 16.º da casa de Sousa: morreu em Castella, fugindo ao ciume d'El-Rei D. Pedro I. Casou com D. Maria Telles

de Menezes, a qual, depois de viuva, passou em 1377 a ser mulher do Infante D. João, que a matou aleivosamente: era filha de Martim Affonso Telles de Menezes, Mordomo Mór da Rainha D. Maria, mulher d'El-Rei de Castella D. Affonso XII; e de D. Aldonça de Vasconcellos. *Da Lista das Comedorias de Grijó, que está no Tombo que em 27 de junho de 1365 mandou fazer El-Rei D. Pedro,* consta não só estar casada n'essa época, mas ter dois filhos, de um dos quaes se ignora até o nome, e o outro é quem continua.

XVII **D. Lopo Dias de Sousa,** que nasceu em 1360 na cidade de Coimbra, e apenas de edade de doze annos teve o Mestrado da ordem de Christo, que vagára pelo fallecimento de D. Nuno Rodrigues, em 1372; foi o 7.º Mestre, e governou a ordem quarenta e seis annos, desde o de 1385 em que d'elle tomou posse. Foi Mordomo Mór da Rainha D. Filippa, em 1387; senhor das villas de Mafra, Ericeira, Enxara dos Cavalleiros e Ulmarinho, que sua mãe empenhára e depois vendera para pagar á irmã D. Leonor Telles de Menezes, antes d'ella ser Rainha, certa quantia de dinheiro que lhe tinha emprestado para as exequias e conducção de Castella do corpo seu marido, as quaes havia comprado Gonçalo Rodrigues de Sousa, primo d'elle, e a quem foram confiscadas por se passar áquelle reino, e de novo doadas a D. Lopo, que já era senhor de Linhares, por El-Rei D. Fernando, em 1372: e depois, por carta feita em Chaves a 24 de abril de 1386, dos direitos e rendas do pescado do Poço Alto do Tejo, junto ao castello de Almourol; e foi 17.º senhor da casa de Sousa. Acompanhou á raia a Infanta D. Beatriz, sua prima, que em 1383 passou a ser Rainha de Castella e mulher d'El-Rei D. João. Correu com os mais parentes toda a provincia do Minho, procurando vingar a morte de sua mãe no Infante D. João, que fugindo d'elles se homisiou no dito reino de Castella. Seguiu logo o partido do Mestre de Aviz, e em seu serviço tomou a villa de Ourem, defendida por seu tio o Conde de Barcellos, que a desamparou deixando dois filhos em poder do Mestre, que d'elles era primo co-irmão. Estando sitiando Torres Novas, com D. Alvaro Camello, Prior do Crato, e D. Rodrigo Alvares Pereira, irmão do Condestavel, deu repentinamente sobre elles Diogo Gomes Xarmente, Fronteiro Mór da Extremadura, e Alcaide Mór de Santarem, que d'essa villa tinha partido á meia noite com todo o segredo, e os fez prisioneiros levando-os para a Alcaçova, onde se conservaram presos, até que depois da batalha de Aljubarrota elle e os seus companheiros passando de encarcerados a libertadores, fizeram acclamar na mesma villa a D. João I, Rei de Portugal, e n'ella o receberam com grande alegria. Achou-se na recuperação de Chaves, em todas as entradas que esse Monarcha fez em Castella, na expedição de Ceuta e nas côrtes de Santarem em 1390, quando foi jurado successor do reino o Infante D.

Affonso. Morreu na villa do Pombal, aos 9 de fevereiro de 1435, e em 8 do seguinte mez de março do mesmo anno foi trasladado para o magnifico mausoléo [1] que na capella mór da egreja do convento de Thomar lhe fez erigir o Infante D. Henrique, que lhe succedeu no mestrado. Segundo a opinião do Doutor Fr. Francisco Brandão, o anno da morte referido no epitaphio está errado, por quanto constava ser fallecido no de 1422, em que o mesmo Infante, administrando já o mestrado, passou uma procuração confirmando outra que elle havia feito a Fr. Affonso, Prior de Alvaiazere, egreja da ordem, na qual declara a sua morte pelas seguintes palavras: —que ali foi feita pelo Mestre D. Lopo Dias de Sousa, cuja alma Deus haja.— Nós seguimos o parecer do chronista, porque não acreditamos se lhe fizesse o mausoléo em trinta dias, contados do da morte ao da trasladação: e demais, dizendo-se no proprio epitaphio que elle teve o Mestrado 46 annos, e sendo-lhe dado em 1372, veiu a finar-se pelo anno de 1418, no que vae d'acordo com o documento mencionado, que o dá já morto no de 1422.

Teve de differentes mulheres filhos illegitimos.

18 **Lopo Dias de Sousa,** sem mais noticia.

18 **Diogo Lopes de Sousa,** que continua.

18 **Ruy Dias de Sousa,** que se achou na tomada de Ceuta e no palanque de Tangere. —S. g.

18 **D. Leonor Lopes de Sousa,** legitimada por carta dada na cidade do Porto, em 16 de junho de 1394, e havida em Catharina Telles, mulher solteira: foi dotada por seu pae em 30 de março de 1393, com o senhorio de Mafra, Ericeira, Enxara dos Cavalleiros, Ulmarinho e uma quinta no termo de Beja, e casou tres vezes. A primeira n'esse anno, com Fernando

[1] N'este mausoléo estão esculpidas as armas de Sousas e da ordem de Christo em dois escudos, e tem o seguinte lettreiro: —Aqui-jaz-o-m.to-onrrado-comẽdador-Dõ-Lopo-Dias-de-Sousa-Mestre-da-caveria-da-ordẽ-de-christus-que-foi-sẽpre-m.to-leal-servidor-ao-m.to-alto-sempre-vẽcedor-elrey-Dõ-João-o-p.ro-o-qual-foi-grande-ajudador em-defensão-destes-reynos-e-entrou-cõ-hle-5-vezes-em-castella-cõ-sua-cavaleria-e-ẽ-a-tomada-de-cepta-teve-o-mestrado-46-annos-e-finou-se-na-era-de-xpõ-de-1435-annos-aos-9-dias-de-fevereiro-e-o-m.to-onrrado-e-presado-senhor-infante-Dõ-Henrrique-governador-da-dita-ordem-duque-de-viseu-e-senhor-de-covilham-o-mandou-trasladar-a-este-cõvento-aos-8-do-mez-de-marco-da-dita-era-do-nacim.to-de-nosso-senhor-Jesu-Xpõ-de-1435-annos.

Martins Coutinho, senhor de Castello Rodrigo e Alcaide Mór do Sabugal (vide adiante na casa de Marialva). A segunda com Affonso Vasques de Sousa, o Cavalleiro. E a terceira com Mem Rodrigues de Refoios. —C. g. dos tres matrimonios.

18 **D. Maria de Sousa,** legitimada juntamente com seu irmão Diogo Lopes de Sousa e filha da mesma mãe: casou, sendo Dama do paço, e foi dotada por El-Rei D. João I com seis mil corôas de oiro, moeda de França, por carta dada em Lisboa a 12 de maio de 1412, com Vasco Fernandes Coutinho (referidos adiante na casa de Marialva). —C. g.

18 **D. Violante de Sousa,** que não se acha legitimada: casou com Ruy Mendes de Vasconcellos, senhor das villas de Figueiró e de Pedrogão, o qual lhe prometteu de dote e arrhas tres mil corôas de oiro, e obteve confirmação d'El-Rei D. João I por carta passada em Lisboa a 9 de julho de 1423. —C. g.

18 **D. Aldonça de Sousa,** que tambem não tem legitimação; mas casou em vida do pae, que houve d'El-Rei D. João I duas mil corôas para seu dote, com Pedro Gomes de Abreu, 3.º senhor de Regalados. —C. g. Em logar proprio trataremos mais largamente d'estes conjuges e de algumas linhas da sua descendencia.

18 **D. Isabel de Sousa,** casou com Diogo Lopes Lobo, senhor de Alvito, Villa Nova d'Aguiar, Oriola, Niza, etc. —C. g.

18 **D. Branca de Sousa,** que morreu em vida do pae, estando casada com João Falcão, Alcaide Mór de Mourão, senhor de Castello de Vide, de Monforte, e da Povoa e Meadas. —C. g.

XVIII **Diogo Lopes de Sousa,** Mordomo Mór e do Conselho de El-Rei D. Duarte, como se vê de uma provisão do mesmo senhor feita em 17 de fevereiro de 1435, e d'El-Rei D. Affonso V; Fidalgo da Casa; 18.º senhor da casa de Sousa; Fronteiro Mór de Elvas, por serventia, durante a ausencia do Infante D. Fernando, e pelo seu fallecimento de propriedade, por mercê d'este ultimo Rei, estando em Tentugal, a 18 de setembro de 1443; senhor das villas e logares de Miranda, Podentes, Folgosinho, Julgado de Vouga, Vella, hoje Avelãs de Caminha, e dos mais bens de raiz e moveis, que tudo perdêra Egas Coelho por se passar a Castella, de que lhe fez doação El-Rei D. João I, por carta de 27 de julho de 1398, dada sobre o arrayal de Tuy, quando depois de um apertado sitio rendeu aquella cidade, sendo elle um dos senhores que o acompanharam n'esta empreza,

e esta mercê havia um anno que o mesmo Monarcha lhe fizera em cabeça de morgado para elle e seus descendentes, com mero e mixto imperio, como consta de uma provisão passada em Santarem a 15 de julho de 1397, confirmada trinta e seis annos depois na dita villa em 31 de janeiro de 1434, por carta de El-Rei D. Duarte, em que o trata com os mencionados titulos *do seu Conselho e seu Mordomo Mór*. Foi tambem Fronteiro Mór da villa de Arronches e sua comarca, por carta de 15 de março de 1441. Achou-se em 1415 no expedição e tomada de Ceuta, e em 1437 na defesa do palanque de Tangere; assim como nas guerras de França e de Inglaterra: era valoroso e inclinado á cavallaria, de que compoz um volume, como diz Gaspar Alvares de Louzada. Foi legitimado por carta dada em Coimbra a 3 de janeiro de 1398, que está no livro II, folhas 167, da Chancellaria de El-Rei D. João I, juntamente com seus irmãos Lopo e Maria, nomeando-se por mãe d'elles todos a Leonor Ribeiro, mulher solteira, que nasceu na villa de Pombal e n'ella está enterrada; a qual era irmã de Isabel Ribeiro, casada com Ruy de Sousa, e filhas de Gonçalo Ribeiro. Morreu pelo anno de 1451, e jaz na capella de S. Miguel que El-Rei D. João I lhe dera para enterro da sua casa, honra só a elle concedida pelos seus relevantes merecimentos, e que unicamente n'aquella egreja havia dado aos Infantes. Casou duas vezes: a primeira com D. Catharina de Athaide, arrastado do amor que lhe inspirou a sua formosura, que diz Manuel de Sousa Moreira ser a primeira senhora d'esta casa que foi *Dama*, denominação em que, já por imitação das coisas francezas, se mudou a de *Criadas* da Rainha, e filha de Gonçalo Viegas de Athaide, senhor do morgado de Gayão, e de D. Beatriz Nunes de Goes; e a segunda com D. Isabel de Castro, viuva de Alvaro Gonçalves Coutinho, o Magriço, e filha de D. Pedro de Castro, senhor do Cadaval, e de D. Leonor Telles de Menezes. —S. g.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

19 **Alvaro de Sousa**, que continua.

19 **Fernando de Sousa**, Alcaide Mór de Leiria por carta d'El-Rei D. Affonso V, dada em Coimbra a 20 de setembro de 1445. Casou com D. Isabel de Albuquerque, Dama da Rainha D. Isabel, mulher do dito Rei, que lhe deu em dote tres mil corôas de oiro, por carta passada em Evora a 18 de abril de 1450, e filha de João Conçalves de Gomide, 2.° senhor de Villa Verde e Escrivão da Puridade d'El-Rei D. João I, e de D. Leonor de Menezes.

Tiveram filha.

20 **D. Catharina de Sousa e Albuquerque,** que teve a Alcaidaria Mór de Leiria e foi primeira mulher de Duarte Galvão. — C. g. extincta.

19 **D. Maria de Sousa:** casou com D. Tello de Menezes, Mordomo Mór da Rainha D. Isabel, mulher d'El-Rei D. Affonso V, e senhor d'Oliveira do Bairro, que morreu a 15 de janeiro de 1468. — C. g.

19 **D. Isabel de Sousa,** mulher de Vasco Martins de Resende, senhor de Santa Cruz de Riba-Tamega e Resende. — S. g.

XIX **Alvaro de Sousa,** Fidalgo da casa d'El-Rei D. Affonso V, seu Mordomo Mór e do seu Conselho, que por esta maneira se acha nomeado em uma carta feita em Almeirim a 13 de Maio de 1451, na qual o mesmo Rei dá licença geral para haver sesmaria nas terras de dentro das suas villas e julgados. Foi senhor de Miranda, Podentes, Germello, Folgosinho, Vouga, Avelãs de Cima, etc., e 19.º da casa de Sousa. No exercicio do seu emprego acompanhou á Italia a Infanta D. Leonor, Imperatriz de Alemanha, mulher do Imperador Frederico II, que partiu para Leorne n'esse anno. Tendo regressado á patria, o encontramos no anno de 1462 vencendo por mez 6500 maravedis de moradia de Conselheiro. Falleceu no de 1471, tendo casado tras vezes: a primeira com D. Maria de Castro, filha de D. Fernando de Castro, senhor do Cadaval e Governador da casa do Infante D. Henrique, e de D. Isabel de Athaide; a segunda com D. Isabel da Silva; e a terceira com D. Guiomar de Menezes, filha de Ruy Gomes da Silva, Alcaide Mór de Campo Maior e de Ouguella, e de D. Isabel de Menezes. Eram estas duas senhoras primas segundas; e como elle se apartasse de D. Isabel da Silva, da qual houvera um filho que se baptisára e creára por seu, e casasse ainda em vida d'ella com D. Guiomar de Menezes, aquella poz demanda e obteve sentença da nullidade do matrimonio, e poucos dias depois morreu; por onde ficaram Alvaro de Sousa e D. Guiomar, perdendo os bens do dote e arrhas para a corôa, porém d'elles fez El-Rei mercê a seu filho Diogo Lopes de Sousa, estando em Evora, em 1 de dezembro de 1472.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

20 **Diogo Lopes de Sousa,** que continua.

20 **Lopo de Sousa,** do Conselho d'El-Rei D. Manuel, Fidalgo da sua casa e

da dos Reis D. Affonso V e D. João II; Commendador de Santa Maria da Alcaçova em Santarem, de Alcanede e de Alcanhões, todas da ordem de Aviz. Em Maria Leitão —

Teve tres filhos illegitimos.

21 **Ayres de Sousa**, que continua.

21 **Ruy Dias de Sousa**, o *Cid:* foi legitimado por El-Rei D. Manuel, em 1511. Serviu em Africa, achou-se no sitio de Arzilla em 1516, e nas emprezas dos dois D. João de Menezes, e depois, sendo Capitão da mesma praça, foi morto pelos moiros. Casou com D. Guiomar Coutinho, á qual, estando viuva, fez El-Rei D. João II, em 19 de agosto de 1522, mercê de 40$000 réis para ajuda de metter uma filha freira. Era filha de Jorge de Mello e de D. Branca Coutinho.

Tiveram filhos.

22 **Ayres de Sousa Coutinho**, Moço Fidalgo acrescentado a Cavalleiro em 1539, Commendador de Izeda na ordem de Christo e Porteiro Mór do Principe D. João. Casou duas vezes, e de ambas sem geração: a primeira com D. Guiomar de Lima, filha de Jorge da Silveira e de sua segunda mulher D. Filippa de Lima; e a segunda com D. Filippa da Cunha, filha de D. Antonio da Cunha e de D. Isabel de Abreu, sua segunda mulher.

22 **D. Branca Coutinho.** Casou com André Telles de Menezes. —C. g.

22 **D. Maria Coutinho**, Dama da Infanta D. Guiomar, e mulher de Braz da Silva. —C. g.

22 **D. Guiomar de Castro**, religiosa no mosteiro das Donas em Santarem, onde morreu com opinião de santa.

22 **D. Cecilia de Castro**, legitimada por El-Rei D. João II, em 1494. Casou com D. Rodrigo de Sousa —s. g. El-Rei D. Manuel, estando ella viuva, lhe fez mercê de cem cruzados, por carta passada em Evora a 20 de junho de 1520.

21 **Ayres de Sousa**, que foi legitimado em 1511, por El-Rei D. Manuel; Commendador da Alcaçova, de Alcanede e de Alcanhões; do Conselho de El-Rei D. João III e seu embaixador em Barcelona, a dar

os parabens ao Papa Adriano VI pela sua exaltação á cadeira de S. Pedro. Tendo sido consultado sobre a conveniencia de se largarem as praças de Çafim e de Azamor, foi de parecer contrario. Casou com D. Violante de Mendoça, filha de João de Mendoça, Alcaide Mór de Chaves, e de D. Filippa de Mello.

Tiveram filhos.

22 **Francisco de Sousa**, Commendador da Alcaçova, de Alcanede e de Alcanhões, Fidalgo da casa d'El-Rei D. João III e do seu Conselho. Casou com D. Filippa Henriques, filha de D. Lopo de Almeida, Capitão de Sofala, e de D. Antonia Henriques.

Tiveram filhos.

23 **Ayres de Sousa**, que succedendo na casa e Commendas de seu pae largou tudo para entrar religioso na Companhia de Jesus.

23 **D. Violante de Mendoça**, freira nas capuchas de Faro.

23 **D. Antonia Henriques**, Dama da Infanta D. Maria e mulher de D. Duarte de Menezes. — C. g. extincta.

22 **Manuel de Sousa**, religioso da ordem de S. Domingos.

22 **Pedro de Sousa**, succedeu na casa e Commendas ao sobrinho. Casou duas vezes; a primeira com D. Joanna de Brito, filha de Pedro de Carvalho, Provedor das obras do paço, e de D. Maria Brandão; e a segunda com M.me Estephania de Maillet, Dama da Infanta D. Maria. — S. g.

22 **Lopo de Sousa**, Moço Fidalgo da casa d'El-Rei D. João III, Commendador de Rio Maior, Alpedões e Arruda, na ordem de Aviz. Morreu na batalha de Alcacere. Casou com D. Joanna de Castro, filha de Antonio Pires do Canto e de D. Catharina de Castro.

Tiveram filhos.

23 **Ayres de Sousa de Castro**, Commendador de Rio Maior, Alpedões e Arruda. Casou com D. Leonor Manrique, filha de Manuel da Silva, Commendador de Castelejo na ordem de Christo, que seguiu o partido do Prior do Crato nas alterações do

reino, o qual lhe deu o titulo de Conde de Torres Vedras e o fez Governador e Capitão General dos Açores, e lá foi degolado na ilha Terceira a 13 de agosto de 1583, por ordem do Marquez de Santa Cruz, quando d'ella se assenhoreou; e de D. Maria de Vilhena.

Tiveram filhos.

24 **Lopo de Sousa de Castro.** Morreu na Bahia, para onde foi em 1625. — S. g,

24 **Pedro de Sousa de Castro,** Commendador de Rio Maior, Alpedões e Arruda, na ordem de Aviz, em que succedeu a seu irmão. Casou com D. Marianna de Noronha, filha de Francisco de Sousa Menezes, Copeiro Mór do Cardeal Rei; e de D. Antonia de Noronha, segunda mulher.

Tiveram filhos.

25 **Ayres de Sousa de Castro,** Governador de Pernambuco, de que tomou posse em 14 de abril de 1638, e na sua companhia foi o primeiro Bispo d'aquella diocese; Deputado da Junta dos Tres Estados; Commendador de Rio Maior, Alpedões e Arruda, e de Arrifana de Sousa na ordem de Christo; Familiar do Santo Officio em 15 de novembro de 1677. Serviu na guerra da acclamação, achando-se nas batalhas do Ameixial e Montes Claros, e na tomada de Valença. Teve o morgado que para elle instituiu seu tio Antonio de Sousa de Menezes, o Braço de prata, e falleceu em 5 de novembro de 1699. Casou com D. Maria de Lencastre, filha de Simão de Vasconcellos e de D. Joanna de Tavora. — S. g.

Teve filhos illegitimos.

26 **D. Marianna de Noronha,** religiosa no mosteiro das Donas, em Santarem, da ordem de S. Domingos, para o que foi dotada em 29 de novembro de 1679, por seu pae. Houve por mãe a Catharina de Miranda, que depois se recolheu e professou na mesma casa com o nome de Catharina das Chagas; e era filha de João de Miranda Falcão, Almoxarife de Mazagão, e de Jacintha Valente.

26 **Pedro de Sousa de Castro**, nasceu em 1669, e teve por mãe a mesma Catharina de Miranda. Morreu moço servindo na India.

26 **Ayres de Sousa e Castro**, passou tambem áquelle Estado, e voltando ao reino foi Capitão de cavallos no Alemtejo e morreu no sitio de Valença de Alcantara, em 1705.

25 **Francisco de Sousa**, falleceu moço.

25 **D. Antonio de Noronha**, sem estado.

24 **Manuel de Sousa**, religioso da ordem de Christo no convento de Thomar.

24 **Manuel de Sousa**, outro, que morreu moço.

24 **Jeronymo de Sousa**, passou á India em 1634, e morreu em Ceylão no assalto de Negumbo.

24 **D. Maria**
24 **D. Joanna** } freiras nas Donas de Santarem.

24 **D. Marianna**, freira no convento da Madre de Deus de Lisboa.

24 **D. Violante de Mendoça**. Casou duas vezes: a primeira com Affonso de Torres, Genealogico distincto, e foi sua terceira mulher; e a segunda com Luiz de Saldanha. — C. g. de ambos os maridos.

23 **Manuel de Sousa**, que serviu Commenda em Tangere: casou com D. Maria de Carvalho, que depois de viuva se recolheu ao convento de Sant'Anna de Lisboa, e era filha de João Gonçalves de Gusmão, Almoxarife da polvora n'esta cidade. —S. g.

23 **Mathias de Sousa**, religioso eremita de Santo Agostinho.

23 **D. Violante**
23 **D. Catharina** } freiras nas Donas de Santarem.

23 **D. Archangela de Mendoça,** segunda mulher de Gomes Borges de Castro. — C. g. extincta.

22 **Miguel de Sousa;** serviu no paço de Moço Fidalgo; em 1545 entrou para a Companhia de Jesus e foi Reitor do collegio de Coimbra.

22 **D. Guiomar de Castro,** mulher de Christovão de Sousa, de quem adiante se tratará

22 **D. Joanna de Mendoça:** casou com Antonio de Saldanha. — C. g.

22 **D. Isabel de Mendoça:** casou com Diogo Lopes de Sousa. — C. g.

22 **D. Anna de Mendoça,** primeira mulher, s. g., de Francisco de Sá de Menezes, 1.° Conde de Penaguião.

22 **D. Brites de Mendoça**
22 **D. Maria de Mendoça** } religiosas no convento das Donas em Santarem, da ordem de S. Domingos.

22 **D. Filippa de Mendoça,** religiosa no mosteiro de Santos de Lisboa.

20 **Francisco de Sousa,** sem mais noticia.

20 **D. Guiomar de Castro.** Casou duas vezes e de ambas s. g.: a primeira com D. Pedro de Mello, senhor de Povos e Castanheira; e a segunda com D. Gonçalo Vaz de Castello Branco, senhor de Villa Nova de Portimão, Védor da Fazenda, e Escrivão da Puridade d'El-Rei D. Affonso V.

Alvaro de Sousa, em D. Maria da Silva, de alcunha a *Gallega*—

Teve filhos illegitimos.

20 **Nicolau de Sousa,** Moço Fidalgo d'El-Rei D. Affonso V, em 1476, acrescentado a Fidalgo Escudeiro em 1484. Serviu em Ceuta, e depois, estando por Capitão do castello real de Mogador, foi sitiado pelos moiros com grande poder, e tendo elle feito vigorosa resistencia, não sendo soccorrido pelo Governador de Çafim, entraram elles no castello em setembro de 1500, e o mataram assim como a toda a guarnição, demolindo os proprios edificios por espirito de vingança. Casou com Margarida Pacheco, filha do Doutor Alvaro Pires, Correge-

dor da Côrte e Chanceller da Casa do Civel, e de Isabel Pacheco, mencionado a paginas 146.

Tiveram filhos.

21 **Alvaro de Sousa.** Passou a servir á India, onde se distinguiu muito, e lá foi morto pelos moiros em Malaca no anno de 1518. —S. g.

21 **Diogo Lopes de Sousa,** o Traquinas, Fidalgo Cavalleiro em 1528. Commendador de Soure na ordem de Christo, e tinha trinta mil réis de tença por mercê de 22 de fevereiro de 1522. Duas vezes foi á India: a primeira com o Vice-rei D. Garcia de Noronha, para Capitão de Dio; e a segunda em 1551, por Capitão Mór de uma armada de oito naus. Casou com D. Isabel de Mendoça, filha de seu primo Ayres de Sousa e de D. Violante de Mendoça, referida a paginas 175.

Tiveram filhos.

22 **Alvaro de Sousa,** morreu em Tangere combatendo com os moiros.

22 **Nicolau de Sousa;** foi captivo na batalha de Alcacere; voltando ao reino morreu em Cadix, e ahi jaz na capella mór do mosteiro de S. Francisco.

22 **D. Violante de Mendoça,** mulher de Bernardim de Carvalho. —C. g.

22 **D. Maria do Castro,** freira no convento de Santos em Lisboa, e tomou o habito em 1572.

22 **D. Guiomar**
22 **D. Catharina** } freiras em Santa Clara de Santarem.

21 **Sebastião de Sousa,** foi tambem morto com seu pae no Mogador.

21 **D. Guiomar de Athaide.** Casou com Affonso Lopes da Costa, que na India se achou na tomada de Cranganor, Panane, Brave, Ormuz, Calayate e Mascate; e tendo lá voltado por Capitão de Malaca, se defendeu valorosamente de um sitio que lhe poz o Rei de Bintão. Morreu em Cochim, e á sua viuva e tutora dos filhos mandou El-Rei pagar, em 22 de agosto de 1528, duzentos oitenta e tres mil

réis, pela carga da camara da nau S. Mattheus que a elle pertencia. —C. g. extincta.

21 **D. Maria de Athaide,** que ficando viuva entrou para freira juntamente com suas filhas no convento da Esperança d'esta cidade. Casou com Fernão Alvares de Alvim, Fidalgo da casa real, Cavalleiro da ordem de Christo, com vinte mil réis de tença, da qual houve pagamentos em 1523, 1524, 1525 e 1531. Alcaide Mór de Alfaiates, e como tal passou em Alcochete, no dia 25 de maio de 1535, uma procuração a Henrique de Sousa, Fidalgo da casa referido a paginas 183, para elle jurar nas côrtes de Evora ao Principe D. Manuel como legitimo herdeiro e successor d'estes reinos. —C. g.

21 **D. Isabel de Sousa,** mulher de Vasco de Carvalho, Alcaide Mór dos Bésteiros. —C. g.

20 **Tristão de Sousa,** Fidalgo da casa dos Reis D. Manuel e D. João III, e por mercê d'este senhor feita em 1528 teve uma tença de cem cruzados: era já fallecido em 1533. Casou com D. Isabel Feo em 1492, pois no seguinte anno de 1493 lhe foram desembargadas duas mil corôas de moto de casamento por um alvará[1] do senhor D. Manuel, então Duque de Beja, confirmado depois por outros dois, sendo um do mesmo senhor, já Rei, passado em Evora a 13 de março de 1497, e o outro de El-Rei D. João III dado em Lisboa a 9 d'agosto de 1522. A esta senhora se expediu uma carta em Lisboa a 9 de setembro de 1537, para se lhe não tomarem de aposentadoria as casas que tinha na mesma cidade á entrada da Caldeiraria: como adiante se vê era ella já fallecida em 1554; e em nota[2] damos um documento assaz cu-

[1] Eu o Duque etc. Faço saber a quantos este meu Alvará virem que eu desembarguey ora a Tristão de Sousa, fidalguo da minha casa duas mil corôas de seu casamento paguas segundo ordenança, a rasão de cento e vinte réis a corôa. E por sua guarda e minha lembrança lhe mandei dar este por mim assinado e asellado com o sello de minhas armas, feito em torres Vedras os nove dias de Maio, pero lopes o fez anno de mil quatrocentos noventa e tres. E eu João da Fonsequa o fez escrever. Chancellaria d'ElRei D. João III. Livro 47, folhas 88 verso; no Archivo da Torre do Tombo.

[2] Eu a Rainha mando a vos pero Roiz meu dispenseiro mor que ora tendes o carreguo de Recebedor de minha chancelaria que deis a dona Isabel feya dona viuva os mil e quinhẽtos rs q̃ pagou de chancelaria da carta per que lhe fez mercê q̃ nam pagasse jugada do q̃ ela per sy e hũ seu caseiro lavrasse na sua quintãa do termo de alanq.ʳ pʳ q̃ lhe faço mercê deles e per este e seu C.ᵗᵒ mando q̃ vos sejam levados em conta pero fernandes o fez em Lixboa a 5 dias de Junho de mil quinhentos corenta e dous. —Rainha— faz V. A. mercê a *don* Isabel feya dos mil e quinhentos reis q̃ ora pagou de chancel.ª

rioso que lhe é relativo. Filha de Pero Feo, o velho, e de sua mulher, da qual não sabemos o nome, posto haja toda a certeza de ter sido casado, como se colhe da mercê do paul de Muja [1]. Cavalleiro Fidalgo da casa d'El-Rei D. Affonso V, com doze mil réis de moradia, o qual *nelle fisera longa criaçam.* Seu Aposentador e Estribeiro Mór, por carta dada na villa de Elvas a 5 de junho de 1464, assim e pela maneira como o era Alvaro de Faria, seu tio, que lho deixou; e com este officio teve tres mil e seiscentos réis de tença annual por padrão de 20 de setembro de 1470. Alcaide Mór de Sortelha, como é conteudo na mercê da propria alcaidaria, feita por El-Rei D. João II em carta dada na villa de Vianna de par de Alvito a 20 de março de 1482, a um filho d'elle tambem do mesmo nome, que nasceu depois do seu fallecimento. O senhor D. Affonso V, do qual foi muito favorecido, entre outras mercês lhe doou a terra Gallega, mordomado e montado da aldêa do Botão no almoxarifado de Coimbra, para elle e seus descendentes em morgado *per linha direita;* o reguengo do quarto da Corredoura, cerca da dita cidade, e o paul de Muja com todos os seus direitos, etc.; tudo pelas cartas de 4 de outubro de 1463, de 22 de maio de 1464 e de 13 de dezembro de 1477, expedidas, a segunda em Elvas, e as outras em Lisboa. Acompanhou o dito Soberano a França, e lá o vemos mencionado no interessante documento que vae em nota [2].

da carta per que a escusou de pagar jugada da sua quintãa do termo dallanq.r e assy a hũ seu caseiro. —Recebeu dona Isabel fea de p.º Roiz recebedor da chancel.ª da Rainha nossa snõra os mil quinhentos rs. conteudos no desembargo atras visto em Lixboa a nove dias de Junho de 1542. —pero fernandes.

Corpo Chronologico, Parte 1.ª, Maço 72, Documento num. 26, no citado Archivo.

[1] Na mercê do Paul de Muja encontrão-se as seguintes expressões: —*se caso for que elle dito Pero Feo mande no dito Paul e Terra delle fazer vallas novas, quero que todo o dinheiro que nisto dispender do seu que per seu falecimento o dito Paul não seja tirado do puder de sua mulher e herdeiros, athe que não sejam paguos de toda a despeza, etc.*

[2] Instrucção que ElRey D. Affonso V deu ao Embaixador, que mandou a França para participar a ElRey Luiz XI a sua chegada a Lisboa, e o bom tratamento, que lhe fizerão os da sua Armada, etc.

Esto he o que de minha parte direes ao Senhor Rey de França, etc. A saber: Que eu parti de seus Reynos do Porto da Oga com sua frota, que comiguo emviou, segundo creeo que Sua Magestade loguo saberia, e louvores a Nosso Senhor ouve mui boa viagem, e fuy em ella muy bem servido, acompanhado e acatado de Micer Jorge seu Capitam, e de todos os outros Capitaães seus da dita sua frota asi imteiramente, e tam bem como o fora, ou podera ser sua propria pessoa se hy viera, o que lhe eu peço muito por mercee que lhe elle muito regradeça, e toda honrra e mercee que lhes elle por ello fizer oreceberey de Sua Senhoria em tamta graça e mercee como de amim mesmo seer feita.

Tiveram filhos.

21 **Simão de Sousa de Athaide**, Moço Fidalgo em 1528, acrescentado a Fidalgo Cavalleiro em 1539. Passou á India, onde serviu com os Vice-reis D. Affonso de Noronha e Conde de Redondo, achando-se por Capitão de navios nas armadas que foram ao Estreito em 1554, e ao Malabar em 1562. Morreu no mesmo estado, solteiro. —S. g.

21 **D. Antonia de Athaide**, que foi segunda mulher de Ruy Dias de Azevedo, Fidalgo da casa real. —S. g. Para este consorcio lhe deu

Outro si lhe direes em como eu cheguey a esta minha Cidade de Lisboa, onde ainda aa feitura desta estou dando ordem com o Princepe meu filho, e com os grandes, e Povos destes meus Reynos que ora aqui todos comiguo são a cousas que abem de meus feitos perteencem, e me cumpre de com elles fazer; e antes de minha cheguada aqui a esta dita Cidade o dito Princepe meu filho por lho eu della ao tempo de minha partida de Anafrol mandar per huũa Carta minha sob pena de minha bemçam que se imtitulasse loguo em Rey destes Reynos de Portugal, por que o sentia asi por serviço de Deos, e meu, e seu delle, e bem destes ditos Reynos per virtude do constrangimento do dito meu mandado, e per conselho, e acordo de todos os grandes destes ditos Reynos o tinha asi feito e fes, e era imtitulado em nome de Rey delles, em pero, como quer que lho eu asi ausolutamente mandasse elle o nam quis aceptar, nem fazer se não fazendo primeiramente juramento solẽne de em qualquer caso que eu a estes Reynos viesse, elle dimitir e leixar o dito titulo amim, e se nom alevantar diante de mim atee mo-fazer receber, e reter, e elle ficar com nome de Princepe como damtes, e disto tudo fes passar Escriptura publica, e notoria a todos, posto que lhes nam fosse requerido; e tanto que soube, que eu era chegado a esta dita Cidade mandou loguo jeeralmente notificar, e defender, que nenhuum fosse ouzado de lhe chamar Rey, senão Princepe, como dantes era, e seveo loguo amim a me requerer, e pedir, que tornasse a tomar o dito titulo, e o nam leixasse a elle, e como quer que abem dos feitos meos de Castella, que he a principal cousa, que me amim pertence, nem em que me mais compre de-entender nam contradicesse elle dito Princepe meu filho ter o titulo de Rey destes Reynos de Portugal, antes amim, e amuitos outros pareceo proveitozo, nem asi meesmo, pero que perteẽce a estes Reynos de Portugal, por que sem titulo, e com elle, elle e eu huũa couza somos, e amim muito prouguera pera huũa couza, e pera outra elle teer o titulo de Rey destes ditos Reynos de Portugal, e amim ficar somente o de Castella. Eu ja mais pude com elle acabar de lhe aver de ficar titulo de Rey de Portugal, nem de parte nenhuũa delle senão de Princepe como d'antes era, dizendo que se avia por muito mais honrado do nome de Princepe por seer meu filho, que de Rey da mais parte do mundo, nem de diante de mim sequis nunqua alevantar, atee que lho eu assi outorguei, que notifico estas cousas a Sua Magestade assi por seerem de boom emzemplo, e de tal calidade pera as elle deveer de saber, como por que as grandes, e as pequenas todas as que amim tocarem lhe entendo sempre notificar, e comunicar, como a Senhor, e Padre, em que he toda minha confiança, e cuja ordenança, e vontade sempre espero de seguir.

Outro si lhe direes em como quando eu ora aqui cheguei a esta Cidade achey muy-

sua mãe as mencionadas duas mil corôas em dote de casamento, fazendo vêr, por certidão de João Borges, Juiz dos orfãos da villa de Alemquer, que a fazenda que ficára pela morte de Tristão de Sousa abastava para cada um dos mais filhos haver outro tanto quanto ellas valiam: e se lhe passou padrão dos dezeseis mil réis de tença, que aos herdeiros d'elle fora dado em quanto não se verificasse o pagamento das ditas corôas segundo a ordenança; e foi feita a carta em Evora a 12 de fevereiro de 1533. Falleceu sem descendencia, deixando herdeira testamentaria a sua mãe, a quem se passou carta do referido padrão em Lisboa a 16 de julho de 1552.

tas e muy booas novas da dispozição, e feitos dos Reynos meus de Castella, e muitos recados, e mesajeiros de muytos grandes dos ditos Reynos, que me estavão aqui aguardando a me notificar abooa disposição das cousas de la e offerecer seu serviço, e ame pedir, e requerer que quizese loguo comprir, e acabar de todo ocasamento meu com a Senhora Raynha minha Espoza, e entrar loguo em os ditos Reynos, e que elles me servirião, e seguiriam, aos quaais eu loguo respondi, e enviei meus mesajeiros notificandolhes o preposito, e entenção de que vinha, e em que acerca destes feitos estava pera me pooer a todo risco, e perigo pera com agraça de Deos os aver de acabar, e levar adiante, e que se elles se quizesem loguo comigo conformar pera me aveerem de seguir, e servir eu faria loguo o cazamento, e entraria naquelles Reynos, e me despoeria de todo a me perder com elles, ou levar a cousa adiante, e espero loguo por sua resposta deles, a qual, segundo suas necessidades, creeo que será tal com que eu loguo aja de entrar em os ditos Reynos; e ácerca do dito casamento eu ouve por boom conselho de lhes asi responder, e de me sofrer de o loguo nam fazer athee aveer sua reposta delles, e os atar comiguo, por que segundo a necessidade em que vejo, e sei que elles ora estão com El-Rey, e Raynha de Cicilia entendo que creendo elles que eu não hei de fazer o cazamento se nam em caso que se elles comiguo concertem, e me dem seguridade de me servirem, e seguirem, será a azo de o elles mais asinha, e melhor fazerem do que o fariam se de todo me tivessem casado e atado; por que entam me resgariam e fariam seus feitos comigo, o que creeo que agoura nam farão mas antes segundo suas grandes necessidades não tem outro romedio se não darem-se de todo amim por me averem e juntarem comsigo, e lhe direes isso meesmo que de Cidades, e Villas, e Povoos alguns dos principaaes dos ditos Reynos eu ouve aqui mesajeiros, e recados asi que eu espero em Nosso Senhor delogo mui em breve cumprir meu Casamento, e entrar em os ditos Reynos de Castella, e com sua graça, e ajuda delle dito Senhor Rey meu Padre e Irmão, e aliado os senhoriar, e botar fora delles nosso imigo, e comtrairo, e me achar muy grande e poderozo pera servir a Deos Nosso Senhor, e a elle fazer todo prazer e mandado, e que todo o que mais ao diante em ello socceder, lhe farei loguo por meu mesajeiro, a saber.

E que lhe pesso, que no que a elle toca, e pertence elle tenha a maão em meus feitos, segundo a palavra que me tem dada, e agrande confiança que eu nello tenho, por que qualquer mostrança de concerto, ou vontade booa que ahy parecesse que avia de elle a ElRey de Cezilia nosso contrario, segundo o termo, e conjuntura em que ora as cousas estão, daria ao Rey de Cezilia grande ajuda, e favor em seus feitos, e aos meus grande torva, e pois os feitos meus, e o bem delles he proprio seu lhe peço, que atente

21 **D. Joanna de Sousa:** casou com Balthasar de Almeida, o qual ainda existia em 1555, e havia servido na India.

Tiveram filho.

22 **Antonio de Almeida,** que viveu em Alemquer, e passando com El-Rei D. Sebastião a Africa foi morto na batalha de Alcacere.

21 **D. Margarida da Silva,** que pelo fallecimento de sua mãe ficou d'ella unica herdeira com a referida irmã D. Joanna, e fazendo ambas

bem nisto, e nam .... faça cousa que ameus feitos tragua daño, por que segundo otermo em que as cousas qua estão, e se elle la bem tiver maão no que amim pertence como o até qui fes e eu de sua Senhoria confio, eu espero de muy em breve gaanhar todo o de qua, e que certo eu não arreceo cousa que elle aja de fazer por danar amim, e aproveitar ao outro, por que bem conheço, e sey sua vontade, e emtenção acerqua disto, e a inimizade real, e natural que com meu inimigo tem, mas receo de elle mostrar alguma cousa fingida de mostrança de concerto a elle por temporizar, ou passar tempo, o que a esta sazam d'aguora segundo o termo em que qua as cousas estão poderia a meus feitos trazer grande daño.

Outro si lhe dizee que desde Ruam eu escrevi, e fis saber ao Duque de Osturique meu Sobrinho como emviara a elle dito Senhor Rey ácerca do seu concerto e feitos, em que elle dito Duque per Pero Feo meu Estribeiro me escreveo e enviou falar, e o que me ello respondera, e como eu estava de partida pera estes meus Reynos de Portugal, e que por quanto me parecia que as cousas d'ante elle dito Duque, e elle dito Senhor Rey nam estavam por antam em termos pera se poderem asi breve concludir, eu esperava prazendo a Deos, de poeer em obra minha partida o que se esperava de em algũa maneira em os ditos concertos poder aproveitar, posposera por então todos outros negocios meus de qua por o fazer, porem que eu leixaria com elle dito Senhor Rey hũa pessoa minha, ao qual encarregaria, e mandaria que em meu nome, e por mim lhe lembrase e requerese todo o que pertencesse abem dos ditos concertos, e fosse a elle dito Duque com todo o que nisso comprisse de se fazer, se a elle dito Senhor Rey prouguesse, e o assi houvesse por bem, segundo lhe tudo a elle dito Senhor Rey fes asaber per Pero de Souza do meu Conselho loguo da li de Ruam.

E lhe direes o que o dito Duque me ora respondeo ácerca dello, de que levaais o trelado; porem que asi pera lhe ora per vos fazer saber todas estas cousas, como pera vos hi em sua Corte teer alhe fazerdes lembrança de meus feitos e cousas, e eu de qua continuadamente per vos lhos notificar, e saber dos seus delle, e de sua dispozição, ouve por bem de vos aelle asi enviar, e tambem pera se aelle prouguer, ou parecer que ao diante comprirá de vos alguma cousa de minha parte requererdes, ou dizerdes ao dito Duque meu Sebrinho ácerca de seu concerto com elle, ou escreverdes amim pera eu la enviar a isso alguma outra pessoa, ou pessoas, ou entender em ello em outra qualquer maneira me vos notificardes, e o eu asi haver de fazer, e que elle muy sem pejo vos diga, e mande, e asi mesmo amim qua todo o que lhe prouguer, ou parecer bem, que se em que em ello faça pera se asi comprir.

Archivo da Torre do Tombo, gaveta 2.ª, maço 11, documento n. 5.

partilhas dos bens que deixou, lhe pertenceu o dito padrão de dezeis mil réis de tença, como constou de uma certidão de justificação do Doutor Ruy Gago de Andrade, do Conselho d'El-Rei e Juiz dos Feitos e Fazenda do mesmo senhor, e d'elle houve carta dada em Lisboa a 9 de julho de 1555. Morreu com solemne testamento em publica escriptura feita n'esta cidade aos 7 de agosto de 1556 pelo tabellião Jorge Lopes, no qual, por não ter ascendentes nem descendentes, deixa a mencionada tença de dezeseis mil réis á Misericordia de Lisboa, para ser vendida, e do dinheiro que por ella derem se despender uma metade em remir captivos e a outra em obras de misericordia: por bem do que o Provedor e irmãos da mesma casa a vendeu em pregão pela quantia de 260$000 réis, em escriptura lavrada n'esta cidade pelo tabellião Antonio do Amaral, aos 21 de outubro do dito anno de 1556, a Anna da Fonseca, casada com Lopo Fernandes, Piloto, e morador aos Martyres, ao qual se fez padrão em Lisboa a 23 de janeiro de 1557, e depois, por ter fallecido, se poz verba n'elle a 31 d'esse mez de 1566 em nome da sua referida mulher.

XX **Diogo Lopes de Sousa,** Moço Fidalgo d'El-Rei D. Affonso V, acrescentado a Cavalleiro Fidalgo, vencendo pela sua graduação o dobro da moradia; e vem mencionado no livro da Matricula das Moradias do dito Rei, com o foro em 1462 e com o acrescentamento em 1469. Mordomo Mór da sua casa, por carta passada em Cintra a 18 de novembro de 1471; e a ultima vez que o achamos nomeado com este emprego, é em uma doação que se lhe fez de vinte mil réis de tença em 22 de maio de 1475; por que lhe foi tirado quando o mesmo Rei, seguindo as pretenções da Excellente Senhora á corôa de Castella, entrou n'esse reino, fazendo concerto com os Magnates Castelhanos de só n'elles andarem semelhantes officios. El-Rei D. João II lhe deu em satisfação uma tença de cento desoito mil duzentos e oitenta e oito réis por anno, em carta passada em Santarem a 23 de julho de 1484. Foi do Conselho dos mencionados Reis, e do d'El-Rei D. Manuel. Alcaide Mór de Arronches, por escambo que fez com Ruy Mendes Cerveira, confirmado em 8 de março de 1441 pelo Infante D. Pedro, Governador do reino em nome d'El-Rei D. Affonso V; e teve o reguengo e portagem da mesma villa, que já fôra de seu pae; senhor do julgado de Eixo e Requeixo, na terra de Vouga, dado por El-Rei D. João II, em carta feita em Setubal a 15 de julho de 1494, em compensação de outros rendimentos que lhe tomou, e confirmada em 4 de fevereiro de 1500 por El-Rei D. Manuel, que já lhe tinha feito mercê, por carta de 29 de março de 1498, de uma tença de oito mil réis, em equivalente da renda, dita *Judenga* e *Genesis*, do serviço novo e velho dos ju-

deus da villa de Arronches que lhe havia dado, sendo elles depois expulsos por esse tempo: foi senhor de Miranda, Podentes, Folgosinho, Germello, Vouga, etc. e 20.º da casa de Sousa. Casou duas vezes. A primeira com D. Isabel de Noronha, Donzella da Rainha D. Isabel, que teve tres mil corôas de dote para seu casamento, como se declara na licença que El-Rei D. Affonso V, estando em Arronches, lhe deu a 9 de maio de 1475, para elle empenhar a sua mulher a terra de Vouga, pelo contracto de casamento, que com ella fizera, de lhe serem restituidas, no caso de elle fallecer primeiro, as ditas tres mil corôas que elle havia gastado nas guerras de Castella: era filha de D. Pedro Vaz de Mello e de D. Isabel de Noronha, Condes de Atalaia. E a segunda com D. Maria da Silva, que morreu a 6 de maio de 1501, filha de João da Silva, o Galindo, 4.º senhor de Vagos, e de D. Branca Coutinho.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

21 **André de Sousa**, que continua.

21 **Henrique de Sousa.** Moço Fidalgo e Escudeiro Fidalgo da casa dos Reis D. João II e D. Manuel, com a moradia ordinaria dos filhos d'esta casa; e passou a Cavalleiro Fidalgo, que já era em 1528, assim como do Conselho de El-Rei D. João III, e Anadel Mór dos Espingardeiros: com este officio se acha em um mandado do dito Rei, dado em Lisboa a 5 de março de 1539, para se lhe pagar 15$000 réis, em cumprimento de 90$000 réis em que lhe assegurava a renda dos azeites de Soure, lagares e olival que pertencem á ordem de Christo, e vagaram por morte de Manuel da Silva. Foi senhor de Oliveira do Bairro, junto a Aveiro. Casou com D. Francisca de Mendoça, filha de Jorge da Silveira, Vèdor da Fazenda do Duque de Vizeu D. Diogo, e de D. Margarida Furtado de Mendoça.

Tiveram filhos.

22 **Diogo Lopes de Sousa**, Moço Fidalgo de El-Rei D. João III em 1528, acrescentado a Escudeiro Fidalgo; e em 1538 a Cavalleiro Fidalgo, com tres mil e oitocentos réis de moradia. Do Conselho do mesmo Rei, quando voltou de acompanhar em 1543, á raia de Castella, sua filha a Infanta D. Maria, mulher do Principe D. Filippe, e fallecendo ella em 1545, passou o Principe a segundas nupcias, casando em 1554 com a Rainha Maria de Inglaterra, sendo coroado Rei d'esse reino,

o que deu logar a que o mencionado Rei, determinando dar-lhe os parabens, o mandasse para esse fim por Embaixador Extraordinario a Londres, e na sua côrte desempenhou elle esta commissão com o apparato e magnificencia propria da grandeza do caracter portuguez; tendo porém de se resentir e de não supportar certas faltas na formalidade da recepção, praticadas e logo emendadas pelo novo Rei, como se vê na carta de 23 de março de 1555, que escreveu a El-Rei e n'ella vem as seguintes palavras — «*já escrevi a V. A. como ElRei* «*me não tirava o barrete, e a razão que dava. Agora m'o tira como* «*aos mais Embaixadores,* etc.» — N'aquella côrte tratou de negocios importantes, e foi medianeiro da reconciliação da Rainha Maria com sua irmã a Princeza Isabel, fazendo que lhe fallasse o Rei Filippe, que até alli o não tinha feito: com elle passou a Flandres, e em Bruxellas assistiu á abdicação do Imperador Carlos V, de todos os seus estados, para se recolher ao mosteiro de S. Jeronymo de Yuste: voltou ao Reino no fim do anno de 1556, trazendo cartas da Rainha Maria para El-Rei, escripta em Londres a 19 de maio, e do Rei Filippe para sua tia a Rainha D. Catharina, de Bruxellas a 24 de julho, ambas do dito anno. Foi Governador da Relação e Casa do Porto, pelos annos de 1552; e um dos cinco Governadores e Defensores do Reino, nomeados pelo Cardeal Rei, para por sua morte julgarem a quem elle pertencia. Alcaide Mór de Arronches, senhor de Miranda, Podentes, Germelo, Folgosinho e Vouga, etc. e 25.° da casa de Sousa; do que o mesmo Rei, por morte de Manuel de Sousa, lhe fez mercê estando elle já sem successão, com a faculdade de nomear tudo em seu sobrinho Henrique de Sousa, com a clausula de casar com D. Mecia de Vilhena, adiante referida. Teve tambem o senhorio de Oliveira do Bairro, e a Commenda de Soure na ordem de Christo. Morreu em Elvas, pouco antes de El-Rei D. Filippe I entrar n'essa cidade em 1580. Jaz na Batalha. Casou duas vezes. A primeira com D. Antonia de Menezes, filha de Simão da Cunha, Trinchante d'El-Rei D. João III, e de D. Isabel de Menezes. — S. g. E a segunda com D. Antonia de Castro, filha unica e herdeira de Fernão Camello, Fidalgo da casa do referido Rei, e senhor da quinta do Paraizo, proxima da cidade do Porto, e de D. Catharina de Castro.

Teve filhos.

Da segunda mulher:

23 **Sebastião de Sousa**, que morreu menino

23 **Antonio de Sousa**, que sendo unico herdeiro da casa de seu pae,

acompanhou El-Rei D. Sebastião á Africa, e foi morto na batalha de Alcacere.

22 **Bernardim de Sousa.** Moço Fidalgo acrescentado a Escudeiro Fidalgo: passou á India em 1537, e lá serviu com muita distincção, como se vê de uma carta sua para El-Rei D. João III, datada de 20 de novembro de 1545, e o referem as historias d'ella: foi Capitão de Malaca, e depois de Ormuz, onde falleceu em 1557, deixando por herdeiro a seu irmão Vasco de Sousa.

22 **Jorge de Sousa,** o Diabo, alcunha que lhe pozeram as Damas no Paço, pelas travessuras que fazia quando era pequeno. Moço Fidalgo em 1528, acrescentado depois a Escudeiro Fidalgo com tres mil e quatrocentos réis de moradia; passou á India com seu irmão Bernardim de Sousa, e com elle se achou na expedição de Catifa: tendo voltado para Goa logo no seguinte anno de 1546 foi no soccorro de Dio, e na memoravel batalha que libertou essa praça, em 11 de novembro do dito anno, acabou a vida, sendo um dos sessenta que n'ella morreram. — S. g.

22 **Vasco de Sausa,** Moço Fidalgo acrescentado a Escudeiro Fidalgo, de que já em 1540 vencia a moradia de tres mil e quatrocentos réis. Commendador de S. Salvador de Pena na ordem de Christo, e Fronteiro em Çafim. Morreu em vida do pae, tendo casado com D. Guiomar da Silva, filha de Belchior da Silva Tavares, Commendador na ordem de Christo, e de D. Guiomar da Silva Freire.

Tiveram filhos.

23 **João de Sousa,** que falleceu menino.

23 **Henrique de Sousa,** que casou com D. Mecia de Vilhena, e continuou a casa, como adiante se dirá.

23 **Bernardim de Sousa,** Commendador de Soure na ordem de Christo, pela nomeação de seu tio Diogo Lopes de Sousa, e tambem teve a de Trancoso na mesma ordem. Nas alterações do reino seguiu o Prior do Crato, D. Antonio, e com elle passou a França, d'onde depois se ausentou enganado do embusteiro que no anno de 1601, em Veneza, fingiu ser D. Sebastião, e n'estas aventuras morreu fóra da patria. Casou com D. Maria de Mendoça, filha de João Nunes da Cunha e de D. Maria de Mendoça.

Tiveram filhos.

24 **Francisco de Sousa**, Collegial de S. Pedro na universidade de Coimbra, eleito a 30 de janeiro de 1626; Deputado do Santo Officio da Inquisição da mesma cidade, em 23 de fevereiro de 1627; e Prior de Missenhata do padroado real.

24 **D. Brites de Mendoça**, freira no convento de Jesus de Aveiro, da ordem de S. Domingos.

24 **D. Joanna de Mendoça**, morreu sem estado.

24 **D. Joanna**, freira no mosteiro de Santos em Lisboa.

24 **D. Guiomar**, religiosa na Madre de Deus.

24 **D. Maria**
24 **D. Francisca** } religiosas em Santa Clara de Coimbra.

24 **D. Margarida**, freira no mosteiro da Rosa n'esta cidade, da ordem de S. Domingos.

22 **Bartholomeu de Sousa**, que tambem morreu servindo na India.

22 **D. Margarida de Mendoça**. Casou com Diogo da Silveira, Commendador de Castello de Vide. —S. g.

22 **D. Maria de Mendoça**, mulher de Simão Guedes, 5.° senhor de Murça. —C. g.

22 **D. Genebra de Mendoça**, freira em Santa Clara de Coimbra.

21 **D. Catharina de Sousa**, mulher de Gonçalo Tavares, senhor de Mira. —C. g.

21 **D. Joanna de Sousa**, casada com Garcia de Mello, Alcaide Mór de Serpa. —C. g.

Da segunda mulher:

21 **Alvaro de Sousa**, Pagem da lança de El-Rei D. Manuel, a quem elle só acompanhou em 1508, na veloz carreira que esse Monarcha deu de Evora

até ao Algarve, com o fim de mandar restaurar a praça de Arzilla, que se dizia entrada pelo Rei de Fez, mas d'esse cuidado o livrou D. João de Menezes, affugentando o moiro espavorido. Do Conselho d'El-Rei D. João III e como tal levava cinco mil réis de moradia de Cavalleiro do Conselho. Fidalgo da casa dos mesmos Reis; Commendador de Santo Isidoro do Eixo, na ordem de Christo, Veador da Rainha D. Catharina; e por ser demasiadamente galante entre as damas, foi aposentado antes de tempo. Senhor de Eixo, Requeixo, Páos e Oys da Ribeira, concelhos na terra de Vouga, e que haviam sido de seu pae, de quem os herdou. O senhor D. Jorge, filho d'El-Rei D. João II, lhe deu a Alcaidaria Mór de Aveiro, a que se oppozeram os moradores, e elle cedeu por assim lh'o pedir El-Rei D. João III, de que se passou carta em Thomar a 22 de setembro de 1522, com a condição de morar na dita villa, não obstante o privilegio que tinha de nenhum Fidalgo poder habitar n'ella. Casou duas vezes: a primeira, e já no anno de 1516, com D. Filippa de Athaide, filha de Christovão Corrêa, Commendador de Collos, e de D. Catharina de Athaide, sua primeira mulher; e a segunda com D. Genebra Ribeiro, senhora da quinta do Salgueiro junto a Aveiro, que ella deixou a Santa Cruz de Coimbra e depois se vendeu a Manuel Homem, Almoxarife d'El-Rei. —S. g.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

22 **Diogo Lopes de Sousa**, o Barbarrão de alcunha, Cavalleiro Fidalgo da casa d'El-Rei D. João III; Commendador de Santa Maria do Espinhal na ordem de Christo; senhor de Eixo, Requeixo, Páos e Oys da Ribeira, no concelho de Vouga. Sobre essas terras sustentou porfiada demanda que lhe moveu, correndo o anno de 1560, D. Sancho de Noronha, Conde de Odemira, que se julgou, sendo já mortos os contendores, a favor do neto do mesmo Conde, de quem era tutora sua mãe D. Violante de Castro, á qual mandou metter de posse o Cardeal Rei, e o confirmou El-Rei D. Filippe I por carta de 18 de março de 1596. Casou duas vezes e s. g.: a primeira com sua prima D. Catharina de Mendoça, filha de Francisco Corrêa (irmão de sua mãe), senhor de Bellas, e de D. Anna de Mendoça; e a segunda com D. Margarida Henriques, que depois foi mulher de João Mendes de Menezes e Silva, e era filha de Martim Soares d'Alarcão e de D. Violante Henriques.

22 **Manuel de Sousa**, Moço Fidalgo d'El-Rei D. João III: morreu moço.

22 **Pedro de Sousa**, deixou o paço, em que servia como Moço Fidalgo, e foi religioso da ordem de S. Francisco.

22 **Vicente de Sousa**, Moço Fidalgo acrescentado a Cavalleiro Fidalgo, Commendador de Nossa Senhora de Espinhal, junto a Agueda, da ordem de Christo, largando, logo que n'ella entrou, a tença de cincoenta mil réis que lhe havia dado com essa condição El-Rei D. Sebastião, por carta de 23 de novembro de 1562: succedeu na casa a seu irmão Diogo Lopes de Sousa; continuou a demanda sobre os senhorios de Eixo, Requeixo, etc., e ficou vencido. Nas alterações do reino teve cartas de Castella com promessas que rejeitou, porque foi fidalgo cortezão, isempto, e de grande brio. Morreu a 6 de outubro de 1606, e deixou por herdeiro dos seus bens, em que entrava a capella mór de S. Domingos de Aveiro, a Diogo Lopes de Sousa, 2.° Conde de Miranda. Casou com D. Isabel Henriques da Veiga, filha de Antonio Henriques Esteves da Veiga e de Ignez Coelho. —S. g. Tinha sido antes desposado com sua prima D. Joanna de Mendoça, filha de Francisco Corrêa, senhor de Bellas, e de D. Anna de Mendoça, o que não teve effeito, e ella tomou o habito no mosteiro de Santa Clara de Lisboa.

22 **Lourenço de Sousa**, passou á India no fim de março de 1554, na armada do Vicerei D. Pedro Mascarenhas, e lá acabou a vida. —S. g.

22 **André de Sousa**, Prior das egrejas de Requeixo e Oys, e do mosteiro de Villarinho, no Arcebispado de Braga, com ordens menores, e não foi sacerdote por perder a mão direita de um desastre.

Teve filhos illegitimos.

23 **Diogo Lopes de Sousa.** Foi á India por Capitão da nau Santa Cruz, em 1532, e voltou lá em 1539 por Capitão Mór das naus. Morreu já viuvo em Alemquer, com testamento: mandou-se sepultar na egreja de Nossa Senhora da Varzea, com sua mulher, e instituiu capella. Casou com D. Isabel de Goes, que se matou com veneno por não poder soffrer os desgostos que elle lhe dava, filha de Damião de Goes, Guarda Mór da Torre do Tombo e Chronista Mór do reino, e de D. Joanna de Hargem.

Tiveram filhos.

24 **Alvaro de Sousa**: succedeu na casa do pae, e em um morgado ins-

tituido por Balthazar Dias de Goes e sua mulher Ignez Garcia, e o possuia em fevereiro de 1603, quando fez uma escriptura de composição com a Misericordia de Alemquer. Casou com D. Isabel de Gouvêa, que elle matou injustamente com dois pelouros no corpo, e fugindo ao castigo nunca mais appareceu. — S. g.

24 **Damião de Sousa**, falleceu moço em Alemquer onde residia. — S. g.

24 **D. Filippa de Athaide**, freira no convento de Jesus em Aveiro.

23 **D. Violante de Athaide**, religiosa n'essa mesma casa.

22 **D. Catharina de Athaide.** Jaz na capella mór do convento de S. Domingos de Aveiro, que ella dotou; e foi primeira mulher de Ruy Pereira de Miranda, senhor de Carvalhaes. — S. g.

21 **Gaspar da Silva**, passou a servir na India, e lá morreu. — S. g.

21 **Christovão de Sousa**, Moço Fidalgo do serviço d'El-Rei D. Manuel, acrescentado a Escudeiro Fidalgo com tres mil cento quarenta e tres réis de moradia, como vem na matricula de 1532, e na de 1539 a Cavalleiro Fidalgo com a de tres mil e oitocentos réis. Tambem no anno de 1550, ultimo em que d'elle temos noticia, se acha com a de cinco mil réis de Cavalleiro do Conselho, porque o era de El-Rei D. João III. Duas vezes foi á India, onde da primeira o encontramos já por Capitão de um navio da armada que partiu para o Mar Roxo em 8 de fevereiro de 1516; e da segunda, em 1522, por Capitão de Chaul, e lá estava em 3 de setembro de 1524, quando chegou á mesma cidade o Vice-rei D. Vasco da Gama, Conde da Vidigueira. N'aquelle estado fez grandes serviços, e nas desavenças de Pero Mascarenhas seguiu a sua parte, sendo seu Procurador contra Lopo Vaz de Sampaio, e desgostado com elle voltou ao reino em 1528. No anno de 1540 o mandou El-Rei D. João III a Roma, por seu Embaixador ao Papa Paulo III, occasião em que os negocios requeriam um Ministro de talento que os soubesse manejar, o que fez com grande prudencia, em uma época de muitas desconfianças, que poderiam chegar a mais se não fôra a mediação de Santo Ignacio de Loyola e do Imperador Carlos V: conservou-se n'essa commissão até ao anno de 1542, como se vê das suas cartas dirigidas de Roma ao mencionado Rei, que existem na Torre do Tombo. Foi tão pouco venturoso que não teve premio, e para se poderem comparar as pagas de outro tempo com as do actual, ahi vae trasladada a provisão regia da ajuda de custo que levou, e é a seguinte: «Bastiam de Moraes: Mandovos que deis a Chris-

«tovão de Sousa, que hora vay por meu Embaixador á Côrte de Roma «500 cruzados, dos mil de que lhe faço mercê para ajuda de sua des«peza. Lisboa 20 de Abril de 1540.» Casou, depois de voltar a segunda vez da India, em 1528, e El-Rei lhe mandou pagar em 23 de dezembro de 1529, uns dezoito mil réis de seus desposorios com sua prima D. Guiomar de Castro, como fica dito a paginas 175; a qual era filha de Ayres de Sousa e de D. Violante de Mendoça.

Tiveram filhos.

22 **Ayres de Sousa**, Moço Fidalgo em 1550. Passou á India na nau Castello, em 20 de abril de 1560, e chegou em dezembro do dito anno a Goa: serviu com muita distincção, e foi morto em um combate em Xael, depois de 1573. Casou n'aquelle estado com D. Isabel da Cunha, filha de Simão da Cunha, cidadão de Goa, e de D. Jeronyma Pereira. — S. g.

22 **Ruy Dias de Sousa**. Passou com seu irmão á India, onde adquiriu fama de valoroso nas occasiões em que se achou, e foi tambem com elle morto no ataque e tomada de Xael, no reino de Ormuz. Casou com D. Maria de la Penha, filha de Garcia de la Penha, Feitor da fortaleza que ahi tinhamos. — S. g.

22 **Lopo de Sousa**, que falleceu moço e solteiro. — S. g.

22 **Thomaz de Sousa**
22 **Jeronymo de Sousa**
} Mortos no dito ataque de Xael. — S. g.

22 **D. Filippa de Castro**, Dama da Rainha D. Catharina. Casou com D. Antonio Pereira, Commendador de Cucujães. — S. g.

Illegitima.

22 **D. Maria da Silva**. Casou com D. Diogo de Almeida Freire, Capitão de Goa, e foi sua segunda mulher; sem mais noticia.

XXI **André de Sousa**, o Magnifico, Fidalgo da casa d'El-Rei D. Manuel, e do seu Conselho, como se vê de uma portaria do Mordomo Mór, de 3 de junho de 1516, para Gonçalo Vaz, Tratador das moradias, lhe pagar 5$000 réis de sua moradia, que n'essa qualidade venceu no mez de março d'esse anno, que serviu na côrte. Foi Alcaide Mór de Arronches, em virtude da

mercê que para elle fez a seu pae El-Rei D. Affonso V estando em Toro, a 12 de fevereiro de 1476; confirmada por El-Rei D. Manuel, em Santarem, a 8 de agosto de 1496. Senhor de Miranda, Podentes, Germelo, Folgosinho, Vouga, etc. e 21.º da casa de Sousa; e succedeu nos bens allodiaes de seu avô materno. Morreu a 5 de fevereiro de 1518, e jaz no mosteiro da Batalha, na capella de S. Miguel em sumptuoso mausoleu [1]. Casou com D. Maria Manuel, que teve alvará de segurança de arrhas, dado por El-Rei D. Manuel em Torres Vedras, a 9 de julho de 1495, e falleceu em 20 de fevereiro de 1532: jaz em S. João Evangelista de Evora com o seguinte epitaphio — AQUI JAZ D. MARIA MANOEL, MULHER DE ANDRÉ DE SOUSA, ALCAIDE MÓR DE ARRONCHES, E SENHOR DE MIRANDA, FILHA DE MANOEL DE MELLO E DE D. BRITES DA SILVA, SUA MULHER. FALECEO EM 20 DE JANEIRO DE 1532. Filha de Manuel de Mello, Alcaide Mór de Elvas, e Reposteiro Mór de El-Rei D. João II, e de D. Brites da Silva.

Tiveram filhos.

22 **Manuel de Sousa**, que continua.

22 **D. Brites da Silva**, Dama do Paço, dotada pelo dito Rei D. Manuel com quatro mil corôas de oiro para seu casamento, por carta feita em Evora a 7 de junho de 1520. Casou com Pedro Vaz da Cunha, que morreu na expugnação de Mombaça, do que ella teve tanto desgosto que entrou para freira no mosteiro da Madre de Deus de Lisboa. — C. g.

XXII **Manuel de Sousa**, Moço Fidalgo, acrescentado: a Escudeiro Fidalgo, por alvará passado em Lisboa a 30 de janeiro de 1520, e n'esse dia se expediu uma provisão de El-Rei, para Fernam Alvares lhe dar oito mil réis de seus corregimentos; a Cavalleiro Fidalgo em 1528; e a Cavalleiro do Conselho em 1539; dizendo-se sempre — filho de André de Sousa — por differença de outros Fidalgos do seu nome então existentes, que contando com elle, eram quatorze [2]. No anno de 1516, foi dispensado do ser-

[1] Consta dos livros; um da sachristia e outro do archivo do convento da Batalha do anno de 1513 o seguinte: «O muito generoso e virtuoso Senhor, o Senhor Manoel de Sousa, legou a este Mosteiro da Batalha, com o corpo do muy magnifico Senhor André de Sousa, seu pae que foi, a 5 de Fevereiro de 1518, e foi sepultado na Capella de São Miguel, donde jazem seu avô e pae: em tal maneira, que esta Capella he dotada por especial mandado del Rey nosso Senhor, cujo monumento he de toda a sua geração.»

[2] Os quatorze fidalgos do nome «Manoel de Sousa» que dissemos havia nesse tempo, e são os seguintes, vem declarados a paginas 661 do «*Theatro Historico, Genealogico,* «*y Panegyrico: eregido a la Immortalidade de la Excelentissima Casa de Sousa, Por Ma-*

viço do paço por um mandado de El-Rei D. Manuel, e já sciente na lingua latina passou a estudar á Universidade, que então se dizia Estudos Geraes, e lá aprendeu philosophia, mathematica e outras sciencias em que se distinguiu, de sorte que merecia ser consultado pelo insigne André Lucio de Rezende. El-Rei D. João III tendo mandado pedir aos do Conselho o seu parecer sobre largar-se ao Xarife as praças de Azamor e Çafim, respondeu elle em uma dilatada e bem elaborada carta, sustentando a opinião de se deverem conservar, escripta em Arronches, no 1.º de janeiro de 1535 [1]. No anno de 1543, em que a Infanta D. Maria, filha do referido Rei e esposa do Principe D. Filippe, filho do Imperador Carlos V, transitou d'este Reino para Castella (e na raya havia de ser entregue pelo Duque de de Bragança, D. Theodosio, a seu primo o Duque de Medina Sidonia), achou-se elle, trazendo boa companhia, para assim figurar como lhe competia, em uma funcção das de maior apparato que viu a Peninsula, pois só homens de cavallo de grande luzimento, foram quatro mil duzentos e vinte. Alcaide Mór de Arronches, Senhor de Miranda, Podentes, Germelo, Folgosinho, Vouga, etc., e 22.º da casa de Sousa. Morreu na villa de Arronches; foi sepultado no convento de Santo Agostinho, e depois trasladado em 1606 para a capella de S. Miguel, na Batalha. Casou duas vezes. A primeira com D. Isabel de Paiva, filha de D. Alvaro da Costa, Camareiro e Armador Mór de El-Rei D. Manuel, e de D. Brites de Paiva. E a segunda com D. Brites de Menezes, viuva dos dois irmãos D. Hilario e

«*noel de Sousa Moreira. Dedicale Al Excellentissimo Señor Carlos Joseph de Ligne, Mar-*«*quez de Arronches, Senescal de Haynaut, Principe del S. R. I. del Consejo de Su Mages-*«*tad, etc. (Lugar do Sello das armas de Souzas. P. Giffart fecit)* Paris, en la Emprenta «Real. Por Juan Anisson, Director de dicha Emprenta. MDCXCIV.»

1.º *Manoel de Sousa, hijo de Andres de Sousa.*
2.º *Manoel de Sousa Chichorro.*
3.º *Manoel de Sousa, hijo de Henrique de Sousa.*
4.º *Manoel de Sousa, hijo de Gonçalo Tavares.*
5.º *Manoel de Sousa, hijo de Simon de Sousa.*
6.º *Manoel de Sousa, hijo de Gonçalo de Sousa.*
7.º *Manoel de Sousa, hijo de Pedro de Sousa de Azevedo.*
8.º *Manoel de Sousa, hijo del otro Simon de Sousa.*
9.º *Manoel de Sousa, hijo de Ayres de Sousa.*
10.º *Manoel de Sousa, hijo de Alvaro de Sousa.*
11.º *Manoel de Sousa, hijo de Juan de Sousa.*
12.º *Manoel de Sousa, hijo de Jorge de Sousa.*
13.º *Manoel de Sousa de Sepulveda.*
14.º *Manoel de Sousa, hijo de Alvaro Fernandes, Chanciller Mayor.*

[1] Não damos aqui a carta acima mencionada, por muito extensa, mas o leitor curioso a encontrará copiada a paginas 663 da referida obra.

D. Tristão Coutinho, e filha de D. Luiz de Menezes, Alferes Mór do Reino, e de D. Leonor de Castro. — S. g.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

23 **André de Sousa.** Escudeiro Fidalgo acrescentado a Cavalleiro Fidalgo em 1550. Alcaide Mór de Arronches, senhor de Miranda, Podentes, Folgosinho, Avelãs de Caminha, Germelo e Salgado de Vouga, e 23.° da casa de Sousa. No anno de 1554, em que a Princeza D. Joanna, mãe de El-Rei D. Sebastião, depois de enviuvar voltou para Castella, foi por elle hospedada com grande magnificencia e despeza em sua casa, na villa de Arronches, onde habitava. Morreu na flôr da edade, de uma quéda que deu jogando a pella em uma das salas do seu palacio, fracturando o casco da cabeça por ir d'encontro á hombreira de uma porta: sepultou-se na capella mór do mosteiro de S. Domingos da dita villa, d'onde foi trasladado em 1606, para o da Batalha. Casou ainda em vida de seu pae com D. Isabel de Menezes, a qual desenganada do mundo em poucos dias mudou de estado, tomando o habito com o nome de soror Clemencia, no convento da Madre de Deus de Lisboa, e n'elle acabou santamente pelos annos de 1616; filha de D. Francisco Lobo, Alcaide Mór de Campo Maior, e de D. Branca de Menezes.

Tiveram unico filho.

24 **Manuel de Sousa,** que segue adiante.

Teve filho illegitimo.

24 **Thomé de Sousa,** Cavalleiro da ordem de Christo, com 50$000 réis de tença, da qual se lhe passou padrão em 30 de janeiro de 1613; e foi a *unica saptisfaçam* que teve dos muitos serviços por elle prestados na India, de que dá testemunho Diogo do Couto, nas suas *Decadas:* foi Capitão Mór do mar de Ceilão, Capitão de Columbo, até 1598, e de Baçaim e Goa. Na sua presença, na fortaleza de Columbo, deram os grandes da ilha de Ceilão, de que era General D. Jeronymo de Azevedo, juramento de fidelidade em 9 de maio de 1597, a El-Rei de Portugal, pela cessão que d'ella lhe tinha feito El-Rei D. João Perapandar. Casou tres vezes. A primeira com D. Maria da Cunha, filha de Mattheus da Cunha, cidadão honrado de Goa. A segunda com D. Isabel de Castro, filha de Pedro Dias de Carvalho e de D. Anna Soa-

res: e d'ella houve filhos que morreram creanças. E a terceira com D. Beatriz de Solis, filha de Damião de Solis. — S. g.

Teve filho.

Da primeira mulher:

25 **André de Sousa.** Serviu em tempo dos Vice-reis da India, Conde da Vidigueira e Ayres de Saldanha; e morreu em Cochim. — S. g.

24 **Manoel de Sousa.** Alcaide Mór de Arronches, Senhor de Miranda, Podentes, Folgosinho, Germello, Vouga, etc., e 24.° da casa de Sousa. Morreu de sete annos de edade, de saudade da ausencia da mãe. N'elle se acabou a primeira linha da sua familia, pelo que se julgou a casa vaga para a corôa por sentença da relação dada em Almeirim a 27 de março de 1574.

23 **D. Brites de Vilhena,** que continua.

XXIII D. Brites de Vilhena, Dama da Rainha D. Catharina. Casou com Fernando da Silva, Fidalgo Escudeiro com 2240 réis de moradia no anno de 1539, Commendador e Alcaide Mór de Alpalhão na ordem de Christo; Capitão e Alcaide Mór do Castello de S. Vicente a par de Belem, por carta dada em Lisboa a 28 de maio de 1560, em que succedeu a seu tio Manuel de Sampaio, Senhor de Villa Flôr. Serviu na India, governando o Vice-rei D. Garcia de Noronha e lá se achou na jornada do Estreito indo com D. Estevão da Gama. Foi filho de Antonio da Silva, que teve a mesma Commenda e Alcaidaria Mór, e de D. Maria de Tavora.

Tiveram filhos.

24 **Sebastião da Silva.** Morreu em vida de seu pae na batalha de Alcacere, sendo casado com D. Elvira de Alarcão, filha herdeira de Gaspar de Torres e de D. Elvira de Alarcão. — S. g.

24 **Manuel da Silva,** Commendador e Alcaide Mór de Alpalhão, e dos dizimos e moendas na ilha da Madeira, na ordem de Christo, Governador da Torre de Belem e da Relação do Porto: tinha servido na India, com o Vice-rei Ruy Lourenço de Tavora. Casou com D. Isabel Botelho, filha de Francisco Botelho, Estribeiro Mór do Infante D. Fernando, filho de El-Rei D. Manuel, e Capitão General de Tangere, e de D. Brites de Castanhede. — S. g.

24 **Diogo Braz da Silva**, sem estado.

24 **Simão da Silva**. Casou com D. Margarida de Castro. —S. g.

24 **Antonio da Silva**, Provincial e religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho.

24 **Jeronymo da Silva**. Morreu em Cadix, tendo servido nas armadas.

24 **D. Maria de Vilhena**, Dama da Rainha D. Catharina e de sua cunhada a Infanta D. Maria: depois freira na Annunciada de Lisboa, da ordem de S. Domingos.

24 **D. Mecia de Vilhena**, que continua.

24 **D. Isabel de Vilhena**, mulher de Antonio de Mello, Alcaide Mór de Elvas. —C. g. extincta.

XXIV **D. Mecia de Vilhena**, succedeu na casa de seus paes pelo fallecimento do irmão Manuel da Silva: e tendo-se julgado vaga para a corôa a de seus avós maternos como dissemos a pag. 194, foi dada pelo Cardeal Rei a seu tio Diogo Lopes de Sousa, com a faculdade de a nomear no sobrinho Henrique de Sousa, com a clausula de com ella casar, o que houve effeito; foi 1.º Conde de Miranda do Corvo, por carta de 21 de março de 1611, do Conselho do Estado d'El-Rei D. Filippe II na côrte de Madrid, em 1591. Governador da Relação e Casa do Porto, que, intitulada Real Chancellaria ou Casa do Civel, foi transferida de Lisboa para aquella cidade no anno de 1582, pelo referido Monarcha, e como era de menor edade, serviu por elle seu primo Pedro Guedes, senhor de Murça, desde 4 de janeiro de 1583, em que entrou de posse do dito officio, até 1591, que o passou a exercitar por si mesmo, e o fez de tal maneira que o mesmo Rei lhe escreveu de S. Lourenço El-Real, em 21 de agosto de 1595, uma carta com as seguintes palavras: *Primeiramente quiz darvos as devidas graças (como por esta hoje as dou) pela muita enteireza, rectidão, verdade e bom modo com que por muitas vias estou informado n'esse cargo me servis, e com que procuraes se faça Justiça; etc.* Cingiu a espada para acompanhar El-Rei D. Sebastião á infeliz batalha de Alcacere, e sendo n'ella captivo se resgatou á sua custa. Na occasião em que o Prior do Crato, invadiu este reino auxiliado pela armada ingleza de Drake, e que fundeou á Boavista, tendo desembarcado em Peniche doze mil homens commandados por Norris, elle se offereceu ao Cardeal Alberto, Archiduque de Austria e Governador de Portugal, para tomar á sua conta o cuidado e

ronda da porta de Alcantara, o que fez com grande sequito de parentes, amigos e apaniguados. O mesmo Rei D. Filippe lhe deu a Commenda de Alvalade, no Campo de Ourique, da ordem de Santiago. Foi Alcaide Mór de Arronches, senhor de Miranda, Podentes, Folgosinho, Germelo, e Vouga, etc., 26.º senhor da casa de Sousa. Morreu em Aveiro, d'onde foi trasladado para a capella de S. Miguel no convento da Batalha.

Tiveram filhos.

25 **Diogo Lopes de Sousa**, 2.º Conde de Miranda, que continua.

25 **D. Maria de Vilhena**. Nasceu a 9 de julho de 1583, e casou com Lourenço da Silva, 9.º senhor de Vagos. — S. g.

25 **Vasco de Sousa**. Nasceu em Aveiro em 1 de novembro de 1584. Porcionista do real collegio de S. Paulo da universidade de Coimbra, por provisão de 9 de agosto de 1602. Theologo, Conego na sé de Braga e na de Evora, e depois Magistral na de Coimbra, provido em 5 de junho de 1615. Reitor d'aquella universidade, confirmado por El-Rei D. Filippe II a 13 de janeiro de 1618, anno em que morreu a 25 de junho.

25 **D. Brites de Vilhena**. Nasceu em Aveiro a 25 de fevereiro de 1586: foi Dama da Rainha D. Margarida d'Austria, e depois religiosa nas descalças de Lerma, onde acabou com opinião de virtude.

25 **Fernando de Sousa**. Nasceu a 5 de junho de 1587, e morreu no anno seguinte.

25 **D. Margarida de Vilhena**. Nasceu em Aveiro a 12 de fevereiro de 1589, e falleceu religiosa no convento da Annunciada de Lisboa, da ordem de S. Domingos.

25 **D. Joanna de Vilhena**. Nasceu em Aveiro a 6 de maio e morreu a 20 de julho de 1590.

25 **Manuel de Sousa**. Nasceu no Porto a 6 de maio de 1591: foi no paço menino da Rainha, Commendador de Santa Maria de Gundar na ordem de Christo; acompanhou seu irmão Diogo Lopes de Sousa a Flandres, seguindo a vida militar, e lá morreu. — S. g.

25 **João de Sousa**. Nasceu no Porto a 27 de junho de 1593; passou com seu pae á côrte de Madrid e ahi falleceu em 25 de abril de 1610. — S. g.

25 **D. Marianna de Vilhena.** Nasceu no Porto a 15 de agosto de 1594, onde morreu de tenra edade.

25 **D. Genebra de Vilhena.** Nasceu no Porto a 29 de março de 1596; falleceu no mosteiro da Annunciada, onde foi creada com sua irmã D. Margarida.

25 **D. Antonia de Vilhena.** Nasceu no Porto a 6 de outubro de 1600, e casou com D. Francisco de Mello, 1.º Conde de Assumar, como está dito a paginas 27.

25 **D. Magdalena de Vilhena.** Nasceu no Porto a 4 de abril de 1602. Casou com Lourenço Pires de Carvalho, Provedor das obras do paço e senhor do morgado de Patalim. — C. g.

XXV **Diogo Lopes de Sousa,** 2.º Conde de Miranda, Presidente do Conselho da Fazenda, por carta de 29 de março de 1633, emprego que só elle serviu n'este reino. Governador da Relação e Casa do Porto, cargo que juntamente com a administração da casa lhe cedeu seu pae em 1613, e logo no mesmo anno fez edificar n'essa cidade o palacio conhecido com o nome de *Casa da Relação do Porto,* o que El-Rei D. Filippe II lhe agradeceu em carta de 26 de junho, e por outra de 3 de agosto, ambas do dito anno, o incumbiu de exercitar a milicia denominada *Ordenanças,* sobre tudo nos portos maritimos que se viam vexados pelos insultos dos corsarios, o que elle executou com tanto acerto que foi encarregado, em carta regia de 20 de maio de 1615, da defeza de toda aquella costa, com tanta satisfação dos habitantes do Porto, Villa do Conde e Vianna, que pozeram á sua disposição seis fragatas armadas á custa d'elles. No anno de 1619, em que o mesmo Rei D. Filippe II fez a sua apparatosa entrada n'este reino, sendo recebido pela cidade de Lisboa com *admiravel magnificencia,* assim como seu filho o Principe (depois Rei D. Filippe III) que novamente foi jurado herdeiro d'estes reinos nas côrtes celebradas em Thomar, achou-se elle presente a este acto convocado por carta regia, e então, estando ainda vivo o pae, se lhe deu o titulo de Conde, mercê n'essa época muito apreciada pela raridade. Finda esta funcção voltou a exercer aquelle governo, levando tambem na sua jurisdicção o das armas e partido do Porto: preparando-se para um ataque que no anno de 1622 se projectou por aventureiros para d'ella se apoderarem; não se distinguindo menos quando, por haverem os hollandezes tomado a cidade do Salvador, da Bahia de Todos os Santos, aos 30 de maio de 1624, em menos de seis mezes aprompton á custa de muitos esforços e despezas onze embarcações das mais bem petrechadas que entraram no Tejo, para fazerem parte da armada portugueza de vinte e seis vasos que saiu a recuperar aquella possessão, o que teve effeito

em 30 de abril de 1625. Serviu no exercito do Marquez Ambrosio Espinola, nas campanhas de Flandres em 1606 e 1607. Foi senhor de Miranda, Podentes, etc. e 27.° da casa de Sousa; Alcaide Mór de Arronches; Commendador de Alvalade e da hereditaria da villa de Sousa, na ordem de S. Thiago, em que succedeu a 2 de outubro de 1629, por morte sem successão do ultimo possuidor Diogo Freire d'Andrada. Tinha sido chamado em 19 de abril de 1638 por El-Rei D. Filippe III, para com outros senhores formarem em Madrid uma junta sobre os negocios de Portugal, e se achava com a sua familia n'aquella côrte quando teve logar a acclamação de 1 de dezembro de 1640: a satisfação que lhe causou este acontecimento logrou pouco, porque falleceu na mesma cidade a 27 d'esse mez e anno, e lá foi depositado no convento de Santo Ildefonso das trinas descalças, de que é padroeira a sua casa. Os seus ossos foram trasladados em 1646 para Santa Catharina de Ribamar, e depois, em 24 de maio de 1691, para a capella de S. Miguel no convento da Batalha, para um magnifico mausoléo que ahi lhe fez levantar seu filho o Cardeal Sousa; n'elle jaz com epitaphio[1]. Casou com D. Leonor de Mendoça, que falleceu em 24 de agosto de 1656 e sepultou-se em Santa Catharina de Ribamar: era filha dos 1.os Condes de Penaguião, João Rodrigues de Sá e Menezes e D. Isabel de Mendoça.

Tiveram filhos.

26 **Henrique de Sousa Tavares**, 1.° Marquez de Arronches, que continua.

26 **Luiz de Sousa**. Nasceu no Porto a 6 de outubro de 1630; creou-se na côrte de Madrid, e em 1638 serviu no paço com o exercicio de menino da Rainha; voltou para o reino em 1646 na companhia de sua mãe. Em 8 de fevereiro de 1651 partiu para Roma, e n'aquella côrte, seguindo a universidade, se graduou Doutor em canones. Em 26 de setembro de 1656 se restituiu a Portugal, vindo já Deão da cathedral do Porto, em que foi provido pelo Papa Alexandre VII. Em 1658 foi eleito pelo cabido Governador d'aquelle bispado; e no de 1659, pela ausencia de seu irmão então Conde de Miranda, da Relação e Armas da mesma cidade e seu districto, por nomeação de El-Rei D. Affonso VI; e pela de seu irmão o Principe Regente D. Pedro, em 1669, seu Capellão Mór. O Papa Clemente X o fez Bispo de Bona, e sagrou-se na capella real com assistencia das pessoas reaes, a 14 de junho de 1671. Vagando a egreja metropolitana de Lisboa, o nomeou o mesmo Principe Regente seu Arcebispo, em 17 de setembro de 1675, e tomou posse a 22 de janeiro de

[1] Vem copiado na Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, tomo XII, paginas 533.

1676; do Conselho do Estado em 30 de agosto de 1679; e Cardeal da Santa Egreja romana creado pelo Papa Innocencio XII, em 1697, e n'esse anno a 6 de novembro foi ao paço receber as honras da nova dignidade. Morreu em terça feira 5 de janeiro de 1702, e jaz na capella de Nossa Senhora da Piedade, na claustra da basilica de Santa Maria, em sepultura rasa.

26 **D. Isabel de Mendoça.** Nasceu no Porto a 9 de julho de 1624, e morreu em 1625.

26 **D. Mecia de Mendoça.** Nasceu na dita cidade a 2 de junho de 1627. Casou com o 1.º Conde da Ribeira Grande, D. Manuel da Camara. — C. g.

XXVI Henrique de Sousa Tavares, 1.º Marquez de Arronches por carta de 27 de junho de 1674, 3.º Conde de Miranda, Gentil Homem da Camara e Estribeiro Mór do Principe D. Theodosio, Governador da Relação e Casa do Porto, do Conselho do Estado e Guerra d'El-Rei D. Pedro II, Commendador de Villa Nova de Alvito e de Alpalhão, na ordem de Christo, e da Commenda hereditaria de Sousa, na de S. Thiago, Alcaide Mór de Arronches, senhor de Miranda e Corvo, Podentes, etc. e 28.º da casa de Sousa. Havendo tido logar em 1 de dezembro de 1640 a acclamação de El-Rei D. João IV, e achando-se elle em Hespanha, tratou de se recolher á patria, o que só pôde levar a effeito saindo de Madrid em 1 de abril de 1643, indo pela posta para Bilbau; d'ahi, com o pretexto de ir servir em Flandres, em um navio inglez por elle afretado, se transportou á Bretanha de França, e dirigindo-se a Paris encontrou n'essa cidade o Marquez de Niza, Embaixador extraordinario d'El-Rei D. João IV n'aquella côrte, que participou logo a sua chegada ao mesmo senhor em carta de 26 de julho, o qual lhe mandou responder por outra, cheia de honradas expressões, feita em Evora a 30 de outubro, e ambas do referido anno. Novamente embarcou em um navio zelandez que se fez de vela para Portugal no seguinte mez de dezembro. Na altura do cabo de S. Vicente foi investido por um corsario turco, travando-se renhido combate em que foi ferido por um estilhaço de artilharia no hombro direito, não continuando a peleja porque no seu maior calor foram separados por uma tempestade, que impellindo a sua embarcação na volta do norte, foi fazer naufragio em um penedo, salvando-se apenas tres pessoas, em que entrou elle, que abraçado a uma taboa, depois de lutar seis horas com as ondas, com mais de vinte feridas, foi arrojado á praia de villa do Conde. Curado e restabelecido chegou á côrte, e apresentou-se a El-Rei, que o recebeu com as honrosas attenções devidas á sua pessoa, e á fineza com que se havia exposto a tantos perigos só para o vir servir. Passou logo a entrar em exercicio de campanha, fazendo a

do Alemtejo em 1645, e sendo Mestre do Campo do terço da armada embarcou de guarda-costas ás frotas do Brazil e naus da India em 1655 e 1656. Na occasião em que D. Fernando Telles de Faro, esquecido da honra, do nascimento e da patria, com abominavel escandalo se passou ao serviço de Castella, largando a embaixada aos Estados Geraes da Hollanda, para onde tinha sido mandado em 1657, foi elle nomeado pela Rainha Regente para o substituir, e saiu de Lisboa em 21 de outubro de 1659. N'aquella côrte mostrou o grande talento de que era dotado, concluindo um tratado de paz entre a nossa corôa e as provincias dos referidos Estados Geraes, celebrado em 6 d'agosto de 1661, e ratificado pela Magestade Portugueza a 24 de julho e pelos Estados Geraes a 9 de novembro do anno de 1662. Nas solemnidades do casamento d'El-Rei D. Affonso VI se achou sendo um dos padrinhos nas cannas que se correram no Terreiro do Paço em 17 de outubro de 1666. Chegando o ponto de se tratar da paz com Castella, foi elle um dos Plenipotenciarios nomeados e que assignaram aquelle tratado; e depois de publicado o nomeou o Principe Regente por seu Embaixador extraordinario a El-Rei catholico: saiu de Lisboa a 13 de junho de 1669, residiu tres annos na côrte de Madrid, e regressou á nossa em 15 de maio de 1672. Assistiu no anno de 1677, em que se achava no reino, aos 16 de julho, á trasladação dos ossos do Duque de Bragança D. Theodosio II para o convento de nossa Senhora da Graça de Villa Viçosa, e em 29 de outubro á das reliquias da Rainha Santa Isabel para o de Santa Clara em Coimbra. Depois, estando no seu governo do Porto, foi chamado á côrte em 9 de fevereiro de 1680, e recebeu ordem que logo partisse para a Grã-Bretanha, onde a Rainha D. Catharina, assombrada de insolentes opposições dos inglezes protestantes, necessitava da prudencia de um ministro do talento e caracter d'elle, e depois de residir quasi tres annos n'aquella côrte, voltou á patria acreditando com o successo o seu merecimento. Quando a mesma senhora se retirou de Inglaterra vindo por França, no anno de 1692, foi nomeado por El-Rei seu irmão para a conduzir, e partiu em 1 de novembro, acompanhado de parentes e criados, com grande luzimento, para a ir esperar á praça de Almeida. Nasceu no Porto a 17 de janeiro de 1626, e morreu em Lisboa a 10 d'abril de 1706; jaz em Santa Catharina de Ribamar. Casou em 1645 com D. Marianna de Castro, Dama do paço, filha herdeira de D. Antonio Mascarenhas, Commendador de Castello Novo na ordem de Christo, e de D. Isabel de Mendoça.

Tiveram filhos.

27 **Diogo Lopes de Sousa.** Nasceu e morreu no mesmo dia, 10 de dezembro de 1645.

27 **Diogo Lopes de Sousa**, 4.º Conde de Miranda, que continua.

27 **D. Isabel Maria Antonia de Mendoça.** Nasceu em Lisboa a 11 de abril de 1648, e casou com o 1.º Marquez de Angeja, D. Pedro Antonio de Noronha. — C. g.

27 **D. Antonio de Sousa.** Nasceu a 6 de janeiro de 1649 e falleceu com poucos dias de vida.

27 **D. Antonio Rosendo de Sousa.** Nasceu a 10 de março de 1650; foi Porcionista no collegio de S. Pedro, por provisão de 26 de janeiro de 1672, e teve a commenda de Sousa, de que tirou carta em 11 d'abril de 1676. Acompanhou seu pae quando ia para Inglaterra em 1680, mas antes de lá chegar, tendo corrido a posta a travez da Hespanha até França, foi morrer de uma maligna em Montroulle.

27 **D. Vasco de Sousa.** Nasceu em julho e falleceu em dezembro de 1651.

27 **D. Leonor Thereza Rosa de Sousa.** Nasceu em Lisboa a 2 de julho de 1652, e casou com o 2.º Marquez de Tavora, Antonio Luiz de Tavora. — C. g.

27 **D. Maria Josepha de Mendoça.** Nasceu a 6 de julho de 1657 e morreu menina.

27 **D. Brites Francisca de Mendoça.** Nasceu no Porto a 26 de junho de 1658, e foi mulher de D. José de Menezes, Commendador de Vallada. — C. g.

XXVII **Diogo Lopes de Sousa,** 4.º Conde de Miranda, e do Conselho de El-Rei, Cavalleiro da ordem de Christo, e houve dispensa da menoridade, para n'ella se habilitar, por despacho da Meza da Consciencia e Ordens de 29 de abril de 1659. Serviu na campanha de 1667, na occasião em que as armas portuguezas, correndo a Galliza, tomaram o forte da Guarda. Nasceu em Lisboa a 16 de dezembro de 1646, e morreu em vida de seu pae a 26 de janeiro de 1672 na cidade do Porto, e lá foi depositado no convento de S. Francisco. Casou em 8 de abril de 1666 com D. Margarida de Vilhena, que depois foi mulher de D. Luiz Peregrino de Athaide, 8.º Conde de Atouguia. Falleceu[1] em 19 de fevereiro de 1725 e jaz na egreja do convento de S. João de Deus: era filha dos 3.os Condes de Sabugal, D. João Mascarenhas e D. Brites de Castello Branco.

[1] Segunda feira fallecêo a senhora D. Margarida de Vilhena, Condessa de Atouguia, viuva do decimo Conde deste titulo D. Luiz de Ataide, e primeiro havia sido ca-

Tiveram filha unica.

28 D. **Marianna Luiza Francisca de Sousa Tavares Mascarenhas e Silva**, que continua.

XXVIII D. Marianna Luiza Francisca de Sousa Tavares Mascarenhas e Silva, 2.ª Marqueza de Arronches, 5.ª Condessa de Miranda, 29.ª senhora da casa de Sousa e successora de todos os bens da coroa e ordens, morgados, padroados, etc. a ella pertencentes. Nasceu no Porto em 25 de abril de 1672, e falleceu em Lisboa a 30 de dezembro de 1743 [1], sepultando-se em Santa Catharina de Ribamar. Casou a 23 de abril de 1684 com Carlos José de Ligne, Principe do Sacro Romano imperio, Marquez de Arronches, Conde de Miranda, Cavalleiro da ordem de S. Thiago, mandando-se-lhe lançar o habito em 27 de junho d'esse anno, do Conselho de El-Rei D. Pedro II e seu Embaixador ao Imperador de Allemanha Leopoldo I: nasceu em Baudeur, no Haynault, em 20 de agosto de 1661 e morreu na cidade de Padua a 20 de janeiro de 1713. A este Principe é que foi dedicada a *Historia da Casa de Sousa,* composta, á instancia e por diligencia do Cardeal D. Luiz de Sousa, por Manuel de Sousa Moreira, mencionada na nota a paginas 191. Filho terceiro de Claudio Lamoral, Principe de Ligne, de Amblisse, e do Sacro Romano imperio, Grande de Hespanha de primeira classe, 1.º Ber de Flandres, Par, Seneschal e Marechal do Haynault, Cavalleiro do Tosão d'Oiro, do Conselho de Estado de El-Rei Catholico, Vice-rei da Sicilia, Governador de Milão, General de Cavallaria e Mestre de Campo General dos exercitos de Flandres [2], e da Princeza Clara Maria de Nassau, sua prima co-irmã.

sada com Diogo Lopes de Sousa, filho do primeiro Marquez de Arronches, de quem teve a senhora Marqueza de Arronches, viuva do Principe de Ligne, e foi sepultada na Igreja dos Religiosos de S. João de Deos.

Gazeta de Lisboa, quinta feira 21 de fevereiro de 1725, paginas 64.

[1] Fallecêo nesta cidade a 30 de dezembro do anno passado em idade de 71 annos, e 9 mezes a Illustrissima e Excellentissima Senhora D. Maria Anna Luiza Francisca de Sousa Tavares da Silva Mascarenhas, 2.ª Marqueza de Arronches, 5.ª Condessa de Miranda, Senhora e Commendadora de Sousa e de S. Vicente de Villa-Franca de Xira, viuva do Principe Carlos José de Ligne, 2.º Marquez de Arronches, fallecido em Veneza, no anno de 1712. Foi sepultada no dia seguinte na Igreja do Convento dos Religiosos Arrabidos de Santa Catharina de Ribamar, onde he o jazigo da sua casa. Havia nascido na cidade do Porto, a 25 de abril do anno de 1672.

Gazeta de Lisboa, terça feira 7 de janeiro de 1744, paginas 12.

[2] Claudio Lamoral, foi filho de Florencio de Ligne, Marquez de Roubé, Principe de Amblisse, etc. que era irmão de Anna de Ligne, mencionada a paginas 85, segunda mulher de D. Filippe de Cardona, 4.º Marquez de Guadalete e Almirante de Aragão,

Tiveram filhos.

29 **D. Clara Maria de Nassau.** Nasceu a 13 de fevereiro de 1689 e morreu na flor da edade.

29 **D. Margarida de Ligne.** Nasceu a 3 de outubro de 1690 e pouco viveu.

29 **D. Luiza Antonia Ignez Casimira de Sousa Nassau e Ligne,** 1.ª Duqueza de Lafões, que continua.

XXIX D. Luiza Antonia Ignez Casimira de Sousa Nassau e Ligne. Teve honras de Duqueza por mercê de 2 de abril de 1716 [1]; depois em 22 de junho de 1718, o foi de Lafões [2], com tratamento de Alteza, que lhe foi julgado por tres sentenças, na Casa da Supplicação a 7 de novembro de 1722; confirmado por haverem sido embargadas a 6 de abril de 1723, e passou a ultima pela Chancellaria, n'esse mesmo anno a 16 de dezembro. Foi 6.ª Condessa de Miranda, 30.ª senhora da casa de Sousa, e dos mais bens da coroa e ordens, de morgados e livres, padroados e juros, que sua mãe possuia, a qual todos lh'os cedeu, com a unica reserva de seis mil cruzados para si, e de viver na sua companhia, na escriptura dotal que se outorgou a 5 de janeiro de 1715, na occasião de a casar. Nasceu a 9 de junho de 1694; e falleceu a 16 de maio de 1729 [3]. Jaz

sextos avós da *Imperatriz dos Francezes, Sua Magestade a Senhora D. Maria Eugenia Palafox e Kirck Patrik de Gusmão Portocarrero Fernandes de Cordova.*

[1] A Senhora D. Luiza Casimira, foi quinta feira de tarde a palacio beijar a mão á Rainha nossa Senhora, que lhe deu o tratamento de Duqueza. Foi seu conductor o Duque D. Jayme, em hum coche de Sua Magestade que precedia a liteira da mesma Senhora que era riquissima, seguida de seu Estribeiro a cavallo e de dois coches de creados a seis mullas.

Gazeta de Lisboa Occidental, sabbado 4 de abril de 1716, paginas 64.

[2] Em terça feira 21 do corrente fez doação Sua Magestade ao Senhor D. Pedro, filho do Senhor D. Miguel, do concelho de Lafões com o titulo de Duque, incluindo-se nesta mercê todas as villas, e terras do mesmo Concelho, com todas as jurisdicções, fóros, e tributos que pertencião á Corôa, datas de officios, apresentação de juiz de fóra, chamando-se os moradores seus vassallos, e servindo os officios pelas suas cartas; e á Senhora D. Luiza Casimira de Nassau e Sousa, mãi do mesmo Senhor D. Pedro, fez mercê de que lograsse as honras, que já lhe tinha feito de Duqueza, com o titulo de Duqueza de Lafões.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 23 de junho de 1718, paginas 200.

[3] Falleceu na manhã de 16 do corrente em idade de 35 para 36 annos, depois de huma dilatada infermidade, a Excellentissima Senhora D. Luiza Casimira de Sousa, Duqueza de Lafões, filha de D. Carlos Joseph de Ligne, Principe e Senescal do Sacro Romano

com seu marido. Casou a 30, precedendo a escriptura dotal feita a 5, do mez de janeiro de 1715, com o senhor D. Miguel, que nasceu a 15 de outubro de 1699, filho de El-Rei D. Pedro II, e de D. Anna Armanda de Vergé, que menina viera de França com sua mãe na companhia da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya, irmã de Pedro José de Vergé, Cavalleiro da ordem de Christo com 20$000 réis de tença, habilitado em 3 de maio de 1682, para receber o habito; o qual na monção d'esse anno foi servir á India, e filhos de Pedro Pastre de Vergé, Capitão de infanteria e Quartel Mestre nos exercitos de El-Rei Christianissimo; e de Catharina Thereza Bocar, Açafata da Infanta D. Isabel. El-Rei seu pae, antes de fallecer o declarou por filho [1], e lhe fez mercê da Alcaidaria Mór e Commenda de Thomar, e das Commendas de Santa Maria do Marmeleiro, da Gollegã e de Niza, todas na ordem de Christo. El-Rei D. João V lhe poz casa propria e a seu irmão D. José, para o que se preparou o palacio do Conde de Soure, e entraram n'elle a 19 de março de 1712, achando ahi creados com fóros da casa real, de moços da camara e guarda roupa, e por Estribeiro a Bernardo Pimenta de Avelar, moço da guarda roupa de

Imperio e segundo Marquez de Arronches, e da Senhora Marqueza D. Marianna Luiza Francisca de Sousa Tavares da Silva e Mascarenhas, herdeira da illustre casa de Arronches. Havia sido casada com o Senhor D. Miguel, filho natural do Serenissimo Rei D. Pedro 2.º Foi o seu corpo depositado no Mosteiro dos Religiosos Arrabidos de Santa Catharina de Ribamar.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 24 de março de 1729, paginas 96.

[1] Declaro, que fóra do matrimonio tive dous filhos de mulheres desobrigadas, e limpas de toda a naçaõ infecta, hum se chama D. Miguel, e outro D. Joseph, ambos se criaõ em casa de Bartholomeu de Sousa Mexia, encomendo ao Principe lhes dê aquelle estado, que for mais conveniente, e decente a suas pessoas, como a irmãos seus, em que vivaõ com aquella abundancia, que naõ se vejaõ obrigados a necessitar de outra protecçaõ mais, que da sua; e porque o dito Bartholomeu de Sousa Mexia me tem servido com fidelidade, e zelo, em todas as occupações, que lhe encarreguey, particularmente na boa educaçaõ dos ditos meus filhos, encomendo muito especialmente ao Principe, que attenda aos seus merecimentos, e serviços, para o honrar, e lhe fazer mercê. Ao Principe encomendo favoreça, e ampare todos os meus Criados, e que naõ os conservando no seu serviço lhes dê os mesmos ordenados, e mezadas, que eu lhes dava, de qualquer calidade, ou côr, que sejaõ, para que possaõ sustentarse limpamente, conforme a graduaçaõ de suas pessoas, e que na repartiçaõ das esmolas, que mando fazer do rendimento dos cincoenta mil cruzados, que se haõ de pôr a juro, pela verba do meu Testamento, tenhaõ preferencia aquelles, que o mesmo Principe sabe, que eu me dava por mais bem servido delles, e que no numero dos Criados entrem tambem os Escravos, os quaes declaro por livres depois do meu falecimento. Ao Padre Sebastiaõ de Magalhaens mandey fazer estas declarações, que assiney. Guarda 19 de Setembro de 1704. — Rey.

Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, tomo V, paginas 90.

El-Rei, pessoa de muita prudencia, para que lhes assistisse sempre morando na mesma casa. Ambos os irmãos tiveram o tratamento de Alteza, e no dia 17 de março de 1714, foram ao paço em publico, para serem apresentados a Suas Magestades e Altezas: depois foi o senhor D. Miguel, armado Cavalleiro da ordem de Christo, pelas duas horas da tarde do dia 22 do dito mez e anno, pelo mesmo monarcha, fazendo-se a funcção no paço com assistencia dos principaes senhores da côrte. Não tendo recebido o sacramento da confirmação, assim como a Duqueza [1], lh'o conferiu a ambos o Patriarcha, sendo El-Rei tambem seu padrinho. Morreu na noite de 13 de janeiro de 1724 [2] afogado no Tejo, por se lhe haver voltado o

[1] Sexta feira passada fez El-Rei nosso Senhor a função de ser Padrinho da Crisma da Senhora Duqueza de Lafões, no palacio da mesma Senhora, onde esteve com os Senhores Infantes; e lhe deu hum fio de perolas, com hum grande diamante pingente, e dois no remate, estimado tudo em 30$ cruzados.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 4 de maio de 1719, paginas 144.

[2] Quinta feira da semana passada 13 do corrente, recolhendo-se da outra parte do Tejo (onde tinhão ido a huma caçada), o Senhor D. Miguel, e o Senhor D. Joseph, seu irmão, e vindo já perto de Lisboa, donde tinhão sahido no mesmo dia, cahio ao mar o patrão do escaler, em que vinhão, o qual perdido o leme que elle governava, se voltou com o vento, que repentinamente sobreveio; o Senhor D. Joseph com grande acordo se poz sobre a quilha, e fazendo por salvar a seu irmão, o não pôde conseguir, por que o Senhor D. Miguel, e toda a sua comitiva não apparecêrão mais até hoje, excepto o cadaver de hum musico da capella, que se chamava Carlos Christini, que se achou dentro do escaler virado: quasi milagrosamente encontrou o Senhor D. Joseph, a amarra de hum navio, á qual se pegou e atando á cintura hum cabo, que delle lhe lançárão, escapou do naufragio mui mal tratado, pela grande copia de agua, que tinha bebido, até que lançando-a fóra ficou livre. Era o Senhor D. Miguel, filho legitimado do Senhor Rei D. Pedro, de gloriosa memoria, nascido em 15 de outubro de 1699, casou em 29 de janeiro de 1715, com a Senhora D. Luiza Casimira de Nassau e Sousa, Duqueza de Lafões, filha de D. Carlos Joseph de Ligne, Principe de Ligne, e do Sacro Romano Imperio, e herdeira da casa de Arronches. Ficárão-lhe tres filhos deste matrimonio, a Senhora D. Joanna, que nasceo em 17 de novembro de 1715, o Duque de Lafões D. Pedro, e seu irmão D. João. Foi a morte do Senhor D. Miguel, universalmente sentida por ser ornado de muitas virtudes e sciencias, de galharda presença, e muito cortez e generoso. ElRei nosso Senhor, a Rainha nossa Senhora, e os Senhores Infantes, se recolhêrão tres dias, e Sua Magestade tomou luto de capa comprida por hum mez, e outro de capa curta, e o mesmo se mandou praticar aos grandes e officiaes da casa.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 20 de janeiro de 1724, paginas 24.

E na de egual dia, 3 de fevereiro, paginas 40 — vem mais.

Em trinta do mez passado comprio annos a Senhora Infanta D. Francisca, a quem toda a côrte com este motivo beijou a mão, vestida de gala, tirando por ordem de Sua Magestade o luto, que se traz pelo Senhor D. Miguel, que se tornou a continuar no dia

escaler em que vinha da outra banda. Sendo achado o seu corpo a 5 do seguinte mez de fevereiro, foi conduzido para Santa Catharina de Ribamar, para ahi ser sepultado.

Tiveram filhos.

30 D. **Joanna Francisca Antonia Perpetua de Bragança,** nasceu a 11 de novembro de 1715 [1] e foi baptisada com grande pompa no palacio de seu pae a 25 de dezembro d'esse anno, pelo Cardeal da Cunha, Capellão Mór, sendo padrinho El-Rei D. João V, que assistiu a esse acto acompanhado dos Infantes D. Francisco e D. Antonio, e de toda a côrte. Teve as honras e prerogativas de Duqueza com antiguidade de 23 de junho de 1738, dia em que lhe foi feita a mercê, para haver de preceder ás Duquezas creadas depois d'essa data, e se lhe passou carta em 20 de setembro do dito anno, que foi o do seu casamento [2]: e a 26 do seguinte mez de

seguinte; e com a mesma occasião deu o Conde de Pinos, Ministro Imperial, hum magnifico jantar a muitos Fidalgos e Ministros portuguezes e estrangeiros.

Na tarde de sabbado 5 do corrente pelas duas horas, apparecêo junto á ancora de huma galera estrangeira, chamada Aurora, o corpo do Senhor D. Miguel, o qual sendo reconhecido judicialmente de ordem d'ElRei nosso Senhor, que Deos guarde, pelo Doutor João Marques Bacalhão, Corregedor da rua nova, foi conduzido de noite ao Mosteiro de Santa Catharina de Ribamar, de Religiosos Capuchos Arrabidos, de que a excellentissima casa de Arronches he padroeira, e ahi ficou em deposito, havendo-o acompanhado em varios escaleres os parentes da mesma casa, e a sua familia com alguns Religiosos; e nos dias seguintes se lhe fizerão suffragios em todos os Mosteiros e Igrejas da côrte, dobrando juntamente os sinos de todas.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 10 de fevereiro de 1724, paginas 48.

[1] A Senhora D. Luiza Casimira, mulher do Senhor D. Miguel, irmão natural de Sua Magestade que Deos guarde, pario huma filha na madrugada de segunda feira 11 do corrente, cujo nascimento se festejou com luminarias no seu palacio.

Gazeta de Lisboa, sabbado 16 de novembro de 1715, paginas 76.

Na Gazeta de Lisboa, de sabbado 4 de janeiro de 1716; a paginas 4 se diz em nota —Tambem se dará em outra (Relação) a noticia do baptismo da filha do Senhor D. Miguel, cujas circumstancias se não podérão incluir na presente Gazeta.

[2] Havendo o Duque de Lafões, e o Marquez de Cascaes, convidado os parentes e a côrte, se ajuntárão todos no paço a 21 do mez passado, e beijárão a mão a Suas Magestades e Altezas pela honra, que ElRei nosso Senhor lhes fez de haver approvado, e declarado no domingo 15 do proprio mez, o casamento de sua sobrinha a Senhora D. Joanna Perpetua de Bragança, filha de seu irmão o Senhor D. Miguel, e da Senhora Duqueza de Lafões, e neta por seu pai do Serenissimo Senhor Rei D. Pedro II, com o Conde de Monsanto, D. Luiz José de Castro e Noronha, filho dos Marquezes de Cascaes.

outubro, foi ao paço com grande sequito de grandes e de fidalgos para receber as honras do seu titulo, que lhe foram conferidas em audiencia da Rainha e da Princeza do Brazil [1]. Falleceu em 20 de agosto de 1785, e no dia immediato se deu á sepultura no convento de Santa Catharina de Ribamar. Suas Magestades e Altezas tomaram luto por dois mezes, egual tempo porque o fizeram pelo fallecimento do Infante de Hespanha D. Luiz [2]. Casou em 20 de setembro de 1738 [3], com D. Luiz José

A 23 do proprio mez fez Sua Magestade mercê á mesma Senhora D. Joanna, de lhe dar as honras de Duqueza na mesma fórma que as havia conferido a sua mãi a Senhora Duqueza de Lafões. Fez tambem mercê a D. João Carlos de Bragança, irmão da Senhora D. Joanna, das honras de Marquez com quinhentos mil réis de assentamento; e ao Conde de Monsanto, do titulo de Marquez de Cascaes, para logo se encartar nelle, por cujas mercês repetio a côrte no dia seguinte (que foi o de S. João), o beijar a mão a ElRei nosso Senhor e a Suas Altezas. A 29 forão a Senhora Marqueza de Cascaes, e a Senhora Condessa de S. Vicente com as parentas e mais senhoras da côrte ao paço, e beijárão a mão á Rainha nossa Senhora, e a Suas Altezas, com o mesmo motivo; e no dia 14 de julho se assignárão no palacio do Duque de Lafões, as escripturas deste casamento.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 17 de julho de 1738, paginas 346.

[1] Havendo a Rainha nossa Senhora determinado dar no domingo 26 de outubro á Illustrissima e Excellentissima Senhora D. Joanna Perpetua de Bragança as honras de Duqueza, veio no mesmo dia com a Senhora Princeza do Brasil, de huma das Casas Reaes do campo do sitio de Belem, onde ao presente se acha residindo, jantar ao palacio desta cidade, e nelle pelas quatro horas deu audiencia, com as referidas honras á mesma Senhora que tinha ido recebel-as, no seu coche acompanhadá de grande numero de gente da sua libré; levando o seu estribeiro a cavallo, e dois coches com os seus gentis-homens e pagens; precedida do coche de seus irmãos o Duque de Lafões, que fez a função de seu braceiro, e D. João Carlos de Bragança, que fez a de seu caudatario, e dos coches dos parentes e senhores da côrte, que todos assistírão a este acto, e acompanhárão depois ao seu palacio.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 30 de outubro de 1738, paginas 527.

[2] A Illustrissima e Excellentissima Senhora D. Joanna Perpetua de Bragança, Marqueza viuva de Cascaes, com honras de Duqueza, e irmã do Excellentissimo Duque de Lafões, fallecêo a 20 do corrente nesta cidade, onde as distinctas virtudes e estimaveis qualidades desta illustre Senhora, farão por muito tempo saudosa a sua memoria.

Gazeta de Lisboa, terça feira 23 de agosto de 1785.

E em outra Gazeta, de terça feira 30 do mesmo mez e anno, vem mais o seguinte. — Sua Magestade determinou, que a côrte tome luto por dois mezes, o primeiro rigoroso e o segundo aliviado pela morte do Serenissimo Infante D. Luiz. — A mesma Senhora, igualmente determinou, que se tomasse luto pelo mesmo tempo, pela morte da Senhora Duqueza D. Joanna Perpetua de Bragança.

[3] Na tarde de sabbado 20 do corrente, se celebrárão no oratorio do palacio da Senhora Marqueza de Arronches, os despozorios da Excellentissima Senhora D. Joanna Perpetua de Bragança, com o Marquez de Cascaes D. Luiz José de Castro Noronha Atayde

Thomaz de Castro Noronha Athaide e Sousa, 4.º Marquez de Cascaes, de que se lhe passou carta em 22 d'esse mez e anno com o tratamento de sobrinho, e 10.º Conde de Monsanto; que nasceu a 18 de setembro de 1717, e morreu em 14 da março de 1745 [1] na sua quinta de Aremanha: — o seu corpo foi conduzido para Lisboa, e sepultado na capella mór do convento de S. Francisco da cidade. — S. g.

30 **D. Pedro Henrique de Bragança Sousa Tavares Mascarenhas da Silva,** 1.º Duque de Lafões, creado em 17 de fevereiro de 1718, dia em que foi baptisado

e Sousa, sendo sua madrinha a Senhora Marqueza de Cascaes, mãi do noivo, e padrinhos o Marquez de Marialva, e o Conde da Ponte, seus tios. Fizerão as funções de braceiros da Excellentissima Senhora noiva, o Duque de Lafões, e da Senhora Marqueza madrinha, Nuno da Silva Telles, Senhor da casa da Vidigueira; e de caudatarios da Excellentissima Senhora noiva, D. João Carlos de Bragança seu irmão, e da Senhora Marqueza madrinha, D. Pedro de Noronha, Senhor de Villa Verde, seu sobrinho. Fez a função de os receber o *parocho* da freguezia do Sacramento, na presença de toda a nobreza da côrte, que acompanhou os noivos nas suas carruagens até ao seu palacio do *Couto de S. Matheus*, em cuja Igreja se achava o Santissimo Sacramento em *Lausperene*, e se cantárão as vesperas daquelle Santo Apostolo, e Evangelista, padroeiro, e protector da casa dos Marquezes de Cascaes. Houve no mesmo dia huma magnifica collação dos doces, frutos, e bebidas mais esquisitas e delicadas, e no seguinte hum grandioso banquete para cavalheiros, e senhoras, com tres mezas differentes, cada huma de tres cobertas de cozinha, em que houve 520 pratos, sem contar as delicadezas da copa, e a quarta coberta de doces, frutas, e geléas nevadas em que se despendêrão quarenta arrobas de neve.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 25 de setembro de 1738, paginas 468.

[1] Na noite do sabbado para o domingo 14 do corrente, falleceu de huma aposthema na sua quinta de Aramenha, limite do lugar do Cartaxo, do termo da villa de Santarem, em idade de 27 annos e 6 mezes, o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Luiz José Thomaz de Castro Noronha Ataide e Sousa, quarto Marquez de Cascaes, decimo primeiro Conde de Monsanto, do conselho de Sua Magestade, fronteiro mór, coudel mór, couteiro mór, e alcaide mór de Lisboa, senhor e alcaide mór das villas de Cascaes, Monsanto, Lourinhã, Ansan, S. Lourenço do Bairro, Castello Mendo, Bucicos e seu Reguengo a par de Oeiras; senhor e capitão general das capitanias (ou provincias) *Itamaracá*, *Taparica*, *Tamarandiva*, *ilha pequena e terras do rio Vermelho*, no Estado do Brasil. Administrador dos morgados de S. Matheus e Santo Eutropio, do Paul de Boquilobo, de Aramenha, e da foz de Benavente: padroeiro de varias parochias e conventos, etc. Foi conduzido o seu corpo no mesmo domingo para o seu palacio do *Couto* de *Lisboa*, e exposto no dia de segunda feira 15 na sua capella de S. Matheus, onde lhe cantárão responsos muitas communidades, e d'ali conduzido de noite á igreja do convento de S. Francisco, chamado da cidade, na qual lhe fizerão no dia seguinte as honras funebres, com assistencia de toda a nobreza da côrte e communidades. Foi depositado na capella mór do mesmo convento, que he hum dos jazigos da sua grande casa.

Gazeta de Lisboa, terça feira 23 de março de 1745, paginas 232.

pelo Patriarcha de Lisboa, D. Thomaz de Almeida, assistindo El-Rei D. João V, que foi seu padrinho, com os Infantes D. Francisco e D. Antonio; fazendo-se esta funcção no palacio de seu pae, com a pompa e formalidade que houve no da irmã. Em 17 de outubro d'esse anno, teve o assentamento de 750$000 réis annuaes pertencente ao titulo; e d'este tirou carta a 5 de novembro do dito anno. Foi 3.º Marquez de Arronches, 7.º Conde de Miranda e Corvo, 31.º senhor da casa de Sousa; do concelho de Lafões, e das villas de Miranda e Corvo, Germelo, Folgosinho, Sousa, Podentes, Vouga e Oliveira do Bairro; Commendador das commendas de S. Vicente de Villa Franca de Xira, de Santa Maria da Golegã, Nossa Senhora das Olalhas, Santa Maria do Marmeleiro, e da alcaidaria mór de Thomar, dizimos dos moinhos das ilhas da Madeira e Açores [1], e de uma das commendas das Ervages, na ilha de S. Miguel, S. Salvador de Minhotaes, no arcebispado de Braga; S. Martinho de Guilhelbreu, no bispado do Porto; Maynhos, no da Guarda; Santa Maria do Espinal, no de Coimbra; Santa Maria de Alvito, no arcebispado de Evora; e Nossa Senhora da Graça de Alpalhão, Santa Maria de Niza, Santa Maria de Aviz no bispado de Portalegre; todas na ordem de Christo; e n'ella foi Cavalleiro armado pelo referido Monarcha, sendo dispensado na menoridade dos poucos annos que tinha para receber o habito no convento de Nossa Senhora da Luz, pelo despacho do tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens de 7 de março de 1733 e em cumprimento do decreto que publicamos [2]; herdeiro da commenda hereditaria de Sousa,

[1] ElRei nosso Senhor que Deos guarde, fez mercê ao Duque de Lafões, por despacho de 11 de outubro da alcaidaria mór, e commenda de Tomar, e commendas de Santa Maria de Marmeleiro e de Santa Maria da Gollegã, todas na ordem de Christo, que havião vagado por seu pai o Senhor D. Miguel, e de Santa Maria de Niza, vaga por morte de sua mãi, a Senhora Duqueza de Lafões, em quem havia renunciado o Senhor D. Miguel; e em comprimento da vida que se lhe havia concedido por alvará de 11 de outubro de 1715. E por outra portaria de 5 do presente mez de novembro, lhe fez Sua Magestade tambem mercê da commenda das Moendas das ilhas dos Açores e Madeira, vaga por morte do mesmo Senhor D. Miguel, em comprimento de segunda vida concedida a seu terceiro avô o Marquez de Arronches, Henrique de Sousa Tavares, por alvará de 2 de setembro de 1706, e de huma vida mais na dita commenda, attendendo ao que o dito Duque de Lafões lhe representou; fazendo-lhe mais mercê em sua vida sómente das commendas de Santa Maria de Espinhel, e de S. Martinho de Guilhabreu, que tambem vagárão por morte do dito seu pai, e de que possa administrar estas commendas, em quanto não tiver idade competente para se encartar nellas.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 27 de novembro de 1732, paginas 476.

[2] Tendo consideração ás circumstancias que concorrem na pessoa do Duque de Lafões meu muito amado e prezado sobrinho Hey por bem dispensalo para que possa receber o habito da Ordem de Christo sem que se lhe faça as provanças do estillo: a Meza

na de Santiago no bispado de Coimbra; Alcaide Mór de Arronches e Alpalhão, e da villa de Thomar; Provedor da capella do Infante D. Henrique, Padroeiro do convento de Santa Catharina de Ribamar, da capella mór de S. Domingos de Aveiro e das abbadias de S. João do Lobrigos no concelho de Penaguião, Santo André da Varzea da Ovelha, no concelho de Gouvêa, Riba-Tamega, com alternativa com o bispo, Santa Leocadia no concelho de Bayão, Santiago de Valladares, no dito concelho com alternativa; os priorados de Santa Maria, S. Miguel e S. Pedro da villa de Germelo, e o de Agua Bella no bispado da Guarda, os de S. Christovão de Macinhata no termo da villa de Serem e Santa Maria de Podentes, ambos no de Coimbra; as vigararías de S. Miguel de Sousa no dito bispado e S. Pedro de Vallongo no arcebispado de Braga. Foi do concelho d'El-Rei D. João V, por carta de 18 de julho de 1747. Regedor das Justiças da Casa da Supplicação, por outra de 17 de setembro de 1749; passando-se-lhe em 2 de dezembro do dito anno um alvará para gosar os privilegios pertencentes ao mesmo cargo. Teve tambem privilegios de Dezembargador, por carta de 18 de agosto de 1751. Era muito apaixonado pela musica e d'ella grande professor, compondo varias missas e um officio para os tres dias da semana santa. Nasceu a 19 de janeiro de 1718 [1], e morreu na quinta da Granja em Alpriate, aos

da Consciencia e Ordens o tenha assim entendido. Lisboa Occidental a 20 de Janeiro de 1733. Com a Rubrica de Sua Magestade.

Habilitações da Ordem de Christo, lettra D, maço 4, num. 12, no Archivo da Torre do Tombo.

[1] A 19 (do corrente) nasceu tambem hum filho varão ao Senhor D. Miguel.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 26 de janeiro de 1718, paginas 24.

E em outra de quinta 3 de março do mesmo anno, paginas 72, se refere o seguinte — Em 27 do passado se celebrou a função do baptismo do filho primogenito do Senhor D. Miguel, em huma das antecamaras do seu palacio, que estava adornado magnificamente. Baptisou-o com o nome de Pedro, o Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Patriarcha capellão mór, sendo padrinho ElRei nosso Senhor, que com os Senhores Infantes D. Francisco e D. Antonio honrou este acto; e fez mercê ao seu afilhado de titulo de Duque. Os parentes e os cavalheiros principaes, a quem o Senhor D. Miguel convidou, pegárão nas insignias e nas tochas. O Senhor Patriarcha começou o *Te-Deum*, que foi continuado por excellente musica, e o Senhor D. Miguel lhe deu hum annel de hum diamante de grande valor, em huma caixa de ouro coberta de diamantes brilhantes. Elle mandou á ama hum broche de grande preço, e a quem o levou se deu hum relogio de ouro. A's senhoras se deu huma cêa muito polida e abundante, e se suspendeu huma comedia e outras festas que estavão prevenidas com a noticia, que no mesmo dia chegou, de ser fallecido Luiz Bernardo Alvares de Tavora, Conde de S. João, mestre de campo general, e conselheiro de guerra, que nella tinha servido com muita reputação, deixando filha

26 de junho de 1761, e no dia 28 se deu á sepultura no convento de Santa Catharina de Ribamar [1].

Não casou mas teve filha illegitima.

31 **D. Anna de Bragança,** que nasceu a 16 de setembro de 17.., e vivia em 1782, recolhida no convento das commendadeiras da ordem de S. Bento de Aviz, na Encarnação.

30 **D. João Carlos de Bragança Sousa e Ligne Tavares Mascarenhas da Silva,** 2.º Duque de Lafões.

30 **D. Francisca de Bragança.** Nasceu a 11 de maio de 1720 [2], e a 13 de

unica a Senhora D. Leonor de Tavora, sendo a primeira vez, que no decurso de muitos seculos, deixou de andar em filho varão primogenito esta grande casa.

E em outra Gazeta de 10 do dito mez e anno, paginas 80, diz assim: — O Senhor D. Miguel fez presente a Sua Magestade de huma costella inteira do martyr S. Vicente, padroeiro de Lisboa, ricamente engastada, a qual lhe tirou o cardeal de Sousa, arcebispo da mesma cidade, quando ultimamente se descobrio o seu corpo na Sé Oriental della.

[1] O Illustrissimo e Excellentissimo D. Pedro Henrique de Bragança Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, 1.º Duque de Lafões, 3.º Marquez de Arronches, 7.º Conde de Miranda, Senhor do concelho de Lafões, e das villas de Miranda do Corvo, Germello, Folgozinho, Sousa, Podentes, Vouga, e Oliveira do Bairro, commendador das commendas de S. Vicente de Villa Franca de Xira, de Santa Maria da Golegã, e outras da ordem de Christo e Sant'Iago, e alcaide mór de Arronches e Alpalhão e da villa de Thomar; que varios annos servio com grande reputação o importante emprego de regedor da justiça deste reino; falleceu a 26 do mez passado pelas 7 horas e hum quarto da manhã na sua quinta de Alpriate, com 43 annos e quasi 6 mezes de idade. Foi sepultado a 28 do mesmo mez no seu jazigo na igreja de Santa Catharina de Ribamar, convento de que era padroeiro. Suas Magestades tomárão luto por tempo de hum mez, ordenando á côrte e officiaes da sua casa fizessem a mesma demonstração de sentimento.

Gazeta de Lisboa, terça feira 5 de julho de 1761.

[2] Na terça feira da semana passada, pelas dez horas da manhã, nasceu huma filha ao Senhor D. Miguel, com feliz successo da Senhora Duqueza de Alafões sua esposa.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 23 de maio de 1720, paginas 168.

E em outra de igual dia, 18 de julho desse anno, vem o seguinte a paginas 232 — Sabbado se administrou o Sacramento do baptismo á quarta filha do Senhor D. Miguel no seu palacio. Foi seu padrinho ElRei nosso Senhor, assistindo tambem a este acto os Senhores Infantes D. Francisco e D. Antonio. Fez a função o Senhor Patriarcha. Deu-se-lhe o nome de Francisca. Levava-a nos braços o Conde de Atouguia. Apresentou o saleiro o Duque D. Jayme, a toalha o Marquez de Marialva, o cirio o de Angeja, a veste

julho do mesmo anno, foi baptisada pelo Patriarcha, sendo El-Rei seu padrinho. Morreu a 29 de novembro de 1721 [1], e jaz no convento de Santa Catharina de Ribamar.

Gosa esta casa do tratamento de Parente.

Creação

Duque, 2 de abril de 1718.
Marquez, 26 de junho de 1674.
Conde, 21 de março de 1611.
Senhor da casa de Sousa, já em 800.

Residencias

Palacio do Grilo. —Quinta da Granja em Alpriate.

candida o mestre de ceremonias a quem toca, e não a cavalheiros leigos. Pegárão em quatro tochas o Marquez de Fronteira, o Conde de Assumar, o de S. Vicente, e o da Ericeira.

[1] Domingo falleceu ao Senhor D. Miguel a sua filha segunda.
Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 21 de dezembro de 1721, paginas 392.

Em rigor deviamos dar aqui em seguida á Historia da casa de Lafões, a da de Marialva, por estarem ambas representadas pela mesma pessoa; comtudo, como este artigo vai já longo, reservamos essa Historia para ser publicada quando tratarmos do Senhor Marquez de Vianna, ramo da mesma casa de Marialva.

Deixámos dito a paginas 135 que de **D. Urraca Mendes de Sousa** descendia **Sua Magestade a Imperatriz dos francezes**, e aqui passamos a mostrar que é pela maneira seguinte:

11 **D. Urraca Mendes de Sousa**, casou como fica dito com D. Nuno Peres de Gusmão, o Bom, Rico Homem de Castella, senhor de Gusmão, aldêa proxima de Curiel, que elle povoou, e onde fez um palacio acastellado, o qual se achou em 1212 na batalha das Navas, e em 1227 na conquista de Baeza.

Tiveram filho.

12 **D. Ruy Nunes de Gusmão**, Rico Homem e senhor de Gusmão. Casou com D. Maior Dias, senhora de Frias.

Tiveram filho.

13 **D. Pedro Rodrigues de Gusmão**, Rico Homem, senhor de Gusmão. Casou com D. Urraca Garcia de Roa, filha de D. João Garcia, senhor de Roa, e de D. Urraca Garcia, senhora de Villalon.

Tiveram filho.

14 **D. Pedro Nunes de Gusmão**, Rico Homem, senhor de Gusmão e de Roa. Casou com D. Urraca Garcia de Villa Maior, senhora de Gumiel de Mercado, filha de D. Garcia Fernandes de Villa Maior, senhor d'esta casa, e de D. Maior Annes.

Tiveram filho.

15 **D. João Peres de Gusmão**, Rico Homem, senhor de Gusmão, de Gumiel e de outros logares. Casou com D. Maria Ramires de Cifuentes, senhora de Aviados, filha herdeira de D. Ramiro Flores de Cifuentes, Rico Homem, senhor de Aviados e valle de Bomar e de D. Thereza de Lara.

Tiveram entre outros filhos.

16 **D. João Ramires de Gusmão**, que foi o segundo filho, Rico Homem de Castella. senhor de Aviados e de valle de Bomar: ha d'elle memoria em escripturas de 1312 e de 1326. Casou com D. Urraca Hanez de Toledo, filha de D. João Garcia de Toledo, senhor de Barciente de Mejorada, e de D. Ignez Garcia.

Tiveram segundo filho.

17 **D. Ramiro Frolaz de Gusmão,** Rico Homem de Castella, valído d'El-Rei D. Affonso XI, que o armou Cavalleiro da Banda e lhe deu as vilas de Velver e Cabreros que haviam sido de D. Alvaro Nunes Osorio, para a morte do qual elle entreveiu por ordem do mesmo Rei; vivia em *Guadalaxa* nos annos de 1346 e 1347. Casou com D. Maria Gonçalves Daza, filha de D. Gonçalo Nunes Daza, senhor de Vellada, Calzadilha, etc.

Tiveram filho.

18 **D. Gonçalo Nunes de Gusmão,** Mestre de Alcantara em 1384, depois de Calatrava em 1385. Casou clandestinamente com D. Isabel de Castella, filha natural d'El-Rei D. Henrique II.

Tiveram filho.

19 **D. Luiz Gonçalves de Gusmão,** senhor de Andojar, Commendador na ordem de Calatrava, e eleito Mestre d'ella em 1404: achou-se com El-Rei D. João II de Castella na Vega de Granada, e foi Capitão General da fronteira de Jaen e de Cordova contra os moiros. Casou com D. Ignez de Torres, filha de Sancho Dias de Torres, Adiantado Mór de Cazobra, e de D. Maria Pires de Godoy.

Tiveram filho.

20 **D. João de Gusmão,** 1.° senhor de Algava, villa que houve do Conde de Niebla em troca da de Medina Sidonia, que lhe dera El-Rei, por lhe ter tirado a de Andujar de que era senhor. Casou com D. Elvira de Gusmão, filha de D. Alonso de Gusmão e de D. Maria de Aponte.

Tiveram filho.

21 **D. Luiz de Gusmão,** 2.° senhor de Algava: serviu com grande valor nas guerras dos Reis D. Henrique IV, D. Fernando e D. Isabel com o Rei de Granada. Casou com D. Ignez Ponce de Leão, filha de D. João Ponce de Leão, 2.° Conde dos Arcos, e de D. Leonor Nunes Gudiel, chamada a Condessa, sua segunda mulher.

Tiveram filho.

22 **D. Rodrigo de Gusmão,** 3.° senhor de Algava. Casou com D. Leonor da Cunha,

filha dos 2.os Condes de Buendia, D. Lopo Vasques da Cunha e D. Ignez Henriques.

Tiveram filho.

23 **D. Luiz de Gusmão**, 4.º senhor de Algava. Casou com D. Leonor Manrique, filha de D. Rodrigo Manrique e de D. Isabel Fajardo, 3.os Condes de Paredes.

Tiveram filho.

24 **D. Francisco de Gusmão**, 1.º Marquez (e 5.º senhor) de Algava, por mercê d'El-Rei D. Filippe II pelo anno de 1565, e Cavalleiro do habito de Calatrava. Casou com D. Brianda de Gusmão, filha de D. Luiz de Gusmão, 1.º Marquez de Ardales e 2.º Conde de Teba, e de D. Joanna da Veiga, primeira mulher.

Tiveram filho.

25 **D. Luiz de Gusmão**, 2.º Marquez e 6.º senhor de Algava, 3.º Marquez de Ardales e 4.º Conde de Teba, em successão a seu tio D. João Ramires de Gusmão, 2.º Marquez de Ardales e 3.º Conde de Teba; Cavalleiro da ordem de S. Thiago; Marechal de Castella e Alferes Mór da cidade de Sevilha. Casou com D. Ignez Henriques Portocarrero, filha dos Marquezes de Villanueva del Rio, D. Fradique Henriques da Rivera e D. Maria Anna de Cordova.

Tiveram filho.

26 **D. Pedro André de Gusmão**, 3.º Marquez de Algava e 4.º de Ardales, 5.º Conde de Teba, Marechal de Castella e Alferes Mór de Sevilha. Casou com D. Joanna de Cordova Henriques, filha dos 4.os Marquezes de Priego, D. Pedro Fernandes de Cordova Aguiar e Figueiroa e D. Joanna Henriques da Rivera.

Tiveram filha.

27 **D. Ignez de Gusmão e Cordova**, 7.ª Marqueza de Algava e 8.ª de Ardales, 9.ª Condessa de Teba. Succedeu n'estes titulos a seus sobrinhos D. Pedro André de Gusmão, 5.º Marquez de Algava e 6.º de Ardales, 7.º Conde de Teba, etc., que sendo Capitão General de Orão foi morto pelos moiros no dia 9 de março de 1681; e D. Luiz Alonso de Gusmão, 6.º Marquez de Algava e 7.º de Ardales, 8.º Conde de Teba: filhos de seu irmão D. Luiz

Francisco de Gusmão, 4.º Marquez de Algava e 5.º de Ardales, 6.º Conde de Teba, Marechal de Castella, etc. Duas vezes casou a mesma senhora: sendo a primeira com D. Christovão Portocarrero Henriques de Luna, 3.º Marquez de Val de Rabano e 3.º Conde de Fuenteduena, que morreu em 1641 vivendo ainda seu pae D. Christovão Osorio Portocarrero, 3.º Conde de Montijo, senhor de la Puebla e Crespa, e Capitão da guarda dos *Cem Continuos Hijodalgos de Castilla*, do qual ainda trataremos; e tendo já fallecido sua mãe D. Anna de Luna Henriques, 2.ª Condessa de Fuenteduena, 2.ª Marqueza de Val de Rabano e senhora de Guetor Tajar.

Tiveram filho.

28 **D. Christovão Portocarrero de Gusmão Henriques de Luna**, 4.º Conde de Montijo e de Fuenteduena e 10.º de Teba, 8.º Marquez de Algava, 9.º de Ardales e 4.º de Val de Rabano, Grande de Hespanha por mercê de El-Rei D. Carlos II, feita em outubro de 1697, Mordomo Mór, Veador e Gentil Homem da Camara do mesmo senhor, Capitão da guarda dos Cem Continuos, do Conselho do Estado e Guerra, Commissario Geral de Hespanha e Cavalleiro de S. Thiago. Morreu em 19 de novembro de 1704. Casou tres vezes, nomeando nós sómente os dois matrimonios que aqui tem descendencia: sendo o primeiro com D. Ursula de Lacerda e Leiva, filha de D. João de Lacerda e Leiva Cueva e Artiaga, 3.º Marquez de Ladrada e de D. Marianna Isabel de Leiva, 2.ª Condessa de Banhos e Marqueza de Leiva; e o terceiro com D. Maria de Regalados Funes de Villalpando Monroy Luxon e Aragão, 4.ª Marqueza de Ossera, de Castanheda e de Ugena, filha de D. Francisco de Villalpando Funes e Arino, 3.º Marquez de Ossera, do Supremo Conselho de Aragão, General de artilharia de Flandres, Governador e Capitão General de Orão, onde falleceu em 1684, e de D. Maria Leonor de Aragão e Monroy, 3.ª Marqueza de Castanheda e de Ugena, e senhora da casa de Luxon.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

29 **D. Catharina Portocarrero Gusmão e Leiva**, 9.ª Marqueza de Algava, 10.ª de Ardales, 11.ª Condessa de Teba. Casou com D. Antonio de Cordova, que foi Conde de Teba, Marquez de Algava e de Ardales, etc., tendo antes sido collegial do Collegio Maior de Cuenca, em Salamanca, e Conego da sé de Toledo, destinando-se ao estado ecclesiastico, que renunciou. Era filho dos 6.os Marquezes de Priego, D. Luiz Ignacio Fernandes de Cordova e Figueiroa e D. Marianna Fernandes de Cordova.

Tiveram filhos.

30 **D. Domingos de Cordova Figueiroa Portocarrero Gusmão e Leiva de Lacerda,** 10.° Marquez de Algava, 11.° de Ardales, 12.° Conde de Teba. Succedeu nos titulos, de Conde de Banhos e de Marquez de Leiva e de Ladrada, e na Grandeza de Hespanha, em 19 de junho de 1729, pelo fallecimento do Conde de Banhos, D. Francisco Colona de Lacerda. Morreu em 1737, deixando viuva a sua segunda mulher D. Maria Isidora Pacheco Telles Girão, filha dos 5.^{os} Duques de Uzeda, D. Manuel Gaspar de Sandoval Girão e D. Josefa Antonia de Toledo e Portugal. D'esta senhora

Teve filha.

31 **D. Maria Catharina de Cordova e Leiva,** Condessa de Banhos e Marqueza de Leiva e de Ladrada, que vivia no anno de 1742.

30 **D. Luiz de Cordova Portocarrero Gusmão e Leiva,** 11.° Marquez de Algava e 12.° de Ardales, 13.° Conde de Teba. N'estes titulos succedeu pela clausula da instituição, sendo collegial do Collegio Maior de Cuenca e Deão de Toledo.

30 **D. Maria Domingas de Cordova Portocarrero Gusmão de Leiva,** mulher de seu tio D. Christovão Portocarrero e Gusmão Henriques Funes de Villalpando, adiante referido.

30 **D. Anna de Cordova Portocarrero.** Casou com D. José Manuel Sarmento, Marquez de Sobroso, e d'elle ficou viuva. — S. g.

Da terceira mulher:

29 **D. Christovão Portocarrero e Gusmão Henriques Funes de Villalpando,** que continua.

29 **D. Christovão Portocarrero e Gusmão Henriques Funes de Villalpando,** 5.° Conde de Montijo e de Fuenteduena, 5.° Marquez de Val de Rabano, de Ossera, de Castanheda, de Villanueva de Barcarota; e pelo seu casamento 12.° Marquez de Algava, 13.° de Ardales e 14.° Conde de Teba. Grande de Hespanha, Gentil Homem da Camara d'El-Rei D. Filippe V, com exercicio; Estribeiro Mór, com honras de Mordomo Mór da Rainha; Cavalleiro das ordens do Tosão de Oiro e de S. Genaro; Presidente do Conselho das Indias; Embaixador a Inglaterra, e em 1742 á Dieta de Francfort. Casou em 15 de abril

de 1717 com sua sobrinha, acima dita, D. Maria Domingas de Cordova Portocarrero Gusmão e Leiva, filha, que veiu a ser herdeira dos titulos e casa de seus paes os Condes de Teba, Marquezes de Algava e de Ardales, D. Antonio de Cordova e D. Catharina Portocarrero Gusmão e Leiva, d'elle irmã.

Tiveram filho.

30 **D. Christovão Pedro Portocarrero Fernandes de Cordova,** 6.º Conde de Montijo e de Fuenteduena, 15.º de Teba, Marquez de Villanueva de Barcarota, 13.º de Algava e 14.º de Ardales, 6.º de Val de Rabano, de Osera e de Castanheda; Gentil Homem da Camara de El-Rei Catholico com exercicio, em 1748; e Capitão da real companhia de alabardeiros, o qual se achou presente em Madrid á funcção do casamento dos Infantes D. João e D. Carlota Joaquina. Casou com D. Maria Marcos de Zuniga Chaves e Pacheco, filha dos 9.ºˢ Duques de Penharanda, e Condes de Banhos e de Miranda, D. Antonio Lopes de Zuniga Chaves Chacon e Bazan e D. Maria Thereza Pacheco Toledo e Sandoval.

Tiveram filha.

31 **D. Maria de Sales Portocarrero e Zuniga Fernandes de Cordova e Gusmão,** Condessa de Banhos, Ablitas e Fuenteduena, Marqueza de Moya, Val de Rabano, Ossera, Ardales e Castanheda. Casou com D. Filippe de Palafox e Croy Centurion, Marechal de Campo dos reaes exercitos, referido a paginas 86.

Tiveram filho.

32 **D. Cypriano Portocarrero e Palafox,** Conde de Montijo, de Teba, de Banhos, de Miranda, Duque de Penharanda, etc. Casou com D. Maria Manoela Henriqueta Kirck Patrick de Closbourn e de Grevignè.

Tiveram filha.

33 **Sua Magestade Imperial, D. Maria Eugenia Palafox e Kirck Patrick de Gusmão Portocarrero Fernandes de Cordova,** Condessa de Banhos, de Teba e Mora. Casou com Sua Magestade Napoleão III (Carlos Luiz), Imperador dos francezes.

Tem filho.

34 **O Principe Imperial, Napoleão Eugenio Luiz João José.**

ADVERTENCIA

Já quando o artigo da Casa de Lafões se achava impresso, e não era possivel sem grande transtorno alteral-o, foi Deus servido levar da vida d'este mundo, para em outro melhor gosar da bemaventurança eterna, a Excellentissima senhora **D. Maria Carlota de Bragança,** representante d'essa tão illustre casa, que a mesma senhora tornava ainda mais illustre pelas muitas virtudes e optimas qualidades de que era ornada, no que muito bem mostrava ser filha de seus excellentes paes, e por elles neta de dignissimos avós. É fraca e debil a minha penna, e fica muito além da boa vontade com que eu escreveria o seu elogio; assim, limito-me a transcrever os artigos que eximios escriptores, com tanto engenho e arte, hão sobre o assumpto publicado em seus jornaes.

«A senhora D. Maria Carlota de Bragança, filha do senhor Duque de Lafões, e esposa do senhor D. Pedro de Portugal e Castro, filho do senhor Marquez de Valença e irmão do senhor Conde de Vimioso, succumbiu hontem a uma enfermidade de que ha tempo padecia. A nobre dama, cuja morte é geralmente chorada, contava 45 annos, pois havia nascido a 22 de agosto de 1820, e era a herdeira da casa ducal de Lafões.»

(Gazeta de Portugal, terça feira 3 de outubro de 1865, paginas 2.)

« —Livrae, Senhor, a minha alma da prisão que a opprime, deixae que ella vos bemdiga eternamente.

É assim que o justo encara a vida! Prisão que lhe tortura a alma, que a não deixa, tomando parte nos coros dos anjos, entoar perennes louvores ante o throno do Altissimo.

E era assim que a Illustrissima e Excellentissima senhora D. Maria Carlota de Bragança, resignada soffria a molestia que pouco a pouco lhe consumia a vida, soffria mais que isso, soffria a dor de deixar o esposo, os filhos e o pae...... E pungente devia ser essa dor para quem era tão exemplar esposa, mãe tão carinhosa, e filha a mais dedicada!

Mas a religião, a religião santa do Crucificado, que com tanto esmero cultivára na sua curta vida, lhe adoçaria o amargo d'aquella hora, terrivel para a fragilidade humana, lembrando-lhe a resurreição de Lazaro, e por ella aquellas palavras do Redemptor: —Eu sou a resurreição e a vida: aquelle que acreditar em Mim, quando morrer, viverá.

Era a Illustrissima e Excellentissima senhora D. Maria Carlota de Bragança, filha primogenita dos Duques de Lafões, os Illustrissimos e Excellentissimos senhores D. Segismundo Caetano Alvares Pereira de Mello e D. Anna Maria José Domingas Francisca Julia Senhorinha Mattheus Joanna Carlota de Bragança e Ligne Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, parenta da Casa Real, 3.ª Duqueza de Lafões: 5.ª Marqueza de Arronches, 7.ª Condessa de Miranda, etc. etc., nasceu em 22 de agosto de 1820, e casou aos 29 de setembro de 1853 com o Illustrissimo e Excellentissimo senhor D. Pedro de Portugal e Castro, filho dos 5.os Marquezes de Valença.

A par das virtudes christãs e da nobreza, brilharam sempre na illustre finada os dotes da mais esmerada educação, que na vida lhe conquistaram geral respeito, e fazem que hoje as lagrimas do esposo, dos filhos e do pae, sejam acompanhadas pelas de seus numerosos amigos.

É verdade que a fé e a esperança nos dizem que a favor d'aquella alma de anjo se realisará a promessa de Christo: —Para o que crer em Mim, a morte será a vida.— Sim, ella vive, diz-nos a religião, não no valle de lagrimas, na gloria eterna. Mas nós perdemol-a, e é immensamente grande a perda para que possa deixar de ser muito sentida.

Acompanhando pois os nossos respeitaveis amigos os Illustrissimos e Excellentissimos senhores D. Pedro de Portugal e Castro e Duque de Lafões na sua justa dôr, fazemos ao ceo fervorosas preces para que purificada aquella alma possa desde já gosar a bemaventurança.»

«O enterro da Illustrissima e Excellentissima senhora D. Maria Carlota de Bragança, sae da sua casa em Pedroiços na segunda feira pela 1 hora da tarde para o cemiterio do Alto de S. João. Não ha convites especiaes.»

(Nação, segunda feira 2 de outubro de 1865, paginas 1.)

«Falleceu antehontem a senhora D. Maria Carlota de Bragança, filha primogenita dos senhores Duques de Lafões, e casada desde 29 de setembro de 1853 com o senhor D. Pedro de Portugal e Castro, filho dos 5.os Marquezes de Valença. A senhora D. Maria Carlota de Bragança era herdeira do titulo da casa de Lafões e nascêra a 22 de agosto de 1820, casando em 29 de setembro de 1853 com o illustre cavalheiro que hoje se acha entre os luctos da viuvez.»

«O honrado Thomaz Jorge, director e instituidor do asylo dos cegos musicos, como prova de reconhecimento á memoria da Excellentissima senhora D. Maria Carlota de Bragança, filha dos Duques de Lafões e esposa do sr. D. Pedro de Portugal e Castro, resolveu mandar celebrar uma missa resada por alma d'aquella virtuosa senhora, incansavel protectora dos pobres artistas e do seu asylo. Este acto religioso celebrar-se-ha na parochial egreja da Pena pelas 10 horas da manhã de quinta feira, 12 do corrente, assistindo a elle aquelles infelizes que assim juntam a piedade á gratidão. Thomaz Jorge convida por este

meio para assistirem áquelle acto os que conheciam e veneravam as virtudes da illustre finada.»

(Diarios de Noticias, terça feira 3 e quarta feira 11 de outubro de 1865.)

Deixou a mesma senhora por filho primogenito o sr. **D. Caetano,** que lhe succede no direito aos titulos de seus antepassados, mas não nos morgados que ella administrava das casas de Sousa e de Marialva, etc., porque, como é sabido, os *morgados por morgados* foram extinctos.

ADDITAMENTO

À NOTA QUE FICA REFERIDA A PAGINAS 153

Elisa Campbell, hoje *Mistress Calvert,* por ser casada com Edmundo Calvert, tem dois filhos.

1 **Felix Calvert.**

2 **Walter Campbell Calvert.**

Victor Francisco Maria, 3.º Duque de Belluno, nasceu em Lisboa a 5 de maio de 1828, e casou em 4 de novembro de 1863 com Maria de Cossart d'Espiés, filha dos Viscondes de Cossart d'Espiés. No jornal *L'Industriel* de Saint-Germain en Laye et des cantons de Poissy, Argenteuil et Marly-le-Roi, etc., do dia 7 do dito mez, vem sob o titulo —Mariage a Saint-Germain— um extenso artigo do senhor Léon de Villette mencionando este casamento, e no fim a noticia que damos em nota [1]. Tem uma filha.

Joanna Edmunda Maria Victorina, nascida a 20 de outubro de 1864.

[1] Mademoiselle Marie de Cossart d'Espiés, aujourdhui Duchesse de Bellune, appartient à l'une des familles les plus nobles et les plus anciennes de Picardie, qui en 1192 sous Philippe Auguste envoya un de ses membres à la troisième Croisade en Palestine, et de laquelle, sous presque tous les règnes de l'ancienne Monarchie, sortirent des Officiers Généraux distingués, dont un commandat l'armée sous le règne de Louis XIV, et dont le nom figure au musée de Versailles parmi ceux des guerriers célèbres de l'époque.

2 **Maria Luiza**, nasceu a 30 de abril de 1829 em Lisboa, onde falleceu aos 24 de março de 1833.

3 **Antonio Maria**, nasceu na mesma cidade em 13 de dezembro de 1830, e morreu em Versailles a 7 de maio de 1857.

4 **Victorina Maria**, nasceu em Lisboa a 11 de abril de 1832, e casou em 23 de junho de 1859 com Cesar Renée Anot de Maizière, Capitão do Estado Maior do exercito francez. Tem filho.

Filippe Gastão Mauricio, nascido a 10 de julho de 1860.

5 **Henriqueta Maria Fernanda**, nasceu em Cintra a 26 de junho de 1833.

6 **Eugenio Victor**, que como fica dito morreu na Cochinchina de uma febre perniciosa, que o levou em duas horas, ganha na expedição de Mitho: além da Legião de Honra para que tinha sido proposto, tambem o foi para uma Cruz d'Hespanha. O Commandante annunciando o fallecimento d'elle, tanto a seu irmão Julio, como ao Maire de Saint-Germain, usou as seguintes expressões: — Si quelque chose peut atenuer l'affreux malheur qui a frappè votre famille, c'est l'assurance que votre frère a toujour dûment fait son devoir, et qu'il est mort emportant l'estime de ses camarades et de ses chefs. — Sa mort a été un deuil pour le bataillon. Tous les officiers prennent une part bien vive à la douleur qui va accabler sa famille. Nous avions tous pour ce jeune homme une affection basée sur les qualités de coeur que nous avions reconnues chez lui.

7 **Luiza Stephania Josefina**, nasceu em Paris a 2 de dezembro de 1837, e falleceu em Versailles a 21 de setembro de 1856.

8 **Julio Augusto**, nasceu em Paris aos 8 de outubro de 1839.

9 **Maria Thereza**, nasceu na mesma cidade em 19 de março de 1840.

10 **Gabriella Maria**, nasceu em Versailles a 7 de fevereiro de 1843, e morreu em Bruxellas a 13 do dito mez de 1852.

Todos estes irmãos são filhos dos 2.os Duques de Belluno, Francisco Victor Perrin e D. Maria da Penha de Lemos Whilloughby de Lacerda, de quem trataremos no artigo da casa de seu irmão o Visconde de Juromenha.

1 **Henrique Boreel**, fallecido em Lisboa de 3 annos de edade.

2 **Theodoro Gustavo Boreel**, mencionado na nota, assim como o seguinte irmão, actualmente na ilha de Java.

3 **Eduardo Victor Artan.** }
} Ambos residem na Belgica sua patria
4 **Luiz Artan.** }

Filhos os referidos quatro irmãos de D. Maria Joanna de Lemos Willoughby de Lacerda, já fallecida, irmã do mesmo Visconde, sendo os primeiros dois do seu casamento com Jacome Boreel, e os dois ultimos de segundo matrimonio com Eduardo Maria José Artan de Saint Martin.

A paginas 151, linha 15, é 4.º senhor e não 3.º

A paginas 158, linha 18, onde está escrito D. Anna de Mello Menezes e Castro, leia-se:

D. Anna Ludovina Xavier de Mello e Castro, que nasceu em 1751 e foi legitimada em 24 de julho de 1773 por carta de El-Rei D. José, que está no livro 43 da Chancellaria do mesmo senhor a folhas 199. Falleceu a 22 d'agosto de 1828, no convento da Encarnação das Commendadeiras da ordem de S. Bento de Aviz, ao qual se tinha recolhido. Era filha de José Vicente de Mello da Silva e Menezes, Moço Fidalgo da Casa d'El-Rei D. João V, por alvará de 7 de maio de 1735 registado no livro 27 das suas mercês, a folhas 133, e tudo no Archivo da Torre do Tombo.

A paginas 159, ultima linha, a referencia é para paginas 156, e não 153.

DUQUE DE VICTORIA

Arthur Ricardo Wellesley, 2.º Duque de Victoria, 2.º Marquez de Torres Vedras e 2.º Conde de Vimieiro. Em Inglaterra: 2.º Duque e Marquez de Wellington, 2.º Marquez do Douro, 2.º Conde de Wellington, 2.º Visconde Wellington de Talavera e de Wellington, e 2.º Barão Douro de Wellesley, tudo no condado de Somerset, no pariato do Reino-Unido: 6.º Conde de Mornington, 6.º Visconde Wellesley de Dungan Castle, e 8.º Barão Mornington de Mornington, condado de Meath, no pariato da Irlanda. Em Hespanha: Grande de 1.ª Classe e 2.º Duque de Ciudad Rodrigo; e nos Paizes Baixos, 2.º Principe de Waterloo. Cavalleiro da ordem da Jarreteira, Conselheiro privado, Tenente General no exercito e Tenente Coronel Commandante do *Victoria Middesex Volunteer Rifle Corps* [1], Tenente Governador de Guernsey, Presidente da Real Socie-

[1] *The Victoria Rifle Regiment* (caçadores de segunda linha) é olhado como um corpo modêlo por excellencia, sobre o qual outros que depois se levantarem no paiz devem ser formados. Este regimento foi organisado em 1858 para o serviço de casa «*inrolled for home service*» segundo o acto de Voluntarios de 1804. Actualmente (1859) com-

dade humanitaria e da Real Sociedade para a protecção das vidas contra os incendios. Nasceu a 3 de fevereiro de 1807, e succedeu ao seu illustre pae em 14 de setembro de 1852. Casou em 18 de abril de 1839 com lady Isabel Hay, Camareira Mór da Rainha Victoria, que nasceu a 27 de setembro de 1820, 4.ª filha dos 8.os Marquezes de Tweeddale, Jorge Hay e Suzana Montagu.

SEUS PAES

Arthur Wellesley: 1.º Duque de Victoria, 1.º Marquez de Torres Vedras, e 1.º Conde do Vimieiro, Grão Cruz da ordem da Torre Espada, Marechal General Commandante em Chefe dos exercitos alliados na guerra peninsular. Em Inglaterra: 1.º Duque e 1.º Marquez de Wellington, 1.º Marquez do Douro, 1.º Conde de Wellington, 1.º Visconde Wellington de Talavera e de Wellington, 1.º Barão Douro de Wellesley; Par do Reino-Unido; Cavalleiro da ordem da Jarreteira, Grão Cruz da do Banho; Feld Marechal, Coronel dos granadeiros da guarda, Coronel em Chefe da brigada de *Rifle,* e Commandante em Chefe do exercito; Conselheiro Privado; Condestavel da torre e castello de Dover; Governador, Chanceller e Almiraute de *Cinque Ports;* Lord Tenente de Hampshire

põe-se de 300 homens em 4 companhias a 75 cada uma, mas o seu numero ha de provavelmente depois ser augmentado. Consta de um tenente coronel, um major, quatro capitães, quatro primeiros e quatro segundos tenentes, um ajudante e um cirurgião: só o ajudante tem remuneração que é uma casa e um estipendio em addição ao seu meio soldo. O uniforme dos soldados consta de libras 18-11-10, e póde ter se assim lhe convier, um capote ou sobrecasaca na importancia de cinco guinéos; e se a essa conta ajuntarmos um da entrada e dois da subscripção pelo primeiro anno, pago sempre adiantado, achamos que cada membro desembolsa na primeira instancia pouco mais de vinte guinéos.

N'este corpo estão alistados em larga proporção, homens de Oxford e Cambridge, membros de ambas as casas do parlamento, officiaes que serviram no exercito, um consideravel numero de membros de *Bar «adovacia»* e não poucos magistrados territoriaes, e cada candidato deve ser proposto por um membro apoiado por outro.

Todos estes esclarecimentos que mencionamos, e o mais que diz respeito a fardamento, armamento, exercicios, multas, etc., se encontra em um livro que tem por titulo: — Rifle Volunteers: — How to organise and Drill them, by Hans Busk, M. A. of Trinity College, Cambridge; First Lieutenant of Victoria Rifle; Author of — The Rifle and how to use it — The Navies of the World, etc. etc. — Revera non minimè erit huic regno accommodum, ut incolae ejus in armis sint experti. — Lord Chanceller Fortescue. — With Illustrations. — London. — Routledge, Warnes, and Routledge, Farrington Street New York; 56, Walker Street, 1859.

e da torre Hamlets; Chanceller da Universidade de Oxford; Commissario do Real Collegio Militar e do Real Asylo Militar; Irmão Maior da casa da Trindade; um dos governadores de *King's College* em Londres, de *Charter House*, etc. Em Hespanha Grande de 1.ª Classe, 1.º Duque de Ciudad Rodrigo, senhor do Soto de Roma, Cavalleiro da insigne ordem do Tozão de Ouro, Grão Cruz das de S. Fernando e de S. Hermenegildo, e Capitão General dos exercitos. Nos Paizes Baixos: Principe de Waterloo, Grão Cruz das ordens de Santo André, S. Alexandre Newsky e S. Jorge, e Feld Marechal. Na Austria: Grão Cruz da ordem de Maria Thereza e Feld Marechal. Na Prussia: Grão Cruz da ordem da Aguia Negra e Feld Marechal. Na Dinamarca: Grão Cruz da ordem do Elephante. Nas Duas Sicilias: Grão Cruz das ordens de S. Fernando e Merito, e da de S. Januario. Na Baviera: Grão Cruz da ordem de Maximiliano José. Na Suecia: Grão Cruz da ordem da Espada. Em França: Grão Cruz da ordem do Espirito Santo. E no Piemonte: Grão Cruz da ordem da Annunciada. Os Annaes da Grã Bretanha passarão á posteridade os factos gloriosos da vida d'este seu filho, que foi um dos homens mais notaveis, e na historia da carreira das suas victorias, elles referirão a parte brilhante que n'ellas teve o exercito portuguez, e quanto desenvolveu o seu natural valor e excellente disciplina[1]. Na cidade de Londres, debaixo do zimborio da cathedral de S. Paulo, jazem os seus restos mortaes desde o dia 18 de novembro de 1852, em que se lhe solemnisaram as

[1] Achamos a proposito dar aqui, pela exquisitice da linguagem, uma carta que se lhe dirigiu, e que elle muito applaudiu.

Carta dos habitantes do Vimieiro a Lord Wellington:

«Ill.mo e Ex.mo Sr. Depois que v. ex.ª *fez ir d'escantilhão* para França *o fanfarrão* Junot, tendo-o posto *em papos d'aranha* nos campos do Vimieiro: depois que v. ex.ª fez *sair com vento debaixo o ladino* Soult, da cidade do Porto, *fazendo-o fazer vispere*, e *ir com as calças na mão* para Castella: depois que v. ex.ª disse ao *zanaga* Massena, *alto lá sr. S. Macario;* e *jogando o jogo dos sisudos* lhe mostrou *as linhas com que se cozia*, fazendo-o *dar ás trancas, e apanhar pés de burro*, por ter dado *com as ventas n'um sedeiro:* depois que v. ex.ª *fez ir de catrambias* a Berrier, da cidade de Rodrigo, e ao *caxóla* Philippon *limpar a mão á parede* em Badajoz, como quem diz *passa que me não viu*, e tendo-o *tem-te Maria não caias:* depois que v. ex.ª, finalmente, nos campos d'Arrapiles *zás, trás, nó cégo, dezázou o macambuzio* Marmont, e o obrigou a contar a sua derrota *pá, pá, Santa Justa, tim, tim, por tim tim;* foi então, ex.mo sr., que nós *os pés de boi, portuguezes velhos* dissemos — este não é general de *ká ká rá ká tem amoras*, *não faz cancaburradas*, *não deixa fazer o ninho atrás da orelha;* e como prudente, umas vezes acommette, e outras *põe-se de conserva*. Agora *podemos dormir a somno solto;* o nosso mêdo *está nas malvas;* a vinda do inimigo será *dia de S. Nunca á tarde*. Por tanto só resta agradecer a v. ex.ª a *visita* que nos fez, que desejamos não seja *de medico*, *nem com o pé no estribo*, devendo saber v. ex.ª, que estes desejos não são *embofias*, nem *parolas* que leve o vento, mas sim ingenuos votos de corações agradecidos e leaes, com os quaes tem a v. ex.ª erguido com tanta justiça um throno d'amor e respeito.»

exequias, por ter fallecido n'esse anno a 14 de setembro. Está collocado a par de outro heroe, de Nelson, que tambem conheceu a valia da gente portugueza, na campanha do Mediterraneo e no rigoroso bloqueio de Malta, feito pela bella esquadra do Marquez de Niza, que estava debaixo do seu commando fazendo parte da ingleza. Nasceu em 1 de maio de 1769, e casou a 10 de abril de 1806 com a *Honrada* Catharina Pakenham, que nasceu em 1772 e morreu a 24 de abril de 1831, 3.ª filha de Lord Eduardo Miguel Pakenham e de Lady Catharina Rowley.

FILHOS

1 **Arthur Ricardo Wellesley**, actual Duque.

2 **Carlos Wellesley (Lord)**, Major General no exercito. Nasceu a 16 de janeiro de 1808 e morreu em 9 de outubro de 1858, havendo casado a 9 de julho de 1844 com Augusta Sophia Anna, que nasceu em 30 de maio de 1820, filha unica do *Right Hon*, Henrique Mansers Pierrepont, nascido a 18 de março de 1780 e fallecido em 10 de novembro de 1831, e de lady Sophia Cecil, nascida a 4 de fevereiro de 1793, casada em 12 de maio de 1818, e fallecida a 2 de novembro de 1823, unica filha do 1.º Marquez de Exeter.

Filhos

1 **Arthur Wellesley**, nasceu em 5 de maio de 1845, e morreu a 7 de julho de 1846.

2 **Henrique Wellesley**, nasceu a 3 de abril de 1846.

3 **Victoria Alexandrina Wellesley**, nasceu a 2 de abril de 1847, e é afilhada de Sua Magestade a Rainha da Grã Bretanha, que pessoalmente assistiu ao seu baptisado.

4 **Arthur Carlos Wellesley**, nasceu a 15 de março de 1849.

5 **Maria Angela Wellesley**, nasceu a 21 de outubro de 1850.

6 **Maria Jorgina Wellesley**, nasceu a 15 de maio de 1853.

A familia de **Wellesley**, antigamente **Wesley**, era de origem saxonia, e em seguida á conquista dos normandos ficou estabelecida na comarca de Somerset, onde possuiu o estado de Wellington, do qual o illustre Commandante britannico derivou o seu titulo ducal. No anno de 1172 passou para a Irlanda com o Rei de Inglaterra Henrique II, o qual lhe fez amplas doações de terras no Condado de Meath e de Kildare, e parte d'ellas ainda existe na posse da familia Colley, que hoje a representa, e antigamente dita Cowley ou Cooley. A noticia mais remota que d'esta temos, começa em Walter e Roberto Colley, que deixaram a comarca de Rutland, em Inglaterra seu paiz natalicio, onde eram simples letrados e *pobres catholicos*, para irem ser na Irlanda homens de qualidade e de poder e *ricos protestantes:* estabeleceram-se estes irmãos em Kilkenny, e bem depressa colheram o fructo da sua feliz mudança, pois logo em 1531 lhes fez, durante suas vidas, Henrique VIII Rei de Inglaterra, mercê do muito rendoso cargo de Amanuense da corôa na Chancellaria. Roberto foi depois, em 1537, Guarda dos Archivos, e em 1540 Commissario, para com outros descreverem as terras das extinctas abbadias; e um dos Guardas da paz no condado de Meath, com auctoridade para fazer observar os estatutos de Dublin e Kilkenny. Ficou-lhe um filho tambem chamado Roberto Colley, Escudeiro, Justiça de paz no condado de King, a quem a Rainha Isabel doou, em 1562, Castletown, ou por outra Young Cowleyston, e mais terras no referido condado: e que por elle fallecer sem successão foram dadas a sir Thomaz Moore, antepassado do Conde de Charville.

I **Walter Colley**, que é o progenitor do Duque de Wellington, foi Solicitador Geral da Irlanda por mercê de 7 de setembro de 1537, e largando este officio em 1546 a João Bathe, passou em 21 de setembro de 1548 a ser Superintendente Geral do reino.

Teve filhos.

2 **Henrique Colley**, que continua.

2 **Walter Colley**, Official da alfandega e Collector da cidade de Drogheda, em 1536.

II **Henrique Colley** (**Sir**). Militou no exercito com patente de Capitão, e teve, no anno de 1559, auctorisação da Rainha Isabel para executar a lei marcial nas baronias de Offaly e de Carberry, no condado de Kildare; foi commissario do exercito, Membro do parlamento pela villa de Thomastown no condado de Kilkenny, Conselheiro privado; e feito Cavalleiro pelo Lord Tenente da Irlanda, Sidney. Morreu em 1584, tendo casado com Ca-

tharina, filha de Thomaz Cusack, de Cussington, no condado de Meath, e Lord Chanceller da Irlanda.

Teve filhos.

3 **Jorge Colley (Sir)**, de Edenderry no condado de King: d'elle descende em parte a familia do Marquez de Downshire.

3 **Gerardo Colley**, de Ardree.

Teve filha.

4 **Catharina Colley**, mulher de Guilherme Moore, Escudeiro do condado de Barnmeath.

3 **Henrique Colley**, que continua.

III **Henrique Colley (Sir)**, de Castle Carberry no condado de Kildare, Condestavel do forte de Philipstown e Seneschal do condado de King: serviu no exercito, do qual foi Provedor ou Commissario geral em 1561; armado Cavalleiro em 1576, na egreja de Christo; e em 1613 membro do parlamento por Monaghan. Morreu de edade avançada, tendo casado com Anna, da qual foi primeiro marido, filha de Adão Loftus, Arcebispo de Dublin.

Teve entre mais filhos.

IV **Henrique Colley.** Viveu totalmente retirado da scena do mundo, ignorando-se mesmo o nome da mulher com quem foi casado, a qual suppomos ser da familia Dudley.

Teve filho.

V **Henrique Dudley Colley.** Seguiu o partido do Rei Carlos I, militando nos seus exercitos contra Cromwell, sendo depois, na restauração de Carlos II, agraciado por elle com boa quantidade de propriedades confiscadas. Da sua segunda mulher, filha de Warren de Grangeberg,

Teve entre outros filhos.

6 **Isabel**, mulher de Garret Wesley, Escudeiro, de Dangan Castle, no condado de Meath. D'estes nasceu outro Garret Wesley, que não tendo successão nomeou por herdeiro de todos os seus bens ao primo Ricardo Colley.

6 **Henrique Colley**, que continua.

VI **Henrique Colley.** Succedeu nos bens de Castle Carberry, e morreu em 1700. Casou com Maria, filha de Sir Guilherme Usher, de Dublin.

Teve além de outros filhos.

7 **Henrique Colley**, de Castle Carberry.

7 **Ricardo Colley**, que continua.

VII **Ricardo Colley,** tomou o appellido Wesley, por ser herdeiro, como fica dito, de seu primo Garret Wesley. Foi Par da Irlanda e 1.º Barão Mornington de Mornington, por mercê do Rei Jorge II, de 23 de junho de 1746, Auditor e *Registador* do real hospital Kilmainham, perto de Dublin, em 1713; 2.º Camareiro do palacio do tribunal da fazenda, Corregedor do mesmo condado em 1734, e Membro do Parlamento pela villa de Trom. Morreu em 31 de janeiro de 1758, tendo casado com Isabel, filha de João Sale, Escudeiro, Doutor em leis, *Registador* da diocese de Dublin, e Membro do Parlamento por Carysfort.

Teve além de duas filhas.

VIII **Garret Colley Wesley,** Par da Irlanda, 1.º Conde de Mornington no condado de Meath, e 1.º Visconde Wesley de Dangan Castle, por mercê de 20 de outubro de 1760; 2.º Barão Mornington; Doutor e Professor em musica, grau que lhe conferiu a universidade de Dublin, pelo muito que se distinguiu n'esta arte, não só como professor, mas tambem como compositor. Nasceu a 19 de julho de 1735, e morreu em Kensington a 22 de maio de 1781, achando-se casado com Anna Hill, senhora esta para quem foram poucos os bem merecidos elogios que se lhe fizeram, e que gosou a singular fortuna e honra que, segundo se crê, nenhuma outra mãe teve, de vêr quatro de seus filhos Pares do reino unido da Grã-Bretanha, de seu proprio direito: tinha nascido em 23 de junho de 1742, e falleceu de oitenta e nove annos de edade, em 10 de setembro de 1831, filha primeira dos 1.ºs Viscondes Dungannon, Arthur Hill Trevor e Anna Stafford, segunda mulher.

Teve filhos.

9 **Ricardo Colley Wesley**, Par do reino unido em 20 de outubro de 1797, pelo titulo de Barão Wellesley, no condado de Somerset, datando

d'essa época a mudança do appellido Wesley para Wellesley; Marquez Wellesley, de Norragh, na Irlanda, em 2 de dezembro de 1799; 2.° Conde de Mornington; 2.° Visconde Wesley, de Dangan Castle; e 3.° Barão Mornington de Mornington; Cavalleiro da ordem da Jarreteira e da de S. Patricio, na sua installação em março de 1783, da Othomana do Crescente, e da do Sol e do Leão na Persia; Conselheiro Privado; Guarda dos archivos no condado de Meath; Depositario official do Museu Britannico; Governador geral da India, celebre pela derrota de Tippoo, Sultão de Mysore; Embaixador a Madrid, e por duas vezes Lord Tenente da Irlanda. Succedeu nos titulos de seu pae em 22 de maio de 1781: nasceu em 20 de junho de 1760, em Dangan Castle, freguezia de Laracor, condado de Meath, e morreu em 26 de setembro de 1842, sem successão, pelo que ficaram extinctas as mercês de Marquez e de Barão Wellesley. Casou duas vezes: a primeira em 29 de novembro de 1794, com Jacintha Gabriella, que falleceu em 5 de egual mez de 1816, unica filha de Pedro Roland; e a segunda em 25 de outubro de 1825, com Marianna Caton, que morreu em 17 de dezembro de 1853, Dama da Rainha Victoria, e viuva de Roberto Patterson, Escudeiro, filha de Ricardo Catou, Escudeiro.

9 **Arthur (Honrado) Gerardo Wellesley**. Nasceu em 5 de maio de 1761 e morreu em 1768.

9 **Guilherme Wellesley Pole**; tomou este ultimo appellido em 1778, por herdar os bens de seu primo Guilherme Pole, Escudeiro, de Ballyfin; foi Par do reino unido por mercê de 1821, pelo titulo de Barão Maryborough de Maryborough no condado de Queen; 3.° Conde de Mornington, 3.° Visconde Wellesley, de Dangan Castle, e 5.° Barão Mornington de Mornington no condado de Meath; e succedeu em 26 de setembro de 1842 a seu irmão o Marquez Wellesley nos ditos titulos, no Pariato da Irlanda. Conselheiro Privado, Guarda dos archivos do ultimo dito condado, e por elle Membro do parlamento. Governador da casa da moeda, e Condestavel do castello de Maryborough. Nasceu em 20 de maio de 1763, e morreu em 22 de fevereiro de 1845, tendo casado a 17 de maio de 1784 com Catharina Isabel Forbes, que falleceu em 23 de outubro de 1831, primeira filha do honrado João Forbes, Almirante da armada e General das forças da marinha (segundo filho do Conde de Granard, Jorge Forbes), e de lady Maria Capel.

Teve filhos.

10 **Maria (Lady) Carlota Anna Wellesley**: nasceu a 3 de fevereiro de 1786,

e morreu a 2 d'esse mez de 1843, tendo casado em 22 de julho de 1806 com o muito honrado Sir Carlos Bagot, Grão Cruz da ordem do Banho e Governador das provincias britannicas na America do norte, onde morreu em Kingston, no Canadá, a 11 de maio de 1843, tendo nascido a 23 de setembro de 1789, segundo filho dos 1.os Barões Bagot, no pariato do reino unido, Guilherme Bagot e Luiza Saint John. —C. g.

10 **Guilherme Pole Tylney Long Wellesley**, Par do reino unido, e 2.º Barão Maryborough de Maryborough no condado de Queen; 4.º Conde de Mornington; 4.º Visconde Wellesley, de Dangan Castle; 6.º Barão Mornington de Mornington no condado de Meath; no Pariato da Irlanda, Membro do Parlamento pelo condado de Weltz, e Guarda das matas de Epping. Succedeu a seu pae em 22 de fevereiro de 1845. Nasceu em 22 de junho de 1788 e morreu em 1 de julho de 1857, tendo casado duas vezes: a primeira em 14 de março de 1812 com Catharina Tylney Long, primeira filha e herdeira de Sir Jayme Tylney Long, Baronet, e de Lady Catharina Sidney Windsor, que falleceu em 12 de setembro de 1825; e a segunda em 10 de novembro de 1828 com Helena Patterson, viuva de Eduardo Bligh, Escudeiro, e filha do Coronel Thomaz Patterson.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

11 **Guilherme Arthur Pole Tylney Long**, Par do reino unido e 3.º Barão Maryborough de Maryborough no condado de Queen, 5.º Conde de Mornington, 5.º Visconde Wellesley, de Dangan Castle, 7.º Barão Mornington de Mornington no condado de Meath, no Pariato da Irlanda. Nasceu a 7 de outubro de 1813; succedeu a seu pae em 1 de julho de 1857, e falleceu em 25 de julho de 1863. —S. g.

11 **Jayme (Honrado) Fitz Roy Henrique Guilherme Wellesley**, Tenente do regimento de lanceiros n. 12. Nasceu a 11 de agosto de 1815 e morreu em 30 de outubro de 1851.

11 **Victoria (Lady) Catharina Maria Wellesley**. Nasceu a 29 de maio de 1818.

10 **Emilia (Lady) Henriqueta Wellesley**. Nasceu em 13 de março de 1792, e casou em 6 de agosto de 1814 com Lord Fitz Roy Jayme Henrique Somerset, 1.º Barão Ragglan, Par do reino unido, Grão Cruz das or-

dens da Torre Espada e do Banho, Cavalleiro das de Maria Thereza de Austria, de S. Jorge da Russia, de Medjidie da primeira classe na Turquia, e de Maximiliano José da Baviera, Feld Marechal e *Tenente General de artilharia* (Master General of the ordenance), emprego que se extinguiu n'elle. Commandante em Chefe na Criméa, e bem conhecido entre nós como Secretario militar de Lord Wellington na campanha peninsular, e Coronel do regimento de infanteria n. 53. Nasceu em 30 de setembro de 1788 e morreu no seu quartel general defronte de Sebastopol em 28 de junho de 1855, tendo antes perdido um braço na batalha de Waterloo. Era oitavo filho dos 5.os Duques de Beaufort, Henrique Somerset (descendente por varonia de João de Beaufort, 1.º Conde de Somerset, irmão natural e legitimado da Rainha D. Filippa, mulher do nosso Rei D. João I), e Isabel Boscawen. — C. g.

10 **Priscilla (Lady) Anna Wellesley Pole.** Nasceu a 13 de março de 1793, e casou em 26 de junho de 1811 com Lord Burghersh, João Fane, depois 11.º Conde de Westmorland, Grão Cruz das ordens do Banho, dos Guelphos de Hanover, de S. Fernando e S. Januario das Duas Sicilias, e de S. José da Toscana; Cavalleiro da de Maria Thereza de Austria. General no exercito e Conselheiro privado. Nasceu a 3 de fevereiro de 1784 e morreu em 16 de outubro de 1859. Filho dos 10.os Condes de Westmorland, João Fane, e Sara Anna Chil, primeira mulher. — C. g.

9 **Francisco (Honrado) Seymour.** Nasceu a 19 de março de 1766 e morreu a 10 de mesmo mez de 1770.

9 **Anna (Lady) Wellesley.** Nasceu a 13 de março de 1768 e morreu em 16 de dezembro de 1844, tendo casado duas vezes: a primeira em 4 de janeiro de 1799, com o Honrado Henrique Fitz Roy, que nasceu em 13 de setembro de 1765 e morreu em 19 de março de 1794, filho dos 1.os Barões de Southampton; e a segunda em 9 de agosto de 1799, com Carlos Culling Smith, Escudeiro, filho de Carlos Smith, Escudeiro, Governador de Madras, irmão de Sir Culling Smith, Baronet. — C. g. de ambos os matrimonios.

9 **Arthur Wellesley.** 1.º Duque de Victoria.

9 **Geraldo (Honrado e reverendo) Valeriano Wellesley,** Doutor em theologia, Capellão de Sua Magestade e de Hampton Court, Conego de S. Paulo, Prebendario de Durham e Reitor de Chelsea. Nasceu a 7 de dezembro de

1770 e falleceu em 21 de outubro de 1848, tendo casado em 2 de junho de 1802 com Lady Emilia Maria Cadogan, que nasceu em 26 de maio de 1778 e morreu em 22 de dezembro de 1839, filha dos 1.os Condes Cadogan, Carlos Sloane e Maria Churchill, segunda mulher.

Teve filhos.

10 **Emilia Anna Carlota Wellesley**, que casou em 26 de janeiro de 1836 com o Honrado e reverendo Roberto Liddell, Cura perpetuo de S. Paulo Knightsbridge, nascido em 1808, 10.° filho dos 1.os Barões Ravensworth, Thomaz Henrique Liddell e Maria Suzana Simpson. —C. g.

10 **Arthur Ricardo Wellesley**. Nasceu a 25 de setembro de 1804 e morreu em 18 de agosto de 1830.

10 **Jorgeanna Henriqueta Luiza Wellesley**. Nasceu a 28 de dezembro de 1806, e casou em 21 de abril de 1827 com o reverendo Jorge Darby Saint Quintin, Reitor de Broughton Hants.

10 **Maria Sara Wellesley**. Nasceu a 15 de novembro de 1808 e casou a 13 de julho de 1836 com o Visconde Chelsea, Henrique Carlos Cadogan, Coronel da Real Westminster milicia e um dos Commissarios das estradas metropolitanas, nascido em 15 de fevereiro de 1812, primeiro filho dos 3.os Condes Cadogan, Jorge Cadogan e Luiza Honoria Blake. —C. g.

10 **Cecilia Isabel Wellesley**. Casou em 11 de maio de 1842 com o Honrado Coronel Jorge Augusto Frederico Liddell, Guarda do parque de Richmond e Criado da Camara de Sua Magestade Britannica, que nasceu em julho de 1812, duodecimo filho dos 1.os Barões Ravensworth, já referidos.

10 **Guilherme Henrique Carlos Wellesley**, Coronel. Nasceu em 14 de fevereiro de 1813, e casou em 1 de novembro de 1849 com Joanna Malet, filha de Thomaz Hayden, Escudeiro.

Tem filhos.

11 **Arthur Jorge Henrique Wellesley**. Nasceu em 1850.

11 **Geraldo Valeriano Wellesley**. Nasceu em 1852.

11 **Florença Joanna Helena Wellesley**. Nasceu em 9 de outubro de 1853.

11 **Alice Joanna Wellesley.**

11 **Cyrillo Guilherme Wellesley.** Fallecido.

11 N.... Nascida a 22 de maio de 1864.

10 **Jorge Greville,** Contra-Almirante da armada real, Cavalleiro da ordem do Banho. Casou em 25 de outubro de 1853 com Isabel Doughty, filha mais moça de Roberto Lukin, Escudeiro.

Tem filha.

11 N.... Nascida a 20 de outubro de 1857.

9 **Maria (Lady) Isabel Wellesley.** Nasceu em 1 de julho de 1772 e morreu em 3 de março de 1794.

9 **Henrique Wellesley,** Par do reino unido, e 1.° Barão Cowley de Wellesley no condado de Somerset, por mercê de 1828; Grão Cruz da ordem do Banho. Serviu muitos annos cargos diplomaticos: nasceu em 20 de junho de 1773 e morreu em 27 de abril de 1847, tendo casado duas vezes: a primeira em 20 de setembro de 1803 com Lady Carlota Cadogan, que nasceu a 11 de julho de 1781 e falleceu em 8 do dito mez de 1853 (estando casada com Guilherme Paget, 1.° Marquez de Anglesey, por ter sido dissolvido este seu casamento em 1810 por acto do parlamento), e era filha dos 1.os Condes Cadogan, já referidos; e a segunda em 27 de fevereiro de 1816 com Lady Jorgeanna Carlota Augusta Cecil, nascida em 20 de março de 1786 e fallecida em 18 de janeiro de 1860, primeira filha dos 1.os Marquezes de Salisbury, Jaime Cecil e Maria Emilia Hill.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

10 **Henrique Ricardo Carlos Wellesley,** Par do reino unido e 2.° Barao Cowley de Wellesley no condado de Somerset, 1.° Conde Cowley e 1.° Visconde Dangan, no condado de Meath, por mercê de 1837, Grão Cruz da ordem do Banho; Conselheiro Privado; Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Paris. Nasceu em 17 de julho de 1804, e succedeu no pariato e titulo de Barão a seu pae, em 27 de abril de 1847. Casou em 22 de outubro de 1833 com a Honrada Oli-

via Cecilia Fitz Gerald de Ros, nascida em 11 de janeiro de 1807, segunda filha de Lord Henrique Fitz Gerald e de Carlota, Baroneza de Ros.

Tem filhos.

11 **Guilherme Henrique Wellesley**, 2.º Visconde Dangan, Tenente Coronel do exercito. Nasceu em 1834 e casou a 8 de agosto de 1863 com Emily Gwendolin, filha do Coronel Thomaz Peers Guilherme, de Temple House, Bucks.

11 **Feodorowna (Lady) Cecilia Wellesley.**

11 **Sophia (Lady) Jorgeanna Robertina Wellesley.** Casou em 16 de fevereiro de 1863 com Carlos Filippe Yorke, Visconde Royston, nascido a 23 de abril de 1836.

11 **Cecilio (Honrado) Carlos Wellesley**, Tenente dos guardas de Coldstream.

11 **Frederico (Honrado) Arthur Wellesley.**

10 **Guilherme (Honrado) Wellesley.** Nasceu em 1805 e casou em julho de 1842 com Amelia, filha do reverendo José White Niblock, Doutor em theologia.

Tem filhos.

11 **Amelia.** Nascida em 25 de agosto de 1843.

11 **Henrique.** Nascido em 2 de novembro de 1844.

11 **Geraldo.**

10 **Carlota (Honrada) Arbuthnot Wellesley**, nascida em 25 de janeiro de 1808. Casou em 17 de maio do 1831 com Roberto Grosvenor, Par do reino unido e Barão Ebury, Conselheiro Privado, que nasceu em 24 d'abril de 1801, terceiro filho dos 1.^os^ Marquezes de Westminster, Roberto Grosvenor e Leonor Egerton. —C. g.

10 **Geraldo (Honrado e muito reverendo) Wellesley**, Deão de Windsor, *Registador* da ordem da Jarreteira, Depositario da corôa no Museu Britanico, e Capellão ordinario de Sua Magestade. Casou em 16 de setem-

bro de 1856 com a Honrada Magdalena Montagu, que nasceu em 30 de setembro de 1831, terceira filha dos 5.os Barões de Rokeby, Henrique Robinson Montagu e Magdalena Huxloy, já viuva de Frederico Craft, Escudeiro.

Da segunda mulher.

10 **Jorgeanna (Honrada) Carlota Maria Wellesley**, nascida em 11 de junho de 1817. Casou em 9 de dezembro de 1848 com Sir Henrique-Lytton-Earle-Bulwer, Grão Cruz da ordem do Banho, Embaixador em Constantinopla, nascido em 1804.

Creação

Duque, 17 de dezembro de 1812.
Marquez, 17 de dezembro de 1811.
Conde, 13 de maio de 1811.

Residencias

Inglaterra: em Londres, palacio Aspley, esquina de Hyde Parker —W— no campo, Strathfieldsay, proximo a Winchfield Hants.

Ácerca da familia do Duque de Wellington póde o leitor curioso consultar as seguintes obras:

Debrett's Correct Peerage, of England, Scotland, and Ireland. With the extinct and forfeited Pecrages of the three Kingdoms. A list of their Family Names. Second Titles, etc. And a translation of their Mottos. London. *Referimonos* á —The thirteenth edition, considerably improved, 1820. Printed by G. Woodfall Angel Court, Skinner street.

The Pecrage and Baronetage of the British Empire as at present existing. Arranged and printed from the personal communications of the Nobility. Under the Gracious Patronage of the Queen's Most Excellent Majesty. By Edmund Lodge. Esq. Late Norroy King of arms, etc. With the arms of the Pecrs. Thirty fourth edition, revised and enlarged. London: Hurst and Blackett. Publisher's. Successors to Henry Colburn, 13 Great Marlboroug street. 1865.

The Genealogy of the existing British Peerage and Baronetage Containing the Family Histories of the Nobility. Under the Gracious Patronage of the Queen's Most Excellent Majesty, and of His Royal Highness the Prince Consort, And dedicated by Permission to Her Royal Highness the Duchess of Kent. By Edmund Lodge, Esq. Norroy King of arms, etc. With the arms of the Peers. New and enlarged edition. London. Hurst etc. etc. 1859. — Estes dois volumes fazem uma obra completa.

The Wars of Europe; or Annals of Military, and Naval Warfare. Illustrated with effective wood engravings, and with occasional Portraits and Memoirs of the Most Eminent Commanders; Enlivened with a variety of entertaining anecdotes and historical incidents. Edicted by a soldier, wbo having put off his accoutrements stands at ease, calling to attention the Warriors of our own and other ages, over whom General circunstances, in an order of the day, has given him a temporary command. London: James Pattie, Brydges street, Covent Garden.

DUQUEZA DA TERCEIRA

D. Maria Anna Luiza Philomena de Mendoça, Duqueza da Terceira, Camareira Mór da Rainha; Dama da ordem de Santa Isabel e da de Maria Luiza em Hespanha. Nasceu a 5 de dezembro de 1808, e casou no Rio de Janeiro em 23 de abril de 1821, com seu primo Antonio José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha, então Conde de Villa Flôr, depois Duque da Terceira; d'elle foi segunda mulher. É filha dos 1.os Marquezes de Loulé, Agostinho José de Mendoça Rolim de Moura Barreto e D. Maria Margarida do Carmo de Menezes.

Antonio José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha, 1.º Duque da Terceira em 8 de novembro de 1832, com honras de Parente; 1.º Marquez de Villa Flôr em 1827, confirmado a 14 de janeiro de 1833, e d'estas mercês tirou cartas em 11 de abril de 1838; 7.º Conde de Villa

Flôr, de juro e herdade, por carta de 21 de egual mez de 1795; 9.º Copeiro Mór, por outra de 11 de junho do mesmo anno; Estribeiro Mór em 31 de outubro de 1834; Gentil Homem da Camara d'El-Rei D. João VI; Moço Fidalgo da Casa da Rainha D. Maria I, por alvará de 22 de maio de 1799, com a moradia de alqueire e meio de cevada por dia, que se lhe mandou pagar em especie por portaria de 9 de setembro de 1801; Condestavel temporario; Par do Reino pela carta regia de 30 de abril de 1826; Conselheiro de Estado, nomeado em 24 de julho de 1834; Ministro e Secretario de Estado honorario, assim como Ministro Plenipotenciario. Grão Cruz das ordens — da Torre e Espada, da qual foi nomeado Cavalleiro em 17 de dezembro de 1815 (já Coronel), de S. Bento de Aviz, e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; de S. Fernando e de Carlos III, em Hespanha; de Ernesto Pio, de Saxonia Cobourg Gotha; de Leopoldo, na Belgica; da Legião de Honra, em França; do Leão e da Corôa de Carvalho, nos Paizes Baixos; de S. Leopoldo, na Austria; da Aguia Vermelha, na Prussia; de S. Januario, nas Duas Sicilias; de S. Mauricio e de S. Lazaro, na Sardenha; e de Alberto, o Valoroso, na Saxonia. Commendador na ordem de Christo, por portaria de 8 de maio de 1797, expedindo-se em 6 de março de 1802 um decreto do Principe Regente, dado em Quéluz, para a Meza da Consciencia e Ordens, em que o dispensa na menoridade, nas provanças e nas habilitações da sua pessoa, e o ha por habilitado para receber o habito da mesma ordem, a titulo de Commenda, e logo professar na egreja de Nossa Senhora da Luz, extramuros da cidade de Lisboa; e dando-lhe a Meza a devida execução, foi por seu despacho habilitado em 21 de julho de 1804, e a 25 d'esse mez se lhe passaram os alvarás de Cavalleiro e de profissão e a carta do habito. Cavalleiro da Aguia Negra, na Prussia. Condecorado com a Medalha portugueza de Victoria, Orthez e Toulouse, e com a de seis campanhas da Guerra Peninsular; e por Sua Magestade Catholica com a de Victoria. Marechal do exercito em 15 de agosto de 1833. Governador da torre de S. Vicente de Belem em 5 de março de 1834. Presidente do Supremo Conselho de justiça militar em 19 de outubro de 1838; e primeiro Ajudante de Campo de El-Rei D. Pedro V em 16 de setembro de 1855. Entrou para o serviço militar em 10 de fevereiro de 1802, assentando praça no regimento de cavallaria num. 4, e sendo logo reconhecido Cadete, no mesmo corpo foi promovido: a Alferes em 24 de

junho de 1807, e a este posto voltou pela retirada dos francezes, tendo d'elle pedido a sua demissão quando os mesmos invadiram Portugal, que lhe foi dada por aviso do Marquez de Alorna de 1 de fevereiro de 1808; a Tenente em 6 de dezembro de 1809; e a Capitão da quinta companhia em 23 de janeiro de 1811. Teve o exercicio de Ajudante das ordens, em 1808, do General Visconde de Sousel; e em 26 de março de 1813 foi nomeado Ajudante do Campo do Marechal Commandante em Chefe do exercito, o Conde de Trancoso Guilherme Carr Beresford, passando a Major, e ficando então desligado do mencionado corpo, unico em que serviu. Na Gazeta extraordinaria de Lisboa de 4 de julho d'esse anno de 1813, ha o seguinte paragrapho a seu respeito: «Transmitto a V. Ex.ª este offi-«cio (participando ter-se vencido a batalha de Victoria) pelo Major Conde «de Villa Flor, Ajudante de Campo do Marechal Marquez de Campo «Maior, o qual terá a honra de manifestar a V. Ex.ª que se tomou a «bandeira do 4.º batalhão do regimento 100, e o bastão do Marechal do «Imperio Jourdan, pelo regimento 87. Tenho a honra de recommendar, «pela intervenção dos senhores Governadores do reino, o sobredito Aju-«dante de Campo á benigna consideração de S. A. R. o Principe Regente «de Portugal. —Deus Guarde a V. Ex.ª muitos annos. Quartel general «de Salvaterra, 22 de junho de 1813. —O Marechal General Lord Wel-«lington Duque de Victoria. —Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Miguel Pereira For-«jaz.» Da dita Gazeta consta mais, por outro officio do mesmo General, datado do dia 24 em Yrusun, que elle demorára a sua partida em ordem a dar logar a que se concluissem os mappas relativos á recente batalha; deixando sómente no immediato, 25 do mencionado mez e anno, o quartel em Arazure, a mui pequena distancia de Pamplona. Foi n'essa occasião promovido a Tenente Coronel; e tendo feito todas as campanhas da guerra peninsular, passou em 1816 ao Brasil, indo em 1817 por Commandante de um regimento de Voluntarios Leaes, na divisão que do Rio de Janeiro partiu para suffocar a revolução de Pernambuco. No mesmo anno foi despachado Governador e Capitão General do Pará; e em dezembro de 1820 com egual cargo, que não exerceu, para a Bahia de Todos os Santos. Voltou em 1821 com El-Rei para a Europa; e em 10 de junho de 1823, achando-se já Marechal de Campo, foi Ajudante da pessoa do serenissimo senhor Infante D. Miguel, Commandante em Chefe do exercito, sendo então condecorado com a medalha de oiro da Fidelidade

ao Rei e á Patria, creada por decreto de 24 do referido mez e anno[1], e depois enviado a Hespanha a comprimentar Sua Alteza Real o Duque de Angouleme. Em 1826, Governador das Armas do Alemtejo, e pouco depois Commandante de uma divisão de tropas que combateu na mesma provincia, e nas do norte, os inimigos do governo, dando as batalhas de Coruche da Beira, Ponte do Prado e Ponte da Barca, que tiveram em resultado a retirada d'elles para Hespanha onde foram desarmados, Em 1827 e 1828, desde 23 de agosto até fevereiro, Governador das armas do Porto. Saiu do reino em maio d'esse ultimo anno, e voltou em julho seguinte áquella cidade para auxiliar a causa da Rainha. Em 1829, sendo Capitão General da ilha Terceira, repelliu na villa da Praia essa porção de tropa da expedição de Lisboa, que saltou em terra para atacar a ilha. Em 1830 foi nomeado Membro da Junta da Regencia e Commandante das tropas da senhora D. Maria II na dita ilha; restaurando em 1831 todas as mais dos Açores. A 9 de julho de 1832 desembarcou nas praias do Mindello, commandando em Chefe o exercito libertador, e no

[1] Decreto. — «Querendo dar um testemunho publico e bem merecido, aos Officiaes e corpos do exercito, que tomaram a briosa resolução de acompanhar o meu muito amado e presado filho o Infante D. Miguel na sua saida de Lisboa, afim de pôr em execução o projecto de salvar a patria, e a minha real pessoa, do dominio de uma facção anarquica; assim como aquelles que, pelo mesmo motivo, e com a mesma honrada resolução, me acompanharam a Villa Franca de Xira; e bem assim aos mais Officiaes, que, levados de um impulso de amor pela minha real pessoa, e de zelo e interesse pela causa publica, tão felizmente regenerada, me conduziram como em triumpho pela capital; consultando n'isto sómente os effeitos naturaes e proprios da lealdade portugueza: hei por bem, em quanto lhes não faço outras mercês, conceder aos Officiaes, qualquer que seja a sua graduação, mencionados nas relações, que baixam com este, assignadas por Manuel Ignacio Martins Pamplona Corte Real, do meu conselho, Ministro Assistente ao despacho do meu gabinete, e Encarregado da repartição dos Negocios da Guerra, de uma medalha de oiro, a qual deverá ter de um lado a seguinte legenda —Fidelidade ao rei e á patria; e do outro a minha real effigie— e aos Officiaes inferiores, Cadetes e Soldados, de uma semelhante medalha de prata; uma e outra pendentes no lado direito de uma fita com lista branca entre duas verdes. O mesmo Ministro Assistente ao despacho, Manuel Ignacio Martins Pamplona Corte Real, o tenha assim entendido e expessa as ordens necessarias para a sua execução. Palacio da Bemposta aos 24 de junho de 1823. —Com a rubrica de Sua Magestade.»

Relação dos Officiaes que se reuniram a S. A. o senhor Infante D. Miguel, no dia 27 de maio, que acompanharam a Sua Magestade para Villa Franca de Xira, e ali lhe fizeram a primeira guarda de honra, e que por ordem acompanharam o mesmo augusto

fim d'esse anno foi dispensado do mesmo Commando, que tomou a si o senhor D. Pedro, Duque de Bragança, sendo nomeado primeiro Ajudante de ordens do mesmo senhor. Em 1833, a 21 de junho, partiu da cidade do Porto, em a qual tinha continuado na sua defeza, por General da expedição que desembarcou em Cacella, correu o Algarve e Alemtejo, e se apresentou em Cacilhas, derrotando ahi em 21 de julho a divisão de Joaquim Telles Jordão, e entrando no dia seguinte em Lisboa apoiado pelos seus habitantes. Na defeza das linhas da mesma cidade foi encarregado de diversos Commandos, recebendo uma contusão de bala no dia 5 de setembro, quando foram atacadas. Capitaneou por vezes as tropas de observação a Santarem; e sendo finalmente escolhido por Sua Magestade Imperial para commandar uma divisão expedicionaria no norte, saiu do

senhor no seu regresso para Lisboa, a quem Sua Magestade ha por bem condecorar com a medalha de oiro, por decreto da data d'esta.

Ministro Assistente ao despacho Encarregado dos Negocios da Guerra, Manuel Ignacio Martins Pamplona Corte Real.

Estado Maior General:

Marechal de Campo graduado Sub-Chefe do Estado Maior, José de Sousa Pereira de S. Payo.

Marechal de Campo Ajudante de Ordens de S. A. R., Conde de Villa Flor.

Coronel Ajudante de Ordens de S. A. R., D. Gastão da Camara; Marquez de Bellas; Marquez de Loulé; Fradique Lopes de Sousa.

Major Ajudante de Ordens de S. A. R., Antonio Joaquim Guedes.

Alferes Ajudante de Ordens de S. A. R., Nuno de Mendonça.

Major graduado Ajudante de Campo de S. A. R., João Maria de Lacerda.

Estado Maior do Exercito:

Tenente General, João Lobo Brandão de Almeida.

Marechal de Campo, Marquez de Tancos; Marquez de Torres Novas.

Brigadeiro, Francisco José da Costa do Amaral; Domingos Bernardino Ferreira de Sousa.

Coronel, Conde de Paraty; Conde de Lumiares; Joaquim de Sousa Pato; D. Fernando de Almeida.

Tenente Coronel, Marquez de Borba; Rodrigo Pinto Pissarro.

Major, João da Cunha.

Capitão, Anselmo Archanjo Ferreira.

Armada Real:

Vice-Almirante, Marquez de Vianna.

Chefe de Divisão, Conde de Valladares.

Capitão de Fragata, Conde de Cêa.

Cirurgião Mór, Theodoro Ferreira de Aguiar.

Gazeta de Lisboa, sabbado 5 de julho de 1823, paginas 1183 e 1184.

Porto a 5 de abril de 1834, e percorrendo o Minho, Traz-os-Montes e Beira, ganhou na Extremadura, a 16 de maio do mesmo anno a batalha da Asseiceira. Passou ao Alemtejo, e a 27 d'esse mez e anno concluiu a campanha com a convenção de Evora Monte. Em 28 de maio de 1835 foi encarregado interinamente do Commando do exercito, e d'elle exonerado em 25 de novembro do dito anno. Nomeado em 16 de dezembro de 1840, Commandante do de observação, e particularmente incumbido da defeza das provincias do norte. Em 13 de março de 1850 Commandante da primeira divisão militar, de que foi exonerado em 1 de maio de 1855. Em 18 de março de 1858 Commissario Plenipotenciario para celebrar e firmar o acto da recepção de El-Rei D. Pedro V, com Sua Magestade a Rainha D. Estephania. Presidente do Conselho de Ministros: de 19 de abril a 10 de setembro de 1836, de 9 de fevereiro de 1842 a 20 de maio de 1846, de 26 de abril de 1851 (e encarregado de organisar o Ministerio) a 1 de maio de 1852, e de 16 de março de 1859. Ministro da Guerra: de 24 de setembro de 1834 a 20 de março de 1835, de 19 de abril a 10 de setembro de 1836, de 9 de fevereiro de 1842 (interinamente) a 26 de maio de 1846, de 27 de abril de 1851 a 1 de maio de 1852, e de 16 de março de 1859. Ministro da Marinha de 20 a 23 de maio de 1859. Succedeu a seu pae em 8 de março de 1795: no titulo de Conde de Villa Flor, no officio de Copeiro mór da Casa Real, nos bens da corôa e ordens e nos seus proprios; e assim teve as Commendas de Santa Maria de Pereira, de S. Pedro de Calvello, de S. Thiago de Cassorado, de S. Vicente de Figueira, e de S. Gens de Arganil, e varias tenças, sendo uma de quinhentos mil réis, e outra de duzentos mil réis no almoxarifado do pescado de Lisboa; e das referidas mercês se lhe passaram cartas, portarias e alvarás, em 29 de agosto de 1795, 8 de maio, 8 e 18 de junho, e 20 de dezembro de 1797, e em 4 de setembro e 20 de dezembro de 1798; nos padroados: do convento dos Capuchos de Nossa Senhora dos Anjos, do logar do Sobral de Alverca, onde tinha jazigo; de uma capella da Senhora do Populo, na cerca do convento de Nossa Senhora da Boa-Viagem; e da ermida de Nossa Senhora da Conceição do Portal, na villa da Alhandra; na administração de varios morgados que comprehendiam, além de outros bens, duas quintas em Alverca, a leziria da córte da villa do casal de Borges, termo de Azambuja, a herdade da Aravia, em Aviz, e as casas de S. João da Praça; e ultima-

mente entrou de posse do morgado, dito do ***Braço de Prata,*** por assim lhe consentir o desleixo d'aquelles a quem pertencia. Com o cargo de Copeiro Mór recebia uma ordinaria, que se lhe mandou satisfazer pela folha dos Officiaes da Casa Real, expedindo-se para esse effeito duas portarias: uma em 27 de agosto de 1796 e a outra em 7 de maio de 1806, e era a seguinte: — Cincoenta e sete mil cento e sessenta réis, a saber: trinta e dois mil cento e sessenta réis, em que importam os doze arrateis de vacca a razão de cento e vinte réis por dia, nos que forem de carne, e nos de jejum a trinta réis, e nos de pescado a sessenta réis; e vinte cinco mil réis que importam as iguarias da *minha meza;* além de seis mil réis de vestiaria. — Morreu a 26 de abril de 1860, e no dia 28 d'esse mez foi depositado em uma das capellas da egreja de S. Vicente de Fóra, e trasladado em 12 de agosto de 1863 para o jazigo que no mesmo templo lhe foi destinado, junto ao dos Monarchas e Principes da Casa de Bragança, como se póde vêr nos Diarios de Lisboa, de sabbado 28 de abril de 1860, paginas 441, e de quarta feira 12 de agosto de 1863, paginas 2399. Ao Duque foi feita, em 11 de abril de 1838, uma doação de cem contos de réis em bens nacionaes, em recompensa dos seus serviços; e á Duqueza sua viuva, foi dada por decreto de 30 de abril, confirmada pela carta de lei de 11 de maio de 1860 (referida no Diario de Lisboa de segunda feira 14 do dito mez e anno, paginas 501), uma pensão de quatro contos e quatrocentos mil réis, annual e vitalicia, isempta de direitos de mercê e sello e de quaesquer outros impostos e emolumentos, em remuneração dos valiosos serviços prestados por seu marido. Nós applaudimos estes actos de gratidão, prestados pelo Monarcha e pela Representação Nacional á pessoa e memoria do Duque da Terceira, cavalleiro que herdou de seu digno pae o brio, a civilidade e as excellentes qualidades de que era ornado[1], hereditarias na sua familia, e que sempre distingui-

[1] Apontamos aqui um facto em abono do cavalheirismo do Duque.

Quando elle servia no regimento de cavallaria num. 4 em 1811, era Tenente Coronel do mesmo corpo o senhor Antonio de Azevedo Coutinho (mencionado na nota a paginas 153), que falleceu Tenente General e se deu á sepultura no cemiterio do Alto de S. João no dia 7 de junho de 1850. O Duque, que então commandava a primeira divisão militar, foi em pessoa tributar as ultimas honras ao militar que outr'ora fôra seu commandante, e tambem seu amigo da infancia.

Diario do Governo de quinta feira 13 de junho de 1850, paginas 700.

ram seus heroicos antepassados: foi elle o ultimo varão da valente raça dos Sousas, Copeiros Móres, e o representante dos Condes de Villa Flôr, que começaram em D. Sancho Manuel de Vilhena, o defensor de Elvas, e vencedor de D. João de Austria na batalha do Ameixial. Dedicou-se á causa da legitimidade da Rainha a senhora D. Maria II com a antiga lealdade portugueza, hoje já bem rara, e d'ella nunca discrepou, pugnando sempre pelos seus direitos; concorrendo ao mesmo tempo, pela fatalidade que ligou duas causas bem differentes, a sustentar outra que nunca acreditarei fosse sua, e que com o andar dos tempos lhe trouxe em premio a prisão e o exilio. Eu, que não abracei nenhuma d'estas causas, mas sim aquella a quem coube o infortunio, sou insuspeito n'este pouco que d'elle digo. Lastimo vêr desapparecer uma familia que findou em dois excellentes irmãos, e que com a minha teve sempre relações de amizade, de camaradagem e de visinhança: não ia longe da sua casa, em S. João da Praça, a do meu avô o senhor Luiz da Motta Feo e Torres, na rua do Marechal[1]: esta foi consumida pelo incendio immediato ao terremoto de 1755; e aquella, pesarosa pela falta dos donos que tivera cerca de trezentos annos, sairá da acção dos descendentes da mesma familia que a ella tinham direito, pela tangente de não ser vinculada, e irá talvez cair nas garras de algum d'esses vampiros esfaimados, que vorazes as estendem para apanharem os bens que ainda restam á antiga nobreza. Casou duas vezes: a primeira a 5 de agosto de 1811, com D. Maria José do Sacramento e Mello, sua prima, que nasceu em 17 de outubro de 1793, e morreu no Pará em 20 de julho de 1818, filha dos 1.^os^ Marquezes de Sabugosa, Antonio Maria de Mello da Silva Cesar e Menezes e D. Anna Francisca de Sousa, ambos em segundo matrimonio; e a segunda com a referida senhora D. Maria Anna Luiza Philomena de Mendoça, actual Duqueza.

[1] Esta rua ia da antiga egreja de S. Jorge para a rua do Barão, e pertencia á freguezia de S. João da Praça.

FILHO (do primeiro matrimonio)

Antonio de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha. Nasceu a 26 de setembro de 1813, e no dia 28 d'esse mez e anno foi baptisado no oratorio da casa da residencia de seus paes em S. João da Praça pelo Prior da egreja de Santo Estevão em Alfama, Manuel Luiz de Lemos; sendo seus padrinhos, o tio Marquez de Sabugosa e a avó Condessa de Villa Flôr. Morreu em 24 de dezembro de 1814 e jaz sepultado na egreja de S. João da Praça, no carneiro da casa dos Marquezes de Angeja [1].

SEUS PAES

Antonio de Populo Faustino de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha, 6.º Conde de Villa Flôr de juro e herdade, por carta de 15 de maio de 1777; passando-se-lhe n'essa data a do titulo do Conselho de Sua Magestade. 8.º Copeiro Mór da casa real, por outra de 6 de agosto de 1792; expedindo-se-lhe n'esse anno, a 23 de dezembro, o alvará de assentamento de mantimento com o dito officio. Moço Fidalgo, por alvará d'El-Rei D. José, de 20 de novembro de 1773; acrescentado a Fidalgo Escudeiro, por outro da Rainha D. Maria I, de 7 de janeiro de 1780. Commendador da ordem de Christo. Sargento Mór do 2.º regimento da Armada. Succedeu em 19 de setembro de 1791 a seu pae, nos bens da corôa e ordens; nos morgados e nos padroados da sua casa; e assim teve as Commendas: de S. Gens de Arganil, S. Vicente de Figueira, S. Thiago de Cassorado, e S. Pedro de Calvello, todas da ordem de Christo. Seu pae lhe cedeu uma pensão de doze mil réis, para os ter de tença com o habito da mesma ordem, na qual professou por alvará de 22 de julho de 1792, e em virtude da portaria de 7 de abril de 1777, expedida á Meza da Consciencia e Ordens, pelo Visconde de Villa Nova da Cerveira, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino: baixando para esse effeito dois decreto um em 10 para se fazerem as suas habilitações n'esta cidade, e o outro em 15, dispensando na edade que lhe faltava para poder receber o habito, e ambos do mencionado mez e anno; sendo as referidas habilitações appro-

[1] Damos aqui gratos e cordiaes agradecimentos ao illustrissimo senhor Faustino Antonio de Moraes, muito reverendo prior da parochial egreja de S. João da Praça d'esta cidade, pela summa delicadeza e bondade com que, sem entre nós haver relações algumas, nem mesmo de mero conhecimento pessoal, respondeu de prompto ás missivas, em que por vezes lhe pedimos esclarecimentos dos livros da sua egreja, relativos á casa de Villa Flôr; os quaes nos remetteu sempre, laborados com todo o esmero, curiosidade, miudeza e conhecimento de causa.

vadas pela Meza em 7 de maio d'esse anno de 1777: e tambem houve duas tenças, uma de duzentos mil réis e outra de quinhentos mil réis; de que se lhe passaram padrão e appostillas, em 20 de agosto de 1781, em 20 de outubro de 1791, e em 10 de dezembro de 1792. Nasceu na villa do Recife, em Pernambuco, a 17 de fevereiro de 1765, e morreu em Lisboa de uma maligna, a 6 de março de 1795; foi sepultado no seu jazigo, no convento de Nossa Senhora dos Anjos, em Sobral de Alverca. Casou em 18 de fevereiro de 1792, recebendo-se na capella da residencia, á Junqueira, do cardeal patriarcha D. José Francisco de Mendoça, com D. Maria José de Mendoça, que nasceu a 23 de maio de 1773, e morreu em 23 de abril de 1824: jaz no carneiro pertencente á casa de Angeja, na capella mór da egreja de S. João da Praça d'esta cidade. Filha dos 6.os Condes de Valle de Reis, Nuno José Fulgencio de Mendoça e Moura, e D. Anna José Monica de Menezes.

Filhos

1 **Antonio José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha,** Duque da Terceira: fallecido.

2 **Nuno José de Sousa Manuel de Menezes,** Gentil Homem da Camara de El-Rei D. João VI, e serviu o officio de Copeiro Mór da Casa Real estando o mesmo senhor no Rio de Janeiro. Moço Fidalgo da casa da Rainha D. Maria I, por alvará de 22 de maio de 1799. Commendador da ordem de Christo. Cavalleiro das de S. João de Jerusalem e da Torre e Espada. Capitão Tenente da armada real. Nasceu a 3 de setembro de 1794, e morreu em 1819, commandando a corveta de guerra Maria Thereza, que saiu de Monte-Video para o Rio de Janeiro, e d'ella nunca houve mais noticia [1].

3 **D. Anna José Calixta Gaudencia da Piedade de Sousa Manuel de Menezes.** Nasceu a 4 de outubro de 1795, e n'esse mesmo dia foi baptisada, sendo seu

[1] Commandava então n'aquella provincia as nossas forças navaes, o Vice-Almirante graduado Rodrigo José Ferreira Lobo, de infeliz memoria nos annaes da marinha portugueza; e representando-lhe elle, que a artilheria da corveta era muito pesada e para ella desproporcionada, e que receava a prejudicasse, teve em resposta: *se tem medo desembarque*. Ora, como a palavra medo não era conhecida por este fidalgo, fez-se á vela, e não appareceu mais: faltando não só elle, cavalleiro tão estimado por todos que o conheciam, mas tambem o Tenente General Sebastião Pinto de Araujo Corrêa, e seu irmão Francisco, o Capitão Antonio Maria de Lacerda, Ajudante de Ordens do mesmo General, e filho primogenito dos primeiros Barões de Beduido, tambem referido na nota a paginas 153, outros Officiaes de terra e mar, e toda a tripulação da corveta.

padrinho o Principe do Brasil, D. João. Morreu a 10 de outubro de 1799.

A casa dos Copeiros Móres[1] é um ramo da familia de Sousa, da qual deriva a sua origem pela maneira seguinte:

I **Gonçalo de Sousa,** filho illegitimo de Gonçalo Annes de Sousa, 3.º senhor de Mortagoa, como faremos vêr em logar proprio: foi Védor da casa do Infante D. Henrique, do seu Conselho e seu Alferes Mór; Alcaide Mór de Thomar e das Pias; Commendador Mór da ordem de Christo, de que é cabeça a Commenda de Dornes. N'esta villa augmentou a antiga egreja matriz, que tem a invocação de Nossa Senhora do Pranto, como se vê do letreiro junto á porta principal, com um escudo das suas armas, e é o seguinte: —*Esta Igreja mandou fazer em louvor de Deos, e da preciosa sua Madre Virgem Maria, o honrado Cavalleiro Frei Gonçalo de Sousa, Védor do Senhor Infante D. Henrique, e do seu Conselho e seu Alferes Mór, Commendador desta Commenda e Alcaide Mór de Thomar, filho de Gonçalo Annes de Sousa; a qual Igreja se fez ás suas propias despezas, por sua boa devoção sem a elle sendo obrigado, e por memoria mandou pôr aqui estas suas Armas. Deos por sua mercê lhe deu galardão de sua bemfeitoria. Era do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de* 1453.— Está sepultado na mesma egreja, defronte da capella mór. Teve a quinta do Paço, na freguezia de S. Pedro da Albiubeyra, termo de Thomar, e n'essa egreja descançam seus irmãos e sobrinhos. Em tempo que não podia casar por causa da profissão,

Teve filhos illegitimos.

2 **Fernão de Sousa,** Commendador Mór da ordem de Christo. Achou-se no palanque de Tangere, e depois com o Infante D. Fernando no escalamento da mesma cidade, e foi um dos que o impediram de sair ao moiro estando o negocio perdido.

2 **Duarte de Sousa,** Commendador do Mogadouro, na ordem de Christo.

[1] Como no Duque da Terceira se achavam reunidas: a casa dos Copeiros Móres, que lhe pertencia pela sua varonia, e a dos Condes de Villa Flor que tinha pela representação, e de ambas ellas ainda ha descendentes, forçoso é darmos aqui a sua historia, principiando pela dos Copeiros Móres e continuando com a dos Condes de Villa Flor.

Teve filhos illegitimos.

3 **Ruy de Sousa.**

3 **Gonçalo de Sousa.**

3 **Manuel de Sousa.**

Todos tres passaram á India com o foro de Escudeiros Fidalgos, e lá morreram. —S. g.

3 **Catharina de Sousa,** que veiu a ser herdeira, e casou com o Doutor Alvaro Fernandes, Desembargador dos Aggravos, e depois Chanceller Mór d'El-Rei D. Manuel.

Tiveram filhos.

4 **Manuel de Sousa.**

4 **Fernão Gomes de Sousa.**

4 **Ruy de Sousa.**

4 **Luiz de Sousa.**

Estes quatro irmãos, com o foro de Fidalgos Cavalleiros, e moradia de dois mil réis, seguiram o exemplo dos seus, indo tambem servir á India, os tres primeiros na nau capitania o *Grifo,* em 1538, e o quarto em 1554, e o fizeram como referem as Chronicas. —S. g.

4 **D. Paula de Almeida.** Casou duas vezes: a primeira com Affonso de Figueiredo; e a segunda com D. Braz Henriques, do qual unicamente houve filhos, e com elle jaz na capella do Espirito Santo da villa das Alcaçovas, tendo fallecido em 1576.

4 **D. Guiomar de Sousa**; morou ao Jogo da Pella, e casou com André Pereira das Coberturas, Commendador de Alfaiates, na ordem de Christo, e senhor do morgado da Azoia, em que succedeu a seu pae o Doutor João Pires das Coberturas, Desembargador da Casa da Supplicação, com quarenta mil réis por anno de mantimento, por carta dada em Evora a 3 de janeiro de 1490; do Conselho de

El-Rei D. Manuel em 1506; Commendador de Santa Maria de Montemór-o-Novo, na ordem de S. Thiago, e instituidor do referido morgado em Azoia de Baixo, termo de Santarem, chamando para primeira administradora a D. Maria Pereira, mãe d'este filho, que nasceu antes do matrimonio [1], o qual só teve effeito depois de vir a dispensa para os Cavalleiros das ordens militares casarem.

Tiveram filhos.

5 **Diogo de Sousa das Coberturas**, Moço Fidalgo por alvará de 11 de março de 1550, acrescentado a Fidalgo Escudeiro por outro de 16 de fevereiro de 1552. Serviu na India, tanto em soldado como em Capitão, e pelos seus serviços lhe fez El-Rei D. Filippe I mercê de trinta mil réis de tença annual em 30 de agosto de 1591. Fez testamento em 24 de maio de 1608, achando-se na quinta de Morfacem, e foi approvado no ultimo de setembro do mesmo anno. Encontrando-se a folhas 300 do livro V de Guadianna, existente no Real Archivo da Torre do Tombo, uma carta feita em Lisboa por um Rodrigo Affonso, em 1 de setembro da era de 1437, pela qual El-Rei D. Duarte confirma a doação que por um instrumento lavrado por Gonçalo Pires, Tabellião d'esta cidade, faz o Conde de Ourem, seu sobrinho, e neto do Condestavel, da dita quinta, a Diogo Gil, seu Esoudeiro e da sua criação. Filho de Gil Ayres, Cavalleiro já finado, que servira o mesmo Condestavel, e de Leonor Rodrigues, de quem elle Conde a houve por compra. Nomeou testamenteiro o sobrinho André Furtado de Mendoça: deixou á filha D. Maria os seus serviços e a terça, e tambem a administração do morgado da Azoia em que havia succedido, pretextando que mal casára o filho Francisco, e não conforme com uma clausula expressa da instituição, que exigia nobreza pelo nascimento á mulher do administrador;

[1] Ao Doutor João Pires, Cavalleiro da ordem de Aviz, Commendador das egrejas de Santa Maria de Montemór o Novo e de S. Thiago de Alfaiates, Desembargador dos Aggravos em a Casa da Supplicação, Juiz das ordens de Aviz e S. Thiago, Cavalleiros e Commendadores e causas d'ella; e a Maria Pereira, mulher solteira e filha lidima de Diogo Pereira, fidalgo da casa de El-Rei, que Deus tem: se passou carta de legitimação d'este filho André, e de uma filha Filippa, que está no livro I de legitimações de leitura nova, a folhas 72 no Archivo da Torre do Tombo, dada por El-Rei D. Manuel em Lisboa a 16 de junho de 1500, a pedido de ambos; sendo o da mãe por instrumento feito em Santarem aos 31 de dezembro do mesmo anno, pelo tabellião Affonso Alvares.

NB. *A contradicção d'estas datas a encontrámos no proprio original.*

comtudo esta disposição não produziu effeito, porque se compoz com o dito filho por escriptura de 21 de maio de 1609, e se requereu a execução em 27 de junho de 1611 perante o Corregedor Sebastião de Carvalho. Morreu a 16 de dezembro do 1613 na quinta da Guerreira, por estar vivendo n'ella com a mencionada filha, como consta da abertura do seu testamento, apresentado para esse fim, no ultimo dia do referido anno, a Francisco Rodrigues, Juiz ordinario da villa da Asseiceira. Casou com D. Anna Corrêa, e já em 12 de julho de 1574, sendo moradores na quinta da Azoia, passaram ambos estes conjuges uma procuração nas notas de Francisco Diniz, a Christovão Proença, Moço da Camara do senhor D. Antonio, sobre as suas tenças. Foi senhora da quinta de Morfacem, prazo foreiro á confraria de Nossa Senhora da Concordia da egreja do Monte em Caparica, onde jaz com seu marido, tendo já fallecido em 1608. Era filha de João Farinha de Almada e de Maria Corrêa, que o foi de João Esteves, fallecido a 5 de agosto de 1543, com testamento approvado por Antonio Pinto, Tabellião que foi do Infante D. Luiz, em Almada, e apresentado em 6 do referido mez e anno a Gomes da Costa, Cavalleiro Fidalgo e Juiz ordinario do dito logar, por Gil Corrêa, seu testamenteiro, e sendo testemunha Gaspar Corrêa, ambos seus sobrinhos; no qual nomeou o prazo do mosteiro de Cellas em Coimbra, em Isabel Corrêa, e os dois da Senhora da Concordia de Caparica, em segunda vida, em Maria Corrêa, que estava mentecapta, e por tutor a João Farinha, e a deixa herdeira; e a Beatriz Arraes mais de cem cruzados em fazenda, além da movel; todas suas filhas: e menciona uma irmã d'elle por nome Isabel Corrêa. De Beatriz Arraes eram umas casas ás Fangas da Farinha, que ella deixou á referida sobrinha Anna Corrêa; e a quinta de Morfacem pertencia a Gaspar Corrêa, já dito, que ficou por fiador de Thomaz Garcia Farinha, filho de João Farinha, que como homem de armas ia para a India em 1530.

Tiveram filhos.

6 **André de Sousa das Coberturas**;

6 **João de Sousa das Coberturas**;

Passaram á India, em 1588, com o fôro de Moços Fidalgos, e lá morreram. — S. g.

6 **Francisco de Sousa das Coberturas**, Moço Fidalgo. Serviu na India,

e succedeu no morgado de Azoia. Estava já casado em 1608 com Apolonia de Goes, que n'esse anno tinha vinte de edade, e no de 1640 se achava já viuva: filha de Vicente Guedes Pereira e de Catharina Baptista Doria.

Tiveram filhos.

7 **D. Anna de Sousa das Coberturas**; viveu em Santarem, casada com João da Costa. —S. g.

7 **D. Vicencia de Sousa das Coberturas**; sem estado.

7 **D. Marianna de Sousa das Coberturas**; mulher do licenciado Manuel Soares Henriques, irmão do beneficiado Luiz Soares Henriques. Estes conjuges fizeram venda de uma terra em 9 de janeiro de 1663, em Santarem, na nota do Tabellião Antonio Cabral da Silveira; e na descendencia d'elles continuou a administração do morgado da Azoia.

7 **Diogo de Sousa das Coberturas**, que foi para a India depois de 22 de janeiro de 1640, dia em que sua mãe, já viuva, e os referidos irmãos fizeram n'elle renuncia dos serviços do avô e de uma viagem de Maluco. Foi Moço Fidalgo em 1642, e morreu s. g.

6 **D. Filippa de Sousa**, religiosa no convento de Santa Martha de Lisboa, para onde entrou com mil cruzados de dote, e vinte mil réis annuaes de alimentos; e ainda existia em 1609.

6 **D. Maria de Sousa**. Teve o prazo de Morfacem, que lho nomeou a mãe no seu testamento. Achava-se maior de trinta annos de edade, e ainda solteira, em 21 de maio de 1609, mas já em 16 de dezembro de 1613 a encontramos casada com Antonio do Valle de Sequeira, Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei D. Filippe II com mil e duzentos réis de moradia, a que foi acrescentado de Escudeiro Fidalgo e se lhe mandou satisfazer seis mil réis do seu vencimento, por despacho do Mordomo Mór, Conde de Linhares, de 23 de janeiro de 1591. 3.º Administrador do morgado da Guerreira e do da Boinha, junto á ponte de Alviella, instituido pelo Conego da sé dé Lisboa Francisco do Valle, irmão de seu avô, o qual lhe foi julgado pelo Juiz João de Mattos, em sentença dada na villa da Atalaia a

4 de maio de 1635. Vereador da Camara de Thomar na época das alterações do reino, em que foi um dos sequazes do senhor D. Antonio, Prior do Crato, e é uma das pessoas que elle recommenda ao filho no rol dos seus amigos, que vem a paginas 564 do tomo II das Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza. Passou á India na armada de 1587, e lá serviu com armas e cavallos á sua custa; voltando á patria morreu em Thomar a 25 de fevereiro de 1636, como consta a folhas 126 do livro II dos obitos da freguezia da villa da Asseiceira, d'onde era parochiano, e jaz com seu pae [1].

[1] Filho de:

Miguel do Valle de Sequeira, Cavalleiro Fidalgo da casa d'ElRei D. Sebastião, a que foi acrescentado de Escudeiro Fidalgo com novecentos réis de moradia por mez, que vencia no anno de 1562. Segundo Administrador do morgado da Guerreira, de que tomou posse a 13 de agosto de 1573, dada por Alvaro Leitão, Meirinho da Correição de Thomar; e tinha outro, não se sabe como, na ilha Terceira, para onde foi viver por haver seguido o partido do Prior do Crato: estando lá emprestou a ElRei no anno de 1593, por uma lettra e em dinheiro de contado, cento e noventa mil réis *para bastecimento da sua gente de guerra;* os quaes ainda se lhe estavam devendo, quando aos 20 de janeiro de 1596 fez testamento, estando na sua quinta da Guerreira, de mão commum com sua mulher, e ambos se mandam enterrar na capella de Santa Sita, entre o altar de Nossa Senhora da Conceição, no cruzeiro da egreja do mosteiro da mesma Santa na villa da Asseiceira, e junto á sepultura dos paes de Antonio de Abreu; e de Paula Ferreira, que com elle era já casada em 4 de maio de 1575, como consta da carta de partilhas que se fizeram pelo fallecimento do pae d'ella, e do recibo que o marido, aos 30 de dezembro d'esse anno, passou da legitima que pertenceu á mencionada senhora; a qual ainda por outro testamento instituiu da sua terça, aos 29 de janeiro de 1619, um morgado para o filho segundo: seus paes foram Simão Ferreira, padrasto do marido, e D. Anna Fernandes de Barros, sua primeira mulher, que temos por irmã do referido Antonio de Abreu.

Neto de:

Antonio do Valle, Cavalleiro Fidalgo da casa d'ElRei D. João III, e seu Corregedor da côrte. Passou a estudar em Coimbra em 3 de outubro de 1537, logo que esse Monarcha para lá mudou a universidade, e n'ella se matriculou em leis aos 18 de dezembro do dito anno; sendo approvado *nemine discrepante*, na derradeira lição de sufficiencia na mesma faculdade, aos 17 de março; no exame privado que fez aos 30 de maio, recebendo o gráu de Licenciado em 11 de junho, e em 16 d'esse mez o de Doutor; tudo no anno de 1549, como referem o livro I, a folhas 168, dos Autos e provas de Cursos do anno de 1537 a 1550, e o dos Cursos de todas as faculdades a folhas 74, 77 v. e 78 v., do sobredito anno de 1549, existentes na secretaria da universidade. Primeiro Administrador do morgado da Guerreira, que seus paes lhe cederam quando o instituiram, por ter já o uso e fructo de bens que para o mesmo entraram por elles doados

Tiveram filho.

7 **Miguel do Valle de Sousa**, Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei

na escriptura de dote do seu casamento, feita por Diogo Leitão, Tabellião de notas na cidade de Lisboa, ao derradeiro dia de agosto do referido anno de 1549. Falleceu de um accidente, depois de 23 de março de 1550, sendo casado de poucos mezes, deixando a mulher pejada do filho que fica mencionado. E de Guiomar de Sequeira, que depois foi segunda mulher de Simão Ferreira, Cavalleiro Fidalgo da casa d'ElRei, a que foi acrescentado de Moço da Camara, Cavalleiro da ordem de Sant'Iago, de que se lhe passou carta em 26 de setembro de 1539 para lhe ser lançado o habito, e Secretario d'Estado na India; e d'este marido houve descendencia que passados tres seculos se tornou a ligar com a do primeiro: filha de Affonso Botelho, Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei e Meirinho da côrte, o qual houve um alvará, aos 19 de janeiro de 1513, para se lhe darem cinco mil réis de mercê, que está na parte I, maço 65, documento numero 5, da collecção do Corpo Chronologico no Real Archivo da Torre do Tombo. O officio lhe foi dado por carta de 7 de julho de 1528, ao que se oppoz D. Francisco Coutinho, Conde de Marialva e de Loulé, Meirinho Mór do reino, dando isso causa a elle o renunciar nas mãos de El-Rei aos 18 de setembro de 1558 por uma tença de trinta mil réis com o habito de Christo e a fortaleza de Baçaim para seu filho Christovão Botelho; e de Isabel Botelho, irmã de Antonio Vaz de Sequeira e de Lopo de Sequeira, a qual, já viuva e tutora de suas netas, fez nas notas dos Tabelliães Jeronymo Luiz e Marcos de Azevedo, de Lisboa, e Manuel Barboza, de Alemquer, as seguintes escripturas: em 15 de junho de 1579, a de renuncia que faz Anna Ferreira da Madre de Deus, noviça e depois freira no mosteiro da Annunciada desta cidade, da sua legitima em Luiza de Almeida, moradora na sua quinta da ribeira de Pancas, em Alemquer, e não tendo ella filhos, em Isabel Botelho, ambas suas irmãs filhas de Simão Ferreira, da rua dos Escudeiros, e de Guiomar de Sequeira, que em 17 de junho de 1569 estando já viuva fez uma petição na nota do dito Jeronymo Luiz, ao Doutor Alvaro Vaz, como tutora de suas filhas menores de 14 annos. Em 10 de julho do mesmo anno de 1579, a de deixa da sua terça tambem á dita Luiza de Almeida, por um padrão de dezeseis mil réis de juro no almoxarifado do pescado para o convento, sendo uma das testemunhas o irmão Miguel do Valle. Em 30 de setembro de 1583, a de doação feita por Isabel Botelho, que estava para ser freira, e o foi tambem no mosteiro da Annunciada, dotada em 14 de maio de 1584 pela mencionada avó com um cazal em Torres Vedras, de varios fóros a seu tio Francisco Botelho, assignando por ella, com sua outorga o neto Antonio do Valle, filho de Miguel do Valle acima dito. E em 20 de outubro do ultimo citado anno, vivendo ás portas da Mouraria, de um arrendamento da sua quinta de Val de Cavallos, termo de Santarem.

Neto de:

Miguel do Valle, Cavalleiro Fidalgo da casa dos Reis D. Manuel, D. João III e D. Sebastião, a que foi acrescentado de Escudeiro Fidalgo, e por um alvará mandado passar aos 15 de novembro de 1549, pelo Mordomo Mór D. João da Silva, Conde de Portalegre, houve duzentos réis de acrescentamento além de cem que já tinha da moradia

D. João IV por alvará de 15 de julho de 1647, que está no Archivo da Torre do Tombo a folhas 72 v. do livro IV da Matricula, e n'elle se diz —*por ser aparentado com Fidal-*

de Cavalleiro. Passou á India em 1520 na armada de Jorge de Brito, que levava uma provisão de El-Rei D. Manuel para se fazer alfandega em Ormuz, e iam nomeados para n'ella servirem: Manuel Velho, moço da camara do mesmo senhor, em juiz e provedor das rendas; Ruy Varella em thesoureiro; Miguel do Valle e Ruy Gonçalves da Costa em escrivão; Vicente Dias, Nuno de Crasto, Diogo Vaz, quatro mouros, em que entrava Coje Hamet, homem n'ella antigo, em escrivão do rendimento dos recebedores; e Pedro Dias em porteiro. A provisão foi recebida com grande paixão de Diogo Lopes de Sequeira, que então governava aquelle estado, e a mandou executar muito contra sua vontade, e com sentimento não menor do Rei de Ormuz, que a ella se sujeitou, dissimulando até á saída do seu reino do referido Governador, levantando-se logo contra os nossos que se achavam na cidade e na fortaleza, matando muitos d'elles, escapando Manuel Velho, Ruy Varella, Miguel do Valle, e alguns outros, que indo folgar ao cabo da cidade foram avisados por Coje Alixir, *que não tornassem por onde iam porque os haviam de matar, o que elles assim fizeram não tornando por elle.* O que mencionamos escrevem, Fernão Lopes de Castanheda na Historia do descobrimento da India pelos portuguezes, livro V, capitulos 34, 35 e 82; Manuel de Faria e Sousa na Asia portugueza, tomo I, parte II, capitulo 7; e Gaspar Correa nas Lendas da India, tomo II, paginas 654. Por um alvará do mencionado Rei, passado em Evora a 14 de março do referido anno, lhe foi feito pagamento no thesoureiro da mesma alfandega de 689$347 réis de *certos soldos e quintaladas que n'elle trespassaram certas pessoas:* n'esse alvará que está na parte II, maço 88, documento numero 60 da collecção do Corpo Chronologico, é tratado por cavalleiro da casa de El-Rei, e já por feitor de Goa, officio que serviu até 28 de outubro de 1527, como se vê do rol da entrega da fazenda da dita feitoria feita a Duarte de Valladares, existente tambem na parte II, maço 145, documento numero 63 da citada collecção, na qual, e na dos armarios do interior da casa da corôa, encontrámos entre alvarás regios, cartas dos vice-reis, regimentos, mandados, cadernos, declarações, certidões, conhecimentos, etc., 1767 documentos que lhe dizem respeito, sendo o ultimo d'elles datado de 1 de julho de 1532, anno em que devia ter voltado da India, pois no dia 25 de fevereiro de 1533, já morador em Thomar, apparece em Evora onde se achava a côrte. Tambem em Goa, elle, e Manuel de Magalhães que suppomos ser seu cunhado, serviram tres mezes até fim de setembro de 1524, a razão de dois cruzados por mez, porque a 11 do seguinte outubro houveram a paga do mantimento de seus cavallos e dos seus soldos. Na extensa carta que Lopo Vaz de Sampayo, escreveu de Cochim no derradeiro de dezembro de 1527 a El-Rei D. João III, dando-lhe conta das differenças que teve com Pero Mascarenhas sobre a successão do governo da India, a qual está na gaveta 20, maço 7, numero 29 da collecção das gavetas, fallando de varias pessoas e d'elle, o menciona pela seguinte maneira —*e Miguel do Valle, feitor de Goa muito especial pessoa*— e já assigna com outros Fidalgos o auto de obediencia que no dito anno e cidade se lavrou, reconhecendo o citado Governador, por mandado do Capitão Pero de Faria. Aos 30 de dezembro de 1534 em Thomar, nas pousadas do Licenciado Affonso da Costa, Juiz de Fóra com alçada de El-Rei nosso senhor na dita villa por escriptura lavrada

gos conhecidos do reino; tendo sido acrescentado ao mesmo foro do de Cavalleiro Fidalgo. 4.º Administrador do morgado da Guerreira e do da Boinha. Serviu na guerra da ac-

pelo Tabellião Jeronymo Ribeiro, e sendo uma das testemunhas Nicolau da Cunha, Anão do Senhor Infante D. Fernando, comprou Miguel do Valle e sua mulher a *senhora* Catharina de Magalhães, uma quinta onde chamam as Ferrarias no termo da villa da Asseiceira, a Manuel de Goes, Cavalleiro da ordem de Sant'Iago, que a houve pelo fallecimento de Ruy de Goes seu pae, e da legitima de Catharina Marques sua mãe: depois os mesmos conjuges estando na dita quinta, *cujo vocabulo* se chama de Santa Anna, á ponte da Guerreira, vincularam as suas terças, em que entrou a sobredita propriedade e varias outras na importancia total de 1:177$340 réis, por instrumento de instituição de morgado e doação entre vivos, por causa de dote e casamento feito a 23 de março de 1550 por Luiz da Cruz, Tabellião por D. Fradique Manuel senhor da dita villa da Asseiceira, com a obrigação de se intitular Morgado dos Valles, e os administradores se chamarem com este appellido e usarem das armas d'elle, ainda quando por successão venham a ter outros appellidos e armas; e de mandarem fazer dois tombos do Morgado, um para o possuidor e outro para o cartorio do mosteiro das religiosas de Santa Iria em Thomar, onde está a capella do Senhor Jesus e jazigo d'elles instituidores, e será entregue na mão da abbadessa do dito mosteiro, que levará por isso dez cruzados, e os encargos de missas serão ditas pelos padres do convento de Santa Sita de Valbom, situado perto da sua quinta. A capella dotaram elles com bens em Penella e Torres Novas, e ordenam que no seu jazigo sejam enterrados os administradores do morgado, e para elle levadas as ossadas dos que se sepultarem em outras partes: e quando o representante da familia de Valles ia ao referido mosteiro visitar a abbadessa ou alguma parenta que n'elle tinha, se lhe fazia a distincção de tocar um sino particular, designado só para o ser n'essa occasião. Os instituidores quando casaram seu filho o Doutor Antonio do Valle, trespassaram n'elle, como já dissemos, a administração do morgado, reservando para elles os usos e fructos do mesmo em quanto viverem, e dando-lhe cincoenta mil réis por anno para ajuda de seus alimentos. Em 26 de fevereiro de 1537, lhe foi passado brazão d'armas de Valles, com brica, indicativo de filho segundo; e a 20 de setembro de 1544 lhe escreveu El-Rei D. João III a seguinte carta: «Miguel do Valle. Eu elRey vos emvyo «muyto saudar as minhas dyvidas de framdes vaõ em tanto crecimento como teres sa«bido e posto que allgũas das gramdes despesas que foraõ caussa decrecerem tamto seijaõ «pasadas por que ha outras muito importantes e necessaryas a meu serviço e a bem de «meus Regnos que ordinaryamemte cumpre que se façaõ e que comvem que naõ aja «fallta allgũa as quaes pelos gramdes intereses que se de minha fazemda paguaõ se po«derya mal acudir se se a ysto naõ buscase allgun remedio o que he necessaryo que «se faça com muyta brevidade pera me poder tirar de todo as ditas dividas por que fa«zemdo se doutra maneyra aImda que muyta parte delas se agora paguase os intereses «as tornarião ẽ breve tẽpo a por no estado ẽ que estão tenho detreminado que pera «vemdas que se façaõ de allgũas cousas de minha fazemda e per todos os outros boõs «meios que poder ser se procure por se ajumtar o di.º que pera pagamento das ditas di«vidas he necessaryo e por que todas as mais coussas naõ abastaõ pera se elas pagarem «vemdo eu como meus Vasalos ẽ tudo folguaõ de me servir e quamto lhes ysto toca pelos

clamação em Capitão de infanteria ás ordens de D. João de Sousa, por carta patente de 4 de março de 1641, achando-se na campanha de Elvas e em varias occasiões de aperto

«gramdes proveytos que a eles e a meus Regnos se seguyraõ ẽ as ditas dividas serem «paguas lhes quis mandar pedir emprestado o que me pareceo que cada hum deles «sem muyta opressão me poderyaõ ẽprestar e a vos emcomemdo muyto que me quey-«raes servir neste emprestimo como comfio que o fares E o L.do n.º frnz de maariz de-«sembarguador dos feitos de minha faz.da vos dira a comtya que quero que me emprestes «Luis nunẽz a fez ẽ evora aos 20 de setro de 1544 —Rey-Conde— pera miguel do Valle.» A ultima noticia que d'elle achamos é um traslado da instituição do morgado por elle requerido para o mandar a Guiomar de Sequeira sua nora, e passado pelo mesmo Tabellião a 18 de março de 1553; e fizeram-se as partilhas dos bens que ficaram por seu fallecimento a 21 de agosto de 1573; tinha nascido na cidade de Tavira, e era irmão de Vasco do Valle, Moço da Camara do referido Rei, com quatrocentos réis de moradia por mez e tres quartas de cevada por dia, como se vê a paginas 607 do tomo VI das Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza. E de Catharina de Magalhães da Nobrega, que com elle jaz na mencionada capella, filha de João Gomes da Vide, Alcaide mór de Penella, e de Isabel de Magalhães.

Bisneto de:

Luiz do Valle, Escrivão da Camara de Tavira e Vereador na mesma cidade nos annos de 1499, 1509 e 1528, como consta da relação dos Vereadores que n'ella foram desde o anno de 1431 até o de 1700, e vem a paginas 564, 5 e 6 do tomo IV da Politica Moral e Civil, Aula de Nobreza Lusitana, etc., por Damião Antonio de Lemos Faria e Castro. Lisboa M.DCCLI.

A familia de Valles é uma das mais antigas do Algarve, e na egreja de Santa Maria de Tavira jazem os sete caçadores que na conquista d'esse reino foram mortos pelos mouros, e que o povo tem por martyres de Christo, e são Alvaro Garcia, Pedro Rodrigues, *Mem do Valle*, Damião Vaz, Estevão Vasques, Valerio da Ora, e Garcia Rodrigues, Cavalleiros de S. Thiago. (Côro das Musas, etc. por Francisco do Nascimento Pereira, parte I, paginas 84, Lisboa, 1792). Ignora-se a descendencia, se a ha, dos que lá ficaram; em quanto a d'aquelle que saiu da patria existe ainda hoje que são passados mais de 346 annos; a razão porque assim aconteceu, ahi vae dito por Miguel do Valle na instituição do seu morgado, e pelo referido Damião Antonio de Lemos a paginas 577 do citado tomo da mesma sua obra: nós que o publicamos dizemos aos morgados que com elles acabaram, que sendo em nosso tempo tão bom cavalleiro como outro qualquer, mais de uma vez fomos fóra do cavallo que montavamos, mas por ser elle quem nos lançava a terra e não nós: da referida instituição é o seguinte: «que considerando que por experiencia he visto e manifesto que as pessoas que fazem e insti-«tuem morgados para suas onras e memorias e os deixão a hum herdeiro ou sub-«cessor porque andem seus bens juntos e vinculados acrecentão muito em suas linha-«gens e prosperidades do que resulta naõ deminuirem o estado em que o Senhor Deos os «poz antes sempre se augmentão e os parentes de sua geração recebem dos tais morga-

com armas e criados, para que foi chamado pelas tres cartas regias que publicamos, para deixarmos escripto como se faziam as coisas nos tempos passados [1]. Em 12 de maio de 1650 fez uma escriptura lavrada por Francisco Botelho, Tabellião da villa da Asseiceira, com os religiosos de S. Francisco do convento de Santa Sita, para elles lhe renovarem em troco de certos proventos a concessão do padroado da capella collateral que existe á frente do evangelho, fóra do arco da capella mór da invocação da dita Santa, para ahi poder pôr as suas armas e letreiro, e ter sepultura, já outr'ora concedida a seus antepassados que n'ella jazem, como dissemos a paginas 256. Fez testamento nuncupativo á hora da morte, em que nomeia o prazo de Morfacem, que lhe veiu pela mãe, na mulher, e a declara tutora de seus fi-

«dos favor e ajuda e como por esta providencia que os antigos inventaram são acrescen«tadas familias de que descobrindo o tempo se faz ao Senhor Deos muito serviço e por «contrario se viu muitas vezes as casas e linhagens antigas que da dita providencia de «morgados carecêram se extinguirem por tempos por devedirem e desbaratarem as fa«zendas sendo repartidas por muitos sem ficar memoria daquelle que por seu suor e «trabalho mediante a graça do Senhor Deos as adquiriu e ganhou querendo ellos insti«tuidores dar modo com que na memoria dure nos tempos vindouros e que seus suc«cessores tenhão com que servir principalmente o Senhor Deos e aos Reis deste Reino, «e ordenão etc.»

E Damião Antonio, no logar apontado, referindo-se ás Memorias da Nobreza de Tavira, diz: «De todas estas familias, aquellas que augmentárão com o cabedal o ser da «honra, sahirão do Algarve; e a mayor parte das que ficárão nelle, se reduzirão a tal «miseria, que vemos por esses campos infinitos homens de trabalho, alimentando a vida «com o suor do seu rosto, derramado em exercicios vis, quando lhes circula nas veyas «tão illustre sangue; sendo tal a terrivel sorte da vida humana, que tem pendente a No«breza da qualidade da vil estimação do cabedal, que levanta os indignos, e abate os «benemeritos.»

[1] Miguel do Valle de Sousa; Eu ElRey vos envio muito saudar; Pellos avizos que ha, dos intentos, que o inimigo tem contra este Reyno; E prevenções que faz, para cometer as praças e lugares delle; tenho resoluto fazer jornada; á Cidade de Evora, ou aonde parecer mais conveniente; de que me pareceo avizarvos para que o tenhas entendido; e estejaes prestes: para quatro de Julho que vem, dia da Rainha Sancta Isabel, que he o dia que tenho signalado, para partir daqui; escrita, em Lisboa a 21 de Junho de 1643. —Rey— Para Miguel do Valle de Sousa. —*Sobrescrito* —Por ElRey. A Miguel do Valle de Souza.

Miguel do Valle de Souza, Eu ElRey vos envio muito saudar. Por multiplicados avizos que tive das Fronteiras do Alemtejo, se tem por certo que o Inimigo sahe de Ba-

lhos, e de uma sentença que passou Simão Rodrigues, Juiz ordinario da villa da Asseiceira por D. Alvaro Manuel de Noronha, em 14 de setembro de 1656, a requerimento d'ella já viuva, se vê ser elle fallecido. Casou duas vezes: a primeira em 19 de fevereiro de 1634, com D. Ignez de Menezes, s. g., viuva de Jeronymo Fragoso de Albuquerque e filha de D. Nuno Alvares Pereira, que na India prestou grandes serviços sendo General do norte, Malabar, mar do sul, e Governador de Ceilão de 1609 a 1619, vindo de exercer esse emprego em Moçambique para onde com elle voltou e lá falleceu em 1630, e de D. Sebastianna de Menezes, sua prima segunda, a quem elle enganou com palavras de casamento (Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, tomo V, paginas 298); e a segunda com D. Maria de Sousa,

dajoz com quatorze mil Infantes e dois mil e quinhentos Cavalos, Artilharia, munições, mantimentos e Carruagem necessaria com rezolução de por sitio á Praça de Olivença, parecendo-lhe que com a entrada do inverno e crescimento do Rio Guadianna, impedindo os soccorros pela Ponte, poderá tomar a Villa; e mandando ver e conciderar materia tão importante como he esta, nos meus Conselhos de Estado e Guerra, rezolvi passar pessoalmente a Alemtejo dar calor á opposição que por aquella parte se deve fazer ao inimigo no mayor empenho em que elle thé agora se poz, e porque me devem accompanhar os Donatarios, Alcaides Móres, e Fidalgos da minha Caza, que não tiverem expressa Ordem minha para assistirem em outras partes, vos encommendo muito e encarrego que como fizestes em outra occasião vos desponhaes a accompanhar-me partindo quanto antes vos fôr possivel. Escripta em Lisboa a 24 de Septembro de 1644. —Rey— Para Miguel do Valle de Souza. —*Sobrescrito.* —Por ElRey —A Miguel do Valle de Souza, Fidalgo da sua Casa. —Em Thomar. —Na Quinta da Guerreira.

Miguel do Valle, Eu ElRey vos envio muito saudar. Há muitos dias que está junto a esta barra, huma armada do Parlamento de Inglaterra, e não sendo pequeno o damno que faz ao Commercio, são grandes os receios de fazer ao Reyno mayores hostilidades, principalmente hoje que tive avizos partia dos mares da Italia huma Armada de ElRey de Castella muito poderoza para se vir juntar á do Parlamento, com o intento de commeter e tomar esta Cidade se o poder conseguir, e porque em occazião tão importante como esta he e em que se acha empenhada Minha Pessoa e a do Principe Meu sobre todos muito amado e prezado Filho, he razaõ e obrigaçaõ naõ faltar-des com a vossa, vos encommendo muito que logo que receber-des esta Carta, vos partaes a esta Corte sem nenhuma dilação com os mais Criados que poderdes juntar, para que com a vossa ajuda se possa fazer ao inimigo tal opposição que dezista do seu intento, e adiante com isso a reputação de minhas Armas, e da Nação Portugueza, que tanto convem concervar, em tempos em que seos inimigos a procuraõ destruir. Escripta em Lisboa a 20 de Junho de 1650. —Rey.— Para Miguel do Valle. —*Sobrescrito.* —Por ElRey —A Miguel do Valle.

que depois de viuva se recolheu com suas filhas e netas ao convento das religiosas da Esperança, na villa de Abrantes, e lá morreu com testamento feito a 16 de abril de 1665. Filha de Francisco Lopes de Barros, o Gallego, Provedor das vallas de Santarem, que para ella instituiu a capella da Sabacheira, e de sua segunda mulher D. Luiza Henriques, com a qual casou n'esta cidade por dispensa a banhos no anno de 1615, e ficando viuva passou a segundas nupcias com Francisco de Salazar Moscoso; foi filha de Lamberto Henriques, allemão, que acompanhou El-Rei D. Sebastião á batalha de Alcacere, e voltando a esta cidade fundou a confraria dos allemães na egreja dos Martyres, e de Elena Henriques. D. Maria de Sousa teve por irmã a D. Jeronyma de Sousa, que a deixou por herdeira em seu testamento, feito pelo padre Fr. Luiz da Conceição, na villa de Abrantes, onde se manda enterrar no mosteiro de Santo Onofre da ordem de S. Francisco, em que jazem seus paes, e foi aberto na villa de Fronteira a 6 de fevereiro de 1663, sendo já viuva de Martim Vaz Freire, Commendador da ordem de Christo.

Tiveram filhos.

8 **Antonio do Valle e Sousa**, que continua.

8 **Francisco Lopes de Barros**: nasceu na quinta da Guerreira, e se chamou Miguel do Valle depois da profissão em 13 de julho de 1657, que fez para religioso da ordem de Christo no convento de Thomar, sendo as competentes habilitações approvadas em 16 de junho do mesmo anno, e existem na Torre do Tombo, lettra F, maço 32, numero 27, das da dita ordem.

8 **Luiz do Valle e Sousa**, Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. Affonso VI por alvará de 20 de junho de 1665, e por outro de 6 de março de 1682 houve acrescentamento de moradia por ir servir á India.

8 **D. Marianna de Sousa**, que casou com Gaspar de Sá. —

Tiveram filhos.

9 **Miguel (Frey) do Valle**, religioso da ordem de S. Francisco.

9 **Manuel do Valle de Menezes**, que continua.

9 **Manuel do Valle de Menezes**, que nasceu na quinta da Guerreira: passou a servir em Angola como Alferes de infanria, e lá foi Capitão Mór da villa de Massangano. Casou em 28 de outubro de 1680, na egreja dos religiosos capuchos de Loanda, com D. Anna de S. Miguel, baptisada na sé d'essa cidade a 23 de julho de 1664, filha do Capitão Jeronymo de Araujo e Azevedo e de D. Anna Maria de Carvalho.

Tiveram filho.

10 **Alvaro de Carvalho de Menezes**, Cavalleiro da ordem de Christo com vinte mil réis de tença, por dois padrões de 8 e 19 de fevereiro de 1735, Tenente Coronel da ordenança da cidade de S. Paulo da Assumpção de Loanda em 1716, e antes d'ella Capitão provido pelo Capitão General Antonio de Saldanha e Albuquerque, confirmado pela carta patente de 22 do dito mez de 1714, tendo servido desde 1 de novembro de 1703 em soldado e cabo de esquadra da 1.ª companhia do terço pago, e de Capitão da fortaleza de S. Paulo de Cambambe. Capitão de cavallos por carta de 24 de dezembro de 1727, por levantar uma tropa á sua custa, mandando vir do Brasil vinte cavallos e devendo os Capitães dos navios dar-lhe ajuda para o transporte d'elles. Em 27 de maio de 1732 se lhe passou uma provisão para ser oppoente ao posto de Mestre de Campo de infanteria d'aquelle reino. Nasceu na mesma cidade a 29 de agosto de 1689, e n'ella casou na egreja dos Remedios a 10 de fevereiro de 1715, sendo testemunha o Capitão General D. João Manuel de Noronha, depois 1.º Marquez de Tancos, com D. Maria Bonina Cerveira, baptisada na mesma freguezia a 17 de janeiro de 1680, filha de João de Figueiredo Cerveira e de Maria de Vargas.

Tiveram filhos.

11 **Antonio João de Menezes**, que continua.

11 **D. Anna Maria de S. Miguel**, mulher do Capitão Mór Pedro Matozo de Andrade. — C. g.

11 **Antonio João de Menezes**, Cavalleiro da ordem de Christo, Capitão Mór e antes Capitão do terço pago de infanteria, e tinha servido quinze annos, oito mezes e dez dias, desde 19 de julho de 1727 até 29 de março de 1743 em soldado, cabo de esquadra, Alferes e Tenente. Familiar do santo officio por carta de 5 de junho de 1753. Nasceu a 3 de março de 1719 em Loanda, e lá casou com D. Anna Matozo de Andrade, que nasceu a 10 de maio de 1715, irmã de seu cunhado Pedro Matozo de Andrade, e filhos de Francisco Matozo de Andrade, Cavalleiro da ordem de Christo, e de D. Josefa Maria de Lima.

Tiveram filho.

12 **Alvaro de Carvalho de Menezes**, Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença, de que se lhe passou padrão a 20 de julho de 1768, e já por outro de 17 de maio e com vencimento do dia 2 tinha tambem mais uma tença de oito mil réis, completando ambas a quantia de vinte mil réis; sendo-lhe feita a mercê do habito por portaria de 5 do referido mez, expedindo-se os alvarás para ser armado Cavalleiro na cidade de Loanda e para professar, e a carta para se lhe lançar o habito em 1 e 10 de outubro; havendo sido habilitado pela Meza da Consciencia e Ordens em 29 de setembro, e tudo no mencionado anno. Serviu na infanteria como soldado, cabo de esquadra, sargento supra, Cadete, Alferes e Tenente, dez annos e dezenove dias, desde 1 de julho de 1757 até 20 d'esse mez de 1767. Nasceu na dita cidade, freguezia da Sé, no anno de 1738, e era ainda solteiro em 1768 quando se procedeu á referida habilitação; mas dopois casou com D. Anna de Sousa e Castro.

Tiveram filho.

13 **Antonio João de Menezes**, Cavalleiro da ordem de Christo, Brigadeiro graduado de milicias,

por decreto de 6 de fevereiro de 1818, continuando no Commando do regimento de infanteria de Loanda, das mesmas milicias, com o qual vencia soldo de cincoenta mil réis por mez, por decreto de 17 de dezembro de 1815, e para este posto passou do de Capitão do esquadrão de cavallaria do reino de Angola, em que tinha sido Tenente, promovido pelo Governador e Capitão General Manuel de Almeida e Vasconcellos, e confirmado por carta patente de 15 novembro de 1804. Em 1823 foi um dos Conselheiros do Estado eleitos pelo congresso nacional e confirmados por El-Rei D. João VI, mas não chegou a exercer esse logar pelos acontecimentos da época, e se achava já no Rio de Janeiro, onde ainda o encontramos entre os Brigadeiros reformados, a paginas 6 da 2.ª parte do Almanach Imperial do commercio e corporações militares do imperio do Brasil para 1829, publicado por Plancher Seignot, 2,° anno, Rio de Janeiro: em casa de P. Plancher Seignot, edit. proprietario, rua do Ouvidor, num. 95, 1.° andar, 1829. De sua mulher, que eu conheci, mas da qual já me não lembra o nome —

Teve filha.

14 **D. Josefa de Menezes**, que se recebeu em 1819 no oratorio do palacio do governo de Angola, sendo testemunha meu pae o senhor Luiz da Motta Feo, Governador e Capitão General d'aquelle reino, e estando eu presente, com Joaquim Teixeira de Macedo[1], seu parente, que, como se refere a

[1] Illustrissimo e Excellentissimo Senhor. — Sua Magestade manda remetter a V. Ex.ª o requerimento junto de Joaquim Teixeira de Macedo que vae n'esta occasião para essa cidade effectuar o seu casamento com a filha do Brigadeiro Antonio João de Menezes. E é o mesmo Senhor servido que o supplicante não seja ahi obrigado a fazer qualquer serviço civil ou militar, visto que, tendo nesta côrte a sua casa de commercio, deve para aqui reverter quando assim convier aos seus interesses, trazendo comsigo a sua

paginas 165 do Almanach do Brasil do anno de 1849, era Official da ordem da Rosa e Cavalleiro da de Christo no dito Imperio e Escrivão da alfandega do Rio de Janeiro; hoje fallecido, —c. g.; irmão de Sergio Teixeira de Macedo, Grão Gruz da ordem de Christo em Portugal, e Commendador da de S. José e Lazaro de Sardenha, que foi n'este nosso reino o primeiro Encarregado de negocios do mencionado Imperio, nomeado a 26 de agosto de 1834 e removido para a Sardenha em 24 de abril de 1837.

8 **D. Luiza de Sequeira,** freira no convento de Santa Iria de Thomar.

8 **D. Vicencia de Sequeira,** em quem a mãe nomeou a quinta de Morfacem deixando-a sua herdeira e testamenteira: ficou em o mosteiro da Esperança em Abrantes, onde entrou para religiosa.

8 **Diogo do Valle e Sousa,** Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei D. Affonso VI, por alvará de 20 de junho de 1665. Religioso da ordem de Christo, em que professou a 31 de janeiro de 1667, estando no seu convento de Thomar, e n'elle morreu em 8 de setembro de 1704, havendo nascido n'essa villa. O processo da sua habilitação acha-se na Torre do Tombo, nas da ordem de Christo, lettra D, maço 14, numero 10.

8 **D. Maria de Sousa.**

familia, o que participo a V. Ex.ª para sua intelligencia e execução. Deus Guarde a V. Ex.ª Palacio do Rio do Janeiro em 12 de novembro de 1818. —Conde dos Arcos.— Senhor Luiz da Motta Feo. —No requerimento que acompanhou o officio diz que é filho primogenito de Diogo Teixeira de Macedo, negociante da praça do Rio de Janeiro, proprietario de muitas casas e dono do navio Marianna Daphne; e que elle é tambem negociante matriculado na Junta do Commercio d'essa corte, etc. —Copiados a folhas 62 e v. do livro de Registo do expediente da Secretaria d'Estado com o governo de Angola de 1816 a 1819, e rubricadas as suas folhas em 20 de setembro de 1818, por Antonio Nogueira da Rocha, Secretario do governo; o qual livro existe no cartorio da minha casa.

8 **D. Antonia de Sousa.**

D'ellas só se sabe que nasceram na quinta da Guerreira, como consta a folhas 25 e 45 do livro II dos baptismos da freguezia da Asseiceira.

8 **Antonio do Valle e Sousa,** Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei D. Affonso VI, por alvará de 20 de junho de 1665. 5.º Administrador dos morgados da Guerreira e da Boinha, e da capella da Sabacheira. Em 7 de dezembro de 1696 se lavrou uma escriptura pelo Tabellião João Sirgado, na qual os padres do convento de Santa Sita lhe ampliaram o padroado que n'elle tinha, dando-lhe mais a capella da Conceição de Nossa Senhora, e o restante do cruzeiro para n'elle fazer um carneiro e alargar a sepultura. Nasceu na quinta da Guerreira e foi baptisado a 13 de agosto de 1640 na freguezia de Nossa Senhora da Purificação da Asseiceira, tendo por padrinhos o tio Luiz de Barros Henriques, Cavalleiro professo na ordem de Christo, e a avó D. Luzia Henriques. Morreu aos 2 de outubro de 1705, tendo feito testamento em 1702 na referida quinta, e na certidão de obito diz o Parocho —*que foi chorado de muitos pelo bem que fazia:* está sepultado no seu jazigo em Santa Sita. Casou com D. Maria Magdalena de Sá e Menezes, natural da villa do Redondo, e n'ella baptisada a 27 de setembro de 1642 com o nome de Branca, que mudou na chrisma; irmã de Frei Nicolau de Sá, Prior do convento dos religiosos da ordem de Christo em Thomar, pelos annos de 1640: ambos filhos de Belchior Teixeira Pinto, Moço Fidalgo da casa de El-Rei e Cavalleiro da ordem de Christo, e de D. Maria de Sá e Menezes, recebidos em S. Vicente de Fóra a 29 de maio de 1634, baptisada na matriz da dita villa do Redondo, aos 22 de dezembro de 1606, filha de Gaspar de Sá e Menezes e de D. Branca de Azambuja, filha de João de Azambuja e de Francisca da Cunha: era Gaspar de Sá irmão de Joanna de Sá, que fez testamento a 27 de setembro de 1619, instituindo uma capella para a sobrinha que fica referida, D. Maria de Sá, e esta dizendo-se terceira neta de Gaspar Pacheco do Azambujal, requereu, achando-se vivendo na Guerreira, um traslado authentico que lhe foi passado em Thomar aos 20 de fevereiro de 1676, em

que o recebeu, do brasão de armas e Fidalguia do appellido de Zambujal, nome de uma herdade sua no Alemtejo, por carta que se acha no Archivo da Torre do Tombo, no livro III, a folhas 29 dos privilegios d'El-Rei D. João III, que lhe foi dada em Lisboa a 28 de julho de 1554, na qual se encontra a seguinte expressão — «e o removo do «numero geral dos homens e o reduzo e trago ao couto «e estima dos nobres Fidalgos de limpo sangue, etc.» — pelos muitos serviços que fez em Africa com dois homens de cavallo e outros de pé á sua custa, indo no anno de 1531, com D. Diogo de Castro, ao soccorro de Tangere, onde estava por Capitão o genro D. Duarte de Menezes, que o armou Cavalleiro na entrada que então houve em Saca Alhambra. Foi Cavalleiro Fidalgo da casa dos Reis D. João III e D. Sebastião, e da ordem de Christo com trinta mil réis de tença, por padrão de 29 de julho de 1532, e Provedor das rendas do reino; filho de Alvaro Pacheco, Cavalleiro Fidalgo da casa dos Reis D. João II e D. Manuel, Provedor e Feitor Mór das alfandegas, o qual por mandado do dito Rei D. João teve commissão no anno de 1494 de restituir ás egrejas e cofres dos orfãos o dinheiro que se lhe havia tomado para as guerras de Castella, em tempo de El-Rei D. Affonso V, seu pae; e se acha enterrado com lapide sobre a sepultura na capella de Nossa Senhora da Conceição, que elle fez na egreja do Carmo: o qual houve o referido filho, que legitimou por escriptura feita por João Figueira, Tabellião de Evora, onde elle era cidadão e morador, aos 28 de abril de 1516, confirmada por carta de 11 de maio de 1517, que está no livro III das legitimações de El-Rei D. Manuel, a folhas 213; de Vicencia Vaz, com quem dizem depois casára —

Teve filhos.

9 **Miguel do Valle e Sousa de Menezes**, que continua.

9 **Antonio do Valle e Sousa**, Fidalgo Cavalleiro por alvará de 13 de abril de 1695, Familiar do santo officio por carta de 27 de dezembro de 1700. Destinou-se ao estado ecclesiastico, para o qual se habilitou *de genere* por sentença de 3 de setembro de 1703, e as competentes

inquirições estão na Camara Ecclesiastica d'esta cidade, lettra A, maço 81, numero 19. Nasceu e foi baptisado a 27 de janeiro de 1676, na quinta da Guerreira; frequentou a universidade de Coimbra onde fez actos de conducções e Bacharel; e no anno de 1705 andou tambem na diligencia do recrutamento de que foi encarregado seu irmão. Casou aos 4 de fevereiro de 1714, na freguezia de Santa Maria dos Olivaes, com D. Joanna Antonia Freire de Brito, nascida n'esta cidade na parochia de Santa Catharina do Monte Sinay, filha de Manuel Freire de Mattos, Desembargador da Casa da Supplicação, e de D. Maria de Brito. — S. g.

9 **D. Maria Marcelina de Menezes,** que antes da chrisma se chamou Feliciana, mulher de Antonio de Macedo Velasques de Oliveira, Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei D. Pedro II, por alvará de 12 de março de 1690. Familiar do santo officio por carta de 15 de março de 1706, e senhor da quinta da Copeira junto a Coimbra. Filho de Jorge de Macedo Velasques, outro sim Fidalgo da casa de Sua Magestade, Cavalleiro da ordem de Christo, e senhor da dita quinta, e de D. Monica de Parada e Oliveira. — S. g.

9 **D. Joanna de Menezes.**

9 **D. Maria Margarida de Menezes.**

Ambas freiras no convento da Esperança em Abrantes.

9 **D. Anna de Menezes.**

9 **D. Francisca de Menezes.**

Tambem religiosas no mosteiro de Santa Iria de Thomar.

9 **Miguel do Valle e Sousa de Menezes,** Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. Pedro II, por alvará de 13 de abril de 1693. Cavalleiro da ordem de Christo. Familiar do santo officio por carta de 27 de dezembro de 1700. 6.º Administrador dos morgados da Guerreira e da Boinha, e da capella da Sabacheira. Por occasião da

guerra da successão foi encarregado pelo Duque de Cadaval, Mestre de Campo General junto á Real Pessoa, com a denominação de *Cabo de Levas da comarca de Thomar*, de n'ella levantar gente para soldados; o que fez com ordem da Junta dos Tres Estados, communicada aos Juizes Vereadores e Procuradores do concelho das villas de Ourem, Penella, Abrantes, Porto de Moz, Alvayazere, Abiul e Pedrogão Grande, onde foi por tres vezes, desde 1705 a 1708, sempre com despeza sua e sem nunca receber ajuda de custo das camaras, como consta das certidões que ellas lhe passaram, do que lhe resultou a honra de ficar empenhado em quatorze mil cruzados, *que assim praticavam os morgados em serviço do Rei e da patria.* Suppomos que tambem foi formado pela universidade de Coimbra, pois em uma carta então dirigida a elle pela senhora D. Catharina, Rainha da Grã Bretanha, em 15 de janeiro de 1705, diz: «Faço saber a vós *Doutor* Miguel do Valle, etc.»; e damos em nota [1] algumas cartas do Duque para que se veja a consideração que merecia. Falleceu aos 21 de setembro de 1708 em Thomar, onde morava, além da ponte, defronte da ermida de S. Braz, e foi sepultado na egreja de Santa Sita dos religiosos franciscanos; tendo antes feito testamento a 10 do mesmo mez de

[1] Recebo a carta de v. m. e lhe agradeço o favor que n'ella me faz; póde v. m. ir fazer a gente conforme a ordem de S. Mag. Deos guarde a v. m. muitos annos, etc. Muja, 8 de fevereiro de 1705. — Duque.

O Ajudante Manuel Ferreira da Guia entregou a leva que v. m. remetteu, que era de muito boa gente, importa que v. m. continue esta diligencia com todo o calor possivel, por ser muito necessaria ao serviço de El-Rei meu senhor. Deus guarde a v. m. muitos annos. Lisboa, 5 de dezembro de 1705. — Duque.

S. Mag., que Deus guarde, é servido que v. m. novamente se applique com todo o cuidado e fervor possivel na diligencia que lhe tem encarregado, de fazer soldados pagos, e reconduzir os ausentes n'essa comarca, porque estão os terços e tropas muito diminutos da sua lotação; e assim espero do zelo com que v. m. serve ao dito senhor, se consiga o que se lhe recommenda. Deus guarde a v. m. muitos annos. Lisboa, 21 de setembro de 1706. — Duque.

Recebi a carta de v. m. juntamente com a leva que entregou o Ajudante João Nunes Freire, que era admiravel gente, e como sei o zêlo com que v. m. serve a S. Mag.,

1700 escripto pelo padre mestre Manuel Moreira, Cura da egreja de S. João Baptista da dita villa, e n'elle deixa por tutora dos filhos sua mulher, e na falta d'ella a Diogo de Sousa e Vasconcellos, seu tio, morador na quinta da Verdelha junto a Villalonga; e varios legados a seu irmão Antonio do Valle, a uma tia e duas irmãs, freiras no convento de Santa Iria, e a outra no da Esperança em Abrantes. Casou por escriptura de dote de casamento que lhe fez seu pae Antonio do Valle, lavrada a 19 de abril e por elle acceita e ratificada a 4 de junho, tudo do anno de 1702, e ambos esses instrumentos feitos pelos Tabelliães de notas Manuel da Costa e Antonio da Costa, no real convento de Nosso Senhor Jesu Christo de Thomar, na cella do reverendo padre mestre Fr. Luiz Coutinho, e se recebeu na egreja de Pella-má, termo da villa de Alvayazere, onde está a quinta da Aldêa da serra, sendo-lhe deitadas as benções a 2 de julho do dito anno na de Santa Maria dos Olivaes em Thomar, com D. Josefa Maria Ambrosia Mexia de Vasconcellos, que foi baptisada em 18 de dezembro de 1679 na de Santa Maria Magdalena da villa de Olivença onde nasceu; e morreu tambem em Thomar aos 7 de outubro de 1762 e lá foi sepultada na egreja do convento de Santa Iria, tendo, em 6 de junho de 1671, feito testamento por ella escripto em 22 folhas, no qual declara chegarem a noventa as demandas que teve, e trata de objectos interessantes para os seus: houve em dote a capella de Alvayazere que comprehendia a dita quinta da Aldêa da serra, por nomeação de seu pae, e mais a legitima que por morte d'elle lhe

e sabe o muito que necessitam os terços e tropas d'esta provincia de recrutas, não tenho que lhe encommendar obre n'esta diligencia com o calor possivel.

Quatro soldados foram reprovados pelo Provedor dos Armazens, pela razão que v. m. verá na certidão que leva o Ajudante.

Outros dois para o calaboiço para v. m. informar nos seus requerimentos.

Deus guarde a v. m. muitos annos. Lisboa, 28 de setembro de 1706. — Duque.

Eu não posso, como v. m. sabe, tirar Capitães de poder absoluto; é necessario que se faça uma justificação judicial para remetter ao conselho de guerra. Deus guarde a v. m. muitos annos. Lisboa, 6 de outubro de 1706. — Duque.

Todas estas cartas são para o — Sr. Miguel do Valle e Sousa.

pertenceu, importando em um conto cento sessenta e cinco mil duzentos sessenta e dois réis; e por sua mãe com quatrocentos mil réis de renda e dez mil cruzados em joias, peças de prata e oiro, com a reserva de quatro mil para ella. Era filha de Manuel Mendes Mexia, Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei D. Affonso VI por alvará de 30 de dezembro de 1663. Commendador da ordem de Christo, e se lhe fez mercê do habito com oito mil réis de pensão, por portaria de 17 do dito mez de 1659. Capitão de cavallos couraças na provincia do Alemtejo, e serviu na guerra doze annos, oito mezes e quatorze dias, desde 1 de setembro de 1653 até 14 de julho de 1666. Familiar do santo officio por carta de 13 de agosto de 1674. E administrador de varios morgados em Olivença. N'essa villa foi baptisado aos 29 de setembro de 1636 na freguezia de Santa Maria Magdalena, e n'ella está sepultado com seus paes e avós, tendo fallecido em 1698 com testamento feito a 2 de dezemzembro d'esse anno. E de D. Joanna Botelho de Vasconcellos, sua prima co-irmã e segunda mulher, com a qual casou em 1676, e que morreu com testamento do dia 25 de maio de 1701, aberto a 13 de junho seguinte; n'elle deixa a filha por universal herdeira e dos quatro mil cruzados da dita reserva, e n'ella vincula a terça que o marido lhe deixou: foi enterrada no jazigo do genro em a egreja do convento de Santa Iria de Thomar.

Tiveram filhos.

10 **Antonio do Valle e Sousa de Menezes**, que continua.

10 **D. Caetana Josefa Botelho Pinto de Vasconcellos**, que nasceu em Thomar, onde foi baptisada na freguezia de S. João Baptista aos 25 de março de 1708, e casou com Manuel Antonio de Sousa e Menezes, de quem foi segunda mulher, c. g., o qual sendo de edade de dezoito para vinte annos veiu, por introducção de um tio irmão de seu pae, o padre Antonio de Sousa, da companhia de Jesus e Qualificador do santo officio, para casa de D. Francisca Thereza de Araujo Rey, casada com Paulo Teixeira de Menezes, parente d'elle,

que residia em Santarem, e ella o deixou por herdeiro de todos os seus bens: era natural da villa de Murça, filho de João Baptista de Menezes, Familiar do santo officio por carta de 20 de março de 1711, e de D. Jeronyma de Moraes Pimentel.

10 **Antonio de Valle e Sousa de Menezes**, Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. João V por alvará de 5 de janeiro de 1711. 7.º Administrador dos morgados da Guerreira e da Boinha, e da capella da Sabacheira. Tenente commandante de uma companhia da cavallaria dos dragões de Evora em 1736, para onde passou do regimento de Chaves, em que tinha assentado praça com cavallo seu. Familiar do santo officio, com o nome de Antonio José, por carta de 18 de fevereiro de 1724. Conforme com as idéas da sua época frequentou bastante as grades das religiosas, e foi de genio *excessivamente generoso*, dando consumo a mais de quarenta contos de réis, que tanto importavam os bens livres, levado tambem a isso pela convivencia que teve com seu primo co-irmão D. João de la Cueva e Mendoça [1]. Nasceu em Thomar na freguezia de S. João Baptista, e n'ella foi baptisado aos 8 de no-

[1] D. João de la Cueva e Mendoça, Fidalgo Cavalleiro da casa real, Commendador de Santa Maria do Pinheiro grande na ordem de Christo, e Administrador das casas de seus paes, que tudo rendia annualmente perto de quarenta mil cruzados; mas foi tão *excellente administrador*, que quando falleceu no anno de 1771, devia mais de cento e vinte contos de réis, e foi enterrado pelo amor de Deus. Tinha-se ausentado para Castella por ter morto com uma estocada, em 17 de setembro de 1722, á saída da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery, ao Marquez das Minas, D. João de Sousa, por haver tido o atrevimento de levantar para elle o bastão, por causa de não lhe ter dado o tratamento de Excellencia, que a lei ainda não havia decretado para os Grandes do Reino, mas sim o de Mercê, com que elle o tinha tratado primeiro. O Marquez havia tambem assassinado, no dia 11 de março de 1694, a Ignacio Sanches del Poço, Corregedor do bairro Alto, pelo que foi á revelia condemnado á morte por sentença da Relação, a qual não teve effeito, e se refugiou em França; mas se escapou á justiça dos homens, outro tanto não lhe aconteceu á de Deus, *pois quem com ferro mata com ferro morre*.

Filho de D. Fernando de la Cueva e Mendoça, outro sim Fidalgo da casa real, Commendador da mesma Commenda, e Familiar do santo officio por carta de 27 de abril de 1697, e de D. Catharina Josefa Botelho, filha herdeira de Manuel Mendes Me-

vembro de 1704; falleceu em 24 de maio de 1765, na villa de Coruche e foi sepultado no jazigo da Misericordia. Casou aos 18 de outubro de 1724, precedendo escriptura de dote lavrada pelo Tabellião Antonio de Sampaio Torres, na mencionada villa aos 16 do dito mez e anno, sendo testemunhas Gaspar de Carvalho de Rezende, Juiz das coutadas n'ella, e Fernando Pereira de Faria, com D. Isabel Magdalena da Fonseca Leitão Barreto Cotta Falcão, a quem seu pae n'essa occasião dotou com trinta contos de réis; e pelo fallecimento d'elle succedeu-lhe na administração dos morgados dos Leitões de Coruche, em que entrava o padroado da capella de Nossa Senhora de Piedade na Misericordia da mesma villa, com jazigo nobre levantado sobre o pavimento da egreja com o escudo das armas; e em boa quantidade de bens livres. Nasceu a 8 de dezembro de 1707 na freguezia de S. João Baptista da villa de Coruche, e jaz com o marido, tendo fallecido em 23 de agosto de 1767. Filha herdeira de Luiz Leitão da Fonseca, Administrador dos mencionados morgados e capella [1]. Fami-

xia, referido a paginas 273, e de D. Catharina de Mattos Ferreira, sua primeira mulher.

Neto de D. João de la Cueva, Fidalgo da casa e Commendador da dita Commenda, e de D. Luiza Maria de Brito, filha de Salvador de Brito Pereira e de D. Brites Pereira.

Bisneto de D. Fernando Lobo de la Cueva, natural da cidade de Jaen no reino de Castella, que na occasião da acclamação de 1640 era Governador da torre de S. Gião, que entregou sem resistencia alguma; pelo que foi tomado no foro de Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. João IV, por alvará de 19 de julho de 1642, e houve as Commendas de Santa Maria do Pinheiro grande, no arcebispado de Lisboa, e de Santa Maria de Gundar no de Braga, por cartas de 15 de abril de 1641 e de 24 de janeiro de 1642, dizendo-se na primeira d'ellas —*por ficar a meu serviço;* e de D. Apolonia de Sousa Coutinho, filha de Luiz de Atouguia e de D. Isabel de Sousa Coutinho.

[1] A seu respeito encontrámos a carta que inserimos em seguida:

«Sendo grande a falta de meios para a continuação da guerra, e havendo-se augmentado a despeza com a invasão dos inimigos no Rio de Janeiro, a que é preciso acudir com promptos soccorros, e achando-se empenhadas as rendas reaes pelas grandes quantias de dinheiro que se tem tomado a razão de juro sobre ellas; e sendo tambem indispensavel que no mez de abril se ponha o exercito em campanha para defensa do reino, exposto a imminente perigo pelas grandes preparações que os inimigos fazem na

liar do santo officio por carta de 24 de setembro de 1698, ainda solteiro; e de D. Dorothea Maria Cotta Falcão.

Tiveram filhos.

11 **Miguel do Valle e Sousa de Menezes**, que continua.

11 **D. Dorothea**;

11 **D. Anna**;

Ambas nasceram na quinta da Guerreira, e falleceram meninas.

11 **Miguel do Valle e Sousa de Menezes**, Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei D. José por alvará de 4 de junho de 1753. Familiar do santo officio por carta de 5 de setembro de 1747. Nasceu em Thomar e foi baptisado na freguezia de S. João Baptista a 16 de dezembro de 1725. Morreu em vida dos paes, pelo que não succedeu na casa, na mesma villa, aos 7 de outubro de 1759, com testamento, sendo sepultado no jazigo da egreja do convento de Santa Iria. Casou na villa de Monforte aos 13 de outubro de 1753, recebendo-se no oratorio da casa dos paes da noiva, com D. Thereza Francisco Pio Chichorro Jusarte da Gama Lobo[1], que nasceu na dita

fronteira: para evitar tão consideraveis damnos foi Sua Magestade servido resolver se buscassem os meios menos gravosos e mais promptos para acudir a tão grande aperto, e sendo um d'elles o haverem de concorrer com cem moedas de oiro as pessoas que por suas rendas e cabedaes puderem fazer este serviço; me ordenou avisasse a v. m. esperava que dentro de quinze dias mandaria entregar ao Thesoureiro Mór da Junta dos Tres Estados a dita quantia, e se servirá v. m. de remetter-me o conhecimento do dito Thesoureiro para o fazer presente ao mesmo senhor. Deus guarde a v. m. muitos annos. Lisboa, 22 de março de 1752. —Diogo de Mendonça Corte Real. — *Sobrescripto.* —Sr. Luiz Leitão da Fonceca.»

[1] Na villa de Monforte da provincia do Alemtejo, se celebraram com grande magnificencia os desposorios de Miguel do Valle de Sousa e Menezes, *Moço Fidalgo* da casa real, filho unico de Antonio do Valle de Sousa e Menezes, tambem *Moço Fidalgo*, e senhor do morgado da Guerreira, com a senhora D. Thereza Francisca *Rita* Chichorro Zuzarte da Gama Lobo, filha de André Chichorro da Gama Lobo, Fidalgo da casa real

villa aos 8 de janeiro de 1736, e falleceu em janeiro de 1807 na villa de Thomar, e lá descança no jazigo do marido: foi d'ella irmão, além de muitos outros, José Raymundo Chichorro, Fidalgo Cavalleiro da casa real, Cavalleiro da ordem de S. João de Jerusalem e n'ella Commendador de Torres Novas, Marechal de Campo dos reaes exercitos, Commandante do regimento de infanteria de Extremoz, *dito de Chichorro*, com o qual passou ao Brasil, onde o seu nome é bem conhecido, e governou por algum tempo a capitania de S. Paulo. Filhos de André Chichorro da Gama Lobo, Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. João V por alvará de 10 de abril de 1722, Cavalleiro da ordem de Christo, e Familiar do santo officio por carta de 4 de maio de 1718, e de D. Catharina Jeronyma Barreto Jusarte da Silva.

Tiveram filhos.

12 **Antonio do Valle e Sousa de Menezes**, que continua.

12 **D. Catharina**, que morreu menina.

Illegitima.

12 **D. Maria Cecilia de Menezes**, religiosa no convento de Santa Iria de Thomar: falleceu em 1812 no de Santa Anna de Lisboa, para onde veiu em 1810 por occasião da invasão dos francezes.

12 **Antonio do Valle e Sousa de Menezes**, Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei D. José por alvará de 13 de junho de 1768, Commendador da ordem de Christo, da lotação de vinte mil réis, por de-

e Cavalleiro da ordem de Christo, e da senhora D. Catharina Jeronyma Zuzarte da Silva; sendo seus padrinhos D. João Maldonado de Azevedo da Gama Lobo e Thomé José Chichorro da Gama Lobo, cunhado e irmão da noiva, ambos Fidalgos da casa real e Cavalleiros da ordem de Christo; e madrinhas a senhora D. Maria Magdalena Zuzarte da Gama, sua irmã, e a senhora D. Caetana Josefa Botelho Pinto de Sousa e Vasconcellos, tia da noiva. —Gazeta de Lisboa, quinta feira 27 de setembro de 1753, paginas 411.

creto de 3 de maio de 1819, dado no palacio do Rio de Janeiro, tendo, por uma portaria de 11 d'esse mez e anno, faculdade para usar da insignia da Commenda, expedindo-se-lhe a 3 de setembro do dito anno o alvará da dita mercê, que foi reformado por outro de 3 de março de 1824, por constar ter sido o primeiro lançado ao mar quando vinha d'aquella côrte no correio denominado *Infante D. Sebastião*, na occasião de ser abordado por corsarios de piratas; e a 5 de abril outro alvará para ser armado Cavalleiro na egreja da Conceição d'esta cidade, dos Freires da referida ordem de Christo, o que teve effeito pelo Doutor Frei Vicente José Pereira de Vasconcellos, n'ella professo; e depois, a 3 de julho, professou e recebeu o proprio habito na egreja de Nossa Senhora da Luz, do reverendo Frei Francisco Falcão Van Zeller, Freire conventual, e aos 2 de agosto, tudo do mencionado anno de 1824, lhe passou o Prior Mór da mesma ordem carta para eleger confessor em observancia das definições [1]. Coronel do regimento de milicias de Santarem, que estava organisando quando, em consequencia de ser acommettido por um rheumatismo chronico e gotoso, se viu na necessidade de largar o commando d'elle, sendo reformado com a mesma graduação: para este corpo tinha passado de Coronel graduado do de milicias de Thomar; achando-se antes Capitão Mór de Coruche. Governador militar de Thomar, eleito pelos habitantes em 1808 quando acclamaram ahi o Principe Regente, e confirmado pelo Governo do reino; desempenhou esta commissão até á invasão do Marechal

[1] Para conhecimento dos vindoiros damos os titulos d'esse Prior, que era — Dom Luiz Antonio Carlos Furtado e Mendoça, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, que Deus Guarde, Dom Prior Mór da ordem militar de Nosso Senhor Jesu Christo, com jurisdicção ordinaria e quasi episcopal, em um e outro fôro, em toda a Prelasia de Thomar, e poder espiritual sobre todos os Freires, Commendadores e Cavalleiros da mesma ordem, *ubique digentes*, Commendador das Commendas da Cardiga, Prado e Sonegado, etc.

Massena em 1810. Logo que foi eleito passou a Coimbra a conferenciar com Manuel Paes Trigoso, Governador das armas nas terras restauradas da Beira-Baixa e Extremadura, e pedir-lhe auxilio, mas elle só lhe prometteu polvora da que se fazia na universidade: voltando em poucas horas a Thomar, achou que por parte dos seus habitantes se havia escripto uma carta de reconciliação ao General Margueron, que com uma divisão do exercito francez para ahi marchava de Leiria, e onde entrou depois d'elle chegar; logo foi intimado para se apresentar no quartel general, o que fez por não se poder eximir: o General inquirindo-o sobre a origem da revolução de Thomar e motivo da sua jornada a Coimbra, a que elle respondeu com toda firmeza, apesar de julgar a sua vida arriscadissima, lhe perguntou que numero de gente armada haveria n'aquella cidade, e replicando elle de prompto que não estava certo, mas que andava de vinte cinco a trinta mil homens, esta noticia causou tal soçobro ao General, que o não pôde encobrir, dando logo ordem para a divisão retroceder para Santarem, e não haver effeito a marcha que ella ia fazer para Coimbra, que com toda a probabilidade por este modo elle salvou da sua completa ruina. Alguns dias depois começaram os commandantes do nosso exercito, que vinha das provincias do norte para a dita cidade, a expedir officiaes que disfarçadamente observassem os movimentos do inimigo, com ordem de se dirigirem a sua casa para ahi receberem informações, fazerem as suas saídas e tornarem a recolher-se; o que se praticou, aprromptando elle á sua custa guias da maior fidelidade, e satisfazendo a tudo quanto era preciso para o bom exito d'este negocio, em que corria summo risco a sua vida e a da sua fafamilia, pois não faltavam na villa partidistas e espiões dos francezes que tudo lhes communicavam, e se escaparam, foi devido ao desembarque das tropas inglezas na Figueira, e á marcha

do nosso exercito para Leiria. Inspector e Commandante das capitanias móres de Thomar, Pias, Dornes, Ourem, Torres Novas e Gollegã, nomeado pelo Governador das armas da côrte e provincia da Extremadura; e n'essa occasião lhe chegou a nomeação de Governador militar de Thomar, sendo incumbido ao mesmo tempo pelo Tenente General Antonio José de Miranda Henriques (que morreu Visconde de Sousel), Commandante do exercito de entre Tejo e Mondego: da inspecção e factura dos fardamentos para a sua tropa; do commando de doze leguas de linha do Zezere, desde a ponte do Cabril até Punhete, em que havia vinte e dois pontos guarnecidos e quatorze baterias; do commando do deposito de convalescentes que de todos os hospitaes militares da provincia da Extremadura eram dirigidos a Thomar, e da expedição d'elles d'ahi para os seus regimentos; e tambem da de muitos presos que seguiam egual caminho para os mesmos corpos. Estando já em Lisboa e reformado, foi mandado passar revista de inspecção, em Santarem e Thomar, aos regimentos de milicias das referidas villas. Quando o Marechal Massena invadiu este reino, além das perdas geraes que elle soffreu com os demais habitantes das terras por onde passaram, padeceram com especialidade as casas da sua habitação em Thomar; porque os francezes sabendo que ellas eram de um vassallo tão fiel ao serviço do seu Principe, como foram todos os seus, e que tinha hospedado n'ellas, com toda a bisarria, grande parte dos Generaes e muitos Officiaes do exercito anglo-luso, as destruiram mais que as outras moradas nobres da villa, e com particular desprezo as applicaram a cavallariças e açougue. A Camara de Thomar o havia encarregado em 1806 e 1807 da factura da estrada nova dos Carvalhos da Guerreira, no que se gastaram mais de cinco contos de réis, tudo de donativos e das rendas do concelho, a qual ficou tão bem feita que até 1838 não tinha tido necessidade de con-

certo algum, e ignoro se desde então até hoje a teve. 8.º Administrador dos morgados da Guerreira e da Boinha e da capella da Sabacheira: teve mais os morgados da Torre da Giesteira em Montemór-o-Novo, nos quaes succedeu em 1796 a Ignacio de Mira Solteiro, e os de Olivença e seu termo que foram de seu terceiro avô Manuel Mendes Mexia, e lhe vieram, uma parte em 1771 pelo fallecimento de D. João de la Cueva, e a outra pelo de D. Maria Joaquina de Sá e Menezes[1]. Nasceu a 13 de agosto de 1756, em Thomar, e falleceu com testamento pelas tres horas da tarde de 2 de março de 1829, n'esta cidade, no palacio do Machadinho, que então era de sua mulher, freguezia de Santos-o-Velho, onde jaz sepultado. Largou este cavalleiro o mundo com geral sentimento das pessoas que o conheceram; tanto como homem publico como particular, mostrou na carreira da sua vida que em coisa alguma de-

[1] Esta senhora morreu a 19 de março de 1833, de edade de 89 annos, com testamento feito em 1831, de mão commum com sua irmã D. Marianna Petronilha de Sá e Menezes, fallecida antes d'ella, e foram as ultimas de vinte um filhos que tiveram D. Caetana Josefa Botelho Pinto de Vasconcellos e Manuel Antonio de Sousa e Menezes, referidos a paginas 277. De tão numerosa irmandade, além das duas senhoras, só ha noticias das seguintes pessoas:

João de Sousa de Menezes, Capitão Mór de Santarem.

D. Jeronyma Rosa de Menezes e Tavora, baptisada na freguezia de S. Julião da villa de Santarem aos 25 de setembro de 1731. Habilitou-se para casar com D. João Pedro Maldonado da Gama Lobo, Familiar do santo officio por carta de 24 de outubro de 1733; mas este ajuste desfez-se, como elle diz em uma carta sua de 7 d'agosto de 1748, que está junta aos autos.

Antonio do Valle de Sousa e Menezes, Cavalleiro da ordem de Christo, Tenente Coronel aggregado á primeira plana da côrte, Governador que foi das ilhás de Cabo-Verde, por carta de 14 de março de 1777.

Miguel do Valle de Sousa e Menezes, Major reformado de cavallaria.

Luiz Manuel de Sousa e Menezes, Mestre-Escola da collegiada da Alcaçova em Santarem.

generára da casta a que pertencia; leal como os seus ao Soberano, prompto esteve sempre para arriscar não só a sua pessoa e a de seus filhos no serviço d'elle e da patria, mas tambem a sua fazenda: foi um excellente administrador da sua casa, que deixou livre de dividas; muito caritativo, generoso e franco; d'uma honradez a toda a prova e d'uma exactidão de palavra que nunca desmentiu em quanto viveu. Casou a 6 de junho de 1787, recebendo-se no oratorio da quinta da Guerreira, por Frei Manuel Machado de Campos Coelho, Parocho da sua freguezia de S. João Baptista de Thomar, por procuração dada pela noiva a João de Sousa de Menezes, parente d'elle, dito a paginas 281, e precedendo escriptura dotal lavrada a 21 de abril do mesmo anno em Santarem, nas notas do Tabellião José Freire de Carvalho, com D. Maria Benedicta de Sousa Teixeira Vahia Machado Canavarro, que nasceu a 17 de fevereiro de 1771, em Villa Pouca de Aguiar, e morreu das quatro para as cinco horas da manhã de 25 de novembro de 1846, na casa em que habitava na rua da Flôr da Murta da mesma freguezia de Santos, e jaz na sepultura da familia, num. 742, no cemiterio dos Prazeres. Sobre as virtudes e qualidades d'esta senhora, que com toda a verdade escreveu o nosso amigo, o senhor Ayres Pinto de Sousa, na necrologia que publicamos [1],

[1] Orae e chorae.

Quando a Providencia por seus immutaveis decretos manda que um sepulchro se abra, e, com os ultimos adeus da terra, uma lousa fria encerre para sempre no leito dos mortos os restos mortaes de uma mãe, intensissima deve ser a dôr, magoado o soffrimento, grande o desconsolo d'essa familia, que vê despedaçar-se repentinamente esse élo da cadêa da vida.

Que incomprehensivel deve de ser o penar de um coração que vê fugir de sobre a terra aquella a quem deveu a existencia, de quem teve as caricias na infancia, e o amparo, protecção e conselho no correr da vida. Ah! é um tormento sem consolação cá no mundo para o amor filial! Orar e chorar é o unico refrigerio que a bondade de Deus concede nos grandes infortunios; porque a consolação dos tristes nas horas de magoada afflicção são as lagrimas; e o symbolo da redempção sobre a campa dos mortos.

Choremos a falta e oremos pela alma da excellentissima senhora D. Maria Benedi-

só acrescentamos que era dotada de muito espirito e animação, de genio o mais servidor e obsequioso, e da maior generosidade: durante o curso da sua vida foi protectora de toda a gente que para isso a procurava, com grande incommodo e não pequeno prejuizo seu, de que resultou, para ir em soccorro dos outros, contrahir dividas que com a maior exactidão tratava de pagar; mas quiz a sua má sorte que para esse fim, desejando obter dinheiro, se dirigisse a verdadeiros harpias, hoje denominados agiotas, o que lhe produziu achar-se depois da morte de seu marido, que de tudo era ignorante, com um empenho de dezeseis contos quatrocentos setenta e seis mil e novecentos réis, passando porém do capital de trinta contos quinhentos e dezenove mil cento e sessenta réis o que consumiu: pois entre dote, legitimas da mãe e da avó, e outros objectos, importou em quarenta e um contos quarenta e dois mil oitocentos e quarenta réis. Vendeu a bella quinta dos Cardaes, perto de Santarem, que tinha entrado no inventario em o valor de dez contos de réis, a João Maria de Abreu Castello Branco Cardoso e Mello, hoje Conde de Fornos de Algodres, pela quantia de tres contos e seiscentos mil réis em apolices, que reduzidas a metal pouco mais pro-

cta de Sousa Teixeira Vahia Machado Canavarro: tendo nascido em 17 de fevereiro de 1771 em Villa Pouca de Aguiar, na provincia de Traz-os-Montes, filha do excellentissimo senhor Francisco José de Sousa Machado de Carvalho Canavarro, Fidalgo Cavalleiro da casa de Sua Magestade, Cavalleiro professo na ordem de Christo, Coronel do regimento de cavallaria de Bragança, e senhor da casa de Arcossó, e da excellentissima senhora D. Sebastianna Joaquina Eufrasia Machado Teixeira Vahia de Miranda, sua segunda mulher; casou em 6 de junho de 1787 com o excellentisstmo senhor Antonio do Valle de Sousa e Menezes, Fidalgo Cavalleiro da casa de Sua Magestade, Commendador na ordem de Christo, Coronel do regimento de milicias de Santarem, Governador militar de Thomar em 1809 e 1810, e *decimo* senhor do morgado da Guerreira, cavalleiro bem conhecido, não só pela antiguidade e illustração da nobreza da sua famimilia, como pela excellencia das qualidades pessoaes de que era ornado.

Boa esposa, excellente mãe, era ella um modêlo de virtudes: com grande talento cultivado pela mais esmerada educação, era o seu trato ameno, e a sua conversação cheia de agrados, e melhor de todos o seu conselho; desvelada amiga, era ella a prote-

duziram de dois contos e oitocentos mil réis, em escriptura feita n'esta cidade aos 15 de setembro de 1830, nas notas do Tabellião Antonio dos Santos e Almeida; e restando-lhe ainda o palacio do Machadinho, que tinha recebido em 1819 na quantia de onze contos seiscentos quarenta e sete mil cento e sessenta réis, o entregou aos credores na concordata com elles feita a 17 de maio de 1831. Seu filho e filhas que muito a estimaram sempre, se portaram n'esta occasião de maneira que póde servir de exemplo: o filho tendo-lhe emprestado quatro contos e trezentos mil réis do dote de sua mulher, não quiz apresentar-se como credor; e as filhas, que então eram tres, não querendo que o irmão fosse só o lesado, expontaneamente lhe passaram quitação, em 31 do dito mez e anno, de dois contos trezentos e quarenta mil réis, que elle ainda lhes estava restando das suas legitimas; e já antes a senhora D. Thereza, uma das mesmas filhas, a mais velha, tinha posto á disposição de sua mãe, para ella o vender como fez, um magnifico prazo chamado a Tenreira, em Porto de Muja ao pé de Vallada. — Folgamos de patentear ainda n'este nosso seculo taes exemplos de abnegação pessoal e de amor filial e fraternal. — Irmã do 1.º Barão de Arcossó (vid. *Resenha dos Titulares*,

ctora dos desvalidos: o poderoso e o pobre a quem as penas opprimiam, sempre acharam n'ella amparo; bondosa por inclinação, generosa pela grandeza da sua alma, mal se costumavam seus filhos e amigos á idéa de que a haviam de perder; comtudo, tendo adoecido no dia 5 de maio do corrente anno, depois de longa e penosa enfermidade, em que com a paciencia mais exemplar, e a resignação mais christã soffreu esse trabalhado espaço que Deus lhe concedeu entre a vida e a morte, succumbiu no dia 25 de novembro pelas quatro horas da manhã, tendo ella mesmo poucas horas antes pedido os ultimos soccorros espirituaes.

Demos-lhe orações com piedosa devoção, corram as nossas lagrimas como obrigação do nosso sentir triste e melancholico; e como dá conforto aos affiictos ter quem chore com elles, eu associado á grande magoa de seus filhos, por gratidão e quasi filial amor, choro tamanha perda, e orando deposito sobre seu tumulo este testemunho da minha saudade.

Um amigo — *Ayres Pinto de Sousa.*

Diario do Governo, num. 284, quarta feira 2 de dezembro de 1846, paginas 1247.

etc. 1838, paginas 25), e filha de Francisco José de Sousa Machado Carvalho Canavarro, Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei D. José por alvará de 18 de janeiro de 1753, Cavalleiro da ordem Christo, Coronel do regimento de cavallaria de Bragança, proprietario do officio de Escrivão da Camara de Villa Pouca de Aguiar, e Aministrador do morgado de S. José d'Arcossó, que nasceu a 10 de julho de 1709 e falleceu a 19 de janeiro de 1778, e de D. Sebastianna Joaquina Epiphania Machado Vahia de Miranda, sua segunda mulher, com quem se recebeu a 25 de março de 1770, nascida a 20 de janeiro de 1742 e fallecida a 15 de fevereiro de 1802, que succedeu na casa de Bornes pela morte de seu irmão Gervasio Joaquim Machado Pinto; filha de Antonio Machado Pinto, Cavalleiro da ordem de Christo, Védor Geral das tropas de Traz-os-Montes, senhor da casa de Bornes, que vinculou em morgado, e de D. Feliciana de Miranda Vahia; e elle irmão de José Machado Pinto, Fidalgo Cavalleiro da casa do mencionado Rei por alvará de 27 de janeiro de 1752, Coronel de Auxiliares e Administrador Geral do contracto do tabaco, o qual deu o nome á rua do Machadinho pelo palacio que n'ella edificou, e onde ainda ha poucos annos se viam as suas armas sobre o portão da ermida, — mas armas e ermida já lá vão para o pelago da destruição — e abriu á sua custa o caminho novo que vae da mesma rua para a calçada da Estrella. Morreu — s. g. tendo sido casado com D. Isabel Ventega.

Tiveram filhos.

13 **D. Sebastianna de Menezes Canavarro do Valle**; nasceu na quinta da Guerreira aos 18 de setembro de 1788 e lá falleceu aos 31 de julho de 1806. Jaz em Santa Sita.

13 **Miguel do Valle e Sousa de Menezes**, Fidalgo Cavalleiro da casa da Rainha D. Maria I por al-

vará de 2 de agosto de 1793, Alferes do regimento de cavallaria num. 8, despachado em Tenente quando já não existia. Tinha assentado praça de menor edade, em 1799, no regimento de dragões de Chaves, com avizo, como o irmão, indo da mesma maneira frequentar os estudos, e para o exercito, com armas e cavallo á sua custa, antes do dia 21 de agosto de 1808, logo que houve a feliz restauração, e para o corpo de operações do General Bernardim Freire de Andrada, quando elle se foi organisando; passou para a Extremadura, e n'elle serviu até que pela sua desmembração, segundo a ordem do exercito, foi para o seu regimento, que era o de cavallaria num. 10, e n'elle fez a campanha. Nasceu a 13 de setembro de 1789, em Thomar, e n'essa villa, para onde veiu com uma maligna que lhe sobreveiu estando destacado em Porto de Rei com um esquadrão do regimento num. 8 em que servia, falleceu aos 27 de agosto de 1810, e foi sepultado no convento de Santa Iria, no jazigo da casa; com a notavel coincidencia de um Miguel do Valle ser o primeiro que para elle foi, e o ultimo outro Miguel do Valle.

13 **José do Valle e Sousa de Menezes Mexia**, que continua.

13 **Luiz do Valle**, que morreu menino, em Thomar, a 9 de julho de 1799. Jaz em Santa Iria.

13 **D. Maria da Piedade.**

13 **D. Marianna.**

Ambas falleceram de pouca edade e foram para o dito jazigo.

13 **D. Maria Emilia de Menezes**; nasceu a 26 de setembro de 1795, em Thomar, e falleceu em

Lisboa, na freguezia da Pena, a 16 de abril de 1811; foi enterrada no convento de Santo Antonio dos Capuchos.

13 **D. Thereza do Valle e Sousa de Menezes,** Moça de côro no real mosteiro de Santos, das Commendadeiras da ordem de S. Thiago: nasceu em Thomar a 23 de setembro de 1796.

13 **D. Luiza do Valle e Sousa de Menezes**; nasceu na mesma villa a 8 de outubro de 1799, e falleceu em Lisboa, na freguezia de Santos, em 26 de maio de 1850: jaz na sepultura da familia no cemiterio dos Prazeres.

13 **D. Antonia**; morreu menina, e está enterrada em Santa Iria.

13 **D. Eugenia do Valle e Sousa de Menezes**; nasceu em Thomar a 16 de maio de 1802.

13 **D. Emilia**; morreu de tres annos de edade em Thomar, onde havia nascido, e jaz em Santa Iria.

Illegitima:

13 **D. Anna Effigenia do Valle e Menezes**; nasceu na villa da Asseiceira a 3 de abril de 1785; creou-se na quinta da Guerreira até que em dezembro de 1787 a trouxe para casa sua madrasta, a senhora D. Maria Benedicta, e a tratou sempre como se fosse sua propria filha, e depois, sem o marido saber, procurou fazel-a legitimar; o que conseguiu por carta do Desembargo do Paço, de 10 de setembro de 1813, registada no livro III da Chancellaria da Rainha D. Maria I, a folhas 371. Falleceu n'esta cidade a 19 de março de 1850, com testamento, deixando por universal herdeira a sua sobrinha D. Maria da Conceição. Jaz no cemiterio dos Prazeres, na sepultura da familia.

13 **José do Valle de Sousa e Menezes Mexia**, Fidalgo Cavalleiro da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 2 de agosto de 1793, e por outro de 30 de outubro de 1830, houve as honras do exercicio no paço. Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença, que se lhe mandou lançar por portaria dada em nome do Principe Regente, no palacio do Rio de Janeiro pelo Marquez de Aguiar, em 15 de julho de 1815. Por despacho de 15 de março de 1806, dado nos paços da Bemposta pelo venerando priorado de Portugal da ordem de S. João de Jerusalem, requerendo ser Cavalleiro de Justiça da mesma ordem, lhe foi concedida a graça de passar quanto ao lado de sua avó paterna e ascendentes d'ella pelas provanças de seu irmão, Cavalleiro Commendador, José Raymundo Chichorro da Gama Lobo: não continuando as diligencias, tanto pelas occurrencias que logo se seguiram, como por fallecer seu irmão primogenito. Bacharel formado em mathematica pela universidade de Coimbra aos 24 de julho de 1820. 9.º Administrador dos morgados da Guerreira e da Boinha, da capella da Sabacheira e dos mais vinculos de Olivença, Coruche, Torre da Giesteira em Montemór-o-Novo, Monsaraz, etc. De edade de oito annos, por avizo regio, assentou praça, em 1799, no regimento de cavallaria dos dragões de Chaves, passando em 1804 para o de Santarem, num. 10, vencendo tempo, pão e soldo como os que frequentam a universidade, e ficando ás ordens de seu pae para a educação. Em Thomar seguiu os estudos menores de latim, logica e rhetorica, e no anno de 1807 foi para Coimbra e lá fez logo exame d'essas materias, e depois os competentes actos do 1.º e 2.º anno de mathematica e philosophia, tudo com plena approvação, e em ambas as faculdades tambem com premio: na vespera do dia de S. João fez acto de physica pela manhã, e á noite, tendo lo-

gar na mesma cidade a restauração contra os francezes, largou a penna e empunhou a espada, unindo-se a um corpo de cavallaria que ahi se organisou, e marchou a encorporar-se ao exercito portuguez e inglez, entrando em Lisboa no dia 15 de setembro do mesmo anno, que nunca será esquecido por aquelles que presencearam e participaram da alegria sem egual dos habitantes d'esta cidade. Serviu ás ordens do General Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, depois Conde d'Amarante, tanto n'esse anno como no de 1809, então encarregado da defeza da provincia da Beira-Baixa, quando o proprio Napoleão veiu em pessoa á Hespanha e repelliu os exercitos d'essa nação até o Tejo, em Almaraz, e até Merida; foi n'essa occasião mandado ao mesmo reino tres vezes em commissões, com grandes riscos e incommodo por ser na estação invernosa. Em seguida passou com o dito General Silveira para Traz-os-Montes, e lá fez a rigorosa campanha a que deu logar a invasão do Marechal Soult, desde que entrando por Chaves, tomou a cidade do Porto, e até a sua retirada no verão do mesmo anno: na retomada da referida praça de Chaves, foi elle o primeiro cavalleiro que n'ella entrou, e os grandes perigos que correu, e serviços que fez n'esta campanha, lhe mereceram uma honrosa attestação do dito General Silveira. Em novembro d'esse anno foi despachado Alferes para o regimento de cavallaria num. 8, e em agosto de 1810 Tenente para o mesmo corpo; indo em 1812 com esse posto para o num. 6; e voltando para o referido num. 8, quando saiu Capitão, aos 15 de dezembro de 1814. Em 1810 fez parte da campanha, apanhando na Extremadura hespanhola, em Villa Franca perto de Almendralejo, uma febre de abatimento, procedida de passar duas noites e tres dias sem descançar, encharcado em agua, que o levou ao ultimo fio a que se póde

chegar da vida. Restabelecido voltou logo para a mesma Extremadura, e esteve na brilhante carga que a cavallaria portugueza da brigada do general Madden fez sobre a franceza. Em 1812 marchou para Hespanha, servindo com a divisão portugueza e ingleza do General Hill, que na provincia da Mancha fez uma activa campanha, entrando no dia 19 de setembro em Aranjuez, dirigindo-se depois a Madrid, e indo juntar-se ao exercito que tinha atacado Burgos, fazendo com elle essa celebre retirada até se recolher a Portugal. Não assistiu á batalha de Victoria por ficar doente, mas logo que se restabeleceu foi incorporar-se ao seu regimento, em Calahorra, e com elle entrou em França, onde se conservou uns seis mezes. Feita a paz veiu o mesmo regimento, que era o num. 6, de quartel para a praça de Chaves, e ahi em um domingo, 28 de agosto de 1814, depois da parada do corpo ás onze horas da manhã, diante de todos os Officiaes o Tenente Manuel Fragoso Amado, que servia de Ajudante e era mestre de espadão do regimento, principiou a altercar com elle, dizendo que a companhia que tinha commandado havia entrado tarde em linha e se tinha perturbado; e respondendo-lhe que ella se tinha portado bem, e que se tinha entrado tarde em linha é porque era a ultima do flanco; elle insistiu por duas vezes para lhe deitar em rosto a supposta falta da companhia, concluindo com expressões atrevidas e incivis: resultando de tudo isto ver-se na rigorosa obrigação, logo que chegou a casa, de lhe escrever um bilhete convidando-o para se ir bater com elle a pé e com sabre ás vinte e quatro horas: convite a que elle foi exacto, e ambos sós sairam pela porta de Chaves, tomando o caminho de Villa Pouca, indo para um campo onde ninguem os via: ahi lhe perguntou se estava disposto a dar-lhe satisfação ou se queria padrinhos; mas negando-se elle a tudo,

puxaram das espadas que estavam bem amoladas, e dando-se cinco golpes ficou elle com a mão quasi decepada, caindo-lhe a espada para baixo, dizendo: *está bom, está bom, foi mais feliz que eu;* o seu contendor tirou logo dois lenços para lhe atar a mão, levou-o para uma casa, e mandou logo vir cirurgião, a quem pagou toda a cura e as mais despezas: foram presos, mas d'ahi a mez e meio soltos com uma reprehensão. O Tenente Manuel Fragoso Amado, posto que rude e imprudente, conduziu-se n'este negocio muito honradamente, como se vê da resposta remettida do seu quartel de Chaves em 29 d'agosto de 1814, á ordem do dia antecedente do seu commandante interino o Tenente Coronel Antonio Salinas, indagando d'este acontecimento; na qual, depois de dar conta como o caso se passou, conclue da seguinte maneira: «Acho do meu «dever informar a v. s. que o Tenente Valle «se comportou n'este duello com toda a honra «e bisarria propria da sua qualidade.» Elle curou-se alguma coisa, unindo-se outra vez a mão ao braço, mas ficou aleijado de todos os dedos, que só mexia o pollegar, o que não o impediu de continuar na vida militar até ao posto de Tenente Coronel, vindo a morrer da cholera morbus em 1833. Este desafio, que foi um dos mais serios que tem havido em Portugal, mereceu os applausos tanto do seu Coronel, que era um inglez, como do proprio Marechal Beresford, Commandante do exercito. Desejando largar a vida militar, que para elle tinha sido bem trabalhosa, e na qual havia arruinado a sua saude sem proveito algum mais do que receber trinta e nove mil quinhentos setenta e dois réis, total das quantias com que foi contemplado nas quatro épocas em que se repartiu pelos exercitos portuguez e inglez o valor das presas feitas aos francezes, procurou o pretexto de uma questão particular entre elle e o Coronel Guilherme Hen-

rique Sewel, Commandante do regimento de cavallaria num. 8, em que então servia e se achava em Campomaior, para pedir a sua demissão, que lhe foi dada a 15 de julho de 1817. Largando os brilhantes atavios militares para de novo usar o simples trajo de estudante, levado unicamente do amor do estudo, pois ia tratar de se formar ao largar uma carreira publica, em contrario de outras pessoas, que se o iam fazer era para a conseguir. Restituido á vida particular viveu na quinta da Guerreira até tomar estado, e desde então para cá só se tem occupado em bem administrar a sua casa, e na educação de seus filhos, que bastante obrigados lhe são, pois muito cedo ficaram sem mãe; devendo dizer-se sem exageração alguma, que póde ser tomado como modêlo de excellente filho, irmão e pae, sendo para comigo na amizade irmão e não cunhado. Nasceu em Thomar pela uma hora e meia da madrugada de 19 de setembro de 1790; foi baptisado logo por se temer da sua vida, e no dia 27 d'esse mez lhe foram postos os santos oleos na freguezia de S. João Baptista da mesma villa. Casou em 9 de novembro de 1824, recebendo-se pelo reverendissimo Conego Francisco Van Zeller, Freire conventual da ordem de Christo e Mestre-Escóla da sé de Angra, no oratorio da casa de sua sogra, n'esta cidade de Lisboa, no largo do Contador Mór, freguezia de S. Thiago; tendo precedido escriptura nupcial de dote e arrhas, lavrada aos 6 de agosto do referido anno[1] por Manuel Eugenio Coelho, Tabellião

[1] O dia 6 de agosto foi para elle notavel pelos seguintes acontecimentos: — Em 1824 lavrou-se a escriptura do casamento; — em 1833 falleceu sua mulher; — em 1848 pelo roubo de dezeseis mil cruzados, que lhe fizeram dois criados, lançando fogo pelas duas horas da noite, por cinco ou seis partes, á casa da sua residencia na rua da Flor da Murta e hoje de S. Bento, e escapando de serem mortas as pessoas que a habitavam, e que quando deram por isso estavam quasi asphyxiadas; — e em 1850 pela decisão a seu favor de uma demanda que lhe movia o Conde de S. Miguel, D. Al-

de notas na dita cidade, sendo testemunhas José de Mello Freire, do Conselho de Sua Magestade e do da sua real fazenda, Fidalgo Cavalleiro da sua real casa, Commendador da ordem da Torre e Espada, Cavalleiro das de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, e Francisco Luiz Alvares da Rocha, do Conselho de Sua Magestade e do da sua real fazenda, Fidalgo Cavalleiro da sua real casa e Cavalleiro professo na ordem de Christo; com D. Maria Antonia Constança de Lima Feo, que nasceu a 19 de setembro de 1803 na cidade de Nossa Senhora das Neves da Capitania da Parahiba do norte[1], e no dia 6 do seguinte mez de outubro foi baptisada na egreja matriz do Collegio da mesma cidade, pelo reverendo José Elias de Carvalho, Administrador do dito Collegio; sendo eu seu padrinho. Falleceu na madrugada do dia 7 de agosto de 1833, de um prolongado ataque de cholera, no palacio do Machadinho, e foi a sepultar á egreja do convento das religiosas de Nossa Senhora da Madre de Deus, ao carneiro onde jaz seu pae. Fez esta senhora uma grande falta a seu marido e filhos, pois era dotada de muito juizo e de excellentes qualidades; causava respeito e veneração a todos que a viam, e em breve adquiria a estimação das pessoas que a tratavam, pela sua candura, modestia, moderação, caridade e religião sem

varo José Xavier Botelho, pedindo certas quantias a elle pertencentes e seus juros, que montavam a muitos contos de réis, e se achavam em deposito no cofre das capellas da côrte; que tinham sido dadas a juro em 1744 a D. João de la Cueva, hypothecando elle os rendimentos do morgado de Olivença; e vindo a mesma demanda a durar noventa e quatro annos.

[1] Tanto no dia do seu nascimento, como nos dois immediatos e no do baptisado, patentearam os habitantes da cidade da Parahiba todas as demonstrações de alegria, como luminarias, foguetes, festas de egreja, etc., sendo para elles o nascimento de uma filha ao seu Governador um facto memoravel que havia mais de um seculo não tinha acontecido; acrescendo terem os commandantes dos corpos de primeira e segunda linha com muita instancia pedido licença para se reunirem em parada e darem descargas de alegria: o que se lhe concedeu sendo a polvora á custa d'elles.

bisonhice; mostrando ao mesmo tempo que sabia muito bem occupar o seu logar na sociedade quando a queria frequentar. Filha do senhor Luiz da Motta Feo, Fidalgo Cavalleiro da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 9 de fevereiro de 1783, do Conselho de El-Rei D. João VI, do do Supremo Conselho de Justiça e de Guerra na côrte do Rio de Janeiro, e do do Almirantado em Lisboa até á extincção d'este tribunal, Commendador da ordem de S. Bento de Aviz, Vice-Almirante da armada real, Governador e Capitão General do reino de Angola e suas conquistas, e Governador da Parahiba do norte, que nasceu em Santa Maria dos Olivaes, termo d'esta cidade, a 16 de março de 1769, e falleceu em Lisboa no palacio de Santa Apolonia, contiguo ao caminho de ferro, no dia 27 de maio de 1823; e da senhora D. Leocadia Thereza Possidonia de Lima e Mello Falcão Van Zeller, com a qual se recebeu a 31 de maio de 1795, nascida na quinta da Bella-Vista em Carnide, freguezia de Nossa Senhora da Luz, aos 17 do referido mez de maio de 1766; morreu na casa da praça das Flores, freguezia de Santa Isabel, aos 21 de maio de 1848, e jaz na egreja do convento da Madre de Deus, na mesma sepultura de seu marido e filha: sendo digno de nota que no mez de maio, como se vê, nasceu, casou, enviuvou, e morreu como ella sempre o disse.

Tem filhos.

14 **D. Maria da Conceição do Valle e Sousa de Menezes Mexia Botelho,** Condessa de Sarmento. Nasceu aos 10 de dezembro de 1826, pelas dez horas e meia da noite, no palacio do Machadinho e na capella do mesmo foi baptisada no dia 19 d'esse mez e anno pelo seu parente D. Francisco Maldonado da Gama Lobo, Monsenhor mitrado da santa egre-

ja Patriarchal; e casou aos 7 de março de 1859, recebendo-se na capella da residencia de seu pae na rua da Flor da Murta, sendo testemunhas seu tio o senhor Francisco Feo Cardoso e o Visconde de Campanhã, Balthasar de Almeida Pimentel, com João Ferreira Sarmento, então Visconde e Barão e depois Conde de Sarmento, de quem foi segunda mulher, s. g., e que falleceu a 10 de julho de 1865. —Vid. a necrologia d'elle, escripta por seu sogro e publicada na *Gazeta de Portugal* de sabbado 15 do mesmo mez e anno, e as emendas na seguinte folha.

14 **Antonio do Valle e Sousa de Menezes Mexia**, que continua.

14 **Antonio do Valle e Sousa de Menezes Mexia**, Moço Fidalgo com exercicio no paço por alvará da Rainha D. Maria II, de 16 de abril de 1845. Tenente do primeiro batalhão movel de atiradores, de que foi demittido, conservando as honras do posto, pelo ter requerido e haver completado o tempo do serviço, por decreto de 13 de agosto de 1856 (ordem do exercito d'esse anno, num. 42): antes havia servido como soldado no esquadrão de voluntarios da Carta e Rainha. Nasceu a 10 de maio de 1823, pelas dez horas da noite, no dito palacio do Machadinho, e tambem na sua capella foi baptisado a 17 d'esse mez, dia do natalicio de sua avó materna, pelo Arcebispo de Lacedemonia e Vigario Geral do patriarchado, D. Antonio José Ferreira de Sousa. Casou em 23 d'abril de 1860, precedendo escriptura de contracto antenupcial e esponsalicio lavrado no mesmo dia por Francisco Ludovino de Sousa Freitas e Sampaio, Tabellião de notas n'esta cidade; e se recebeu na egreja da freguezia de Nossa Senhora dos Anjos, com D.

Marianna Luiza Rangel de Mascarenhas de Quadros, que havia nascido a 11 de agosto de 1840, filha de José Maria Rangel de Quadros, Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. João VI por alvará de 5 de agosto de 1822, com honras do exercicio no paço por outro de 8 do mesmo mez de 1825, Commendador da ordem de Christo por decreto de 1 de dezembro de 1823, senhor da casa de Carrascal em Torres Novas, que nasceu a 5 de maio de 1809, e falleceu a 12 de setembro de 1855; e de D. Anna da Cunha e Mendoça, com quem se recebeu a 8 de janeiro de 1836, nascida a 10 de agosto de 1806 e fallecida a 9 de novembro do mencionado anoo de 1855; filha de Pedro de Mello da Cunha Mendoça e Menezes, 2.º Marquez de Olhão, e da Condessa de Castro Marim, D. Marianna de Menezes, irmã do actual Marquez de Vallada. Por esta alliança vieram a ligar-se os descendentes dos dois casamentos de Guiomar de Sequeira, como deixamos dito a paginas 257.

Tem filhos.

15 **D. Anna Maria do Valle**, nasceu a 17 de novembro de 1861.

15 **José Miguel do Valle**, nasceu a 31 de janeiro de 1863.

15 **João Maria do Valle**, nasceu a 9 de maio de 1864.

5 **D. Joanna Pereira de Sousa.** Casou com Affonso Furtado de Mendoça, Commendador de Santa Maria de Beja e de Rio Maior. — C. g.

5 **D. Maria de Sousa**, que deixou por herdeira a sobrinha do mesmo nome, já referida.

5 **Pedro de Sousa.** Moço Fidalgo vencendo novecentos réis de moradia em 23 de março de 1568; acrescentado a Escudeiro com mil e duzentos réis, foro e moradia com que foi para a India na nau S. Christovão e Santo Alberto, em março de 1585, como consta da ementa da casa da India do anno de 1589, e foi seu fiador Antonio Cabral, Cavalleiro Fidalgo da casa.

5 **Ruy Pereira das Coberturas.** Foi baptisado na sé d'esta cidade em 1553, sendo seu padrinho o Deão Diogo Fernandes Cabral. E em 29 de janeiro de 1584 fez uma procuração a seu cunhado Affonso Furtado, e n'ella se intitula Fidalgo de Azoia.

5 **Simão de Sousa,** Moço Fidalgo acrescentado a Escudeiro em 16 de fevereiro de 1552, tendo novecentos réis de moradia.

3 **D. Brites do Sousa,** legitimada por El-Rei D. Manuel em 1511, e dando-se-lhe por mãe a Mecia Fernandes.

2 **Pedro de Sousa,** que continua.

2 **Nuno de Sousa,** da criação de El-Rei D. Manuel e do seu Conselho, Védor da casa de sua irmã a Rainha D. Leonor, mulher de El-Rei D. João II, Trinchante do Infante D. Luiz. Houve dois padrões de tença: um em 1 de janeiro de 1487 de 19992 reaes brancos da moradia e cevada que vençia com o officio; e outro de 30000 reaes em egual dia e mez de 1497, confirmados ambos, aquelle em Evora a 14 de março, e este em Setubal a 3 de maio, tudo d'esse anno. Casou com D. Mecia de Albuquerque, filha de João de Albuquerque e de D. Leonor Lopes de Leão.

Tiveram filhos.

3 **Francisco de Sousa,** Moço Fidalgo da casa d'El-Rei D. Manuel: falleceu na India para onde fora servir.

3 **Pedro de Sousa,** Moço Fidalgo da casa da referida Rainha D. Leonor, e a pedido d'esta senhora lhe foi dada uma tença de quinze mil réis, com vencimento de 1 janeiro de 1515, por carta passada em Lisboa a 16 de maio do anterior anno de 1514, e de outra de trinta mil réis que *ora* vagaram pelo fallecimento de seu irmão Diogo de Sousa. Morreu na India em 1516.

3 **Diogo de Sousa,** Fidalgo da casa. Seu pae cedeu n'elle a tença que tinha de trinta mil reaes brancos, e d'ella se lhe passou carta em Lisboa a

10 de abril de 1505, com principio de 1 de janeiro. Falleceu em Azamor em 1514, pelejando com os moiros.

3 **Tristão de Sousa**, Moço Fidalgo com mil réis de moradia, e Trinchante do Infante D. Luiz. Pelo fallecimento do irmão acima dito, e em 1 de janeiro de 1515 houve quinze mil réis de tença, por padrão dado em Lisboa a 6 de maio de 1514; e tambem por pedido da mencionada Rainha teve a de trinta mil réis, que era do outro irmão, por carta expedida n'esta cidade a 17 de julho de 1516, e de 1 de janeiro de 1517 em diante. Em 2 de outubro de 1524 se lhe passou em Evora carta de privilegios de Fidalgo, por estar prestes a servir na guerra com armas, homens e cavallos; em 15 de março de 1531 lhe foi feita mercê em Palmella, de Capitão, por tres annos, da nau que anda de tracto de Cochim para Malaca, e por alvará de 12 d'agosto de 1533, expedido e confirmado em Evora a 24 do referido anno, teve a Capitania do castello de cima da sobredita cidade de Cochym. Fez a primeira festa que houve no convento das religiosas de Santa Anna em Lisboa, depois de edificado em 1561, ao postigo de D. Henrique. Casou com D. Isabel Henriques, filha de Francisco de Mendanha, que falleceu com testamento aos 8 de julho de 1544, morando na rua de Alconchel, em Evora, e de sua primeira mulher D. Maria Henriques.

Tiveram filhos.

4 **Manuel de Sousa Henriques**. succedeu na casa a seu pae e no officio de Trinchante do Infante D. Luiz, que largou por não querer servir seu filho o senhor D. Antonio, Prior do Crato. Casou com D. Antonia de Vilhena, filha de Damião Dias da Ribeira, Commendador da ordem de Christo e Escrivão da Fazenda de El-Rei D. Sebastião, e de D. Joanna de Vilhena, sua segunda mulher.

Tiveram filhos.

5 **Tristão de Sousa**, que morreu na batalha de Alcacere.

5 **Nuno de Sousa**, o Machuca, Commendador de S. Lourenço de Taveiro na ordem de Christo: serviu em Ceuta no tempo de D. Gil Eanes da Costa. Falleceu solteiro deixando por herdeiro da Commenda e casa a seu sobrinho Jeronymo Corrêa Baharem.

5 **Manuel de Sousa**
5 **Damião de Sousa** } Ambos foram servir á India, e lá morreram. — S. g.

5 **D. Maria de Vilhena**, mulher de Antonio Corrêa Baharem. — C. g.

4 **André de Sousa.** — S. g.

4 **D. Maria Henriques**, mulher de Pedro Botelho de Andrade, Capitão de S. Thomé. — C. g.

4 **D. Maria Henriques**, casada com Jorge de Brito. — C. g. extincta.

4 **D. Ignez Henriques**, baptisada em Santo Antão de Evora a 28 de fevereiro de 1535. Compadres D. Braz Henriques e Christovão de Tavora, e comadres D. Brites e Ignez Annes, a parteira. — Sem mais noticia.

4 **D. Lourença Henriques**, baptisada na mesma freguezia a 30 de maio de 1536; mulher de Rodrigo Affonso de Vasconcellos e Beja, Commendador de S. Vicente da Beira, na ordem de Christo. — C. g. que findou em seus netos.

3 **D. Maria de Albuquerque**, segunda mulher de Jorge Furtado de Mendoça, Commendador das Entradas e Repreza. — C. g.

2 **Henrique de Sousa**, creou-se na quinta do Paço, que lhe ficou pertencendo: foi Anadel Mór dos bésteiros até ao anno de 1539, e Commendador da Torre, na ordem de Christo. Casou com Isabel Ferreira, filha illegitima de Alvaro Ferreira, Commendador da mesma ordem.

Tiveram filhos.

3 **Bartholomeu de Sousa**, Commendador da Torre. Casou com D. Antonia Brandão, filha de Dario Brandão, Almoxarife de Thomar.

Tiveram filhos.

4 **Simão de Sousa**, Moço Fidalgo com mil réis de moradia em 1550, e acrescentado a Fidalgo Escudeiro em 1560. Succedeu na quinta do Paço, já vinculada.

Teve filha illegitima.

5 **D. Mecia de Sousa**, legitimada por El-Rei. Não herdou o morgado do Paço, mas foi depois a seus descendentes, e o administrava

em 1712 um d'elles, que era Francisco de Azevedo e Sousa. Casou com Manuel Gomes da Costa. — C. g.

4 **D. Isabel de Sousa**, casou com seu primo João de Sousa da Camara, adiante referido.

3 **Manuel de Sousa**, Fidalgo Escudeiro com mil e seiscentos réis de moradia: passou á India na nau Cirne, e lá morreu em um combate. Tinha casado na ilha Terceira com D. Ignez da Camara, filha de Antão Martins Homem, segundo Capitão da villa da Praia, e de D. Isabel de Ornellas.

Tiveram filho.

4 **João de Sousa da Camara**, que casou com sua prima D. Isabel de Sousa, acima mencionada. Houveram descendencia na qual andou o morgado do Paço, e havendo-se ella extincto passou para Francisco de Azevedo e Sousa, já dito.

3 **Miguel de Sousa**, clerigo.

3 **Nicolau de Sousa**, Capellão do Cardeal Infante D. Affonso e Fidalgo da sua casa. Em 7 de março de 1538 teve uma provisão, dada em Lisboa, para se lhe pagar dois mil trezentos setenta e seis réis de vestiaria. Herdou de seu pae a quinta do Paço, que vinculou em morgado com outras fazendas.

3 **D. Maria de Sousa**, freira.

3 **Pedro de Sousa**, que passou á India em 1581.

Illegitimo:

3 **Gonçalo de Sousa**; serviu em Çafim, e casou á sua vontade: ignoramos a descendencia, se a teve.

2 **Christovão de Sousa**. Casou com Isabel Carlos, filha de Lopo Dias, cidadão e Alcaide de Lisboa. — C. g.

2 **Simão de Sousa**. El-Rei D. João II o mandou servir em Ceuta, pelo crime que commetteu; ahi foi captivo em uma sortida, e resgatado: depois morto em 1488, na entrada que pelas terras dos moiros fez D. Antonio

de Noronha, Governador da mesma praça e ao diante Conde de Linhares. Em D. Catharina de Faria, freira em S. Bento do Porto, e sobrinha de Antão de Faria,

Teve filho.

3 **Francisco Fernandes de Sousa Faria.** Creou-se em casa de um criado do avô: achou-se na tomada de Azamor com o Duque D. Jayme, e sendo desfavorecido dos parentes, passou a Castella e serviu nas guerras de Granada. Voltando ao reino casou na Beira com Helena Alvares Cardozo, filha de Alvaro Fernandes Cardozo.

Tiveram entre outros filhos.

4 **Sebastião Fernandes Cardozo.** Casou com Filippa de Escovar de Andrade, filha do doutor Pedro Gonçalves de Almeida, o Freixo.

Tiveram filhos.

5 **Pedro Cardozo de Andrade.** Serviu a El-Rei D. Filippe II em Italia e Flandres, e morreu das feridas que recebeu em um encontro junto á cidade de Amiens. Casou com Maria de Brito de Andrade, filha de Francisco Garcez e de Catharina de Brito, que teve por pae a Ruy Freire de Andrade, Alcaide Mór de Almeida.

Tiveram filho.

6 **Bernardo (Frei) de Brito,** que no seculo se chamou Balthazar de Brito de Andrade. Foi Chronista Mór do reino, e auctor da primeira parte da *Monarchia Lusitana*, etc. Nasceu em 20 de agosto de 1569, na villa de Almada; e ahi morreu, pouco depois de ter vindo de Madrid, em 27 de fevereiro de 1616. Veja-se a *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado.

6 **D. Brites Cardozo,** freira em Santa Clara.

6 **D. Isabel Cardozo,** religiosa em Lorvão.

5 **Manuel de Faria,** sem noticia.

5 **Antonio de Andrade,** padre da Companhia.

5 **Francisco Cardozo de Andrade,** Vigario Geral em Evora e Prior de Fonte Arcada.

5 **Isabel de Escovar de Andrade,** mulher de Luiz de Seixas Freire.

5 **D. Branca do Salvador,** freira.

2 **D. Leonor de Sousa,** casou com Arthur da Cunha, 5.° senhor de Pombeiro. —C. g.

II **Pedro de Sousa.** Commendador e Alcaide Mór de Idanha a Nova, na ordem de Christo, em 1493: viveu em Castello Branco.

Teve filhos illegitimos.

3 **Jorge de Sousa,** que continua.

3 **Simão de Sousa,** Fidalgo da Casa Real: nasceu em Castello Branco (filho de Isabel de Eiras) e teve o officio de Juiz dos orfãos da mencionada villa, que comprou a João Soares de Albergaria. Casou com Ignez de de Sousa, filha de Simão de Sequeira e de Catharina da Fonseca.

Teve filhos.

4 **Pedro de Sousa,** que morreu solteiro.

4 **D. Catharina de Sousa,** mulher de Francisco de Valladares, Commendador da Louzã. —C. g.

3 **João de Sousa,** morreu solteiro.

III **Jorge de Sousa.** Fidalgo da casa, Commendador de Merles, na ordem de S. Thiago, e Escrivão das sisas dos vinhos de Lisboa com 1$080 réis de mantimento cada anno, por carta dada em Santarem a 8 de janeiro de 1488, e vagára pelo fallecimento de Alvaro Gonçalves, que se tem por parente da primeira mulher, da qual ignoramos o nome, assim como o da terceira. Em 24 de março de 1504, se lhe passou em Lisboa um alvará para o Recebedor das mesmas sisas lhe pagar 8$000 réis de uma tença que lhe tinha sido dada a 7 de abril de 1480, com vencimento de 6 de janeiro de 1481. Tambem por outro expedido em Cintra a 18 de agosto de 1508, para o Almoxarife da cidade de Çafim, lhe foi mandado pagar de qualquer dinheiro dos direitos reaes d'ella, sete mil réis de mercê. Casou quatro vezes. A segunda com D. Leonor Moniz, filha de Ruy Gil Moniz, Thesoureiro da Moeda de Lisboa, e de D. Filippa de Almada, s. g.; e a quarta, na villa de Castello Branco, com Simôa Rebello, que d'elle ficou

viuva muito moça, e fez testamento em Lisboa a 24 de julho de 1570, mandando-se sepultar no convento da Graça, onde jaz junto á pia da agua benta; foi filha de Fernão Velho de Azevedo, Fidalgo da casa e Contador da comarca da Guarda, e de D. Maria Rebello, irmão de Rodrigo Rebello, Fidalgo da casa e Commendador da ordem de Christo, que serviu na India com grande valor em companhia de Affonso de Albuquerque, e foi morto na batalha que este ganhou ao Idalcão; tendo antes feito testamento em um domingo, ultimo dia do anno de 1520 na nau de Braz Teixeira, diante de Calecut.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

4 **Francisco de Sousa Mancias**, que continua.

4 **Diogo de Sousa**, Clerigo e Prior da egreja de Santa Marinha de Lisboa, e se nomeava Fidalgo da casa em varios documentos.

Teve filho illegitimo:

5 **Manuel de Sousa**, Moço Fidalgo, acrescentado a Escudeiro, com 1$800 réis de moradia no anno de 1550 em que passou á India. Teve o casal da Leziria do Ribatejo, pertencente aos priores de Santa Marinha, como capellães da capella de Pedro Salgado, o qual seu pae emprasou, por escriptura de 7 de julho de 1509 feita pelo Tabellião Braz Affonso, á mesma egreja, nomeando a primeira vida em Lopo Mendes do Rio, e este a segunda n'elle Manuel de Sousa, que chamou para a terceira em 1549, a Francisco de Sousa de Menezes, que denomina sobrinho, como filho de Jorge de Sousa, primo co-irmão de seu pae.

Da quarta mulher:

4 **Fernão de Sousa Castello Branco**; um dos mais valentes homens que foram á India, para onde passou em 1547, na nau S. Thomé, e lá serviu em tempo do Governador Jorge Cabral, achando-se com Francisco da Silva de Menezes, Capitão de Cochim, na tomada de Bardala, onde foi ferido e ficou coxo; e no cerco de Ormuz que defendeu D. Alvaro de Noronha. Em 15 de março de 1556, partiu novamente para aquelle estado, despachado com a Capitania de Chaul, e nomeado Embaixador ao imperador da Ethiopia, conduzindo tambem o Patriarcha D. João Nunes Barreto. Ahi se portou de maneira, que era escolhido pelo Vice-rei D. Luiz

de Athaide, para as emprezas de maior importancia, sendo uma d'ellas a defeza do Paço de Mercantar, atacado em 13 de março de 1571 por Idalxa. Voltou da India com sua mulher e um filho, que para lá o tinham acompanhado, e trazendo mais de oitenta mil cruzados de fazenda. Casou com D. Beatriz Corrêa, que se achava já viuva em 12 de março de 1575, dia em que n'esta cidade assignou a escriptura de compra que fez, de uma horta e olival junto á egreja de Nossa Senhora dos Anjos: e em 20 de abril do anno seguinte, dotou uma ermida proxima ás hortas de Santa Barbara, que eram de sua mãe. Foi filha de Fernão Nunes de Azevedo Martins, cidadão honrado de Lisboa e de Virginia Corrêa.

Tiveram filhos.

5 **Jorge de Sousa**, que serviu na India com seu pae. Casou com D. Filippa de Castro, viuva de D. Jorge de Castro, e filha de Jorge Dias, Escrivão da Fazenda do Cardeal Infante D. Affonso. —S. g.

5 **Gonçalo de Sousa.**
5 **João de Sousa.**
} Ambos morreram de pouca edade.

5 **Fernão de Sousa de Castello Branco**, Commendador de S. Vicente da Beira, na ordem de Christo, depois de ter voltado da India, onde se achou com seu pae no cerco de Chaul: passou com El-Rei D. Sebastião á Africa, e sendo captivo na batalha de Alcacere, foi resgatado. Viveu alguns annos em Castello Branco, concorrendo com a terça parte da importancia das obras que se fizeram na capella mór do convento da Graça da mesma villa, com a condição que não seriam enterrados n'ella os herdeiros de Rodrigo Rebello, que para as ditas obras não contribuissem, e isto por escriptura de 18 de abril de 1596. Tambem por outra de 25 de outubro de 1582, vendeu a D. Diogo de Lima umas casas que fez junto á egreja dos Anjos d'esta cidade, e a horta e olival que sua mãe tinha comprado n'esse sitio. Morreu sem filhos, deixando a sua fazenda aos de Gaspar de Sousa, seu cunhado, e a Luiz de Goes Perdigão, por ser casado com sua prima D. Margarida de Eça. Casou com D. Maria de Tavora [1], filha de Alvaro de Sousa, Capitão de Chaul, e de D. Francisca de Tavora.

[1] Fernão de Sousa, dito fidalgo de Santa Barbara, e sua mulher D. Maria de Tavora, fizeram procuração a Antonio de Sousa em 22 de novembro de 1584, na nota de Jeronymo de Bulhão, para outorgar um contracto com a camara de Castello Branco.

Os mesmos prestaram fiança pela mãe d'ella, D. Francisca de Tavora, aos fructos

4 **Manuel de Sousa**, chamado o Fino Macho. Passou á India em 1550, com o Vice-Rei D. Affonso de Noronha; e em 1552 se achou com D. Alvaro de Noronha no cerco de Ormuz, no qual tomou á sua conta um baluarte, que com trinta soldados defendeu valorosamente: depois foi Capitão de Chaul, em que succedeu a seu irmão Fernão de Sousa. Morreu voltando d'aquelle estado no naufragio da nau Santa Cruz, de que era Capitão Belchior de Sousa Lobo. Casou em Evora com D. Maria de Eça, filha de D. Fernando de Eça, Capitão de Cochim, e de D. Guiomar Pacheco.

Tiveram filha.

5 **D. Margarida de Eça**, que El-Rei D. João III mandou recolher ao convento do Salvador em Evora, tirando-a do poder da mãe que vivia mal. Casou duas vezes: a primeira com D. Francisco Pereira, o Chita, que morreu na batalha de Alcacere—s. g.; e a segunda com Luiz de Goes Perdigão, e d'elle foi segunda mulher. —C. g.

4 **Ruy de Sousa.**

4 **Alvaro de Sousa.**

Ambos morreram moços.

4 **D. Joanna de Sousa**, primeira mulher de Gonçalo Mendes Sacoto, Adail Mór do reino, e Capitão de Çafim: famoso nas guerras de Africa. — S. g.

IV **Francisco de Sousa Mancias.** Foi um esforçado cavalleiro, e passou á India por Capitão de uma nau da armada, que saiu da barra de Lisboa em 12 de março de 1509, capitaneada pelo Marechal D. Fernando Coutinho; e chegou a Calecut em 2 de janeiro de 1510, sendo elle o segundo que investiu com o inimigo no desembarque que no dia seguinte ahi houve logar; tendo de se retirar com os mais, pela desastrosa morte do Marechal. Depois achou-se com Affonso de Albuquerque na primeira tomada de Goa, na defeza d'essa ilha contra o Idalcão. Regressado ao reino, voltou áquelle estado em 1516, por Capitão d'outra nau da armada, de que era Capitão Mór João da Silveira, e havendo soffrido muitas tormentas foi naufragar nos baixos de Lazaro, salvando-se elle com toda a gente. Achando-se já

das commendas de Peres e Alcaçova de Santarem, de que tinha mercê, em quanto lhe não vem a bulla; obrigando as casas em que vivem na rua direita dos Anjos, foreiras a Antonio de Azevedo, 100$000 réis de juro na Alfandega, e a quinta da Ferraria em Coimbra, em 2 de outubro de 1627, na nota de André da Costa Machado.

restituido a Portugal, se lhe mandou pagar em 28 de agosto de 1526, nove centos setenta e oito mil tresentos oitenta e quatro réis, que se lhe deviam de pimenta e cravo. Era fallecido em 4 de março de 1559, dia em que para se tratar das partilhas de seus bens, o filho e nora passaram procuração na nota de Jeronymo de Bulhão. Casou com D. Antonia de Menezes, que estava recolhida no convento de Santos, filha de Affonso Telles de Menezes, Alcaide Mór de Campo Maior e Ouguella, e de D. Joanna de Azevedo.

Tiveram filhos.

5 **Jorge de Sousa de Menezes**, que continua.

5 **Antonio de Sousa de Menezes**, que servindo commenda em Tangere, ahi foi morto pelos moiros, sendo seu primo Luiz da Silva, Capitão da mesma praça.

5 **D. Antonia de Sousa de Menezes.** Nasceu em 1537. — S. g.

5 **D. Manuel de Sousa Mancias.** Serviu na India onde se achou no grande cerco de Chaul. Teve mercê de viagem á China, na vagante dos provídos antes de 20 de janeiro de 1584, e por mercê de 21 de março de 1586. Morreu com testamento, deixando o direito da dita viagem, que n'elle não chegou a verificar-se, ao sobrinho Francisco de Sousa de Menezes, o qual, pelo mesmo ser já fallecido, obteve uma provisão em 30 de agosto de 1604, para nomear a referida viagem em quem a fizesse.

V **Jorge de Sousa de Menezes**, Trinchante e Vêdor do Cardeal Infante D. Henrique; Escudeiro Fidalgo da sua casa em 1550, com 1$600 réis de moradia; e com a de 2$000 réis acrescentado a Cavalleiro Fidalgo. Em 10 de outubro de 1555, se lhe passou um padrão de tresentos mil réis de tença, pela quantia de tres contos sete centos e cincoenta mil réis, que emprestára a El-Rei, e que tornou a receber, por haver *reconsiderado*, ficando de nenhum effeito o mesmo padrão como declara a verba de 18 de março de 1563. Sendo embargadas por D. Elena de Lencastre, Commendadeira (em seu nome e no das mais Donas) do convento de Santos, da ordem de Santiago, umas casas que andava fazendo, n'esta cidade ás Alcaçarias, teve alvará d'El-Rei D. Sebastião, em 14 de maio de 1572, para continuar com as mesmas obras. Ainda vivia no reinado do Cardeal Rei, pois nas promessas feitas pelos Embaixadores do Rei de Castella, D. Filippe II, quando pretendeu a successão do reino de Portugal, entrava elle com uma commenda de quatrocentos mil réis, como adiante se dirá: mas já não existia no anno de 1581, segundo se vê de dois mandados de D. Christovão de

Moura, de 22 de junho e de 12 de julho no 1582, para o recebedor das Almandravas do *Algarve*, pagar a seu filho Francisco de Sousa de Menezes as tenças de 70$000 réis e de 180$000 réis, que lhe ficaram pertencendo pelo seu fallecimento. Nasceu em 1530; e casou por escriptura de dote e separação de bens, com D. Maria Jaques, que depois foi terceira mulher de D. Antonio de Castello Branco, senhor de Pombeiro, e morreu com testamento, approvado a 12, e aberto a 15 de abril de 1595, instituindo por elle morgado dos seus bens a favor do filho primogenito. Teve como parte do seu dote, um padrão de setenta mil réis de juro, que devia lograr de 1 de janeiro do anno de 1555, em que casou, mas que sua mãe desfrutou até janeiro de 1564, no qual lh'o cedeu acabando de enviuvar; e ella o vendeu a Luiz Cesar, Provedor dos Armazens, como refere a verba n'elle posta em 18 de outubro de 1582. Esta senhora e seu marido Jorge de Sousa, morador na rua nova d'El-Rei, passaram procuração em 4 de março de 1559, a Vicente Quaresma, Fidalgo de Lagos, para o inventario dos paes, e para desistirem da herança, e sair ella com o seu dote. Foram seus paes, Henrique Jaques e D. Violante de Magalhães.

Tiveram filhos.

6 **Francisco de Sousa de Menezes**, que continua.

6 **Nicolau de Sousa de Menezes.** — S. g.

6 **Bernardo de Sousa de Menezes.** — S. g.

6 **João Rodrigues de Sousa.** Moço Fidalgo, com 1$000 réis de moradia, por alvará de 1554. — S. g.

VI **Francisco de Sousa de Menezes**, 1.º Copeiro Mór: do Cardeal Rei por carta de 18 de setembro de 1579, vencendo cinco moios de cevada de tença com esse officio, por alvará feito em Lisboa a 4 de outubro do mesmo anno, a começar de janeiro de 1580; e d'El-Rei D. Filippe I, por outra de outubro de 1583. Moço Fidalgo, acrescentado a Fidalgo Escudeiro com dois mil e quatrocentos réis de moradia. Alcaide Mór do castello e fortaleza da cidade da Guarda, em sua vida, que vagára pelo fallecimento do sogro, por mercê feita em Almeirim a 26 de janeiro de 1580. Cavalleiro da ordem de Christo, passando-se-lhe em 4 de março de 1583 alvarás para ser armado Cavalleiro na egreja de Nossa Senhora da Conceição d'esta cidade, e para professar no convento de Thomar; e em 20 de dezembro de 1585 carta de quitação dos tres quartos da tença que tinha com o habito. Commendador de Santa Martha de Bornes, no bispado

de Miranda, da qual houve alvará de lembrança para o filho mais velho, em 2 de maio de 1592, e de S. Salvador do Lavra, no bispado do Porto, por portaria feita em Madrid a 24 de abril de 1608, e carta dada em Lisboa a 27 de março de 1610. Com esta Commenda e a outra que já tinha se cumpriu a promessa da de quatrocentos mil réis, feita ao pae, tendo tido só, em quanto ella se não realisou, uma capella que vagára por morte de Martim Cotta Falcão. Em 26 de janeiro de 1579 lhe foi doada uma ermida denominada das Onze mil virgens, em Alemquer, para n'ella fazer a sua sepultura, *allegando não ter onde se enterrar;* e em 13 de novembro de 1594 uma quinta em Nossa Senhora dos Olivaes, termo d'esta cidade; fazendo-se-lhe em 26 de dezembro de 1602 pagamento de onze moios e cinco alqueires de cevada da tença do anno de 1607, no almoxarifado da Malveira. Foi cavalleiro muito dextro no manejo dos cavallos e no exercicio da monteria. Em Salvaterra, andando na dos porcos com o Cardeal Archiduque Alberto, então Governador do reino, aconteceu cair este do cavallo na occasião de estar ás lançadas com uma porca, que vendo-o no chão remetteu contra elle, e o haveria morto se Francisco de Sousa lhe não acudisse, matando-a logo, e livrando-o assim das suas prezas; pelo que o Archiduque se lhe mostrou sempre obrigado e lhe fez muitos favores em quanto governou. Tambem em Castella levou a palma, com admiração geral, a todos os contendores com quem entrou em umas justas em que se achou n'aquelle reino. Teve o prazo do casal da leziria do Ribatejo por nomeação de seu tio Manuel de Sousa, como fica dito. Fundou em 1597 o convento de Nossa Senhora dos Anjos, de frades capuchos da provincia de Santo Antonio, no logar do Sobral de Alverca; reservando o padroado para si e para a sua familia, e fazendo n'elle um jazigo no qual está sepultado. Casou duas vezes. A primeira com D. Angela Henriques, e para com ella se receber fez procuração em Evora, na nota do Tabellião Francisco Sardinha, em 15 de abril de 1575, a D. Francisco de Noronha; e a esta senhora, em 25 de setembro de 1578, se passou um padrão de vinte mil réis de tença, e começando o seu vencimento desde janeiro de 1577, e a teve de seus paes, Fernando da Silva e Menezes, Copeiro Mór do Infante D. Duarte, e D. Leonor Henriques, sua segunda mulher. E a segunda com D. Antonia de Noronha, filha de D. Rodrigo Lobo e de D. Maria de Noronha e Silveira, senhores de Sarzedas.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

7 **Jorge de Sousa de Menezes**, que continua.

7 **D. Maria Henriques**; terceira mulher, em 1617, de D. João Carcamo Fi-

gueiroa. — C. g., á qual pertence hoje a administração do morgado do Braço de Prata.

Da segunda:

7 **Antonio de Sousa de Menezes**, Fidalgo da casa. Cavalleiro da ordem de Christo; passando-se-lhe cartas: em 28 de outubro de 1623, do habito; e em 10 de julho de 1624, para o poder trazer de oiro; e em 15 de outubro de 1648, alvarás de Cavalleiro e de profissão. Commendador: de S. Salvador do Lavra, por alvará de 11 de março de 1626 e carta de 30 do dito mez de 1628; dos dizimos do Paul da Gollegã, por alvará de 18 de maio de 1645; e de S. Martinho de Monsaraz, no bispado do Porto, por carta de 9 de julho de 1670. Principiou este cavalleiro a servir no anno de 1631, indo no de 1634 embarcado na armada que foi ao Porto em busca dos galeões, para com elles ir esperar as naus da India. Em 1635 passou ao Brasil, na de D. Rodrigo Lobo, como Capitão de infanteria, e esteve dois annos e meio militando na cidade de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos, onde em 1638 voltou outra vez na armada do Conde da Torre, achando-se com elle ahi e em Pernambuco nas batalhas que houve por quatro dias defronte da ilha de Itamaracá com os hollandezes, brigando valorosamente no castello de prôa do seu navio, e perdendo o braço direito que lh'o levou uma bala de artilheria; elle o substituiu com um de prata, facto pelo qual ficou conhecido, assim como o sitio dos Olivaes, onde viveu em uma sua quinta proxima ao Poço do Bispo, que ainda hoje se chama *Braço de Prata.* Estando já no reino na occasião da acclamação de 1640, foi nomeado por patente de 11 de janeiro de 1641, Capitão de uma companhia de infanteria que se levantou na cidade de Braga e villas de Guimarães e Barcellos, para servir ás ordens de D. Gastão Coutinho, Capitão General da comarca de entre Douro e Minho. Depois, em 10 de abril de 1642, passou a ser Capitão Mór de Extremoz, indo a Elvas em 1643, quando o exercito esteve para sair a campanha, e em 1644 na occasião do sitio. Em 23 de janeiro de 1645, foi Capitão Mór de Olivença, vencendo soldo de quarenta e seis mil réis por mez pertencente ao titulo de Mestre de Campo, com que governou essa praça por duas vezes até 1652; prestando n'ella grandes serviços. Em 1655, embarcou por Capitão Mór das naus da India, com o Vice-rei Conde de Sarzedas, sendo o primeiro que em Goa entregou os sobejos dos mantimentos das suas embarcações: na volta apenas se demorou quinze dias em Angola, pondo toda a diligencia para com brevidade vir informar o governo do que se passava n'aquelle estado. Logo em 1658 foi para Governador de Campo Maior: e em 18 de março de 1682, nomeado Governador e Capitão Ge-

neral do Brasil, de que tomou posse na cidade da Bahia, aos 3 de maio do dito anno, succedendo a Roque da Costa Barreto, e lá foi morto (antes do anno de 1687) em uma sedição feita pelos habitantes do paiz[1]. Instituiu morgado da sua quinta em Santa Maria dos Olivaes, e do palacio a Santa Apolonia, em 28 de maio de 1683; que nomeou em seu sobrinho Ayres de Sousa de Castro, referido a paginas 173.

7 **D. Marianna de Noronha,** que esteve recolhida no convento de Santos, e d'ahi casou com Pedro de Sousa de Castro, e foram paes de Ayres, acima dito, e de outros filhos; hoje —s. g.

7 **D. Margarida de Noronha,** mulher de Manuel Lobo da Silva, em 1629, —c. g. que se extinguiu no seu terceiro neto João Gabriel Lobo da Silva, Administrador do morgado de Braço de Prata, que tinha vindo a esta linha.

7 **D. Luiza de Noronha,** mulher de Gabriel de Almeida de Vasconcellos, Secretario das mercês em Madrid, reinando D. Filippe III.

VII **Jorge de Sousa de Menezes,** 2.º Copeiro Mór d'El-Rei D. Filippe III por carta de 8 de agosto de 1626, e servirá o officio vindo elle a este reino como o fez seu pae. Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro com dois mil e quatrocentos réis de moradia, já em 29 de janeiro de 1595, dia em que foi dada em Evora uma provisão para Manuel Velho, Thesoureiro da casa real, lhe pagar sete mil réis da mesma moradia, que recebeu em 8 de março d'esse anno. Alcaide Mór da Guarda; Commendador de Santa Martha de Bornes[2], na ordem de Christo, por carta de 30 de setembro de 1616; expedindo-se-lhe antes, em 23 de janeiro de 1609, alvará de Cavalleiro e carta do habito da mesma ordem; e em 7 de agosto de 1610, alvará para n'ella professar no convento de Thomar. No anno de 1621, achou-se com seu pae na Sé de Lisboa, levando o estoque no acto de se

[1] Assim se diz a pagina 101 do tomo I do Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil, etc., por J. G. Milliet de Saint-Adolphe. Trasladado em portuguez, do manuscripto inedito francez, etc., pelo Doutor Caetano Lopes de Moura, 2 volumes; em casa de J. P. Aillaud. Paris, 1845.

Esta obra não tem para mim credito algum, regulando-me pelo facto de fazer succeder no governo da Parahiba do Norte (paginas 209 do tomo II) Amaro Joaquim Raposo a Fernando Delgado Freire de Castilho, isto é, o *successor* de meu pae o senhor Luiz da Motta Feo (que governou aquella capitania de 1802 a 1805) ao *antecessor*. Mais a pagina 264 do tomo I, tratando do Ceará Grande, vem entre os Governadores meu avô Luiz da Motta Feo, *dito Luiz da Mata.*

[2] Esta commenda arrendou elle por cento e vinte mil réis em 14 de março de 1611, na nota do Tabellião Gomes de Abreu.

levantar Rei D. Filippe III; e com o officio de Copeiro Mór teve os cinco moios de cevada de tença, que lhe ficaram pertencendo por despacho de 3 de dezembro de 1616. Morreu em janeiro de 1632, na sua quinta do Sobral, e ahi jaz no convento dos Capuchos. Casou por escriptura de dote de 10 de março de 1610, com D. Violante de Castro, filha de D. Martinho Soares de Alarcão, Alcaide Mór de Torres Vedras, e de D. Cecilia de Mendoça.

Tiveram filhos.

8 **Francisco de Sousa de Menezes**, que deixou o mundo para professar na seraphica ordem de S. Francisco.

8 **Martim de Sousa de Menezes**, que continua.

8 **Luiz de Sousa de Menezes.** Moço Fidalgo por alvará d'El-Rei D. Filippe III, de 30 de maio de 1626; acrescentado a Fidalgo Escudeiro, por outro de 19 de janeiro de 1640 que foi já assignado por El-Rei D. João IV, com a moradia de dois mil e quatrocentos réis, sendo mil réis com o foro, e mil e quatrocentos réis com o acrescentamento. No anno de 1638, embarcou para o Brasil na armada de Francisco de Mello de Castro, e chegando ás ilhas de Cabo-Verde, adoeceu e voltou para o reino: novamente embarcou em outra armada, que foi a Cadix. Em 1641 acompanhou o exercito, e havendo outra vez adoecido recolheu-se á côrte, e só a elle voltou em 1645, indo para o Alemtejo na companhia dos aventureiros, de que era Capitão D. Sancho Manuel, ao diante Conde de Villa-Flor. Assentou depois praça no terço do Mestre de Campo Affonso Furtado de Mendoça, com o qual se achou na saída que fez de Campo Maior para a campanha, e n'ella deu mostras de muito bom soldado. Em março de 1657 foi para Governador de Portalegre, sendo-o ao mesmo tempo de Campo Maior, por ordem do Conde de S. Lourenço; continuando no seu posto de Mestre de Campo, e com o soldo d'elle, de um terço de auxiliares, com o qual marchou depois por Santarem; voltando em 1658 para o exercito, quando elle esteve sobre Badajoz, tendo assim servido na provincia do Alemtejo dois annos, tres mezes e quinze dias. Achando-se em Extremoz, com o melhor de mil homens que levou dos mais luzidos, com elles se incorporou no exercito do soccorro de Elvas, e no ataque das linhas d'essa praça, dado pelo Conde de Cantanhede em 14 de janeiro de 1659, se houve com tão grande valor no rompimento dos quarteis do inimigo, que desamparado da sua gente ao investir um dos fortes, lhe deram com uma bala de mosquete em um braço, de que em breves dias morreu; tendo nascido no Sobral, freguezia de S.

Pedro de Alverca. O discreto e elegante Julio de Mello e Castro lhe fez o seguinte elogio na Historia Panegyrica, livro II, paginas 103, numero 152: —*Perdemos na batalha, além de André de Albuquerque e de Fernão da Silveira, a Luiz de Sousa de Menezes, que egual no valor ao sangue, para fazer-se eterno, todo o explendor que recebeu da sua origem, está depositado na sua memoria.*— Casou com D. Luiza Maria Telles da Silva. Esta senhora tinha um legado deixado por sua tia D. Catharina da Silva, de dois mil cruzados, e para satisfação d'elle e do seu dote lhe vendeu seu pae a ella, já casada, uma quinta que tinha em Sacavem, e em virtude de um alvará pelo mesmo requerido e passado em 20 de março de 1648. Teve pelos serviços do marido cem mil réis de tença e outras mercês para os filhos que adiante se dirão. Consta ser já fallecida em 1663, e que fizera testamento. Era irmã de Affonso Furtado de Mendoça, 1.º Visconde de Barbacena, e filha dos 4.ºs senhores da mesma villa, Jorge Furtado de Mendoça de Castro do Rio e D. Marianna de Vilhena.

Tiveram filhos.

9 **Antonio de Sousa de Menezes**, Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro com dois mil e quatrocentos réis de moradia, Cavalleiro da ordem de Christo, e em 12 de março de 1671 se lhe passaram alvarás de Cavalleiro e da profissão e carta do habito, e já em 30 do mesmo mez do anno anterior havia tido outro alvará de promessa da Commenda de S. Martinho de Monsaraz; fazendo-se-lhe mercê, em quanto n'ella não fosse provido, de setenta mil réis de tença, de que tirou carta de padrão a 28 de setembro de 1673. Em Capitão de infanteria foi para o Brasil, com seu tio o Governador Affonso Furtado de Mendoça. Nasceu em Lisboa, na freguezia de S. João da Praça, e casou na de Santa Justa em 6 de fevereiro de 1678, recebendo-se na ermida de S. Mattheus, com D. Guiomar Francisca Carneiro Freire, nascida na mesma freguezia em 1652[1], á qual, em 1667, se

[1] Era irmã de Luiz Sanches de Baena e Rezende, que nasceu em 1650. Foi Moço Fidalgo em 1655, acrescentado a Fidalgo Escudeiro e Fidalgo Cavalleiro em 1662, com tres mil réis de moradia. Cavalleiro da ordem de Christo, com doze mil réis de tença em 1710. Succedeu a seu pae na commenda de Santa Maria de Vouzella, que trocou em 1695 com seu primo João Sanches de Baena, por uma tença de cem mil réis na alfandega de Lisboa, e em 1678, como parte da compensação do officio de Thesoureiro Mór da Junta dos tres Estados, que se tirou a seu pae, teve um padrão de cento e cincoenta mil réis de tença. Em 1675, embarcou como soldado no galeão S. Thiago Maior, da armada do General Visconde de Fonte Arcada, que andou cruzando nas costas de

fez mercê de um padrão de quarenta mil réis de tença em uma das alfandegas; e poucos mezes depois de casada a matou cruelmente seu marido, sem causa alguma, em 28 de agosto de 1678, no logar de Sacavem onde viviam. Filha de Francisco Sanches de Baena [1], que nas-

Hespanha e Berberia, fazendo encalhar dois navios de moiros em Argel; e de 1678 a 1692 esteve destacado em Cascaes, tambem como soldado do terço do Marquez de Marialva, indo na mesma qualidade em soccorro de Orão. Morreu em Lisboa em 1711, e jaz no convento das religiosas de Vialonga, na capella mór de que era padroeiro. Casou em 1673, com D. Gerarda Francisca Henriques de Noronha, que se achava recolhida no convento do Calvario. Tinha nascido na ilha da Madeira em 1655, e pelo fallecimento de seu irmão D. Jorge Henriques veiu a herdar a casa; morreu em Lisboa em 1733, e sepultou-se no convento da Encarnação. Era filha de D. Francisco Henriques (da casa das Alcaçovas) e de D. Bernardina de Noronha, bis-avós de minha sogra a senhora D. Maria da Piedade de Baena Henriques de Rezende, que nasceu em Lisboa em 1764; succedeu na casa de seus paes, nos trezentos mil réis de ordenado na alfandega de Lisboa, e no titulo de Baroneza de Aldenberg, em Alemanha, que não usou. Morreu em 12 de fevereiro de 1841, e jaz no cemiterio dos Prazeres em mausoléo. (Diario do Governo de Lisboa, a pag. 198; Periodico dos Pobres da mesma cidade a pag. 182; Jornal de Recreio, pag. 56; e o jornal francez l'Abeille a pag. 577, todos do mesmo anno.) Mulher do sr. José Aleixo Falcão de Gamboa Fragoso Van-Zeller, mencionado a paginas 107, com quem se recebeu em 1790.

[1] Foi irmão 3.° de Luiz Sanches de Baena, de quem é o requerimento que aqui damos, unicamente por ter referencia com a historia da acclamação de 1640.

Senhor — Luiz Sanches de Baena, representa a V. A., que João Sanches de Baena, seu Pay, servio nos Lugares de Letras de maior reputação por espaço de 30 annos; comessando na Relação do Porto, prosseguindo na Caza da Supplicação, continuando no Conselho da Fazenda, e acabando no Dezembargo do Paço, procedendo com summa inteireza na administração da justiça; e com particular estudo na limpeza dos procedimentos de que, deixou bôa memoria.

Hera João Sanches de Baena por seus Pays, e Avós, Criado da Serenissima Caza de Bragança, e como tal teve com elle estreita correspondencia o Senr. Dom Duarte, Marquez de Frichila, e Conde de Oropeza, filho da Senr.ª Donna Catharina, Irmão do Senr. Duque D. Theodozio, Avô de V. A., na forma que testemunhão as suas cartas que se offerecem.

E sabendo o Señr. Rey D. João, Pay de V. A. deste tracto mostrou que o dezejava porsseguir e fazer successivo com João Sanches de Baenna escrevendo-lhe na carta de Villa Viçoza em 3 de Fevereiro de 1631, que vai junta, e diz assim. —

«*A noticia, que tenho da obrigação, que nesta Caza temos a Vm., e da correspondencia, que havia entre Vm., e o Senr. D. Duarte meu Thio, que Deos tem, me faz dezejar ter a mesma, vallendo-me do bom animo, que em Vm. se achou sempre para as nossas couzas, que eu em todos os tempos reconhecerei.*»

E sendo couza tão importante a confirmação de seus Estados, logo na mesma carta se quiz valler o mesmo Señr. do seu conselho, diligencia, e industria; entendendo que hera tal a capacidade de João Sanches de Baenna, que para os acertos do seu Serviço

ceu em Lisboa em 1622, Moço Fidalgo em 1655, acrescentado a Fidalgo Escudeiro em 1660, e a Fidalgo Cavalleiro em 1662, com tres mil réis de moradia; Commendador de Santa Maria de Vouzella na ordem de Christo, em 1663; Thesoureiro Mór da Arca da Junta dos Tres Estados em 1650, e desde esse anno até ao de 1662 deu contas de 3.559:225$214 réis em dinheiro, além de oitocentos vestidos de munição e de outros objectos, do que se lhe passaram as competentes quitações em 1653, 1658 e 1668; tendo depois a propriedade do mesmo officio, que lhe foi tirado em consequencia de um assento de côrtes, e demandando a corôa lhe foram julgados trezentos mil réis por anno, que era o equivalente do ordenado. Serviu de Thesoureiro Mór do reino seis annos, por alvará de 1655. Embarcou como soldado

teria prudencia e cuidado e simulação, que isto importa a concluzão da mesma Carta que diz o seguinte.

«*Estimarei, que me dê seu parecer dizendo-me aforma em que isto sedeve fazer; e se-«julgar que deve ser por carta, folgarei que Vm., me mande uma copia della, porque como «póde ter alguas clauzulas, será bem que vamos advertidos dellas; e havendo necessidade de «informar-se Vm. de outras pessoas, fio da bôa manha de Vm., que o fará com todo o re-«cato, que convem.*»

E assentada esta correspondencia, continuou João Sanches de Baenna no Serviço do dito Señr., com tal prestimo, cuidado, e zelo, que merecêo de sua Grandeza repetidas confissões de obrigado, e reiteradas promessas de agradecido; e sobretudo merecêo, que o mesmo Senhor se humanasse tanto com a sua pessoa, que nem houve occasião de pezar, em que não se alternassem os avizos, nem successo degosto, que não mutuassem as gratulações: como tudo mais altamente se mostra das mesmas Cartas que se aprezentão.

E chegou atal extremo o bom serviço de João Sanches de Baenna, com o dito Señr., e foi tão experimentada a sua fidelidade, e o seu animo, que lançando-se a primeira pedra no Edificio da sua Acclamação, quiz o mesmo Sr., que João Sanches de Baenna fosse o primeiro Artifice mandando; e em segundo, que João Pinto Ribeiro, lhe désse a primeira noticia, e seguisse o seu parecer, mandando-o chamar á banda d'allem.

De maneira, que servio ao dito Señr. em todos os acontecimentos, e por todas as partes porque lhe servio a Caza a pessoa e a fortuna; e fazia tanto cazo o Señr. Rey D. João de fidelidade delle João Sanches, que em quanto vivêo, que forão quatro annos depois de sua feliz acclamação, se lhe encarregou todo o negocio da inconfidencia, que n'aquelle tempo não sepassavão nenhuas cartas para Castella para os negocios dos Vassallos de uma e outra Corôa, que não fosse por registro seu, e por essa razão foi o primeiro condemnado em Castella por traidor como he notorio.

De todos estes Serviços não pedio João Sanches algua satisfação em quanto vivêo, tendo tão bons valledores, nestas Cartas, para aspirar a um augmento tão consideravel, que servisse de Padrão honroso em que seus filhos tivessem eterna memoria de sua pessoa, e illustre exemplar de suas acções.

na armada que em 1644 foi ás ilhas dos Açores em procura da frota da India, e achou-se tambem em Elvas quando o Marquez de Torrecusa a pretendeu sitiar; por estes serviços se lhe fez mercê, em 1655, do habito da ordem de Christo com vinte mil réis de tença, e de trinta mil réis de pensão na Commenda de S. Pedro das Aguias. Morreu em 1674, e sepultou-se no convento das religiosas de Vialonga; e de D. Marianna de Rezende, com quem casou em 1647, nascida em Lagos, e fallecida em Lisboa em 1662, sepultando-se no convento de S. Domingos de Bemfica: irmã de João Duarte de Rezende, Fidalgo da casa e Guarda Mór da Torre do Tombo. Não houve successão do casamento, porém sim illegitima; pois em Maria de Araujo Pereira, natural da Bahia, filha de Domingos Dias e de Maria de Araujo,

Acha-se Luiz Sanches de Baenna successor da caza de seu Pay, sem nenhuma mercê, e como athe agora não sahirão a publico aquellas Cartas, Alvaras de lembrança de summa estimação, os appresenta a V. A., esperando da sua Grandeza, o seu desempenho, e neste o seu requerimento com as pertenções seguintes:

Teve Pedro Alvares Sanches, seu irmão amercê duma Commenda de 100$ réis de Lote, e de 40$ réis de Tensa effectiva, em quanto não fosse provido nella e nada chegou a ter effeito.

Servio o mesmo Pedro Alvares Sanches, nos Lugares de Letras vinte e um annos, comessando pela Rellação do Porto, em que entrou por Dezembargador, em 14 d'Agosto de 641, e continuando na Caza da Supplicação, em que entrou em 27 d'Outubro de 642, em que fallecêo; e em todos estes postos, e Tribunaes servio como pedia a sua obrigação, e a sua qualidade, e pela Sentença da Justificação que vai junta consta pertencer a Luiz Sanches de Baenna o direito da mercê, e satisfação dos Serviços.

Manoel Quaresma Carneiro Freire, Thio de Luiz Sanches, e irmão de sua May, servio vinte e dous annos a Coròa deste Reino, nas Armadas de Portugal, do Brazil, em Flandes, e na India, sendo Capitão de hum Galeão de alto bordo, nas occaziões das Batalhas Navaes, que houve naquelle Estado com as Náos Olandezas, e Inglezas, e sendo cabo do soccorro, que se entroduzio no Arraial de Pernambuco.

E depois foi Capitão General da Praça de São Thomé, servindo em todos os postos militares, e politicos com particular vallor, e summo zelo, no qual Governo servio cinco annos, e nelle morrêo no Serviço de V. A., e pela Sentença de Justificação lhe pertence ao dito Luiz Sanches este Serviço.

E Sobre tudo, por sua propria pessoa, servio Luiz Sanches de Secretario do Dezembargo do Paço perto de cinco annos, accudindo aos maiores negocios commettidos ó seo cuidado, no tempo em que V. A. entrou no Governo deste Reino, com estudiozo cuidado, e expedição, e segredo, e assim, se acha capaz por seus Serviços, e pelos de seu irmão, e de seu Pay, e Thio, que V. A., lhe faça mercê, em remuneração delles: —P. a V. A., que em consideração e premio dos taes Serviços, lhe faça mercê de huma Commenda de 200$ réis para seu filho mais velho, e de 150$ réis de pensão nos Bispados para seu filho segundo: E R. M.ce

Teve filhos.

10 **Pedro de Sousa de Menezes**, Moço Fidalgo por alvará de 27 de fevereiro de 1702, acrescentado a Fidalgo Escudeiro e Cavalleiro por outro de 28 do dito mez e anno, com dois mil cento sessenta e seis réis e tres ceitis por mez de moradia, sendo mil réis de foro e mil cento sessenta e quatro réis e um ceitil dos acrescentamentos. Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença, expedindo-se as portarias para lhe lançarem o habito, uma em 15 de março de 1702, e outra com salva em 15 de janeiro de 1707, procedendo-se ás habilitações de sua pessoa, que foram approvadas pela Meza da Consciencia e Ordens em 9 de outubro de 1709. No anno de 1702 passou á India, indo por Capitão de uma companhia da nau S. Pedro Gonçalves, e chegou a Goa a 29 de setembro do mesmo anno. N'aquelle estado serviu oito annos, sendo Capitão de infanteria das portas da cidade de Damão; depois Capitão Tenente da corôa; e ultimamenfe Capitão de Mar e Guerra, posto em que falleceu. Nasceu em Lisboa, e foi baptisado na freguezia do Sacramento a 7 de fevereiro de 1678[1]. Casou em Goa em 1710 com D. Maria de Seixas Cotta Falcão, que ali nasceu em abril de 1679, na freguezia de Santo Estevão, e morreu na de Santa Engracia em Lisboa a 15 de fevereiro de 1751[2]; já estavam recebidos em 17 de março d'esse anno, dia em que a elle se passou carta da Capitania Geral da cidade de Macau, que n'ella tinha renunciado por alvará de 10 de março de 1693, seu tio, irmão da mãe, Lançarote de Seixas Cabreira, Fidalgo Cavalleiro da casa real, Cavalleiro da ordem de Christo, habilitado pela Meza da Consciencia e Ordens, em 21 de março de 1698, e Capitão General dos rios da cidade de Goa,

[1] É muito singular o facto de alguem no dia immediato ao seu casamento ir baptisar um filho illegitimo.

[2] Falleceu n'esta cidade, em casa de seu genro o Desembargador Gaspar Ferreira Aranha, Vereador do senado da camara d'esta cidade, no dia 15 do corrente, em edade de 72 annos não completos, a senhora D. Maria de Seixas *Cotafalcam*, viuva de Pedro de Sousa de Menezes, Fidalgo da casa real; senhora dos morgados dos Cottas de Sacavem e Coruche, e do de Rebellos no reino do Algarve. Nasceu na cidade de Goa no mez de abril de 1679, e veiu d'aquelle estado para este reino no de 1729; foi sepultada no jazigo da antiquissima familia dos Cottas, de que era legitima descendente: e seu marido Pedro de Sousa de Menezes era filho legitimo de Luiz de Sousa e Menezes, da casa dos excellentissimos Condes Copeiros Mores.

Supplemento á Gazeta de Lisboa, quinta feira 25 de fevereiro de 1751, pag. 159. —*N. B.* N'este artigo ha uma omissão: depois da palavra filho, falta dizer —de Antonio de Sousa de Menezes e neto—

na ausencia do Conde de Villa Verde e por sua nomeação. Era esta senhora filha herdeira de Jacintho Ribeiro de Carvalho, Cavalleiro da mesma ordem habilitado em 22 de março de 1684, Contador da Matricula Geral de Goa, em 1687, e Corretor Mór da alfandega de Dio, e de D. Brites de Seixas Cotta Falcão Rebello, da qual foi primeiro marido[1]; ambos naturaes da cidade de Jafanapatão na ilha de Ceilão. Está sepultada na egreja matriz do logar de Sacavem.

[1] D. Brites de Seixas Cotta Falcão Rebello, casou segunda vez com Pedro da Cunha, natural de Thomar, Cavalleiro da ordem de Christo, que passou á India e lá serviu : de Capitão da casa da polvora em Goa; de Capitão de mar e guerra e da fortaleza de Mormugão; e ultimamente em Almirante da costa do norte: falleceu no mesmo estado —c. g. Adiante mencionaremos alguns dos seus descendentes.

Filha de:

D. Catharina Falcão, natural de Jafanapatão, que teve por irmão a Jacinto Cotta Falcão, que por carta de 14 de dezembro de 1650 houve a Capitania de Mombaça e costa de Melinde, na vagante dos providos em 14 de janeiro de 1611, na qual seu pae se tinha encartado e não a chegou a gosar, pelo que n'elle a renunciou em virtude da mercê que para esse effeito tinha, dada em 11 de março de 1640; e de Francisco de Seixas Cabreira, Cavalleiro Fidalgo da casa d'El-Rei D. Filippe II, Cavalleiro da ordem de Christo com vinte mil réis de tença pagos na India, e se lhe expediram em 10 de janeiro de 1640 os alvarás para ser armado Cavalleiro e para professar, e a carta para lhe ser lançado o habito, tudo n'aquelle estado; e em 7 de fevereiro d'esse anno o padrão; depois teve uma pensão de cincoenta mil réis em Commenda, além do acrescentamento de duzentos réis mais na moradia do seu fôro, por mercê de 18 de março e alvará de 20 de junho de 1655. Conselheiro do estado da India, para que foi despachado pelo seguinte diploma: — «Eu «ElRey Faço saber aos que esta minha provizão virem, que tendo respeito aos postos de «Capitão mór, que Francisco de Seixas Cabreira, Fidalgo de minha casa, tem occupado «por muitas vezes no Estado da India desde o anno de 623 que nelle serve, e por meyo «de seu valor se alcançárão grandes victorias e bons successos contra os inimigos, e sen«do chamado pelo Conde das Sarzedas, Vice Rey, ao Conselho do governo, nas occa«sioens em que havia de propôr materias de importancia, dar mostra da larga experien«cia que tinha adquirido *nos descursos* de tantos annos e cargos que teve de guerra. Em «consideração de tudo e do mais que por sua parte se me representou: Hey por bem de «lhe fazer mercê de hum logar de Conselheiro da India, com declaração que não será «admittido a elle sem primeiro mostrar que não está culpado. Pelo que mando *esta* de «que se lhe passou a dita provizão ao mesmo Francisco de Seixas da mercê referida, a «qual provizão foi feita por Pascoal de Azevedo, sobrescrita por Manoel Barreto de Sam«paio. E assignada por El Rey aos 23 de Março de 1666. E se passou por tres vias. — Ar«chivo da Torre do Tombo, livro 7 de Chancellaria, paginas 113 v.» Serviu desde 1623 até 1670, achando-se com seu pae na conquista da ilha de Ceilão. Capitão de Mombaça pela renuncia de Fernão Martins Tibau, e exerceu esse cargo por duas vezes. Capitão Mór do reino de Jafanapatão por seis annos, com faculdade de em vida ou por sua morte nomear essa capitania nas irmãs; e nas vagantes dos providos antes do dia 5 de ia-

Tiveram filhos.

11 **D. Clara Maria de Sousa Cotta Falcão de Menezes**, que continua.

11 **Jorge de Sousa de Menezes**, Moço Fidalgo por alvará de 10 de julho de 1719. Morreu de poucos annos em Goa, sua patria.

neiro de 1635, em que tambem se lhe fez mercê da do porto de Belegão por quatro annos, e não houve effeito pelo inimigo a ter tomado; tudo por cartas de 12 de março de 1636 e de 20 d'esse mez de 1651. Capitão Mór do soccorro a Ceilão e da armada que em 1642 se fez em Jafanapatão. Capitão de Negapatão, e ultimamente de Pangim por seis annos, por estar pobre e velho, nas vagantes dos providos antes de 30 de dezembro de 1668, por cartas de 1 e de 8 março de 1670. El-Rei D. João IV, depois da sua acclamação, lhe escreveu uma carta de agradecimento pelos seus serviços, datada de Evora a 16 de outubro de 1643, á qual se refere o seguinte documento: — «Conde «Vice-rei da India amigo. Eu El-Rei vos envio muito saudar como aquelle que amo. «Havendo visto o que em carta de 21 de dezembro de 642 me significastes ácerca dos «procedimentos de D. Filippe Mascarenhas, D. Antonio Mascarenhas seu irmão, e Fran«cisco de Seixas Cabreira, na conquista de Ceilão, ouve por bem de lho mandar agra«decer pelas cartas que com esta vão e lha fareis remetter, de que vos quiz avisar para «o terdes entendido. Feita em Evora a 16 de outubro de 1643. — Rey. — Para o Vice«rei da India. — Segunda via. — Archivo da Torre do Tombo, livro 53, a folhas 15 dos «Documentos remettidos da India.» No codicillo com que morreu, feito por mão do padre Frei João da Natividade, seu confessor, em o Bandel de Nossa Senhora de Guadalupe aos 12 de junho de 1670, approvado pelo Tabellião Donato de Moraes, declara ser natural de Malaca, que fizera testamento e estava em Madras, nas mãos de sua mulher já referida, D. Catharina Falcão. Foram seus paes Lançarote de Seixas e D. Maria Telles, nascida em Ceilão: elle Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei D. Filippe I, com mil trezentos setenta e cinco réis de moradia por mez e alqueire de cevada por dia, como consta da Ementa da Casa da India, para onde foi na armada que partiu para aquelle estado em 13 de abril de 1595. Serviu na conquista de Ceilão, tanto em cargos militares como politicos, e em Védor d'essa rica ilha, que exercia em 20 de fevereiro de 1622. Recolhido a Goa foi Provedor Mór do Contos da India. Em remuneração dos seus serviços requereu a El-Rei, para seu filho Francisco de Seixas, uma capitania, o habito de Christo, e o foro de Fidalgo Cavalleiro, em consequencia da mudança de qualificação dos Filhamentos que tinha feito El-Rei D. Sebastião: as duas primeiras graças foram concedidas ao filho, mas a do foro só veiu a verificar-se no neto, Lançarote de Seixas Cabreira, mencionado a paginas 316, sendo-lhe passado alvará de Fidalgo Cavalleiro, na casa de El-Rei D. Affonso VI, a 17 de março de 1682. Existem nos documentos remettidos da India, que se acham no Archivo da Torre do Tombo, duas cartas regias, uma de 15 de abril de 1628, no livro 25, paginas 131, e a outra de 14 de fevereiro de 1629, no livro 26, paginas 556, ambas dirigidas ao Vice-rei d'aquelle estado, D. Fernando Mascarenhas, para ser consultada e informada a pretensão para com El-Rei, que deixamos relatada. Nasceu em Torres Vedras: irmão segundo de Sebastião de Almeida de Seixas, Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei D. Filippe II, e o era em

11 **D. Clara Maria de Sousa Cotta Falcão de Menezes**; que succedeu a sua mãe nos morgados dos Cottas em Sacavem (que era a quinta dos Coruchéos), e em Coruche, e nos dos Rebellos do Algarve. Nasceu em Goa, e lá foi baptisada na sé a 3 de fevereiro de 1711; passando ao reino com seu marido, morreu em Lisboa a 18 d'abril de 1769, e está sepultada na egreja de Nossa Senhora do Monte

1602, Cavalleiro da ordem de Christo, Capitão Mór de Torres Vedras, Procurador em côrtes pela mesma villa no anno de 1641, quando foi jurado Rei, depois de acclamado, D. João IV. E 5.º Administrador do morgado de Palhacana, no termo da referida villa, instituido por seu terceiro avô Alvaro de Seixas, Fidalgo honrado, e Lente de vespera de canones na universidade de Lisboa, por seu testamento feito a 25 de outubro de 1477, n'esta cidade, onde jaz sepultado na egreja do convento das freiras do Salvador. Continuou o mesmo morgado na descendencia de Sebastião de Almeida e Seixas, até Pedro Corrêa de Almeida e Menezes, seu quarto neto, e d'elle 9.º Administrador, que falleceu — s. g.; sendo denunciado o morgado á corôa, dando logar a uma porfiada demanda, e depois de vinte e dois annos foi julgada ao meu honrado sobrinho Simão Cotta Falcão Aranha de Sousa e Menezes Rebello da Orta, como descendente de Lançarote de Seixas, irmão já dito d'elle Sebastião de Almeida e Seixas. Ambos tiveram por seus paes a Francisco de Seixas, 4.º Administrador do morgado de Palhacana, e a Leonor de Almeida. Viveu elle em Torres Vedras, e em sua casa se refugiou o senhor D. Antonio, Prior do Crato, logo depois de derrotado na ponte de Alcantara, e lá esteve abrigado pela acrisolada e honrada fidelidade portugueza, que as maiores offertas não corrompe, como então se viu, até á sua retirada para França, que effectuou por mar. Por este facto foi criminado, saqueada a sua casa, e levado preso para Badajoz por ordem de El-Rei D. Filippe I; passados annos lhe restituiram a liberdade e os bens, soffrendo grande perda e diminuição o seu patrimonio.

Neta de:

Martim Cotta Falcão, que passou á India na armada de 1596, e n'aquelle estado se achou na conquista da ilha de Ceilão, onde militou valorosamente. Em 1617 foi mandado pelo Vice-rei ao reino do Pegú, com o titulo de Capitão Mór, a negocios de importancia, e com ordem para receber os portuguezes que lá se achassem. Teve mercê da capitania da fortaleza de Mombaça e costa de Melinde por tres annos, na vagante de 14 de janeiro de 1611, de que tirou os despachos e não chegou a gosar, pelo que houve faculdade, por carta de 11 de março de 1640, de a poder testar ou renunciar no filho, como fica já mencionado a paginas 317. Em 1630 teve o cargo da fortaleza do Caes dos Elephantes, no reino de Jafanapatão, que serviu pontualmente até 1634; e no anno seguinte partiu para o da Enseada em execução dos effeitos que se lhe commetteram, indo por Capitão Mór de algumas embarcações, aprestando uma d'ellas por sua conta. El-Rei lhe confirmou a mercê que o Vice-rei D. Jeronymo de Azevedo lhe tinha feito de uma das viagens que se fazem de Negapatão para o porto de Taranja: era já fallecido em 1651; e natural da cidade de Lagos, onde se chamou Martinho de Orta. E de D. Angela da Silva, com quem casou em Jafanapatão, nascida em Cochim, e filha de João Gomes da Silva.

do Carmo. Tinha casado n'aquella cidade, recebendo-se na egreja do recolhimento de Nossa Senhora da Serra, em 16 de janeiro de 1729, com Gaspar Ferreira Aranha, Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei D. Pedro II, a que foi acrescentado de Escudeiro Fidalgo por alvará de 17 de setembro de 1696. Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença, expedindo-se em 30

Bisneta de:

Maria Corrêa e de Estevão Rebello de Orta, com quem já estava casada, como se vê do testamento de sua mãe, feito em Sacavem a 19 de novembro de 1573, no qual ella diz: «que sua filha Maria Corrêa, mulher de Estevão Rebello, no Algarve já tinha «sido paga do seu dote», Fidalgo da casa de El-Rei D. Sebastião, Cavalleiro da ordem de Christo, Provedor das almandravas do Algarve, por carta dada em Lisboa a 3 d'abril de 1566, mudando-se para esta denominação, por uma apostilla lançada na mesma carta, a que anteriormente tinha de Feitor; e tambem por esta carta lhe fez o mencionado Rei mercê do officio de Juiz da alfandega de Lagos. Administrador do morgado que instituiu por testamento, e com encargos na Misericordia da dita cidade, o tio Antonio Rebello, irmão de seu pae, o qual n'elle o nomeou. Filho de Rodrigo Rebello, Fidalgo da casa d'El-Rei D. Manuel, com mil e cem réis de moradia, no anno de 1518. Feitor das almandravas do Algarve, por carta d'El-Rei D. João III dada em Evora a 12 de março de 1537. Serviu em Africa, sendo moço. Casou com Joanna de Orta, filha de Pedro Lopes Batevias, Cavalleiro da casa d'El-Rei D. Manuel, e Feitor das almandravas do Algarve, e de Isabel de Orta, filha de Pedro de Orta, natural do reino de Aragão, que veiu para Portugal seguindo a parcialidade da Princeza D. Joanna, dita a *Excellente Senhora*; neta de João Gonçalves Batevias, Cavalleiro da casa d'El-Rei D. Affonso V, e seu Almoxarife em Lagos, que lhe deu oito mil réis de tença em cumprimento d'um alvará de casamento, por carta feita em Cintra a 11 de fevereiro de 1472, e foi o primeiro Feitor das almandravas do Algarve, por ser quem inventou a pescaría dos atuns e estabeleceu as armações no dito reino; neto d'Estevão Rebello, 1.° Alfaqueque Mór de Portugal, por carta d'El-Rei D. Affonso V, dada em Lisboa a 26 d'abril de 1478, e n'ella se diz — esguardando nós a longa criação que temos feito em — e confirmada por outra d'El-Rei D. João II, em Evora, a 25 de junho de 1482, Fidalgo da casa dos ditos senhores. Instituiu morgado na descendencia de seus quatro filhos, das herdades de Pereira no Deseixa, e de Val de Telha com sua parte da charuada e arneiro, e determina se faça uma capella com a invocação de Santo Antonio, em Santa Maria da Graça, na cidade de Lagos, na qual se manda lançar elle e sua mulher; e o resumo d'esta instituição está na Torre do Tombo, livro IV das Capellas da corôa, paginas 264 v.; e tambem n'esse livro, paginas 253 v., se acha outra instituição e annexação ao dito morgado de duas quintas: uma no contio da Rapozeira, onde está a egreja de Nossa Senhora de Guadalupe, e outra no do paúl de Lagos, que comprou a Diogo da Fonceca, e todas as terras que tem no cabo de S. Vicente, feita por seu bisneto Vicente Rebello, Commendador de S. Salvador de Serrases na ordem de Christo e Alfaqueque Mór d'estes reinos de Portugal, em seu testamento escripto na cidade de Lagos, estando presente D. Brites do Rio, sua mulher, por Martim Fernandes, clerigo, aos 19 de dezembro de 1597. E de Ignez Gonçalves Batevias; d'ella ficou por testamenteiro, e era filha de Rodrigo Affonso Batevias e de Mór da Cunha, irmã de Gil

de março de 1722 os alvarás para n'ella professar e ser armado Cavalleiro e a carta do habito; e em 31 de janeiro de 1730 o padrão da tença. Familiar do santo officio por carta de 24 de julho de 1745, e 5.º Administrador da capella de Nossa Senhora do Rosario, que aboliu por insignificante: seguiu os logares de

Simões, que a chama depois dos varões para a successão do morgado que instituiu em Lagos, e se póde vêr a paginas 262 v. do livro que deixámos mencionado.

Terceira neta de:

Gaspar Cotta Falcão, Cavalleiro Fidalgo com mil e quatrocentos réis de moradia, a que foi acrescentado de Escudeiro Fidalgo e de Moço Fidalgo, nas casas de El-Rei D. João III, do Infante D. Henrique, em 1553, de quem foi tambem Thesoureiro e Escrivão da matricula, e do Infante D. Luiz, em 1554. Succedeu a seu pae no officio de Juiz das sisas da villa de Coruche e Erra por mercê de 1540, e nos morgados que elle administrava, e lhe annexou varias courellas nos ditos coutos; fez a capella na egreja de Sacavem, com jazigo para si e seus descendentes, onde foi sepultado, e com obrigação de missas, como tudo consta do seu testamento feito e approvado na quinta dos Coruchéos, no mesmo logar de Sacavem, aos 9 de setembro de 1564; n'elle declara as instituições dos vinculos do morgado, que fizera seu pae e avô, e que servira a tres Reis, D. Manuel, D. João III e D. Sebastião, sem remuneração dos seus serviços, que deixou ao filho Martim Cotta Falcão, que foi quem instituiu em morgado a dita quinta dos Coruchéos, e na descendencia d'elle andaram todos os vinculos da sua familia até outro Martim Cotta Falcão, seu neto, que casou pela escriptura a mais extraordinaria, feita no anno de 1640 na casa d'elle, que ainda hoje existe, e é a do pateo, a S. Thomé, com D. Ignez Soares de Mello, de quem viveu apartado muitos annos, e ella entrou para o recolhimento de S. Christovão d'esta cidade; filha de Diogo Soares, Secretario de estado do conselho de Portugal em Madrid, e de sua terceira mulher D. Antonia de Mello, filha de Miguel de Vasconcellos de Brito Barbosa, que foi morto no dia da acclamação. Ficando s. g. fundou a sachristia do convento dos arrabidos de Nossa Senhora da Azoya, além da barca de Sacavem, que ornou com tres pinturas, e fez jazigo onde foi sepultado, fallecendo em 1683 com testamento feito a 9 de setembro. Por sua morte ficou extincta a linha de Cottas, e para succeder nos referidos morgados se habilitou Lançarote de Seixas Cabreira, que não chegou a entrar na posse d'elles, pois só foram julgados em 1704 a sua irmã D. Brites de Seixas Falcão, assim como os dos Rebellos do Algarve, e na descendencia d'ella andam. E de D. Maria Corrêa, filha de Ruy Martins de Sequeira e de Ignez de Andrade.

Quarta neta de:

Martim Cotta Falcão, Cavalleiro da casa de El-Rei D. Manuel, que por occasião de ir ficar na sua casa em Coruche, lhe fez mercê da capella dos Cavalleiros, na egreja de S. João Baptista da dita villa, em tres vidas, por alvará de 6 de junho de 1510, confirmado por outro de 20 de novembro de 1529. Juiz das sisas de Coruche e da Erra por

lettras, para o que leu no desembargo do paço em 1718[1] e foi Juiz de Fóra de Coruche, por carta de 23 de janeiro de 1719. Desembargador da Relação de Goa, Ouvidor Geral da provincia do norte, Procurador da fazenda e estado da India, por carta de 24 de fevereiro de 1722, e n'esta occasião houve oitenta mil réis de ajuda de custo por provisão de 14 do seguinte mez de março. Desembargador da casa da supplicação por carta de 13 de novembro de 1729, e Ouvidor do crime da mesma casa por outra de 22 de agosto de 1738. Vereador do senado da camara de Lisboa por carta de 22 de novembro de 1740, e n'elle serviu muitos annos de Presidente. Juiz Conservador da casa da moeda d'esta cidade por outra de 23 de julho de 1758. Nasceu em Santarem, sendo baptisado na egreja do Salvador, em 26 de fevereiro de 1690: falleceu em Lisboa a 6 de março de 1763 e foi sepultado no adro da egreja de Santa Marinha, da qual já hoje não ha o menor vestigio. Filho de Simão Aranha Ferreira, Cavalleiro Fidalgo da casa do referido Rei, a que foi acrescentado de Escudeiro Fidalgo por alvará de 9 de fevereiro de 1694. 4.º e ultimo proprietario do officio de Almoxarife do paúl de Asseca por carta de 17 de maio de 1675, que renunciou em virtude do alvará que para isso teve aos 20 de julho de 1714, e o dito officio havia sido dado, por carta de 3 de março de 1579, pelo Cardeal Rei D. Henrique, a Francisco Petis Aranha, seu terceiro avô, Cavalleiro Fidalgo, por acrescentamento de Escudeiro Fidalgo, da casa do mesmo Rei e Moço da Camara de El-Rei D. Sebastião. 4.º Administrador da capella de Nossa Senhora do Ro-

carta de 24 de setembro de 1498. Succedeu na administração do morgado a seu pae, e lhe annexou outras courellas. Jaz sepultado no alpendre da capella do Espirito Santo da mesma villa, em sepultura rasa com campa, e n'ella o seguinte letreiro: — Aqui jaz Martim Cotta Falcão, Fidalgo de linhagem e de cotta de armas.— E de Catharina Fernandes, natural de Montemór-o-Novo.

Quinta neta de:

João Cotta, Escudeiro Fidalgo da casa de El-Rei D. Affonso V com mil oitocentos e quarenta réis de moradia. Achou-se nos cercos de Arzilla e de Tangere, e na batalha de Toro: viveu em Coruche, onde deu principio á instituição dos morgados d'esta casa. E de D. Catharina Falcão, sua prima, filha de Vasco Fernandes Falcão.

[1] Gaspar Ferreira Aranha, natural de Santarem, bom estudante, leu por cinco bem, e por dois muito bem, em 18 de novembro de 1718, foi dispensado, serviu de Juiz de Fóra de Coruche provido em Desembargador da India.

Archivo da Torre do Tombo, livro da Leitura dos Bachareis, paginas 319 v.

sario no convento dos religiosos da ordem de S. Domingos, em Santarem. Fez varios embarques como soldado voluntario nas armadas de guarda costa, e em attenção aos seus serviços lhe deu El-Rei D. Pedro II uma tença de trinta mil réis para sua filha D. Joanna de Sequeira, por portaria de 21 de março de 1687, assignada por Pedro Sanches Farinha, Secretario das mercês. E de D. Maria Euphrasia de Sequeira, com quem casou aos 3 de janeiro de 1680 na freguezia de Santo Estevão de Alfama d'esta cidade: elle natural de Santarem, baptisado a 4 de junho de 1654 na egreja parochial do Salvador, e ella a 12 de dezembro de 1660, em Lisboa, na de S. João da Praça.

Tiveram filhos.

12 **Simão Aranha Cotta Falcão de Sousa e Menezes**, que continua.

12 **Rodrigo Aranha Cotta Falcão de Sousa e Menezes**, Bacharel em leis pela universidade de Coimbra. Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença por padrão de 12 de maio de 1746. Sargento Mór graduado de cavallaria, sendo Capitão por mercê d'El-Rei D. José, do anno de 1762, por ter levantado na occasião da guerra uma companhia de cavallos á sua custa. Em 7 de janeiro de 1774 se lhe passou uma provisão e a seu irmão, de confirmação de compromisso a respeito dos bens que ficaram por fallecimento de sua mãe. Nasceu n'esta cidade, foi baptisado em fevereiro de 1735 na egreja do Paraizo, freguezia de Santa Engracia, e morreu em 1790. Casou com D. Ursula Isidora Marianna Galvão de Sá, filha herdeira de Francisco Galvão da Fonseca, Cavalleiro da ordem de Christo, Desembargador, Vereador do senado da camara d'esta cidade e Provedor Mór da saude da côrte e reino; e de D. Luiza Josefa de Sá e Puga.

Tiveram filhos.

13 **Miguel José Galvão Aranha de Sousa e Menezes**, Moço Fidalgo da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 30 de março de 1803. Capitão no regimento de cavallaria do Caes por patente de 1797, por ter levantado á sua custa uma companhia de cavallos. Já fallecido.

13 **Gaspar Filippe Galvão Aranha de Sousa e Menezes**, Moço Fidalgo

da casa da Rainha D. Maria I por alvará da mesmo dia e anno. Entrou para a ordem de S. Thiago, habilitando-se em 23 de dezembro de 1791, recebendo o habito no convento de Palmella a 15 de março de 1792, e professando n'ella passado dia e anno como consta da mesma habilitação, que se acha na Torre do Tombo, ordem de S. Thiago, lettra G, maço 2, num. 5. Secularisou-se depois, e com licença do Principe Regente assentou praça e foi Cadete no regimento de cavallaria do Caes em 1799, sendo depois reformado em Tenente. Morreu em 16 de junho de 1830.

13 **Manuel Galvão**, falleceu de pouca edade.

13 **D. Maria do Carmo Galvão Aranha de Sousa e Menezes**, Açafata da Rainha D. Maria I; serviu no quarto da senhora Infanta D. Maria Francisca de Assis na côrte do Rio de Janeiro, e acompanhou a mesma senhora a Madrid por occasião do seu casamento, vindo depois para o da Princeza viuva D. Maria Francisca Benedicta, e fallecendo esta senhora recolheu-se ao paço da Ajuda, onde morreu com testamento em 21 de dezembro de 1838.

13 **José Francisco Galvão Aranha de Sousa e Menezes**, Fidalgo Capellão da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 4 de abril de 1803. Freire capitular da ordem de S. Bento d'Aviz, habilitado em 20 de maio de 1796. Beneficiado da mesma ordem em Santa Maria de Beja; o que tudo consta dos livros da ordem, lettra J, maço 4, num. 84, no citado Archivo. Entrou no noviciado a 13 de dezembro d'esse anno, e professou a 18 do dito mez de 1797. Morreu em Alter do Chão, e lá se sepultou, em 2 de abril de 1860.

13 **D. Anna Monica Galvão Aranha**; morreu moça sem estado.

12 **Pedro de Sousa de Menezes**, falleceu de poucos annos e jaz na egreja matriz de Sacavem no jazigo dos Cottas.

12 **Francisco Antonio Aranha Cotta Falcão de Menezes**; morreu moço.

12 **D. Maria Anastasia Cotta Falcão**
12 **D. Bernarda Umbelina Cotta Falcão** } Freiras professas no convento de S. Bernardo em Almoster.

12 **Simão Aranha Cotta Falcão de Sousa e Menezes**, Moço Fidalgo da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 12 de julho de 1793[1], acrescentado a Fidalgo Escudeiro por outro de 8 de outubro de 1794 com mais novecentos trinta e tres réis na moradia. Cavalleiro da ordem de Christo, com doze mil réis de tença, por carta de padrão de 18 de junho de 1742, expedindo-se-lhe o alvará de Cavalleiro e a carta do habito a 30 d'abril de 1744; e de uma verba consta que o alvará da profissão passára pela chancellaria mór no dia 2 d'agosto de 1784. Bacharel em leis pela universidade de Coimbra, e Familiar do santo officio por carta de 6 de julho de 1751. Succedeu a sua mãe nos morgados que ella administrava, tanto dos Cottas Falcões de Coruche como dos Rebellos de Lagos: a Rainha D. Maria I lhe fez mercê de uma quinta em Bucellas, por carta de 28 de março de 1798. Foi homem instruido e muito applicado ao estudo de historia genealogica: nasceu em 21 de fevereiro de 1732 n'esta cidade e n'ella falleceu aos 22 de março de 1811; jaz na egreja do convento das religiosas de Santa Monica. Casou em 30 de abril de 1757, recebendo-se na de Santa Marinha, com D. Francisca Josefa Gertrudes de Novaes e Vasconcellos, que nasceu em Setubal a 2 de junho de 1738 e morreu em Lisboa a 17 de março de 1817, sendo sepultada em Santa Monica[2]. Filha de Gaspar Alexandre Peçanha de Vasconcellos Cardoso do Amaral, Mestre de Campo do terço auxiliar de Setubal, sua patria, Familiar do santo officio por carta de 15 de dezembro de 1736, senhor dos morgados de Alcacer do Sal e de outros. Nasceu a 22 de abril de 1716,

[1] N'este alvará se declara ser neto materno de Pedro de Sousa de Menezes, que foi Moço Fidalgo e neto de Luiz de Sousa de Menezes, irmão de Martinho de Sousa de Menezes, Copeiro Mór de El-Rei D. João IV, e filho de Jorge de Menezes.

[2] Esta senhora teve um irmão por nome Luiz Bernardo Peçanha de Vasconcellos, que não tinha todo o juizo que devia ter, pelo que nunca se governou, e em 12 de janeiro de 1796, foi preso para a cadêa do castello d'esta cidade, por uma denuncia maliciosa que d'elle deu, na vara do Corregedor do bairro Alto, um official de carpinteiro, ficando pronunciado na devassa unicamente com o nome de Luiz Bernardo, sem appellido algum nem se declarar de quem era filho, sendo a mesma prisão feita por officiaes de justiça, com a insolencia e descortezia propria d'esta qualidade de gente, na propria casa do pae que de tudo estava ignorante; pelo que este se queixou a Sua Magestade pela secretaria de estado dos negocios do reino, do que resultou receber o Corregedor o seguinte avizo:

«Sua Magestade bem informada de uma affectada e dolosa queixa machinada con-

falleceu aos 11 de outubro de 1804, em Lisboa, e jaz na egreja de Nossa Senhora da Pena; e de D. Margarida Josefa de Novaes, com a qual se recebeu em Alcochete no oratorio da quinta de seu sogro a 10 de dezembro de 1736.

Tiveram filhos.

13 **Gaspar Cotta Falcão Aranha de Sousa e Menezes**, Moço Fidalgo da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 20 de março de 1794, com honras do exercicio no paço por outro de 29 d'outubro de 1822. Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença, e se lhe expediram os alvarás para ser armado Cavalleiro e para professar, e a carta do habito a 26 de junho de 1794, o que se verificou no convento de Nossa Senhora da Luz em 1 do seguinte mez de agosto, e no dia 14 se lhe passou a carta do padrão. Assentou praça em 1795 no regimento da segunda armada e foi reconhecido Cadete. Promovido a Tenente Coronel do segundo regimento de milicias do termo occidental de Lisboa por decreto de 24 do junho de 1799. Coronel aggregado em 1804, e d'esse posto deu demissão que lhe foi aceita em 1808. Chefe da legião nacional da Praça do Commercio, a que pertenciam as freguezias de Santa Justa e S. Nicolau, logo na sua creação em 23 de dezembro do mencionado anno. Succedeu na casa de seus paes e subrogou a quinta dos Coruchéos, em Sacavem, que por mais de dois seculos andára na sua familia, por uns padrões de

tra um Luiz Bernardo, como pessoa vulgar e facinorosa, sendo Luiz Bernardo Peçanha de Vasconcellos, Fidalgo, filho de Gaspar Alexandre Peçanha de Vasconcellos, tão Fidalgo como seus avós, e sendo o mesmo Luiz Bernardo egualmente conhecido pela sua innocencia natural e insensibilidade. É servida e ordena que v. m. principiando por mandar soltar livre do castello o mencionado Luiz Bernardo, com a decencia propria a reparar o enxovalho da prisão, conduzindo-o v. m. mesmo a sua casa; e immediatamente faça conduzir preso para a cadêa do Limoeiro o doloso querelante, que se diz ser um carpinteiro que antes de querelar tinha negociado e conseguido extorquir dinheiro para o não fazer, que averiguando se algum dos officiaes que concorreram a prisão se houveram descommedidamente no acto d'ella, com a pessoa e casa que se lhe representaria tão decente como é, v. m. os prenda por correcção ou proceda por outro modo como pelo tempo que lhe parecer. — Deus Guarde a v. m. Palacio de Quéluz, 15 de janeiro de 1798. — José de Seabra da Silva. — Senhor Corregedor do bairro de Alfama.»

juro presentemente invertidos em inscripções, vendendo tambem uma excellente leziria a ella contigua, que era um prazo: foi administrador da capella chamada dos Cavalleiros, sita na egreja de S. João Baptista da villa de Coruche, que já havia sido de seus antepassados, por mercê do Principe Regente D. João, dada em duas vidas por decreto de 6 e alvará de 27 de julho de 1795, e carta de 18 de setembro d'esse anno. Nasceu em 19 de setembro de 1758 na freguezia de Santa Marinha d'esta cidade, e falleceu a 27 de julho de 1826, sendo sepultado na egreja do convento das religiosas de Santa Monica. Casou em 21 de fevereiro de 1794, sendo recebido pelo Monsenhor da santa egreja patriarchal Luiz Manuel Mascarenhas, no oratorio da casa de sua cunhada D. Maria da Penha Pereira de Lacerda, moradora na casa do pateo do Pocille, freguezia do Soccorro, com D. Maria do Carmo Pereira de Lacerda, Açafata da Rainha D. Maria I, declarada em 29 de abril de 1793, dia do nascimento da Princeza da Beira D. Maria Thereza; nasceu na quinta de Val Formoso, sitio de Braço de prata, em Santa Maria dos Olivaes termo d'esta cidade, e na mesma freguezia falleceu em 3 d'agosto de 1828. — S. g. Filha de João Antonio Caetano de Lemos Pereira de Lacerda Delgado, Moço Fidalgo da casa d'El-Rei D. João V por alvará de 6 de agosto de 1743, Cavalleiro da ordem de Christo, Marechal de Campo dos reaes exercitos, 13.° Administrador do morgado de Val Formoso, que nasceu a 8 de junho de 1730 e falleceu a 17 de novembro de 1805: e de sua segunda mulher D. Maria Effigenia de Azevedo Coutinho, nascida a 2 d'agosto de 1743, em Benavente, e fallecida n'esta cidade a 24 de junho de 1803.

13 **Francisco Antonio Aranha Cotta Falcão de Sousa e Menezes**, Moço Fidalgo da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 20 de março de 1794, acrescentado a Fidalgo Capellão por outro de 2 de julho de 1795. Freire da ordem de S. Bento de Aviz, da qual recebeu o habito a 6 de maio de 1782, e n'ella professou aos 29 do mesmo mez de 1783. Nasceu em 28 de abril de 1761 n'esta cidade, e morreu na freguezia da Lapa pelas sete horas da noite de 28 de março de 1836: jaz no cemiterio dos Prazeres com lapide sobre a sepultura.

13 **D. Clara Joaquina de Sousa e Menezes.** Nasceu em Lisboa e foi baptisada na freguezia de Santa Marinha a 28 de julho de 1763: falleceu em 23 de março 1819 e jaz no convento das religiosas de Santa Monica.

13 **D. Maria Ignacia de Vasconcellos,** tambem baptisada na mesma freguezia em 1 de fevereiro de 1765, sendo seu padrinho José de Seabra da Silva, ainda Procurador da corôa. Falleceu já n'este seculo.

13 **José de Sousa de Menezes,** que morreu de 15 annos d'edade.

13 **João Nepomuceno Aranha;** nasceu a 27 de outubro de 1767 e morreu a 2 d'esse mez de 1784.

13 **D. Margarida Escolastica Aranha;** falleceu a 19 de novembro de 1819, na freguezia de Santa Marinha, onde jaz.

13 **D. Joanna Isabel Aranha;** morreu em 19 de março de 1788 e foi sepultada na egreja de S. Thomé, da qual tambem já não ha restos.

13 **D. Anna Gertrudes de Menezes Vasconcellos Aranha;** nasceu a 26 de junho de 1770 e a 20 de julho seguinte foi baptisada tambem em Santa Marinha, sendo seu padrinho o referido José de Seabra da Silva, já Secretario de estado dos negocios do reino. Falleceu no palacio do Marquez de Soudos, á Penha de França, com testamento, aos 18 de junho de 1833, da cholera, e jaz no cemiterio do Alto de S. João.

13 **Manuel Bernardo Cotta Falcão Aranha de Sousa e Menezes,** que continua.

13 **João Pedro Cotta Falcão Aranha de Sousa e Menezes,** Moço Fidalgo da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 20 de março de 1794, acrescentado a Fidalgo Escudeiro e Fidalgo Cavalleiro por outro de 2 de maio de 1805, Cavalleiro da ordem militar de S. Bento de Aviz em 11 de junho de 1819, Tenente Coronel reformado por decreto de 17 de janeiro de 1844. Foi Aspirante a Guarda Marinha em 28 de setembro de 1795, e deu baixa em 10 de ja-

neiro de 1798. Assentou praça no regimento de Cascaes a 26 de fevereiro[1] e foi reconhecido Cadete a 7 de julho, tudo d'esse anno, passando a Porta-bandeira em 1 de março de 1801, fazendo então a campanha d'esse anno. Tenente do regimento de infanteria num. 1, da guarnição de Goa, em 17 de dezembro de 1804. Capitão em 3 d'agosto de 1813. Major do batalhão num. 4 da mesma guarnição em 1 de agosto de 1823, com antiguidade de 18 de outubro de 1820. Major da legião nacional da Cruz do Taboado desde 28 de agosto de 1828 até 1833, em que se apresentou no deposito. Tenente Coronel addido ao forte do Bom-Successo em 30 de agosto de 1843. Partiu para Goa em 12 de maio de 1805 e lá chegou a 29 de novembro d'esse anno: regressou a Portugal, apresentando-se no quartel general da côrte a 3 de setembro de 1823. Foi Vereador Fidalgo do senado da camara d'aquella cidade em 1814 e 1822. Nasceu em 29 de setembro de 1777 na quinta dos Coruchéos, em Sacavem. Casou duas vezes: a primeira em Goa, sendo recebido pelo Conego e Chantre da sé d'essa cidade, Joaquim Corrêa da Silva, parente da noiva, a 19 de abril de 1817, na capella da casa da polvora de S. Pedro de Panelim, pertencente aos paes da contrahente, com D. Maria Antonia Pereira Flôr de Castro Corrêa da Silva Mello Coutinho, que nasceu em 1784, e foi baptisada na referida ermida da casa da polvora por seu primo D. Antonio Tristão Vaz Teixeira, religioso de Santo Agostinho, que falleceu Bispo de Meliapor: foi morta em 26 de setembro de 1822, achando-se o marido ausente, por tres negras escravas da sua casa, que receberam logo o condigno castigo no patibulo onde foram enforcadas: sepultou-se no carneiro do cruzeiro da

[1] A Rainha minha senhora é servida fazer bom o tempo todo que serviu João Pedro Aranha Cotta Falcão de Sousa e Menezes, soldado do regimento de Cascaes, que v. m. commanda, contando-se-lhe desde o dia em que assentou praça de Aspirante no corpo de marinha, ficando o tempo que esteve de fóra do serviço, como se estivesse em actual licença, para lhe ser descontado: ordena outrosim a mesma senhora que seja reconhecido Cadete do dito regimento, na fórma e com a solemnidade do alvará de 16 de março de 1757, havendo-o por dispensado de tudo o mais que determina o mesmo alvará, attendendo á sua notoria qualidade. O que participo a v. m. para assim se executar, pondo-se no assento do referido Cadete a competente verba. Deus guarde a v. m. Quartel general do Grillo, 7 de julho de 1798. — Duque de Lafões. — Sr. Antonio Liberato de Mendoça.

egreja do convento de S. Francisco da dita cidade, jazigo de seus avós maternos. Filha de Antonio José Corrêa da Silva Ferreira d'Abreu, Cavalleiro professo na ordem de Christo, Mestre de Campo de um dos terços de cipaes, Inspector da casa da polvora, e Administrador da da moeda, tudo na mencionada cidade de Goa; Familiar do santo officio por carta de 26 de abril de 1786; baptisado na freguezia de S. Pedro a 10 de fevereiro de 1749; descendente de D. Brites de Seixas Cotta Falcão Rebello e de seu segundo marido Pedro da Cunha, ditos a pag. 317. E de D. Maria Pereira Flor de Castro e Mello Coutinho, outro sim baptisada na parochia da Graça, na ilha de Chorão, em 1 de julho de 1753, e na mesma recebidos a 24 de maio de 1760. A segunda a 1 de janeiro de 1827, na ermida de Santo Antonio, a S. Jorge, com D. Joaquina Rosa das Dores e Vasconcellos, que falleceu em 1834, e jaz no cemiterio da freguezia de Nossa Senhora dos Anjos.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

14 **Diogo José Aranha Cotta Falcão de Sousa e Menezes**, Moço Fidalgo da casa d'El-Rei D. João VI por alvará de 29 de janeiro de 1825. Alferes do batalhão de caçadores n. 1. Assentou praça no regimento de infanteria n. 10, a 9 de maio de 1843, e em 2 do seguinte novembro foi declarado Aspirante; despachado Alferes em 17 de abril de 1844, para as ilhas de Timor e Solor, transferido logo para o regimento de infanteria de Loanda e a final para a India, para onde foi em 5 de setembro de 1857; e regressando d'aquelle estado chegou a Lisboa a 25 de junho de 1864. Nasceu em Goa a 4 de março de 1820 e veiu com seu pae para a côrte em 1823. Casou em 24 de junho de 1843, recebendo-se no oratorio do Bispo de Cabo-Verde, no palacio do Duque de Cadaval, ao Rocio, com D. Maria Margarida da Costa Silva Antunes, que nasceu a 22 de fevereiro de 1821, filha de João Antonio da Costa Silva Antunes, Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, em 14 de dezembro de 1810; Tenente Coronel do regimento de arti-

lharia de Faro, em 22 de junho de 1821, arma em que assentou praça a 6 de maio de 1778, sendo empregado em diversas commissões, como: Ajudante de Campo do Commandante geral de artilharia o Tenente General João Antonio da Rosa, desde 26 de julho de 1809 até 28 de maio de 1817, em que passou a seu Ajudante das ordens; encarregado das remessas do arsenal para as praças e depositos do reino e exercito em campanha, desde 1 do mesmo mez de 1809 até ao fim de 1811; na inspecção geral de artilharia do reino com exercicio no arsenal real do exercito, desde novembro de 1810 até 10 de janeiro de 1816; Membro da junta do commando geral da artilharia do reino, por decreto de 10 de dezembro de 1830; Coronel Commandante do regimento de artilharia num. 1; Governador interino do castello de S. Jorge; Tenente-rei da praça d'Elvas; e Brigadeiro dos reaes exercitos; sendo estas ultimas mercês depois reputadas de nenhum effeito; e fallecido a 7 de fevereiro de 1839. E de D. Maria do Carmo Ferreira.

Tiveram filhos.

15 **João Pedro Aranha**; nasceu a 9 de junho de 1844, e falleceu em 31 de janeiro de 1846.

15 **Antonio Maria Aranha**; nasceu a 18 de setembro do de 1847, e morreu de 2 annos e meio, em 1850.

15 **Gaspar Aranha**; nasceu em dia de finados do anno de 1849, e logo falleceu.

15 **D. Maria Antonia Aranha**; nasceu a 1 d'abril de 1851, e foi baptisada na freguezia de Santo André e Santa Marinha: morreu de cinco mezes de edade.

15 **D. Francisca Josefa Gertrudes Isabel Aranha**; nasceu a 5 de outubro de 1852, e viveu uma hora.

15 **Simão Maria Aranha Cotta Falcão de Sousa e Menezes**; nasceu n'esta cidade a 28 de dezembro de 1854: baptisado a 5 de março seguinte na freguezia de Santo André e Santa Marinha.

Da segunda:

14 **Gaspar Maria Cotta Falcão Aranha de Sousa e Menezes**; foi Aspirante Guarda Marinha em 23 d'abril de 1841; passando em 1 de janeiro de 1845 para o batalhão de caçadores num. 6, sendo declarado Aspirante a 10 de fevereiro seguinte; e era primeiro Sargento quando deu baixa em 1852. Nasceu em Lisboa a 20 de setembro de 1827, e falleceu doido no hospital de Rilhafolles a 7 de agosto de 1860. Casou no dito anno de 1852, na freguezia de Santa Justa, com D. Antonia Henriqueta Botelho de Vasconcellos Mattos Noronha e Menezes, de quem foi segundo marido — s. g., que se achava recolhida no real mosteiro da Encarnação, das Commendadeiras da ordem de S. Bento de Aviz, já viuva e sem filhos de João de Barros de Vasconcellos Salema da Camara, Moço Fidalgo da casa real, Commendador da ordem de S. Bento de Aviz, e Administrador do morgado das Barras. Filha de Alexandre José Botelho de Vasconcellos, Cavalleiro da ordem de Christo em 5 de fevereiro de 1793, Brigadeiro dos reaes exercitos, que tinha servido em Africa, sendo Commandante do esquadrão de cavallaria de Angola, e duas vezes Governador da cidade de S. Filippe de Benguella, onde prestou bons serviços, nascido a 2 de janeiro de 1747; e de sua terceira mulher e prima D. Leocadia Maria Garcez Palha de Almeida.

14 **Simão Aranha**; morreu menino.

13 **D. Isabel Margarida Cotta Falcão de Menezes**; nasceu em 29 de junho de 1780 n'esta cidade, e n'ella foi baptisada na freguezia de S. Thomé, sendo seu padrinho o referido José de Seabra da Silva, chegado de pouco do seu exilio em Angola. Falleceu recolhida no mosteiro de Almoster.

13 **Manuel Bernardo Cotta Falcão Aranha de Sousa e Menezes**, Moço Fidalgo da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 20 de março de 1794, e por outro d'El-Rei D. João VI, de 29 d'outubro de 1822, houve as honras do exercicio no paço. Cavalleiro das ordens de S. Bento de Aviz e de Christo, e da Legião de Honra, em França. Major reformado de cavallaria. Assentou praça de soldado em 16 de novembro

de 1792 no regimento de cavallaria n. 7, e n'esse corpo foi promovido: a Alferes em 24 de dezembro de 1796; a Ajudante pela promoção de Hermano José Braamcamp, e a Tenente por decreto de 25 de fevereiro e patente de 7 de abril de 1807, e tempo do juramento segundo o novo regulamento, 12 de maio d'esse anno. Em 1808, por deferencia para com seu pae, que levado dos conselhos do intimo amigo José de Seabra da Silva, mostrava grande desejo de que fosse servir em França, para lá partiu muito a seu pezar no contingente das nossas tropas, que o General Junot enviou para aquelle reino: militou nas campanhas do imperio que houveram logar no tempo em que n'elle esteve, mostrando em todas as occasiões quem era e a que nação pertencia: achou-se na batalha de Wagran, merecendo pelo seu comportamento n'ella ser condecorado pelo Imperador Napoleão I com a referida Legião de Honra, que era acompanhada de uma pensão, de que lhe foi expedido o diploma em 19 de maio de 1811, e tendo-o perdido na retirada da Russia, Luiz XVIII lhe passou outro a 19 d'agosto de 1819, mas sem a pensão, que foi supprimida a todos os militares estrangeiros que largaram o serviço da França[1]: advertindo porém aqui, para que se veja a exactidão e como as coisas se fazem nos outros paizes, que elle não só foi, já em Portugal, pago das pensões

[1] Eis o diploma por que lhe foi conferida essa honra:

«Escu lo das armas reaes de França e por baixo — Honneur et Patrie — Brevet de Chevalier — Série 5me, N.º d'ordre 1090 — Ordre Royale de la Légion d'Honneur.

«Louis, par la Grace de Dieu, Roi de France et de Navarre, Chef Souverain et Grand Maitre de l'Ordre Royale de la Légion d'Honneur, a tous ceux qui ces presentes verront, salut.

«Voulant donner une preuve de notre satisfaction Royale au sieur Aranha Cotta Falcão de Sousa de Menezes (Manuel Bernardo), né le dix sept de décembre mil sept cent soixante quinze a Sacavem, Capitaine de l'État major au service de Sa Majesté le Roi de Portugal:

«L'avons admis et l'admettons en qualité de Chevalier dans l'Ordre Royale de la Légion d'Honneur, a dater du dix neuf mai mil huit cent et onze. — Donné au Chateau des Tuileries le dix huit août de l'an de Grace mil huit cent dix neuf et de notre règne le vingt cinquième. — Louis. — Par le Roi, Chef Souverain et Grand Maitre. Le Grand Chancelier de l'Ordre Royale de la Légion d'Honneur — Macdonald. — Vû, verifié, scellé et enrigistré, Registre 1, f. 34. Le Sécrétaire général de l'Ordre — Vte de Laimmare. — Logar do sello. — Ad. Godfroy, dessinateur et graveur de la Grand Chancellerie de la Légion d'Honneur.»

que se lhe ficaram devendo, como tambem do soldo vencido, apesar de ter abandonado o exercito francez, no qual fez a campanha da Russia, entrando com elle em Moscow, e acompanhando-o d'essa cidade na sua fatal e desastrosa retirada até Wilna, sendo um dos unicos cinco individuos do seu regimento que escaparam ao rigor d'aquelle inverno, e ás privações, perigos e incommodos de toda a sorte que n'ella o perseguiram; tendo já n'essa época a patente de Sergent Major: ahi se apresentou, com o Visconde de Asseca, Antonio Maria Corrêa de Sá e Benavides, que elle ajudou a andar por estar já privado de forças, ao Imperador da Russia Alexandre I, o qual os mandou conduzir, como se vê de um passaporte expedido em S. Petersburgo pelo ministerio dos negocios estrangeiros, e assignado pelo Conde N. de Romansoff, aos 13 de janeiro de 1813, pelos Estados do norte para Inglaterra: d'esse reino voltou a Portugal, e mostrando illibada a sua conducta, foi em 12 de junho para Tenente, aggregado ao regimento de cavallaria num. 12; marchando logo por ordem do Tenente General encarregado do governo das armas da côrte e provincia da Extremadura, D. Antonio Soares de Noronha, dada a 9 de agosto n'esta cidade e no seu quartel general ás Janellas-Verdes, em diligencia de se apresentar ao Marechal Beresford, Marquez de Campo Maior, indo embarcado no brigue Perola para Bilbáo, onde chegou a 14 de setembro, seguindo depois o itinerario de terra por Duranso, Villareal, e Villafranca até Tolosa, onde se apresentou no dia 19 d'esse mez; entrando d'esta vez novamente em França, para ao lado dos compatriotas combater contra os inimigos do seu paiz na batalha que se deu proximo a essa cidade, em que elles foram derrotados. Foi então encarregado pelo Brigadeiro-General D'Urban, Quartel-Mestre-General do exercito, de acompanhar a bagagem do mesmo Marechal Beresford para Lisboa, o que executou saindo de Cardona em 24 de abril de 1814, e apresentando-se a 16 do seguinte mez de maio n'esta cidade, no quartel general da côrte no largo de S. Thomé. Em 1 d'esse dito mez teve licença illimitada; e por portaria de 13 de dezembro passou a Tenente effectivo para o mesmo regimento; e em 8 de janeiro de 1815 a Capitão aggregado ao num. 2, tambem da dita arma, para que fôra promovido a 15 de dezembro do anno antecedente.

Assistente do Quartel-Mestre-General do exercito, o Marechal de Campo Benjamim D'Urban, por portaria de 4 de janeiro de 1817, e n'essa repartição servia, annexo á primeira brigada de cavallaria, como consta de um attestado passado em 16 de julho de 1819 pelo mesmo General. Em 26 de maio de 1823, estando com os cavallos do regimento de cavallaria num. 1, em que então servia, ao verde em Povos e suas immediações, teve ordem do senhor Infante D. Miguel, que se achava em Villa Franca, para o seguir com a sua tropa, ao que elle obedeceu acompanhando-o até Santarem, servindo-se do armamento e equipamento que se achava no quartel de Torres Novas, para a preparar. N'essa época foi condecorado com a medalha da restauração dos direitos da realeza, e Ajudante de Campo pelo decreto de 23 junho do referido anno, do dito senhor, Commandante em Chefe do exercito. Capitão supranumerario do mencionado regimento num. 1, tambem por decreto de 5 de junho de 1824; e por outro de 2 de março e patente de 30 de junho de 1825 passou ao ao regimento num. 4. Depois teve a effectividade do posto de Major (em que estava reformado por decreto de 6 de julho de 1827, declarado na ordem do exercito n. 16, de 17 do dito mez e anno), por patente de 24 de março de 1829, sendo empregado na enfermaria dos cavallos doentes: e foi primeiro Commandante da escóla veterinaria por decreto de 3 de julho e apostilla de 26 de novembro de 1830. Tenente Coronel por patente de 27 de fevereiro de 1833, anno em que, a 24 de julho, se apresentou com a mesma veterinaria ao Duque da Terceira; ficando nullos tanto os dois ultimos postos, como a commissão que exerceu! Succedeu a seu irmão, em 27 de julho de 1826, na administração dos morgados dos Cottas de Coruche e dos Rebellos do Algarve, e na segunda vida da capella dos Cavalleiros, que se lhe verificou por alvará de 10 de julho e carta de 11 de agosto de 1830. Nasceu em Sacavem a 17 de dezembro de 1775, na quinta dos Coruchéos, e no oratorio d'ella, freguezia de Nossa Senhora da Purificação, foi baptisado a 31 de janeiro de 1776. Falleceu em Caxias a 3 de novembro de 1840, e sendo conduzido para Lisboa se lhe fizeram no dia 5 as exequias na egreja de Nossa Senhora da Lapa, e se sepultou no cemiterio dos Prazeres, onde jaz em um elegante mausoléo com o num. 272,

lendo-se n'elle o competente epitaphio. Aos bem merecidos elogios que lhe faz em a necrologia que publicamos [1], o seu auctor, que foi o nosso antigo e excellente amigo de saudosa memoria, Rodrigo Pinto Pizarro Pimentel de Almeida Carvalhaes, Barão da Ribeira de Sabrosa, um dos mais distinctos, honrados e dignos cavalheiros que tem occupado o cargo de Ministro d'Estado n'estes reinos de Portugal, sómente acrescentaremos que era homem de grande honradez, incapaz de faltar á sua palavra e muito bem governado, de um valor a toda a prova, dos melhores cavalleiros do seu tempo, e muito entendido no tratamento dos cavallos, a ponto de haver tido a habilidade de conservar aquella praça em que marchou de Lisboa, e d'ella se serviu até a perder na retirada da Russia. Casou por escriptura de dote e arrhas, feita nas notas de Manuel Eugenio Coelho, Tabellião n'esta cidade, aos 14 de novembro de 1823, e no dia 19 seguinte se recebeu no oratorio da casa de sua sogra no largo do Contador Mór, freguezia de S. Thiago, com D. Maria da Conceição Nicolau de Lima Feo, celebrando n'este acto seu tio Francisco Falcão Van Zeller, que já a havia baptisado na egreja parochial

[1] No dia 3 do corrente falleceu em Caxias Manuel Bernardo Cotta Falcão Aranha de Sousa e Menezes Rebello da Orta, Moço Fidalgo com exercicio no paço, Cavalleiro das ordens de S. Bento de Aviz, e da Legião de Honra em França, e Major reformado de cavallaria; tinha nascido em Sacavem a 17 de dezembro de 1775. Foram seus paes Simão Aranha Cotta Falcão de Sousa e Menezes Rebello da Orta e D. Francisca Josefa Gertrudes de Novaes e Vasconcellos. Abraçou a vida militar assentando praça no regimento de cavallaria do Caes, onde foi Alferes e Ajudante. Quando em 1808 uma divisão de tropas portuguezas foi obrigada a marchar para França, coube-lhe a sorte de ser empregado n'ella. Tomou parte na batalha de Wagran, sendo *ainda considerado* com a cruz da Legião de Honra; entrou em Moscow com o exercito francez, e partilhou com elle os perigos e padecimentos da sua desastrosa retirada para Wilna. Foi d'ali apresentar-se ao Imperador Alexandre como Official portuguez, e este Soberano mandou-o transportar para Inglaterra, d'onde regressou á sua patria. Empregado logo em um corpo de cavallaria, achou-se na batalha de Toloza. Em 1823 foi Ajudante de Campo do Commandante em Chefe do exercito. Commandou depois a escóla veterinaria, e com ella se apresentou ao Duque da Terceira em 24 de julho de 1833. Foi bom filho, bom marido, bom pae e bom cidadão: a sua morte é chorada pela sua familia, e sentida por todos os seus numerosos amigos, como o demonstraram no seu funeral, que teve logar no dia 5 no cemiterio dos Prazeres, aonde se lhe fizeram as honras militares que lhe competiam.

Diario do Governo n. 266 segunda feira 9 de novembro de 1840, paginas 1499.

de Nossa Senhora dos Anjos aos 8 de dezembro de 1800, tendo nascido a 6 d'esse mez e anno na casa que hoje é de Lucas da Silva Ferreira Castello: filha dos senhores Luiz da Motta Feo e D. Leocadia Thereza Possidonia de Lima e Mello Falcão Van Zeller, referidos a paginas 294.

Tiveram filhos.

14 **Simão Cotta Falcão Aranha de Sousa de Menezes Rebello da Orta**, que continua.

14 **D. Leocadia Francisca Aranha Feo**, nasceu a 20 de julho de 1827, na freguezia de Nossa Senhora da Lapa, e n'ella foi baptisada, e tambem recebida por procuração a 11 de setembro de 1853, dia em que casou com João Silverio da Guerra Quaresma, Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. Pedro IV, e sendo Regente do reino a senhora Infanta D. Isabel Maria, por alvará de 14 de dezembro de 1826. Cavalleiro da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada do valor lealdade e merito, por decreto de 30 de outubro de 1856, e n'elle se diz: «Em remuneração da assidui«dade, diligencia e devoção civica com que se houve «no desempenho das suas funcções (de Secretario Ge«ral do districto do Funchal), auxiliando poderosa«mente o Governador Civil na adopção e execução «das acertadas providencias que tomou para comba«ter e attenuar os effeitos da epidemia que tão cruel«mente acabava de affligir a ilha da Madeira.» Bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, em 1843. Tenente do batalhão da Carta, desde 1846 até 1848. Governador Civil do districto d'Aveiro, por decreto de 26 de setembro de 1865, tomando posse a 6 d'outubro d'esse anno; e antes tinha exercido o mesmo cargo em Castello Branco, despachado em 8 de agosto de 1857, e lá serviu desde logo até abril de 1858, em que foi transferido para Braga, d'onde saiu em 20 de junho de 1859 por ter sido mudado para Santarem, occupando este logar até 7 de novembro de 1863, em que se lhe intimou o decreto da sua demissão dada a 15 d'outubro antece-

dente, por não querer aceitar a transferencia que lhe propoz Anselmo José Braamcamp, então Ministro do reino. Em 2 de maio de 1857 teve nomeação de identico emprego para o districto de Bragança, que recusou. Administrador do concelho de Almada, desde 27 de maio de 1848 até 30 de junho de 1849, em que passou no mesmo exercicio para o de Cintra, e d'ahi saiu em 10 de outubro de 1851 em que pediu a sua exoneração. Secretario do conselho geral de beneficencia por decreto de 25 de maio de 1852, que serviu até 5 de novembro, por haver sido nomeado por decreto de 14 de outubro Secretario Geral do districto do Funchal, de que tomou posse a 23 do referido mez de novembro, tudo do mencionado anno de 1852, e lá se conservou até 6 de outubro de 1856, em que veiu com licença para Lisboa tomar ares patrios, em consequencia do grande trabalho que teve por occasião da cholera morbus infectar a ilha da Madeira. Nasceu n'esta cidade e freguezia de Nossa Senhora dos Anjos a 20 de junho de 1821; filho segundo de Antonio Cesario de Sousa da Guerra Quaresma, do Conselho de Sua Magestade, Fidalgo Cavalleiro da sua real casa, Cavalleiro da ordem de Christo, Desembargador extravagante da casa da supplicação, e Adjunto á administração do hospital real de S. José por nomeação de 2 de dezembro de 1851, e de D. Maria Genoveva de Amorim.

Tem filhas.

15 **D. Helena da Guerra Quaresma Aranha.** Nasceu no Funchal a 15 de junho de 1854, e morreu em Braga a 29 de setembro de 1858, d'onde veiu para o jazigo da familia Guerra, no cemiterio do Alto de S. João n'esta cidade.

15 **D. Maria da Conceição Guerra Quaresma Aranha Feo.** Nasceu tambem no Funchal a 19 de agosto de 1855.

15 **D. Maria Antonia Guerra Quaresma Aranha.** Nasceu em Lisboa a 21 de outubro de 1856.

15 **D. Leocadia Guerra Quaresma Aranha.** Nasceu em Castello Branco aos 8 de janeiro de 1857.

15 **D. Francisca Guerra.** Nasceu a 30 de maio de 1860, em Santarem, onde morreu em dezembro d'esse anno, sendo conduzida para o já referido jazigo da familia, no cemiterio do Alto de S. João em Lisboa.

14 **D. Helena Feo de Sousa e Menezes Aranha.** Nasceu em 22 de abril de 1822 na freguezia de Nossa Senhora da Lapa d'esta cidade, onde foi baptisada, e na mesma falleceu em 13 de janeiro de 1849, pelas tres horas e meia da tarde, havendo pouco tempo que regressára da Hollanda e Belgica, onde tinha estado com seu marido: está sepultada no cemiterio dos Prazeres, em mausoléo que elle lhe mandou levantar com competente epitaphio e n'elle em latim as seguintes palavras: — EU TE SAUDO ALMA PURA. — Foi geralmente lastimada a sua morte, não só pelos parentes, mas por aquelles que a conheciam, assim não lhe faltaram necrologias que muitos d'elles lhe tributaram como despedida, deixando-lhes eterna magoa e dolorosa saudade[1]. Casou em 4 de julho de 1846, recebendo-se no oratorio da casa de sua mãe na rua do

[1] Estas necrologias acham-se: no *Patriota*, n. 1380, e na *União*, n. 307, ambos de terça feira 16; no *Estandarte*, n. 1301, de quarta feira 17; e no *Diario do Governo*, n. 16, de quinta feira, tudo do anno de 1849; mas nós só aqui transcreveremos uma escripta por Almeida Garrett, como indicam as iniciaes A. G. que a firmam, e vem a paginas 141 da 2.ª serie, tomo I da *Revista Universal Lisbonense, jornal de sciencias, agricultura, industria, litteratura, bellas-artes, noticias e commercio*, — collaborada por muitos escriptores distinctos — redactor proprietario do jornal S. J. Ribeiro de Sá, 8.º anno, quinta feira 25 de janeiro de 1849, n. 12:

Um momento só — e voltaremos ao cansado tumulto d'essa vida affadigada em que nos gastamos. Mas um momento para deixar cair estas flores de saudade, e dizer duas palavras de despedida a esse pequeno tumulo onde acabam de sumir-se dezenove annos de graça e de gentileza, um coração de oiro e a mais querida esperança de toda uma familia.

Os fastos de um paiz que verdadeiramente quer civilisar-se e ennobrecer-se, não teem de gravar sómente em suas taboas os nomes dos grandes capitães e dos grandes escriptores. Ha illustrações que se não cortam á espada nem se escrevem á penna. Aquella matrona romana que ficou tão immortal como os maiores homens de Plutarcho — no seu memoravel epitaphio o que se dizia d'ella? que esteve em casa e que fiou na roca.

Sacramento á Lapa, com Luiz Mendes de Vasconcellos — s. g., Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. João VI por alvará de 16 de janeiro de 1822, com exercicio, tendo servido no paço. Commendador da ordem de Christo e da do Santo Sepulchro de Jerusalem, Cavalleiro da da Conceição. Primeiro Addido e segundo Secretario na embaixada do Duque de Saldanha a Roma; tendo entrado para a carreira diplomatica em Consul Geral para os Paizes Baixos, aos 13 de março de 1841, e Addido honorario á legação da côrte de Haya; passando em segundo Addido effectivo para a de Turim, em dezembro de 1847, e no seguinte anno á disponibilidade. Deputado da nação em duas legislaturas; e vindo da dita cidade de Roma para tomar assento na mesma Camara, falleceu em Madrid a 18 de abril de 1863, sem deixar successão, como fica mencionado, d'esta senhora, mas sim um filho por nome Mem Rodrigues de Vasconcellos, de D. Angela Maria da Conceição Francia, sua segunda mulher. Está sepultado em mausoléo no Campo Santo em Elvas, para onde foi transportado. Serviu tambem militarmente, sendo Cadete no regimento de cavallaria num. 11 e Alferes por commissão. Nasceu em Elvas a 25 de setembro de 1816, e foi

É que na vida, e sobre tudo na vida feminina, á modesta sombra das paredes domesticas florece abrigada e tranquilla mais gloria que nos campos de batalha, do que no fóro e na academia.

Gravemos pois aqui sobre esta pedra singela, tão molhada das lagrimas maternas, das do esposo, dos irmãos, dos amigos que a adoravam todos, o nome de D. Helena Feo de Sousa e Menezes Aranha. Ponhamos ao pé o da inconsolavel mãe D. Maria da Conceição de Lima Feo: o de seu honrado pae, Manuel Bernardo Cotta Falcão Aranha. Mencionemos o do afflicto marido, Luiz Mendes de Vasconcellos. Todos elles dizem a nobreza da familia a que pertenceu; e recordam as poucas, mas santas épocas de uma vida simples, que principiou em 22 de abril de 1829, que se fixou por um casamento de extremosa affeição em 4 de julho de 1846, e terminou com angustiado padecer em 13 de janeiro d'este anno de 49 ás tres e meia da tarde.

Boa e amante de coração, generosa e caritativa por instincto, desde pequenina o seu maior prazer era dar quanto tinha aos pobres. Sob a apparencia da saude e da frescura, começou todavia a padecer ha cinco annos, mas sem que positivamente se determinasse molestia grave alguma.

Um anno depois de casada acompanhou seu marido á Hollanda onde viveu dois mezes, estimada e obsequiada de quantos a conheceram. Egual popularidade a seguiu

baptisado na freguezia da Alcaçova da dita cidade; 6.º filho de Christovão Vasconcellos de Azevedo da Silva, Moço Fidalgo da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 17 de janeiro de 1794, e por outro de 1 de setembro de 1821 houve as honras do exercicio no paço, por mercê d'El-Rei D. João VI. Commendador da ordem de Christo e Cavalleiro da de S. Bento de Aviz, Capitão de cavallaria e depois de reformado Coudel Mór, nascido em 1768, casado em 1798 e fallecido em 1851, e de D. Guiomar de Castello Branco Vieira de Andrade e Castro, nascida em 1777 e fallecida em 1860, e ambos estão sepultados no jazigo da casa em Elvas.

14 **Luiz Cotta Falcão Aranha.** Nasceu em Lisboa, freguezia de Nossa Senhora da Lapa, a 11 de julho de 1830. Casou na cidade do Funchal, recebendo-se na capella do palacio de S. Pedro, de seu cunhado o Conde de Carvalhal, em 6 d'abril de 1859, com D. Isabel Julianna da Camara Leme, nascida em Lisboa, na parochia de Santos, a 31 de julho de 1838, filha de João da Camara Leme do Carvalhal Esmeraldo, Moço Fidalgo da casa real, Commendador da ordem de Christo, Capitão do exercito, 12.º Administrador dos morgados do Santo

a Bruxellas onde passou o restante do inverno de 47 a 48, e de d'onde voltou a Portugal já gravemente doente.

As inquietas saudades que n'esta ausencia devoravam as entranhas de sua extremosa mãe eram —parecia— o presentimento do mal que a ameaçava, e que logo se começou a confirmar apenas abraçou tão mudada, tão transtornada a sua filha querida.

Os ares patrios e o affago dos seus mostraram ao principio querer restaurar a perdida saude da enferma. Porém foi enganosa a promessa. Os maiores desvelos, os mais habeis facultativos nada poderam. Em poucos mezes a medicina desesperou.

Apenas se julgou o perigo imminente recorreu-se ao remedios espirituaes. O Nuncio de S. Santidade, bom visinho e amigo d'aquella estimavel familia, celebrou o Augusto Sacrificio junto ao quarto da enferma e lhe administrou o Sacramento.

Soffreu resignadamente seus crueis padeceres, passou com animo admiravel por todos estes transes, sem queixumes, sem ancias de espirito, com uma paciencia e conformidade angelica.

Assim chegou aos ultimos instantes da mesma vida. O derradeiro suspiro do anjo, que o recebessem os anjos no céo. E que de lá venham a Esperança e a Fé consolar as maguas dos seus, dar algum allivio ás inconsolaveis saudades da mãe.

A. G.

Espirito, de Valle de Rica, etc., em que succedeu em 11 de novembro de 1837, a seu tio João do Carvalhal Esmeraldo Athouguia Bettencourt de Sá Machado da Camara Leme, 1.º Conde de Carvalhal: nasceu na ilha da Madeira a 19 de julho de 1801; falleceu n'esta cidade, na freguezia da Lapa, a 7 de outubro de 1844, e jaz no cemiterio dos Prazeres; e de D. Thereza Xavier Botelho, com quem casou na Madeira em 24 de junho de 1822, nascida em Lisboa a 28 de novembro de 1807.

Tem filhos.

15 **Manuel Cotta Falcão Aranha.** Nasceu em Lisboa a 15 de abril de 1862.

15 **João Cotta Falcão Aranha.** Nasceu tambem n'esta cidade a 17 de janeiro de 1864.

14 **Simão Cotta Falcão Aranha de Sousa e Menezes Rebello da Orta.** Moço Fidalgo da casa da Rainha D. Maria II por alvará de 6 de agosto de 1834, e com exercicio no paço, por avizo do Marquez Mordomo Mór de 15 de setembro de 1857. Condecorado em 25 de janeiro de 1859 com a medalha de prata para distincção, premio concedido ao merito philantropico e generosidade pelo terrivel incendio ateado na noite de 29 de junho de 1857, na rua nova do Almada. Soldado do esquadrão dos Voluntarios da Rainha e Carta, em que assentou praça em 1846, passando em 1848 para o regimento de granadeiros da Rainha, do qual deu baixa. Administrador dos morgados dos Cottas de Coruche, dos Rebellos do Algarve e 10.º do de Palhacana, que todos n'elle acabaram. Nasceu n'esta cidade a 4 de julho de 1826, e a 8 d'esse mez e anno foi baptisado na freguezia da Lapa.

10 **Jorge de Sousa de Menezes**, Moço Fidalgo por alvará de 19 de março de 1700, acrescentado a Fidalgo Escudeiro e Fidalgo Cavalleiro por outro do dia immediato. Cavalleiro da ordem de Christo, com doze mil réis de tença, e se lhe passaram alvarás de Cavalleiro e de profissão, e carta do habito em 14 de março de 1702, e a 24 d'esse

mez e anno a do padrão, indo logo servir para a India onde falleceu. Se deixou successão não chegou ao nosso conhecimento.

9 **Jorge de Sousa de Menezes**; nascido n'esta cidade e baptisado na freguezia dos Martyres em 1644. Morreu menino.

9 **Manuel de Sousa de Menezes**, Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro. Cavalleiro da ordem de Christo. Teve quarenta mil réis de tença no almoxarifado das Almandravas do reino do Algarve, por carta de padrão de 28 de setembro de 1673, pela parte que lhe pertencia na remuneração dos serviços de seu pae. No anno de 1670 tinha passado á India, como Capitão de uma companhia de infanteria, e lá serviu oito annos e quatro mezes até 1679, embarcando em cinco armadas, e achando-se nas expedições de Ormuz e do Norte; e foi Capitão de Mar e Guerra, Capitão Mór dos rios de Goa, General dos rios de Senna, e Conselheiro do Estado. Casou com D. Thomasia da Cunha, filha de Diogo de Pinho Teixeira, o Velho, Fidalgo da casa real, que de Traz-os-Montes havia ido para aquelle estado, e de D. Luiza Francisca da Fonseca.

Tiveram filha.

10 **D. Luiza Maria Telles de Menezes**, nasceu em Goa em março de 1675, e casou na mesma cidade em 17 de maio de 1699, com D. Francisco de Soutomaior, Moço Fidalgo, acrescentado a Fidalgo Escudeiro e Fidalgo Cavalleiro por alvarás de 19 e 20 de fevereiro de 1698. Cavalleiro da ordem de Christo, habilitado pela Mesa da Consciencia e Ordens, em 16 de março de 1699; o qual nasceu em Lisboa, e passando á India foi Capitão de Dio, de Mombaça, de Chaul e do passo de S. Thiago em Goa, Mestre de Campo do terço velho da mesma cidade, Vèdor da Fazenda e Governador de Moçambique, onde falleceu. Filho terceiro de D. Lourenço de Soutomaior, morgado de Ponte Pedrinha, proximo a Bellas, instituido em 3 de agosto de 1654, por seu tio D. Fr. João de Soutomaior, Prior Mór de Aviz, e Bispo de Noudar e Barrancos, e de D. Ignez de Vilhena.

Tiveram filhos.

11 **D. Diogo Manuel de Soutomaior**, Moço Fidalgo por alvará de 16 de abril de 1739, acrescentado a Fidalgo Escudeiro e a Fidalgo Cavalleiro por outro de 5 de maio de 1741, e Capitão de Damão.

Nasceu em S. Pedro de Pangim, estado da India, e falleceu em 1760; — S. g. tendo succedido em agosto de 1750 nos morgados e padrões da casa de seus paes.

11 **D. Ignacia Leonor de Vilhena Soutomaior,** que nasceu em Goa aos 6 de agosto de 1709, e casou em 2 de janeiro de 1726 com D. João José de Mello, Fidalgo Cavalleiro da casa real, Commendador da ordem de Christo, Governador e Capitão General da India, e senhor de Dandim, freguezia de S. Lourenço em Goa. Morreu em 1774, com testamento approvado a 6 de janeiro d'esse anno, e jaz sepultado em carneiro, em Nossa Senhora do Pilar. Por sua morte abriram-se as vias de successão, e saiu Filippe de Valladares Soutomaior, Capitão Mór da governança da India.

Tiveram filhos.

12 **D. Christovão de Mello Soutomaior Telles,** Fidalgo Cavalleiro por alvará de 12 de abril de 1739. Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença, e n'ella se habilitou, com dispensa de menoridade, fazendo-se as provanças da sua pessoa n'esta côrte pela Meza da Consciencia e Ordens, approvadas em 25 de abril do mesmo anno. General dos rios de Goa e Escrivão Maior da alfandega d'essa cidade. Succedeu a seu pae nos morgados da India e nos de Portugal, e n'estes entrava a quinta de Ponte Pedrinha, que emprazou por trezentos e oitenta mil réis de foro annual, em 3 de julho de 1768, a Mathias Antonio de Sousa Lobato; e tambem a seu tio D. Diogo Manuel de Soutomaior, no que elle administrava, e de que fazia parte um padrão de juro de cincoenta e quatro mil réis, no qual se poz a competente verba a 22 de maio de 1764: e mais teve a aldêa dita Cassenbá, na pragana de Saibana, nas terras do norte, por nomeação de Francisco Xavier de Soutomaior. Nasceu em Goa, e em S. Pedro de Panelim foi baptisado a 5 de novembro de 1720. Falleceu n'essa freguezia a 15 de fevereiro de 1789, com testamento feito a 29 de setembro do anno anterior: foi sepultado no jazigo da sua casa, na capella da portaria do convento de Nossa Senhora do Pilar, de religiosos capuchos. Tinha casado em 10 de julho de 1746, com D. Joanna Michaella de Mendoça, filha de Henrique de Mendoça Furtado, Capitão Mór da armada do norte na India, que morreu em 1743, e de D. Antonia Isabel de Mello e Sampaio, da qual foi primeiro marido.

Tiveram filhos.

13 **D. Anna de Mello**: casou com D. Manuel Antonio de Almeida, e sendo annullado este matrimonio contrahiu outro com José Telles da Silva. —S. g.

13 **D. Maria Antonia de Mello**: nasceu em Goa, e sendo baptisada em casa quando veiu ao mundo, se lhe pozeram os santos oleos a 18 de junho de 1752, em S. Pedro de Panelim. Falleceu em vida de seu pae, em 20 de maio de 1788, estando já viuva, e jaz no convento do Pilar. Casou na referida freguezia, recebendo-se na capella do sogro em 10 de setembro de 1769, com Luiz Xavier de Mello, Moço Fidalgo por alvará de 20 de fevereiro de 1764, Cavalleiro da ordem de Christo, Ajudante General e Coronel do 2.º regimento de infanteria de Goa: morreu em 21 de janeiro de 1784; filho de João Manuel de Mello, Moço Fidalgo da casa real, Capitão de Mar e Guerra, que passou á India em 1731 (irmão de Estevão Soares de Mello, 16.º senhor de Mello), e de D. Paschoa Flor de Mello.

Tiveram filhos.

15 **Antonio José de Mello**. Moço Fidalgo por alvará de 24 de dezembro de 1785; acrescentado a Fidalgo Escudeiro por outro de agosto de 1800. Do Conselho de Sua Magestade por carta de 20 de março de 1846. Commendador da ordem de S. Bento d'Aviz em 21 de janeiro de 1843. Cavalleiro da ordem de Christo, habilitado pela Meza da Consciencia e Ordens, a 3 d'abril de 1802, por ter sido dispensado das provanças e habilitações da sua pessoa, podendo-se-lhe lançar o habito da mesma ordem, e admittil-o á profissão d'elle na santa egreja primaz de Goa, por decreto dado pelo Principe Regente, no palacio de Quéluz, a 24 de março do ultimo dito anno. Brigadeiro do exercito da India, Governador de Salsete, e tinha servido na marinha real de Goa em Capitão Tenente, por patente de 8 de outubro d'esse anno. Succedeu a seu avô materno nos morgados que elle administrava na India e em Portugal, em que entrava o padrão de juro de cincoenta e quatro mil réis, o qual se averbou em seu nome a 15 de julho de 1790. Nasceu em Goa a 23 de julho de 1776; e morreu já viuvo em 18 de janeiro de 1848: jaz na ca-

pella do cemiterio da egreja de S. Pedro de Panelim. Tinha casado em 21 de maio de 1792, recebendo-se na capella da freguezia de Nossa Senhora da Ajuda de Ribandar, com D. Maria Rita Telles da Silva, que nasceu em 12 de agosto de 1777, filha de José Telles da Silva, Coronel do 3.º regimento de infanteria de Goa, que passou á India em 1758, e falleceu em 2 de agosto de 1785 (irmão natural de Manuel Telles da Silva, 3.º Marquez de Penalva), e de D. Marianna Gonzaga do Amaral e Menezes, nascida em março de 1760, e casados em 1775.

Tiveram filha unica.

15 **D. Maria Rita de Mello Soutomaior Telles.** Nasceu em Goa a 9 de março de 1793, e morreu em 22 de setembro de 1854, sepultando-se na capella do cemiterio da egreja de S. Pedro. Era viuva de Francisco Pereira da Silva Sousa e Menezes, Moço Fidalgo por alvará de 17 de outubro de 1823, com as honras de exercicio no paço por outro de 25 de agosto de 1824. Tenente Coronel de infanteria na India, e lá fallecido; tendo nascido a 17 de novembro de 1808. Irmão de Gonçalo Pereira da Silva Sousa e Menezes, 1.º Conde de Bertiandos. Não houve a mesma senhora geração, e tinha succedido nos morgados de seu pae, e nos da casa de Barbacena pelo fallecimento de Francisco Furtado de Castro do Rio de Mendoça e Faro, 2.º Conde do mesmo titulo, em 11 de março de 1854.

14 **João Manuel Antonio de Mello,** Moço Fidalgo por alvará de 24 de dezembro de 1785. Acrescentado a Fidalgo Escudeiro por outro de 8 de agosto de 1800. Morreu solteiro. — S. g.

14 **Christovão Antonio de Mello,** Moço Fidalgo por alvará de 24 de dezembro de 1785. Primeiro Tenente do mar da marinha de Goa, com vinte e seis xarafins, tres tangas e vinte réis de soldo por mez, por carta patente de 8 de outubro de 1802. — S. g.

14 **D. Antonia Marianna de Mello.** Nasceu em Goa, na freguezia de S. Pedro de Pangim, a 6 de julho de 1773, e falleceu, já viuva, em 11 d'agosto de 1833: jaz na capella mór da

egreja do convento do Pilar. Casou em 26 de novembro de 1786 com Manuel Carlos da Cunha, Fidalgo da casa real, Cavalleiro da ordem de Christo, Coronel de cavallaria. Filho de Miguel Carlos da Cunha, Sargento Mór de cavallaria da legião de Pondá, que nasceu em Lisboa a 12 de outubro de 1738 (irmão do 6.º Conde de S. Vicente, Manuel Carlos da Cunha e Tavora), o qual em 1756 foi prezo á Boavista, levado á casa da India e embarcado para aquelle estado, —que assim praticavam os paes n'esses tempos com os filhos extravagantes— e de D. Ignacia Antonia de Vilhena e Castro.

Tiveram filha.

15 **D. Henriqueta Adelaide da Cunha.** Nasceu em setembro de 1799, sendo baptisada, debaixo de condição, na egreja de S. Filippe e S. Thiago de Cortalins, em 24 de fevereiro de 1800. Morreu em 16 de outubro de 1846, e jaz na capella mór do cemiterio da egreja de Ribandar. Casou em 29 de outubro de 1819, na freguezia de S. Lourenço de Linhares e Agoada, com D. Christovão Joaquim de Carcamo Lobo, Moço Fidalgo da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 1 de janeiro de 1810, filho de D. Antonio José Carcamo Lobo, Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. José por alvará de 20 de fevereiro de 1764, e de D. Maria Rosa Bravo da Fonseca.

Tiveram filhos.

16 **D. Manuel de Carcamo Lobo.** Nasceu a 5 de maio de 1821. Foi Tenente de artilharia. Succedeu a sua prima D. Maria Rita de Mello Soutomaior Telles, nos morgados da sua casa, e como tal é o representante dos Condes de Barbacena. Casou em 20 de fevereiro de 1849, na egreja de Nossa Senhora da Conceição de Pangim, em Nova Goa, com D. Guilhermina Imerina da Costa Pereira, filha de José da Costa Campos, Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei D. João VI por alvará de 26 de outubro de 1826, Cavalleiro das ordens de S. Bento de Aviz e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Vi-

çosa: d'aquella em 27 de março de 1815, e d'esta a 28 de maio de 1841. Coronel Commandante de engenheiros, Director da escóla mathematica militar e do archivo militar, Inspector das obras militares e civis e engenharia, e de D. Maria Joaquina da Rocha. — C. g. que consta de tres senhoras.

16 **D. Antonio de Carcamo Lobo.** Nasceu em 1822.

16 **D. Francisco de Carcamo Lobo.** Nasceu em 1823.

16 **D. Luiz José de Carcamo Lobo.** Nasceu em 1829, e casou com D. Maria Genoveva da Silva Vieira.

16 **D. Maria Luiza de Carcamo Lobo.** Nasceu em 1824, e casou com José Dionizio Carneiro de Sousa e Faro Corte Real de Sampaio, Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro e Fidalgo Cavalleiro na casa da Rainha D. Maria I, por alvarás de 17 e 20 de fevereiro de 1781; hoje fallecido. — C. g.

16 **D. Marianna de Carcamo Lobo.** Nasceu em 1831.

16 **D. Mathilde de Carcamo Lobo.** Nasceu em 1832.

16 **D. João de Carcamo Lobo.** Nasceu em 1846.

13 **D. Ignacia de Mello.** Casou duas vezes: a primeira com Francisco Xavier Henriques, que morreu em Dio onde estava Governador; e a segunda com Vasco Luiz Carneiro de Sousa e Faro, Capitão de Mar e Guerra, e outro sim Governador da mesma praça. — S. g. de ambos os matrimonios.

12 **D. José de Mello.**

12 **D. Henrique de Mello.**

12 **D. Francisco de Mello Soutomaior.** Governador de Dio. Estes tres irmãos tiveram o foro de Fidalgo Cavalleiro, por alvarás de 12 de abril de 1739. — Morreram s. g.

12 **D. Pascoela de Mello.** Freira no convento de Santa Monica de Goa.

9 **D. Marianna Thereza da Silva.** Entrou em 22 de março de 1650 para religiosa no convento de Santos, e depois passou para o de Odivellas onde professou, e morreu em 24 de maio de 1730, havendo quatro mezes que n'elle era Abbadessa.

9 **D. Catharina Telles de Menezes** e

9 **D. Violante de Castro.**

Cada uma d'ellas teve cincoenta mil réis de tença por portaria de 18 d'abril de 1663, que lhos deixou sua mãe em testamento, dos cem mil réis que tinha; e se lhe passou padrão em 2 de março de 1664. Falleceram recolhidas no mosteiro de Santa Clara d'esta cidade.

9 **D. Cecilia de Menezes.** Morreu menina.

9 **D. Ursula de Mendoça.**

9 **D. Josefa de Menezes.**

9 **D. Maria Magdalena da Silva.**

As duas ultimas viviam em 1675, e todas tres falleceram religiosas em Odivellas; aproveitando-lhes a mercê feita a sua mãe, por alvará de 21 de agosto de 1662, de dois logares de freiras.

8 **D. Anna de Castro.** Casou com Antonio de Mello e Castro, Vice-rei da India, que d'esse estado regressou em 1668. — C. g.

8 **D. Angela de Mendoça.** Abbadessa no convento de Odivellas, para onde entrou religiosa, e se lhe passou quitação do seu dote pelo Tabellião Ambrosio Lopes de Barbuda, em 1 de janeiro de 1633.

VIII **Martim de Sousa de Menezes.** 3.º Copeiro Mór: dos Reis D. Filippe III, D. João IV, e D. Affonso VI por alvará de 26 de janeiro de 1635, e carta de 22 de abril de 1641: havendo de moradia um alqueire de cevada por dia paga pela cevadaria da casa real, por alvará de 16 de dezembro do mesmo anno; a qual, por outro de 1 de setembro de 1644, se lhe mandou assentar em um dos almoxarifados do pão, em que tivesse cabimento e sem prejuizo de terceiro: e vencendo seis mil réis de vestiaria, por mercê de 26 de janeiro de 1656. Cavalleiro da ordem de Christo, de que se lhe passou alvarás de Cavalleiro e de profissão, e carta do ha-

bito, em 13 de fevereiro de 1634; e antes, em 19 de setembro de 1633, outra carta, para vencer uma commenda, servindo nas armadas da corôa. Alcaide Mór da Guarda, e padroeiro do convento dos Capuchos do Sobral de Alverca. Morreu em 1670, tendo succedido nas Commendas e casa de seu pae, pela resolução que tomou o irmão primogenito de se fazer religioso. Casou duas vezes. A primeira por escriptura de dote de dez mil cruzados, em que entrava a quinta do Adarte, de arrhas, feita em 28 de abril de 1634, na nota do Tabellião Ambrosio Lopes de Barbuda, com D. Francisca Henriques, sua prima, baptisada em Sant'Anna d'esta cidade em 5 de agosto de 1618, filha de D. Maria Henriques, e de D. João de Carcamo e Figueiroa, paginas 308. E a segunda com D. Maria de Sousa Coutinho, filha herdeira de Manuel de Sousa e Mello, Capitão de infanteria, e senhor de um morgado em Torres Novas, e de D. Maria Coutinho de Alarcão.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

9 **Jorge de Sousa de Menezes.** Capitão de Infanteria: foi morto em 1658, na peleja do forte de Santo Antonio, nas linhas de Elvas: solteiro.—S. g.

9 **Manuel de Sousa de Menezes.**

9 **André de Sousa de Menezes.**

9 **Diogo de Sousa de Menezes.**

9 **Francisco de Sousa de Menezes.**

Todos morreram meninos.

9 **D. Luiza Maria de Menezes.** Religiosa no convento de Odivellas, onde tomou o habito em 1658, e falleceu em 1663.

Da segunda:

9 **Luiz de Sousa de Menezes,** que continua.

9 **Lourenço de Sousa.** Religioso eremita de Santo Agostinho.

9 **Francisco de Sousa de Menezes de Mello.** Moço Fidalgo, acrescentado a Fidalgo Escudeiro. Succedeu em um morgado de sua mãe. Casou duas vezes. A primeira com D. Catharina Pereira de Berredo, da qual foi ter-

ceiro marido, por ser já viuva de seu primo co-irmão Silvestre Falcão de Sousa, senhor de Reguengo de Tavira, e morrendo elle sem filhos lhe fez El-Rei D. Pedro II mercê do mesmo Reguengo, por ser filha legitima de Diogo Peçanha de Abranches, irmão de Ruy Pereira de Berredo, pae do marido: passou depois a segundas nupcias com Jeronymo de Moura Barreto, e não tendo tambem d'elle geração, morreu em 1715, vagando o Reguengo para a corôa, tendo andado na sua familia desde Martim Gonçalves do Carvalhal, irmão da mãe de D. Nuno Alvares Pereira. A segunda com uma creada sua, com quem viveu, e que ao diante se chamou D. Isabel de Mendoça, natural de Tavira, filha de Antonio Baptista e de Maria Simões.

Teve filhos da segunda mulher.

10 **Manuel de Sousa de Menezes de Mello.** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro, por alvarás de 16 e de 30 de abril de 1737, Cavalleiro da ordem de Christo, Adail, Almocadem, Capitão e Tenente de uma das guardas de cavalleria na praça de Mazagão, para onde passou em tempo do Governador Duarte Sodré Pereira, senhor de Agoas Bellas, e lá serviu com muito valor, sendo ferido gravemente em uma perna, de duas pelouradas n'um dos combates com os mouros. Nasceu em Lisboa e morreu em Lagos a 21 de junho de 1745, para onde se foi curar e estabelecer-se. Casou em Mazagão com D. Catharina de Azevedo, que teve por alvará de 7 de julho de 1751, sendo já viuva, supervivencia de mais cinco annos em uma pensão de trigo e dinheiro; e na tença que tinha de sessenta e oito mil e quatrocentos réis por alvará de 13 de fevereiro de 1755, filha de Francisco Caldeira Coutinho, Cavalleiro Fidalgo, Védor Geral e Escrivão do Almoxarifado da mesma praça, e de D. Maria Neto.

Tiveram filhos.

11 **Francisco de Sousa de Menezes,** Moço Fidalgo, acrescentado a Fidalgo Escudeiro e Fidalgo Cavalleiro, por alvarás de 18 e de 22 de março de 1748. Cavalleiro da ordem de Christo; e Alferes de infanteria, posto com que passou á India. Falleceu em Goa, assim que lá chegou, solteiro. — S. g.

11 **Martinho de Sousa de Menezes.** Falleceu em 17 de abril de 1745.

11 **João de Sousa de Menezes e Mello,** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro, por alvarás de 22 e 29 de novembro de 1752. Cadete do regimento da junta. Vivia em 5 de setembro de 1752.

11 **José de Sousa de Menezes e Mello.** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro. Cavalleiro da ordem de Christo. Tenente e Capitão de uma das guardas de cavallaria em Mazagão e Almocadem na mesma praça aonde foi ferido de uma pelourada pelos mouros em peleja; e voltando a Lisboa, sua patria, passou em Capitão Mór ao Pará, onde esteve alguns annos, e depois em Capitão de infanteria para o Rio de Janeiro; e ultimamente outra vez para Mazagão, regressando a final para esta cidade e n'ella casou com D. Sebastiana Maria de Brito.— S. g.

11 **D. Maria de Menezes,** morreu menina.

10 **João de Sousa de Menezes e Mello.** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro, por alvarás de 20 e 21 de abril de 1734. Succedeu no morgado, preferindo a seus irmãos, por ter nascido depois do matrimonio de seus paes. Casou com D. Francisca Xavier Fortes de Magalhães, filha de Jorge Fortes de Magalhães, Capitão do regimento da armada, e de Isabel Maria Wleals.— S. g.

9 **Braz de Sousa de Menezes.** Foi servir para a India e lá morreu.— S. g.

9 **Caetano de Sousa de Menezes.** Moço Fidalgo da Casa d'ElRei D. Affonso VI. Morreu menino.

9 **José de Sousa de Menezes.** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro por alvarás de 20 e 21 de janeiro de 1694; e Capitão de infanteria do terço da armada. Morreu solteiro, em 6 de abril de 1701.— S. g.

9 **Manuel de Sousa de Menezes.**

9 **Antonio de Sousa de Menezes.**

9 **D. Margarida Coutinho.**

9 **D. Marianna Josepha de Mendoça.**

9 **D. Violante Cecilia de Castro.**

9 **D. Anna Maria Coutinho de Menezes.**

Todos estes seis ultimos filhos falleceram meninos.

IX **Luiz de Sousa de Menezes,** 4.º Copeiro Mór: d'El-Rei D. Pedro II, por carta de 10 de julho de 1671; vencendo desde 1 de outubro do mesmo anno, seis mil réis de vestiaria, por alvará de 10 de maio de 1673; e de moradia um alqueire de cevada por dia na cevadaria da casa real, assentado em um dos almoxarifados do reino, por outro de 30 de julho de 1672; por carta de 25 de abril de 1673, se lhe mandou pagar no d'Azambuja, que era aquelle por onde seu pae o havia recebido. Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro. Alcaide Mór da Guarda. Commendador de S. Thiago de Cassorado, e de S. Pedro de Calvello, na ordem de Christo, por cartas de 8 de julho de 1675, e de 24 de julho de 1677; havendo-se-lhe antes passado em 16 de outubro de 1672 alvarás para ser armado Cavalleiro da mesma ordem, na egreja de Nossa Senhora da Conceição d'esta cidade; para professar no convento de Thomar; e carta do habito. Senhor dos padroados e morgados da casa de seus paes. Casou em 1673, com D. Maria Anna de Noronha, filha dos 1.os Condes de Villa Flôr, D. Sancho Manuel, e D. Anna de Noronha, sua primeira mulher. Veja-se adiante na casa de Villa Flôr.

Tiveram filhos.

10 **Martim de Sousa de Menezes,** que continua.

10 **Sancho de Sousa de Menezes.** Morreu menino.

10 **Jorge de Sousa de Menezes.** Moço Fidalgo por alvará de 21 de setembro de 1687. Acrescentado a Fidalgo Escudeiro por outro de 20 de abril de 1695. Cavalleiro da ordem de Christo, com doze mil réis de tença, por padrão de 24 de março de 1702, que lhe foi dado pelos seus serviços e de seu tio José de Sousa de Menezes; e mais outra tença de cento e vinte oito mil réis, tambem por padrão de 16 do dito mez e anno, e isto em quanto não entrasse em uma Commenda effectiva de cento e quarenta mil réis. Serviu no terço da armada, em Soldado, Alferes e Capitão, de 4 de novembro de 1694 a 3 de abril de 1701, embarcando quatro vezes em tres armadas da costa. Passou depois á India com o Vice-rei Caetano de Mello e Castro, por Capitão de terço de D. Diogo de Athayde, sendo despachado em 9 de fevereiro de 1702, e levando, por decreto de 17 e provisão de 21 do mesmo mez e anno, duzentos e cincoenta mil réis de ajuda de custo; e lá foi Governador de Dio. Regressando ao reino, serviu com muita distincção contra Castella, na guerra da liga, em Coronel de um regimento de infanteria ingleza, da Rainha Anna. Feita a paz foi Governador e Capitão General da ilha da Madeira,

como se vê dos artigos abaixo referidos [1], dando-se-lhe com esse cargo o titulo do Conselho de Sua Magestade, em 10 de junho de 1718. Morreu solteiro em 24 de janeiro de 1728, e sepultou-se no convento dos capuchos do Sobral, no jazigo da familia [2]. Em Londres, onde havia estado algum tempo, d'uma senhora d'aquella cidade,

Teve filha illegitima.

11 **D. Leonor de Menezes**, freira no convento de Odivellas.

10 **Francisco de Sousa de Menezes**, Moço Fidalgo por alvará de 6 de novembro de 1699. Cavalleiro e Balio da religião de S. João de Jerusalem. —Morreu s. g.

10 **D. Anna Maria de Noronha**, primeira mulher, s. g., de Antonio Luiz Pinto Coelho, Moço Fidalgo por alvará de 5 de agosto de 1680, e senhor de Felgueiras, Vieira e Fermedo: era já fallecida em 1701, anno em que elle contrahiu segundas nupcias.

X Martim de Sousa de Menezes. 3.º Conde de Villa Flôr, de juro e herdade, por carta de 26 de janeiro de 1709, e em virtude da sentença que, pelo mesmo titulo ser dispensado uma vez fóra da lei mental, alcançou contra o Procurador da coroa e no juizo d'ella, em 24 de maio de 1707, vencendo d'este dia em diante cento e dois mil oitocentos sessenta e qua-

[1] Sabbado partiu d'este porto uma nau de guerra, que leva para a ilha da Madeira o novo Governador Jorge de Souza Menezes, e na volta hade passar pela praça de Mazagão.

Em 10 do corrente entrou a nau de guerra Nossa Senhora da Assumpção, que tinha ido conduzir á ilha da Madeira o novo Governador Jorge de Souza Menezes, e trouxe o seu antecessor João de Saldanha da Gama, que naquelle governo procedeu com muito acerto, ficando prompta para voltar, conforme se diz, a esperar as frotas da Bahia e Pernambuco.

Gazetas de Lisboa Occidental, de 22 de setembro e 17 de novembro de 1718, paginas 304 e 360.

[2] Sabbado 24 d'este mez (janeiro) falleceu Jorge de Sousa de Menezes (irmão do Conde de Villaflor, Copeiro Mór), Governador que foi da praça de Dio no estado da India, e ultimamente Governador e Capitão General da ilha da Madeira, depois de haver occupado varios postos na ultima guerra com boa reputação. Fizeram-se-lhe as exequias na egreja prioral de S. João da Praça, e o seu cadaver foi conduzido ao Sobral onde tem jazigo a sua casa.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 29 de janeiro de 1728, paginas 40.

tro réis do competente assentamento, que por outra carta dada em 11 de agosto de 1715, com o nome de Martim Severim Noronha Sousa e Menezes, lhe foram assentados no almoxarifado da casa da fructa. 5.º Copeiro Mór da casa real, por alvará de mercê de 2 de junho de 1687 e carta de 7 de novembro de 1693, e d'elle tomou posse em 25 d'este mez e anno: vencendo de vestiaria seis mil réis e de ordinaria trinta e dois mil cento e sessenta réis, a razão de cento e vinte réis para dez arrateis de vacca por dia e cinco mil réis das iguarias que vem da casa real, pagos pela sua folha e no thesouro d'ella, por alvarás de 26 de fevereiro e de 10 de maio de 1694. Moço Fidalgo com mil réis e um alqueire de cevada por dia de moradia, por alvará de 12 de setembro de 1687, mandando-se-lhe, por outros de 8 de junho e de 17 de setembro d'esse anno, pagar a cevada em especie na cevadaria da casa real, e assentar no almoxarifado d'Azambuja os seis moios e cinco alqueires que ella importa por anno. Acrescentado a Fidalgo Escudeiro em 20 de abril de 1695 com mil e quatrocentos réis mais na moradia, para a ter de dois mil e quatrocentos réis, que era a de seu pae. Alcaide Mór da cidade da Guarda. Commendador de S. Pedro de Calvello e de S. Thiago de Cassorado, na ordem de Christo, por mercê feita a 10 de junho de 1687, e de que houve cartas a 18 de outubro de 1694. Achando-se com quinze annos e nove mezes, em 1 de junho de 1688, foi dispensado da menoridade pela Meza da Consciencia e Ordens para poder receber o habito da mesma ordem de Christo, em que estava provído: em 14 d'esse referido mez e anno se lhe passaram os alvarás para ser armado Cavalleiro na egreja de Nossa Senhora da Conceição d'esta cidade, e de Cavalleiro, e a carta para se lhe lançar o habito no convento de Thomar; e em 16 de setembro de 1693, o alvará de profissão. Padroeiro do convento dos capuchos do Sobral, successor da casa de seu pae, dos morgados de Severim e de outros, etc. Morreu a 11 de novembro de 1733[1]. Casou duas vezes: a primeira em 27 de julho de 1698, com D. Maria Antonia da Silva, Dama da Rainha D. Maria Sophia de Neubourg, que morreu em 16 de abril de 1708, filha dos 1.os Viscondes d'Asseca, Martim Corrêa de Sá e D. Angela de Mello; e a segunda com D. Luiza Maria de Mendoça, viuva de Jorge de Mello, e filha de Tristão da Cunha e D. Joanna de Mendoça.

[1] Falleceu a 17 do corrente na sua quinta de Palhavã, de uma enfermidade dilatada, com mais de 60 annos de edade, Martim de Sousa de Menezes Manuel de Vilhena, 3.º Conde de Villa Flor, e Copeiro Mór hereditario da casa real. Foi sepultado no convento dos religiosos capuchos do Sobral, de que era padroeiro, e lhe fica succedendo na casa, titulo e emprego, seu filho o Conde Luiz de Sousa de Menezes.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 26 de novembro de 1733, paginas 387.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

11 **Luiz Manuel de Sousa e Menezes**, que continua.

11 **D. Anna Maria de Mello.** Teve por nomeação de sua mãe feita no testamento nuncupativo com que falleceu, duas tenças: uma de duzentos mil réis no almoxarifado do pescado, e outra de sessenta mil réis na casa das carnes, verificada por mercê de 11 de maio de 1708, d'ellas se lhe passaram padrões em 21 de agosto de 1709, e as renunciou por ir ser religiosa no convento das capuchas, no logar de Sacavem, da primeira regra de Santa Clara, e com alvará de faculdade, dado em 21 de outubro de 1718, em sua irmã D. Marianna Joaquina de Mendoça, á qual se lavrou padrão em 23 de setembro de 1719.

Da segunda mulher:

11 **D. Marianna Joaquina de Mendoça Severim de Noronha,** Dama do paço acceita em 1726 [1], Marqueza, Aia e Camareira Mór, emprego que exercia quando falleceu em Salvaterra a 17 de fevereiro de 1780 [2], e antes, sendo solteira, tinha sido Dama da Rainha D. Marianna d'Austria, e Dama Camarista da Princeza da Beira, depois a Rainha D. Maria I, e declarada a 17 de dezembro de 1734, dia do nascimento da mesma senhora. Teve as tenças que lhe nomeou sua irmã, como fica dito, e as Commendas de seu marido. Tinha casado a 18 de maio de 1738 [3], com D. Antonio Igna-

[1] Foi acceita para Dama do paço a senhora D. Marianna Joaquina de Mendoça, filha do Conde de Villaflor, Copeiro Mór de Sua Magestade.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 21 de março de 1726, paginas 96.

[2] De Salvaterra se recebeu a noticia de ter ali fallecido no dia 17 do corrente, de uma curta molestia, a illustrissima e excellentissima senhora Marqueza, Aia e Camareira Mór, D. Marianna Joaquina Severim de Noronha, da casa de Villa Flôr.

Gazeta de Lisboa, terça feira 22 de fevereiro de 1780.

[3] Domingo se celebraram os desposorios de D. Antonio da Silveira, Coronel de um regimento de dragões, com a senhora D. Marianna de Mendonça, Dama da Rainha nossa senhora, filha do 3.º Conde de Villa Flor, Martinho de Sousa de Menezes e da senhora Condessa D. Luiza de Mendonça, sua segunda mulher. Fez a funcção de os receber D. Affonso Manuel de Menezes, sendo seus padrinhos D. Braz Balthasar da Silveira seu irmão, e D. Francisco Xavier Pedro de Souza, seu primo; e madrinha a senhora Marqueza de Valença. Concorreu a este acto toda a nobreza da côrte, e houve um refresco abundante e delicado.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 22 de maio de 1738, paginas 251.

cio Xavier da Silveira, do qual ficou viuva, Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro, por alvarás de 15 de setembro de 1695 e de 12 de março de 1698. Commendador de S. Vicente de Figueira e de S. Gens de Arganil, da ordem de Christo, por cartas de 9 de maio de 1733 e de 7 de fevereiro de 1755, e Sargento Mór de batalha, feito na promoção de 12 de janerio de 1754.

Tiveram filha.

12 **D. Maria Thomazia Xavier da Silveira.** Nasceu a 7 de março de 1740, e foi segunda mulher de seu primo o 5.º Conde de Villa Flôr, Antonio Francisco de Paula Manuel de Sousa e Menezes, adiante referido.

11 **D. Joanna Maria Josepha Manuel de Mendoça,** primeira mulher de seu sobrinho o mencionado 5.º Conde de Villa Flôr.

XI **Luiz Manuel de Sousa e Menezes,** 4.º Conde de Villa Flôr de juro e herdade, ainda na vida do pae, por carta de 29 de novembro de 1723, e tendo cento e dois mil oitocentos sessenta e quatro réis do assentamento do titulo, por outra de 15 de junho de 1735. 6.º Copeiro Mór da casa real por carta de 11 de março de 1734, com trinta e dois mil cento e sessenta réis de ordinaria e seis mil réis de vestiaria. Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro, por alvarás d'El-Rei D. João V de 22 e 23 de novembro de 1714, vencendo a cevada de sua moradia em especie, e paga no almoxarifado da Azambuja, por outros de 20 de agosto e de 27 de outubro de 1734. Alcaide Mór da cidade da Guarda. Commendador de S. Pedro de Calvello e de S. Thiago de Cassorado, por alvarás de 18 de setembro de 1734 e cartas de 20 de outubro de 1735. Havendo-se-lhe passado alvarás de Cavalleiro, de profissão e carta do habito da mesma ordem, em 28 de junho de 1725, sendo antes dispensado em 23 de março d'esse anno, pela Meza da Consciencia e Ordens, para poder fazer as suas provanças n'esta côrte, apesar de seu avô materno ter nascido no Rio de Janeiro: houve quinhentos mil réis de tença no almoxarifado da casa das carnes, que sua mãe lhe deixou, e se lhe passou carta de padrão a 28 de outubro de 1709. Padroeiro do convento dos capuchos do Sobral, onde jaz sepultado, tendo fallecido em 12 de abril de 1752[1]. Casou em 16 de feve-

[1] Falleceu n'esta cidade, a 12 do corrente, em edade de 50 annos o Illm. e exc. senhor Luiz Manuel de Sousa, 4.º Conde de Villa Flor, Copeiro mór do reino e Commendador de S. Pedro de Calvello e Sant'Iago de Cassorado, na ordem de Christo. Foi sepultado no convento de Santo Antonio dos capuchos do Sobral, de que era padroeiro, e onde tem jazigo a sua casa. Era casado com a Illm. e exc. senhora D. Antonia Cae-

reiro de 1724 com D. Antonia Caetana Henriques, Dama da Rainha D. Marianna de Austria e Dama Camarista do Infante D. Pedro, depois Rei 3.° do nome; a qual teve uma tença de quinhentos mil réis, e uma vida n'ella para o filho que nascesse d'este casamento; sendo feita a mercê pela portaria de 8 de novembro de 1723, e passando-se depois padrão a 28 de abril de 1724. Nasceu a 2 de agosto de 1692 e falleceu a 16 de egual mez de 1761, segunda filha dos 7.os senhores das Alcaçovas, D. Jorge Henriques e D. Magdalena de Bourbon.

Tiveram filhos.

12 **Antonio Francisco de Paula Manuel de Sousa e Menezes**, que continua.

12 **Jorge Francisco Manuel de Sousa e Menezes.** Nasceu n'esta cidade na freguezia de Santa Catharina, a 15 de novembro de 1726. Moço Fidalgo por alvará de 4 de março de 1736, acrescentado a Fidalgo Escudeiro por outro de 8 de janeiro de 1751. Commendador de S. João de Jerusalem, sendo recebido Cavalleiro de Justiça na mesma religião, e approvadas as provanças da sua pessoa em 13 de abril de 1731, governando então a ordem de Malta o Grão Mestre D. Antonio Manuel de Vilhena, tio d'elle, Marechal de Campo e Governador de Peniche. Morreu em 1792. —S. g.

XII **Antonio Francisco de Paula Manuel de Sousa e Menezes.** 5.° Conde de Villa Flôr de juro e herdade e do Conselho d'El-Rei, por cartas de 9 de novembro de 1753. 7.° Copeiro Mór da casa real, tendo de moradia nove moios e sete alqueires de cevada por anno, e de vestiaria seis mil réis, por cartas de 13 e 14 d'esse mez e anno. Moço Fidalgo por alvará d'El-Rei D. João V de 4 de março de 1736, acrescentado a Fidalgo Escudeiro por outro de El-Rei D. José, de 8 de janeiro de 1751. Gentil Homem da camara d'El-Rei D. Pedro III, sendo Infante, d'El-Rei D. José, da Rainha D. Maria I e do Principe D. José. Conselheiro do ultramar por carta de 11 de março de 1769, passando-se-lhe em 15 de junho do mesmo anno outra de privilegios de Desembargador. Commendador de S. Pedro de Calvello e de S. Thiago de Cassorado, na ordem de Christo, por alvarás de 12 de maio e cartas de 7 de setembro de 1753. Alcaide Mór da cidade da Guarda. Governador e Capitão General de Pernambuco, nomeado em 1761 e de que tirou patente em 14 de junho de 1763, porque, succedendo a guerra de 1762 n'ella serviu com o posto de Marechal de Campo

tana Henriquez de Bourbon, e filho dos Illm. e exc. senhores Condes, Martinho de Souza de Menezes e D. Maria Antonia da Silva.

Gazeta de Lisboa, terça feira 18 de abril de 1752, paginas 311.

(havendo sido antes Capitão de infanteria em um dos regimentos da côrte), e feita a paz, partiu com a sua familia para aquella capitania em 10 de julho, e havendo lá chegado a 3 de setembro, logo no dia 8 d'esse mez, e tudo no mencionado anno de 1763, tomou em Olinda posse do governo, que conservou até abril de 1768, anno em que regressou á patria. Teve duas tenças de quinhentos mil réis, uma na alfandega da casa das carnes e fructas, por mercê de 31 de janeiro de 1755, e a outra no almoxarifado dos portos seccos, por padrão de 22 de outubro de 1763. Succedeu a seu pae nos padroados, morgados e mais bens da sua casa. Nasceu em 11 de janeiro de 1725, e morreu a 29 de setembro de 1791[1]. Casou duas vezes: a primeira a 13 de junho de 1741, com sua tia D. Joanna Maria Josepha Manuel de Mendoça, Dama Camarista da Princeza do Brasil, D. Marianna Victoria, e filha do 3.º Conde de Villa Flôr, Martim de Sousa de Menezes, seu avô, e da segunda mulher a Condessa D. Luiza Maria de Mendoça; e a segunda em 17 de junho de 1757, com sua prima D. Maria Thomazia Xavier da Silveira, com a qual se recebeu na quinta de Palhavã, freguezia de S. Sebastião da Pedreira, e tinha ella a mercê da Commenda de Santa Maria de Almeida, na ordem de Christo, por alvará de 20 de março de 1743, de que tomou posse por carta de 15 de fevereiro de 1759. Nasceu a 7 de março de 1740[2], e falleceu em Pernambuco. Filha, como fica referido a paginas 357, de D. Marianna Joaquina de Mendoça Severim de Noronha e de D. Antonio Ignacio Xavier da Silveira.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

13 José Manuel de Sousa e Menezes.

13 Luiz Manuel de Sousa e Menezes.

[1] Antonio de Sousa Manuel de Menezes, Conde de Villa Flor, Copeiro Mór, e do Conselho de S. M. e do Ultramar, e Gentil-homem da sua camara, falleceo nesta cidade no dia 29 de Setembro passado, de edade de 66 annos 8 mezes e 10 dias.

Gazeta de Lisboa, terça feira 4 de outubro de 1791.

[2] Na época do nascimento d'esta senhora ha contradicção.

Nas Memorias Historicas e Genealogicas dos Grandes de Portugal, D. Antonio Caetano de Souza, edição de 1755, a paginas 628 diz: — que nasceu a 7 de fevereiro de 1739, mas na Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 17 de março de 1740, vem o seguinte artigo. — Na segunda feira 7 deu á luz uma filha a exc. senhora D. Marianna de Mendonça, mulher de D. Antonio Ignacio da Silveira, Coronel de um regimento de dragões.

Nós seguimos esta data.

13 **Joaquim Manuel de Sousa e Menezes.** Nasceu a 27 de maio de 1750.

Todos tres morreram meninos.

Da segunda:

13 **D. Anna Francisca de Sousa.** Dama da Rainha D. Maria I. Nasceu a 16 de setembro de 1758, e morreu em 4 de fevereiro de 1798, sepultando-se na egreja do Livramento. Casou duas vezes: a primeira em 1782, com D. João de Mello Homem — s. g.; e a segunda com o 1.º Marquez de Sabugosa, Antonio Maria de Mello da Silva Cesar de Menezes. D'este, além de um filho que morreu moço,

Teve filha.

14 **D. Maria José do Sacramento e Mello,** Condessa de Villa Flôr, como primeira mulher do Duque da Terceira, mencionada a paginas 248.

13 **Luiz Manuel de Sousa e Menezes.** Nasceu na quinta de Palhavã, e foi baptisado em 12 de janeiro de 1761. Morreu menino.

13 **Antonio de Populo Faustino de Sousa Manuel Severim de Noronha,** 6.º Conde de Villa Flôr: paginas 241.

Creação

Duque, 8 de novembro de 1832.
Marquez, 14 de janeiro de 1833, confirmando a mercê feita em 1827.
Conde, 29 de setembro de 1659.
Copeiro Mór, 18 de setembro de 1579.
Estribeiro Mór, 31 de outubro de 1834.
Condestavel temporario, 31 de novembro de 1835.

Residencias

As que teve esta casa foram: palacio a S. João da Praça; quinta no Sobral de Alverca.

A casa de Villa Flôr é de appellido Manuel, como vamos mostrar:

I **D. Fernando,** o Santo, Rei de Castella e 3.º do nome. Nasceu em 1198, e morreu em 30 de maio de 1252. Casou a primeira vez em 1220, com D. Beatriz de Suevia, filha de Filippe, Imperador de Allemanha e Duque de Suevia, e da Imperatriz Irene, filha do Imperador de Constantinopla Isaac Algelo.

Tiveram filho.

II **D. Manuel,** Infante de Castella, senhor de Escalona, Penafiel e Allaron, Adiantado Mór do reino de Murcia, e Mordomo Mór d'El-Rei de Castella, D. Fernando IV, seu sobrinho. Casou com a Condessa D. Beatriz de Saboya, que foi segunda consorte, filha dos Condes de Saboya, Amadeu IV e Cecilia de Beaux, segunda mulher.

Tiveram filho.

III **D. João Manuel,** que tomou este appellido em memoria do Imperador de Constantinopla, Manuel, de quem descendia. Foi Principe de Vilhena, senhor de Escalona e Penafiel, Adiantado Mór da fronteira e do reino de Murcia, Mordomo Mór dos Reis de Castella D. Fernando IV e D. Affonso XI; d'este, um dos tutores e Governadores do reino na sua menoridade. Morreu em Cordova, e jaz no convento de S. Paulo, da ordem de S. Domingos, que elle fundou na sua villa de Penafiel[1]. Casou duas vezes: a primeira com a Infanta D. Constança de Aragão, da qual houve a Rainha de

[1] Este D. João, fez dois testamentos, como consta de um instrumento com o teor de duas clausulas delles, que pelo Mestre Joham das Leis, Vassallo de El-Rei, foi apresentado em Santarem, nos paços do Bispo de Lisboa, perante Joham Duraens, Vassallo do mesmo senhor e Védor da Chancellaria, em presença de Roy Martinez, Tabellião de El-Rei n'aquella villa, aos 6 de março da era de 1389. O referido instrumento, guarda-se no Archivo da Torre do Tombo, na gaveta 16, maço 1, documento 7; e no maço 2, documento 3 e 4 existem os testamentos: o primeiro de 31 de maio da era de 1377; e o segundo, que foi feito em Sevilha, a 14 de agosto da era de 13... *(Esta já não existe por fallar parte do pergaminho)* nas casas de Leonor Rodrigues, mulher que foi de Affonso Fernandes de Mendoça: menciona, além das duas senhoras acima referidas, um filho por nome D. Fernando, a quem nomeia seu herdeiro, e o prohibe de se intrometter em coisas publicas, até que faça vinte annos de edade, que cumprirá na era de 1390; e mais outro chamado Sancho, ao qual deixa cincoenta mil maravedis, e o temos por natural pois lhe não dá Dom; são documentos curiosos e bem feitos.

Portugal, D. Constança Manuel, primeira mulher de El-Rei D. Pedro I: e a segunda com D. Branca de Lacerda, senhora de Biscaya e da casa de Lara, de quem teve D. Joanna Manuel, Rainha de Castella, por casar com o Rei D. Henrique II. De D. Ignez de Castanheda, filha de Ruy de Castanheda, e de D. Maria de Cevallos, entre outros,

Teve filho.

IV **D. Henrique Manuel de Vilhena,** que se criou em Portugal, para onde veiu de tenra edade na companhia de sua irmã a Rainha D. Constança, e n'este reino, por mercê d'El-Rei D. Fernando, seu sobrinho, foi Conde de Cêa e Cintra, senhor de Cascaes e do reguengo de Oeiras, de Celorico de Basto, Lapella e Cañas, e das rendas de Mirandella, Alcaide Mór de Chaves e da Guarda. Pelo fallecimento do mesmo Monarcha, seguiu o partido de sua filha a Rainha D. Beatriz, e com ella passou para Castella, onde foi Conde de Monte Alegre, ultimo titulo que deu o Rei D. João I, tambem seu sobrinho, e senhor da dita villa e da de Menezes: prestou muitos serviços áquella coroa, sendo tutor de El-Rei D. João II e um dos Governadores do reino em logar do Infante D. Fernando, que deixou de o ser em 1412 quando partiu para reinar em Aragão. Casou em Portugal com D. Brites de Sousa, filha de Pedro Affonso de Sousa e de D. Elvira Annes da Noboa, a paginas 143.

Tiveram filhos.

5 **D. Pedro Manuel,** senhor de Monte Alegre e Menezes. Achou-se com El-Rei D. João II na entrada da veiga de Granada, e em a batalha que elle ganhou aos moiros em 1434. Casou com D. Joanna Manrique, filha de D. Gomez Manrique, Adiantado de Castella, e de D. Isabel de Roxas.

Tiveram filhas.

6 **D. Maria Manuel,** senhora de Monte Alegre e Menezes: casou com D. Lourenço Soares de Figueiroa, 1.º Conde de Feria. — C. g.

6 **D. Sancha Manuel,** mulher de D. João Sarmento, irmão do 1.º Conde de Salinas.

6 **D. Catharina Manuel,** casada com D. João de Tovar, senhor de Zevico. — C. g.

5 **D. Branca de Vilhena,** que casou duas vezes: a primeira com Ruy Vasques

Coutinho, senhor de Ferreira de Aves; e a segunda com Fernão Vaz da Cunha, que lhe deu de arrhas quatro mil libras. — C. g. De ambos os matrimonios.

5 **D. Ignez de Vilhena,** mulher de Vasco Martins de Sousa Chichorro, 2.º senhor de Mortagoa. — C. g.

5 **D. Margarida Manuel,** casou com D. Diogo Garcia de Toledo, senhor de Mejorada. — C. g. Depois de viuva houve de D. Alvaro de Luna, Condestavel de Castella, a D. Pedro de Luna, 1.º senhor de Fuenteduena, de quem procedem os Condes d'este titulo, que mencionamos a paginas 365 e seguintes como ascendentes de Sua Magestade a Imperatriz dos francezes.

Illegitimos.

5 **D. Fernando Manuel de Vilhena,** senhor de Belmonte e Zovico de la Torre. Residiu muito tempo n'este reino com sua tia a Rainha D. Constança: passou depois a Castella, e se achou na batalha de Aljubarrota com o seu Rei D. João I; com D. Henrique III e D. João II nas guerras de Antequera contra os moiros; e nas com o Conde Urgel, em serviço de D. Fernando, Rei de Aragão, assistindo á sua coroação celebrada em Saragoça no anno de 1414. Morreu com testamento outorgado em Toro em 1419; e d'elle consta ter casado com D. Mecia Rodrigues da Fonseca, filha de Pedro Rodrigues da Fonseca e de D. Ignez Dias Botelho. Além de muita descendencia que d'elle ficou em Castella,

Teve filha.

6 **D. Joanna Manuel,** amante d'El-Rei D. Duarte. — C. g.

5 **D. Ignez Manuel,** senhora de Castilnovo, casada com D. Inigo Lopes de Mendoça. — C. g.

5 **D. Leonor de Vilhena,** mulher de D. Antonio Folch de Cardona. — C. g.

5 **D. Ignez de Vilhena,** casada com Gil Simões. — C. g.

5 **D. João Manuel de Vilhena,** que continua.

V **D. João Manuel de Vilhena,** 1.º senhor de Cheles, que instituiu em morgado com licença d'El-Rei D. João II de Castella, e por escriptura do

anno de 1463, da qual consta ter sido a mencionada villa de sua mãe, que ahi vem mencionada com o nome de D. Mayor Portocarrero, e estar casado com D. Mecia Soares de Senabria.

Tiveram filhos.

6 D. **Diogo Manuel de Vilhena**, que continua.

6 D. **Maria Manuel**, mulher de Pedro Rodrigues da Fonseca, Regedor de Toro, Guarda Mór dos Reis Catholicos, do seu Conselho, e 3.º senhor do morgado de las Tercias de Badajoz. — C. g.

VI **D. Diogo Manuel de Vilhena**, 2.º senhor de Cheles. Casou com D. Mayor da Silva, filha de Vasco Fernandes da Silva, senhor de S. Fagundo, e de D. Mecia de Vargas, 5.ª senhora de la Higuera de Vargas, a qual sobreviveu muito ao marido, tendo outorgado um codicilio feito em 1507.

Tiveram filhos.

7 D. **João Manuel de Vilhena**, que continua.

7 D. **Leonor Manuel**, casada com D. Francisco de Faro, que era filho 2.º de D. Affonso, 1.º Conde de Faro, e de D. Maria de Noronha, Condessa de Odemira e de Aveiro. — C. g.

VII **D. João Manuel de Vilhena**, 3.º senhor de Cheles, villa que elle mudou do antigo local em que se achava situada, para aquelle onde hoje está; fez o seu castello, e dotou a egreja no anno de 1532[1]. Casou em Portugal com D. Isabel de Mendoça, filha de Diogo de Mendoça, Alcaide Mór de Mourão, e de D. Beatriz Soares de Albergaria.

[1] D. João Manuel de Vilhena escreveu uma carta a El-Rei D. Manuel, que se acha na Collecção do Corpo Chronologico no Archivo da Torre do Tombo, parte I, maço 5, documento num. 97, á qual damos em seguida publicação: — «Muy alto e muy poderoso Señor — Recebi uma carta que vsã alteza me mando escrivir com Simon tinoco a quien yo he dicho q' me hallo obligado a vsõ servicio por la voluntad que por la dicha carta conoci de vsã alteza, y por lo que el me dicho y por no ser ingrato a esta merced yo trabalare de servir a v al con todas mis flacas fuerças y cõ mucha volũtad segũ mas largo do Simontinoco sabra v Al. yo me Remito a el y Ruego a nos Señor que quiera guardar e acrecẽtar la Real persona y estado de v. al. De la coruña postumero de Abril MDVI. Syervo de v. al. que sus Reales manos besa — Sobrescripto — Al muy alto y muy poderoso Señor el S.or Rey de portugal.

Tiveram filhos.

8 **D. Francisco Manuel**, 4.º senhor de Cheles. Na sua descendencia continuou em Castella esta casa com o titulo de Conde da mesma villa.

8 **D. Mayor Manuel**. Casada com seu sobrinho Diogo de Mendoça de Lima, 3.º Alcaide Mór de Mourão. —C. g.

8 **D. Maria Manuel**, Dama da Imperatriz D. Isabel, mulher de Carlos V. Casou com D. Christovão Ozorio Portocarrero, senhor de Montijo e Crespa, Cavalleiro da ordem de S. Thiago, ultimo Commendador de Estepa e Mordomo Mór da Rainha de Portugal e Infanta de Castella D. Leonor, terceira mulher d'El-Rei D. Manuel. Filho 3.º de D. João Portocarrero, 1.º Marquez de Villa Nova del Fresno, e de D. Maria Ozorio, filha dos 1.ºˢ Condes de Lemos, D. Pedro Alvares Ozorio e D. Maria de Bazan, sua segunda mulher.

Tiveram filho.

9 **D. Christovão Osorio Portocarrero**, 2.º Conde de Montijo, titulo dado por El-Rei D. Filippe III a seu irmão primogenito D. João Manuel Portocarrero. Casou por capitulos de matrimonio que se fizeram em Madrid a 27 de março de 1597, com D. Antonia de Luna, filha de D. Alvaro de Luna, Cavalleiro da ordem de S. Thiago, Capitão da guarda dos *Cem Continuos Hijodalgos de Castilla*, e de D. Isabel Henriques, com quem se recebeu em 1568; irmã de D. Francisco Henriques, 1.º Marquez de Val de Rabano, feito em 1614.

Tiveram filho.

10 **D. Christovão Osorio Portocarrero**, 3.º Conde de Montijo, senhor de la Puebla e Crespa, etc., que casou com sua prima D. Anna de Luna Henriques, 2.ª Condessa e 7.ª senhora de Fuenteduena, Marqueza de Val de Rabano e senhora de Guetor Tajar, que já mencionámos a paginas 216: filha de D. Antonio de Luna, 1.º Conde e 6.º senhor de Fuenteduena (quinto neto de D. Pedro de Luna, referido a paginas 363), e de D. Joanna de Mendoça, sua primeira mulher.

8 **D. Christovão Manuel de Vilhena**, que continua.

8 **D. Sancho Manuel**. —S. g.

VIII **D. Christovão Manuel de Vilhena,** Commendador de Moreiras, na ordem de Christo, e Alcaide Mór de Fontes por mercê da casa de Bragança, tendo vindo de Castella para o seu serviço. Casou com D. Francisca de Castro, filha dos 3.[os] senhores de Ferreiros e Tendaes, Ruy Vaz Pinto e D. Joanna Pereira.

Tiveram filhos.

9 **D. Francisco Manuel de Vilhena,** que continua.

9 **D. Rodrigo Manuel,** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro, com moradia de dois mil seiscentos e quarenta réis, que se lhe mandou satisfazer em 14 de novembro de 1591. Commendador das Alcaçovas, na ordem de Christo, e Capitão de Chaul por mercê d'El-Rei D. Filippe I. «Na materia da successão do reino de Portugal prestou muitos serviços a esse senhor» que, por carta passada em Madrid a 10 de janeiro de 1589, lhe deu cento e cincoenta mil réis de tença em sua vida; e depois por um alvará d'El-Rei D. Filippe II de 30 de junho de 1601, e tambem por lhe pertencerem os serviços do filho D. Henrique, se lhe fez promessa de uma Commenda de trezentos mil réis, com faculdade de a nomear em um dos filhos. Casou duas vezes: a primeira com D. Isabel de Vilhena, Dama da Infanta D. Isabel, filha dos 4.[os] senhores das Alcaçovas, D. Henrique Henriques e D. Branca de Vilhena; e a segunda com D. Filippa de Castro, em quem elle nomeou cincoenta mil réis de tença, em virtude de um alvará dado em 1 de maio de 1611, e a ella se passou carta em 29 de junho de 1612. Filha de D. Alvaro de Castro, senhor do morgado do Torrão, e de D. Catharina Henriques.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

10 **D. Christovão Manuel,** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro com moradia de dois mil seiscentos e quarenta réis, que vencia em 14 de novembro de 1591: morreu na guerra de Ceylão. — S. g.

10 **D. Henrique Manuel,** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro, como fica acima referido em seu irmão: falleceu indo para a India no galeão de Fernão de Mesquita, que se perdeu nos cachopos.

10 **D. Branca de Vilhena,** freira em Santa Catharina de Sena, de Evora.

10 **D. Francisca de Vilhena.** Sem estado.

10 **D. Bento Manuel.** Morreu menino.

Da segunda:

10 **D. Francisco Manuel de Vilhena,** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro com a moradia de dois mil seiscentos e quarenta réis, em 6 de novembro de 1612. Commendador de S. Martinho de Ranhados, na ordem de Christo, que vagou pela renuncia de D. Jorge Henriques, e em consequencia da promessa feita ao pae, *que Deus perdoe,* por carta de 12 de fevereiro de 1613: serviu a casa de Bragança, e teve alguns annos a Capitania de Chaul, que n'elle renunciou seu pae com licença de El-Rei. Foi Capitão de Dio, que largou antes de acabar o triennio do seu governo para ir como aventureiro com o General Nuno Alvares Botelho, e se achou na batalha do Poço de Surrate nas costas da Persia, que elle venceu, e saindo mortalmente ferido embarcou-se para o reino e foi morrer em 1627 na armada que então se perdeu na costa de França, sendo d'ella Capitão Mór Vicente de Brito de Menezes, e General D. Manuel de Menezes (*Epanaphoras de varia historia, etc.,* por D. Francisco Manuel, paginas 235, 1676). Casou com D. Maria Henriques, viuva de D. Jorge de Castello Branco, Capitão de Ormuz, e filha de D. Francisco de Miranda, Capitão de Chaul, e de D. Cecilia de Miranda.

Tiveram filhos.

11 **D. Rodrigo Manuel.** — S. g.

11 **D. Fernando Manuel,** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro. Commendador de S. Martinho de Ranhados, em successão a seu pae, por alvará de 25 de abril de 1644: d'ella fez deixação por se lhe haver dado a Capitania Mór de Baçaim, por carta de 16 de março de 1649, que não serviu nem d'ella recebeu os ordenados, porque indo á India em 1656 por Capitão Mór das naus, e tendo lá vivido e occupado muitos postos, do mesmo estado veiu preso para o reino, pelo caso da estatua que se poz ao Vice-rei D. Filippe Mascarenhas, e n'elle houve sentença em seu favor. Então se lhe verificou a commenda por carta de 22 de janeiro de 1666, sendo já Cavalleiro professo da mesma ordem de Christo, tendo-se habilitado em 31 de outubro de 1640. Casou duas vezes: a primeira com D. Francisca Pereira, filha de D. Manuel Pereira, de alcunha o Racha — s. g.; e a segunda com D. Luiza de Mello. D'esta mulher,

Teve filho.

12 **D. Francisco Manuel de Vilhena**, Commendador de S. Martinho de Ranhados, por alvará de administração de 20 de maio de 1653. Succedeu no morgado que seu pae tinha em Portugal.

Teve filho.

13 **D. Francisco Manuel de Vilhena**, Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Cavalleiro por alvará de 9 de março de 1673 *(Nobiliarchia Goana, etc.*, por Filippe Xavier Goes, paginas 7, num. 36, Goa, na imprensa nacional, 1862).

11 **D. Filippa de Castro**, primeira mulher de D. Braz de Castro. —C. g.

10 **D. Alvaro de Castro**, religioso da ordem de S. Domingos, Deputado do santo officio da inquisição de Evora, habilitado a 14 de maio de 1626.

10 **D. Theotonio Manuel**, Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro com dois mil seiscentos e quarenta réis da moradia, que vencia em 23 de abril de 1619. Doutor em canones na universidade de Coimbra; Conego de Evora, de 24 de maio de 1624 até 1634, anno em que renunciou a conesia, depois Deão da dita egreja com o priorado da villa do Vimieiro, em 6 de setembro de 1647; Deputado do santo officio da inquisição da mesma cidade, habilitado a 26 de novembro de 1626. Estando recluso na torre de S. Gião, por ter sido remettido preso para Lisboa na occasião do cerco de Evora, pelo seu parente D. Sancho Manuel, Conde de Villa Flôr, por ser notado de seguir o partido de Castella, renunciou o deado em Martim Affonso de Mello, seu sobrinho, porém estando livre reclamou a renuncia, e teve sentença no cabido a seu favor a 19 de novembro de 1671. Foi Governador do Arcebispado de Evora. Na villa das Alcaçovas edificou umas casas nobres e uma bella capella publica dedicada a S. Theotonio, e aos padres Agostinhos descalços fez doação, em 20 de agosto de 1670, de umas casas em Evora para n'ellas fundarem o seu convento. Falleceu em 3 de junho de 1674 e jaz na sua sé. D'elle trata o *Santuario Mariano, etc.*, tomo VI, paginas 324.

10 **D. Catharina de Castro**, mulher de Francisco de Mello, Commendador de S. Pedro de Gouvêa. —C. g.

10 **D. Maria de Castro**, casada com Lopo Alvares de Moura, senhor do morgado da Corte Serrão. —C. g.

10 **D. Joanna de Vilhena,** mulher de Ascenso de Sequeira. — C. g.

10 **D. Sebastianna de Mendoça,** religiosa em Santa Monica de Evora.

10 **D. Maria Manuel,** freira no mosteiro do Castello de Moura.

9 **D. Antonio Manuel.**

9 **D. Sancho de Vilhena.**

Ambos passaram a servir na India e lá morreram. — S. g.

9 **D. Isabel de Mendoça,** a da Coifa de oiro, que foi Dama da Infanta D. Isabel, e casou com seu primo D. Luiz de Noronha. — C. g.

9 **D. Joanna de Mendoça,** que com o nome de sôr Joanna de Christo foi religiosa no convento das Chagas em Villa Viçosa, e muitas vezes Abbadessa; acabando a vida com opinião de virtude.

9 **D. Maria de Lara,** freira no mesmo convento.

IX **D. Francisco Manuel,** Commendador de Moreiras na ordem de Christo e Fidalgo da casa de Bragança. El-Rei D. Filippe I, pelos serviços que prestou para a successão do reino, lhe fez mercê, a 12 de fevereiro de 1581, da Capitania Mór das naus da India. Casou com D. Beatriz da Silva e Menezes, filha herdeira de Manuel de Abreu Peçanha, senhor do morgado de Alcarapinha, e de D. Filippa da Silva.

Tiveram filhos.

10 **D. Christovão Manuel,** que continua.

10 **D. Filippa da Silva.**

10 **D. Isabel de Menezes.**

10 **D. Francisca de Vilhena.**

Todas tres foram religiosas no convento de S. Domingos de Elvas.

X **D. Christovão Manuel.** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro, vencendo dois mil seiscentos e quarenta réis de moradia em 7 de março de

1607. Commendador de S. Paulo de Maçãs de D. Maria, no bispado de Coimbra, e da ordem de Christo, por carta de 15 de novembro de 1601, e n'ella Cavalleiro professo; Capitão Mór das naus da India, por mercê d'El-Rei D. Filippe I de 19 de junho de 1592, pelos serviços de seu pae. Foi criado do Duque de Bragança D. Theodosio II, e por uma pendencia que teve com outros Fidalgos da sua casa, d'ella se ausentou, indo viver para a quinta que possuia no termo de Elvas. Succedeu a sua mãe no morgado de Alcarapinha. Casou duas vezes: a primeira com D. Melicia de Sousa, a qual por um testemunho falso que lhe levantaram, apartou-se do marido recolhendo-se ao mosteiro das freiras de Montemór-o-Novo, e sem d'elle querer sair mais, lá acabou a vida honradamente. Era filha de Jorge Pessanha, Capitão que fôra de Ceuta, e de D. Maria de Goes. E a segunda com D. Joanna de Faria, filha de Gaspar Gil Severim, Executor Mór do reino e Escrivão da Fazenda, e de sua segunda mulher D. Juliana de Faria; e este, por testamento de 31 de outubro de 1588, instituiu dois morgados com as invocações, um de Nossa Senhora da Humildade e outro de Nossa Senhora da Assumpção; e havia succedido nas capellas, outro sim instituidas: por seu pae Antonio Gil Severim, Capitão que tinha sido na India, e Executor Mór do reino, officio creado por El-Rei D. Sebastião; por Catharina Lopes Morim, sua mãe; por Catharina Matheus, e Constança Pires, suas tias.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

11 **D. Maria Manuel**, freira em S. Domingos d'Elvas.

Da segunda:

11 **D. Francisco Manuel**, Commendador de S. Paulo de Maçãs de D. Maria, por Alvará de lembrança, passado em 20 de maio de 1623, a seu pae, e com faculdade d'elle lhe dar logo, de uma tença que desfrutava de sessenta mil réis annuaes, vinte mil réis para os haver com o habito de Christo, que se lhe mandou lançar; e tambem succedeu, em outra tença de duzentos mil réis, e no morgado da Alcarapinha. As referidas mercês lhe foram feitas com obrigação de ir servir oito annos á India, a qual elle cumpriu, militando alli dez em soldado e em Capitão Mór da armada de remo de alto bordo, sendo por vezes ferido; e estando exercendo o cargo de Capitão Mór de uma armada no sul, proximo a Malaca, morreu queimado, pelejando valorosamente com os hollandezes. — S. g.

11 **D. Balthasar Manuel**, Commendador de S. Paulo de Maçãs de D. Maria, por carta de 20 de junho de 1636 (que vagára pelo fallecimento de seu referido irmão) pertencente á ordem de Christo, na qual já era Cavalleiro professo; pois em 22 de dezembro de 1635, se lhe expediram os alvarás para ser armado Cavalleiro e para professar, e a carta do habito. Por alvará de 9 de janeiro do mesmo anno, lhe foi dada a Capitania de Chaul, por tres annos, pelos serviços do pae, que lh'os deixou no testamento com que falleceu. Serviu nas armadas das costas, e indo embarcado no galeão S. Nicolau, de que era Capitão Henrique Henriques de Miranda, e que fazia parte da armada que em 1636 saiu a cargo do Duque de Maqueda, chamada da perdição, por haver naufragado em Cadiz, morreu afogado no batel em que tentou salvar-se. Casou com D. Antonia Henriques, que depois de viuva foi religiosa professa no convento de Santa Clara de Lisboa, filha de Antonio de Miranda Henriques, Commendador de Panoyas, na ordem de S. Thiago, e de D. Marianna Borges de Mello.

Tiveram filha.

12 **D. Joanna Manuel**: teve a mesma Commenda de S. Paulo de Maçãs de D. Maria, por carta de 10 de junho de 1653; e por alvarás de 18 de março de 1642, e de 26 de agosto de 1646, se lhe tinha feito mercê de cento e vinte mil réis de pensão no rendimento d'ella com sessenta mil réis para sua mãe, e da fortaleza de Chaul. Succedeu no morgado da Alcarapinha, e falleceu moça no primeiro estado.

11 **D. Sancho Manuel**, que continúa.

11 **D. Manuel de Vilhena.** Morreu tambem afogado com seu irmão Balthasar no mesmo batel.

11 **D. Julia de Faria.** Falleceu menina.

11 **D. Brites de Menezes.** Religiosa em Santa Clara de Evora.

11 **D. Maria Manuel de Vilhena**, que nasceu n'esta cidade junto ao postigo de S. Vicente, e foi mulher de D. Antonio Alves da Cunha. — C. g.

11 **D. Helena de Menezes.** Morreu moça.

XI **D. Sancho Manuel.** 1.º Conde e senhor de Villa Flôr do Alemtejo, por despacho de 29 de setembro de 1659. O titulo que lhe foi dado em dias de sua vida, do que se passou carta a 23 de junho de 1661, depois se ti-

rou uma vez fóra da lei mental, por alvará de 23 de agosto de 1668; e d'elle houve o assentamento de cento dois mil oitocentos sessenta e quatro réis, que compete aos Condes, por carta de 18 de julho do dito anno de 1661, e com vencimento do dia da data da carta do mesmo titulo. Do senhorio se lhe passou, em virtude do alvará de 9 de outubro, carta a 14 de novembro; e ambos estes diplomas no mencionado anno de 1659. Do Conselho de Guerra. Commendador de Santo Adrião de Penafiel, no bispado do Porto; de S. Nicolau de Cabeceiras de Basto, no arcebispado de Braga; do Marmeleiro; de S. Pedro de Calvello; e de Maçãs de D. Maria, da comarca de Thomar; por cartas de 14 de agosto de 1651, de 11 de fevereiro de 1660, de 14 de outubro de 1661, de 8 de janeiro de 1663 e de 3 de fevereiro de 1664; todas na ordem de Christo, em que já era professo; tendo-se-lhe expedido em 1 de outubro de 1649 os alvarás de Cavalleiro e de profissão e carta do habito. Cavalleiro da religião de S. João de Jerusalem, em que não professou. Alcaide Mór de Alegrete, por alvará de 27 de junho e carta de 23 de dezembro de 1670, em cumprimento da portaria de 17 de agosto de 1668, pela qual se lhe fez promessa de uma Alcaidaria Mór, e de uma tença de seiscentos mil réis, que começará a vencer de janeiro de 1675, e lhe foi assentada em um dos almoxarifados do reino por carta de padrão de 18 de março d'esse anno. Governador das armas das provincias da Beira e do Alemtejo. Governador da torre de Belem da barra d'esta cidade, pelo fallecimento de Miguel Ferraz Bravo, com o ordenado de cincoenta mil réis annuaes, assentados na folha da casa da imposição dos vinhos d'esta mesma cidade, e começando o recebimento em 1 de julho de 1661; sendo-lhe feita a mercê por portaria de 28 de maio d'esse anno. Governador da relação e casa do Porto, por tres annos, por alvará de 20 de dezembro de 1668. E ultimamente nomeado Vice-rei do Brasil, para onde a morte o impediu de ir. Serviu em Malta, e saindo da ilha por desavenças que lá teve, passou á Italia, Flandres e Alemanha, e militou no exercito do Duque de Feria, achando-se no cerco de Brissac, e na batalha de Tornavento. Voltando á patria por ter succedido á sobrinha na casa de seus paes, embarcou na armada, que no anno de 1637 foi de socorro á Bahia de Todos os Santos, tendo por general a D. Fernando Mascarenhas, 1.º Conde da Torre. Acclamado El-Rei D. João IV, e travando-se logo a guerra com Castella, n'ella adquiriu grande reputação. Foi Mestre de Campo na Beira e Governador das armas do partido de Penamacor; indo muitas vezes da mesma provincia em auxilio á do Alemtejo, e principalmente no anno de 1658, em que tomou o governo da praça de Elvas, e a defendeu do cerco que lhe poz o exercito castelhano; findo o qual passou novamente áquella provincia por Governador das armas, e com o mesmo exercicio regressou ao Alemtejo, que estava destinado para ser o theatro da sua gloria, pois ahi, em 8 de julho de 1663, ganhou a ce-

lebre batalha do Ameixial, derrotando completamente o exercito commandado por D. João de Austria; restaurou a cidade de Evora, de que o inimigo se havia apoderado, e n'ella entrou triumphante, deixando á posteridade immortal e glorioso o seu nome com esses sublimes feitos, a que os portuguezes d'outr'ora eram avesados, praticados contra adversarios estrangeiros e não nacionaes. Por occasião do casamento d'El-Rei D. Affonso VI, em 1666, foi elle um dos senhores que foram guias na festa de canas que se fez no Terreiro do Paço. Falleceu em 3 de fevereiro de 1677, com testamento, em uma pequena villa proxima á raia de Hespanha, e foi depois trasladado para o seu jazigo no convento de Santo Antonio de Piedosos, na villa de Abrantes: advertimos, que d'elle hoje já não ha o menor vestigio, porque a egreja foi inteiramente demolida. Parece que uma fatalidade faz desapparecer d'este paiz os restos dos homens celebres, a quem elle tudo deve, e que as suas cinzas não querem chegar ao triste futuro que o ameaça. Casou duas vezes. A primeira com sua prima D. Anna de Noronha; e n'esta occasião se lhe passou em 30 de outubro de 1659 um alvará de lembrança: de uma vida mais nas Commendas que possuia de quatrocentos mil réis de pensão para ella; e da mercê da Commenda de Marmeleiro. A mesma senhora morreu a 22 de dezembro de 1665; e foi filha de Gaspar de Faria Severim, irmão de sua sogra; do Conselho dos Reis D. João IV e D. Affonso VI; seu secretario das mercês e expediente 23 annos, desde 1622, e serviu de Secretario de Estado: louvado pela modestia, e paciencia com que ouvia as partes. Commendador de Santa Maria de Pernes, por alvará de 20 de maio de 1653, a qual vagou pelo fallecimento de seu filho Francisco de Faria Severim, de quem tambem herdou um prazo em Benavente, da ordem de S. Bento de Aviz; e em remuneração dos seus serviços, houve outra Commenda do lote de mil cruzados para nomear em um dos filhos; de que se lhe passaram portarias em 25 de dezembro de 1661 e 16 de julho de 1666: falleceu já viuvo e com testamento feito a 15 de outubro de 1666; instituindo por elle dois morgados: e de D. Marianna de Noronha. E a segunda com D. Joanna de Vilhena, sua sobrinha; a qual, no estado de viuva, teve por carta de 2 de setembro de 1681, uma pensão de mil cruzados pagos annualmente pelas Commendas de S. Nicolau e de Santo Adrião, que haviam sido do marido; e foi senhora de honor das Rainhas D. Maria Francisca Isabel de Saboya, e D. Maria Sophia de Neoburg. Filha de D. Antonio Alvares da Cunha, e de D. Maria Manuel de Vilhena, a paginas 371.

Tiveram filhos.

Da primeira mulher:

12 **D. Christovão Manuel de Vilhena**, que continúa.

12 **D. Henrique Severim de Noronha,** Commendador de Santa Maria de Pernes, na ordem de Christo, por alvará de mercê de 22 de outubro de 1670, e carta de 28 de março de 1689; tendo antes professado no convento de Thomar, por alvará de 19 de novembro de 1688, havendo-se-lhe expedido em 6 de setembro de 1672, o de Cavalleiro e a carta do habito da mesma ordem, e tendo sido habilitado em 30 de março do ultimo dito anno, contando doze annos de edade. Serviu nas armadas do reino, como soldado na que em 1671 foi correr a costa, e na do general Pedro Jacques de Magalhães, ao soccorro de Orão em 1675, e em Capitão de Mar e Guerra nas da India: sendo-lhe dada a capitania das naus da mesma carreira, pela renuncia de Manuel de Vasconcellos e Brito, por alvará de 17 de dezembro de 1672, e approvado pela provisão de 16 de março de 1681 para Capitão da segunda embarcação nau almirante Santo Antonio e S. Francisco Xavier: partiu na monção d'esse anno para aquelle estado, levando cento cincoenta mil réis de ajuda de custo, e cem mil réis pagos adiantados, que era metade do soldo que lá havia de vencer, dando de tudo fiança; e ordem para se lhe dar agazalho em qualquer nau ou galeão que viesse para o reino, no caso de não voltar a embarcação em que ia; e para todo o referido se lhe expediram alvarás a 6, 20 e 23 do dito mez e anno. Comtudo d'esta mercê não se utilisou, porque regressou á patria por terra. Em 15 de dezembro de 1687, se lhe passou um alvará de fieis carcereiros; e em 27 de setembro de 1688, outro de perdão da culpa que lhe resultou da morte de Pedro da Silva, em attenção a ter perdão das partes e estar muitos annos prezo no Limoeiro, e sobre tudo pelo nascimento de um Principe successor da corôa. Nasceu em 1660, n'esta cidade, na freguezia de Santa Justa, em que foi baptisado. Teve um dos dois morgados que seu avô materno instituira, e para o qual elle o chamou, e era o que tinha por cabeça a quinta de Palhavã: assim como tambem o mesmo n'elle nomeou a mencionada Commenda e o prazo de Benavente. Morreu com testamento, deixando a seu filho cincoenta mil réis de pensão annual, imposta na Commenda de Santa Maria de Pernes, que com essa obrigação a nomeou no irmão D. Christovão Manuel, a quem passaram portaria a 14 de outubro de 1693, e carta a 16 de março de 1694. Não casou, mas de Isabel de Andrade Henriques, natural da dita freguezia, alcunhada a marcineira, por ser d'este officio seu marido Diogo Nunes, e filha de D. Francisco Henriques, da casa das Alcaçovas, que a houve de Lourença de Oliveira, da villa de Setubal,

Teve filho illegitimo.

13 **D. Christovão Severim Manuel.** Fidalgo Escudeiro com dois mil trezentos

trinta e tres réis e dois ceitis da moradia, que é o que lhe cabe descontada a terça parte de filho natural, e importa em tres mil e quinhentos réis, que era a de seu pae, como filho de Conde se tivesse fôro: acrescentado logo a Fidalgo Cavalleiro com quinhentos oitenta e tres réis e um ceitil mais na mesma moradia, para haver com ella dois mil novecentos e dezeseis réis e um alqueire de cevada por dia: por alvará de 22 de fevereiro de 1698. Cavalleiro da ordem de Christo, com doze mil réis de tença por padrão de 25 de junho de 1706, tendo-se-lhe mandado lançar o habito d'ella e fazer as provanças da sua pessoa, por portaria de 22 de março de 1699: e procedendo á habilitação do estylo, nunca obteve sentença final da Mesa da Consciencia e Ordens, sendo o ultimo despacho que n'ella se encontra, dado a 22 de março de 1726. Não succedeu na Commenda de Santa Maria de Pernes, mas n'ella teve uma pensão de cincoenta mil réis como fica dito. Passou á India em Capitão de um terço destinado ao soccorro de Mombaça; e se offereceu para lá ir servir, pela excusa de Manuel do Rego de Magalhães; sendo promovido e mettido de posse d'aquelle posto por carta de 23 de março de 1699; achando-se então Alferes de uma das companhias do terço da armada. No dito mez e anno partiu para o mesmo estado, embarcado na nau Nossa Senhora das Neves, havendo por decreto de 22 sobre consulta de 21, tudo d'esse mencionado mez e anno, cem mil réis de ajuda de custo, que recebeu por procurador em 1 de abril seguinte, do thesoureiro dos armazens de Guiné e India: e uma tença de sessenta mil réis; dos quaes, quarenta e oito mil réis lhe foram assentados por padrão de 18 de julho de 1702, no almoxarifado do pescado d'esta cidade; e os restantes doze mil réis para os ter como já fica referido com o habito de Christo. Foi tambem védor da fazenda da India, e general do Norte. Houve as capitanias das fortalezas de Dio, de Chaul e do paço de S. Thiago da ilha de Gôa, por mercê de 9 de fevereiro de 1709, e como dote de sua segunda mulher. Em 22 de janeiro de 1714, teve provisão de licença para vir para o reino. Nasceu em Lisboa, e foi baptisado na freguezia de Nossa Senhora do Alecrim, hoje da Encarnação. Na India casou duas vezes. A primeira com D. Isabel Botelho da Silva, filha de Paschoal Gomes e de D. Anna Rebello da Silva. E a segunda com D. Anna Sarmento de Noronha, filha de D. Bernardo de Noronha, Capitão do paço de Pangim, e de D. Francisca de Tavora.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

14 **D. Maria Manuel Severim de Vilhena.** Nasceu em Goa, foi baptisada a

7 de agosto de 1694, na egreja de Ribandar: está sepultada na da Penha de França da mesma cidade. Casou em 22 de maio de 1717, na freguezia de Nossa Senhora da Ajuda de Ribandar, recebendo-se na ermida de seu paé, com Mathias de Sousa Falcão, Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei D. João V, por alvará de 14 de maio de 1709. Capitão da praça de Baçaim, onde nasceu, e baptisado no convento de S. Francisco. E Capitão de Mar e Guerra. —C. g. Filho de Luiz de Sousa Falcão, e de D. Ursula de Mello e Sampayo; elle de Baçaim, e ella de Taná.

Da segunda:

14 **D. Joanna Maria Manuel de Vilhena**, que falleceu em 1739, havendo contrahido dois matrimonios. O primeiro com Manuel Heytor de Pinho e Sousa, Fidalgo Cavalleiro por alvará de 3 de abril de 1714, que morreu em Mombaça em 1730, sendo Capitão Tenente. E o segundo com Manuel da Rocha Corte Real, que no anno de 1768 era Tenente de granadeiros em Goa, onde vivia casado com segunda mulher.

14 **D. Francisca Manuel de Vilhena.** Casou duas vezes. A primeira com D. João de Noronha. —S. g. E a segunda com o Doutor Ignacio Victorino José de Sequeira. —C. g. Teve mercê, e com poder de renunciar em seu filho por alvará de 30 de março de 1754, da Capitania e Ouvidoria da provincia de Bardez, e do officio de Escrivão geral da fazenda de Goa; que tudo fôra do seu primeiro marido.

13 **D. José Severim Manuel de Noronha.** Fidalgo Escudeiro acrescentado a Fidalgo Cavalleiro, por alvará d'El-Rei D. Pedro II, de 27 de fevereiro de 1702. Em 11 de março d'esse anno, se lhe expediu um alvará de cem mil réis de ajuda de custo, para ir servir á India na monção propria, tendo então 18 annos de edade, havendo nascido n'esta cidade em 1685, na freguezia dos Martyres onde foi baptisado. Casou em 1708 n'aquelle estado, recebendo-se na freguezia de Nossa Senhora dos Remedios do logar de Norul, da provincia de Bardez, com D. Maria de Carvalho, d'ahi natural.

Teve filha.

14 **D. Luiza Severim Manuel de Vilhena.** Baptisada na freguezia de S. Bartholomeu de Chorão, suburbios da cidade de Goa; e n'ella falleceu

pouco depois de ter de lá saido o marido. Casou com Vicente da Silva da Fonseca, Moço Fidalgo da casa real, por alvará de 25 de agosto de 1759, Cavalleiro da ordem de Christo, com doze mil réis de tença, por padrão de 1 de julho de 1745; passando-se-lhe a carta do habito e os alvarás da profissão e de Cavalleiro a 18 de março de 1747. O qual, na monção de 1733, foi á India em soldado, e tendo lá servido até ser Tenente Coronel, veiu em Coronel de infanteria para o Algarve, e depois em 21 de agosto de 1759, tirou patente de Brigadeiro com exercicio de Coronel de infanteria na praça do Rio de Janeiro; posto que vagára pelo fallecimento de Matheus Coelho da Silva. Ultimamente foi Governador interino da praça de Nova Colonia, e vindo de lá preso para o Limoeiro, ahi acabou os seus dias, vivendo ainda no fim do anno de 1772. —C. g. Nasceu em Alvorninha, Coutos de Alcobaça, e era filho natural de Pedro da Silva da Fonseca e de Josepha de Belem, a Malachias, que morreu freira professa no convento de S. Domingos das Donas, em Santarem.

12 **D. Francisco Manuel**, Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro e Fidalgo Cavalleiro por alvarás de 4 e 5 de novembro de 1688. Commendador de Santa Maria de Castello Bom, por portaria de 14 de abril e carta de 2 de maio de 1693, á conta de uma tença de cem mil réis que lhe fôra promettida. Foi religioso no convento do Carmo, e annullada a profissão seguiu a carreira militar, servindo em Capitão de infanteria do terço da armada, desde 20 de julho de 1685 até 6 de março de 1693; em 1692, sendo Capitão Tenente da fragata São Boaventura, tomou uma lancha a um navio francez que fugiu, portando-se com singular valor no combate que a sua fragata teve com a fiscal da armada da mesma nação. Sendo Commissario Geral de cavallaria na côrte, morreu desgraçadamente de um tiro que lhe deram n'esta cidade, ao meio dia de 3 de setembro de 1702. —S. g.

12 **D. João Manuel**, Cavalleiro, Commendador e Grão Cruz da ordem de S. João de Jerusalem. Pelo fallecimento de seu irmão, o 2.º Conde de Villa Flôr, pretendeu succeder n'esse titulo, mas não pôde ser admittido por ser religioso da referida ordem, e houve sentença contra em 24 de maio de 1707.

Teve filho.

13 **D. Christovão Manuel**, Fidalgo Escudeiro acrescentado a Fidalgo Cavalleiro, por alvará de 23 de fevereiro de 1699. Nasceu na Alhandra: sem mais noticia.

12 **D. Antonio Manuel de Vilhena**, Cavalleiro da mesma ordem, em que occupou os maiores postos, e sendo Balio de Acre, foi elevado á dignidade de Grão Mestre, eleito a 19 de junho de 1722, e é contado o 65.º entre os mestres de Malta, que governou perto de 15 annos com fortuna e acerto, deixando na ilha, além de outras obras, o Forte Manuel, padrão do seu nome. Nasceu em 1663, e morreu a 12 de dezembro de 1736, succedendo-lhe no governo da ordem outro portuguez, que foi frei Manuel Pinto da Fonseca [1].

12 **D. Pedro Manuel**, monge Cistercience.

12 **D. Maria Anna de Noronha**, que foi mulher de Luiz de Sousa de Menezes,

[1] Na Gazeta de Lisboa Occidental, de quinta feira 28 de setembro de 1724, a paginas 312, encontrámos o seguinte: — Quinta feira entraram no porto d'esta cidade tres naus de guerra da religião de Malta, que se não deterão mais que os dias que bastarem para o commandante e cavalleiros terem audiencia de Sua Magestade e Altezas.

A todos e a muitos cavalleiros d'esta côrte deu um magnifico jantar D. Sancho Manuel de Vilhena, sobrinho do Grão Mestre, filho do Conde de Villaflor D. Christovão Manuel de Vilhena, seu irmão, ao qual o mesmo Grão Mestre manda conduzir n'esta esquadra para o vêr.

E na de quinta feira 28 de outubro de 1728, a paginas 351:

Na manhã do mesmo dia (22 de outubro em que ElRei nosso Senhor que Deus guarde cumpriu annos) deu Sua Magestade audiencia publica ao Conde Harrach, Frei Wencislau, Balio e Commendador na ordem de Malta, General actual das Galés da mesma Religião, e Embaixador extraordinario do seu grão mestre D. Antonio Manuel de Vilhena, para dar a Sua Magestade os parabens dos casamentos feitos entre esta côrte e a de Madrid. Foi conduzido pelo mestre de campo General o Conde de Atalaya, que o foi buscar a bordo da sua nau em um brigantim, e alguns escaleres para a sua familia. Desembarcaram na ponte da casa da India, e foram continuando a marcha na fórma seguinte: os criados de pé do conductor, guarda portão do Embaixador, dois heiduques de grande estatura magnificamente vestidos, vinte lacaios do Embaixador com o seu decano, vestidos de panno de escarlate, guarnecidos de galões de prata tecidos com seda, dois negros vestidos á mourisca, quatro pagens vestidos de escarlata galoados de prata com vestias de glase escuro de prata: os gentishomens do conductor, os gentishomens do Embaixador: oitenta e seis Cavalleiros da ordem de Malta, que vem embarcados na esquadra, além dos portuguezes Cavalleiros da mesma ordem que se lhe agregaram com o Balio de Negroponti D. Lopo de Almeida, que esperou na ponte ao Embaixador; e em ultimo logar o mesmo Embaixador com o dito conductor: o Embaixador foi recebido em uma das salas do Paço por D. Francisco de Sousa, Védor da Casa de Sua Magestade. Depois da audiencia de ElRei, a teve logo da Rainha nossa Senhora, e do Principe nosso Senhor.

a paginas 353; e na sua descendencia continuou o titulo e casa de Villa Flôr.

Da segunda:

12 **D. Manuel de Vilhena.** Cavalleiro da ordem de Christo, para a qual se habilitou pela Mesa da Consciencia e Ordens, sendo-lhe permittido em portaria de 30 de abril de 1688, o poder fazer n'esta côrte as provanças pela parte do avô materno, que havia nascido em Goa; e julgando-se por despacho de 27 de julho de 1689, não estar apto para entrar na ordem, tendo apenas 16 para 17 de edade, sempre obteve sentença a favor, porque se lhe passaram no mesmo anno: os alvarás de Cavalleiro e da profissão, e a carta do habito a 30 de outubro; e a 16 de novembro as apostillas que declaram receber o habito e professar no mosteiro de Nossa Senhora da Luz, extra muros d'esta cidade. Alcaide Mór de Alegrete, em virtude da faculdade que seu pae tinha de nomear essa alcaidaria em um dos filhos, e lh'a deixou em testamento: d'ella se lhe passou alvará em 27 de julho e carta a' 23 de novembro de 1677. Teve duas tenças, uma de duzentos mil réis, e outra de quatrocentos mil por cartas de padrões de 18 de março de 1675 e de 19 de junho de 1777; perfazendo ambas uma de seiscentos mil réis, de que fôra feita promessa ao mesmo seu pae, por portaria de 17 de agosto de 1668. Morreu moço. —S. g.

12 **D. Rodrigo de Vilhena Manuel.** Estudou alguns annos em Coimbra; e querendo ir servir na guerra, dirigiu-se a Madrid e de lá para França, mas falleceu no caminho, em 1695.

XIII **D. Christovão Manuel de Vilhena,** 2.º Conde de Villa Flôr de juro e herdade por carta de 11 de setembro de 1677, tendo o competente assentamento de cento dois mil oitocentos sessenta e quatro réis, por outra de 4 de dezembro d'esse anno. Moço Fidalgo, e no exercicio do mesmo fôro serviu seis annos no paço a El-Rei D. Affonso VI, desde 1656 até 1662. Senhor de Zibreira, logar do termo das Idanhas Velha e Nova, que foi criado villa por alvará de 1 de fevereiro de 1680; sendo-lhe dada esta mercê por carta de 25 de junho do dito anno, em verificação da promessa que pela portaria de 11 de setembro de 1679 se lhe havia feito, de um logar de 50 a 60 visinhos. Alcaide Mór de Alegrete. Commendador de S. Pedro de Calvello em duas vidas, sendo para elle a primeira por alvará de 10 de agosto de 1678; de Santo Adriano de Penafiel, S. Nicolau de Cabeceiras de Basto, e Santa Maria do Marmeleiro, por carta de 8 de março de 1682, e de Santa Maria de Pernes, com a pensão referida na pagina seguinte, por por-

taria de 14 de outubro de 1693 e carta de 16 de março de 1694: e todas ellas da ordem de Christo, na qual em 2 de maio de 1679 se lhe passaram; alvarás para ser armado Cavalleiro e para professar no convento de Thomar, e carta para n'elle lhe ser lançado o habito. Serviu com muito valor na guerra da acclamação, tanto a pé como a cavallo, em soldado e Capitão na tropa do partido de Penamacôr, 5 annos, 9 mezes e 29 dias, de 31 de março de 1662 a 29 de janeiro de 1668. El-Rei D. Pedro II o havia nomeado, em 1704, para na provincia da Beira militar na futura campanha, mas estando em Santarem, falleceu n'esse anno a 17 de julho com testamento feito a 18 de maio d'elle, na sua quinta de Subserra; e sepultou-se no jazigo do convento de Santo Antonio do Sobralinho, no termo de Alhandra: succedendo-lhe seu sobrinho Martim de Sousa de Menezes, no titulo de Conde de Villa Flôr, nos morgados de Alcarapinha de Palhavã, e nos mais que administrava, como fica referido a paginas 354. Nasceu em Penamacôr a 3 de setembro de 1650, e a 9 do seguinte mez de outubro foi baptisado na egreja de S. Thiago, parochial da mesma villa. Não casou, mas viveu com D. Joanna Mascarenhas, que elle roubou ao marido, que era um Escrivão da Casa de Bragança, o qual por este facto entrou para religioso no convento dos Jeronymos onde falleceu: ella foi baptisada na freguezia de Santo Estevão em Almada, a 24 de abril de 1673, como filha de Roque Fernandes, Capitão de navios da carreira do Brasil, e de Damiana da Paz, e morreu recolhida no convento de Santa Anna. O Conde reconheceu cinco filhos (que nomeia, e adiante mencionaremos, sendo tres varões e duas femeas, d'ella nascidos), por escriptura publica de 3 de junho de 1704, lavrada em Santarem pelo Tabellião João Ferreira Negreira; e em 10 de julho do mesmo anno obteve carta de legitimação dada pela Senhora D. Catharina «Rainha de Inglaterra, Escocia, França e Irlanda, Infanta de Portugal, etc. como Regente d'estes reinos, na ausencia, d'esta côrte, de meu irmão o Senhor D. Pedro por graça de Deus, etc.»

Tiveram filhos.

13 **D. Sancho Manuel de Vilhena**, que continua.

13 **D. Fernando Manuel de Vilhena.** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro por alvarás de 24 e 25 de setembro de 1706. Teve uma pensão annual de trezentos mil réis, imposta na Commenda de Santa Maria de Pernes, pertencente a seu irmão D. Sancho Manuel de Vilhena. —S. g.

13 **D. Antonio Manuel de Vilhena.** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro, por alvarás da mesma data dos acima referidos. Cavalleiro da ordem de Christo, com trinta mil réis de pensão na Commenda de Santa

Maria de Pernes e Alcanede, de que era Commendador seu sobrinho D. Christovão Manuel de Vilhena. As habilitações da sua pessoa, para tomar o habito da mesma ordem, se fizeram pela Mesa da Consciencia e Ordens, em execução do despacho de 21 de março de 1752, dado em Santarem; e por outro passado em Belem, a 4 de agosto d'esse anno, foi dispensado dos defeitos que constaram das provanças — de ser filho espurio; maior de 50 annos, por ter 51 de edade; do avô materno capitão de navios mercantes e da mulher d'este, ser de segunda condição [1]. Falleceu Coronel do regimento de cavallaria de Aveiro. — S. g.

13 D. Anna de Vilhena, freira carmelita descalça no convento de Santo Alberto.

13 D. Antonia Manuel, vivia ainda em 18 de outubro de 1763, religiosa professa no convento de Santa Anna d'esta cidade.

XIII D. Sancho Manuel de Vilhena. Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro, por alvarás de 24 e 25 de setembro de 1706. Commendador de Santa Maria de Pernes (com obrigação de dar uma pensão annual de trinta mil réis a cada um de seus irmãos D. Fernando e D. Antonio, como fica dito) e de Santa Maria da Povoa, ambas na ordem de Christo, por alvarás de 7 de agosto do mencionado anno, e de 28 de outubro de 1717, e cartas de 18 de maio de 1713, e de 10 de fevereiro de 1718. Sendo approvada pela Mesa da Consciencia e Ordens a habilitação da sua pessoa para ser admittido á mesma ordem, por sentença de 4 de outubro de 1706 se lhe expediram a 19 d'esse mez e anno, o alvará de Cavalleiro e a carta do ha-

[1] No processo das habilitações, que está no Archivo da Torre do Tombo, ordem de Christo, lettra A, maço 51, numero 6, encontrámos a seguinte carta, que publicamos como objecto de curiosidade.

Ill.mo e Ex.mo Snr. Meu S. não vou pessoal.te aos pés de V. Ex.a por me terem dado duas cezõens depois q. cheguey a esta Caza porem hoje q'era o dia Correspondente me faltárão maz de toda a sorte me offereço a ellez com mais fiel obediencia dezejando sempre a V. Ex.a m.ta vida, e saude p.a consolação, e amparo deste seu Criado:

Remeto a V. Ex.a as petiçõens p.a a minha licença e de meus Sobrinhos, e a outra de q'dey a V. Ex.a conta p.a tambem por meyo de sua protecção vêr se posso maiz brevem.te lograr a m.ce que V. Ex.a me alcançou de S. Mag.de e peço a V. Ex.a me perdoe o importunalo, porque a bond.e do seu generozo animo hé q'me anima pelo Conhecim.to q'tenho do m.to q'lhe devo, e p.a servir a V. Ex.a fico sempre com a mais prompta obediencia. Deos G.de a V. Ex.a m.s an.s Alhandra 19 de Março de 1752. Ill.mo e Ex.mo S.r Sebastião José de Carvalho e Mello. de V. Ex.a Criado mais fiel e obrigado D. Ant.to M.el de Vilhena.

bito, e a 11 de agosto de 1712 o alvará para professar. Alcaide Mór de Alegrete e senhor da villa da Zibreira, pelas cartas de 11 de outubro e de 2 de novembro de 1717. E Coronel do regimento de cavallaria da praça de Elvas. Administrou o morgado da Tapada da Cubeira na referida villa, que para elle instituiu seu pae no testamento com que falleceu: e foi herdeiro de seu tio o Grão Mestre de Malta, D. Antonio Manuel de Vilhena. Teve mercê de uma vida mais nas suas commendas, e nas mesmas de uma pensão annual de quatrocentos mil réis para a mulher, por alvará de lembrança com salva, accusado na competente verba que se lhe poz em 10 de setembro de 1718; e tambem se lhe quitou por certos motivos metade da renda das herdades de Alforofe, e Monte do Outeiro, por uma provisão de 16 de novembro de 1748. Foi baptisado em 27 de dezembro de 1702, na freguezia de S. João dos Montes, termo da villa de Alhandra, e aos 18 de agosto de 1703 lhe levantou o collegio do archivo da Curia Romana, por suas lettras apostolicas, a excommunhão do nascimento. Depois seu pae o legitimou e aos mais irmãos, como já dissemos, aos 3 de junho de 1704, com confirmação regia dada a 10 de julho do mesmo anno. Morreu em 1749, e sepultou-se na egreja de Nossa Senhora dos Anjos. Casou a 10 de agosto de 1720 (e este casamento se havia publicado em agosto de 1718, como a paginas 256 diz a Gazeta de Lisboa Occidental, de quinta feira 11 do mesmo mez e anno), com D. Lourença Francisca de Mello, sua prima segunda, Dama da Rainha D. Marianna de Austria, que nasceu a 10 de agosto de 1699, e falleceu em 28 de junho de 1767. Filha de D. Pedro Alvares da Cunha, e de sua primeira mulher D. Ignez Maria de Mello.

Tiveram filhos.

14 **D. Christovão Manuel de Vilhena**, que continua.

14 **D. Pedro Manuel de Vilhena.** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro, por alvarás de 12 de agosto e de 18 de outubro de 1740. Cavalleiro da ordem de S. João de Jerusalem: admittido na mesma religião antes de 1726; e n'ella Commendador de Rossos, Trossos, Rio Meão, Aguas Santas e Segeres, Marechal de Campo, e Governador da fortaleza de Santo Antonio da Barra. Nasceu em 1722, e morreu n'esta cidade a 21 de março de 1784, como refere o segundo Supplemento á Gazeta de Lisboa, de 27 do dito mez e anno.

14 **D. Antonio Manuel de Vilhena.** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro, por alvarás de identica data dos do irmão, que fica mencionado. Como elle, entrou para a ordem de Malta de menor edade, tendo apenas tres annos, por ter nascido em 1723, sendo recebido com dispensa d'esse

impedimento, aos 5 de abril de 1726, no grau de frade cavalleiro de justiça da mesma religião, na qual teve a commenda de Rossos, Trossos e Rio Meão. Cavalleiro da ordem de Christo, e se lhe passaram a 9 e 10 de agosto de 1752, carta para se lhe lançar o habito no convento da Luz, e alvarás para ali professar, e ser armado Cavalleiro na egreja da Conceição d'esta cidade. E Tenente Coronel do regimento de cavallaria de Alcantara.

Teve filha.

15 **D. Ignez Lourenço Manuel de Vilhena.** Casou em 1784 com José Francisco Maria Pereira de Lacerda, Moço Fidalgo por alvará de 3 de março de 1761, e com exercicio. Senhor da villa de Ucanha, Alcaide Mór de Trancoso, e Commendador de Santa Maria de Nellas e de Cannas de Senhorim, na ordem de Christo, n'ella habilitado a 9 de setembro de 1778. Tenente Coronel de Cavallaria, e Governador de Moura. Nasceu a 19 de setembro de 1750, e morreu em junho de 1831; jaz na egreja de Nossa Senhora dos Anjos. — C. g.

14 **D. João Manuel de Vilhena.** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro, por alvarás de 12 de agosto e de 18 de outubro de 1740. Cavalleiro da ordem de S. João de Jerusalem, admittido conjunctamente com o mencionado irmão, e egualmente com dispensa da menor edade, que era de dois annos, havendo nascido em 1724; e outrosim teve a referida commenda de Rossos, Trossos e Rio Meão; a qual havia sido dada pelo Eminentissimo Grão Mestre da mesma sagrada religião de Malta, D. Antonio Manuel de Vilhena, para repartidamente a gosarem os tres Commendadores seus sobrinhos, já indicados, como na respectiva bulla de provimento se contém; e todos d'ella tomaram posse em 14 de fevereiro de 1729. Brigadeiro de cavallaria, como refere o Almanak de Lisboa de 1782, unico que d'elle faz menção; e antes o encontramos Tenente Coronel da mesma arma no regimento de Almeida, por decreto de 19 de fevereiro de 1761. — S. g.

14 **D. Ignez Manuel de Vilhena.** Sem estado.

14 **D. Anna Manuel de Vilhena.**

14 **D. Antonia Manuel de Vilhena.**

Todas já nascidas em 1733, e as duas ultimas freiras professas no convento das religiosas franciscanas de Nossa Senhora d'Annunciação da villa da Castanheira, onde falleceram.

14 **D. Henrique Manuel de Vilhena.** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro. Cavalleiro da ordem de Malta, na qual foi da mesma sorte admittido de menor edade, porque havendo nascido em 1733, já o estava em 1745, anno em que se publicou o tomo XI da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, e n'elle está assim mencionado a paginas 838. Foi Capitão de infanteria do regimento do Porto, d'onde passou para o de granadeiros da praça de Almeida; e occupando depois o mesmo posto no de cavallaria ligeira da Beira, transitou para o de Alcantara, por decreto de 19 de fevereiro de 1761. —Vejam-se as Gazetas de Lisboa, de terça feira 24 d'esse mez e anno, e de 30 de setembro de 1763.— S. g. nem mais noticia.

14 **D. Fernando Manuel de Vilhena.** Serviu no paço, como os referidos irmãos, no exercicio do fôro de Moço Fidalgo: é unicamente o que d'elle sabemos.

XIV **D. Christovão Manuel de Vilhena.** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro, por alvarás de 12 de agosto e de 13 de outubro de 1740. Veador da Princeza do Brasil, viuva, D. Maria Francisca Benedicta. Senhor da villa da Zibreira e Alcaide Mór de Alegrete, por cartas de 23 de março e de 13 de abril de 1752. Commendador de Santa Maria de Pernes e Alcanede e da Povoa, na Prelasia de Thomar, ambas na ordem de Christo, por alvarás de 6 de setembro de 1751, e cartas de 12 de junho de 1753; havendo-se procedido antes á habilitação da sua pessoa, para ser admittido na mesma ordem, e sendo ella approvada por sentença da Mesa da Consciencia e Ordens de 3 de novembro de 1751, logo a 6 do seguinte mez de dezembro se lhe expediram a carta para se lançar o habito, e os alvarás para professar e ser armado Cavalleiro; tudo no mosteiro de Nossa Senhora da Luz. Tenente General effectivo por decreto de 13 de maio de 1791. Governador de Cascaes. Familiar do santo officio por carta de 17 de janeiro de 1764. Succedeu no morgado da Tapada da Cubeira. Nasceu em Lisboa em maio de 1720, e a 31 de julho d'esse anno foi baptisado na ermida do palacio de seu pae a Arroyos, então freguezia de Nossa Senhora dos Anjos. Falleceu na mesma cidade, na noite de 15 para 16 de dezembro de 1797, como diz a Gazeta de Lisboa de terça feira 20 do dito mez e anno. Casou por escriptura ante-nupcial de 4 de novembro de 1763, com D. Maria Francisca Xavier Eva Anselma de Carvalho e Daun, que nasceu n'esta cidade a 21 de abril de 1751, e a 26 d'elle foi baptisada na egreja de Nossa Senhora das Mercês [1]. Falleceu a 7 de setembro de 1816, filha

[1] Vamos a dar aqui o assento do baptismo d'esta senhora, que, pelo bem lançado que está, póde servir de modêlo aos que por ahi se fazem.

Aos 26 dias do mez de Abril de 1751 annos, de licença bautizou o Illustrissimo e

dos 1.os Marquezes de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, e D. Leonor Ernesta de Daun.

Tiveram unica filha.

XV **D. Maria Leonor Carolina da Conceição Manuel de Vilhena da Costa Freire Martins da Fonseca,** Condessa de Alpedrinha. Succedeu em 16 de novembro de 1796 a seu pae, nos bens da corôa e ordens, em verificação de uma das duas vidas que o mesmo n'elles tinha pelos alvarás de mercê de 22 de julho e de 12 de agosto de 1795; assim como no morgado da Tapada da Cubeira e nos mais da sua casa; e em 6 de fevereiro de 1802 no morgado de Pancas, a D. Francisco Xavier da Costa e Noronha. Nasceu a 10 de maio de 1781, e a 20 d'esse mez foi baptisada na parochial egreja de S. Jorge: falleceu em 10 de novembro de 1855; tendo sido uma senhora exemplar e de reconhecida virtude: casou em 2

Reverendissimo Paulo de Carvalho e Mendonça, Monsenhor da Igreja Patriarchal de Lisboa, a Dona Maria Francisca Xavier Eva Anselma, que nascêu aos 21 dias do dito mez, filha do Illustrissimo e Excellentissimo Sebastião José de Carvalho e Mello, do Conselho de Sua Magestade e seu Secretario de Estado, bautizado nesta Parrochial Igreja de Nossa Senhora das Mercês e de sua mulher a Illustrissima e Excellentissima D. Leonor Ernestina, Condessa de Daun, Dama Camarista da Augustissima Senhora Rainha D. Marianna de Austria, e bautizada na See da Côrte de Vienna da Austria, pelo Cardeal Arcebispo na sua Capella e Freguezia de São Miguel, aos 18 dias do mez de Dezembro do anno de 1745 (aliàs 2 de outubro de 1724, como authenticamente verificámos): nepta pela parte materna do Illustrissimo e Excellentissimo Henrique Ricardo Lourenço, Conde de Daun do Sacro Romano Imperio, e bautizado na See da Côrte de Vienna de Austria, aos 14 dias do mez de Abril do anno de 1663, e da Illustrissima e Excellentissima D. Violante Jozefa, Condessa de Bormond em Bayersberg, bautisada na See de Passau, aos 22 de Abril de 1691, e recebidos no Palacio Imperial pelo Nuncio Appostolico Jorge Espinolla, na Freguezia de São Miguel da Côrte de Vienna de Austria, aos 31 do mez de Maio de 1714. Padrinho o Illustrissimo e Excellentissimo Pedro do Motta e Sylva, do Conselho de Sua Magestade e seu Secretario de Estado: tocou com Procuração o Excellentissimo Francisco Xavier de Mendonça Furtado, do Conselho de Sua Magestade e Capitão General Governador dos Estados do Grão Pará, e Tio da bautisada; e o Illustrissimo Monsenhor, que bautizou, tambem he Tio da bautizada; e Madrinha D. Thereza Luiza de Mendonça, Avó da bautizada; tocou Fernando da Costa de Atayde Souza Coutinho e Teive: e declaro, que a bautizada he nepta pela parte paterna de Manoel de Carvalho e Atayde, Capitão de Cavallos, e bautizado nesta Parrochial Igreja de Nossa Senhora das Mercês; de, que he Padroeyro *in solidum* o Illustrissimo e Excellentissimo Pay da bautizada; e de D. Thereza Luiza de Mendonça, bautizada na Freguezia de Nossa Senhora dos Ollivaes, extramuros desta Cidade, e nella recebidos. De, que tudo fiz este assento. Era e dia *ut supra* — O Cura Joaquim Ribeiro de Carvalho.

Está a folhas 93 v. do livro 7 dos assentos dos baptisados. que principia em 1746.

de setembro de 1799[1] com seu primo José Sebastião de Saldanha Oliveira e Daun, 1.º Conde de Alpedrinha, por decreto de 30 de agosto de 1854. Moço Fidalgo por alvará de 20 de abril de 1784, acrescentado a Fidalgo Escudeiro, por outro de 30 do mesmo mez de 1794; e do dito fôro teve exercicio no paço da Rainha D. Maria I, Veador da serenissima senhora Infanta D. Isabel Maria. Do Conselho de Sua Magestade, e do Ultramarino por decreto de 17 de janeiro de 1799. Aposentado no Supremo Tribunal de Justiça com as honras de Conselheiro de Estado e ordenado correspondente por decreto de 10 de junho de 1850. Senhor da villa da Zibreira. Alcaide Mór de Alegrete. Commendador de Santa Maria de Pernes, da ordem de Christo, na qual foi admittido por decreto de dispensa de habilitação de 23 de agosto de 1805. Licenciado em direito pela universidade de Coimbra. Coronel de milicias; antes Capitão de cavallaria; e Ajudante das Ordens do Principe Augusto Frederico, Duque de Sussex (filho de Jorge III, Rei da Grã Bretanha) durante a sua residencia em Portugal. Nasceu a 10 de abril de 1778, e a 13 do mesmo mez foi baptisado na egreja de Nossa Senhora da Conceição, matriz do logar da Azinhaga, termo de Santarem. Falleceu a 12 de novembro de 1855. Filho dos 1.os Condes de Rio Maior, João de Saldanha de Oliveira e Sousa, e D. Maria Amalia de Carvalho e Daun.

Tiveram filhos.

16 **D. Christovão Manuel de Vilhena**, que continua.

16 **D. João Manuel de Vilhena e Saldanha.** Moço Fidalgo com exercicio. Veador da serenissima Infanta D. Isabel Maria. Bacharel em direito pela universidade de Coimbra; e leu na Mesa do Dezembargo do Paço, sendo pela mesma vistos e approvados em 17 de dezembro de 1824 os autos da habilitação da sua pessoa. Cavalleiro de Justiça da sagrada e militar ordem de S. João de Jerusalem, admittido no venerando priorado de Portugal em 14 de maio de 1805, por um breve passado pelo Nuncio Apostolico D. Lourenço Caleppi, e com o real beneplacito do Principe Regente D. João, expedido a 30 do dito mez e anno no palacio de Queluz, pelo Conde de Villa Verde. Nasceu a 21 de outubro de 1800 e a 8 de novembro seguinte foi baptisado no oratorio da casa de seus paes

[1] A 2 do corrente (setembro) se recebeu José Sebastião de Saldanha de Oliveira e Daun, filho dos Excellentissimos Morgados de Oliveira, com D. Maria Leonor Carolina da Conceição Manuel de Vilhena, filha herdeira dos Excellentissimos D. Christovão Manuel de Vilhena, já falecido, e D. Maria Francisca Xavier de Daun.
Gazeta de Lisboa, terça feira 10 de setembro de 1799.

em Arroyos, freguezia de S. Jorge. Casou a 20 de agosto de 1834, com D. Francisca Xavier Telles da Silva, da qual foi segundo marido, Marqueza de Chaves, e Dama da Rainha D. Maria I; 19.ª senhora do morgado de Villa Verde, e de outros da casa de Angeja, em que succedeu a 15 de julho do 1833, pelo fallecimento de sua prima D. Maria do Carmo de Noronha Camões de Albuquerque Sousa Moniz, 7.ª Marqueza e 12.ª senhora de Angeja, 9.ª Condessa e 18.ª senhora de Villa Verde. Nasceu a 3 de dezembro de 1795, e morreu em 31 de julho de 1845; sendo sepultada no cemiterio do Alto de S. João — S. g. Tinha casado a primeira vez a 16 de julho de 1823, com Manuel da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, 1.º Marquez de Chaves e 2.º Conde de Amarante, que falleceu em 7 de março de 1830; e d'elle tambem — S. g.

16 **D. Maria Francisca de Vilhena e Saldanha.** Solteira, e residente no real mosteiro de Santos. Nasceu a 12 de janeiro de 1802.

16 **D. Sancho Manuel de Vilhena e Saldanha.** Bacharel em canones pela universidade de Coimbra. Conego da extincta patriarchal, Cavalleiro de Justiça da ordem de S. João de Jerusalem; admittido conjunctamente com o seu referido irmão, como tal mencionado. Nasceu a 11 de junho de 1803, e a 3 do seguinte julho foi baptisado no mesmo oratorio já dito, e freguezia de S. Jorge. Casou a 19 de março de 1853, com D. Maria Joanna de Saldanha Oliveira e Daun, sua tia irmã de seu pae, que nasceu a 29 de agosto de 1792, e se achava viuva — s. g. de Miguel Paes do Amaral de Almeida Quifel Barbarino, com o qual tinha casado a 13 de maio de 1810.

16 **D. José Manuel de Vilhena e Saldanha,** Moço Fidalgo: serviu na cavallaria. Nasceu a 12 de abril de 1806; e casou em 1 de setembro de 1856, com D. Maria da Gloria Nogueira de Pina Manique, nascida a 21 de julho de 1834. Filha de Diogo de Salles da Cunha de Pina Manique Nogueira Mattos de Andrade já fallecido, e de D. Maria José da Madre de Deus de Sousa Maldonado.

Tem filha.

17 **D. Maria José da Conceição Manuel de Vilhena Manique.** Nasceu em 31 de dezembro de 1860.

16 **D. Jorge Manuel de Vilhena Saldanha e Oliveira.** Moço Fidalgo da casa de Sua Magestade, Cavalleiro da ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Merito. Addido em desponibilidade ao Corpo Diplomatico: tendo antes servido no exercito. Nasceu a 25 de novembro de 1807.

16 **D. Antonio Manuel de Vilhena Saldanha e Oliveira.** Moço Fidalgo por alvará de 20 de outubro de 1823. Tenente, que foi do regimento de cavallaria num. 4, promovido em 13 de março de 1834. Nasceu a 28 de dezembro de 1808, e casou a 2 d'esse mez de 1849, com D. Maria Amalia de Carvalho e Daun, sua prima, que nasceu a 5 de julho de 1811. Filha dos 4.os Marquezes de Pombal, Sebastião José de Carvalho Mello e Daun, e D. Leonor Ernestina de Saldanha e Daun.

Tem filha.

17 **D. Leonor Maria da Conceição Philomena Manuel de Vilhena Carvalho e Lorena.** Nasceu em 1 de abril de 1850.

16 **D. Maria Henriqueta Manuel de Vilhena Saldanha e Oliveira.** Viscondessa de Azurara. Nasceu a 27 de janeiro de 1810, e casou duas vezes. De ambas — s. g. A primeira a 9 de egual mez de 1831, com D. Diogo Corrêa de Sá Mello Tenreiro de Amorim Pereira, Moço Fidalgo por alvará de 29 de agosto de 1821. Commendador da ordem de Christo. Administrador dos morgados de Fontão, Agredo, Rua Escura, Lucinde, e Lobazim; que nasceu a 6 de abril de 1808, e falleceu a 31 de outubro de 1837. Filho de D. João Corrêa de Sá, Moço Fidalgo, Alcaide Mór de Monção, Commendador da ordem de Christo, e Major Ajudante das ordens do governo das armas do partido do Porto; o qual nasceu a 8 de março de 1775, e foi assassinado em Santo Thyrso, pela populaça desenfreada a 21 de março de 1809; e de D. Maria Xavier Corrêa de Mello e Lencastre sua prima, com quem tinha casado em 27 de novembro de 1799, senhora dos morgados dos Corrêas Laruelas, na ilha de S. Miguel; nascida em 11 de maio de 1784, e fallecida em Lisboa a 24 d'esse mez de 1862. E a segunda em 22 de setembro de 1839, com o Visconde de Azurara, Jorge Salter de Mendoça.

16 **D. Sebastião Manuel de Vilhena Saldanha e Oliveira.** Moço Fidalgo por alvará de 20 de outubro de 1823. Alferes de caçadores ao serviço do senhor D. Miguel. Nasceu aos 18 de novembro de 1814, e morreu no cerco do Porto, no combate do dia 25 de julho de 1833.

16 **D. Maria Amalia Manuel de Vilhena Oliveira e Daun.** Nasceu a 12 de dezembro de 1820, e falleceu a 2 de maio de 1844: jaz no cemiterio de Nossa Senhora dos Remedios em Evora. Casou em 23 de junho de 1836, com João de Mesquita Pimentel de Pavia Fuzeiro Barreto da Gama de Reboredo, e foi sua primeira mulher. — C. g. Moço Fidalgo com exercicio, senhor de S. Mansos, Coronel honorario em 23 de junho de 1836, tendo

sido Tenente Coronel do regimento de milicias de Evora. Nasceu a 9 de março de 1808, filho de Fernando de Mesquita Pimentel de Pavia, Fidalgo Escudeiro por alvará de 26 de maio de 1792, Tenente Coronel de milicias de Evora, Vereador da Camara da mesma cidade, e senhor de S. Mansos: nascido a 25 de janeiro de 1785, e fallecido a 10 d'esse mez de 1836: e de D. Maria Liberata da Costa Athayde e Teive Sousa Coutinho, que morreu a 11 de novembro de 1842, havendo succedido na casa paterna, pelos fallecimentos successivos e s. g., de seus irmãos, D. Maria Rosa da Costa e Athayde, e Fernando Romão da Costa Athayde Sousa Coutinho e Teive, senhor de Bayão e do morgado da Brandoa, que se finou aos 21 de junho de 1835.

16 **D. Maria Leonor Manuel de Vilhena Saldanha e Oliveira.** Nasceu a 22 de setembro de 1823, e falleceu a 22 de maio de 1861 — s. g. tendo casado em 27 de outubro de 1859, com Fernando Cabral de Lemos Calheiros, Fidalgo Cavalleiro da casa de Sua Magestade, Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e Capitão de cavallaria. Filho de Manuel Caetano Velho Cabral Calheiros, Desembargador da Casa da Supplicação, e de D. Genoveva Cotta.

XVI **D. Christovão Manuel de Vilhena.** Moço Fidalgo por alvará de 15 de dezembro de 1824, e com exercicio no paço, assim como seus irmãos. Alcaide Mór de Alegrete, por carta de 11 de dezembro de 1860, em verificação da vida que lhe pertencia, pelo alvará de confirmação de 22 de julho de 1795, tanto na dita Alcaidaria, como no senhorio da villa da Zibreira. Foi Official de cavallaria. Succedeu a sua mãe nos morgados da Tapada da Cubeira e de Pancas, e em outros; nasceu a 23 de setembro de 1799, e casou duas vezes. A primeira a 27 de janeiro de 1825, com D. Maria Ignez Corrêa de Sá, que nasceu a 20 de abril de 1800 e morreu a 15 de abril de 1833, filha dos 5.os Viscondes de Asseca, Salvador Corrêa de Sá Benavides Velasco e D. Maria Benedicta de Sampaio. E a segunda a 9 de setembro de 1835, com D. Maria Benedicta José de Mello, nascida a 9 de junho de 1819 e fallecida a 16 de setembro de 1837, filha dos 9.os Condes de S. Lourenço, Antonio José de Mello Silva Cesar e Menezes e D. Thereza Maria do Resgate Corrêa de Sá.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

17 **D. Maria Benedicta da Conceição Manuel de Vilhena.** Nasceu a 10 de agosto de 1827 e casou em 31 d'esse mez de 1863, com D. Martinho Lourenço

de Almeida Portugal, Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz e Capitão de cavallaria, em commissão activa servindo na guarda municipal de Lisboa; filho de D. Thomaz Maria de Almeida Portugal e de D. Maria Rita Tovar do Castello.

17 **D. Maria Leonor Manuel de Vilhena.** Nasceu a 29 de dezembro de 1828.

17 **D. Salvador Manuel de Vilhena.** Moço Fidalgo com exercicio. Commendador na ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra. Delegado do Procurador regio na comarca de Cuba. Nasceu a 26 de maio de 1830 e casou a 10 de abril de 1852, com D. Maria Ignez da Luz de Carvalho Daun e Lorena, sua prima, já viuva e c. g. de Antonio de Brito e Castro de Figueiredo Mello da Costa; nascida a 17 de fevereiro de 1821: filha dos 3.os Condes da Redinha, Nuno Gaspar de Carvalho Daun e Lorena e D. Maria Victoria de Sampaio.

Da segunda:

17 **D. Thereza Manuel de Vilhena.** Nasceu a 6 de agosto de 1837. Casou em 23 de setembro de 1864 com seu tio, irmão de sua mãe, João José de Mello, Alferes do regimento de lanceiros num. 2. —C. g.

Residencia

Palacio a Arroyos.

ADVERTENCIA

Ainda outra vez temos a desagradavel tarefa de commemorar um fallecimento, e de outra senhora tão illustre pelo seu nascimento como pelas suas virtudes, a excellentissima Duqueza da Terceira, **D. Maria Anna Luiza Philomena de Mendoça,** que succumbiu após uma dolorosa enfermidade na manhã de 1 de julho de 1866. A tão infausta noticia chegou-nos na occasião de se imprimir a presente folha, e por isso fomos obrigado a limitar-nos á publicação dos artigos que seguem.

«Após um doloroso padecimento falleceu hontem (1 de julho) a senhora Duqueza da Terceira, D. Maria Anna Luiza Philomena de Mendonça, prima e viuva do Duque do mesmo titulo, filha dos 1.os Marquezes de Loulé, e irmã do actual Duque d'este titulo. Havia nascido a 5 de dezembro de 1808, e casado com o Duque da Terceira a 23 d'abril de 1821. Era Dama da ordem de Santa Isabel e da de Maria Luiza de Hespanha. Actualmente exercia o elevado cargo de Camareira Mór de Sua Magestade a Rainha. A Duqueza era muito estimada e respeitada no paço, e seus augustos amos dispensaram-lhe os maiores cuidados durante a sua enfermidade e padecem um grande golpe com a sua morte. Era senhora de acrisolada virtude, muito esmoler, e mostrou sempre resignação e animo varonil no meio das lutas civis em que o destino por vezes a envolveu. O prestito funebre sairá ás quatro horas e meia da tarde de hoje do templo dos Jeronymos em Belem para a egreja de S. Vicente de Fóra, onde o feretro será depositado.»

(Supplemento ao num. 441 do Diario de Noticias, segunda feira 2 de julho de 1866.)

«Ás 6 horas da tarde de hontem (2 de julho), partiu do largo dos Jeronymos o prestito funebre conduzindo os restos mortaes da senhora Duqueza da Terceira. Tres coches da casa real seguiam aquelle em que ia a finada Duqueza, uma guarda de honra de lanceiros 2, e muitos trens particulares, e os dos Ministros da coroa formavam este triste cortejo que acompanhava á ultima morada tão brilhante ornamento de virtudes, e que mui pungentes saudades vae deixar em todos os corações que a presavam.»

(Diario de Noticias, terça feira 3 de julho de 1866, paginas 3.)

«Falleceu hontem de manhã (1 de julho) no palacio que habitava em Belem a senhora Duqueza da Terceira, D. Maria Anna Luiza Philomena de Mendonça.

Tinha nascido a 5 de dezembro de 1808, filha do 1.º Marquez de Loulé e 8.º Conde de Val de Reis, que morreu assassinado no paço de Salvaterra. Era irmã do sr. Duque de Loulé. Casou a 23 d'abril de 1821 com o 7.º Conde de Villa-Flôr, Antonio José de Sousa Manuel e Menezes Severim de Noronha, que depois foi Marquez do mesmo titulo e Duque da Terceira com honras de parente, Marechal do exercito, Estribeiro Mor, Conselheiro de estado, Ministro de estado honorario, Presidente do conselho, 1.º Ajudante de campo d'El-Rei, Governador da torre de Belem, Presidente do supremo tribunal de justiça militar e Grão Cruz de muitas ordens nacionaes e estrangeiras.

Acompanhou a senhora Duqueza da Terceira seu marido na emigração e foi uma das senhoras que n'aquelles tempos de provação para os liberaes deu constantes provas de energia e firmeza de caracter. Desde o seu regresso ao reino mereceu sempre a particular consideração dos Soberanos portuguezes, em cujo paço exerceu as mais elevadas funcções junto da Rainha, e gosou tambem do geral respeito devido ás suas virtudes e rara distincção.

Era uma senbora de grande piedade e de pensamentos mui religiosos que de certo lhe suavisaram os ultimos instantes, como lhe tinham servido de consolação e amparo nas difficuldades de uma vida passada nas mais vivas agitações politicas de Portugal e da Europa.

Os despojos mortaes da senhora Duqueza da Terceira foram hoje conduzidos ao templo de S. Vicente de Fóra, d'onde, por ordem d'El-Rei, irão repousar junto dos ossos do Marechal Duque da Terceira.

Perdeu um dos seus mais nobres ornamentos a fidalguia portugueza, a côrte uma das pessoas que lhe eram mais dedicadas, e todos um exemplo de virtude, lhaneza e cortezia.

Deus conceda o eterno descanço a tão nobre alma.»

(Gazeta de Portugal num. 1079, terça feira 3 de julho de 1866.

DUQUEZA DE PALMELLA

D. Maria Luiza Domingues Eugenia Anna Philomena Josepha Antonia Francisca Xavier de Sales de Borja de Assis de Panla de Sousa Holstein; 3.ª Duqueza de Palmella, por decreto de 29 de setembro e carta de 14 de outubro de 1862[1]; 2.ª Marqueza do Fayal, em sua vida, por decreto

[1] Tendo-se verificado na minha real presença que o titulo de Duque de Palmella, conferido originariamente ao Marquez de Palmella, D. Pedro de Sousa Holstein, é de juro e herdade; querendo pela presente occasião do meu feliz consorcio continuar a dispensar aos descendentes d'aquelle conspicuo e benemerito dignatario, que tão eminentes serviços prestou ao paiz, as provas de justa consideração que têem constantemente merecido do throno; e attendendo ás distinctas qualidades e sentimentos de beneficencia que a Marqueza do Fayal D. Maria de Sousa Holstein, filha primogenita e immediata successora do actual Duque de Palmella D. Domingos de Sousa Holstein, tem nobremente manifestado, seguindo assim os exemplos que lhe legára sua virtuosa mãe a fallecida Duqueza de Palmella, D. Maria Luiza Teixeira de Sampayo: hei por bem fazer mercê á mencionada Marqueza do Fayal do titulo de Duqueza de Palmella.

O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 29 de setembro de 1862. — Rei. — *Anselmo José Braamcamp.*

Diario de Lisboa de sabbado 25 de outubro do dito anno, paginas 2581.

de 15 e carta de 30 de abril de 1861; Dama da ordem de Santa Isabel[1]. Succedeu a seu pae em 2 de abril de 1864, nos bens da casa de Calhariz, e na de Sanfré, no Piemonte. Nasceu em Lisboa a 4 de agosto de 1841, e casou em 15 d'abril de 1863[2] com Antonio de Sampaio de Pina Freire de Brederode, que por decreto d'esse mesmo dia, e cartas do immediato 16, foi creado Duque de Palmella, em sua vida, e teve honras de Official Mór da casa real, servindo de Capitão da Guarda Real[3], e ef-

[1] Illustre Duqueza de Palmella, D. Maria Luiza de Sousa Holstein. Eu El-Rei vos envio muito saudar, como áquella que muito prezo. Desejando conferir-vos um novo testemunho do apreço que faço dos vossos merecimentos e virtudes, assim como dos actos de beneficencia de que tendes dado manifestas provas: hei por bem nomear-vos dama da real ordem de Santa Isabel.

O que me pareceu communicar-vos para vossa intelligencia e satisfação; e, para que possaes desde já usar das respectivas insignias, vos mando esta carta.

Escripta no Paço da Ajuda, em 15 de abril de 1863. — El-Rei. — *Anselmo José Braamcamp.*

Para a illustre Duqueza de Palmella, D. Maria Luiza de Sousa Holstein.

[2] Foi recebida na capella do seu palacio, na rua da Escóla Polytechnica e freguezia de S. Mamede, pelo Eminentissimo Cardeal Patriarcha de Lisboa e Conde de Arganil, D. Manuel Bento Rodrigues, assistido de quatro conegos da Sé: sendo padrinhos, SS. Magestades, El-Rei D. Luiz I e a Rainha D. Maria Pia, que honraram este acto com a sua augusta presença; assignando, não só os assentos do estylo, mas tambem uma copia authentica d'elles para se guardar no archivo da casa. El-Rei presenteou os noivos, com as citadas mercês, de dama da ordem de Santa Isabel, do titulo de Duque, e das honras de official mór, etc., e a Rainha os mimoseou, dando á Duqueza um riquissimo annel, e ao Duque uma abotoadura; tudo de brilhantes. O noivo teve a delicada lembrança de offerecer á noiva, um livro de *orações* em francez, encadernado de proposito, tendo a cifra da casa, e com todo o luxo e riqueza de muitas pedras preciosas. É em pergaminho, escripto todo á mão com numerosas vinhetas e illuminações; e figurou por parte da França, na exposição de Londres, de 1862.

[3] Querendo dar á Duqueza de Palmella, D. Maria Luiza de Sousa Holstein, mais uma demonstração do constante e sempre vivo reconhecimento que merecem os distinctos e assignalados serviços com que o fallecido Duque de Palmella, seu avô, cooperára para o triumpho da causa da legitimidade e das liberdades patrias, testemunhando ao mesmo tempo o justo apreço em que tenho as elevadas qualidades e virtudes com que a mencionada Duqueza tem sabido corresponder ás obrigações do seu nascimento; comprazendo-me outro sim em contemplar os merecimentos que concorrem na pessoa de Antonio de Sampayo e Pina de Brederode, com quem a mesma Duqueza, no uso da licença regia concedida por alvará de 4 de março ultimo, acaba de effectuar o seu consorcio: hei por bem fazer mercê ao sobredito Antonio de Sampayo e Pina de Brederode, de o elevar á grandeza d'estes reinos com o titulo de Duque de Palmella em sua vida; e bem assim conferir-lhe as honras de official mór da minha real casa, para nos impedimentos

fectivo por mercê de 16 de junho de 1864; Par do Reino pela carta regia de 23 de fevereiro do mesmo anno; Cavalleiro da ordem da Torre e Espada do valor, lealdade e merito, por decreto de 8 de maio de 1857; Grão Cruz da de S. Mauricio e S. Lazaro, na Italia; Cavalleiro das de Alberto, o Animoso, de Saxonia, em 30 de maio de 1859; da Aguia Vermelha da 3.ª classe, na Prussia, em 10 de junho d'esse anno; de Hohenzollern da mesma classe, em 15 de agosto de 1861; da Legião de Honra. em França, a 25 de janeiro de 1862; e de Leopoldo da Belgica. Condecorado com a medalha ingleza do Baltico, *Baltic medal,* e com a da Cruz, na Prussia. Assentou praça de Aspirante a Guarda Marinha em 12 de março de 1847, e sendo já 2.º Tenente da armada foi voluntariamente servir na esquadra britannica, saindo do porto de Lisboa aos 17 de janeiro de 1854 para Inglaterra, embarcado na nau *Prince Regent,* seguindo logo para o Baltico por occasião da guerra com a Russia, na qual se achou, passando para a nau *Neptune* com o Almirante Armar Lawry Corry, de quem mereceu a particular confiança de ser por elle encarregado dos signaes das esquadras, e no seguinte anno para a fragata *Arrogant.* Durante esta campanha tomou parte nos differentes ataques que se deram ás fortalezas russas de Bomarsund, Sweaborg, Viborg e Fredericksham; recebendo pelo seu comportamento os elogios tanto dos superiores estrangeiros como dos nacionaes e constam das ordens da armada. Regressando a Portugal, acabada a guerra no principio do anno de 1856, serviu sempre com o senhor Infante D. Luiz, e só desembarcou quando Sua Alteza succedendo no throno d'estes reinos o nomeou, por decreto de 20 de novembro de 1861, para as suas reaes ordens, sendo depois promovido a 1.º Tenente da armada real. Nasceu a 8 de janeiro de 1834, 2.º filho dos 1.ºs Viscondes da Lançada, Manuel Ignacio de Sampaio e Pina Freire de Andrada e D. Helena Teixeira Homem de Brederode.

de seu sogro o Duque de Palmella, D. Domingos de Sousa Holstein, exercer não só nos actos da côrte, mas em outros quaesquer inherentes ao commando da guarda real, todas as funcções da competencia do officio de capitão da mesma guarda.

O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço da Ajuda, em 15 de abril de 1863. —El-Rei.— *Anselmo José Braamcamp.*

Diario de Lisboa de sexta feira 29 de maio de 1863, paginas 1641.

FILHOS

1 **D. Helena Maria Domingues Porfirio Engenia Anna Philomena Josefa Antonia Francisca Xavier de Sales de Borja de Assis de Paula de Sousa Holstein de Sampaio e Pina de Brederode**; nasceu a 16 de fevereiro de 1864, e a 21 do mesmo mez foi baptisada na capella da casa, tendo por padrinho seu avô materno o Duque de Palmella.

2 **D. Pedro Maria Luiz Mathias Eugenio Joaquim José Antonio Francisco Xavier de Sales de Borja de Assis de Paula de Sousa Holstein de Sampaio e Pina de Brederode**; nasceu a 24 de fevereiro de 1866 e foi baptisado na mesma capella a 27 do dito mez, tendo por padrinho a Luiz Teixeira Homem de Brederode, seu tio paterno.

SEUS PAES

D. Domingos Antonio Maria Pedro de Sousa Holstein, 2.º Duque de Palmella, de juro e herdade, confirmado em 18 de outubro de 1850. 2.º Marquez do Fayal, em sua vida, por decreto de 1 de dezembro de 1834, 2.º Conde do Calhariz, por outro de 21 de junho de 1832, dado em Ponta-Delgada, e cartas de 24 de outubro de 1835. 12.º Capitão da guarda real dos archeiros. Par do reino, com posse em 21 de janeiro de 1851. Commendador da ordem de Christo, por portaria de 15 de janeiro de 1840. Capitão Tenente honorario da armada real. Addido honorario á Legação em Londres, e ahi o foi á Embaixada para o acto da coroação da Rainha Victoria. Conde de Sanfré, no Piemonte. Succedeu a seu pae, em 12 de outubro de 1850, nos morgados de Calhariz, Monfalim, Olivaes e Fonte do Anjo, e nos mais bens da casa. Nasceu em Londres a 28 de junho de 1818, e morreu em Lisboa a 2 d'abril de 1864. Casou em França, a 3 de julho de 1846, com D. Maria Luiza de Sampaio de Noronha[1], Dama honoraria da Rainha, que nasceu a 21 de abril de 1827 e fal-

[1] *Os esponsaes da Marqueza do Fayal.* — No dia 22 do corrente no palacio do Calhariz, se ratificou com toda, e a maior publicidade o casamento da Exc.ma Marqueza do Fayal, filha da Exc.ma Condessa da Povoa, com o filho do Exc.mo Duque de Palmella, tendo-se cumprido todas as leis canonicas, e formalidades da egreja: concorreram a testemunharem este acto quasi toda a nobreza, e outras muitas pessoas de jerarquia; mui luzido foi o cortejo, e consta-nos que a joven Marqueza se expressára da maneira a mais lisongeira, dirigindo-se ao seu novo consorte, declarando na presença de todos os convidados, que livre e espontaneamente acabava de confirmar os seus espon-

leceu em 21 de março de 1861 [1]. Filha dos 1.os Condes da Povoa, Henrique Teixeira de Sampaio e D. Luiza Maria José Rita Balthazar de Noronha.

Filhas

1 **D. Maria Luiza Domingues Eugenia Anna Philomena Josefa Antonia Francisca Xavier de Salles de Borja de Assis de Paula de Sousa Holstein**, actual Duqueza de Palmella.

2 **D. Luiza Maria de Sousa Holstein.** Nasceu em Lisboa a 18 de janeiro de 1845, e morreu no palacio da Junqueira a 9 de fevereiro de 1864, deixando uma filha (que sómente viveu dois dias) do seu casamento com o 9.º Conde da Ribeira Grande, D. José Maria Gonçalves Zarco da Camara.

«O prematuro fallecimento d'esta senhora foi geralmente sen-
«tido e lastimado.
«As bellas qualidades de que era ornada, acompanhada de

saes, já ha muito celebrados em França, e em cuja cerimonia tinha havido toda a solemnidade, sem faltar mesmo o consentimento da mãe, e do tutor, e que só lhe pesava no seu coração não se poderem ter realisado ha mais tempo os seus desejos. Esta declaração foi formal, e decidiu a grande questão, e muito se devem ter penhorado o nobre Duque, e Duqueza de Palmella, não só da generosa gratidão de sua nobre educanda, mas egualmente da sympathia com que é por todos applaudido, e o vivo interesse que a côrte tem tomado n'um consorcio tão digno, quão distincto: assegurando assim ao nobre Duque, o grande respeito devido aos relevantes serviços por elle prestados á patria e liberdade. — Lisboa 24 de abril de 1839.

De um Jornal da época.

[1] *Prestito funebre.* —Vimos passar para os Prazeres o cadaver da Exc.ma Sr.a Duqueza de Palmella; ia com toda a magnificencia; formavam o prestito quatro coches da casa real; dois de aluguel, e uma carruagem da casa da illustre finada; o acompanhamento era numeroso. O officio foi celebrado na egreja da Encarnação, a qual estava magestosamente armada de veludo preto e ouro.

Mas a par d'estas ostentações mundanas, que de nada valem e que só servem para a vaidade, as muitas esmolas que foram distribuidas a differentes pobres, comprovam que a virtude da caridade era aquella que, com muitas outras, mais cultivava a illustre finada.

Além das muitas esmolas distribuidas á porta da egreja, ha uma avultada quantia para ser dada a pessoas necessitadas, recolhidas, e de cuja distribuição foram encarregadas as Irmãs de Caridade.

A Nação n.º 3999, de 27 de março de 1861, paginas 3.

«maneiras affaveis e sympathicas, a constituiam merecedora de
«ser apreciada e estimada por todos que a conheciam. Na ca-
«ridade evangelica, com que repartia largamente pela pobreza
«o seu obolo, bem deixava ver que nascêra fidalga de antiga
«linhagem; n'essa classe que adquiria para o espalhar em volta
«de si com profusão aos necessitados, e não para enthesourar;
«e, que d'isso não fazia gala, e nem requeria galardão, ainda
«quando a applicava para os apertos do estado, ou allivio das
«calamidades publicas.

«Eu quero aqui confessar-me sempre grato á sua memoria,
«pela obsequiosa e delicada amizade com que tratava meu fi-
«lho Luiz da Motta Feo; e este durante a sua existencia, por
«mais longa que seja, nunca se esquecerá de tão excellente se-
«nhora, que devemos acreditar está hoje gosando da presença
«de Deus, unico premio digno das suas virtudes. —*João Car-
«los Feo.*»

A **Casa de Palmella**, conhecida outr'ora pela dos *Sousas Calharizes*, deriva a sua origem da dos Barões, hoje Marquezes, de Alvito: e é da seguinte maneira.

I **D. Filippe de Sousa**; foi filho segundo do 1.º Barão de Alvito, D. João Fernandes da Silveira, e de D. Maria de Sousa Lobo, sua segunda mulher: e d'esta foram paes, Diogo Lopes Lobo, e D. Isabel de Sousa; mencionados a paginas 168. É duvidoso se o appellido de Sousa, que usou e transmittiu a seus descendentes, lhe veiu por sua mãe, ou se já era o da linha paterna, como adiante faremos vêr tratando da propria Casa de Alvito. Na d'El-Rei D. João II, vencia no anno de 1484, 1$000 réis por mez, e um alqueire de cevada por dia, de moradia como Moço Fidalgo; e de Cavalleiro do Conselho, a tinha de 4$286 réis já no de 1518, como consta do pagamento de 12$858 réis, que houve dos mezes de novembro d'elle, e janeiro de 1519, importando um quartel; de que El-Rei D. Manuel, lhe fez mercê, posto o não servisse, por alvará de 17 de junho de 1521. Do Conselho do mesmo Rei, por carta de 21 de maio de 1511; e do d'El-Rei D. João III: Commendador de S. Martinho de Sande, da ordem de Christo, e o era em 2 de abril de 1514; dia em que houve carta para dar de fôro, bens e fazendas da dita Commenda, no arcebispado de Braga. Vereador de Lisboa, em 1522, com Garcia de Sousa Chichorro. Senhor das Jugadas de Coimbra, doadas ao Barão seu pae, por um alvará d'El-Rei D. João II passado

em Abrantes, a 24 de setembro de 1483; para as haver do primeiro d'esse anno em diante; com poder de as deixar por seu fallecimento a um filho varão e lidimo, que nomeasse; mas fazendo-o elle logo n'este, expressando-se pelas seguintes palavras —*filho meu e de minha mulher D. Maria;*— lhe foram dadas cartas de confirmação em Setubal, a 4 de junho de 1497, e de doação em Lisboa, a 5 de setembro de 1522; e em 20 de julho d'esse anno, se lhe expediu outra das Jugadas do pão da mesma cidade, de que lhe fôra feita mercê, por alvará de 12 de fevereiro de 1500. Teve a pensão de todos os tabelliães, que de novo se criassem no reino, em logar dos tabelliães judeus, que n'elle havia, menos em Lisboa e em Serpa, porque Joanne Mendes, que ahi tinha esse officio, o deixou á Infanta D. Brites, mãe d'El-Rei D. Manuel; e por cartas passadas: em Ferreira, a 6 de setembro de 1499; e em Lisboa a 27 de fevereiro de 1506. Houve varios padrões de tenças: um de 20$000 réis annuaes, por carta de 6 de março de 1502, em quanto se lhe não pagassem 2$000 corôas pertencentes a seu irmão o Barão D. Diogo, que n'elle as cedeu: outro de 42$500 réis, do qual se lhe passou carta a 10 de outubro de 1522, e em parte de 62$500 réis, que o mesmo Rei lhe dera pelo fallecimento do sogro, ficando os 20$000 réis restantes para D. Joanna, sua filha; e por uma provisão dada em Evora, a 17 de junho de 1534, se lhe mandou pagar 41$300 réis, por conta dos referidos 42$500 réis de tença d'esse anno, descontando-se 1$200 réis para a obra da agua da prata da cidade; e os recebeu com procuração d'elle, seu filho D. Francisco de Sousa, em 27 de novembro do sobredito anno, do Almoxarife Diogo Fernandes das Povoas, por Gomes *Pachequo*, Recebedor da alfandega de Lisboa. E ainda outro de 160$000 réis, para o filho maior, que lhe succedesse e em vida d'elle, por carta de 7 de junho de 1511, sendo 50$000 réis, que n'ella se dá, e 110$000 réis, que já para o mesmo tinha por duas cartas dadas: uma de lembrança, de réis 70$000 em Cintra a 4 de setembro de 1502, e a outra de 40$000 réis em Lisboa a 10 de fevereiro de 1510. Ainda encontrámos mais outros documentos que lhe são relativos; a saber: uma carta de 24 de janeiro de 1539, referindo-se a um alvará tambem feito em Cintra, a 3 de setembro de 1516, sobre os officiaes das Jugadas de Coimbra; e outro alvará de 30 de Julho de 1540, confirmado em carta de 28 de abril de 1541, a respeito da aposentadoria dos monteiros d'essa cidade. É de crêr que pouco tempo viveu mais, pois d'elle não temos noticia d'aqui em diante; e advertimos, que todas as mercês que deixamos apontadas, lhe foram feitas pelos seus muitos serviços, que não se declaram. Casou com D. Filippa da Silva, a quem o pae d'esta senhora, logo n'ella trespassou 2$000 corôas de 120 reaes cada uma, que tinha por mercê do Infante D. Fernando, Duque de Vizeu; e em quanto se não verificasse o seu pagamento, uma tença de 20$000 réis; e isto em virtude de alvará, dado em Aldeia Gavinha, a 23 de março de

1493, pelo senhor D. Manuel, como Duque de Béja, e filho do mencionado Infante; depois por elle, sendo já Rei, confirmado em Setubal, por carta de 4 de junho de 1496; e por outro d'El-Rei D. João III, passado em Lisboa a 30 de agosto de 1522. Ella e seu marido fizeram testamento em 25 de julho de 1516, no qual instituiram o morgado de Monfalim, no termo de Torres Vedras: e era já fallecida em 1544, como se vê adiante na repartição que se fez a suas filhas das ditas 2$000 corôas. Seus paes foram: Gil Vaz da Cunha, do Conselho d'El-Rei D. João II e D. Manuel; Fidalgo das suas casas e das d'El-Rei D. Affonso V, e de seu irmão o Infante D. Fernando: Couteiro das perdizes em todo o Riba-tejo, Azeitão e Cezimbra, por carta feita em Setubal a 27 de julho de 1488: o qual mais houve 20$000 réis, em quanto fosse da governança da Duqueza de Bragança, por alvará de 24 d'abril de 1484, e tambem egual quantia, por outro de 21 de fevereiro de 1485, feito em Vianna do Alemtejo; e todas as tres referidas mercês confirmadas por El-Rei D. Manuel, por cartas dadas em Evora a 5 e 25 de abril, e 8 de maio do anno de 1497. E foi senhor da quinta do Calhariz[1] no termo de Cezimbra. E D. Filippa da Silva, Donzella da Infanta D. Joanna: que casaram por contracto de dote e arrhas celebrado n'esta cidade em 20 de outubro de 1463, na presença d'El-Rei D. Affonso V, que para ajuda d'este casamento deu 3$000 corôas de 120 reaes, que seriam entregues a um homem bom e escolhido por ambos para as ter até serem empregadas em bens de raiz; o Infante D. Fernando fez mercê na mesma occasião ao noivo das 2$000 corôas que deixamos mencionadas: e a noiva foi dotada com 1$500 corôas de ouro, por seu pae Diogo da Silva, Fidalgo da casa do referido Monarcha, e seu Thesoureiro Mór. A carta do

[1] Esta quinta, que era da capella de Pedro Eannes Lobato, pertencente á egreja antiga de S. Mamede, em Lisboa, tinha sido aforada em tres vidas a mestre Joanne, criado do sobredito Infante D. Fernando, e pelo fallecimento d'elle havia 21 annos, a mulher e herdeiros sendo demandados (pelas grandes damnificações em que estava, e por não pagarem o foro) pela mesma egreja, lhe encamparam as duas vidas restantes, e ella a emprazou de novo a Gil Vaz da Cunha (que a elles a havia comprado em 1480, pela conta dos declarados 21 annos) em attenção a ter pago duzentos mil réis, importancia da divida do fôro, e haver gasto nas casas vinte mil réis, em vida d'elle mestre e da mulher; nas ditas vidas e em outras duas, que ao todo faziam quatro. A quinta dava então 30 a 40 pipas de vinho, e 7 a 8 moios de semeadura; além dos pomares. Do mencionado aforamento lhe foi dada carta de confirmação em Lisboa, a 4 de maio de 1501 e está no livro 6, a folhas 44, da Chancellaria d'El-Rei D. Manuel; e no 1.º de Guadianna, a folhas 184 v.

Sobre esta quinta podem os curiosos achar noticia na Corographia Portugueza do padre Antonio Carvalho da Costa, impressa em 1712, tomo III, paginas 299.

citado contracto, acha-se a folhas 23 v., do liv. 9, da Chancellaria d'El-Rei D. Affonso V, no Archivo da Torre do Tombo.

Tiveram filhos.

2 **D. Francisco de Sousa**, que continua.

2 **D. Diogo de Sousa**, que em 17 de agosto de 1520 recebeu oito mil réis de mercê por alvará de El-Rei D. Manuel de 10 d'esse mez e anno.

2 **D. Martinho de Sousa**, Moço Fidalgo da casa do mesmo Rei, com mil réis de moradia, e houve pagamento do primeiro quartel em 1518.

2 **D. Pedro da Silva**, Cavalleiro da ordem de Christo, com trinta mil réis de tença, a qual vendeu em 5 de novembro de 1527 a seu irmão D. Francisco de Sousa, como adiante se dirá: passou á India em 1528 na companhia do Governador Nuno da Cunha, e com elle se achou na tomada de Mombaça, fallecendo ahi de doença.

2 **D. Guiomar da Silva**, mulher de Manuel Corrêa, senhor da redizima de Cezimbra, por carta de 29 de agosto de 1516. — C. g. extincta.

2 **D. Joanna da Silva**, que, como fica referido a paginas 397, houve vinte mil réis de tença, de que se lhe passou padrão em Lisboa a 10 de outubro de 1522. Foi segunda mulher de D. Gil Eannes da Costa. — C. g.

2 **D. Brites de Sousa**, religiosa no mosteiro de Odivellas, ao qual ficaram pertencendo pelo seu fallecimento, segundo se vê de uma verba de 7 de setembro de 1581, oitocentas corôas, ou oito mil réis, que houve de sua mãe na repartição que pelas filhas freiras se fez das duas mil corôas, ou vinte mil réis de tença que a mesma tinha.

2 **D. Maria de Sousa**, religiosa professa no convento de Santa Clara de Coimbra. Na dita repartição lhe coube seiscentas corôas ou seis mil réis, que devia começar a vencer de 1 de janeiro de 1544 em diante, época esta em que damos por fallecida sua mãe; mas só teve effeito do principio de 1546, porque até 1545 foi esse recebimento feito por seu irmão D. Francisco de Sousa, em virtude de um contracto que entre ambos se fez, confirmado em carta de 15 de julho de 1545, de que se passou padrão em 27 d'esse mez de 1546, requerido pelos herdeiros de seus paes, e tudo na cidade d'Evora. Pela sua morte foram averbadas ao convento em 27 de abril de 1592.

2 **D. Leonor da Silva,** religiosa professa na mesma casa. Teve egual quantia de seiscentas coroas ou seis mil réis, que tambem reverteram para o convento quando ella se finou, como consta da verba de 5 de agosto de 1621.

Illegitimos:

2 **D. Pedro de Sousa,** Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. João III por alvará de 8 de março de 1553, acrescentado a Fidalgo Escudeiro e a Fidalgo Cavalleiro por outros de 2 de maio de 1555 e de 25 de fevereiro de 1557, vencendo trinta e um mil e trinta réis de moradia. Cavalleiro da ordem de Christo, de que tomou o habito em 24 de dezembro de 1558, Serviu em Italia, achando-se com João da Veiga, Vice-rei da Sicilia, na conquista de Africante. Passou depois a Tangere, e á India em 1555, e estando lá foi despachado por carta de 15 de janeiro de 1564, com a viagem de Capitão e Feitor da nau que havia de ir por via de Choromandel a Malaca; teve depois a Capitania e fortaleza de Goa por tres annos, por mercê de 10 de dezembro de 1567 e carta de 27 de janeiro de 1568; declarando-se de nenhum effeito em 21 de fevereiro d'esse anno a referida viagem. Achava-se já no reino em 31 de dezembro de 1586, dia em que se lhe passou um padrão de duzentos mil réis de tença de juro, que comprou a João Baptista Revelasca e a Giraldo Pariz, contratadores da pimenta. Em 21 de abril de 1587 houve mercê de Capitão Mór, por ida e volta, da armada da India, de que se lhe deu alvará em Madrid a 21 de maio d'esse anno: para lá foi, voltando ao reino em 1598; e tendo sido Capitão das fortalezas de Sofala e Moçambique. Falleceu em Lisboa em 1600, e está sepultado no convento de Santo Eloy. Casou duas vezes, e — s. g. A primeira, e já em 1555, com D. Joanna de Lacerda, viuva de D. João Lobo, e filha de Nuno Pereira de Lacerda, que teve duas viagens de Capitão e Feitor do navio que andava na India de Sofala para Moçambique, por carta dada em Evora a 3 de janeiro de 1537; e n'aquelle estado prestou muitos serviços, indo ao soccorro de Dio na companhia de D. Alvaro de Castro, achando-se com elle na infeliz sortida que lá fez contra os moiros, e ficando gravemente ferido voltou a Goa para se curar, mas já ahi chegou morto, e deu-se á sepultura com grande pompa no convento de S. Francisco, em 1546; e de D. Violante Ferreira. E a segunda com D. Luiza Pereira, outrosim viuva do seu enteado D. Diogo Lobo, filho do mesmo D. João Lobo e da dita sua primeira mulher: filha de Balthazar de Magalhães, Moço da Camara d'El-Rei D. Sebastião, acrescentado a Cavalleiro Fidalgo, e Escrivão das appellações civeis por carta de 21 de março de 1586, que antes foi Almoxarife dos armazens d'esta cidade, por alvará de 21

de maio de 1563, e Escrivão da feitoria da Mina, por carta de 30 de março de 1574: a qual casou por escriptura de dote, promettendo-lhe elle futuro marido oito mil cruzados de arrhas, obrigando ao seu pagamento uma quinta que tinha junto a Cezimbra, e tres moios de trigo de foro que cobrava nos Bairros de Santarem; mas depois querendo elle vender ambas as coisas, obteve para isso um alvará, em 29 de agosto de 1590, sobrogando-as pela quinta das Arêas Gordas. Comtudo, pelo fallecimento do mesmo seu marido, se poz em 11 de fevereiro de 1600 uma apostilla de cento e vinte e oito mil réis, em nome d'ella, ao referido padrão de duzentos mil réis, para pagamento dos oito mil cruzados das arrhas que lhe promettêra e não pagára, e lhe foram mandados assentar na casa das carnes por despacho de 7 de setembro e verba de 26 de outubro de 1626, época em que ainda vivia: e mais houve pela partilha que se fez dos bens d'elle, quando morreu, outro padrão de cento e cincoenta mil réis, como se vê da verba posta em 10 de outubro de 1600, a um de trezentos e cincoenta mil réis, pertencente a Alvaro Jaques, que a sua viuva D. Angela de Sousa vendeu em Goa em 14 de outubro de 1598, a elle D. Pedro de Sousa, que não o chegou a tirar por fallecer logo; ficando para sua filha D. Maria de Sousa, como adiante se dirá, os restantes trezentos mil réis.

Teve filhos illegitimos:

3 **D. Francisco de Sousa**, Fidalgo Cavalleiro com tres mil e novecentos réis de moradia por mez e alqueire e meio de cevada por dia, que vencia no anno de 1587. Nasceu na India em 1568, como se collige de um alvará de supprimento da edade de 23 annos, que se lhe deu em 15 de fevereiro de 1591, para poder servir umas viagens de Maluco, que n'elle renunciára D. Ignez Pereira. Foi Capitão de Ormuz por 3 annos; despachado em 16 de Dezembro de 1602, e se lhe passou carta a 20 d'esse mez de 1603; mas para entrar no mesmo cargo, houve renuncia de D. Henrique de Noronha, que estava provido antes d'elle, e lhe foi dado um alvará de habilitado, feito em Lisboa a 30 de março de 1618. Em 27 de janeiro de 1605, houve outro de restituição de fama e de perdão de 10 annos de degredo para Ceilão, em que fôra condemnado por umas mortes que fez em Sofala e Moçambique, onde esteve com seu pae[1]. Achava-se na Praça de Or-

[1] No *Archivo Portuguez Oriental*, publicado em Nova Goa, desde 1857 até 1861, encontramos na 2.ª parte do fasciculo 3.º alvarás, cartas e instrucções dos Reis de Portugal para os Vice-reis da India; e nos documentos que tem os num. 206, 239, 244, 364 e 365, varios capitulos que se referem a D. Pedro de Sousa, e a seu filho D. Fran-

muz, quando n'ella morreu em 1622[1] com geral sentimento dos moradores, que com a falta d'elle logo receiaram a sua perda, como assim aconteceu em breve tempo, sendo tomada pelos persas, *auxiliados pelos nossos bons amigos os inglezes*. Casou com D. Luiza da Silveira de Menezes, filha de Pedro da Silveira de Menezes, Capitão de Damão, e um dos Conselheiros da India, que assistem aos Vice-reis; e de D. Joanna Carneiro, que ambos moravam em Goa, no anno de 1584.

Tiveram filhos:

4 **D. Luiz de Sousa.** Fidalgo da casa, e Capitão da nau na India, por alvará de 6 de fevereiro de 1608, e por outro com salva de 1 de março de 1611: indo a Surrate com o Vice-rei D. Jeronymo de Azevedo, foi morto de uma bombarda á vista do proprio pae.

4 **D. Manuel de Sousa.** Fidalgo da casa. Foi Capitão de navios no estado da India; e estando cercado Ormuz, onde se achava sua mãe, de lá a foi tirar em uma embarcação, na qual se salvou excessiva riqueza. Tendo vindo ao reino, voltou novamente á India em 1626, com o Capitão Mór D. Manuel Pereira, e morreu na viagem. Era casado com D. Maria Leitão, filha de Fernão de Crom, mercador alemão de nação e muito rico, residente em Goa, que pelos seus serviços feitos n'aquelle estado, foi Fidalgo da Casa, Cavalleiro da ordem de Christo, e houve vinte mil réis de tença por alvará de 17 de março de 1610; e de D. Maria Leitão. — S. g.

4 **D. Francisco de Sousa.** Fidalgo da casa. Serviu na India em Capitão de navios cinco annos; e em 1626 veiu ao reino requerer seu despacho, e achou já a mercê da Capitania de Chaul, com quatrocentos mil réis de ordenado, que lhe fôra dada a 15 de março de 1625,

cisco, e tratam das ditas mortes. Esta preciosa collecção que consta de quatro fasciculos em cinco folhetos, acabamos agora de receber do nosso presado amigo o ex.^{mo} sr. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, que na India, onde está por Secretario Geral do Governo, tantos serviços tem prestado. Agradecemos a lembrança de s. ex.^{a}, e lhe asseguramos que mimo mais delicado não nos podia fazer.

[1] Na mercê da Capitania de Chaul, feita a seu filho D. Francisco de Sousa, que está no livro 31 da Chancellaria de El-Rei D. Filippe III a folhas 262, se diz, que elle morrêra na India, antes de tomar posse do governo de Ormuz; comtudo como Governador é mencionado na *Asia Portugueza* de Manuel de Faria de Sousa, impressa em Lisboa no anno de 1675, tomo III, paginas 360.

com obrigação de servir mais tres annos da India, para com os cinco já referidos, ter os oito do regimento: e isto por ser herdeiro do tio Henrique da Silveira de Menezes (irmão de sua mãe), Fidalgo da casa, que serviu dezoito annos n'aquelle estado, em Soldado, Capitão, Capitão Mór, e teve em 1611 a data da mesma capitania de Chaul, de que não tirou portaria em sua vida. Tambem pelos serviços de seu pae D. Francisco de Sousa, que lhe pertenceram pela renuncia que n'elle fizeram os mais herdeiros das partes que lhes tocavam, teve a capitania de Dio, com seiscentos mil réis de ordenado, antes dos providos em 18 de janeiro de 1628. D'estas duas mercês se lhe passaram cartas por João Feo, aos 17 e 18 de março de 1629; e n'ellas se diz: *para onde devia partir nas naus ou galleões que para lá vão n'este anno de 1629*[1].

3 **D. Maria de Sousa**, que pelo fallecimento de seu pae teve, como fica dito a pagina 403, um padrão de duzentos mil réis de juro, que se averbou em seu nome a 18 de março de 1601, estando casada com seu primo D. Alvaro de Sousa, a paginas 416, e d'elle foi segunda mulher. — C. g.

2 **D. Briolanja de Sousa.** Freira em Santa Clara de Coimbra já em 6 de março de 1522, data de uma carta d'El-Rei D. João III, confirmando o alvará de 10 de julho de 1514, pelo qual El-Rei D. Manuel lhe fez mercê de um padrão de cinco mil réis de tença.

II **D. Francisco de Sousa.** Fidalgo da casa d'El-Rei D. João III, acrescentado a Cavalleiro do Conselho com a moradia de quatro mil duzentos e oitenta e seis réis por mez. Védor da mesma casa, por carta de 13 de maio de 1541. Senhor dos morgados do Calhariz e de Monfalim, em que succedeu a seu pae; e na vida d'elle teve cem mil reaes de renda, que lhe prometteu quando o casou, e os havia de receber da sua mão, mas o mesmo seu pae querendo poupar o peso, que isso a ambos causava, pediu a El-

[1] D. Francisco Manuel na segunda *Epanaphora Tragica* a paginas 187, fallando do naufragio da armada portugueza que houve na costa da França, diz: *Eram os aventureiros que se embarcaram com o General* D. Manuel de Menezes; e despois de mencionar esses individuos, acrescenta: *direi primeiro os mortos*, e entre elles menciona *D. Francisco de Sousa, filho de D. Francisco de Sousa, que foi Capitão d'Ormuz.* A' vista d'esta declaração e do auctor ser testemunha do acontecido que foi em S. João da Luz a 14 de janeiro de 1627, tendo saido a armada do porto de Lisboa quarta feira 24 de setembro de 1626 não podemos duvidar do facto; mas tambem como conciliar essa data com as das cartas que como acima fica escripto se lhe passaram em 1629?

Rei por um escripto seu, feito em 4 de outubro de 1524, para o filho os haver das jugadas de Coimbra em quanto elle vivesse; e n'esse sentido lhe foi dado um padrão dos cem mil reaes, passado em Evora a 6 do dito mez e anno, e com vencimento do 1.º de janeiro d'elle. E aqui notamos a consideração em que El-Rei tinha estes Cavalleiros, que só dois dias mediaram do requerimento ao despacho. Era fallecido no dia 3 de abril de 1552, no qual a sua viuva começou a vencer uma tença de cincoenta mil réis, que lhe foi dada em recompensa dos seus serviços, por alvará de 4 de maio d'esse anno, confirmado depois por carta de 22 de junho de 1573. Casou com D. Brites de Mendoça, e já em 5 de novembro de 1527, com dinheiro do dote d'ella, comprou por duzentos e quarenta mil réis a D. Pedro da Silva, seu irmão (mencionado a pag. 399) a tença de trinta mil réis, que tinha com habito de Christo, por um instrumento de venda e renunciação lavrado n'esse dia em Coimbra, por Gregorio Lourenço, Tabellião da mesma cidade, e logo ahi a cedeu na dita sua mulher para a ter do 1.º de janeiro de 1528 em diante, e lhe foi confirmada por carta feita em Evora a 26 de fevereiro de 1573. Tambem por um alvará dado em Lisboa a 3 de junho de 1575, houve pagamento de quatrocentos mil réis pelos direitos das naus da India, sendo uma metade nas *que este anno invernaram na mesma cidade, e a outra nas que, com ajuda de Deus, hão de chegar no que vem*; tudo por conta do que lhe é devido, e montar haver da renda das jugadas de Coimbra, por onde seu sogro, pelo alvará de lembrança passado a 19 de setembro de 1514, e seu marido por outro de confirmação dado em 30 de agosto de 1522, tinham de receber a tença de cento e sessenta mil réis dita a paginas 397, e como nas referidas jugadas havia um desconto com o Mestre de S. Thiago o senhor D. Jorge, foram ouvidos os Deputados da Mesa da Consciencia, que a favor d'ella deram o seu parecer em 27 de maio de 1560. Sobreviveu esta senhora muito ao marido, pois no anno de 1577, residindo a S. Thiago, conjunctamente com seus cunhados D. Filippe e D. Diogo de Sousa, passou uma procuração a Ruy Lopes de Sousa, e já em 5 de março de 1572, morando então na rua do Barão, em uma casa proxima ao Limoeiro, tinha feito outra nas notas do Tabellião d'esta cidade Jeronymo Ferreira, a seu genro Gonçalo Nunes Barreto, e a sua mulher D. Margarida de Mendoça, filha d'ella em quem trespassou com provisão d'El-Rei, a tença de trinta mil réis, como se vê da verba que na mesma se poz por despacho de 21 de junho de 1584. Foi filha herdeira de Francisco de Mendoça (irmão de D. Joanna de Mendoça, Duqueza de Bragança) e de D. Leonor de Almeida, que depois de viuva contrahiu, como fica dito a paginas 19, outro matrimonio com o 1.º Marquez de Ferreira D. Rodrigo de Mello, e foi mãe do 2.º Marquez, D. Francisco de Mello, que veiu a ser meio irmão d'ella D. Brites de Mendoça.

Tiveram filhos:

23 **D. Filippe de Sousa**, que continua.

23 **D. Francisco de Sousa**, que antes se chamou D. Francisco de Almeida, nome com que tomou ordens menores em Evora na freguezia de Santo Antão onde nasceu, dadas pelo Bispo de Calé D. Nuno, na sua camara aos 26 de maio de 1541, por mandado especial do Cardeal Infante D. Henrique, Arcebispo d'essa diocese. Foi Fidalgo da sua casa, e vencia no anno de 1553, como Cavalleiro, a moradia de tres mil e cem réis por mez e alqueire de cevada por dia. Do Conselho d'este Principe já Rei, e seu Capitão da guarda de pé, sendo o primeiro n'esta familia, por cartas dadas em Lisboa a 10 e 11 de novembro de 1578, e pelos muitos e continuos serviços que n'esse cargo lhe prestou, foi por outra de 28 de julho de 1583, Capitão da mesma guarda de pé (que assim continuou a denominar-se bastantes annos) do Rei D. Filippe I, que quando de cá regressou para Castella, a deixou formada de alabardeiros ou archeiros alemães, ao Cardeal Alberto, Archiduque d'Austria, que então era Governador d'este reino[1]. Do Conselho do mesmo Monarcha. Commendador de Borba da Montanha, na ordem de Christo, a qual serviu em

[1] No Archivo da Torre do Tombo, na Gaveta 20, Maço 16, Documento 6, ha um caderno intitulado — Estatutos geraes novamente ordenados para a guarda real portugueza e allemã, e divididos em 31 capitulos, feitos por Antonio Soares de Mendonça, Cavalleiro Fidalgo e Escrivão da dita guarda, em Lisboa a 5 de fevereiro de 1646, e 6.º anno do reinado de D. João IV. — Contém: o regimento alemão da mesma guarda, datado d'esta cidade a 21 d'outubro de 1586, e assignado por *Alberto Cardeal*, e a maneira porque esse Principe ahi vem mencionado é a seguinte: «Alberto por Graça de «Deos, Cardeal da Santa Igreja Romana do Titulo de Santa Cruz de Hierusalem e seu «Legado de Latere no Reino de Portugal, Archiduque de Austria, Duque de Borgonha, «Histiria, Carnistia, Curavia e Vissemberga, etc., Conde de Abspurg e do Tirol, e Gover«nador de Portugal» Mais o referido regimento traduzido do alemão para portuguez, em Lisboa a 18 d'agosto de 1597, por João Antonio Xuerquer, Visitador das naus pelo Supremo Conselho da Santa Geral Inquisição d'estes reinos de Portugal, Escrivão Intreprete de diversas linguas estrangeiras. Esse regimento traduzido em portuguez, foi apresentado por Cosme Rangel, Aposentador da guarda alemã em 10 de setembro de 1636, ao Licenciado Antonio Jusarte de Loureiro, Cidadão e Juiz do Civel d'esta cidade e seu termo, requerendo lhe mãndasse dar d'elle um traslado em publica fórma; e obtendo seu despacho n'esse mesmo dia, foi passado por Balthasar Couceiro, Tabellião publico de notas. Este treslado foi depois tambem apresentado a Diogo Botelho de Mattos e Carvalho, e a seu pedido foi tirado em publica fórma em Lisboa occidental, a 26 d'outubro de 1736, pelo Tabellião Antonio da Silveira Freire.

A guarda alemã que El-Rei D. Filippe I deixou n'este reino, como já dissemos, ao

Tangere, em tempo do Capitão D. Pedro de Menezes; achando-se com elle na sortida que fez em 1550 contra os mouros, em que por elles foi morto. Teve mais a Commenda de S. Salvador de Infesta, no arcebispado de Braga, da mesma ordem, que fôra de seu cunhado D. Alvaro de Sousa; e em 16 de outubro de 1577, se lhe passou uma provisão para dar de fôro ou de renda os bens d'ella. Houve carta do habito da dita ordem a 15 de maio de 1578. A pedido do Cardeal Infante

Cardeal Archiduque, compunha-se de capitão, tenente, sargento, quatro cabos d'esquadra, escrivão, apontador, tambor, e cincoenta e nove soldados tudescos.

Depois a guarda real passou a ter tres companhias, a saber: a alemã, a portugueza, e a do principe, havendo em cada uma capitão, tenente, dois sargentos, quatro cabos e sessenta soldados divididos em quatro esquadras; além de dois tambores para avisar as tres companhias para o serviço. E o referido vem declarado em os capitulos addicionaes para a guarda real, que contém trinta e nove artigos. Não tem data; e estão no mencionado caderno, como additamento aos estatutos geraes. Hoje está reduzida a mesma a uma guarda só companhia.

No Livro do Registro de privilegios, cartas, o mais ordens de sua magestade fidelissima, pertencentes aos officiaes e soldados de sua guarda real, se acham transcriptos os privilegios que lhes foram concedidos pelos Reis d'este reino, começando por tres cartas dadas em 3 de fevereiro de 1642, por El-Rei D. João IV, sendo Secretario de Estado Francisco de Lucena, que se mandaram reimprimir em 8 de outubro de 1808 e são os seguintes:

«Dom João por graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves, daquém, e dalém mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber a todos os Ministros, e Officiaes das Justiças destes meus Reinos, e Senhorios de Portugal, e a qualquer, assim Realengos, como Donatarios, a que o conhecimento, d'esta minha Carta de Privilegio, em qualquer maneira pertencer, que entre as mais cousas, e Privilegios, que tenho concedido aos Soldados, e Officiaes das minhas Guardas da minha Pessoa, he, que nenhum dos Soldados, e Officiaes, que nella me servir, possa ser executado, nem prezo por divida, de qualquer qualidade, e condição que sejaõ, sem os Capitães das mesmas Guardas pôrem o cumpra-se nos Mandados, e Sentenças, que contra elles se houver; e por nenhum caso o possão ser em suas armas, cavallos, vestidos seus, nem de suas mulheres, nem na cama, em que dormem, nem nos soldos, e aposentadorias, que se lhes deverem, e que se não entendão com elles as Pragmaticas, em quanto aos trajes, e vestidos, senão que livremente os possão trazer, e mantos mais da marca, engomados, e pontas, couras d'anta com passamanes de ouro, prata, e seda, e todos os outros trajes, que se prohibem aos que não são Soldados, e Officiaes; e que isto mesmo se entenda com suas mulheres: Pelo que mando a todos os Ministros, e Officiaes de Justiça, a todos em geral, e cada hum em particular, que em virtude desta minha Carta, que sendo vós com ella, ou com o traslado della em publica fórma reduzido, a guardeis, e cumprais sem dúvida, nem embargo algum, sobpena de cincoenta mil réis para o gasto da guerra. Dada nesta Cidade de Lis-

D, Henrique, se lhe fez mercê por carta de 19 de janeiro de 1568, de Capitão de uma armada, que d'aqui fosse para as partes da India, e de lá viesse; e com effeito para esse destino partiu no anno de 1573, por Capitão Mór de uma de 4 naus, e a sua chegada áquelle estado foi notavel pela ordem que levou d'El-Rei D. Sebastião, mandando depôr o Vice-rei D. Antonio de Noronha, e nomeando para o substituir, com o titulo de Governador a Antonio Moniz Barreto: como refere Manuel de

boa aos 3 dias do mez de Fevereiro. Balthazar Rodrigues Coelho a fez. Anno do Nascimento da N. Senhor Jesu Christo de mil seiscentos e quarenta e dois. E eu Francisco de Lucena a fiz escrever. — ELREI. — Carta, porque V. Magestade manda que nenhum dos Soldados, e Officiaes das suas Guardas possão ser executados, nem prezos por dividas, de qualquer qualidade, e condição que sejão, sem os Capitães della pôrem o cumpra-se nos Mandados, e Sentenças, que contra elles se houverem, na maneira acima declarada. Para V. Magestade ver. Eu Francisco da Silva, Escrivão da Guarda Real, a fiz registar, e assignei. Francisco da Silva. E eu Luiz José Gomes da Silva a sobrescrevi, e assignei. Luiz Jose Gomes da Silva.»

PRIVILEGIO (a fol. 35)

«Dom João por graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves, daquém, e dalém mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber a todos os Ministros, e Officiaes das Justiças destes meus Reinos, e Senhorios de Portugal, a que esta minha Carta for apresentada, que houve por bem, e Provisão por mim assignada, passada nesta Cidade de Lisboa aos quatorze dias de Setembro do anno de mil seiscentos e quarenta e hum, de fazer mercê do cargo de Capitão da minha Guarda Alemã, em quanto eu houver por bem, e não mandar o contrario, a D. Luiz de Noronha, Fidalgo da minha Casa, e Estribeiro Mór da Rainha, minha sobre todas muito amada e prezada Mulher; e para que melhor possa exercitar o dito Cargo, e como cumpre a meu serviço, e a Guarda da minha Pessoa: Hei por bem, e mando demais das cousas na dita Provisão contheúdas, e declaradas, e nas mais que lhe mandei passar, de que deve usar, e lhe deverem ser guardadas muito inteiramente, e sem duvida, nem embargo algum, que os ditos Capitães, e seus Criados, Soldados, e Officiaes das ditas Guardas possão trazer todas as armas, que lhes parecer, offensivas, e defensivas, assim nesta Cidade, como em todos os mais Lugares destes meus Reinos, e Senhorios, a que minha Corte for; e nelle se lhes dêm, e fação dar pousadas francas, que não sejão estalagens; e as cavalgaduras de guia, carga, que houverem mister, e os mantimentos pelos preços, e estados da terra. Pelo que mando a todos em geral, e a cada hum em particular, que assim o cumprão, e guardem muito inteiramente, sem duvida, nem embargo algum, sobpena de pagarem, os que as não cumprirem, mil cruzados para a minha camara. Dada nesta Cidade de Lisboa aos tres dias do mez de Fevereiro. João Pereira Souto-Maior a fez no anno do Nascimento de N. Senhor Jesu Christo de mil seiscentos e quarenta e dois. E eu Francisco de Lucena a fiz escrever. — ELREI. — Carta dos Privilegios, que V. Magestade ha por bem conceder

Faria e Sousa, na *Asia Portugueza*, tomo II, pag. 579. Antes de ir houve quatro alvarás dados em Evora: sendo tres d'elles a 3 de dezembro de 1572, para trazer da India na nau em que vier trinta quintaes de canfora, quinze caixas de roupa, doze escravos, trinta quintaes de timbrall, e cem ditos de lacre; que tudo lhe será entregue na Casa da India, livre de direitos do quarto de embarque e dos cinco por cento do frete vindo em embarcação d'El-Rei, que se lhe dará: e outro de 19 do dito

aos Capitães da Guarda Alemã, e seus Criados, Officiaes, e Soldados. Para V. Magestade ver. Eu Francisco da Silva a fiz registar, e assignei. Francisco da Silva. E eu Luiz José Gomes da Silva a subscrevi, e assignei. Luiz José Gomes da Silva.»

PRIVILEGIO (a fol. 36)

«Dom João por graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves, daquém, e dalém mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber a todos os Officiaes da Guerra, e da Justiça destes meus Reinos, e Senhorios de Portugal, que por quanto, entre elles, e os Capitães de minhas Guardas se podem offerecer duvidas sobre os conhecimentos dos delictos, que commettem os Soldados, e Officiaes das ditas minhas Guardas, dos quaes poderão resultar dissensões, e encontros em deserviço meu, que convem muito atalhar; e querendo prover de remedio conveniente: Hei por bem, e mando, que todos os casos crimes dos Soldados das minhas Guardas, e Officiaes dellas em geral, e particular, se remettão aos Capitães a cada hum os que lhe tocarem, assim nas causas, que de presente houver pendentes, como as que succederem ao diante, sem que os ditos Ministros da Guerra e da justiça reservem a si algumas, por graves que sejão, ainda que entrevenha aleivosia, moeda falsa, resistencia, ou outra qualquer que seja: com tal declaração, que em fragrante delicto as Justiças da minha Casa e Corte, e outras quaesquer d'esta Cidade, e de outras partes, onde minha Corte for, possão prender aos ditos Soldados e Officiaes; e prezos, os remettão logo aos seus Capitães, sem esperarem por isso outro Mandado, nem Ordem minha; e para assim se cumprir, e vir á noticia de todos: Mando que esta Carta se registe nos Livros da Casa da Supplicação, Desembargo do Paço, e em qualquer outra parte onde convenha, para se saber a fórma della, e como quero, e mando que se guardem, sem embargo de quaesquer Leis, Pragmaticas, Ordenações particulares e geraes, Ordenações, Estilos, Usos, e Costumes, que hajão, ou possão haver em contrario, no que tudo para o que toca a este Privilegio dispenso, sem embargo da Ordenação do Livro II, Titulo 49 que diz, que desde que a derogarem, se faça expressa, e declarada menção. Pelo que mando a todos os Ministros, Officiaes de Guerra, e ao meu Regedor da Casa da Supplicação, Desembargadores do Paço, e da dita Casa, Corregedores, e Ouvidores, Justiças, Juizes, Officiaes, e Pessoas, a que o conhecimento desta Carta de Privilegio pertencer, que a cumprão, guardem, e fação muito inteiramente cumprir, e guardar todo o contheúdo nella, porque assim he minha mercê. Dada na Cidade de Lisboa aos tres dias do mez de Fevereiro. Balthazar Rodrigues Coelho a fez no anno do Nascimento de N. Senhor Jesu Christo de mil seiscentos e qua-

mez e anno, para levar á India as espadas que quizer, que mandará fazer n'este reino, como lá se usam, e não lhe poderão ser tomadas. A seu respeito encontramos differentes pagamentos, que se lhe fizeram pelos almoxarifados do reino, a saber: no do Campo de Ourique em 26 de setembro de 1583, cento e oito mil trezentos e onze réis da sua tença do anno de 1580, assentada no da cidade de Evora. No do Paul de Trava, em 25 de novembro de 1583, doze moios de cevada, de 1581 e

renta e dois. Eu Francisco de Lucena a fiz escrever. —ELREI.— Carta, porque V. Magestade manda que todos os casos crimes dos Soldados das suas Guardas Reaes, e Officiaes dellas, se remettão aos Capitães dellas, a cada hum que lhes tocar, sem que os Ministros da Guerra, e da Justiça reservem a si algumas por graves que sejão, na maneira acima declarada. Para V. Magestade ver. Eu Francisco da Silva a fiz registar, e assignei. Francisco da Silva. E eu Luiz José Gomes da Silva a subscrevi, e assignei. Luiz José Gomes da Silva.

A fol. 37 vers. *se acha registada a Resolução que baixou ao Desembargo do Paço.*

«No Livro, que nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Reino servio de registar as Consultas, que baixárão resolutas por S. Magestade ao Tribunal do Desembargo do Paço no anno de 1739, até 1743, se acha registada huma de 28 de julho de 1741, do mesmo Tribunal, sobre pedir D. Manoel de Sousa, Capitão da Guarda Real, lhe fosse remettido hum Soldado, que prendêra o Corregedor do Bairro de S. Paulo, ao que S. Magestade por Resolução sua de 28 de Julho do dito anno de 1741. foi servido resolver, que os Soldados da Guarda podião ser prezos pelas Justiças Ordinarias em flagrante delicto, para se lhes fazer assento á Ordem do seu Capitão da Guarda, e ser-lhe remettida a culpa, ainda que fosse resistencia, na fórma da Carta de seu Privilegio, concedido aos 3 dias de Fevereiro anno de 1642, constando primeiro ao Juiz, ou Corregedor ser o delinquente Soldado da Guarda com actual exercicio, que visto constar notoriamente que este Soldado he da Guarda, devia logo ser remettido pelo Corregedor do Crime do Bairro de S. Paulo ao seu Capitão que em todo o caso, por mais grave que seja, he só o seu Juiz competente, na forma dos seus Privilegios, que estão em rigorosa observancia, nem necessitava de confirmação, como já resolvêra; e que os Ministros, que prenderem em flagrante delicto algum Soldado da Guarda, o mandem logo ao seu Capitão com as suas culpas, e acontecendo que estes o não fação assim, como o Corregedor de S. Paulo o praticou no caso presente, affectando escusas de lhe não constar era Soldado da Guarda, fique na obrigação de o averiguar por si, e sem que espere requerimento de parte, se he, ou não, o dito prezo Soldado da Guarda; e achando que o he, o remetta ao seu Capitão com a culpa que tiver em o termo de dois dias, com comminação de que não o fazendo, seja suspenso do seu lugar a arbitrio da Meza do Desembargo do Paço. He o que contém a dita Resolução, de que se passou a presente Certidão para constar o referido aonde convenha. Lisboa 18 de Maio de 1748. Jeronymo Godinho de Niza; e apresentada esta Certidão, se registou no Livro velho a fol. 123.

1582, a razão de seis moios por anno, de Capitão da guarda de pé. No de Aveiro, em 30 do mesmo mez e anno, mil cruzados em parte dos dois mil que tinha por uma provisão d'El-Rei. No de Evora, a 18 de setembro de 1585, trezentos e cincoenta mil réis, que lhe são devidos do seu ordenado e vestiaria, que teve com o cargo de Capitão da guarda. Faremos ainda menção de varios alvarás que lhe foram dados. A 2 de setembro de 1562, um de cem mil réis de tença para o filho mais ve-

pelo Escrivão da Guarda Henrique de Faria Machado. E eu Luiz José Gomes da Silva a subscrevi, e assignei. Luiz José Gomes da Silva.»

A folhas 38. vers.

Registo da Ordem de S. Magestade por Aviso do Secretario de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o Juiz do Crime do Bairro do Limoeiro.

«Sendo presente a S. Magestade que V. m. havendo feito prender á sua ordem a Bento Fernandes, Soldado da Guarda Real da Companhia, de que he Capitão o Conde de Rezende; e havendo dado conta da referida prisão ao mesmo Conde, o fez sem ter mandado abrir assento á sua ordem ao sobredito Soldado, e sem lhe remetter o acto de desobediencia, e resistencia, que havia formado, como era obrigado, na conformidade da Resolução de 28 de Julho de 1741, e das mais ordens estabelecidas sobre esta materia, na conformidade das quaes os Capitães da Guarda Real são Juizes Privativos dos seus respectivos Soldados, com exclusiva de todos, e qualquer Magistrado, ainda em casos maiores, do que este de que se trata: He o mesmo Senhor servido que V. m. mandando logo abrir assento ao dito prezo á ordem do Conde, ou Capitão, e remettendo a este os Autos da culpa no estado em que estiverem, lhe faça a devida escusa com a falta de conhecimento da dita Resolução, e mais Ordens Regias, que assim o tem determinado. Deos guarde a V. m. Salvaterra de Magos 29 de Janeiro de 1760. Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Senhor Juiz do Crime do Bairro do Limoeiro. Eu Luiz José Gomes da Silva o subscrevi, e assignei. Luiz José Gomes da Silva. E não se continha mais nos ditos Privilegios, Resolução, e Aviso, que estão no dito Livro, a que me reporto, e não levão cousa que duvida faça. Em fé do que vai por mim concertada, e sobscrita, a qual passei por ordem do Illustrissimo e Excellentissimo Conde de Pombeiro, Capitão da Guarda Real.»

«Luiz José Gomes da Silva, Escrivão da Guarda Real do Principe Regente Nosso Senhor que Deos guarde, etc. Certefico que no Tomo quarto do systema dos Regimentos a folhas duzentas e onze se acha o seguinte: Mandando ver a Petição de Queixa, que do Conde Aposentador Mór me fez Domingos Fernandes, Soldado da minha Guarda, Aposentado, e Privilegiado com Estanco de Cartas de Jogar, em razão do que sendo notificado a requerimento de Jaques Legrete, e sua mulher Suzana Levesques, para que despejasse as suas Casas em que vivia, no fundo da Bica do Arte Bello; formára Em-

lho, que ficou sem effeito em virtude de outro de 9 d'esse mez de 1589, para por seu fallecimento elle lhe succeder na commenda de S. Salvador de Infesta. A 3 de novembro d'este citado anno, outro para nomear a sua tença de duzentos mil réis no mesmo filho, sendo-lhe concedido em 17 de dezembro de 1579, o poder de a deixar ao que quizesse. A 30 de junho de 1588, para testar de outra tença de sessenta mil réis. E finalmente a 8 de janeiro de 1590, um de lembrança do seu officio

bargos, e lhe forão rejeitados, julgando a Notificação por válida, e nulla a Aposentadoria; e ao passar pela Chancellaria a sentença embargada lhe não deferíra, mandando cumprir a sua sentença: Fui servido resolver lhe fez Aggravo, por quanto mostra he Soldado de minha Guarda, que ainda que he Aposentado goza do mesmo Privilegio, tendo demais as Cartas de Jogar, e accrescendo que não podia ser mandado despejar pelos supplicantes, digo, supplicados por serem simples Conductores, e não terem dominio nas Casas. Lisboa Occidental dezanove de Novembro de mil setecentos e nove. Com a Rubrica de Sua Magestade.»

«E outro sim, certifico que sendo presente a Sua Magestade a Informação, e parecer do Conde de Pavolide, Presidente do Senado da Camara desta Corte, sobre a queixa de Manoel Tavares, Moço da Prata da Casa Real, pelo procedimento de prisão a que o condemnou o Almotacé das Execuções, e o estranho modo com que o praticou. Foi a Mesma Senhora servida Ordenar, que declarasse a Vossa Excellencia para o fazer presente no Senado da Camara. Que a Renúncia dos Privilegios, que de modo Ordinario se faz por aquelles, que obtendo licença do Senado, para abrir Lojas, ou Vendas, ou de Officios fabris se sujeitão ao Juizo da Almotaçaria, he entendida, ser daquelles Privilegios, que são, e podem ser renunciaveis, e não daquelles que pela razão do Exercicio, e Serviço Real; porque de taes renúncias resultaria (se admittidas fossem) hum indecóro á Real Casa da Mesma Senhora, que se deve respeitar, e conservar sem o menor dezar. E por tanto o referido Almotacé obrou com irregularidade neste procedimento, e com imprudente zelo, pois que não andando em Correição, deveria mandar comparecer perante elle ao sobredito Manoel Tavares, e escusar a rigorosa busca que foi praticar, e por haver denunciante, deixar a este a obrigação da prova do Delicto que denunciava. Em consequencia de tudo: He Sua Magestade servida, que o Senado ordene para sempre a todos os Almotaceis das Execuções, que em todos os casos, em que se tratar de procedimento semelhante contra pessoas, que estejão em identicas circumstancias o fação presente ao Senado para por elle o ser a Sua Magestade, e se esperar a sua Real Ordem; não devendo por tanto haver aquelles procedimentos, senão em casos em que forem as referidas pessoas aprehendidas em flagrantes delictos; prevenindo a Vossa Excellencia, que o sobredito Almotacé haja de ser advertido, e admoestado para que obre com mais consideração: Deos guarde a Vossa Excellencia Paço em dezaseis de Abril de mil setecentos oitenta e oito. Visconde de Villa Nova da Cerveira. Senhor Conde de Pavolide. — E não se continha mais no sobredito Aviso, de que se passou a presente, para constar onde necessario for. Nossa Senhora d'Ajuda em onze de Novembro de mil setecentos noventa e hum. — Isidoro Soares de Ataide. — E para que conste o referido passei a presente em observancia do Despacho antecedente, e ao Livro do Re-

para o dito filho declarando-se n'elle, que era *pelos serviços que fez na materia da successão do reino:* pouco mais viveu, pois já em setembro de 1591 não existia. Casou com D. Luiza de Menezes, a qual em 25 de fevereiro de 1573, figurou em certa transacção, que o marido antes de partir para a India fez com Luiz da Silva de Mello, sobre uma herdade em Olivença. Era filha de D. Gaspar de Sousa e de D. Isabel Pereira.

gisto dos Decretos, Avisos, e Ordens dirigidas aos Illustrissimos e Excellentissimos Capitães da Guarda Real, digo, e ao Livro do Registo em tudo, e por tudo me refiro, e vai por mim escripto e assignado em esta Corte, e Cidade de Lisboa aos vinte e cinco dias de Agosto de mil oitocentos e sete: E eu Luiz José Gomes da Silva a escrevi, e assignei. *Luiz José Gomes da Silva.*»

«José de Vasconcellos, *Marquez de Bellas, Senhor da mesma Villa, e da de Pombeiro, do Conselho de Estado, Grão Cruz da Ordem Militar de S. Thiago, Regedor da Justiça; Capitão da Guarda Real, e Juiz Privativo de todas as Causas Crimes, por mais graves que sejão, em que os Soldados da minha Companhia forem réos, com exclusiva de todos, e quaesquer Magistrados, na fórma das Ordens de S. Magestade, etc. Mando, que nenhum Official de Justiça contenda em cousa alguma com da Guarda Real da minha companhia com actual exercicio, por qualquer Mandado, Ordem, ou Sentença, que contra elle se houver, sem primeiro pôr o cumpra-se por mim, na fórma dos Privilegios, que Sua Magestade lhe tem concedido, pois a mim me toca o conhecimento de qualquer delicto do dito como seu Juiz Privativo, pena de proceder contra elles. Dado em Lisboa aos de de 18 E eu Luiz José Gomes da Silva o sobscrevi.*»

O serviço da guarda era feito junto á pessoa do Rei e da Rainha, não só dentro do paço, mas em qualquer local em que os mesmos senhores habitassem; na capella mór e mais egrejas onde assistissem a festas; no acompanhamento de procissões e nos actos solemnes em que transitassem pela cidade, quer fosse em coche, a pé ou a cavallo.

Os capitães da guarda eram officiaes móres da casa real; mas não gosavam do fôro de criados d'El-Rei, sem que fossem nomeados, como aconteceu com o ultimo Marquez de Bellas, que foi Gentil homem da camara da Rainha D. Maria I. Na gerarchia militar nada representavam, e se entravam para o exercito tinham de seguir os postos, como qualquer outro individuo (sendo porém promovidos logo a capitães, os que eram filhos de conselheiros d'estado, conforme a lei), e assim succedeu com tres capitães da guarda do meu tempo; a saber: D. Pedro de Sousa Holstein (depois Conde, Marquez e Duque de Palmella); D. Antonio Maria de Castello Branco Corrêa da Cunha Vasconcellos e Sousa, Conde de Pombeiro e 2.º Marquez de Bellas; e D. Luiz Innocencio de Castro, Conde de Rezende, que todos foram Officiaes Generaes.

Tiveram filhos.

4 **D. Alvaro de Sousa**, que nasceu em 1568[1]. Foi Moço Fidalgo, acrescentado a Escudeiro Fidalgo, com a moradia de dois mil trezentos vinte e cinco réis por mez; e em 21 de fevereiro de 1586, houve pagamento de sete mil e quinhentos réis dos seus corregimentos do mesmo fôro, feito por Bernardo Topete, Thesoureiro da casa. 2.º Capitão da guarda: dos Reis D. Filippe I, II, e III, por carta dada em Lisboa a 14 de setembro de 1591. Cargo que tambem serviu em vida do pae. Commendador de S. Salvador de Infesta, na ordem de Christo, na qual sendo já Cavalleiro, se lhe passou alvará de profissão a 15 de outubro do dito anno. Para tombar os bens da mesma Commenda, e para os poder aforar, houve alvará de commissão a 9 de julho de 1597, e provisão em 26 de junho de 1598. Como Capitão da guarda vencia, por mercê de 16 de janeiro de 1592, quarenta mil réis por anno para um vestido, que era outro tanto que tinha tido o pae; além de cem mil réis de mantimento; e a começar já no citado dia 14 de setembro de 1591. Por apostilla de 20 de abril e verba de 7 de maio de 1596, consta mandar-se-lhe assentar no thesoureiro que paga á guarda, para d'elle os receber, os referidos cem mil réis, que até ahi os havia pelo Thesoureiro Mór. Com o mesmo cargo, tinha na cevadaria um alqueire de cevada por dia de ordinaria, que monta a seis moios e cinco alqueires por anno, e do que d'elles lhe era devido, desde 31 de agosto de 1593 até 3 de setembro de 1605, encontramos pagamentos a elle feitos no decurso d'esses annos, nos almoxarifados do Paul de Trava e Logares das Barrocas da Redinha. Em 18 de outubro de 1607, se declarou por uma apostilla, que o dito alqueire de cevada por dia da ordinaria montava a seis moios e cinco alqueires, e não a nove moios e sete alqueires e meio, como se dizia no alvará de 27 de agosto do mesmo anno, que os mandava assentar em um dos almoxarifados do pão em que lhe conviesse. Em 29 de dezembro de 1624, houve ainda um alvará de lembrança, que tambem se lhe passou com salva em 16 de abril de 1633, para por sua morte ficar a Commenda de S. Salvador de Infesta á filha D. Marianna de Sousa, para a pessoa que com ella casasse. D. Alvaro de Sousa, e seu pae D. Francisco de Sousa, em quanto exerciam o cargo de Capitães da guarda, faziam-se acompanhar por soldados d'ella, como se vê da se-

[1] No processo de habilitação, que no anno de 1606, se fez a D. Francisco de Sousa, seu primo, para ser acceito Familiar do Santo Officio da inquisição de Lisboa, foi elle uma das testemunhas inquiridas; e declarou ter trinta e oito annos de edade, e ser morador n'esta cidade ao Arco de Santo Eloy.

guinte exposição— «As razões q̃. dõ Alv.º de Sousa Capitão da guarda «de Sua Mag.e tem pera a trazer com sigo quando vai fora pela Ci«dade são as seguintes, satisfazendo com ellas ao q̃. VV. S.as lhe man«darão q̃. respondece pelo Secretario Primeiramente q̃. he uzo e costu«me de todos os Capitães da guarda acompanharence cõ ella a sim os «de Castella com os q̃. ategora ouve em Portugal. Segundariamt.e q̃. «pera decencia do officio não está bẽ andar o Capitão sem ella. E quanto «a dizerem q̃. dõ fr.co de Souza seu pai q̃. ds tem a não trouxe en «algu tempo foi por se enfadar dos ditos soldados com achaques de «sua velhice, o q̃. o principe Cardeal lhe tachou e lhe mandou se acom«panhace cõ elles e elle lhe repliqou q̃. se Sua Mag.e lhe fizece m.e do «officio pera seu filho teria gosto de se acompanhar d'ella, e tanto q̃. «se lhe concedeo nenhu dia ate a hora de sua morte deixou de a tra«zer, como o dirão o Tenente e mais officiaes da goarda, e depois de «sua morte sempe o Capitão a trouxe[1] por onde quer q̃ foi sem con«disão nem repliqua algua E se VV. S.as os ouverem de admittir a se«melhantes queixas vir-se-hão a ensobrevecer de maneira e o cargo do «Capitão desatacado e cõ menor autoridade do q̃. compete ao tal offi«cio E quando VV. S.as (como devem) acharem q̃. he bẽ e decencia «do officio acompanharemce tambẽ lhes ha de parecer q̃. he necessa«rio castigaremse os amotinadores deste erro, e q̃. não sirvão mais «por não tornarẽ a cometer outro semelhante ou maior, porq̃. assim «o mandou aqui Sua A. noutro negocio de menor importancia q̃. tive«rão em tempo de seu pai.» Casou duas vezes. A primeira com D. Maria de Noronha, filha de Fernão Cabral, Alcaide Mór de Belmonte, e de D. Joanna de Castro. E a segunda com D. Maria de Sousa, sua prima, e já sua mulher em 18 de março de 1601, em que no padrão de duzentos mil réis que ella tinha, referido a paginas 400, se poz a competente verba no nome d'elle; que tambem para o seu dote lhe comprou dois juros, um de quarenta mil réis, e outro de sessenta mil réis, a Bernaldim de Alte e a D. Isabel de Barros, sua mulher, aos

[1] Dizemos nos os oficiaes da goarda tenente e sargento e os mais oficiaes q̃. o sor dom fr.co Capitão da goarda q̃. foi pasado comesou no primcipio a trazer a goarda des q̃. Sua alteza aqui ficou e por q̃. os soldados a q̃. tocava a goarda lhe pedião de almosar e merendar lhe disse q̃. os não queria trazer porque S. Mag.de lhe não dava ordenado pera iso, depois que foi a Madrill os trouxe ate ora de sua morte e depois de morer os trouxe o Capitão da goarda que agora he dom allv.ro de Souza ate ida de sua alteza — Seguem-se as assignaturas — Os dois ineditos, que deixamos aqui publicados, achamse no Real Archivo da Torre do Tombo, na collecção de documentos officiaes, denominada dos armarios, em que são designados pela seguinte maneira —Armario 26 do interior da Casa da Corôa — maço 1, numeros 217 e 468.

quaes foram riscados em 4 de setembro de 1601, e 13 de julho de 1602. Por alvará de 28 de maio de 1603, houve a mercê da Capitania mór das naus da carreira da India, por uma viagem sómente, dada a 7 de fevereiro do mesmo anno, por se não ter verificado em seu pae, que lh'a deixou com os seus serviços. Ambos os conjuges, de 1 de janeiro de 1606 em diante, houveram outro juro de sessenta mil réis, de que se lhe poz verba em 28 de maio de 1605, que lhes cedeu Pedro Alvares de Carvalho e D. Isabel de Mendoça, sua mulher, por um instrumento feito a 16 de março do ultimo anno, na nota de Gomes de Abreu de Carvalho, Tabellião d'esta cidade. Era filha illegitima e herdeira de D. Pedro de Sousa, seu tio, mencionado a paginas 402.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

5 **D. Joanna de Noronha**, mulher de D. Rodrigo da Costa. — C. g. extincta.

5 **D. Luiza de Menezes.** Religiosa no mosteiro de Santa Martha d'esta cidade, para o qual entrou com quinhentos mil réis de dote e profissão, que lhe deu seu pae, mediante um concerto que fez com a Abbadessa e religiosas do mosteiro, renunciando ellas as legitimas que por elle e sua mulher D. Maria de Noronha, que Deus perdôe, podessem pertencer á filha, e como esta era menor de 16 annos, requereu elle a El-Rei lhe supprisse a edade, para o que se lhe passou um alvará dado em Lisboa a 14 de maio de 1611 [1].

Da segunda:

5 **D. Marianna de Sousa.** Teve sessenta mil réis de juro, por carta de pa-

[1] É singular, que passados 248 annos, se repetisse novamente n'esta familia, o facto de se requerer authorisação Régia para renuncia de legitima, tambem praticado com outra senhora do mesmo nome de Luiza, e egualmente menor, contando apenas onze annos de edade; pois assim aconteceu, como consta do livro XIII do Registo das Mercês de El-Rei D. Pedro V, onde a paginas 230, se acha o seguinte. — Alvará de licença a D. Luiza Maria de Sousa Holstein, para prestar juramento promissorio no contracto de renuncia, que mediante uma indemnisação pretende fazer a favor de sua irmã D. Maria Luiza de Sousa Holstein, da legitima que possa haver por lhe pertencer pelo fallecimento de seus paes o Duque e Duqueza de Palmella, etc. etc. Paço, 15 de junho de 1859. — Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

drão de 19 de abril de 1633: e succedeu a seu pae na Commenda de S. Salvador de Infesta, na qual se lhe poz a verba em 21 de maio do dito anno; e no cargo de Capitão da guarda. Casou com D. Lourenço de Sousa, seu primo, ao diante nomeado. —S. g.

4 **D. Filippa de Menezes.** Casou tres vezes. A primeira com D. Manuel de Sousa e Tavora, o que não houve effeito, porque este matrimonio se annullou por sentença. A segunda com Antonio de Moura, que morreu na batalha de Alcacer. E a terceira com Francisco de Sampayo, senhor de Villa Flôr, de quem foi segunda mulher. De todos —s. g.

4 **D. Margarida de Menezes,** mulher de Nuno Fernandes Cabral, senhor de Azurara, e Alcaide Mór de Belmonte. —C. g.

4 **D. Maria de Menezes.** Casou com João de Barros da Silva, Cavalleiro da ordem de Christo, em que houve Commenda: viveu na sua quinta de Pontevel. —C. g. extincta.

4 **D. Brites da Silva.** Religiosa no convento de Odivellas.

3 **D. Alvaro de Sousa,** o *Braguilhão* de alcunha. Moço Fidalgo da casa d'El-Rei D. João III, e seu Capellão. Tomou ordens, de prima tonsura em 1541; e de menores em 1542; dadas em Santo Antão de Evora. Foi Beneficiado em Elvas em 1555; e Prior de Miranda. Estando em Lisboa, em casa de seu irmão D. Diogo de Sousa, morador a Santa Catharina, arrendou em 24 de abril de 1590, por cento e dez mil réis, a Diogo Fernandes de Elvas, outro beneficio que tinha em S. Thiago de Béja.

Tevé filhos illegitimos:

4 **D. Francisco de Mendoça,** que depois da profissão se chamou frei Alvaro de Sousa. Foi religioso da ordem de Christo, e para receber o habito, se lhe tiraram inquirições de *genere, vita, et moribus,* em 4 de fevereiro de 1602, na villa de Miranda, pelo padre frei Matheus, superior do convento de Thomar, por commissão do reverendissimo padre frei Silvestre, Prior da mesma casa e Geral da ordem.

4 **D. Eugenia de Mendoça,** religiosa no convento de Santa Clara de Coimbra.

3 **D. Lourenço de Almeida.** Nasceu em Evora, e foi baptisado em Santo Antão, a 2 de abril de 1535, sendo seu padrinho Garcia de Rezende. Re-

cebeu ordens de menores em 1552, na mesma freguezia. Passou a servir na India, e lá se achou: em 1559 na tomada de Damão; em 1569 em Braçalor, onde ficou por Capitão de uma das seis companhias dos seiscentos homens que n'essa praça deixou o Vice-rei D. Luiz de Atayde; e depois em 1571 na defeza de Goa, atacada pelo Idalcão, e na brilhante victoria que os nossos ahi contra elle ganharam nos dias 13 e 14 de abril d'esse anno. Falleceu n'aquelle estado, deixando os seus serviços ao sobrinho D. Francisco de Sousa.

3 **D. Isabel de Mendoça**, que nasceu em Evora, onde se baptisou em Santo Antão, a 25 de novembro de 1535: foi freira professa na ordem de Santa Clara em Coimbra, teve dez mil réis de tença por anno, de 14 de dezembro de 1585 em diante, por conta dos trinta e seis mil réis que vagaram pelo fallecimento de sua mãe, e se lhe passou carta de padrão em 7 de junho de 1586.

3 **D. Diego de Sousa**, o *Lambaz* [1]. Nasceu em Evora, e baptisou-se em Santo Antão em 1 de novembro de 1537. Com o fôro de Moço Fidalgo, entrou de pouca edade para o paço d'El-Rei D. João III, e lá foi creado. Passou á India no anno de 1558, com o Vice-rei D. Constantino de Bragança, e com elle se achou, no de 1559, na tomada de Damão; fazendo parte e mais seu irmão D. Lourenço, dos quinhentos homens com que Antonio Moniz Barreto destruiu o exercito inimigo em Pamel, duas leguas distante d'essa praça. Não satisfeito com a mercê da Capitania de Baçaim, dada por despacho dos serviços que fez no mesmo estado, desgostoso partiu para Malta, onde tomou o habito da ordem de S. João de Jerusalem. Foi Balio de Acre, Commendador de Vera Cruz, de S. João de Corveira, e de Santa Martha de Chavão: duas vezes Regedor do priorado do Crato; Recebedor da sua religião; e d'ella Embaixador a El-Rei D. Sebastião. Houve relações com Maria de Carvalho, natural de Sande, junto a Guimarães (que elle depois dotou e casou com Fructuoso Pereira, homem nobre da villa de Barcellos); filha de Antonio Carvalho, e de Filippa Vaz; d'ella

Teve filho illegitimo:

4 **Miguel (Frei) de Sousa**. Doutor em theologia pela universidade de Sala-

[1] A respeito de alcunhas, transcrevemos uma sentença de Manuel de Faria e Sousa, que vem na Asia Portugueza — Tomo II, paginas 323; e é como segue:

Cosa muy usada entre Portugueses la prõtitud de nombres para explicar lo defetuoso de las personas, hallando rara vez uno para repitirlo meritorio y excelente, etc.

manca, religioso da ordem de Santo Agostinho, Prior do collegio de Santa Maria do Populo da cidade de Braga. Habilitado para o cargo de Revedor do santo officio, em 13 de julho de 1620, sendo maior de quarenta annos de edade. Nasceu na villa de Condeixa, onde foi baptisado; criou-se em casa de sua tia D. Margarida de Mendoça, moradora a Santa Marinha: e foi legitimado pelo pae com dispensa de Roma.

Teve filho illegitimo:

5 **Ruy de Sousa.** Senhor da aldêa de Mazagão, na ilha de Bombaim. Casou com D. Brites de Tavora, filha tambem illegitima de Alvaro Pires de Tavora, Capitão de Damão.

Tiveram filhos.

6 **Bernardim de Tavora.** Senhor da mesma aldêa de Mazagão, e n'ella nascido. Casou com D. Maria de Miranda, natural de Baçaim, filha de Luiz Rodrigues de Miranda, senhor da aldêa de Colla Calleana [1], e de D. Anna da Silva.

Tiveram filhas.

7 **D. Marianna de Sousa e Tavora.** Nasceu em Mazagão, na ilha de Bombaim; e foi segunda mulher de Christovão de Sousa Coutinho, Capitão de Dio, Baçaim e Goa, onde nasceu: filho de Antonio de Sousa Coutinho, que passou á India em 1612. e

[1] O Vice-rei da India, D. Antão de Noronha, por carta de 24 de janeiro de 1554, deu a referida aldêa, e mais as de Malavana e de Nauro, sitas na ilha de Salsete, districto de Baçaim, e terras do Norte, em fateosim perpetuo, a Duarte de Miranda, Fidalgo da Casa de El-Rei, para elle e seus herdeiros, pagando de fôro por todas mil cento quarenta e um pardáos da terra, de prata, por anno, e com obrigação de requerer confirmação a El-Rei dentro de quatro annos; mas d'esta condição foi relevado por provisão do Governador Francisco Barreto; o qual reduziu a duzentos noventa e cinco pardáos, o fôro de quatrocentos e quinze ditos que tocava á mesma aldêa. Por obito de Duarte de Miranda, passaram todas ellas á sua filha D. Ignez de Miranda, casada com Marcos Rodrigues; ao qual o Vice-rei D. Duarte de Menezes, por carta dada a 21 de outubro de 1587, concedeu, que em sua vida as podesse encabeçar nos filhos, ou dotar ás filhas, de maneira que ficassem divididas em tres prazos. Marcos Rodrigues, pelo testamento com que falleceu, feito em Baçaim a 19 de abril de 1619, nomeou as referidas aldêas da seguinte maneira. A de Colle Caleana, em Duarte de Miranda de Azevedo, seu filho; e por morte d'este, passou á viuva Maria Matosa, e ao filho Marcos Rodrigues de Aze-

foi Governador do mesmo estado, e da segunda mulher D. Maria da Cunha. — C. g.

7 **D. Senhorinha de Sousa.** Nasceu na mesm aldêa de Mazagão: e chegou a dilatada edade, porque em 18 de março de 1702, se lhe passou um alvará para na qualidade de tutora de seus netos, Martinho e Francisco, poder renunciar as capitanias de Baçaim e de Chaul, de que elles haviam mercê. Casou com Joanne Mendes de Menezes, Moço Fidalgo da casa real, Capitão Mór da gente de guerra em Baçaim, sua patria, no anno de 1668, e senhor da aldêa de Madrapôr. Filho de Tristão da Silveira de Menezes, General da armada de remos na costa da India, para onde passou com o Conde de Linhares em 1629; e de D. Luiza da Silveira, sua segunda mulher, e senhora da referida aldêa de Madrapôr. «Das mencionadas duas irmãs, ha na «India muita descendencia; e hoje reside entre nós, quem de «ambas ellas procede, que é o senhor Conde de Nova Goa, «D. Luiz Caetano de Castro de Almeida Pimentel de Sequeira «e Abreu.»

3 **D. Beatriz de Mendoça**, baptisada na egreja de Santo Antão de Evora, no anno de 1538. A respeito d'esta senhora, nada mais sabemos, e suppomos que é a que foi religiosa no convento de Cellas.

3 **D. João de Sousa**, Moço Fidalgo da casa d'El-Rei D. Manuel, que aprendia do ponto de Bartholomeu d'Araujo: depois, chamando-se João de

vedo, casado com D. Maria de Miranda; e todos tres, mãe, filho, e nora, por escriptura de 1621, a renunciaram e trespassaram no mencionado Luiz Rodrigues de Miranda, seu cunhado e tio. A de Malavane, deu o mesmo Marcos Rodrigues á sua filha D. Ignez de Miranda, quando a contractou a casar em 5 de abril de 1594, com D. Francisco Henriques, seu primo, Capitão de Malaca, onde ella falleceu com testamento feito a 28 de novembro, e mandado cumprir em 1 de dezembro, tudo do anno de 1610; deixando tres filhos, dos quaes trataremos no artigo da casa das Alcaçovas. E a aldêa de Nauro, ficou a outro filho chamado Francisco de Miranda de Azevedo. Dos mesmos era tambem irmã D. Maria de Miranda, mulher de Francisco de Albuquerque, que com setenta annos de edade e quarenta de cazado e de morador em Goa, foi Governador da India, desde 10 de novembro do anno de 1619, até setembro de 1622; e fallando d'elle Manuel de Faria e Sousa, na Asia Portugueza, diz a paginas 365 do tomo III — «Notó se por gran «señal del Descuido que em España avia de aquel Estado, el no tener este Governador «en todo el tiempo que lo fue una carta delRei» — D'elles se conserva descendencia, tanto pela casa do Visconde de Souzel, como pela dos senhores de Bayão.

Santiago, foi religioso da ordem de S. João Evangelista, de conegos seculares, no convento de Santo Eloy d'esta cidade.

3 **D. Filippa de Mendoça**, Dama da Rainha D. Catharina, e mulher de D. Fernando de Menezes, Commendador e Alcaide Mór de Castello Branco. — C. g.

3 **D. Margarida de Mendoça.** Casada com Gonçalo Nunes Barreto, Alcaide Mór de Loulé e Commendador de Mezão Frio na ordem de Christo, que morreu na batalha de Alcacere. — C. g. extincta.

3 **D. Leonor de Mendoça.** Freira no mosteiro d'Odivellas.

3 **D. Joanna de Mendoça.** Religiosa professa no mosteiro de Santa Clara de Coimbra, e n'elle Abbadessa. Teve trinta mil réis de tença por anno, em sua vida, por alvará de 18 de julho de 1579 e paga de 1 de janeiro d'esse anno em diante (em que d'ella lhe foi feita mercê pelo fallecimento de Martha Rodrigues, freira professa da mesma casa, a quem pertencia) por João Rodrigues Palma, Cavalleiro Fidalgo da casa, e Thesoureiro dos dinheiros de um por cento e obras pias: depois por uma apostilla de 6 do seguinte mez de agosto, passou a ser assentada no almoxarifado de Coimbra, e com vencimento desde 1 de janeiro de 1580. Dos mencionados diplomas houve alvará de confirmação a 9 de agosto de 1597.

3 **D. Maria da Silva.** Religiosa professa no mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Teve tambem uma tença de dez mil réis por anno na mesma data que a houve sua irmã D. Isabel de Mendoça, referida a paginas 117.

III **D. Filippe de Sousa.** Moço Fidalgo, com dez mil réis de moradia por mez na casa d'El-Rei D. João III, Trinchante do mesmo senhor, por carta de 1 d'agosto de 1555, e de El-Rei D. Sebastião, por alvará de 16 de setembro de 1563[1], dizendo-se n'elle, que era para servir esse officio ás

[1] Na referida carta, declara El-Rei D. João III que lhe dá a parte que n'elle tinha, por lh'a ter largado Agostinho de Lafetat, que a houvera em dote de seu sogro Lourenço de Tavora, Trinchante do mesmo Rei; e quanto á outra parte que fôra de D. Filippe Lobo, se concertasse com D. Pedro de Menezes: acrescentando-se no alvará supra mencionado, que esse ajuste devia ser com D. Jeronymo Lobo, Fidalgo da casa, e filho do dito D. Filippe Lobo. Comtudo taes concertos não houveram logar apesar do *proximo parentesco* que entre elles havia. O officio de Trinchante não continuou na descendencia de D. Filippe de Sousa, mas sim na de D. Jeronymo Lobo, que o foi dos Reis D. Se-

semanas, e com elle vencer vestiaria e iguarias *das semanas que o servir e mais não*. Da vestiaria houve pagamento pelos contratadores dos portos seccos, mandado fazer por D. Francisco de Portugal, em 4 de julho de 1577 de cinco mil novecentos e setenta réis, que d'ella lhe eram devidos do anno de 1563. Foi Mestre Sala do Principe D. João, Commendador de S. Martinho de Sande, na ordem de Christo; permittindo-se-lhe por carta de 2 de abril de 1574, dar de foro bens da mesma Commenda; a qual serviu em Arzila, no tempo do primeiro despejo, sendo Capitão o Conde de Redondo D. João Coutinho; e depois em Tangere, achando-se com o Capitão D. Pedro de Menezes na occasião em que este foi morto pelos mouros no anno de 1550. Teve ordens de menores, que lhe foram dadas a 2 de agosto de 1545, pelo bispo de Calé D. Nuno, na freguezia de Santo Antão em Evora. Succedeu a seu pae nos morgados de Calhariz e de Monfalim; e houve um padrão de vinte e cinco mil réis de tença de juro por anno, que pela quantia de quatrocentos mil réis comprou a Felippe Fozeiro e a Luiza de Barros sua mulher, por um instrumento de venda por elles feita a 19 de março de 1577, na nota de Marcos de Azevedo, Tabellião d'esta cidade: este padrão vendeu a sua viuva, em 22 de abril de 1583, a Francisco Rodrigues de Elvas. Viveu algum tempo em Tavira, e não sabemos se lá falleceu, porque no meio da capella de Santa Anna, no convento de S. Francisco d'essa cidade, estava uma campa de maior grandeza, dando entrada para um carneiro, e n'ella um letreiro, que já no anno de 1746 se não podia lêr, e no centro uma tarja com as armas de Sousas Calharizes. Casou em 1560, e annos depois se lhe expediu o seguinte mandado: «Trezentos e setenta e dois mil réis no Thesoureiro Mór, a D. Filippe de «Sousa, que lhe são devidos do moto do seu casamento, como parece do «dito moto junto ao Desembargo, que se riscou. Em Lisboa, a 4 de março «de 1572 — Por dom Martinho Pereira. — Rei.» Sua mulher foi D. Maria Barreto, que succedeu na casa de seu pae, e d'elle houve á conta do dote que lhe pertencia, um padrão de cincoenta mil réis de juro por anno, desde 1 de janeiro de 1563 em diante: o qual se averbou em 18 de julho de 1562, no seu nome, e depois em 24 de abril de 1582 no de seu filho D. Francisco de Sousa, a quem, em logar de outra fazenda, o deu em casamento, por lhe ter a ella cabido o mesmo padrão nas partilhas que se fizeram pelo fallecimento de seu marido. Tambem por carta de 15 de maio

bastião e D. Henrique, e o houve pela renuncia que n'elle fez sua irmã D. Leonor Coutinho, Dama da Rainha D. Catharina, á qual fôra dado para ajuda do seu casamento, por mercê feita ao pae. Na linha da successão de D. Jeronymo Lobo, veiu o mesmo officio até 8 de março de 1832, dia em que falleceu seu setimo neto, D. Fernando Antonio de Almeida e Silva Sanches de Baena Jacques Farinha de Sousa e Vasconcellos, Trinchante Mór da Rainha D. Maria I e de El-Rei D. João VI.

de 1592, e com vencimento de 28 de outubro de 1591, lhe foi dada em sua vida uma tença de sessenta mil réis por anno, *em attenção á sua pobreza, para se manter e a seus filhos.* Ainda existia em 1594, e ha quem diga que nos seus ultimos annos abraçára o estado religioso. Foi filha de Alvaro Barreto da Costa e de D. Catharina Pereira, sua mulher[1] filha de Ruy Leite, Thesoureiro da Moeda, e de D. Joanna Pereira Brandão.

Tiveram filhos.

4 **D. Francisco de Sousa**, que continua:

4 **D. Alvaro de Sousa.** Professou, com o nome de frei Agostinho de Sousa, na ordem de S. Domingos, e n'ella foi Provincial, eleito em maio de 1692, que cumpriu quatro annos, e tambem a governou como Vigario Geral, até 28 de janeiro de 1634, por se achar em Castella, onde falleceu o padre frei Francisco de Souto Maior Castrino, quando foi nomeado Provincial em 22 de Dezembro de 1631. Em ambas as occasiões era Prior do seu convento de Lisboa. Tão conhecido por capacidade de pruden-

[1] Ambos jazem no convento de S. Francisco em Tavira, na já mencionada capella de Santa Anna, que é a que fica ao lado da capella mór da parte do evangelho, na qual está uma campa grande com armas de Costas, e n'ella o seguinte letreiro: —Sepultura de Alvaro Barreto da Costa e D. Catharina sua mulher. Era de 1557.— Bem entendido, que a data da sepultura ou é do anno em que ella foi feita, ou d'aquelle em que falleceu a mulher, porque o marido ainda vivia em 1562, como fica mencionado. Alvaro Barreto, teve um padrão de cincoenta mil réis de tença de juro annual e para sempre (que como já dissemos elle deu á filha), pago e assentado na alfandega d'esta cidade, de janeiro de 1542 em diante, e por carta de 13 de março d'esse anno; o qual juro comprou a El-Rei D. João III por dois mil cruzados de que entregou mil a 10 de outubro, e outros mil a 22 de novembro do anno de 1541, e isto por lhe pedir o mesmo Rei empregasse antes n'elle do que em fazendas a mencionada quantia, que sabia existir em seu poder com o encargo de as comprar, que assim lh'a deixara seu pae Francisco da Costa, Fidalgo da casa, para o morgado que elle e sua mulher D. Filippa Barreto de Mello (a quem pertenceram os ditos dois mil crusados, como parte do dote que por contracto matrimonial houve de seus paes Nuno Barreto, Alcaide Mór de Faro e D. Leonor de Mello), instituiram das suas terças por testamento feito na villa de Tavira, a 26 de fevereiro de 1511, o qual comprehendia a quinta da Gomeira, fóros e terras na dita villa, e uma herdade no termo de Mertola, que tudo rendia cento sessenta e quatro mil cento e trinta réis em dinheiro, trinta alqueires de trigo, e vinte e tres pessas de figo; e foi derogado por outro de 25 de novembro de 1517, na parte da pensão do morgado, que foi reduzida a dois mil setecentos e sessenta réis por anno, das sessenta missas ditas annualmente no convento de S. Francisco, sendo cincoenta e quatro rezadas e seis cantadas.

cia e reforma, que se lhe commetteu a dos padres loyos da congregação de S. João Evangelista, como Visitador d'ella, pelos annos de 1629.

4 **D. Filippe de Sousa.** Moço Fidalgo da casa d'El-Rei, acrescentado a Fidalgo Escudeiro e a Fidalgo Cavalleiro, com a moradia de tres mil e cem réis por mez e alqueire de cevada por dia. Cavalleiro da ordem de S. Thiago, e se passou em 19 de março de 1630 um alvará para n'ella professar no estado da India. Capitão de Malaca, com o ordenado de seiscentos mil réis e uma viagem da China que lhe era annexa, e antes dos providos a 9 de janeiro de 1593; indo em nau ou navio seu, armado e apparelhado á sua custa; com a mercê de Capitão Mór dos navios, que achar na viagem ou encontrar nos portos onde fôr ter, em quanto não entrar na fortaleza de Malaca, e *embarcando-se para as partes da India, onde servirá e de outra maneira não;* houve trezentos pardáos xerafins cada anno de entertenimento, a começar de 3 de janeiro de 1604: e tudo pelos alvarás e cartas de 1 de março d'este anno. Depois lhe foi dado no de 1608, por carta de 21 de março, e antes dos providos a 10 de janeiro, o baluarte dos Reis Magos na fortaleza de Taná, largando logo que n'elle entrasse os mencionados trezentos pardáos. Passou á India em 1593, na nau S. Christovão, e lá serviu nove annos em Soldado, Capitão e Capitão Mór; indo no anno de 1598 por Commandante de um dos trinta e seis navios de remos, que com cinco galeras, compunham a armada que D. Luiz da Gama levou á costa do Malabar, para intimidar o Çamorim. Voltando ao reino no galeão S. Thiago, que saiu de Goa dia de Natal, que começava a era de 1602, achou-se no memoravel combate que o seu Capitão Antonio de Mello e Castro, sustentou com tres naus hollandezas, do que anda impresso — «*Tratado das batalhas e «successos do galeão S. Thiago com os hollandezes na ilha de Santa «Elena no anno de 1602.*» — Em 1604, novamente partiu para a India, no galeão Nossa Senhora das Mercês, mas arribando a Lisboa, só pôde seguir viagem indo na nau Oliveira em 1605; n'esse anno e no de 1606, lá serviu com o Vice-rei D. Martim Affonso de Castro. Houve em 16 de janeiro de 1621, um alvará para lhe não servir de impedimento a demora que teve em ir áquelle estado, para o cumprimento das mercês que ficam referidas; das quaes só se verificou a da Capitania de Malaca, como adiante diremos. Este cavalleiro duas vezes foi chamado á inquisição de Goa e n'ella penitenciado, como consta do documento que publicâmos[1] e as palavras a que elle se refere, e não vem mencio-

[1] Certidão—Manoel Parras Ajudante do Santo officio desta Inquisição de Goa Certifico q̃ provendo os reportorios q̃ ha neste Secreto não achar nelles Culpa alguã Contra Donna Francisca da Cunha nẽ Contra seus Paes e avos Paternos e maternos decla-

nadas, foram: «*que se Christo agora se encarnára fóra só na sua familia por ser a mais illustre.*» Nasceu em Tavira no anno de 1563; e no de 1636 falleceu em Goa, onde jaz sepultado no cruzeiro da Sé, com armas e epitaphio sobre a campa. Casou na India com D. Maria de Sousa, que nascera na dita cidade em 1580, e contava nove annos de edade quando se recebeu, como se vê do inventario de sua mãe, feito a 22 de dezembro de 1590; e da legitima, que a ella pertenceu, deu o marido quitação em 1595. Era filha de Alvaro Jacques Simões, natural do reino do Algarve, Moço da camara da Rainha D. Catharina, e como tal houve pagamento de quatrocentos e seis réis por mez, e tres quartas de cevada por dia da sua moradia, vencida no 1.º do anno de 1552, e teve mais tres mil réis, de que a mesma senhora lhe fez mercê por alvará de 22 de junho de 1554. Sargento Mór da gente de guerra da ordenança da villa de Lagos (em que estava provido Martim Soares, Cavalleiro Fidalgo, que ora falleceu), com trinta e um mil réis de ordenado cada anno, e mais mil quatrocentos e quarenta réis a um homem para servir de *atambor;* por alvará de 27 de novembro de 1558. Feitor, Alcaide Mór, Provedor dos defuntos e Védor das obras de Ormuz, por carta de 18 de março de 1560; indo esse anno á India, e por outra

rados na petição q̃ fez á Meza Dom Vasco Luiz Couttinho familiar do Santo officio pera effeito de cazar com a dita Donna Francisca da Cunha porem consta no reportorio geral sahir despachado na Meza do Santo officio aos desaçete de outubro do anno de mil quinhentos noventa e seis Dom Filippe de Souza Cujo theor de verbo ad verbum he o seguinte: «Dom Felipe de Souza natural de Tavira reino do Algarve Xp.ão velho filho de Dom Felipe de Souza e de Donna Maria Barreta Cazado e morador nesta Cidade de se fingir huã noite clerigo e receber huã sua Cunhada com certo home abjurou de leve e Condenado em Cem cruzados; e outro asy Consta no 3.º reportorio Geral, e no Livro das listas dos Autos da ffeé sahir tãobem despachado o sobre dito Dom Felipe de Souza segunda vez na Salla do Santo officio desta Inquizição aos 4 de Novembro do anno de mil seiscentos e trinta e cinco perante as pessoas Ecclesiasticas somente Cujo theor he o seguinte: Dom Felipe de Souza xp.ão velho Portuguez, natural da Cidade de Tavira no Reino do Algarve morador n'esta Cidade Cazado com D. Maria de Sousa (o qual Abjurou de leve Suspeito na ffeé na Meza do Santo officio aos 17 de outubro do anno de mil quinhentos e noventa e seis) por palavras e revellar o segredo do Santo officio a pessoas de nasção e tomar hum prezo q̃ vinha p.a esta Inquizição abjurou de vehemente Carcere e Arbitrio hum anno degradado p.a Rachol, e absoluto da excomunhão em q̃ emcorreo os quaes processos q̃ andão juntos fazendo se bast.e diligencias p. elles se não acharão the o presente em ffé do q̃ pacey esta do mandado dos S.rs Inquizidores em presença do promotor desta Inquizição em que ambos nos assinamos. Goa no Santo officio aos 13 de Março de 1666 annos Manoel João Vieyra: Manoel Parras.»

Habilitações para Familiares do Santo officio, no Archivo da Torre do Tombo. Maço 1 do nome Vasco, numero 20.

com salva de 5 de fevereiro de 1567. Teve um padrão de trezentos e cincoenta mil réis de juro assentado na alfandega de Lisboa (mencionado a paginas 403), que comprou a razão de dezeseis mil réis o milheiro, por tres contos de réis a João Rodrigues Paes, Thesoureiro dos dinheiros das despezas, e entregou com procuração d'elle, Luiz Cesar, seu primo co-irmão[1], do Conselho de El-Rei, Provedor dos armazens e armadas, em 23 de janeiro de 1592, a Francisco Carneiro, Recebedor do Thesouro, do que deu conhecimento feito por elle a 5 de março d'esse anno, assignado pelo dito Thesoureiro, e a carta de venda se passou a 12 d'este mez, com principio de 1 de fevereiro. E D. Angela de Sousa, nascida na ilha da Madeira, que sendo já viuva houve duzentos xerafins de tença, por mercê do Arcebispo de Goa, D. Frei Aleixo de Menezes, Governador da India, e depois por ficar pobre com filhos e pouco remedio, por haver gastado no serviço do Rei parte da sua fazenda, lhe foram dados por alvará de 28 de janeiro de 1613, cem pardáos xerafins de tença cada anno em sua vida, de 13 de março de 1610 em diante, assentados na India, em parte onde haja bom pagamento, conforme a lista que para lá foi em 1611.

Tiveram filhos.

5 **D. Filippe de Sousa.** Veiu para o reino na nau Conceição, que saiu a barra de Goa em 1 de março de 1621, e foi queimada á vista das Berlengas pelos turcos: ficando captivo, elles o apresentaram ao Grão Senhor, que sciente de quem era, o mandou crear na religião mahometana, e o casou com uma sua filha, fazendo-o Vice-rei do Egypto, onde estava no anno de 1667. Ignoramos o seu nome moiro, e se d'elle houve descendencia, o que seria curioso saber-se. Na relação a que nos referimos na nota[2] se diz a pag. 27: — «*Tomou tambem a*

[1] Alvaro Jacques Simões, era primo com irmão de Luiz Cesar, por serem filhos de duas irmãs, que eram Brites Rebello, mulher de Ruy Dias Jacques e Ignez Gonçalves Batevias, que o foi de Vasco Fernandes Cesar, ambas nascidas de Estevaõ Rebello e de Ignez Gonçalves Batevias, mencionadas a paginas 320.

[2] Da catastrophe da mencionada embarcação existe — Memoravel Relaçam da perda da Nao Conceiçam que os Turcos Queimáram á vista da Barra de Lisboa, e varios successos das pessoas que n'ella cativárão. Com a nova descripção da Cidade de Argel, do seu governo, e cousas muy notaveis acontecidas n'estes ultimos annos de 1621, até o de 626. Por Joam *Tavares* Mascarenhas, que foy Cativo na mesma Nao. Dedicada a Dom Pedro de Menezes, Prior da Igreja de Santa Maria d'Obidos. Em Lisboa. Com todas as licenças necessarias. Na Officina de Antonio Alvares. Anno de 1627.

Advertimos, que o nome do auctor era João *Carvalho* Mascarenhas, como se diz, não só na dedicatoria, mas tambem nas licenças para a impressão da mesma relação.

«Aduana, um menino da mesma idade dos outros (11 *ou* 12 *annos)*
«que vinha na Não entregue ao Capitão; filho de Dom Felippe de
«Souza, um dos principaes fidalgos da India e filho da mais hon-
«rada e virtuosa Senhora que ha n'aquellas partes, o qual manda-
«vam a este Reyno, a casa de seus parentes, para n'elle estudar, e
«tomar a criação e costumes da Corte, mas por desgraça sua e de
«seus pais a foi tomar a Constantinopla, na Corte do Gram Turco.»

5 **D. Francisco de Sousa.** Fidalgo da casa de El-Rei, Cavalleiro da ordem de Christo: expedindo-se-lhe em 10 de setembro de 1658 os alvarás de Cavalleiro e de profissão, e a carta do habito, o qual havia de re-

Foi natural de Lisboa, e filho de Aparicio João Fernandes; tinha servido oito annos como Soldado e Capitão de navio, nas fortalezas e armadas da India; quando foi captivo e levado a Argel, onde esteve cinco annos, e de lá saiu resgatado por seiscentas patacas. A curiosidade nos levou a indagar que recompensa se havia dado *n'esta terra de ingratidão* a um homem que tão bem soube pelejar como escrever; e com effeito achámos ser despachado com a capitania de Massangano, em Angola, pelo tempo de tres annos, de que se lhe passou carta, feita por João Feo, a 5 de julho de 1628; e que depois fôra provido no officio de Escrivão da Camara e Fazenda do priorado do Crato, que tinha sido de Valentim da Costa Coutinho, como se vê do alvará de 27 de fevereiro de 1637, que se lhe expediu para receber as propinas que por elle lhe pertenciam.

Da relação que escreveu minuciosamento, consta que a nau Conceição, bem apparelhada, carregada e rica, deu á vela uma 2.ª *feira*, 1.º de março de 1621, da barra de Goa, tendo por Capitão a Jeronymo Correa Peixoto; e em companhia da nau capitania Penha de França; de que era Capitão Mór Gaspar de Mello. Que logo aos tres dias de partida, morrêra o primeiro Piloto Sebastião Prestes; e aos cincoenta e tres de viagem, por trinta e tres graus, avistaram o Cabo da Boa Esperança em 2.ª *feira;* quarenta e quatro dias andaram antes de o poder dobrar e com vento tão tempestuoso, que um golpe de mar levou o passageiro João Cascão; e se perdeu de vista a nau capitania, que não mais encontraram. Foi demandar a ilha de Santa Helena, onde chegou em 2.ª *feira,* prompta e disposta para a peleija com qualquer inimigo que ahi achasse, e lá ficou enterrado á porta de uma ermida o Capitão, que estando a comer á meza, se levantou ouvindo que laborava o cabrestante e subindo ao convez em occasião de arrebentar o virador que o segurava, desandou elle com tanta força que uma barra dando-lhe pelo peito o matou logo sem dizer palavra, sendo de notar o haver-se confessado e feito testamento na vespera. Em seu logar foi eleito Capitão D. Luiz de Sousa, e tendo feito aguada em que gastaram oito dias, sairam d'essa ilha em 2.ª *feira*, navegando prosperamente até se pôr entre Corvo, Fayal e S. Jorge, onde soffreu uma terrivel tempestade, que lhe quebrou os penoes da verga grande e levou todas as velas deixando-lhe só uma pequena do traquete, mas serenando ella e aparelhada de novo a nau, chegou á vista da cidade de Angra, com a qual communicou recebendo refrescos, e tendo requisitado soldados, lhe mandaram rapazes e velhos, *que uns de moços não traziam espadas e outros de velhos não podiam com ellas;* e acharam cartas de Sua Magestade para

ceber em alguma das egrejas ou conventos da India, onde se lhe tinha mandado lançar, como se vê de uma portaria do Secretario Gaspar de Faria Severim, de 10 de março de 1646, para a Meza da Consciencia e Ordens, que mandou proceder ás diligencias para as provanças da sua pessoa, que se fizeram na India em 1653, anno em que de lá vieram, e se continuaram na cidade de Lagos e na do Funchal. ilha da Madeira, concluindo-se a final n'esta côrte; resultando d'ellas a approvação da habilitação, com dispensa da falta de noticia da avó materna, e por despacho de 29 de agosto de 1655. Foi do Conselho de Estado dos Vice-reis da India, por alvará de 1 de março de 1657, havendo servido n'aquellas partes mais de vinte annos, occupando os

o Capitão, em que lhe ordenava viesse pela altura de trinta e nove graus e meio, na qual acharia a armada de D. Antonio de Athayde que o estava esperando, porque andava fóra uma de turcos. Partiu da Terceira com tão bom vento, que em sete dias veiu á altura das Berlengas, e á meia noite no quarto de alva quasi rendido, estava já perto da Ericeira, quando n'ella se ouviu grande vozaria de gente que se teve por ser da nossa armada que a estaria esperando, mas logo um cruel desengano a deu a conhecer por ser dos turcos. Vinha a nau empachada, como quem se achava á porta da casa, mas em menos de um quarto d'hora tudo foi arrojado ao porão, e ella prompta para sustentar um combate tão desproporcionado, que só *corações portuguezes* não estremeceriam diante d'elle; e a esse respeito nada mais diremos, contentando-nos de dar em seguida alguns trechos do auctor. Vinha a nau riquissima; trazia seis mil e oitocentos quintaes de pimenta, além de caixaria e fardos de que vinha abarrotada; mais um presente que conduzia o Embaixador da Persia, que o seu Rei enviava ao de Portugal. D. Luiz de Sousa, que fôra Capitão de Ormuz trazia duzentos mil cruzados. Pero Mendes de Vasconcellos, que servira de Sargento Mór no estado da India, quarenta mil. E Gaspar Mimozo, que outro sim fôra Feitor de Malaca, doze mil; e isto além de uma grande quantidade de brilhantes pertencentes aos mesmos e a outras pessoas, de maneira que todos vinham mais ou menos remediados. Importava tambem a nau outras joias ainda mais preciosas, como eram as mulheres e filhas d'esses cavalleiros, que todas foram soffrer duro captiveiro em Argel, sendo senhoras delicadas, formosas e ricas, tendo primeiro presenciado a morte dos maridos e depois a separação dos filhos. Tomou a Aduana o Embaixador da Persia, com todos seus moiros, e tomaram tambem pela terra todos os meninos christãos pequenos e bonitos que havia, e com tudo isto assim junto armaram uma galé e fizeram um presente ao Grão Turco, no qual foi por principal pessoa o filho de D. Filippe de Sousa, e logo o de Pero Mendes o mais velho, porque o pequeno morreu de peste antes de partir, ainda christão nos braços de sua mãe, desejando ella que do outro fizera Deos o mesmo, antes que levarem-lho a fazer turco. O auctor nota a coincidencia de ser em segundas feiras que aconteceram os casos mais notaveis da viagem, incluindo o do captiveiro, da chegada a Argel e do seu resgate; e nós concluimos dando os seguintes trechos da narração que elle faz do combate. «Ficaram mortos e feridos nossos este dia trinta e tantas pessoas entre as quaes matáram sete bombardeyros, dos inimigos nam houve Náo em que nam houvesse de dez mortos e feridos para

cargos de Védor da fazenda, de Capitão mór e Almirante das armadas de remos, de Capitão Mór do Cabo de Comorim por tres annos, nas vagantes de 12 de dezembro de 1644, a qual mercê lhe foi mandada cumprir por provisão de 29 de dezembro de 1650, com declaração de que era como Capitão General do estado de Ormuz, denominação creada lá de novo, e com que achou n'elle servindo a D. Juliannes de Noronha: de Capitão das fortalezas de Rachol, de Norol e da Agoada; e tambem das capitanias: de Mormungão na vagante de 17 de dezembro de 1644, de Dio e do Paço de Daugim, aquella por tres, e esta por seis annos, as quaes lhe pertenceram, assim como os serviços de seu irmão D. Miguel de Sousa, adiante mencionado.

«cima, dos Turcos que entráram na Náo nam escapáram oyto, entre os quaes escapou «o traydor do Calafate Açen, e se meteo na Capitania do Tabaco Arraes, que vinha por «General daquella esquadra, e trazia nas desasete náos cinco mil homens de peleija para «desembarcar em Galiza. Foy esta briga huma das assinaladas d'estes nossos tempos, *e «se acontecera em outra nação de gente, que nam fora Portugueza, houvera de haver mais «livros, e mais relaçõens espalhadas pelo mundo, e não havia de haver Provincia, por re- «mota que fosse, que não tivesse noticia della;* porque uma só Náo, com vinte duas peças «de artilharia, brigar com desasete Náos grossas, de trinta e cinco e quarenta peças cada «huma, hum dia todo sem soccorro, e sem se render, nam sey onde aconteceo: e bri- «garem seis soldados que vinham a requerer seus serviços, e oyto passageyros, e no- «venta marinheiros e grumetes, acabo de navegarem oito mezes pelo mar, fracos, e sem «forças, com cinco mil Turcos tiradores, valentes, sahidos de quatorze dias de Argel, «*nam li nem sey* que em tempos antigos nem modernos, em nenhuma naçam aconte- «cesse cousa semelhante, e assim foy esta huma só no mundo: assim pela valerosa «briga e peleja que teve, como pelo desastrado fim que veio a ter tam á vista de sua «propria terra.»

Mais adiante diz tambem «E porque minha tenção não he fallar, nem louvar os «vivos, porque o que he tão notorio, e aconteceo tanto das portas a dentro deste Reyno «por si se louva: não digo tambem dos que se assinalárão, que bem publico é, por não «aventejar a uns mais que a outros fazendo-o todos e cada um em seu lugar tão exce- «lentemente, como se deixa vêr, *pois dezasete Náos grossas acabo de dous dias inteyros «com cinco mil tiradores e quinhentas e tantas pessas de artelharia nam poderão render «uma só Náo com vinte e duas pessas, e cento tantos homens fracos e doentes, de oyto me- «zes de viagem, e se o fogo a nam queymara não havião de levar vitoria delles, pois já ti- «nhão perdido duas Náos e muyta gente, e nos nossos não faltava animo para brigarem, «festejando que os Mouros de Africa soubessem como pelejavão os Portuguezes na Asia, «donde vinhão.*»

A leitura da relação de que fallamos, deixa-nos impressionados com a ousadia dos portuguezes, que n'essas épocas gostavam mais de pelejar que de arengar, e ao mesmo tempo com as fatalidades e desgraças porque passaram os individuos de ambos os sexos que na nau vinham, os quaes perderam vida, riqueza e liberdade, mesmo á entrada da casa. — Altos Juizos de Deus!

pela verba do testamento da viuva sua cunhada, e d'ellas lhe foram feitas as mercês sobre consultas do conselho ultramarino de 31 de março de 1659 e do mesmo mez de 1662, em que a 27 d'elle houve resolução de Sua Magestade; e a 4 de abril seguinte se lhe passaram as cartas não só para esse effeito, como para ter por doação de sua mãe a viagem da China, annexa á capitania de Malaca, que não se verificou no pae; e na mesma data se lhe expediu um alvará e uma provisão para poder testar as fortalezas de Dio e do Paço de Daugim, não as tendo servido, em filha casada com pessoa apta para esse fim. Por outro de 6 de março de 1657, houve licença para vir ao reino deixando na India a sua casa, e trazendo comsigo uma sobrinha. Era chamado, não o sendo até esse tempo os filhos d'aquelle estado, para nas occasiões dos autos de fé levar afilhado, e tambem para assistir á festa de S. Pedro martyr. Morreu no serviço de El-Rei, havendo onze mezes que se achava governando Dio. Casou com D. Anna Coutinho, filha de D. João Coutinho e de D. Catharina de Noronha.

Tiveram filhos.

6 **D. Filippe de Sousa**. Moço Fidalgo, acrescentado a Fidalgo Escudeiro e Fidalgo Cavalleiro com tres mil e cem réis de moradia. Cavalleiro da ordem de Christo, com quarenta mil réis de pensão em commenda, por portaria de 3 de abril de 1662, e que lhe foram mandados assentar na alfandega de Goa ou das aldeias do norte, por carta de padrão de 17 de abril de 1665, anno em que a 14 e a 29 de março, se expediram as cartas para ser armado Cavalleiro, e se lhe lançar o habito da mesma ordem em uma das egrejas da India; e a dispensa da habilitação, visto ter a qualidade necessaria, mas achar-se na menor edade de treze annos. N'aquelle estado, serviu desde a mocidade, governando varias fortalezas, e não lhe faltando occasiões de honra em que se distinguiu; sendo ultimamente Mestre de Campo do terço de Goa. Falleceu n'essa cidade, e está sepultado na capella mór do convento da Madre de Deus de Daugim. Casou com D. Antonia de Magalhães, filha de Antonio Carrasco e de D. Maria de Magalhães. — C. g., que se extinguiu logo nos primeiros annos de nascida.

Teve filho illegitimo.

7 **D. Pedro de Sousa**, sem mais noticia.

6 **D. João Coutinho de Lencastre**. Moço Fidalgo, acrescentado a Fidalgo

Escudeiro, e Fidalgo Cavalleiro com tres mil réis de moradia por mez e alqueire de cevada por dia, por alvarás de 23 e 24 de março de 1689. Cavalleiro da ordem de Christo, com trinta mil réis de pensão em commenda, por mercê de 31 de agosto de 1662. As provanças da sua pessoa para se habilitar a receber o habito, foram feitas na India sua patria, onde elle lhe foi mandado lançar, e de lá vieram conclusas em data de 23 de agosto de 1664. Nasceu e morreu em Goa.— S. g.

6 **D. Pedro de Sousa de Lencastre.** Moço Fidalgo, acrescentado a Fidalgo Escudeiro, e Fidalgo Cavalleiro, por alvará de 2 de abril de 1660. Cavalleiro da ordem de Christo, com quarenta mil réis de pensão em commenda, por mercê de 31 de agosto de 1662; expedindo-se na mesma data uma portaria do Secretario Pedro Severim de Noronha, mandando proceder á habilitação da sua pessoa na India, para lá lhe ser lançado o habito, e outro sim o receber; a qual veiu concluida em 23 de agosto de 1664, passando-se-lhe comtudo só em 25 de janeiro de 1690, os alvarás de cavalleiro e da profissão, e a carta do habito. Serviu no referido estado oito annos, quatro mezes e sete dias desde 1673 até 1682 na terra e no mar, em soldado, Capitão de infanteria e de uma galeota, achando-se nas cinco armadas: do Estreito de Ormuz, do Norte e da guarda, que se deu ás cafilas de Cambaya; tendo na altura de Dio uma peleija por quatro horas com naus hollandezas, que terminou arreando ellas as bandeiras; e curando á sua custa os soldados que adoeceram no campo de Chaul. Teve as capitanias de Goa, Damão, Chaul, e da enseada de Dio, todas por tres annos, e antes das providàs nas vagantes de 1 de janeiro de 1683, por cartas de 12 de junho de 1688, outorgando-se-lhe em alvarás da mesma data, a faculdade de poder renunciar em filho ou filha, as sobreditas capitanias, as quaes lhe foram julgadas pelo juizo das justificações, por lhe pertencerem como doação de seu sogro (que as tinha desde 10 de dezembro de 1668) e consta da verba n'ellas postas a 22 de março de 1675. Casou com D. Maria Roxo Pinheirò, filhà de Lazaro Nunes Figueira e de Maria Ribeiro Roxo, natural de S. Thiago da ilha de Noroa, a qual teve seus paes a Manuel Ribeiro Roxo e a Luiza Pinheiro; e Lazaro Nunes Figueira, nasceu em Montemór o Novo, de Jeronymo Quadrado e de Maria Nunes. Pretendeu ser Familiar do santo officio, mas por falta de conhecimento dos avós paternos, não foi acceito, como se vê dos pareceres dados pelos inquisidores Diogo de Sousa e frei Pedro de Magalhães, em 15 e 18 de fevereiro de 1666. Passou depois á India, onde prestou muitos serviços, e foi Fidalgo

Cavalleiro da casa real, por alvará de 3 de abril de 1675. Cavalleiro professo na ordem de Christo, em 27 de janeiro de 1677. Capitão da fortaleza de Noroa, e n'ella se achava no dia 5 de maio de 1688, em que é ouvido por testemunha, declarando ter sessenta e sete annos de edade, na habilitação feita no Tribunal da inquisição, para haver de casar D. Vasco Luiz Coutinho, Familiar do santo officio, por carta de 19 de março de 1676, com D. Francisca da Cunha (que foi sua segunda mulher, e n'esse estado com elle vivia em 1696, chamando-se então D. Francisca Anna de Lencastre, e era filha de D. Margarida de Lencastre, e de Antonio Corte Real de Sampaio, adiante mencionados). E Secretario do estado do governo da India, que exercia no anno de 1694.

Tiveram filhos.

7 **D. Francisco de Sousa.** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro e a Fidalgo Cavalleiro, com tres mil e cem réis de moradia por mez e alqueire de cevada por dia, por alvará de 17 de janeiro de 1687. Morreu de pouca edade.

6 **D. Margarida de Lencastre.** Nasceu em Goa, foi baptisada na freguezia de S. José de Dangim, e ainda existia em 15 de outubro de 1696, achando-se já viuva em 5 de maio de 1688, com filhos, que eram: Manuel Côrte Real de Sampaio, Fidalgo Cavalleiro da casa real por alvará de 4 de março de 1689, e Familiar do santo officio por carta de 1 d'esse mez de 1697; e D. Francisca da Cunha, que foi baptisada na egreja das religiosas de Santa Monica de Goa, e fica referida a paginas 425. Tinha casado com Antonio Côrte Real de Sampaio, Fidalgo Cavalleiro da casa real, e Almirante da armada de alto bordo: filho de Manuel Côrte Real de Sampaio, natural da ilha Terceira, Cavalleiro da ordem de Christo, habilitado em 1661; Governador da India, e lá instituiu, na aldêa de Santa Cruz de Calapor, um grande morgado. Familiar do santo officio, de que prestou juramento aos 7 de abril de 1664. E de D. Francisca da Cunha.

6 **D. Luiza de Mendoça**, casada com João de Sousa Freire, que passou á India em 12 de março de 1605, filho natural de Manuel Freire de Sousa, senhor e Commendador de Sousa, na ordem de S. Thiago, e Capitão de Chaul. Sem mais noticia.

6 **D. Catharina de Sousa**;

6 **D. Maria de Sousa;**

Falleceram meninas.

6 **D. Maria da Assumpção;**

6 **D. Andreza de S. Francisco;**

Ambas freiras no convento de Santa Monica de Goa.

5 **D. Alvaro de Sousa**, sem mais noticia.

5 **D. Miguel de Sousa**, Fidalgo da casa de El-Rei. Cavalleiro da ordem de Christo, com cincoenta mil réis de tença pagos na India, e para receber o habito se mandaram fazer as provanças para a habilitação da sua pessoa, por portaria passada em Lisboa a 17 de março de 1646, por Manuel de Faria Severim, á Mesa da Consciencia e Ordens, que deu seu despacho a 14 do dito mez e anno. Serviu em tres armadas de remos e em cinco de alto bordo, por espaço de oito annos continuados desde o de 1633 até o de 1641, achando-se nas batalhas que na India teve o General Antonio Telles com os hollandezes, em fevereiro de 1637 e em janeiro de 1638, em que o inimigo ficou desbaratado e se lhe queimaram duas naus; offerecendo-se depois para assistir nos fortes de Goa em occasiões de receio de ataques; e egualmente ajudando a *festejar* com grandes mostras de contentamento as *festas* da acclamação de El-Rei D. João IV. Por estes serviços houve as capitanias: de Mormugão pelo tempo de seis annos; da fortaleza de Dio pelo de tres; e do paço de Dangim; e todas lhe foram dadas nas vagantes de 17 de dezembro de 1634, por cartas de 14 e de 19 de março de 1646. Casou com D. Brites Coutinho, que d'elle ficou viuva, s. g., e falleceu com testamento, deixando a seu cunhado D. Francisco de Sousa os serviços do marido, e a acção que tinha a uma viagem da China, annexa á capitania de Malaca, que fôra dada por alvará de 1 de abril de 1615, e nas vagantes dos providos em 23 de outubro de 1604, a D. Isabel de Menezes, de quem era filha, e de D. Francisco de Noronha, que morreu em 22 do ultimo referido mez de 1606, na batalha naval que n'esse dia teve o Vice-rei D. Martim Affonso de Castro, proximo a Malaca, com os hollandezes; tendo antes sido Védor da India, Capitão de Baçaim, e Capitão Mór da gente que foi de soccorro á fortaleza de Columbo, em Ceilão: achando-se na conquista da dita ilha, e havendo na viagem que para ella fez descoberto os portos de Dolingão.

5 **D. Luiza de Sousa.** Casou com D. Luiz de Castello Branco, que serviu na India, e lá ficou. Filho de D. Jorge de Castello Branco, Capitão Mór do norte e Malabar, e Capitão d'Ormuz, onde morreu; e de sua terceira mulher D. Maria Henriques.

5 **D. Maria de Sousa.** Casou com Luiz Martins de Sousa Chichorro, Commendador de Santa Maria de Ayraens na ordem de Christo, que depois de servir na India onde passou duas vezes, em 1606 e 1610, e foi Capitão de Malaca: voltando ao reino serviu como aventureiro, embarcado na capitania da armada do General D. Manuel de Menezes, a qual saindo de Lisboa a 24 de setembro de 1626, naufragou em janeiro seguinte na costa de França, e porto de S. João da Luz; sendo esta a maior perda que soffreu Portugal depois da de El-Rei D. Sebastião. Escapando d'essa catastrophe foi Governador de Angola, de que tomou posse em outubro de 1655, e entregou a 18 de abril de 1658 ao immortal João Fernandes Vieira; e passando para o Brasil pelejou com grande valor com um corsario hollandez, mas sendo atravessado de uma bala pelo peito se renderam os nossos, que foram lançados na Bahia da Traição, onde falleceu ao terceiro dia; e dando-se á sepultura na praia foi devorado pelos caranguejos, que em vinte e quatro horas lhe consumiram toda a carne. Houveram geração que logo se extinguiu[1]. Era filho segundo de André de Sousa Chi-

[1] D'este Cavalleiro se faz menção nas *Epanaphoras de varia historia portugueza, etc.* por D. Francisco Manuel, Lisboa, 1676; na *Epanaphora tragica*, a paginas 187 e 251, em o naufragio da armada portugueza em França, anno 1627; nas *Memorias sobre Angola*, por mim publicadas em Paris no anno de 1825, em que se refere o governo d'elle a paginas 188, e nas mesmas a paginas 194 digo de João Fernandes Vieira que era natural da ilha da Madeira e filho de nobres paes; tendo agora occasião de acrescentar aqui o que então ignorava: isto é, que na sua patria se chamou Francisco de Ornellas, nome que, quando de lá saiu de poucos annos, substituiu por motivos desconhecidos por esse outro, que será para sempre celebre na historia portugueza e brasileira. Em Pernambuco casou com D. Maria Cesar, filha de Francisco Berenguer de Andrada e de sua primeira mulher D. Joanna de Albuquerque — s. g. Teve porém muitos filhos illegitimos que ficaram n'aquella capitania e em outras, e um dos seus descendentes, com o proprio nome de João Fernandes Vieira, era, e meu tio o senhor Francisco Feo Cardozo, os dois unicos Cadetes que serviam na companhia de infanteria paga da guarnição da fortaleza da villa de Nossa Senhora da Assumpção do Ceará Grande, no anno de 1789 e seguintes até o de 1794, em que continuava n'aquelle exercicio. Foi filho de Francisco de Ornellas Moniz, como se vê do seu alvará do foro de Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. João IV, passado a 3 de setembro de 1652, que está registado na sua integra a folhas 128 do livro IV da Matricula, na Torre do Tombo, e declaram as mais mercês que se lhe fizeram: e de Antonia Mendes, da Lombada de Santa Cruz, fi-

chorro, que succedeu ao pae no morgado instituido por seu terceiro avô Vasco Martins de Sousa Chichorro (aquelle que atravessou armado e a cavallo o rio Douro, para avisar da parte de El-Rei D. Affonso V, ao Principe D. João, seu filho, da traição que lhe estava preparada na ponte de Samora), do qual era cabeça a quinta da Boca da Lapa, em Vialonga, que subrogou com Fernão Gonçalves da Camara em 26 de maio de 1610, por um padrão de oitenta e um mil oitocentos e vinte réis de juro na alfandega de Lisboa, no qual se poz verba em seu nome a 10 de dezembro d'esse anno para a ter do de 1611 em diante, e de sua primeira mulher D. Maria de Roxas, com quem se achava já casado em 26 de outubro de 1586, dia em que se lhe expediu carta de Capitão de viagem do navio que vae de Goa para Maluco, e a houve pelo pae da mesma senhora, D. Fernando de Roxas, o Marmanjo Mór. Cavalleiro castelhano, e Chocarreiro dos Reis D. Henrique e D. Filippe I, aos quaes muito serviu, como diz este ultimo Soberano na referida mercê: e de sua segunda mulher D. Isabel de Carvalho.

4 **D. Diogo de Sousa**, religioso da ordem de S. Francisco.

4 **D. Filippa de Mendoça**, mulher de Simão Mascarenhas, Commendador de Alcacer do Sal na ordem de S. Thiago, que se achou na batalha de Alcacere e n'ella ficou captivo. — C. g. extincta.

lha de Jeronymo Mendes e de Barbara Christovão, da freguezia do Fayal: Neto de Mendo de Ornellas de Vasconcellos, e de sua primeira mulher Helena Gomes do Fayal, filha do Pedro Antonio: Bisneto de Francisco de Goes, o velho, que viveu no Machico, e de Barbara de Mendoça, filha de Alvaro de Ornellas Saavedra, que foi Fidalgo da casa d'El-Rei D. Manuel, o qual lhe deu brazão de armas, em que o nomeia por chefe d'esta linhagem, por carta passada no anno de 1513 pelo Bacharel Antonio Rodrigues Portugal, principal Rei de armas; que se acha na dita Torre do Tombo, registada no livro 11 da Chancellaria de El-Rei D. Manuel, a paginas 43 v., e no dos Misticos a folhas 128, e em nenhum d'elles se diz o dia, mez e terra em que foi feita. Na ilha da Madeira, onde já no anno de 1445 seus paes, Alvaro de Ornellas, Cavalleiro da casa d'El-Rei D. João I e Fidalgo da do Infante D. Henrique, e D. Helena Fernandes de Saavedra, tinham estabelecido a sua casa logo depois d'ella descoberta, instituiu elle para os filhos primogenitos dos dois consorcios, o morgado do Caniço para o do primeiro, e para o do segundo a capella do altar de Santo Antonio da sé do Funchal, a qual dotou e n'ella fez jazigo onde se enterrou, e na campa da sepultura tem as suas armas e nome; e havia feito testamento de mão commum com sua segunda mulher D. Branca Fernandes de Abreu, em 1507. E de Constança Mendes de Vasconcellos, que foi a primeira, filha de Mem Rodrigues de Vasconcellos e de D. Catharina Furtado de Mendoça. Terceiro neto de Lançarote Teixeira, grande cavalleiro e mestre de todos os cavalleiros da dita ilha, a

4 **D. Maria da Silva.** Casou com Diogo de Castilho, o Loiro, Alcaide Mór de Velver e Commendador de S. Miguel de Oliveira de Azemeis, na ordem de Christo, Administrador do morgado da quinta de Ror, duas leguas distante de Coimbra. Filho de Jeronymo de Castilho, Fidalgo da casa real e Cavalleiro da dita ordem, e de Catharina de Madureira — c. g.: e este irmão do Doutor Pedro de Castilho, Bispo de Leiria, e Deputado da inquisição de Coimbra e seu districto, por provisão de 17 de dezembro de 1635, precedendo o processo das diligencias para ser admittido ao serviço do santo officio, que foram approvadas a 2 d'outubro d'esse anno, morando elle na dita cidade na rua da Moeda. Falleceu em 1660, sendo Prior de S. Miguel de Torres Vedras, e Arcediago de S. Christovão, na sé de Braga.

IV **D. Francisco de Sousa,** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro com dois mil quatrocentos e oitenta réis de moradia por mez, e um alqueire de cevada por dia, e se lhe mandaram pagar sete mil e quinhentos d'esse fôro por alvarás de 20 de dezembro de 1623 e de 1625, e o primeiro d'elles feito por D. Miguel Maldonado. Cavalleiro na ordem de Christo, expedindo-se a carta para lhe ser lançado o habito no convento de Thomar, que depois por uma verba na mesma posta constou recebêra no mosteiro de Nossa Senhora da Luz; e os alvarás para n'elle professar e para ser armado Cavalleiro na egreja de Nossa Senhora da Conceição d'esta cidade; tudo a 15 e 16 de fevereiro de 1584. Governador da ilha da Madeira, Familiar do santo officio, procedendo-se ás diligencias por despacho

quem ensinou a nobre arte da picaria no campo chamado de Santa Catharina, entre Machico e Santa Cruz: foi muito rico, e instituiu o morgado da Penna ou Penha d'Aguia. E de Brites de Goes, natural do Algarve e mulher muito principal; filha de João do Rego e de Brites de Goes. D'elle era já viuva em 29 d'outubro de 1512, como consta do Corpo Chronologico, do Real Archivo da Torre do Tombo, parte II, maço 35, documento num. 38, que é o seguinte: «Obrigação que fez a ElRey, Brites de Goes, viuva «de Lançarote Teixeira, das quantias que lhe he devedora procedidas dos trigos que «comprou dos dizimos pertencentes a Sua Alteza.» Quarto neto de Tristão Vaz, do qual nasceu quarto filho, Cavalleiro da casa do Infante D. Henrique, com quem se achou na tomada de Ceuta e no cerco de Tanger, onde foi por elle armado Cavalleiro: o mesmo Infante lhe fez mercê da capitania d'além do rio de Caniço, na ilha da Madeira, e pelo rio acima até á ponte do Teixeira, e da de Machico, por carta de 8 de maio de 1440, por ser um dos que acompanharam João Gonçalves Zargo no descobrimento da ilha da Madeira. El-Rei D. Duarte lhe confirmou essa doação por outra, dada em Santarem a 11 de março de 1449, e lhe deu armas que se vêem na capella de S. João Baptista da egreja de Machico. Falleceu com testamento em Silves, com mais de oitenta annos de edade, tendo ido lá tratar de negocios da sua casa: e de Branca Teixeira, que dizem ser de Villa Real.

de 13 de julho de 1606 pelos Inquisidores de Lisboa. Serviu a este reino tanto por terra como por mar, e na armada do Marquez de Santa Cruz: *pelos serviços seus, do pae, do tio D. Lourenço de Almeida*, referido a paginas 418, *do avó, e do sogro*, obteve em 13 de novembro de 1615 um alvará de lembrança de promessa de Commenda de duzentos e cincoenta mil réis para o filho mais velho, e já a 16 de julho d'esse anno, se lhe tinha feito mercê de sessenta mil réis de tença para tres filhas suas que elle nomear, a razão de vinte mil réis para cada uma, e com vencimento de 11 de dezembro de 1607. Succedeu nos morgados de Calhariz e de Monfalim. *Nasceu no mez de setembro de 1561, morando então seus paes na rua da Pellada, dentro do postigo do Duque de Bragança, e foi baptisado na egreja dos Martyres como presenciou Gaspar do Couto*[1]. Sua mãe D. Maria Barreto, quando elle tomou estado lhe deu como está dito a paginas 423, o padrão de juro de cincoenta mil réis por anno, que tinha assentado na alfandega d'esta cidade; e o ficou havendo de 1 de janeiro de 1583 em diante, como se vê da verba de 24 de abril, e carta de 3 de outubro de 1582. Casou com D. Violante Mascarenhas, e n'esta occasião houve elle o padrão de juro que lhe deu sua mãe, como fica referido: as pessoas que a conheceram dão-lhe esse nome, mas é tambem chamada D. Violante Henriques, como dizem os documentos e os livros genealogicos. Era irmã de Simão Mascarenhas, casado com sua cunhada D. Filippa de Mendoça, dita na pagina anterior, e ambos filhos de Pedro Mascarenhas, Fidalgo da casa d'El-

[1] Assim o declara, elle Gaspar do Couto, e o mais que fica apontado, sendo ouvido como uma das testemunhas nas mencionadas diligencias feitas pela inquisição de Lisboa, e no depoimento diz ser Cavalleiro *do habito de Christo, edade setenta e um annos, morador em Mazagão, e agora em Lisboa na rua do Saco, que o sabe porque n'esse tempo, que foi quando houve o despejo da mesma praça da gente de cavallo, achava-se elle vivendo em casa do pae de D. Filippe de Sousa, e que o conhecimento que d'elles tem, é de amizade e de conhecimento antigo d'elle testemunha e de seus antepassados.*

Nós aqui acrescentaremos que Gaspar do Couto, era Cavalleiro da ordem de Christo já em 15 de maio de 1575, data da carta de quitação de sete mil e quinhentos réis, dos tres quartos da tença de dez mil réis, que com elle tinha, passando-se-lhe outra a 2 de outubro de 1583 para como tal professar no convento de Thomar. A 12 de março d'esse anno se lhe fez mercê de uma Commenda de quarenta mil réis, e em quanto n'ella não fôr provido haverá mais vinte cinco mil réis, além dos dez mil réis da sua dita tença, o que tudo fazia trinta e cinco mil réis, que largaria logo que n'elle se verificasse outra Commenda de setenta mil réis, dada por alvará de lembrança de 12 de outubro de 1596: o que teve effeito pelos fructos da Commenda das Tres Minas, que tinha com essa obrigação D. Manuel de Castello Branco, conforme as cartas de 2 e de 20 de julho, e as verbas de 17 e de 20 de setembro de 1599. Foi Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei, como consta de um padrão do 1.º de Junho de 1609, que lhe manda assentar no almoxarifado de Mazagão, dezeseis mil tresentos e oitenta réis, a que monta cada anno a mo-

Rei D. João III, Commendador de Alcacer de Sal na ordem de S. Thiago, que se achou na batalha de Alcacer com El-Rei D. Sebastião, a quem começou a servir no anno de 1557, e sendo n'ella captivo, foi um dos que se encobriram e não chegaram á noticia do Soberano de Marrocos; e de D. Ignez de Carvalho, filha herdeira de Belchior de Carvalho, Commendador da ordem de Christo, e Escrivão da casa da India, morador á Esperança, e de D. Joanna Lobo, que sendo d'elle viuva, falleceu com testamento em 1544, instituindo uma capella no convento da Graça d'esta cidade de Lisboa, e vinculando o casal da Reboleira em Bemfica, que seu marido comprára em 1531, por escriptura lavrada na nota do Tabellião d'esta cidade Luiz de Bulhão, a Ayres Gomes de Lemos, Fidalgo estante ás Escólas Geraes, e a sua mulher D. Maria Henriques.

Tiveram filhos.

5 **D. Filippe de Sousa,** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro com dois mil quatrocentos e oitenta réis de moradia por mez, e alqueire de cevada por dia. Cavalleiro da ordem de Christo, passando-se-lhe, em 6 de abril de 1618, carta para receber o habito no convento de Thomar, e alvará para ser armado Cavalleiro dentro da capella dos paços da Ribeira, ou na egreja de Nossa Senhora da Conceição. Provedor do hospital de S. Lazaro de Coimbra, por carta de 3 de agosto de 1607, ex-

radia e cevada que tem, a razão de mil réis por mez, e alqueire de cevada por dia com o dito fôro, segundo se vê pela certidão de Gaspar Cotta Falcão, Fidalgo da casa de El-Rei, Escrivão da matricula dos moradores d'ella, que paga a cevada a razão de doze réis o alqueire segundo ordenança (Gaspar Cotta Falcão, foi Moço Fidalgo com mil réis de moradia que vencia no anno de 1601. Cavalleiro da ordem de Christo, etc.: morreu na freguezia de S. Thomé a 2 de junho de 1644, viuvo, e com testamento feito a 30 de agosto de 1640, e jaz na sepultura da familia em Sacavem. Era filho de um, e pae do outro Martim Cotta Falcão, mencionados a paginas 321): o qual tinha de tença cada anno, e começará a vencer de 2 de junho de 1606 em diante. As referidas mercês lhe foram feitas por serviços de quatorze annos e nove mezes na dita praça de Mazagão, sua patria, onde ficou aleijado das duas mãos combatendo com os mouros. Casou duas vezes na mesma praça. A primeira com D. Francisca da Cunha, s. g., filha de Pedro da Silva da Cunha e de D. Brites da Cunha: e a segunda com D. Leonor de Abreu, de quem foi primeiro marido, filha de Duarte Luiz de Abreu, natural da ilha de S. Miguel, que por vezes passou a Africa com gente e armas á sua custa, em soccorro das nossas praças, e se deixou ficar em Mazagão, que ajudou a defender valorosamente do cêrco que no 1.° de março do anno de 1562, lhe poz o Xarife Muley Muhammed. E de sua primeira mulher D. Antonia, com quem fôra casado da mesma ilha.

Adiante daremos a successão da descendencia d'este Cavalleiro, que julgamos curiosa pelos muitos serviços, que em Africa obraram aquelles que d'elle vieram.

pedindo-se pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, em 18 d'esse mez de 1627, uma provisão passada pelos Doutores Sebastião de Carvalho e D. Carlos de Noronha, para poder edificar de novo no logar de Condeixa dois lagares de azeite para n'elles se moer o das oliveiras pertencentes ao dito hospital. Em 4 de março de 1644 teve alvará de terceira instancia em uma causa com a Duqueza de Torres Novas sobre a dizima dos fructos da quinta do Calhariz, morgado em que succedeu a seu pae, assim como no de Monfalim. Familiar do santo officio, já viuvo, por carta de 26 de junho de 1657, sendo testemunhas no processo da habilitação que por esse tribunal se lhe fez, entre outros, Gaspar Maldonado, Commendador de Santa Maria de Lavre, e o padre frei Francisco Brandão, Chronista Mór e Qualificador do santo officio. Serviu nas armadas: nasceu em Azeitão, e morreu em setembro de 1666. — S. g. Casou com D. Francisca de Sá, que falleceu antes de 1657; e foram recebidos por D. Affonso de Castello Branco, Conde de Arganil e do Conselho do Estado; como consta de uma certidão por elle feita e assignada aos 26 de outubro de 1606. Era senhora do prazo do Corval, feito em uns paços reaes, segundo refere a escriptura de emprazamento primordial d'elle no anno de 1461, e tambem do officio de Provedor do hospital de S. Lazaro de Coimbra, já dito, que tudo veiu a pertencer ao marido: aquelle como herança, e este por lho levar em dote, conforme o alvará de 9 de dezembro de 1606; e o havia por outro de lembrança de 24 de julho de 1584, fazendo-se-lhe d'elle mercê por ser orfã, e a pedido de seu tio Jeronymo Pereira de Sá, Fidalgo da casa de El-Rei e do seu Conselho, Cavalleiro da ordem de Christo, Desembargador do Paço e Procurador da Corôa; irmão de seu pae Francisco Pereira de Sá, Cavalleiro da referida ordem, Provedor do mencionado hospital, e senhor do mesmo prazo de Corval: que a teve da segunda mulher e prima D. Branca de Berredo, de quem foi primeiro marido.

5 **D. Pedro de Sousa,** que com o nome de frei Bento de Sousa foi religioso de S. Francisco da provincia de Portugal.

5 **D. Simão de Sousa,** frade da mesma ordem.

5 **D. Diogo de Sousa,** Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei com tres mil e cem réis de moradia por mez, e alqueire de cevada por dia, que vencia no anno de 1592. Serviu na India onze annos, desde o de 1605, como soldado e Capitão nas armadas, fortalezas e fronteiras, achando-se em varios combates e sendo n'elles ferido; indo em 1613 ao Malabar, por Capitão de uma das vinte e oito proas da armada de D. Henrique de Noronha. Houve despacho de Capitão de Dio por tres annos, com

seiscentos mil réis de ordenado annual, antes dos providos a 18 de fevereiro de 1616, em que se lhe fez esta mercê, e dando-se o competente alvará a 9 de março de 1617: comtudo não o chegou a exercitar porque n'esse anno falleceu na guerra que então havia em Mangalor.

5 **D. Lourenço de Sousa**, Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro com dois mil quatrocentos e oitenta réis de moradia por mez, e alqueire de cevada por dia, e se lhe mandaram pagar por despacho de Luiz da Silva, a 5 d'abril de 1625 sete mil e quinhentos réis que lhe montam haver dos seus corregimentos com o dito fôro. 3.º Capitão da guarda alemã, dos Reis D. Filippe III, D. João IV, D. Affonso VI, e D. Pedro II sendo Principe Regente; cargo que pertencia a sua mulher e prima D. Marianna de Sousa, como se vê a paginas 418, por quem elle o houve de serventia, em quanto não verificassem o seu casamento, por alvará de 27 de julho de 1624, fazendo-se-lhe esta mercê em satisfação da promessa da Commenda de lote de duzentos e cincoenta mil réis que tem D. Filippe de Sousa, e em remuneração dos serviços de D. Diogo de Sousa, seus irmãos, tendo depois o mesmo officio de propriedade, por carta de 19 de janeiro de 1634, e o exerceu desde 15 de janeiro de 1625 até 9 de agosto de 1662; dia em que por se achar com pouca saude não o pôde continuar a servir, e se passou alvará da mercê d'elle para D. Francisco de Sousa, seu sobrinho mais velho, que logo entrou no exercicio do officio. Vencia quarenta mil réis por anno para um vestido, que é o mesmo que tiveram seus antecessores, de que tirou alvará em 12 de maio de 1631. Tambem lhe foi dado outro alvará a 30 de novembro de 1633 para prover os officios da guarda alemã, como estavam em posse de o fazer os Capitães seus predecessores, e para que tinham os mesmos privilegios de que gozam —«os da minha Guarda que me assiste nesta Côrte «usando elle da mesma jurisdicção que usão os de ella aqui»— em Madrid, onde o alvará é passado. Cavalleiro da ordem de Christo, expedindo-se-lhe os alvarás de Cavalleiro e da profissão e a carta do habito a 3 de setembro de 1633, e a 29 de novembro d'esse anno outro alvará para administrar por tempo de um anno a Commenda de S. Salvador de Infesta da mesma ordem, que depois, por carta de 19 de janeiro de 1634, lhe foi dada de propriedade, e era de sua mulher, como fica acima mencionado. Achava-se retirado da côrte quando foi acclamado El-Rei D. João IV, e logo passou a servir na guerra á sua *custa com fidelidade e zêlo*, assistindo na Beira, á entrada da aldêa de Brito, ao incendio do logar de Castellejo, á introducção do soccorro no de Farcalhos, ao saque que se deu no de Cazillas, á expugnação do castello de Guardão, á destruição de muitas povoações do campo de Arganhão, á facção das villas de Valverde e de Helleiros, ao incendio de S. Marti-

nho de Gribeiro; e indo com o exercito em 1643 ao Alemtejo, fez toda a campanha, gastando muito da sua fazenda e soffrendo d'ella grande perda na tomada de Olivença pelos castelhanos. Em attenção aos mencionados serviços foi respondido a 7 de setembro e a 10 de outubro de 1655, com uma Commenda de mil cruzados, fazendo-se-lhe effectivos duzentos mil réis por anno em quanto não entrar n'ella, e se veiu a verificar na de Santa Maria de Belmonte da mesma ordem de Christo, que vagára pelo fallecimento de Lopo Barriga, mandando-se deferir por outra parte á viuva os serviços d'elle: e com duas vidas na sobredita Commenda de S. Salvador de Infesta; sendo a primeira para o sobrinho D. Francisco de Sousa, ao qual ficam pertencendo as outras duas mercês referidas, conforme os alvarás de 4 e 10 de fevereiro de 1616. Com o cargo de Capitão da guarda vencia por anno de moradia seis moios e cinco alqueires de cevada pelo almoxarifado da Malveira, e como estavam —por pagar a alguns annos a esta parte— se lhe mandaram assentar por alvará de 12 de setembro de 1611, onde os recebesse do presente anno em diante. Era já fallecido no dia 10 de março de 1670, como se collige da verificação das mencionadas mercês no sobrinho, segundo adiante será dito. Casou com D. Marianna de Sousa, sua prima —s. g. Filha herdeira de D. Alvaro de Sousa e de sua segunda mulher D. Maria de Sousa, paginas 416.

5 **D. Manuel de Sousa,** Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro com dois mil quatrocentos e oitenta réis de moradia por mez, por mandado do Conde de Faro do Alemtejo de 8 de agosto de 1626, houve pagamento de sete mil e quinhentos réis dos seus corregimentos. Clerigo e Prior do convento da ordem de Christo em Thomar.

5 **D. João de Sousa,** Commendador da ordem de S. João de Jerusalem, Governador do priorado do Crato e depois Prior: em razão d'esta dignidade, mas não servindo de exemplo, lhe foi passada carta a 27 d'agosto de 1677 para gosar das honras de Conde, e attendendo a ser Veador da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya. Familiar do santo officio por carta de 8 de julho de 1676, morando então na calçada do Congro. Falleceu n'esta cidade a 11 de junho de 1680, e foi sepultado na capella de S. Braz.

5 **D. Antonio de Sousa,** que continua.

5 **D. Ignez Henriques,** religiosa professa no mosteiro do Salvador d'esta cidade. Teve vinte mil réis de tença por anno em sua vida, a começar de 11 de dezembro de 1607, e por carta de 29 de novembro de 1615, que

lhos nomeou seu pae, dos sessenta mil réis que lhe foram dados para as tres filhas, segundo se refere a paginas 438. Depois, como falleceu a irmã D. Marianna de Mendoça, que aqui segue, antes de lhe ser feita egual nomeação, veiu a haver mais dez mil réis annuaes, de 7 de novembro de 1618 em diante, e por padrão de 5 de dezembro d'esse anno.

5 **D. Marianna de Mendoça**, que foi primeira mulher — c. g. de seu primo Pedro Mascarenhas, Commendador de Santo Euzebio de Aguiar da Beira, na ordem de Christo, e Governador da Mina onde morreu em 1635. Filho de D. Simão Mascarenhas e de D. Filippa de Mendoça, nas ditas paginas 438.

5 **D. Anna Henriques.** Teve tambem vinte mil réis de tença em sua vida, com vencimento de 11 de dezembro de 1607, e os dez mil réis annuaes nas mesmas datas que os houve a irmã D. Ignez Henriques. Seus paes lhe deram em dote o padrão dos cincoenta mil réis de tença de juro já mencionada nas paginas acima referidas, como consta da sentença de justificação dada pelo Doutor Simão Sodré a 13 de julho, e do padrão de 29 de novembro, tudo do anno de 1630. Casou com D. Pedro de Menezes, Commendador da ordem de Christo e senhor do prazo de Alcanhões, e d'elle foi segunda mulher; fallecendo — s. g. deixou por herdeiro da sua fazenda ao sobrinho D. Luiz de Sousa, adiante referido.

V **D. Antonio de Sousa,** Fidalgo Escudeiro por acrescentamento na casa de El-Rei. Estudou em Coimbra algum tempo, e depois passou a servir nas armadas, achando-se na do General João Pereira Côrtereal, embarcado como soldado no galeão S. Nicolau, do qual era Capitão de mar e guerra Henrique Henriques de Miranda, e com elle morreu afogado na perdição do mesmo navio, que no anno de 1637 teve logar na bahia de Cadiz. Casou com D. Leonor de Mello Coelho, que succedeu a seu pae no morgado dos Olivaes, e a D. Paula de Faria, sua tia do mesmo irmã, em uma capella que tinha n'esse logar e nos mais bens que ella lhe deixou, com a clausula de se unirem no dito vinculo, para o que houve alvará de insinuação e de confirmação, dado a 30 d'agosto de 1641. Tambem se lhe passaram nos dias 3 d'outubro e de dezembro de 1663, dois alvarás para poder obrigar os morgados á restituição do dote que se dá a seu filho D. Francisco de Sousa, que intenta casar. Os paes d'esta senhora foram Francisco de Faria Coelho, Fidalgo de El-Rei D. Filippe II, que por carta de 18 de maio de 1612 lhe confirmou o aforamento de uma herdade de terras de pão, pertencente á Commenda da villa de Canha, do mosteiro das Commendadeiras de Santos, da ordem de S. Thiago, e n'essa época residia na

quinta de Azeitão, termo de Cezimbra, 5.º Administrador do morgado dos Olivaes [1], em que succedeu pelo fallecimento de sua prima D. Maria de Lima. E de D. Violante de Mello, irmã de Manuel Coelho de Mello, 2.º Administrador do morgado da quinta da Fonte do Anjo, que da sua segunda mulher D. Isabel Corrêa, natural de Alcochete, filha de Jeronymo Corrêa e de Cecilia Rebello, teve a Francisco de Mello, 3.º Administrador do dito morgado, e Familiar do santo officio por carta de 5 de julho de 1640, que casou com D. Angela de Vasconcellos, nascida em Setubal, filha de Diogo Mendes Godinho Tavares de Sousa, outrosim Familiar do santo officio por carta de 14 de agosto de 1635, e de D. Luiza de Castello Branco. D'elles nasceu D. Luiza Magdalena de Mello, que foi 4.ª Administradora do morgado e falleceu — s. g.; tendo casado duas vezes: a primeira com Pedro de Sousa de Lacerda; e a segunda com João de Mello de Tavora. Filha ella dita D. Violante de Mello, de Pedro Coelho Cardoso, Fidalgo da casa do senhor D. Jorge, Commendador da redizima da alfandega de Setubal, da ordem de S. Thiago, e 1.º Administrador do morgado da quinta da Fonte do Anjo junto a Palmella, para elle instituido em 11 de

[1] Francisco de Faria Coelho, e sua irmã D. Paula de Faria, acima mencionados, foram

Filhos de:

D. Leonor de Faria, que no anno de 1591 corria com o encargo da capella adiante dita, e de Antonio Coelho Gasco, Commendador da chouparia de Alvayazere, filho de Pedro Coelho, que teve a mesma Commenda e Secretario do mestre o senhor D. Jorge, e de D. Margarida Cotta: neto de João Coelho (que tambem houve filha Anna Coelho, casada com Pedro Cardoso, de quem trataremos), Governador da casa da beata Infanta D. Joanna, irmã de El-Rei D. João II, que ambos foram os primeiros dos filhos de nossos Reis que se denominaram Principes.

Netos de:

D. Maria de Goes Machado, que foi dotada pela mãe com a capella de que fallamos e que logrou durante a vida; mas depois foi revindicada por seu irmão Sebastião de Goes Machado, como pertencente ao morgado por elle administrado, e na descendencia d'elle um e outra continuaram, até a mesma findar na pessoa de D. Maria de Lima, acima mencionada. E de Diogo de Faria, 1.º senhor do casal e terras de Vallada; filho quarto de Antão de Faria, Camareiro, Escrivão da Puridade de El-Rei D. João II, do seu conselho, Valido e Testamenteiro, senhor de Evora Monte e Alcaide Mór de Portel e de Palmella, etc. E de Leonor Gonçalves de Oliveira.

Bisnetos de:

Leonor de Bulhões, Administradora do morgado referido, que por disposição testamentaria instituiu uma capella com pensão de missas na egreja de Santa Maria, do

outubro de 1538 por seus paes quando o casaram com D. Maria de Mello, filha de João de Brito de Mello, Moço Fidalgo da casa de El-Rei e administrador de um morgado bem conhecido no concelho de Santa Maria dos Olivaes: e de D. Violante Corrêa. Neta de Francisco Coelho Cardoso, Fidalgo da casa de El-Rei D. João II, Secretario do mestre D. Jorge *de florida memoria*, seu filho; Escrivão da Camara do dito Rei e Chanceller dos mestrados de Aviz e S. Thiago; Commendador do Lavre e da redizima de Setubal na mesma ultima ordem, que falleceu depois de 1580; e de sua primeira mulher Anna Mendes, filha de Braz Affonso, Provedor da comarca de Setubal, e de Catharina Mendes. Bisneta de Pédro Cardoso e de Anna Coelho, elle natural de Lamego e ella de Azeitão, que deixamos mencionados na pagina anterior; irmã de Pedro Coelho, que vivia em casa do senhor D. Jorge com o cargo de Chanceller, e chamou para junto de si este sobrinho.

Tiveram filhos.

6 **D. Francisco de Sousa**, que continua.

6 **D. Luiz de Sousa**, Sumilher da cortina de El-Rei D. Affonso VI. Conselheiro do Estado. Arcebispo de Braga eleito em 1674. Bispo de Lamego, sagrado na egreja de S. Roque d'esta cidade a 12 de junho de 1671. Embaixador a Roma para onde partiu de Lisboa a 18 de setembro de 1675, e deu entrada a 9 de fevereiro de 1676 n'aquella cidade[1]; n'ella

proprio logar dos Olivaes, constando de olival e terras, partindo tudo com a quinta, cabeça do morgado. E de Simão de Goes Machado, filho de Pedro Machado, 1.º senhor de Entre-Homem e Cavado, e de D. Ignez de Goes, d'ella primeiro marido.

Terceiros netos de:
João Lopes de Bulhões, 1.º Administrador do referido morgado dos Olivaes, para elle instituido por seu irmão Pedro Lopes de Bulhões, em testamento de 21 de fevereiro de 1438. E de Ignez Arias.

Quartos netos de:
Lopo Esteves, Lente de leis.

Quintos netos de:
Vicente Domingues, Conservador.

[1] Sobre a entrada publica e pomposa que fez em Roma, veja-se o que com o titulo de — Trifavus compositus ex Panegyrico, Elogio, Poemate conditus Illustrissimo Reverendissimo, Excellentissimo Domino D. Aloysio Sousa, Archiepiscopo Bracharensi Primati Hispaniarum ad Papam Innocentium XI. Legato Extraordinario oblatus. Patavii

se demorou sete annos, um mez e dezoito dias, desempenhando perfeitamente a sua missão; e voltando em 17 de junho de 1682 á côrte, foi recebido com distinctas honras pelo Principe Regente D. Pedro, que já o havia nomeado para o Conselho d'Estado. Pouco tempo residiu na capital, recolhendo-se logo á sua diocese, entrando em Braga a 3 de julho de 1683, e ahi falleceu pelas duas horas da manhã do dia 30 de abril de 1690. Nasceu na quinta do Calhariz, sendo baptisado a 14 de maio de 1637, e vindo ao mundo com sete mezes de concebido, n'elle se achou orfão de pae. Em edade propria passou no anno de 1650 a estudar em Coimbra, e em 25 de outubro de 1654 foi admittido para o real collegio de S. Paulo: tendo frequentado a universidade n'ella serviu de Lente das cadeiras de theologia até ás de prima treze annos, desde 6 de novembro de 1658 a 1671, occupando um anno o cargo de Reitor; e despachado por alvará de 21 de julho de 1664, Deputado do tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, com obrigação de lêr a cadeira de escoto, em que estava provido desde 29 de janeiro d'esse anno. Sendo Chantre da sé de Coimbra, foi acceito para o serviço da inquisição da mesma cidade, precedendo as diligencias do estylo, que por esse tribunal tiveram logar a 2 de junho de 1668, e se lhe expediram a 5 e a 11 do dito mez e anno a provisão e a carta de Deputado do mesmo santo officio. Por occasião das exequias, que na universidade se fizeram em fevereiro de 1666 pelo fallecimento da Rainha D. Luiza Francisca de Gusmão, recitou elle em latim a sua oração funebre; e nas côrtes que no anno de 1674 se celebraram n'esta cidade, em que foi jurada herdeira da corôa a Princeza D. Isabel Josepha, filha do Principe Regente D. Pedro, orou elle duas vezes com grande eloquencia.

6 **D. Violante de Mello.** Falleceu ainda moça estando recolhida no mosteiro das Commendadeiras da ordem de S. Thiago, a Santos-o-Novo.

VI **D. Francisco de Sousa,** 4.º Capitão da guarda real alemã, por alvará de 9 d'agosto de 1662, no impedimento de seu tio D. Lourenço de Sousa e em quanto elle viveu; e depois o foi de propriedade, por carta de 24

apud Cadorinum 1677, 4. et Ulyssip. apud Michael Deslan. 1683, 8, e no livro Carm. Select. pag. 167, publicou Fr. Francisco de Santo Agostinho Macedo—, vem referido a paginas 94, columna 2.ª, da *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado. De D. Luiz de Sousa, acharão os curiosos noticia n'esta dita obra, e tambem na *Corographia Portugueza* do padre Antonio Carvalho da Costa, na qual, a paginas 300 do tomo III, se faz menção de um breve de cinco jubileus perpetuos cada anno, e de outras mercês ahi mencionadas, que lhe concedeu o mesmo Summo Pontifice Innocencio XI para a egreja da quinta do Calhariz.

do mesmo mez de 1669. Por alvará de 4 de outubro d'esse anno houve mercê de quarenta mil réis annuaes para um vestido, *que é outro tanto que tiveram as pessoas que serviram este cargo de capitão da guarda*, assentados no almoxarifado da villa de Setubal de 1 de janeiro de 1670 em diante. Moço Fidalgo da casa de El-Rei acrescentado a Fidalgo Escudeiro, mandando-se-lhe pagar em especie na cevadaria o alqueire de cevada que tem por dia com o foro, em quanto exercitar o sobredito cargo; e assentar no almoxarifado do pão os seis moios e cinco alqueires de cevada, que é o que com elle vence da sua moradia por mez e dia, e de 1 de janeiro de 1670, para o que se passou alvará a 7 de março d'esse anno. Alcaide Mór do Crato e Belver. Commendador de Santa Maria de Belmonte no bispado da Guarda, com duzentos mil réis de tença annual, por alvará de 10 de fevereiro de 1666, dando-se no mesmo dia um padrão da dita tença para a receber em quanto não entrasse na Commenda; e de S. Salvador de Infesta, no arcebispado de Braga (ambas da ordem de Christo), em virtude do alvará de 4 do ultimo mencionado mez e anno, para se verificar n'elle a primeira das duas vidas, de que se tinha feito mercê a seu referido tio D. Lourenço de Sousa, como se vê da verba posta ao alvará de 29 de março de 1670. A carta d'esta Commenda foi-lhe dada a 9 d'outubro d'esse anno, e a da outra a 14 de setembro de 1667. Do Conselho, por carta de 14 d'outubro de 1679, dos Reis D. Affonso VI, D. Pedro II e D. João V. Dos Conselhos do Estado e Guerra dos dois ultimos Monarchas. Deputado da Junta dos Tres Estados dezeseis annos, de 18 de novembro de 1672 a 20 de março de 1688. Védor da casa real, sem ordenado, desde o anno de 1677, em que se lhe passou carta a 27 d'agosto, até o de 1681, na ausencia de seu cunhado D. Pedro de Almeida, que fôra para Vice-rei da India, e na de D. João de Sousa todo o tempo que esteve no governo de Pernambuco. Presidente do Senado da Camara de Lisboa, por despachos successivos de tres em tres annos, sendo o primeiro em 18 de março de 1688 e o ultimo a 14 d'esse mez de 1702, referindo-se na carta de 20 d'abril de 1694, do terceiro triennio, as seguintes expressões: «*Pela grande importancia de que é o cargo da Presidencia da Camara* «*desta cidade e pelo muito que convem prover nella pessoa de taes partes* «*e qualidades que possa ter por certo que essa obrigação cumprirá sem*«*pre como a sua, etc.*» Regedor da Mesa da Consciencia e Ordens, por carta de 14 de março de 1702, e Presidente do mesmo tribunal, sendo ambos os logares tambem triennaes, por carta patente de 23 d'esse mez de 1705, dada pela senhora D. Catharina, Rainha de Inglaterra, e depois por outra de 11 de abril de 1708. Familiar do santo officio por carta de 2 de fevereiro de 1658. Pelo fallecimento de seu tio D. Filippe de Sousa, teve o officio de Provedor do hospital de S. Lazaro, que por um alvará dado em 1 de julho de 1667, renunciou em Manuel de Sá Pereira, a

quem d'elle se passou carta a 6 d'esse mez e anno. Achou-se na morte do Conde de Vimioso, D. Luiz de Portugal, que teve logar a 2 de abril de 1655 em uma pendencia ao Jogo da Péla, pelo que andou ausente em Italia e França. Foi Superintendente das obras do mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação d'esta cidade, das Commendadeiras da ordem de S. Bento de Aviz, e do dinheiro applicado para ellas, por alvará de 3 de junho de 1707. Como Conselheiro do Estado foi conferente com o Conde de Galloway, Embaixador Extraordinario de Inglaterra. Serviu o cargo de Capitão da guarda quarenta e oito annos, de 1662 até 19 de setembro de 1710, acompanhando as Rainhas, mulheres dos nossos Reis, em quasi todas as jornadas, assim como nas occasiões que houve de festas nas entradas das mesmas senhoras n'este reino, fazendo consideravel despeza para assistir com luzimento competente áquelles actos, servindo de Almotacé Mór na jornada de Salvaterra do anno de 1676. Em sua vida houve remunerações dos seus serviços, que adiante mencionaremos. Succedeu nos morgados da Fonte de Anjo e dos Olivaes, a sua mãe, e nos do Calhariz, Monfalim e outros, a seu tio D. Lourenço de Sousa. Foi elle quem comprou na rua da Rosa das Partilhas e na rua do Trombeta um chão e umas moradinhas de casas contiguas na *mesma ilha*, no alto da calçada do Congro, por mais de dezoito mil cruzados á Condessa Baroneza; e tambem outra moradinha de casas na travessa das Mercês, pertencente a uma capella que instituira Fernã Peres, com encargo de missas no convento de S. Francisco d'esta cidade, administrada pelo Licenciado João Baptista, com quem as subrogou por um juro de cinco mil réis, que era o rendimento d'ellas, no estanque do tabaco, para o que se lhe passou um alvará a 20 d'outubro de 1699, para n'este sitio fazer uma casa nobre que intenta edificar; a qual veiu a ter effeito como hoje se vê: verificando estas compras com a venda de outra casa nobre de dois andares, em que mora João Pereira de Araujo e o Prior da Magdalena, e de outras que lhe pagam de fôro oito mil réis, todas em S. Chrispim, e pertencentes ao morgado instituido por D. Maria da Silva, pela quantia de oito mil cruzados; para o que houve alvará dado a 23 de janeiro de 1698: e com as da quinta, herdades e terras que tinha em Tavira, do morgado de Francisco da Costa e D. Filippa Barreto, que subrogou em virtude do alvará de 2 de fevereiro de 1703, com Sebastião da Fonseca Pimentel, Escrivão da Camara d'essa cidade: ficando os compradores obrigados aos encargos das missas. Nasceu a 7 de agosto de 1631, e falleceu de oitenta annos de edade, a 5 de fevereiro de 1711. Era um Fidalgo de grandes partes, grave, affavel, discreto, inteiro, bem intencionado, e a final — *um velho de quem os moços não fogiam, e a nenhum tinham mais respeito*[1]. Casou no anno de 1664, com D. Helena de

[1] D'este Cavalleiro dão noticia: — D. Antonio Caetano de Sousa, no *Apparato á*

Portugal, que foi habilitada para este consorcio pelo tribunal do santo officio a 7 de novembro de 1663, já viuva de D. Antonio de Alcaçova Carneiro Carvalho da Costa, e primeira filha de D. João de Almeida e de D. Violante Henriques.

Tiveram filhos.

7 **D. Filippe de Sousa**, que continua.

7 **D. João de Sousa**, Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. Affonso VI, por alvará de 16 de novembro de 1679, acrescentado a Fidalgo Capellão da casa d'El-Rei D. Pedro II, por outro de 14 de fevereiro de 1699. Sumilher da cortina d'este ultimo Monarcha e de El-Rei D. João V, Porcionista do collegio de S. Paulo, em Coimbra, Conego na sé da mesma cidade, D. Prior da collegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, por ser fallecido D. Pedro de Sousa, pelo alvará de apresentação de 21 de junho e carta de 10 de julho de 1707. Abbade de Serviães, Inquisidor e Deputado da inquisição de Lisboa, habilitado pelo mesmo tribunal do santo officio a 7 de setembro de 1694, sendo Presbytero. Bispo eleito do Algarve, que não acceitou. Nasceu a 6 de janeiro de 1669. Falleceu a 17 de outubro de 1752 [1].

7 **D. Violante de Portugal**, Dama da Rainha D. Maria Sophia de Neobourg. Falleceu a 6 de julho de 1732 [2], tendo enviuvado em 1 de março de

Historia Genealogica da casa real portugueza, tomo I, paginas CLXI, num. 196, e no tomo X, paginas 827; Diogo Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, tomo II, paginas 265; Manuel de Sousa Moreira, no *Theatro Historico e Genealogico da casa de Sousa*, paginas 491; e o padre Antonio Carvalho da Costa, na *Chorographia Portugueza*, tomo III, paginas 300.

[1] Tambem falleceu a 17 (d'outubro) D. João de Sousa, quinto do nome, e quinquagesimo quarto Dom Prior da real collegiada de Guimarães, de que havia tomado posse em 15 d'agosto de 1708. Sumilher da cortina que foi de Sua Magestade Fidelissima o senhor Rey D. João o V. Conego que havia sído da sé de Coimbra, Deputado do santo officio da mesma cidade, e de Lisboa, onde tambem foi inquisidor, e não só abdicou este logar, mas não acceitou o bispado do Algarve em que foi nomeado. Deu-se-lhe sepultura na egreja de S. Francisco de Xabregas, dos religiosos menores do provincia do Algarve.

Gazeta de Lisboa, quinta feira 26 de outubro de 1752, paginas 556.

[2] A 6 (de julho) falleceu a senhora D. Violante de Portugal, Dama que foi da Rainha, viuva de Francisco de Mello, senhor de Ficalho, Mestre de Campo General e Governador que foi das armas na provincia da Beira, e filha de D. Francisco de Sousa, que foi do Conselho do Estado do senhor Rei D. Pedro II, Capitão da sua guarda real alemã, e Presidente da Mesa da Consciencia: Foi sepultada na egreja de S. Francisco

1719 de Francisco de Mello, senhor de Ficalho, com quem casou a 12 de setembro de 1691: foi sua segunda mulher. —S. g.

Illegitimo:

7 **D. Manuel Caetano de Sousa**, do Conselho de El-Rei D. João V, por carta de 2 de maio de 1722. —Continuaremos este artigo com o que se lê, sob a epigraphe *Retratos*, no *Jornal do Commercio*, num. 3279, de 22 de setembro de 1864, e é o seguinte:

«D. Manuel Caetano de Sousa, clerigo theatino, nasceu em Lisboa, a 25 de dezembro de 1658, e morreu a 18 de novembro de 1734. Foi filho natural de D. Francisco de Sousa, Capitão da guarda real alemã, Presidente do Senado de Lisboa e da Mesa da Consciencia e Ordens, o qual (D. Manuel) era irmão de D. Filippe de Sousa, representante da casa dos Sousas, hoje dos Duques de Palmella.

«D. Manuel Caetano de Sousa foi socio, póde dizer-se, iniciador da Academia Real de Historia, da Arcadia de Roma, com o nome de Telamo Lusitano, da Academia Portugueza e Latina fundada em 1696 pelo Conde da Ericeira, e Preposito da casa de S. Caetano, de Lisboa, por tres vezes.

«Começou a frequentar na universidade os estudos maiores, porque seu pae, não tendo patrimonio que lhe deixar, desejava legar-lhe o preciosissimo peculio das lettras e das sciencias; mas D. Manuel, influenciado por um sermão que ouvira ao jesuita Agostinho Lourenço, na egreja de Santo Antão, resolveu-se a preferir a vida de ecclesiastico regular á de ecclesiastico secular, e inspirado por estes sentimentos, aos 17 annos de edade, em 1675, entrou no claustro theatino, de que veiu a ser um dos mais notaveis e sabios filhos, e no anno seguinte professou.

«Na casa de S. Caetano proseguiu D. Manuel os seus estudos, e em 1685 começou a ler philosophia, e depois theologia, com geral applauso.

«Aos 27 annos de edade principiou a subir ao pulpito, e as suas orações eram sempre festejadas, e o seu nome proclamado na cidade como o de um insigne prégador. Era escolhido para orar nas festas mais notaveis, e foi por isso que o Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, o escolheu para recitar a oração funebre do prin-

de Xabregas, onde no dia seguinte se fez o seu funeral com assistencia de toda a nobreza da côrte.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 10 de julho de 1732, paginas 115.

cipe dos prégadores, o famoso jesuita Antonio Vieira, nas solemnissimas exequias que o mesmo Conde mandou celebrar, em 17 de dezembro de 1697, na egreja de S. Roque, por alma d'aquelle insigne orador.

«O erudito Conde da Ericeira, que tinha fundado uma Academia, cujo principal objecto era aperfeiçoar a lingua portugueza, pagou á memoria do padre Antonio Vieira, tão benemerito da lingua patria, um explendido tributo de respeito e de saudade.

«As exequias celebradas em S. Roque foram pomposissimas. O templo estava todo armado primorosamente, e no meio da egreja se levantou um riquissimo cenotaphio, com muitas allegorias e preciosas decorações. Á porta, do lado interior, estava um retrato do padre Vieira, segundo diz a relação, muito parecido.

«Ás exequias, assim como ás vesperas, assistiu toda a côrte, os embaixadores estrangeiros e os altos funccionarios. A musica foi a da capella real, dirigida pelo mestre, então afamado, Antonio Marques Lesbio, que só dirigia as funcções reaes.

«Este mestre de musica, natural de Lisboa, foi tambem poeta; e pertenceu á Academia dos Singulares, em cujas obras andam publicadas muitas poesias suas.

«Compoz bastante musica, cujos authographos se guardavam na Bibliotheca Real de Musica; mas naturalmente tudo se perdeu. De maneira que hoje difficil é encontrar musica dos nossos antigos compositores. Alguma que ainda havia em 1834, foi dispersa, na maior parte.

«No anno de 1710, o padre D. Manuel Caetano de Sousa, sendo já Preposito da casa de Nossa Senhora da Divina Providencia, ou de S. Caetano, foi eleito para assistir em Roma ao capitulo geral da sua ordem. Partiu para a Italia a bordo de uma nau veneziana, que ia acompanhada de uma galera tambem veneziana e outra genoveza. Encontraram um corsario argelino, com o qual se bateram e o tomaram.

«O nosso illustre theatino percorreu toda a Italia: travou conhecimento com os homens mais distinctos nas lettras e nas sciencias; foi muito estimado, pelos seus vastos conhecimentos, erudição e costumes exemplares.

«Não lhe faltaram honras e attenções, tanto em Florença, como em Roma, como em Veneza, como em Napoles, não só dos sabios, mas dos Soberanos, que n'elle respeitavam a grandeza do seu engenho.

«Em Napoles prégou de improviso na lingua italiana, com geral surpreza e universal applauso.

«Emfim, D. Manuel Caetano de Sousa, nos tres annos que permaneceu em Italia, foi recebido como homem de grande saber, e cuja sociedade era não só honrosa, mas instructiva para os proprios eruditos.

«Em 1713 o padre D. Manuel, regressou a Portugal. Foi novamente eleito Preposito, e em 1717 entrou na academia do Conde da Ericeira, e ahi começou a professar philosophia moral.

«Tratando o padre D. Manuel, de escrever o *Pantheon dos prelados lusitanos*, ou *Lusitania Sacra*, expoz a El-Rei D. João V o seu projecto; d'aqui nasceu o plano de escrever a historia secular e ecclesiastica de Portugal, patrocinado pelo mesmo Monarcha. Foram nomeados com o padre D. Manuel, outros sujeitos de muitas luzes, para pensarem no melhor meio de resolver aquelle projecto, e a final acordaram que para levar ávante aquelle pensamento convinha organisar uma *academia de historia*, a fim de reunir os homens competentes para os estudos historicos.

«No aposento do padre D. Manuel, na casa de S. Caetano, se reuniram com elle o Conde da Ericeira, o Marquez d'Alegrete, o Conde de Villar Maior, e Martinho de Mendonça de Pina e Proença, para se occuparem d'este assumpto; depois se fizeram as reuniões n'uma sala do palacio dos Duques de Bragança, que El-Rei offerecera para esse fim. Ás conferencias assistiram tambem depois o Doutor Manuel de Azevedo Soares e o padre D. Antonio Caetano de Sousa.

«Assim se organisou a Real Academia de Historia, que teve a sua primeira reunião, com trinta e quatro socios, no dia 8 de dezembro de 1720, no palacio dos Duques de Bragança (Thesouro Velho), e ahi se elegeram tres socios para elaborarem os estatutos da Academia.

«El-Rei D. João V, á maneira de seu pae, o senhor D. Pedro II, teve em muita conta o padre D. Manuel, consultando-o em negocios graves, e o quiz nomear Bispo do Funchal, mas o illustre theatino se escusou da honra e do encargo, dizendo que não acceitaria emprego algum que o retirasse do socego de seu cubiculo.

«Gosando das honras devidas ao seu talento, considerado por todos, viveu o padre D. Manuel Caetano de Sousa, até á sua morte, sem desmentir a gravidade dos seus costumes, e trabalhando sempre como homem dedicado do coração ao estudo. Uma doença prolongada lhe consumiu lentamente os ultimos dias da sua vida.

«Possuia uma livraria de sete mil volumes, que elle grangeou por meio de uma pensão régia, dos seus ordenados, e tenças, pois que não empregava senão em livros todo o dinheiro que podia ter. El-Rei D. João V durante a enfermidade do erudito theatino, todos os dias mandava buscar novas da sua saude, e lhe certificou que pagaria todas as dividas que por compra de livros tivesse contrahido. A livraria deixou-a á sua communidade, e queria que antes da sua morte já os livros ficassem na bibliotheca da casa.

«Quando El-Rei D. João V, com os Infantes, em 1734, a 6 d'agos-

to, visitou a egreja dos theatinos, quiz entrar no cubiculo do padre D. Manuel, e vendo-lhe a copiosa livraria, disse que não suppunha que elle tivesse juntado tantos livros. O theatino lhe respondeu que os devia á munificencia real, e que ainda mais os estimava porque com elles melhor podia servir a El-Rei; queria dizer, servir a patria, o Rei era então tudo.

«O padre D. Manuel Caetano de Sousa cultivou com pureza e elegancia as linguas latina, franceza e italiana. Deixou sufficientes obras para attestarem a sua grande erudição, bastantes impressas, porém muito mais manuscriptas, e entre estas as Memorias da sua viagem á Italia.

«Na Bibliotheca Nacional poucos manuscriptos existem d'este sabio theatino. É para sentir a falta das Memorias sobre as suas viagens na Italia, porque á vista do que d'ellas extractou o padre D. Thomaz Caetano de Bem, deviam ser mui curiosas, com amplas noticias dos monumentos, dos sabios com quem tratou, e de tudo quanto viu especialmente relativo a Portugal ou a coisas e pessoas portuguezas.

«O padre D. Manuel Caetano de Sousa, pertenceu a essa pleiada de homens que na primeira metade do seculo passado tanto estudaram, e tanto impulso deram aos estudos historicos. As lettras portuguezas devem-lhes altos serviços. Se o seu estylo, por via de regra, é pesado, defeito da época, a sua erudição mostra com quanto afferro cultivavam as lettras.»

D'este insigne varão ha dois retratos de meio corpo na Bibliotheca Nacional de Lisboa, existente hoje no extincto convento de S. Francisco da cidade, e são os que pertenceram á casa da Divina Providencia dos Caetanos. Achavam-se na collecção dos retratos dos escriptores portuguezes, que o nosso amigo o sr. Antonio da Silva Tullio, com o bom gosto que tem e zelo pelos auctores nacionaes, no tempo em que serviu de Bibliothecario Mór, durante a ausencia do sr. José da Silva Mendes Leal, então com a pasta de Ministro e Secretario do Estado da marinha e ultramar, teve a feliz lembrança de mandar restaurar, collocando-os em diversos sitios, e os dois referidos, um na sala de leitura das sciencias ecclesiasticas, e o outro no seu gabinete. Terminaremos esta noticia dando em nota tres artigos que lhe dizem respeito[1].

[1] A 18 d'este mez (novembro) falleceu em edade de 76 annos o padre D. Manuel Caetano de Sousa, Clerigo regular da Divina Providencia, do Conselho de Sua Magestade, Pro-Commissario Geral da bulla da Santa Cruzada n'estes reinos e senhorios de Portugal, e Censor da Academia Real da Historia Portugueza, e primeiro instrumento d'este eruditissimo congresso; bem conhecido em toda a Europa pela sua grande erudição e vastas noticias. As suas exequias (a que assistiu muita parte da nobreza da côrte

VII **D. Filippe de Sousa,** 5.º Capitão da guarda real alemã por carta de 2 de março de 1711, que já servia nos impedimentos de seu pae, por decreto de 7 de março de 1682 e por alvarás de 3 e de 2 de outubro de 1691 e 1693. Moço Fidalgo da casa d'El-Rei D. Affonso VI, com mil réis de moradia por mez e um alqueire de cevada por dia, por alvará de 26 de setembro de 1679, acrescentado por outro de 13 de maio de 1692 a Fidalgo Escudeiro da de El-Rei D. Pedro II com mais mil quatrocentos e oitenta réis da mesma moradia, para esta ser no total de dois mil quatrocentos e oitenta réis por mez. Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença pagos no Almoxarifado dos portos seccos, e os alvarás de Cavalleiro, da profissão, e a carta do habito se lhe expediram a 2 de maio de 1689. Commendador de Santa Maria de Belmonte e de S. Salvador de Infesta da mesma ordem, por alvarás de 12 do referido mez de maio de 1711 e cartas de 24 de junho d'esse anno. Em 7 de fevereiro de 1714, houve padrão de quatrocentos mil réis de tença effectiva por anno assentados em um dos almoxarifados ou casas de direitos reaes, em virtude da mercê feita em 4 de setembro de 1691 e padrão de 13 do dito mez e anno: tambem ao mesmo seu pae se deu a 2 de outubro do citado 1714, um alvará para que não se verificando n'este filho o officio de Capitão da guarda alemã, o tenha a pessoa que lhe succeder na casa e morgado; e em 15 de dezembro de 1702, outro de lembrança para que o mesmo aconteça com a tença dos quatrocentos mil réis; dando-se-lhe mais uma vida nas duas Commendas que ficam mencionadas. Alcaide Mór da Certã e de Ervededo. Deputado da Junta dos tres estados, que serviu oito annos e um mez, desde 8 de janeiro de 1710. Familiar de santo officio por carta de 28 de novembro de 1681. Por alvará de 2 de junho de 1711, teve quarenta mil réis por anno para um vestido assentado no almoxari-

e os religiosos mais graves das communidades) celebrou no dia seguinte a dos religiosos da Santissima Trindade, cantando a missa o R. P. M. Fr. João da Cruz, Presidente da provincia. Continuando esta auctorisadissima religião ainda hoje o seu affecto aos Clerigos regulares, que receberam no seu convento quando vieram para esta côrte. A communidade dos religiosos carmelitas concorreu tambem a cantar-lhe solemnemente um Nocturno de defuntos.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 25 de novembro de 1734, paginas 555.

A 30 do mez de janeiro fez a Academia Latina e Portugueza um obsequio funebre á memoria do padre D. Manuel Caetano de Sousa, Clerigo Regular da Divina Providencia, Pro-Commissario Geral da Bulla da Santa Cruzada, e sempre de saudosa memoria para todos os amantes da litteratura. Fez o seu elogio com toda a elegancia o Academico Filippe José da Gama, e foi o assumpto da Academia este problema: — Se perderam mais na morte d'este eruditissimo varão as sciencias ou a patria? — Defendeu a primeira parte o Academico Antonio Felix Mendes, e a segunda o Academico

fado da villa de Setubal, e com vencimento de 12 de março; e a 13 e 18 de agosto, tudo do ultimo referido anno, apostillas de vinte dois mil oitocentos e doze réis e de cem mil réis de juro. Foi-lhe mandado pagar, por alvará de 25 de maio de 1712, no almoxarifado da Azambuja, os seis moios e cinco alqueires de cevada de moradia do seu fôro que tinha na cevadaria, e por apostilla de 25 d'outubro de 1713 se lhe mudou o assentamento para o do pão. No exercicio do seu cargo acompanhou as senhoras Rainhas quando entraram n'este reino, e no da Junta dos tres estados prestou muitos serviços, assim como em outras occasiões, e tudo relata o alvará de 8 de fevereiro de 1713, que lhe faz mercê de uma vida mais nos bens da corôa. Administrador dos morgados de Calhariz, Monfalim, Fonte do Anjo e Santa Maria dos Olivaes. Nasceu n'esta cidade e freguezia de Nossa Senhora das Mercês, a 24 de junho de 1666; morreu em 12 de outubro de 1714. Casou a 15 de agosto de 1690 em vida de seu pae, ao qual se passou a 6 de janeiro de 1692 um alvará para obrigar os bens do morgado á restitituição do dote, para o que foi ouvido o outro filho D. João de Sousa, com D. Catharina de Menezes, que nasceu a 29 de fevereiro de 1677, e depois de viuva como tutora de seu filho teve alvará de administração pelo tempo de um anno, dado a 12 de outubro de 1717 da Commenda de S. Salvador de Infesta. Filha dos 1.os Marquezes de Alegrete Manuel Telles da Silva e D. Leonor Coutinho.

Tiveram filhos.

8 **D. Luiza Joanna Coutinho.** Dama da Rainha D. Maria Anna de Austria e Dama Camarista da Princeza do Brazil D. Marianna Victoria. Nasceu a 27 de maio de 1693 e casou[1] em 21 de fevereiro de 1730, com Rodrigo

José Colasso de Miranda. Houve muitas poesias latinas e portuguezas concernentes ao mesmo acto.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 10 de fevereiro de 1735, paginas 72.

A Rainha (D. Maria Anna de Austria) nossa senhora com a Princeza, o senhor Infante D. Pedro e a senhora Infante D. Francisca, que tambem foram a 7 (de agosto) á casa dos Clerigos Regulares da Divina Providencia, com a occasião da festa do glorioso S. Caetano, seu Patriarcha, o que El-Rei nosso senhor havia feito na vespera com o Principe, e os senhores Infantes D. Antonio e D. Manuel, passando depois a vêr a nova livraria d'aquella casa, onde se detiveram algum tempo; e vendo os retratos dos padres D. Rafael Bluteau e D. Manuel Caetano de Sousa, que estão collocados sobre a porta, honrou Sua Magestade muito a sua memoria, dizendo aos padres, *que tivera a sua religião uma perda irreparavel na morte d'estes dois grandes homens.*

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 11 de agosto de 1735, paginas 383.

[1] No mesmo dia (sabbado) se deu conta publica do casamento de Rodrigo Antonio

Antonio de Figueiredo de Alarcão, Gentil homem da camara do Infante D. Manuel, Commendador da ordem de Christo e senhor do morgado d'Otta, que morreu em fevereiro de 1762. —S. g.

8 **D. Helena de Portugal,** Dama Camarista da Princeza acima dita; tendo pelos seus serviços uma tença annual de quinhentos mil réis, assentada na alfandega do Porto, por padrão de 2 de março de 1732. Nasceu em 26 de abril de 1694, e morreu a 6 de maio de 1772. Casou a 17 de outubro de 1731[1] com José Antonio de Vasconcellos e Sousa, Trinchante da casa real, Commendador de Santo André de Orelhão na ordem de Christo e senhor do morgado de Linhares.— S. g.

8 **D. Leonor do Sacramento,** freira no mosteiro de Nossa Senhora da Esperança. Nasceu a 19 de março de 1696.

8 **D. Maria.** Nasceu a 25 de novembro de 1698 e morreu com um anno de edade.

de Figueiredo e Alarcão, senhor da Otta e Alcaide Mór da villa da Covilhã, com a senhora D. Luiza Joanna Coutinho, Dama da serenissima senhora Princeza do Brasil, e filha mais velha de D. Filippe de Sousa, Capitão que foi da guarda real alemã e senhor do Calhariz.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 26 de janeiro de 1730, paginas 32.

Receberam-se domingo, 21 de fevereiro, Rodrigo Antonio de Figueiredo e Alarcão, senhor da Otta e Alcaide Mór da Covilhã, com a senhora D. Luiza Joanna Coutinho, Dama da serenissima Princeza, e filha de D. Filippe de Sousa, que foi Capitão da guarda real alemã; sendo seus padrinhos o Conde de Valadares, Gentilhomem da camara de Sua Magestade, seu tio, e D. Vasco da Camara, seu cunhado, Gentilhomem da camara do senhor Infante D. Francisco, e madrinha a senhora Marqueza de Valença, tia materna da noiva.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 23 de fevereiro de 1730, paginas 64.

[1] A 17 do corrente (outubro) se celebraram os desposorios da senhora D. Helena de Portugal, com José Antonio de Vasconcellos e Sousa, fazendo a funcção de os receber o Grão Prior de Guimarães D. João de Sousa, tio da noiva, com assistencia de toda a nobreza da côrte, sendo madrinhas a senhora Marqueza de Valença, sua tia, e a senhora D. Luiza Joanna Coutinho, sua irmã, e padrinhos o Conde da Calheta e Simão de Vasconcellos e Sousa, primos do noivo.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 25 de outubro de 1731, paginas 344.

Na Gazeta de 11 d'esse mez e anno, a paginas 328, se acha o seguinte:

O logar de Dama Camarista da senhora Princeza, que occupava a senhora D. Helena de Portugal, se deu á senhora D. Marianna de Lencastro, filha de João de Saldanha da Gama, Vice-rei da India.

8 **D. Francisco de Sousa**, 6.º Capitão da guarda real alemã, por alvará de 13 de novembro de 1714 e carta de 31 de dezembro de 1737, Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. João V acrescentado a Fidalgo Escudeiro, com a moradia total de dois mil quatrocentos e oitenta reis, pelos alvarás de 14 de dezembro de 1707 e de 9 d'esse mez de 1720. Cavalleiro da ordem de Christo, sendo dispensado no impedimento da menoridade que tinha de quinze annos, para ser habilitado pela Meza da Consciencia e Ordens para receber o habito, em 15 de novembro de 1715; expedindo-se-lhe a 13 e 15 do seguinte mez de dezembro o alvará de Cavalleiro e a carta do habito, e a 14 de março de 1718, o alvará para professar no convento de Nossa Senhora da Luz. Commendador de S. Salvador de Infesta, a titulo da qual houve a mencionada dispensa, e de Santa Maria de Belmonte, por alvarás de lembrança de 21 de outubro de 1715 e de 29 de janeiro de 1718, e cartas de 17 de maio d'esse anno. Alcaide Mór da Certã e do Pedrogão. Familiar do santo officio por carta de 20 de outubro de 1717. Em quanto não entrou na posse do officio de Capitão da guarda, se passou em 27 de outubro de 1714, alvará de serventia a Antonio Telles da Silva seu tio. Teve: a tença de quatrocentos mil réis com antiguidade de 9 de março d'esse anno, e por padrão de 6 de outubro de 1718, assentado no almoxarifado da casa das carnes de Lisboa, conforme as verbas de 21 e 29 de março de 1719: os vinte dois mil e oitocentos e doze réis e os cem mil réis de juro, por verbas de 8 de fevereiro e apostillas de 16 de maio de 1715. Em 21 de maio de 1718 e em 24 de fevereiro e 25 de abril de 1728 se lhe passaram tres alvarás: de uma vida mais nos bens da corôa em que a não tivesse: de mercê da moradia de seis moios e cinco alqueires de cevada com o seu officio; e da vestiaria dos quarenta mil réis por anno. Administrador dos morgados do Calhariz, Monfalim, Fonte do Anjo e Santa Maria dos Olivaes. Padroeiro das egrejas de S. João da Vieira e Sampaio de Eyrandea no arcebispado de Braga. Dotado de grande capacidade, sabendo muito bem a historia e excellentemente a geographia, foi pela Academia Real de Historia Portugueza admittido em 3 de janeiro de 1726 para seu collega, e encarregado de escrever as Memorias historicas dos Reis D. Pedro e D. Fernando, primeiros do nome. Nasceu a 25 de fevereiro de 1700 e falleceu em 14 de novembro de 1729[1];

[1] A 14 (de novembro) falleceu n'esta cidade D. Francisco de Sousa, senhor da casa de Calhariz, Commendador de S. Salvador de Infesta e de Santa Maria de Belmonte na ordem de Christo, Capitão da guarda alemã de archeiros de Sua Magestade, Alcaide Mór da villa da Certã, e Academico numerario da Academia Real de Historia. Cavalheiro de grandes virtudes, em edade de 29 annos, 9 mezes e 20 dias; havendo nascido em 25 de fevereiro de 1700. Foi sepultado na egreja de S. Francisco de Xabregas de

tendo n'esse mesmo anno acompanhado com grande luzimento a Sua Magestade na jornada que fez ao Alemtejo. Foi sepultado na capella da casa na egreja do convento de S. Francisco de Xabregas. O Conde da Ericeira recitou o seu elogio na Academia. D. Antonio Caetano de Sousa, trata d'elle com muito louvor na *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, tom. X, pag. 830, e da mesma maneira Diogo Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, tom. II, pag. 266.

8 **D. Marianna Joaquina de Mendoça.** Nasceu a 30 de junho de 1701 e foi baptisada na egreja do Sacramento. Casou na da Encarnação a 28 de outubro de 1731 [1] com D. Antonio José de Mello. — C. g.

8 **D. Violante Henriques.** Freira no mosteiro do Sacramento, da ordem de S. Domingos, onde professou a 22 de agosto de 1718, assistindo a Rainha e senhoras Infantas [2].

8 **D. Manuel de Sousa**, que continua.

8 **D. Luiz de Sousa.** Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. João V por alvará de 5 d'agosto de 1719, acrescentado a Fidalgo Escudeiro por outro de 12 de junho de 1734. Porcionista do collegio de S. Paulo, em Coimbra, e Abbade de Servães: largando esta vida seguiu a militar. Nasceu a 3 de outubro de 1704; e no dia 3 de julho de 1736 foi eleito pela Mesa da santa casa da Misericordia d'esta cidade, para Recebedor das esmolas,

Lisboa Oriental, na sua capella dos Santos Reis, onde se lhe fez officio solemne com assistencia de toda a nobreza da côrte.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 17 de novembro de 1729, paginas 370.

[1] No domingo se celebraram os desposorios de D. Antonio José de Mello, filho de D. Pedro José de Mello, Védor da casa da Rainha nossa senhora, com a senhora D. Marianna Joaquina de Portugal, filha de D. Filippe de Sousa, Capitão que foi da guarda real alemã, fazendo a funcção de os receber o Grão Prior de Guimarães D. João de Sousa, tio da noiva, e foram padrinhos D. Antonio Henriques, Védor da casa da Rainha nossa senhora, e o Armeiro Mór, e madrinhas a senhora D. Luiza Joanna Coutinho e a senhora D. Helena de Portugal, irmãs da noiva, com assistencia de toda a nobreza da côrte, que os acompanhou até á casa do noivo, onde houve um magnifico refresco.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 1 de novembro de 1731, paginas 350.

[2] Segunda feira foi a Rainha nossa senhora e as senhoras Infantes ao convento do Sacramento, assistir á profissão da senhora D. Violante Henriques, filha de D. Filippe de Sousa, Capitão da guarda alemã, e da senhora D. Catharina de Menezes, a qual lhe tinha prevenido uma magnifica merenda.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 25 de agosto de 1718, paginas 272.

como se vê a paginas 348 da Gazeta de Lisboa de quinta feira 19 d'esse mez e anno; e é a ultima noticia que temos d'elle.

8 **D. Anna Maria,** Freira no sobredito mosteiro do Sacramento. Nasceu a 17 de outubro de 1705.

8 **D. João de Sousa,** Moço Fidalgo da casa d'El-Rei D. João V, acrescentado a Fidalgo Escudeiro, por alvarás de 5 d'agosto de 1719 e de 12 de junho de 1732. Cavalleiro de Justiça, acceito n'esse grau por breve, de mercê, em 26 d'agosto de 1726, na sagrada religião de S. João Baptista do hospital de Jerusalem, tendo precedido o competente processo das provanças da sua pessoa, que foi approvado a 23 de junho d'esse anno e existe nas Habilitações da ordem de Malta, no Archivo da Torre do Tombo, lettra J, maço 3, num. 8. Recebedor da mesma religião n'este reino; Balio, e Logar-Tenente pelo serenissimo senhor Infante D. Pedro, da grão priorado do Crato[1]. Nasceu em Lisboa a 13 de março de 1719 e em 23 do seguinte mez de maio foi baptisado na freguezia das Mercês.

VIII **D. Manuel de Sousa,** 7.º Capitão da guarda real alemã por carta de 9 de junho de 1732. Moço Fidalgo da casa d'El-Rei D. João V por alvará de 5 de agosto de 1719, acrescentado a Fidalgo Escudeiro por outro de 21 de maio de 1734. Commendador de S. Salvador de Infesta e de Santa Maria de Belmonte[2]; Alcaide Mór da Certã e de Ervededo; Deputado da

[1] Na Gazeta de Lisboa Occidental, de quinta feira 25 de janeiro de 1731, a paginas 32 encontramos o seguinte artigo a seu respeito:

Na terça feira (d'esta semana) apresentou a Sua Magestade os falcões, em nome do Grão Mestre de Malta, D. João de Sousa, Cavalleiro da mesma ordem, filho de D. Filippe de Sousa, Capitão que foi da guarda real alemã; conduziu-o á presença de Sua Magestade D. Lopo de Almeida, Balio da Vera Cruz e Védor da casa da Princeza nossa senhora; e o Monteiro Mór os recebeu na fórma costumada.

[2] A D. Manuel da Sousa, fez (El-Rei nosso senhor) a mercê de Capitão da guarda real alemã e das Commendas de S. Salvador de Infesta e de Santa Maria de Belmonte, que vagaram por morte de seu irmão D. Francisco de Sousa.

Gazeta de Lisbaa Occidental, quinta feira 13 de março de 1732, paginas 88.

Em casa de D. Manuel de Sousa, Capitão da companhia alemã da guarda real, se fez a semana passada um furto de duas flores de diamantes brilhantes com algumas folhas de esmalte, e em uma d'ellas um pingente engastado sem costas, muito limpo, e da primeira agua; como tambem uma gargantilha de diamantes brilhantes, com uma quadrilha que serve de prisão, com quatro diamantes unidos, e cada uma das pontas acaba como em figura de amendoa. O maior diamante, que é o do meio, pesará 17 ou

Junta dos tres estados; Familiar do santo officio por carta de 1 de julho de 1732; Escrivão da Mesa da santa casa da Misericordia d'esta cidade para o presente anno, por eleição feita a 3 de julho de 1736 (Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 19 d'esse mez e anno). A 29 do dito mez de julho de 1732, se lhe passaram dois alvarás, um de vestiaria, de quarenta mil réis annuaes, e outro dos seis moios e cinco alqueires de cevada de moradia: e o padrão de oitocentos mil réis de tença cada anno. A 15 de setembro e 14 d'outubro de 1733 lhe foram postas verbas e apostillas aos vinte e dois mil oitocentos e doze réis, e aos cem mil réis, de juros, assentados na alfandega de Setubal. Aos 16 de novembro de 1736, houve uma provisão para trasladar todos os titulos da sua casa por Tabellião. Succedeu a seu irmão, D. Francisco de Sousa, na administração dos morgados do Calhariz, Monfalim, Fonte do Anjo [1] e Santa Maria dos Olivaes, e nos mais bens da corôa e ordens que ficam referidos, e antes foi Porcionista do collegio real de S. Paulo de Coimbra e Arcediago de Guimarães. Nasceu n'esta cidade a 21 de julho de 1703, e morreu preso do estado no forte da Junqueira, onde foi encerrado por suspeito de connivencia no attentado da noite de 4 de setembro de 1758, expirando d'ahi a poucos mezes da gangrena das feridas que os ferros lhe fizeram nas pernas: seu bisneto D. Sebastião Antonio da Camara Maldonado, affirma que fallecera na torre de Belem e que fôra sepultado no mosteiro de Santa Maria d'esse mesmo logar com os grilhões que ainda conservava em 1831. Casou na côrte de Vienna de Austria, a 4 de agosto de 1735 [2], com a

18 grãos, e as tres peças valerão dez mil cruzados pouco mais ou menos. Avisa-se ao publico para que as não compre, e sabendo onde estão as faça restituir.

Gazeta de Lisboa, terça feira 23 de maio de 1747, paginas 412.

[1] Ao morgado que administrava chamado dos Anjos, pertencia o uso honorifico da capella mór da mesma freguezia d'esta cidade, e um jazigo que comprara D. Maria de Tavora ao Juiz e irmãos da irmandade do Santissimo, com obrigação de pagar por anno doze mil réis para a fabrica da referida capella e quatro mil réis para se repartir pelos pobres da dita freguezia: e como do jazigo não precisava, por quanto todos os seus ascendentes se tinham mandado enterrar no que a casa tem, além de outros, na capella dos Reis no convento de S. Francisco de Xabregas, extramuros d'esta cidade; e elle possuia umas casas ao Forno do Tijolo avaliadas em dezenove mil cruzados, as subrogava pelo mencionado uso honorifico e jazigo, que vendia ao Sargento Mór de batalha Domingos Teixeira de Andrade (antepassado dos actuaes Condes de Linhares), por tres mil cruzados, ficando o mesmo comprador obrigado aos encargos sobreditos. Confirmado este contracto por consulta do Desembargo do paço resolvida por Sua Magestade em 14 de setembro de 1753, e se passou a provisão a 10 de dezembro d'esse anno, que está a folhas 225 v. do livro 84 da Chancellaria de El-Rei D. José, no Real Archivo da Torre do Tombo.

[2] Escreve-se de Vienna de Austria, que na segunda feira 1 de agosto se celebraram

Princeza Maria Leopoldina de Holstein Beck, que nasceu a 2 d'esse mez de 1717 e morreu a 7 de fevereiro de 1789, em Turim, para onde tinha ido de Portugal no anno de 1775: jaz na egreja parochial de Sanfré, com epitaphio [1]. Filha primogenita de Frederico Guilherme, Duque de Holstein, herdeiro da Noruega, General de batalha de infanteria ao serviço dos Estados Geraes, nomeado em abril de 1702. Nasceu a 4 de maio de 1682, e morreu das ferida que recebeu na batalha de Francavilla a 26 de junho de 1719: e da Duqueza Maria Antonia de Sanfré.

em casa do Conde de Tarouca, Ministro Plenipotenciario d'El-Rei nosso senhor n'aquella côrte, as escripturas do casamento de D. Manuel de Sousa, Capitão da guarda alemã de Sua Magestade, com a Princeza de Holstein, Marianna Leopoldina, filha primogenita de Frederico Wilhelmo, Duque de Holstein, que morreu em Sicilia a 26 de junho de 1719, quarto neto por varonia de Christiano III, Rei de Dinamarca, e da Duqueza Maria Antonia Josepha, filha do Conde de Sanfré, da casa de Isnarde; e porque a pessoa de D. Manuel de Sousa tem sido muito grata ao Imperador, quiz Sua Magestade Imperial authorisar este acto com a nova e especial mercê de mandar assistir ás ditas escripturas, e assignal-as em seu nome o Conde de Sinzendorff, seu primeiro Ministro de Estado, assistindo juntamente o Conde de Konigseck, seu Ministro de Conferencia e Vice-Presidente do Conselho de Guerra, em nome do mesmo Conselho, que é tutor da dita Princeza, que tambem as assignou com a noiva, e a Duqueza sua mãe, e com o noivo, e o Conde de Tarouca seu tio. Na noite immediata houve uma solemne assembléa em obsequio d'este noivado, em casa do Conde de Sinzendorff, que no dia seguinte deu tambem um esplendido banquete. A 4 de agosto pela manhã foram os noivos recebidos matrimonialmente pelo Nuncio Apostolico na sua capella, com assistencia das principaes pessoas da côrte; e passando a casa do Conde de Tarouca lhe deu este Ministro um sumptuosissimo banquete; e na mesma tarde sairam de Vienna para este reino, acompanhados do mesmo Conde até o logar da primeira posta: observando o estilo praticado de muitas pessoas de qualidade que sairam de Vienna no mesmo dia que se receberam.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 6 de outubro de 1735, paginas 480.

[1] — Nel coro — Hic — Feudali familiae Isnardi tumulo mortalia spolia quiescunt Comitissa Marianae Leopoldinae ex Principibus Holstein Bek Emanuelis de Sousa Siafredi Comitis Viduae augustae Taurinorum Fato extinctae VII idus februarii anno MDCCXXXIX aetatati's LXXII. Spolia itidem huc traslata Isabella Juliannae de Sousa Genevae vitae junctae IV idus aprilis an: MDCCXCIII. Alexandro de Souza nuptae Siafredi Comiti praedictae Marianae Leopoldina filio his additae ipsorum Natu maximi reliquiae qui vix in lucem editus Baptismate confesiu proptes necessitatem nuevitus sine praenomine defecit augustae Taurinorum V idus aprilis

an MDCCLXXX.

Conjunctim hic quiescunt excellent Emanuel de Souza Ejusquae conjux Angelina a Moriondo uterque Siafredi Diem supremum explentis alter XIII cal: jua an: MDCCCXXXII. altera XV cal. jul MDCCCXXII Tantorum nominum provipos, filius, frater, Consobrinus Dux Palmella Sinfredo transiens an: MDCCCXLV. In superstilis amoris et obsequii testimonium

Hunc lapidem posuit.

Tiveram filhos.

9 **D. Filippe João de Sousa**, 8.º Capitão da guarda real alemã por carta de 21 de maio de 1777. Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. João V por alvará de 2 de outubro de 1745, acrescentado a Fidalgo Escudeiro por outro de 20 de novembro do mesmo anno. Cavalleiro da ordem de Christo a titulo da Commenda de Santa Maria de Belmonte, expedindo-se em 26 de maio uma portaria do Visconde de Villa Nova da Cerveira, Ministro e Secretario de Estado dos negocios do reino, para a Mesa da Consciencia e Ordens proceder á competente habilitação, havendo por despacho da Rainha D. Maria I, dado no palacio da Ajuda em o immediato 27, dispensa para se fazerem n'esta cidade as provanças da sua pessoa, que foram approvadas a 9 de junho [1], residindo n'essa época na calçada do Combro, em casa de D. Antonio José de Mello Homem, e no mesmo dia se lhe passaram os alvarás para ser armado Cavalleiro e professar e a carta do habito. Commendador de Santa Maria de Belmonte e de S. Salvador de Infesta, por cartas d'esse mesmo dia. Alcaide Mór da Certã e de Ervededo, em que succedeu a seu pae, assim como em todos os já mencionados bens da corôa e ordens, pela referida carta de 26 de maio: assim houve os quarenta mil réis por anno para um vestido, por alvará de 10 de junho; a moradia de seis alqueires de cevada annuaes

Inscrizioni esistenti nella Chiesa Parrochiale di Sanfré.
A destra dell' altare:

ILL^MUS INFANS
EV NOBILI CONJUGIO DE SOUZA
PRIMUS FELICITER ORTUS
AVATUOR NATUS DIES
AD IMMORTALITEM EREPTUS
DULCITER HIC CUBAT
VI KAL: APRILIS MDCCLXXX

Ad sinistra dell altare:

D. O. M.
DD PETRO ET PAULO
ECCLESIAM HANC
IŌ BAP^TA ISNARDI DE CASTELLÓ
EPISCOPUS M. REGALIS
AC ORD: SS ANNUNCIATIONIS MAGNUS CANCELLARIUS
DIE 26 7^BRIS ANNO D. 1723.
DEDICABAT

[1] Vejam-se as Habilitações da ordem de Christo, no Archivo da Torre do Tombo, lettra F, maço 19, num. 1.

assentados no almoxarifado da Azambuja, desde o sobredito dia e por alvará da Rainha, de 28 de julho; a tença de oitocentos mil réis, e outra de quinhentos mil réis, ambas na alfandega do Porto, e esta foi de sua tia D. Helena de Portugal, que d'ella teve mercê por portaria de 18 de janeiro de 1734, de uma vida para por seu fallecimento ter effeito no irmão D. Manuel de Sousa; mas não acontecendo assim a teve este sobrinho por outra portaria, para pela já referida se fazer obra, não obstante o lapso occorrido de 4 de abril de 1773; passando-se-lhe alvará para se lhe verificar a vida em tempo aos 18 de setembro e apostilla da mesma data, tudo do anno de 1777, e com vencimento de 7 de maio de 1772, dia successivo ao da morte da mesma tia. Foi nomeado Governador e Capitão General do estado da India, que não chegou a exercer. Administrador dos morgados de Calhariz, Monfalim, Fonte do Anjo e Santa Maria dos Olivaes. Nasceu a 23 de junho de 1736[1], sendo baptisado na egreja de Nossa Senhora da Encarnação em 16 do seguinte julho, e falleceu em 1778.

Teve filha illegitima.

10 **D. Balbina Candida de Sousa.** Nasceu a 20 de janeiro de 1775, e entrou para Moça do coro no real mosteiro da Encarnação, das Commendadeiras de S. Bento de Aviz. Teve cento sessenta e seis mil seiscentos sessenta e seis réis de tença por anno, que era a terça parte da de quinhentos mil réis que a pedido de seu tio D. Frederico Guilherme de Sousa, a quem pertencia, ficou repartida por duas filhas suas com vencimento de 30 de agosto de 1790, e por esta sobrinha, a quem se passou padrão a 6 de julho de 1791, dia successivo ao da morte d'elle. Falleceu estando viuva de seu tio D. Alexandre de Sousa Holstein, com quem casou em 1 de fevereiro de 1796, e foi segunda mulher. — C. g.

9 **D. Frederico Guilherme de Sousa**, 9.º Capitão da guarda real alemã por carta de 30 de março de 1778. Do Conselho da Rainha D. Maria I, por outra de 18 do mesmo mez e anno. Moço Fidalgo da casa d'El-Rei D. João V por alvará de 2 de outubro de 1745, acrescentado a Fidalgo Escudeiro

[1] Em 23 do mez passado (junho) deu á luz um filho varão a senhora Princeza de Holstein Beck, mulher de D. Manuel de Sousa, Capitão da guarda alemã de Sua Magestade, que foi bautisado no oratorio da sua casa com o nome de D. Filippe, por seu tio Dom Prior de Guimarães, em 16 do corrente, sendo seu padrinho o Conde de Tarouca João Gomes da Silva, e madrinha a senhora Princeza de Holstein Beck, sua avó.
Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 26 de julho de 1736, paginas 360.

pelo de 20 de novembro d'esse anno. Cavalleiro da ordem de Christo, baixando á Mesa da Consciencia e Ordens um decreto da mencionada Rainha, dado no palacio d'Ajuda a 28 de março de 1778, em que, por estar proximo a partir para o estado da India que vae governar, o ha por habilitado para receber o habito da mesma ordem no convento de Nossa Senhora da Luz, dispensando-o de todas as diligencias; o qual foi pelo dito tribunal mandado cumprir em 1 de abril[1], expedindo-se-lhe n'esse dia os alvarás de Cavalleiro e da profissão e a carta do habito. Commendador de Santa Maria de Belmonte e de S. Salvador de Infesta por alvará de 16 de junho e carta de 6 de dezembro, tambem de 1778. Alcaide Mór da Certã e de Ervededo. Governador e Capitão General do estado da India, nomeado por carta-patente de 18 de março do mesmo anno: chegou a Goa aos 22 de maio de 1779; tomou posse das mãos do seu antecessor, com todas as solemnidades em uso, a 26 do mesmo mez na capella mór da egreja dos Reis Magos, presentes os Conselheiros do Estado, Desembargadores da Relação, Senado, Cabido, Auctoridades, Prelados de religiões e outras differentes pessoas: governou até 3 de novembro de 1786[2], em que deu posse ao seu successor e

[1] Habilitações da ordem de Christo, no Real Archivo da Torre do Tombo, lettra F, maço 25, num. 4.

[2] A Gazeta de Lisboa de terça feira 1 de novembro de 1785, no artigo de Lisboa, diz o seguinte: «Por um navio vindo ultimamente da India se recebeu a relação da solemnidade com que o Governador e Capitão General e o Marechal commandante do exercito, com o arcebispo de Goa, procuraram desaggravar a Divina Magestade d'um horrendo desacato commettido em uma aldêa dos dominios de Sua Magestade n'aquella região. Se porá no segundo *supplemento*.

Com effeito n'elle, que é de sabbado 5 d'esse mez e anno, se publicou e é a seguinte:

«*Relação do horrendo desacato commettido em uma aldêa dos dominios* indianos *de S. M.. e da solemnidade com que se procurou desaggravar a Divina Magestade.* — A adoravel Providencia do Altissimo, que, por meios que não alcança a limitada sabedoria humana, manifesta o seu immenso poder, dispondo entre os mesmos opprobrios maiores cultos, permittiu que na aldêa d'*Assolna* da provincia de *Salsete*, no estado da *India Portugueza*, o sacrilego *Paulo Antonio Braz*, de edade de 29 annos, filho d'*Alvaro Braz* e d'*Esperança Pereira*, natural da mesma aldêa, e que tinha sido estudante, se atrevesse a arrombar a porta da egreja da sua freguezia, pela uma hora da tarde do dia 8 d'outubro de 1784, e entrando n'ella a espedaçar, e espalhar pela egreja as Sagradas Particulas. No mesmo dia este impio aggressor foi preso, e conservando-se sem fallar uma só palavra, arrombando a cadêa em que estava seguro, fugiu de noite a 13 do dito mez. Foi seguido com o maior disvelo, e preso segunda vez a 10 de novembro, remettendo-se immediatamente á cadêa da cidade de *Goa*, onde se julga acordou da mania que o tinha precipitado; por quanto, achando-se em estado de saude, quando se recolheu

se retirou para Portugal, tendo visitado antes d'isto as praças do Norte,

no segredo, se encontrou n'elle morto no dia 12 do mesmo mez de novembro, sem signal algum de outra violencia, que não fosse o verdadeiro conhecimento da sua culpa.

Sendo presente ao Governador e Capitão General do estado, D. *Frederico Guilherme de Sousa*, aquelle abominavel desacato, e o tragico fim do infeliz que o perpetrára, dispoz com o Arcebispo D. Fr. *Manuel de Santa Catharina*, que solemnemente se rendessem a Deus as graças no mesmo logar em que fôra offendida a sua Divina Magestade, para satisfação das obrigações dos *catholicos*, e confusão, conversão e exemplo de varios *gentios* e *mouros*, que habitam a sobredita provincia, determinando-se para esta funcção o dia 8 de dezembro.

A 6 d'este ultimo mez passou o Marechal Commandante do Exercito, *Francisco Antonio da Veiga Cabral* á aldêa de *Conculim*, meia legua distante d'*Assolna*, para onde mandou marchar um corpo de quatrocentos homens, commandados pelo Sargento Mór *Manuel Antonio Diniz d'Ayalla*, de cujo numero destinou cem granadeiros para fazerem a guarda da porta da egreja, e os trezentos fuzileiros para formar as alas em todo o gyro da procissão, que se achava assignalado e decentemente coberto pela devota diligencia dos moradores da freguezia, mandando postar quatro peças d'artilheria, com um destacamento de voluntarios reaes da legião de *Ponda*, defronte dos granadeiros para alternar as salvas com a mosqueteria.

Pelas 6 horas do dia 8 chegou o Governador e Capitão General á *Assolna*, e pelas 9 o Arcebispo; e dirigindo-se á egreja, que se achava coberta de damasco, com o Marechal, principaes Officiaes militares, Prelados das religiões, Ministros e Nobreza, se deu principio á festividade pelas 10 horas do dia.

Expoz-se primeiro o Santissimo Sacramento, e depois se cantou missa pelos padres da Congregação da Missão de *S. Vicente de Paulo*, a que assistiu o Arcebispo com pluvial, prégando com a sua costumada eloquencia o padre *José Mafei*, da mesma Congregação.

O Governador e Capitão General assistiu na capella mór no logar costumado; e concluida a festa da egreja, se principiou a da procissão, em que o Arcebispo levou o Santissimo Sacramento, assistido de dois conegos, e precedido de 90 sacerdotes com capas, e innumeraveis com sobrepeliz, levando todos velas acezas.

Na primeira vara do pallio pegou o Commendador D. *Frederico Guilherme de Sousa*, Governador e Capitão General do estado; e na segunda o Commendador *Francisco Antonio da Veiga Cabral*, Marechal e Commandante do Exercito: e nas outras quatro os cavalheiros *José Telles da Silva*, Brigadeiro d'infanteria, *Antonio d'Assa Castello-Branco* tambem Brigadeiro d'infanteria, *Feliciano Ramos Nobre Mourão*, Conselheiro do Ultramar e Secretario do Estado, e *Gostavo Adolpho de Chermont*, Coronel d'artilheria, guarnecendo o pallio com tochas seis Cavalheiros, todos com o manto da ordem de Christo.

Quando o pallio saiu da egreja, fizeram salva de fuzilaria os cem granadeiros, que o acompanharam, e a artilheria salvou com 21 tiros; o mesmo se executou quando o pallio entrou no templo, e repetiu ao encerrar do Santissimo Sacramento.

Foram muitos os milhares de pessoas que concorreram, como lhes era possivel a adorar o Santissimo Sacramento na egreja e na procissão, dando os *christãos* provas da sua zelosa devoção, e os *gentios* e *mouros* do seu espanto e admiração.»

Surrate e Bombaim[1]. A *Nobiliarchia Goanna*, já por nós mencionada a paginas 368, transcreve a seguinte participação para os Presidentes dos Senados das Camaras d'esta cidade e da de Bardez: «Quarta feira, em «que se hão de contar 26 do corrente, pelas 3 horas da tarde, hade to«mar posse do Governo d'este Estado o illm. e excm. sr. D. Frederico «Guilherme de Sousa, e me ordena o illm. e excm. sr. Governador e «Capitão General que faça a v. s. este aviso para que no dia e hora re«ferida se ache com os Vereadores, e mais Officiaes do Senado da Ca«mara, no *Collegio dos Reis Magos* (sito na provincia de Bardez) para «assistir áquelle acto. Deos Guarde a v. s. Secretaria, 24 de maio de «1779. —Feliciano Ramos Nobre Mourão. —*Nota marginal*. D. Manuel «Antonio de Almeida. —O Doutor Joaquim José Mendes da Cunha.» (O primeiro Presidente do Senado de Goa, e o segundo Ouvidor da provincia de Bardez. —Liv. de Car. e Ord. fol. 90 v.) Segue um trecho do auto da posse (liv. das Posses, fol. 1). Copia do edital de 6 de julho do mesmo anno, por que manda abolir as Camaras de Salsete e Bardez, remettido no mesmo dia ao Senado da Camara das ilhas de Pangim (liv. de Car. e Ord. fol. 112 v.) Trechos dos avisos regios de 7 e de 10 de março de 1781, de 13 e de 28 tambem de março de 1783, em que se manda restabelecer novamente as mesmas Camaras, tendo elle sido ouvido no que concordou, respondendo em 18 do dito mez de 1782 — «o «meu parecer é que se devem conservar as Camaras Geraes e restabe«lecerem-se os Senados das Camaras de Bardez e Salsete, porque não ha «incompatibilidade nem repugnancia n'estas corporações, nem se segue «prejuizo, mas utilidade publica aos povos[2].» (Liv. das Monç. num. 161, fol. 1932-1947-1492; num. 165, fol. 932; num. 164, fol. 176; liv. de Car. e Ord. fol. 167.) Todo o referido vem por extenso na citada *Nobiliarchia*, de paginas 152 a 158, e n'ella consta que fôra seu successor Francisco da Cunha e Menezes, e que tomára posse do governo a 3 de

[1] Collecção dos fac-similes das assignaturas e rubricas dos Vice-reis e Governadores Geraes do estado da India, coordenada por determinação do illm. e excm. sr. Visconde de Ourem, Governador Geral do mesmo estado, por Filippe Neri Xavier, Official graduado, Chefe da 1.ª secção da secretaria do governo geral e Director da imprensa nacional, volume I, 4.º Nova Goa. Imprensa nacional, 1853.

[2] Esta opinião contra o proprio facto muito honra o Governador que a deu, porque informando-se melhor não quiz insistir no que havia feito, ligando-se aos que votavam contra o restabelecimento dos senados. Por esta occasião registaremos aqui um outro facto que muito honra a sua memoria, e tal é: —Tendo-lhe pedido uma pessoa que lhe era muito affecta, o governo de Damão, que estava vago, elle conciliou o interesse da pessoa empenhada, dando-lhe do seu bolsinho o equivalente do ordenado de tres annos, e o interesse do estado, provendo a vaga em pessoa competente. (Pagina 155 da citada obra)

novembro de 1786, como fica dito (liv. de Posses, fol. 9); e antecessor D. José Pedro da Camara. Foi recebido com breve de menoridade na ordem de Malta, e já o estava em 1755: Capitão de Mar e Guerra, tendo servido no regimento da armada, sendo n'elle Capitão em 3 de julho de 1753. Succedeu a seu irmão D. Filippe João de Sousa, em todos os mencionados bens da corôa e ordens, e nas seguintes mercês: dos quarenta mil réis por anno para um vestido; dos seis moios e cinco alqueires de cevada annuaes da moradia, com vencimento de 10 de abril de 1778; da tença de oitocentos mil réis em uma das alfandegas, que depois lhe foi mandada assentar na do Porto; da outra tença de quinhentos mil réis em um dos almoxarifados do reino; tudo pelos alvarás, portarias, decretos e padrões, passados: a 11 e 26 de março e a 27 de maio do dito anno de 1778; a 11 de março de 1780; a 2 d'esse mez de 1781; a 3 de setembro e 18 de outubro de 1785; e a 17 de março e 9 de julho de 1786. Administrador dos morgados do Calhariz, Monfalim, Fonte do Anjo e Santa Maria dos Olivaes. Nasceu em Lisboa a 2 de dezembro de 1737 e foi baptisado a 12 do mesmo mez e anno[1]. Achando-se doente requereu mais uma vida na tença annual e vitalicia que tinha de quinhentos mil réis para as duas filhas adiante ditas, e para a sobrinha D. Balbina Candida de Sousa, como já mencionámos, o que lhe foi deferido por despacho de 21 de junho de 1790, sendo pelas mesmas senhoras repartida em eguaes quantias, e com supervivencia de umas para outras, como adiante se verá. Falleceu a 25 de agosto d'esse mesmo anno[2], e foi sepultado no jazigo da casa em o convento de S. Francisco de Xabregas.

Teve filhos illegitimos.

10 D. **Manuel Guilherme Frederico de Sousa**, Cavalleiro da ordem do Merito, na Prussia. Coronel do regimento de cavallaria d'Evora, num. 5. Por alvará de 28 de outubro e carta de 18 de dezembro de 1804 lhe foi

[1] Na quinta feira (12 de dezembro) se fez o bautismo do segundo filho de D. Manuel de Sousa, Capitão da companhia da guarda real alemã de Sua Magestade, com o nome de Frederico; fazendo esta funcção D. João de Sousa, Grão Prior de Guimarães, e foram padrinhos o Marquez de Valença, seu tio, e madrinha a senhora D. Catharina de Menezes, sua avó.

Gazeta de Lisboa Occidental, quinta feira 19 de dezembro de 1737, paginas 612.

[2] D. Frederico Guilherme de Sousa, Capitão da guarda real e Governador que foi da India, falleceu aqui (Lisboa) a 25 do mez passado.

Segundo supplemento á Gazeta de Lisboa num. XXXV, sabbado 4 de setembro de 1790.

dada, em remuneração dos seus serviços, a capella instituida por Catharina da Serra e seu marido Pedro Marques, que se achava vaga pelo fallecimento do Desembargador do paço, José Joaquim Vieira Godinho. Fez parte da legião de tropas portuguezas que foi para França no anno de 1808, e não voltou mais á patria. Nasceu em Setubal no anno de 1769, e morreu em Sanfré no Piemonte, a 20 de maio de 1832: lá foi sepultado na egreja parochial em o jazigo da familia com sua primeira mulher, como fica referido a paginas 461. Casou duas vezes: a primeira a 21 de abril de 1819, com Angela de Moriondo, sua sobrinha, nascida a 26 de maio de 1795 e fallecida a 7 de junho de 1822 — s. g.: filha de Julio Cesar, Conde Marenco de Moriondo, e da Condessa D. Isabel Alexandrina de Sousa Holstein, adiante mencionada; e a segunda a 20 de maio de 1828, com Josefa, dos Condes de Lucerna.

Teve filhos.

Da segunda mulher:

11 **D. Emma de Sousa.** Nasceu a 28 d'agosto de 1828, e casou duas vezes: a primeira com o Conde Clemente de Germagnavo, que morreu a 16 de abril de 1854; e a segunda por contracto de 11 de setembro de 1857, com o Conde Annibal Faussone de Germagnavo, Official da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro na Italia, Coronel Ajudante de Campo de Sua Alteza o Principe Eugenio de Carignan, Commandante General da guarda nacional do reino de Italia, e tinha antes servido nos granadeiros das guardas.

11 **D. Isabel de Sousa.** Nasceu em 25 de fevereiro de 1832, e morreu em 28 de novembro de 1835.

11 **D. Julia de Sousa.** Nasceu, como sua irmã, em 25 de fevereiro de 1832; tambem fallecida.

10 **D. Isabel Alexandrina de Sousa Holstein.** Nasceu em Setubal em 1772, e de tres annos de edade foi para Turim com sua avó. Morreu em Brá a 19 de abril de 1852, tendo casado em 26 de novembro de 1789 com Julio Cesar, Conde Marenco de Moriondo, nascido em Nizza a 7 de dezembro de 1764, e fallecido em Turim a 20 de abril de 1841: filho do Conde Marenco de Moriondo, Antonio, que nasceu a 27 de julho de 1723, e falleceu a 18 de maio de 1774, e de Dannyella Helena Rosalia Falletti, com quem se recebeu a 9 de agosto de 1761.

Tiveram filhos.

11 **Alexandre de Moriondo.** Nasceu a 10 de janeiro de 1791, e morreu em 21 de abril de 1800.

11 **Manuel de Moriondo.** Nasceu a 11 de maio de 1792, e falleceu em 1812.

11 **Marianna Rosalia de Moriondo.** Nasceu a 7 de abril e morreu a 19 de agosto de 1793.

11 **Augusto de Moriondo.** Nasceu em 22 de abril de 1794, e morreu em 29 de outubro de 1861; tendo casado em 24 d'abril de 1843 com Camilla Coconito de Montiglio, nascida a 11 de agosto de 1811: irmã do Marquez Ernesto Coconito de Montiglio, Commendador da ordem de Danebrog de Dinamarca, Cavalleiro das de S. Mauricio e S. Lazaro e da de Saboya, da Legião de Honra em França, e da Aguia da Prussia, condecorado com a medalha do valor militar. Major de cavallaria do exercito e Official de ordenança do Rey.

Tiveram filhos.

12 **Julio Cesar de Moriondo.** Nasceu a 20 de março de 1847.

12 **Henriqueta de Moriondo.** Nasceu a 10 de setembro de 1849.

12 **Constança de Moriondo.** Nasceu a 10 de maio de 1852.

11 **Angela de Moriondo.** Nasceu a 26 de maio de 1795, e foi primeira mulher de seu tio D. Manuel Guilherme Frederico de Sousa: como fica referido.

11 **Maria Gabriella de Moriondo.** Nasceu a 26 de abril e morreu a 30 de junho de 1796.

11 **Carolina de Moriondo.** Nasceu a 30 de dezembro de 1797, e falleceu a 19 de março de 1861, tendo casado em 23 de agosto de 1819 com José Gastaldi.

11 **Jacintha de Moriondo.** Nasceu a 11 de setembro de 1779.

11 **Clara Catharina de Moriondo.** Nasceu a 4 de agosto de 1801 e morreu em 22 do mesmo mez de 1802.

11 **Maria de Moriondo.** Nasceu a 16 de março de 1802 e é fallecida.

11 **Luiza Isabel de Moriondo.** Nasceu a 27 de janeiro de 1803 e morreu em 16 de abril de 1863; havendo casado a 27 de agosto de 1823. com Carlos, Barão Sobrero, nascido em 1794, Commendador de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, da Legião de Honra em França, da Espada na Suecia, e de S. Estanislau na Russia. Tenente General de artilheria. Membro da Academia das sciencias militares na Suecia, e encarregado da Presidencia de uma missão scientifica a esse reino. Foi alumno da escóla polytechnica de Paris, começando a sua carreira militar nos exercitos do 1.º Imperador dos francezes Napoleão Bonaparte. Professor de Sua Magestade o Rei de Italia Victor Manuel e de Sua Alteza o fallecido Duque de Genova.

Tiveram filhos.

12 **Alexandrina Sobrero.** Nasceu a 24 de julho de 1824 e morreu em 1825.

12 **Julia Sobrero.** Nasceu em 15 de setembro de 1825 e falleceu em 1826.

12 **Lourenço Sobrero.** Condecorado com a medalha do valor militar e Tenente Coronel de artilheria. Nasceu a 16 de julho de 1827, e casou em 27 de abril de 1861 com Victoria Colonna, dos Principes de Castigliano.

Tem filhos.

13 **Humberto Sobrero.** Nasceu a 23 de setembro de 1862.

13 **Victoria Luiza.** Nasceu em 1 do mesmo mez de 1863.

12 **Josefina Sobrero.** Nasceu a 7 de abril de 1829, e casou a 24 d'esse mez de 1854 com José Menocchio.

Tem filhos.

13 **Luiza Menocchio.** Nasceu a 3 de maio de 1857.

13 **Rafaella Menocchio.** Nasceu a 23 de outubro de 1858.

13 **Maria Menocchio.** Nasceu a 7 de setembro de 1861.

12 **Constança Sobrero.** Nasceu a 16 de junho de 1832.

12 **Eugenia Sobrero.** Falleceu em 1834.

12 **Octavia Sobrero.** Morreu em 1837.

12 **Eugenia Sobrero.** Nasceu a 3 de setembro de 1825, e casou em 28 de outubro de 1856 com João Rezzovico.

Tem filhos.

13 **Helena Rezzovico.** Nasceu a 25 de outubro de 1857.

13 **Eduardo Rezzovico.** Nasceu a 7 de setembro de 1859.

13 **Victoria Rezzovico.** Nasceu a 2 de dezembro de 1863.

12 **Fernando Sobrero,** Tenente de artilheria. Nasceu a 24 de julho de 1841.

12 **Carolina Sobrero.** Nasceu a 10 de outubro de 1842.

11 **Thereza de Moriondo.** Nasceu a 13 de abril de 1805.

11 **Frederico Alexandre de Moriondo.** Nasceu a 4 de dezembro de 1806 e morreu em 18 de maio de 1807.

11 **Christina Saveria de Moriondo.** Nasceu a 31 de dezembro de 1807 e falleceu em 4 de agosto de 1809.

11 **Guilherme de Moriondo,** Official da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, Cavalleiro da de Christo em Portugal, Juiz da relação de Turim. Nasceu a 31 de agosto de 1809, e casou em 11 de setembro de 1852 com Carolina Gabutti de Bestaguo, que nasceu a 2 de agosto de 1827, filha do Conde Carlos Gabutti de Bestaguo, Cavalleiro da Legião de Honra, condecorado com a cruz da mesma ordem pelo proprio Imperador Napoleão, depois da batalha de Austerlitz, na qual, servindo de Official de cavallaria no exercito francez, foi crivado de feridas; e de Camilla Asinari de Bernezzo, com quem se recebeu em 1821.

Tem filhos.

12 **Isabel de Moriondo.** Nasceu a 2 de junho de 1853.

12 **Cesaria de Moriondo.** Nasceu a 12 de setembro de 1854.

12 **Camillo de Moriondo;**

12 **Carlos de Moriondo;**

Nasceram a 11 e morreram, o primeiro a 15 e o segundo a 14 de janeiro de 1856.

12 **Camilla de Moriondo.** Nasceu a 23 de maio de 1857.

12 **Maria Luiza de Moriondo;**

12 **Conrado Mario de Moriondo;**

Nasceram a 31 de dezembro de 1858, e falleceram, aquella a 11 e este a 9 de janeiro de 1859.

12 **Francisco Manuel de Moriondo.** Nasceu a 24 de junho e morreu a 2 de julho de 1860.

12 **Henrique Carlos de Moriondo.** Nasceu a 1 de outubro de 1861.

12 **Carlos de Moriondo.** Nasceu a 15 de setembro de 1863 e falleceu a 26 de maio de 1864.

11 **Frederico de Moriondo,** Official reformado no exercito do Piemonte. Nasceu a 27 de fevereiro de 1815, e casou em 22 de maio de 1844 com Thereza Belli de Carpenea, que nasceu a 15 d'agosto de 1827.

Tem filhos.

12 **Isabel de Moriondo.** Nasceu a 26 de março de 1845.

12 **Cesarina de Moriondo.** Nasceu a 11 de dezembro de 1847.

12 **Ernesto de Moriondo.** Nasceu a 24 de outubro de 1849.

12 **Jacinta de Moriondo.** Nasceu a 25 de junho de 1852, e morreu em agosto de 1853.

12 **Luiza de Moriondo.** Nasceu a 15 de março de 1856.

12 **Emma de Moriondo.** Nasceu a 30 de maio de 1860.

12 **Francisca de Moriondo.** Nasceu a 23 de junho de 1862.

10 **D. Maria Guilhermina Frederica de Sousa Holstein,** Moça do coro no convento de Nossa Senhora da Encarnação das Commendadeiras da ordem de S. Bento de Aviz. Conjunctamente com sua irmã adiante dita e sua prima já referida, houve uma tença annual e vitalicia de cento sessenta e seis mil seiscentos sessenta e seis réis, que lhe pertenceu na repartição que seu pae fez da de quinhentos mil réis pelas mesmas tres senhoras, com supervivencia de umas para as outras, e vencimento de 30 de agosto de 1790, dia successivo ao do seu fallecimento, para o que houve licença por despacho de 21 de junho e portaria de 22 de julho d'esse anno, expedida por José de Seabra da Silva, Ministro e Secretario do Estado dos negocios do reino, e a ella se deu, em 10 de março de 1791, nova portaria de supplemento para se fazer obra pela que está acima referida, procedendo-se por despacho do Conselho da real fazenda de 26 do ultimo mez, ao padrão que se passou a 5 de julho e a 13 seguinte se puzeram as competentes verbas no anterior: e tudo do sobredito anno de 1791. Nasceu em Setubal a 18 de março de 1773, e falleceu a 9 de agosto de 1831, em Lisboa: foi sepultada no convento das Albertas. Casou a 4 d'outubro de 1824 com D. Miguel José da Camara Maldonado, que na occasião d'este matrimonio houve faculdade para poder hypothecar o rendimento do officio de Vêdor da Chancellaria, á segurança do dote e arrhas por decreto de 25 de janeiro e provisão de 15 de março de 1804; e tambem, por outro decreto de 10 e alvará de 17 de setembro d'esse anno, durante seis annos ao pagamento da quantia de oito mil cruzados. Moço Fidalgo da casa da Rainha D. Maria I, com mil e seiscentos réis de moradia por mez e alqueire de cevada por dia pelo alvará de 14 de junho de 1783, declarando-se depois, em uma apostilla de 11 de maio de 1784, ser a dita moradia de mil réis; e por alvará de 17 d'agosto de 1822, dado por El-Rei D. João VI, teve as honras do exercicio no paço. Vêdor da Chancellaria Mór da côrte e reino e Superintendente dos novos direitos, por alvarás de 22 de outubro e 25 de setembro de 1788, e cartas de 12 de maio e de 20 de outubro de 1806; ficando obrigado ás pensões que por esses officios até ahi se pagavam; e servindo tambem a administração gratuita do novo imposto do sello. Como era de menor edade quando morreu o pae, achou-se sob a tutella da mãe, á qual, em virtude do decreto de 16 de abril de 1789, se passaram alvarás a 18 e 19 de janeiro de 1790 para a nomeação de serventuarios, que foram Antonio José de

Moura, Cavalleiro Fidalgo da casa de Sua Magestade, e depois seu filho Jeronymo José Corrêa de Moura, ambos Escrivães da receita e despeza da mesma Chancellaria. Seu pae renunciou n'elle as duas tenças annuaes, uma de cento oitenta e cinco mil réis e outra de sessenta e oito mil réis, assentadas, aquella no almoxarifado da imposição do vinho de Lisboa, e esta no do Paço da Madeira, e as houve com vencimento de 1 de junho de 1788, na conformidade do alvará de 17 de abril de 1789, pondo-se as verbas e apostillas nos proprios padrões em 20 de março e 18 de abril de 1792; e em 16 de novembro de 1793 se lhe passou carta de privilegios de Desembargador. Nasceu a 12 de setembro de 1778, e foi baptisado a 7 de novembro d'esse anno na freguezia de Nossa Senhora dos Anjos, onde seus avós habitaram por tempo immemorial e n'ella deixaram um padrão do seu nome, que é a *travessa do Maldonado*. Falleceu a 17 de abril de 1825, e no dia seguinte se sepultou no convento de Santo Alberto, das religiosas carmelitas descalças, no jazigo da sua casa, que é defronte da capella de Nosso Senhor [1].

[1] Filho de:

D. Sebastião Maldonado, Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. João com mil réis de moradia e alqueire de cevada por dia, pelo alvará de 12 de maio de 1734, e por outro de 9 de outubro de 1748, que depois lhe foi dado com salva em 4 de fevereiro de 1751. acrescentado a Fidalgo Escudeiro com seiscentos réis mais na moradia, para a ter de mil e seiscentos réis. Védor da Chancellaria Mór da côrte e reino, com o ordenado de quinhentos mil réis por anno, assentado na folha da mesma Chancellaria, e vencimento de 11 de maio de 1782, anno em que a 18 de março se lhe expediu a carta de mercê, e os alvaras do ordenado e de seu assentamento a 30 de julho e a 16 de setembro de 1783. Superintendente dos novos direitos, que servirá conjunctamente com o acima referido, por outro alvará de 8 de junho do citado anno de 1782. Succedeu nos mencionados officios em virtude da mercê feita a seu pae em 3 de dezembro de 1764, da sentença do Juizo das justificações do reino de 6 de maio de 1765; e pela provisão de 20 de novembro de 1776; havendo vinte e oito annos que os servia com vigor e fielmente no impedimento do pae, por alvará a este passado em 27 de março de 1743. Teve tambem as tenças: de cento oitenta e cinco mil réis no almoxarifado da imposição dos vinhos de Lisboa, e de sessenta e oito mil réis no do Paço da madeira; nas quaes havia uma vida por mercê de El-Rei D. José, dada pela portaria de 1 de julho de 1765, expedida no paço de Nossa Senhora da Ajuda por Francisco Xavier de Mendoça Furtado, Ministro Secretario do Estado dos negocios do reino, por despacho do Conselho da Fazenda de 13 de agosto d'esse anno, e padrões de 23 de julho e de 7 de agosto de 1767. Familiar do santo officio por carta de 9 de novembro de 1749. Administrador do morgado e coutada da Vidigueira. Nasceu no anno de 1724, no qual a 3 de fevereiro foi baptisado na freguezia de Nossa Senhora dos Anjos, tendo por madrinha a senhora D. Thereza Chrysostoma Van Praet, casada com o senhor João Baptista Van Zeller, meus

Tiveram filhos.

11 **D. Sebastião Antonio Maldonado**, Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. João VI com mil réis de moradia por mez e alqueire de cevada por

bisavós, e irmã de sua avó materna D. Joanna Michaella Van Praet. Falleceu na referida freguezia, indo no dia 31 de maio de 1788 a sepultar no jazigo da casa em o convento de Santo Alberto. Casou por escriptura de dote e arrhas, lavrada aos 24 de outubro de 1775 por Francisco Xavier de Passos, Tabellião de notas n'esta cidade, e confirmada por carta de insinuação em 30 d'esse mesmo mez, com D. Isabel Lucia da Camara, com a qual se recebeu no seguinte dia na capella do Grillo, freguezia de S. Bartholomeu. Nasceu na de Santa Engracia onde foi baptisada aos 29 de novembro de 1758; e falleceu em 24 de outubro de 1823, sendo sepultada no dia 25 em Santo Alberto. Foi filha illegitima de D. Nuno José Casimiro da Camara, Conego da santa egreja Patriarchal, nascido a 4 de maio de 1722, filho de Luiz Gonçalves da Camara Coutinho e de D. Isabel de Mendoça, adiante mencionados na casa do Duque de Loulé, e de Catharina Ignacia, baptisada em 25 de novembro de 1731 na freguezia de S. Vicente Martyr, de Villa Franca de Xira, filha de Luiz da Costa e de Francisca Maria.

Neto de:

D. Miguel Maldonado, Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. João V, acrescentado a Fidalgo Escudeiro com mil e seiscentos réis de moradia por mez e alqueire de cevada por dia, pelos alvarás de 9 e de 10 de fevereiro de 1708. Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença, por carta de padrão de 14 de julho de 1719 e verba de 23 de janeiro de 1761, que accusa passar-se-lhe outra com salva: expedindo-se em 21 de dezembro de 1719 os alvarás para ser armado Cavalleiro e a carta de habito. Védor da Chancellaria Mór da côrte e reino por carta de 9 de novembro de 1714, havendo-se-lhe antes passado alvarás de mercê e para poder nomear serventuario, em 20 de setembro de 1707 e em 4 de junho de 1709, e alvará de 27 de outubro de 1714 de supplemento de edade para n'elle se encartar, para o que se fizeram as provanças da sua pessoa pelo tribunal do Desembargo do Paço, que foram approvadas a 17 d'esse dito mez e existem no Real Archivo da Torre do Tombo, no maço 10, lettra M, das habilitações de Bachareis e officios. Superintendente dos novos direitos, com oitenta mil réis de ordenado por anno, pelo alvará de 22 de maio de 1715; e por carta de 18 do seguinte setembro teve privilegios de Desembargador. Vencia annualmente quarenta mil réis, que desde 1574 eram dados aos Védores da Chancellaria para aluguer de casas, e pela *carestia* d'ellas não se achava uma sufficiente menos de duzentos mil réis, lhe forão dados de acrescentamento outros quarenta mil réis por alvará de 9 de junho de 1717: havia oito mil duzentos e oitenta réis annuaes com o mesmo officio, sendo seis mil réis de mantimento e dois mil duzentos e oitenta réis de vestiaria; duas escrevaninhas doiradas com seus canivetes e thezouras e com guarnições de retroz, e outra preta com sua thezoura, e um saco de solía que se dava para a ementa; e as escrevaninhas lhe haviam de ser pagas, as doiradas a mil e duzentos réis cada uma e a preta a quinhentos réis: tudo por alvará de 10 de agosto do mencionado anno. Por provizão de 1 de fevereiro de 1719 lhe foi concedido ter um official no expediente da Chancellaria Mór. Houve dois padrões de

dia, por decreto de 20 de março e alvará de 5 de novembro de 1821, com exercicio no paço por aviso do Mordomo Mór Marquez de Torres Novas, para em 1824 o ter na occasião da procissão do Corpo de Deus na Ajuda; Védor da Chancellaria Mór da côrte e

tença: um de sessenta e oito mil réis, no almoxarifado do Paço da Madeira, dado a 18 de junho e com antiguidade de 7 de agosto do já mencionado anno de 1719, que por se ter queimado na occasião do terremoto, lhe foi passado com salva em 24 de maio de 1759; e outro de cento oitenta e cincò mil réis no almoxarifado da imposição dos vinhos d'esta cidade, que n'elle renunciou seu tio D. Alvaro Maldonado a 22 de agosto de 1722, e se lhe expediu carta a 28 do immediato novembro. Mais teve, por alvará de 21 de setembro de 1729, trinta mil réis de propina cada anno para os paramentos de uma terceira casa das em que assiste para n'ella ter fechados os livros da Chancellaria. Em 7 de dezembro de 1734 se lhe passou uma provizão para poder mandar vir para esta côrte, para gasto da sua casa, o producto das suas rendas por inteiro; e em 8 de julho de 1735 teve alvará para levar assignaturas em todos os papeis que vão pela Chancellaria. Sua prima D. Angela Maria de Mello e Vasconcellos, renunciou n'elle o officio de Procurador dos pastores serranos da serra da Estrella e do Alemtejo, pelo que lhe foi dado por provizão de 18 de fevereiro de 1741; passando-se-lhe outra em 31 do proximo outubro, para o poder renunciar, o que elle fez em sua filha D. Michaella Catharina Maldonado, como adiante se dirá. Nasceu n'esta cidade na freguezia dos Anjos, onde foi baptisado a 19 de fevereiro de 1692, e falleceu em 28 de dezembro de 1764, sendo sepultado no convento de Santo Alberto. Casou duas vezes: a primeira com D. Joanna Gerarda de Mello, que com elle jaz, tendo fallecido aos 11 de janeiro de 1718, habitando na rua direita do Boi-Formoso; filha de Francisco Mexia de Magalhães e de D. Agostinha de Mello, irmã de sua avó D. Sebastianna Antonia de Mello; e a segunda com D. Margarida Josefa Michaella Jansen, recebendo-se na egreja de S. Vicente de Fóra a 19 de outubro de 1721; á qual para ajuda do seu dote lhe deu a avó materna dois contos cincoenta e oito mil e seiscentos réis em 31 d'esse mez e anno. Nasceu em a freguezia de Santa Maria Maior, onde foi baptisada, e morreu a 5 de abril de 1740, indo a enterrar em Santo Alberto. Filha de Henrique Jansen Moller, Cavalleiro da ordem de Christo em 1740, Desembargador da Relação do Porto, apozentado na Casa da Supplicação por alvará de 17 de janeiro de 1739, e Védor da Fazenda do Infante D. Manuel; e de D. Joanna Michaella Van Praet, com quem casou na ermida de Nossa Senhora do Monte do Carmo, freguezia da Misericordia de Bellas, a 22 de setembro de 1700, que foi baptisada na egreja de Nossa Senhora do Soccorro; e era irmã de Jacomo Van Praet, Familiar do Santo officio por carta de 22 d'abril de 1714: baptisado em julho de 1689. —S. g. De Antonio Van Praet, muito da estimação de El-Rei D. João V, o mais rico particular de Lisboa no seu tempo, vivendo no palacio que tinha na rua dos Odreiros, situada onde hoje está o segundo quarteirão da direita, indo para a praça do Commercio, na rua Aurea (vulgò dos Ourives do Oiro); possuidor da bem conhecida e grande quinta entre Odivellas e Povoa de Santo Adrião, denominada do —*Van Praet*. Familiar do santo officio por carta de 13 de outubro de 1717: baptisado a 17 de junho de 1693, e fallecido —c. g. a 6 de julho de 1749: jaz na egreja do extincto convento de S. Domingos d'esta cidade, na capella da Vera Cruz e Santo André (que está

reino e Superintendente dos novos direitos, com a presidencia do imposto do sello. D'estes officios lhe foi feita mercê por alvará de sobrevivencia concedido a seu pae em 29 de julho de 1816, e precedendo consulta do Conselho da fazenda de 19 d'agosto de 1815,

dentro da que fica defronte da do Santissimo, lado esquerdo, e tem porta para a Sachristia) da nação flamenga, em sepultura que comprou pela quantia de cento e cincoenta mil réis, por escriptura de 14 de outubro de 1691. De D. Thereza Chrysostoma Van Praet, baptisada na freguezia de S. Nicolau (assim como seus referidos irmãos) a 8 de fevereiro de 1696, e fallecida com testamento a 12 de setembro de 1747, nas Caldas da Rainha, onde jaz na ermida do Espirito Santo, freguezia de Nossa Senhora do Populo, no meio, ao pé da meza dos Terceiros. Comprou por um donativo de quarenta e dois contos de réis o officio de Contador Mór do reino e casa, na occasião em que tambem se venderam o de Provedor dos armazães e Secretario de guerra, que posto fossem de maior rendimento não eram de tanta honra; havendo d'elle mercê por decreto de 12 de maio de 1746, e logo a 26 d'esse mesmo mez um alvará para o administrar o filho mais velho, Lourenço Rodolpho Van Zeller, que o principiou a servir em 28 de junho do dito anno, e o fez quinze annos, até que extinguindo-se pela creação do Erario Regio o Tribunal dos Contos, acabou o mencionado officio e lhe foi dado em sua subrogação um padrão de juro de um conto seiscentos e oitenta mil réis por anno, hereditario e com dispensa na lei mental, assentado na alfandega d'esta cidade com vencimento de 29 de dezembro de 1761, por carta de 11 de outubro de 1763; o qual pela inversão que se lhe fez para inscripções, ficou reduzido a um conto duzentos e sessenta mil réis. Tinha casado em 26 de julho de 1716, em S. Nicolau, com João Baptista Van Zeller, seu parente, baptisado na mesma freguezia em 27 de maio de 1691 e fallecido a 31 de março de 1736, sendo sepultado na dita capella de Santo André: filho de Rolando Van Zeller, natural da Nimeguen, no ducado de Gueldres, provincia dos Paizes Baixos, qué nasceu no anno de 1642, e d'ahi, por durar ainda a perseguição dos calvinistas contra a sua familia, occasionada pela mudança da religião catholica que n'ella houve, em seguida a ter sido essa cidade tomada no anno de 1591 pelo Conde Mauricio, emigrou para Lille na companhia de seus paes, Rolando Van Zeller e Joanna Margarida Bowmans, nascida em Emmerick em 1617; tinham elles casado na mencionada cidade de Lille a 26 d'abril de 1641, e lá jazem na egreja de Santa Catharina, com epitaphios sobre as suas campas, por haverem fallecido: elle com 78 annos de edade, em 24 de março de 1688, e ella a 30 de dezembro de 1690. No anno de 1669 passou a Portugal, e n'este reino foi Ministro Residente do Rei da Prussia. Sua Magestade Catholica, D. Filippe V, como Soberano dos Paizes Baixos, lhe deu em 20 de janeiro de 1702 carta de brazão de armas e de restituição da nobreza «que haviam perdido por quere«rem antes largar a sua morada (Nimeguen) do que em qualquer coisa a religião ca«tholica e a fidelidade devida a seu princepe»: palavras do mesmo diploma, que é assignado pelo dito Monarcha, e que então tinham o valor que hoje não tem. A respeito d'esta mercê encontramos o seguinte: «L'an 1702. Le même jour (le 20 janvier) rehabilitation de Noblesse pour Roland van-Zeller au Pays de Gueldre.» — A paginas 2 da «Liste de titres de Noblesse, Chevalerie et autres marques d'Honneur, octroyées par le «Roy Philippe V. Examiné, enregistré, et approuvé. En conformité des placarts et or-

deferida por resolução de Sua Magestade de 12 de dezembro d'esse anno; comtudo n'elles não chegou a encartar-se, apesar de para esse effeito lhe ser passada em 11 de fevereiro de 1833 provisão de supplemento de edade na conformidade de despacho da Mesa

«donnances sur ce decretez, et nommement celui du 10 fevrier 1726, à peine de nul-«lité. —Chez Harrewyn a Brusselles avec aprobation et privilége.» El-Rei D. Pedro II, em 16 de outubro d'esse anno, lhe concedeu tambem outro brazão de armas, e ambos foram confirmados por El-Rei D. João V em 3 de julho de 1715. A 4 de novembro de 1701 tinha sido admittido cidadão (bourgeois) da referida cidade de Lille. Em 14 de maio de 1720 foi ouvido como testemunha na habilitação de D. Joanna Maria Van Zeller, para casar com Jorge Luiz Teixeira de Carvalho, Familiar do santo officio, e no seu depoimento declarou ser natural da cidade de Nimeguen, homem de negocio, morador na rua dos Escudeiros, freguezia de S. Nicolau, e ter 78 annos de edade; que conhecera João Van Zeller, e F. Beyer, bisavós da habilitanda, em casa de quem ia ouvir missa em creança, na mesma cidade de Nimeguen, e que o parentesco que com ella tinha era já fóra do quarto grau. Morreu em Lisboa com mais de 82 annos de edade, e foi sepultado na capella de Santo André, em a egreja do extincto convento de S. Domingos, tendo enviuvado n'esta capital de Joanna Maria Van Praet, natural de Anvers (Antuerpia), filha de João Baptista Van Praet, baptisada na sé d'essa cidade a 23 de maio de 1640 (que em 9 d'abril de 1690 foi padrinho, por procuração, de um seu neto Rodolfo José Van Zeller), e de Angela Looye, nascida em Bois-le-Ducq, e casados a 18 de novembro de 1664. Irmão de Jacome Van Praet (ambos filhos de Antonio Van Praet, baptisado a 5 de fevereiro de 1598, e de Joanna Fréres, recebidos a 4 do mesmo mez de 1624), que se estabeleceu em Lisboa em 1669, tratando-se com muita pompa; usando, para o que obteve licença, das armas da sua familia concedidas pelo Imperador Carlos V a Gil Van Praet, seu terceiro avô; e possuindo grande casa: tambem baptisado em Anvers, na freguezia de Nossa Senhora da Assumpção a 26 de janeiro de 1648, e fallecido n'esta cidade na parochia de S. Nicolau, com testamento feito a 28 de dezembro de 1717 e aberto a 9 do seguinte janeiro, sendo sepultado em S. Domingos; o qual, de D. Michaella da Silva, com quem casou na de Santa Marinha em 1 de março de 1686, baptisada na de S. João Baptista de Figueiró dos Vinhos, bispado de Coimbra, a 6 de outubro de 1670, e fallecida a 26 de setembro de 1746, que com elle está sepultada: houve os quatro filhos que deixámos já mencionados. Da familia Van Praet, existe ainda hoje um Julio Van Praet, Ministro da casa de Sua Magestade El-Rei dos belgas, Grão Cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, por decreto de 18 de novembro de 1865 publicado no Diario de Lisboa, num. 282, de quarta feira 13 de dezembro do mesmo anno.

Bisneto de:

D. Francisco Maldonado, Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. Pedro II, acrescentado a Fidalgo Escudeiro, com mil seiscentos réis de moradia por mez, e alqueire de cevada por dia, pelos alvarás de 7 e 8 de abril de 1687. Védor da Chancellaria Mór da côrte e reino, por outro alvará de 9 de junho do dito anno, e carta de 10 de março de 1688, tendo effeito esta mercê ainda em vida do pae, que para elle a requereu. Em 21

do Desembargo do Paço de 17 de julho de 1832. Em 1834 ficaram extinctos os mesmos officios, sendo elle o decimo e ultimo proprietario do de Vêdor da Chancellaria, que na sua familia andava havia mais de duzentos cincoenta e sete annos; e por decreto de 23

de fevereiro de 1697, se lhe passou alvará; dos oito mil duzentos e oitenta réis do mantimento e vestiaria, a razão de seis mil réis de um, e de dois mil duzentos e oitenta réis do outro, das escrevaninhas, e das mais propinas. Teve privilegios de Desembargador por carta de 23 de março de 1705, mandada dar pela Serenissima Rainha da Grã Bretanha D. Catharina: e houve uma tença de oitenta mil réis, sendo doze mil réis a titulo do habito de Christo. Foi baptisado a 14 de outubro de 1655, na freguezia de Nossa Senhora dos Anjos, e na mesma falleceu sendo já viuvo, a 8 de abril de 1707, indo a sepultar ao convento das Albertas. Casou com D. Serafina Isidora de Castro e Mello, filha herdeira de Luiz de Mesquita e Castro, Moço Fidalgo da casa real, Cavalleiro da ordem de Christo, senhor dos morgados de Panoyas, Ourique, Almodovar, Amoreiras, etc., e de D. Sebastiana Antonia de Mello.

Terceiro neto de:

D. Sebastião Maldonado, Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. João IV, acrescentado a Fidalgo Escudeiro como consta do seguinte mandado. Sete mil réis no Thesoureiro da casa a Sebastião Maldonado, filho do dito Miguel Maldonado, que lhe monta haver dos seus corregimentos de Fidalgo Escudeiro, a que foi acrescentado de Moço Fidalgo para ter mil seiscentos réis de moradia por mez com o dito fôro. Lisboa aos treze dias de dezembro de 1643. Pelo dito D. Miguel de Almeida. Rei. — Cavalleiro da ordem de Christo; expedindo-se: a 6 de fevereiro de 1650, os alvarás de Cavalleiro e da profissão e a carta do habito; e a 8 de julho d'esse anno, um padrão de duzentos cruzados de tença annual, imposto na fazenda do Conde de Figueiró, que depois por este ter fallecido em Castella houve em 4 de junho de 1655, uma appostilla para ser assentado nos quatrocentos mil réis, que o mesmo tinha no almoxarifado de Evora. Capitão Mór de Arronches, com o soldo que se declarasse, e pedindo elle o de capitão de cavallos, que erão dezeseis mil réis por mez lhe foi concedido — «não podendo valer-se d'este exemplo outro cabo, que haja de lhe succeder no governo da mesma praça; por ser filho de um pae tão honrado como foi D. Miguel» — desse cargo se lhe passou: carta patente a 23 de dezembro do referido anno de 1655: e do ordenado, alvará a 17 de fevereiro de 1657 e com salva outro a 22 de março do dito anno: e n'elle serviu nove annos, seis mezes, e quinze dias, do primeiro de janeiro de 1644 até 20 de outubro de 1660. Vêdor da Chancellaria Mór da côrte e reino por resolução de consulta da Mesa do Desembargo do Paço em 7 de janeiro de 1677. Superintendente dos novos direitos com o ordenado de oitenta mil réis por anno, por alvarás de 15 e 19 de fevereiro do ultimo referido anno. Teve privilegios de Desembargador por carta de 2 de março de 1693. Elle e os irmãos foram os primeiros da sua familia, que usaram do Dom, por sentença do Tribunal do Desembargo do Paço de 13 de dezembro de 1659. Achou-se no dia da acclamação de El-Rei D. João IV em o primeiro de dezembro de 1640, *portando-se de maneira que mereceu ser invejado*. Serviu depois em Capitão de infanteria; nos soccorros ás aldêas de Safara e Santo Aleixo; na batalha de Montijo, em que por suas proprias

de julho de 1846 teve uma pensão annual de duzentos setenta e cinco mil réis, equivalente ao ordenado do referido officio de Superintendente dos novos direitos, a qual depois ficou reduzida a cento trinta e sete mil e quinhentos réis, e para a haver por titulo

mãos matou alguns dos inimigos, utilisando-se, por se lhe haver quebrado a espada, de um chuço que n'ella achou, escapando cheio de feridas; e em 1650 embarcou no galeão Candelaria, da armada que a cargo do General Jorge de Mello saiu em auxilio da frota do Rio de Janeiro, quando n'esse anno pelejou com a do Parlamento de Inglaterra, que occupava a barra de Lisboa. Nasceu em 1662, sendo baptisado a 23 de janeiro d'esse mesmo anno na freguezia dos Anjos: e morreu em 26 de novembro de 1706: foi enterrado em Santo Alberto. Tinha casado com D. Violante Michaella Cortez, com quem se recebeu em 31 de outubro de 1647 na egreja da freguezia de Nossa Senhora dos Anjos; e n'ella foi sepultada, tendo fallecido com testamento aos 4, tambem do mez de outubro de 1717: era filha de João Rodrigues Cortez, e de Anna da Costa.

Quarto neto de:

Miguel Maldonado, Fidalgo Escudeiro, a que foi acrescentado de Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. Filippe II, com mil seiscentos réis de moradia por mez, e alqueire de cevada por dia, de que se lhe mandaram pagar sete mil réis no Thesouro da casa, que lhe montam haver dos seus corregimentos. Em Lisboa a 20 de julho de 1604. Pelo Conde de Linhares: e está no livro oitavo das Ementas, folhas 67; no Real Archivo da Torre do Tombo. Cavalleiro da ordem de Christo com trinta mil réis de tença, que seu pae n'elle renunciára; expedindo-se-lhe: em 23 de janeiro, o alvará para ser armado Cavalleiro na egreja de Nossa Senhora da Conceição d'esta cidade; e a carta para se lhe lançar o habito no convento de Thomar; em 24 de abril o padrão da tença; e em 27 de agosto verba para a haver na Chancellaria Mór; e tudo no anno de 1610: em 24 de maio de 1612, alvará para trazer habito de ouro: e em 22 de novembro de 1620, outro alvará para professar no mencionado convento. Escrivão da Chancellaria Mór da côrte, que seu pae n'elle nomeou em 23 de janeiro de 1617, usando da faculdade, que tinha para assim o fazer, dada em um alvará, que se passou a 1 de julho de 1580; e houve carta a 9 de novembro de 1641: começando o mesmo officio a ter denominação de *Vêdor* em 19 d'esse mez de 1663, como adiante fazemos vêr. No primeiro de fevereiro de 1619, teve por outro alvará o ordenado competente, os seis mil réis do mantimento; os dois mil duzentos oitenta e seis réis de vestiaria; as escrevaninhas e mais propinas. Foi juiz das obras da referida egreja de Nossa Senhora dos Anjos, *extra muros d'esta cidade;* como tinha sido Manuel Rodrigues Castello, Fidalgo da Casa, já defunto: para as mesmas obras se lançou finta nova por tempo de tres annos mais, precedendo informação do doutor Sebastião de Carvalho, Deputado da Mesa da Consciencia e Ordens; e que para se guardar o dinheiro, haja um cofre com tres chaves differentes: para o referido se expediram dois alvarás; um a 20 de março de 1620, o outro a 30 de julho de 1621; e n'este ultimo anno a 16 de fevereiro, houve um padrão de cento e dez mil réis de juro, que a sua viuva vendeu em 21 de agosto de 1651 a D. Sebastianna Chamorro. No primeiro de dezembro de 1640, achou-se com um montante nas mãos, rodeado de quatro filhos e de varios criados, obrando tantas finezas pela liberdade da patria e

de renda vitalicia. Nasceu a 26 de janeiro de 1810, e casou duas vezes: a primeira em 12 de março de 1830, com D. Maria Francisca Peronni, que nasceu a 2 de junho de 1811 e falleceu em 15 de agosto de 1855: filha de Vicente Peronni, Ajudante do Recebe-

restituição da corôa a El-Rei D. João IV, sendo não só liberal da sua fazenda na occasião da guerra, mas tambem da vida de seus filhos, mandando-os logo para as fronteiras do reino em defeza d'elle, ficando um morto na batalha do Montijo e dois feridos, indo um d'estes prisioneiro para Badajoz, onde falleceu sete mezes depois. Teve mercê de uma commenda effectiva de cento e cincoenta mil réis de rendimento em duas vidas, a qual não chegou a lograr por lhe faltar a vida. A 8 de abril de 1622, lhe foi passado um alvará para entregar na Torre do Tombo, ao Guarda Mór, Diogo de Castilho Coutinho, os livros da Chancellaria de El-Rei D. Filippe II. Morreu com testamento em 4 de maio de 1649, e sepultou-se em Santo Alberto. Casou a 8 de julho de 1612, com D. Magdalena Soares de Espeleta, que falleceu com testamento na mesma parochia a 9 de abril de 1661, e jaz com o marido. Pelos serviços d'elle houve de remuneração uma tença annual de setenta mil réis, tres moios de trigo por anno para tres filhas, um logar de freira em convento de Lisboa para outra, e a acção da commenda como mais largamente será dito; tudo por portaria de 9 de outubro de 1653, cartas de padrões de 12 de janeiro de 1654 e de 6 de maio de 1656, e alvará de 17 de fevereiro de 1657. Era natural de Aragão, filha de D. Francisco Soares de Espeleta, Cavalleiro de Monteza, Governador da Provincia de Sá Catarras na Nova Espanha, e de D. Francisco de Eguia e Vera.

Quinto neto de:

Gaspar Maldonado, Fidalgo da Casa de El-Rei D. João III, Escrivão da Chancellaria Mór da côrte, por carta feita em Lisboa por Francisco de Vargas aos 15 de setembro de 1577: vencia com este officio, o salario, prós e systemas que lhe pertenciam e oito mil duzentos sessenta e oito réis por anno, a saber, seis mil réis de mantimento e dois mil duzentos oitenta e seis réis para um vestido, e era obrigado a dar cem mil réis annualmente pagos aos quarteis, a quatro escrivães, que são tomados para registarem as cartas e mercês nos livros da Chancellaria. Cavalleiro da Ordem de Christo com trinta mil réis de tença por anno, com vencimento de 14 de janeiro de 1591, e se lhe passou em 10 de junho de 1592 carta de padrão; e a 6 de julho de 1609 uma appostilla de mudança de assentamento da mesma tença, para a haver desde 1 de janeiro de 1610 pela dita Chancellaria. Em 15 janeiro de 1582 se lhe expediu um alvará dado por El-Rei D. Filippe I, para entregar na Torre do Tombo ao Bacharel Jorge de Cabedo, do Desembargo de El-Rei e Desembargador da Casa da Supplicação, que servia de Guarda Mór, todos os livros de registos da Chancellaria, que serviram até ao fallecimento de El-Rei D. Henrique, *seu tio*, e no tempo dos Governadores d'este reino: e a 12 de maio do referido anno uma provisão para riscar d'ella as cartas de D. Antonio, Prior do Crato; *filho não legitimo do Infante D. Luiz*, *meu tio*. Mais a 9 de julho de 1601, lhe passou El-Rey D. Filippe II outro alvará para tambem se fazer a entrega da Chancellaria de El-Rei, seu pae, ao Guarda Mór da Torre do Tombo, Francisco de Andrade de Carvalho do seu Conselho, e Chanceller Mór do reino. A 18 de março de 1602, por se lhe esta-

dor da alfandega das sete casas, e de D. Maria Joanna Peronni, ambos genovezes. E a segunda em 5 de novembro de 1859, com D. Maria Leopoldina Galvão Mexia de Origny Crivas, que nasceu a 29 de junho de 1839, filha de Manuel Mauricio Crivas, Major do regimento de infanteria num. 14 do exercito libertador, e de D. Maria Barbara Mascarenhas Galvão Mexia de Origny.

rem devendo até ao anno de 1599 duzentos e dez mil réis, do que vencia annualmente com o officio, houve verba de pagamento de bens de proprios, que eram umas tercenas a Santos-o-Velho, o qual lhe foi feito em 22 de dezembro de 1601. Serviu mais de quarenta annos nas armadas; no cerco de Mazagão; no socorro de Oran; na expugnação de Penhon; e no tempo das alterações do reino. A 1 de junho de 1580 houve alvará dado pelos Governadores do reino, Arcebispo de Lisboa, D. João Mascarenhas, Francisco de Sá, e Diogo Lopes de Sousa, e que começa: *Nós os Governadores e defensores destes reinos e senhorios, etc.*, para por seu fallecimento ficar o mencionado officio ao filho, ou a quem casasse com a filha, com obrigação de dar dos cento e quarenta mil réis, que do rendimento d'elle pagava a algumas pessoas, quarenta mil réis cada anno a Fernão da Silva, Moço Fidalgo da Casa de El-Rei, seu filho e em sua vida. Por uma certidão passada pelo Escrivão d'ante os Juizes do civel d'esta cidade consta, que por verba do seu testamento approvado pelo Tabellião Vasco de Andrade, nomeára, como está referido, o officio no filho Miguel Maldonado, em 23 de janeiro de 1617. E de Luiza da Silva, com quem se recebeu na freguezia de Nossa Senhora do Loreto, como certifica o Cura, Diogo Fernandes; a qual tinha o mesmo officio por alvará de 7 de junho do mencionado anno de 1577, para a pessoa que com ella casasse; e era filha de Pedro Fernandes, Escrivão da Camara da Rainha D. Catharina, e depois da de El-Rei D. João III, por alvará de 5 de fevereiro de 1543, e Escrivão da Chancellaria Mór da côrte, por carta de 2 de janeiro de 1548. E de Martha Rodrigues da Silva.

Sexto neto de:

Fernão Maldonado, que serviu a El-Rei D. João III, e teve sentença contra a corôa dada no anno de 1534, pelo Doutor Antonio de Leão, Juiz d'ella, para usar do dom, o que só veiu a ter effeito em seus descendentes. E de D. Filippa Pires da Silva, filha de Pedro Gil de Ambrões, e de Catharina Gonçalves Moreira.

Setimo neto de:

João Maldonado, Védor do Infante D. Fernando, e Mestre Sala da Excellente Senhora D. Joanna e de D. Constança Arias, filha de Ayres Vellez de Guevara, que veiu de Castella com a mesma Senhora; e de D. Anna Alves de Almeida, irmã do Prior do Crato D. Diogo Fernandes de Almeida.

Oitavo neto de:

Alvaro Maldonado, Rico Homem de Castella, que passou a Portugal, com tres filhos, seguindo o partido da Excellente Senhora e de ElRei D. Affonso V; e todos se achaam na batalha de Touro. E de D. Marinha de Gusmão, que com elles tambem veiu.

Tem filhos.

Da primeira mulher:

12 **D. Miguel José Maldonado**, 1.º Sargento da guarda municipal de Lisboa, condecorado com a medalha de prata para distincção e premio concedido ao merito, philantropia e generosidade, por de-

Individuos da mesma familia de *Maldonado*, que não poderam ser collocados nos proprios logares onde deviam apparecer.

D. Sebastião Maldonado, paginas 474, teve filha:

D. Maria Isabel da Camara Maldonado; tinha uma pensão de quatrocentos mil réis por anno, imposta no rendimento dos officios de Védor da Chancellaria Mór da côrte e reino e de Superintendente dos novos direitos, com vencimento de 20 de março de 1800, por decreto d'esse dia e despacho da Junta dos tres estados de 5 de maio do dito anno e de 30 d'abril de 1804, e alvarás de 7 e de 15 de maio do mesmo anno. Nasceu na freguezia dos Anjos, onde foi baptisada a 21 de janeiro de 1777, e morreu em 21 de janeiro de 1845, tendo sido sepultada no cemiterio do Alto de S. João.

D. Miguel Maldonado, paginas 475, teve filhos:

1 D. Francisco José Maldonado, Moço Fidalgo da casa d'El-Rei D. João V, acrescentado a Fidalgo Escudeiro, por alvarás de 27 e 28 de maio de 1719. Morreu moço.

2 D. Anna Genoveva Casimira Maldonado. Falleceu em 1778 e em 29 de novembro sepultou-se no convento de Santo Alberto.

3 D. Michaella Catharina Maldonado. Em 2 de agosto de 1765, por despacho da Mesa do Desembargo do Paço de 15 de julho de 1763, se lhe passou provisão do officio de Procurador dos pastores serranos, que n'ella renunciára seu pae, como está dito a paginas 476, e para se verificar na pessoa com quem casasse. Morreu a 17 de março de 1785 e no dia 18 se enterrou no dito convento, no carneiro por baixo do altar de S. José.

Estes tres filhos o foram do primeiro matrimonio, e os que seguem do segundo.

4 D. Francisco Maldonado, baptisado em 15 de julho de 1722, assim como todos seus irmãos, na freguezia de Nossa Senhora dos Anjos, e sepultados no convento de Santo Alberto; afilhado de D. Michaella da Silva, viuva de Jacome Van Praet, sua bisavó, a qual em 30 de dezembro de 1723 lhe deu de presente um habito com diamantes. Morreu creança.

creto de 7 de agosto de 1866, publicado no Diario de Lisboa num. 210, de segunda feira 17 de setembro do mesmo anno. Nasceu em 20 de junho de 1831.

12 **D. Frederico Guilherme Maldonado.** Empregado nas obras publicas do districto de Beja. Nasceu a 24 de agosto de 1834.

5 D. Henrique Maldonado; baptisado em 27 de fevereiro de 1726, e fallecido em 23 de setembro de 1733.

6 D. Clara Maldonado. Nasceu a 15 de agosto e foi baptisada a 4 de setembro de 1728. Morreu solteira.

7 D. Magdalena Soares Maldonado. Baptisada a 15 de setembro de 1729. Teve por carta de padrão de 2 de maio de 1754, trinta e dois mil réis de juro annual, no Conselho Ultramarino, que comprou por oitocentos mil réis que foram entregues ao Thesoureiro José Miguel Licete, como se vê do conhecimento de 9 de dezembro de 1753, e para a despeza que se fez com os militares que foram para o Maranhão, e com o transporte dos casaes dos Açores para o Brazil; e por alvará de 14 de dezembro de 1795, cento e quarenta mil réis de pensão no rendimento das Commendas vagas.

8 D. Pedro Maldonado. Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. João V, acrescentado a Fidalgo Escudeiro com a referida moradia, por alvarás de 12 de maio de 1734 e de 9 de outubro de 1748, e por este se perder houve outro em 4 de fevereiro de 1751. Tenente Coronel do regimento de infanteria de Albuquerque, por decreto de 7 de maio de 1789, como se vê no segundo supplemento á Gazeta de Lisboa, num. VIII, de 21 de fevereiro do dito anno; e em 1762 o encontramos Capitão da mesma arma. Nasceu em 1731, sendo baptisado a 12 de novembro d'elle, e falleceu no dia 22 de abril de 1794.

9 D. Antonio Maldonado. Moço Fidalgo acrescentado a Fidalgo Escudeiro com a mesma moradia e em eguaes datas ás acima referidas de seu irmão. Conego da santa egreja patriarchal. Morreu em 28 de junho de 1782.

10 D. José Maldonado, Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. João V, acrescentado a Fidalgo Escudeiro e com a moradia mencionada, por alvarás de 2 de junho de 1740 e de 9 de outubro de 1748, e este com salva em 4 de fevereiro de 1751. Bacharel em canones pela universidade de Coimbra; leu no Desembargo do Paço, precedendo as habilitações do estilo que foram vistas e approvadas a 29 de dezembro de 1765 (Torre do Tombo, habilitações de Bachareis, lettra I, maço 25). Foi Juiz de Fóra de Evora, em 18 de janeiro de 1771. Provedor da comarca de Leiria, pela resolução de Sua Magestade de 30 de dezembro de 1777, em consulta do referido tribunal, e por carta de 30 de janeiro de 1778. Reconduzido no mesmo logar, com

12 **D. Maria Guilhermina Frederica Maldonado.** Nasceu a 27 de janeiro de 1837, e casou em 27 de fevereiro de 1858 com Francisco Augusto Maldonado de Sousa, Empregado na repartição das obras publicas.

12 **D. Isabel Lucia Maldonado.** Nasceu a 24 de maio de 1840.

o predicamento do primeiro banco, por decretos de 22 de julho e 10 de dezembro de 1781, e carta de 3 de junho de 1782; e fazendo n'elle o de Desembargador da Relação do Porto, sendo tambem dispensado da residencia por decreto de 26 de fevereiro e carta de 31 de março, tomando posse em 21 de abril, tudo do anno de 1789. Nasceu n'esta cidade em 1734, e foi baptisado a 7 de janeiro de 1735. Suppomos que falleceu em 1801, porque a 4 de novembro d'esse anno lhe foi nomeado por successor Joaquim Custodio Carneiro de Sá, e o Almanack de 1800 o dá ainda servindo o mencionado logar.

11 D. Maria. Baptisada a 5 de fevereiro de 1736. Morreu em 1740.

12 D. Fernando Maldonado. Baptisado na sé d'esta cidade a 12 d'agosto de 1738, sendo seu padrinho o senhor Lourenço Rodolpho Van Zeller, meu avô materno, primo coirmão de sua mãe. — Sem mais noticia.

Miguel Maldonado, paginas 480, teve filhos:

1 D. Gaspar Maldonado de Espeleta, Moço Fidalgo da casa d'El-Rei D. João IV, acrescentado a Fidalgo Escudeiro com mil e seiscentos réis de moradia por mez, como consta do mandado de 13 de dezembro de 1643, identico ao já mencionado a paginas 479. Commendador de Santa Maria da Nave da ordem de Christo, que vagou pelo fallecimento de Diogo de Tovar, por carta de 28 de abril de 1655, e em verificação da primeira das duas vidas, com que fôra dada a seu pae em 22 de fevereiro de 1647. Escrivão da Chancellaria Mór da côrte, passando-se-lhe alvará para usar do titulo de Védor, como era em tempo de El-Rei D. Diniz e dos Reis antigos, em 25 de junho e com salva a 19 de julho de 1663. Houve mercê do Dom por sentença do Desembargo do Paço de 13 de dezembro de 1659: foi um dos mais zelosos acclamadores d'El-Rei D. João IV em 1640. Casado com D. Marianna Josefa de Meirelles, que falleceu a 6 de agosto de 1680, e morreu degolado no Rocio de Lisboa aos 10 de maio de 1674, por ser envolto na conjuração que se formou contra o Principe D. Pedro, para restituir o governo a El-Rei D. Affonso VI. Era Fidalgo de grande erudição, muito visto na historia de Hespanha e insigne genealogico.

Tiveram filho.

D. João Maldonado, que pela mesma causa morreu com elle degolado no dito dia e praça.

12 **D. Sebastião Maria Maldonado.** Nasceu a 2 de setembro de 1841.

Da segunda:

12 **D. Alexandre Magno Maldonado.** Nasceu a 22 de julho de 1862.

Illegitimo:

12 **D. Gaspar Augusto Maldonado.** Nasceu a 4 de agosto de 1852.

2 Francisco Maldonado, Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. João IV, acrescentado a Fidalgo Escudeiro com mil e seiscentos réis de moradia por mez, como se vê de outro egual mandado do mesmo dia 13 de dezembro de 1643. Achou-se na acclamação do dito Monarcha, e na batalha de Montijo em que ficou prisioneiro, e sendo levado para Badajoz lá morreu sete mezes depois, das feridas que n'ella recebeu. Nasceu em Lisboa, e a 12 de janeiro de 1620 foi baptisado na freguezia dos Anjos.

3 Vicente Xavier Maldonado, Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. João IV, acrescentado a Fidalgo Escudeiro com mil e seiscentos réis de moradia por mez, com egual mandado de 13 de dezembro de 1643. Foi morto na batalha de Montijo.

4 D. Antonio Maldonado, Moço Fidalgo da casa do mesmo Rei, acrescentado a Fidalgo Escudeiro com mil e seis centos réis de moradia por mez. Cavalleiro da ordem de Christo, expedindo-se-lhe os alvarás de Cavalleiro, da profissão e a carta do habito a 8 de fevereiro de 1650. N'esse anno se lhe passou a 8 de julho padrão de duzentos cruzados annuaes, assentados na fazenda do Conde de Figueiró. Teve a Commenda de Santa Maria da Nave, por alvará de 28 de julho de 1675 e carta de 28 de março de 1676. Achou-se na acclamação de 1 de dezembro de 1640; houve tambem mercê do Dom na mesma occasião que a tiveram seus dois irmãos já ditos, e dois padrões um de quarenta mil réis de juro e outro de vinte mil réis de renda por carta de 18 de maio de 1658: foi Capitão de cavallos no Alemtejo. Nasceu n'esta cidade, e foi baptisada na egreja dos Anjos a 18 de outubro de 1628.

Teve filhos illegitimos:

1 D. Alvaro Maldonado. Teve em 2 de junho de 1691 um padrão de cento oitenta e cinco mil réis de tença na Commenda de Santa Maria da Nave, que fôra de seu pae, por estar servindo no regimento do Marquez de Marialva, e o renunciou em 28 d'agosto de 1722, em seu sobrinho D. Miguel Maldonado, como fica dito a paginas 476.

2 D. Magdalena da Conceição, freira em Villa Viçosa.

5 Manuel Maldonado, que falleceu creança.

6 D. Maria Maldonado }
7 D. Luiza Maldonado } Sem mais noticia.

11 D. **Maria José da Madre de Deus de Sousa Maldonado.** Nasceu a 30 de abril de 1811, e casou em 14 de outubro de 1832 com Diogo de Sales de Pina Manique Nogueira Mattos de Andrada, Moço Fidalgo com exercicio, que nasceu a 3 de abril de 1809, e falleceu em 23 de dezembro de 1864; jaz no cemiterio do Alto de S. João. Filho dos 1.os Viscondes e Barões de Manique do Intendente, Pedro Antonio de Pina Manique Nogueira Mattos de Andrada, do Conselho de Sua Magestade e do do ultramar, Commendador da ordem de

8 D. Antonia Maria Soares de Espeleta.

9 D. Francisca Joanna de Eguia.

10 D. Michaella Apollonia de Vera.

Estas tres ultimas tiveram pelo fallecimento da mãe a tença de setenta mil réis por anno, com sobrevivencia de umas para outras, por despacho de 15 de dezembro de 1661, e carregadas nas que vagaram na Chancellaria Mór pelas mortes de Miguel Maldonado, seu pae, e de Francisco do Prado de Brito, desde 9 de setembro de 1662, e por portaria de 1 de março e padrão de 2 de junho de 1663.

11 D. Catharina Thereza de Vera. Era tambem mencionada na mercê de sobrevivencia da tença feita a sua mãe, mas não chegou a verificar-se n'ella, talvez por estar já fallecida ou por se ter aproveitado do logar de freira que á mesma se havia dado para uma das filhas.

Gaspar Maldonado, paginas 481, teve filhos:

1 Francisco Maldonado. A seu respeito unicamente encontramos o seguinte, a folhas 67 do livro 8 das Ementas, no Archivo da Torre do Tombo: — Sete mil réis no dito Thesoureiro (da casa) a Francisco Maldonado, filho de Gaspar Maldonado, que lhe montam haver dos seus corregimentos de Fidalgo Escudeiro, a que foi acrescentado de Moço Fidalgo para ter mil e seiscentos réis de moradia por mez com o dito fôro. Em Lisboa a 20 de junho de 1604. Pelo Conde de Linhares.

2 Antonio Maldonado. Com outro egual documento no mesmo livro e folhas.

Illegitimo:

3 Fernão da Silva (havido em D. Maria da Silva, mulher de João Fernandes Pacheco; filha de D. Vasco de Eça e de sua primeira mulher D. Guiomar da Silva), Moço Fidalgo da casa de El-Rei; a quem o pae deixa uma pensão de quarenta mil réis por anno imposta no officio de Escrivão da Chancellaria, como em seu artigo dei-

Christo, Alcaide Mór de Portalegre, Deputado da Meza da Consciencia e Ordens, Desembargador do Porto, Escrivão das arrematações e tombo das Commendas das tres ordens militares; 5.º Administrador do morgado de S. Joaquim da villa de Coina, nascido a 20 de setembro de 1773, e fallecido a 5 de fevereiro de 1839; e D. Maria da Gloria da Cunha e Meneses, nascida no Brazil em a cidade de S. Paulo a 9 de janeiro de 1787, que morreu n'esta côrte a 7 de maio de 1858, e jaz no cemiterio do Alto de S. João. —Veja-se na *Resenha das Familias dos titulares do reino de Portugal, etc.*, impressa em 1838, o artigo do Visconde de Manique do Intendente.

xámos dito. Casou duas vezes: a primeira com D. Luiza Figueirôa, filha de Rodrigo Landrove e de Isabel Fernandes Figueirôa, com descendencia que logo se extinguiu; e a segunda com D. Maria de Brito, sua prima, filha de Antonio Pestana de Brito e de D. Isabel Maldonado, irmã de Gaspar Maldonado, referido a paginas 481. Além de outros,

Teve filho.

Antonio da Silva Maldonado. Casou com D. Maria Pestana, filha de Amaro Gonçalves e de Anna Pestana.

Tiveram filho.

Gaspar Maldonado da Silva, Moço Fidalgo da casa de El-Rei em 1659, Procurador ás côrtes de 1680, por Extremoz; eleito pela Camara d'essa villa em 1669, 1672 e 1676 para repartidor do cabeção por parte da nobreza. Serviu desde 17 de abril de 1651 até fim de janeiro de 1666, achando-se nas batalhas do Ameixial e das linhas de Elvas, nos soccorros a Olivença e Villa Viçosa, na avançada a Badajoz e na tomada de Valença de Alcantara, exercendo os postos de Capitão da ordenança e de auxiliares da dita villa, pelo que lhe foi dada uma tença de quarenta e oito mil réis por anno, e d'ella se lhe passou carta de padrão a 15 de julho de 1680. Casou com D. Guiomar de Seixas, sua prima, filha de Manuel Jorge de Seixas, Escrivão da Camara de Extremoz, que n'esse emprego muito serviu, com especialidade nos annos de 1645 e 1646, e de Maria Alvares Pereira.

Tiveram filho.

João da Silva Maldonado, Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. Affonso VI por alvará de 4 de fevereiro de 1682. Em D. Leonor da Silva

Teve filho illegitimo.

Jeronymo da Silva Maldonado de Eça, Tenente Coronel com exercicio de

Tem filhos.

12 **D. Maria da Gloria Nogueira do Pina Manique.** Nasceu a 21 de julho de 1834, e casou em 1 de setembro de 1856 com D. José Manuel de Vilhena e Saldanha. —C. g. a paginas 387.

12 **Pedro Antonio de Pina Manique.** Nasceu a 10 de agosto de 1835, e casou a 2 de setembro de 1863 com D. Eugenia de Castello Branco Corrêa da Cunha Vasconcellos e Sousa, que nasceu a 2 de fevereiro de 1837; filha primogenita dos 8.os Condes de Pombeiro, D. José de Castello Branco Corrêa da Cunha Vasconcellos e Sousa e D. Maria Francisca Luiza de Sousa, mencionados a paginas 162 da citada Resenha.

Sargento Mór da praça de Elvas, e o era ainda no anno de 1794, em que pela ultima vez o encontramos nos Almanacks. Casou com D. Magdalena da Gama Lobo, filha do Sargento Mór João da Gama Lobo.

Tiveram filhos.

1 Antonio da Silva Maldonado de Eça, Coronel em 1817 do regimento de cavallaria n. 9. Casou com D. Marianna Justina de Brito e Cunha, recebidos na freguezia de Nossa Senhora de Marvilla, em Santarem, filha de Luiz da Cunha de Carvalho Roda; Commissario assistente na thesouraria geral do exercito; Pagador Militar em chefe na provincia do Alemtejo: e de D. Josefa Luiza de Souza e Brito.

Tiveram filhos.

1 Jeronymo da Silva Maldonado de Eça. Do Conselho d'El-Rei D. Pedro V por carta de 22 de novembro de 1855. Fidalgo da sua casa. Commendador das ordens de S. Bento de Aviz em 11 de novembro de 1843; de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; da Torre e espada do Valor, Lealdade e Merito; de Isabel a Catholica, em Hespanha. Condecorado com a medalha num. 9 das campanhas da liberdade, e com a de prata para commemorar os serviços da divizão auxiliar a Hespanha em 1835 e 1837. Commandante da brigada de cavallaria de instrucção e manobra e encarregado da inspecção dos corpos de cavallaria. General de brigada em 4 de julho de 1864; Brigadeiro, 29 de abril de 1851; Coronel, 19 d'esse mez de 1847; Tenente Coronel, 25 de fevereiro de 1842; Major, 5 de setembro de 1837; Capitão, 6 de agosto de 1832; Tenente, 9 de julho de 1827; Alferes, 28 de março de 1820. Assentou praça em 14 de julho de 1817; tendo sido Alumno do Collegio Militar da Feitoria (hoje na

12 **D. Maria Guilhermina Nogueira de Pina Manique.** Nasceu a 5 de setembro de 1836, e casou a 10 d'agosto de 1857 com José Corrêa de Oliveira Cauper's, Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. Pedro V por alvará de 10 de fevereiro de 1855. Cavalleiro da ordem de Christo por mercê de 28 de dezembro de 1860. Porteiro honorario da real camara por decreto de 15 de outubro de 1855. Segundo Official graduado da secretaria de estado da marinha e ultramar, que nasceu a 10 de janeiro de 1826. Filho de João Bernardo Corrêa Cauper's, Porteiro da real camara por decreto de 1 de novembro de 1833. Do Conselho da Rainha D. Maria II por carta de 5 de dezembro de 1834. Fidalgo Cavalleiro da sua casa por alvará de 5 de junho de 1845. Commendador

Luz), admittido por avizo de 31 de janeiro de 1812, aos 10 annos de edade, como vem na Gazeta de Lisboa de sexta feira 17 de fevereiro d'esse anno. Governador Givil que foi do districto de Coimbra, por decreto de 17 de junho de 1854, e interino do de Lisboa por outro de 4 de julho de 1861, de que tomou posse no dia immediato. Nasceu a 8 de dezembro de 1801. Casou com D. Thereza Josefa Botelho da Fonseca Paganino, que nasceu a 15 de janeiro de 1806, e falleceu em 13 d'esse mez de 1860: filha de Rodrigo da Fonseca Paganino, Commendador da ordem de Christo, Escrivão da receita geral da alfandega das sete casas, etc., que tirou brazão de armas e nobreza por carta de 16 de setembro de 1816; e de D. Quiteria Maria Martins de Mattos.

Tiveram filhos.

1 D. Maria Justina da Silva Maldonado de Eça. Nasceu em 14 de agosto de 1828. Casou com Thomaz Antonio da Silveira, Escrivão pagador subalterno da superintendencia das obras do Tejo.

2 D. Maria Thereza da Silva Maldonado de Eça. Nasceu a 18 de agosto de 1829. Casou com Antonio Mendes da Costa, Medico em Santarem.

3 D. Carlota Joaquina da Silva Maldonado de Eça. Nasceu a 15 de setembro de 1830; morreu em 23 de fevereiro de 1860.

4 D. Maria Anna. Nasceu a 30 de outubro de 1831.

2 Luiz da Silva Maldonado de Eça. Commendador das ordens de S. Bento de Aviz; da Torre e Espada; de Isabel a Catholica, e de S. Fernando da 1.ª classe, em Hespanha. Condecorado com a medalha de prata

da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa por carta de 30 de dezembro de 1851. Cavalleiro da Torre e Espada em 6 de fevereiro de 1818. Guarda-roupa de El-Rei D. João VI, nomeado em 12 de outubro de 1817, com exercicio no quarto do Principe Real o senhor D. Pedro, que ficou servindo no Rio de Janeiro até 1822, merecendo a particular estima de Sua Alteza Real, que lá o nomeou Commandante da corveta Liberal, e logo no seu regresso a esta côrte d'elle se lembrou para o logar de Porteiro da camara de sua augusta filha. Moço da Camara da Rainha D. Maria I. Capitão de fragata reformado do corpo da armada real. Official de muita distincção e intelligencia: serviu em Guarda-Marinha dois annos e meio, embarcado na nau

para commemorar os serviços da divisão auxiliar a Hespanha em 1835 e 1837, e com a do num. 5 das campanhas da liberdade. Commandante do regimento de cavallaria num. 3; Brigadeiro graduado em 2 de março de 1864; Coronel, 29 de abril de 1851; Tenente Coronel, 3 de julho de 1847; Major, 20 de setembro de 1845; Capitão, 26 de julho de 1833; Tenente, 4 de abril d'esse anno; Alferes, 14 de dezembro de 1826. Assentou praça a 30 de agosto de 1823. Nasceu a 4 de abril de 1808.

3 José da Silva Maldonado de Eça. Foi Cadete do regimento de artilheria num. 3, em que assentou praça a 29 de abril de 1826, e do de cavallaria do mesmo numero quando deu baixa; occupando quasi effectivamente no decurso de dezoito annos que assistiu em Aviz, os cargos municipaes e o de Administrador d'essa villa e concelho. Condecorado com as medalhas da batalha de Chiva e do cerco e tomada de Cantaviega em Aragão (em que ficaram prisioneiros varios portuguezes, sendo um d'elles Raymundo José Pinheiro), tendo sido Capitão ao serviço de Hespanha na Catalunha e exercito do centro. Nasceu a 11 de janeiro de 1809, e casou a 3 de maio de 1849, com D. Luiza de Jesus Lopes, nascida em 1829, e fallecida a 10 de março de 1859: filha de José Lopes Coelho, rendeiro e administrador dos bens do morgado do Maranhão, no Alemtejo, pertencentes á casa de Cadaval; e de D. Joanna Isabel Martins.

Tiveram filhos.

1 Jeronymo Maldonado de Eça. Nasceu a 3 de novembro de 1852.

2 Luiz Maldonado de Eça. Nasceu a 3 de novembro de 1852.

2 D. Maria Rita da Gama Lobo. Casada com Vasco Gomes de Mattos, Tenente de cavallaria reformado.

Rainha de Portugal, que fazia parte da esquadra que no anno de 1805, composta de duas naus de linha, duas fragatas e dois bergantins, cruzou no estreito de Gibraltar, commandada por meu pae o senhor Luiz da Motta Feo, então Chefe de divisão. Em 1807, sendo já Segundo Tenente da armada, foi de guarnição na nau Principe Real, que transportou á America a Rainha D. Maria I, seu filho o Principe do Brasil D. João, e seus netos o Principe da Beira D. Pedro e os senhores Infantes D. Miguel e D. Pedro Carlos, e era tão brilhante essa guarnição, que achando-se o Principe Regente D. João sentado no tombadilho da nau, disse olhando para os Officiaes de que ella se compunha, e que presen-

3 D. Domingas Maldonado da Gama Lobo. Casou com Maximiano de Brito Mousinho, Commendador da ordem da Torre e Espada e de S. Bento de Aviz, Marechal de Campo graduado. Além de outros,

Tiveram filha.

D. Anna Isabel de Brito Mousinho. Nasceu a 11 de novembro de 1816 e falleceu em 15 de julho de 1833, c. g., sendo casada com Luiz Coutinho de Albergaria Freire, hoje Visconde de Monforte, meu condiscipulo no collegio de S. Pedro e S. Paulo dos missionarios inglezes n'esta cidade.

Luiz José Maldonado de Eça. Commendador da ordem de S. Bento de Aviz por decreto de 15 de agosto de 1833; Official da Torre e Espada do valor, lealdade e merito; Condecorado com a medalha portugueza dos Pyrenéos, e com a cruz de 6 campanhas da guerra peninsular; Brigadeiro reformado dos reaes exercitos em 25 de julho de 1833, addido á praça de Extremoz. Governador Civil, que foi de Faro: fallecido em Extremoz a 1 de janeiro de 1856; era tambem d'esta familia, por ser filho de José da Silva Maldonado de Eça, (irmão de Jeronymo da Silva Maldonado, referido a paginas 488); Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, com doze mil réis de tença, por decreto de 8 de junho de 1795. Governador das ilhas de Cabo Verde por patente de 5 de novembro de 1843, e antes Ajudante das ordens do Governador e Capitão General de Goyazes.

Advertencia. — A carta de privilegios de Desembargador, que vem mencionada a paginas 474, como sendo dada a D. Miguel José da Camara Maldonado, em 26 de novembro de 1793, he a que foi passada a sua mãe D. Isabel Lucia da Camara, viuva de D. Sebastião Maldonado, que tambem teve os mesmos privilegios em 1766; mercê que não encontramos nos Livros das Chancellarias d'essa época, existentes no Real Archivo da Torre do Tombo. A elle, D. Miguel, foi passada a 16 de agosto de 1806.

tes estavam: —Muitas pessoas minhas conhecidas vão aqui.— Sendo Capitão Tenente graduado passou a effectivo em 15 de novembro de 1817, anno em que esteve embarcado assim como nos de 1811 e 1812, vindo de guarnição na fragata Principe D. Pedro, que saiu do Rio de Janeiro a 3 de julho de 1816, transportando para Portugal o Marechal Beresford, e voltando n'ella ao Brasil em 1817. Em 1822 retirou-se para a patria, e chegou a Lisboa no mez de setembro. Nascido a 4 de abril de 1780: filho segundo de José Corrêa de Freitas Abreu Carreiro, Capitão Mór das ordenanças de Alcacer, com patente de Coronel de milicias; e de sua primeira mulher D. Anna Helena Cauper's de Sande e Vasconcellos, irmã de D. Bernarda Thereza Cauper's, adiante mencionada. Neto de Manuel Corrêa de Freitas de Abreu Carreiro Gramacho, Capitão Mór da dita villa, Familiar do santo officio por carta de 14 de abril de 1755, que nasceu em 1694, sendo baptisado na matriz d'ella a 4 de maio d'esse anno, e morreu no de 1797 com cento e tres annos incompletos de edade: e de D. Guiomar Julianna Limpo de Lacerda e Sampaio. E de D. Maria José Vicencia de Oliveira Sande e Vasconcellos, sua prima co-irmã, com quem casou a 3 de maio de 1826, já viuva —c. g. de Sebastião Francisco Mendo Trigoso Pereira Homem de Magalhães, referido a paginas 108, a qual nasceu a 22 de janeiro de 1790, e falleceu aos 18 de outubro de 1855, sendo sepultada no cemiterio do Alto de S. João, filha de Francisco de Paula Holbeche Granate de Oliveira, Fidalgo Cavalleiro da casa real por alvará de 9 de janeiro de 1783, e Cavalleiro da ordem de Christo: e de sua segunda mulher D. Bernarda Thereza Cauper's de Sande e Vasconcellos, Açafata da Rainha D. Maria I, servindo na sua camara, como diz o Almanack de 1782[1].

12 **Miguel Antonio de Pina Manique.** Nasceu a 9 de março de 1838.

12 **D. Ignacia de Pina Manique.** Nasceu a 14 de agosto de 1839.

12 **D. Constança de Pina Manique.** Nasceu a 3 de dezembro de 1840.

[1] Referimos aqui a seguinte anecdota: —Apresentando-se o Duque de Lafões, D. João de Bragança, em occasião de despacho á Rainha D. Maria I, disse-lhe Sua Magestade logo que o viu —não sabe, Duque, pariu a Bernarda!— e este saindo da sala ia dando a novidade ás pessoas que encontrava, de maneira que em breve tempo foi geralmente sabida.

12 **Antonio Joaquim de Pina Manique.** Nasceu a 21 de janeiro de 1841, e casou em 28 d'esse mez de 1865 com D. Maria Rita de Mendoça, nascida a 13 de novembro de 1840: filha do Doutor Francisco Ignacio Ferreira de Mendoça e D. Maria Rita d'Araujo Tavares.

12 **José Antonio de Pina Manique.** Nasceu a 18 de setembro de 1843.

12 **D. Maria das Dores de Pina Manique.** Nasceu a 11 de março de 1845.

12 **Diogo Antonio de Pina Manique.** Nasceu a 26 de janeiro de 1848.

12 **D. Maria do Resgate de Pina Manique.** Nasceu a 5 d'abril de 1849.

12 **D. Maria da Conceição de Pina Manique.** Nasceu a 24 de janeiro de 1852.

12 **Rafael Antonio de Pina Manique.** Nasceu a 3 de julho de 1853.

10 **D. Alexandre Augusto de Sousa,** Conego da santa egreja patriarchal d'esta cidade, e a sua nomeação vem no segundo supplemento á Gazeta de Lisboa de sabbado 26 de maio de 1798. Nasceu em Setubal no anno de 1774, e morreu nas Caldas da Rainha no de 1811.

10 **D. Marianna Augusta Leopoldina de Sousa,** Moça do côro no convento das Commendadeiras da ordem de S. Bento de Aviz: houve a tença de cento sessenta e seis mil seiscentos sessenta e seis réis por anno, que, como referimos a paginas 473, lhe coube na repartição da dos quinhentos mil réis que tinha seu pae, e d'ella se passou carta de padrão a 4 de julho de 1791. Nasceu em 1778, na villa de Setubal, e morreu de parto em 1801, s. g., na cidade de Nossa Senhora das Neves, capital da Parahiba do Norte, para onde acompanhára seu marido. Casou com Fernando Delgado Freire de Castilho, Fidalgo Cavalleiro da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 7 de abril de 1791, do seu Conselho por carta de 22 de agosto de 1806. Cavalleiro da ordem de Christo, expedindo-se-lhe o alvará de Cavalleiro a 2 de fevereiro, o da profissão e a carta do habito a 2 de dezembro de 1793. Commendador do Seixo Amarello na ordem de S. Bento de Aviz, por alvará de 11 de dezembro do mesmo anno e carta de 15 de fevereiro de 1794 [1], e em 6 de fevereiro de 1818 se lhe fez mercê de uma Com-

[1] Por decreto de 12 de outubro do presente anno (1793) foi Sua Magestade servida

menda da ordem de Christo, da lotação de duzentos mil réis: e depois a 4 de julho d'esse anno Conselheiro de capa e espada no Conselho da Fazenda em Portugal. Governador da Capitania da Parahiba por decreto de 18 de novembro de 1796 e carta patente de 30 de outubro de 1797, anno em que servia no posto de Capitão: e no citado dia 6 de fevereiro de 1818 foi promovido a Coronel effectivo, sendo-o já graduado; tomou posse do governo em 1799, succedendo n'elle a Jeronymo José de Mello e Castro, e sendo rendido por meu pae o senhor Luiz da Motta Feo, a quem o entregou em 15 de setembro de 1802. Governador e Capitão General de Goyazes, com doze mil cruzados por anno de soldo, por decreto de 4 de junho e carta-patente de 25 de setembro de 1806; e indo para essa Capitania em 1809, foi substituir a D. Francisco de Assis Mascarenhas, mencionado como Conde de Palma a paginas 147 da citada Resenha publicada no anno de 1838, sendo-lhe nomeado em 4 de julho de 1818 successor Manuel Ignacio de Sampaio e Pina Freire de Andrada, depois 1.º Visconde da Lançada, referido a paginas 395; largou o governo[1], retirando-se para o Rio de Janeiro, em 1821, e no mesmo anno ahi falleceu, suicidando-se como n'essa occasião foi publico na propria cidade de S. Sebastião: tinha nascido na villa de Almeida, onde fôra baptisado a 23 de junho de 1761, na egreja matriz freguezia de Nossa Senhora das Candeias: filho de Vicente Delgado Freire, Fidalgo Cavalleiro da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 21 de dezembro de 1790, Coronel de infanteria e Governador da praça de Alfaiates por decreto de 13 de novembro de 1789, publicado no supplemento á Gazeta de Lisboa de sexta feira 11 de dezembro d'esse anno. E de D. Hyppolita de Castilho.

9 **D. Francisco Maria de Sousa.** Nasceu a 8 de setembro de 1739 e falleceu a 14 de abril de 1743: jaz na ermida da quinta de Calhariz.

9 **D. Augusto Antonio de Sousa Holstein.** Cavalleiro da ordem de Christo, pas-

fazer mercê a Fernando Delgado Freire, Fidalgo da casa, da Commenda do *Seixo Amarello*, em sua vida, para a ter com o habito da ordem de Christo, em verificação da mercê que havia sido feita a seu bisavô o Coronel de infanteria José Delgado Freire, pelos seus relevantes serviços, e em remuneração de quaesquer outras acções e serviços de seu pae, Vicente Delgado Freire, Fidalgo da casa da mesma senhora, e Coronel de infanteria, com o governo da praça de Alfaiates.

Supplemento á Gazeta de Lisboa, sexta feira 1 de novembro de 1793.

[1] Vejam-se as paginas 400 e 401 do volume I da obra que deixamos citada em nota a paginas 310.

sando-se-lhe os alvarás de Cavalleiro, da profissão e a carta do habito a 13 d'outubro de 1778, tendo-se-lhe lançado o habito a 12 d'esse mez e anno; sendo dispensado das provanças da sua pessoa para o receber por decreto da Rainha D. Maria I, dado no palacio de Quéluz a 3 tambem do referido mez e anno: —attendendo á brevidade com que deve partir para a cidade de Haya, etc., e á sua notoria e conhecida probidade[1]. — Enviado Extraordinario ás provincias unidas dos Paizes Baixos[2]. Seguia antes a vida ecclesiastica e tinha um beneficio em Santa Justa, que fôra de seu tio o Dom Prior de Guimarães[3]. Nasceu em Lisboa a 11 de janeiro de 1741, e falleceu em Haya no anno de 1781[4].

9 **D. João Antonio de Sousa.** Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. José, acrescentado a Fidalgo Escudeiro por alvarás de 20 de junho e de 10 de dezembro de 1757. Nasceu em 12 de maio de 1748, e morreu de bexigas com vinte e um annos de edade, no de 1769. Jaz na referida ermida.

9 **D. Alexandre de Sousa Holstein,** que continua.

Illegitimo:

9 **D. Manuel Caetano de Sousa,** religioso da ordem dos Carmelitas.

IX **D. Alexandre de Sousa Holstein,** 10.º Capitão da Guarda Real alemã, por carta de 17 de junho de 1795. Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. José, por alvará de 20 de junho de 1757, acrescentado a Fidalgo Escudeiro por outro de 10 de dezembro do mesmo anno, e ambos lhe foram dados com

[1] Real Archivo da Torre do Tombo, Habilitações da ordem Christo, lettra A, maço 39, numero 91.

[2] Sua Magestade nomeou tres Ministros para differentes côrtes: D. Henrique de Menezes, irmão do Marquez de Louriçal, para Roma; D. Augusto de Sousa para Haya; e Francisco José d'Horta Machado, que se achava Enviado na Haya para S. Petersburgo.

Supplemento á Gazeta de Lisboa, sexta feira 9 de outubro de 1778.

[3] Memorias Historicas e Genealogicas dos Grandes de Portugal etc., por D. Antonio Caetano de Sousa, Segunda impressão: Lisboa MDCCLV, paginas 66.

[4] Sua Magestade foi servida nomear para seu Embaixador na côrte de Madrid o excellentissimo D. Henrique de Menezes, Marquez de Louriçal, e para lhe succeder na côrte de Roma, onde se acha com o caracter de Ministro Plenipotenciario, o illustrissimo D. Diogo de Noronha: para Enviado Extraordinario junto aos *Estados Geraes das Provincias Unidas*, nomeou a mesma senhora o illustrissimo D. João Theotonio d'Almeida Beja e Noronha, que vae succeder a D. Augusto Antonio de Sousa Holstein, morto ultimamente na Haia com o mesmo caracter.

Supplemento á Gazeta de Lisboa, sexta feira 29 de junho de 1781.

o nome de D. Alexandre Domingues. Do Conselho da Rainha D. Maria I, por carta de 2 de agosto de 1785, Alcaide Mór da Certã, Commendador de S. Salvador de Infesta e de Santa Maria de Belmonte, pelos alvarás de 8 de julho e cartas de 4 de setembro de 1791. Cavalleiro da Ordem de Christo com doze mil réis de tença: passando-se um decreto dado no palacio de Queluz a 10 de julho de 1785, para a Mesa da Consciencia e Ordens, em que Sua Magestade attendendo *á sua notoria qualidade e nobreza,* e por estar nomeado para Ministro Plenipotenciario na côrte de Copenhague, o ha por habilitado para receber o habito da mesma ordem no mosteiro de Nossa Senhora da Luz [1] expedindo-se os alvarás de Cavalleiro, da profissão, as cartas, do habito a 20 do dito mez de julho, e do padrão a 2 de setembro, tudo do referido anno de 1785. Cavalleiro da Ordem S. João de Jerusalem, recebido por breve de Sua Santidade, tendo depois logar, tambem com o nome de D. Alexandre Domingues, as provanças da sua pessoa que foram approvadas em 2 de marçode 1771 [2]. Teve privilegios de Desembargador por carta de 29 de abril de 1799, anno em que estava n'esta cidade, exercendo o cargo de Capitão da Guarda [3], Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Copenhague em

[1] Real Archivo da Torre do Tombo, Habilitações da ordem de Christo, lettra A, maço 36, numero 19.

[2] Ibidem, Habilitações da ordem de Malta, lettra A, maço 1, numero 4.

[3] Sexta feira 15 do corrente (fevereiro), dia em que se celebrou a Trasladação de Santo Antonio, vieram os Principes nossos senhores á real casa de Santo Antonio para assistir áquella solemnidade, e nessa occasião se procedeo tambem á piedosa ceremonia de offerecer no altar do mesmo Santo o Serenissimo senhor Infante D. Pedro de Alcantara: o que se fez do modo seguinte. Pouco antes do meio dia chegou o Principe nosso senhor com o Serenissimo senhor Infante D. Pedro Carlos, a tempo que já no adro da egreja e no fim das escadas, que se achavão guarnecidas com a guarda real, o esperavão o corpo do Senado da Camara com o seu excellentissimo Presidente, o excellentissimo D. Alexandre de Sousa, Capitão da guarda real, os Juizes do crime, o corpo dos RR. Capellães da dita real casa, e outras pessoas de distincção; logo depois se lhe seguiu a Princeza nossa senhora com os seus augustos filhos; e assim que chegou ao vestibulo do dito templo, aonde se achavão os Vereadores do Senado pegando nas varas do pallio, debaixo deste se metteo o Veador D. Caetano de Noronha com o Serenissimo senhor Infante nos braços, seguindo-se a Princeza nossa senhora, a Serenissima senhora Princeza D. Maria Thereza, e logo os excellentissimos Condes de Valladares e Caparica que conduzião nos braços o Serenissimo senhor Principe da Beira e a Serenissima senhora Infanta D. Maria Isabel, indo diante do pallio o Principe nosso senhor, e após as demais pessoas reaes o Serenissimo senhor D. Pedro Carlos, a que se seguião as excellentissimas Marquezas Camareiras Móres, e Damas, como egualmente as Açafatas. Nesta ordem se dirigiram SS. AA. RR. á capella mór, havendo recebido ao entrar na egreja a aspersão de agua benta do excellentissimo Principal Menezes, cantando-se já a esse

1785; em Berlim em 1788[1]; Embaixador em Roma em 1802. Conselheiro do Estado em 9 de julho de 1796. Conde de Sanfré no Piemonte. Administrador dos morgados de Calhariz, Monfalim, Fonte do Anjo, e Santa Maria dos Olivaes, em que succedeu a seu irmão Frederico Guilherme de Sousa, assim como nos mais bens da corôa e ordens que elle possuia, em que entrava a tença de oitocentos mil réis assentada no almoxarifado da cidade do Porto, por portaria de 10 de março de 1791, e por outra de supplemento de 12 de fevereiro de 1801 e apostilla de 15 de dezembro d'esse mesmo anno. Por alvará, de confirmação de doação, de 9 de outubro, e carta de 4 de dezembro de 1798, teve o padroado da parochial egreja de Sampaio de Eyra Vedra, no concelho de Vieira, arcebispado de Braga, que andava na casa de Calhariz, por doação d'El-Rei D. Affonso V, feita em Santarem aos 9 de maio de 1471, a Alvaro Pires Vieira, Corregedor da côrte e Chanceller da casa do civel, seu 9.º avô, e confirmada em 1473, pelo ordinario, que então era o Arcebispo D. Luiz. Com o cargo de Capitão da Guarda vencia de moradia um alqueire de cevada por dia assentado no almoxarifado de Azambuja, com o vencimento de 23 de julho de 1795, anno em que se lhe passou alvará d'esta mercê a 20 de novembro. Fez por escriptura de 27 de abril de 1796, lavrada nas notas do Tabellião José de Almeida Roriz, um contracto de composição e desistencia sobre os prazos da casa de Calhariz, com os sobrinhos e sobrinhas, dos quaes tres eram menores, co-herdeiros e testamenteiros de D. Filippe João

tempo no côro o *Te Deum* peles musicos de S. M. Ali recebeo a Princeza nossa senhora dos braços do Veador o Serenissimo senhor Infante, e o entregou nos do excellentissimo Principal Silva, que, achando-se paramentado de pontifical, o offereceo sobre o altar, em quanto SS. AA. RR. se demorárão na adoração: acabada esta, o tornou o mesmo excellentissimo Principal a entregar nos braços da Princeza nossa senhora, dos quaes passou para os do Veador, e consecutivamente se dirigírão SS. AA. RR. para a tribuna, donde assistírão á missa, que celebrou de pontifical o dito excellentissimo Principal, tendo por Presbytero assistente e Acolytos tres RR. Conegos da santa egreja patriarchal. Foi orador o R. P. Francisco Vanzeller. No fim da missa se cantou a antífona e oração ao Santissimo Sacramento, que ali se achava em lausperenne, e depois as proprias de Santo Antonio. Acabadas que forão, descêrão SS. AA. RR. da tribuna á capella mór, fizerão oração, e consecutivamente se dirigírão ao adro da egreja na mesma ordem em que tinhão entrado, e voltárão para o palacio das Necessidades, aonde jantárão, e depois se restituírão ao real palacio de Quéluz.

Gazeta de Lisboa, terça feira 19 de fevereiro de 1799.

[1] Sua Magestade foi servida ordenar que D. Alexandre de Sousa e Holstein, seu actual enviado Extraordinario na côrte de Copenhague, passasse á de Berlim com o caracter de Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, dando-lhe por successor na côrte de Dinamarca a D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho.

Supplemento á Gazeta de Lisboa, sexta feira 29 de agosto de 1788.

de Sousa e de D. Frederico Guilherme de Sousa, seus irmãos; e d'elle houve provisão de confirmação a 18 de maio de 1797. Tambem a 14 de dezembro d'esse anno se lhe passou outra sobre a venda dos bens pertencentes á capella instituida na egreja de S. Mamede d'esta cidade por Pedro Eannes Lobato, mencionada a paginas 400. Nasceu em Lisboa a 4 de dezembro de 1751, e falleceu em Roma a 13 do mesmo mez de 1803: jaz na egreja parochial de Sanfré, no mesmo mausoléo em que está sua mãe, referido a paginas 461. Casou duas vezes: a primeira em 27 de junho de 1779, com D. Isabel Julianna Bazeliza José de Sousa, que nasceu no anno de 1753, e foi baptisada na freguezia de Santa Engracia d'esta cidade; morreu em Genebra a 10 de abril de 1793, e esta sepultada em Sanfré, no mesmo jazigo de sua sogra[1]. Filha de D. Vicente José Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paim e de D. Thereza Vital da Camara, sua primeira mulher. E a segunda a 1 de fevereiro de 1796, com D. Balbina Candida de Sousa, sua sobrinha, Moça do coro no real mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação das Commendadeiras da ordem de S. Bento de Aviz, mencionada a paginas 463 como filha illegitima de seu irmão D.

[1] Era esta senhora presumptiva herdeira da excellente casa de seu pae e unica filha, quando Sebastião José de Carvalho e Mello, então Conde de Oeiras, a *appeteceu* para o filho segundo, José Francisco de Carvalho e Daun, depois Conde da Redinha e 3.° Marquez de Pombal, um rapazelho de *quatorze annos e dez dias de edade*, tendo ella já quinze annos; e conseguiu que este enlace sempre se effectuasse (como mostra a certidão do assento do casamento que em seguida vae transcripta, sendo digno de reparo que no acto do recebimento unicamente figurassem o pae, irmão e tio do noivo, e nenhum parente da noiva), apesar da sua decidida repugnancia para elle, em que não affrouxou, tendo de lutar com o interesse do despotico ministro, auxiliado pela propria avó, tia e pae; mas a corajosa senhora tudo e a todos venceu, e o matrimonio se desfez; e consta do curioso processo que publicamos no fim do artigo d'esta casa, contendo a sentença e mais documentos por que foi annullado, e tambem da verba posta no dito assento do casamento: resultando ser a mesma senhora mandada logo reclusa para o convento de Santa Joanna d'esta cidade, passando depois para o do Calvario, em Evora, onde se conservou até fallecer El-Rei D. José.

«Certifico que a fl. 7 do liv. 7 dos Casamentos d'esta Freguezia de Nossa Senhora das Mercês se acha um assento cujo theor e fórma é o seguinte: — Aos onze dias do mez de Abril do anno de mil sete centos e sessenta e oito em observancia de um Decreto do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarcha, no Oratorio das casas em que reside Dona Maria Antonia de São Boaventura, sito na Rua Formosa d'esta Freguezia de Nossa Senhora das Mercês, na presença do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Paulo de Carvalho, com dispensa das Denunciações e mais papeis do estylo, na fórma do Sagrado Concilio Tridentino, e assim como manda a Santa Madre Igreja de Roma; de suas proprias e livres vontades se casaram por marido e mulher o Senhor José Francisco de

Filippe João de Sousa. Teve cento sessenta e seis mil seiscentos sessenta e seis réis de tença por anno, segundo ahi fica dito: nasceu em Setubal a 20 de janeiro de 1775, e morreu em Lisboa a 2 de maio de 1853; foi sepultada no jazigo da casa em o cemiterio de Nossa Senhora dos Prazeres.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

10 **D. Pedro de Sousa Holstein**, que continua.

10 **D. Marianna Vicencia de Sousa Holstein.** Nasceu em Turim a 5 de maio de 1784, e morreu em Paris a 28 de abril de 1829: casada com seu tio o 1.° Marquez de Santa Iria, então 2.° Conde de Alva, D. Luiz Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paim. — C. g.

10 **D. Thereza Frederica Christina de Sousa Holstein**, Dama da Rainha D. Maria II,

Daun, baptizado na Freguezia de Nossa Senhora das Mercês, filho legitimo do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Oeiras Sebastião José de Carvalho e Mello e da Illustrissima e Excellentissima Senhora Condessa de Oeiras e de Daun Dona Leonor Herlestina de Daun, e morador o Contrahente na Freguezia de Nossa Senhora da Ajuda; com a Illustrissima Senhora Dona Izabel Julianna Bazeliza José de Sousa, filha legitima do Senhor Dom Vicente José de Souza e da Illustrissima Dona Thereza Vital da Camara, e baptizada na Freguezia de Santa Engracia d'esta Cidade de Lisboa, e moradora na dita de Nossa Senhora das Mercês, sendo a tudo testemunhas presentes os Illustrissimos Condes de Oeiras Sebastião José de Carvalho e Mello e Henrique José de Carvalho e Mello, e a este illustre casamento foi presente o Padre Joaquim Ribeiro de Carvalho, Parocho da dita Igreja de Nossa Senhora das Mercês; em fé de tudo com as sobreditas testemunhas assignou este termo, que mandou fazer pelas onze horas e meia da manhã do dito dia e anno ut supra. — Conde de Oeiras. — Conde de Oeiras Henrique José de Carvalho e Mello. — Paulo de Carvalho e Mendonça. — O Parocho Joaquim Ribeiro de Carvalho.»

«Outrosim certefico que á margem do assento supra se acha a seguinte verba — O Matrimonio de que trata o assento acima se acha annullado por sentença proferida e assignada em onze de julho de mil sete centos e setenta e dous pelos Eminentissimos Senhores Cardeal de Saldanha, Patriarcha de Lisboa, e Cardeal da Cunha e Excellentissimo e Reverendissimo Dom Innocencio Conte, Nuncio Apostolico, Juizes Delegados de uma Bulla do Santissimo Padre Clemente Decimo Quarto, o qual Documento de Sentença authentico fica no Cartorio d'esta egreja no maço do presente anno. Lisboa treze de Setembro de mil sete centos e setenta e seis. — O Parocho José Bellester. — E nada mais se contém no dito assento e verba a que me reporto. Parochial das Mercês de Lisboa. 21 de Setembro de 1866. — O Prior Hemiterio da Conceição de Maria Coelho.»

e da ordem de Maria Luiza em Hespanha. Nasceu em Copenhague a 19 de setembro de 1786, e falleceu a 30 de novembro de 1841: casada com o 1.º Conde de Villa Real, D. José Luiz de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos. — C. g.

10 **D. Catharina Julianna de Sousa Holstein,** Dama da Rainha D. Maria II. Nasceu tambem em Copenhague a 28 de março de 1789: casou com o 2.º Conde de Linhares, D. Victorio Maria Francisco de Sousa Coutinho Teixeira de Andrada Barbosa, de quem é viuva. — C. g.

Da segunda:

10 **D. Maria Helena de Sousa Holstein.** Nasceu em Lisboa a 29 de março de 1797: casou com o 1.º Visconde de Beire, Manuel Pamplona Carneiro Rangel Velloso Barreto de Figueirôa, de quem é viuva. — C. g.

10 **D. Filippe Maria de Sousa Holstein,** Par do reino em 1834. Do Conselho de El-Rei D. João VI por carta de 8 de novembro de 1823, sendo já Conselheiro da real fazenda; que tambem o foi do thesouro. Bacharel em leis no anno lectivo de 1820 a 1821, como refere o Diario do Governo de 15 de janeiro de 1822, paginas 93. Nasceu em Genova a 27 de junho de 1802, e falleceu em Lisboa a 18 de agosto de 1835. Casou n'esse anno a 18 de fevereiro, com D. Maria Amalia Burchardt, de quem foi primeiro marido, s. g.: que nasceu a 22 de novembro de 1820, e morreu a 13 de outubro de 1839; tendo passado a outras nupcias com o 2.º Conde de Villa Real, D. Fernando de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos. Filha de Jacob Henrique Burchardt, Consul de Mecklembourg Schwerin, e de D. Maria Eufemia de Oliva e Silva.

X. **D. Pedro de Sousa Holstein,** 1.º Duque de Palmella por decreto de 13 de junho de 1833 (mudando-lhe para este titulo o de Duque do Fayal, de que se lhe havia feito mercê a 4 d'abril d'esse anno) e carta de 24 d'outubro de 1835. 1.º Marquez em 3 de julho de 1823[1], tendo do seu assentamento trezentos vinte e dois mil oitocentos cincoenta e oito réis annuaes, por

[1] Esta mercê, que foi dada em duas vidas, acha-se registada a folhas 242 do livro 17 das Mercês de El-Rei D. João VI; e no 32 da sua Chancellaria, a folhas 288, está a carta que d'ella se passou em 2 de outubro do mesmo anno de 1823; n'essa graça ha as seguintes expressões: — «*a ser o dia 3 de Julho do corrente anno anniversario daquelle* «*dia em que este meu fiel servidor foi victima do partido revolucionario que o condenou ao* «*mais injusto e illegal desterro, etc.*» — Os mencionados livros existem no Real Archivo da Torre do Tombo.

carta de 20 de setembro de 1825. 1.º Conde (e estes titulos tambem de Palmella) por carta de 12 d'abril (e já o era em 20 de março) de 1812, como adiante se vê, e suppomos que o foi em 17 de dezembro de 1811, dia em que foram creados muitos titulos que com elle vem mencionados a pag. 587 do supplemento ao Almanach de Lisboa de 1812. Conde de Sanfré no Piemonte. 11.º Capitão da guarda real dos archeiros da companhia alemã, por carta de 24 de setembro de 1804. Moço Fidalgo da casa da rainha D. Maria I, com mil réis de moradia por mez e alqueire de cevada por dia, por alvará de 12 de setembro de 1799, acrescentado a Fidalgo Escudeiro por outro de 12 de março de 1802, com mais mil quatrocentos e oitenta réis na dita moradia, para a ter no total de dois mil quatrocentos e oitenta réis. Par do Reino por carta de 30 d'abril de 1826, com posse por direito hereditario em 24 de janeiro de 1841. N'este anno Presidente da Camara dos Senadores, e em 1833 da dos Pares. Conselheiro de Estado honorario em 20 de setembro de 1833. Grão Cruz das ordens de Christo, com uma pensão de um conto e seiscentos mil réis por anno pagos pelo cofre das Commendas vagas, por decreto de 15 de janeiro de 1825; e da Torre e Espada pela carta regia de 1 de dezembro de 1834. Cavalleiro da insigne ordem do Tosão de Ouro, e Grão Cruz: da de Carlos III, em Hespanha; da Legião de Honra, em França; e de Santo Alexandre, na Russia. Cavalleiro da de S. João de Jerusalem. Alcaide Mór da Certã. Commendador de Santa Maria de Belmonte e de S. Salvador de Infesta, por alvarás de 14 d'agosto e cartas de 15 de setembro de 1804 e de 23 de outubro de 1806: a titulo das mesmas Commendas houve um decreto em 21 de janeiro de 1805 para se habilitar pela Mesa da Consciencia e Ordens como Cavalleiro da ordem de Christo, sendo dispensado em 18 de agosto d'esse anno, das provanças da sua pessoa, para tomar o habito d'ella e professar na real capella de Santo Antonio dos Portuguezes na côrte de Roma [1]. E em 2 de dezembro de 1824 teve carta de privilegios de Desembargador. Entrou no serviço militar como Cadete no regimento de infanteria de Lippe, e por decreto de 5 de fevereiro de 1797 foi Capitão Ajudante de Campo do Marechal General Duque de Lafões, como refere o supplemento á Gazeta de Lisboa de 6 d'esse mez e anno; servindo depois contra os francezes em Ajudante das Ordens do General Trant. Major em 1809. Brigadeiro e em seguida Marechal de Campo, em 1821, de que pediu demissão que lhe foi dada em 1835. Seguiu a carreira diplomatica, começando por ser Conselheiro de Legação em Roma, para onde partiu em 1802, na companhia de seu pae que ia por Embaixador para aquella côrte, e pelo seu fallecimento, no fim d'esse anno, o ficou substituindo na qualidade de Encarregado, a ins-

[1] Habilitações da ordem de Christo, na Torre do Tombo, lettra P, maço 9, numero 50.

tancias do Papa Pio VII e do Cardeal Gonsalvi, que escreveram ao governo de Portugal, pedindo a sua nomeação para o mesmo logar que exerceu até 1805. Ministro Plenipotenciario junto da Regencia de Hespanha, em 1809, para onde foi em janeiro de 1810 e lá se achava em Cadiz a 19 de março de 1812, por occasião do juramento da constituição hespanhola[1]. Em 1814 passou com a mencionada categoria para Londres, sendo depois elevado á de Embaixador, que occupou até 1820. Um dos Plenipotenciarios ao Congresso de Vienna em 1815, em Londres em 1816. Encarregado de varias missões a Paris em 1818. Nomeado Ministro e Secretario do Estado dos negocios estrangeiros e da guerra em 23 de junho de 1817, saiu de Inglaterra em maio de 1820, embarcado em uma fragata da mesma nação, que seguia para o Rio de Janeiro com escala por Lisboa, onde elle se demorou por causa da revolução de 24 de agosto: passando para o paquete Montagú, fez-se de véla para o seu destino a 6 d'outubro, mas houve de arribar a Gibraltar com agua aberta, tendo outra vez de se mu-

[1] Cadiz 20 de março. Em continuação do artigo sobre esta solemnidade, diz: «No palacio real da Aduana houve uma meza de 60 talheres, cujas honras fez o sr. Presidente das côrtes, e a que concorreram doze deputados das mesmas, a regencia do reino, o nuncio de S. S., o Embaixador de Inglaterra, os Ministros de Portugal e Sicilia, os Secretarios do Despacho, os Chefes do Palacio, varios Gentilhomens d'El-Rei, Grandes, Conselheiros d'Estado, e Generaes nacionaes e alliados, de mar e terra. Fez-se o primeiro brinde á constituição, a Fernando VII, e Jorge III; o segundo ao Principe Regente da Grã-Bretanha; o terceiro á liberdade de Fernando VII, e á saude da Princeza do Brazil, sua augusta irmã; o quarto, por proposta do sr. Embaixador britanico, ás côrtes, e á Regencia da Hespanha.

O sr. Conde de Palmella, Ministro de Portugal, tinha mandado adornar magnificamente a fachada da sua casa, onde estavam postos os retratos do sr. D. Fernando VII, do Principe Regente de Portugal e da sua esposa, a serenissima senhora Infanta D. Carlota Joaquina, e o d'El-Rei de Inglaterra, Jorge III, com varias figuras allegoricas, e em tres tarjas as inscripções seguintes:

A' direita — *As côrtes geraes e extraordinarias no memoravel dia da proclamação da constituição politica de Hespanha — Portugal.*

No meio: *Gloria e prosperidade ás casas reinantes de Bourbon, Bragança, e Brunswick.*

A' esquerda: *Loiros immortaes ao invicto Lord Wellington, aos Generaes Castanhos, O'Donell, Ballesteros, e aos outros Chefes das tres nações alliadas.*

O tempo chuvoso não permittiu que se executasse a vistosa illuminação projectada n'esta fachada, nem a determinada pelo sr. Embaixador de Inglaterrá, nem a geral da cidade, com que o governo tinha ordenado que se concluisse a funcção d'este dia memoravel, o qual, como o primeiro do reinado do nosso idolatrado Monarcha, o sr. D. Fernando VII, e como o primeiro tambem da liberdade politica da nação hespanhola, formará huma das épocas mais assignaladas e illustres dos seus Annaes.

Gazeta de Lisboa, sexta feira 9 de abril de 1812.

dar para a corveta de guerra austriaca Carolina, que chegou áquella côrte em 20 de dezembro d'esse anno[1]. Voltou a Portugal com El-Rei D. João VI, entrando no Tejo no dia 3 de julho de 1821, foi retido a bordo por ordem das Côrtes e mandado para Borba, sendo com outros na mesma occasião n'ella qualificados por accusados de — geralmente conhecidos por auctores das desgraças da patria —, injuria contra a qual elle logo protestou. Restituido El-Rei ao goso dos seus inauferiveis direitos, foi nomeado Ministro e Secretario do Estado dos negocios estrangeiros por decreto de 1 de junho de 1823. O inqualificavel movimento do dia 30 de abril de 1824, lhe causou ser preso na torre de Belem, sendo em pouco tempo solto pelas instigações dos Embaixadores de França e Inglaterra e dos mais Ministros Estrangeiros. Dispensado do ministerio por decreto de 15 de janeiro de 1825, foi n'esse dia nomeado Embaixador para França e depois, em 5 de fevereiro seguinte, para Inglaterra (vejam-se as Gazetas de Lisboa do mencionado anno, numeros 18 e 89), e em Londres se achava quando se proclamou em Portugal a Carta Constitucional em 1826, continuando a exercer esse emprego durante a regencia da senhora Infanta D. Isabel Maria, até que pelos acontecimentos que se lhe seguiram foi demittido pelo governo do senhor D. Miguel. Veiu ao Porto a bordo do vapor Belfast, desembarcando em Mattozinhos no dia 26 de junho de 1828; e tomou o commando do exercito constitucional, que n'esse dia principiava a sua retirada. Voltando a Inglaterra, partiu no principio do anno de 1830 a bordo da escuna Iack of Lantern, para a ilha Terceira a tomar a Presidencia da Junta da Regencia. Ministro dos Negocios Estrangeiros do Duque de Bragança, Regente do reino, na mesma ilha e no Porto. Desembarcou nas praias do Mindello, com o exercito libertador, indo em missão especial a Inglaterra e França em dezembro de 1832. Contribuiu poderosamente para organisar a expedição que saiu do Porto para o Algarve, e foi Membro do Governo provisorio que veiu com a mesma a Lisboa, onde entrou a 25 de julho de 1833. Presidente do Conselho de Ministros em 1834, quando a Rainha tomou o governo do reino, em 1842 e em 1846. Embaixador Extraordinario a Inglaterra para assistir á coroação da Rainha Victoria, em 28 de junho de 1835. Vice-Presidente e Socio honorario da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Presidente da Sociedade Archeologica de Setubal, e da Associação promotora da industria nacional. Succedeu a seu pae no officio de Capitão da Guarda, nos morgados do Calhariz, de Monfalim, da Fonte do Anjo e de Santa Maria dos Olivaes, no condado de Sanfré, e nos mais bens da casa. Por alvará de 22 de dezembro de 1812, lhe foi feita mercê do casal chamado da Fonte, em Almeirim: em 6 de

[1] Vide *Memorias para servir á historia do reino do Brazil. etc.*, pelo sr. Luiz Gonçalves dos Santos. Lisboa, anno de 1825, tomo II, época III, anno de 1820, paginas 405.

agosto de 1813, houve outro para fazer certa annexação ao morgado. Teve uma pensão de um conto e seiscentos mil réis por anno, como fica dito. Em 25 de novembro de 1834, effectuou com o Estado a troca do palacio que possuia á Boa-hora, que pagava de foro annual ao Conde da Ega quarenta mil réis, já pela reducção do de cento e vinte mil réis, de que se passou provisão de confirmação de contracto em 21 de fevereiro de 1827, pela quinta da Fonte, na freguezia de Santa Maria do concelho dos Olivaes. Em 11 de abril de 1838, foram-lhe dados cem contos de réis em bens nacionaes, como recompensa dos seus serviços. Nasceu em Turim a 8 de maio de 1781, e teve por padrinhos no seu baptismo a Rainha D. Maria I e El-Rei D. Pedro III, pelo que se chamou outr'ora Pedro Maria: veiu pela primeira vez a Portugal em o anno de 1795, e habilitou-se no fim de dois com os preparatorios do curso da universidade de Coimbra, que não seguiu. Morreu em Lisboa a 12 de outubro de 1850, e descança no magnifico jazigo da sua casa por elle mandado fazer no cemiterio de Nossa Senhora dos Prazeres. O Duque de Palmella, não necessita de elogios, nem nós lhos faremos, pois não somos pessoa competente; a historia, a fallar verdade, dirá que a elle, mais que a ninguem, deveu a senhora D. Maria II sentar-se no throno de Portugal; as relações que o seu nascimento, os seus talentos e excellentes qualidades que possuia, lhe adquiriram fóra e dentro do paiz, contribuiram para que muitas pessoas conhecidas o seguissem na arriscada empreza em que entrou, e no sequito d'ellas foram outras muitas que sem elle nada conseguiriam. Nós só diremos que recusou a sua assignatura ao decreto que extinguiu as ordens religiosas em Portugal: não quiz insultar as cinzas de D. Manuel Caetano de Sousa, de D. Alvaro de Sousa, e de outros varões conspicuos da sua familia, que n'essas corporações tão notaveis e illustres se fizeram. No artigo d'este cavalleiro, no começo do tomo VII do *Diccionario Bibliographico* dado á luz pelo nosso amigo o senhor Innocencio Francisco da Silva, encontrará o leitor uma relação das obras por elle escriptas, e das que a seu respeito se publicaram[1]. Casou a 4 de junho de 1810, com D. Eugenia Francisca Maria Anna Julia Felizarda Apollonia Xavier Telles da Gama, Dama da Rainha D. Maria II e da ordem de Santa Isabel, que nasceu a 4 de janeiro de 1798, e morreu em quinta feira santa ás seis horas da tarde de 20 de abril de 1848, e está depositada no referido jazigo da casa[2]. Filha dos 7.os Marquezes de Niza, D. Domingos Xavier de Lima e D. Euge-

[1] Veja-se *Discurso do sr. Visconde da Carreira*, Vice-Presidente da Sociedade Promotora da Industria Nacional, lido em 24 de novembro na sessão da inauguração do busto do Duque de Palmella. Lisboa. Typographia da Revista Universal. Proprietario S. J. Ribeiro de Sá. Rua dos Fanqueiros, 82, 1850.

[2] Recommendamos a *Memoria Historica da Excellentissima Duqueza de Palmella*

nia Maria Josefa Xavier Telles Castro da Gama Atayde Noronha Silveira e Sousa.

Tiveram filhos.

11 **D. Alexandre Domingos Antonio Maria Bento Raymundo de Sousa Holstein,** 1.º Conde de Calhariz, e do Conselho de El-Rei D. João VI, por mercê de 2 de outubro e cartas de 23 de novembro de 1823. Nasceu em Cadix a 21 de março de 1802. Falleceu na ilha de S. Miguel a 21 de junho de 1832, com grande sentimento de seus paes e de todas as pessoas que o conheciam, pois na realidade era um mancebo de excellentes qualidades e de muita instrucção, como se póde vêr na nota 16 a paginas 37 da citada *Memoria Historica* de J. B. de Almeida Garrett.

11 **D. Eugenia Maria Antonia Domingas Francisca José Collecta de Sousa Holstein.** Nasceu em Lisboa a 6 de março de 1813, e casou com o 9.º Marquez das Minas D. Braz Maria da Silveira e Lorena. —C. g.

11 **D. Domingos Antonio Maria Pedro de Sousa Holstein,** 2.º Duque de Palmella.

11 **D. Manuel Vicente Maria Antonio Domingos Francisco de Sousa Holstein,** Marquez honorario, elle e seu irmão D. Rodrigo, por decretos de 1 de novembro de 1834. Nasceu em Londres a 11 de outubro de 1819, e morreu em Lisboa a 3 de fevereiro de 1837.

11 **D. Maria Anna da Annunciação Josefa Francisco de Assis Sales Xavier Antonia Domingas de Sousa Holstein.** Nasceu em Lisboa a 25 de março de 1821, e falleceu na mesma cidade a 20 do dito mez de 1844; casada com o 3.º Conde de Terena Luiz Brandão de Mello Cogominho Pereira de Lacerda. —C. g.

11 **D. Maria José de Sousa Holstein.** Nasceu em Borba a 27 de setembro de 1822, e falleceu em 29 de agosto de 1834.

11 **D. Thereza Maria da Conceição Antonia Domingas Francisca José de Sousa Holstein.** Nasceu em Lisboa a 14 de dezembro de 1823, e morreu a 11 de junho de 1863[1]; casada com o 2.º Conde das Alcaçovas D. Caetano de Sales Henriques Pereira Faria Saldanha Vasconcellos de Lencastre. —C. g.

D. Eugenia Francisca Xavier Telles da Gama, por J. B. de Almeida Garrett. (Logar do sello das armas) Pauperum Solatio. Na Imprensa Nacional, 1848.

[1] No *Jornal do Commercio* de terça feira 20 de junho de 1863, vem a *Necrologia da Condessa das Alcaçovas*. Artigo que não publicamos aqui por ser muito extenso.

11 **D. Rodrigo Maria José da Conceição da Rocha Antonio Domingos Francisco de Santa Luzia de Sousa Holstein,** Marquez honorario. Nasceu em Lisboa a 13 de dezembro de 1824, e falleceu na mesma cidade a 25 de abril de 1840[1].

11 **D. Catharina Maria da Assumpção Antonia Francisca Domingas Josefa de Sousa Holstein.** Nasceu em Londres a 22 d'agosto de 1826, e casou com o 7.º Conde das Galvêas D. Francisco Xavier de Almeida Mello e Castro Lobo de Saldanha. — C. g.

11 **D. Anna Rosa do Santissimo Sacramento de Sousa Holstein.** Nasceu em Londres a 5 de junho de 1828, e morreu em Lisboa a 16 de maio de 1864, tendo casado duas vezes — c. g. de ambos os matrimonios. A primeira em 6 d'esse mez de 1850, com Luiz de Vasconcellos e Sousa, nascido a 18 de março de 1823, e fallecido a 28 de julho de 1851; irmão do actual Marquez de Castello Melhor. E a segunda em 7 de outubro de 1857, com D. Antonio Lobo de Almeida Mello e Castro, que nasceu em 21 de julho de 1826, e morreu a 28 do mesmo mez de 1865; irmão de seu cunhado o 7.º Conde das Galvêas, acima dito.

11 **D. Pedro Maria de Sousa Holstein.** Nasceu a 8 de janeiro e falleceu a 6 de março de 1830, em Paris.

11 **D. Francisco de Borja Pedro Maria Antonio de Sousa Holstein,** 1.º Marquez de Sousa Holstein. Nasceu em Paris a 20 d'abril de 1838, e casou em 20 de agosto de 1862 com D. Maria da Piedade Braamcamp do Sobral de

[1] Anno de 1840. Abril. — No dia 27 pelo meio dia foi depositado na igreja da Encarnação, para ser depois transferido para o jazigo da sua familia, o ex.mo sr. D. Rodrigo de Sousa Holstein, Marquez honorario, filho dos srs. Duques de Palmella: o illustre fallecido contava apenas 15 annos de edade, e já possuia vasta illustração em alguns ramos importantes das bellas-lettras e das sciencias. Nos derradeiros momentos da sua existencia, opprimido pelas angustias de uma terrivel e pungente doença, houve-se com tal serenidade e resignação, que fez espanto ainda aos que não desconheciam a cultura philosophica do seu espirito, os principios da verdadeira religião que elle professava e amava. Nenhum guerreiro, nenhum stoico, nenhum homem virtuoso, nenhum desgraçado perseguido de sorte mofina, seria capaz de vêr extinguir-se-lhe a vida com placidez e coragem superior áquella com que o varonil mancebo reconheceu fugir-lhe um mundo para elle rico de esperança, e da mais brilhante prespectiva! Parece que só do ceo poderia ser-lhe inspirada tamanha magnanimidade!... Folgaremos de que semelhante a tenham seus paes para supportar a justa magoa da perda de um filho, que em tão poucos annos já deixa amargurosas saudades a muitos amigos e admiradores. — *Correio de Lisboa.*

Mello Breyner, nascida a 22 de outubro de 1837, filha dos 2.os Condes de Sobral, Luiz de Mello Breyner e D. Adelaide Braamcamp de Narbonne Sobral.

Tem filho.

12 **D. Pedro de Sousa Holstein.** Nasceu a 23 de janeiro de 1865.

11 **D. Thomaz de Sousa Holstein,** 1.º Marquez de Cezimbra. Nasceu em Lisboa a 31 de dezembro de 1839, e casou em 11 de abril de 1864, com D. Anna Maria Gonçalves Zarco da Camara, nascida a 10 de dezembro de 1845; filha dos 1.os Marquezes da Ribeira Grande, D. Francisco de Sales Maria José Antonio de Paula Vicente Gonçalves Zarco da Camara e D. Anna da Piedade Brigida Senhorinha Francisca Maxima Gonzaga de Bragança, já referidos a paginas 118.

Tem filhas.

12 **D. Anna de Sousa Holstein Beck.** Nasceu a 19 de março de 1865.

12 **D. Eugenia de Sousa Holstein Beck.** Nasceu a 7 de março de 1866.

11 **D. Filippe Maria José Pedro Estevão João Evangelista Francisco de Sales Xavier de Assis de Borja de Paula de Sousa Holstein,** 1.º Marquez de Monfalim. Nasceu a 26 de novembro de 1841, em Lisboa, e casou a 29 de julho de 1861 com D. Eugenia Maria Philomena Brandão de Mello Cogominho Corrêa Pereira de Lacerda, sua sobrinha, nascida na mesma cidade a 21 de maio de 1840; filha herdeira dos 3.os Condes de Terena, que acima vão mencionados.

Creação

Duque, 11 de junho de 1833.
Marquez, 3 de julho de 1823.
Conde, 12 de abril de 1812.
Capitão da Guarda, 10 de novembro de 1578.

Residencias

Palacios: Largo do Calhariz e rua da Escola Polytechnica. — Quintas: no Calhariz, Lumiar e Cintra.

ADVERTENCIA

Os titulos de Marquez de Sousa Holstein, de Cezimbra e de Monfalim, tem de figurar nos logares que lhe forem proprios, com os competentes artigos em que devem apparecer relatados os cargos, condecorações, empregos e tudo quanto lhes disser respeito, que para evitar repetições se omittem n'este logar.

Como deixámos dito a paginas 439, damos aqui a successão da descendencia de **Gaspar do Couto**, que da segunda mulher, D. Leonor de Abreu,

Teve filhos.

1 **Duarte Luiz de Abreu**, Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei, que serviu de Ouvidor na praça de Mazagão, onde nasceu: achou-se com D. Francisco Mascarenhas, Conde de Castello-Novo, na lamentavel desventura occorrida no dia 11 de abril de 1640, em que se perdeu toda a cavallaria; morreu o mesmo Conde e elle de uma lançada, depois de grande resistencia e matança nos moiros, e de haver perdido o seu cavallo. Casou com D. Apollonia da Silva.

Teve filhos.

2 **Gaspar do Couto de Abreu**, Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei e Cavalleiro da ordem de Christo: morreu na mesma peleja de 11 de abril de 1640 [1]. Casou com D. Bernardina de Mattos, filha de Jacinto Monteiro e de D. Maria de Mattos. — C. g.

[1] Este Cavalleiro e seu pae são mencionados a paginas 82 das *Memorias para a Historia da Praça de Mazagão*, por Luiz Maria do Couto de Albuquerque e Cunha, publicadas pela Academia Real das Sciencias em 1864. Aproveitamos esta occasião para dizer, que citando n'ellas esse nosso amigo de saudoza memoria *Familias de Mazagão*, é para mim de rigorosa obrigação declarar que a mencionada historia foi na maior parte laborada do primeiro volume d'esses referidos livros, que eu lhe confiei, dos quaes o verdadeiro titulo é *Familias de Mazagão. Dos appellidos que principião com as letras A, etc. a Z. Escrito conforme as mais exactas e verdadeiras informações por Jacinto de Pina de Loureiro, Fidalgo professo na ordem de Christo e Tenente Coronel do regimento de Faro. Anno de 1771 a 1776.* Compõe-se de cinco volumes manuscriptos, além de mais vinte oito das familias do reino em geral; e todos tem no frontespicio escripto — Dr. A. L. Macedo — que suppomos terem sido d'elle ou de seus herdeiros, e os houve por compra o excellentissimo e reverendissimo senhor D. Antonio Bernardo da Fonseca Moniz, achando-se em Faro, por ser então Bispo do Algarve; e depois o era do Porto, quando falleceu legando-nos eterna saudade. D'este digno e erudito Prelado, nosso excellente, presado e respeitado amigo os recebemos. No que deixamos exarado de modo algum pretendemos irrogar censura á memoria do sr. Luiz Maria, que sempre nos tratou com amizade de nós correspondida, mas unicamente pugnar pela do sr. Jacintho de Pina, de maneira que a cada um fique o merecimento que lhe compete nas ditas obras.

2 **Antonio da Silva,** morreu menino.

2 **D. Maria Luiz de Abreu,** mulher de Vicente Caldeira. —S. g.

2 **D. Guiomar Lopes de Abreu,** casada com Diogo Pereira Portuguez. —S. g.

1 **D. Catharina de Abreu,** casou com seu primo Paulo Gomes Luiz de Carvalho, Cavalleiro Fidalgo da casa d'El-Rei, Sargento de infanteria em Mazagão, *posto* de que houve mercê da propriedade para elle, seus filhos e netos, conforme o costume de serem hereditarias n'esse tempo taes graduações, e no exercicio d'elle foi morto pelos moiros, tendo servido muitos annos na guerra d'aquella fronteira. Filho de Pedro Luiz da Fonseca, natural de Madrid, Cavalleiro Fidalgo da casa d'El-Rei, Commendador da ordem de Christo em que era professo, Adail de cavallaria na praça de Mazagão, no impedimento d'aquelles a quem pertencia; Alferes de infanteria de propriedade para elle e seus filhos. E de D. Maria Capella, irmã de sua mãe D. Leonor de Abreu.

Tiveram filhos.

2 **Diogo Gomes de Abreu.**

2 **Vicente Luiz de Abreu.**

2 **Luiz Gomes de Abreu.**

Todos sem mais noticia.

2 **D. Maria Capella,** que continua.

2 **D. Leonor Salgueiro,** que casou duas vezes: a primeira com Jorge do Rego; e a segunda com outro Jorge do Rego Beliago, primo d'aquelle: e d'este foi primeira mulher —S. g. Cavalleiro da ordem de Christo, e ambos Alcaides do mar em Mazagão. Do primeiro marido, entre outros filhos fallecidos,

Teve filha.

3 **D. Isabel de Mendoça,** primeira mulher —s. g. de Manuel de Azevedo Coutinho, adiante nomeado.

3 **D. Isabel de Mariz.** Casou com Domingos de Almeida. —C. g.

2 **D. Maria Capella**, Casou com Antonio Gomes de Loureiro, que serviu em Mazagão, sua patria, de soldado acobertado, de 1 de outubro de 1634, e n'esse exercicio fez varias prezas de gados nas terras dos inimigos, matando e captivando muitos dos moiros, até que por elles foi morto junctamente com o Conde de Castello-Novo, D. Francisco Mascarenhas, no memoravel dia 11 de abril de 1640, na occasião em que perdemos da cavallaria cento trinta e seis homens, escapando só tres; mas deixaram bem vingadas as suas mortes com as de novecentos moiros, tendo pelejado com agigantada valentia contra mais de quatro mil inimigos, coisa muito trivial nos portuguezes d'outrora. Filho de Francisco de Loureiro, Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei, Cavalleiro professo na ordem de Christo, que serviu na dita praça para cima de quarenta annos em Cavalleiro, Alferes e Capitão de infanteria, fazendo relevantes serviços, matando quinze moiros e entre elles dois Alcaides, um d'Azamor e outro d'Aduquella: falleceu mesmo em Mazagão, em 1645, como consta do seu testamento.

Tiveram filhos.

3 **Francisco de Loureiro**, que serviu com suas armas, de Espingardeiro, desde 15 de março de 1639, até 11 de abril de 1640, em que foi morto com seu pae.

3 **Luiz de Loureiro**, que continua.

3 **Jacinto de Pina de Loureiro**, Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei, Cavalleiro professo na ordem de Christo, Alcaide do mar na praça de Mazagão, onde serviu trinta e sete annos e dois mezes, desde 1 de janeiro de 1639 até 31 de julho de 1676, em que passou a Lisboa, e n'esta cidade falleceu muito velho. —C. g. da sua segunda mulher, D. Catharina das Neves.

3 **D. Brites de Loureiro.**

3 **D. Catharina de Abreu.**

Ambas morreram solteiras.

3 **Luiz de Loureiro de Abreu**, Cavalleiro Fidalgo da casa d'El-Rei D. João IV, acrescentado de Escudeiro Fidalgo, vencendo novecentos réis de moradia, em 3 de junho de 1652, augmentados com mais cem réis, e com duzentos réis a 8 de julho de 1659 e de 1666, para ter mil e duzentos

de moradia por mez e um alqueire de cevada por dia, passando-se-lhe, a 12 de novembro de 1682, apostilla do seu assentamento ao alvará que se registou no livro da Matricula. Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença, que largaria logo que entrasse em Commenda obrigatoria, de que se lhe fez mercê em 29 d'abril de 1653 em remuneração de doze annos, um mez e seis dias dos serviços prestados por seu pae e irmão, que lhe pertenceram por sentença de justificação; e passou-se a portaria do habito em 15 de maio, e o padrão a 12 d'agosto d'esse dito anno. Capitão e Alferes de uma das companhias de ordenanças, em Mazagão, sendo este ultimo posto de propriedade, e no qual succedeu ao avô, por El-Rei lhe haver d'elle feito mercê para o filho mais velho, que foi o seu pae, e em quem se não verificou por fallecer na sua vida. Serviu desde a edade de doze annos, como Soldado na infanteria, e de Espingardeiro, com armas e cavallo, na cavallaria, principiando de 1 de janeiro de 1633 e finalisando no ultimo de setembro de 1672, e n'estes trinta e nove annos se achou nas guerras da fronteira da dita praça, distinguindo-se entre os mais valorosos do seu tempo, não perdendo occasião de embuscada, armadilhas e outras sortidas: nas entradas que por mar se fizeram na Barbaria, indo por Cabo de uma caravella armada em guerra á caça de um barco de moiros que appareceu á vista da mesma praça, o abordou, sendo elle o primeiro que lhe saltou dentro com uma faca na mão, não podendo entrar n'elle mais nenhum dos nossos por ir seguida ávante a caravella, elle só ás facadas contra os moiros se houve com tal bravura, em quanto ella não voltou em outra bordada a deitar-lhe mais gente dentro, que os fez sogeitar á custa de lhe matar tres e captivar seis, morrendo o resto afogado por ter sido mettido a pique o mesmo barco. Foi esta acção de grande gloria e nomeada para elle, que era homem muito destemido e de extraordinarias forças; e seus serviços não ficaram sem recompensa, caso raro n'esta terra. Em 1 de setembro de 1660 teve a mercê do officio de Alfaqueque da mesma praça de Mazagão, que vagára pelo fallecimento de seu tio Manuel de Pina; e em 4 d'esse mez de 1666, houve faculdade para por sua morte nomear o dito officio em um dos filhos, e não os tendo em qualquer das suas quatro filhas, e se lhe passou portaria a 12 de outubro do ultimo dito anno, no qual, a 11 de maio, teve tambem mercê do officio de Almoxarife da referida praça por tres annos, para casamento de uma das filhas; e a 21 d'esse mez e anno a do habito de Christo para seu filho Antonio; e em 20 de novembro de 1676 identica graça para o outro filho Luiz; e um alvará em 1 de maio de 1677 para poder testar em sua filha dez mil réis, dos doze mil réis que tinha de tença. Nasceu em Mazagão no anno de 1621, em que foi baptisado a 10 de agosto. Casou duas vezes: a primeira com D. Domingas Valente, já

viuva de Loureuço Arraes de Mendoça, e filha de Thomé Barreto de Almeida e de D. Isabel Corrêa; e a segunda com D. Maria de Espinosa, com quem se recebeu na Misericordia da dita praça de Mazagão, a 20 de maio de 1655, e lá foi baptisada em 21 de fevereiro de 1634, a qual por morte de sua mãe teve vinte mil réis de tença, em 26 d'esse mez de 1689, pela renuncia dos mais interessados. Filha de Affonso Leitão, Cavalleiro Fidalgo da casa d'El-Rei, Cavalleiro da ordem de Christo com vinte mil réis de tença, a 10 de dezembro de 1610; e se lhe passaram: o alvará para ser armado Cavalleiro na egreja de Mazagão e a carta do habito a 20 de agosto d'esse dito anno; e o alvará da profissão a 2 de março de 1612. Anadel e Almocadem da gente de guerra em 1 de fevereiro de 1626. Serviu vinte e oito annos e tres mezes, começando a 1 de junho de 1607 em Espingardeiro de cavallo, que exerceu até fim de janeiro do mencionado anno de 1626; continuando depois em outros cargos; distinguindo-se nas occasiões de guerra; matando vinte e seis moiros, em que entrou um Alcaide muito principal; e acabando a vida no ultimo de setembro de 1634, morto pelos mesmos moiros, que o espedaçaram e lhe cortaram as mãos e a cabeça. Em remuneração dos referidos serviços houve trinta mil réis de pensão na Commenda de S. Martinho do Pombal, por carta de fevereiro de 1625, e depois cincoenta mil réis tambem de pensão em outra Commenda, por mercê de 23 de dezembro de 1629 e alvará de 24 de novembro de 1632; o que não chegou a ter effeito, e lhe foi dada por lhe matarem os moiros, com uma pelourada a través do peito, um filho solteiro que tinha em seu poder, e havia servido tres annos e meio. E de D. Isabel Serejo, sua segunda mulher, que houve despacho de vinte mil réis de tença para cada uma das filhas.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

4 **D. Isabel Corrêa de Loureiro**: casou com Francisco de Loureiro d'Abreu, seu primo, Cavalleiro Fidalgo da casa real, e Capitão de infanteria em Mazagão; d'elle foi primeira mulher. — S. g.

Da segunda:

4 **Antonio Gomes de Loureiro**, Cavalleiro Fidalgo da casa d'El-Rei com mil e duzentos réis de moradia por mez e alqueire de cevada por dia, por alvará de 9 de janeiro de 1667. Cavalleiro da ordem de Christo, em virtude da mercê que em 21 de maio de 1666 d'elle se fez a seu pae para este filho, e com dez mil réis da tença, de que houve carta

de padrão em 31 de janeiro de 1668. Capitão de infanteria, achando-se em todos os actos de guerra, sendo em um d'elles ferido nos queixos com uma pelourada, de que veiu a morrer depois de largo tempo de curativo. Casou com D. Catharina Rodrigues de Vasconcellos. —C. g.

4 **Luiz de Loureiro de Abreu,** Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei, Cavalleiro da ordem de Christo com dez mil réis de tença, mercê que para elle foi feita ao pae em 20 de novembro de 1676, expedindo-se-lhe em 5 do immediato dezembro a portaria do habito, mandando-se-lhe assentar o padrão no almoxarifado de Mazagão, por carta de 8 de junho de 1677 e começando a vencer de 1678 em diante. Na mesma praça serviu até o posto de Alferes, em que morreu. Casou duas vezes: a primeira com D. Isabel Rodrigues Valente; e a segunda com D. Isabel dos Anjos Cordeiro. De ambos os matrimonios —c. g.

4 **D. Maria Capella de Loureiro.** Por carta de padrão de 18 de março de 1689, houve vinte mil réis de tença em consequencia da mercê feita a sua mãe. Casou com Luiz Valente Barreto Albertos, Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei, Cavalleiro professo na ordem de Christo e Védor Geral em Mazagão, que alguns annos esteve captivo em Argel; sendo resgatado voltou á mesma praça, e foi então despachado pelos seus serviços com a referida mercê do fôro e habito. Foi sua segunda mulher. —C. g.

4 **D. Isabel Serejo de Loureiro.** que continua.

4 **D. Catharina de Abreu de Loureiro.** Teve tambem como a irmã, e em identica data, vinte mil réis de tença. Casou em 1686 com Francisco Bello de Pinho, Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei e Cavalleiro professo na ordem de Christo. —S. g.

4 **D. Leonor Salgueiro de Loureiro.** Baptisada em Mazagão a 10 de junho de 1674: teve do mesmo modo, e com egual data á das irmãs, vinte mil réis de tença. Casou duas vezes: a primeira com Salvador Rodrigues do Couto; e a segunda em 28 de setembro de 1705, com Luiz de Loureiro de Abreu, seu primo, baptisado na mesma praça a 6 de junho de 1683; Alcaide Mór de Mazagão. Ambos Cavalleiros Fidalgos da casa de El-Rei e Cavalleiros professos na ordem de Christo. D'elles —c. g.

4 **D. Isabel Serejo de Loureiro.** Houve os vinte mil réis de tença com as irmãs

e por egual padrão de 18 de março de 1689, e sendo já viuva se lhe fez mercê a 2 de novembro de 1715 da mesma tença para duas filhas, o que teve effeito em 30 de julho de 1733 por ser fallecida. Nasceu em Mazagão, e lá casou em 21 de dezembro de 1682, com Antonio Botelho da Cunha, Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei D. Pedro II, com setecentos e cincoenta réis de moradia por mez e um alqueire de cevada por dia, por alvará de 13 de abril de 1687. Cavalleiro da ordem de Christo com seis mil réis de tença, de que se lhe passaram padrões em 28 d'abril de 1688 e a 24 d'agosto de 1691, expedindo-se n'esse anno, a 20 de fevereiro, os alvarás de Cavalleiro e da profissão e a carta do habito. Capitão de infanteria e Escrivão da Vèdoria em Mazagão, onde serviu vinte e sete annos e outros tantos dias, de 1 d'outubro de 1681 até 26 de setembro de 1709, em que morreu na mesma praça, sendo remunerados os seus serviços com vinte e oito mil réis de tença para os seis filhos, por alvará de 9 de maio de 1712 e com vencimento de 6 de fevereiro de 1711: tinha nascido na cidade de Lagos, onde foi baptisado na freguezia de Santa Maria em 5 de junho de 1659. Filho terceiro de André da Silveira Cernige, Cavalleiro da ordem de Christo com vinte mil réis de tença, por mercê de 19 de abril de 1647, e se lhe passou o padrão a 26 de junho d'esse anno. Capitão de infanteria e Escrivão dos Contos em Mazagão, onde serviu vinte e dois annos e dez mezes com cinco Generaes, e dos trabalhos da guerra veiu a fallecer. E de D. Francisca da Cunha, de quem foi segundo marido; e casaram em 6 de janeiro de 1645 na Misericordia da dita praça: baptisados n'essa egreja em 1621, ella a 21 de janeiro e elle a 8 d'outubro.

Tiveram filhos.

5 **André da Silveira da Cunha**, Cavalleiro Fidalgo da casa d'El-Rei D. João V por alvará de 18 de maio de 1714, a que foi acrescentado com mil e cincoenta réis de moradia por mez do de Escudeiro Fidalgo, que tinha por outro de El-Rei D. Pedro II de 16 de novembro de 1699. Cavalleiro professo na ordem de Christo, com dez mil réis de tença, passando-se-lhe o padrão em 30 de agosto de 1713, e os alvarás de Cavalleiro e da profissão e a carta do habito a 13 de janeiro de 1714. Capitão de uma das quatro companhias de infanteria de Mazagão, com *o soldo de soldado infante arcabuzeiro*, na ausencia do provido Nuno da Cunha da Costa: foi tambem Alferes e Ajudante da mesma praça, por carta de 4 de abril de 1739. Na cavallaria occupou os postos de Anadel e de segundo Almocadem. Serviu trinta e sete annos, desde 1698 até 30 de novembro de 1735, fazendo cruel guerra aos moiros, sendo d'elles tão conhecida a sua companhia, que saindo á campanha

em occasião de combate, logo se punham em retirada e o declaravam senhor do campo; pelo que foi muito respeitado dos Generaes Antonio de Miranda Henriques, João Jacques de Magalhães, e Bernardo Pereira de Berredo que governava quando elle falleceu, e antes tinha requerido em satisfação dos seus serviços varias mercês para parentes conjunctos, como adiante se dirá, sobre o que houve consulta do Conselho da Fazenda em 17 de outubro de 1737 a seu favor, que se mandou cumprir a 19 de novembro do mesmo anno, e se lhe passaram as portarias de toda a mercê em 28 de janeiro de 1738. Casou com D. Maria de Pinho. — S. g.

5 **João da Silveira Cernige,** Cavalleiro Fidalgo da casa d'El-Rei D. João V, por alvará de 12 de maio de 1716. Cavalleiro professo na ordem de Christo, com seis mil réis de tença, em virtude da mercê feita ao dito seu irmão. Depois de ter servido em Mazagão, onde nasceu e foi baptisado em 16 de agosto de 1695, ordenou-se de clerigo, habilitando-se *de genere* n'esta côrte a 13 de janeiro de 1718, e o processo está na Camara Ecclesiastica, maço 63, num. 7. Foi Capellão de uma das quatro capellanias da egreja matriz de Nossa Senhora da Assumpção da mesma praça, e n'ella Visitador e Commissario da ordem terceira de S. Francisco, Vigario da dita freguezia, e por varias vezes serviu de Provisor e Vigario Geral na referida praça, onde morreu.

5 **Luiz Antonio de Loureiro,** Cavalleiro Fidalgo da casa d'El-Rei, Cavalleiro da ordem de Christo com quatro mil réis de tença, tambem por mercê feita ao mesmo seu irmão. Capitão, Alferes e Ajudante em Mazagão, onde serviu muitos annos. Casou com D. Brites da Cunha. — C. g.

5 **D. Francisca da Cunha,** que continua.

5 **D. Maria de Espinosa:** houve mercê de dez mil réis de tença feita em 2 de novembro de 1715 a sua mãe. Casou com Pedro da Silva da Cunha, de quem foi primeira mulher, e falleceu em 1718. — S. g.

5 **D. Guiomar da Costa,** morreu solteira.

5 **D. Catharina de Abreu.** Teve tambem dez mil réis de tença por mercê que no referido 2 de novembro de 1715 se fez a sua mãe, que pelo fallecimenlo d'ella se lhe verificou em 30 de julho de 1733, e mais pelos serviços de seu irmão foi despachada com dois alqueires de trigo por mez, assentados no almoxarifado de Mazagão. — Morreu solteira.

5 **D. Francisca da Cunha.** Nasceu em Mazagão e lá foi baptisada na freguezia de Nossa Senhora da Assumpção, em 21 de outubro de 1683. Pelo fallecimento de sua irmã D. Maria de Espinosa, teve em 16 de janeiro de 1719 a mercê de dez mil réis de tença, que se lhe verificou a 30 de julho de 1733 quando lhe faltou a mãe, e mais pelos serviços do irmão oito alqueires de trigo, e oitocentos réis em dinheiro. Morreu, já viuva, na cidade de Lagos aos 5 de novembro de 1759, e no dia immediato foi sepultada na egreja da collegiada de S. Sebastião. Casou na mencionada freguezia da praça de Mazagão em 9 de janeiro de 1707, com Manuel de Azevedo Coutinho, Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. Pedro II, por acrescentamento de Fidalgo Escudeiro, pelos alvarás de 17 de fevereiro de 1698 e de 13 de janeiro de 1696. Cavalleiro da ordem de Christo, com seis mil réis de tença, em satisfação dos serviços do pae, pela resolução da repartição de fazenda de 21 de agosto de 1692, passando-se a portaria a 28 do seguinte outubro e a carta do padrão a 20 de novembro. Procedendo-se ás provanças da sua pessoa para poder entrar na mesma ordem, foram approvadas pela Mesa da Consciencia e Ordens, menos no impedimento de ser menor de dezoito annos, por ter sómente dez de edade, e julgado não estar capaz de n'ella professar em consulta de 17, resolvida por El-Rei com —*está bem*— a 28, tudo do mez de dezembro do referido anno de 1692; depois esse tribunal, attendendo aos ponderosos motivos por que se tinha feito a mercê, consultou de novo, em 23 de março de 1695, que se dispensasse na menoridade, e assim foi deferido logo a 3 de abril pelo mesmo senhor —*como pede*— (Veja-se no Real Archivo da Torre do Tombo, habilitações da ordem de Christo, lettra M, maço 39, num. 57). Em 30 d'abril do dito anno de 1695, houve os alvarás para ser armado Cavalleiro e da profissão, e a carta do habito. Em Mazagão achou-se em todas as pelejas que houve com os moiros, dando provas de muito valor e de grande esforço, especialmente no encontro que com elles teve no dia 7 de dezembro de 1702, e indo por mar tomar lingua á cidade de Tête: assentou praça a 9 de maio de 1694, na companhia de infanteria do Capitão Nuno da Cunha da Costa, e serviu quinze annos, tres mezes e dois dias, em soldado infante, mosqueteiro e cavalleiro espingardeiro, com cavallo e armas proprias até ao dia 10 de agosto de 1709, em que saiu d'essa praça com licença do Governador para vir ao reino; mas sendo encontrado na viagem por um corsario de Argel, foi levado para essa cidade onde esteve captivo muitos annos, e *gastou com a sua liberdade toda a sua pobreza*, conforme elle se explica dirigindo-se a El-Rei. Voltando á côrte lhe fez o mesmo senhor mercê do officio de Escrivão da Camara da cidade de Lagos, por alvará de propriedade de 19 de novembro de 1714, em compensação do de Contador e Juiz da alfandega

e de Capitão de infanteria de Mazagão, que foram do pae e se extinguiram quando já a elle pertenciam, para o que tinha outro alvará de promessa dado em 9 de maio de 1694, e vencendo elle e sua irmã D. Catharina de Brito, trinta mil réis de tença cada anno, por carta de padrão de 5 de fevereiro de 1698. Habilitou-se pelo Desembargo do Paço para se encartar no mencionado officio aos 16 de novembro de 1718, e em 25 de junho d'esse anno lhe foi tirada a inquirição de testemunhas pelo Corregedor do Civel da cidade, o Doutor José da Costa e Silva. Em 10 de fevereiro de 1719 se lhe passou a carta do officio, não pagando os novos direitos de mercê, como o declara Henrique Corrêa da Silva, Cavalleiro professo na ordem de Christo e Escrivão proprietario da receita e despeza dos novos direitos na Chancellaria Mór do reino, em 3 de julho de 1715, porque em resolução de 22 do mesmo mez de 1644, á consulta do Conselho da Fazenda, ficaram isemptos de os pagar os Cavalleiros de Tangere e de Mazagão[1]. N'esta praça estava exercendo o posto de Meirinho do campo quando, por lhe sobrevir uma doença grave, teve de regressar á côrte em 28 de janeiro de 1746, para tomar banhos de Caldas e com licença do seu General; mas como por incuria do procurador não fosse apresentada na Vêdoria da mesma praça, e a excedesse seis mezes, em que faltou a tres mostras, quando se recolheu a ella lhe duvidaram dar o exercicio do mesmo posto, suppondo-o incurso no perdimento d'elle, pelo que teve de requerer a El-Rei pelo Conselho da Fazenda, que em consulta de 17 d'agosto do dito anno é de parecer que se defira ao seu requerimento, o qual teve despacho de Sua Magestade —*como parece*— em 27 de setembro d'esse anno; e logo a 13 de outubro seguinte se lhe expediu provisão para supprir a falta que houve em não se lhe notar a licença na referida Vêdoria, no excesso d'ella, para ser admittido ao exercicio do posto de Meirinho do campo, e se lhe passar fé do officio dos seus serviços. Pouco tempo se demorou em Mazagão, pois já se achava em Lagos no dia 6 de janeiro de 1749, em que nas casas da sua morada se lavrou a escriptura, como adiante se dirá, da renuncia que fez do seu officio de Escrivão da Camara da mesma cidade, no filho Rodrigo Xavier de Azevedo Coutinho. Falleceu em Faro. Filho de Antonio de Azevedo Coutinho, Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei, Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença, e se lhe expediram os alvarás de Cavalleiro e de profissão e a carta do habito, a 27 de agosto de 1666. Em 14 de novembro de 1676 se lhe passou um padrão de trinta mil réis, tambem de tença, e a 19 d'esse mez de 1678 o de dez mil réis que fica referido. Capitão

[1] A Gazeta de Lisboa de 10 de março de 1735, a paginas 119, faz d'elle honrosa menção, dando conta de um combate que houve com os moiros nas fronteiras.

de uma das cinco guardas de cavallaria, Contador, Juiz da alfandega e Capitão de infanteria, tudo na praça de Mazagão, onde serviu assim por mar como por terra em todas as occasiões de guerra, ajudando a matar e a captivar muitos moiros, gastando a sua fazenda em compra de cavallos e armas e no luzimento da sua pessoa, por ser um Fidalgo muito honrado. Foi morto pelos moiros em 15 de setembro de 1684, tendo sido baptisado em 14 de janeiro de 1657, na freguezia de Nossa Senhora da Assumpção da mesma praça. E de D. Maria Manuel da Cunha, com quem casou n'essa egreja a 3 de março de 1680, e n'ella baptisada a 4 de maio de 1665, sendo seus paes Vicente da Cunha da Costa, Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. Affonso VI, a que foi acrescentado de Cavalleiro Fidalgo por alvará de 19 d'outubro de 1674. Cavalleiro professo na ordem de Christo, Cavalleiro acobertado, Capitão de infanteria e Contador dos Contos, em Mazagão, e D. Constança da Cunha, sua prima co-irmã. Filho quarto de Manuel de Azevedo Coutinho, Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei, Cavalleiro professo na ordem de Christo, com os vinte mil réis de pensão que tinha, e mais outro tanto de tença, que lhe foram dados em 19 de dezembro de 1651, por um alvará de lembrança de promessa de Commenda de quarenta mil réis por anno, o que se lhe fez effectivo pela resolução de consulta do Conselho da Fazenda de 6 de fevereiro de 1676 e de 10 de junho de 1678, e as portarias do habito e da tença se passaram a 18 e a 29 de junho de 1653, e o alvará de Cavalleiro e carta do habito a 15 d'esse mez de 1655. Em Mazagão, onde nasceu, serviu com armas e cavallo á gineta acobertado, desde 1 d'abril de 1642: e foi *Capitão das cinco Guardas, posto que só servem Fidalgos de qualidade.* Alcaide Mór, de serventia, no impedimento do proprietario, que ficou menor de quatro annos pelo fallecimento de Luiz de Loureiro de Espinosa, por consulta do Desembargo do Paço de 18 de julho de 1651, deferida a 8 de agosto seguinte, e Adail da gente de guerra por mercê de 11 de maio de 1666. Em 21 de janeiro de 1622 foi respondido com dois habitos para os dois filhos, e para poder testar dos vinte mil réis de tença nas filhas, de que houve alvará a 16 de junho de 1664, e mais pelo de 23 de março de 1676 teve outra tença de quarenta mil réis, com faculdade tambem de a poder deixar aos filhos, passando-se as portarias dos habitos a 22 de dezembro de 1663, e a para testar da tença a 15 de julho de 1664. Foi morto nos revelins ás lançadas, pelo genro João da Silva da Cunha, por umas razões que ahi tiveram a respeito dos seus empregos, pelo que este veiu preso para Lisboa onde assim falleceu; e de sua segunda mulher D. Filippa do Rego, filha de Jorge do Rego Beliago e de D. Isabel do Couto, segunda mulher, elle referido a paginas 512. Neto de Francisco de Azevedo Coutinho, Fidalgo Escudeiro da casa de El-Rei D. Filippe II, a que foi

acrescentado de Moço Fidalgo [1], Cavalleiro da ordem de Christo com vinte e quatro mil réis de tença, por carta de padrão de 12 de julho de 1608, expedindo-se a carta do habito e o alvará de Cavalleiro a 23 de abril do mesmo anno, e o para professar no convento de Thomar a 22 de agosto de 1609, pondo-se n'elle apostilla a 13 de maio de 1610, que declara dar-se-lhe licença para o fazer em uma das egrejas de Mazagão, onde se achava por ter sido para ahi mandado servir por seu pae, para impedir que casasse com D. Maria de Abreu, mulher nobre de Lisboa; mas este casamento sempre veiu depois a realisar-se, obrigado por uma demanda que ella lhe foi mover á mesma praça, e estando elle já viuvo. Serviu cinco annos com armas e cavallo á gineta acobertado; quatro annos de Adail e Cabo Maior de cavallaria; e de Capitão da gente de cavallo, com cinco d'elles á sua custa, de uma das guardas de campo: achando-se em muitas pelejas com os moiros, sendo por elles ferido com tres lançadas, pelo que o referido Rei lhe fez mercê de duzentos cruzados, por uma vez sómente, por alvará dado em Lisboa a 18 de agosto de 1609, e a 17 de setembro seguinte teve promessa de Commenda de cem mil réis, largando a tença dos vinte e quatro mil réis logo que n'ella entrar, e vencendo sessenta mil réis de pensão assentados no almoxarifado da referida praça, de 1 de jnlho de 1604 em diante, em quanto a mesma se não verificar. Continuou depois servindo de 1 de outubro de 1622 até fim de junho de 1627, sendo do Conselho de guerra, Almocadem e Contador da real fazenda: e de D. Martha da Fonseca, terceira mulher, filho de Pedro Luiz da Fonseca e de D. Maria Capella, ditos a paginas 512. Bisneto de Antonio de Azevedo, Fidalgo da casa de El-Rei, Commendador da ordem de Christo, senhor de S. João de Rei, Bouro e Aguiar de Pena (terras que haviam sido de seu pae, Pedro Lopes de Azevedo, que foi morto pelos moiros combatendo valorosamente em Arzilla), por mercê do Infante D. Luiz, confirmada por seu pae El-Rei D. Manuel, em cartas feitas na cidade de Evora no mesmo dia 18 d'abril de 1520, por João Rodrigues, as quaes houveram depois nova confirmação por carta de El-Rei D. João III, escripta por Alvaro Fernandes, em Lisboa, a 29 de agosto de 1542.

[1] Seis mil e quinhentos réis no dito Thesoureiro (em Antonio Lameira, Thesoureiro da casa) a Francisco de Azevedo Coutinho, filho natural de Antonio de Azevedo, que lhe monta haver de seus corregimentos de Escudeiro a que foi acrescentado de Moço Fidalgo, por ter mil trezentos trinta e tres réis de moradia por mez de Fidalgo Escudeiro. Em Lisboa, a 26 de janeiro de 1605. — Pelo Conde de Linhares — O Bispo Conde.

Livro VIII das Ementas, folhas 87, no Archivo da Torre do Tombo.

Tiveram filhos.

6 **D. Maria Manuel da Cunha.** Nasceu em Mazagão, e falleceu a 28 de dezembro de 1745, em Lagos, onde jaz na egreja de S. Sebastião. Casou na mesma freguezia, recebendo-se na capella de Santa Barbara da dita cidade, com Simão Manuel de Villalobos, Cavalleiro da ordem de Christo, por mercê de 9 de dezembro de 1718, pelos serviços do pae, dando-se-lhe tambem n'esse dia uma tença de cincoenta mil réis repartida em duas, a saber, doze mil réis com o habito, e trinta e oito mil réis assentados no almoxarifado do reino, e de ambas se passaram cartas de padrão em 31 de agosto e 5 de setembro de 1720. N'esse anno, a 14 de abril, houve alvarás de Cavalleiro e da profissão, e a carta do habito, que lhe foi lançado no convento de Thomar a 13 do immediato mez de julho. Provedor das almadravas do reino do Algarve, do que resultou, em consequencia de ficar alcançado com a fazenda real, um sequestro á sua casa que durou setenta annos, satisfazendo-se a divida em ser com a venda de varias terras no cabo de S. Vicente, já em vida de seu neto Simão Manuel de Villalobos de Azevedo Coutinho, como consta de uma provisão d'El-Rei D. João VI dada sobre resolução de consulta do Conselho de Fazenda de 29 de novembro de 1826. Official da Secretaria do referido reino quarenta e um annos e depois Secretario do governo das armas d'elle por patente de 19 de julho de 1753, que havia vagado pelo fallecimento de seu genro Antonio de Carvalho de Reboredo. Nasceu a 14 de agosto de 1698, em a freguezia de S. Sebastião de Lagos, e n'essa egreja está sepultado desde 6 de maio de 1765, dia seguinte ao da sua morte. Filho de Gaspar de Villalobos, Cavalleiro da ordem de Christo em 22 de abril e por portaria de 6 de maio de 1682, com duas tenças: de doze mil réis para os ter com o habito, e de quarenta e oito mil réis, para perfazerem uma de sessenta mil réis por anno: as cartas de padrão d'ellas foram dadas a 24 de novembro do dito anno e a 25 d'esse mez do de 1683, e os alvarás de Cavalleiro, da profissão, e carta do habito a 29 de junho anterior. Escrivão dos orfãos de Lagos[1] por alvará de 12 de junho de 1679. Juiz da alfandega da mesma cidade em cumprimento de uma carta de solemne promessa de officio dada ou-

[1] Este officio lhe veiu por seu pae Manuel de Almeida, que o houve por Anna de Villalobos, com quem casou em 7 de fevereiro de 1633; ella nasceu a 15 de outubro de 1607, e falleceu a 4 d'outubro de 1686. Era filha de Gaspar de Villalobos, que teve o mesmo officio e de Maria de Brisses, que casaram a 19 de setembro de 1596: e neta paterna de outro Gaspar de Villalobos e de sua mulher Ignez Gonçalves, e materna de Lazaro Rodrigues e de Elvira Dias.

trosim no mencionado dia 24 de novembro de 1683. Tenente Governador da praça de Sagres trinta e dois annos, seis mezes e vinte e tres dias, contados de 16 de janeiro de 1672 até 8 d'agosto de 1704, tendo antes servido dezeseis annos e quinze dias, desde 1 de janeiro de 1656 a 15 d'esse mez de 1672, em soldado pago, Ajudante da cidade de Faro, Sargento Mór da de Lagos, prestando assignalados serviços: indo em 1657 de soccorro ao Alemtejo; achando-se na campanha de Olivença; no sitio de Badajoz e em muitas outras acções da guerra da acclamação; ajudando a defender a fortaleza de Sagres contra as armadas de Castella e dos turcos, como se póde ver de um attestado passado a 4 de março de 1682 por Simão Rodrigues Moreira, Capitão e Governador da mesma fortaleza[1], e na remuneração dos seus serviços, que se acha no livro 12 das Mercês de El-Rei D. João V, a folhas 94 encontram-se as seguintes expressões a elle referidas: «e ancorando n'aquella bahia (a de Sagres) um corsario fran«cez despediu gente na lancha contra um navio inglez, e fazendo-lhe «signaes para se retirar entraram com effeito no navio inglez e aca«nhoando ao corsario o obrigou a retirar e fazer restituir o que tinha «tomado ao inglez: — emparando-se dois navios francezes da dita «fortaleza acossados de dois inglezes que intentaram tiral-os debaixo «da nossa artilharia, lhe impediu esta guarnição fazendo-os retirar por «quatro vezes etc.» Não me consta que houvesse então reclamações de alguma das duas nações. Nasceu em Lagos, sendo baptisado na freguezia de Santa Maria a 14 de maio de 1635, e morreu em Sagres, sepultando-se na egreja de Nossa Senhora da Graça da mesma villa, e deixando em seu testamento seiscentas noventa e seis missas de legados. E de D. Maria da Veiga Corrêa, natural de Budens, no cabo de S. Vicente, fallecida a 22 de outubro de 1738: filha de Affonso Bravo Marreiros, nascido na Rapozeira, e de D. Catharina Jorge Corrêa, em Budens.

Tiveram filhos.

7 **D. Victoria Francisca da Cunha de Azevedo Coutinho.** Nasceu em Lagos na freguezia de S. Sebastião (assim como seus irmãos) a 6 de março de 1730, e casou com Antonio de Carvalho de Reboredo, seu parente, Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença,

[1] Está incorporado na habilitação de seu irmão Luiz de Villalobos, para professar na ordem de Christo, a qual foi approvada em 24 do referido mez de março de 1683, pela Meza da Consciencia e Ordens; e se acha no Archivo da Torre do Tombo, nas Habilitações da ordem de Christo, letra L, maço 16, numero 9.

em 6 de maio de 1724; Secretario do governo das armas do Algarve, onde antes serviu dezeseis annos, até 15 de fevereiro de 1723, de Official da ouvidoria geral, da contadoria e da secretaria do mesmo reino, nascido a 31 de julho de 1692 —c. g. Filho do Tenente Francisco Corrêa Marreiros (irmão da mencionada D. Maria da Veiga Corrêa) e de sua primeira mulher D. Francisca Leonarda de Murga, com quem se recebeu a 3 de setembro de 1691. Tinha uma fanga de trigo por mez dada em alvará de 8 de fevereiro de 1683.

7 **D. Anna de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 22 de abril de 1732.

7 **Gaspar de Villalobos.** Nasceu a 21 de dezembro de 1733.

7 **Manuel de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 6 de maio de 1735.

Todos tres morreram creanças.

7 **D. Francisca Angelina Xavier da Cunha.** Nasceu a 8 de maio de 1737, e estando recolhida no convento de Nossa Senhora do Carmo da cidade de Lagos, com o nome de D. Francisca Angelina do Coração de Jesus, fez testamento a 30 de maio de 1792.

7 **Gaspar de Villalobos**, Capitão Commissario de mostras. Nasceu a 14 de junho de 1738, e falleceu a 8 de dezembro de 1779: jaz na Misericordia de Lagos. Casou a 13 de novembro de 1759 com D. Maria da Silveira Pitta, viuva de Xavier Benedicto da Costa Coutinho, e filha do Capitão Francisco Xavier de Figueiredo e de D. Isabel da Silveira Pitta, ambos de Tangere.

Tiveram filhos.

8 **D. Maria da Silveira.** Nasceu a 12 de setembro de 1761, e morreu no primeiro estado.

8 **D. Francisca Victoria da Silveira.** Nasceu a 8 de dezembro de 1762, e falleceu em 3 de agosto de 1806, sendo sepultada na Misericordia de Lagos. Casou a 26 de julho de 1780 com Luiz Manuel da Silva Leote, Major reformado, que morreu em 1 de dezembro de 1802 —c. g. Filho de Francisco Corrêa da Silva, Védor Geral da artelharia do Algarve, e de D. Victoria Francisca Xavier de Sousa, fallecida a 27 de junho do dito anno.

7 **Manuel de Azevedo Coutinho**, Cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz, com doze mil réis de tença, por decreto de 1 de março de 1804. Coronel e Governador de Villa Nova de Portimão, em 17 de dezembro de 1799, pela reforma de Diogo Taveira Serrão. Tenente Coronel e Governador da praça de Castro Marim, em 26 de novembro de 1793, succedendo a Henrique José de Figueiredo. Sargento Mór de infanteria, para onde tinha passado em 28 de junho de 1785, e outrosim Governador da fortaleza de S. João do registo da barra de Tavira, vaga pelo fallecimento de João Baptista d'Attayde, e governando D. Bruno de Sousa Henriques de Almeida, as armas do Algarve. Capitão, em 9 de dezembro de 1774 (exercendo tambem o logar de Auditor desde 1778 em que este falleceu), da 7.ª companhia do regimento de artilharia da praça de Lagos, creado de novo por ordem do Marechal General Conde reinante de Schaumbourg Lippe, para o qual foi quando elle se formou do casco velho, onde era primeiro Tenente, promovido a 12 d'agosto de 1762, commandando em chefe a sua companhia que era a do Tenente Coronel, e servindo de Quartel-Mestre desde 1 de março de 1768 até 21 de setembro de 1774. Alferes em 26 de junho do dito anno de 1762 no regimento de artilharia e marinha do mesmo reino, em que tinha assentado praça, dando baixa do logar que n'elle occupava de Official da secretaria, sendo-lhe permittido trocar de arma, para ir servir na guerra, com algum Official de infantaria de egual graduação, o que não conseguiu por haverem já marchado para a campanha aquelles com quem o podia fazer. Achou-se na restauração do Algarve contra os francezes, sendo membro da Junta organisada na cidade de Lagos, empregando-se com grande actividade na inspecção do termo da mesma praça. Com o seu regimento veiu para esta côrte, estando de quartel na Feitoria e na Cruz Quebrada, como attestam, no primeiro d'esses sitios, em 16 de dezembro de 1764, Diogo Ferriel, Tenente Coronel Commandante do regimento de artilharia da praça de Lagos e reino do Algarve, o qual diz — que o achou servindo no posto de Tenente, no antigo corpo, e que quando se organisou o actual lhe entregou uma das companhias para a disciplinar conforme o novo regulamento—; e em 15 de janeiro de 1768 João Bento Python, Tenente Coronel, Lente da aula, e Commandante do regimento de artilharia de Lagos. E no segundo dos ditos sitios, em 12 de janeiro de 1775 (e em Faro a 18 de março de 1783), Christiano Frederico de Weinholtz, professo na ordem de Christo, Fidalgo da casa de Sua Magestade, Brigadeiro dos seus exercitos, Coronel do regimento de artilharia de Lagos e Lente das aulas da mesma profissão. Tambem houve outros attestados passa-

dos em Tavira: em 10 de setembro de 1764 por D. Francisco Xavier de Menezes, Marquez do Louriçal, do Conselho d'El-Rei, Governador e Capitão General do reino do Algarve; em 11 de agosto de 1790 por Agostinho Jansen Moller, Fidalgo da casa de Sua Magestade, Commendador na ordem de S. Bento de Aviz, Marechal de Campo dos reaes exercitos e Governador interino do Algarve[1]; em 25 de outubro de 1809 por Francisco de Mello da Cunha de Mendoça e Menezes, Marquez da villa de Olhão, Conde de Castro Marim, do Conselho do Principe Regente meu senhor, Gentilhomem da sua real camara, Grão Cruz da ordem de Christo, Monteiro Mór do reino, um dos Governadores do mesmo, Presidente do Senado da Camara, Conselheiro de guerra, Tenente General dos

[1] Agostinho Jansen Moller, Fidalgo Cavalleiro da casa de ElRei D. José por alvará de 29 de março de 1758, Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença em 15 d'esse mez e anno, dia em que se lhe passou patente de Brigadeiro de infanteria para o estado da India com quarenta e cinco mil réis de soldo por mez, procedendo-se pela meza da Consciencia e Ordens á habilitação da sua pessoa, que foi approvada a 22 d'esse mesmo mez, morando elle, quando tiverão logar as diligencias do estylo, na freguezia de Santa Isabel ao *Portal* de S. João dos Bem casados, e existem no Archivo da Torre do Tombo, nas Habilitações da ordem de Christo, letra A, maço 8, num. 6. N'esse posto voltou ao reino, e foi Commandante do regimento de infanteria de Lagos, Governador d'essa cidade onde já o dá o *Almanach de Lisboa de* 1782. Marechal de Campo dos reaes exercitos em 1790, Governando interinamente o reino do Algarve, até 1791, em que foi para Governador de Setubal e n'esse cargo falleceu em 1796, e já depois de morto foi despachado Tenente General. Na sua mocidade serviu nos exercitos da Imperatriz de Alemanha D. Maria Thereza de Austria, durante a guerra dos sete annos: seguindo os postos n'este reino, para onde regressou, achando-se no de Tenente Coronel do regimento de cavallaria da praça d'Elvas quando foi para a India. Teve a Commenda de Oriz na ordem de S. Bento de Aviz, por mercê de 12 de julho e carta de 8 d'outubro de 1790, e por outra de 17 de janeiro de 1791, umas marinhas em Faro, para elle e seus descendentes, que não as possuiram muito tempo, pois uma unica filha que teve, D. Maria Thereza, é já fallecida sem tomar estado. Nasceu n'esta cidade no anno de 1719, em que foi baptisado a 12 de setembro na egreja de S. Vicente de Fóra, sendo o ultimo de doze irmãos entrando no numero d'elles D. Margarida Josefa Micaella Jansen, mencionada a paginas 476. Casou em 1785 com sua sobrinha D. Catharina Primiciana Jansen Moller, em quem renunciou uma tença, que tinha de cento e oitenta e oito mil réis e se lhe passou padrão a 30 de janeiro do dito anno acima: fazendo-se depois mercê, em recompensa de sessenta annos de seus serviços, da mesma Commenda em 30 de janeiro de 1797, e de uma pensão de trezentos mil réis em 7 de fevereiro seguinte, á sua unica filha nascida d'este matrimonio, a já referida D. Maria Thereza Jansen Moller. Sua mulher foi filha de Pedro Jansen Moller e de D. Thereza Micaella da Silva e Costa, e irmã (que tambem foram doze) de Alexandre Jansen Moller, do Conselho da Rainha D. Maria I, e Deputado do conselho geral do Santo Officio em 1792; ainda em 1814.

reaes exercitos, Governador e Capitão General do reino do Algarve e n'elle Regedor das justiças: foi este attestado passado em Lisboa, e tanto n'elle como nos outros vem declaradas as qualificações que ficam mencionadas. Nasceu em Lagos aos 16 de fevereiro de 1740, e foi baptisado em 15 de março do dito anno na egreja de S. Sebastião, em que está sepultado; tendo fallecido a 4 de setembro de 1810, na mesma cidade que então governava. Casou em Lisboa na freguezia de Santa Isabel aos 31 de março de 1767, com D. Guiomar Leonarda Severa de Vasconcellos[1], que nasceu em Loulé a 9 de novembro de 1743, e a 17 do mesmo mez foi baptisada na matriz de S. Clemente da dita villa. Morreu em Faro a 26 de junho de 1782, e jaz na capella de Nossa Senhora do Carmo da ordem terceira. Filha de Rodrigo Botelho da Fonseca, Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei D. João V, com setecentos e cincoenta réis de moradia por mez, a que foi acrescentado de Escudeiro Fidalgo por alvará de 5 de julho de 1741. Escrivão dos direitos reaes da repartição da lenha e carvão da alfandega das sete casas, com cento e quarenta mil réis de ordenado por anno, officio que seu pae, Francisco Botelho da Fonseca, n'elle renunciou por um alvará dado a 21 de junho de 1754; passando-se-lhe n'esse anno, a 5 de novembro, carta de propriedade, confirmada por outro de 19 do mesmo mez de 1771. Capitão de cavallos da ordenança da costa do Algarve, e Escrivão da camara de Loulé: que nasceu em Via-Longa, onde foi baptisado a 22 de setembro de 1714 na egreja de Nossa Senhora da Assumpção; falleceu em Lisboa a 8 de dezembro de 1801 e está sepultado na egreja da Magdalena. E de D. Maria Joaquina Barrozo de Almeida, sua prima, com quem se recebeu a 6 de fevereiro de 1737, na de S. Vicente de Fóra, baptisada a 2 de outubro de 1715 em Santa Engracia, que morreu na freguezia do Salvador a 1 de novembro de 1755.

Tiveram filhos.

8 **D. Maria Joaquina de Azevedo Coutinho.** Nasceu em Lisboa aos 16 de

[1] Teve mais duas irmãs que foram: D. Anna Possidonia Barrozo de Almeida, que nasceu a 30 de novembro de 1737, e casou em 15 de agosto de 1764, com João Bernardo Mascarenhas da Cunha — C. g. D. Thereza Josefa de Vasconcellos Barrozo, nascida a 15 de outubro de 1751, e cazada a 10 de maio de 1777, com Bernardo Maximiano Paganino, Cavalleiro professo na ordem de Christo, Official Maior do conselho da fazenda e da secretaria da serenissima casa de Bragança, etc., os quaes além de outros filhos, tiverem a Rodrigo Botelho da Fonseca Paganino, que fica mencionado a paginas 490.

janeiro de 1768, e morreu em Lagos a 23 de maio de 1845: jaz no cemiterio da freguezia de Santa Maria.

8 **D. Maria Manuel da Cunha de Azevedo Coutinho.** Nasceu em Lisboa a 10 de junho de 1770, e falleceu em Lagos a 9 de julho de 1835: foi sepultada no cemiterio da egreja de S. Sebastião.

8 **D. Anna Leonarda de Azevedo Coutinho.** Nasceu em Carcavellos a 25 d'agosto de 1771, e em 29 do mesmo mez de 1865 morreu em Villa Nova de Portimão, onde jaz no competente cemiterio.

8 **D. Rita de Cassia de Azevedo Coutinho.** Nasceu tambem em Carcavellos a 17 de novembro de 1772, e a 27 d'esse mez foi baptisada na egreja parochial de Nossa Senhora dos Remedios do dito logar: falleceu com testamento em Lagos a 4 de abril de 1832, e está sepultada na collegiada de S. Sebastião d'essa cidade. Casou a 9 de maio de 1805, recebendo-se na matriz de Villa Nova de Portimão, com Francisco de Paula Sarrea Tavares, Coronel do regimento de milicias de Lagos em 13 de junho de 1828. Assentou praça em 12 de abril de 1797 no regimento de infanteria num. 2, sendo reconhecido Cadete a 10 do seguinte mez d'agosto; n'elle serviu seis annos, até 1803 em que deu baixa. Novamente entrou na carreira militar aos 21 de outubro de 1807, no mencionado regimento de milicias em Capitão de fuzileiros, passando na mesma graduação para a companhia de granadeiros em 6 de abril de 1813; sendo promovido a Tenente Coronel em 24 de maio de 1821, posto em que se achava reformado desde 3 de setembro de 1826, quando voltou á effectividade na occasião de ser despachado Coronel. Succedeu a seu pae em 29 de março de 1799 no morgado da Donalda; e em 6 d'abril de 1812, no de Faro, a seu tio Bartholomeu José de Garfias Torres, Capitão Mór das ordenanças da mesma cidade. Nasceu a 19 de outubro de 1779, em Villa Nova de Portimão, onde a 1 de novembro d'esse anno foi baptisado na egreja matriz. Morreu em Lisboa a 25 de setembro de 1834 [1], com testamento feito aos 31 de março de

[1] Foi assassinado, estando hospedado em casa de D. Monica Fortunata da Conceição, no predio num. 32, na travessa de Santo Antonio, freguezia de S. Mamede, das dez para as onze horas da noute do referido dia 25 com uma punhalada no coração, estando elle na cama, por uns poucos de homens aceados, que arrombaram as portas. Desejando evitar odios perpetuos calamos o que sabemos a este respeito; limitando-nos a copiar poucas linhas da carta em que se communicou esta desgraça á sua familia, que

1832, em Villa Nova de Portimão. Filho de Manuel José de Sarrea Tavares, Cavalleiro da ordem de Christo, para a qual foi habilitado pela Meza da Consciencia e Ordens em 11 de fevereiro de 1767 (vejam-se as Habilitações da ordem de Christo, lettra M, maço 17, num. 13, no Archivo da Torre do Tombo). Capitão Mór das ordenanças de Villa Nova de Portimão, por patente de 28 de março de 1787. Administrador do morgado da Donalda: que nasceu a 10 de dezembro de 1729 e morreu a 29 de março de 1797 na mencionada villa; e de D. Marianna Victoria Garfias e Torres, com quem ahi se recebeu na capella de Nossa Senhora do Amparo, da quinta do Bispo, aos 15 de junho de 1769, e foi sua segunda mulher; nascida em Faro a 29 de abril de 1750 e fallecida no logar de Algoz, concelho de Silves em o Paço, a 16 d'esse mez de 1807. Irmã de Bartholomeu José Garfias e Torres, Cavalleiro da ordem de Christo, Mestre Escóla da sé de Faro, e instituidor do já citado morgado n'essa cidade e seu termo.

Tiveram filhos.

9 **Francisco de Paula Sarrea Tavares.** Nasceu a 12 de janeiro de 1805, em Silves: morreu no collegio de Nossa Senhora da Conceição em 3 de dezembro de 1816, n'esta cidade, onde jaz na egreja de S. Mamede.

9 **D. Catharina Theotonia de Sarrea.** Nasceu a 18 de dezembro de 1806, e morreu em 27 de julho de 1807, na quinta da Donalda: jaz na egreja dos religiosos Capuchos de Villa Nova de Portimão.

9 **Manuel José de Sarrea Tavares Garfias e Torres.** Administrador dos morgados da Donalda (quinta comprada em 1654 por seu 5.º avô Luiz Simões de Sarrea[1]), de Quelfos e de Faro. Nasceu

são: «Ah que horror! que barbaro assassino! na propria casa! na propria cama! a sangue frio! com premeditação! atraiçoadamente! Ah! aonde parará a perversidade dos homens! A natureza extremece, a humanidade geme e resta-nos apenas a nobre consolação de prantear as victimas.»

[1] Era terceiro neto de Luiz Simões, appellido este a que pertence o mais antigo brazão de armas que existe no Archivo da Torre do Tombo, livro 4 dos Misticos, folhas 45, dado por ElRei D. Duarte, em carta feita em Aviz por Martim Gil aos 10 de julho de 1438, a Gil Simões, mencionado a paginas 320 e 363, ao qual El-Rei D. Affonso V intitulando-o Cavalleiro da sua Casa, dá por carta passada em Santarem a 5 de setembro de 1463, dez moios de trigo pela renda do reguengo de Ninho no termo de Silves;

em 28 de setembro de 1808, ás onze horas e tres quartos da noite, em Villa Nova de Portimão, e foi ahi baptisado na matriz de Nossa Senhora da Conceição a 22 do seguinte outubro. Casou na freguezia de Santa Isabel, sendo recebido a 15 de agosto de 1850 no oratorio da casa de seus sogros á praça das Flores, por Antonio Botelho da Fonseca Paganino, do Conselho d'El-Rei D. João VI, Monsenhor Prelado da santa egreja patriarchal, Freire conventual da ordem de S. Thiago da Espada, Abbade sem Cura de S. Pedro de Gondarem e Beneficiado da insigne collegiada de Santo Estevão de Alfama (irmão de Rodrigo Botelho da Fonseca Paganino, dito a paginas 490), com D. Maria da Piedade Michaella da Motta Feo Henriques de Castello Branco, que nasceu em Cachias aos 29 de setembro de 1829 e aos 10 do immediato outubro foi baptisada na egreja parochial de Nossa Senhora da Purificação da villa de Oeiras: filha de mim João Carlos Feo Cardoso de Castello-

e ElRei D. João II o nomeou Coudel na mesma cidade e em Villa Nova de Portimão por tres annos, por outra dada a 3 de junho de 1487, Moço da Camara de El-Rei D. Manuel, segundo se vê do maço 1, livro 3, folhas 10, das moradias da casa real, no dito Archivo, no seguinte mandado de 16 de julho de 1512: «Luys symões filho de Ruy de «faraaõ ha por mes de moço da camara quatro centos e seys reis e a cevada no cyleiro «monta se lhe do primeiro dia de março de quinhentos e doze annos até fim de Junho «mill e seyscentos e vinte quatro reis — he verdade que o dito luis symões recebeo do «dito Feitor os ditos mill e seyscentos e vynte quatro reis e por verdade asynou aqui «comigo escripvam em dezeseis dias de Julho de quinhentos e doze annos Vasco de Pyna «— luis symões.» Cavalleiro do Conselho com oitocentos réis de moradia por mez em 1518, e como tal mencionado a paginas 359 do II tomo das Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, por D. Antonio Caetano de Sousa. Cavalleiro da ordem de Christo, de que tomou o habito na matriz de Thomar a 22 de janeiro de 1529. Serviu em Africa como se vê da «Folha porque Nuno Fernandes de Athayde, Capitão Go«vernador da cidade de Çafim mandou pagar ás pessoas nella contheudas o terceiro «quartel de suas moradias do anno de 1512, em que é feita a 4 de Outubro» e está na parte II da Collecção do Corpo Chronologico, maço 34, documento num. 126. Acha-se assignado em duas cartas, que a camara de Tavira escreveu a ElRei; uma contra a organisação das ordenanças; e outra sobre o lote da sardinha: não tem data, mas referem-se ao licenciado Jordão Botelho, que em 21 de março de 1527, se dirigiu ao mesmo Senhor sobre o assumpto da primeira, e a segunda ser em 1533, anno em que por cartas de 31 de janeiro e de 3 de fevereiro foi para Feitor mór no Algarve da arrecadação da renda da dita sardinha. As mencionadas cartas existem no referido Archivo no armario 26, maço 3, num. 26; e n'esse mesmo maço num. 23, ha dois cadernos sem data, mas que se conhecem ser do seculo XVI, e tem por titulos — Cadernos das armas e Caderno dos cavallos — «que hos Fidalguos que a nesta cydade de Tavilla decrarão

Branco e Torres, que nasci em Paço dos Arcos a 1 de outubro de 1798, e a 11 d'esse mesmo mez fui baptisado na mencionada freguezia de Oeiras, sendo meus padrinhos os Serenissimos Principes D. João e D. Carlota Joaquina. E da senhora D. Maria do Carmo de Baena Falcão Van Zeller Henriques de Noronha, minha prima co-irmã, com quem casei em França a 17 de janeiro de 1825 na egreja parochial de S. José de Carrières sous Poissy, bispado de Versailles; nascida a 6 de agosto de 1795 n'esta cidade de Lisboa, e n'ella baptisada a 9 d'esse mez, no oratorio da casa de sua e minha avó a senhora D. Maria de Mello e Lima Falcão (referida a paginas 107), que era na rua do Paraizo, freguezia de Santa Engracia.

Tem filhos.

10 **Luiz Simões de Sarrea**, que nasceu pela meia hora da manhã

«que tinhaõ per seus asynados os quaes asynados ficaõ em minha maõ» nelles vem o seguinte: «Luis Symões disse que tem humas couraças e huma saya de malha e hum «capacete e huma adarga e duas beestas e quatro lanças e per verdade asynou.» Item. «Luis Symões disse que tem tres cavallos boons e por verdade asynou.» Ainda assignou no lançamento do emprestimo de Tavira, que em 1555 fez o Doutor Francisco Machado, e Corregedor Nobrega, em que pagaram os Fidalgos todos. E de Leonor Mascarenhas, como se declara a folhas 46 do livro II do Chantre de Evora Manuel Severim de Faria, denominados —Livros da Torre do Tombo, que estão na Bibliotheca Publica desta cidade— n'elles se encontra: «Mandamos a vós Fernão dalves, que deis a Leonor Maz, «filha de Ruy de Faro, e mulher de Luiz Simões, Cavalleiro de nossa caza, trinta mil «réis de que lhe fez mercê para ajuda do seu cazamento. Dada em Evora a 7 de maio «de 1520.» E a paginas 177 verso do tomo II ha mais o seguinte: No maço 24 do armario acima (no armario debaixo, junto á escada que vae para a casa da corôa) está outro *ibi* (mandado). Vae na folha de 18 debaixo do titulo de Cavalleiro, oitocentos réis por mez e cevada. No frontispicio dos referidos livros que são tres, e manuscriptos, vem uma declaração de D. Antonio Caetano de Sousa, pela sua propria letra feita a 13 de março de 1735, de serem seus estes livros, de como e de quem os houve. Estava já viuva no anno de 1563, como constava a folhas 127 do livro II da fazenda do hospital da referida cidade de Tavira de 1569, o qual já *desappareceu*. Era filha, como fica dito, de Ruy de Faro, Cavalleiro da casa de El-Rei D. Affonso V, que lhe fez mercê do officio de Recebedor dos captivos do bispado de Silves, por carta feita em Sacavem a 4 de março de 1463, Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença por anno, e mais dois mil duzentos e oitenta réis por padrão de maio de 1515, como consta do livro da receita da Chancellaria do mestrado de Christo «de que Affonso Gomes, he re«cebedor que principiou em Lisboa no ultimo de Fevereiro de 1514, e nos dos annos «de 1515 e 1516.» Maço 1, num, 7, na Torre do Tombo. El-Rei D. Manuel, lhe confir-

de 23 d'outubro de 1851, em Villa Nova de Portimão, onde foi baptisado a 9 de novembro na egreja do Collegio, que servia de parochial.

10 **D. Maria Francisca de Sarrea.** Nasceu pelas cinco horas e um quarto da manhã de 29 de janeiro de 1859 na mesma villa, e na sua freguezia foi baptisada a 13 de fevereiro.

9 **D. Joanna Francisca de Paula Sarrea.** Nasceu gemea com sua irmã adiante dita, e em perigo de vida, pelo que foram baptisadas ambas em casa a 2 de janeiro de 1810 pelas duas horas e meia da manhã, e n'elle a 12 de março se lhes pozeram os santos oleos na matriz de Villa Nova de Portimão; onde falleceu a 12 de janeiro de 1858 e lá jaz. Casou em Lisboa na freguezia de S. José a 9 de março de 1848, com José Joaquim de Paiva Manso Freire de Andrada, que succedeu nos dois mor-

mou em 17 de setembro de 1521, um afforamento, que fez a 22 de julho d'esse anno, de um esteiro de agua salgada no termo de Tavira, onde chamam o porto da Pedra, pelo fôro de quatrocentos reaes brancos por anno a Vasco Annes Corte Real, Alcaide mór d'essa cidade, por procuração, que este deu a Fernão Pimentel, Juiz da alfandega d'ella. Pouco mais viveu á vista do seguinte documento: «Sessenta mil réis no almo«xarifado de Sylves, á mulher e *erdeiros* de Ruy de faram de moto de seu casamento «de que tinha outro desembarguo pera o dito almoxarifado que foy roto em alcouchete «a vinte e quatro dias de novembro de 526 pelo Comde — Rey.» Livro I das Ementas, folhas 121 in fine; no mencionado Archivo. Jaz na capella mór do hospital do Espirito Santo de Tavira, onde por sua alma se diz uma missa rezada cada dia, *que são* 365 *no anno*, saindo com agua benta sobre a sua cova. E de Beatriz Mendes, que para essa obrigação deu dezeseis mil réis em fóros, como se referia em um livro antigo, que serviu de apontador das rendas e obrigações dos legados, que o hospital tinha n'aquelle tempo; o qual livro tambem já não existe. Luiz Simões, foi filho de outro Ruy de Faro, Escudeiro da casa de El-Rei D. Affonso V, que por carta passada em Aviz a 18 de fevereiro de 1469, lhe deu o officio de Escrivão da Mouraria de Faro, como o fôra João Gonçalves Botafogo. Em 3 de julho de 1476, lhe fez mercê do de Recebedor das cizas d'essa villa, que nas mãos do mesmo senhor renunciára Ruy Godinho: e em 29 d'esse dito mez, de um padrão de tres mil réis de tença, que tinha Gonçalo Sanches Castellão e o perdeu por ficar na Andaluzia levantado contra El-Rei; e ambas estas mercês tiveram logar por cartas feitas no Porto, por mais outro Ruy de Faro; e confirmadas por El-Rei D. João II em Vianna de Alvito a 4 de abril de 1482. Foi um dos tres Cavalleiros a saber, elle, João Soares e Sebastião Pequeno, por quem o Duque de Bragança D. Jayme, mandou arvorar as nossas bandeiras na praça de Azamor, no dia 3 de setembro de 1513 em que a tomou aos mouros: e em julho de 1515 se achou no destroço de Mamora. Veja-se Manuel de Faria e Sousa, na *Africa Portugueza*, paginas 111 e 131.

gados da casa, em que entra a quinta de Irga Ve[illegible]
de janeiro de 1865, e morreu em 4 de dezembro [illegible]
jaz na egreja do Divino Espirito Santo da freguezia [illegible]
concelho de Miranda do Corvo. Filho de Antonio Per[illegible]
va Manso Freire de Andrada de Carvalho, Cavalleiro [illegible]
da casa d'El-Rei D. José por alvará de 27 de mai[illegible]
Capitão Mór das villas de Miranda do Corvo e de Pena[illegible]
de D. Ignez Perpetua de Castro.

Tiveram filho.

10 **José de Paiva Manso Freire de Andrada.** Nasceu em Chã [illegible]
mas a 18 de dezembro de 1850.

9 **D. Maria Rita Paula de Sarrea.** Nasceu, como fica dito, gemea [illegible]
sua irmã. Casou na freguezia de S. Lourenço d'esta cida[illegible]
pelas quatro horas da tarde de segunda feira 24 de dezem[illegible]
de 1838, com Angelo de Sousa Prado, que nasceu a 2[illegible]
julho de 1798, e morreu n'esta cidade a 7 de abril de 18[illegible]
no jornal a *Opinião* de terça feira 8, e na *Nação* de quin[illegible]
feira 9 d'esse mez, se encontram dois artigos necrologicos [illegible]
a elle feitos. A sua viuva foi despachada com uma pensão a[illegible]
nual de cento e cincoenta mil réis. Filho de José Maria de
Sousa Prado Mascarenhas Peçanha, que teve praça no corp[illegible]
da armada real, e desde 1804 não houve d'elle mais noticia[illegible]
natural de Setubal; e de D. Gertrudes Thereza Mascarenhas,
da freguezia de S. Bartholomeu de Lisboa, onde casaram n[illegible]
de Nossa Senhora da Pena a 20 de setembro de 1791. Neto
paterno de Antonio Martins Mascarenhas Peçanha, Fidalgo da
casa d'El-Rei, de Evora; e de D. Filippa Rosa de Sousa Pra-
do Mascarenhas, de Setubal. Neto materno do Doutor Mathias
Antonio Tavares, da villa de Avó, que viveu 110 annos; e de
D. Maria Thereza Fragozo, d'esta cidade.

Tem filhos.

10 **Francisco de Paula Prado Sarrea.** Nasceu a 10 de setembro de
1841. Acha-se em Angola, para onde foi em 28 de fevereiro
de 1863.

10 **Angelo de Prado Sarrea.** Nasceu a 7 de fevereiro de 1843. As-
sentou praça de Aspirante da armada real em 23 de setem-

bro de 1856, e deu baixa em outubro de 1861. Actualmente empregado nas obras publicas desde dezembro de 1862.

8 **Simão Manuel de Azevedo Coutinho**, Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz. Condecorado com a cruz de oiro de seis campanhas da guerra peninsular e com a medalha de Albuera, em Hespanha. Tenente Coronel de infanteria effectivo em 1 de janeiro de 1825. Assentou praça de menor edade, em 1 de junho de 1778; foi reconhecido Cadete em 29 de abril de 1792; achou-se no acantonamento em 1797 e na campanha contra os hespanhoes em 1801. Tenente no regimento de infanteria num. 2 em 1 de setembro de 1808, e n'elle Capitão em 9 de janeiro de 1813. Major no de num. 14 em 18 de novembro de 1820. Tenente Coronel graduado addido á praça de Tavira em 5 de junho de 1824, e n'esse anno, em 25 de setembro, removido para a de Lagos para ahi servir interinamente de Major da praça, em que continuou depois de effectivo. Fez toda a guerra da Peninsula desde 1808 até 1814, sendo ferido gravemente a 2 de março d'esse anno em Ayre, na França. Em 28 de maio de 1828 foi preso em consequencia dos acontecimentos politicos d'essa época, e solto pelos de 24 de julho de 1833. Governou interinamente Villa Nova de Portimão, desde 18 de março de 1834, que defendeu nos seguintes dias 24 e 25 d'esse mez dos ataques dos guerrilhas. Nasceu a 23 de junho de 1775, em Lagos, onde morreu a 28 de novembro de 1851, e jaz em S. Sebastião. Casou na freguezia de Santa Maria da mesma cidade a 5 de dezembro de 1834, com D. Maria Gertrudes Mascarenhas Côrte Real, que ahi nasceu a 18 de setembro de 1804: filha de João Veloso Peçanha Cabral, Major reformado, e de D. Maria Francisca de Almeida Côrte Real.

Tiveram filhos.

9 **D. Maria Candida de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 11 de março de 1836 e foi baptisada a 6 de abril do mesmo anno.

9 **D. Maria Francisca de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 6 de maio de 1837 e foi baptisada em 1 de julho d'esse anno.

9 **Manuel de Azevedo Coutinho**, Alferes de infanteria, effectivo por decreto de 17 de setembro de 1862, e graduado por outro de agosto de 1858, com antiguidade de 30 de julho do mesmo anno, em que completou o curso da dita arma. Entrou para

alumno do collegio militar, admittido por portaria de 15 de setembro de 1848; e em 11 d'agosto de 1857 assentou praça no regimento de infanteria numero 1, então na villa de Mafra onde se achava o collegio; e por aviso de 25 do referido mez foi feito primeiro Sargento Aspirante a Official em o num. 15, corpo em que estava quando passou a Alferes, que hoje é no regimento num. 12 desde outubro de 1863; mandado apresentar á artilheria num. 4 para n'elle fazer serviço, na conformidade do decreto de 26 de julho de 1865: tambem pertenceu aos regimentos 10 e 16, e outrosim teve varias approvações em algumas das aulas da Escola Polytechnica. Nasceu em agosto de 1838, e no seguinte outubro foi baptisado: casou n'esta cidade de Lisboa, freguezia de Santa Isabel, em junho de 1865 (e todos estes tres acontecimentos no dia 8), com D. Leonor Stuart de Mendoça, que nasceu em Braga a 14 de março de 1846, filha de Francisco de Paula de Mendoça Peçanha, Commendador da ordem de S. Bento de Aviz, Cavalleiro das de Nosso Senhor Jesu Christo, de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Merito, General de Brigada reformado em 27 de janeiro de 1865, Promotor no Supremo Conselho de justiça militar sendo Tenente Coronel e Coronel; por haver sido deportado em 1828, emigrou para Hespanha, e passando á cidade do Porto fez a campanha toda. Nascido em Lagos a 11 de abril de 1807 e fallecido em Lisboa a 20 de dezembro de 1865. E de D. Constança de Moura Gomes Ponce, que nasceu em Villa Nova de Castilleijo, em Hespanha, a 24 de maio de 1807 e morreu tambem em Lisboa a 20 de julho de 1856.

Tiveram filha.

10 **D. Maria Luiza Stuart de Mendoça de Azevedo Coutinho.** Nasceu n'esta cidade a 18 de março e n'ella falleceu a 27 de junho, tudo no anno de 1865.

9 **D. Maria da Gloria de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 7 de agosto de 1840 e a 29 d'esse mez foi baptisada.

9 **João Velloso de Azevedo Coutinho.** Alferes do regimento de infanteria num. 15 por decreto de 3 de agosto de 1864, e para elle passou a pedido seu em 14 do dito mez de 1862, obtendo no mesmo corpo os postos graduados até ao de primeiro Sar-

gento, por ter o curso da arma de infanteria. Assentou praça no regimento 16 em 28 de junho de 1862, sendo reconhecido Aspirante a Official em 6 do seguinte julho. Nasceu a 5 de setembro de 1841 e foi baptisado a 9 de dezembro.

9 **D. Maria do Carmo de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 14 de maio de 1843: baptisou-se a 31 d'elle, e morreu queimada em 4 de setembro de 1850.

9 **D. Maria Julia de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 1 e foi baptisada a 25 de setembro de 1844: fallecida a 15 d'esse mez de 1846.

9 **Francisco de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 2 de dezembro de 1847, foi baptisado a 14 de janeiro de 1848, e n'esse anno falleceu em 1 de julho.

Todos os baptismos d'estes oito irmãos se effectuaram na freguezia de S. Sebastião em a cidade de Lagos, onde nasceram.

8 **D. Marianna Victoria de Azevedo Coutinho.** Nasceu em Faro a 23 de julho de 1779, e falleceu em 8 de dezembro de 1851, em Lagos, sendo ahi sepultada no cemiterio da mencionada freguezia de S. Sebastião; tendo casado aos 10 d'esse ultimo mez de 1798, na egreja de Santa Maria que serve de matriz na cidade de Tavira, com José Pedro da Silva e Oliveira, que havendo assentado praça e sido Cadete no regimento de infanteria num. 14, chegando ao posto de Capitão largou o serviço militar: nasceu em Setubal a 19 de março de 1770, e falleceu em Lisboa aos 31 de outubro de 1823: jaz no convento de Corpus Christi. Filho de Pedro Alexandre d'Oliveira e Silva, Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença, por padrão de 10 de novembro de 1780, e Tabellião da villa de Vianna, de que houve carta de propriedade a 20 de novembro d'esse anno; e de D. Antonia Thereza Genoveva de Pina e Amorim, ambos naturaes de Setubal.

Tiveram filhos.

9 **Pedro Alexandre da Silva e Oliveira.** Cavalleiro da ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Merito e da de S. Bento de Aviz. Condecorado com duas medalhas. Major do regimento de infanteria num. 15 em 29 d'abril de 1851. Assentou praça em 1 de dezembro de 1821 no num. 14 e n'elle foi Cadete.

Os acontecimentos de 1828 o levaram á prisão na torre de S. Julião; depois serviu com muita bravura em Hespanha, para onde foi na divisão auxiliadora. Nasceu em Tavira aos 11 de junho de 1800, e falleceu em 26 de fevereiro de 1856 em Lagos, e lá jaz no cimeterio da egreja de S. Sebastião.

9 **D. Maria Eloy de Azevedo Coutinho.** Nasceu em Tavira a 1 de dezembro de 1808, e reside em Lagos sem ter tomado estado.

8 **José Joaquim de Villalobos,** Sargento Mór de infanteria reformado e Ajudante que foi da praça de Lagos. Nasceu na mesma cidade a 5 de agosto de 1741, e foi baptisado a 21 d'esse mesmo mez na egreja de S. Sebastião, onde jaz, tendo fallecido a 13 de março de 1809, com testamento. Casou em 20 de dezembro de 1762, com D. Marianna Francisca Banha, que nasceu a 17 de abril de 1741 e a 20 d'elle foi baptisada[1]: falleceu com testamento a 21 de novembro de 1796. Filha de Balthazar Fernandes Banha, Cavalleiro da ordem de Christo, Coronel de infanteria e Governador da praça de Lagos por decreto de 1758, que nasceu a 6 de junho de 1684, e morreu com testamento a 23 de janeiro de 1759: jaz na capella de Nossa Senhera da Gloria da mesma cidade. E de D. Isabel Josefa Maria de Andrada, fallecida em 23 de fevereiro de 1771 e sepultada no convento dos Capuchos; recebidos a 21 de janeiro de 1740, sendo d'ella segundo marido.

Tiveram filhos.

9 **Simão de Manuel de Villalobos,** Bacharel na faculdade de leis pela universidade de Coimbra: leu perante a Mesa do Desembargo do Paço em 11 de fevereiro de 1789, sendo approvadas a 10 de setembro de 1788 as diligencias da sua pessoa para esse fim, que pelo mesmo tribunal tiveram effeito, como consta das Habilitações para Bachareis, lettra S, maço 26, na Torre do Tombo. Juiz de Fora no cidade de Lagos. Nasceu a 20 de janeiro de 1764, foi baptisado a 31 d'esse mesmo mez e anno, e falleceu a 24 do de 1792 servindo o dito logar.

9 **Balthazar de Azevedo Coutinho,** Major do real corpo de engenharia, Lente jubilado da aula de mathematica do antigo regi-

[1] Fica entendido que todos os actos de baptismos, casamentos e obitos que não forem designados, tiveram logar na freguezia de S. Sebastião da cidade de Lagos.

mento de infanteria num. 14, que em 1798 foi encarregado pelo governo de tirar a planta do rio e barra de Villa Nova de Portimão, para n'elle se fazerem as obras hydraulicas de que já então tanto necessitava, e que ficaram no papel[1]. Nasceu a 29 de março de 1765, e morreu a 2 de setembro de 1823: casou em 1789 com D. Catharina Bernarda de Mello, que falleceu a 3 de junho de 1829. Filha do Major José Bernardo de Mendoça e Mello e de D. Francisca Laureanna Travaços, que morreu já viuva a 19 de novembro de 1831.

Tiveram filhas.

10 **D. Marianna Francisca Victoria de Azevedo Coutinho.** Falleceu a 29 de junho de 1824, estando casada com Manuel Antonio dos Reis Limpo de Lacerda, Fidalgo Cavalleiro da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 20 de maio de 1789. Tenente Coronel graduado em 21 de abril de 1810 no regimento de milicias de Lagos, para o qual foi em Major por decreto de 25 de junho de 1807; tendo assentado praça de Cadete a 11 de agosto de 1772 no de infanteria num. 2: sendo Alferes em 1781; Tenente em 1789; e Capitão em 1801, tudo n'esse corpo em que serviu trinta e cinco annos. Administrador de um morgado em Lagos. Nasceu a 13 de novembro de 1758 e morreu a 4 de fevereiro de 1820. —C. g.

10 **D. Maria Victoria de Azevedo Coutinho.** Casou a 4 de julho de 1829 com José Joaquim de Villalobos de Lacerda, Cadete do regimento de infanteria num. 2. —C. g.

10 **José Joaquim de Villalobos,** Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, condecorado com a medalha das 6 campanhas da guerra peninsular, e por Sua Magestade Catholica com a da batalha de Albuera. Tenente Coronel de infanteria reformado. Esteve cinco annos e cincoenta e tres dias preso na torre

[1] Na *Corografia* ou *Memoria Economica, Estatistica e Topografica do reino do Algarve*, por João Baptista da Silva Lopes, socio da Academia Real das Sciencias, Lisboa, na typographia da mesma Academia, 1841, diz esse nosso amigo de saudosa memoria, em nota a paginas 259: —Foi encarregado d'esta commissão o capitão de engenheiros Balthazar de Azevedo Coutinho, a quem ajudei n'estes trabalhos por elle me requisitar do regimento de Lagos, cuja aula de mathematica frequentava. Ao Ministro da Marinha D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetteu elle essa planta.

de S. Julião da barra; fez depois toda a campanha, até que em 1834 foi para Chefe do Estado Maior da divisão militar dos Açores, que commandava seu cunhado o General Barão de Cacella. Nasceu em 20 de janeiro de 1790, e falleceu em Tavira a 9 de setembro de 1860. Casou a 29 de agosto de 1824, com D. Joanna Eulalia de Brito, que nasceu a 11 de julho de 1810 (irmã do mencionado Barão de Cacella, Antonio Pedro de Brito, referido a paginas 54 da já citada *Resenha das Familias Titulares*); filha de João Pedro de Brito, Capitão dos privilegiados de Malta, em Tavira, e da segunda mulher D. Violante Rosa de Brito.

Tiveram filhos.

11 **José Joaquim de Villalobos.** Nasceu em Tavira a 22 de setembro de 1828.

11 **Antonio Pedro de Brito Villalobos,** Tenente do batalhão de caçadores num. 4. Nasceu em Angra a 19 de setembro de 1835, e casou em Tavira em egual dia e mez de 1858, com D. Brites Marianna Pimentel Mascarenhas Ferreira e Aboim, que nasceu na mesma cidade a 5 de fevereiro de 1833. Filha do Major reformado Rodrigo José de Sá e Aboim e de D. Joaquina Rosa Ferreira Mascarenhas, já fallecidos.

11 **D. Maria da Annunciação de Brito Villalobos.** Nasceu em Lisboa a 17 de março de 1846, e casou em Tavira a 19 de setembro de 1860, com Pedro José de Azevedo. — C. g.

10 **João de Azevedo Coutinho,** Tenente de infanteria reformado a 30 de dezembro de 1851. Assentou praça de Cadete no regimento de infanteria num. 14, em 11 de junho de 1815; promovido a Alferes para o num. 5 em 28 de março de 1820. Nasceu em 28 de agosto de 1800.

9 **D. Isabel de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 23 de maio de 1766.

9 **D. Maria de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 24 de setembro de 1768.

9 **D. Maria de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 11 de setembro de 1771. — Fallecida.

9 **Joaquim de Villalobos.** Nasceu a 5 de março de 1773. —Fallecido.

9 **D. Victoria Francisca Banha.** Nasceu a 9 de julho de 1776, e morreu a 22 de abril de 1808; tendo casado a 8 de janeiro de 1804 com José Pereira de Lacerda Limpo (irmão de Manuel Antonio dos Reis Limpo de Lacerda, que fica referido), Fidalgo Cavalleiro da casa da Rainha D. Maria I, por alvará de 20 de maio de 1789, Ajudante do regimento de infanteria de Lagos; nascido a 6 de junho de 1768, e fallecido a 20 de fevereiro de 1821. Além de outros

Tiveram filhos.

10 **José Joaquim de Villalobos de Lacerda,** já mencionado a paginas 539.

10 **Manuel Antonio Limpo de Lacerda,** adiante dito.

9 **D. Francisca de Villalobos.** Nasceu a 3 de novembro de 1779, e morreu a 14 de janeiro de 1811.

9 **Joaquim de Villalobos.** Nasceu a 18 de janeiro de 1781. Morreu creança.

9 **José Joaquim de Villalobos.** Vereador da Camara de Lagos, e antes Cadete do regimento de infanteria da mesma cidade. Nasceu a 23 d'agosto de 1782, e morreu a 3 d'outubro de 1837. Casou com D. Victoria Violante de Villa Vicencia[1], que nasceu a 26 de março de 1777 e falleceu em 1848, tendo succedido

[1] Esta senhora era a representante da historica familia de Lordello, da qual descendia pela seguinte maneira:

Filha de:
Luiz Manuel da Silveira Corrêa de Freitas e Costa, Escudeiro Fidalgo, acrescentado a Cavalleiro Fidalgo com mil e quinhentos réis de moradia por mez, e alqueire de cevada por dia, por alvará de El-Rei D. José de 10 de fevereiro de 1766, em successão a seu avô, Juiz da alfandega em Villa Nova de Portimão, o qual tirou brazão de armas a 21 de maio de 1777; nasceu na villa de Mourão, e falleceu na cidade de Lagos, freguezia de S. Sebastião, a 3 de março de 1794. E de D. Maria Victoria Villa Vicencia de Sampaio Mascarenhas, com quem se recebeu em 2 de maio de 1770; fallecida tambem em Lagos

no morgado da quinta da Cruz da Pedra, em Villa Nova de Portimão, a seu irmão Antonio Corrêa de Freitas Lordello da Costa Villa Vicencia, Cavalleiro Fidalgo da casa da Rainha D. Maria I, por alvará de 14 de junho de 1777, Tenente Coronel de milicias reformado. Filha de Luiz Manuel da Silveira Corrêa de Freitas da Costa, Cavalleiro Fidalgo da casa real, Juiz da alfandega em Villa Nova de Portimão, que tirou brazão de armas em 21 de maio de 1777: fallecido a 3 de março de 1794. E de D. Maria Victoria Villa Vicencia de Sampaio Mascarenhas, 4.ª Administradora do referido morgado, que nasceu a 6 de

a 3 de outubro de 1737: filha de D. Domingos Soutomaior Villa Vicencia e de D. Maria Thereza de Sampaio Mascarenhas de Bittencourt, já referidos.

Neta de:
Antonio Corrêa de Freitas Côrte Real, natural de Faro, e de D. Isabel Antonia da Silveira Costa Pimentel, filha de Manuel da Costa Pimentel, Fidalgo da casa de Sua Magestade, Sargento mór de Cavallaria, Governador de Mourão, natural de Cabeço de Vide: e de D. Maria Josefa Pereira, nascida em Lisboa.

Bisneta de:
Luiz Mendes Corrêa, Escudeiro Fidalgo, acrescentado a Cavalleiro Fidalgo, e com a mencionada moradia por alvará de El-Rei D. Pedro II, de 4 de setembro de 1697, natural de Lagos: e de D. Maria de Magalhães Banha, d'elle prima irmã, nascida na mesma cidade a 11 de outubro de 1676; filha do Capitão Annibal de Freitas, e de D. Leonor Banha de Magalhães, casados em 30 de julho de 1674; e ella irmã de seu pae; e baptisada a 13 de janeiro de 1654. A dita D. Maria de Magalhães passou a segundas nupcias com outro Luiz Mendes Corrêa, tambem seu primo co-irmão, e casaram em Lagos a 9 de fevereiro de 1692, Capitão de infanteria entretido no governo da fortaleza da barra da cidade de Faro, d'onde era natural, que serviu tanto no mar como em terra, desde 13 de outubro de 1681, até 10 de fevereiro de 1735. Juiz dos Orfãos e Escrivão da Camara de Castro Marim, por carta de 16 de junho de 1696; filho do Capitão Duarte Corrêa de Freitas, irmão do referido seu pae, e de D. Garcia de Lemos da Fonseca, ainda com vida em 1697.

Terceira neta de:
Antonio Martins de Lordello, Escudeiro Fidalgo, acrescentado a Cavalleiro Fidalgo com egual moradia, por alvarás de 12 e de 3 de março de 1658 e de 1663. Cavalleiro da ordem de Christo, com dez mil réis de tença assentados no almoxarifado de Tanger, por padrão de 3 de dezembro de 1671; expedindo-se alvará para professar em 20 de fevereiro de 1672, precedendo o competente processo das inquirições, que foram approvadas em 16 de janeiro de 1665 — (vid. maço 51, num. 51, letra A das habilitações da mesma ordem, no Archivo da Torre do Tombo. Nasceu na dita cidade em 1653, e lá serviu oito annos e seis mezes, que findaram no ultimo de fevereiro de 1662, e retiran-

julho de 1754, e morreu a 3 de outubro de 1837, tendo casado a 2 de maio de 1770.

Tiveram filhos.

10 **D. Marianna Francisca Corrêa de Villalobos.** Nasceu a 18 de dezembro de 1808, e casou a 20 de maio de 1829 com Manuel Antonio Limpo de Lacerda, que nasceu a 4 de novembro de 1807 —c. g.: e já referido a paginas 541.

10 **José Joaquim de Villalobos.** 7.º Administrador do morgado da

do-se para o Algarve falleceu em Lagos com testamento a 10 de outubro de 1684, e jaz na egreja de S. Sebastião, em que tambem casou a 30 de julho de 1674. E de D. Maria Corrêa de Freitas, de quem foi primeiro marido; a qual sendo viuva requereu para seu filho primogenito, Pedro Martins de Lordello, o officio de Escrivão da matricula da gente de Tanger, que vagára pela morte do pae, e foi despachada em resolução de 9 de março e alvará de 10 de maio de 1692: e foi filha de Luiz Mendes Corrêa, que falleceu com testamento, a 2 de julho de 1662, approvado pelo tabellião João Porcalho Pitta; e de D. Isabel Corrêa, que morreu a 30 de março de 1684, tambem com testamento; e ambos em Lagos.

Quarta neta de:

Pedro Martins de Lordello, Cavalleiro Fidalgo com mil e quinhentos réis de moradia por mez e alqueire de cevada por dia, sendo-lhe acrescentado trezentos réis á de mil e duzentos réis que mensalmente vencia, por alvará de 20 de junho de 1662. No livro 12 das Ementas, a folhas 17 está «seis mil réis da moradia de oitocentos réis por mez do fôro de Escudeiro Fidalgo, a que foi acrescentado de Moço da Camara. Lisboa, 19 de fevereiro de 1625. Pelo Conde de Faro, eu D. Miguel Maldonado o fiz escrever. Arcebispo de Lisboa.» Cavalleiro na ordem de Christo, com dez mil réis de tença em Commenda; passando-se-lhe os alvarás para ser armado Cavalleiro e professar, e as cartas para lhe ser lançado o habito na cidade de Tanger a 9 de janeiro de 1637, e da tença em 28 de setembro de 1660. Escrivão da matricula da mesma cidade, por alvará de 24 de novembro de 1643; pelo qual officio lhe foi depois dado, por outro alvará de 4 de agosto de 1669, um padrão annual de duzentos mil réis de tença assentada na alfandega de Lisboa, equivalente do seu rendimento que perdêra com a entrega de Tanger aos inglezes; tendo ahi servido desde o primeiro de janeiro de 1634 até então; sendo um dos sete com quem se communicou a feliz acclamação de El-Rei D. João IV, que houve logar n'essa cidade, onde nasceu e foi baptisado na Sé a 5 de julho de 1599: passando para o Algarve falleceu em Lagos na freguezia de Santa Maria a 19 de setembro de 1670, com testamento feito a 16 d'esse mez, e n'elle ordena — seja enterrado por deposito em caixão tosco, e que seus ossos sejam transportados para Tanger, se voltar para a corôa de Portugal, em quanto seu filho fôr vivo, e lá para o convento de S. Domingos, ao pé do altar de Santo Antonio, onde jazem seus paes. E de D. Catharina de

quinta da Pedra. Nasceu a 11 de fevereiro de 1811, e casou a 12 de maio de 1835 com D. Marianna Barbara de Mendoça, filha de Bernardo Antonio de Mendoça, Cavalleiro da ordem de Christo e Coronel de milicias reformado, natural de Albufeira; e de D. Joanna Antonia de Almeida Côrtereal, que falleceu em Lagos a 7 de fevereiro de 1822, e jaz no convento dos Capuchos.

Tem filhos.

11 José Joaquim de Villalobos.

Magalhães Banha, que morreu tambem com testamento na mesma cidade de Lagos a 27 de agosto de 1696, e jaz na egreja de S. Sebastião.

Quinta neta de:

Balthasar Martins de Lordello, Cavalleiro Fidalgo; e em 14 de fevereiro de 1584, se lhe mandaram pagar cinco mil réis de setecentos réis da moradia de Escudeiro Fidalgo, a que foi acrescentado de Moço da Camara, como se vê a folhas 14 do livro 4 das Ementas. Por alvará de 20 de setembro de 1597, teve dois mil réis de tença; e por carta de 1 de fevereiro de 1601 uma Commenda em Tanger, que depois, por outra de 20 de agosto de 1636, se verificou ser a de S. Mamede de Marim no bispado do Porto, da ordem de Christo em que foi Cavalleiro. Juiz dos orfãos da dita cidade, por alvará de 17 de dezembro de 1605 e carta de 4 de julho de 1606; e n'ella falleceu a 27 de fevereiro de 1653, e jaz no convento de S. Domingos. E de Margarida Machado. Era tambem pae de Antão de Lordello, Cavalleiro Fidalgo, a que foi acrescentado de Escudeiro Fidalgo, e a este fôro do de Moço da Camara, e como tal houve pagamento, em 22 de março de 1602, de seis mil réis, por conta da sua moradia de setecentos réis mensaes (livro 7 das Ementas, folhas 122): Cavalleiro da ordem de Christo; e do Licenciado Antonio Martins de Lordello, Thesoureiro Mór da Sé de Tanger, que sub-estabeleceu uma procuração que tinha do mencionado irmão nos padres frei Jeronymo da Conceição e frei Valentim Feo, Terceiros da Provincia, aos 26 de outubro de 1640 nas notas do Tabellião Francisco Tavares: este Thesoureiro Mór, foi quem depois levou cartas para se fazer a acclamação de El-Rei D. João IV em Tanger, o que teve effeito em 24 de agosto de 1643.

Sexta neta de:

Antão de Lordello, Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei D. João III, Cavalleiro da ordem de Christo, com mercê de Commenda de dez mil reis annuaes, e se lhe passaram alvará de profissão, carta de habito e do padrão tudo a 8 de julho de 1575: que se achou na batalha de Alcacer, em que morreu abraçado com a bandeira real que sustentou em quanto lhe durou a vida. E de Anna Fernandes. (Veja-se na *Historia de Tanger* pelo Conde da Ericeira D. Fernando de Menezes, publicada em 1732, a paginas 84, 164, 169 e 211.

11 **D.** .... **de Villalobos.**

11 **D.** .... **de Villalobos.**

10 **Luiz de Villalobos.** Nasceu a 24 de março de 1813, e morreu creança.

10 **D. Victoria Violante Corrêa de Vasconcellos.** Nasceu a 20 de junho de 1814, e casou com José da Costa, sargento do batalhão de caçadores num. 1.

10 **D. Maria Victoria Corrêa de Villalobos.** Nasceu a 27 d'outubro de 1818.

9 **Francisco Corrêa do Reboredo.** Nasceu a 7 de outubro de 1784, e falleceu com testamento a 30 de março de 1810.

8 **Luiz de Villalobos.** Nasceu a 27 de dezembro de 1742, e morreu de pouca edade.

8 **Joaquim José de Villalobos.** Nasceu em 1 de fevereiro de 1744, e indo para o Brasil, enraivecido deitou-se ao mar e falleceu afogado.

6 **Rodrigo Xavier de Azevedo Coutinho,** Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. João V, acrescentado de Fidalgo Escudeiro por alvará de 6 de setembro de 1737. Cavalleiro professo na ordem de Christo, sendo dispensado da menoridade de 18 annos para na mesma se habilitar, por decreto de 21 de janeiro de 1739. Mestre de Campo do terço auxiliar da comarca de Lagos, e antes Cabo de esquadra, Alferes, Tenente de granadeiros em 1770 e Capitão em 1775 do regimento de infanteria da mesma cidade: d'ella Escrivão da Camara por nomeação do pae como já dissemos, com faculdade regia dada pela provisão do Desembargo do Paço de 20 de setembro de 1748, e por escriptura de renuncia feita tambem em Lagos, na casa da sua morada pelo Tabellião Quintino dos Santos, em 5 de janeiro de 1749, baixando um decreto em 9 de julho ao dito tribunal para se proceder n'esta côrte como patria commum, por ter de se encartar n'esse officio, ás provanças da sua pessoa para a competente habilitação, que ficaram approvadas em 24 de setembro, passando-se-lhe a carta da propriedade

d'elle aos 28 de novembro, e todos estes diplomas no sobredito anno de 1749, tomando do mesmo posse em egual dia de janeiro de 1750. Nasceu a 24 de julho de 1722 na dita cidade, onde foi baptisado no dia 2 do seguinte agosto em a egreja de S. Sebastião, e n'ella se enterrou, tendo fallecido com testamento a 7 de julho de 1804. Casou na freguezia de S. Bartholomeu do logar de Bensafrim, em 15 d'outubro de 1739, e dispensado no terceiro grau de consanguinidade, com D. Maria Clara da Cunha, que nasceu em Mazagão, e morreu com testamento aos 25 de novembro de 1796 em Lagos, onde jaz na referida egreja de S. Sebastião. Filho de Nuno da Cunha da Costa, Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. Affonso VI, com dois mil e cem réis de moradia por mez e alqueire de cevada por dia, pelo alvará de 9 de fevereiro de 1680. Cavalleiro professo na ordem de Christo, Capitão de infanteria por patente real, e Sargento Mór por nomeação do Governador da mesma praça de Mazagão, em que foi Escrivão proprietario do registo da Védoria geral d'ella, servindo tambem algum tempo de Védor Geral; e militou com afamado valôr nas guerras d'aquella fronteira: ultimamente foi eleito pelo povo d'essa dita praça no anno de 1724 para passar a Lisboa com o emprego de Informador e Procurador Geral d'elle, occupação que exercitou doze annos com grande auctoridade e respeito, conseguindo para os moradores da mesma praça muitas conveniencias. Achando-se avançado em annos retirou-se para o Algarve, e falleceu em Lagos a 14 de março de 1748. E de D. Isabel Domingues Banha, egualmente nascida em Mazagão.

Tiveram filhos.

7 **D. Isabel de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 31 de outubro de 1740. Morreu na primeira infancia.

7 **Luiz Antonio Xavier de Azevedo Coutinho.** Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. José, por alvará de 29 de maio de 1775. Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença por carta de padrão de 23 de março de 1794. Tenente Coronel do regimento de infanteria de Faro. Em 11 de abril de 1771 se passou provisão á Camara de Lagos para lhe dar de fôro os matos e baldios no sitio de Relvalonga do Malhadão, Malhadas e Salão do Valle; e a 25 de fevereiro de 1785 houve uma consulta do Conselho de Fazenda sobre o aforamento que se lhe fez de um salgado nos arredores de Faro. Falleceu n'essa cidade a 24 de dezembro de 1794, tendo nascido na de Lagos a 23 de fevereiro de 1742. Casou com D. Maria

Martha José Telles, que nasceu a 3 de fevereiro de 1760, filha de Manuel José Telles Moniz Côrte Real e de D. Filippa de Almeida Coutinho.

Teve filho.

8 **Antonio de Azevedo Coutinho.** Fidalgo Cavalleiro da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 2 de dezembro de 1802. Morreu em 1828.

7 **D. Felicia Marianna Xavier de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 1 de agosto de 1744. Casou duas vezes: a primeira em 1775 com Alexandre José Telles Moniz Côrte Real, que nasceu em Silves a 18 de dezembro de 1715. Escrivão da Camara da mesma cidade, e Familiar do santo officio por carta de 12 de março de 1772 sendo ainda solteiro: filho de José Telles Moniz Côrte Real e de D. Maria Francisca Sovereira de Sampaio. E a segunda a 19 de fevereiro de 1787, com Antonio José Telles Moniz, irmão de D. Maria Martha José Telles já referida.

7 **D. Marianna Victoria Xavier de Azevedo Coutinho,** que teve dezeseis mil seiscentos sessenta e seis réis de tença por alvará de 8 de agosto de 1781. Casou em Silves a 7 de janeiro de 1789, com José Telles Moniz Côrte Real, que nasceu a 7 de dezembro de 1741: irmão dos ditos D. Maria Martha José Telles Moniz e Antonio José Telles Moniz. — C. g. como adiante se diz.

7 **D. Isabel Francisca Xavier da Cunha:** houve tambem egual tença á da irmã acima dita e na mesma data. Nasceu a 16 de novembro de 1746, e morreu com testamento a 29 de outubro de 1808.

7 **Nuno de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 19 de fevereiro de 1749, e falleceu menino.

7 **Manuel de Azevedo Coutinho.** Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei D. José por alvará de 29 de maio de 1775. Cavalleiro da ordem de Christo. Escrivão da Camara de Lagos por carta de 2 de maio de 1807, e em virtude do mesmo officio lhe ser renunciado por seu pae a 2 de julho de 1804. Nasceu a 29 de novembro de 1750 em Lagos, onde foi baptisado a 6 do seguinte mez de dezembro na egreja de S. Sebastião. Falleceu n'essa cidade a 2 de março de 1809 na freguezia de Santa Maria, e jaz na Misericordia. Casou na de S. Sebastião a

21 de fevereiro de 1779, com D. Catharina Euphemia de Novaes de Sousa Leote, que nasceu em 1753 e morreu a 21 de maio de 1803, sendo sepultada na capella de Santo Antonio da dita freguezia. Filha de Manuel José de Sousa Leote, que foi Bacharel em direito pela universidade de Coimbra, Juiz de Fóra de Mertola e de Torres Vedras, de que deu boa residencia a 4 de setembro de 1751, e leu muito bem em 21 de janeiro de 1735 perante a Mesa do Desembargo do Paço, tendo sido muito bom estudante, como se diz a paginas 60 do livro de Ministros no Archivo da Torre do Tombo. E de D. Maria Clara de Novaes, natural de Torres Vedras.

Tiveram filhos.

8 **Rodrigo Xavier de Azevedo Coutinho,** Fidalgo Escudeiro acrescentado a Fidalgo Cavalleiro da casa da Rainha D. Maria I, por alvará de 21 de agosto de 1800. Escrivão da Camara de Lagos por carta de 23 de julho de 1827. Nasceu em egual dia e mez de 1780 na freguezia de Santa Maria da mesma cidade, e n'ella falleceu a 1 de novembro de 1832: jaz na Misericordia. Casou duas vezes: a primeira a 4 de julho de 1809, na dita egreja, com D. Maria Clara de Sousa Leote, que morreu a 13 de abril de 1814, e está sepultada tambem na Misericordia; filha do Capitão Joaquim Miguel de Sousa Leote (irmão de sua mãe D. Catharina Euphemia de Novaes de Sousa Leote), e de D. Joaquina Casimira Xavier Vidal, que falleceram, elle a 11 de fevereiro de 1803, e ella a 7 de janeiro de 1827, e tinham sido recebidos em 29 de novembro de 1773. E a segunda com D. Maria José Telles, outrosim sua prima, que lhe sobreviveu; filha de José Telles Moniz e de D. Marianna Victoria Xavier de Azevedo Coutinho, que ficam referidos a paginas 547.

Teve filho.

Da segunda mulher:

9 **Manuel José Telles de Azevedo Coutinho.** Em 17 d'abril de 1832 se passou pelo tribunal do Desembargo do Paço, uma provisão a seu pae para elle lhe succeder no officio de Escrivão da Camara de Lagos, o que não veiu a ter effeito. Nasceu em 1819 e ainda vive. Casou, e, além de duas filhas,

Tem filho.

10 **Manuel José Telles de Azevedo Coutinho.**

8 **D. Maria de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 9 de setembro de 1782.

8 **D. Anna Gertrudes de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 2 d'outubro de 1785. Casou a 19 de janeiro de 1816 com Gaspar de Villalobos, Tenente do regimento de infanteria num. 2, e seu parente, que nasceu a 12 de março de 1784, filho do Tenente Luiz Manuel da Silva Leote, e de D. Francisca Victoria da Silveira, filha de Gaspar de Villalobos e de D. Maria da Silveira, mencionados a paginas 525.

8 **José Fortunato de Azevedo Coutinho.** Fidalgo Cavalleiro da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 21 de agosto de 1800. Cavalleiro das ordens de S. Bento de Aviz e de Nosso Senhor Jesu Christo. Condecorado com as medalhas de seis campanhas da guerra peninsular, e por Sua Magestade Catholica com as de Albuera e Victoria. Tenente Coronel reformado em 10 de abril de 1850. Assentou praça em 6 de novembro de 1807; reconhecido Cadete a 8 de agosto de 1808. Alferes, 23 de julho de 1809; Tenente, 15 de dezembro de 1814; Capitão, 6 de fevereiro de 1818; Major, 24 de julho de 1834. Serviu em toda a guerra da Peninsula, e em 1817 foi para Pernambuco no batalhão de infanteria num. 2, um dos cinco corpos que faziam parte da divisão que n'esse anno foi para o Brasil. Preso em 28 de maio de 1828 e solto em 24 de julho de 1834, em consequencia dos differentes acontecimentos da época. Foi Major do segundo corpo do Commercio, e em seguida Governador da praça de Sagres; depois passou á terceira secção em que se conservou até ser reformado no mencionado posto de Tenente Coronel. Nasceu a 16 de junho de 1788 em Lagos, e falleceu na mesma cidade a 28 d'agosto de 1855, sendo sepultado com sua mulher. Casou aos 25 de julho de 1817, recebendo-se por seu procurador o Major Sebastião de Pina, e lançando-se-lhes as bençãos a 27 d'abril de 1822, com D. Gertrudes Magna de Azevedo Coelho, que morreu a 6 de março de 1838, e com elle jaz no cimeterio da freguezia de Santa Maria. Filha de Guilherme Coelho Ferreira, Tenente Coronel de engenheiros, Lente da aula de mathematica e Director da praça de Lagos. E de D. Maria Ignacia de Castello Branco.

Tiveram filhos.

9 **José de Azevedo Coutinho.** Nasceu em Pernambuco a 16, e morreu a 21, de maio de 1818.

9 **D. Catharina Eufemia de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 15 de fevereiro de 1820 na ilha de Fernando de Noronha, onde seu pae estava destacado. Falleceu a 26 de novembro de 1854, em Tavira, e jaz no cimeterio da ordem terceira do Carmo. Casou em Lagos a 2 de outubro de 1851, com seu primo José Sebastião de Azevedo Côrtereal. — S. g.

9 **José Thomaz de Azevedo Coutinho.** Empregado no Ministerio das obras publicas, para onde entrou em 1856, e é primeiro Official da Direcção Geral dos telegraphos do reino e Chefe da quarta divisão telegraphica. Assentou praça em 1 de novembro de 1840, e sendo Aspirante foi promovido a Alferes em 19 de abril de 1847. Tenente a 29 do mesmo mez de 1851. Nasceu em Lagos em 1824. Casou em 1852 com D. Maria das Dores de Sá e Aboim, que nasceu em 1828, tudo no dia 18 de setembro. Filha do Major Rodrigo José de Sá e Aboim e de D. Joaquina Rosa Ferreira Mascarenhas, já ditos a paginas 540.

Tem filhas.

10 **D. Maria José de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 3 de novembro de 1854.

10 **D. Maria das Dores de Sá e Azevedo Coutinho.** Nasceu a 3 de março de 1858 em Tavira, assim como sua irmã, e ambas foram baptisadas na freguezia de Santa Maria d'essa cidade.

9 **Antonio Caetano de Azevedo Coutinho.** Nasceu em Lagos a 28 de janeiro, e morreu a 15 de fevereiro de 1827: jaz na Misericordia.

8 **D. Thereza Luiza de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 4 de janeiro de 1791, e casou a 25 de março de 1824 com Francisco José de Araujo Figueiredo. — C. g. Filho do Capitão João Jacintho de Figueiredo e de D. Anna Maria do Carmo.

8 **D. Joanna Manuela de Azevedo Coutinho.** Viscondessa de Extremoz. Nasceu a 24 de abril de 1794, e casou em 1 de agosto de 1816 com D. Bartholomeu Salazar Moscozo, Visconde e Barão de Extremoz, que morreu em 30 de dezembro de 1857. — C. g. conforme se dirá quando tratarmos d'este titulo.

7 **D. Francisca Rita de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 22 de setembro de 1753 em Lagos (assim como os mais irmãos que seguem). Morreu a 26 de novembro de 1798 e jaz na egreja de S. Sebastião d'essa cidade.

7 **Nuno Xavier da Cunha da Costa.** Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. José por alvará de 29 de maio de 1775. Nasceu a 2 de junho de 1756.

7 **D. Martha de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 8 de janeiro de 1758.

7 **D. Maria de Azevedo Coutinho.** Nasceu a 16 de dezembro de 1760.

Sentença e mais Documentos por que se julgou nullo o matrimonio celebrado entre José Francisco de Carvalho e Daun, e D. Isabel Julianna de Sousa, a que se acha junto o requerimento e decreto por que se mandou recolher a dita D. Isabel no convento do Calvario de Evora, e guardar estes Documentos no Real Archivo da Torre do Tombo[1]. Lavrado o referido decreto a 18 de julho de 1772.

Senhor: —Diz D. Maria Antonia de S. Boaventura e Menezes, que tendo seu filho D. Vicente de Sousa Coutinho a certa e infeliz noticia que se tratava de annullar o matrimonio que havia contrahido sua filha D. Isabel Julianna de Sousa com José Francisco de Carvalho e Daun, filho dos Marquezes de Pombal, e reconhecendo que a nullidade do dito matrimonio foi originada pelo perverso animo da dita sua filha: ordenou á supplicante, em carta de 22 de junho do presente anno, que declarado nullo o dito matrimonio, supplicasse de V. M. a graça de mandar recolher a dita sua indigna filha, e neta da supplicante, em hum convento por toda a vida, com prohibição de fallar a pessoa alguma de fóra do mesmo convento. E porque se acha já effectivamente declarado nullo o dito matrimonio por sentença dos Juizes Apostolicos para esse effeito nomeados pelo Santo Padre, com inconsolavel e perpetuo desgosto da supplicante e de seu filho: Recorre a mesma supplicante em seu nome e do dito seu filho a V. M. para que por sua innata piedade se digne ordenar, que a dita sua indigna neta seja logo transportada do convento de Santa Joanna, aonde interinamente foi recolhida, para hum remoto convento de apertadissima reclusão, qual a V. M. parecer, e que ahi fique por toda a vida reclusa, com prohibição de fallar, ou communicar com pessoa alguma externa, verbalmente ou por escripto, e que assim se lhe intime, e á Prelada do mesmo convento, para que lhe não permitta communicação alguma, pena de incorrer no real desagrado de V. M.

P. a V. M. se digne por sua real piedade remediar a triste situação da supplicante e seu filho com a providencia que implora, que ainda he diminuto castigo ao que merece a perversa indole da dita sua indigna neta, e limitada satisfação ao pesar com que a supplicante e o dito seu filho vêem desfeita hu-

[1] Gav. 18, maç. 11, num. 9.

ma alliança em que tanto interessavam para o maior explendor da sua descendencia. Assigna a supplicante reverentemente a presente supplica. —E R. M. —*D. Maria Antonia de S. Boaventura e Menezes.* (Registado a fl. 32 v.)

DESPACHO

Attendendo ao que a supplicante representa em seu nome e no de seu filho D. Vicente de Sousa Coutinho, cujas ordens a este respeito foram verificadas na minha real presença: sou servido que a supplicada D. Isabel Julianna de Souza seja removida do convento de Santa Joanna onde se acha para o do Calvario de Evora: e que n'elle fique reclusa até que o dito seu pae d'ella disponha como lhe he permittido; com prohibição de fallar, ou communicar com pessoa alguma externa verbalmente, ou por escripto, na fórma que a supplicante pede: passando-se a este fim as ordens necessarias. E sou servido outrosim que juntando-se este aos autos findos da Delegação Apostolica, em que se declarou nullo, e não existente o supposto matrimonio da dita D. Isabel Julianna com José Francisco de Carvalho e Daun, sejam remettidos á Torre do Tombo a entregar ao Guarda Mór d'ella, para serem conservados, e guardados n'aquelle Archivo; ficando os traslados authenticos d'elles na Secretaria da Nunciatura, e na Camara do Patriarchado. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em dezoito de julho de mil setecentos setenta e dois. —REI.

LISBOA. ANNO DE 1772

Autos de apresentação de hum Breve do Santo Padre Clemente XIV. expedido com o motivo do matrimonio que se considerou celebrado entre o excellentissimo José Francisco de Carvalho Daun, e a excellentissima Dona Isabel Julianna de Sousa, com Beneplacito, e Auxilio Regio para se dar á execução, etc.

Exm. e Rev. Sr.: —Dizem os Marquezes de Pombal, que havendo-se celebrado o matrimonio de seu filho José Francisco de Carvalho e Daun com a senhora D. Isabel Julianna de Sousa no dia 11 de abril de 1768, em cujo dia o dito esposo contava quatorze annos e dez dias de edade, e a dita esposa mais hum anno; por haverem os supplicantes crido com boa fé, que a mesma esposa deliberadamente, e de boa vontade casava com o filho dos mesmos supplicantes com o mesmo contentamento, com que seu pae o senhor D. Vicente de Sousa Coutinho, sua avó a senhora D. Maria Antonia de S. Boaventura e Menezes, sua tia a senhora D. Leonor de Portugal, e todos os mais senhores seus proximos parentes concorreram para o contracto e celebração do referido matrimonio, sem que aos mesmos supplicantes passasse pela imaginação, que no sexo, e nos tenros annos da dita senhora esposa coubesse o fingimento de huma vontade, que não tinha, de contrahir o sobredito matrimonio. Vieram depois da celebração d'elle a ser informados muito a seu pesar de factos taes, e tão inopinados, como são os seguintes:

Primeiro facto. —Que a dita senhora esposa logo que foi ajustado o referido matrimonio, mostrou a elle huma tal repugnancia; que sendo successivamente instada pelas ditas senhoras sua avó, e tia, ao fim de alcançarem d'ella o seu consentimento; e chegando a desenganar-se no tempo mais proximo ao dito matrimonio, de que todas as suas instancias tinham sido, e seriam inuteis para vencerem a repugnancia da mesma senhora sua neta, e sobrinha; se auxiliaram então para a reduzirem dos bons officios do padre Frei Manuel de S. Boaventura, religioso Carmelita descalço; o qual ficou successivamente trabalhando em tal fórma, que até á vespera, até á mesma manhã, e até á mesma hora da celebração do dito matrimonio esteve o dito religioso incessantemente ponderando á dita senhora esposa as graves consequencias, que lhe resultariam de manifestar em publico a sua dita repugnancia na mesma hora do recebimento, com desar de todos os parentes, que se achavam já n'aquella hora juntos para assistirem ao acto da celebração do mesmo matrimonio, e com huma escandalosa desobediencia ás ordens de seu pae, e da dita senhora sua avó.

Segundo facto. — Que havendo a dita senhora esposa mostrado n'aquelle aperto, em que a puzeram, que prestava o seu consentimento ao matrimonio por ella celebrado na mesma interior obstinação da sobredita repugnancia; não só passou esta a manifestar-se desde o mesmo dia das bençãos nupciaes cada hora mais descobertamente, mas veiu tambem a converter-se no mortal, e implacavel odio contra a pessoa do seu referido esposo; que foi presenceado por todas as pessoas da familia da casa, e pelas que n'ella costumavam ter entrada; vendo a dita senhora esposa tratar o dito seu esposo com desabrimentos os mais estranhos; e vendo-a sempre fugir da sua companhia, e de todos os actos d'aquella união ainda exterior, que o vinculo matrimonial faz mais indispensaveis.

Terceiro facto. — Que aquelles estranhos desabrimentos; aquelles actos externos de aversão; e aquelles desvios da dita senhora esposa passaram do escandalo particular dos parentes, dos familiares, e dos conhecidos da sua casa, a constituirem hum escandalo publico em toda a côrte, e cidade de Lisboa.

Quarto facto. — Que pelo espaço de tres annos e quatro mezes, que decorreram desde 11 de abril de 1768, em que a dita senhora se recebeu, até 15 de agosto de 1771, em que foi recolhida no mosteiro de Santa Joanna: havendo sido successivamente persuadida, e admoestada com as razoens mais christans, e mais prudentes, por seu proprio pae; pelas ditas senhoras, sua avó, e tia; por muitas outras senhoras proximas parentas de ambas as familias: todas estas diligencias foram inuteis, porque não produziram outros effeitos, que não fossem: Primeiro, mostrar a dita senhora esposa cada dia mais rebelde, e mais obstinada a inflexibilidade do referido odio; Segundo, excogitar novos pretextos para apartar de si o dito seu esposo, de sorte que não podesse com ella ajuntar-se; chegando a dizer, que seria muito util, que antes d'isso fosse viajar alguns annos pelos paizes estrangeiros; Terceiro, chegar a alienar-se até aos excessos de se dizer, que cosia os lençoes da cama, e punha barreiras no leito entre o seu logar, e o do seu referido esposo, para que a ella não podesse chegar.

Quinto facto. — Que nas referidas circumstancias: Vendo-se o dito esposo em annos tão juvenis e verdes, provocado com tantos e tão inauditos insultos contrarios a todos os direitos: E vendo-se opprimido ao mesmo tempo pelo respeito dos supplicantes para não poder tomar dos mesmos insultos a satisfação, que se devia a si mesmo: Não póde deixar de conceber contra a dita senhora sua esposa outra aversão correspectiva do odio, que ella lhe tinha; para lhe ser muito penoso o seu mallogrado consorcio, e para aborrecer a sua companhia: de sorte que até buscava pretextos para não ir só com ella na mesma carruagem, quando á noite costumavam sair da casa dos supplicantes seus paes.

Sexto facto. — Que com todas as sobreditas causas foi, e he constante entre os proximos parentes; entre os domesticos; e entre as pessoas, que tem

conhecimento da casa dos sobreditos esposos, que o dito matrimonio, que entre elles se celebrou nem foi até agora consummado, nem ha esperança alguma prudente de que o venha a ser.

N'estes tão desagradaveis, e tão urgentes termos não podia permittir nem a religião, nem a decencia dos supplicantes, que deixassem de precaver (em quanto n'elles estava) os perigos espirituaes, e corporaes, que em taes casos se costumam seguir dos matrimonios ratos não consummados, ainda quando são verdadeiros matrimonios celebrados com o livre consentimento, que no caso presente se vê, que não houve da parte da dita senhora esposa: Porque além de estar esta fingindo, e simulando hum tão sagrado sacramento; são bem conhecidos os gravissimos perigos, que se costumam seguir; assim de se conservarem semelhantes conjuges desesperados por odio na mesma casa entre tão implacaveis discordias; como de viverem em hum consorcio, que só he apparente, sem que o referido odio reciproco os deixe usar do matrimonio.

Com estes urgentes motivos tomaram pois os mesmos supplicantes o expediente de fazerem separar os sobreditos seu filho, e nora até buscarem recurso competente: Mandando interinamente debaixo de pretextos decorosos o primeiro para a universidade de Coimbra; e a segunda para o convento de Santa Joanna de Lisboa.

E porque os supplicantes para o fim de impetrarem da Sede Apostolica a declaração da nullidade do dito matrimonio, necessitam de justificar os seis factos acima deduzidos: Procedendo v. exc. ás perguntas dos referidos conjuges sobre a consummação, ou não consummação do referido matrimonio entre elles fingido: Passando a inquirir sobre os seis factos as testemunhas que d'elles tem melhor informação: E expedindo-se-lhes de tudo instrumento em fórma authentica, e provante.

Pedem a v. exc. lhe faça mercê deferir-lhes na fórma que requerem. E. R. M. —*Marquez de Pombal.* —*Marqueza de Pombal.*

DESPACHO

Justifiquem, e se tire o depoimento aos proprios conjuges; e nomeamos para Escrivão d'esta diligencia ao rev. João Rodrigues das Neves, Vigario da egreja de S. Paulo d'esta côrte. Lisboa 22 de abril de 1722. —*Com a rubrica do Arcebispo.*

LISBOA. ANNO DE 1772

Justificação dos Illustrissimos e Excellentissimos Senhores Marquezes de Pombal, sobre o matrimonio de seu filho o Excellentissimo D. José Francisco de Carvalho e Daun com a Excellentissima D. Isabel Julianna de Sousa

AUTUAÇÃO

Aos vinte e tres dias do mez de abril de mil setecentos e setenta e dois, no palacio do excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia, Provisor e Vigario Geral do Patriarchado, Presidente do Santo Officio, e Deputado da Real Mesa Censoria, ali por parte dos excellentissimos justificantes me foi dada, e apresentada a petição ao diante junta; a qual autuei; por ser nomeado, e deputado escrivão da presente diligencia pelo despacho do dito excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia; que me deferiu juramento aos Santos Evangelhos, para bem, e fielmente fazer a mesma diligencia. E eu o padre João Rodrigues das Neves, Vigario da parochial egreja de S. Paulo d'esta côrte, escrivão d'esta diligencia, que este termo de autuação, e juramento assignei. —*A. Arcebispo de Lacedemonia.* —*João Rodrigues das Neves.*

ASSENTADA

Aos vinte e quatro dias do mez de abril de mil setecentos e setenta e dois annos, n'esta cidade de Lisboa no palacio do excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia D. Antonio Bonifacio Coelho; ahi por elle comigo escrivão abaixo nomeado foram tiradas, e perguntadas as testemunhas que por parte dos excellentissimos justificantes Marquezes do Pombal foram apresentadas; cujos ditos costumes, edades, e occupações he tudo o que ao diante se segue. E eu o padre João Rodrigues das Neves, escrivão d'esta diligencia especialmente nomeado, que o escrevi.

O Padre Frei Francisco dos Santos, presentado em Theologia, Ministro Consultor da Bulla da Cruzada, e Vigario das Freiras do Sacramento desta Côrte, de edade que disse ser de sessenta e hum annos; testimunha, a quem o Excellentissimo Senhor Arcebispo de Lacedemonia deferiu o juramento dos Santos Evangelhos, sob cargo do qual prometteu dizer verdade do que lhe fosse perguntado; e do costume disse nada.

E sendo perguntado pelo contheudo no sexto facto da supplica dos justificantes os Excellentissimos senhores Marquezes do Pombal; disse, que sabia pelo conhecimento, e muita familiaridade, que tem na casa da Excellentissima D. Maria Antonia de S. Boaventura, avó da Excellentissima D. Isabel Julianna

de Sousa, na qual esta assistia, e continuou a assistir depois de casar com o Excellentissimo D. José Francisco de Carvalho e Daun, que entre os domesticos da mesma casa era constante, e notorio, que o matrimonio celebrado entre os ditos esposos, não fôra até o presente tempo consummado, e julgavam os mesmos domesticos, que nunca o viria a ser pelo grande odio, e aversão reciproca, que nos ditos esposos reconheciam, o que muitas vezes ouviu dizer aos mesmos familiares. E tambem sabia pelo ouvir dizer ao Padre Frei João de S. Domingos, religioso da mesma ordem de S. Domingos, o qual muitas vezes conversou familiarmente com a dita Excellentissima D. Isabel sobre o ponto de seu matrimonio; que a mesma confessára, que nunca consentira no referido matrimonio, e que por isso nunca o tinha consummado, nem consummaria, por mais que vivesse; pois que lhe tinha concebido hum entranhavel odio, que não podia disfarçar, nem encobrir, ainda que sabia, que isso lhe era muito estranhado, e lhe era mais facil o estar clausurada toda a vida no convento de Santa Joanna, do que viver na companhia do dito seu esposo. E mais não disse deste, e os outros factos da justificação dos Excellentissimos senhores justificantes, por não ser a elles perguntado. E sendo-lhe lido, e bem entendido este seu juramento, disse estar bem e na verdade, como depoz, e assignou com o Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia. E eu o Padre João Rodrigues das Neves, Vigario de S. Paulo, Escrivão desta diligencia que o escrevi. — Rubrica do Arcebispo. — *Frei Francisco dos Santos* [1].

O Padre Frei João de S. Domingos, da ordem dos Prégadores, religioso no convento de S. Domingos da villa de Setubal, e morador interinamente no convento das religiosas do Sacramento desta côrte, de edade de sessenta e seis annos, testimunha jurada aos Santos Evangelhos, cujo juramento lhe deferiu o Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia; sob cargo do qual prometteu dizer verdade; e do costume disse nada.

E sendo perguntado pelo contheudo no primeiro facto da petição dos Excellentissimos justificantes, disse que sabia por ter conversado muitas vezes com a Excellentissima D. Isabel sobre o ponto do seu matrimonio, e por lh'o dizer a mesma senhora, que ella nunca consentíra, nem tivera vontade de contrahir o matrimonio com o dito seu esposo. E, supposto, que no acto da celebração d'elle tinha mostrado, e fingido, que consentia, o fizera assim; por ter sido enganada por hum sacerdote, e muito importunada por sua avó, e tia, que lhe representavam o grande escandalo, e muitos inconvenientes, que se seguiriam, se na presença dos Excellentissimos justificantes, e de todos os mais parentes, que se achavam juntos, manifestasse a sua repugnancia, e não consentimento; ás quaes importunas instancias ella, como menina muito afflicta, e atri-

[1] Nos seguintes depoimentos omittiu-se o encerramento por ser *mutatis mutandis* como o d'esta testemunha.

bulada, não pôde resistir, esperando occasião mais favoravel de poder declarar, que não consentira no dito matrimonio; e mais não disse deste primeiro facto.

E sendo perguntado ao segundo, disse, que a dita Excellentissima D. Isabel nas primeiras duas occasiões, em que com ella fallou elle testimunha, lhe respondêra, que pela razão de não ter consentido na celebração do matrimonio com o seu esposo, logo depois d'aquelle celebrado, fizera bem conhecer não só a elle, mas a todas as pessoas familiares da sua casa, que não tinha consentido, nem consentiria em algum tempo no dito matrimonio; e por isso o tratára, não só com grande desabrimento, mas passára a conceber-lhe huma entranhavel aversão e medo, fugindo sempre de se communicarem particularmente, o que era bem publico, e notorio a todas as pessoas que viviam, e tinham entrada na sua casa, e mais não disse deste facto, nem do terceiro; por ter deposto a elle, por ter, digo, por ter deposto a elle o que sabia n'este mesmo.

E sendo perguntado ao quarto facto, disse que sómente sabia pelo mesmo motivo de o ter ouvido á Excellentissima senhora D. Isabel, pelo que respeita ao terceiro effeito contheudo no referido facto, que ella nunca cosêra os lençoes da cama, nem pozera barreiras no leito entre o seu logar, e o do seu referido esposo, para que não podesse chegar a ella; e sómente separára a cama em duas, ou tres noites; mas em todo o mais tempo dormiram sempre ambos no mesmo leito; porém nos extremos delle, mediando entre hum e outro hum largo espaço; e isto entende, que foi o que deu occasião a dizerem os seus familiares, que tinha posto barreiras no leito; pois aquelle largo espaço, que mediava entre elles se achava sempre mais alto do que os logares, em que cada hum dormia no extremo da cama; e por isso aquelle logar mais alto lhe pareceria, que era huma barreira por nunca ser calcado por elles, para se chegar hum ao outro: pois se entre elles houvesse vontade de se communicarem, não eram as linhas cousa tão forte, que não podessem facilmente quebrar-se, nem as barreiras seriam tão altas, que não podessem com a mesma facilidade saltar-se; e mais não disse deste, nem do quinto, por não ser a elle perguntado.

E ao sexto facto, e sobre o referimento que delle testimunha fez a testimunha antecedente, disse, que sabia pela razão de o ter ouvido á mesma Senhora D. Isabel, nas referidas primeiras duas occasiões, em que com ella fallou, que nunca a mesma consummára o matrimonio com o dito seu esposo, e que nunca o chegaria a consummar, e que antes queria morrer, ou estar toda a vida recolhida em hum convento, do que fazer vida marital com o dito seu esposo; e que passára a affirmar-lhe, digo, a querer affirmar-lhe isto pelo Santissimo Sacramento; protestando ao mesmo tempo repetidas vezes; que ella se achava intacta e inteira, como quando nascêra, e caira aos pés de sua Mãe; e mais não disse, etc. — *Frei João de S. Domingos.*

O Padre Frei Manuel de S. Boaventura, religioso carmelita descalço do convento de *Corpus Christi* desta côrte, de edade de sessenta annos; a quem

o Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia deferiu o juramento dos Santos Evangelhos, sobre cargo do qual prometteu dizer a verdade, e do costume disse nada.

E sendo perguntado pelo contheudo no primeiro facto, disse; que o que d'elle sabe, he, que, fallando com a Excellentissima D. Isabel Julianna de Sousa tres vezes distinctas antes da celebração do matrimonio, em huma d'ellas lhe respondêra, que queria tomar o estado de religiosa, e não o de casada com o Excellentissimo D. José Francisco de Carvalho e Daun; e examinando elle testimunha os motivos, que a dita senhora tinha para querer tomar aquelle estado de religiosa, veiu a conhecer, que não tinha verdadeira vocação, como ella expressamente confessava; dizendo, que só o intentava fazer, para vingar-se de sua avó, e assim a desenganou e convenceu, de que por similhante motivo, e sem verdadeira vocação não devia tomar tal estado de religiosa, antes devia permanecer na resolução que tinha tomado de casar com o dito seu esposo. Na segunda vez lhe declarou a dita Excellentissima senhora D. Isabel Julianna, que com effeito não queria celebrar o matrimonio com o dito seu esposo; porque não sabia se seu pae o Excellentissimo D. Vicente de Sousa Coutinho, que se achava em França como Ministro Plenipotenciario da Sua Magestade, era consentidor do dito matrimonio; ao que elle testimunha satisfez, dizendo-lhe, que era bem facil tirar-se d'essa duvida, e saber d'elle mesmo o seu beneplacito, escrevendo-lhe para esse effeito. E veiu depois a saber, que lhe escrevêra, mas não soube da resposta que lhe mandou. E na terceira vez disse a elle testimunha, que ella dita Excellentissima D. Isabel Julianna duvidava, se tinha contrahido esponsaes com o dito seu esposo; porque nunca lhe dera o sim, nem em similhante materia lhe tinha fallado, e desenganando-a elle testimunha; e persuadindo-a a que com effeito havia verdadeiros esponsaes; porque ella tinha prestado o seu consentimento para elles com muitos e repetidos factos e acções que ella mesma referia, e elle testimunha sabia, as quaes acções eram huns verdadeiros indicios, demonstração, e signaes de seu consentimento, para se reputar que tinha contrahido validos esponsaes com o dito Excellentissimo D. José Francisco de Carvalho e Daun. Convencida assim, replicou, que se não achava obrigada a contrahir com elle o matrimonio; porque lhe constava, que o dito seu esposo tinha pouca capacidade; ao que elle testimunha respodeu, que este defeito, se fosse verdadeiro de nada lhe podia aproveitar para o seu intento; porque a noticia d'elle lhe não sobreviera, depois da contracção dos esponsaes; antes o conhecia muito bem, porque o tinha tratado, e communicado muitas fami, digo, muitas vezes: e fóra das tres referidas occasiões em nenhuma outra; e muito menos na vespera, e na manhã do dia das nupcias, lhe manifestou repugnancia alguma para ellas; e mais não disse d'este, nem dos mais até o quinto inclusivè por não ser a elles perguntado.

E ao sexto facto disse, que sómente sabe d'elle, que em huma occasião, depois da celebração do matrimonio, segundo lhe parece, lhe perguntára a mes-

ma senhora D Isabel, por quanto tempo podia huma pessoa casada entrar em Religião, não tendo consummado o matrimonio? E respondendo-lhe elle testimunha, que só o podia fazer dentro de dois mezes, e tinha obrigação de professar no fim de hum anno; lhe replicou ella, que tinha ouvido dizer, ser-lhe licito perseverar na Religião sem professar no fim do anno; por tempo indeterminado: ao que elle testimunha respondeu ser menos verdadeiro o que aquella tinha ouvido dizer; porque só o era o que elle testimunha tinha ponderado. Da qual pergunta ficou elle testimunha entendendo, que até áquelle tempo não tinha a dita Senhora consummado o matrimonio; pois andava com os pensamentos de entrar em Religião, por não ter consummado o matrimonio; e mais não disse, etc. —*Frei Manuel de S. Boaventura.*

O Padre João Chrysostomo, clerigo Presbytero secular do habito de S. Pedro, Thesoureiro Mór da Sé de Leiria, morador interinamente n'esta côrte, e rua Formosa, de edade de quarenta annos; testimunha jurada aos Santos Evangelhos; debaixo de cujo juramento prometteu dizer verdade sobre o que lhe fosse perguntado; e do costume disse nada.

E sendo inquirido do contheudo no primeiro facto da petição dos Excellentissimos supplicantes, respondeu; que sabia pela razão de assistir em casa dos Excellentissimos supplicantes, como mestre que era de seu filho o senhor José Francisco de Carvalho e Daun; e por ir muitas vezes a casa da Excellentissima senhora D. Isabel Julianna e Sousa, depois de estar ajustada com o sobredito para casar, que muitas vezes lhe conhecêra huma grande displicencia, e repugnancia para o tal casamento; pois nunca n'elle lhe fallára com mostras de agrado, e de lhe ter amor, antes perguntando-lhe muitas vezes, quando se despedia, se queria alguma cousa para o dito seu esposo, respondia com desabrimento, que nada; por onde elle testimunha ficava entendendo, que nenhuma vontade tinha de contrahir com elle matrimonio. E depois de contrahido o referido matrimonio, tem ouvido muitas vezes publicamente aos familiares da senhora D. Maria Antonia que ella, e sua tia a Excellentissima senhora D. Leonor de Portugal a tinham persuadido com grandes instancias, para que na occasião de se celebrar o seu matrimonio não manifestasse a repugnancia, que tinha para o contrahir; e que para o mesmo effeito se valeram tambem dos bons officios do Padre Frei Manuel de S. Boaventura, para evitarem assim o grande escandalo; e mais consequencias, que resultariam, se n'aquella occasião mostrasse, que não consentia no dito casamento, e mais não disse d'este.

E sendo perguntado sobre o segundo facto disse, que sabia pelo vêr, e presenciar muitas vezes, que a dita Senhora esposa, depois de contrahido o matrimonio nunca fallava com agrado ao seu esposo; de sorte, que nem para elle levantava os olhos, no tempo, em que lhe fallava; e tambem tinha elle testimunha presenciado; que a mesma fazia muitas diligencias, para não ir na mesma carruagem com o dito seu esposo, quando haviam de sair fóra, buscando va-

rios pretextos, para ir antes com algum de seus primos dentro na mesma carruagem, o que tudo era publico, e notorio a todos os familiares da mesma casa, por onde todos assentavam, que a dita senhora tinha concebido hum entranhavel odio ao dito seu esposo; e mais não disse d'este.

E sendo perguntado ao terceiro facto disse, que sabia, pelo vêr, que estas acções, que deixa referidas no segundo facto, não só eram publicas, e notorias aos familiares da mesma casa, como dito tem, mas tambem a muitas pessoas estranhas; pois muitas lhe tem contado estas mesmas acções com grande espanto e escandalo: e entende elle testimunha; que se tem feito publico em toda a côrte e cidade de Lisboa, e mais não disse d'este.

E ao quarto disse, que pela mesma razão assim dada sabe, que as Excellentissimas senhoras D. Maria Antonia de S. Boaventura, e D. Leonor de Portugal; a primeira avó, e a segunda tia da mesma senhora esposa, e outras muitas Senhoras suas parentes trabalharam sempre por todos os modos, que a prudencia lhe subministrava, para a reduzirem a reconciliar-se com o dito seu esposo; e ter-lhe aquelle amor e affecto que deve haver entre os casados; até o tempo em que a mesma Senhora foi recolhida no convento de Santa Joanna, aonde se acha; e que estas diligencias nunca produziram o effeito desejado, antes pelo contrario, cada vez era maior o odio, que mostrava ter ao dito seu esposo: de sorte, que até o chegou a conceber contra as mesmas pessoas que lhe aconselhavam, e a persuadiam a ter-lhe amor: por quanto eu entendo, que a dita Excellentissima senhora D. Leonor de Portugal fôra a origem, e causa para que ella com o dito seu esposo fossem viver para a Ajuda, e tambem sentida, e escandalisada das muitas diligencias, que a mesma senhora fazia para a reduzir a ter amor ao dito seu marido, nunca mais a visitou; e até chegou a prohibir aos seus familiares, que fossem a casa da dita senhora sua tia, com a comminação de serem logo lançados fóra do seu serviço, se praticassem o contrario. E tambem sabe, pelo ouvir dizer aos ditos seus familiares, que até a seu pae o Excellentissimo senhor D. Vicente de Sousa, que assiste em França, chegaram as noticias do desabrimento com que ella tratava ao dito esposo, e do odio contra o mesmo concebido; e que por este motivo lhe escrevêra algumas vezes, reprehendendo-a, e estranhando-lhe muito o modo com que se portava com o dito seu esposo; e admoestando-a, e insinuando-lhe como o devia tratar. E tambem ouviu publicamente aos mesmos familiares, que ella tinha passado ao excesso de coser os lençoes da cama, e de pôr barreiras no leito, para que o dito seu esposo não podesse chegar a ella; e mais não disse d'este.

Ao quinto facto disse, que sabe por lh'o dizer o mesmo senhor José Francisco de Carvalho e Daun, que elle estava summamente sentido, e se dava por muito injuriado das publicas desattenções com que o tratava a dita sua esposa, e do odio que lhe tinha, de sorte, que se tivesse liberdade e possibilidade para se vingar, tomaria da mesma huma grande vingança; porque até se via despresado, e desattendido de alguns familiares da mesma casa por ordem da mesma

Senhora e sua esposa; e por esta razão lhe tinha tambem concebido outro odio correspondente ao seu; tanto assim que tambem agora n'estes ultimos tempos se retirava e fugia d'ella quanto podia, buscando tambem pretextos para não sairem ambos na mesma carruagem, e mais não disse d'este.

E ao sexto disse nada etc. — *João Chrysostomo Vieira d'Storta.*

O Reverendo Padre Frei Manuel de S. Bernardo, Prior do convento de Mancellos, religioso de S. Domingos; morador interinamente n'esta côrte, de edade de quarenta e dois annos; testimunha, a quem o Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia deferiu juramento dos Santos Evangelhos; e prometteu debaixo d'elle dizer a verdade; e do costume disse nada.

E sendo perguntado pelo contheudo no primeiro facto disse nada.

E ao segundo disse, que entrando varias vezes em casa da avó, e tia da dita esposa, nunca víra que ella mostrasse agrado a seu esposo, na sua presença d'ella testimunha, e o tratasse com aquelle amor, que he natural entre os casados; antes pelo contrario, presenciou muitas vezes que o tratava com desabrimento, como que se fosse huma pessoa estranha, ou subdito seu; e da mesma sórte, que elle lhe tinha hum respeito ou medo, como que se ella não fosse sua esposa; e se retirava d'ella só pela não vêr com semblante enfadado; e ouviu dizer à algumas pessoas domesticas, que a mesma não gostava de sair fóra com o dito seu esposo na mesma carruagem; e mais não disse etc. — ***Frei Manuel de S. Bernardo.***

Dona Antonia Ignacia Valera, viuva de José da Cunha e Figueiredo, moradora na Rua Nova de Jesus d'esta cidade, de edade de cincoenta e dois annos, testimunha jurada aos Santos Evangelhos, sob que prometteu dizer verdade do que lhe fosse perguntado; e do costume disse nada.

E sendo perguntada pelo primeiro facto da petição justificativa disse, que ella foi para criada da Excellentissima D. Maria Antonia de S. Boaventura e Menezes, no mesmo dia em que a Excellentissima D. Isabel Julianna de Sousa se recebêra com o Excellentissimo José Francisco de Carvalho e Daun; e presenciando o acto do dito recebimento viu, e notou, que a dita esposa estava muito triste, e com os olhos cheios de agua; e partindo immediatamente os ditos esposos para a villa de Oeiras com os mais parentes, que os acompanhavam; foi ella testimunha com outras criadas vêr das janellas passar o acompanhamento; e notando outra vez a tristeza e sentimento que mostrava a dita esposa, não pôde conter-se que não dissesse a outra criada chamada Maria Thereza, o reparo que fazia: ao que a dita Maria Thereza, respondeu, que a dita Exxellentissima esposa até á ultima hora do recebimento sempre dissera, que não queria casar com o dito seu esposo; e estava admirada, de que no acto do recebimento, dissesse, que queria casar com elle. E depois d'isso por muitas vezes ouviu dizer publicamente á mesma criada, e a todas as mais da mesma casa,

que a dita esposa sempre mostrára huma grande repugnancia para o tal casamento, e que não só a dita sua avó e tia, a Excellentissima D. Leonor de Portugal, estavam continuamente persuadindo-a que conviesse no dito casamento, mas tambem se valeram da industria do Padre Frei Manuel de S. Boaventura, religioso carmelita descalço, para que a convencesse, e obrigasse a que assentisse ao referido casamento; e que o dito religioso por algumas vezes, e na vespera, e ainda no mesmo dia do casamento a estivera compellindo para esse effeito, de sorte, que a viram chorar, e ouviram dizer ao mesmo religioso, fallando para a dita esposa, já quando hia para a mesma funcção do recebimento, que não fôsse chorando; e mais não disse d'este.

E ao segundo disse, que sabe pelo vêr, e presenciar no espaço de onze mezes e meio, que assistiu na casa dos mesmos esposos, que a dita esposa mostrasse ao seu esposo, digo, nunca mostrou ao dito seu esposo aquelle amor e affecto, que costuma haver entre os casados, antes pelo contrario o tratava com muito desagrado e desabrimento, retirando-se sempre quanto podia d'elle, de sórte que, se queria entrar em huma casa, em que aquelle se achava, logo que o via voltava outra vez e se retirava; e quando haviam de sair fóra buscava todos os pretextos que podia, para não ir com elle na mesma carruagem; e mais não disse d'este facto.

E ao terceiro disse, que ella não sabe se por esta côrte e cidade de Lisboa, he publico e notorio o desagrado e desabrimento com que a dita Excellentissima esposa tratava ao esposo; mas por ser isto huma cousa notoria e sabida de toda a familia da sua casa, que era muito numerosa; e tambem pelo ter ouvido dizer a muitas pessoas estranhas, entende que hoje he tudo isto publico, e notorio na mesma côrte de Lisboa; e mais não disse d'este.

E ao quarto disse, que sómente sabia d'elle pelo vêr e presenciar, que entrando algumas vezes no quarto em que os ditos dois esposos dormiam, sempre os viu deitados cada hum no extremo da cama, e fazendo algumas vezes a dita cama sempre notou, que o espaço da mesma, que mediava entre os logares em que cada hum dormia, estava intacto e mais levantado do que os mesmos logares, que se achavam mais baixos e calcados, o que lhe pareceu signal certo, de que nenhum d'elles se tinha approximado para aquelle espaço mediato; por se achar no mesmo estado em que o tinha deixado, quando lhe fazia a mesma cama; e mais não disse d'este.

E ao quinto disse, que pela mesma razão, que dito tem, tinha tambem visto e presenciado, que o dito Excellentissimo José Carvalho, digo, Francisco de Carvalho e Daun, sentido do desagrado e aspereza, com que o tratava a dita sua esposa, passára egualmente a aborrecel-a, e a desviar-se d'ella, para não experimentar os seus desabrimentos, e da mesma sórte se desviava tambem quanto podia de sair fóra com ella na mesma carruagem; e mais não disse.

E ao sexto disse, que pelas razões que dito tem do desagrado e desabrimento com que se tratavam os ditos esposos, e pelos signaes que tinha notado

na cama em que ambos dormiam, não achando nunca calcado e pisado aquelle largo espaço d'ella, que mediava entre os logares em que cada hum dormia no extremo da mesma; e muito mais por não vêr em algum tempo signaes e indicios demonstrativos da consummação do matrimonio, entendia que os ditos esposos o não tinham consummado até o tempo, que ella testimunha assistíra na sua casa, e o mesmo entendiam tambem todas as mais criadas, e familiares da mesma casa, como muitas vezes lhe ouviu dizer; e mais não disse. — *D. Anna Ignacia Valera.*

D. Isidora Josefa de Figueiredo, solteira, moradora na Rua Nova de Jesus, d'esta cidade, de edade de cincoenta annos, pouco mais ou menos; testimunha a quem o Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia deferiu juramento dos Santos Evangelhos, sob cargo do qual prometteu dizer a verdade, e do costume disse nada.

E sendo perguntada ao primitivo facto disse, nada.

E ao segundo disse, que sabia pelo vêr, e presenciar muitas vezes, indo visitar sua cunhada D. Antonia Ignacia Valera, criada da Excellentissima D. Maria Antonia de S. Boaventura, e por ter muita familiaridade na mesma casa, que a Excellentissima D. Isabel Julianna de Sousa, nunca mostrára agrado e amor a seu esposo o Excellentissimo José Francisco de Carvalho, antes o tratava com grande desabrimento, fugindo sempre d'elle, e de entrar em qualquer casa em que elle se achava; e ouviu por muitas vezes dizer ás criadas da mesma casa, que a dita Excellentissima D. Isabel se queixava, que sua avó, e tia, a Excellentissima D. Leonor de Portugal, a tinham obrigado a casar por força, e que hum religioso carmelita descalço a tinha enganado para o mesmo effeito; e mais não disse d'este.

Ao terceiro disse, que pelo ter ouvido dizer a muitas pessoas não familiares da mesma casa sabia, que entre os ditos esposos não havia boa harmonia, e que se tratavam com reciproco desagrado e retiro, e por esta razão entende, que isto hoje he publico, e notorio n'esta côrte e cidade de Lisboa; e mais não disse d'este.

E ao quarto disse, que sómente sabia d'elle pelo vêr, entrando muitas vezes no quarto dos ditos esposos, que sómente os logares em que estes dormiam nos extremos da cama se achavam pisados e calcados, e que todo o espaço intermedio bastantemente largo se achava mais levantado, sem signal algum de ter sido pisado e opprimido; o que sempre lhe pareceu hum signal certo, e evidente de que os ditos esposos nunca na cama se chegavam hum ao outro; e mais não disse d'este.

E ao quinto disse, que sabia pela mesma razão, que dito tem, e pelo ter visto e presenciado muitas vezes, que o dito Excellentissimo José Francisco de Carvalho, se retirava tambem quanto podia de sua esposa, mostrando-se muito sentido, e queixoso do desagrado, e da aspereza, com que ella o tratava, pelo

que lhe parecia que tinham entre si grande aborrecimento e odio, e mais não disse d'este, nem do sexto pelo não saber, etc. — *D. Isidora Josefa de Figueiredo.*

Antonio José Ignacio, morador na Ajuda, que foi guarda roupa do Excellentissimo José Francisco de Carvalho e Daun, de edade de trinta e cinco annos, testimunha, a quem o Excellentissimo senhor Arcebispo deferiu o juramento dos Santos Evangelhos, sob cargo do qual prometteu dizer verdade; e do costume disse ser criado do dito Excellentissimo José Francisco.

E sendo perguntado pelo contheudo no primeiro facto disse, que elle fôra para casa do dito Excellentissimo José Francisco, poucos dias depois de estar já recebido; e por esta razão só sabe pelo ouvir, que a Excellentissima D. Isabel Julianna de Sousa, nunca tivera vontade de casar com o dito seu esposo; e que para isso fôra muito violentada por sua avó, e tia as Excellentissimas D. Maria Antonia de S. Boaventura, e D. Leonor de Portugal, e tambem pela industria e diligencia de hum religioso carmelita descalço, chamado Frei Manuel de S. Boaventura; e que sómente declarára no acto da celebração do matrimonio, que consentia n'elle pelo temor, e respeito dos Excellentissimos supplicantes e muitos mais fidalgos seus parentes, que se achavam juntos, e presentes ao mesmo acto; e mais não disse d'este.

Ao segundo facto disse, que por assistir na mesma casa, sabe pelo vêr e presenciar que a dita Excellentissima D. Isabel, nunca tratara como esposo ao dito Excellentissimo José Francisco, antes pelo contrario, em todas as suas acções mostrava, que lhe tinha grande odio e aborrecimento; pois fugia e se retirava d'elle quanto podia, e quando se via obrigada a fallar-lhe, sempre o fazia com muito desagrado e desabrimento, como se fosse huma pessoa estranha e de muito inferior qualidade; o que era publico e notorio a todos os familiares da mesma casa; pelo que todos entre si entendiam e murmuravam, que elles não estavam bem casados; e mais não disse d'este.

Ao terceiro facto disse, que elle não sabe se estas cousas se fizeram publicas por toda a côrte e cidade de Lisboa, mas entende que sim; porque sendo ellas notorias, e sabidas a todos os familiares da casa que são muitos, e a outras pessoas que tinham entrada na mesma, he muito natural que se tenham divulgado por toda a côrte; e muito mais porque tambem assim o tem ouvido dizer a algumas pessoas estranhas; e mais não disse d'este.

Ao quarto disse, que tambem sabia pelo vêr e presenciar, que a dita sua tia, e avó muitas vezes estranhavam, e reprehendiam a dita Excellentissima D. Isabel pelo mau modo e desabrimento com que tratava ao dito seu esposo, trabalhando pela reduzirem a que lhe quizesse bem, e o tratasse com aquelle amor e agrado que costuma haver entre os casados; mas que estas diligencias produziam tão pouco effeito, que antes pelo contrario, ella cada vez se mostrava mais rebelde e inflexivel; parecendo que crescia n'ella o odio cada vez mais,

não só para o dito seu esposo, mas ainda para todos os seus criados, como elle testimunha muitas vezes experimentou, tratando-o com grande despreso e asperesa; e tambem sabe pelo ouvir dizer ás criadas da casa que faziam a cama, e tinham entrada no quarto, em que os ditos esposos dormiam, que parecia, que elles tinham posto barreiras na mesma cama, e cosidos os lençoes no meio para não chegarem hum a outro; e mais não disse d'este.

E ao quinto disse, que tambem sabe pelo vêr e presenciar, que o dito Excellentissimo José Francisco de Carvalho e Daun, vendo-se tão mal tratado pela dita sua esposa; dando-se por muito sentido e injuriado tambem da sua parte, entrára a corresponder-lhe da mesma sórte, aborrecendo-a e retirando-se d'ella quanto podia, e buscando pretextos para nunca sair com ella na mesma carruagem; e mais não disse d'este.

Ao sexto disse, que entre os familiares da mesma casa era publico, e constante pelo que viam e presenciavam, que os ditos esposos não chegaram a consummar o matrimonio, entendendo tambem todos, que nunca o chegariam a consummar, por verem, que cada vez hiam crescendo cada vez mais entre elles o desagrado, os desabrimentos e aversão com que se tratavam; e mais não disse d'este, etc. *Antonio José Ignacio.*

Manuel Diniz, boleeiro da Excellentissima D. Isabel Julianna de Sousa, solteiro, morador na casa da dita, de edade de cincoenta annos, testimunha jurada aos Santos Evangelhos, prometteu dizer verdade, e do costume o que dito tem.

E sendo perguntado sobre o primeiro facto disse, que elle fôra para criado da dita Excellentissima D. Isabel, tres dias antes de seu recebimento; e por esta razão só sabia pelo ouvir dizer aos seus companheiros, e mais alguns criados de escada acima, que a dita Excellentissima D. Isabel, nunca tivera vontade de casar com o Excellentissimo José Francisco de Carvalho, e que sómente o fizera obrigada das persuasões e instancias da Excellentissima D. Maria Antonia de S. Boaventura, sua avó, e da Excellentissima D. Leonor de Portugal, sua tia, e de hum religioso carmelita descalço, chamado Frei Manuel de S. Boaventura; e que pelo temor e respeito dos Excellentissimos justificantes, e dos mais Fidalgos que se achavam presentes no acto da celebração de seu matrimonio, he que não declarára que não consentia n'elle; e mais não disse d'este.

Ao segundo facto disse, que pela razão de seu officio de boleeiro vira, e presenciára muitas vezes que, quando os ditos esposos hiam para entrar na carruagem sempre lhe parecia, que elles tinham pelejado entre si, pelo mau modo e desabrimento com que se tratavam, e que dentro na mesma carruagem se apartavam quanto podiam hum do outro, chegando-se para os extremos d'ella; que muito poucas vezes os ouvira conversar entre si; e se algumas vezes fallavam, era sempre por modo de quem pelejava; pelo que entendia elle testimunha, que os ditos esposos nenhum amor tinham hum a outro, antes pelo con-

trario, reciprocamente se aborreciam; e assim o ouviu dizer muitas vezes aos mais criados de escada acima, que todos por verem o desabrimento e desagrado com que elles se tratavam, entendiam que se queriam mal, e tinham entre si grande odio; e mais não disse d'este.

Ao terceiro disse, que não só ouviu dizer estas cousas, que deixa referidas, aos seus companheiros, mas tambem a muitas pessoas estranhas; pelo que entende que ellas se tem feito publicas em toda a côrte e cidade de Lisboa: e mais não disse d'este, nem do quarto, nem do quinto, por não saber outra cousa d'elles mais que o que deixa referido.

E ao sexto facto disse, que entre todos os criados seus companheiros, e ainda os de escada acima, como muitas vezes lhes ouviu dizer, era constante, que os ditos esposos nunca chegaram a consummar o matrimonio pela razão de nunca verem em algum d'elles signal, nem acção ou indicio, por onde se podesse conhecer que o tinham consummado; e pela aversão e desabrimento com que se tratavam, que cada vez crescia mais entre elles julgavam que nunca o chegariam a consummar, etc. —*Manuel Deniz.*

Anna Joaquina, criada da Excellentissima D. Maria Antonia de S. Boaventura, solteira, moradora na casa da dita, na rua Formosa d'esta côrte, de edade de cincoenta annos; testimunha a quem o Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia peramento, digo, deferiu juramento dos Santos Evangelhos, sob cargo do qual prometteu dizer verdade, e do costume disse a referida ser criada da dita Excellentissima D. Maria Antonia.

E sendo perguntada sobre o primeiro facto disse, que por ser criada ha muitos annos da Excellentissima D. Maria Antonia de S. Boaventura, avó da Excellentissima D. Isabel Julianna de Sousa, em cuja casa esta senhora assistia, sabia pelo vêr e presenciar, e por lhe dizer a mesma Excellentissima D. Isabel Julianna, quando se tratára do seu casamento com o Excellentissimo José Francisco de Carvalho, que ella não gostava d'este casamento, e que não era da sua vontade, e que sómente convinha n'elle, por conceder com a de sua avó, e tia a Excellentissima D. Leonor de Portugal, e tambem por respeito e temor que tinha aos Excellentissimos justificantes; o que muitas vezes lhe ouvira repetir por todo aquelle espaço de tempo, que mediou entre o ajuste do mesmo casamento, e o dia em que se receberam; e tambem vira e presenciára, por muitas vezes que as ditas Excellentissimas senhoras sua avó, e tia a persuadiam para que ella consentisse no dito casamento, pelos grandes desejos que tinham de o vêr effectuado; e mais não disse d'este, nem dos mais por não saber cousa alguma d'elles, etc. —*Anna Joaquina.*

Maria Rosa, solteira, moradora na rua Formosa d'esta côrte, de edade de trinta e tres annos, testimunha jurada aos Santos Evangelhos, sob cargo do que prometteu dizer verdade do que lhe fosse perguntado; do costume disse ser

criada da Excellentissima senhora D. Maria Antonia, avó da Excellentissima senhora D. Isabel.

E sendo perguntada pelo contheudo no primeiro facto disse, que pela razão de ser criada da dita Excellentissima senhora D. Maria Antonia de S. Boaventura, em cuja companhia assistia a Excellentissima senhora D. Isabel Julianna de Castro *(ita)* sua neta; e tambem por lh'o dizer esta mesma senhora muitas vezes, sabia que ella tinha huma grande repugnancia para casar com o Excellentissimo José Francisco de Carvalho e Daun, e que a dita Excellentissima senhora sua avó, e a Excellentissima D. Leonor Portugal, sua tia, por desejarem muito que se effetuasse este casamento, trabalhavam e faziam grandes diligencias para a moverem e persuadirem a que quizesse convir de boa vontade no dito casamento, mas que ella sempre persistira inflexivel na sua repugnancia, dizendo, que sómente consentiria n'elle, por não poder resistir ás persuasões das ditas senhoras sua avó, e tia, e tambem pelo temor, e respeito dos Excellentissimos justificantes; e mais não disse d'este.

E ao segundo disse, que tambem vira e presenciára, que a dita Excellentissima D. Isabel, ainda depois de estar recebida com o dito seu esposo não mudára de vontade, porque sempre continuára em dar as mesmas demonstrações da sua repugnancia e desgosto, tratando o dito seu esposo com grande desabrimento e desagrado; não mostrando em acção alguma que lhe tivesse aquelle affecto que he natural entre os casados; retirando-se sempre d'elle quanto podia, e que da mesma sorte o dito Excellentissimo José Francisco de Carvalho mostrava não lhe ter inclinação alguma, antes sentido do desabrimento e desagrado com que ella o tratava, tambem se retirava e fugia d'ella quanto podia: dando bem a entender que lhe tinha aversão e odio; e mais não disse d'este facto, nem dos mais por não saber d'elles cousa alguma, etc. —*Maria Rosa da Conceição.*

Maria de Jesus, solteira, moradora na rua da Atalaya d'esta cidade, em companhia de sua avó, Domingas Carvalha, de edade de vinte e cinco annos; testimunha a quem o Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia deferiu juramento dos Santos Evangelhos, sob cargo do qual prometteu dizer verdade; e do costume disse ter sido criada da senhora D. Maria Antonia.

E sendo perguntada sobre o primeiro facto da justificação dos Excellentissimos justificantes disse, que sabia pelo vêr e presenciar, por assistir nas mesmas casas, que a Excellentissima D. Isabel Julianna de Sousa, nunca tivera vontade de casar com o Excellentissimo senhor José Francisco de Carvalho e Daun; o que muitas vezes ouviu dizer á mesma Excellentissima D. Isabel, e outras vezes viu, que sua avó, a Excellentissima D. Maria Antonia de S. Boaventura, e sua tia a Excellentissima D. Leonor de Portugal, a estavam reprehendendo, por não querer consentir no dito casamento, trabalhando pela persuadirem e resolverem a que consentisse n'elle, ao que ella sempre resistiu; respondendo-lhe al-

gumas vezes com palavras muito desabridas e altivas, chegando muitas vezes a chorar, por se vêr tão importunada; e tambem viu e presenciou, que hum religioso carmelita descalço, chamado Frei Manuel de S. Boaventura, fôra algumas vezes á mesma casa, e estivera com a dita Excellentissima D. Isabel, para a mover a que conviesse no dito casamento; e na vespera do dia d'este, e no mesmo dia a fôra confessar e reconciliar, e era constante entre todos os familiares da casa, que elle a estivera persuadindo, para que no acto da celebração do matrimonio não mostrasse a sua repugnancia, nem declarasse que não consentia; e mais não disse d'este.

E ao segundo facto disse, que pela mesma razão de assistir na dita casa tambem vira e presenciára, que a Excellentissima D. Isabel, ainda depois de contrahido o matrimonio, continuára em mostrar a mesma repugnancia, e má vontade que sempre tivera para elle, tratando ao seu esposo como se fosse huma pessoa estranha, e de muito inferior condição, fallando com muita aspereza e altiveza, e fugindo de entrar em qualquer casa em que elle estivesse; o que era publico e notorio a todos os familiares, e a muitas pessoas que tinham entrada na mesma casa; e mais não disse d'este.

Ao terceiro disse, que por serem estas cousas publicas e notorias a tantas pessoas como dito deixa, e tambem pelo ter ouvido a muitas outras estranhas, entende que ellas se tem tambem feito publicas e notorias por toda a côrte.

Ao quarto disse, que tambem sabia pelo vêr e presenciar, que todas aquellas diligencias que sua avó, e tia, e outros seus parentes faziam para reduzirem a dita esposa, a que tivesse amor a seu esposo, e o tratasse como tal, nunca produziram effeito algum, antes pelo contrario, ella cada vez mais mostrava ao dito esposo maior aversão e odio, tratando-o sempre com grande desabrimento e desagrado, e tambem sabia por entrar muitas no mesmo quarto em que elles dormiam, e por lhes fazer a cama, que os ditos dormiam muito separados hum do outro, e que nunca achára calcado e pisado o espaço intermedio da mesma cama; de sorte, que parecia muito mais alto do que aquelles logares em que cada hum dormia; porque estes se achavam sómente baixos e calcados; e mais não disse d'este.

Ao quinto disse, que tambem vira e presenciára, que o Excellentissimo José Francisco de Carvalho, supposto que a principio mostrára ter amor á dita Excellentissima D. Isabel, comtudo ao depois experimentando a aspereza e altivez com que ella o tratava, se fôra esfriando no dito amor, e passára a conceber-lhe outra similhante aversão e odio, ao que ella lhe tinha, retirando-se sempre quanto podia d'ella, e procurando pretextos para não ir com ella na mesma carruagem quando haviam de sair fóra; e mais não disse d'este facto.

E ao sexto disse, que não sabe de certo, se os ditos esposos chegaram a consummar o matrimonio, mas pelos signaes que via na cama, como dito deixa, e por nunca vêr outros alguns, nem indicios de que se tratassem como casados, entendia que nunca o chegaram a consummar; e o mesmo entendiam

criada da Excellentissima senhora D. Maria Antonia, avó da Excellentissima senhora D. Isabel.

E sendo perguntada pelo contheudo no primeiro facto disse, que pela razão de ser criada da dita Excellentissima senhora D. Maria Antonia de S. Boaventura, em cuja companhia assistia a Excellentissima senhora D. Isabel Julianna de Castro *(ita)* sua neta; e tambem por lh'o dizer esta mesma senhora muitas vezes, sabia que ella tinha huma grande repugnancia para casar com o Excellentissimo José Francisco de Carvalho e Daun, e que a dita Excellentissima senhora sua avó, e a Excellentissima D. Leonor Portugal, sua tia, por desejarem muito que se effetuasse este casamento, trabalhavam e faziam grandes diligencias para a moverem e persuadirem a que quizesse convir de boa vontade no dito casamento, mas que ella sempre persistira inflexivel na sua repugnancia, dizendo, que sómente consentiria n'elle, por não poder resistir ás persuasões das ditas senhoras sua avó, e tia, e tambem pelo temor, e respeito dos Excellentissimos justificantes; e mais não disse d'este.

E ao segundo disse, que tambem vira e presenciára, que a dita Excellentissima D. Isabel, ainda depois de estar recebida com o dito seu esposo não mudára de vontade, porque sempre continuára em dar as mesmas demonstrações da sua repugnancia e desgosto, tratando o dito seu esposo com grande desabrimento e desagrado; não mostrando em acção alguma que lhe tivesse aquelle affecto que he natural entre os casados; retirando-se sempre d'elle quanto podia, e que da mesma sorte o dito Excellentissimo José Francisco de Carvalho mostrava não lhe ter inclinação alguma, antes sentido do desabrimento e desagrado com que ella o tratava, tambem se retirava e fugia d'ella quanto podia: dando bem a entender que lhe tinha aversão e odio; e mais não disse d'este facto, nem dos mais por não saber d'elles cousa alguma, etc. —*Maria Rosa da Conceição.*

Maria de Jesus, solteira, moradora na rua da Atalaya d'esta cidade, em companhia de sua avó, Domingas Carvalha, de edade de vinte e cinco annos; testimunha a quem o Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia deferiu juramento dos Santos Evangelhos, sob cargo do qual prometteu dizer verdade: e do costume disse ter sido criada da senhora D. Maria Antonia.

E sendo perguntada sobre o primeiro facto da justificação dos Excellentissimos justificantes disse, que sabia pelo vêr e presenciar, por assistir nas mesmas casas, que a Excellentissima D. Isabel Julianna de Sousa, nunca tivera vontade de casar com o Excellentissimo senhor José Francisco de Carvalho e Daun; o que muitas vezes ouviu dizer á mesma Excellentissima D. Isabel, e outras vezes viu, que sua avó, a Excellentissima D. Maria Antonia de S. Boaventura, e sua tia a Excellentissima D. Leonor de Portugal, a estavam reprehendendo, por não querer consentir no dito casamento, trabalhando pela persuadirem e resolverem a que consentisse n'elle, ao que ella sempre resistiu; respondendo-lhe al-

gumas vezes com palavras muito desabridas e altivas, chegando muitas vezes a chorar, por se vèr tão importunada; e tambem viu e presenciou, que hum religioso carmelita descalço, chamado Frei Manuel de S. Boaventura, fôra algumas vezes á mesma casa, e estivera com a dita Excellentissima D. Isabel, para a mover a que conviesse no dito casamento; e na vespera do dia d'este, e no mesmo dia a fôra confessar e reconciliar, e era constante entre todos os familiares da casa, que elle a estivera persuadindo, para que no acto da celebração do matrimonio não mostrasse a sua repugnancia, nem declarasse que não consentia; e mais não disse d'este.

E ao segundo facto disse, que pela mesma razão de assistir na dita casa tambem vira e presenciára, que a Excellentissima D. Isabel, ainda depois de contrahido o matrimonio, continuára em mostrar a mesma repugnancia, e má vontade que sempre tivera para elle, tratando ao seu esposo como se fosse huma pessoa estranha, e de muito inferior condição, fallando com muita aspereza e altiveza, e fugindo de entrar em qualquer casa em que elle estivesse; o que era publico e notorio a todos os familiares, e a muitas pessoas que tinham entrada na mesma casa; e mais não disse d'este.

Ao terceiro disse, que por serem estas cousas publicas e notorias a tantas pessoas como dito deixa, e tambem pelo ter ouvido a muitas outras estranhas, entende que ellas se tem tambem feito publicas e notorias por toda a côrte.

Ao quarto disse, que tambem sabia pelo vêr e presenciar, que todas aquellas diligencias que sua avó, e tia, e outros seus parentes faziam para reduzirem a dita esposa, a que tivesse amor a seu esposo, e o tratasse como tal, nunca produziram effeito algum, antes pelo contrario, ella cada vez mais mostrava ao dito esposo maior aversão e odio, tratando-o sempre com grande desabrimento e desagrado, e tambem sabia por entrar muitas no mesmo quarto em que elles dormiam, e por lhes fazer a cama, que os ditos dormiam muito separados hum do outro, e que nunca achára calcado e pisado o espaço intermedio da mesma cama; de sorte, que parecia muito mais alto do que aquelles logares em que cada hum dormia; porque estes se achavam sómente baixos e calcados; e mais não disse d'este.

Ao quinto disse, que tambem vira e presenciára, que o Excellentissimo José Francisco de Carvalho, supposto que a principio mostrára ter amor á dita Excellentissima D. Isabel, comtudo ao depois experimentando a aspereza e altivez com que ella o tratava, se fôra esfriando no dito amor, e passára a conceber-lhe outra similhante aversão e odio, ao que ella lhe tinha, retirando-se sempre quanto podia d'ella, e procurando pretextos para não ir com ella na mesma carruagem quando haviam de sair fóra; e mais não disse d'este facto.

E ao sexto disse, que não sabe de certo, se os ditos esposos chegaram a consummar o matrimonio, mas pelos signaes que via na cama, como dito deixa, e por nunca vêr outros alguns, nem indicios de que se tratassem como casados, entendia que nunca o chegaram a consummar; e o mesmo entendiam

tambem todos os mais familiares da casa, como muitas vezes lhes ouviu dizer, assentando todos, que pelo aborrecimento e odio que cada vez hia crescendo mais entre elles, nunca o chegariam a consummar. E sendo, digo; e mais não disse d'este, etc. — E por ser mulher, e não saber lêr nem escrever, assignou de seu rogo por ella o Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia.

Francisco Lambert de Bonis, natural, e morador n'esta cidade de Lisboa, mestre de lingua franceza de Sua Alteza o Principe Nosso Senhor, de edade de quarenta e quatro annos, testimunha jurada aos Santos Evangelhos, prometteu dizer verdade, e do costume disse nada; digo, disse tinha sido instructor do Excellentissimo José Francisco de Carvalho e Daun.

E sendo perguntado ao segundo facto disse, que sabe pelo vêr e presenciar, e pela razão de assistir na mesma casa, para instruir o dito Excellentissimo José Francisco de Carvalho, desde o mez de dezembro de mil setecentos e setenta, em cujo tempo aquelle se achava já recebido com a Excellentissima D. Isabel Julianna de Sousa, que ella o tratava com grande aspereza e altivez, como que se não fôra seu esposo; oppondo-se claramente a tudo quanto elle queria; e despresando-o como se fosse seu subdito, muito inferior, e ordenando que todos os seus criados o tratassem, digo, não fizessem cousa alguma do que elle lhe mandasse; mostrando em todas as suas acções e palavras, que lhe tinha concebido grande odio e aborrecimento, e mais não disse d'este, nem do terceiro facto da petição dos Excellentissimos justificantes; por não ser a elles perguntado.

E ao quarto disse, que pela mesma razão de assistir na dita casa, sabia pelo presenciar e ver, que a Excellentissima D. Maria Antonia de S. Boaventura, avó da dita esposa; e a Excellentissima D. Leonor de Portugal, sua tia, e outros seus parentes muitas vezes estranharam á dita esposa o mau modo com que tratava ao seu esposo, reprehendendo-a por isso, e pertendendo com muitas razões movêl-a e reduzil-a a que lhe quizesse bem, e o tratasse como seu marido; mas que todas estas diligencias foram sempre inuteis, porque ella cada vez se mostrava mais obstinada, e inflexivel na sua vontade e odio, que lhe tinha concebido. De tal modo, que se retirava, e fugia quanto podia e buscava pretextos para não sair com elle na mesma carruagem, quando haviam de sair fóra; e mais não disse d'este.

Ao quinto disse, que tambem sabia pelo vêr e presenciar, que o dito Excellentissimo José Francisco de Carvalho, se dava por muito injuriado, e sentido do desabrimento e despreso com que o tratava a dita sua esposa; elle viera a conceber outro egual odio e aversão ao que ella lhe tinha; procurando tambem egualmente fugir e retirar-se d'ella as occasiões que podia, de sorte, que como elle testimunha muitas vezes experimentou, tendo-se os ditos esposos deitado na cama muito tarde pelas duas horas ou tres, se levantava muito cedo da cama, e se retirava para o quarto d'elle testimunha, para se encostar em huma ca-

deira, dizendo-lhe, que vinha fugindo da cama de sua esposa, porque a não podia aturar, nem soffrer estar junto d'ella, buscando tambem muitas vezes pretextos para não sairem ambos na mesma carruagem; e mais não disse d'este.

E ao sexto facto disse, que logo que elle testimunha fôra para casa do dito Excellentissimo José Francisco de Carvalho e Daun, notando aquella grande aversão mutua que havia entre os ditos esposos, ficou entendendo, que elles não tinham consummado entre si o matrimonio, o que tambem julgavam todos os mais familiares da casa, e veiu a confirmar-se de que era certa esta sua intelligencia, porque assim lh'o confessou, e affirmou o mesmo Excellentissimo José Francisco de Carvalho, algum tempo depois: e pelas mesmas razões, que deixa referidas entende tambem, que por mais tempo que vivessem juntos, nunca o chegariam a consummar; e mais não disse, etc. —*Francisco Lambert de Bonis.*

ASSENTADA

Aos cinco dias do mez de maio de mil setecentos e setenta e dois, no real convento de Santa Joanna e locutorio d'elle n'esta côrte, comigo se perguntou pelo Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia a testimunha seguinte: de que fiz este termo de assentada. E eu Padre João Rodrigues das Neves, Vigario de S. Paulo, e Escrivão d'esta diligencia que o escrevi.

Engracia Joaquina, moradora no convento real de Santa Joanna d'esta côrte, testimunha jurada aos Santos Evangelhos; prometteu sob cargo d'elles dizer verdade; de edade, disse ser de quarenta e quatro annos; e de costume disse ser criada do Excellentissima D. Isabel Julianna.

E sendo perguntada sobre o primeiro facto disse, que sabia pelo vêr, presenciar, e pela razão que dito tem de ser criada da Excellentissima D. Isabel, que lhe assistia mais particularmente, que logo que ella aceitou o seu casamento com o Excellentissimo José Francisco Daun, manifestou ella claramente a sua avó, e tia, as Excellentissimas senhoras D. Maria Antonia, e D. Leonor de Portugal, que não consentia em tal casamento; mas entendendo as ditas Excellentissimas senhoras, que a repugnancia que ella tinha, era nascida da debilidade de seu juizo; por ser de muito tenra edade, que não conhecia as grandes conveniencias que n'elle interessava, e esperando que facilmente mudaria de parecer pelo tempo futuro, trataram de a persuadir e convencer com todas as razões que a sua prudencia lhe subministrava; e conhecendo pela experiencia que nada aproveitavam as suas diligencias, se valeram tambem da industria de muitas pessoas, principalmente parentes, que lhe pareciam mais capazes de a convencerem, e entre outras do Padre Frei Manuel de S. Boaventura, religioso carmelita descalço; os quaes todos trabalharam muita pela reduzirem a que conviesse no dito casamento; e tambem ella testimunha muitas vezes intentou movel-a a que obedecesse ás ditas suas avó, e tia, e a seu pae; que todos mos-

travam ter grande gosto e vontade n'este casamento; mas nada foi bastante, porque ella esteve sempre firme na sua resolução; e temendo as ditas senhoras, que no acto da celebração do matrimonio declarasse a sua repugnancia, se esforçaram na vespera e no mesmo dia da celebração d'elle com o dito religioso, que a foi confessar e reconciliar, a que as não deixasse menos preciadas, negando o seu consentimento, esperando sem duvida que com a cohabitação, e ajuntamento de ambos viesse a renovar o seu consentimento; com cujas diligencias conseguiram que ella no mesmo acto mostrasse que consentia no matrimonio: e mais não disse d'este.

E ao segundo facto disse, que tambem sabia pelo vêr e presenciar, que depois de celebrado o dito matrimonio, não mudou a dita Excellentissima D. Isabel, de vontade, mas antes perseverou firme na repugnancia que d'antes tinha, tratando o seu esposo com desabrimento e desagrado; chegando ao excesso de lhe conceber hum grande odio e aborrecimento; retirando-se sempre d'elle como se fosse huma pessoa desconhecida e estranha, o que tudo conheciam bem todas as pessoas e familiares da casa, e d'aquellas que n'ella tinham entrada; e mais não disse d'este facto.

Ao terceiro disse, que sendo estas coisas publicas e notorias a tantas pessoas como deixa dito, entende, que se tem divulgado por toda esta côrte e cidade de Lisboa, principalmente, porque tem ouvido fallar n'ellas a pessoas estranhas; e mais não disse d'este.

Ao quarto disse, que tambem sabia pelo vêr e presenciar, que as ditas Excellentissimas senhoras sua avó, e tia, e outras muitas fidalgas suas parentes, muitas vezes a reprehendiam e lhe estranhavam a aversão e odio que mostrava ao dito seu esposo, mas que estas diligencias tambem foram sem effeito, porque ella cada vez mostrando-se muito altiva e independente, se fazia mais constante no seu proposito de o não tratar, nem o reconhecer por esposo: e tambem sabia por ser a que ordinariamente fazia a cama aos ditos esposos; e a primeira que pela manhã entrava no quarto em que ambos dormiam, que sómente os logares em que elles se encostavam, muito separados hum do outro nas extremidades da mesma cama, estavam baixos e calcados, e que o espaço intermedio que era assás largo, se achava sempre mais alto por não ter sido pizado, nem calcado pelos ditos esposos; o que lhe parecia hum signal evidente de que se não tinha chegado hum ao outro; e mais não disse d'este.

Ao quinto facto disse, que tambem sabia pelo vêr e presenciar, que o dito Excellentissimo José Francisco de Carvalho, vendo-se tão mal tratado e aborrecido de sua esposa, entrou tambem a mostrar-se muito sentido, e a conceberlhe outro egual odio ao que ella lhe tinha, retirando-se sempre d'ella quanto podia, e buscando pretextos para não sair com ella fóra na mesma carruagem; e mais não disse d'este facto.

Ao sexto e ultimo disse, que ella testimunha assistindo tão familiar, e particularmente á dita Excellentissima D. Isabel Julianna, nunca viu nem conheceu

n'aquella indicios alguns, pelos quaes lhe parecesse que ella tinha consummado o matrimonio com seu esposo: e julgando pelas acções, que sempre lhe notou de odio e aborrecimento, e pelo grande cuidado com que se retirava e fugia d'elle, se persuade, que nunca consummára o dito matrimonio, nem chegariam a consummar, por mais tempo que vivessem juntos, o que a mesma Excellentissima D. Isabel, lhe deu bem a entender a ella testimunha, ainda que nunca claramente lh'o disse, etc. —*Engracia Joaquina de Sande.*

ASSENTADA

Aos seis dias do mez de maio de mil setecentos e setenta e dois, no palacio e casa de residencia do Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia, d'esta côrte, alli pelo dito comigo se procedeu a inquirição das testimunhas ao diante; de que fiz este termo de assentada. E eu Padre João Rodrigues das Neves, Vigario de S. Paulo, e Escrivão d'esta diligencia, que a escrevi.

O Excellentissimo João de Saldanha de Oliveira e Sousa, testimunha a quem o Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia, deferiu juramento dos Santos Evangelhos; sob cargo do qual prometteu dizer verdade; de sua edade disse ser de vinte e cinco annos, e do costume disse ser genro dos Excellentissimos justificantes.

E sendo perguntado pelo contheudo no segundo facto disse, que, casando elle testimunha com a Excellentissima senhora D. Maria Amalia e Daun, filha dos Excellentissimos justificantes, e irmã do Excellentissimo José Francisco de Carvalho e Daun, dezoito mezes depois da celebração do matrimonio d'este, por entrar a communicar-se mais familiar, e particularmente d'esse tempo por diante com aquelle, e com a dita Excellentissima D. Isabel Julianna de Sousa, notou logo nas primeiras vezes, que entre os ditos esposos não havia aquelle amor, e união que se pratica entre os casados; e posteriormente foi conhecendo, que não só se verificava n'elles esta falta de amor e união, mas que tinham chegado ao excesso de se aborrecerem mutuamente, procurando retirar-se hum do outro quanto podiam, e tratando-se com grande desabrimento, quando se viam obrigados por politica a fallar hum com o outro; de sorte, que entre todos os mais fidalgos seus parentes, e ainda entre os familiares da casa e de outras pessoas que n'ella tinham entrada, era estranhado o odio, a aspereza, e a altivez com que a dita Excellentissima esposa tratava a seu esposo; e mais não disse d'este facto.

Ao terceiro disse, que por ser tão publico, e notorio a todas as pessoas, que dito deixa, o desagrado e aversão com que se tratavam entre si os ditos esposos; e tambem pelo ter ouvido a outras muitas pessoas estranhas, entende que está divulgado por toda a côrte e cidade de Lisboa; e mais não disse d'este.

Ao quarto facto disse, que sabe pelo ouvir dizer constantemente aos pa-

rentes de huma e outra familia, e aos familiares da casa, que a Excellentissima D. Maria Antonia de S. Boaventura, avó da dita esposa, e a Excellentissima D. Leonor de Portugal sua tia, e outras pessoas suas parentes, procuravam por todos os modos humas vezes com ameaças outras com affagos e caricias; e ainda com dadivas avultadas, movel-a e reduzil-a a que amasse ao seu esposo, e o tratasse com aquella affabilidade com que as mais fidalgas casadas tratavam a seus maridos; mas a experiencia mostrou que todas estas diligencias foram sempre inuteis; pois a dita Excellentissima esposa permaneceu rebelde, e inflexivel na mesma repugnancia e aversão que d'antes mostrava, desculpando-se algumas vezes, que seria conveniente que o dito seu esposo só, fosse viajar pelos paizes estrangeiros; metendo assim tempo de permeio para se livrar das repetidas instancias que lhe faziam; e esperando occasião mais prospera para se declarar, que não tinha consentido no dito matrimonio com o dito esposo; e mais não disse d'este.

E ao quinto disse, que sabe pelo ouvir ao mesmo Excellentissimo José de Carvalho e Daun, que elle se achava muito sentido, e queixoso da aspereza e altivez com que o tratava a dita sua esposa; e se via provocado a tomar d'ella huma satisfação e vingança como convinha á qualidade de sua pessoa; mas que nunca prorompera em excessos pelo grande respeito e temor aos Excellentissimos justificantes seus paes; e muitas vezes o viu elle testimunha cheio de paixão e furor, de sorte que ficou receiando que em alguma occasião se não podesse contêr, e passasse a tomar satisfação do ingrato e pessimo tratamento que experimentava, com que certamente causaria grandissimo desgosto a seus paes e parentes; e mais não disse d'este facto.

Ao sexto e ultimo disse, que sabe pela familiaridade com que se trata com os seus parentes, que entre estes, e entre os domesticos, e as pessoas que tinham entrada na casa dos sobreditos esposos, he constante, que o matrimonio por elle celebrado não foi até agora consummado, nem ha esperança alguma prudente, de que o venha a ser pelo refinado odio e aversão que reconhecem entre elles; e mais não disse d'este. —*João de Saldanha de Oliveira e Sousa.*

José da Cruz Pedroso, Procurador Geral da Bulla da Cruzada, morador á Fundição de Cima d'esta cidade; testimunha a quem o Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia deferiu juramento dos Santos Evangelhos; sob cargo do qual prometteu dizer verdade; de sua edade disse ser de sessenta e seis annos; e do costume disse ser procurador da casa da Excellentissima D. Maria Antonia de S. Boavontura.

E sendo perguntado pelo contheudo no primeiro facto disse, que tendo continua assistencia em casa da Excellentissima D. Maria Antonia de S. Boaventura, avó da Excellentissima D. Isabel Julianna de Sousa; em cuja companhia assistia, viu e presenciou muitas vezes, que logo que se ajustou o casamento d'esta fidalga com o Excellentissimo José Carvalho, digo, Francisco de Carvalho e Daun,

mostrou esta huma grande repugnancia ao dito casamento, e entendendo a dita sua avó, e a Excellentissima D. Leonor, sua tia, que esta repugnancia nascia da falta de conhecimento que ella pela sua tenra edade tinha das grandes conveniencias que interessava no dito casamento; pois nenhum outro podia achar n'esta côrte, que lhe fosse tão util, e por todas as razões tão estimavel; e parecendo-lhe por outra parte, que com o lapso do tempo ella se iria facilmente abrandando, e viria com muito gosto a estimar o dito casamento, trabalharam pela persuadir com todas as razões e meios mais prudentes, humas vezes com affagos e caricias e dadivas, e outras com ameaços e rigor, valendo-se tambem da industria de outras fidalgas suas parentes, e de algumas pessoas doutas e religiosas, entre as quaes era hum carmelita descalço, chamado Frei Manuel de S. Boaventura, para o mesmo effeito de a moverem e reduzirem a que conviesse no dito casamento; mas todas estas diligencias foram sempre frustradas e inuteis; por quanto ella mostrando já em tão tenra edade hum genio forte, altivo e independente, resistiu sempre a todas as instancias que se lhe faziam, e o mais que se pôde conseguir d'ella foi, que no acto da celebração do matrimonio não declarasse a sua má vontade, e falta de consentimento, por não desgostar aos Excellentissimos supplicantes, e a outros muitos fidalgos seus parentes que se achavam presentes; esperando, que ajuntando-se depois com o dito seu esposo facilmente lhe adquiriria amor, e renovaria o seu consentimento, e mudaria a sua vontade; e mais não disse d'este facto.

Ao segundo disse, que pela mesma razão sabe, que depois da celebração do matrimonio, tão longe esteve de se conseguir aquelle desejado effeito de que a dita esposa mudaria de parecer, e criasse amor ao seu esposo, que antes pelo contrario ella persistiu sempre firme na sua resistencia que d'antes mostrava, e passou esta ao excesso de se converter em hum odio entranhavel ao mesmo esposo, que não cuidava em desfarçar ou occultar; mas o fazia manifesto, tanto por palavras como por obras, não só ás pessoas mais intimas, mais ainda a todos os familiares da casa; e ainda ás pessoas que n'ella tinham entrada, tratando publicamente o dito seu esposo, com grande desagrado, altivez e aspereza, como se fosse huma pessoa estranha, e de muito inferior condição, e retirando-se d'elle quanto podia, não lhe dando entrada no seu quarto, e buscando pretextos para não ir com elle fóra na mesma carruagem; e mais não disse d'este.

Ao terceiro disse, que tambem sabe pela mesma razão, que, sendo tão conhecidos o desabrimento e odio da dita esposa para com o seu esposo, como dito deixa no artigo antecedente, facilmente se divulgaram por toda a côrte e cidade de Lisboa, como elle testimunha muitas vezes tem ouvido a varias pessoas que não tinham familiaridade, nem entrada na dita casa; e mais não disse d'este.

Ao quarto facto disse, que pela mesma razão sabe, que permanecendo sempre constante a dita esposa depois da celebração do matrimonio, na repugnancia e desgosto que d'antes tinha mostrado, e crescendo (contra a expectação da

dita sua avó, e tia) n'ella com a cohabitação, o odio e aversão a seu esposo; não achando muitas vezes pretextos para cohonestar a sua desobediencia, e a sua rebelde inflexibilidade, usou em algumas do pretexto de dizer, que o dito seu esposo tinha pouca capacidade, e que seria conveniente que fosse viajar primeiro alguns annos pela Europa para se instruir, e que sem duvida faria, como ella ao depois declarou a algumas de suas criadas, para n'este meio tempo esperar occasião mais favoravel, para manifestar claramente e em publico, que não tinha consentido no seu matrimonio; e mais não disse d'este facto da petição dos Excellentissimos supplicantes.

Ao quinto disse, que sabe tambem pela mesma razão, que o dito Excellentissimo José Francisco de Carvalho e Daun, tratava a principio com muita attenção, civilidade e grande respeito á dita sua esposa, e entendia como muitas vezes disse a elle testimunha, que aquelle desagrado que ella lhe mostrava, era nascido de cobardia e pejo; mas vindo pelo tempo adiante a desenganar-se, e conhecer que era hum entranhavel odio que lhe tinha concebido, egualmente da sua parte lhe concebeu outro correspondente, mostrando-se muito sentido, e dando-se por injuriado das desattenções e despresos que lhe fazia; chegando ás vezes a tomar huma tal paixão, que certamente se vingaria e tomaria huma satisfação proporcionada á qualidade de sua pessoa, ao seu brio e honra, se não fôra o grande respeito que tem aos Excellentissimos supplicantes seus paes, e o temor de os desgostar; e com esta consideração lhes occultava o seu sentimento e a desconsolação com que vivia; e mais não disse d'este.

Ao sexto e ultimo facto disse, que, presenciando todos os familiares da casa o reciproco odio com que se tratavam os ditos esposos, e não vendo n'elles signal algum de amor, nem indicios de terem consummado o matrimonio, entendiam todos que elles nunca o tinham consummado como ouviu dizer muitas vezes a alguns dos ditos familiares; e pela mesma razão julgaram tambem que nunca chegariam á consummal-o, por mais tempo que cohabitassem, e vivessem ambos juntos: e o que elle testimunha sabe pelo vêr e presenciar, he, que entrando algumas vezes no quarto em que elles dormiam, reparava que os mesmos estavam deitados nos extremos da cama, muito separados hum do outro; e que o espaço intermedio estava mais alto, e sem vistigio algum de ter sido por elles calcado e pisado, o que lhe parecia huma demonstração evidente de que se não tinham chegado hum ao outro; e mais não disse. —*José da Cruz Pedroso.*

O Excellentissimo D. Christovam Manuel de Villena, Marechal de Campo, e Governador da Praça de Cascaes, e Veador da Rainha nossa senhora; testimunha a quem o Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia deferiu o juramento dos Santos Evangelhos, sob cargo do qual prometteu dizer verdade; de edade disse ser de cincoenta e hum annos; e do costume disse ser genro dos Excellentissimos supplicantes.

E sendo perguntado ao segundo facto da petição dos Excellentissimos supplicantes disse, que sabia pelo experimentar muitas vezes, que a Excellentissima senhora D. Isabel Julianna de Sousa, tratava ao Excellentissimo José Francisco de Carvalho e Daun, cunhado d'elle testimunha, com grande desattenção e despreso, como que se fosse huma pessoa de inferior condição á sua; passando á temeridade e excesso de lhe fazer estas desattenções, ainda na presença d'elle testimunha, e de outros fidalgos proximos parentes do mesmo esposo; o que de todos era muito estranhado, e todos o sentiam muito por conhecerem que quando ella se atrevia a tratal-o com estes desabrimentos na presença d'aquelles, muito peior seria em particular; o que tudo era publico e notorio aos familiares da sua casa, e a todas as pessoas que n'ella tinham entrada; e mais não disse d'este facto.

Ao terceiro facto disse, que sabia pelo vêr e presenciar, e ouvir a muitas pessoas ainda estranhas, que os desabrimentos que a dita esposa, digo, com que a dita esposa tratava ao seu esposo, não só entre os parentes e familiares da casa, mas ainda por toda a côrte e cidade de Lisboa se divulgaram, e fizeram publicos; e mais não disse d'este.

Ao quinto disse, que tambem sabia pelo vêr e presenciar, que o dito Excellentissimo José Francisco de Carvalho e Daun, desde que celebrou o matrimonio com a referida sua esposa, andava sempre triste e melancolico, como quem tinha alguma grande paixão, e se retirava de tratar com ella quanto podia, não lhe fazendo em tempo algum outras acções mais do que as a politica fazia indispensaveis; e mais não disse d'este.

Ao sexto e ultimo facto disse, que por vêr a desunião que havia entre os ditos esposos, e o desagrado com que se tratavam, presumia elle testimunha, que elles não tinham consummado o matrimonio, e o mesmo entendiam todos os mais parentes, como muitas vezes conversavam entre si; e agora julga que esta he a verdade por assim o ouvir dizer, que o confessam os mesmos esposos; e mais não disse d'este factos, nem do primeiro, por não ser a elle perguntado. — *D. Christovão Manuel de Vilhena.*

ASSENTADA

Aos oito dias do mez de maio de mil setecentos setenta e dois, no Palacio Real de Nossa Senhora da Ajuda, aonde eu Escrivão vim com o Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia, e ahi comigo inquiriu a testimunha que se segue, de que fiz este termo de assentada. E eu o Padre João Rodrigues das Neves, Vigario de S. Paulo e Escrivão d'esta diligencia, que o escrevi.

O Excellentissimo Antonio de Sampaio Mello e Castro, Conde de Sampaio, do Conselho de Sua Magestade, Gentil Homem de sua Real Camara, e Marechal de Campo dos exercitos do dito Senhor, testimunha jurada aos Santos Evan-

gelhos; de edade disse ser cincoenta e dois annos; e do costume disse ser genro dos Excellentissimos supplicantes.

E sendo perguntado pelo contheudo no primeiro facto disse, que elle testimunha experimentou em varias occasiões em que a Excellentissima D. Isabel Julianna de Sousa, quando estava ajustado o casamento entre ella e o Excellentissimo José Francisco de Carvalho e Daun, que indo a mesma esposa á quinta chamada de Sampaio, propria d'elle testimunha, no sitio e termo da villa de Cezimbra, na companhia de sua mulher, a Excellentissima D. Thereza Violante Eva Judith de Daun, Condeça de Sampaio, em cujas occasiões tambem fôra á mesma quinta o dito seu esposo, que a dita Excellentissima esposa nunca mostrára satisfação alguma de seu casamento, antes mostrava grande displicencia, e tratava ao dito seu esposo com hum modo aspero; o que por então ficou elle testimunha entendendo que resultava de pejo e cobardia pela sua tenra edade, e por se conformar com o uso das fidalgas portuguezas, que antes de se receberem com seus esposos os tratam com muita gravidade e retiro; e mais não disse d'este.

Ao segundo facto da petição dos Excellentissimos supplicantes disse, que depois de recebidos os ditos esposos, continuaram a ir todos os annos á quinta d'elle testimunha acima referida, e n'estas occasiões, e em outras muitas, que aquella alliança contrahida lhe facultava mais a communicação e o tratamento familiar, veiu a conhecer e a desenganar-se, que aquella aspereza e desabrimeuto com que d'antes tratava ao dito seu esposo, não procedia de pejo e cobardia, como até alli entendia, mas que provinha da grande repugnancia e desgosto que ella tinha do tal matrimonio, e quando elle testimunha esperava, que com o tempo se fosse abrandando, e criasse amor ao dito seu esposo, veiu tambem a conhecer e a desenganar-se, que aquella aspereza e desabrimento se tinha convertido em hum odio entranhavel; pois o tratava como se fosse huma pessoa estranha e de huma muito inferior condição á sua; e reprehendendo-a elle testimunha e sua mulher a Excellentissima Condeça de Sampaio particularmente, pelo modo mais suave e politico que podia, experimentou tambem que estas suas diligencias nunca produziam o effeito desejado, antes pelo contrario, ella se mostrava cada vez mais desabrida, aspera para o dito seu esposo; com hum modo muito altivo, independente e soberbo; e mais não disse d'este facto.

E ao terceiro disse, que sabe pelo vêr e presenciar, que a aversão e odio com que a dita esposa tratava a seu esposo, não só era conhecido e notorio entre os parentes mais proximos d'elles, entre os familiares e pessoas que tinham entrada na mesma casa, mas que chegou a divulgar-se por toda a côrte e cidade de Lisboa, como elle testimunha tem experimentado em conversações, não só com os ditos parentes mas com outras pessoas estranhas; e mais não disse d'este.

Ao quarto disse, que sabia por ser notorio entre os parentes, que tambem as Excellentissimas D. Maria Antonia de São Boaventura, e D. Leonor de Por-

tugal, a primeira avó, e a segunda, tia da dita esposa, tinham feito as mesmas diligencias de trabalharem pela reduzirem a que amasse a seu esposo, e o tratasse com aquella civilidade que costuma haver entre os casados de similhante qualidade, não só com affagos e caricias, mas com rigor e dadivas; mas que estas diligencias foram frustradas como o tinham sido as d'elle testimunha, e da Excellentissima Condeça de Sampaio; porque aquella permanecia sempre firme na sua obstinada rebeldia e desobediencia; e mais não disse d'este.

Ao quinto disse, que tambem sabia pelo vêr e experimentar, que o dito esposo sentido de se vêr tão indignamente tratado pela dita sua esposa, lhe concebeu tambem outro egual odio; pois muitas vezes viu que se retirava e fugia d'ella quanto podia, só por lhe não fallar. De sórte que na dita sua quinta levantando-se alguns dias elle testimunha muito cedo, para vêr as suas obras, achára que já o dito esposo se havia levantado da cama havia muito tempo, quando aliás ainda tinha necessidade de dormir; pois via que se andava encostando pelas cadeiras, e deitando-se na cama do seu escudeiro, para acabar de satisfazer-se de dormir, o que certamente fazia só por se retirar e fugir da companhia da dita sua esposa; e mais não disse d'este.

Ao sexto disse, que por vêr e presenciar o mutuo e reciproco odio, que havia entre os ditos esposos, presumiu sempre, que não tinham chegado a consummar o matrimonio, o que tambem entendiam os mais parentes que viam e presenciavam o mesmo, e que por ir cada vez crescendo mais entre elles a mesma aversão, nunca o chegariam a consummar, por mais tempo que cohabitassem e vivessem juntos. E mais tem ouvido dizer, que a mesma esposa confessára, que ella nunca consummára o dito matrimonio, e se achava pura e intacta como quando nasceu de sua mãe; e mais não disse d'este. — *Conde de Sampaio.*

ASSENTADA

Aos vinte e sete dias do mez de abril de mil setecentos e setenta e dois annos, no convento real de Santa Joanna d'esta côrte, e ahi comigo na presença do Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia, se tirou o depoimento da Excellentissima senhora D. Isabel Julianna de Sousa, assistente no dito convento e locutorio d'elle, cujo depoimento he o que se segue: e eu o Padre José Rodrigues das Neves, Vigario de S. Paulo, e Escrivão d'esta diligencia, que o escrevi.

DEPOIMENTO DA EXCELLENTISSIMA D. ISABEL JULIANNA

A Excellentissima senhora D. Isabel Julianna de Sonsa, assistente e recolhida no convento real de Santa Joanna d'esta côrte, de edade que disse ser de dezoito annos, pouco mais ou menos, e deferindo-lhe o Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia o juramento dos Santos Evangelhos, sob cargo do

qual prometteu dizer verdade sobre o que lhe fosse inquirido e perguntado, respondeu, que assim o havia de cumprir.

E sendo perguntada pelo contheudo no primeiro facto disse, que era certo que ella nunca teve vontade de casar com o Excellentissimo José Francisco de Carvalho e Daun, e esta repugnancia a manifestou sempre constantemente até ao ponto da celebração do matrimonio a todos os seus parentes e familiares; principalmente a sua avó, a Excellentissima D. Maria Antonia de S. Boaventura, e a sua tia, a Excellentissima D. Leonor de Portugal; e tambem a significou a seu mesmo pae d'ella depoente, em huma carta que lhe escreveu a França, aonde se acha residente, como Embaixador de Sua Magestade Fidelissima; os quaes todos trataram sempre de a persuadirem e reduzirem a que quizesse casar com o dito seu esposo, representando-lhe humas vezes os grandes interesses, que se lhe seguiam d'este casamento, e outros os grandes inconvenintes que resultariam, se n'elle não consentisse; de tal sórte, que vindo elles a conhecer pela experiencia do tempo que eram inuteis, e escusadas todas as suas diligencias, por quanto ella estava sempre firme e constante na sua vontade de não casar com o dito seu esposo; se valeram da industria do Padre Frei Manuel de S. Boaventura, religioso carmelita descalço, para que a convencesse e reduzisse ao que a dita sua avó, e tia tanto desejavam, que era o tal casamento; o qual religioso por muitas vezes a instou com varias razões a que désse o seu consentimento, principalmente na vespera do dia em que se haviam de celebrar as nupcias; e ainda no mesmo dia, e na hora em que estavam já juntos todos os parentes de huma e outra parte, vendo-a chorar muito, e que estava com resolução de negar o seu consentimento, se esforçou muito em a convencer, que se o não prestasse se lançava a perder, e haveria grandes desgostos. Pelo que ella muito afflicta, e cheia de temor, se não atreveu a declarar no acto da celebração do dito matrimonio que não consentia n'elle; mas depois d'esse acto mostrou sempre constantemente a todos os seus parentes e familiares a sua repugnancia, a qual foi sempre bem conhecida de todos; e que aquelle consentimento que dera, não fôra livre e voluntario, mas muito violento e coacto, obrigada do temor e medo em que a tinham posto os ditos seus parentes, e das razões com que a pertendêra convencer o dito religioso, ás quaes ella não sabia responder, pela sua edade e fragilidade do sexo; e mais não disse d'este.

E sendo perguntada pelo contheudo no segundo facto respondeu, que ella não só tinha mostrado constantemente a sua repugnancia, depois da celebração do matrimonio aos seus parentes e familiares, como deixa dito acima, mas a mostrou tambem sempre ao dito seu esposo, não lhe dando nunca confianças algumas, e tratando-o com grande desabrimento em particular, o que bem conheciam os ditos seus parentes e familiares, e ainda as pessoas que tinham entrada em sua casa. Supposto que no publico por politica disfarçou sempre, quanto pôde, a sua má vontade, por não causar escandalo; e mais não disse d'este.

E ao terceiro facto respondeu, que ella depoente não sabe se n'esta côrte

e cidade se tem feito publica a repugnancia, que ella sempre teve ao díto matrimonio, e a falta do seu consentimento para elle no acto da sua celebração; mas entende, que sendo isto coisa tão notoria a tantas pessoas, como são os seus parentes e familiares, e muitas que tinham entrada na sua casa, facilmente se espalharia esta fama por toda a côrte.

E sendo perguntada pelo contheudo no quarto facto disse, que era certo como dito tem, que não obstantes as muitas diligencias que para a moverem e reduzirem tinham feito os seus parentes, o religioso e outras muitas pessoas, ella depoente comtudo permanecêra sempre constante na sua repugnancia e aversão ao dito matrimonio, e nunca pudera vencer-se a dar o seu consentimento para elle, nem a tratar como esposo ao dito Excellentissimo José Francisco de Carvalho e Daun, e tambem era certo, em segundo logar, que muitas vezes por se livrar das instancias que as ditas pessoas acima referidas lhe faziam, buscava pretextos de se escapar e de obedecer a ellas, metendo tempo de por meio, e dizendo que seria conveniente que elle dito seu esposo, fosse viajar pela Europa alguns annos para se instruir e aperfeiçoar; esperando que n'este tempo lhe poderia succeder alguma occasião mais favoravel para declarar melhor a sua vontade, e protestar que nunca consentira em tal casamento; e em terceiro logar disse, que ella nunca cosêra os lençoes da cama, nem posera barreiras no leito para se não communicar com o dito seu esposo; porque a maior barreira que ella depoente tinha, e em que sómente se confiava, era a sua firme vontade e resolução, de se não communicar com elle; se bem que elle nunca tal pertendeu, nem fez diligencia alguma para esse fim; e mais não disse d'este.

E sendo perguntada pelo contheudo no quinto facto disse; que o dito Excellentissimo José Francisco de Carvalho, experimentando o desabrimento e aversão com que ella depoente o tratava, não lhe dando nunca confianças, tambem da sua parte nunca as tomou, e se retirava d'ella como se fosse huma pessoa inteiramente estranha; não pertendendo em tempo algum conhecel-a, ou tratal-a como esposa; e mais não disse d'este.

E sendo perguntada pelo contheudo no sexto facto disse, que era certo que ella depoente nunca consummára o matrimonio com o dito seu esposo, nem em tempo algum o pertendera consummar; de sorte, que nem chegára a consentir a mais leve acção que podesse ser conducente a esse fim; e que do mesmo modo era certo, que o dito seu esposo da sua parte, nunca tambem fizera diligencia alguma, e que ella depoente se achava pura e intacta como quando nascêra de sua mãe; e mais não disse d'este, nem dos mais factos. — ***D. Isabel Julianna de Sousa.***

ASSENTADA

Aos quatro dias do mez de maio de mil setecentos setenta e dois, no palacio da residencia do Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia, d'esta

côrte de Lisboa, ahi comigo procedeu a inquirir e tirar o depoimento do Excellentissimo José Francisco de Carvalho e Daun, que he o que vae adiante, de que fiz este termo. E eu Padre João Rodrigues das Neves, Vigario de S. Paulo, e Escrivão d'esta diligencia, que o escrevi.

DEPOIMENTO DO EXCELLENTISSIMO JOSÉ FRANCISCO DE CARVALHO E DAUN

O Excellentissimo senhor José Francisco de Carvalho e Daun, de edade de dezoito annos, a quem o Excellentissimo senhor Arcebispo de Lacedemonia deferiu juramento dos Santos Evangelhos, sob cargo do qual prometteu dizer verdade.

E sendo perguntado sobre o primeiro facto da petição dos Excellentissimos justificantes disse, que, sendo ajustado pelos Excellentissimos supplicantes paes d'elle depoente o seu casamento com a Excellentissima senhora D. Isabel Julianna de Sousa, logo nas primeiras vezes que a visitou e fallou com ella, conheceu a sua pouca satisfação do referido casamento; por não experimentar n'ella aquellas demonstrações de amor que esperava, e que costuma haver entre os esposos; o que então attribuiu a pejo e cobardia, e á sua tenra edade; mas continuando depois por todo o longo espaço de tempo, que mediou até que se receberam, a experimentar na dita sua esposa hum grande desagrado e aversão, elle depoente se desgostou muito do mesmo casamento; mas pelo grande respeito que tem aos Excellentissimos supplicantes seus paes, e tambem pela esperança de que ella depois de recebidos mudaria a má vontade que mostrava, e lhe teria aquelle amor que he natural entre os casados, não se atreveu a contradizer, ou oppôr-se ao dito casamento; e mais não disse d'este facto.

Ao segundo disse, que elle depoente, pelo respeito e esperança que dito deixa, consentiu da sua parte, ainda que desgostoso na celebração do matrimonio com a dita Excellentissima D. Isabel; e ficou entendendo, que ella tambem da sua parte consentira n'elle, mas logo n'esse mesmo dia, e na noite d'elle conheceu e experimentou huma grande displicencia da parte da dita sua esposa, não consentindo de sórte alguma que tivesse com a mesma alguma confiança, ou fizesse alguma acção das que são permittidas entre os casados. E supposto que o sentiu muito, comtudo pela mesma razão de respeito aos Excellentissimos justificantes seus paes, e tambem com a mesma expectação de que aquella com o tempo se iria abrandando, e conciliando-lhe amor, disfarçou por então, e não se queixou por não dar a saber a outra pessoa os grandes motivos que tinha de desgosto e sentimento. Porém, como a sua esperança saiu frustrada, e a dita sua esposa cada vez se mostrava mais obstinada na sua aversão, de sórte que esta era já sabida de todos os familiares de sua casa, e de todos os seus parentes, elle depoente não pôde conter-se, nem disfarçar mais, e assim se viu obrigado a não encobrir mais o seu justo pesar e sentimento, deixando-o conhe-

cer dos mesmos familiares e parentes, retirando-se á vista de todos de se tratar e communicar com a dita sua esposa quanto podia, e buscando pretextos de não sair com ella fóra na mesma carruagem; e mais não disse d'este.

Ao terceiro facto disse, que por serem tão publicas e notorias todas estas coisas aos familiares da casa, e aos seus parentes, e tambem por lh'o terem dito muitos dos seus amigos, entende, que ellas se tem divulgado por toda a côrte e cidade de Lisboa; e mais não disse d'este.

Ao quarto disse, que sabia pelo ver, e presenciar muitas vezes, que as Excellentissimas D. Maria Antonia, e D. Leonor de Portugal, a primeira avó, e a segunda tia da esposa delle depoente, a reprehendião, e lhe estranhavão o máo modo, e desabrimento, com que o tratava; o que egualmente faziam outras muitas fidalgas suas parentes; mas que tão longe esteve de que estas diligencias produzissem o effeito desejado, que antes pelo contrario crescia n'ella cada vez mais o mesmo desabrimento e odio, não só a respeito d'elle depoente, mas tambem a respeito das ditas Excellentissimas sua avó e tia, ás quaes concebeu hum grande aborrecimento, atrevendo-se a tratal-as indignamente com grande soberba e altivez. E da mesma sorte concebeu egual odio a todos os criados d'elle depoente, tratando-os com grande severidade e despreso, e não se querendo em tempo algum servir d'elles em algum ministerio; e mais não disse d'este.

Ao quinto facto disse, que não podendo elle depoente soffrer já o desabrimento e desagrado, com que a dita sua esposa o tratava publicamente, e o manifesto odio e despreso, com que o tratava tambem em particular, se viu muitas vezes provocado a tomar d'ella huma justa satisfação e vingança, como pedia a qualidade de sua pessoa, mas que se contivera, e não prorompêra em excessos, pelo grande temor e respeito que tem aos Exc.[mos] justificantes seus paes: mas que lhe era summamente penosa a cohabitação com a dita esposa; por lhe ter concebido outro semelhante odio ao que ella lhe mostrava: e mais não disse d'este.

Ao sexto disse, que supposto dormiram sempre ambos na mesma cama, comtudo, pela reciproca aversão que entre elles havia, nunca na mesma cama se chegou hum para o outro, nem tiveram entre si a mais leve acção das que são permittidas aos casados. De modo, que nunca consumaram o matrimonio, nem o intentaram consumar: e se persuade elle depoente, que o animo da dita sua esposa era e he nunca chegar a consumal-o, por mais tempo que cohabitassem ambos; assim como elle tambem confessa, e affirma, que nunca o chegaria a consummar da sua parte pelo grande odio, e má vontade, que lhe tem concebido. E mais não disse d'este, nem dos mais factos. E sendo-lhe lido, e bem entendido este seu depoimento, disse estar na verdade como deposera e jurára, e assignou elle depoente com o Excellentissimo Senhor Arcebispo de Lacedemonia. E eu o Padre João Rodrigues das Neves Vigario de S. Paulo, e escrivão d'esta diligencia que o escrevi. — *José Francisco de Carvalho e Daun.* — *Com rubrica do Arcebispo de Lacedemonia.*

E tirados assim os referidos documentos, e inquiridas as testemunhas que constam d'esta inquirição, não procedeu o Excellentissimo Senhor Arcebispo de Lacedemonia a mais; e houve esta mesma inquirição e diligencia por finda e acabada; de que fiz este termo. E eu o Padre João Rodrigues das Neves Vigario de S. Paulo e escrivão d'esta diligencia, que o escrevi.

CONCLUSOS

Passe instrumento em fórma authentica com o theor dos autos. Lisboa 12 de Maio de 1772.—*A. Arcebispo de Lacedemonia.*

Die 14 mensis Julii an. 1772. Em.^mi ac R.^mi Domini Cardinalis de Saldanha Patriarcha Lisbonensis, et Cardinalis Joannes Cosme da Cunha, necnon Ex.^mus ac R.^mus Dominus Innocentius Archiepiscopus Tyrensis Nuntius Apostolicus Judices delegati, et deputati a SS. Domino nostro Papa Clemente XIV per suas Literas Apostolicas in forma Brevis signatas sub Annulo Piscatoris die 17 Junii an. 1772 ad cognoscendum, et definitive pronuntiandum super causam, quae vertitur inter Ill.^mum et Ex.^mum Josephum Franciscum de Carvalho et Daun, ex una, e Ill.^am ac Ex.^mam Izabelam Julianam de Souza partibus ex altera circa nullitatem asserti Matrimonii inter eos celebrati: Et congregati in palatio ejusdem Em.^mi ac R.^mi Domini Cardinalis Patriarchae in primis eligerunt in Defensorem ejusdem Matrimonii Ex.^mum ac R.^mum Dominum Joachimum Borges de Figueiroa Episcopum Marianensem nominatum pro translatione ad Archiepiscopatum Bahiensem; deinde me infrascriptum deputarunt, et crearunt Notarium cum omnibus facultatibus necessariis, et opportunis ad effectum acta scribendi, sententiam publicandi, caeteraque omnia peragendi, quae ad prefatam causam, quomodolibet pertinere poterunt, simulque tradiderunt easdem Literas Apostolicas cum Beneplacito, et Auxilio Regio ut ipsae ad executionem demandari possent, et pariter ipsorum conjugum, octodecimque testium interrogationes et depositiones ab Ex.^mo ac R.^mo Archiepiscopo Lacedemoniae Sanctae Patriarchalis Ecclesiae Vicario generali factas, et coram ipso sub juramento Sanctorum Evangeliorum juridice praestitas ut omnia in forma actus, et processus redigerem: quo facto, et sessione finita fuit ab iisdem Em.^mis et R.^mis Dominis Judicibus delegatis unanimiter decretum, ac decisum ut in alia sessione ad sententiam difinitivam procederetur. Et ego Vincentius Gomes Sottomayor Notarius deputatus scripsi Lisbonae supra praefata die.

Die 16 ejusdem mensis Julii, et an. 1772 iterum congregati iidem Em.^mi Domini Cardinalis Patriarcha Lisbonensis et Cardinalis a Cunha, necnon Ex.^mus ac R.^mus Dominus Nuntius Appostolicus Judices Delegati in eodem palatio Em.^mi ac R.^mi Cardinalis Patriarchae, audito Matrimonii Defensore, visisque assertorum Conjugum, et testium depositionibus, omnibusque maturè et seriò perpensis,

sententiam definitivam pronuntiarunt, tenoris sequentis. Qua sententia prolata, et ab iisdem Dominis Judicibus delegatis propria manu signata, eam pro publicata habuerunt, et decreverunt quod per me infrascriptum Notarium deputatum praefatis assertis conjugibus intimetur, et si velint, ad eorum instantiam illis copia tradatur. Et ego Vincentius Gomes Sottomayor Notarius deputatus scripsi Lisbonae die supra relata.

Die 17 ejusdem mensis Julii, et an. 1772 in Monasterio Sancta Joannae hujus Lisbonensis Civitatis, et Locutorio ejusdem Monasterii, ubi praesens astitit praefata asserta Conjux Ex.^{ma} Isabela Juliana de Souza, illi supradictam sententiam intimavi, ac legi clara, et intelligibili voce ita ut ab ea bene intelligeretur et cognosceretur quidquid in ipsa erat contentum, sicut re vera cognitum, et intellectum fuit, prout ipsamet mihi palam testata fuit. Similiter eademmet die etiam intimavi, et legi supradictam sententiam Ill.^{mis} ac Ex.^{mis} Marchionibus de Pombal Patribus praefati asserti Conjugis Ex.^{mi} Josephi Francisci de Carvalho et Daun, eo quia ipse absens est in Conimbricensi Civitate, et illi bene intellexerunt, et cognoverunt omnia, quae in ipsa sententia contenta erant, prout ipsi mihi palam testati fuerunt; quod ego quoque Notarius deputatus omnibus notum facio, e testificor. Et ego Vincentius Gomes Souttomayor Notarius deputatus scripsi Lisbonae die supra memorata.

Christi Nomine Invocato. — Pro Tribunali sedentes, et solum Deum prae occulis habentes per hanc nostram difinitivam sententiam, quam vigore specialis Deputationis in nos collatae per Literas Apostolicas in forma Brevis SS. Domini Nostri Papae Clementis XIV signatas sub Annulo Piscatoris Die XVII Junii 1772, ad quas etc. in his scriptis ferimus in Causa, et Causis, quae versae fuerunt, et vertuntur inter Ill.^{mum}, et Ex.^{mum} Josephum Franciscum de Carvalho Daun ex una, et Ill.^{mam} et Ex.^{mam} Isabelam Julianam de Souza partibus ex altera de, et super nullitate asserti Matrimonii rati inter eos celebrati sub Die 11 Aprilis 1768, utendo facultatibus ab eodem SS.^{mo} Domino Nostro ad hunc effectum Nobis cummulatissime elargitis, visis declarationibus ab utroque contrahente emmissis, visis octodecim testium depositionibus, nec non audito Ex.^{mo} Joachimo Borges de Figueiroa moderno Episcopo Marianensis, nominato pro translatione ad Archiepiscopatum Bahienensem pro ejusdem Matrimonii defensione per nos ad maturius ferendum Judicium specialiter ellecto, non obstante expresaa derogatione Bullae Benedictinae, quae incipit = Dei Miseratione = in praefatis Literis Appostolicis in forma Brevis contenta, aliisque omnibus in processu Causae latius deductis rite, ac sedulò perpensis dicimus, decernimus, pronuntiamus, ac difinitive sententiamus nullum, et irritum fuisse praelaudatum assertum Matrimonium ratum inter antedictos Contrahentes celebratum ex defectu liberae voluntatis ejusdem Isabelae Juliannae, quae ficte tantum, ac verbo tenus, non autem ex animo in actu conjugii consensum prestitit, quemadmo-

dum illicò sua agendi methodo palam fecit, et in eadem repugnantia constantissime semper perseveravit, illudque pro nullo, et irrito haberi volumus, et mandamus uti de facto tantum, et non de jure contractum; ideoque unum, et alteram ex dictis Contrahentibus fore, et esse declaramus in plena, et omnimoda libertate constitutos assumendi quemcumque statum sibi ipsis magis benevisum, ac si nunquam inter eos praefatum Matrimonium ratum extitisset; perpetuumque silentium super his omnibus imponimus, et pro imposito haberi volumus, et mandamus, et ita dicimus, decernimus, declaramus, pronuntiamus, ac difinitivè sententiamus, non solum etc. sed et omni etc. — Ego *F.* Cardinalis Patriarcha Judex delegatus ita pronuntiavi. —Ego *J.* Cardinalis da Cunha Judex delegatus ita pronuntiavi. — Ego *Inn.* Archiepiscopus Tyrensis, Nuntius apostolicus Judex delegatus ita pronuntiavi.

Innocentius de Comitibus Archiepiscopus Tyrensis in Portugallie et Algarbiorum Regnis atque Dominiis cum potestate Legati a Latere Nuntius Apostolicus. — Per presentes declaramus, et quatenus opus sit instituimus Apostolica qua in hac parte fungimur auctoritate, eligimus atque deputamus et creamus in Notarium Patrem Vicentium Gomes Sottomaior ad effectum dumtaxat, ut Notarii Officium exercere possit in Causa et Causis Sponsalium seu Matrimonii Dissolutionis inter Ex.^{mum} D. Josephum Franciscum Daun de Carvalho, et Ex.^{mam} D. Isabellam Julianam de Souza, dando illi et concedendo ad praedictum effectum omnes, et singulas facultates necessarias et opportunas quaecumque acta peragendi, scribendi et publicandi, quae ad prefatam Causam pertinere quomodolibet possunt et poterunt contrariis quibuscumque non obstantibus. Datum Lisbonae in aedibus nostrae Residentiae Die 14 Julii Anno Domini 1772. — *I.* Archiepiscopus Tyrensis Nuntius apostolicus. — *Carolus Bacher*, Secretarius.

Clemens PP. XIV. — Dilecti filii nostri, et Venerabilis Frater salutem, et Apostolicam Benedictionem. Quieti, et conscientiae securitati Christi fidelium omnium, ac eorum praesertim qui singularem erga Nos, et Apostolicam hanc Sanctam Sedem gerunt devotionis affectum, pro iniunctis Nobis divinitus Pastoralis Officii munere, consulere non praetermittimus, atque in id Apostolicae auctoritatis partes favorabiliter interponimus, sicut omnibus mature perpensis in Domino conspicimus expedire. Nuper siquidem Nobis exponi fecit dilectus filius Josephus Franciscus Daun Carvalas nobilis Civitatis Lisbonensis quod alias enixe cupientes ii, qui de agnatione, vel cognatione erant dilectae in Christo filiae Isabellae Julianae de Souza nobilis puellae eiusdem Civitatis, ut matrimonium inter ipsam, et eumdem exponentem contraheretur, rem hanc cum agnatis futuri sponsi componere curarunt. Id autem facile evenit, quippe quia utriusque familiae conditio, nobilitas, et opes effecerant, ut matrimonium hujusmodi contrahendum omnibus gratum acceptumque fuisset; in solo tantum ipsius puellae animo, et quidem occulte usque tum residebat tale odium erga futuri sponsi

personam, ut penitus deficeret modus, quo ipsa aliorum omnium prudentibus votis obsecundaret. Ignorabant sane id totum ii de familia futuri sponsi, quando quidem in domo eiusdem Isabellae Julianae omnia in occulto manebant sub spe, quod forsan ejus animus aliorum voluntati obsequens aliquando evasisset, quodque eiusdem matrimonii ope repugantia, quae usque tum inexpugnabilis apparuerat postmodum esset temperanda: hac praeterea de causa adhibitae fuerunt largitiones aliaeque etiam singulares erga puellam ipsam grati animi significationes, quibus accessit quoque Confessariorum studium, et opera: sed omnia in irritum cesserunt usque ad illud temporis momentum, quod in faciem Ecclesiae die XI Aprilis MDCCLXVIII eadem Isabella Juliana ad Altare perducta fuit, ut ibidem verbo tenus ipsa pronunciaret formulam consensus ficte tantum praestiti quem de mendacio sua agendi ratio in instanti redarguit. Ab eo igitur temporis momento in posterum per spatium nempe annorum quatuor praedicta Isabella Juliana ad eo perspicua dedit sui erga eumdem Josephum Franciscum insuperabilis odii signa et argumenta, ut utriusque unio impossibilis omnino dignoscatur. Inanis siquidem, toto hoc decurrente tempore, evasit industria tot, ac tantarum personarum, quae suam adhibuerunt operam, quae scandalum hujusmodi avertere possent, ita ut res denique omnis innotescere debuit iis de familia eiusdem exponentis, qui statim jura, et alia ad huius rei definitionem pertinentia in promptu habere curarunt, atque posthabita penitus quacumque utilitate, quae ex matrimonio hujusmodi in eamdem familiam obventura erat, solo salutis animarum zelo, et conscientiae quietis spiritu ducti coram venerabli fratre Archiepiscopo Lacedemoniensi Provisore, et vicario generali in Civitate, et Diocesi Lisbonensi firmiter comparuerunt petendo, ut super praemissis informationes magis ingenuae, et accuratiores, sola veritate inspecta, capiendae essent; Ipse vero Archiepiscopus Provisor et Vicarius majori qua fieri poterat diligentia id cumulatissime explevit ac praeter univocas eiusdem exponentis, ac dictae Isabellae Julianae declarationes, decem quoque et octo testium depositiones sua auctoritate munivit. Cum autem, sicut eadem expositio subiungebat, undique evidenter appareat, quod liber consensus ex parte dicta Isabellae Julianae omnino defecerit, et deficientia hujusmodi ex constanti repugnantia illius, quae a primo temporis momento usque ad integrum lapsum praedictorum quatuor annorum semper recusavit unionem cum suo sponso, confirmata fuerit, neque ullum idcirco matrimonium usque adhuc inter eos extiterit, minusque in posterum existere valeat, sicuti ambo obtestati fuerunt, hinc, postquam eorum separatio jam secuta est, dictus exponens conscientiae quieti, et securitati a Nobis provideri, et ut infra indulgeri summopere desiderat. Nos itaque, matura super his, ut par est consultatione adhibita, eumdem Josephum Franciscum, favoris benignitate, quantum cum Domino possumus, prosequi volentes, ipsumque a quibusvis excommunicationis suspensionis, et interdicti, aliisque Ecclesiasticis Sententiis, censuris, et poenis a jure, vel ab homine, quavis occasione, vel causa latis, si quibus quomodolibet innodatus existit, ad effectum praesentium dumtaxat consequen-

dum harum serie absolventes, et absolutum fore censentes, supplicationibus Nobis super hoc humiliter porrectis inclinati, ac de vestra doctrina, prudentia, integritate, et religionis zelo plurimum in Domino confisi, certam tamen ad praemissis notitiam non habentes, Circumspectioni vestrae, et respective fraternitati tuae per praesentes committimus, et mandamus ut non obstante constitutione fel. rec. Benedicti PP. XIV. Praedecessoris nostri super modo, et ordine procedendi in causis matrimonialibus, cui ad hunc effectum per praesentes sufficienter, et expresse derogamus, de praemissis diligentem inquisitionem faciatis, et exactam informationem capiatis, et si per hujusmodi inquisitionem et informationem de eorundem praemissorum veritate vobis legitime constiterit, super quo vestram conscientiam oneramus, matrimonium antedictum inter eosdem Josephum Franciscum ac Isabellam Julianum nullum, ac irritum fuisse, ideoque unum, et alteram in ea quidem libertate esse, et fore ab alia vota, quoties aliud canonicum non obstet impedimentum, libere, et licite transeundi, auctoritate nostra Apostolica tenore praesentium declaretis, decernatis, et statuatis. Nos enim quamcumque necessariam et opportunam ad praemissa omnia, et singula facultatem, vobis harum serie de Apostolicae potestatis plenitudine tribuimus, et impertimur. Decernentes easdem praesentes literas, et in eis contenta quaecumque etiam ex eo quod praedicta Isabella Juliana, et alii quilibet in praemissis forsan interesse habentes, seu habere quomodolibet praetendentes illis non consenserint, nec ad ea vocati, citati, et auditi, aut alia quacumque quantumvis legitima causa, nullo unquam tempore de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis vitio, aliove quolibet defectu notari, impugnari, seu adversus illas quodcumque juris, facti, vel gratiae remedium impetrari, sed ipsas praesentes literas firmas semper validas, et efficaces existere, ac fore, suosque plenarios, et integros effectus sortiri, et obtinere, ac iis ad quos spectat, et pro tempore quandocumque spectabit in omnibus, et per omnia plenissime suffragari sicque, et non aliter in praemissis per quoscumque Judices ordinarios, et delegatos, ac etiam causarum Palatii Apostolici Auditores, ac S. R. E. Cardinales etiam de Latere Legatos, et Apostolicae Sedis Nuntios sublata eis, et eorum cuilibet quavis aliter judicandi, et interpretandi facultate, et auctoritate judicari, et definiri debere, ac irritum et inane si secus super his a quoquam quavis auctoritate scienter, vel ignoranter contigerit, vel attentari; Non obstantibus praemissis, ac nostra et Cancellariae Apostolicae regula de jure quesito non tollendo, nec non praedicta eiusdem Benedicti Praedecessoris aliisque Apostolicis, ac in universabilibus, Provincialibusque et synodalibus Conciliis editis generalibus vel specialibus Constitutionibus et ordinationibus quibus omnibus, et singulis illorum tenores praesentibus pro plene et sufficienter expressis, ac de verbo ad verbum insertis habentes, illis aliàs in suo robore permansuris hac vice dumtaxat specialiter, ac expresse derogamus, caeterisque contrariis quibuscumque. Datum Romae apud Sanctam Mariam Majorem sub Annulo Piscatoris die XVII. Junii MDCCLXXII. Pontificatus nostri Anno Quarto.—*A. Card. Nigronus.*

No verso — Dilectis filiis nostris Francisco de Saldanha, et Joanni Cosme de Cunha respective .... S. R. E. Presbyteris Cardinalibus, nec non Venerabli Fratri Innocentio Archiepiscopo Tyrensi in Portugalliae et Algarbiorum Regnis, Nostro et Apostolicae Sedis Nuntio.

Em.^mo e Rev.^mo Sr. — Tendo sido apresentado n'esta Secretaria de Estado dos Negocios do Reino o Breve incluso, que o Santo Padre Clemente XIV expediu com o motivo do matrimonio que se considerou celebrado entre José Francisco de Carvalho e Daun, e D. Isabel Julianna de Sousa: Houve Sua Magestade por bem acordar o seu real beneplacito e regio auxilio para que o referido Breve se possa executar. — Deus guarde a V. Em.^a Paço em 13 de julho de 1771. — Em.^mo e Rev.^mo Sr. Cardeal Patriarcha. — *José de Seabra da Silva.*

DUQUE DE SALDANHA

João Carlos Gregorio Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun[1], 1.° Duque de Saldanha em 4 de novembro de 1846; com honras de Parente por decreto de 1 de outubro de 1862. 1.° Marquez de Saldanha, com perpetua doação de cem contos de réis em bens nacionaes, por decreto de 27 de maio de 1834; e 1.° Conde de Saldanha por mercê

[1] O nome exacto é João Carlos Eugenio Bento Vicente Domingos Francisco: assim se acha a folhas 317 do livro 18 de assentos dos baptisados na parochial egreja de S. José d'esta cidade, por ter ahi recebido esse sacramento a 25 de novembro de 1790, sendo seus padrinhos os serenissimos Principes do Brasil D. João e D. Carlota Joaquina, e foram procuradores de SS. AA. o Conde da Ega Ayres de Saldanha e Albuquerque e D. Francisco de Menezes. Na immensidade dos assentos d'esta qualidade, que tenho visto nos quaes unicamente se acha o baptisado com um só nome, tinha apenas encontrado o meu, em que sou dito João Carlos Feo, e agora este que aqui vae referido; e julgo ser razão da differença, a circumstancia de ambos sermos afilhados de pessoas reaes, pois, como fica mencionado a paginas 532, eu tive os mesmos padrinhos, e por procuradores o Conde de Aveiras (depois 2.° Marquez de Vagos) e D. Rodrigo de Menezes, que veiu a ser 1.° Conde de Cavalleiros, avô do actual, que não só o representa pelo titulo e pelo nome, mas egualmente pelo seu honrado caracter e nobre conducta.

de 14 de janeiro de 1833, dada no Porto em confirmação da mesma feita em 1827; e de ambos estes titulos se passaram as cartas em Cintra a 20 de setembro de 1845, e estão registadas no Archivo da Torre do Tombo a folhas 205 v. do livro 26, e 117 v. do 27, das Mercês da Rainha D. Maria II. Par do Reino por carta de 18 de setembro de 1835, com posse a 5 de janeiro de 1836. Mordomo Mór da mesma Rainha por decreto de 19 de setembro de 1848, e de seus augustos filhos os Reis D. Pedro V e D. Luiz I. Moço Fidalgo da casa da Rainha D. Maria I, com mil réis de moradia por mez e alqueire de cevada por dia, por alvará de 26 de setembro de 1798, assignado pelo Principe Regente e passado por portaria de 20 d'esse mez e anno pelo Mordomo Mór Marquez de Ponte de Lima. Do Conselho de El-Rei D. João VI em 1821, e do do Estado, por decreto de 20 de setembro de 1833, que já era honorario. Ministro do Estado honorario em 1 de agosto de 1826. Ajudante de Campo d'El-Rei D. Fernando. Marechal do Exercito em 1 de janeiro de 1836. Presidente do Supremo Conselho de justiça militar em 2 de maio de 1860, e n'elle Vogal desde 14 de outubro de 1839. Embaixador Extraordinario a Sua Santidade o Summo Pontifice Pio IX, a quem apresentou as credenciaes em 19 de janeiro de 1863, e na côrte de Roma se acha actualmente exercendo o mesmo emprego. Grão Cruz: da muito antiga e nobre ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Merito; em 15 de agosto de 1833[1]; da de Nosso Senhor Jesu Christo, em 8 de fevereiro de 1384; e da antiga, nobilissima e esclarecida ordem de S. Thiago do merito scientifico, litterario e artistico, por carta de 12 de junho de 1866[2]. Commendador de Santa

[1] Chronica Constitucional de Lisboa, num. 24, quinta feira 22 de agosto de 1833.

[2] Honrado Duque de Saldanha João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun meu sobrinho, do meu Conselho e do de Estado, Ministro e Secretario d'Estado Honorario, Par do Reino, Marechal do exercito, Mordomo Mór da minha real casa, Embaixador Extraordinario na côrte de Roma, Socio emerito da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Socio de differentes Academias scientificas estrangeiras, amigo. Eu ElRei vos envio muito saudar como aquelle que muito amo e prezo. Attendendo aos vossos distinctos conhecimentos litterarios e scientificos, de que haveis dado manifestadas provas na publicação de varios escriptos de reconhecida transcendencia, de que sois auctor; e querendo por estes respeitos conferir-vos um testemunho espontaneo da minha consideração e apreço. Hei por bem elevar-vos á dignidade de Grão-Cruz da antiga, nobilissima e esclarecida ordem de S. Thiago do merito scientifico, litterario e artistico. O que me pareceu participar-vos para vossa intelligencia e satisfação; e para que possaes desde já usar das respectivas insignias vos mando esta carta. Escripta no Paço d'Ajuda em doze

Martha de Serzedello na ordem de Christo, pela resolução de Sua Alteza Real o Principe Regente de 17 de dezembro de 1815[1] e alvará de 2 do mesmo mez de 1817, passando-se-lhe outro, em 8 de fevereiro de 1822, revalidando a administração d'essa Commenda, que teve principio em 19 de dezembro de 1820 e findou em outro egual dia de 1821; sendo obrigado a entrar no Thesouro Nacional com trezentos trinta mil oitocentos quarenta e oito réis, em que se acha pensionada a Condessa das Galvêas D. Ignez Josefa Xavier de Mello: da dita Commenda houve carta a 26 de março de 1822. (Veja-se a folhas 45 v. do livro 14, e 211 v. do 15, das Mercês d'El-Rei D. João VI, no citado Archivo) Commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa por mercê publicada no dia 3 de maio de 1819[2], que vem mencionada na Gazeta de Lisboa, num. 181, de 3 d'agosto d'esse anno. Commendador da Torre e Espada, e Cavalleiro da mesma ordem em 17 de dezembro de 1815, como tambem referem as Gazetas citadas na 1.ª nota d'esta pagina. Cavalleiro da sagrada ordem de S. João de Jerusalem, importando a passagem a seu pae em um conto sessenta e seis mil seiscentos sessenta e seis réis, como consta do recibo dado n'esta cidade pelo Balio de Acre fr. Duarte de Sousa Coutinho, Recebedor e Procurador Geral da sagrada religião de Malta: e procedendo-se ao processo[3] das provas de nobreza para a sua admissão e de me-

de junho de mil oitocentos sessenta e seis. —ElRei. —João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens. —Para o Honrado Duque de Saldanha João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun meu Sobrinho, do meu Conselho e do de Estado, Ministro e Secretario d'Estado Honorario, Par do Reino, Marechal do exercito, Mordomo mór da minha real casa, Embaixador Extraordinario na côrte de Roma, Socio emerito da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Socio de differentes Academias scientificas estrangeiras.

Diario de Lisboa num. 142, quarta feira 27 de junho de 1866.

[1] N'este mesmo dia fui eu tambem despachado Commendador: e de ambos nós dão noticia a Gazeta Extraordinaria do Rio de Janeiro de terça feira 19 de dezembro de 1815. e as de Lisboa num. 98 e 99 de quinta e de sexta feira, 25 e 26 de abril de 1816.

[2] N'esse dia, que foi o do baptismo da Serenissima Princeza da Beira, que reinou em Portugal com o nome de Rainha D. Maria II, fui eu despachado Major effectivo, como se vê na Gazeta de Lisboa num. 197, de 21 de agosto do dito anno de 1819.

[3] N'este processo foram testemunhas: 1.ª João de Almeida d'Azevedo e Vasconcellos, Fidalgo da Casa Real, Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, Sargento Mór de cavallaria com exercicio de Ajudante d'ordens do governo das armas da provincia da Beira, de edade de 50 annos; 2.ª José Vaz de Carvalho, Fidalgo da Casa Real, Commendador na ordem de Christo, Alcaide Mór de Monção, e Senhor da villa de S. Miguel d'Ache, de edade de 60 annos; 3.ª Francisco Pimentel da Silva Serrão, Fidalgo

noridade, foram vistas e approvadas em 10 de julho de 1807, como se póde vêr no Archivo da Torre do Tombo, ordem de Malta, maço 2, num. 6, e na 2.ª parte, num. 7. Condecorado com as medalhas de oiro das seis campanhas da Guerra Peninsular, e com as britanicas de oiro de commando nas batalhas de Bussaco, S. Sebastião e Nive, e com as hespanholas de Victoria, S. Sebastião, Nive e Toloza; com a estrella de oiro pelas campanhas de Montevidéo e Rio da Prata; com as tres medalhas militares do valor militar, bons serviços e comportamento exemplar, pela carta regia de 17 de junho de 1865, que abaixo vae transcripta[1]; e com a me-

da casa real, Commendador de Santa Maria de Castello Bom da ordem de Christo, de edade de 60 annos. «Foi o ultimo Cosmographo Mór, e neto do auctor do *Roteiro de Pi«mentel*, hoje conhecido de todas as nações, e escapando do terremoto de 1 de novem«bro de 1755, que derrubou a casa de seus paes a Santa Justa, ficando nas ruinas «d'ella sepultado o irmão mais velho, chegou a viver 96 annos;» 4.ª José Maria Raposo de Andrada e Sousa, Fidalgo da casa real, Tenente da guarda, Commendador de S. Pedro de Sarracenos, edade 38 annos.

[1] Honrado Duque de Saldanha, João Carlos Gregorio Domingos Vicente Francisco de Saldanha de Oliveira e Daun, meu sobrinho, do meu Conselho e do d'Estado, Par do Reino, Marechal do exercito, meu Mordomo Mór, primeiro Ajudante de Campo de Sua Magestade ElRei D. Fernando, meu augusto pae, Ministro e Secretario d'Estado Honorario, meu Embaixador na côrte de Roma, Presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar, Grão Cruz da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada do valor, lealdade e merito, e da de Nosso Senhor Jesus Christo, Cavalleiro do Tosão de Oiro de Hespanha, e da Annunciada de Italia, Grão Cruz de muitas ordens estrangeiras, amigo: eu ElRei vos envio muito saudar como aquelle que muito prezo. Tendo na mais alta consideração os distinctissimos serviços por vós prestados ao paiz, á dynastia constitucional e ao throno legitimo, no exercicio dos mais elevados cargos do estado e no longo trato de sessenta annos, em que por feitos assignalados e repetidos, exaltastes a gloria do exercito portuguez nas guerras da independencia e nas campanhas da liberdade, da qual fostes um campeão strenuo; e querendo dar-vos um testemunho significativo e excepcional do subido apreço em que tenho a vossa lealdade e dedicação: hei por bem dispensar-vos das provas exigidas no regulamento de 22 de agosto ultimo, para a concessão da medalha militar creada por decreto de 2 de outubro de 1863, condecorando-vos desde já com as medalhas de oiro correspondentes ao valor militar, bons serviços e comportamento exemplar. O que me apraz communicar-vos para vossa intelligencia e satisfação. Escripta no Paço da Ajuda, em 17 de junho de 1865. — ElRei. — *Marquez de Sá da Bandeira.* — Para o honrado Duque de Saldanha, João Carlos Gregorio Domingos Vicente Francisco de Saldanha de Oliveira e Daun, meu sobrinho, do meu Conselho e do d'Estado, Par do Reino, Marechal do exercito, meu Mordomo Mór, primeiro Ajudante de Campo de Sua Magestade El-Rei D. Fernando meu augusto pae, Ministro e Secretario d'Estado Honorario, meu Embaixador na côrte de Roma, Presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar, Grão Cruz da antiga e muito nobre ordem da

dalha num. 9 pelas campanhas da liberdade. Cavalleiro da distincta ordem do Tozão de Oiro em Hespanha, em 1 de março de 1856, e Grão Cruz das ordens: de S. Fernando e de Carlos III, por Sua Magestade Catholica; de S. Gregorio o Magno em Roma, por Sua Santidade o Summo Pontifice Pio IX, a 13 de maio de 1849; de S. Mauricio e S. Lazaro na Sardenha, em 21 de novembro d'esse anno, e por El-Rei de Italia, Cavalleiro da Annunciada; de Ernesto Pio de Saxonia Cobourg Gotha; de Leopoldo I, na Belgica; da Legião de Honra, pelo Imperador dos francezes, em 5 de outubro de 1853; do Salvador na Grecia, a 11 de março de 1855; da Aguia Branca, pelo Imperador de todas as Russias, a 24 de maio de 1856; do Leão Neerlandez em 4 de janeiro de 1858, por El-Rei dos Paizes Baixos; de S. Leopoldo, pelo Imperador de Austria, a 17 de novembro de 1860; e da Coroa da Arruda na Saxonia. Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, eleito em 22 de janeiro de 1849, declarado Emerito a 27 de abril de 1854, e d'ella ex-Vice-Presidente. Membro da Sociedade Universal de Civilisação de Paris, em 21 d'agosto de 1833, e da Franceza de Justiça Universal, que lhe communicou em 29 de maio de 1834 haver-lhe decretado na sessão de 3 do anterior mez de abril uma medalha de oiro. Membro Honorario da Sociedade Real da Sciencia, Lettras e Artes de Antuerpia, em 10 de novembro d'esse mesmo anno. Membro da Sociedade Geologica de França, a 20 de março de 1839. Socio da Academia de Mineralogia e de Geognosia do grão-ducado de Saxonia, em 26 de janeiro de 1841. Socio da Academia de Archeologia da Belgica, em 15 de novembro de 1852. Membro Honorario do Instituto Scientifico e Geographico do Brasil, a 2 de março de 1857. Socio das Academias de Roma, de Archeologia do Novo Lycêo, da Immaculada Conceição da Virgem Maria, e Promotor da dos Quirites[1]. Deputado ás côr-

Torre e Espada, do valor, lealdade e merito, e da de Nosso Senhor Jesus Christo, Cavalleiro do Tosão de Oiro de Hespanha, e da Annunciada de Italia, Grão Cruz de muitas ordens estrangeiras.

Diario de Lisboa num. 147, quarta feira 5 de julho de 1865.

[1] «Duas sociedades scientificas celebraram ante-hontem 24 de abril o 2616.º anniversario da fundação de Roma, a Academia de Archeologia e a Academia dos Quirites.

«A Academia dos Quirites celebrou uma sessão no palacio Altieri, ás 7 horas e meia, sob a presidencia do fundador o sr. abbade Diotallevi. Achavam-se presentes uns 200 membros; o auditorio contava além d'isso grande numero de convidados e de senhoras pertencentes á sociedade romana e estrangeira.

tes de 1826 (eleito pelo Minho, como refere a Gazeta de Lisboa de segunda feira 30 de outubro d'esse anno) e ás de 1834 abertas na sessão real de 15 de agosto d'esse anno, e n'ellas foi considerado chefe da opposição até ao fim da legislatura. Ministro Plenipotenciario Honorario[1]. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario a varias côrtes: a Paris, de 25 de fevereiro de 1835 a 9 de maio de 1840, e não exerceu: n'este ultimo dia nomeado para Londres em missão extraordinaria, que findou a 5 de setembro; a Madrid, tambem Extraordinario, de 25 d'este mesmo mez e anno a 4 de outubro de 1841; a Vienna d'Austria, de 3 de março de 1842 a 9 de agosto de 1845; a Madrid novamente, de 3 de setembro a 7 de outubro de 1847: que tambem não exerceu; a Paris outra vez, que não teve effeito, de 22 de agosto de 1848 a 21 d'esse mez de 1849; Embaixador Extraordinario em 3 de outubro de 1862, a Roma. Minis-

«Sua excellencia o sr. Marechal Duque de Saldanha, Embaixador de Portugal junto da santa sé, abriu a sessão por um discurso notavel. Desenhando a grandes traços a historia das cidades celebres que se julgaram immoredouras, Thebas, Ninive, Babylonia, Memphis, Sparta, Athenas, de que apenas se acham os vestigios, produzindo a queda mais ou menos proxima dos grandes centros modernos, mostrou que só Roma tinha podido adquirir o privilegio da eternidade. Seu imperio está fundado na justiça e caridade, pertence a Jesus Christo e a seu Vigario, a seu Vigario pedra angular da ordem social, guarda do direito, ecco infallivel da palavra divina, d'essa palavra que ella mesma lhe assegurou a eternidade — *Tu es Petrus et super hanc petrum aedificabo Ecclesiam meam* — d'essa palavra que assegurando-lhe a eternidade tambem lhe annunciou triumphos certos.

«Não temos a pretensão de repetir o discurso do Marechal, mas tal era o seu plano. Terminou por uma eloquente apostrophe ao grande e Santo Pontifice Rei Pio IX, cuja victoria proxima está segurada. Frequentes applausos interromperam o orador, de quem não poderiamos assaz louvar o zelo, energia e talento.

« Por ventura não é bello e consolador vêr um velho tão nobre consagrar suas forças e vagares a trabalhos uteis, rivalisar em enthusiasmo e coragem com os mais jovens, conservar debaixo de seus cabellos brancos uma imaginação ardente, debaixo da sua farda de diplomata um coração captivado de todas as coisas christãs e puras?

«Diversas peças de musica vocal e instrumental e composições poeticas nas linguas de Virgilio e do Dante por muito tempo encantaram a assembléa.» (Do *Bracarense*)

Gazeta de Portugal de 4.ª feira 14 de maio de 1864, num. 443.

[1] Veja-se de paginas 74 a 87 o Annuario portuguez historico, bibliographico e diplomatico, seguido de uma Synopse de tratados e convenções celebrados entre Portugal e outras potencias, ou em que este reino foi comprehendido, desde 1093 até 1854, por Antonio Valdez, Encarregado de Negocios de Sua Magestade Fidelissima nas côrtes de Dinamarca, Suecia e Noruega. Lisboa. Typographia da Revista Universal, rua dos Fanqueiros, 82, 1855.

tro e Secretario do Estado dos Negocios da Guerra, por nomeação da Serenissima Senhora Infante Regente D. Isabel Maria, de 1 de agosto de 1826, e havendo deixado o exercicio d'esse cargo por ter tomado o commando do exercito de operações, n'elle foi reintregado por decreto de 1 de maio de 1827[1], até que por outro, expedido nas Caldas da Rainha a 23 do seguinte julho, houve a sua demissão conservando as honras, e tambem a exoneração do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, que occupava interinamente desde 11 do passado junho, e que depois mais vezes serviu, a saber: em 20 de maio de 1846, que não exerceu; em 6 de outubro d'esse anno, interino; em 18 de dezembro de 1847; e em 3 de maio de 1849, interino: Presidente do Conselho de Ministros em 17 de maio de 1835, e no dito dia 6 d'outubro em que outrosim foi Ministro dos Negocios da Guerra; em 18 de dezembro de 1847; em 3 de maio de 1849; em 1 de maio de 1851, com as pastas: do Reino, que occupou até 22, sendo para ella nomeado e para a da Guerra a 17, tudo d'esse mez e anno; em 9 de setembro de 1853, conservando-se Ministro dos mesmos Negocios da Guerra até 6 de julho de 1856, em que teve demissão de ambos os cargos. Tendo quatorze annos de edade assentou praça de Cadete, em 28 de setembro de 1805, no regimento de infanteria num. 1, sendolhe contado o tempo do serviço desde 17 de dezembro d'esse anno; e oito mezes depois, como filho de Conselheiro do Estado[2], promovido a Capitão no mesmo corpo em 24 de junho de 1806. Seguiu com muita distincção as escolas da Academia de Marinha em que foi premiado, como se vê de um attestado do seu Coronel, que nós encontrámos no processo das habilitações para a ordem de Malta, mencionado a paginas 596, e que publicamos por insuspeito pois é passado ha sessenta annos[3]. Em 1807,

[1] Durante o seu impedimento serviram interinamente este ministerio: de 14 de outubro de 1826 o Ministro da Marinha Ignacio da Costa Quintella, e pela demissão d'este de 6 do seguinte dezembro o Marquez de Valença; e de 9 de janeiro de 1827, Candido José Xavier.

[2] É de 8 de Janeiro de 1806 o decreto que favorece tambem os filhos militares dos Conselheiros de Estado, o qual vem no primeiro supplemento á Gazeta de Lisboa num. 27, de sexta feira 11 de Julho d'esse anno; e no segundo dito, do sabbado immediato, nos despachos publicados na côrte no dia 24 de Junho se diz: — 1.º regimento de infanteria de Lisboa, Lippe, Capitães aggregados, Marquez de Angeja D. João e João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun.

[3] Luiz Telles da Silva, Marquez de Alegrete, do Conselho do Principe Regente,

quando El-Rei o senhor D. João VI passou ao Brasil, elle e o Marquez de Castello Melhor Affonso de Vasconcellos e Sousa, tambem Capitão no mesmo corpo, pediram a demissão por não quererem militar sob as bandeiras francezas que se arvoraram n'este reino, e a tiveram por decreto especial da Regencia. Logo que no norte se levantou o grito de guerra contra a usurpação estrangeira, fez parte do exercito do General Bernardim Freire de Andrada. Em 2 de julho de 1809 saiu de Lisboa para o campo de batalha, commandando a oitava companhia do regimento de infanteria num. 1, em que já servira, e revoltando-se a de granadeiros tomou o commando d'ella e a reduziu á disciplina. Foi depois Ajudante de Campo do General Antonio José de Miranda Henriques, ao diante Visconde de Souzel, e servindo em Thomar onde se achava o General Blunt (que ainda hoje vive habitando proximo de Southampton), d'elle recebeu a mais notavel assistencia nos seus estudos militares sendo sempre interessante nos exercicios da brigada, que o mesmo commandava, de maneira que quando a inspeccionou o Marechal Beresford, ha pouco tempo nomeado Commandante em Chefe do nosso exercito, aquelle General lho apresentou como tendo perfeito conhecimento da tactica ingleza de novo introduzida, e o unico Official capaz de por ella commandar, para o que muito concorreu saber bem a lingua d'essa nação, e d'ahi veiu o ser promovido a Major em 9 de dezembro do citado anno de 1809, tendo apenas dezoito annos de edade, e preterindo quasi todos os Capitães. Em 1810 combateu á frente de um batalhão do mesmo regimento na batalha do Bussaco[1], com tanto valor e pericia que foi premiado com uma meda-

Commendador da ordem de Christo, Coronel Commandante do regimento num. 1 de infanteria de linha, etc. Attesto que no 7.° livro, que serve de registo do regimento do meu commando consta que João Carlos de Saldanha, edade 16 annos, natural de Lisboa, assentou praça e jurou bandeiras em 28 de setembro do 1805 annos, e passou a Capitão aggregado no mesmo regimento em 24 de junho de 1806: attesto egualmente. que a sua conducta tanto militar como civil, corresponde ao seu nascimento, e frequentando os estudos mathematicos na Academia Real de Marinha, não só o tem feito com aproveitamento mas até tem recebido os premios destinados para os estudantes que mais se distinguem. E para que o referido conste, e esta me ser pedida, a mandei passar que assignei e sellei com o sêllo das minhas armas. Quartel de Belem 9 de janeiro de 1807. (Logar do sêllo das armas). Marquez de Alegrete, Coronel.

[1] Na 2.ª ordem do dia de 25 de dezembro de 1809, a paginas 201, vem promovido a Major, de Capitão da 1.ª companhia do mesmo regimento num. 1. E na de 23 de Fevereiro de 1812, paginas 22, a Tenente Coronel d'esse corpo, o *illm. senhor* Ma-

lha de distincção pelo Principe Regente da Grã Bretanha, depois o Rei Jorge IV. Terminando o assedio de Badajoz, foi despachado Tenente Coronel em 5 de fevereiro de 1812, com a preterição de vinte e tres Majores, e entre elles alguns inglezes. No fim da guerra, em 1814, contando apenas vinte e tres annos de edade, commandou a decima brigada, composta dos regimentos de infanteria num. 13 e 24 e do batalhão de caçadores num. 5, e com ella regressou de França, ficando depois da paz com o commando do dito regimento num. 13, que disciplinou de modo que acabada uma revista do General Commandante em Chefe, soube officialmente pelo Quartel Mestre General D'Urban, ser este corpo o primeiro que devia embarcar para a Belgica, e serviria na vanguarda dos vinte mil homens então requisitados por Lord Wellington, para a campanha contra Napoleão quando desembarcou da ilha de Elba, ao que a Regencia não quiz annuir; e o conceito que d'esta negação se fez em Inglaterra, póde vêr-se em uma obra que tem por titulo: *History of the Peninsular war, etc,,* by Colonel Napier. Entretanto a gloria que pela referida negativa se recusou na Europa ao brioso e valente chefe do 13 de infanteria, a quem já onze medalhas de distincção concedidas pelas corôas Fidelissima, Catholica e Britannica, testemunhavam os seus brilhantes feitos de armas, foi recebel-a na America. Por occasião da guerra do Brasil com a republica de Monte-Vidéo, mandou o Principe Regente o Senhor D. João ir de Portugal um corpo de tropas, formando uma divisão composta das tres armas, em duas brigadas, cada uma composta de dois batalhões de caçadores na força de tres mil seiscentas trinta e duas praças, de tres esquadrões de cavallaria na de oitocentas noventa e quatro, e de uma companhia de artilheria na de duzentas cincoenta e duas, que, com o estado maior de que elle fazia parte, tendo sido promovido a Coronel em 22 de junho de 1815, e musica, completavam quatro mil oitocentos trinta e um homens.

jor, etc.—Nas do anno de 1825, a paginas 251, está o seguinte:—Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 24 de Setembro de 1825, ordem do dia num. 122, 3.º—Ao Brigadeiro João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun, é concedida a medalha de condecoração que lhe compete pela força que commandou na batalha do Bussaco.—As de cinco campanhas da Guerra Peninsular e a da Estrella de Ouro pela de Monte-Vidéo, acham-se-lhe concedidas, aquella no Diario do Governo num. 20, de terça feira 23 de Janeiro de 1821; e esta a paginas 626 da Gazeta de Lisboa, num. 151, de quinta feira 30 de junho de 1825.

Esta bella divisão, denominada de «Voluntarios Reaes do Principe», foi organisada de soldados escolhidos em um exercito que acabava de recolher á patria coberto de loiros, colhidos de victoria em victoria desde Portugal até França, sem para isso necessitar campo de manobras, mas unicamente disciplinado por bravos e intelligentes Officiaes, que não tinham perdido o tempo da mocidade em fastidiosos estudos, nem saido dos collegios approvados em linguas estrangeiras que não sabem fallar, mas sim o aproveitaram aprendendo o que bastante lhe foi para derrotar o inimigo todas as vezes que o combateram. Chegou essa tropa ao Rio de Janeiro: a cavallaria e artilheria nos primeiros dias de novembro d'esse anno de 1815, em varios transportes que dois mezes depois os conduziram á ilha de Santa Catharina; e a infanteria a 30 de março de 1816 (que hoje dito dia em que isto escrevo faz cincoenta e um annos), em um comboy de quatorze vélas, entre vasos de guerra e mercantes, commandado pelo Chefe de Divisão Rodrigo José Ferreira Lobo, mencionado a paginas 250, que ia embarcado na antiga nau «Vasco da Gama», e na mesma partiu a 12 do seguinte junho, transportando no referido comboy a dita tropa que se devia juntar á que já se achava na ilha de Santa Catharina. Logo que esses quatro batalhões de caçadores aportaram ao Rio de Janeiro foram aquartelar-se da banda d'além, nos vastos armazens da armação na Praia Grande, onde já havia estado a cavallaria e artilheria, e no dia 4 do immediato mez de abril, vieram nos escaleres das naus e em outros barcos desembarcar na Ribeira, e d'ahi formando duas brigadas, a primeira commandada por Jorge de Avillez Juzarte de Sousa Tavares, depois 1.º Conde de Avillez, e a segunda por Francisco Homem de Magalhães Pizarro, ambos Brigadeiros dos reaes exercitos, marcharam pelas dez horas da manhã em columnas de pelotões, levando á sua frente o Tenente General Carlos Frederico Lecor, Commandante em Chefe da divisão, ao diante Barão (e Visconde no Brasil, onde ficou) de Laguna, indo pela rua Direita ao largo do Paço, e ahi passaram em continencia por defronte das janellas em que estavam Suas Magestsdes e Altezas. Temos ainda presente o regosijo d'esse dia, de que todos participavam. A tropa ufana por se vêr na augusta presença do Soberano, desafogava o impulso do seu prazer e da sua fidelidade repetindo com grande enthusiasmo os vivas a El-Rei, que por tres vezes entoára o seu General. A Magestade enternecida, patenteava-se reconhecida aos serviços d'esses valentes soldados, que acabando de

vencer na Peninsula, iam voluntarios pugnar pelos seus direitos n'aquella parte do sul da America, ameaçada pelos rebeldes e revolucionarios. O Marechal Beresford que lá se achava, tendo chegado a 30 de setembro do passado anno de 1815, gloriava-se da maneira como se presava essa parte de um exercito que elle tão bem disciplinára. Nós outros, filhos de Portugal que haviamos sido levados áquelle hemispherio, uns pela dedicação ao Monarcha a quem n'elle foram servir, e outros por não terem vontade propria, mas sim a de seus paes, todos nos alegravamos de poder abraçar parentes e amigos, dos quaes ha tantos annos estavamos separados. E os habitantes da cidade admiravam e festejavam tropas do reino, coisa que lhes não acontecia desde que d'elle tinham ido para o Brasil os regimentos de Bragança, de Moura, e o de Extremoz, dito de Chichorro. Feitas as continencias e acabada a parada, desfilou a tropa até á Ribeira, onde embarcou para os já referidos quarteis; indo o General Lecor com os mais Officiaes Generaes e Subalternos, gosarem da honra de serem admittidos á real presença de Sua Magestade e de beijarem a sua augusta mão, sendo por ella acolhidos com muita affabilidade e grandes demonstrações de estima e satisfação que lhe mereciam tão leaes e valorosos vassallos, o que bem confirma as ordens do dia e mais documentos que publicamos[1]. Tendo-se El-Rei transferido, para vêr manobrar e inspeccionar estas tropas, ao sitio de S. Domingos na Praia Grande, quiz ficar entre

[1] Quartel General de Rio Comprido 4 de abril de 1816. Sua Magestade El-Rei, meu senhor, foi servido determinar a parada que hoje se fez dos quatro batalhões de Voluntarios Reaes do Principe, para dar ás tropas d'esta divisão do exercito de Portugal um testemunho lisongeiro da sua real approvação e satisfação, e para as honrar tão immediatamente depois da sua chegada com a sua real presença, e com a sua regia e pessoal inspecção; honra e bondade que o Marechal General está bem certo que hade ser plenamente apreciada pelas mesmas tropas.—Sua Magestade dignou-se benignamente de ordenar mais ao Marechal General, que communicasse a esta divisão quanto Sua Magestade estava satisfeito, assim como os seus agradecimentos pela lealdade, e amor patenteados pelos individuos de todas as classes que a compoem, para com a augusta pessoa de Sua Magestade, e por seu zelo para com os interesses da sua coroa na offerta voluntaria, que tão zelosamente fizeram em a conjunctura actual, e que lhes dá direito ao nome com que foi honrada esta divisão de Voluntarios Reaes do Principe.— Sua Magestade deu tambem ordem ao Marechal General para que expressasse ao Tenente General Lecor, aos Officiaes Generaes, Officiaes, Officiaes inferiores, e soldados dos batalhões que fizeram hoje parada, a suà real satisfação e gosto pela apparencia regular e militar do corpo; ordem cuja execução causa o maior prazer ao Marechal General. Sua

ellas no dia 13 de maio, anniversario do seu natalicio, em que houve grande parada, postando-se a divisão no campo de D. Helena, formando quadrado vasio e levantando-se no centro d'elle tres barracas. El-Rey e seus filhos o Principe D. Pedro e Infante D. Miguel montaram a cavallo ao meio dia, e sem medo do ardente calor do sol se dirigiram ao logar da parada, e a Rainha com as Infantas suas filhas em coches, apearam-se defronte das ditas barracas, e immediatamente se fizeram as devidas continencias, dando-se as descargas do costume, seguidas de muitos vivas: solemnisando o mesmo senhor o seu faustissimo anniversario com um unico acto, que foi o munificente decreto que o Marechal de Campo Marquez de Angeja passou a ler ás tropas, e acabada a leitura se recolheram Suas Magestades e Altezas á sua barraca, e o Ministro e Secretario do Estado Conde da Barca, fez constar por ordem do mesmo senhor, que n'esse dia se haviam de celebrar em Madrid os desposorios de Suas Altezas as senhoras Infantas D. Maria Isabel e D. Maria Francisca, como lhe participava Sua Magestade Catholica em carta de seu proprio punho datada de

Magestade houve por bem mandar que se désse hoje aos soldados dobrada ração de etape. —Assignada pelo illustrissimo e excellentissimo Marechal General, Marquez de Campo Maior.—Sebastião Pinto de Araujo Correia, Marechal de Campo e Ajudante General.

Quartel General da Praia Grande 12 de Maio de 1816.—Ordem do dia—Sua Magestade El-Rei, meu senhor, sobre os muitos benignos signaes de favor, bondade e distincção, que se tem servido patentear á divisão dos Voluntarios Reaes do Principe, transferindo para dentro dos acantonamentos a sua real residencia; já lisongeando a dita divisão tão repetidas vezes com a honra da sua regia presença, já passando-lhe revista em pessoa, tanto pelo que toca á disciplina militar e exercicio em campo das tropas que a compõe, como aos seus quarteis, examinando e informando-se pessoalmente n'essa occasião de tudo quanto poderia concorrer para a commodidade do soldado: dignou-se por ultimo de coroar a honra que este corpo tem recebido na longa residencia de Sua Magestade n'este sitio, com a regia determinação de passar nos seus acantonamentos o faustissimo dia de ámanhã, anniversario do seu nascimento, fazendo aqui a sua côrte. O Marechal General Marquez de Campo Maior, ao mesmo tempo que se congratula com a divisão por este brilhante testemunho de contentamento de Sua Magestade com as referidas tropas, aprecia como parte do mesmo exercito esta elevada honra, que se lhe confere, e se une a todo o corpo da divisão no seu reconhecimento, e nos agradecimentos que tributam por esta tão lisongeira e distincta prova da approvação de Sua Magestade. As tropas se ajuntarão no Campo de D. Helena ámanhã ao meio dia, e ali farão a sua grande parada, e terão o gosto de receber a real pessoa de Sua Magestade com as devidas continencias, e de tributar-lhe as suas humildes homenagens. —

7 de fevereiro, procedendo-se depois ao beijamão, a que eu assisti assim como ao desagradavel facto que o perturbou, que foi ser acommettido de um accidente, a que então era sujeito, Sua Alteza o Principe D. Pedro, dando isto logar a que a Rainha se assentasse immediatamente no chão, e com todo o carinho maternal lhe segurasse a cabeça recostando-a sobre o collo, até elle passar; ficando todos sentidos do acontecimento e louvando a dita acção. El-Rei, ainda Principe Regente, tinha tambem ido á Praia Grande, passar revista e vêr manobrar a cavallaria e artilheria da divisão quando ahi estiveram aquartelados: é desde esse dia que data o meu conhecimento com o meu excellente amigo, hoje Duque de Saldanha, dia em que elle teve um grande desgosto, que foi, por complacencia com o Marechal Beresford, cortar o seu bigode, e ao jantar lhe disse este: —Saldanha, por que está triste?— e elle respondeu-lhe: —Pois não o hei de estar, era o meu primeiro bigode; — replicou-lhe elle, que era inimigo capital dos bigodes: —Não tem razão, porque está mais bonito. — Na brilhante e juvenil officialidade que fazia parte do Estado Maior e da caval-

Assignado pelo Marechal General, Marquez de Campo Maior.—Sebastião Pinto de Araujo Correia, Marechal de Campo e Ajudante General.

Decreto.—Querendo dar á divisão dos Voluntarios Reaes do Principe, uma especial demonstração da minha real benevolencia pela boa vontade com que tem vindo servir-me n'este meu reino do Brasil, e pela excellente disciplina com que tem executado na minha augusta presença as manobras, em que debaixo das ordens do seu illustre chefe o Marechal General, Marquez de Campo Maior, tem sido exercitada pelos seus respectivos Generaes, Commandantes de corpos, e mais officiaes, os quaes todos me tem dado em todas as occasiões as mais decididas provas de zelo e lealdade. Sou por tanto servido, e me praz, fazer mercê não sómente da gratificação de um vintem por dia aos soldados e musicos da mesma divisão, e do que semelhantemente deve competir aos officiaes inferiores d'ella, em quanto estiver destacada n'este reino; mas tambem da restituição completa da somma, que se lhes deduziu para a compra de jaquetas de policia, dragonas de franja verde, ponteiras e pinceis; e outrosim hei por bem, que á primittiva denominação de *Voluntarios Reaes do Principe* se substituirá de hoje em diante a preeminente denominação de *Voluntarios Reaes d'El-Rei.*—O Marquez de Aguiar, do meu Conselho de Estado, Ministro Assistente do despacho do gabinete, Encarregado interinamente da repartição dos negocios estrangeiros e da guerra, o tenha assim entendido, e o faça executar.—Dado no sitio de S. Domingos em 13 de maio de 1816.—Com a rubrica de Sua Magestade.

Quartel General da Praia Grande 14 de Maio de 1816.—Ordem do dia—O Mare-

laria da divisão iam: Antonio Maria de Lacerda; José Pedro de Faria e Lacerda; Carlos Infante de Lacerda, depois 1.º Barão de Sabroso; Gil Guedes Corrêa de Queiroz, hoje Conde da Foz; José Leonardo Teixeira Homem de Brederode, todos meus parentes; e José de Barros Abreu Sousa e Alvim, ao diante 1.º Conde de Cazal, os quaes já não existem e presentemente só se acha com vida, que Deus lha conserve por muitos annos, o Conde da Foz, meu constante amigo desde o feliz tempo em que estivemos no collegio dos missionarios inglezes de S. Pedro e S. Paulo d'esta cidade; meu parente por si como descendentes ambos dos Castellos Brancos, e por sua mulher a Condessa D. Marianna Georgina Palha de Faria e Lacerda. Quando estes cavalleiros chegaram ao Rio de Janeiro, todos annunciavam ir tambem na expedição João Carlos de Saldanha, que elles uniformemente elogiavam tanto pelas suas delicadas maneiras como pelo seu talento e bravura, e com tanto enthusiasmo o faziam que me causaram o desejo de o conhecer, o que consegui pela vez pri-

chal General, Marquez de Campo Maior, tem muito prazer em significar ao senhor Tenente General Carlos Frederico Lecor, Commandante da divisão dos Voluntarios Reaes d'El-Rei, aos senhores Officiaes Generaes e Commandantes dos corpos que a compõe, assim como aos Officiaes, e Officiaes inferiores, e soldados d'elles, a satisfação completa, que Sua Magestade expressou com a apparencia militar, arranjo e disciplina patenteados pelas tropas em a grande parada que fizeram hontem na augusta presença de Sua Magestade. O Marechal General congratula-se egualmente com as tropas da dita divisão por motivo dos novos signaes de favor honrosos e uteis, que Sua Magestade se dignou conferir-lhes, dando-lhes o nome de Voluntarios Reaes d'El-Rei (com que hão de ter a honra de denominar-se d'aqui por diante), um acrescimo de soldo, e ultimamente a importancia da restituição de descontos consideraveis que se lhes haviam feito no soldo: estes testemunhos da approvação, destincção e liberalidade do Soberano são taes, que não precisam de amplificação por palavras, fallam por si mesmo, e hão de ser apreciados por todos, e dar novo estimulo á lealdade, affeição e zelo manifestado em todos os tempos pela nação portugueza aos seus Soberanos; e com muita especialidade agora n'este ultimo periodo e de um modo tão distincto pelo exercito, de que esta divisão fez parte, e faz ainda. O Marechal General publica n'esta ordem, para inteiro conhecimento das tropas, uma copia do decreto, que por ordem immediata de Sua Magestade se leu hontem na sua real presença e á frente da divisão pelo excellentissimo Marechal de Campo Marquez de Angeja. Não será menos lisongeiro para a divisão, nem lhe causará menos contentamento, o saber que as graças concedidas n'este decreto foram effeito da regia lembrança, e emanaram immediatamente da sua vontade.—Marquez de Campo Maior, Marechal General.—Sebastião Pinto de Araujo Corrêa, Marechal de Campo, Ajudante General.

meira na occasião que deixo dita, e em seguida pelo encontrar em casa da sua excellentissima irmã a senhora Condessa da Ponte D. Maria Constança de Saldanha. O crescimento dos annos, de gloria e de honras, não lhe diminuiram essas excellentes qualidades a que deve a cooperação de tantos individuos para as arriscadas emprezas que tem levado a cabo com tão feliz exito: o Duque de Saldanha de hoje é o mesmo João Carlos de Saldanha d'aquelle tempo; verdadeiro e raro typo dos cavalleiros dos seculos passados, que pela esmerada educação d'essa antiga época aprenderam egualmente a brandir a espada e a pegar na penna, a serem cortezes e affaveis com os homens e delicados com as senhoras, sendo elle ainda um dos poucos que se dão ao *incommodo* de se apearem do cavallo em que vão montados, para fallar com as senhoras quando as encontram: homem de grande talento, perfeito conhecedor de muitas linguas tanto vivas como mortas, e não só eximio militar mas excellente escriptor, como muito bem se vê no artigo que a seu respeito existe no tomo III, paginas 342, do «Diccionario Bibliographico Portuguez» do sr. Innocencio Francisco da Silva, já por nós citado mais de uma vez. Somos, de que muito nos prezamos, velho amigo seu, parente dos seus netos, como mostraremos; mas escrevemos sem paixão e com verdade, pois não seguimos a causa por elle defendida, nem lhe devemos obsequio algum como homem publico, talvez por culpa nossa, pois nem eu nem os meus soubemos nunca ter a apreciavel qualidade de tirar partido em proveito nosso da amizade ou parentesco que tinhamos com os Ministros e Secretarios de Estado de diversas épocas, dos quaes mencionaremos os seguintes: Marco Antonio de Azevedo Coutinho[1]; D. Fernando José de Portugal e Castro,

[1] O seguinte documente mostra a amizade que elle tinha com meu bisavô:—Pela presente dou plena quitação a meu amigo o senhor Antonio Feo Cabral de Castello Branco, Fidalgo da casa de Sua Magestade e Cavalleiro professo na ordem de Christo, da administração de meus bens e rendas, que teve desde o anno de 1720, que saí do reino de Portugal por ordem de El-Rei nosso senhor, e me recolhi no fim de 1729, porque de tudo me deu o dito senhor meu procurador inteira conta muito á minha satisfação, e estou totalmente pago, que o hei por quite—livre de todas as contas; e porque se poderia perder outra quitação que lhe dei. Londres 26 de abril de 1735.—Marco Antonio de Azevedo Coutinho.—A quitação a que n'esta allude, foi passada em Lisboa occidental a 23 de agosto de 1729: do tempo que correu até ao S. João d'esse anno e desde o mez de novembro de 1720, *em que me fez a mercê de administrar todos os meus bens e rendas assim patrimoniaes como da coroa e ordens, mesada de enviado e ajudas de custo*

Marquez de Aguiar, intimo amigo de meu pae já desde 1800, em que ambos estavam no Rio de Janeiro, como pela circumstancia d'elle, quando lá foi pela segunda vez em 1811, ir (no bello navio S. Thiago Maior) com seu sobrinho D. Manuel de Portugal e Castro, que falleceu Védor da Casa Real reinando a Senhora D. Maria II, com o qual contrahiu egual amizade, dando logar a elle se apresentar em traje de paisano, quando visitava o Marquez, contra a etiqueta, de usar do uniforme, obrigatoria para os que procuravam os Secretarios de Estado, que n'essa epoca tinham maior representação que hoje tem; Antonio d'Araujo d'Azevedo, Conde da Barca, que tendo desembarcado no arsenal da Ribeira comigo e outros cavalleiros, de bordo da nau ingleza «Duncan» onde tinhamos jantado, convidados pelo Contra-Almirante Beresford, e vendo-me a pé me conduziu na sua carruagem até ao Paço, o que deu que fallar por tres dias no Rio de Janeiro, causando grande admiração a honra que eu tinha recebido[1]; Manuel Francisco de Barros, Visconde de Santarem; Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato e Manuel de Castro Pereira, ambos meus parentes. — O exercito portuguez entrou no territorio da republica de Monte-Vidéo pelos fins do anno de 1816, composto de tropas do nosso continente e de brasileiras das capitanias de S. Paulo e Rio Grande, e occupada a capital em 20 de janeiro de 1817 se organisou esse exercito em tres divisões, ficando á frente da do centro o Tenente General Curado, da da direita o General Avillez, e da da esquerda João Carlos de Saldanha, Chefe do 1.º regimento de voluntarios[2], sendo promovido a Brigadeiro em

ordinarias e extraordinarias, com que Sua Magestade me mandou assistir em todo o tempo do meu ministerio, pois de tudo me deu inteira conta o dito senhor, havendo-me feito a mercê de cuidar dos meus interesses, qne melhoraram muito no sobredito tempo.

[1] Relato estes factos para que façam idéa, de como se olhava para as coisas dos tempos passados, aquelles que são d'este.

[2] Dos quatro batalhões de caçadores de que constava esta divisão, formaram-se dois regimentos de infanteria de mil praças eada um, commandado, o primeiro por Saldanha, e o segundo por Francisco de Paula de Azevedo, primeiro Conde de Samodães, ficando existindo dois batalhões de caçadores de seiscentos homens. Em uma carta escripta do Rio de Janeiro em 27 de Maio de 1816, para meu pae em Angola, pelo seu amigo e camarada Rodrigo Pinto Guedes, um dos melhores Officiaes da nossa marinha, em que foi Almirante, posto com que continuou na do Brasil, sendo abi Grande do Imperio e Barão do Rio da Prata, indo fallecer em Paris, diz a respeito da divisão o seguinte: — Meu Luiz — etc. etc. Ouço que depois de ámanhã sae a expedição, foi preciso para isto que

22 de janeiro de 1818. A divisão da direita foi destinada a guarnecer a cidade e as outras á campanha, que por ser incessante obrigou o General Joaquim Xavier Curado a solicitar o regresso á côrte, e mesmo em consequencia da sua avançada edade. El-Rei concedendo a licença ao velho soldado, mandou declarar, por Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, que servia interinamente de Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Guerra, «que não marcava successor ao General Curado, por haver no exercito Officiaes de muito merecimento, mas que não podia deixar de lembrar o nome do Brigadeiro João Carlos de Saldanha»; obrigando esta distincção a retirarem-se d'elle alguns Generaes de maior antiguidade e ainda de maior patente, como succedeu com o Marechal de Campo Joaquim de Oliveira Alves, que estava commandando a legião de S. Paulo, mas a sua falta não foi sentida, porque o General Saldanha dirigiu com tanta habilidade a campanha, que a guerra se fez muito vantajosamente; e terminada ella foi nomeado Governador e Capitão General da capitania do Rio Grande do Sul, em que succedeu ao Conde da Figueira, que tinha desistido d'esse cargo, e o despacho teve logar a 6 de março de 1821, dia do nascimento do Principe da Beira D. João Carlos, irmão do actual Imperador do Brasil e da Rainha D. Maria II. N'este governo fez elle muitos bons serviços, não só na administração da fazenda como na de justiça, pois achando oitenta e quatro malfeitores presos nas cadêas publicas, resultado dos seus antecessores não quererem ter a *crueldade* de os levar á forca, que lá era conhecida por donzella e não por viuva, elle, *deshumano como nós o conhecemos*, mandou n'ella suppliciar quatro dos mais notaveis, a saber: um negro, um mulato, um indio, e um branco, primo do Tenente General João de Deus Mena Barreto, chefe de uma das principaes familias d'essa capitania, produzindo semelhante *barbaridade* o facto de não haver mais no seu tempo um unico assassino. Em consequencia do volcão que rebentou no Porto em 1820, foram as nossas colonias do Brasil queimadas pelas suas lavas que logo ali chegaram; e a auctoridade

Sua Magestade auctorisasse Beresford para poder ir e mandar em todas as estações: assim o fez, e vimol-o d'esta vez Commandante Geral da marinha: ou melhor direi, Logar-Tenente de Sua Magestade em toda a parte. Que vergonha não he trazer botões de ancora! Que desgraça de marinha! Porém Sua Magestade teve razão e fez bem, aliás nem d'aqui a dois mezes tinha a expedicção fóra. (Só saiu a 12 de junho como deixamos dito) Que Quintella! Que José Maria! Que Freitas! Que miseria!! etc. etc.

real delegada aos Governadores e Capitães Generaes substituida pela das juntas revolucionarias, eleitas depois de desordens mais ou menos graves, o que não aconteceu na dita capitania, onde elle ficou por unanimidade dos eleitores convocados, na permanencia da mesma auctoridade como Presidente do Governo, do Tribunal de Justiça e do da Fazenda, e isto até á separação do Brasil, em que recusando-se comprir as ordens do Rio de Janeiro, para lá foi, sendo forçado a atravessar o sertão entre perigos e privações, acompanhado de uma escolta de cavallaria que o levava preso a pretexto de guarda de segurança da sua pessoa. Em Santa Cruz o esperava o senhor D. Pedro, que lhe offereceu o titulo de Marquez e as sesmarias que quizesse, acceitando o cargo de Major General do exercito, de que elle tomava o Commando em Chefe como defensor perpetuo do imperio, e estas mesmas offertas lhe repetiu na côrte o seu primeiro Ministro José Bonifacio de Andrada. Resistiu a tudo, e tambem a não deixar de fazer uso do laço portuguez, como para evitar insultos lhe ordenou o Principe, pois não cabia em seu coração falta de amor da patria, nem cobardia; e abandonados esposa e filhos á generosidade dos habitantes do Rio Grande, embarcou para Portugal e chegou a Lisboa em 26 de janeiro de 1823, com cincoenta e cinco dias de viagem na galera «Tres Corações», só com o seu camarada, havendo perdido quanto tinha na capitania, um estabelecimento de gado em Monte-Vidéo que lhe rendera no anno antecedente dezeseis mil cruzados, e a grandissima fortuna que se lhe offerecêra no Rio de Janeiro; desembarcando em Lisboa possuidor de vinte cinco mil e seiscentos réis. N'esta capital não foi mais bem recebido que outros menos escrupulosos em acceitar o serviço do Brasil: entretanto, como mais algumas vezes tem succedido, pareceu necessaria a sua pessoa, e foi lembrado; pois achando-se já decretada, desde 2 de dezembro de 1822, uma Regencia para aquelle estado, como se póde ver em a nota de paginas 158: resolveram as côrtes nomeal-o Vice-rei e darlhe quatro mil soldados para subjugar o paiz rebellado, indo por então para a cidade da Bahia, ainda fiel, e como elle não acceitou essa commissão, fazendo vêr a inutilidade d'ella, e que mais conveniente era reconhecer a independencia do Brasil, obtendo-se por este modo um vantajoso tratado de commercio, foi encerrado no castello de S. Jorge, para responder a conselho de guerra, ao qual se mandou proceder; mas como hesitaram os Generaes que compunham o tribunal, se podiam sentencear

um militar por não querer acceitar uma commissão mixta de negocios politicos, administrativos, judiciaes e fiscaes, além dos de guerra: durou este estado de incerteza por quatro mezes, até que a guarnição do referido castello lhe abriu as portas da prisão, e reunindo-se á da capital com elle á frente, marchou para Villa Franca, para onde quasi ao mesmo tempo o regimento de infanteria num. 18 conduziu a El-Rei, indo depois reunir-se ahi a Sua Magestade seu filho o senhor Infante D. Miguel, que para esse fim marchou logo de Santarem[1], e fazendo alto em um olival proximo de Povos, fomos eu e o meu fallecido amigo Conde da Taipa, D. Gastão da Camara Coutinho, em uma veloz e arriscada carreira, pela estrada quasi intransitavel, com numerosas bestas carregadas de bagagens de toda a casta, mandados por Sua Alteza Real dar parte a seu augusto pae d'elle estar proximo e prompto a receber e executar as suas reaes ordens. Restituida a côrte a Lisboa quiz voltar para a prisão, o que não houve effeito, como se vê dos documentos que publicamos[2]. Em 10 de junho de 1823, depois

[1] Por determinação de Sua Alteza o Serenissimo Senhor Infante D. Miguel, declara-se a organisação seguinte para as tropas que opéram debaixo das suas ordens na Extremadura. Quartel General em Santarem 1 de junho de 1823. Esta ordem do dia entre outras nomeações menciona: para Major General o Marechal de Campo José de Vasconcellos e Sá, depois primeiro Barão de Albufera (ao qual n'esta occasião eu e o Capitão José Antonio de Azevedo Lemos, servimos de Ajudantes); e para Commandante da segunda columna, que se compunha do batalhão de caçadores occidentaes de Lisboa, dos regimentos de infanteria numeros 4 e 13, dos de cavallaria numeros 7 e 10, de meia brigada de artilheria montada, e de meio esquadrão de cavallaria de policia, o Brigadeiro João Carlos de Saldanha, que havia de reunir em Alverca as tropas que o formavam. Tendo as forças marchado de Santarem para o Cartaxo, d'ahi saíram á uma hora da noite de 2 do dito mez de junho, e no dia 3 se dirigiram para Villa Franca, indo desfilar na presença de El-Rei entre a Castanheira e Povos.

[2] *Participação do excellentissimo Brigadeiro João Carlos de Saldanha ao Major General do Exercito.*—«Illustrissimo e excellentissimo senhor.—Tenho a honra de participar a v. exc. que achando-me preso no castello de S. Jorge, quando saíram o batalhão de caçadores numero 6, e o regimento de infanteria num. 20, para terem a honra e gloria de reunir-se a S. A. R. o Serenissimo senhor Infante, Commandante em Chefe; e não me permittindo o respeito e amor que consagro a El-Rei nosso senhor, e seu augusto filho, nem o verdadeiro interesse que me anima pela felicidade da minha patria, o ser tranquillo espectador, quando se tratava de salval-a do mais atroz despotismo, acabar a guerra civil, e evitar uma invasão estrangeira, me deliberei acompanhar aquelles corpos para cooperar quanto em mim coubesse para se conseguirem fins tão justos como necessarios, e gloriosos; porém agora que felizmente Sua Magestade se acha restituido

d'estes acontecimentos, foi então nomeado Commandante militar da força armada da provincia do Alemtejo, ficando sob as ordens do encarregado do governo das armas da mesma provincia, fazendo parte de um corpo do exercito de observação que o governo julgou necessario postar nas fronteiras de Hespanha, em consequencia do estado em que se achava esse reino, findo o qual foi elle dissolvido. Por decreto de 8 de abril de 1825 passou a ser Governador interino das armas do partido do Porto, e n'essa commissão estava, sendo já Marechal de Campo promovido a 6 de fevereiro de 1826, quando pelo fallecimento de El-Rei D. João VI foi dada a este reino pelo seu successor o senhor D. Pedro IV a Carta Constitucional, para a promulgação e juramento da qual muito concorreu, escrevendo á senhora Infanta Presidente do governo, que se esses actos não tivessem logar até 31 de julho, elle mandaria ás provincias do norte que o fizessem n'aquelle dia; o que não foi preciso, pois de Sua Alteza recebeu mui graciosa resposta, afiançando-lhe que o referido dia seria designado para toda a nação prestar o juramento da Carta, o que assim aconteceu, ficando a mesma senhora Regente, como é sabido, nomeando-o logo em 1 d'agosto d'esse dito anno Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Guerra, e logo no dia 6 dirigiu uma circular ao exercito, publicada na Gazeta num. 183 de segunda feira 7, tudo no mez de agosto. Pela carta regia de 6 de outubro do mesmo anno de 1826, tomou o Commando da divisão que marchou contra os revoltosos do Algarve, e em breve os venceu e submetteu totalmente. Declarado o casamento da senhora D. Maria da Gloria, Princeza

ao throno com a mesma dignidade com que o occuparam os seus antepassados, e despedaçada a facção anarquica, que só buscava submergir a nação no pélago de horrores e atrocidades que dilaceraram a França no tempo da convenção, e conseguintemente conseguidos os grandes fins a que S. A. R. o senhor Infante, Commandante em Chefe, se propoz, eu faltaria a mim mesmo se não reeorresse a S. A. R., rogando haja por bem mandar nomear o Official que deve substituir-me no commando das tropas que se dignou confiar-me, a fim de poder recolher-me á prisão onde me achava, e por este motivo peço a v. exc. queira fazer-me a honra de elevar esta minha representação á presença de S. A. R. Deus guarde a v. exc. Lisboa 6 de junho de 1823.—Illustrissimo e excellentissimo senhor *José de Vasconcellos de Sá*, Major General do exercito.—(Assignado) *João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun*, Brigadeiro.»

Resposta.—«Illustrissimo e excellentissimo senhor.—Para não demorar a v. exc. o conhecimento da ordem de S. Magestade que agora mesmo venho de receber, remetto a v. exc. o aviso, que me foi expedido pela secretaria de estado da guerra, para que

do Grão Pará, que nasceu portugueza e como tal Princeza da Beira, com o senhor Infante D. Miguel, seu tio (facto que infelizmente não teve effeito), o qual ainda se achava como exilado em Vienna de Austria, se entendeu que convinha vir este senhor substituir na Regencia a sua irmã a senhora Infanta D. Isabel Maria, e concordaram n'este negocio a Austria, França e Inglaterra, figurando n'elle o 1.º Duque de Palmella, M. Canning, M. de Vilelle e o Principe de Metternich; em consequencia do que o senhor Neumann, Secretario da legação austriaca em Londres, foi encarregado pelos governos das tres potencias de ir ao Brasil solicitar do senhor D. Pedro que nomeasse Regente seu irmão em completando vinte e cinco annos de edade, e esta negociação se concluiu como desejava o mencionado Duque. Quando tal noticia veiu ao conhecimento do Ministro da Guerra, enviou ao Rio de Janeiro o Capitão Praça seu Ajudante de ordens com uma carta, na qual representava a Sua Magestade Imperial a inconveniencia de tal acordo; porque, segundo o estado das coisas, logo que o senhor D. Miguel pozesse pé no territorio portuguez, era acclamado Rei ainda contra sua vontade. O emissario chegou dois dias depois da partida do referido Secretario d'aquella cidade com a annuencia do Imperador, tornando-se assim inutil a sua commissão, e declarando Sua Magestade Imperial que não podia voltar atraz, porque isso importava graves consequencias; mas ordenou que o General Saldanha permanecesse no ministerio, e em premio dos seus serviços o creou Conde de Saldanha. Não se accommodou elle ás decisões tomadas pela côrte do Brasil e pediu

v. exc. lhe dê o devido cumprimento, e depois m'o restituirá. Deus guarde a v. exc. Lisboa 7 de junho de 1823.— Illustrissimo e excellentissimo senhor *João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun*.—(Assignado) O Major General do exercito, *José de Vasconcellos de Sá*.»

Ministerio da Guerra. 1.ª Direcção, 2.ª Repartição.— «Constando a Sua Magestade, que o Brigadeiro *João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun*, propõe recolher-se á sua prisão do castello de S. Jorge, donde havia saido com o muito louvavel fim de restabelecer o mesmo senhor ao seu throno, com aquelle lustre e dignidade que compete á realeza; ordena Sua Magestade, que v. s. lhe faça participar que louva muito a sua conducta, tanto a respeito do passo que deu, em sair da sua prisão, para semelhante fim, como de pretender de novo recolher-se a ella, de que Sua Magestade ha por bem dispensal-o. Deus guarde a v. s. Paço da Bemposta em 7 de junho de 1823.—*Manuel Ignacio Martins Pamplona Côrte Real*.— Senhor *José de Vasconcellos e Sá*.»

Gazeta de Lisboa, quinta feira 19 de junho de 1833, paginas 1402.

a demissão de Ministro, dando isto logar a ser alterado o socego publico, não só em Lisboa por tres dias consecutivos, apparecendo grandes magotes de povo dando gritos sediciosos, e continuaram pela noite com archotes accesos, vindo semelhante saturnal por essa razão a passar com o nome da «archotada»; mas no Porto e outras terras do reino. Não querendo estar presente á verificação da sua prophecia, saiu d'elle para Inglaterra em março de 1828, antes do novo Regente ter partido de Vienna, e voltou em 27 de junho do anno seguinte, vindo ao Porto para coadjuvar os esforços dos constitucionaes, que n'essa cidade installaram uma Junta governativa em nome do senhor D. Pedro IV, à qual das muitas forças que se lhe reuniram organisou um exercito de que nomeou General o Duque, então Marquez de Palmella, mandando-o marchar sobre Lisboa, e chegando a primeira brigada, commandada por Francisco Saraiva da Costa Refoyos, depois Barão de Ruivoz, a Coimbra, lá se demorou o tempo necessario para na capital se formar uma sufficiente força, que sob as ordens de Alvaro Xavier Coutinho da Fonseca e Povoas, seu amigo e patricio, o foi d'ahi desalojar, occasionando uma confusa e apressada retirada para o Porto, embarcando uns no vapor «Belfast»[1], em que tambem foi o General Saldanha, que não souberam aproveitar, e seguindo outros até Hespanha, onde entraram pelo campo de Cobide, perseguidos pela divisão do General Visconde de S. João da Pesqueira, em que eu ia, que chegou pouco depois, retrocedendo para Pico de Regalados, publicando este do seu quartel general ahi, em 14 de julho, uma ordem de divisão em agradecimento aos seus Officiaes, que veiu no «Correio do Porto» de sabbado 19 d'esse mez. Em janeiro de 1829 partiu de Plymouth no navio «Susana» para a ilha Terceira, levando comsigo quinhentos valentes soldados, mas sendo encontrado em 16 d'esse mez pelo Capitão W. Walpole, do navio «Rangel», que com outras fragatas fôra por Lord Wellington enviado a crusar nas aguas dos Açores para impedir o desembarque, o qual vendo-o approximar-se da ilha, lhe escreveu perguntando a que ia, e teve em resposta — que compria as ordens da sua Soberana, desembarcando ahi com os portuguezes que trazia desarmados —; foi-lhe intimado pelo mesmo Commandante que se retirasse. Insistiu um e outro na execução do seu

[1] Veja-se a Gazeta de Lisboa num. 188, de sabbado 9 de agosto de 1828, que a paginas 1021 dá noticia da chegada d'este vapor a Plymouth.

dever, porém o General achando-se contrariado, sem armas nem viveres, replicou que havia de desembarcar, ou que se julgava prisioneiro; resultando d'este conflicto fazer a esquadrilha ingleza fogo de artilheria e de fusilaria, ficando o navio crivado de balas e morto um soldado do regimento num. 18, sendo obrigado a retirar-se depois de deixar lavrado um solemne protesto contra semelhante procedimento, assignado por elle, pelo 1.° Barão de Sabroso Carlos Infante de Lacerda, que foi morrer a Paris em 22 de setembro de 1830, e por outros muitos Officiaes; fazendo-lhe n'essa occasião elogios os jornaes de Londres e censuras a Walpole. Refugiou-se em França, desembarcando no porto de Brest a 29 do dito mez de janeiro de 1829: n'esse reino se achava quando o senhor D. Pedro, aportando em Cherbourg, tratou em Paris de organisar a expedição que da Terceira veiu até Mindello, e indo o General Conde de Saldanha comprimentar a Sua Magestade e offerecer-lhe os seus serviços, lhe declarou o mesmo senhor, que não só lhe agradecia mas que d'elle se aproveitaria para lhe dar o commando da expedição; comtudo n'essa cidade, em 13 de janeiro de 1832, o Imperador exigiu d'elle o sacrificio de não fazer parte do exercito expedicionario, porque o Embaixador de El-Rei Catholico n'aquella côrte, lhe acabava de dizer em presença do General Sebastiani, Ministro dos Negocios Estrangeiros de Luiz Philippe, Rei dos francezes, e dos Embaixadores de Inglaterra e da Austria, que n'esse caso seu augusto amo o senhor D. Fernando VII se conservaria neutral, quando não que poria quarenta mil homens á disposição de seu irmão o senhor D. Miguel. Em consequencia do que, com o consentimento do senhor D. Pedro, fez publicar no «National», de que era collaborador, uma carta dirigida aos seus amigos emigrados, dando-lhes conhecimento d'esse facto e pedindo que por semelhante causa não deixassem de seguir os seus proprios sentimentos, e sem elle se unissem á expedição. É sabido, pois está escripto por habeis pennas[1], o que se passou desde a chegada ao Porto

[1] Sobre o cerco do Porto, apontamos as seguintes obras: — *The civil war in Portugal and the siege of Oporto*, by General Badcock.—*Memorias da campanha do senhor D. Pedro de Alcantara, ex-Imperador do Brazil, no reino de Portugal, com algumas noticias anteriores ao dia do seu desembarque*. Rio de Janeiro, Typ. Imper. e Const. de Seignot-Plancher, 1833, por Raymundo José da Cunha Mattos.—*Historia do cerco do Porto precedida de uma extensa noticia sobre as differentes phases politicas da monarchia desde os mais remotos tempos até ao anno de* 1820 *e desde este mesmo anno até ao começo do sobre-*

do senhor D. Pedro, Duque de Bragança, até á convenção d'Evora-Monte; nós nos limitaremos unicamente a dizer, que tendo o mesmo senhor requisitado a Luiz Filippe um General francez, que com o posto de Marechal do exercito, como Chefe do seu estado maior, dirigisse as operações militares; elle lhe mandou o General Solignac, que já em Portugal havia estado vindo com Junot, e n'este reino se tinha feito notavel pelo bem sabido facto de em 1808, commandando uma divisão do exercito francez, fugir do cirio da Nazareth que se lhe figurou ser uma avançada das tropas inglezas: o qual no fim de dezembro de 1832 chegou ao Porto levando comsigo o cholera morbus, e logo a 24 de janeiro de 1833 patenteou a sua pouca felicidade no ataque que fez ao monte de Crasto, que abandonou ao inimigo sendo obrigado a retirar-se. Foi n'esta occasião que o Conde de Saldanha chegou á mesma cidade, indo na escuna americana «Hyperion»; e para elucidar os acontecimentos que então tiveram logar, trasladamos parte de uma carta por elle escripta de Cintra em 22 de outubro de 1866, e publicada no supplemento num. 240 do «Jornal de Noticias» de segunda feira 29 d'esse mez. —«Mal iam as coisas no Porto quando os clamores do exercito obrigaram o governo a chamar-me. Mas para me não dar consideração o que fez? Mandou ordem para recolherem para o Porto todos os empregados militares que estavam em paizes estrangeiros; e o Imperador escreveu a Sua Magestade a Imperatriz para que pedisse a El-Rei o sr. Luiz Filippe que mandasse o General Exelmans para ser o seu Chefe de estado maior. Exelmans, declarando que iria com muito gosto se o governo lho ordenasse, disse que sem ordem o não faria porque era um Tenente General do imperio e não um aventureiro. Não permittindo a politica que tal ordem se désse, houve recurso ao Marechal Soult, que estimou muito a occasião de se ver livre do General Solignac, o qual com muito gosto acceitou a commissão. Solignac commandava em La Vendée quando a Duqueza de Berry ali andava, e foi muitas vezes accusado pela imprensa de ter deixado fugir a Duqueza. Mas elle tinha ordem positiva do Ministro da guerra para assim o fazer, e depois que se lhe aca-

dito cerco.—Volume I, Lisboa na Imp. Nacional, 1846, 8.° gr. de 584 pag. Volume II ibi na mesma imp., 1849, 8.° gr. de XVI, 615 pag. por Simão José da Luz Soriano. Sobre estas duas obras veja-se o *Diccionario Bibliographico Portuguez* etc. do senhor Innocencio Francisco da Silva.

bou a commissão ameaçava todos os dias o Marechal Soult de publicar a sua correspondencia a respeito da Duqueza de Berry, se lhe não désse um bom emprego. A recusa de Exelmans foi portanto muito agradavel para o Marechal Soult, porque lhe proporcionou occasião de se ver livre de Solignac fazendo-nos aquelle bom presente[1]. Logo que o General Lafayette, meu sincero amigo, soube que eu me preparava para partir para o Porto, foi a minha casa com o Almirante Sir Sidney Smith, e ambos com o fim de me dizerem que não devia ir sem receber uma carta do proprio Imperador; mas eu respondi-lhes que tendo a persuasão de que a minha presença poderia ajudar os meus camaradas, por má e pequena que fosse a entrada para ir ter com elles não deixaria de a aproveitar. Havia eu sido atacado de uma ictericia horrivel em consequencia do desgosto por não fazer parte da expedição, mas principiei a melhorar logo que vi que podia ir ajudar os meus camaradas. Recebi a visita do General Lafayette, que me foi apresentar o General Solignac, o qual começou por fazer grandes profissões de republicanismo, que moderou quando eu lhe disse que o General Lafayette, que me considerava como filho, sabia quaes eram os meus principios monarchicos, e então como verdadeiro gascão continuou dizendo: —Sairemos do Porto, e eu commandando o exercito, e v. com a Carta Constitucional na mão entraremos em Lisboa. Os Generaes Stubbs e Cabreira, meu irmão Domingos de Saldanha, Leonel Tavares Cabral, José Liberato e outros emigrados de distincção, quizeram acompanhar-me e todos nos reunimos em Falmouth, na vespera em que devia sair o paquete para Lisboa, no qual queriamos embarcar para na altura do Porto nos passarmos para bordo da esquadra constitucional. Apenas chegado a Falmouth fui tomar logares para mim e meus companheiros, e dizendo-se-me que os não havia fui procurar o commandante do paquete que devia sair no dia seguinte, e offereci-lhe o que quizesse por tres macas de marinheiro para mim e para os meus dois Generaes. Com a recusa absoluta do commandante, fui perguntar ao capitão King, meu antigo amigo e que commandava o porto de Falmouth, qual seria o

[1] Foi muito bem recebido por nós assim como o General Bourmont, que tinha emigrado para Portugal e d'elle se retirou com os francezes: ambos tiveram o castigo de se intrometter em questões de irmãos, e ficaram sabendo que não se contendia impunemente com portuguezes, quer estes usassem de laço azul e encarnado ou de azul e branco.

paquete que devia partir na semana seguinte, para de antemão tomar logares. Pelo modo com que me respondeu, dizendo-me que algumas vezes o Almirantado alterava a ordem que deviam seguir os paquetes, persuadi-me que havia alguma ordem secreta a meu respeito, e pedi ao capitão King que me fallasse em outro quarto: estivemos sós e assegurando-lhe pela minha honra que o não comprometteria, perguntei-lhe qual era a razão dos embaraços que encontrava? E elle confiando em mim, disse-me: —Temos as mais positivas ordens para embaraçar a sua saida para o Porto. Era o primeiro Ministro o meu velho General e amigo o Duque de Wellington, que já pelas balas das suas embarcações de guerra tinha evitado que eu desembarcasse na ilha Terceira. Immediatamente tomei uma carruagem de posta; fui a Plymouth, mesmo de noite visitei no porto as embarcações que havia, afretei uma escuna americana que immediatamente fiz partir para Falmouth; e tive a satisfação de fazer-me de véla com todos os companheiros, antes que no dia seguinte saisse o paquete, e em embarcação inteiramente ás minhas ordens. Chegados á altura do Porto, já de noite, fui logo a bordo da fragata onde estava o Almirante Sartorius que, recebendo-nos com toda a formalidade, nos aconselhou que voltassemos para Inglaterra, porque o nosso desembarque só faria augmentar o numero das victimas; que o General Solignac, quatro dias antes, tinha feito uma sortida e tinha sido batido; que elle tinha trazido o cholera morbus, que reinava com furia na guarnição; que não havia polvora, e só arroz para poucos dias. Apenas Sartorius acabou, exigi do General Stubbs, que me tinha acompanhado a bordo do Almirante, segredo do que ouviu, e pedi ao Almirante um pratico que durante a noite guiasse a lancha do navio em que vinhamos ao logar do desembarque. O desembarque fez-se com felicidade, não obstante o fogo cruzado do inimigo. Tão fria foi a recepção que tive do Imperador, como ardente e sincera a dos meus antigos camaradas, e por toda a linha se mandaram ao inimigo bombas descarregadas, que levaram a noticia da chegada do General Saldanha. Na manhã seguinte ao dia em que desembarquei, recolhendo de visitar as fortificações, encontrei o Imperador que me perguntou como achava a linha? —Muito má (foi a resposta), tanto que tenho a convicção que ha quatro ou cinco pontos por onde eu entraria com qualquer dos regimentos que commandei; mas o peor é que, no momento em que no exercito inimigo appareça quem encare a situação como ella é, Vossa Magestade

fechado hermeticamente será obrigado a render-se. —Mas, como? redarguiu o Imperador. — O inimigo (continuei eu) tem já uma fortissima bateria em Serralves, junto a Lordello: da bateria ao forte de Castro, para onde dirigem a linha, é mais de uma legua; e da mesma bateria ao Douro é muito perto. Se, em logar de continuar a linha para o mar a fizessem descer ao rio, impossivel, absolutamente impossivel, seria o receber munições de guerra e de boca.— Na noite seguinte houve conselho de Generaes e dos Chefes engenheiros. Todos convieram no que eu tinha dito; mas acrescentaram que eu sabia como elles que, com os meios de que se podia dispôr, seriam necessarios cinco annos para nos fortificarmos até o mar, e que seriam necessarios tambem cinco mil homens pelo menos para defendermos essa linha, o que não tinhamos. —Tudo isso é exacto, mas não o é menos o que eu digo (repliquei eu), e muito mais depois de se ter apresentado esta idéa, que agora não tardará muito que chegue aos ouvidos do inimigo.— E voltando-me para o Imperador disse: —Vossa Magestade perde muito pouco perdendo-me a mim; dê-me quinhentos homens, sairei das fortificações, e veremos o que se póde fazer.— Apoiado na Foz, reconhecendo o terreno, vi que de um pinhal, occupado pelos piquetes inimigos, se descobria a pequena praia onde de noite desembarcavam os viveres e munições. No dia seguinte fui á cidade dizer ao Marechal Solignac que era de absoluta necessidade occupar o pinhal em frente do monte de Crasto. Solignac disse-me: —Conheço bem a posição, porque ahi me bati no dia 24; mas a tiro de pistola tem o inimigo um reducto com peças de vinte e quatro; seria a mais louca temeridade tentar estabelecermo-nos ali, e eu ordeno da maneira mais positiva que tal movimento não tenha logar.— Sai triste da cidade, convencido de que tudo se perderia se não se occupasse o pinhal, e persuadido que a minha consciencia sempre me accusaria de ter em taes circumstancias obedecido a um homem incompetente, e que, por nossa desgraça, tinha vindo occupar logar tão importante; com aquella firme resolução que inspira o verdadeiro amor da patria, pela meia noite d'esse mesmo dia, com quatro companhias do regimento 10, ataquei á bayoneta o piquete; estabeleci-me no pinhal; e quando o Major Barreiros, depois Visconde da Luz, Ajudante de Solignac, veiu da parte do Marechal saber o que dava causa a tanto fogo — respondi-lhe que já estava de posse do pinhal em que lhe tinha fallado, e que nem todas as forças do inimigo me fariam abandonal-o. E

a causa da Rainha e da liberdade foram salvas. O «Times», admirado, dizia que as fortificações como por encanto surgiam debaixo dos pés do General Saldanha. No dia 2 de março desertou do inimigo um cabo do regimento 24. No dia 3 tive parte de que o cabo que se tinha apresentado havia tornado para o inimigo: vi logo que elle viera como espião, e que iria dizer que no reducto formado no pinhal, e que depois foi conhecido pelo nome de «Reducto de Saldanha», ainda a artilheria não estava montada, o que daria causa a eu ser atacado na manhã seguinte. — Trabalhámos pois de modo que antes de amanhecer uma peça e um obuz estavam em bateria. Dei ordem para que no reducto se não désse um tiro senão á minha voz. Effectivamente assim que raiou o dia appareceu o regimento 24 e o batalhão de caçadores 8, que marchavam direitos ao reducto, e quando se approximaram rompeu o fogo de metralha e de fuzileria a poucos passos, e o inimigo que não esperava ser recebido por tal fórma, fugiu na maior confusão com grande perda. A acção durou todo o dia: o inimigo chegou a entrar na povoação da Foz, de onde foi lançado fóra á bayoneta, e assim seiscentos e noventa homens resistiram aos dez mil com que Telles Jordão atacou n'aquelle dia. — E o cabo do regimento 24 foi fuzilado como traidor por ter informado que não havia artilheria no reducto. O dia 4 de março ficará para sempre memoravel nas paginas da historia constitucional da nossa patria, inda que tenha desapparecido da memoria dos contemporaneos. Se não houvessemos occupado aquella posição, e á força dos mais arrojados actos de valor dos meus seiscentos soldados, e não tivessemos resistido ao numero tão superior que nos atacou, perdida estaria a causa da senhora D. Maria II, e com ella a causa da liberdade. — A chegada ao Porto, do Duque de Palmella, de Mendizabal, e de Napier que ia tomar o commando da esquadra, e o esforço de algumas centenas de soldados que os acompanharam deu causa a um grande conselho de guerra presidido pelo Imperador, que propoz se discutisse o plano que deveriamos seguir. — Á direita do Imperador estava o Marechal Solignac, seguiam-se-lhe os Ministros, o Duque da Terceira e depois seguia-me eu e mais dezeseis outros chefes de armas e de corpos. O primeiro a fallar foi Solignac que propoz que atacassemos o inimigo ao sul do Douro, e que marchassemos sobre Lisboa; e foram do mesmo parecer os que se lhe seguiram antes de mim. Foi a minha opinião que se fizesse uma expedição para o Algarve e Setubal afim de occupar na costa o maior

numero possivel de portos que viriam a ser outros tantos pontos de reunião para os constitucionaes que não podiam ir reunir-se ao Porto. Ponderei a temeridade de tentar o ataque da posição do sul e de emprehender uma marcha de cincoenta leguas em presença de um inimigo tão superior em forças, com uma tão numerosa cavallaria, etc. O resultado foi que todos os que se me seguiram votaram comigo, e os que tinham votado antes com Solignac pediram para reformar o seu voto e seguirem a minha opinião. Solignac pondo-se em pé, disse ao Imperador: — Vossa Magestade vê, que todos os chefes do exercito foram de opinião opposta á minha, em consequencia eu não posso continuar o serviço e dou a minha demissão, e retirar-me-hei para França. O Imperador gostoso lhe acceitou a demissão, e Solignac immediatamente saiu da sala do conselho. — Ouvi n'aquelle tempo, mas não posso affirmal-o, que os Duques de Palmella e Terceira pediram ao Imperador que me nomeasse para substituir Solignac. Terceira foi encarregado do commando da expedição para o sul, e eu fui nomeado Chefe do estado maior imperial, e a sorte da guerra mudou completamente[1].» Desde então as coisas tomaram outra face no Porto, augmentaram-se as fortificações, levantando-se um forte reducto no ponto chamado do Pastelleiro, que cobria a estrada para a Foz, o qual sendo conhecido do inimigo foi, como está dito, logo e inutilmente atacado no dia 4 de março pelo General Telles Jordão com forças muito superiores. Em 5 de julho repelliu em Lordello e Campanhã o General Conde de S. Lourenço; e a 25 d'esse mez bateu com summa gloria o Marechal Bourmont, despedaçando-lhe o bastão com que vencera Argel. N'esta batalha faltando a cavallaria, carregou com brioso esforço á frente do seu estado maior, como se fora simples soldado, e alcançou tão boa victoria que as trincheiras do Porto não foram mais atacadas. Pela primeira acção foi promovido á effectividade de Marechal de Campo, e pela segunda a Tenente General em 6 do mencionado mez de julho. No dia 18 d'agosto fez levantar o sitio saindo das trincheiras em perseguição do General Conde d'Almer até

[1] Não continuamos a trasladar aqui a carta do Marechal Saldanha por ser muito extensa: foi tambem publicada no *Jornal do Commercio* de sexta feira 26 de outubro de 1866; e essa carta deu origem a outras que appareceram no mesmo jornal de sabbado 3 e de sexta feira 9 de novembro do dito anno, escritas pelos senhores, Marquez de Ficalho, Visconde de Silva Carvalho, A. E. Hoffman, Marquezes de Sousa Holstein, de Cezimbra, de Monfalim, e Duque de Palmella.

Baltar, quatro leguas da cidade; e deixando esta livre, e entregue ao General Thomaz Guilherme Stubbs, depois Visconde de Villa Nova de Gaya, embarcou para Lisboa com o regimento de lanceiros, tres corpos de infanteria e o quinto de caçadores. Em 5 de setembro fez com que o inimigo, commandado ainda por Bourmont, respeitasse as linhas da capital, e novos loiros ganhou no dia 14 triumphando do General Clouet. O conquistador de Argel foi substituido pelo inglez Reinaldo Mac Donald, que n'esta conjunctura havia aportado no vapor «Lord das Ilhas» á bahia de S. Martinho: este General emprehendeu restabelecer a fortuna do Principe que o elevára, e para isso se apresentou em campo no dia 10 d'outubro, mas por elle foi levado em desfeita a refugiar-se em Santarem, ponto que se achava fortificado. Em 22 de setembro tinha sido promovido a Marechal do exercito, e n'esse dia, tendo chegado na vespera a Lisboa no vapor «Solis» a Rainha D. Maria II e a Imperatriz a senhora D. Amelia Augusta, se passou o seguinte facto que deixaremos a elle referir: —«Suas Magestades a Rainha e a Imperatriz chegaram ao Tejo. O Imperador ordenou que ninguem o acompanhasse a bordo. Dispoz tudo para a recepção da Rainha no dia seguinte pelas dez horas. No caes do Terreiro do Paço o corpo do estado maior á direita, á testa do qual estavamos o Duque da Terceira e eu, fazendo frente á parte onde Suas Magestades deviam desembarcar: na frente o Conde de Porto Santo com a Camara Municipal e habitantes; a côrte na esquerda formava com o lado do desembarque um quadrado perfeito. Logo que a galeota atracou, saltou em terra o Imperador e dando a mão á Rainha no momento em que Sua Magestade punha pela primeira vez o pé em terra portugueza, chamando-me, disse em alta voz: —Maria, não lhe apresento o Tenente General Conde de Saldanha, que v. conhece, mas sim o Marechal Saldanha, a quem v. deve estar hoje aqui[1].» Em consequencia da desgraçada expedição de Alcacer, que se intentou contra a sua approvação, e porque, na qualidade de Commandante do exercito de operações e de Chefe do estado maior do Imperador, lhe podia ser imputada, o levou a pedir-lhe a sua demissão an-

[1] Assim foi S. M. F. conduzida á magnifica barraca que estava armada entre o caes e a estatua equestre. Alli S. M. I. o senhor Duque de Bragança apresentou á Rainha o Tenente General Conde de Saldanha e n'esta mesma occasião o despachou Marechal do exercito. (Chronica Constitucional de Lisboa, terça feira 24 de setembro de 1833, numero 52)

tes mesmo dos desastres ali acontecidos, mas recebeu de Sua Magestade a segurança de que nenhum outro movimento se faria sem o seu consentimento. Largando então o commando ao Duque da Terceira no Cartaxo, pensou em occupar Leiria, que tomou de assalto em 15 de janeiro de 1834, e retrocedendo bateu em Torres Novas a cavallaria de Chaves e de Lisboa no dia 25, e a 30 travou combate em Pernes com o Brigadeiro Caetano Alberto de Sousa Cannavarro, ficando completamente derrotada toda a força d'este e prisioneira a brigada do commando do General Brassaget: estando ainda em Pernes recebeu a Grão Cruz da ordem de Christo e muitas expressões benevolas de agradecimento do senhor D. Pedro, e ao mesmo tempo ordem para se recolher ao Cartaxo. Com prazer viu chegar o dia 18 de fevereiro em que alcançou em Almoster uma gloriosa victoria do exercito commandado pelo General José Antonio de Azevedo Lemos. Seguiu-se o tratado da quadrupla alliança concluido em Londres a 22 de abril do mesmo anno de 1834, entre França, Grã Bretanha, Hespanha e Portugal, e este acto obrigou as forças do senhor D. Miguel a depôrem as armas pela convenção de Evora-Monte, que teve logar em 26 de maio assignada pelos Marechaes Saldanha e Terceira e o referido General Lemos. A 15 de agosto se reuniram as côrtes, e na Camara dos Deputados, como fica dito, appareceu elle chefe da opposição, e para isso na vespera apresentou a sua demissão ao Imperador, que lhe disse —não a acceitava por não ser opposição á sua pessoa, e porque n'elle tinha confiança.— Com o fallecimento de Sua Magestade Imperial em 24 de setembro, terminou a luta que desde muito existia entre o Marquez e o Ministerio, pois tendo o poder legislativo declarado maior, em 19 d'esse mez, a Rainha D. Maria II, caiu esse e foi nomeado o Duque de Palmella, Presidente do Conselho: o Marquez continuou na Camara electiva sem tomar assento na hereditaria, de que havia sido creado membro. No immediato anno de 1835, aos 25 de fevereiro, se lhe commetteu a missão de Paris na qualidade de Ministro Plenipotenciario; mas entrando pouco depois, em 17 de maio, na composição do novo Ministerio como Presidente do Conselho e Ministro da Guerra, de que foi exonerado a 18 de novembro, não passou ao seu destino. A revolução occorrida na capital em 15 de setembro de 1836 proclamou a Constituição de 1822, e não servindo esta declarou-se que devia ter logar uma nova, para o que se mandariam convocar côrtes constituintes: o Marquez de Saldanha, fiel

ao acto constitutivo de 1826, protestou contra este facto. Em 3 de novembro pelas sete horas da noite recebeu com surpreza a noticia de Sua Magestade se achar no paço de Belem, e ordem da mesma senhora para ali se apresentar: estamos ainda muito proximos d'este acontecimento para d'elle tratarmos com inteira liberdade, não queremos ir revolver as cinzas dos finados, nem affligir os espiritos dos vivos; deixamos essa tarefa a mais habeis pennas, e limitamo-nos unicamente a dizer aqui, que só duas pessoas n'essa occasião não perderam a cabeça e se mostraram senhores de si, e foram a Rainha D. Maria II, que a natureza erradamente fizera nascer mulher e não homem, e o Marechal Saldanha: este recusando a offerta que lhe fazia o Almirante inglez de mandar pôr á sua disposição um escaler, disse-lhe que não fugia de portuguezes, e tomou com todo o socego o caminho de Penha Longa. Em julho de 1837 saiu de Lisboa para a tentativa dita dos Marechaes,, e no dia 28 de agosto achou-se no malfadado encontro do campo do Chão da Feira, que houve logar pelo meio dia e durou mais de duas horas entre as forças dos Marechaes Terceira e Saldanha e as do Barão de Bomfim, e que terminou por uma suspensão de hostilidades, que cessou em 30 d'esse mesmo mez, por não serem admittidas as bases da convenção que no dito dia se concordára em Aljubarrota pelas tres horas da tarde, procedendo ao referido auto por parte do Barão de Bomfim, o Deputado em côrtes Antonio Bernardo da Costa Cabral e o Capitão de engenheiros servindo de Chefe de Estado Maior Manuel José Julio Guerra, e pela do Marquez de Saldanha o Barão de Monte Pedral e Antonio Aluizio Jervis de Athouguia, que falleceu 1.º Visconde de Athouguia (vid. supplemento nums. 204 e 207 aos Diarios do Governo, de quarta feira 30 de agosto e de sabbado 2 de setembro do dito anno de 1837): e findou essa tentativa pela convenção que se ajustou em 20 de setembro depois do ataque de Ruivães, que tivera logar no dia 18 entre o Visconde das Antas, Commandante da divisão de operações do norte, e os Marechaes Saldanha e Terceira Commandante das forças reunidas em Chaves, assignada no campo junto ás Casas Novas, por José Feliciano da Silva Costa, Coronel de engenheiros e Secretario do Visconde de Sá da Bandeira, Logar-Tenente de Sua Magestade nas provincias do norte, e Martinho José Dias Azedo, Brigadeiro, commissionados pelas partes contractantes (Diario do Governo num. 228, quarta feira 27 de setembro de 1837. paginas 1084). Os serviços ao paiz por elle praticados na sua

longa carreira diplomatica são dignos de serem summamente apreciados, como confessa o Conde de Castro, que varias vezes tem servido de Ministro dos Negocios Estrangeiros, na carta que publicamos[1]. A historia das missões extraordinarias a Londres e a Madrid occuparia um grosso volume, mas nós apenas faremos um pequeno extracto. O governo inglez vendo que o Barão da Ribeira de Sabroza, que detestava o orgulho d'essa nação, tinha satisfeito as exigencias dos governos francez e americano, tornou-se mais exigente, juntando ás reclamações fundadas dos seus subditos as d'aquelles que o não eram. O Marechal Saldanha, que estava em Lisboa, não tendo acceitado ser Deputado nem Senador, havendo sido eleito para ambos os cargos em vinte e tres dos vinte e quatro circulos em que o reino estava dividido, foi chamado ao paço pela Rainha, que o incumbiu de indagar de Lord Howard o que havia do estado de irritação em que se achava com o seu governo o inglez, visto que elle lhe dizia estar ignorante de tudo: respondeu-lhe que estava prompto, mas que para communicar a Sua Magestade o que elle lhe dissesse em confiança, era preciso que lhe fizesse constar que ia por seu mandado, ao que annuindo a mesma senhora, procurou Lord Howard, que sabendo ser para conhecimento da Rainha, quiz que lesse a correspondencia de Canning com elle, e ali viu que se tratava de occupar as nossas possessões no caso de não ficarem satisfeitas as exigencias do governo inglez. A Rainha tendo chamado o Barão da Ribeira de Sabroza, exigiu d'elle que mudasse de politica a respeito de Inglaterra: a sua recusa trouxe o Ministerio presidido pelo Conde de Bomfim, sendo o Conde de Villa Real, Ministro dos Negocios Estrangeiros, que pediu pelas fabricas queimadas em Alcobaça em 1810, attribuindo o incendio aos inglezes, uma indemnisação antes de attender ás reclamações do seu governo: o facto é que na mesma hora andavam em Alcobaça inglezes, portuguezes e francezes; portanto era impossivel conhecer a causa do incendio. O governo inglez redigiu uma convenção que devia ser assignada pela nossa Rainha até ao dia 15 de maio, e se n'esse dia o Ministro inglez a não tivesse assim recebido faria partir

[1] Senhor Duque, afflige-me sempre que ouço fallar dos serviços de v. exc. como militar, como administrador, como orador, como escriptor, ver que ninguem falla dos serviços diplomaticos de v. exc., quando todos os negocios diplomaticos de maior difficuldade e da maior importancia de todo o reinado da senhora D. Maria II, foram tão habil como felizmente tratados por v. exc. etc. etc. — *Conde de Castro.*

para Gibraltar o vapor ás suas ordens, o qual levaria ordem para os inglezes occuparem Macau, Goa, etc. Em carta particular dizia o Ministro dos Negocios Estrangeiros a Lord Howard, que tranquillisasse os animos dos inglezes residentes em Portugal, dizendo-lhes que se o governo portuguez para represalia lançasse mão das suas propriedades, elles bem depressa seriam indemnisados pelo governo inglez, que tomaria logo as nossas ilhas da Madeira, Açores e Cabo-Verde. O Ministerio convidou a uma reunião na secretaria da marinha a todos os Senadores e Deputados, e o Marechal Saldanha, que não era membro do parlamento, recebeu um escripto em nome de Rodrigo da Fonseca Magalhães, pedindo-lhe o obsequio de ir á referida secretaria para tratar de assumpto importante: foi para o paço; e á admiração da Rainha por não estar presente á reunião, respondeu elle que não havia recebido ordem de Sua Magestade, mas só convite para ir á secretaria, e que conhecendo a natureza do negocio não estava disposto a fazer favores de se ir ingerir em assumpto para que não tinha concorrido. Decidiu-se na reunião que fosse alguem a Londres com plenos poderes, e logo todos disseram ao Duque de Palmella que lhe pertencia aquella missão; mas elle teve a franqueza de declarar que nada ahi podia fazer, que sabia qual era a opinião que Lord Palmerston tinha do Marechal Saldanha, e que este era o unico homem que conseguiria alguma coisa. Ministros e Duque de Palmella foram dar conta á Rainha do que se tinha passado, e foi chamado o Marechal. Depois de muitas instancias disse á Rainha que iria fallar com o seu amigo Lord Howard, e que se este fosse de opinião que a sua ida poderia obter o que se desejava, iria, mas só n'esse caso. Lord Howard disse que estavam a 12, que no dia 15 faria partir o vapor para Gibraltar se não recebesse a convenção assignada, e por isso era escusada a sua ida. A Rainha convenceu-se da nova com que o enviava, mas ás 7 da manhã recebeu uma carta de El-Rei D. Fernando chamando-o ao paço ás 9, e ahi achou os Ministros e o Duque de Palmella. Suas magestades e todos presentes insistiram de modo que não foi possivel resistir; e foi o Marechal dizer a Lord Howard que o vapor não sairia para Gibraltar, porque elle embarcaria para Londres no dia seguinte com plenos poderes; depois de grande discussão, o Lord disse: — Já uma vez fui reprehendido por sua causa, agora serei talvez demittido, mas cedo ás suas razões. — O Duque de Palmella apresentou no dia immediato no paço as instrucções de que tinha sido encarregado; todos applaudiram,

mas a Rainha vendo que o Marechal nada dizia, perguntou-lhe o que pensava, e elle respondeu que se tinha de ir n'aquella terrivel missão, havia de fazer o contrario do que ouvira, que na viagem estudaria as questões, e em chegando a Londres diria a Lord Palmerston: o governo inglez tem razão n'isto e n'aquillo, mas não nas outras reclamações, eu estou decidido a chegar até este ponto, escusamos de nos querer illudir, se v. se conforma, bem, senão mandem queimar Lisboa, porque a Rainha de Portugal antes cortará o braço do que assignará tal convenção. Chegou o Marechal a Londres e foi bem recebido pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros; a primeira conferencia durou cinco horas, e acabou por dizer Lord Palmerston: não foi só o governo, mas o Privy Council (Conselho Privado) que approvou a convenção; vou pedir a Sua Magestade licença para reunir depois de ámanhã o Privy Council e depois nos tornaremos a ver. Na segunda entrevista disse-lhe o mesmo Lord que aquella convenção tinha sido redigida de proposito para humilhar o governo portuguez, que não era a elle mas sim ao Marechal Saldanha que o governo inglez cedia, que se elle desse a sua palavra de honra de assim o mandar dizer ao seu governo, elle estava auctorisado n'esse caso para rasgar a convenção que o Marechal lhe tinha dado na primeira conferencia; e assim se fez com a resposta affirmativa d'elle. Seguiram-se as negociações, e basta dizer que sendo uma das reclamações a despeza feita com a divisão que tinha vindo a Portugal, commandada pelo General Clinton, e os juros competentes desde que saira de Inglaterra; o Marechal conseguiu que o governo inglez se contentasse com o pagamento do capital, poupando-se portanto os juros que importavam em alguns milhões. Tambem a elle se deveu, em resultado da sua missão extraordinaria a Hespanha em 1841, evitar-se a guerra com essa nação, como então escreveu o Ministro inglez em Madrid ao seu governo, que o communicou ao nosso, dizendo-lhe que ella seria inevitavel se áquella côrte houvesse sido mandada qualquer outra pessoa que não fosse o Marechal Saldanha. Passou depois como Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, nomeado a 10 de setembro do dito anno de 1841, para Vienna d'Austria; n'essa côrte se achava quando a cruel parca lhe veiu roubar o seu filho primogenito o Conde de Almoster, fazendo-o recolher penalisado e com amargo desgosto á patria.

Entrou no Tejo vindo no paquete inglez «Pachá» a 23 d'agosto de 1846, e encontrou o paiz desassocegado com a revolução chamada da Maria da

Fonte, que tinha rebentado no Minho em maio d'esse anno: foi então chamado para se collocar á frente de uma nova administração, sendo nomeado em 6 de outubro seguinte Presidente do Conselho de Ministros e encarregado das pastas dos Negocios Estrangeiros e da guerra: é sabido o que n'essa noite se passou, e que a 9 do mesmo mez se arvorou no Porto o estandarte da revolta, que deu em resultado a batalha de Torres Vedras, por elle vencida a 22 de dezembro contra o General Conde de Bomfim, e a das alturas de Vizo proximo a Setubal, occorrida em 1 de maio de 1847; concluindo-se estes desgraçados acontecimentos, de que não desejaramos tratar, com uma intervenção ingleza e hespanhola effectuada por mar e terra; submettendo-se o Porto onde logo entrou o Marechal, que nomeou para Governador Civil interino da mesma cidade a José Soares de Brito, que exercia esse cargo de propriedade em Aveiro (supplemento num. 152 ao Diario do Governo de quarta feira 30 de junho de 1847). A 18 do seguinte dezembro foi novamente chamado á Presidencia do Conselho de Ministros com as mencionadas pastas dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, largando em 19 de março de 1848 a dos Estrangeiros que servia no impedimento do Conde de Castro, e passando a occupar a do Reino. Outra vez voltou á mesma Presidencia do Conselho, com as duas ultimas referidas pastas, em 3 de maio de 1849, e a 18 de julho obteve a demissão d'esses cargos que já não exercia, por causa da molestia que padecia, desde 1 d'esse mesmo mez. Pelos decretos de 3 e de 13 de março de 1850 que transcrevemos em nota[1], se vê que deixou de servir o offi-

[1] Tendo a experiencia mostrado que os dois logares de Mordomo Mór, e Estribeiro Mór da minha real casa, podem ser conjunctamente desempenhados por um só dos Officiaes Móres com maior proveito da mesma casa real: Hei por bem reunir os mencionados Officios para d'ora em diante serem servidos por um só individuo. O Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino o tenha assim entendido e faça executar.—Paço das Necessidades em tres de março de 1850 —Rainha.—Conde de Thomar—*(Diario do Governo* n.º 53, de segunda feira 4 de março de 1850).—Segue-se outro decreto n'esta mesma folha para o Duque da Terceira exercer as funcções de Mordomo Mór com as de Estribeiro Mór; e é de egual data ao anterior.

Attendendo a que o Marechal do exercito Duque de Saldanha dirigiu ao governo um officio com data de seis do corrente mez, concebido em termos inconvenientes e offensivo ao decoro do mesmo governo, cujo officio fez imprimir e circular; e não podendo ser tolerado, sem manifestação de plena desapprovação, que um Official General

cio de Mordomo Mór da casa real, que fora demittido de Vogal do Supremo Tribunal de Justiça Militar e de primeiro Ajudante de Campo de El-Rei D. Fernando: resignando elle pela sua parte o logar de Conselheiro do Estado: e apparecendo então na folha official do governo (Diario numero 57 de sexta feira 8 de março de 1850, paginas 273) um artigo do jornal a «Lei», em que analysando uma carta publicada em Londres no periodico «Morning Herald» a 22 de fevereiro d'esse anno, de um correspondente de Lisboa datada de 19 do mesmo mez — não foi prudente não, e não se sabe ainda que consequencia produzirá —, se diz em tom imperativo — que consequencia produzirá, nenhuma. As que se tem visto. — Enganou-se quem tal escrevia, porque não tardou muito que a sequencia d'este procedimento lhe mostrasse não poder ser alguem propheta na sua terra. O Duque acompanhado de seu unico filho o Marquez de Saldanha, do Tenente Coronel D. Miguel Ximenes, hoje Visconde do Pinheiro, e de seis Ajudantes de Campo, saiu de Lisboa na segunda feira 7 de abril de 1851 antes de noite para Cintra, e d'ahi partiu na madrugada de 8, annunciando o seu intento de se pôr á testa d'aquelles que quizessem unir-se-lhe para derrubar a administração do Conde de Thomar; e a esse respeito dirigiu de Leiria uma muito forte e explicativa carta ao Duque da Ter-

de tão elevada graduação, que deve servir de modelo aos Officiaes do exercito no respeito devido ao meu governo, seja o primeiro a dar um tão perigoso exemplo contra a disciplina: Hei por bem exoneral-o do logar que exercia de Vogal do Tribunal Supremo de Justiça Militar. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra o tenha assim entendido e faça executar. — Paço das Necessidades em treze de março de mil oitocentos cincoenta. — Rainha — *Adriano Mauricio Guilherme Ferreri.*

Tendo El-Rei D. Fernando, meu muito amado e presado esposo, Marechal General, Commandante em Chefe do exercito, proposto para ser exonerado do logar de seu primeiro Ajudante de Campo o Marechal do exercito Duque de Saldanha, em consequencia do conhecimento que o governo lhe deu, do officio que o mesmo Marechal do exercito, em data de seis d'este mez, havia dirigido pelo ministerio da guerra, e bem assim da deliberação que o governo adoptou para stygmatisar n'esta circumstancia o procedimento do sobredito Marechal do exercito: Hei por bem confirmar aquella proposta, ficando sem effeito o decreto do primeiro de maio de mil oitocentos e trinta e seis, que o nomeou primeiro Ajudante de Campo de El-Rei. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra o tenha assim entendido e faça executar. — Paço das Necessidades em treze de março de mil oitocentos e cincoenta. — Rainha — *Adriano Mauricio Guilherme Ferreri.* (Vem estes decretos no *Diario do Governo* n.º 62, de quinta feira 14 de março de 1850)

ceira: seguiu caminho de Mafra e Ericeira, indo a 9 pernoitar na aldêa das Gaeiras, perto das Caldas da Rainha; continuou pela estrada de Alcobaça em direcção a Leiria, onde chegou no dia 11, e em 12 a Coimbra pelas sete horas da noite: n'essa cidade demorou-se todo o domingo, e d'ella saíu ás duas horas da tarde de 14 dirigindo-se á Mealhada, passando a noite de 15 em Mortagoa, e indo depois por Vouzella pernoitou na aldêa do Botão, e pelas tres horas da tarde de 19 entrou em Vizeu, separando-se no dia 20, em trages disfarçados da tropa com que partiu de Castro Daire. Na madrugada de 25 rebentou no Porto uma sublevação militar em seu favor, que foi seguida por todo o exercito como é sabido, e o que então houve logar escusamos narrar, remettendo o leitor para os jornaes da época[1], onde encontrará bastante motivo de lastima ou de divertimento, conforme ajuizar esses acontecimentos. O Duque, que n'elles se dava por desapparecido, surgiu de novo entrando na mesma cidade pelas cinco horas da tarde de 27; e já na vespera, sabendo-se em Lisboa do que ali era passado, fôra exonerado o Conde de Thomar de Presidente do Conselho de Ministros e nomeado o Duque da Terceira. Sua Magestade a Rainha lhe escreveu então de sua propria lettra a carta que publicamos[2], e foi encarregado de lha entregar o Conselheiro José Joaquim dos Reis e Vasconcellos, hoje Par do Reino, que para esse fim, no vapor de guerra «Infante D. Luiz» saiu da barra de Lisboa pelas sete horas da manhã de 1 de maio em direcção ao Porto onde chegou, entrando no rio Douro ás duas horas e trinta minutos da tarde de 3, e regressoù ao Tejo com vinte e duas horas de viagem no dia 5, trazendo uma muito respeitosa carta do

[1] Vejam-se: — *Revolução de Setembro, Imprensa e Lei*, e os *Diarios do Governo* e seus supplementos numeros 85, 86, 87, 89, 90, 91, 95, 97, 103 e 104, dos dias quinta feira 10, sexta feira 11, sabbado 12, terças feiras 15 e 22, quinta feira 24 e sabbado 26, todos de abril, sabbado 3 e segunda feira 5 de maio de 1851.

[2] 1851 — Lisboa 1 de maio — Faço justiça aos sentimentos do Marechal Saldanha, quando acredito que elle não é capaz de querer abusar da situação em que se acha, tenho fé na sua honra, e no seu pundonor de militar e de cavalleiro, e entrego confiadamente ao amigo e ao General de meu pae o futuro d'este paiz e da coroa. Peço-lhe que venha immediatamente para Lisboa, e achar-me-ha firmemente resolvida a dar-lhe todo o meu apoio para que se extirpem radicalmente os abusos, para que o systema constitucional não seja sophismado e para que o meu nome não possa nunca servir para cobrir injustiças. Está na sua mão impedir que os inimigos da monarchia não contem por seu triumpho o que só deve ser a victoria da razão e da moralidade; assim o espero do Duque de Saldanha. — *Maria.*

Duque em resposta á da mesma augusta senhora, que se acha em resumo no supplemento ao «Diario do Governo» num. 104 d'esse dia, segunda feira, assim como por extenso a circular por elle publicada a 29 de abril do quartel general do Porto, d'onde tambem dirigiu em 9 de maio uma proclamação aos habitantes de Lisboa, que está a paginas 545 do «Diario» num. 111 de terça feira 13. N'esse mesmo dia se expediu um decreto confirmando as promoções e mais despachos tanto militares como civis que durante a situação actual elle fez em nome da Rainha; e a 14 outro[1], dando por nullo e de nenhum effeito o de 13 de março de 1850 que o exonerou de Vogal do Supremo Conselho Militar: sendo egualmente restituido aos empregos de Mordomo Mór da casa real e primeiro Ajudante de Campo de El-Rei D. Fernando. Saiu do Porto no dia 14 do dito mez de maio á uma hora do dia no vapor «Infante D. Luiz», á frente de uma divisão das suas tropas, e tendo chegado a 15 desembarcou no arsenal e mettendo-se no escaler dos Ministros d'ahi partiu ás dez e meia, indo ao caes da Pampulha onde poz pé em terra e foi ao paço; beijou a mão á Rainha, a quem disse: — Eu fiz mais por Vossa Magestade do que faria por ambas minha mulher e filha juntamente, por ellas eu teria exposto a minha vida, por Vossa Magestade eu fiz mais, porque expuz aquillo por que tenho trabalhado todos os dias da minha vida, isto é, para ter na historia do meu paiz o nome de um homem honrado, e se eu não tivesse sido bem succedido, como teria eu podido provar que foi unicamente o desejo de servir a Vossa Magestade e não aquelle de vingar injurias passadas que me fez aventurar em tão perigosa empreza. — Voltou depois a fazer desembarcar a tropa no caes das columnas, havendo uma vistosa parada no Terreiro do Paço, e no dia 16 pelas quatro horas da tarde recebeu uma deputação da Camara Municipal d'esta cidade, por ella enviada para o fe-

[1] Hei por bem determinar que fique nullo e de nenhum effeito e considerado como não havendo existido, trancando-se nos registos respectivos para que não reste vestigio algum, o decreto de treze de março do anno proximo passado, pelo qual foi exonerado do logar de Vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar o Marechal do exercito Duque de Saldanha. O Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar. — Paço das Necessidades em doze de maio de mil oitocentos cincoenta e um. — Rainha. — *Barão de Francos*. (Está a folhas 547 do *Diario do Governo* numero 112, de quarta feira 14 de maio de 1851, onde se repete a publicação d'este decreto por ter apparecido na antecedente folha com uma importante omissão typographica.

licitar. Foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros por decreto de 1 do dito mez de maio, occupando, como está mencionado, a pasta do reino interinamente até 22 d'elle, e a da guerra que conservou, sendo d'ella e da Presidencia exonerado em 6 de julho de 1856. Durante esta administração, que assumiu a dictadura, promulgaram-se cento oitenta e duas leis que foram depois sanccionadas pelas côrtes, e nos cinco annos e dois mezes que ella durou houve perfeito socego, começando desde então o regular pagamento aos funccionarios publicos e mais pensionistas do estado que estavam atrazados quatorze mezes uns e outros vinte e dois, e tanto basta para que a mesma fique para sempre memoravel. Não tendo a Camara dos Pares approvado um projecto financeiro do governo, que já por grande maioria o tinha sido na dos Deputados, retirou-se elle da administração demittindo-se de Presidente do Conselho e de Ministro da guerra; e de Commandante em Chefe do exercito para que fôra nomeado pela carta regia de 17 de maio de 1851, do qual no dia 7 havia sido exonerado El-Rei o senhor D. Fernando por suas solicitações[1]. Como Embaixador Extraordinario passou a Roma em 1862, e depois de dois annos e quasi sete mezes de ausencia voltou a Lisboa em 28 de maio de 1865; n'esta cidade se conservou até que novamente partiu para continuar a exercer a sua commissão junto ao Summo Pontifice, em 14 de novembro de 1866, indo pelo caminho de ferro de leste. Na capital do mundo christão existe actualmente o Duque de Saldanha, longe dos amigos que deploram a sua ausencia, mas que ao mesmo tempo se vangloriam, porque a cidade eterna, que tantos grandes homens tem visto, vê hoje mais um. Nasceu a 17 de novembro de 1790, 9.º filho de João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa e de D. Maria Amalia de Carvalho e Daun, 1.os Condes de Rio Maior, e n'este titulo, quando d'elle tratarmos, irá a historia genealogica da familia. Casou duas vezes: a primeira a 5 de outubro de 1814, com D. Maria Thereza Margarida Horan Fitz Gerald, Dama da Rainha a senhora D. Maria II, da ordem de Santa Isabel e da de Maria Luiza em Hespanha, que nasceu em Dublin, na Irlanda, a 20 de dezembro de 1796, e falleceu em Cintra a 13 d'agosto do 1855: filha de Thomaz Horan e de Isabel Fitz Gerald; e a segunda em 12 de setembro de

[1] Vejam-se os *Diarios do Governo* numero 108 de sexta feira 9, 112 de quarta feira 14, 115 de sabbado 17, supplemento, 116 de segunda feira 19, todos de maio de 1851.

1856, com D. Carlota Athelston Walton Smith, de quem é segundo marido — s. g., Dama honoraria do paço, da ordem de Santa Isabel e da de Maria Luiza em Hespanha[1]: filha de Miguel Athelston Smith e de Sara Walton.

FILHOS

1 **N.** Nasceu e morreu em Lisboa a 23 de outubro de 1815.

2 **João Carlos.** Nasceu em Monte-Vidéo no anno de 1820, e ahi falleceu de tetano, dez dias depois de nascido.

3 **Augusto Carlos de Saldanha Oliveira e Daun,** Conde de Almoster por mercê de 1 de dezembro de 1836. Seguiu a carreira diplomatica, começando em 3 de março de 1842 por primeiro Addido á legação de Austria, e n'esse logar serviu até 5 de julho de 1845, anno em que passou a 9 de agosto para o de Secretario, que exercia quando a morte se apressou em lhe cortar as esperanças terrestres para o levar ao seio de Deus, terminando-lhe a existencia a 24 de outubro do ultimo dito anno, com uma febre maligna, em Karlsbad, na Bohemia, na flor da mocidade em que, a par de eminentes virtudes christãs, maravilhosamente desenvolvia elevado talento e rara capacidade. Nasceu a 26 de dezembro de 1821, em Portalegre, capital da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul no Brasil.

[1] «Os nobres Duques de Saldanha, no seu percurso até Madrid, foram extremamente obsequiados por toda a parte, e na corte pela familia real hespanhola. Testemunha ocular nos descreve assim a audiencia de ss. exc. no palacio real de Madrid: — Eram tres horas da tarde de domingo (18) de novembro. O Camarista de serviço abrindo a porta da sala onde os Duques estavam com a Camareira Mór e mais de quarenta pessoas, bradou: — O Duque de Saldanha. — S. exc. entrou. Feitas as saudações do estylo, Sua Magestade Rainha perguntou pela Duqueza, e pediu a El-Rei D. Francisco que a fosse buscar pelo braço, o que Sua Magestade fez. Quando El-Rei conduzia a Duqueza disse-lhe: — Sei que o Duque de Saldanha é muito estimado em Portugal, mas asseguro á Duqueza que o não é menos em Hespanha. — A Rainha mandou chamar todos os seus filhos, e a familia real esteve toda conversando com os Duques mais de hora e meia, não obstante esperarem audiencia muitos outros altos personagens. Foi uma prova de grande estima. A Rainha notando ao despedir-se da Duqueza que esta não levava a ordem de Maria Luiza, perguntou-lhe se não a tinha, e disse ao Ministro dos Negocios Estrangeiros que não queria que a Duqueza saísse sem ella de Madrid, o que foi feito. No dia 27 os Duques chegaram a Marselha, aguardando o navio que os devia levar a Civitta-Vecchia, o qual devia chegar ali em 1 de dezembro.»

Diario de Noticias, Sexta feira 7 de dezembro de 1866.

4 **D. Maria Amalia de Saldanha.** Nasceu em junho de 1823, em Lisboa, e ahi morreu menina.

5 **João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun**, 2.º Marquez de Saldanha em 9 de maio de 1855, 2.º Conde do mesmo titulo em 11 de fevereiro de 1845 [1], Commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa em 7 de abril de 1849. Cavalleiro da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Merito, em 13 de maio do mesmo anno, Tenente Coronel graduado, em 1853, do 3.º batalhão movel de atiradores de Lisboa, dito de Voluntarios da Rainha e Carta, em que entrou Capitão em 1846. Primeiro Addido, despachado em 18 de novembro e passado á disponibilidade em 20 de dezembro, tudo de 1852, tendo sido segundo Addido na legação de Austria desde 7 de março de 1843 a 9 de agosto de 1845, commissão em que continuou, mas não exerceu, até ser promovido ao logar immediato. Deputado ás côrtes de 1854 pelo districto da Guarda. Grão Cruz da ordem de S. Gregorio Magno em Roma, em 1865. Commendador da de Carlos III em Hespanha, e da Legião de Honra em França, ambas em 1851. Nasceu no Porto a 20 de novembro de 1825 e ahi foi baptisado na Sé. Casou em 16 de maio de 1855, precedendo alvará de licença expedido a 2 d'esse mesmo mez, com D. Julia Pereira de Sousa, que nasceu em 1 de outubro de 1841 na dita cidade, e n'ella se baptisou na capella da casa, freguezia de Santo Ildefonso. Filha dos 1.ºˢ Condes de Bolhão, Antonio Alves de Sousa Guimarães e D. Francisca Fausta do Valle Pereira Cabral.

Filhos

1 **D. Francisca Eugenia de Saldanha Oliveira e Daun.** Nasceu em Lisboa a 27 de julho de 1857. Baptisada na capella da casa, freguezia de S. José.

2 **João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun.** Nasceu em Barcellos a 11 d'agosto de 1858, e na egreja do Senhor da Cruz d'essa villa foi baptisado.

3 **D. Carlota Maria Thereza de Saldanha Oliveira e Daun.** Nasceu a 24 de agosto de 1865, tambem em Barcellos, sendo baptisada na mesma egreja.

6 **Luiz de Saldanha.** Nasceu em 1826, em Lisboa, e ahi falleceu em 1831.

7 **José de Saldanha.** Nasceu em 1828 e morreu em 1829, tudo em Paris.

8 **D. Eugenia de Saldanha Oliveira e Daun**, Condessa do Farrobo. Dama honoraria do paço e da ordem de Maria Luiza em Hespanha. Nas-

ceu em Orleans a 25 de maio de 1831. Casou duas vezes: a primeira n'esse mesmo dia e mez de 1848, com Francisco de Almada Quadros Sousa de Lencastre, 2.º Conde de Tavarede; e a segunda a 16 d'esse mesmo mez de 1855 com Joaquim Pedro Quintella do Farrobo, 2.º Conde do Farrobo. — C. g. dos dois matrimonios.

Creação

Duque, 4 de novembro de 1846.
Marquez, 27 de maio de 1834.
Conde, 14 de janeiro de 1833 confirmando a mercê feita em 1827.

Residencia

Penha Longa no termo de Cintra. — Actualmente em Roma.

ADVERTENCIAS

As ordens do dia e mais noticias relativas á divisão dos voluntarios reaes d'El-Rei que damos de paginas 603 a 606, acham-se no tomo II das *Memorias para servir á historia do reino do Brazil, etc.*, pelo sr. Luiz Gonçalves dos Santos, paginas 73 a 81.

Na *Revolução de Setembro* num. 2393 de segunda feira 11 de fevereiro de 1850, está o officio de 9 d'esse mez que deu origem ao decreto publicado a paginas 628, e muitos outros documentos que lhe são relativos, assim como o decreto de 7 do mesmo mez da exoneração do cargo de Mordomo Mór. Veja-se — Requerimento e correspondencia do Duque de Saldanha com o Ministerio da guerra por occasião de ser demittido do officio de Mordomo Mór da casa real. Lisboa, typographia da Revista Universal Lisbonense, 1850, 4.º, 16 paginas, e outras publicações de que dá noticia o já apontado *Diccionario Bibliographico*.

A demissão que se refere a paginas 621 ter sido dada ao General Solignac, foi por carta regia de 13 de junho de 1833.

Descripção Genealogica que mostra o parentesco referido a paginas 607

I **João Affonso.** Escudeiro de geração, Vereador e Juiz ordinario[1] na villa de Marialva, onde pelos melhores calculos nasceu em 1440 e falleceu em 1510. As pessoas já bastante anciãs que foram ouvidas como testemunhas nas inquirições tiradas a seus netos, nem uma d'ellas o chegou a conhecer e todas são de referencia, mas uniformemente concordam — que os mencionados officios andaram sempre em seus antepassados, que era homem principal da terra, de gente nobre, que se tratara sempre como tal honradamente com moços, criados e cavalgaduras, e que sempre dera de si e de sua vida bom exemplo. — Na familia se conservava uma confusa tradição, que não afiançamos se era verdadeira, de que descendia de João Affonso, filho natural d'El-Rei D. Diniz, que lhe fez mercê da Povoa de El-Rei, em Pinhel, por carta de 19 de maio de 1305, que está a folhas 42 v.

[1] Na collecção intitulada das Gavetas, existente no Archivo da Torre do Tombo, gaveta IX, maço VIII, documento numero XXXI, está um instrumento com o teor do Tombo dos proprios e passaes da egreja de S. Thiago de Marialva, para o qual se tiraram em 29 de março de 1496 as testemunhas perante Alvaro Affonso, Juiz ordinario na mesma villa. — João Affonso, o primeiro referido, talvez seja um que foi legitimado por carta de El-Rei D. Affonso V de 21 de fevereiro de 1442, e está no livro II de Legitimações, de leitura nova, a folhas 23 v., e filho de Affonso Fernandes, Escudeiro, e de Maria Annes. Em 28 de outubro de 1475, encontramos coutadas pelo mesmo monarcha (livro I da Beira, folhas 265 v.) a João Affonso, criado de Fernando Cabral (e note o leitor que o Infante D. Luiz filho de El-Rei D. Manuel é tambem intitulado criado), as suas quintas de Pinhel e Castello Mendo: e em 3 de agosto de 1476 houve mercê de umas terras marinhas no concelho de Castello Rodrigo e nella é dito Escudeiro (folhas 42 v. do livro VII da Chancellaria do referido senhor). Em 6 de outubro de 1498 está, a folhas 55 v. do livro I da Beira, uma carta de El-Rei D. Manuel, dando bens em Castello Mendo a João Affonso, por ser genro de Luiz Alvares, Abbade de Santa Maria da mesma villa. Ainda apparecem outros com as seguintes mercês: Carta de Escudeiro a um morador no termo de Fonte Arcada, em 12 de dezembro de 1512; de Recebedor das sizas de Marialva e Longroiva em 30 de novembro de 1514, a outro residente em Villa Nova de Foscoa; e ambas estão na Chancellaria do mesmo Rei D. Manuel, a folhas 51 v. do livro VII, e 181 v., do livro XV; e de Tabellião de Castello Mendo, pela renuncia de Martin Lopes, por El-Rei D. João III em 24 de dezembro de 1522 (folhas 147 v. do livro XLVII da sua Chancellaria).

do livro III da sua Chancellaria, e d'elle unicamente se sabe que fora mandado degolar por El-Rei D. Affonso IV seu irmão. Casou com Beatriz Fernandes.

Tiveram filhos.

2 **João Affonso, o Moço**, que nasceu em Fonte Arcada. Escudeiro por carta de El-Rei D. João III passada a 18 de março de 1528, como se vê a folhas 24 do livro XI da sua Chancellaria.

2 **Affonso Fernandes**, que continua.

II **Affonso Fernandes**[1]. Escudeiro de geração, Vereador, Juiz ordinario, Capitão dos Alardos[2], e Enlegedor em Marialva: n'essa villa nasceu pelo anno de 1504, e ficando orfão de mui curta edade, teve por tutor a seu referido irmão que o creou; falleceu pouco mais ou menos em 1574. Casou com Anna Frayão, nascida nas Antas de Penedono e fallecida em Marialva: filha de Lopo Cardozo[3], Escudeiro de geração, Alcaide Mór e Feitor do cas-

[1] No livro XII da Chancellaria de El-Rei D. João II, a folhas 171 v. está uma carta de 13 de maio de 1490, fazendo mercê do officio de Tabellião de Castello Mendo, pelo não haver n'essa villa, a um Affonso Fernandes.

Nas inquirições que se tiraram a Antonio Cardozo, adiante mencionado, é testemunha outro Affonso Fernandes; e declara que os paes de ambos eram primos mas não sabe o grau, que era Escrivão das Cizas de Marialva, e que tinha sessenta e seis annos de edade. Teve com effeito o dito officio por morte de André Bordallo, sendo-lhe dado em 13 de maio de 1583 por alvará de serventia e por carta de propriedade a 28 de março de 1586; e depois pelo fallecimento de Domingos Tavares, lhe foi feita mercê em carta de 8 de novembro de 1597, do de Escrivão das Cizas de Paipenella e de Val de Ladrões, estando morador em Marialva (Chancellaria de El-Rei D. Filippe I, livro IV, folhas 198 v.; livro XII, folhas 139; e livro XXIX, folhas 307 v.). Foi casado com Agostinha Rodrigues que morreu em 22 de maio de 1606, e elle a 23 de abril de 1616: jazem ambos na egreja de S. Thiago da mesma villa.

[2] Simão Nunes, outrosim testemunha nas referidas inquirições, diz que conheceu muito bem a Affonso Fernandes, capitão dos Alardos, e que fora Escrivão da Milicia da sua companhia.

[3] Foi filho de Lopo Fernandes Frayão, Escudeiro, Commendador de Azere na ordem de Christo, Juiz dos orfãos de Trancozo por carta de El-Rei D. Affonso V (confirmando a eleição do Concelho) de 17 de setembro de 1488, e passada por El-Rei D. João II (vide livro XXVI da sua Chancellaria, folhas 66), que falleceu em Pinhel; e de Brites Cardoso, filha de Alvaro Vasques Cardozo, Alcaide Mór de Trancozo, chamado o Fidalgo da Porta do Prado da mesma villa, por morarem ahi em casa propria que ha pouco vendeu(!!!) Fernando da Costa Cardozo Pacheco, que como seu descendente e representante

tello de Longroiva, por D. Francisco Coutinho, Conde de Marialva, e por sua filha D. Guiomar, Duqueza da Guarda e mulher do Infante D. Fernando, Escrivão da Camara e Almotaceria das mesmas Antas de Penedono, eleito por acordão da propria Camara em 2 de agosto de 1537, feito pelo Tabellião André Bordallo, e confirmado por El-Rei D. João III em alvará e carta de 22 de junho e de novembro de 1538. E de Beatriz Saraiva, filha do Licenciado Luiz Affonso, Instituidor do morgado das Antas.

Tiveram filhos.

3 **Francisco Fernandes**, Licenciado, Doutor em Theologia pela universidade de Coimbra, Conego na Sé de Leiria, Abbade da egreja de Nossa Senhora do Castello da villa do Sabugal. Era fallecido em 1617.

3 **Manuel Cardoso Frayão.** Recebeu a prima tonsura e as quatro ordens menores na capella mór da sé de Lamego aos 22 de dezembro de 1584, dadas pelo Bispo D. Antonio Telles de Menezes, e a de epistola ás quatro temporas de Lazaro de 1591, como consta de uma certidão do livro da matricula do bispado, passada por Antonio Corrêa, Escrivão da Camara do mesmo senhor, aos 20 de maio de 1592. Em 23 d'esse mez e anno foi ordenado de Subdiacono e Diacono por D. Nuno de Noronha, Bispo de Viseu, e em 17 de abril de 1593 de Presbytero, por Martinho de Salvaterra, Bispo Civitatensis. Succedeu a seu irmão na abbadia da egreja de Nossa Senhora do Castello da villa do Sabugal, como se vê

a possuia: e de Francisca de Sequeira. Neto de Fernando Lopes Frayão, que houve o dito filho em Maria Lourenço, e pelo requerer foi legitimado por El-Rei D. João I em carta de 26 de fevereiro de 1459 (Chancellaria do mesmo senhor, livro IV, folhas 46). Escudeiro da casa do Infante D. Henrique, senhor da Povoa de El-Rei, Bouças, Covas e Villa Franca, no termo de Trancozo, por carta de mercê de El-Rei D. Duarte de 10 de dezembro de 1435 (livros I da sua Chancellaria folhas 46 v., e da Beira, folhas 117). Coudel de Castello Mendo, em successão a João Gonçalves Bordallo, por carta de El-Rei D. Affonso V de 22 de setembro de 1445 (livro XXV da Chancellaria do mesmo senhor, folhas 33 v.). Elle e o irmão, Gonçalo Lopes Pacheco, estiveram desterrados em Castella por matarem o padrasto ás lançadas, havendo-se por affrontados da mãe casar segunda vez. Bisneto de Lopo Martins, Escudeiro, morador em Trancozo, a quem El-Rei D. João I, quando Mestre de Aviz e Regedor do Reino, fez mercê por cartas dadas em Lisboa a 10 d'agosto e 16 de setembro da era de 1422, anno de 1384, pelos seus serviços e pelo — *devido que elle ha com Diogo Lopes Pacheco* — como se diz na primeira d'ellas, da Povoa de El-Rei; e de Bouças e Covas em Villa Franca, termo de Trancozo: doação que logo depois de ser Rei confirmou em uma só carta, passada na villa de Guimarães, a 2 de junho da era de 1423, anno de 1385, e estão a folhas 30, 50 v. e 141 v. do livro I da Chancellaria do mesmo senhor. Ignoramos qual era o parentesco que tinha com Diogo Lopes Pacheco,.

da declaração por elle Abbade feita em 15 de junho do dito anno, que está a folhas 89 das diligencias e autos do Tombo que o Licenciado Ambrosio de Andrada, fez nas villas do Sabugal e Alfaiates e seus termos, na fórma da provizão de 20 de fevereiro de 1592, a requerimento de D. Duarte de Castello Branco, Conde do Sabugal, Meirinho Mór do reino, um dos Governadores d'elle, do Conselho de Estado e do da Fazenda, e Donatario das mesmas villas, revisto e approvado pelo Licenciado Ruy Gago, Provedor das capellas, albergaria e residuos d'esta cidade de Lisboa, em virtude do alvará de 6 de agosto de 1594. (Está no livro XXXII do armario XVII do interior da Casa da Coroa, denominação antiga, no Archivo da Torre do Tombo) Vigario da egreja de S. Pedro em Marialva, que era do padroado real, e n'ella apresentado por El-Rei D. Filippe II, em cartas de 27 de fevereiro e de 17 de abril de 1613, e tomou posse a 18 do seguinte mez de maio, dada pelo Tabellião Diogo Botelho, sendo testemunhas Christovão da Fonseca, Alcaide Mór da dita villa, Ruy de Castro da Silva, Juiz Ordinario, e Gaspar da Fonseca, Juiz dos orfãos, existindo as referidas cartas e competente confirmação no citado Archivo, livro III de Privilegios do mesmo Rei a folhas 245 v., e na gaveta XIX, maço X, documento num. XIII; guardando-se na Camara Ecclesiastica de Lamego a carta de collação e mais diligencias a que se procedeu com inquerito de testimunhas, passada aos 15 dias d'esse mesmo mez de maio pelo Bispo D. Martim Affonso de Mello. Nasceu antes de 1569, e ainda vivia em 10 de agosto de 1636, dia em que baptisou um seu parente, filho de André de Sam-

que foi implicado na morte de D. Ignez de Castro, e é ascendente de Sua Magestade a Imperatriz dos francezes.

Suppômos que o Commendador de Azére podia nomear a Reitoria da mesma egreja em alguma pessoa leiga, com obrigação de pôr n'ella quem a servisse, e que Lopo Fernandes Frayão, assim fizera com o filho Lopo Cardoso; pois achamos na Collecção do Corpo Chronologico, parte I, maço 87, documento numero 26, uma curiosa carta relativa a esse objecto, que é a seguinte: — Senhor: Porque por uma carta de Vossa Alteza mandada ao Commendador-mór seu Embaixador n'esta Côrte me mandou dizer que eu desistisse da mesma egreja ou Reitoria d'Azare, a qual possee Lopo Cardoso por quanto era de sua Coroa e padroado sendo eu informado do contrairo antes tocar ao papa prover della, da qual me proveo e fez graça, não entendendo de rogar ao padroado de Vossa Alteza e o dito Lopo Cardoso come os fructos d'ella mal levados sendo leigo, sem ter Reytor nem vigairo nella que a sirva, e eu sou um pobre clerygo natural d'este reyno, peço a Vossa Alteza que não tocando como me hão informado a seu padroado me faça mercê e esmolla não impedir que eu requeira minha justiça. Porque além que Vossa Alteza fará uma obra pia eu ficarei obrigado rogar a nosso Senhor pelo accrescentamento de vida e prospero estado de vossa alteza. De Roma, a trinta de novembro de mil quinhentos cincoenta e hum. — *Simão Quinterio.*

paio e de D. Marianna Cabral, como consta a folhas 41 do livro que então servia dos Assentos da sua parochia; mas já era morto em 1 de julho de 1638, porque d'essa data é o alvará que nomeia seu successor e Reitor da mesma egreja a Francisco Leitão. Em Luiza Dias, natural de Sernancelhe, e que jaz na egreja de Moxagata, por ter fallecido n'essa villa com testamento a 9 de fevereiro de 1649,

Teve filha illegitima.

4 **Maria Frayão**, nasceu em Marialva, na freguezia de S. Pedro, a 11 de junho de 1617 e foi baptisada em casa: falleceu a 13 de janeiro de 1662, em Freixo de Nemão, e está sepultada na egreja da dita villa, tambem da invocação de S. Pedro. Casou na sobredita parochial de Marialva a 9 de novembro de 1632, sendo muito bem dotada por seu pae em escriptura de 18 de maio d'esse anno, lavrada nas notas do Tabellião Gaspar da Guerra, com Domingos de Lobão, Capitão de ordenanças volantes, Escrivão da Camara e de orfãos de Moxagata, e Tabellião da mesma villa, officio que n'elle renunciou seu tio adiante dito, e Escrivão das sizas em Villa Nova de Foscoa, por cartas de 7 e 27 de fevereiro de 1635 e de 23 de julho de 1646; ao qual, em 30 de janeiro de 1645, se passou um alvará, dispensando na lei, para trazer cem *cabeças* de ovelhas a pastar nas suas terras, e em 15 de fevereiro de 1652, outro para em logar d'ellas ser egual numero de cabras. Filho de Belchior da Guerra e de Catharina de Lobão, este irmão de Gaspar Affonso da Guerra, Tabellião do publico, judicial e notas de Moxagata por carta do ultimo de fevereiro de 1600 (e que houve um alvará em 23 d'outubro de 1625, para se lhe darem umas terras de semeadura em Val de S. Pedro e Val de Lageas no termo da mesma villa), e em virtude do alvará concedido a 8 de janeiro d'esse anno a sua mulher tambem Catharina de Lobão.

Tiveram filhos.

5 **Maria de Lobão**, que falleceu no logar da Barreira em 1 de dezembro de 1657, tendo casado em 11 de fevereiro d'esse anno com Diogo de Abrunhosa. Sem mais noticia.

5 **Manuel Cardoso Frayão**, Vigario em Moxagata, habilitado *de genere* em 7 de fevereiro de 1674. Morreu com testamento a 16 de junho de 1696 e jaz na sua egreja. Em Isabel Lagariça

Teve filho illegitimo.

6 **Manuel Cardoso Frayão**, baptisado na egreja de Santa Maria Magda-

lena de Moxagata a 9 d'abril de 1659. Foi Clerigo e Thesoureiro da matriz de S. Miguel da villa de Castello Branco, por provisão de 28 de maio de 1706.

5 **Gaspar Affonso da Guerra**, Capitão de ordenanças na mesma villa, onde casou com Isabel Garcia da Fonseca, que falleceu, já viuva, com testamento aos 22 de dezembro de 1696, e foi sepultada na referida egreja. Além de outros

Tiveram filha.

6 **D. Bernarda Frayão**, baptisada em casa a 11 de maio de 1671 pelo tio Manuel Cardoso Frayão, e fallecida em egual mez de 1742; tendo casado em 1698 com o Doutor Antonio Moutinho de Mesquita Botelho, formado em leis pela universidade de Coimbra e Familiar do santo officio por carta de 18 de agosto de 1688, que morreu em novembro de 1727. —C. g. que hoje ignoramos.

5 **Anna Frayão**. Casou com Manuel Tavares, que falleceu com testamento em Freixo de Nemão a 24 de janeiro de 1682. Era filho de Antonio Gomes Guerra e de Isabel Maria: teve os officios de Escrivão do recebimento das sizas de Moxagata e de Tabellião do publico, judicial e notas da mesma villa, por cartas de 9 de dezembro de 1677 e de 20 d'agosto de 1680, que lhe foram dados em dote pelo sogro quando elle casou, e em virtude do alvará de licença que para isso lhe foi passado em 1 de julho de 1659. Entre outros

Tiveram filhos.

6 **Domingos Tavares de Lobão**, que nasceu em Castello Mendo, e ahi casou com D. Maria de Almeida. D'elles descende Antonio Joaquim Quintella, já fallecido, deixando dois filhos, quatro filhas e um neto, Pedro de Alcantara Quintella.

6 **Bernarda Cardoso**. Casou em Moxagata a 21 d'agosto de 1698 com Jeronymo Paes Monteiro, natural de Pinhel [1], filho de Domingos Francisco Paes e de Francisca Martins.

[1] D'elles foi bisneto José Ignacio Paes Pinto de Sousa e Vasconcellos, Cavalleiro da ordem de Christo, Desembargador dos Aggravos da casa da supplicação, Chanceller da relação e casa do Porto, e Administrador de um morgado em Freixo de Nemão; que casando com D. Maria Benedicta Antonia de Gouvêa, 10.ª senhora da capella de Ferrei-

5 **Bernarda Frayão.** Baptisada em Moxagata a 20 de junho de 1642 na egreja parochial, onde jaz, tendo fallecido a 13 d'esse mez de 1662.

5 **Catharina de Lobão.** Baptisada em 31 de dezembro, *principio* de 1645, e sepultada em 1 de janeiro de 1652: tudo na mesma egreja.

5 **Antonio de Lobão,** Escrivão dos orfãos de Moxagata, por alvará de 18 d'agosto de 1670 e carta de 2 de dezembro de 1675. A 24 d'esse mesmo mez e anno morreu em Lisboa com testamento, tendo servido na guerra como soldado. Nasceu na mencionada villa e n'ella foi baptisado a 8 de janeiro de 1647: casou em 20 de maio de 1670, na egreja de S. Thiago em Marialva, com Catharina Moreira. —S. g.

5 **José de Lobão,** Escrivão da Camara e dos orfãos de Moxagata, sendo habilitado n'esta côrte para o primeiro em 8 de janeiro de 1679; passando-se-lhe d'elle carta a 8 de junho de 1682, e do outro alvará a 9 de março e carta a 4 de setembro de 1689. Capitão de infanteria auxiliar. Nasceu na referida villa e na sua egreja foi baptisado em 20 de agosto de 1650, e morreu com testamento estando casado com Bernarda de Andrada, da qual lhe ficaram sete filhos de quem não temos noticia, e só sabemos que um Bernardo de Andrada fora Escrivão da Camara de dita villa; e dos orfãos outro, Agostinho de Lobão, e ambos por alvarás de 13 de janeiro de 1699.

5 **João de Lobão,** que foi baptisado a 24 de fevereiro de 1655, em Moxagata, e falleceu com testamento na mesma villa a 5 de novembro de 1670.

3 **Beatriz Saraiva.** Casou com Manuel de Almeida, com quem a recebeu seu irmão o padre Manuel Cardoso Frayão, e foi d'elle primeira mulher: Administrador do morgado da Horta de Nemão e da capella da Povoa de Penella, e n'essa villa, onde nasceu, morreu a 9 de novembro de 1629. Filho de Diogo de Carvalho (que teve por seus paes a Sebastião

rim, foram paes de D. Maria Custodia Clemencia dos Anjos de Sousa e Gouvêa, que nasceu a 15 de julho de 1800 e morreu em 28 de maio de 1838, tendo succedido nas casas de seus paes, e casado em 29 de setembro de 1830 com Bernardo de Moraes Corrêa de Castro, 1.º conde e 2.º visconde da Azenha. —C. g. mencionada a paginas 33 da *Resenha das Familias Titulares do Reino de Portugal*, etc., impressa em 1838.

de Carvalho e D. Maria de Sousa, progenitores dos Marquezes de Pombal e dos Condes da Redinha) e de D. Anna de Sequeira e Almeida, irmã de D. Barbara Rodrigues de Sequeira, que ambas instituiram pelos testamentos com que falleceram, a primeira em 1605, o morgado, deixando para administrador ao marido, que tambem vinculou a terça por egual disposição feita em 1615; e a segunda em 22 de maio de 16[illegible] a capella: já referidos. Além de outros

Tiveram filhos

4 **Diogo Cardoso de Almeida**, Capitão Mór de Longroiva, que succedeu nos ditos morgado e capellas. Casou a 22 de julho de 1635, com D. Marianna de Sousa e Escovar, já viuva, que morreu a 29 de abril, com testamento feito a 20 de fevereiro, tudo de 1646, sendo sua primeira mulher[1], e filha de Estevão Rodrigues Monteiro, Sargento Mór de in-

[1] Foi d'elles quarto neto e successor da sua casa:

Manuel de Castro Pereira da Mesquita Pimentel Cardoso e Sousa, Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. João VI por alvará de 4 de novembro de 1823, em successão a seu terceiro avô Antonio de Castro, do Conselho da Rainha D. Maria II, Commendador da ordem de Christo por decreto de 16 de novembro e alvará de 5 de dezembro de 1821. Official da Legião de Honra em França, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios Estrangeiros, nomeado a 1 de junho, e exonerado com as honras d'esse cargo a 9 de novembro de 1837. (Supplemento ao *Diario do Governo*, numero 128, de sexta feira 2 de junho, e *Diario* numero 266 de sexta feira 10 de novembro de 1837.) No mesmo anno Deputado ás Côrtes Geraes e Constituintes da nação portugueza, e Senador em 1839 e 1840. Encarregado de negocios em Madrid por decreto de 15 de outubro de 1821, commissão que exerceu desde 4 do seguinte novembro até 2 de outubro de 1822. Tendo frequentado a universidade de Coimbra e a academia de Marinha, levantou em 1796 uma companhia de cavallos á sua custa e foi despachado Capitão para o regimento de cavallaria de Dragões de Chaves (numero 9). Sendo já major, em 1808, marchou para França na legião das nossas tropas que n'esse anno para lá mandou Junot. Em 1810 voltou a Portugal, por ordem que elle e outros tiveram para virem com o General Massena, e posto que muito desejasse ficar na patria, não se atreveu a fazel-o receiando ser mal recebido, como aconteceu aos que então assim o fizeram: agora aqui transcrevemos o que diz José Liberato Freire de Carvalho (a paginas 102 das Memorias da sua vida, anno 1854, Lisboa, typographia de José Baptista Morando, 1855, 8.° gr. de 426 pag.) por occasião de, na retirada dos francezes, ir dar com elle, em Condeixa no meado de março de 1811: —encontrei-me com o meu antigo amigo Manuel de Castro Pereira, que tinha vindo mais tarde na divisão de Drouet, e que muito admirado ficou de ali me vêr: *estava este meu amigo em um magnifico quartel, que era uma cavallariça onde tinha por camarada o seu cavallo, e tirou de um alforge algumas bolachas de farinha de milho, das quaes repartiu comigo duas ou tres, que muito bem me souberam porque nada tinha*

fanteria, natural de Longroiva, e de D. Francisca de Escovar e Sousa, de Villar Maior.

3 **D. Anna de Sequeira e Almeida.** Casou por escriptnra de 15 de julho de

comido n'aquelle dia e não só tinha apetite mas fome, o que muitas vezes já me tinha acontecido. — Ora eis-aqui o estado a que estavam reduzidos, um morgado rico e um ex-Conego Regrante de Santo Agostinho, que eu conheci ainda no Convento de S. Vicente de Fóra com o nome de D. José do Loreto. Continuou bem a seu pezar servindo no exercito de Napoleão, e quando este saiu de Paris em maio de 1812 para a exqedicção da Russia, o nomeou Commandante do terceiro regimento de infanteria portugueza, com o qual se achava em 20 de novembro d'esse anno na visinhança de Tolotchino, na occasião de Bonaparte ahi chegar de Moscow com o seu exercito completamente derrotado: o regimento quando passou em 27 do dito mez o rio Berezina tinha ainda 770 praças, mas sendo envolvido na miseria e desastre da retirada dos francezes já não pôde reunir no dia 31 seguinte 10 homens no bivac do seu chefe; a maior parte morreram de fome e frio; alguns desertaram em Wilna, unica terra onde encontraram habitantes; outros foram prisioneiros de Kowno; e para França não chegaram a voltar 30 entre Officiaes e soldados. Elle tendo feito desde o principio da campanha todas as diligencias de passar com o regimento para os Russos como communicou ao general Witguestein, tanto por um frade jesuita como por dois Officiaes da sua confiança, em Polotsch pouco depois da sua chegada áquella cidade; mas vendo emfim frustradas as suas esperanças escapou aos francezes durante a retirada, indo procurar a protecção dos russos para voltar para á sua patria e dominio do seu legitimo Soberano. (Veja-se a paginas 57, 58, 68, 75 do folheto que tem por titulo *Historia da Legião Portugueza em França — Vadimus immisti Danais, haud numine nostro — Virgil. Æneidos, lib.* 2, *v.* 395 — *Londres: impresso por T. C. Hansard, Peterborough court, Fleet Street* — 1814.) Era militar distincto, homem de vastos conhecimentos e de grande memoria, noticiador de innumeraveis pessoas da melhor sociedade, tanto n'este reino como em outros da Europa, porque sempre a frequentou levado pelo nascimento e por inclinação, figurando como outros muitos de liberal para que Deus o não chamava, tendo comtudo essas idéas, mas no sentido das antigas e não das modernas. Para obsequiar El-Rei D. Fernando, emprehendeu a resenha das Familias Titulares do reino de Portugal, para que me convidou, ficando á sua conta o trabalho da correspondencia e á minha o da redacção historica e genealogica, sendo elle n'esta materia muito entendido por ensino de seu tio D. Alipio da Encarnação, Conego Regrante de Santo Agostinho no convento de S. Vicente de Fóra. Foi administrador dos morgados de Santa Luzia de Lobazim, da Purificação em Villarinho da Castanheira, da Conceição de Freixo de Nemão, de Val de Torno, de Longroiva, da Povoa, e do da rua da Rosa em Lisboa, que estando hoje reduzido ás casas que fazem esquina para a calçada do Tijolo, comprehendia outr'ora todo o terreno d'ahi até ás que foram recolhimento a Jesus, que tambem lhe pertenciam. Nasceu em Freixo de Nemão a 14 de outubro de 1778 e morreu na cidade do Porto a 16 de agosto de 1863 e ahi jaz depositado no cimeterio da Lapa, para ser trasladado para o jazigo na capella da casa em Villarinho da Castanheira, tendo sido casado com D. Maria Clara Braamcamp de Almeida Castello Branco, s. g.; filha de José Francisco Braamcamp de Almeida Castello Branco e de D.

1625, com João Rebello de Sousa, Administrador da capella do Espirito Santo na villa de Ferreirim, e falleceu no Vidigal em 1647, com testamento feito a 30 de maio d'esse anno[1].

3 **Guiomar Erea.** Nasceu em Marialva, e ahi falleceu com testamento a 9 de fevereiro de 1597: jaz dentro da egreja de S. Pedro. Casou com Affonso Ferreira da Fonseca, que foi seu testamenteiro, e ainda vivia em 1621. Escrivão das sisas da mesma villa por alvará de 4 de dezembro de 1577, filho segundo de André Bordalo, que teve esse officio e o de Escrivão das sizas de Val de Ladrões por carta de 5 de junho de 1544; e de D. Isabel da Fonseca Osorio, irmã do celebre D. Jeronymo Osorio, Bispo de Silves, que para ella e seus descendentes instituiu o morgado do Souto de Penedo, do qual foi 11.º Administrador o referido Barão de Paúlos. Além de outros

Tiveram filhos.

4 **Maria de Osouro,** que continua.

4 **Guiomar Erea,** baptisada a 13 de março de 1594 em S. Pedro de Marialva, e n'essa egreja casou a 15 de janeiro de 1626, com Miguel d'Almeida, natural das Antas de Penedono, de quem foi primeira mulher, e elle falleceu em Marialva a 14 de julho de 1640, com testamento. Sendo de edade de 30 annos e solteiro, foi creado Familiar do santo officio por carta de 23 d'agosto de 1620, e teve o officio de Executor do Almoxarifado de Pinhel pelo fallecimento do pae, por alvará de 16 d'agosto de 1628. Filho de Cyprião de Almeida, Moço da Camara d'El-Rei D. Philippe III, que houve de serventia por tres annos o mencionado of-

Maria Antonia Franco de Moura, mencionados a paginas 227 da citada *Resenha;* e deixando por herdeiro ao sobrinho Luiz de Castro, filho de seu irmão Dionizio Ignacio de Castro. Tivemos sempre estreita amisade já herdada de nossos avós, e em quanto a memoria nos durar conservaremos d'elle lembrança com vehemente saudade.

[1] D'estes consortes descendem José Osorio Colmieiro de Moraes da Veiga Cabral Caldeirão, Barão de Paúlos, já fallecido. — C. g. Veja-se a mesma *Resenha* a paginas 151.

Manoel Corrêa da Veiga Cabral, que tambem não existe, Deputado ás côrtes de 1821, e seu irmão José Maria da Veiga Cabral, residente em Cidadelhe, casado e c. g.

Antonio Maria de Azevedo Almeida e Vasconcellos, Visconde de Roriz, da quinta do Testamento em S. Pedro do Sul. — C. g.

D. Antonia Borges Rebello, Administradora dos morgados; de Quintella, no termo de Bragança, e do Corpo Santo em Lisboa, viuva de Antonio Caetano Pavão, Tenente Coronel reformado, com filhos, que são Francisco Rebello Pavão, casado e c. g.; e Antonio Rebello Pavão,

ficio por alvará de 17 de dezembro de 1623, de que era proprietario Estevão de Arez, que estava preso na inquisição de Coimbra, e de Joanna de Lemos, que ambos em 1619 lhe passaram uma procuração morando elle nas Antas de Penalva. Neto paterno de João Rodrigues de Carvalho, Inquisidor, Contador e Distribuidor do concelho de Caria, e de Violante de Almeida; e materno de Paulo de Lemos, Capitão de uma companhia no tempo dos alardos, e Juiz ordinario no logar das Antas de Penedono, e de Anna Cardoso.

Tiveram filhos.

5 **Maria de Almeida**, baptisada em S. Pedro de Marialva a 17 de junho de 1627.

5 **Cyprianno de Almeida**, baptisado na mesma egreja a 8 d'abril de 1629, tendo por padrinho seu tio o Reitor Manuel Cardoso Frayão: morreu a 7 de agosto de 1693, estando casado com D. Joanna, e jaz na dita villa de Marialva na freguezia de S. Thiago.

5 **Antonio de Almeida e Lemos**, baptisado a 11 de junho de 1630 na mencionada egreja de S. Pedro. Juiz dos orfãos e Escrivão da Camara de Fonte Arcada por alvarás de 27 de agosto de 1655 e cartas de 24 e 26 de novembro de 1659. Falleceu em Ferreirim com testamento em 26 de março de 1684. Casou duas vezes: a primeira com D. Francisca de Castello Branco, natural de Vizeu, que morreu com testamento em Marialva a 27 de novembro de 1657, e sepultou-se na egreja de S. Pedro: filha do Doutor Miguel Soares de Almeida e de D. Maria de Barros e Figueiredo, ambos de Vizeu, e esta teve por seus paes a Lopo de Barros, Tabellião do publico, judicial e notas da mesma cidade, officio que ficando vago pelo seu fallecimento passou ao genro, que o deu em casamento á dita D. Francisca de Castello Branco, filha mais nova que outra irmã D. Maria de Barros, que ficou com a reserva de uma pensão annual de vinte e cinco mil réis, conforme um alvará de 6 de setembro de 1669: e a Francisca de Figueiredo de Sampaio, irmã de Belchior de Figueiredo e Sampaio, Mestre Escola na Sé de Vizeu, com bulla a titulo de collação e posse tomada a 7 de maio de 1579, ordenado em 1580. E a segunda em Ferreirim a 24 de novembro de 1658, com D. Maria de Sampaio, que teve os officios de Juiz dos orfãos e Escrivão da Camara de Fonte Arcada, por nomeação testamentaria de seu pae e alvará de 27 d'agosto de 1655; baptisada em Ferreirim a 17 de outubro de 1630, irmã de Pedro Alvares Pereira, Abbade

de Soropires, Reitor da egreja de Santa Maria de Algodres, e Commissario do santo officio por provisão de 22 de setembro de 1683: filhos de Francisco de Gouvêa Borges, que houve os ditos officios vinte e cinco annos, e de D. Isabel Ferreira: fallecidos, elle com testamento a 24 de fevereiro de 1655, e ella a 20 de dezembro de 1658: ambos sepultados na egreja do mesmo logar.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

6 **Miguel de Almeida de Castello Branco**, que continua.

Da segunda mulher:

6 **Antonio Pereira de Sampaio**, baptisado em Ferreirim a 21 de dezembro de 1659.

6 **André Pereira de Sampaio**, baptisado no mesmo logar a 7 de dezembro de 1662.

D'elles ambos sem mais noticia.

6 **Ignacio Pereira de Sampaio**, baptisado em casa, por necessidade, em outubro de 1666, sendo levado a 11 do immediato novembro á egreja para receber os santos oleos. Juiz dos orfãos e Escrivão da Camara de Fonte Arcada, por alvarás de 13 de outubro de 1681 e cartas de 19 e 25 de maio de 1695; e tambem de Ferreirim, pelo pae lhe nomear estes officios em verba do testamento de 26 de março de 1684. Casou na dita villa de Fonte Arcada a 3 de fevereiro de 1700, com D. Marianna de Menezes, filha de Antonio de Gouvêa Coutinho, Administrador da Mordomia da villa de Trancoso, e de D. Maria de Albuquerque: elle de Fonte Arcada e ella do logar de Mileu annexo a Caria.

Tiveram filho.

7 **Antonio de Gouvêa Pereira de Menezes**, baptisado em Fonte Arcada a 3 de maio de 1706. Juiz dos orfãos e Escrivão da Camara da mesma villa, por alvarás de 8 de agosto de 1739, e habilitando-se para n'elles se encartar por provisão de 16 de novembro de 1741, se lhe passaram as cartas a 12 de fevereiro

e 2 de abril de 1743. Sargento Mór de Paredès. Familiar do santo officio por carta de 23 d'agosto de 1743. Casou na dita villa de Fonte Arcada, recebendo-se na sua egreja de Nossa Senhora da Assumpção a 26 de abril de 1725, com D. Luiza Caetana de Almeida, de quem foi segundo marido, baptisada em Rio Dades a 19 de abril de 1699, irmã de D. Caetano de Gouvêa, Clerigo Regular, Professor de sagrada theologia, morador na casa da Divina Providencia da cidade de Lisboa oriental, Qualificador e Revedor do santo officio por provisão de 22 de junho de 1731: filhos de Manuel de Gouvêa Pacheco, natural de Trovões e Capitão Mór de Paredes, e de D. Maria de Sousa, baptisada em Rio Dades a 5 de dezembro de 1673, e ahi casados a 17 de outubro de 1695.

6 **Miguel Ferreira,** que viveu em Marialva: sem mais noticia.

6 **Miguel de Almeida de Castello Branco.** Baptisado em S. Pedro de Marialva, pelo Reitor Gaspar Moutinho, em um domingo 5 de novembro de 1656. Sargento Mór de infanteria do terço auxiliar da cidade de Vizeu, e antes Capitão no da comarca de Pinhel, por patente do mez de novembro de 1681, e em que serviu vinte e dois annos. Tabellião do publico, judicial e notas da referida cidade de Vizeu, e para se encartar n'este officio se procedeu á habilitação da sua pessoa, mandando-se tirar as inquirições das testemunhas em 20 de maio de 1689, o que teve logar a 16 de junho em Trancozo, nas casas de Manuel Rodrigues Bollas, Corregedor da comarca de Pinhel, e pelo de Vizeu Manuel Velloso Cabral, a 4 de julho e tudo d'esse dito anno, e foram vistas e approvadas pela Mesa do Desembargo do Paço em 25 de fevereiro de 1690, havendo-se-lhe expedido o alvará de mercê em setembro de 1689, já citado. Pretendeu ser Familiar do santo officio, e começando em 13 de fevereiro de 1700 a habilitação do estylo pelo mesmo tribunal, não houve effeito porque foi suspensa em 1702 pelo Conselho Geral. Casou com D. Luiza Francisca de Sampaio e Menezes, baptisada a 24 de dezembro de 1656 na freguezia de Santa Margarida da villa da Povoa de Penella, irmã de Antonio d'Almeida e Sousa, o Escala Favaes, Conego da Sé oriental de Lisboa: filhos de Pedro d'Almeida e Sousa (que o foi de Manuel de Almeida, mencionado a paginas 643, e de D. Maria Rebello de Sousa, sua segunda mulher) e de D. Luiza Pinto de Almeida, de Ferreirim.

Tiveram filhos.

7 **Bernardo Jacinto de Almeida Castello Branco,** que continua.

7 **D. Francisca da Conceição,** religiosa no convento de S. Bento da cidade de Vizeu. Baptisada em Ferreirim (assim como os mais irmãos) a 9 de dezembro de 1685. Seu pae, para ella professar, vendeu os bens livres que tinha em Marialva e obteve uma provisão em 3 de abril de 1715, para renunciar o officio de Tabellião, podendo applicar o seu producto para o mesmo fim.

7 **D. Antonia Mauricia de Menezes,** educanda no referido convento. Baptisada a 19 de junho de 1687.

7 **Pedro (Frei) de Castello Branco,** religioso da ordem de S. Bernardo. Baptisado a 28 de dezembro de 1688.

7 **D. Maria Antonia de Castello Branco.** Baptisada a 8 de junho de 1690; já fallecida em 1712.

7 **Antonio de Almeida.** Abbade encommendado na egreja de Soropires, onde vivia em 1731. Baptisado a 27 de setembro de 1691.

7 **D. Jacinta Thereza de Castello Branco.** Baptisada em 21 de março de 1694. Morreu antes de 1712.

7 **Bernardo Jacinto de Almeida Castello Branco,** baptisado em Ferreirim a 27 de agosto de 1684. Teve ordens menores no anno de 1698 dadas pelo Bispo de Lamego D. Antonio de Vasconcellos, e as suas inquirições *de genere* foram sentenciadas por D. Jeronymo Soares, Bispo de Vizeu. Seu pae pediu em 7 de outubro de 1712 auctorisação para renunciar n'este filho o officio de Tabellião do publico, judicial e notas da mesma cidade, e se passou a 23 de setembro de 1713 uma provisão ao Corregedor d'ella, Nicolau Pereira de Castro e Sande, para informar sobre essa pretensão, o que elle fez a 3 de março de 1714, e em 10 de junho seguinte lhe foi expedido o competente alvará de renuncia. Casou com D. Paula Joanna Pereira Pinto Annes do Lago, filha de Silvestre Ribeiro de Almeida e de D. Marianna Engracia Pinto de Almeida. Além de dois, de que unicamente ha noticia ter morrido um em Lisboa,

Tiveram filho.

8 **José Philippe de Castello Branco.** Bacharel formado em leis pela universidade de Coimbra. Leu no Desembargo do Paço, habilitando-se para os logares de lettras por despacho do mencionado tribunal de 30 de abril de 1766, e procedendo-se ás provanças da sua pessoa, foram vistas e approvadas a 18 do immediato junho pela respectiva Mesa, onde as apresentou o Desembargador do Paço Simão da Fonseca de Sequeira. (Archivo da Torre do Tombo, Habilitações de Bachareis, lettra I, maço 28) Nasceu em Vizeu no anno de 1738, e casou com D. Antonia Joanna de Oliveira e Menezes, filha do Doutor Manuel de Oliveira e Silva, Ouvidor de Ansemil e de D. Bernarda Luiza do Valle Peixoto de Carvalho.

Tiveram filhos.

9 **D. Laureanna Angelica de Castello Branco e Menezes.** Morreu solteira.

9 **D. Maria Delfina Pinto de Castello Branco e Menezes.** Casou com o Doutor Luiz Peixoto da Silva, filho illegitimo de outro do mesmo nome, e de D. Antonia Francisca de Figueiredo Loureiro, elle natural de Guimarães e ella de Sabugosa.

Tiveram filho.

10 **João Peixoto da Silva Menezes e Alarcão.** Bacharel formado em leis pela universidade de Coimbra. Leu no Desembargo do Paço por aviso expedido a 5 de novembro de 1817 pelos Governadores do Reino, e mandado cumprir pelo mesmo tribunal a 14 d'abril de 1818, se lhe tiraram as inquirições n'esta cidade, sendo já casado, para a habilitação do estylo, que foram vistas e approvadas em 21 do ultimo mencionado mez de 1820. (Habilitações de Bachareis, lettra I, maço 77, no citado Archivo) Seguiu a carreira da magistratura e falleceu n'este anno de 1867. Casou duas vezes. A primeira com D. Maria Porfiria de Seabra e Oliveira, sua prima coirmã, filha de Antonio Luiz Peixoto de Oliveira e de

D. Anna Joaquina Bernarda de Seabra e Figueiredo. E a segunda, s. g., com D. Mathilde Augusta de Mattos Mascarenhas e Mancellos, natural de Sebal, filha de Antonio Mattos da Guerra.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

11 **João Peixoto da Silva Menezes e Alarcão.** Casou com Francisca Joaquina Gnié.

Tem filhos.

12 **Justiniano**
12 **Antonio**
12 **Joaquim**
12 **D. Maria Delfina**
12 **D. Maria Emilia**
12 **D. Maria Carlota**
} **Peixoto da Silva Alarcão.**

11 **Luiz Peixoto da Silva Menezes e Alarcão.** Casou com D. Maria da Conceição de Mello Furtado.

Tem filhos.

12 **Luiz Peixoto da Silva Alarcão**: frequenta a universidade de Coimbra.

12 **José Peixoto da Silva Alarcão.**

12 **João Peixoto da Silva Alarcão.**

12 **D. Maria da Piedade de Menezes Alarcão.**

12 **D. Marianna de Menezes Peixoto.**

11 **D. Maria Emilia de Menezes Peixoto.** Casou com Joaquim Augusto do Amaral Cardoso.

Tem filhos.

12 **Alfredo Augusto do Amaral Cardoso.** Casado — c. g.

12 **Eugenio Augusto Cardoso do Amaral.** Segundo Tenente do regimento de artilheria num. 4, promovido a 29 de setembro de 1865. Assentou praça a 5 de agosto de 1858, e passou a Alferes Alumno em 24 de outubro de 1864.

12 **Messias Augusto do Amaral Cardoso.**

10 **D. Luiza de Castello Branco e Menezes**: sem mais noticia.

10 **D. Helena Elvira de Castello Branco e Menezes.** Casou com o Doutor Serafim Antonio Xavier Pereira Pinto de Rebello Pedrosa, seu primo co-irmão, filho de Manuel Fernandes Alcoforado e de D. Angela Antonia Annes do Lago.

Tiveram filhos.

11 **Alvaro Pinto de Rebello Pedrosa de Almeida de Castello Branco.** Bacharel em leis pela universidade de Coimbra; serviu de Almotacé em Vizeu, e foi Tenente do batalhão de voluntarios realistas de Mangoalde: nasceu em 1 de novembro de 1800, e falleceu na villa de S. Miguel do Oiteiro a 5 de março de 1867. Casou com D. Maria de Assumpção Pinto de Moura Marinho Sá e Costa, que nasceu a 25 de maio de 1808. Filha de Francisco de Assiz de Moura Marinho e de D. Maria Thereza de Sá e Costa.

Tem filhos.

12 **Augusto Frederico Pinto de Rebello Pedrosa de Almeida,** Capitão de artilheria em 4 de janeiro de 1865, hoje no Estado Maior d'essa arma em commissão no Arsenal real do exercito. Assentou praça no regi-

mento de infanteria num. 14 em 22 de março de 1853; promovido em 29 de julho de 1859 a Segundo Tenente de artilheria, e a Primeiro em 10 de agosto de 1861. Nasceu a 16 de dezembro de 1831, e casou n'esta cidade a 29 de abril de 1861 com D. Carolina Barbara Botelho Moniz Monteiro Torres, que nasceu a 17 de março de 1846, filha de Francisco Carlos Botelho Moniz, Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei D. João VI por alvará de 11 de março de 1823, Cavalleiro professo na ordem de Christo e Capitão de milicias; e de D. Maria do Carmo Monteiro Torres, nascida a 29 de novembro de 1807, e fallecida a 12 d'esse mez de 1859: filha de Joaquim José Monteiro Torres, do Conselho do referido monarcha por carta de 5 d'abril de 1821, e do de Guerra no Rio de Janeiro; Fidalgo Cavalleiro da casa do mesmo Senhor por alvará de 5 de setembro de 1808; Grão Cruz da ordem da Torre e Espada; Almirante da armada real. Sendo Chefe de Divisão foi na nau *Principe Real* por Major General da esquadra que transportou em 1807 a Familia Real para o Brasil, e regressou a Portugal em 1821 com o mencionado Soberano, sendo Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, cargo que mais vezes occupou, sempre como homem honrado tanto na vida publica como na particular, pelo que foi respeitado e estimado deixando após si muito boa memoria.

12 **Francisco Maria Pinto de Rebello Pedrosa.** Nasceu a 15 de outubro de 1834.

10 **D. Josefa de Menezes de Castello Branco.** Solteira.

10 **D. Rita de Castello Branco e Menezes.** Casada e c. g. que ignoramos.

4 **Maria de Ozouro.** Casou em 20 d'outubro de 1607 na egreja de S. Pedro de Marialva, com Sebastião de Gouvêa, morador na quinta do Salguei-

ral em Valbom, termo de Pinhel, filho de Alexandre de Gouvêa e de Antonia de Aguilar.

Tiveram filho.

5 **Alexandre Ferreira de Vasconcellos.** Capitão Mór de Marialva; baptisado na dita egreja a 15 de janeiro de 1612, e fallecido na mesma villa em 27 de dezembro de 1668; casou com D. Bernarda de Sousa, natural de Rio Dades, filha de Francisco de Sousa, ahi nascido, e de D. Leonor Osorio, de Marialva. Acha-se nos livros dos assentos da freguezia de S. Pedro d'essa villa, fallecida com testamento em 13 de abril de 1666 e sepultada em Bertiandos, mas nomeada D. Maria, e não D. Bernarda como está nas habilitações de seu filho pelo tribunal da inquisição.

Tiveram filho.

6 **Christovão Ferreira de Sousa,** Cavalleiro da ordem de Christo, Capitão Mór de Marialva e Familiar do santo officio por carta de 1 de fevereiro de 1677. Morreu com testamento em 20 de novembro de 1698 na mesma villa, e n'ella jaz na egreja de S. Pedro; estando casado com D. Maria Antonia de Menezes, que falleceu a 14 d'agosto de 1700, em Arcuzello do Cabo onde está sepultada: filha de Diogo Barreto de Menezes e de D. Paula de Menezes.

Tiveram filhos.

7 **Luiz de Sousa de Menezes,** que continua.

7 **D. Paula Maria de Menezes e Vasconcellos.** Casou em Marialva a 7 de janeiro de 1686, com João Cardoso Garcez, Cavalleiro Fidalgo da casa d'El-Rei D. João V, a que foi acrescentado de Escudeiro Fidalgo por alvará de 11 de fevereiro de 1694. Capitão Mór de Almendra e Escrivão da Camara da mesma villa por carta de 17 d'outubro de 1692: era já fallecido a 12 de março de 1696[1].

[1] Tiveram duas filhas:

8 D. Cecilia Thereza de Vasconcellos e Menezes baptisada em Almendra a 25 de dezembro de 1687, e casada em Marialva a 2 de setembro de 1709 com Antonio Guedes de Carvalho, Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. Pedro II por alvará de 10 de junho de 1706 e senhor da quinta dos Alamos no logar de Adebarros, concelho de Caria.

7 **D. Bernarda Feliciana Telles de Menezes,** baptisada na referida egreja de Marialva a 20 de setembro de 1669, e casada na de Santo André de Pinhel a 13 de janeiro de 1687, com Manuel Cardoso Metello, de quem foi segunda mulher; baptisado em Santo Estevão de Alfama a 2 de julho de 1661; filho de Gaspar Cardoso Metello, Escrivão dos orfãos

D'elles descendem:

D. Antonia de Noronha Guedes de Carvalho e seu primo Antonio Perfeito Pereira Rebello Pinto Osorio, com quem foi casada, fallecendo s. g.; ficando elle viuvo lhe succedeu em todos os morgados da casa de Adebarros, que a mesma senhora herdara de sua mãe D. Maria do Carmo Guedes; e não nos bens livres que possuia, pois os deixou á Misericordia do Porto.

D. Anna Adelaide Perfeito de Aragão Sauzedo (irmã do dito Antonio Perfeito) casada com José de Magalhães Menezes Villas Boas Sampaio de Barbosa; e

Tiveram filhos.

1 D. Mecia de Magalhães de Menezes Perfeito de Villas Boas, casada com o meu excellente amigo Antonio Vieira de Tovar de Magalhães.—C. g. Veja-se Mollos a paginas VIII da *Resenha,* etc.—Alterações.

2 D. Maria Adelaide Perfeito de Magalhães, casada com João de Bettencourt Corrêa e Avila, c. g., residentes em Angra, na ilha Terceira.

3 Fernando de Magalhães e Menezes, Bacharel em mathematica com o curso de engenheria, Alferes de infanteria em 7 de abril de 1865.

4 Francisco Perfeito de Magalhães, que frequenta mathematica na universidade de Coimbra.

Pedro Viçoso Botelho da Veiga, de Oliveira de Frades; sem mais noticia.

Henrique de Mello Lemos, de Alvellos.—C. g.

8 D. Antonia Rozaura de Vasconcellos e Menezes. Casou com Manuel Carlos Teixeira Pimentel de Carvalho Taveira.

D'elles descendem:

José Taveira Pimentel de Carvalho e Menezes, Visconde de Guiães, que ha pouco cessou de existir deixando uma unica filha, D. Maria Antonia Adelaide Taveira de Souza Alvim e Menezes, Viscondessa da Varzea, viuva c. g. Veja-se a paginas 257 da *Resenha, etc.*

e da Camara de Pinhel, sua patria, e antes Tabellião de notas em Lisboa. E de Maria dos Reis Moniz de Sousa, natural d'esta cidade, freguezia de S. Miguel, que lhe levou em dote o dito officio: filha de Sebastião Machado, a quem elle pertencia, e de Antonia Mezurada Moniz[1].

Seus sobrinhos e cunhados

Fradique Lopes de Souza Alvim e Lemos, 2.º Conde de Subserra, fallecido s. g. ...o casado com sua prima D. Maria Mancia de Lemos Roxas Carvalho e Menezes ...no Chaves Teixeira Vahia, hoje Marqueza da Bemposta pelo seu segundo casamento. (Pa...as 231 da *Resenha*, etc.) E Diogo Lopes de Sousa Alvim Lemos e Menezes, seu irmão ... Moço Fidalgo da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 10 de setembro de 1812. ...eiro *in solidum* das egrejas de S. João Baptista de Bordonhos e de Santa Maria da ...a no concelho e arciprestado de Lafões, 17.º senhor da quinta de Bordonhos ins...a em morgado por doação de Eytor Homem de Sousa, do conselho de El-Rei e Cle...ao irmão mais velho João de Sousa, casado com D. Isabel e com filhos legitimos, ...e lhe cede todo o direito que a ella possa ter, e pede a El-Rei queira confirmar ...doação posto que passe de 300 cruzados e a queira insinuar segundo for de direito. ... feita em Evora nas pousadas do mesmo senhor a 12 de fevereiro de 1533 por Pero Rodrigues, Cavalleiro da casa de El-Rei, Tabellião publico n'essa cidade, sendo testemunhas Francisco de Aguiar, Escudeiro de El-Rei, Antonio Feo, e Diogo Chainho, creado d'elle Eytor de Sousa. (Veja-se no Real Archivo da Torre do Tombo, *Habilitações da ordem de Malta*, lettra D, maço 2, numero 1.)

[1] Tiveram filhos.

8 Manoel Cardoso Metello, Escrivão da Camara da villa de Pinhel e Juiz dos Orfãos da mesma villa por alvarás de 8 e 26 de fevereiro de 1691, e cartas de 20 e 24 de outubro de 1693. Casou com D. Francisca Michaela de Vasconcellos, filha de Francisco Saraiva Pereira e de Maria Pacheco. — C. g.

8 Alexandre Metello de Sousa e Menezes, que nasceu em Marialva onde foi baptisado a 19 de outubro de 1687 na egreja de S. Pedro. Frequentou a universidade de Coimbra, e em 29 de janeiro de 1612 se lhe passou carta de Bacharel em direito canonico e civil em que foi sua formatura, tendo oito cursos, por lição de ponto de 24 horas, que teve logar n'esse mesmo dia, sendo approvado *nemine discrepante*; e egualmente foram em 10 de maio de 1719, por occasião de lêr no Desembargo do Paço, vistas e dadas por boas as diligencias do estylo que precederam a esse acto; e estão no mencionado Archivo nas *Habilitações de Bachareis*, lettra A, maço 6, numero 1. Familiar do santo officio por carta de 11 de agosto de 1719. Provedor das capellas de Lamego, por outra de 13 de janeiro de 1721. Secretario tres annos de Pedro de Vasconcellos, Embaixador extraordinario a Madrid. Em 14 de abril de 1724, houve padrão de 12$000 réis de tença com o habito de Christo, expedindo-se-lhe a 8 de fevereiro de 1725 os alvarás de Cavalleiro e de profissão e a carta do habito. Desembargador supranumerario da Casa da Supplicação

7 **D. Francisca de Menezes.** Falleceu a 3 de dezembro de 1709 em Marialva, e jaz na egreja de S. Pedro; tendo casado em Arcuzello do Cabo a 8 de setembro de 1713, com Antonio da Fonseca Coutinho, Sargento Mór de Marialva e do seu concelho em 1662; filho de Manuel da Fonseca Coutinho e de Maria Amado.

Tiveram filhas.

8 **D. Theodora Luiza de Vasconcellos e Menezes,** mulher de João Antonio de Tovar Beja e Noronha, com quem casou a 7 de janeiro de 1732 na egreja de S. Pedro de Marialva. Senhor do praso de Avelloso, etc.

Tiveram filha.

9 **D. Josefa Florinda de Tovar Beja Noronha Corte Real e Menezes,** baptisada na dita egreja a 4 de dezembro de 1732. Senhora do praso de Avelloso e S. Germil. Casou com D. José Antonio de Noronha Faro e Lucena, nascido em Villa Viçosa[1].

por carta de 4 de abril do mesmo anno; e do Conselho Ultramarino com 300$000 réis de ordenado por carta de 20 de maio e alvará de 5 de setembro de 1729. Conservador das fabricas da seda, oiro e prata por outro de 11 de janeiro de 1735. Do Conselho de El-Rei D. José por carta de 22 de agosto de 1751. Saiu do porto de Lisboa a 17 de abril de 1725, indo por Embaixador á China, mandado por El-Rei D. João V, e regressou á mesma cidade em 22 de novembro de 1728. No fim d'este artigo damos os que a semelhante respeito publicaram as Gazetas do tempo. Casou em 1729 com D. Luiza Leonor Anna Maria de Mattos, de quem foi terceiro marido e por ella houve a casa no campo de Sant'Anna, hoje pertencente ao Conde da Lapa, no largo que desde então se chamou —do Metello—: nasceu n'esta cidade e foi baptisada na freguezia de Sant'Anna, actualmente da Pena, a 5 de julho de 1698; filha de Belchior de Mattos de Carvalho, Tenente da guarda real dos archeiros da companhia allemã, Familiar do santo officio em 10 de janeiro de 1697, e de D. Thereza Maria de Goes; já viuva duas vezes: a primeira de João Palha Leitão, Cavalleiro da ordem de Christo, com quem casou em 8 de maio de 1713, e lhe ficou um filho; e a segunda do Licenciado José Corrêa de Abreu, Juiz de Fóra que foi de Soure, e Familiar do santo officio em 20 de maio de 1693 recebidos em 1722.—S. g.

[1] D'elles descendem:

D. Francisco Eugenio de Noronha Faro e Menezes Lucena e Almeida, senhor dos Prazos de Avelloso e S. Germil, dos morgados do Castanheiro e da Encarnação na Barca. —C. g.

D. Maria Antonia de Tovar Faro Noronha e Menezes, casou com Joaquim de Car-

8 **D. Thomasia Rosaura Maria de Menezes**, que casou com Antonio de Gouvêa, Capitão Mór de Fonte Arcada, Além de outros, de que hoje não sabemos a descendencia se a ha,

Tiveram filha.

9 **D. Maria Florinda de Menezes Gouvêa Tovar Corte Real**, que casou com Luiz José de Seixas[1] de Freixedas, filho de José Luiz de Seixas e de D. Antonia de Lacerda.

7 **Luiz de Sousa de Menezes.** Nasceu em Marialva, onde foi baptisado a 29 de janeiro de 1665 na egreja de S. Pedro. Capitão Mór da mesma villa, e Familiar do santo officio acceito por carta de 28 de maio de 1711. Ainda

valho Cabral de Azevedo e Menezes, senhor da casa da Soenga em S. Martinho de Mouros. — C. g.

D. Marianna Augusta de Mello e Faro de Noronha, viuva de Antonio Manuel de Barbosa Montenegro, da casa de S. João de Fontoura, com bisnetos que são: Ayres Adolpho de Mendoça Cardoso de Menezes Figueira de Azevedo Pinto de Sousa Coutinho, de Barbosa Montenegro Mello Faro de Lucena Tovar de Noronha e Vasconcellos, e seu irmão Azuil Maria de Mendoça, ambos casados. — C. g.

D. Christovão de Mello e Faro de Noronha e Macedo, senhor da casa de Porto de Rei. — C. g.

Antonio de Moraes Borges de Carvalho, de Provezende, etc.

[1] D'elles nasceu:

D. Mathilde Olympia de Menezes Gouvêa, casada com Ignacio Pinto Cardoso, Fidalgo Cavalleiro da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 30 de setembro de 1777, e administrador dos morgados de S. Thiago de Mirandella e de Santa Maria de Thiuzello.

Foi sua filha:

D. Maria Rosa Pinto Cardoso de Moraes Sá Ferreira Pimentel, que succedeu na casa a seu pae: nasceu a 5 de fevereiro de 1811 e morreu a 3 d'esse mesmo mez de 1856, tendo sido casada duas vezes e c. g. do segundo matrimonio. A primeira em 20 de maio de 1831, com Francisco de Sousa Vahia Rebello, Alferes de infanteria, nascido a 19 de setembro de 1812 e fallecido em 1840; filho dos primeiros Viscondes de S. João da Pesqueira (Veja-se a paginas 216 da *Resenha*, etc.), e a segunda a 1 tambem de setembro do dito anno de 1840, com Manuel da Costa Pessoa, 2.º Conde, Visconde, e Barão de Vinhaes.

vivia no dia 7 de julho de 1743, como adiante consta. Casou na freguezia de Nossa Senhora de Entre-as-Vinhas de Arcuzello do Cabo a 14 d'esse ultimo dito mez de 1697, com D. Maria Jacintha de Sousa e Sampaio; baptisada em 18 de setembro de 1678 na egreja de S. João Baptista de Moimenta da Beira, e sepultada na de S. Pedro de Marialva, tendo fallecido em 4 de março de 1723: irmã de José de Sampaio, que n'ella nomeou por escriptura de 12 de março de 1698 o officio de Escrivão da Camara, almotaceria e guias da mencionada villa de Moimenta, que lhe pertencia por seu pae, e depois, sendo elle já religioso no convento dos Loyos em Lamego, foi confirmada por consulta de 15 de julho de 1704: ambos filhos de Baptista de Sampaio, proprietario do mesmo officio, e de D. Anna de Sousa, recebidos em Arcuzello a 3 de fevereiro de 1667. Além de outros, que citamos na nota [1],

Tiveram filha.

8 **D. Luiza Theodora Rozaura de Menezes e Vasconcellos**, baptisada em Arcuzello a 16 de agosto de 1699, e fallecida com testamento a 9 de ju-

[1] Houveram onze filhos que foram:

8 D. Luiza, a cima dita.

8 D. Jacintha Telles de Menezes, baptisada em 14 de novembro de 1700: falleceu solteira.

8 D. Maria Carlota de Sousa e Menezes, freira no convento de S. Bento, em Moimenta; baptisada a 22 de fevereiro de 1702.

8 José (Frei) de Menezes, religioso de S. Bento; baptisado a 24 de julho de 1703.

8 Luiz de Vasconcellos, padre da companhia de Jesus; baptisado a 4 de abril de 1705.

8 Antonio (Frei) de S. José, religioso de S. Francisco, e no anno de 1746 Secretario do Provincial.

8 D. Thereza Josepha de Menezes; nasceu gemea com este irmão, e morreu solteira.

8 João Carlos de Menezes, clerigo, baptisado a 5 de agosto de 1710 em Arcuzello, assim como todos os referidos irmãos.

8 Bernardo José Cardoso de Menezes, Presbytero do habito de S. Pedro, Bacharel formado em canones e em leis pela universidade de Coimbra, Commissario do Santo

lho de 1739 em Moimenta, onde jaz na egreja do convento das religiosas. Casou a 22 de janeiro de 1720, em Arcuzello, com João de Araujo e Vasconcellos, Escrivão da Camara da villa de Armamar, por provisão de 1 de julho de 1735 e em successão a seu avô paterno Francisco de Araujo e Vasconcellos, que morreu a 13 de março de 1695. Filho de Antonio d'Araujo e Vasconcellos e de D. Guiomar Tavares Viegas, ambos fallecidos na villa de Moimenta; ella, com testamento, a 7 de março de 1702, e elle a 14 de novembro de 1714, e ahi estão sepultados na mencionada egreja.

Tiveram filhos.

9 **D. Joanna Antonia Josefa d'Araujo e Vasconcellos**, baptisada em Moimenta a 17 de novembro de 1720: morreu solteira.

9 **D. Maria Leonor Thomasia Cardoso e Vasconcellos**, baptisada a 8 de fevereiro de 1722: casou a 2 d'esse mez de 1745, com Manuel de Freitas do Amaral de Castello Branco, Monteiro Mór de Bastos, Administrador dos morgados de Cezim e da Casa Nova, em Guimarães,

officio por provisão de 6 de setembro de 1754 e Abbade da egreja de S. Thiago da villa de Marialva, sua patria, por apresentação de 22 de outubro de 1755, collado em 20 de dezembro d'esse anno pelo Bispo de Lamego, D. Fr. Feliciano de Nossa Senhora.

8 Manuel Antonio Cardoso de Loureiro, clerigo de evangelho.

8 Alexandre Luiz de Sousa de Menezes; nasceu em Marialva, e lá se baptisou na egreja de S. Pedro a 6 de fevereiro de 1720. Foi Cavalleiro da ordem de Christo com 1$200 réis de tença por mercê de 23 de agosto de 1730; expedindo-se-lhe os alvarás de Cavalleiro e de profissão e a carta do habito a 15 de abril de 1739, Coronel da primeira plana da côrte, Governador da praça de Santos e militar da de S. Paulo no Brasil, por patente de 9 de janeiro de 1757. Serviu desde 16 de março de 1734 até 6 de abril de 1751 em: soldado de cavallaria na Beira, de 1.º e 2.º Tenente e Capitão de uma companhia do regimento de dragões, em Minas Geraes, por patente de 13 de julho de 1748. Estando já recolhido ao reino teve, em 14 de setembro de 1769, uma provisão para mandar abrir á propria custa um caminho publico junto da sua quinta de Novaes, extra-muros da villa de Ponte de Lima; e a 25 de outubro de 1785 falleceu nos Arcos de Val de Vez, e lá jaz no convento de S. Bento. Casou no Brasil a 4 de fevereiro de 1742 com D. Caetana Maria Brandão, de quem foi primeiro marido, baptisada a 13 de janeiro de 1726, na freguezia de Nossa Senhora do Pilar, de Pitanguy, comarca do Serro do Frio, e morreu em Lisboa em 1 de Janeiro de 1813: jaz na egreja de Santa Isabel. Filha de Luiz de Sequeira Bran-

onde foi baptisado a 1 de abril de 1697 na egreja de Nossa Senhora de Oliveira: filho de José de Freitas do Amaral e de D. Josefa de Mello de Almeida.

D'elle é bisneto e representante Paulo de Mello Pereira de Sampaio, Barão de Pombeiro de Riba de Vizella.

9 **Antonio de Araujo.** Para este pediu o officio de Escrivão da Camara de Armamar, seu avô Luiz de Sousa de Menezes, que ainda vivia no anno de 1743, em que a 7 de julho se procedeu a consulta em virtude do despacho de 20 de maio. Morreu moço e ignoramos se obteve o officio.

9 **João Bernardo Cardoso de Vasconcellos,** baptisado a 2 de janeiro de 1726. Falleceu mancebo.

9 **Francisco de Araujo e Vasconcellos,** baptisado a 28 de fevereiro de 1727.

dão, Cavalleiro da ordem de Christo e Capitão-Mór de Pitanguy, e de D. Isabel Pires Monteiro de Campos.

Tiveram filhos:

9 Luiz de Sousa Brandão de Menezes, Cavalleiro da ordem de Christo, com 12$000 réis de tença; expedindo-se os alvarás de Cavalleiro e da profissão, e a carta para lhe ser lançado o habito no convento de Nossa Senhora da Luz em 19 de setembro de 1765, e a 28 de outubro seguinte o padrão da tença. Tenente da companhia do principe da guarda real dos archeiros, de que era capitão o conde de Pombeiro, por alvará de 20 agosto de 1766, vencendo de moradia 6 moios e 5 alqueires de cevada por anno, assente no almoxarifado da Madeira, por outro de 26 de outubro do mesmo anno. Escrivão supranumerario do conselho da Fazenda, por decreto de 12 do dito mez de agosto e carta de 10 de outubro do mesmo anno de 1766, em quanto não vagasse o do numero, que se realisou em 10 de novembro de 1823 com o de Extravagante, e Escrivão da receita dos dizimos do pescado. Familiar do Santo Officio por carta de 16 de dezembro de 1771. Nasceu em Pitanguy e lá foi baptisado na freguezia de Nossa Senhora do Pilar a 20 de janeiro de 1743: falleceu n'esta cidade em 18 de novembro de 1826 e jaz na egreja de Santa Isabel. Casou por escriptura dotal, entrando para ella com 75000 crusados, que lhe deram suas avós, sendo 25 para pôr a casa e 50 para formar um morgado, que não houve effeito, e com a commenda de Santa Maria de Almeida, que nunca possuiu pela não requerer, a qual então lhe cedeu o seu parente Alexandre Metello, a quem fora dada pelos serviços da embaixada á China: com

9 **José Cardoso de Menezes**, que continua.

9 **Luiz Vaz Cardoso de Vasconcellos e Menezes.**

9 **D. Anna Quiteria de Menezes.**

9 **José Cardoso de Menezes**: baptisado em Moimenta da Beira, como os irmãos, a 27 de novembro de 1729; succedeu na casa a seu pae e casou com D. Anna Agueda Guedes de Figueiredo, filha de Luiz Pedro Guedes de Figueiredo, Capitão Mór de Pinhel, senhor de varios morgados n'essa villa, na Lagiosa e no Algarve; e de D. Ambrosia Maria Cabral de Casteilo Branco.

Tiveram filha.

10 **D. Maria José de Menezes Araujo Cardoso Cabral.** Senhora do morgado da Lagiosa e dos mais da sua casa: falleceu em 25 de janeiro de 1830,

D. Filippa Antonia de Mello Noronha a Almeida, e se receberam em 8 de outubro de 1765 na ermida do Rosario a Arroyos; tendo-se esta senhora tambem dotado para o casamento com os tres mencionados Officios, além dos morgados e prasos da sua casa. Nasceu n'esta cidade e foi baptisada na freguezia da Encarnação aos 20 de janeiro de 1750: falleceu em 28 de outubro de 1821 e jaz na egreja de Santos-o-Velho. Filha herdeira de José Rodrigues de Almeida, Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. João V por alvará de 24 de julho de 1709, Tenente da guarda real dos archeiros, Commendador de S. Lourenço de Pedresqueira na ordem de Christo, Escrivão supranumerario do Conselho da Fazenda e da Dizima do pescado. Administrador de varios morgados. E de D. Maria Thereza de Noronha, irmã de Manuel de Sampaio e Pina, bisavô do Visconde da Lançada e do Duque de Palmella.

Tiveram filhos.

10 D. Maria de Mello de Sousa e Menezes. Por alvará de 13 de março de 1832 teve dez mil réis de pensão nas commendas vagas: já fallecida, assim como todos os irmãos.

10 D. Anna Thereza de Mello e Almeida: casou no Brasil com o Doutor Luiz Fortes de Bustamante e Sá.

Tiveram filha.

11 D. Maria Benedicta de Sousa Fortes, que foi mulher do Doutor Gabriel de Ploesquelloe.

viuva de Caetano Alexandre Pinto da Fonseca, Fidalgo Cavalleiro da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 5 de fevereiro de 1781, Cavalleiro da ordem de Christo, Superintendente das coudelarias de Trancoso. Ahi administrador de um morgado e dos de Val de Moiro e Longroiva, que morreu a 15 de abril de 1831 e jaz no adro da egreja de Nossa Senhora da Piedade do sepulchro, vulgo Senhora da Fresta, em Trancoso: filho de Diogo Marcos da Fonseca Pinto de Albuquerque, Fidalgo da casa de El-Rei D. João V por alvará de 25 de fevereiro de 1744, Cavalleiro professo na ordem de Christo, Capitão Mór de Trancoso e senhor do morgado de Longroiva. E de D. Anna Joaquina de Vasconcellos Pereira Telles, de Castro Daire.

Tiveram filhas.

11 **D. Maria Henriqueta da Fonseca Pinto,** morreu menina.

11 **D. Maria Augusta da Fonseca Pinto,** nasceu a 6 de fevereiro de 1788. Morreu de tenra edade.

Tiveram filho.

12 Gabriel de Ploesquelloe Fortes de Bustamante, Doutor.

10 D. Isabel Violante de Mello.

10 Alexandre José de Sousa e Menezes, morreu de cinco annos de edade.

10 Luiz de Sousa de Mello e Menezes, Tenente da guarda real dos archeiros da companhia do Principe, por decreto de 26 de fevereiro e carta de 20 de novembro de 1827, passando-se-lhe em 25 de janeiro de 1831 alvará da competente moradia. Escrivão Extravagante do Conselho da Fazenda da repartição do Tombo geral do reino e do Archivo do mesmo tribunal, por carta de 10 de novembro de 1823, e que por alvará de 17 de março de 1809 já servia nos impedimentos do pae. Escrivão da receita das dizimas do pescado d'esta cidade, por carta de 19 de maio de 1829. Nasceu a 2 de junho de 1771 e a 17 d'esse mesmo mez foi baptisado na egreja de Santo André. Ignoramos onde e quando falleceu; achando-se privado dos tres mencionados officios, que todos perdeu com a chegada a esta capital, em 1834, de Sua Magestade Imperial o senhor D. Pedro, Duque de Bragança, e lhe tinham vindo, como fica referido, por seu avô materno: sendo o de Tenente da guarda dado por El-Rei D. João IV ao terceiro avô d'elle, Antonio Rodrigues de Almeida, Moço das chaves cinco annos do Principe D. Theodosio até elle morrer; filho de Theodosio de Almeida Cabral, Capitão da guarda do mesmo senhor em quanto Duque e Couteiro Mór da casa de Bragança, como

11 **D. Maria Emilia da Fonseca Pinto de Albuquerque,** que continua.

11 **D. Maria Adelaide Pinto da Fonseca.** Nasceu em 24 de julho de 1790.

11 **D. Maria Francisca Pinto da Fonseca.** Nasceu a 23 de agosto de 1791.

11 **D. Maria Emilia da Fonseca Pinto de Albuquerque.** Nasceu a 16 de dezembro de 1788; succedeu nos morgados de Longroiva, Lagiosa, etc. Casou a 4 de março de 1810, com João de Almada Mello Quadros Sousa de Lencastre, 1.° Conde e Barão de Tavarede, Moço Fidalgo da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 15 de março de 1802, 2.° senhor da villa da Barca, 2.° Alcaide Mór de Marialva, Commendador da ordem de Christo, 11.° senhor das lezirias de Buarcos e Tavarede; que nasceu em 28 de fevereiro de 1794, e falleceu a 14 d'esse mez

já o fôra seu bisavô Diogo Rodrigues, outrosim Escrivão de Fazenda d'ella: todos muito da confiança e estimação dos proprios Duques, a quem serviam desde o começo d'essa familia.

10 D. Maria Luiza de Mello Sousa e Menezes. Teve egual pensão e na mesma data, como irmã.

10 Antonio Rodrigues de Almeida, Coronel de milicias em Pernambuco.

10 Alexandre Luiz de Sousa e Menezes, Capitão de mar e guerra da armada real. Nasceu a 25 de fevereiro de 1769, e a 5 do seguinte mez de março foi baptisado na ermida de Nossa Senhora do Populo da calçada de Alvalade, freguezia dos Anjos d'esta cidade. Morreu em março de 1834.

10 D. Caetana Carolina de Mello Sousa e Menezes.

10 D. Filippa de Mello Sousa e Menezes.

10 José Rodrigues de Almeida Mello e Menezes, Coronel do exercito em Minas Geraes.

10 D. Thereza de Mello Sousa e Menezes.

10 D. Rita Constança de Sousa e Menezes.

10 D. Constança Leopoldina de Mello Sousa e Menezes. Teve tambem a mencionada pensão.

9 Alexandre José de Sousa Menezes Brandão, Cavalleiro da ordem de Christo com doze

de 1861. (Veja-se a paginas 234 da *Resenha das familias titulares, etc.*, impressa em 1838)

Tiveram filhos.

12 **Francisco de Almada Quadros Sousa e Lencastre**, 2.º Conde e 2.º Barão de Tavarede, Par do Reino, Commendador da ordem de Christo, e Governador Civil do districto de Lisboa. Nasceu a 6 de março de 1818 e morreu em 25 de novembro de 1853; casado com D. Eugenia de Saldanha Oliveira e Daun, como está dito a paginas 634.

Tiveram filhos.

13 **João Carlos Emilio Vicente Francisco de Almada Quadros Sousa e Lencas-**

mil réis de tença, por padrão de 19 de julho de 1766, expedindo-se-lhe a 24 do immediato mez d'agosto, os alvarás de Cavalleiro, da profissão e a carta do habito, Moço da real camara. Nasceu em 31 de agosto de 1745, no Brasil, e lá foi baptisado a 18 do seguinte setembro em Santo Antonio do Tijuco. Casou com D. Anna Pereira Malheiro Guedes de Soutomaior, filha herdeira de Gaspar Malheiro Pereira de Soutomaior, senhor da casa de Cartemil em Ponte de Lima. E de D. Antonia Luiza de Sá Guedes, senhora do prazo de Fernandeira e do morgado de Nabais.

Tiveram filhos.

10 José Malheiro de Sousa Pereira Menezes Guedes de Soutomaior: succedeu na casa a sua mãe, e casou com D. Francisca Angelica de Araujo Azevedo e Vasconcellos, filha de Amaro José de Azevedo e Araujo da Gama e Vasconcellos e de D. Rita José de Araujo.

Tiveram filhos.

11 Gaspar Malheiro Pereira de Sousa de Menezes Soutomaior.

11 João Malheiro Pereira de Sousa de Menezes Soutomaior.

11 D. Francisca Angelica Malheiro.

11 D. Maria Rosa Malheiro.

10 Luiz de Sousa Malheiro de Menezes; Tenente de infanteria no reino de Angola, a que foi promovido em 17 de outubro de 1796 de Guarda-Marinha da armada real. Sua avó, D. Caetana Maria Brandão, já viuva, moradora na sua quinta da Portella, freguezia dos Olivaes, estando no beco do Infantado a Santa Isabel, em

tre Fonseca Saldanha e Albuquerque, 3.° Conde e 3.° Barão de Tavarede, 12.° senhor das lezirias de Buarcos e Tavarede, etc. Nasceu a 15 de abril de 1849.

13 **D. Maria Thereza Emilia de Almada Quadros Sousa Lencastre Fonseca Saldanha e Albuquerque**, Condessa do Prado da Selva. Nasceu no Funchal, assim como seu irmão, a 14 de julho de 1852.

12 **Caetano de Almada.** Nasceu a 6 de fevereiro e falleceu a 30 d'abril de 1839.

3 **Isabel Saraiva.** A unica noticia que d'ella temos é que no dia 21 de fevereiro de 1604 fora madrinha, em S. Pedro de Marialva, do baptismo de Bastião, filho de Lourenço Camello e de Isabel. Temos bons fundamentos para acreditar que fora casada com Vicente Camello, Escrivão da

casa do Capitão de Mar e Guerra Francisco do Canto, lhe fez doação da quinta de Nabais, em S. Martinho da Granda, termo de Ponte de Lima, com certas condições, achando-se elle presente, e por escriptura lavrada em 15 d'abril de 1806 pelo Tabellião Thomaz de Aquino e Sousa Pereira Valente, confirmada por provisão de 26 de junho d'esse anno.

10 João de Sousa Malheiro de Menezes, a quem o sobredito seu irmão fica na mesma doação sujeito a soccorrer com o que poder.

10 Alexandre de Malheiro de Sousa e Menezes, Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença, por padrão de 12 de maio e carta do habito de 2 de junho de 1814, Chefe de divisão graduado da armada real, Intendente da marinha no Pará em 1807.

10 Gaspar Malheiro de Sousa e Menezes.

10 D. Maria do Carmo de Sousa Malheiro e Menezes. Casou com Manuel José de Sousa Pereira Marinho de Amorim, senhor da casa de Casaes e quinta de Provezende.

Tiveram filha.

11 D. Marianna de Sousa e Menezes, que succedeu na casa a seu pae, e casou com Francisco de Sousa Pereira de Amorim, d'ella primo co-irmão e senhor da mencionada casa.

10 D. F. de Sousa Malheiro e Menezes.

Correição de Pinhel, por carta de 14 de novembro de 1564, que está na Torre do Tombo, livro XIV da Chancellaria de El-Rei D. Sebastião, a folhas 301, o qual morreu a 8 de dezembro de 1605 na mencionada freguezia de Marialva, e que d'elles ha numerosa e illustre descendencia; mas como não estamos certo do referido, nada mais diremos a semelhante respeito[1].

3 **Antonio Cardoso**, que continua.

III **Antonio Cardoso.** Nasceu em Marialva, na freguezia de S. Pedro, pouco mais ou menos em 1569. Pelos desvelos de sua tia materna, Leonor Saraiva, que o creou em casa, foi aprender as primeiras lettras e latim em Lamego, passando menor de 14 annos a ser pupillo no collegio de S. Pedro de Nossa Senhora de Jesus em Coimbra, e depois a frequentar a universidade, matriculando-se na faculdade de canones no anno de 1593, cursando as aulas até o de 1599, indo passar as ferias a Leiria com seu irmão o Conego Francisco Fernandes. Formou-se em 21 de julho de 1600 perante o Reitor Affonso Furtado de Mendoça, sendo seu padrinho o Lente de canones Domingos Antunes d'Abreu, e fez acto lendo de ponto, e argumentando-lhe seis lentes, sendo approvado *nemine discrepante*, tomando o grau de Bacharel na mesma faculdade de canones. Vindo á côrte, leu no Desembargo do Paço e foi despachado Juiz de Fóra de Niza por carta de

[1] Maria Amalia, mulher de Manuel da Fonceca, natural e moradora em Marialva, mulher nobre, edade oitenta annos pouco mais ou menos, sendo ouvida como testemunha na habilitação feita em 11 de dezembro de 1684, pelo tribunal da inquisição ao Padre Manuel Rebello de Almeida, para Commissario do santo officio acceito por provisão de 9 de junho de 1685, disse: «que não conhecêra sua avó Beatriz Saraiva, por «isto ser de muitos annos e ir menina para a Povoa, mas conhecêra uma irmã Isabel «Saraiva.» Elle então era Prior da collegiada de S. Pedro da villa de Alemquer, desde 14 de setembro de 1668, tendo-se-lhe tirado as inquirições de genere no arcebispado de Lisboa, que foram approvadas por sentença de 12 de junho d'esse anno. Ultimamente Abbade da egreja de S. Thiago em Marialva, por alvará de apresentação de 2 de dezembro de 1690 e carta de confirmação em 20 do mesmo mez e anno. Veja-se na Camara Ecclesiastica do patriarchado, Habilitações de genere, lettra M, maço 69, numeros 20 e 21, 1668 e 1690). — Já que fallamos n'esta repartição, temos a dizer que muito sentimos já n'ella não encontrar os empregados civis e prestadios, que por mais de trinta annos lá achámos sempre promptos e desinteressados em me prestarem os auxilios que d'elles precisava, para poder escrever com verdade e conhecimento de causa, memorando entre todos com particular menção o nosso delicado e digno amigo o exc. sr. José Maria de Sousa Couceiro, a quem devemos muito favores. — O padre Manuel Rebello de Almeida, falleceu na mencionada villa a 11 de novembro de 1693, sendo seu testamenteiro o irmão João Rebello de Sousa, dito a paginas 646.

19 de novembro de 1605 data em que tambem se lhe expediu um alvará de aposentadoria. Passou depois a servir o mesmo logar em Cintra, em que succedeu ao Licenciado Antonio Antunes, e d'elle tomou posse a 10 de novembro de 1611, tendo vinte cruzados de ajuda de custo para a mudança do seu fato de uma para a outra terra. Por alvará de 25 d'abril de 1613 foi nomeado Juiz do Fisco da cidade de Evora, cargo que pertencia á inquisição, pelo que se procedeu em 30 de maio d'esse anno á competente habilitação da sua pessoa pelo dito tribunal (veja-se no Archivo da Torre do Tombo, Habilitações do santo officio, maço 4 de Antonios, num. 153): com o mencionado emprego vencia o ordenado de oitenta mil réis, mandados pagar pelo Thesoureiro do Fisco, por provisão do Bispo Inquisidor Geral, D. Pedro de Castilho, de 9 d'agosto do referido anno e tomou posse aos 8 de março de 1614, em successão a Ambrosio Themudo de Sousa: acabando de servir este logar, foi em 16 de novembro de 1618 proposto para Escrivão da reformação da universidade de Coimbra, que não acceitou[1]. Corregedor da Torre de Moncorvo por carta de 10 de julho de 1620, e em quanto serviu este logar reviu o tombo velho das rendas da Vacariça, do real mosteiro de Bouro dos monges de S. Bernardo, o qual tinha feito com muita exactidão no anno de 1590 o Licenciado Affonso Nogueira de Brito. Provedor de Lamego, com auctorisação de tomar contas como Contador da mesma comarca, tudo por carta e alvará de 13 de dezembro de 1624, tendo trinta cruzados de ajuda de custo por provisão de 12 do mesmo anno e mez. Ultimamente foi Corregedor do civel da cidade de Lisboa por carta de 1 de junho de 1630. Não sabemos ao certo quando fal-

[1] «Sobre se nomear o Lecenceado Antonio Cardoso por Escrivão da Reformação da Universidade — Tem Vossa Magestade nomeado por Reformador da Universidade de Coimbra a Dom Francisco de Menezes hora Vossa Magestade em carta de dezesseis do passado ordena se lhe enviem os despachos necessarios para os assinar para que com toda a brevidade se possa ir a Universidade o dito Dom Francisco de Menezes E não aya nella faltas n'este principio do anno Escolastico E por que he necessario que o dito Reformador leve Escrivão para a Reformação nomeamos a Vossa Magestade o Lecenceado Antonio Cardozo Juiz de fora que foi em Niza Sintra E juiz do fisco em Evora os quaes cargos servio com muita satisfação E pella boa informação que delle temos e pela que deu o Reformador a quem tambem se pedio se entende que servira este officio com muita inteireza E verdade E deve Vossa Magestade ser servido que se lhe dem dous cruzados por dia E cincoenta cruzados de ajuda de custo das Rendas da dita Universidade que he o mesmo que levou o Escrivão da vezita que na dita Universidade fez o Bispo de lamego Lisboa dezesseis de novembro de mil seis centos e dezoito — Mascarenhas — J. ferreira — mesquita — pereira.» — Diz na margem d'este documento: «Esta consulta não ouve effeito por não querer aceitar o Lecenceado Antonio Cardoso — Mascarenhas.»

(Livro do Regist. de Consult. do Desemb. do Paç. do anno de 1618 a 1619, f. 334, hoje existente no Real Archivo da Torre do Tombo)

leceu, mas sim que foi na mesma cidade e que está sepultado na egreja do convento de Nossa Senhora de Jesus, da ordem terceira de S. Fran-Francisco: ainda vivia a 16 de julho de 1634, dia em que pessoalmente tomou posse de umas casas adiante da Porta do Sol, que a elle e a sua mulher deixou Catharina Botelho; mas já era morto em 3 de agosto de 1635, como consta de uma provisão nomeando ao Licenciado Affonso Mendes de Vasconcellos, que servia de Corregedor do Civel, para *puxar* pela informação que elle em sua vida não pôde fazer, e só tirar a diligencia e inquirir as testemunhas da habilitação do Bacharel José Tavares da Costa, que lhe foi commettida pela provisão do tribunal do Desembargo do Paço, expedida a 12 de março de 1633, e que damos na sua integra como objecto de curiosidade para o futuro[1]: e no dia 15 de fevereiro de 1634 foi ao Limoeiro, na cadêa da cidade, ouvir o depoimento de Eitor Teixeira, Cavalleiro Fidalgo da casa de Sua Magestade, de edade setenta annos, que lá estava preso e era uma das testemunhas. (Veja-se no Archivo da Torre do Tombo, Habilitações de Bachareis. lettra I, maço 5) Casou com dispensa a banhos passada em 11 de setembro de 1615 (Camara Ecclesiastica de Lisboa, Papeis matrimoniaes, 1615, lettra A, maço 1, numero 35) sendo recebido a 19 d'esse mesmo mez e anno pelo Doutor Paulo Feo de Castello Branco, no oratorio das casas da sua morada na rua do Barão, fre-

[1] Dom Phellippe per graça de Deos Rey de Portugal dos Algarves daquem E dallem mar em africa senhor de guine etc. Mando a vos Licenciado Antonio Cardoso Corregedor do Civel nesta cidade que vos informeis com todo o resguardo do Bacharel Joseph tavares da Costa filho de Phelippe da Costa Rybeiro e de Anna Serqueira do Avelar se por parte da dita sua may tem rassa de Judeo, christão novo, mouro ou mulato e se dessende de Algum mecanico, ou se he infamado disso e o fundamento donde teve nassimento a tal fama perguntando pellos autos potativos de limpeza e qualidade que ouver e tiver avido em sua geração assy como Inquisisão e Abytos das ordens militares ou outros semelhantes E se o dito Joseph tavares he solteiro ou cazado com molher de limpo sangue sem rassa e pera este efeito perguntareis as testemunhas de que tiverdes informação (que ao menos serão sete) que tem rezão de saber do sobredito e feita esta delligencia pesoalmente que será com tanto segredo e Resguardo que as partes o não venhão a saber pera o que dareis juramento as testemunhas que perguntardes que não digão o para que forão chamadas ma inviareis com os proprios autos e tudo sera entregue a Pero Sanches farinha meu escrivão da Camara E despacho do Dezembargo do Paço comprio assy ElRey nosso senhor o mandou por Dom Antonio Pereira Prezidente do Dezembargo do Paço e pellos Doctores francisco Barreto E Joam de frias selazar ambos do seu Conselho e seus Dezembargadores do Paço Salvador coelho a fez em Lisboa a doze de março de mil seis sentos e trinta e tres — Antonio Sanches farinha a fez escrever — Dom Antonio pereira P. — Joam de frias salazar — francisco Barreto — Por despacho da meza. — *Sobrescripto* — Por ElRey. — Ao Licenciado Antonio Cardoso, Corregedor do civel n'esta cidade.

guezia da Sé, com D. Maria Feo de Castello Branco, baptisada na dita egreja metropolitana a 9 de outubro de 1578; fallecida em sexta feira 12 de dezembro de 1653, com testamento escripto pelo Conego Valentim Feo da Motta, e approvado pelo Tabellião de notas d'esta cidade Manuel Mendes Amado: n'elle determina ser sepultada no jazigo em que se acham seu marido e filhos no mencionado convento, e que se lhe ponha uma campa sobre elle [1].

Tiveram filhos.

4 **João Feo Cabral**, que continua.

4 **Francisco Cardoso de Castello Branco.** Nasceu gemeo com este seu irmão, e foi baptisado na Sé metropolitana d'esta côrte pelo tio Vicente Feo Cabral em 1 de dezembro de 1616. Morreu com testamento feito a 20 de janeiro de 1646, e escripto pelo padre Valentim Feo, religioso da ordem terceira de Nossa Senhora de Jesus, e approvado no mesmo dia pelo Tabellião de notas d'esta cidade Francisco do Valle: jaz com seus paes na egreja do referido convento.

[1] Esta senhora chamou-se simplesmente D. Maria de Castello Branco; teve quatro irmãos, que foram:

1 Antonio Feo: baptisado (assim como os irmãos na Sé d'esta cidade) em 10 de novembro de 1572. Entrou para a religião dominicana em que professou a 14 de abril de 1589, Padre presentado em a sagrada theologia, Prégador geral confirmado no capitulo geral celebrado em Paris no anno de 1611. Reitor do collegio de Coimbra. Examinador das tres ordens militares. Prior do convento de Nossa Senhora da Piedade de Azeitão em 1612, e do da Batalha quando falleceu em 1627. Escusamos dizer mais coisa alguma a seu respeito, e remetemos o leitor para as seguintes obras: *Diccionario da Lingua Portugueza* publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, tomo primeiro e unico, 1793, Catalogo dos auctores, paginas CXII; Ferdinand Denis, *Résumé de l'histoire litteraire de Portugal*, paginas 613; Torre do Tombo, livro III dos Privilegios de El-Rei D. Philippe II, folhas 192; Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*, tomo I, paginas 267; e *Diccionario Bibliographico Portuguez* do nosso bom amigo o senhor Innocencio Francisco da Silva, tomo I, paginas 136.

2 Paulo Feo de Castello Branco. Baptisado a 29 de maio de 1575. Foi Capellão Fidalgo da casa de El-Rei D. Philippe II. Doutor em canones pela universidade de Coimbra, Desembargador da relação ecclesiastica da cidade de Lisboa. Protonotario apostolico de Sua Santidade, Prior da parochial egreja de S. Jorge d'esta cidade, Provisor da religião do Crato, Ouvidor das capellas de El-Rei nas causas civeis e cri-

4 **Paulo Feo**, que nasceu em 1617 e viveu poucos mezes: foi sepultado com os paes.

4 **Paulo Feo**: baptisado na Sé a 22 de dezembro de 1628, afilhado de seu tio do mesmo nome. Entrou para a ordem dos Prégadores em 1637, havendo no anno anterior, a 17 de dezembro, feito testamento a favor de sua mãe nas notas de Mattheus Ferreira da Costa, Tabellião n'esta cidade. Estudou em Aveiro: professou no convento de S. Domingos de Lisboa; foi Superior do collegio de S. Thomaz de Coimbra, e n'essa cidade tomou o grau de Doutor conductario de theologia na universidade, e foi Lente jubilado n'essa faculdade na de Evora. Qualificador do santo officio por provisão de 12 d'abril de 1666, e estava eleito para Revedor do mesmo tribunal, quando morreu em 1694 em Azeitão, onde era Prior do convento da sua ordem, havendo-o tambem sido dos de Vianna, Santarem e Almada. (Veja-se fr. Pedro Monteiro, *Claustro Dominicano,* t. II, pag. 61, e Habilitações do santo officio, maço 7, de Paulo, num. 115) No dia 8 de junho de 1668, achando-se de morada no convento de S. Domingos em Lisboa, foi ouvido como testemunha nas inquirições para Deputado do santo officio de Luiz Vieira da Silva, Conego da Sé de

mes de seus Capellães e mais Officiaes da sua capella. Procurador dos presos nos carceres da inquisição por provisão de 11 de setembro de 1607, havendo precedido antes a habilitação do estylo, e Fiscal do mesmo tribunal. No anno de 1614 estava em Madrid como agente do Arcebispo de Lisboa, e em 15 d'agosto d'esse anno ahi o achamos mandando cumprir uma precatoria sobre as inquirições para Familiar do santo officio de Fernão de Mattos Manuel de Lucena. (Veja-se Habilitações do santo officio, maços 1, de Paulo, numero 5, e de Fernão, numero 12) Morreu n'esta cidade aos 25 de maio de 1622 e jaz na Sé, na sepultura dos seus maiores. Tratam d'elle: Barbosa, na *Bibliotheca Lusitana*, tomo II, paginas 520; e *Vida, Martirio, e ultima trasladaçam do Martir S. Vicente*, recopilada pelo padre Diogo Pires Cinza, natural de Alpedrinha, dirigido a D. Lopo de Azevedo e Mendoça, Almirante de Portugal, em Lisboa por Pedro Craesbeck, anno 1620. A paginas 97 v. vem a carta exortatoria a festejarem o mesmo Santo etc., que é mencionada na *Bibliotheca* de Barbosa.

3 João Feo Cabral. Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei Philippe II. Filhamento com que é nomeado nas inquirições de genere que se tiraram em 19 de dezembro de 1618, sendo testemunhas elle e seus irmãos Vicente e Paulo, a Jacintho de Mello de Castello Branco, seu parente, para ser admittido á ordem de Christo como Freire conventual (Torre do Tombo, Habilitações competentes, lettra I, maço 101, num. 2). Foi Beneficiado em uma das egrejas de Cintra, e succedeu a seu pae na propriedade do officio de Aljubeiro do aljube ecclesiastico d'esta cidade, como se vê no assento do casamento que em 5 de maio de 1614 se celebrou na Sé metropolitana

Evora, filho de Pedro Vieira da Silva, já referido a paginas 40, Secretario do Estado d'El-Rei D. João IV, que falleceu Bispo de Leiria. (Veja-se no mencionado Archivo, Habilitações do mesmo tribunal, lettra L, maço 4, numero 116)

4 **Manuel Cardoso Frayão**: foi padre e teve varios beneficios.

4 **Vicente Feo Cabral**: morreu menino.

IV **João Feo Cabral.** Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei D. Affonso VI, com mil e seiscentos réis de moradia por mez e alqueire de cevada por dia, por alvará de 23 de abril de 1660. Cavalleiro da ordem de Christo com quarenta mil réis de pensão em commenda, em attenção a ter pago quarenta e oito mil réis de soldo a quatro soldados por seis mezes, que offereceu para ser relevado de servir no Brasil, onde não podia ir em consequencia da sua pouca edade e indisposições; sendo-lhe dado alvará da mercê a 18 de julho de 1639, reformado por outro de 19 de novembro de 1646; e por carta de 16 de abril do dito anno de 1639 lhe foi mandado

de Lisboa, entre Catharina da Fonseca e Barros, sua prima co-irmã, e Balthazar Paes de Castello Branco, outrosim parente d'elle. Nasceu na mesma freguezia em 1579, e ainda existia a 6 de dezembro de 1624: consta de uma quitação passada n'esse dia por Antonio Subtil, procurador de Fernão Mascarenhas de Brito, a elle e ao cunhado Antonio Cardoso, do tempo que moraram em casas do seu constituinte na rua do Barão, desde o S. João de 1620 até outro egual dia do anno acima referido, pela renda annual de sessenta mil réis. Ignora-se quando falleceu, mas sabe-se que n'essa época se achava doido.

4 Vicente Feo Cabral, de quem já se fez menção a paginas 35: e aqui sómente acrescentaremos que em um dos livros de registo de Consultas do Desembargo do Paço do anno de 1636 a 1640 (que estão na Torre do Tombo), a folhas 154 se acha o seguinte: Em carta de Sua Magestade de 17 de maio de 1640. O Doutor Vicente Feo, Prior da egreja de S. Thomé d'essa cidade, Provisor dos casamentos d'ella, me representou pela petição que será com esta carta, que elle é agraduado ha muitos annos nos sagrados canones pela universidade de Coimbra. E que é pessoa de lettras, justiça e inteireza, e que por ter todas as mais partes e qualidades que se requerem para me poder servir, me pedia lhe fizesse mercê mandar que o consultassem nos lugares de lettras que n'elle coubessem, e principalmente nos da casa da Supplicação, encommendo-vos façaes que Vicente Feo seja consultado pelos tribunaes a que tocar nas cousas que lhe couberem. — Miguel de Vasconcellos e Brito Barbosa. — Em 20 de janeiro de 1625, elle e os Doutores Antonio Corrêa, Vigario geral d'esta côrte, e Eugenio Cabreira, todos do Desembargo do Arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro e da sua Relação metropolitana, foram testemunhas da

lançar o habito da mesma ordem de Christo, passando-se-lhe os alvarás de profissão e de Cavalleiro e como tal armado na egreja de Nossa Senhora da Conceição d'esta cidade. El-Rei D. Philippe III, por carta de 11 de julho de 1640, lhe deu o officio de Thesoureiro da casa de Ceuta que se achava vago, e que El-Rei D. João IV lhe confirmou de propriedade e com o titulo de Thesoureiro Mór aos 17 do dito mez de 1641. Outrosim teve um officio de Escrivão da Correição do Civel da côrte, que lhe foi dado em dote por seu sogro, o qual renunciou em virtude da faculdade outorgada em alvará de 6 de novembro de 1646, expedido para esse fim; e por outro de 22 de maio de 1666 houve serventia por tres annos do de Thesoureiro da alfandega de Lisboa. Familiar do santo officio por carta de 19 de abril de 1660. (Veja-se Habilitações do mesmo tribunal, maço 8, numero 268, de João.) Succedeu na casa de sua mãe, que constava de varios prasos, e possuia dois padrões de juro, um de vinte mil réis, que havia comprado á fazenda real e era de 20 d'outubro de 1661, e outro de quarenta mil réis por troca que havia feito com a mesma fazenda real, cedendo de oitocentos mil réis que tinha como interessado na companhia geral do commercio do Brasil e havia data de 1 de agosto de 1665: tratou-se á lei

collação do Doutor André Franco, do Desembargo de Sua Magestade, Juiz geral n'esta sua côrte com alçada das tres ordens militares, Freire professo na ordem de S. Thiago, Prior da egreja parochial do dito Santo n'esta cidade, em que foi apresentado por El-Rei D. Philippe III, e confirmado pelo mencionado Arcebispo. (Collecção das Gavetas no dito Archivo, gaveta 19, maço 3, numero 32.) Veja-se *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza* por D. A. C. de Sousa, tomo X, paginas 260.

Estes cinco irmãos foram filhos de Pedro Fernandes de Gouvêa, Escudeiro da casa de El-Rei D. João III, acrescentado a Cavalleiro com setecentos réis de moradia por mez e alqueire de cevada por dia (Moradias da casa real, livro II, maço II, folha 92 v. no Archivo da Torre do Tombo). Aljubeiro do aljube ecclesiastico de Lisboa, por sua mulher. Morreu em 1 de maio de 1597 e jaz na Sé d'esta cidade. Era natural de Villar Mayor, concelho de Gouvêa, filho de Sebastião Fernandes de Gouvêa, de Roxem, concelho de Bem Viver, onde muitas vezes serviu de Juiz Ordinario, e de Antonia Gonçalves, filha de João Affonso, de S. Martinho de Lobeada, todos pessoas de *boa casta* e das principaes da terra. E de Isabel Feo de Castello Branco, com quem casou aos 28 de maio de 1570 na dita Sé metropolitana, e n'essa egreja está sepultada, tendo fallecido a 4 de março de 1612; do seu assento do obito consta os filhos que deixamos referidos. El-Rei D. João III lhe passou um alvará a 26 de julho de 1546, que está a folhas 136 v. do livro LX da sua Chancellaria, confirmando a compra que ella, por instrumento publico lavrado em Lisboa aos 8 de março d'esse anno nas notas do Tabellião Henrique Nunes, fizera a Violante de Oviedo, mulher de Balthazar de Belmonte, e filha de Rodrigo Pardo, castelhano, de uma pensão annual de doze mil réis imposta no officio de

da nobreza com liteira e cavallos, como se vê de um inventario de seus bens por elle escripto aos 16 de maio de 1655, o qual ainda hoje existe. Nasceu n'esta cidade, gemeo com seu irmão Francisco; foi baptisado na Sé em 1 de dezembro de 1616 por seu tio Vicente Feo Cabral; e falleceu na freguezia de Santo André aos 29 de novembro de 1670: está sepultado na egreja do convento de Santo Eloy, em jazigo proprio. Casou com D. Isabel Peçanha Feo, sua prima, com quem se recebeu na parochial de S. Thomé aos 24 de janeiro de 1637, precedendo escriptura nupcial lavrada nas notas do Tabellião Sebastião Machado, aos 5 de abril de 1636. Nasceu n'esta mesma cidade de Lisboa, e foi baptisada na Sé aos 11 de dezembro de 1611 pelo seu parente o Doutor Paulo Feo de Castello Branco: teve em dote, além do officio já mencionado, um padrão de dez mil seiscentos quarenta e tres réis de juro que se averbou em nome do marido, e pelo fallecimento de seu pae succedeu na administração da capella de Violante de Sequeira. Morreu aos 7 de setembro de 1667, e suppomos que foi sepultada na antiga egreja de S. Mamede. Filha unica de Luiz da Motta Feo, de quem já fallámos a paginas 36 e adiante trataremos, e de Joanna Murzello Peçanha.

Escrivão d'ante os Corregedores, que servia Luiz da Motta, a qual a ella fora dada por carta de 3 de outubro de 1547, pelos serviços dos ditos pae e marido.

Da mesma senhora foram irmãos.

Do primeiro matrimonio de seu pae:

1 Diogo Paes, em quem a mãe noméa em seu testamento umas casas foreiras ao convento de S. Vicente de Fóra, situadas no bairro dos Escolares.

2 Paulo Cabral de Castello Branco. Escudeiro Fidalgo da casa de El-Rei D. Philippe I, a que foi acrescentado de Moço da Camara com oitocentos réis de moradia por mez e alqueire de cevada por dia, do que pelo Conde Mordomo Mór, um dos Governadores do reino, lhe foram mandados pagar seis mil réis dos seus corregimentos em 21 de março de 1594 (Veja-se liv. V das Ementas, fol. 161, na Torre do Tombo). Foi servir á India, onde se achava em 15 de outubro de 1583, dia em que se lhe passou um brazão de armas de *Castello Branco-Paes-Feo-Cabral*, feito por Diogo de S. Romão, Portugal principal Rei de armas, e n'elle se encontram as seguintes declarações: «que elle descendia por linha directa legitima e sem bastardia por parte de seu pae Antonio Feo de Castello Branco e de sua mãe Catharina da Fonseca Cabral, e de seus avós Vasco Paes de Castello Branco e Fernão Pires Cabral, e de seus bisavós Vasco Paes de Castello Branco e Leonor Fea e Pero Vaz Cabral, Conego que foi d'esta cidade de Lisboa, e Governador d'este arcebispado no espiritual e temporal, pelo Cardeal D. Jorge quando esteve em Roma o Mestre das In-

Tiveram filhos.

5 **Luiz da Motta Feo,** que continua.

5 **José Feo de Castello Branco.** Nasceu n'esta cidade e foi baptisado pelo Doutor Vicente Feo Cabral, na antiga egreja de S. Mamede, a 7 de junho de 1647, tendo por padrinho ao Conego Valentim Feo da Motta. Fidalgo Capellão da casa de El-Rei D. Pedro II, com mil e duzentos réis por mez e alqueire de cevada por dia de moradia, por alvará de 20 de novembro de 1690; passando-se-lhe outro, em 5 de fevereiro de 1694, de dois mil trezentos setenta e cinco réis da vestiaria annual. Ao dito foro foi acrescentado do de Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. Affonso VI, em que tinha sido tomado a 19 de junho de 1680. Teve o habito da ordem de Christo com trinta mil réis de tença, que lhe foi mandado lançar por portaria de 24 de maio de 1674, passada a seu pae, em que é feita esta mercê pela resolução do Principe D. Pedro de 6 de ja-

fantas D. Catharina e D. Beatriz. E de seus terceiros avós Isabel Vaz de Castello Branco e João Feo. E de seus quartos avós Pero Feo e Martim Vasques de Castello Branco, que foi Alcaide Mór das villas da Covilhã e Moura, e Monteiro Mór de El-Rei D. João I, etc.» Morreu na cidade de Goa, onde havia casado com Catharina Rodrigues de Araujo.

Tiveram filha.

Maria Feo de Castello Branco, que casou com Diogo de Andrada. —Sem mais noticia.

3 Isabel da Fonseca: vivia ainda em 1555, porque n'esse anno é tambem contemplada pela mãe no seu testamento, mas já era fallecida em 1585. Casou com Luiz da Motta, Escudeiro da casa de El-Rei D. João III, que lhe fez mercê por carta de 31 de maio de 1546 do officio de Escrivão da correição da côrte, que estava vago pela morte de João de Mattos. A falta de documentos nos faz ignorar quem foram seus paes: o nome de Luiz da Motta acha-se repetido desde a mais remota época da monarchia nos livros das Chancellarias dos nossos Reis e nas preciosas collecções de documentos que existem no Archivo da Torre do Tombo. As obras genealogicas dão esta familia como descendente de Mem Gundar da Motta, que veiu com o Conde D. Henrique, denotando bem este appellido e as flores de liz que tem por armas, a sua origem franceza, e é do Ducado de Borgonha, onde está o solar, que é o Chateau de la Mothe, o qual em 1825 andava annunciado para venda.

Tiveram filhos.

4 Antonio Feo de Castello Branco, que morreu moço.

neiro e 15 de julho de 1667, e despacho de 17 de maio de 1674, em respeito aos seus segundos serviços por mais dez annos continuados do de 1654, no exercicio de Thesoureiro Mór da casa de Ceuta «e em to«dos se haver com verdade, satisfação e limpeza, nas occasiões do aperto «da fazenda real buscar dinheiro sobre seu credito, para se aprompta«rem os Governadores de Africa e se acudir a outras necessidades pre«cisas, e na cidade de Tangere ser entregue aos inglezes buscar assim «mesmo quantidade de dinheiro, e dar outro de sua casa, para os Mi«nistros que foram áquella praça e para as ajudas de custo que se deram «a alguns Cavalleiros e Corregedor d'ella, sem que a isso fosse obrigado «por razão do seu officio, mas sómente porém, em occasião de tanto aper«to, fazer estes serviços: ultimamente servir desde o anno de seiscentos e «sessenta até o de seiscentos e sessenta e seis de Thesoureiro da alfan«dega d'esta cidade, pelo fazer com toda a verdade e zêlo, não ficar de«vendo coisa alguma á fazenda real nas contas que deu do seu recebi«mento e do que tirou quitação, etc., etc.» Da mercê do habito não se

2 **Maria da Motta**: nasceu em Lisboa em 1542 e foi educada na real casa da Misericordia, onde n'essa época se recolhiam as pessoas de qualidade que ficavam orfãs e pobres, e eram por ella dotadas. Por morte de seu tio Diogo Paes, houve as casas que elle tinha, por instrumento de novo emprasamento feito no mosteiro de S. Vicente de Fóra aos 3 de março de 1585, por João Rodrigues Jacome, Tabellião de notas n'esta cidade e da mesma casa, que no dia 5 seguinte lho foi ler na *pousada em que ella pousa junto ao Aljube*. Na enfermidade do Cardeal-Rei, sendo-lhe receitado para seu sustento leite de peito a nomeou para sua ama; foi ella para Almeirim, onde então se achava a côrte, e ahi esteve exercendo aquelle mister perto de um anno, que tanto durou ainda a vida de Sua Alteza. É esta escolha mais uma prova da nobreza da mesma senhora: os nossos primeiros Soberanos não admittiam para semelhantes empregos pessoas mechanicas; esse mesmo costume seguiu a casa de Bragança em quanto foi Ducal, porém logo que subiu ao throno caiu isto em desuso, indo em declinação, reduzindo-se ao mais ordinario. Pelo mencionado serviço deu El-Rei D. Philippe I, em 12 de setembro de 1591, á dita senhora um padrão de dois moios de trigo de tença cada anno, do qual pouco se logrou, porque falleceu na freguezia de Nossa Senhora dos Anjos a 2 de janeiro de 1594, e enterrou-se na Sé, no jazigo da familia junto á capella de Santa Luzia. (Veja-se Chronica do Cardeal-Rei D. Henrique, e Vida de Miguel de Moura, escripta por elle mesmo, publicada com algumas annotações pela Sociedade Propagadora dos conhecimentos uteis. Lisboa, typographia da Sociedade Propagadora dos conhecimentos uteis, rua Nova do Carmo, numero 39 D, 1840, paginas 178. Chancellaria de El-Rei D. Philippe I, livro XXII, folhas 189 v., na Torre do Tombo). Casou na mesma egreja aos 13 de setembro de 1573, com Ruy Fernandes Cotta, que serviu na India com distincção, ficando aleijado em um

utilisou porque o renunciou em sua sobrinha D. Helena, como adiante se dirá. Foi Conego da Sé d'esta cidade, Coadjutor do seu parente e padrinho Valentim Feo da Motta, que não só nomeou n'elle a dita conesia em 28 de maio de 1680, mas tambem o deixou por herdeiro universal de seus bens, que comprehendiam umas casas defronte da egreja do antigo convento de Santo Eloy, as quaes elle vendeu em 8 de dezembro de 1700, sendo então morador na rua dos Cegos, ao Beneficiado da mesma Sé o Doutor Antonio Lopes Franco. —Damos aqui, por lhe dizer respeito e a seu irmão, um assento que está a folhas 62 do livro I dos baptismos, casamentos e obitos, que comprehende os annos de 1628 até 1742, da antiga freguezia de S. Jorge, hoje em Arroyos, e é o seguinte: «Em 7 de março de 1696, baptisou e poz os santos oleos o pa«dre Cura Antonio Simões Leitão, a Maria, a qual foi achada na rua en«tre umas hervas, pelo Conego José Feo de Castello Branco e seu irmão, «Luiz da Motta Feo, e a mandámos crear pelo amor de Deus, fui eu «seu padrinho, e espero em Deus que a faça uma santa, porque estando

combate, por cujo motivo houve o officio de Porteiro da alfandega de Ormuz, por carta de 23 do fevereiro d'esse dito anno, que está no livro 31 da Chancellaria de El-Rei D. Sebastião, a folhas 201, que depois largou pelo cargo de Guarda das casas da India e Mina d'esta cidade de Lisboa, que lhe deram os Governadores do reino em 11 de março de 1580 e teve carta de confirmação a 9 de julho de 1593. Vagando pelo fallecimento de sua mulher os dois moios de trigo de tença que ella tinha, houve por provisão de 6 de maio de 1598 duas escrevaninhas das naus da carreira da India, sendo uma para o filho Antonio e a outra para dote de uma filha. (Chancellarias dos Reis D. Philippe I, livro 24, folhas 272 v., e D. Philippe II, livro 7, folhas 8) Morreu da peste no anno de 1599: foram seus paes Antonio Fernandes e Anna Fernandes.

Tiveram filhos.

1 André Feo da Motta, baptisado na Sé de Lisboa a 30 de novembro de 1576: morreu creança.

2 Luiz da Motta Feo. Nasceu em Lisboa no anno de 1579 e foi baptisado na mesma cathedral, tendo por madrinha a Violante de Sequeira, mulher de Antonio Gil, Escrivão da Relação Ecclesiastica do arcebispado de Lisboa, foi por ella criado em sua casa merecendo-lhe tanta amizade, que n'elle instituiu uma capella de varias fazendas em Santa Maria dos Olivaes, termo d'esta cidade. Moço da Camara de El-Rei D. Philippe I, e com doze mil réis tença, por alvará de 16 de janeiro de 1607, acrescentado a Escudeiro Fidalgo, com quinhentos réis de moradia por mez, em

«expirando livrou acaso a vida para lograr o sacramento do baptismo. «O Prior *Domingos da Cunha Barreto.*» Se o assento não existisse, era este facto ignorado, porque n'esses tempos praticavam-se as boas acções mas não se apregoavam.

Teve filhas illegitimas.

6 **D. Isabel da Silva**, que nasceu em Lisboa e foi baptisada na egreja de S. José aos 20 de março de 1679: teve por mãe Agostinha da Silva (Aya de D. Luiza Francisca de Sequeira, cunhada de seu pae), baptisada na freguezia do Soccorro aos 5 de março de 1645, irmã de João de Brito, Cura da parochia de Santa Engracia, filhos de Domingos Rodrigues e de Luiza de Brito. Casou a 29 de maio de 1709 na egreja de S. Bartholomeu, com Pedro Cardoso de Sousa, Escrivão da Casa da India por carta de 25 de novembro de 1700; baptisado na mencionada freguezia do Soccorro aos 4 de julho de 1654, filha de outro

16 de julho de 1612, e a Cavalleiro Fidalgo em 1613, com mais trezentos na moradia, que por alvará de 19 de maio de 1644 foi augmentada com outro tanto, para ficar sendo de mil e cem réis por mez e alqueire de cevada por dia com o dito foro. Guarda Damas da Rainha D. Luiza Francisca de Gusmão, por carta de 24 de maio de 1641, e seu Porteiro da Camara. Cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz com vinte mil réis de pensão, pelos serviços que prestou na alçada de Coimbra e na visita do fisco de Evora, por portaria de 23 de outubro de 1646, e por outra dada em Alcantara a 18 de julho de 1647 foi transferido para a ordem de Christo, e se lhe passaram carta de Cavalleiro e alvará do habito em 16 de setembro do mesmo anno, seguindo-se logo o da profissão para que precedeu dispensa por consulta de 23 de agosto anterior, resolvida a 5 do dito mez de setembro por El-Rei D. João IV — *como parece* — por passar de cincoenta annos, tendo já sessenta, e havendo sido approvadas as provanças da sua habilitação por constar d'ellas que em sua pessoa concorrem as qualidades partes e limpeza que se requerem. Em 22 de fevereiro de 1613 teve carta da propriedade do officio de Escrivão da Correição do civel da côrte, que lhe foi dado em dote pelo sogro e da mesma maneira o transmittiu ao genro e filha em virtude de um alvará que tinha de renuncia de 1 de julho de 1641. Tambem serviu de Thesoureiro Mór da casa de Ceuta juntamente com o mesmo genro, como prova uma quitação a este passada em 24 de abril de 1648. Consta mais que fora Contador do priorado do Crato, por alvará do Cardeal Infante D. Fernando dado no anno de 1622. Na Parte I, maço 120, documento numero 42 do Corpo Chronologico, achamos em data de 26 de setembro de 1639 uma sua informação sobre os motivos por que foram isemptas certas pes-

do mesmo nome, Cavalleiro Fidalgo da casa de Sua Magestade e Escrivão da Casa da India, e de D. Leocadia de Sousa Corrêa, irmã do Doutor Antonio de Sousa Corrêa, Juiz do civel e orfãos e ouvidor da alfandega, e de frei João do Rosario, religioso no convento de Santo Antonio dos Capuchos.

Tiveram filhos.

7 **Pedro Cardoso de Sousa.** Nasceu em Lisboa e foi baptisado na egreja do Sacramento a 7 de maio de 1707. Familiar do santo officio por carta de 4 de outubro de 1726. Escrivão da Casa da India por outra de 23 de março de 1737. — C. g.

7 **Francisco Cardoso de Sousa.** Familiar do santo officio por carta de 20 de abril de 1728. Baptisado tambem na freguezia do Sacramento a 19 de janeiro de 1709. Vivia na quinta de Loures. — Sem mais noticia.

soas que tinham bens da coroa, de pagar contribuição para a armada do Brasil. Falleceu em um domingo 6 de dezembro de 1647. Casou na egreja de S. Thomé em 7 de janeiro de 1611, com Joanna Murzello Peçanha, que nasceu na villa de Alcacer do Sal e morreu em Lisboa a 12 de março de 1653: jaz na Sé. Filha unica de Damião Dias Murzello, Moço da Camara de El-Rei D. Sebastião, com quem se achou nas duas jornadas de Africa com seus creados, e ficando captivo na batalha de Alcacere, resgatou-se á sua custa e voltou á patria: tinha servido nas armadas d'alto bordo em galés os annos de 1571, 73, 75 e 76. El-Rei D. Philippe I lhe fez mercê do já mencionado officio de Escrivão da Correição de Lisboa, por alvará de 10 de junho e carta de 3 de agosto de 1587. Falleceu com testamento em 7 de outubro de 1612, e foi sepultado no convento de S. Francisco da cidade. E de Isabel Peçanha, criada de D. Magdalena de Granada, mulher de D. João da Silveira e neta do Infante D. João de Granada, que tinha alvará de promessa de um officio para seu casamento, pelo que lhe foi dado o referido que levou em dote ao marido: filha de Vasco Peçanha, Cavalleiro da ordem de S. Thiago, e de Isabel Mouzinho. Houve Damião Dias Murzello, seis irmãos e irmãs dos quaes só nos constam dois, a saber: Cosme Murzello, que tambem serviu nas mesmas armadas em 1571 e 1575, e na primeira jornada d'Africa e com um creado sem soldo; e Joanna de Andrada, em quem a mãe nomeou a feitoria de Goa, e d'ella se passou carta em 6 de março de 1600 a Duarte Pacheco de Araujo, por estar com ella casado, para a ter com cem mil réis de ordenado cada anno, e trinta e seis mil réis de aposentadoria, que somma cento trinta e seis mil réis, e por tres annos na vagante dos providos antes de 3 de no-

6 **D. Caetana Isabel de Castello Branco,** de quem ignoramos o nome da mãe. Teve varias tenças: uma de doze mil réis por anno e uma fanga de trigo por mez no almoxarifado de Mazagão, com vencimento de 4 de setembro de 1728, por alvará de El-Rei D. João V de 20 do dito mez e anno; e outras de duzentos e cincoenta réis e de quatrocentos réis, aquella com dois alqueires e esta com uma fanga de trigo por mez, a começarem a 18 de novembro de 1729, e por alvarás do mesmo senhor de 20 de fevereiro e de 9 de julho de 1731, e ambas no referido almoxarifado. Viveu recolhida no convento das freiras de Santa Monica d'esta cidade, onde morreu em 7 d'agosto de 1774, e foi sepultada no jazigo das mesmas religiosas com licença do Patriarcha: fez testamento a 6 de outubro de 1773 a favor do seu parente Luiz da Motta Feo e Torres.

5 **D. Thomazia Maria de Castello Branco.** Nasceu n'esta cidade a 7 de março de 1652 e foi baptisada na egreja da antiga freguezia de S. Mamede. Seu

vembro de 1577, e houve alvará de licença em 27 de abril de 1604 para a poder renunciar, como se vê da verba posta na carta a 5 de março de 1605. Todos filhos de Jorge Murzello, Moço da Camara dos Reis D. João III e D. Sebastião. Escrivão da Feitoria de S. Jorge da Mina por carta de 8 de janeiro de 1557, e se lhe passou quitação, a 8 de março de 1566, do tempo que n'ella serviu, que foi de 13 de dezembro de 1558 até fim de janeiro de 1559. Morreu servindo de Capitão de uma das companhias de Lisboa. E de Victoria de Andrada, que sendo elle já fallecido, teve pelos seus serviços uma tença de dez mil réis por anno, por alvará de 30 de maio de 1579, e a feitoria de Goa por tempo de tres annos na vagante dos providos antes de 3 de novembro de 1577 em que se fez a mercê, e para a pessoa que casar com uma das filhas; passando-se-lhe alvará de lembrança feito em Lisboa a 12 de janeiro de 1583, em virtude do qual ella a nomeou na filha Joanna de Andrada, como fica dito.

Tiveram filhos.

1 D. Isabel Peçanha Feo, que casou com o seu parente João Feo Cabral, a paginas 675.

2 D. Maria Peçanha Feo: morreu de pouca edade.

3 Miguel Feo. Baptisado na Sé a 5 de fevereiro de 1583. Tabellião de notas da villa de Penamacor, por alvarás de lembrança de 9 d'outubro de 1625 e de 13 de julho de 1646, officio que lhe alcançou D. Nuno Alvares de Portugal, Governador do reino, o qual em seu testamento pede para elle ser melhorado no mesmo.

pae lhe nomeou não só varios prasos, mas tambem por escriptura lavrada aos 24 de outubro de 1678 nas notas do Tabellião Bernardo Cardoso, uma mercê que tinha de quarenta mil réis effectivos e annuaes, por portaria de 24 de maio de 1674 e para o que estava auctorisado por despacho de Sua Alteza de 7 e resolução de 22 de setembro de 1676. Morreu em 1 de agosto de 1722 em Povos, e ahi jaz na egreja de Nossa Senhora da Assumpção. Casou na de S. Thomé d'esta cidade em 22 d'esse mez de 1683, com Gaspar Garcez da Cunha, de quem foi terceira mulher, Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. Affonso VI por alvará de 1670. Cavalleiro na ordem de Christo, com vinte mil réis de tença, por padrão de 12 de fevereiro d'esse anno, expedindo-se-lhe a 6 de janeiro de 1673 a carta do habito e os alvarás para elle lhe ser lançado e professar. Thesoureiro da alfandega de Lisboa e Escrivão da meza grande. Familiar do santo officio por carta de 21 de outubro de 1675. (Torre do Tombo, Habilitações do santo officio, maço 4, de Gaspar, nu-

4 Luiza da Motta Feo. Nasceu em Lisboa e foi baptisada na Sé aos 18 de dezembro de 1585. Sendo ainda solteira succedeu a seu pae no officio de Guarda da casa da India por alvará de lembrança feito a 4 de novembro de 1599; e teve tambem as duas escrevaninhas das naus da carreira da India, que haviam sido dadas a seu pae por alvará de 6 de março de 1598, e ella as houve na vagante dos providos antes de 20 e de 11 d'esse mez, uma no anno de 1594 e outra no de 1600, e por portaria de 3 de abril de 1602, que veiu a ter effeito por identicas de 10 de outubro de 1640, de 6 d'esse mez de 1644; e por alvará de 15 egualmente d'elle. Morreu em um domingo 7 de novembro de 1660, achando-se viuva de Manuel Lopes Pinto, ao qual levou em dote o mencionado officio de Guarda da casa da India, que n'elle se verificou por carta de 29 de julho de 1602, assim como por alvará feito por João Feo em 9 de novembro de 1626 e reformado por outro de 10 de outubro de 1645, as ditas escrevaninhas: o officio renunciou depois em virtude de alvará que para isso lhe foi dado em Madrid a 29 de novembro de 1637; e tendo tido outro passado a 12 de março de 1647, concedendo licença para poder fazer o mesmo das escrevaninhas não se aproveitou d'ella, mas sim a mesma senhora, a quem foi confirmada por novo alvará de 11 de outubro de 1658. Falleceu em 12 de novembro de 1647, achando-se tolhido de um ar de paralysia, que lhe deu estando de serviço na carga de uma das naus que no anno de 1648 foi para a India. Era natural de Evora: filho de João Lopes Pinto e de Joanna Mendes, elle nascido em Lisboa e ella em Monte Mór o Novo.

Tiveram filhos.

1 Luiz da Motta Feo: baptisado na Sé de Lisboa a 9 de março de 1609. Morreu de pouca edade.

mero 112) Sobreviveu á mulher, mas já era fallecido, na sua quinta do Formigal em Obidos, a 27 de novembro de 1724, época em que os filhos fizeram desistencia dos seus bens. Seus paes foram Manuel Garcez da Cunha e D. Catharina da Cunha Rebello, natural de Cascaes; elle Fidalgo Cavalleiro da casa do dito Rei D. Affonso, por alvará de 30 de janeiro de 1667, Cavalleiro da ordem de Christo com quarenta mil réis de tença por padrão de 7 de agosto de 1665, e por outro de 12 de fevereiro de 1670 se verificou n'elle uma pensão de sessenta mil réis que tinha o avô, que tambem, por alvará de 16 de setembro de 1629, lhe renunciou o officio de Escrivão da alfandega d'esta cidade e lhe foi dada carta a 10 de dezembro de 1650. Serviu o cargo de Guarda Mór da mesma alfandega no impedimento do proprietario, que, com os mais officiaes da mesma casa, excepto, foram comprehendidos na devassa que então n'ella se tirou. Capitão de ordenanças d'esta cidade nove annos, durante a guerra, fazendo larga despeza da sua fazenda nas occasiões do serviço com os soldados da sua companhia. Foi aposentado

2 João da Motta Feo: baptisado na mesma pia acima dita aos 26 de dezembro de referido anno de 1609. Abraçou o estado ecclesiastico para o qual se habilitou por sentença de 10 de outubro de 1630: foi Beneficiado em S. Gens de Arganil, e entrou depois para a ordem dos Prégadores com o nome de Agostinho Baptista.

3 Leonardo da Paixão, religioso da terceira ordem.

4 Valentim Feo da Motta. Nasceu n'esta cidade no anno de 1614 e n'ella casou em 1 de janeiro de 1640, na ermida do Espirito Santo, freguezia de Nossa Senhora da Encarnação, com Luiza de Abreu, viuva de André Leitão, a qual falleceu de parto morando na rua das Gavias, a 11 de janeiro de 1641, e foi sepultada na egreja do Carmo. Ficando viuvo habilitou-se para a vida ecclesiastica por sentença de 26 de dezembro d'esse anno: tomou ordens de epistola em sabbado das temporas de S. Mattheus de 1644, na egreja de S. Julião, e no dito anno, a 17 de dezembro, as do evangelho na ermida do Espirito Santo, dadas pelo Bispo de Targa. Bacharel em canones pela universidade de Coimbra, e da sua formatura se lhe passou certidão a 25 de novembro de 1652; e já a este tempo tinha uma Conezia na Sé de Lisboa, de que tomara posse em 17 de junho do referido anno de 1644. Disse a primeira missa a 30 de maio de 1650 na egreja do convento de S. Bento de Xabregas, sendo padrinhos Vicente Feo Cabral e frei Thomaz da Motta, Provincial de S. Domingos. Foi Vigario Geral do arcebispado de Lisboa em sede vacante etc. (veja-se a paginas 36). Falleceu n'esta cidade em 1689,

no logar de Secretario da Junta do Commercio por alvará de 7 de junho de 1689. Serviu varios annos de Thesoureiro Mór da junta dos tres estados, e a 22 de fevereiro de 1670 se lhe passou carta de quitação da quantia de mil cento sessenta e dois contos novecentos dezoito mil trezentos trinta e seis rèis, que despendeu desde 25 de setembro de 1665 até 10 de janeiro de 1669. Ainda vivia em 29 de maio de 1691, dia em que se lhe passou um alvará desonerando-o da pensão de cincoenta mil réis que tinha Isabel Maria, viuva de Pantaleão Figueira, seu antecessor na dito logar de Secretario da Junta do Commercio. Succedeu na casa ao avô Gaspar Garcez. Do pae foi irmão Jacinto Garcez, Escudeiro Fidalgo da casa de El-Rei D. Philippe II, a que foi acrescentado de Moço da Camara, mandando-se-lhe pagar em 28 de março de 1612 seis mil réis do dito acrescentamento pelo Thesoureiro da casa; e passando a servir na India lá foi captivo dos moiros na fortaleza de Camarão, e por elles morto soffrendo martyrio pela santa fé.

com testamento feito a 24 de setembro do mesmo anno, nomeando herdeiro a José Feo de Castello Branco, seu parente, afilhado e Coadjutor. Jaz na egreja do convento de Santo Eloy. No estado de casado

Teve filha.

D. Thereza Maria Feo, que veiu ao mundo no dia 11 de janeiro de 1641 em que foi baptisada na egreja do Loreto: falleceu em sabbado 9 de junho de 1663, e descança na Sé. O nascimento d'esta senhora causou a morte a sua mãe, e do pae mereceu que em um livro dos seus assentos deixasse a seguinte nota: — Deus lhe perdoe tal desgosto qual me deu. Casou com Agostinho Barbosa de Paços, Fidalgo da casa de Sua Magestade, Cavalleiro Professo da ordem de Christo, natural de Caminha. Filho de Francisco Barbosa Pitta, tambem Fidalgo da casa, e de D. Maria da Costa de Mesquita Passos Soutomaior. Para ter logar este casamento, que por motivo de nós ignorado era contrario á vontade de seu pae, foi ella tirada pela justiça da casa em que elle morava defronte do mosteiro de Santo Eloy: em quinta feira de Endoenças 7 d'abril de 1662 foi levada á egreja de S. Bartholomeu, onde lhe foram feitas as perguntas do estylo pelo Doutor Henrique de Sousa Serrão, Protonotario apostolico de Sua Santidade e Ouvidor da capella real de Sua Magestade, Desembargador da relação ecclesiastica em esta côrte metropolitana cidade de Lisboa, Vigario geral n'ella e seu arcebispado pelos muitos reverendos senhores Deão e Cabido sede vacante, etc.; ás quaes ella respondeu entre outras coisas, que

Tiveram filhos.

6 **João Feo Cabral.** Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. Pedro II por alvará de 15 de junho de 1696. Falleceu em 1697, de treze annos de edade.

6 **José Feo de Castello Branco,** Fidalgo Cavalleiro da casa do mesmo Rei D. Pedro II por alvará de identica data ao do irmão, no qual é dito José Xavier. Seguiu a vida ecclesiastica ordenando-se no anno de 1711, e as suas habilitações de genere acham-se na Camara Ecclesiastica d'esta cidade, Maço 155, numero 20, lettra J, de genere. Foi Beneficiado na egreja parochial de S. Bartholomeu da Castanheira; e n'essa villa morreu em 1730, com testamento aberto aos 22 de abril d'esse anno, deixando por universal herdeiro dos prasos e mais bens que lhe vieram por morte de sua mãe, a Antonio Feo Cabral, seu primo.

nomeára por escripto de procuração a D. Simão de Vasconcellos, filho do Conde de Castello Melhor, para em seu nome se receber com o dito noivo, feito a 22 de março do mesmo anno e reconhecida a sua lettra pelo Marquez Almirante. Passou n'esse dia a ser depositada no recolhimento de Nossa Senhora da Conceição dos Cardaes, onde se conservou até se effectuar o matrimonio (de que não teve geração), correndo-se para elle os banhos a 9 de abril do dito anno de 1662. (Camara Ecclesiastica do Patriarchado, Papeis matrimoniaes, 1662, maço 1, numero 1)

5 D. Maria da Motta Feo, que morreu donzella.

5 Antonio Fernandes. Baptisado na Sé de Lisboa aos 29 de julho de 1588. Tinha mercê de uma das escrevaninhas das naus da carreira da India, que não logrou porque falleceu da peste em vida do pae, no anno de 1599.

4 Brites Feo de Castello Branco. Casou na Sé aos 18 de abril de 1575 com Jorge Fernandes: sem mais noticia.

5 Antonia Paes de Castello Branco. Baptisada na Sé, e n'ella casou aos 7 de janeiro de 1572 com Antonio Dias de Miranda, Moço da guarda roupa do Cardeal Infante D. Henrique, e Escrivão da relação ecclesiastica d'esta cidade.

Tiveram filhos.

1 Jeronymo. Baptisado (assim como os mais irmãos na Sé de Lisboa) a 6 de novembro de 1572: sem noticia.

V **Luiz da Motta Feo,** Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. Affonso VI por alvará de 19 de junho de 1660. Cavalleiro da ordem de Christo, contando apenas dez annos de edade, passando-se-lhe alvará de Cavalleiro e carta do habito em 30 de janeiro de 1654, precedendo dispensa do impedimento da menoridade, por consulta da Mesa da Consciencia e Ordens de 11 de dezembro de 1653, resolvida pela seguinte maneira — Como parece. Salvaterra, 19 de janeiro de 1654: com a rubrica do senhor Rei D. João IV. — Outrosim lhe foram expedidos mais dois alvarás: um de lembrança de trinta mil réis de pensão em commenda a 26 de fevereiro d'esse anno, graça esta que fora feita a seu pae para se verificar no filho primogenito; e outro em 24 de setembro de 1672 para professar no convento de Thomar. Thesoureiro Mór da casa de Ceuta por carta de 24 de março de 1691. Familiar do santo officio aceito a 6 de julho de 1667. (Veja-se na Torre do Tombo, Habilitações do mesmo tribunal, maço 3, de Luiz, numero 110) O monarcha que deixamos dito lhe escreveu a seguinte carta:

2 Maria. Baptisada a 1 de janeiro de 1575: morreu creança.

3 Simôa Paes de Castello Branco. Em 20 de fevereiro de 1623 lhe foi confirmada, por insinuação regia, a mercê que lhe fez sua irmã Maria, das bemfeitorias da quinta de Possollos.

4 João Paes Cabral. Baptisado em 21 de novembro de 1580. Doutor em Canones pela universidade de Coimbra. Professo na ordem de S. João de Jerusalem e n'ella Commendador da egreja de S. Thiago de Marvão. Prior da de S. Thomé de Lisboa e o era nos annos de 1609 a 1612. Visitador d'este arcebispado e do priorado do Crato. Jaz em S. Francisco de Portalegre.

5 Valentim. Baptisado a 20 de fevereiro de 1583. Morreu de pouca edade.

6 Maria. Baptisada a 19 de janeiro de 1586. Teve egual sorte á do irmão.

7 Valentim Feo. Baptisado a 7 de novembro do mesmo anno de 1586. Entrou para a ordem terceira de S. Francisco, professando no convento do Vimioso aos 8 de dezembro de 1599. Foi Padre Perpetuo, Prégador Geral, Deputado da junta da cruzada, e 18.º Provincial eleito a 2 de agosto de 1626. Durante o seu governo deu principio á fundação do convento de Monchique, tratando da doação, na visita que ali fez, com o Vice-rei da India Pedro da Silva, que o edificou á sua custa e se lavrou a escriptura em 1632, já em tempo do seu successor o Provincial frei Manuel de Santo Antonio. Findou o triennio em 15 de dezembro de 1629; e morreu em Lisboa no convento de Jesus aos 15 de outubro de 1650.

«Luiz da Motta Feo. Eu El-Rei vos envio muito saudar. Tendo resolvido «passar a Alemtejo, e commigo o Infante D. Pedro meu muito amado e «presado irmão, e porque convem que me acompanhe a nobreza d'este «meu reino, com o amor que em semelhantes occasiões mostrou a seus «Reis, e de vós confio o fareis muito conforme a vossas obrigações; vol-o «mando avizar para que aos vinte e cinco do corrente vos acheis na villa «de Setubal aonde é minha primeira jornada: e espero o vosso zêlo sup«prirá a brevidade do tempo. Escripta em Lisboa a vinte e dois de maio «de 1663. Rei. — Conde de Castello Melhor. — Para Luiz da Motta Feo. «*Sobrescripto:* A Luiz da Motta Feo, Fidalgo da sua casa.» Não hesitou elle em cumprir logo esta determinação, com o zêlo que o distinguiu sempre no serviço do Rei e da patria, e de que bastantes provas deu no desvelo com que abasteceu a praça de Mazagão nos dois annos em que este encargo correu por conta da fazenda real. Nasceu n'esta cidade em 1645, e foi baptisado na antiga egreja da freguezia de S. Mamede; privando-nos

(Vejam-se as *Memorias Historicas do senhor Bispo de Beja;* a *Origem e progresso das linguas orientaes*, e o *Compendio historico da congregação da terceira ordem de Portugal,* pag. 164 das obras compostas por frei Vicente Salgado, ex Geral e Chronista da mesma Congregação, Lisboa 1793, na officina de Simão Thaddeo Ferreira. Com licença da real meza da Commissão Geral sobre o exame dos livros) Passados foram mais de duzentos e vinte annos, quando no de 1852 eu, o primeiro individuo da sua familia que outra vez foi a Monchique, lá vi o misero estado a que a mão devastadora da época tinha já reduzido o edificio do convento, a que elle fora assistir no lançamento da primeira pedra da sua edificação.

8 Catharina da Fonseca e Barros. Nasceu n'esta cidade em 1588, e casou na Sé aos 5 de maio de 1614, com Balthazar Paes de Castello Branco, seu parente, natural da Covilhã, filho do Licenciado Alvaro Rodrigues e de Isabel Paes de Castello Branco.

9 Maria Feo de Castello Branco. Nasceu em Lisboa, e tambem na Sé foi baptisada aos 8 de janeiro de 1589. Casou com João da Serra de Moraes, de quem foi primeira mulher. Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei D. João IV, a que foi acrescentado de Escudeiro Fidalgo por alvará de 20 de março de 1645, e por outro de 20 de julho de 1646 lhe foi mandado haver na cevadaria e em especie o alqueire de cevada que tinha da moradia. Cavalleiro da ordem de Christo com quarenta mil réis de tença por portaria de 26 de março de 1627. Escrivão da meza grande da alfandega de Lisboa por carta de 21 de novembro de 1630, confirmada a 19 de maio de 1641, officio que lhe veiu por sua segunda mulher D. Isabel de Lasso de la Vega. Servidor da toalha pela renuncia que n'elle fez seu

a anniquilação total que a mesma e o seu cartorio soffreram pelo fatal terramoto de 1755, de sabermos quando essa ceremonia se celebrou. Morreu a 17 de outubro de 1696 e sepultou-se no mencionado mosteiro de Santo Eloy, que não escapou a egual destruição, e hoje, com a denominação de Loyos, serve de quartel a uma companhia d'infanteria da guarda municipal. Casou por escriptura de dote e arrhas lavrada nas notas do Tabellião Antonio Nunez Canavez aos 13 de setembro de 1670, e com dispensa a banhos sentenceada a 15 de janeiro de 1671, se recebeu na freguezia do Salvador aos 17 d'esse mesmo mez e anno, com D. Luiza Francisca de Sequeira, que nasceu n'esta cidade e foi baptisada a 2 d'outubro de 1639 na egreja de Nossa Senhora do Loreto. Falleceu em 21 de janeiro de 1677 na parochia de S. Vicente de Fóra, e jaz com o marido em Santo Eloy. Filha unica de Antonio de Abreu de Sequeira, Desembargador da relação do Porto, e de D. Helena de Mendoça; fallecidos, elle em 13 de junho de 1670, e ella a 23 de maio de 1685. Neta paterna de Christovão de Abreu Pereira, Des-

pae, em virtude de um alvará que para isso tinha sido dado a 9 de dezembro de 1639, e por outro de 12 de janeiro de 1647, expedido ao Mordomo Mór, se lhe mandaram pagar cinco moios e seis alqueires de cevada que com elle tinha de moradia. Serviu em cinco armadas, sendo a ultima a que se perdeu na costa de França em 1627, e salvando-se veiu para o reino trazendo muitos soldados pobres que sustentou á sua custa, e depois por differentes vezes saiu das Caldas da Rainha com criados e escravos, para acudir aos rebates dos moiros e dos hollandezes na barra de Selir do Porto, que vinham em seguimento de navios nossos. Succedeu a seu pae no morgado dos Pinheiros, etc., e morreu a 9 de novembro de 1667. Foi filho de Paulo da Serra de Moraes e de D. Margarida Pacheco, outrosim filha de Duarte Pacheco, que morreu degolado em Lisboa por seguir as partes do senhor D. Antonio, Prior do Crato. Elle Paulo da Serra de Moraes, Moço da Camara acrescentado a Escudeiro Fidalgo em 20 de dezembro de 1581. Cavalleiro da ordem de Christo, etc., que se achou na batalha de Alcacere, em que foi captivo e se resgatou; instituindo depois, a 26 de fevereiro de 1633, o morgado de que era cabeça a quinta dos Pinheiros nas Caldas. Morreu em 1645, e era cavalleiro de muita distincção. Por seu pae bisneto de M. de Serre, Cavalleiro da ordem do Tosão de Oiro e Capitão da guarda de El-Rei de França, que por causa de um desafio se veiu amparar de El-Rei D. Manuel, e morreu em Portugal a 11 de junho de 1553; e por sua mãe neto de Francisco de Moraes Cabral, chamado o Palmeirim, por ser auctor da chronica do *Palmeirim de Inglaterra*.

Tiveram filhos.

1 D. Antonia de Castello Branco, que morreu creança.

embargador da casa da supplicação, e de D. Luiza de Sequeira; e materna de Francisco Soares Botelho, Escrivão das sizas e guias de Villa Real e de D. Isabel Corrêa de Mendoça.

Tiveram filhos.

6 **João Feo Cabral.** Baptisado na freguezia de Santo André a 11 de abril de 1672. Falleceu de pouca edade.

6 **D. Helena Leocadia de Mendoça.** Nasceu n'esta cidade e n'ella foi baptisada na dita egreja de Santo André a 5 tambem d'abril de 1673. Teve duas tenças annuaes de trinta mil réis cada uma: a primeira, que era assente no almoxarifado dos vinhos de Lisboa, n'ella renunciou sua avó materna e se lhe passou padrão a 20 de julho de 1685; e a segunda de pensão com o habito de Chrtsto, por cedencia de seu tio José Feo de Castello

2 Paulo da Serra de Moraes, que succedeu nos officios e morgado de seu pae e da primeira mulher D. Helena da Fonceca Saraiva, filha de Balthazar da Fonceca Saraiva, senhor do morgado de Darey, que foi captivo na batalha de Alcacere e se resgatou, e de Paula Rebello de Carvalho.

Teve filhos.

1 José da Serra de Moraes: herdou os officios e morgados de seus paes. Vivia ainda em 12 de novembro de 1699, em que foi ouvido como testemunha na habilitação do seu parente Antonio Feo Cabral, para ler no Desembargo do Paço. Casou com D. Maria Magdalena Feo de Castello Branco e Mendoça, sua prima co-irmã, 5.ª senhora da quinta dos Amiaes e do morgado pequeno de Camarate, que lhe nomeou seu pae. Existia ainda no anno de 1718, em que foi madrinha de uma neta.

Tiveram filhos.

1 Fernando de Moraes da Sorra.

2 D. Helena Margarida de Mendoça.

Ambos morreram de poucos annos.

3 D. Margarida Helena de Castello Branco da Serra de Moraes. Nasceu na Moita, freguezia da villa d'Alvorninha, e mor-

Branco, como fica dito, por escriptura de 13 de julho de 1697, e se lhe expediu o padrão competente a 19 de outubro d'esse anno. Morreu em Lisboa aos 17 de fevereiro de 1729, com testamento feito a 30 de setembro de 1723, sendo Moça do coro no real mosteiro das Commendadeiras da ordem de S. Thiago em Santos-o-Novo.

6 **Antonio Feo Cabral**, que continua.

6 **José Feo de Castello Branco.** Nasceu gemeo com seu irmão Antonio, e foi baptisado na dita freguezia de Santo André a 21 de junho de 1674. Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei D. Pedro II por alvará de 20 d'abril de 1695. Dedicou-se á vida ecclesiastica ordenando-se em 1692, anno em que a 20 de setembro foi sentenceada a sua habilitação de genere, que está na Camara Ecclesiastica d'esta cidade, 1692, lettra I, maço 104, num. 19. Foi Beneficiado na egreja de S. João de Mucharro da villa de Obidos, e de

reu em Lisboa, no primeiro estado, a 22 de outubro de 1746; fez testamento e sepultou-se na egreja de S. Thomé.

4 D. Jeronyma Maria de Mendoça Zuniga. Nasceu na quinta de Pinheiros, termo da villa das Caldas, e lá foi baptisada na egreja de Nossa Senhora do Populo. Casou com José Alexandre Garcez de Brito Vidal, Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. João V por alvará de 29 de novembro de 1713. Cavalleiro da ordem de Christo, Provedor das lezirias e Contador da fazenda real em Santarem por carta de 27 d'abril de 1736, etc. Tiveram descendencia que findou em Miguel Joaquim da Serra de Moraes Peixoto da Silva Garcez Conto Vidal Zuniga Feo de Castello Branco, seu neto, Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei D. José por alvará de 18 de agosto de 1761. Cavalleiro da ordem de Christo. Provedor das lezirias, tapadas e vallas da villa de Santarem. 9.º senhor da quinta dos Amiaes. Administrador dos morgados da Caridade, da quinta de Pinheiros e de Santo Antonio do Cartaxo, etc.; o qual nasceu em maio de 1753, e morreu pouco depois de ter casado com D. Domingas da Natividade da Costa de Macedo, nascida a 24 de abril de 1783 e já fallecida: filha dos Viscondes de Mesquitella D. José Francisco da Costa de Sousa e Albuquerque e D. Maria José de Sousa de Macedo. (Veja-se a paginas 126 da *Resenha das Familias Titulares, etc.* 1838) Todos os morgados e prasos d'esta casa passaram a Antonio de Abreu de Lima de Moraes da Serra, senhor da casa

S. Vicente de Xira em Villa Franca de Xira, e Conego da Santa Sé metropolitana d'esta cidade, pela renuncia de seu tio, do mesmo nome; e como os Conegos da mesma Cathedral soffressem graves prejuizos com a creação da patriarchal, El-Rei D. João V os remediou fazendo mercê a cada um d'elles do habito da ordem de Christo com doze mil réis de tença, e de um conto duzentos e oitenta mil réis annuaes pagos ás mezadas, com a natureza de padrão de tença e vencimento de 18 de novembro de 1742, como refere João Baptista de Castro, a paginas 337 do tomo III do *Mappa de Portugal*, e está no livro XCIII da Chancellaria do dito Rei, folhas 335, no Archivo da Torre do Tombo. A referida graça do habito de Christo cedeu elle em José Rodrigues Bandeira, a quem se passou padrão a 2 de dezembro de 1743. Falleceu na mencionada freguezia de Santo André em 3 de novembro de 1746, e foi a enterrar no convento de Santo Eloy á sepultura de seus paes; tendo feito testamento a favor de sua prima D. Caetana Isabel de Castello Branco e

do Arco da Portagem em Coimbra, e depois a seu irmão Francisco d'Abreu, que morreu em 1828, extinguindo-se n'elle a familia dos Serras.

5 D. Maria Josefa de Castello Branco: vivia em 1746 no qual foi testamenteira de sua irmã, como fica dito.

6 D. Francisca de Castello Branco. Sem mais noticia.

2 João da Serra de Moraes. Escrivão da meza grande da alfandega de Lisboa, com quarenta mil réis de ordenado, por carta de 30 de outubro de 1682; officio que n'elle nomeou o pae. Morreu a 26 de novembro de 1691, em Camarate, em casa do seu parente Paulo de Mendoça Zuniga, tendo feito testamento a 16 do dito mez e anno, em que nomeou para tutor do unico filho que lhe ficou a sua mulher e aos primos, Luiz da Motta Feo e Paulo de Mendoça, seguindo-se uns aos outros na ordem aqui indicada. Casou com D. Joanna Luiza de Sousa e Vasconcellos, sua prima, natural da villa de Pombal: filha herdeira de Lopo de Sousa de Vasconcellos e de D. Thereza de Moraes.

Tiveram filhos.

1 Sebastião Theotonio de Moraes. Succedeu no morgado de sua mãe e no officio de Escrivão da receita da meza grande da alfandega de Lisboa. Viveu em Camarate, e morreu n'esta cidade em 1703, de edade de vinte e um annos, em con-

de seu sobrinho Luiz da Motta Feo Torres, em 26 de outubro de 1745, approvado a 29 d'esse mez e anno pelo Tabellião Manuel Dias do Nascimento.

6 **João Feo Cabral.** Baptisado na egreja de Santo André a 23 de setembro de 1675. Falleceu moço.

6 **D. Isabel Feo de Castello Branco.** Baptisada na freguezia de S. Vicente de Fóra em 14 de dezembro de 1676, tendo por padrinho a D. Gregorio dos Anjos, Bispo eleito de Macau. Morreu de tenra edade.

VI **Antonio Feo Cabral.** Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. Pedro II por alvará de 20 de abril de 1695. Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença, expedindo-se-lhe a carta do habito, e os alvarás de Cavalleiro e da profissão a 30 d'outubro de 1700, e o padrão a 23 de

sequencia de ficar ferido em um dos olhos na pendencia que travou com Luiz Garcez Palha, junto ao arco pequeno do campo de Santa Clara, por não quererem recuar as suas seges: facto este que offendia o amor proprio, e que ainda na minha mocidade o não soffriam com resignação as pessoas d'essa época que eu conheci, mesmo as menos melindrosas.

2 D. Luiza de Moraes, baptisada em 14 de janeiro de 1689 na egreja de Nossa Senhora dos Anjos d'esta cidade.

3 D. Bernarda de Moraes.

Ambas morreram de pouca edade.

Teve filha illegitima.

4 D. Helena de Moraes, havida em Maria de Brito e baptisada em Monte-Lavar, tendo por padrinho a seu tio José da Serra de Moraes. Entrou para religiosa no convento da Rosa d'esta capital.

3 D. Maria de S. José. Freira na mesma casa.

3 D. Margarida Pacheco de Castello Branco. Nasceu nas Caldas da Rainha e foi baptisada na egreja parochial de Nossa Senhora do Populo. Casou tres vezes: a primeira com Bernardo da Fonceca

dezembro do mesmo anno. Thesoureiro Mór da casa de Ceuta por carta de 10 de novembro de 1701. Familiar do santo officio aceito em 22 de junho de 1696. (Torre do Tombo, Habilitações do santo officio, Antonio, maço 28, diligencias numero 755) Frequentou a universidade de Coimbra, matriculando-se em 1 d'outubro de 1694; fez acto em 31 de janeiro de 1699, e foi unanimemente approvado estando presentes o Reitor Nuno da Silva Telles, o Doutor Antonio Lopes de Carvalho, que serviu de padrinho, e os Lentes Juristas: habilitou-se depois pare os logares de lettras pela Mesa do Desembargo do Paço aos 18 de novembro d'esse anno, e perante ella leu com notoria satisfação; requereu logo entrar na carreira da magistratura, e por decreto de 11 de março de 1700 se mandou proceder a consulta sobre a sua pretenção, a qual sendo resolvida a 24 d'esse mez e anno por maneira que não lhe pareceu justa, desistiu d'ella e se recolheu a sua casa. Nasceu gemeo com seu irmão José, e foi baptisado na já mencionada egreja de Santo André d'esta cidade a 24 de julho de 1674; n'ella morreu em

Saraiva, que sendo ainda solteiro foi aceito Familiar do santo officio por carta de 17 de janeiro de 1626; filho de Simão Saraiva da Fonceca e de Lucrecia de Andrada. A segunda com João Vellozo, senhor da quinta dos Amiaes, em Alvorninha, coutos de Alcobaça, a qual lhe ficou pertencendo. E a terceira com Bernardim Gonçalves de Mendoça Zuniga, já viuvo, c. g., de D. Antonia de Mattos de Noronha (bisneto por sua avó paterna de Affonso de Zuniga, Cavalleiro da ordem de Christo e Estribeiro Mór do Rainha D. Catharina, mulher de El-Rei D. João III, com o ordenado de quarenta mil réis por anno, como se vê de uma provisão dada a 8 d'abril de 1558 para se lhe satisfazer o quartel de março d'esse anno). Cavalleiro da ordem de Christo com a pensão annual de cincoenta mil réis até entrar em Commenda de cem mil réis, por alvará de lembrança de 24 de agosto de 1655. Governador de Cascaes nos annos de 1643 e 1644, na ausencia do Conde de Cantanhede (depois Marquez de Marialva) Governador da mesma praça. Em 12 de março de 1641 se lhe passou um alvará «para que sirva n'esta occasião de «Sargento Mór em Cascaes das companhias do terço d'esta cidade.» E em 29 d'agosto de 1643 teve carta d'esse cargo no dito presidio. Embarcou nas armadas de guarda costa em 1615 e 1618. Acudiu por Capitão de uma companhia das ordenanças do districto de Camarate, aos rebates que nos annos de 1625, 1626 e 1630 houve em Cascaes, e na occasião da acclamação de El-Rei D. João IV rendeu o forte de Santo Antonio, que estava por Castella, e ajudou a tomar as torres de S. Geão e da Cabeça Secca. Nasceu em Lisboa na rua de Santo Antonio, então fre-

26 de dezembro do anno de 1740, e foi enterrado na antiga egreja de S. Jorge. Varios auctores seus contemporaneos fallam d'elle com honrosa menção, louvando as suas excellentes qualidades; como foram Diogo Barboza Machado, no supplemento á *Bibliotheca Lusitana*, lettra A, e D. Antonio Caetano de Sousa, na *Historia Genealogica da Casa Real*, como mencionámos a paginas 19. Casou por escriptura de instituição de morgado, lavrada nas notas do Tabellião Domingos de Carvalho, aos 19 de maio de 1731, precedendo dispensa a banhos, que está na Camara Ecclesiastica de Lisboa, Papeis matrimoniaes, 1731, maço 1, numero 65. Celebrando-se o matrimonio a 13 de junho do dito anno na quinta de Cabo-Ruivo, freguezia de Santa Maria dos Olivaes, extramuros d'esta cidade; e o assento do casamento se acha na mencionada parochia de S. Jorge, com D. Brizida Joanna Dionisia da Silva e Torres, que nasceu no Cadaval com repiques de sinos e luminarias, por ser na occasião em que entrava n'essa villa D. Manuel da Silva Francez, Bispo de Tagaste e Vigario Geral do arcebispado

guezia de Santa Anna: e succedeu no morgado pequeno de Camarate, instituido por seu terceiro avô pela varonia Gonçalo Fernandes de Mendoça, e d'elle foi 5.º Administrador.

Teve filhos.

1 Francisco de Mendoça de Zuniga, que herdou esse morgado de Camarate. Em 24 de março de 1670 o encontramos pedindo perdão do degredo para a Africa á vontade de Sua Alteza, em que foi condemnado, e a pagar cem mil réis para as despezas da Relação em 31 de julho de 1675, que recebeu Cypriano de Macedo, pelo desafio que teve na edade de quatorze annos com D. Luiz de Salazar. Morreu moço deixando

Filho illegitimo.

Bernardim de Mendoça. Sem mais noticia.

2 D. Maria Magdalena Feo de Castello Branco. Nasceu na quinta dos Amiaes e foi baptisada na freguezia de Nossa Senhora da Visitação da villa de Alvorninha. Casou, como deixamos dito, com seu primo co-irmão José de Moraes da Serra. — C. g.

3 D. Catharina de Alvarado e Mendoça, que foi para o recolhimento do Castello d'esta cidade.

de Lisboa, tio de seu pae, o qual em 22 d'outubro de 1711 a baptisou na egreja parochial de Nossa Senhora da Conceição da mesma villa. Acompanhou seu filho ao Brasil, onde morreu a 9 de agosto do anno de 1797 na capitania do Ceará Grande, e jaz na matriz da villa da Fortaleza de Nossa Senhora d'Assumpção, onde foi sepultada com pompa funebre como mãe do Governador; acabando a vida com o esplendor com que n'ella entrara, mas que passara em apuradas circumstancias, devidas ao fatal terremoto de 1755, que pelo fogo que se lhe seguiu reduzira a cinzas a maior parte da casa de seu filho. Seus paes foram João de Torres da Silva, Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei D. José, a que foi acrescentado de Escudeiro Fidalgo por alvará de 5 de junho de 1754. Cavalleiro professo na ordem de Christo. Desembargador da casa da supplicação. Vereador do Senado da Camara de Lisboa. Provedor da casa de Santo Antonio. Familiar do santo officio por carta de 13 de março de 1701. (Torre do Tombo, Habilitações do santo officio, João, maço 32, diligencias numero 741) E de D. Maria Luiza da Guerra, administradora de uma capella em Moura. Elle

4 Bernardim de Mendoça: morreu menino.

5 João de Mendoça Zuniga: falleceu mentecapto.

6 Paulo de Mendoça Zuniga. Familiar do santo officio por carta de 10 de julho de 1699. (Torre do Tombo, Habilitações do mesmo tribunal, Paulo, maço 3, diligencias numero 54) Teve o morgado de Camarate, e morreu em 1704. — S. g.

10 Beatriz Paes de Castello Branco. Baptisada na Sé de Lisboa a 6 de fevereiro de 1591. Casou com Manuel da Cunha de Figueiredo, o qual se habilitou seu herdeiro e da filha adiante mencionada, em 10 de janeiro de 1635, na causa que ella e suas irmãs tiveram com os frades do convento de Nossa Senhora da Graça, sobre a quinta de Possolos no termo de Caparica, foreira á egreja da Concordia; e do acordão lavrado em 16 d'agosto de 1638, Escrivão Miguel Couceiro, consta que a mesma quinta fôra deixada por D. Violante da Silva, em seu testamento aos padres da Graça, para elles a haverem pela morte do padre Luiz da Silva, porém que sendo este fallecido ficara por dotação a Luiza da Silva, que a estava gosando desde 17 de agosto de 1621 e que legara as bemfeitorias a Maria Feo de Castello Branco; que esta as nomeara, como já dissemos, em sua irmã Simôa Paes de Castello Branco, da qual passaram por seu testamento para esta outra irmã Beatriz Paes de Castello Branco. (Veja-se Caparica 2.°, demanda sobre este, maço 14-6. — É um livro que tendo sido recolhido á Torre do Tombo em 1837, passou depois para o Governo Civil, onde existia em 31 de agosto de 1844)

filho de Francisco Cordeiro da Silva, outrosim Cavalleiro Fidalgo da casa d'El-Rei, Professo na ordem de Christo, Desembargador da Casa da Supplicação e Vereador do Senado da Camara d'esta cidade, Familiar do santo officio por carta de 11 d'abril de 1695. (Torre do Tombo, Habilitações do santo officio, Francisco, maço 24, diligencias numero 625) E de D. Luiza Maria da Silva, irmã do referido Bispo. Ella filha de Pedro Carrasco Guerra, instituidor da dita capella, que falleceu em Moura a 2 de dezembro de 1706, e de D. Sebastiana Beirão, já viuva, d'elle primeira mulher. Francisco Cordeiro da Silva, morreu em 31 de março de 1716, como se vê na Gazeta de Lisboa de sabbado 4 d'abril, que diz — falleceu terça feira passada. Era irmão de Nicolau de Torres da Silva, Desembargador Extravagante da Casa da Supplicação com posse de 22 de março de 1692, Conservador e Deputado da Junta do Commercio em 30 d'agosto de 1707; o qual foi pae de João Verissimo da Silva e Torres Cordeiro, Desembargador da Relação da Bahia.

Tiveram filha.

Catharina da Cunha. Morreu em 14 de maio de 1632, e jaz no convento de Nossa Senhora do Desterro, freguezia de S. Sebastião da Mouraria.

11 Manuel Feo. Nasceu em Lisboa e foi baptisado na Sé a 10 d'abril de 1595. Abraçou o estado ecclesiastico, recebendo a primeira tonsura na matricula de 22 de setembro de 1607, entrando para a ordem dos Prégadores; n'ella Prior do convento de S. Domingos de Aveiro; Prelado varias vezes; Padre Presentado e Prégador Geral. Como Procurador e Vigario *in capite* do da sua ordem em Lisboa, assigna em umas escripturas de 29 de dezembro de 1661 e de 19 de julho de 1669; e em 13 de fevereiro de 1642 era do capitulo. (Veja-se na Torre do Tombo, livro 44 das Escripturas do convento de S. Domingos de Lisboa, paginas 71, 79 e 272 v.)

Do segundo matrimonio:

7 Francisco Ribeiro de Castello Branco. Morreu na India para onde tinha ido servir.

8 Maria Feo de Castello Branco. Casou duas vezes: a primeira na Covilhã, com Jorge Coelho Vidal; e a segunda com João de Pina da Fonceca. — S. g. do primeiro marido. E do segundo,

Teve filhos.

1 Paulo Cabral de Castello Branco, que falleceu solteiro.

Tiveram filhos.

7 **Luiz da Motta Feo e Torres**, que continua.

7 **D. Maria Luiza da Guerra de Mendoça.** Nasceu n'esta cidade a 28 de março de 1733, e aos 8 do seguinte abril foi baptisada na freguezia de Nossa Senhora dos Anjos. Morreu em 20 de fevereiro de 1769 em Torres Vedras, onde está sepultada na egreja do convento de Nossa Senhora da Graça. Casou em 26 de setembro de 1766, recebendo-se na citada ermida da quinta de Cabo-Ruivo, com José Manuel Godinho Machado de Campos, já viuvo; que nasceu a 9 de dezembro de 1716 na mesma villa de Torres Vedras, onde descança com sua primeira mulher e prima D. Maria Antonia do Piamonte Botelho, no jazigo da capella de Nossa Senhora da Boa-Hora na egreja de S. Pedro, tendo fallecido a 4 de novembro de 1704: o qual tinha o officio de Escrivão das jugadas e di-

2 Maria Feo de Castello Branco. Por um alvará de lembrança passado a sua mãe em 23 de novembro de 1596, teve mercê dos officios de Tabellião e de Inquiridor da villa da Covilhã, para se verificar na pessoa que com ella casasse: o que houve effeito com Mattheus de Almeida de Escovar; e unicamente sabemos que

Teve filho.

Boaventura de Escovar. Nasceu na Covilhã em 1628, e professou na Companhia de Jesus a 16 de maio de 1644.

9 Guiomar Feo de Castello Branco. Os Conegos Regulares do convento de S. Vicente de Fóra lhe emprasaram por escriptura de 29 de novembro de 1543, feita por Pero Freire, Tabellião de notas d'esta cidade e do mesmo convento; pelo foro annual de mil e duzentos réis, umas casas — na rua direita, que vae para as portas de S. Vicente da Mouraria, quando vimos para ella da rua dos Alamos voltando sobre o canto, da mão esquerda. — Ella as vendeu depois em 28 do dito mez de 1548, a João Gonçalves, piloto, e a sua mulher Maria Gonçalves. Casou com Martim Vaz de Portugal, que residia em Montemór-o-Velho: bisneto de D. Affonso de Portugal, Bispo de Evora.

Tiveram filha.

Joanna Vaz de Portugal, que casou com Francisco Couceiro, de quem ficou viuva: filho de Fernando Couceiro e de Brites Lopes.

Tiveram filhos.

1 Lucas Couceiro de Vasconcellos, que continua,

reitos reaes do reguengo da dita villa, por carta de 22 de agosto de 1764, e o houve em successão a seu pae. Filho de Theotonio Godinho Machado, Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei. Cavalleiro da ordem de Christo, que passou á India em 1707 e lá serviu de Capitão de manchua e de Ajudante do terço, no tempo do Vice-rei D. Rodrigo da Costa, e voltando a Torres Vedras, sua patria, ahi morreu em 23 de julho de 1762; e de sua mulher e prima D. Eugenia Ignacia de Estrater Arce e Mello, com quem se recebeu a 22 de janeiro de 1716, e havia ella sido baptisada na egreja parochial de Nossa Senhora da Encarnação do Passó, no Reconcavo, Bahia de Todos-os-Santos, no Brasil.

Tiveram unica filha.

8 **D. Maria Dorothea Francisca Luiza Godinho Feo Cabral de Castello Branco.** Nasceu a 6 de fevereiro de 1769: morreu em 25 de outubro de 1798,

2 Antonio Couceiro, Vereador da camara de Montemór-o-Velho em 1626 e 1630. Casou em 1606 com Ignez Alvares, irmã de sua cunhada Maria Rodrigues, filha de Philippe Rodrigues e de Maria Rodrigues, christãos novos.

Tiveram filhos.

1 Francisco Couceiro.

2 Philippe Rodrigues Couceiro.

3 Antonio Couceiro.

A estes tres irmãos foram confiscados os bens pela inquisição de Coimbra, e elles sumiram-se de tal sorte, que nunca mais appareceram.

4 D. Antonia Couceiro.

5 D. Marianna Couceiro.

6 D. Clara Couceiro.

De todas ellas não ha noticia.

3 Maria Couceiro, mulher de Simão Rodrigues Ribeiro. — S. g.

4 Thomé Couceiro. Foi da governança de Montemór-o-Velho, e casou com

sendo sepultada na capella da Boa-Hora; e casou a 17 de janeiro de 1785 (tudo em Torres Vedras), com Antonio Pedro da Silva e Torres, seu primo segundo; Cavalleiro Fidalgo da casa da Rainha D. Maria I, a que foi acrescentado de Escudeiro Fidalgo por alvará de 19 de novembro de 1785. Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença, e se lhe expediu o padrão a 14 de dezembro de 1767, e os alvarás da profissão, de Cavalleiro e a carta do habito a 18 de junho de 1769. Foi Juiz de Fóra de Monsaraz no Alemtejo, logar que acabou em 1781, Ouvidor da comarca de Ourem por decreto de 20 de agosto de 1784, tomou posse a 23 de fevereiro de 1785 e serviu até 1791. Leu no Desembargo do Paço sendo Bacharel em leis, para que foi habilitado pelo mesmo tribunal em 20 de março de 1770. (Vejam-se as Habilitações de Bachareis, lettra A, maço 18, na Torre do Tombo) Não continuou na carreira da magistratura, em que elle foi o setimo individuo da sua familia que a seguiu. Houve o officio de

D. Antonia Camello, filha de Diogo Pires, que morreu a 9 de agosto de 1608, e de Antonia Camello.

Tiveram filho.

Thomé Couceiro Lobo. Viveu na mesma villa, e casou em janeiro de 1620 com D. Luiza de Almeida, que falleceu em 1625 s. g. e era filha de Luiz Pires de Amorim.

Lucas Couceiro de Vasconcellos. Provedor da Misericordia e Vereador da Camara de Montemór-o-Velho. Casou duas vezes. A primeira na egreja de S. Martinho da mesma villa, a 6 de fevereiro de 1606, com Maria Rodrigues, irmã de Ignez Alvares sua cunhada, que fica dita. E a segunda com D. Marianna Vaz Portugal, sua parenta, filha de Simão Rodrigues Portugal, Escrivão do judicial em Tentugal, nascido a 14 de agosto de 1570, e de sua primeira mulher Maria Francisca Carraca.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

1 Francisco Couceiro, que falleceu de pouca edade.

Da segunda:

2 Agostinho Couceiro Portugal, que continua.

3 Monica Couceiro. Nasceu gemea com o dito irmão e com elle foi baptisada.

4 Simão Couceiro. Morreu em 1630. — S. g.

Escrivão dos direitos reaes, jugadas e reguengos da villa de Torres Vedras por carta de 27 de janeiro de 1787, o qual fôra dado á mulher em successão a seu pae, por alvará de 13 de janeiro de 1778 e carta de 20 de abril de 1779. Nasceu a 1 de maio de 1748 no logar do Sanguinhal, e foi baptisado na freguezia do Bom Jesus de S. Pedro do Carvalhal, termo da villa de Obidos. Falleceu n'esta cidade a 11 de junho de 1816, e jaz no convento de Santo Antonio dos Capuchos. Filho de Francisco Cordeiro da Silva e Torres, Cavalleiro Fidalgo da casa d'El-Rei. Cavalleiro na ordem de Christo com doze mil réis de tença, por carta de padrão de 21 de janeiro de 1732. Corregedor de Leiria de primeira instancia e Ouvidor da matricula da dita ordem de Christo na mesma comarca, por carta de 11 de janeiro de 1738. E de D. Josefa Barbara Joaquina da Silva. Neto de Antonio Pedro Machado, outrosim Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei D. José, Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença por padrão de

5 Marianna Couceiro, mulher de Cypriano Moniz, em Cantanhede.

Agostinho Couceiro Portugal. Baptisado na egreja de S. Miguel, com a dita irmã gemea a 14 de setembro de 1629. Licenciado em canones pela universidade de Coimbra. Vereador da Camara de Mentemór-o-Velho em 1666. Capitão das ordenanças da freguezia de S. Martinho. Padroeiro do oratorio da capella de S. Luiz dos religiosos de S. Francisco da dita villa. Familiar do santo officio por carta de 26 de abril de 1672 (Torre do Tombo, Habilitações do santo officio, maço 1, de Agostinho, numero 20). Instituiu morgado dos seus bens: nasceu na freguezia de S. Miguel, e sepultou-se a 9 de dezembro de 1704 no jazigo da sua familia no referido convento, havendo passado vida extraordinaria: mais de vinte annos não saiu de casa, tendo as janellas do lado da rua sempre fechadas; durante dezesete lhe fez a ama o comer á candêa; e por espaço de onze conservou um cavallo na estrebaria sem lhe pôr sella nem o empregar em serviço algum: nos ultimos tempos da sua vida não se levantou da cama, estando de perfeita saude e comendo bem. Tinha casado em 1673 com D. Maria Leite Pereira de Mello e Pina, s. g.; precedendo a competente habilitação pelo mesmo tribunal do santo officio, em 24 de dezembro de 1672: filha de Jeronymo Leite Pereira, Fidalgo da casa de El-Rei e senhor do morgado de Quebrantões, e de D. Helena do Casso Portugal. Em Maria dos Anjos, solteira, engeitada ao Santo Christo, que fica defronte da portaria do convento dos religiosos de Santo Agostinho, que tem por orago Nossa Senhora dos Anjos, na referida freguezia de S. Miguel; depois casada com Mattheus Luiz: filha do padre Antonio Nunes, Thesoureiro e Economo na egreja da collegiada de Santa Maria da Alcaçova da mesma villa de Nontemór-o-Velho, e de Maria Travaços, que a tivera sendo solteira haveria trinta e oito annos, segundo uma declaração por ella feita em 1 de julho de 1689, e falleceu em 21 de abril

11 de dezembro de 1690, Desembargador da Relação do Porto por carta de 9 de janeiro de 1726, e n'este logar foi aposentado por alvará de 13 de fevereiro de 1739 com o competente ordenado, depois augmentado com mais sessenta mil réis por outro de 15 de setembro de 1753. E já em 22 de novembro de 1746, tambem por alvará, teve mercê de duas propinas da victoria do Ameixial e Montes Claros, de seis mil réis cada uma: isto relatamos como uma galantaria das da nossa terra, qual é ganharem os militares as batalhas e serem os proveitos para os becas. Era irmão de João de Torres da Silva, mencionado a paginas 695; e ambos foram habilitados *de genere* por este arcebispado no anno de 1686, como se vê na Camara Ecclesiastica d'esta cidade, maço 65, numero 2 das mesmas habilitações. E de D. Sebastiana Ignacia Henriques, senhora da casa do Sanguinhal.

Tiveram filhos.

9 **D. Maria Luiza Theodora de Mendoça Godinho Feo e Torres.** Nasceu na villa

de 1700, tendo feito doação, confirmada em seu testamento, dos bens que possuia que não quiz deixar á filha, em capella á confraria do Santissimo Sacramento da mencionada collegiada.

Teve filhos illegitimos.

1 Agostinho Couceiro Portugal, que continua.

2 D. Marianna Couceiro, que morreu no primeiro estado.

Agostinho Couceiro Portugal. Baptisado na egreja da Magdalena a 2 de novembro de 1672: foi legitimado por seu pae em 29 de novembro de 1686, por instrumento feito em Montemór-o-Velho nas notas do Tabellião João da Costa Pessoa, confirmado por El-Rei em carta de 11 de janeiro do anno seguinte. (Chancellaria de El-Rei D. Affonso VI, Torre do Tombo, livro V, folhas 267 v.) Capitão de ordenanças em Montemór-o-Velho; successor da casa de seu pae e do referido padroado. Casou na mesma freguezia de S. Miguel a 22 de julho de 1689, com Luiza Gomes de Almeida, natural de Albergaria-a-Velha, baptisada a 24 de abril de 1675, filha de Sebastião Rodrigues e de Maria de Almeida, irmã de Dionisio Gomes de Almeida, Prior da egreja da Magdalena da mesma villa, Commissario do santo officio por provisão de 23 de agosto de 1683. (Habilitações do dito tribunal na Torre do Tombo, Maço 1 de Dionisio, diligencias numero 9) Arcipreste da villa de Montemór e do seu districto pelo illustrissimo senhor Bispo Conde D. João de Mello, que por escriptura de 1689 deu grande dote a essa sobrinha por ser muito rico.

de Ourem (assim como os quatro immediatos irmãos) em 28 de outubro de 1785, e a 13 de novembro seguinte foi baptisada. Morreu no Sanguinhal em 18 d'esse ultimo mez de 1808.

9 **D. Maria Ignez de Mendoça e Torres.** Nasceu a 20 de abril de 1787 e baptisou-se a 5 do seguinte maio. Falleceu em Torres Vedras a 19 de setembro de 1845.

9 **Francisco Cordeiro da Silva Feo e Torres.** Nasceu a 23 de janeiro de 1789 e foi baptisado a 6 de fevereiro do mesmo anno. Succedeu na casa e no officio a seu pae, e exerceu o cargo de Administrador do Cadaval por decreto de 20 de março de 1842. Falleceu a 2 de março de 1857, tendo casado em 30 de outubro de 1821 com D. Anna Luiza de Carvalho, filha de Fabião de Carvalho, Administrador do antigo morgado da Mouta Longa, termo da Lourinhã, e de D. Maria do Carmo Figueira.

Tiveram filhos.

1 Agostinho Couceiro de Portugal: morreu moço.

2 Thomé Couceiro Lobo Portugal, que continua.

3 Manuel Couceiro.

4 Antonio Couceiro.

Morreram creanças.

5 D. Catharina Thereza de Almeida Portugal, baptisada em 15 de fevereiro de 1693 na egreja de S. Miguel, que estando viuva, s. g., instituiu um morgado com capella e carneiro no hospicio de S. Francisco, em Montemór, chamando para seu administrador ao sobrinho Manuel: tinha casado em 1738 com o Doutor Francisco Couceiro de Mattos, das Means, Corregedor da comarca de Lagos por carta de 16 de abril de 1722. Familiar do santo officio por carta de 21 de janeiro de 1694, sendo Juiz de Fóra de Monforte do Alemtejo, natural da Povoa da Sioga do Campo. Filho de Francisco Fernannes Lobato, outrosim Familiar do santo officio por carta de 12 de dezembro de 1626 (Habilitações do sobredito tribunal na Torre do Tombo, maços 13 e 23 de Francisco, diligencias numeros 417 e 606), e de D. Maria Couceiro.

Thomé Couceiro Lobo Portugal: herdou a casa de seu pae, e morreu de-

Tiveram filhos.

10 **Francisco Cordeiro da Silva e Torres.** Nasceu a 7 d'agosto de 1819, morreu em Peniche aos 22 de maio de 1844.

10 **Antonio Pedro da Silva e Torres.** Nasceu em 1820, e morreu a 21 de novembro de 1865.

10 **Manuel Maria e Torres Feo de Castello Branco.** Nasceu a 6 de janeiro de 1822.

10 **Augusto Pedro da Silva e Torres.** Nasceu a 3 de abril de 1825; e casou a 30 de maio de 1851 com D. Marianna Francisca de Magalhães e Avellar, que nasceu a 18 de março de 1827, filha de Fernando de Magalhães e Avellar e de D. Marianna de Amorim Coelho, adiante ditos.

mente em 1767. Casou com D. Luiza de Sá Pereira e Menezes, filha de José Antonio Pereira de Sá e Menezes, senhor da quinta d'Alhadas, e de D. Helena da Fonseca Corrêa.

Tiveram filhos.

1 Manuel de Sá Couceiro Lobo Portugal e Menezes, que continua.

2 José de Sá Couceiro, minorista, já fallecido.

Manuel de Sá Couceiro Lobo Portugal e Menezes. Succedeu no morgado de sua tia e nos mais bens e padroado da casa dos paes, entrando na administração de tudo aos dezesete annos de edade, e falleceu tambem demente em março de 1811. Casou quando tinha quatorze, com D. Henriqueta de Abreu de Amorim Pessoa, irmã de Alberto de Abreu Pessoa de Amorim, a quem se passou brazão de armas em 21 de julho de 1797: filhos de Francisco Antonio de Abreu de Amorim Pessoa, senhor da quinta de Orão, junto a Soure, e de D. Catharina Pimentel de Macedo.

Tiveram filhos.

1 Antonio Couceiro, que morreu de quatorze annos.

2 D. Maria de Sá, que falleceu em vida do pae, e quando este foi sepultado a acharam sentada nos degraus do carneiro encostada á campa, pelo que se viu fora enterrada em vida.

Tem filhos.

11 **Fernando de Magalhães da Silva e Torres.** Nasceu a 26 de março de 1853.

11 **D. Emilia de Magalhães da Silva e Torres.** Nasceu a 16 de março de 1855.

11 **D. Amelia de Magalhães da Silva e Torres.** Nasceu a 19 de agosto de 1857.

11 **D. Carolina de Magalhães da Silva e Torres.** Nasceu a 30 de novembro de 1859.

10 **José Manuel de Carvalho e Torres.** Nasceu a 10 de julho de 1826.

3 Miguel de Sá Couceiro Lobo Portugal e Menezes, que continua.

4 D. Maria de Sá Couceiro. Morreu de vinte e cinco annos de edade.

5 José (Frei) de Sá Couceiro. Monge da ordem de S. Jeronymo, e filho do convento de Valbemfeito, egresso. Morreu a 4 de julho de 1864 em Montemór-o-Velho, e jaz no cimeterio d'essa villa.

6 Lourenço de Sá Couceiro. Capitão do regimento de milicias da Figueira. Nasceu a 2 d'agosto de 1792, em Montemór-o-Velho, e morreu em 1835. De Rosalia, que dizem recebera á hora do seu fallecimento,

Teve filhos.

1 José de Sá Couceiro.

2 D. Magdalena de Sá Couceiro.

3 D. Joanna de Sá Couceiro.

4 D. Maria de Sá Couceiro.

5 D. Rita de Sá Couceiro.

Miguel de Sá Couceiro Lobo Portugal e Menezes. Nasceu em Montemór-o-Velho, onde foi baptisado na egreja e freguezia de S. Martinho em 21 de maio de 1778. Vereador e Juiz pela lei na mesma villa em 1825. Tirou bra-

10 **Fernando Maria de Castello Branco e Torres.** Nasceu a 9 de maio de 1828.

10 **D. Maria da Conceição de Mendoça Feo e Torres.** Nasceu a 12 de março de 1830, e casou a 17 d'abril de 1866 com José Diogo da Fonceca Pereira Coutinho, Administrador de um morgado em Barcellos e de outro em Peniche. Nasceu a 5 do dito mez de 1820: filho de José Diogo da Fonceca Pereira, Cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, Bacharel em direito pela universidade de Coimbra e Corregedar que foi na cidade de Angra. E de D. Maria Isabel do Sobral Coutinho Figueira.

zão de armas por carta de 23 de dezembro de 1805. Falleceu na referida villa em 6 de maio de 1830. Casou com D. Margarida Candida de Noronha e Menezes, que ainda existe, filha do Doutor José Antonio Freire da Silva, e de D. Maria Ignacia de Noronha e Menezes.

Tiveram unica filha.

D. Maria José de Sá Couceiro Lobo Portugal, que nasceu em 1 de dezembro de 1824, em Montemór-o-Velho, e foi baptisada em 2 de janeiro de 1825 na freguezia da Alcaçova da mesma villa. Succedeu nos morgados da casa de seu pae, em que entrava a quinta d'Alhadas, e casou na mesma egreja a 4 de março de 1839, com Ismael Augusto Coutinho da Silva Carvalho, que nasceu a 27 de junho de 1819, e foi baptisado a 6 de julho na freguezia de S. Martinho em Montemór-o-Velho, onde falleceu a 14 de julho de 1865, e jaz em sepultura de cantaria lavrada no cimeterio da mesma villa: n'ella Provedor que foi da sua Misericordia e do concelho. Substituto do Juiz de Direito em 1836. Presidente da mesma Camara e Juiz ordinario desde esse anno, e ainda exercia no de 1845. Filho de Amaro Carvalho, nascido a 26 de janeiro de 1791, e de D. Benedicta Amalia Xavier Coutinho da Silva e Vasconcellos.

Tem filhos.

1 D. Maria de Sá. Nasceu e morreu em 24 de fevereiro de 1840.

2 Luiz de Sá Couceiro. Nasceu em 26 de fevereiro e falleceu em egual dia de março, tudo no anno de 1841.

3 Luiz de Sá Couceiro. Nasceu a 13 de janeiro de 1843, e morreu a 25 de julho de 1844.

4 Benedicto Coutinho de Sá Couceiro Lobo Portugal. Nasceu a 3 de ja-

10 **D. Maria do Carmo Amalia Feo e Torres.** Nasceu a 3 de junho de 1832 e falleceu em 15 de fevereiro de 1865. Casou a 12 de agosto de 1861, com seu primo José Ricardo de Carvalho Figueira, empregado na alfandega da villa de Peniche e n'ella proprietario, que nasceu a 13 de setembro de 1822: filho de Antonio Norberto de Carvalho Figueira e de D. Maria Candida Herculana Ferreira e Silva; elle irmão de Fabião de Carvalho Figueira, Administrador do morgado da Mouta-longa, nos limites do concelho e villa da Lourinhã (instituido por João Delgado Figueira, Inquisidor na India e n'este reino, e do Conselho do Ultramar), já mencionado a paginas 702 como pae de sua sogra.

neiro de 1844 e foi baptisado na egreja e freguezia de S. Martinho de Montemór-o-Velho: morreu em 28 do maio de 1867, sendo muito bom estudante. Descança no dito cimeterio e em egual sepultura.

5 D. Bibiana de Sá Coutinho Couceiro. Nasceu a 5 de março de 1845 e foi baptisada (assim como as seguintes irmãs) na mesma freguezia de S. Martinho da mencionada villa, e n'essa egreja jaz, tendo fallecido a 29 de setembro de 1855.

6 D. Christina de Sá Coutinho Couceiro. Nasceu a 12 de abril de 1846.

7 D. Maria Miquelina Coutinho de Sá Couceiro. Nasceu a 16 de março de 1849.

8 D. Rosa Angelica Coutinho de Sá Couceiro. Nasceu a 2 de abril de 1852.

9 D. Albina de Sá Coutinho Couceiro. Nasceu a 28 de fevereiro de 1859.

Isabel Feo de Castello Branco e seus mencionados irmãos foram filhos de:

Antonio Feo de Castello Branco, Cavalleiro da casa de El-Rei, Moço da camara do Cardeal Infante D. Affonso, como consta do alvará de 26 de julho de 1549, concedendo a pensão referida a paginas 674 á mesma filha. Sendo já Arcebispo d'esta cidade D. Fernando de Vasconcellos e Menezes, o achamos Notario Apostolico em uma carta de collação da egreja de S. Thiago de Marialva, passada por elle em Lisboa a 27 de setembro de 1547, a Diogo Paes de Castello Branco, Abbade e Reitor d'ella. Teve o officio de Aljubeiro do aljube ecclesiastico d'esta cidade, que houve pela primeira mulher, e com elle vencia dez mil réis por anno, e mais tinha seiscentos reis por mez da sua guarda, como se vê dos alvarás de Jorge Rodrigues, Licenciado em Canones, Protonotario da Santa Sé Apostolica, Desembargador e Vigario Geral no arcebispado de Lisboa pelo Cardeal In-

Tem filha.

11 **D. Maria Amalia do Carmo Feo de Carvalho Figueira.** Nasceu a 28 de abril de 1864.

10 **Adriano Candido Feo e Torres.** Bacharel em direito pela universidade de Coimbra. Administrador de Torres Vedras. Nasceu em 14 de janeiro de 1837. Casou a 25 de novembro de 1865 com D. Maria José de Mello e Lima Falcão Trigoso, que nasceu a 12 de julho de 1836 (irmã de Sebastião Francisco Falcão, mencionado a paginas 107), filha de José Maria de Lima e Mello Falcão de Gam-

fante, e do Doutor Jorge Themudo, Provisor e Vigario Geral n'elle pelos reverendos senhores *dayam e cabido da see vagante*, para o muito honrado Antonio de Araujo, Recebedor da Chancellaria do referido senhor, lhe pagar os seiscentos réis vencidos em cada um dos primeiros seis mezes do anno de 1540, e tambem cinco mil réis, dos dez mil réis que havia com o dito officio, —que lhe são devidos da paga de S. João Baptista passado;— e de como tudo lhe foi entregue estão juntos recibos d'elle nos quaes se assigna —Antonio Feyo de Castel-branquo. (Veja-se na Torre do Tombo, Corpo Chronologico, parte II, maço 232, documentos numeros 71 e 92; e gaveta IX, maço 4, documento 28, na collecção das Gavetas) Morreu n'esta cidade a 24 de julho de 1569 e jaz na Sé. Tinha nascido na Covilhã: filho de Vasco Paes de Castello Branco, que as testemunhas inquiridas na mesma villa pelo tribunal do santo officio para a habilitação do seu bisneto Paulo Feo de Castello Branco, referido a paginas 675, dizem ser «homem nobre «dos Feos e Castellobrancos; homem mui principal de quem El-Rei fazia muita conta» o qual depois de ter sido casado, mas ignoramos com quem, foi Clerigo de missa, Prior da egreja de S. Pedro da villa da Covilhã; e de Maria Madeira, mulher solteira, houve as duas filhas adiante mencionadas, «que por pedido seu em um assignado de sua mão «feito a El-Rei» foram legitimadas por cartas dadas em Lisboa em 13 d'agosto de 1500, que estão a folhas 73 v. do livro I de Legitimações, de leitura nova, no Archivo da Torre do Tombo. Os auctores genealogicos o dão por filho natural, no que vão contra o proprio brazão de armas passado a Paulo Cabral, seu filho, no qual expressamente se declara que —descendia por linha legitima, como se póde vêr nas ditas paginas; e semelhantes documentos n'essas épocas eram feitos com todo o escrupulo e sem falta de verdade; acrescendo a circumstancia de existirem as cartas de legitimação das suas irmãs, que apontamos, e não se encontrar a d'elle, que egualmente a devia ter se no mesmo caso se achasse. Casou duas vezes. A primeira com Catharina da Fonceca e Barros, sobrinha de Ignez Vaz, que n'ella nomeou, em 15 de outubro de 1543, umas casas que tinha no bairro dos Escolares, freguezia de S. Vicente de Fóra, que o mesmo mosteiro a ella emprazara a 18 de agosto de 1531. Falleceu com testamento feito e approvado a 8 d'esse mez de 1555 pelo Tabellião Jeronymo Luiz; assignado a rogo d'ella, que não sabia escrever, por João de Moraes, criado do Bispo D. Pedro, e foi aberto a 2 de setembro do mesmo anno pelo Tabellião Alvaro Mouro, por mandado do Licenciado Jeronymo da

boa Fragoso Van Zeller de Baena Henriques, Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei D. João VI por alvará de 18 d'agosto de 1823, com honras do exercicio no paço por outro de 15 de novembro de 1831, 8.º Administrador do morgado de Santo Aleixo etc., e 4.º Barão de Aldenberg no imperio da Alemanha, e de D. Emilia Augusta Trigoso de Oliveira Pereira Homem de Magalhães, Senhora da casa de seu pae, com quem casou em 27 de novembro de 1834; que nasceram elle a 7 e ella a 28 de fevereiro de 1813, e falleceram do mesmo modo, elle a 27 e ella a 30 de maio de 1844, na quinta do Juncal, freguezia de Nossa Senhora de Oliveira de Matacães, concelho de Torres Vedras.

Veiga, cidadão e Juiz do civel d'esta cidade, a quem o apresentou Luiz da Motta. (Torre do Tombo, folhas 37 e seguintes do livro 39 do real mosteiro de S. Vicente de Fóra) Sepultou-se na Sé, no jazigo dos paes, e era filha de Fernão Pires Cabral, e de Briolanja Godinho, de quem adiante se dirá: elle Escudeiro do Arcebispo de Lisboa e seu Aljubeiro (officio que fôra de seu avô materno Fernão de Villa Mayor, tambem criado do Arcebispo da mesma diocese; e que com sua mulher Brites Alvares, existia em 11 de setembro de 1427, como no mencionado Archivo consta), o qual por escriptura de concerto com a dita Ignez Vaz, feita pelo Tabellião Diogo Leitão, em 24 de janeiro de 1515, houve duas moradas de casas no dito bairro dos Escolares, outrosim foreiras ao mencionado mosteiro, que ella herdara de Ignez Gonçalves, sua *Dona*; e a elle se emprasaram no ultimo de maio do referido anno, sendo Prior Mór D. Fernando, sobrinho d'El-Rei e Bispo de Lamego. E a segunda com Anna de Proença de Vasconcellos, filha de Francisco Fernandes da Guarda e de Guiomar Ribeiro de Vasconcellos.

As irmãs de Antonio Feo de Castello Branco, que tiveram as mencionadas cartas de legitimação, foram:

1 Isabel Vaz de Castello Branco, que casou com Antonio da Costa, proprietario do officio de Tabellião da villa da Covilhã.

Tiveram filhos.

1 Diogo Paes de Castello Branco, Abbade da egreja de S. Thiago da villa de Marialva, que fica dito a paginas 706.

2 Gaspar da Costa de Castello Branco, Prior das egrejas de S. Miguel e de S. Vicente da Covilhã, ambas da apresentação da sua casa.

3 Balthazar da Costa de Castello Branco. Sem mais noticia.

4 João Feo, que morreu servindo na India.

10 **D. Maria Ermelinda de Carvalho e Torres.** Nasceu a 12 de maio de 1838.

10 **D. Maria da Graça de Mendoça Feo e Torres.** Nasceu a 10 de março de 1840.

9 **D. Maria Dorothea Raymundo José de Castello Branco e Torres.** Baptisada na Sé de Ourem a 6 de fevereiro de 1790, anno em que veiu ao mundo a 23 de janeiro.

9 **D. Maria José da Motta Campos e Torres.** Nasceu a 19 de março de 1791,

5 Fernão Feo.

6 André Feo.

Ambos falleceram na infancia.

7 Belchior da Costa, que foi mentecapto.

8 Brites Feo de Castello Branco, que teve um alvará de lembrança do officio de Tabellião da villa da Covilhã para a pessoa que com ella casasse, dado a 25 de setembro de 1563 por El-Rei D. Sebastião, e está no livro X da sua Chancellaria a folhas 432 v. Foi seu marido João Gomes de Macedo, filho de Philippe Martins de Almeida e de Isabel Gomes de Macedo, parenta do 1.º Conde do Vimioso, como declara sua filha D. Guiomar de Vilhena, Condessa da Vidigueira, em carta de 1560 que ainda hoje se conserva na familia. Além de outros, de que não ha succession,

Tiveram filho.

Filippe de Macedo de Castello Branco, Escrivão dos orfãos da Covilhã e na mesma villa administrador do morgado de S. Gonçalo; que em 15 de junho de 1603 tirou brazão de armas. Casou com D. Catharina de Sequeira, natural da aldêa de Joannes, filha de Gaspar de Sequeira, Moço da real camara, e de D. Ignez Pereira — c. g. que existe ainda no Fundão e na Sortelha.

2 Leonor Feo de Castello Branco. Casou duas vezes. A primeira com Alvaro da Fonceca de Sequeira. E a segunda com Antonio Mendes Ribeiro.

Teve filhos.

Do primeiro marido:

1 João Feo de Sequeira, que morreu solteiro.

em Ourem, e foi baptisada na Sé d'essa villa a 25 do mesmo mez e anno. Falleceu a 16 de junho de 1834, s. g., tendo casado em 1 de dezembro de 1832 com Joaquim da Vasa Cesar da Cunha, filho do Capitão Francisco Xavier Nunes da Cunha e Miranda e de D. Marianna de Padua Cesar Palhano de Faro e Vasconcellos. Neto paterno do Capitão Jorge Nunes da Fonceca e de D. Maria Clara de Miranda, do logar da Serra da Villa; e materno neto de Joaquim da Vasa Cesar de Faro e Vasconcellos, Cavalleiro Fidalgo da casa d'El-Rei, Cavalleiro professo na ordem de Christo, e de D. Angela Maxima Telles Palhano, da quinta da Marinha, suburbios da villa de Torres Vedras.

Do segundo:

2 Vasco Paes de Castello Branco.

3 Gonçalo Mendes Ribeiro.

4 Antonio Mendes Ribeiro.

5 Alvaro Mendes Ribeiro.

6 Fernão Feo.

D'estes cinco irmãos não ha descendencia nem noticia.

7 Anna Feo de Castello Branco Ribeiro, que depois de viuva teve um alvará de dez mil réis por anno, dado em 23 de outubro de 1562. Casou com Antonio Godinho Cabral, Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei D. Manuel, que por alvará passado em Evora a 10 de novembro de 1520, houve uma das lanças da guarda da camara real, vencendo soldo quando servia, e sendo-lhe tirado este emprego, teve em compensação um padrão de tença de dez mil réis por anno em 20 de dezembro de 1544. Escrivão da Camara do Desembargo do Paço e Petições em 24 de julho do mesmo anno.

Tiveram filho.

Manuel Godinho de Castello Branco, Cavalleiro Fidalgo da casa de El-Rei D. D. João III e Escrivão da Camara do referido tribunal. Casou duas vezes. A primeira com D. Maria de Lacerda, filha de Manuel de Brito da Camara e de D. Antonia Pereira. E a segunda com D. Anna de Vilhena, filha de Lourenço Tovar de Mello.

9 **D. Maria Amelia Godinho Feo e Torres.** Nasceu n'essa mencionada villa a 10 de março de 1793 e a 26 d'elle foi lá baptisada na egreja parochial de S. Thiago.

9 **José Manuel de Campos.** Nasceu a 7 de agosto de 1794, tambem em Torres Vedras, onde foi baptisado a 2 de setembro na dita egreja, e jaz na do convento da Graça da mesma villa, havendo fallecido de pouca edade.

9 **D. Maria Candida Manuel Arce de Mello e Torres.** Nasceu na referida localidade em 24 de setembro de 1795, e foi baptisada a 19 de ja-

Teve filhos.

Da primeira mulher:

1 João Pereira de Castello Branco, Moço Fidalgo da casa real. Commendador da ordem de Christo e Escrivão da Camara do Desembargo do Paço. Casou duas vezes, c. g. que findou em seu neto Antonio Pereira de Castello Branco, outrosim Moço Fidalgo e Escrivão da camara do dito tribunal, fallecido a 9 de setembro de 1730 e sepultado no jazigo da casa em o convento de Santo Antonio dos Capuchos, acabando com elle a familia.

2 Thomé Godinho.

3 Manuel de Brito da Camara.

Ambos morreram na India.

4 D. Maria de Lacerda.

5 D. Brites Pereira.

Todos s. g.

Da segunda mulher:

7 Lourenço (Frei) de Mello, religioso da ordem de Santo Agostinho, Prégador e Visitador d'ella.

8 Jacinto (Frei) de Mello, freire da ordem de Christo. Baptisado a 22 de setembro de 1602 na egreja dos Reis em Alvalade, e fez profissão a 16 de fevereiro de 1619. Veja-se a paginas 672.

neiro de 1796 na egreja de S. Thiago. Morreu a 16 de agosto de 1846.

9 **D. Maria Ermelinda Godinho Feo Torres.** Nasceu na mesma villa a 24 de agosto de 1797, e n'ella foi baptisada na egreja de S. Pedro a 17 de outubro do dito anno.

9 **José Manuel de Campos Feo e Torres.** Formado na faculdade de canones pela universidade de Coimbra em 25 de junho de 1822, e a 19 d'esse mez de 1825 leu no Desembargo do Paço precedendo as inquirições do estylo, que estão na Torre do Tombo, Habilitações de

9 D. Isabel de Sá.

10 D. Magdalena Coutinho.

Freiras em Santa Anna d'esta cidade.

Manuel Godinho de Castello Branco, que fica dito, tem no Real Archivo da Torre do Tombo, registado nos livros dos Reis: II de D. João III, folhas 261; V folhas 93 e XI folhas 238 de D. Sebastião; I folhas 173, 192, 255 v. e 265, IV folhas 25 e V folhas 148 de D. Philippe I, todos dos Privilegios; e V dos Misticos, folhas 231, um dos mais curiosos brazões de armas que n'elle se encontra, que em seu andamento correu quatro reinados, e n'elle se declara ser Cavalleiro professo na ordem de Christo e Fidalgo de Linhagem, e que era carta confirmando outra de El-Rei D. Henrique de 26 de abril de 1579, em que mandava reformar a que em 12 de março de 1568 lhe mandou passar El-Rei D. Sebastião, reduzindo ambas a esta nova carta em que se prova — que era filho de Antonio Godinho Cabral, dos 24 da guarda da camera dos Reis D. Manuel e D. João III, e de sua mulher Anna Feo de Castello Branco Ribeiro: neto paterno de Fernão Pires Cabral, filho de Pero Vaz Cabral, Protonotario apostolico, Conego da Sé de Lisboa e Governador do arcebispado quando o Cardeal D. Jorge esteve em Roma, e de Briolanja Godinho, pag. 708, filha do Doutor João Fernandes Godinho, Chanceller Mór do reino, Desembargador do Paço, descendente de D. Godinho Fafes o velho etc., e tratado de parente por D. Affonso, Bispo de Evora, filho do Marquez de Valença, e pela Condessa de Loulé D. Guiomar, filha do Duque de Bragança D. Fernando, e muito estimado do Infante D. Pedro, Rei de Aragão, o qual no dia do seu recebimento lhe conduziu a casa, nas ancas da sua faca, a sua mulher que era Fidalga e Donzella da Rainha D. Isabel. Prova mais o dito brazão ser Manuel Codinho, neto de Antonio Mendes Ribeiro e de Leonor Feo de Castello Branco, filha de Vasco Paes de Castello Branco, neta de Vasco Paes de Castello Branco, bisneta de Vasco Paes de Castello Branco, terceira neta de Isabel Vasques de Castello Branco, quarta neta de Martim Vasques de Castello Branco, Monteiro Mór do Reino e Alcaide Mór de Moura e da Covilhã. (Carta de 10 de setembro de 1588) Confira-se este brazão com o de Paulo Cabral, mencionado a paginas 675, e vêr-se-ha que os

Bachareis, lettra I, maço 80. Foi Juiz de Fóra de Souzel em 1827, de Alter do Chão em 1830, e de Peniche em 1833; Administrador do concelho de Alter. Falleceu n'essa villa a 18 de maio de 1863, tendo nascido em Torres Vedras a 4 de outubro de 1798, e baptisado a 9 de novembro seguinte na egreja de S. Pedro. Casou a 25 de fevereiro de 1838, com sua prima D. Maria Barbara de Brito e Alvim, que nasceu a 5 de junho de 1806, filha de Francisco Xavier de Brito Barreto, da governança da dita villa de Alter do Chão, e de D. Marianna Placida de Mello Sousa e Alvim (filha de Antonio de Sousa Mello e Alvim, da quinta da Olaia proximo de Ourem, e de D. Maria Barbara Ignacia Henriques, irmã de Antonio Pedro da Silva e Torres, referido a paginas 699), de quem foram irmãos Francisco Cordeiro da Silva e Torres, e Miguel de Sousa de Mello e Alvim, que ambos passaram ao Brasil e lá occuparam altas posições. Do primeiro damos o artigo necrologico que vem a paginas 56 do «Almanach Administrativo, Mercantil e Industrial da côrte e provincia do Rio de Janeiro para o anno de 1857, fundado por Eduardo von Laemmert [1].» Nós só acrescentaremos que nasceu na

avós, tanto paternos como maternos, de Manuel Godinho de Castello Branco e de Antonio Feo de Castello Branco, são os mesmos.

No extracto dos dois brazões de armas que acabamos de dar, fica plenamente provado que Isabel Vaz de Castello Branco, foi filha de Martim Vaz de Castello Branco etc.; o que os auctores genealogicos tambem poem em duvida, porque com a devida excepção se copiaram uns aos outros sem mais averiguação: e ainda existe outro documento que é a sua sepultura na egreja de Santa Eulalia de Couto, junto a Vizeu, onde tem o seguinte lettreiro: —«Aqui jaz o muito honrado Cavalleiro Vasco Paes, filho de Vasco Paes «Cardoso, Alcaide Mór de Trancoso e senhor de Moreira e do Ervilhão, e a muito hon«rada senhora Isabel Vasques de Castello Branco, filha de Martim Vasques de Castello «Branco, que foi Monteiro Mór do reino e Alcaide Mór da Covilhã, e n'esta egreja se di«zem para sempre missas pela sua alma.»

[1] Visconde de Jerumerim, Francisco Cordeiro da Silva e Torres, Grande do Imperio, Commendador da imperial ordem da Rosa e da de S. Bento de Aviz, Cavalleiro da do Cruzeiro. Conselheiro de Estado ordinario do conselho de Sua Magestade Imperial. Veador de Sua Magestade a Imperatriz. Marechal de Campo. Lente jubilado da academia militar. Doutor em mathematica. Inspector Geral, aposentado na caixa da amortisação e creador d'esse estabelecimento de credito publico. Fôra Presidente perpetuo da sociedade auxiliadora da industria nacional (a que tão bons serviços prestára que seu busto orna a sala de suas sessões), Vice-presidente do instituto historico e geographico do Brasil e de mais oito sociedades scientificas nacionaes e estrangeiras. Fôra Ministro da guerra no reinado de Sua Magestade o senhor D. Pedro I, e depois de oito dias fora ter com o mesmo augusto senhor e pedir-lhe dispensa d'esse alto cargo, o qual interro-

quinta da Olaia, termo de Villa Nova de Ourem, a 24 de fevereiro de 1775, que fôra casado duas vezes e só da segunda mulher tivera dois filhos, dos quaes o mais velho, tambem Francisco Cordeiro, é fallecido em 1851, deixando uma filha, Maria, nascida em 1850, que é administradora dos morgados da Olaia e do Cadaval, e tem por sua mãe uma fortuna de mais de oitenta contos de réis: e o mais moço é Miguel de Sousa, nascido em 1821, casado com uma filha do Barão de Taquaribe —c. g. Do segundo irmão Miguel de Sousa Mello e Alvim, referimos ter nascido na dita quinta da Olaia em 1783, e haver occupado os cargos de Ministro da marinha, governando Sua Magestade o Imperador D. Pedro I. Grande Dignitario da ordem imperial da Rosa, Commendador e da de S. Bento de Aviz. Condecorado com a medalha da campanha Cisplatina em Monte-Vidéo de 1817 a 1820, e com varias outras. Do Conselho de Sua Magestade Imperial. Conselheiro do Estado Extraordinario, e do Supremo Conselho militar e de justiça. Chefe de esquadra reformado. Major General da armada, o qual falleceu no Rio de Janeiro no anno de 1866, estando casado com D. Mauricia Elisa Alvim, da qual lhe nasceram dezeseis filhos, oito do sexo masculino e oito do feminino, oito com olhos pretos e oito com elles azues, que todos existem sem nunca lhe terem dado desgosto algum; conservando-se ainda bella essa senhora em 1853 quando contava cincoenta e um annos de edade, como então o escrevia seu marido, e n'esta cidade era confirmado por pessoas que a conheciam, tendo então

gando-lhe a causa, disse-lhe: —Senhor, um cordeiro não serve para a guerra. Morreu em 8 de maio de 1856, no Rio de Janeiro, com oitenta e um annos de edade. Homem formado de um excellente coração, de uma intelligencia vastissima, funccionario de uma probidade a toda prova, homem que gosára geral estima, e que se orgulhava em deixar o mundo sem ter adquirido um desaffecto, um inimigo. Seu nome era respeitado por todos, pelo seu caracter verdadeiro, e pelo acolhimento e urbanidade com que tratava a todos. Formado em mathematica no collegio dos nobres em Lisboa, onde sempre adquiriu os primeiros premios, foi mandado para o Rio de Janeiro a fim de crear a escóla militar, onde exerceu o ministerio de Lente por mais de vinte e cinco annos, deixando impresso no coração dos seus discipulos a saudade. Ainda avulta hoje grande numero d'elles, que apesar da elevada posição social, respeitam e acatam sua memoria, e não esquecem seu bom mestre e seu verdadeiro amigo; no dia do seu passamento dizia um d'elles (o exc. sr. Conselheiro Bellegarde): foi-se o homem que mais se approximava do —perfeito. Prestou relevantissimos serviços ao paiz, e quando faltassem documentos para garantir essa verdade, eil-o que deixa o mundo no dia 8 de maio de 1856, cheio de honras e distincções. Pedir, nunca soube o que era, e talvez fosse esse o unico orgulho que possuisse. Deixa apenas um filho, eis quanto resta da sua prole. (Não é exacto, porque lhe ficaram tambem netos, como dissemos)

trinta e dois annos o mais velho dos filhos e dez a mais moça. Os filhos todos servem n'aquelle imperio com distincção em varias situações: d'elles já tem estado quatro em Portugal, vindo tres de guarnição na corveta *Imperial Marinheiro*, da qual era Commandante um, o Capitão de fragata Francisco Cordeiro Torres e Alvim, quando segunda vez visitava a patria de seu pae e avós. Os referidos José Manuel de Campos Feo e Torres e D. Maria Barbara de Brito e Alvim

Tiveram filhos.

10 **D. Marianna Zeferina Barreto e Alvim Feo de Castello Branco.** Nasceu a 22 d'abril de 1841, e casou a 5 de fevereiro de 1860 com Francisco Barreto Caldeira de Castello Branco, que nasceu a 1 de maio de 1830 em Alter do Chão, onde é proprietario. Filho de Antonio Mendo Caldeira de Castello Branco e de D. Rosa Valentina Barreto Cotta Castellino.

Tem filhos.

11 **José Barreto Alvim de Castello Branco.** Nasceu a 11 de maio de 1862.

11 **Francisco Xavier Barreto Alvim de Castello Branco.** Nasceu a 25 de julho de 1864.

10 **Severo Barreto Alvim Feo e Torres.** Nasceu a 23 de abril de 1843.

10 **João Carlos Cardoso Barreto Feo.** Nasceu a 31 de julho de 1834.

10 **José Barreto Alvim Feo.** Nasceu a 27 de julho de 1846, e falleceu a 19 de outubro de 1865.

7 **D. Helena Thomazia de Mendoça.** Nasceu n'esta cidade a 7 de março de 1735 e foi baptisada na egreja de Nossa Senhora da Pena a 27 do dito mez. Falleceu de seis annos de edade em 16 de fevereiro de 1741, e foi sepultada no jazigo da irmandade do Santissimo na antiga egreja de S. Jorge.

7 **João de Torres da Silva Cabral.** Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei D. João V por alvará de 7 de outubro de 1741. Bacharel formado em direito canonico pela universidade de Coimbra, e se lhe passou a carta a 9 de julho

de 1759. Nasceu em Lisboa a 21 de fevereiro de 1737, e em 7 de março foi baptisado na sobredita egreja. Morreu na edade de vinte e cinco annos, quando tinha diante de si a expectativa de uma brilhante carreira na magistratura, por lhe pertencerem os serviços do avô materno, aos 21 de dezembro de 1762, na freguezia de Santos-o-Velho e na sua egreja está sepultado.

7 **José Feo de Castello Branco.** Fidalgo Cavalleiro da casa do mesmo Rei e por alvará da data do acima mencionado. Acompanhou seu irmão ao Brasil e com elle participou o terrivel naufragio porque passaram no regresso á patria, salvando n'essa medonha occasião os documentos honorificos da sua familia, que para lá tinham levado, e varios objectos mais. A natureza foi para com elle madrasta, pois que veiu ao mundo com o beiço inferior rachado perpendicularmente coisa de meia pollegada, defeito este de que nunca se pôde curar. Nasceu n'esta cidade a 5 de junho de 1738 e a 21 d'esse mez foi tambem baptisado na dita egreja da Pena. Falleceu na freguezia de Santa Engracia, com setenta annos completos, que para coisa alguma lhe serviram, aos 6 d'outubro de 1808, e jaz na ermida de Nossa Senhora do Paraizo.

7 **Manuel Feo.** Nasceu nas casas da rua do Marechal, na antiga parochia de S. Jorge, egreja em que foi baptisado aos 21 de maio de 1740, e n'ella sepultado no coval da capella de Nossa Senhora da Soledade, tendo fallecido aos 23 dias d'esse mez e anno.

VII. **Luiz da Motta Feo e Torres.** Fidalgo Cavalleiro da casa d'El-Rei D. João V por alvará de 9 de junho de 1735. Cavalleiro na ordem de Christo com doze mil réis de tença, de que se lhe passou padrão a 1 de junho de 1741, e se lhe expediu o alvará para ser armado Cavalleiro na egreja de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa, e a carta para se lhe lançar o habito na do convento da Luz a 20 de janeiro de 1745, e tendo precedido a competente habilitação pela Mesa da Consciencia e Ordens para receber o habito, resultou das provanças que se lhe fizeram o impedimento de falta de edade propria, do qual houve dispensa por consulta do mesmo tribunal resolvida aos 23 de dezembro de 1744, com a rubrica da senhora Rainha D. Marianna. (Veja-se no Archivo da Torre do Tombo, Habilitações da ordem de Christo, lettra L, maço 18, numero 77) Thesoureiro Mór da casa de Ceuta, officio em que succedeu a seu pae tendo apenas oito annos e alguns mezes de edade, e n'elle se encartou por alvará de dispensa da menoridade em 27 de junho de 1753, e confirmada a propriedade pela carta de 19 de julho do mesmo anno; tendo-se antes dado, em 8 d'esse mez de 1743, um alvará a sua mãe para lhe nomear serventuario durante o men-

cionado impedimento. O dito officio serviu até ao anno de 1761, época em que foi extincto sem compensação alguma, tendo andado nos seus antepassados cento vinte e cinco annos, no qual tempo deram elles contas da exorbitante quantia de cinco mil trezentos e quatro contos quatrocentos e tres mil réis, pertencentes á real fazenda, e isto simplesmente em moeda; pois das outras que egualmente se promptificaram por esta repartição, tanto para as praças de Africa como para mais despezas, era muito maior o valor: o que tudo consta das honrosas quitações passadas pelos senhores Reis d'esses tempos, as quaes se acham registadas nos livros das suas Chancellarias, que estão no Archivo da Torre do Tombo e as originaes em meu poder. (Veja-se o *Panorama*, jornal litterario e instructivo da sociedade propagadora dos conhecimentos uteis etc., tomo V, paginas 86, 87 e 96, Lisboa, 1841) Capitão de infanteria aggregado á primeira plana da côrte por decreto de 29 d'outubro de 1795 e patente de 13 de novembro d'esse anno, havendo antes servido na cavallaria, arma que escolhera por ser muito habil na arte de equitação, que aprendera da propria pessoa do insigne Marquez de Marialva D. Pedro, que elle mesmo lhe ia dar lição pela amizade que lhe tinha, a qual existia entre as duas familias já do tempo dos antigos Condes de Marialva e continuou até hoje. Assentou praça em 27 de julho de 1769 de soldado voluntario no regimento de cavallaria do caes (numero 7), e em 6 de setembro de 1771, por aviso do Marechal Marquez de Alvito, Governador das armas da côrte, passou para o de Mecklembourg (dito do Principe e depois numero 4). Foi reconhecido Cadete por provisão do Conselho de Guerra de 10 de abril de 1779, e serviu até 8 de janeiro de 1789, dia successivo ao em que deu baixa, a qual lhe foi n'elle participada por aviso do General Duque de Lafões. A Rainha D. Maria I, por decreto de 26 de novembro de 1788, o despachou Capitão Mór Governador da capitania do Ceará Grande no Brasil, de que tirou patente a 12 de janeiro de 1789; sendo auctorisado pela mesma senhora para tomar posse do seu governo sem prestar juramento de preito e homenagem, por outro decreto de 15 de maio, e d'elle se lhe passou a 26 d'esse mez, e tudo do ultimo citado anno, certidão dada no paço de Nossa Senhora da Ajuda por José de Seabra da Silva. Embarcou para o seu governo no navio *O Real Pedro*, de que era Mestre e primeiro Piloto José João Gonçalves, e tinha cincoenta pessoas de tripulação; levando por companhia seu irmão e sua mãe, já referidos, mulher, filhas e filho Francisco: saiu do porto de Lisboa a 7 de agosto e chegou a Pernambuco em 27 de setembro, contando assim cincoenta e dois de viagem; demorou-se n'aquella capitania o mez de outubro, e tomando de novo o caminho aquatico em uma sumaca aportou ás praias do Ceará a 4 de novembro no sobredito anno de 1789, e logo em 9 d'elle tomou posse do governo, que estava interino por se ter ausentado para Pernambuco o seu antecessor João Baptista

de Azevedo Coutinho de Montaury[1], e lhe foi dada na villa de S. José de Ribamar de Aquiraz, cabeça de comarca. Nos dez annos que durou a sua administração n'aquelle paiz, adquiriu a estima geral dos subditos e os elogios dos superiores, pela rectidão, justiça, humanidade e mais qualidades de que era ornado, as quaes manifestou congraçando os habitantes que andavam inimizados desde muito tempo; animando e protegendo a plantação do algodão, a ponto de se exportar para Pernambuco, apesar das seccas, mais de trinta mil arrobas em pluma; vigiando cuidadosamente a arrematação dos dizimos reaes dos gados e miuças, que logo no primeiro anno subiu além de setenta e cinco contos de réis, havendo o acrescimo de quatro contos duzentos dezesete mil e seiscentos réis a favor da fazenda real; melhorando o estado da tropa tanto no pessoal como no material; acudindo na grande secca de 1792 ás necessidades do povo, mandando ir farinhas e mais mantimentos das capitanias de Pernambuco e Maranhão, empregando n'estes generos mais de duzentos mil réis de seu proprio dinheiro, para serem vendidos por modicos preços unicamente á pobreza; e finalmente adiantando por mero espirito de caridade, em todo o tempo do seu governo, as quantias precisas para provêr a capitania de medicamentos em abundancia tanto para o curativo do povo como dos soldados. Escaços são os documentos que possuimos relativos á época do seu governo, elles foram pela maior parte perdidos no sinistro que soffreu regressando á patria: comtudo ainda nos restam bastantes para confirmar o que deixamos escripto, mas não os publicamos por não ser logar proprio para o fazer. Acabando de governar em 21 de agosto de 1799, entregou a capitania ao seu successor, que foi o Chefe de Esquadra da armada real Bernardo Manuel de Vasconcellos, que já ia pela carta regia de 17 de junho d'esse anno livre da sujeição a Pernambuco[2]. Para aqui se dirigiu depois, e achando-se prestes a partir para a Europa em comboy de que era Chefe Manuel de Jesus Tavares, escolheu a charrua da coroa *Santo Antonio Polyphemo*, commandada por José dos Santos Lopes, por alcunha o Zaranza, 1.º Tenente da armada real, n'ella embarcou no Recife com sua mulher e filha D. Helena e o referido irmão José Feo; fazendo-se de véla com o comboy em 21 de janeiro de 1800, e chegando em 7 de março com prospera viagem á altura dos Açores, lhe sobreveiu um medonho temporal que aguentaram por oito dias, dispersando-se com a sua violencia os navios, afundando-se na sua presença o *Santa Rosa*, vendo-se n'elle o terrivel acto da absolvi-

[1] Foi depois de se recolher a Portugal, para o Rio de Janeiro, onde falleceu, Tenente General e Governador das armas da côrte e provincia.

[2] Veja-se *Memorias Historicas do Rio de Janeiro e provincias annexas, etc.*, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araujo, etc. Tomo VIII, paginas 261 e 262, nota. Rio de Janeiro, 1822; e o *Diccionario Geographico etc.*, mencionado em nota a paginas 310.

ção do sacerdote aos que tão infelizmente iam acabar a existencia. Já quando estavam exhaustas as esperanças do salvamento, havendo perdido dezenove homens, em que entrava João Alves de Mello, Ouvidor que havia sido em Angola, o qual mettendo-se no unico bote que lhe restava com quatro homens, com o fim de abordar a um dos navios ainda á vista, a pedir soccorro, levando as algibeiras cheias de dinheiro para tentar a tripulação a que o fizesse, foi tão infeliz, que voltando-se logo a embarcação ao desatracar, e salvando-se os homens pelas cadêas do leme, elle não o conseguiu, apesar de nadar mais de meia hora com summa difficuldade, pelo peso que levava, com grande lastima de todos que o viram ir para o fundo sem lhe poder acudir; deparou-lhe a Divina Providencia o navio *Trajano* inesperadamente, por ter mudado algum tanto o rumo o seu Capitão José Joaquim Torcato, homem valente e determinado, que assim que os avistou e conheceu ser navio em perigo, fez deitar a lancha fóra sendo o primeiro que para ella desceu, seguido do negro cosinheiro que vendo a pouca vontade com que os marinheiros estavam para se arriscar, disse — como meu senhor vae, vou eu. Na ermida de Nossa Senhora da Conceição dos Innocentes, em Cascaes, está um quadro em que ambos apparecem em uma embarcação, o preto com camisola encarnada, e com este lettreiro: «Milagre que fez Nossa Senhora da Conceição dos Innocentes da villa de Cascaes, a Joaquim José Rodrigues, vindo de Pernambuco para a cidade de Lisboa em o navio Santo Antonio Polyphemo em altura 27 graus ao norte da linha a 12 de março de 1800, foi o dito navio ao fundo e o salvou o navio Trajano [1].» Duas vezes lá foram e transportaram todos os individuos existentes, escangalhando-se a lancha depois de estarem a bordo os ultimos que acabava de conduzir e ao ser para elle içada. Das pessoas que vinham n'essa occasião a que mais tempo viveu foi uma caboclo natural do Ceará, Anna Xavier da Soledade, que entrou para religiosa do convento de Santa Cruz de Villa Viçosa, com quinhentos mil réis de dote dados pelo seu padrinho o senhor Francisco Feo, e trezentos mil réis que lhe deixou o Doutor José Victorino da Silveira Anjo, Ouvidor que havia sido no Ceará, a qual falleceu em 24 de junho de 1861. Ao *Polyphemo* se lançou fogo, e a estar elle carregado de madeira de construcção, se deveu a sua conservação sobre a agua por tanto tempo, apesar de um grande rombo no costado feito pelo leme, que saltando fóra das femeas logo ao começar a tormenta, ficara preso pelas cadêas, não havendo a deliberação de remediar este inconveniente, o que não seria difficultoso a marinheiros habeis. O Commandante passou por um conselho de guerra, e foi absolvido, como se vê da sentença que publicamos, e tambem um attestado

[1] Suppomos que o sugeito nomeado no quadro foi quem o mandou para a egreja, mas não sabemos quem era.

por elle dado ao do *Trajano* [1], unicamente como documentos historicos e honrosos. Este foi pelo serviço que prestara promovido a 1.º Tenente da armada real; falleceu a 22 de junho de 1829 na avançada edade de setenta e quatro annos, por ter nascido a 26 de fevereiro de 1755, na villa de Cascaes, onde se conserva descendencia sua e está sepultado. Finalmente entrou no Tejo pelas tres horas da tarde do dia 28 do mesmo mez de março, e desembarcou n'esta cidade com uma jaqueta de panno e sua mulher com um capote atado com uma corda, e os mais da familia por egual teor; tendo perdido esse pouco que comsigo trazia, fructo do que economisara nos dez annos do governo: sendo-lhe então dada uma tença annual de tre-

[1] Sentença proferida nos autos crimes do processo verbal do Primeiro Tenente do mar José dos Santos Lopes, Commandante que foi do navio *Polyphemo* ultimamente naufragado. — *Sentença do Conselho de Guerra*, a folhas oito: —Vendo-se n'este Conselho de Guerra o processo verbal do Primeiro Tenente do mar José dos Santos Lopes, como Commandante que foi do navio *Polyphemo*, para no mesmo se averiguar a conducta com que se houve no naufragio que soffreu o mesmo navio, devaça a que procedeu o Auditor Geral de Marinha para averiguação do referido, interrogatorios feitos ao mesmo Commandante, etc. Mostra-se que vindo o navio *Polyphemo* de Pernambuco em comboio para este porto, lhe sobreveiu na altura de trinta e cinco para trinta e seis graus um temporal tão forte, que saltando-lhe a primeira, segunda e terceira cana do leme, lhe veiu este por fim a faltar, entrando a fazer tanta agua, que apesar do grande trabalho das bombas de dia e noite, não se pôde esta vencer, indo cada vez a mais. Mostra-se que achando-se o navio n'aquelle estado lhe appareceu no dia seguinte o navio *Anna de Lisboa*, que era pertencente ao mesmo comboio, o qual não lhe prestando soccorro algum se resolveram mandar a seu bordo o escaler do mesmo *Polyphemo*, o qual se viu perder logo que a guarnição subiu para aquelle navio, e vendo-se, que não deitavam d'elle embarcação ao mar, formaram uma jangada a qual saltando dezesete pessoas desappareceu perto da noite sem mais se tornar a ver, e deitando-se depois a lancha para se ir a bordo d'aquelle mesmo navio se alagou logo, naufragando n'aquella occasião o Desembargador Ouvidor, e apparecendo no dia seguinte o navio *Trajano* salvou o resto da guarnição, que para elle se passou desamparando o navio com mais de tres braças de agua, não se lhe podendo aproveitar coisa alguma pelo estado e mar que havia. Portanto se assentou uniformemente, que o Primeiro Tenente José dos Santos Lopes se acha isempto de toda e qualquer culpa, julgando-se egualmente que a não commettêra em mandar no dia seguinte deitar fogo á mastreação do mesmo navio que ainda se conservava inteira, e portanto o julgam innocente. Lisboa, 17 de junho de 1800.—Joaquim Alberto Jorge—José Luiz Cyriaco, Segundo Tenente—Euzebio Candido Cordeiro, Segundo Tenente do mar—Thomaz Alexandre Pereira de Azambuja, Primeiro Tenente do mar—Rodrigo Antonio Moraes de Lamar, Capitão Tenente—Agostinho Antonio de Faria, Capitão Tenente—Estanislau Antonio de Mendonça, Capitão de Fragata, Presidente.

Sentença do Conselho do Almirantado, folhas 10.—Confirmam a Sentença do Con-

zentos mil réis nas commendas vagas, em remuneração dos seus serviços e pela infelicidade que teve no transporte, por decreto de 4 de abril do dito anno de 1800. Apesar de ser a segunda vez que se via privado dos seus haveres, pois no fatal terremoto de 1 de novembro de 1755, perdeu pelo fogo que se lhe seguiu cinco propriedades de casas, em que entrava a do pateo do Marechal, na rua d'esse nome em a antiga freguezia de S. Jorge, egreja com quem confrontava assim como com o palacio dos Condes de Villa Nova de Portimão, hoje a parte nova do Limoeiro: a qual constava de cincoenta e quatro casas, pateo de entrada, jardim, officinas, etc., e tinha outra contigua na rua do Varão, que ambas estavam vinculadas, aquella em vinte mil cruzados e esta em quatro: viveu oitenta e um annos forte e robusto. Nasceu em Lisboa a 8 de abril de 1732 na rua direita dos Anjos, nas casas que actualmente são de Lucas da Silva Castello,

selho de Guerra que absolvem o Reo. Lisboa 27 de junho de 1800.—Com seis rubricas. —Foi copiado bem e fielmente dos proprios autos a que me reporto e vae por mim sobrescripta e assignada. Lisboa 2 de julho de 1800.—E eu José Thomaz Loureiro, Escrivão do Conselho de Justiça do Almirantado a sobrescrevi e assignei.—José Thomaz Loureiro.

José dos Santos Lopes, Cavalleiro professo na ordem de S. Bento de Aviz, Primeiro Tenente do mar da Armada Real, Commandante do navio naufragado *Santo Antonio Polyphemo*, de Sua Alteza Real. Attesto e faço certo que achando-me com o dito navio na latitude norte 36° e longitude 344° oriental do Meridiano de Ferro, já sem leme, do qual se me haviam partido tres canas, e fazendo tanta agua que não podia ter vencimento com o incansavel trabalho de quatro bombas, que nunca conseguiam diminuir no porão tres braças, sendo-me inuteis todos os signaes que fazia e tendo-me já recusado soccorrer o navio *Anna de Lisboa*, estando infallivel o naufragio, e havendo-se-me perdido com 18 homens, não só a lancha, mas uma jangada que se fizera, nos avistou o navio *Trajano*, Capitão José Joaquim Torcato, e com quasi incrivel diligencia fazendo concertar a sua lancha, que tambem trazia arrombada, por meio de imminentes perigos fez o dito Capitão transportar para o dito seu navio toda a equipagem, guarnição e passageiros do dito *Polyphemo*, os quaes não só recebeu e tratou com a maior affabilidade, mas sustentou, a uns generosamente á sua mesa e outros com ração por inteiro, desde o dia 14 de março até 28 do corrente, sendo todos os comestiveis seus proprios e não querendo receber a menor paga em recompensa d'elles. E por ser esta a verdade, e este attestado me ser pedido, lho mandei passar firmado com o meu signal, debaixo da minha palavra de honra, para que conste em toda a parte tão digna acção que salvou á humanidade tantas vidas e ao estado tantos vassallos. Lisboa 17 de maio de 1800.—José dos Santos Lopes.—O sr. Luiz da Motta Feo e Torres, em outro attestado, que egualmente lhe passou a 14 d'esse mez, diz quasi o mesmo que fica referido, e só acrescenta que o capitão do navio *Anna de Lisboa* se escusára de lhes prestar soccorro a pretexto de ter a lancha arrombada, e que a maneira generosa, delicada e affavel, com que o capitão do *Trajano* os tratára, fôra por elle presenciada e por mais duzentas pessoas.

pegadas com o tanque do antigo chafariz, e foi baptisado na sua freguezia de Nossa Senhora dos Anjos. Morreu a 13 de outubro de 1813, habitando então no campo de Santa Clara em casa de sua filha D. Maria Luiza, e jaz sepultado na egreja de S. Vicente de Fóra. Casou em um sabbado 8 de janeiro de 1763, na parochia de Santa Maria dos Olivaes, recebendo-se em Chelas no oratorio de sua sogra, com D. Anna Zeferina de Azevedo Coutinho, que nasceu na villa de Aldêa Gallega do Ribatejo aos 29 de janeiro de 1746, e lá foi baptisada em 22 de fevereiro seguinte na egreja do Espirito Santo. Era esta senhora amplamente dotada pela natureza de belleza, graça e juizo; dedicada á poesia, fazendo versos mui bem, como se póde vêr a paginas 17 das nossas *Memorias sobre Angola etc*,. mencionadas em as 435 d'este volume: tudo lhe foi concedido, até animo varonil; pois no naufragio que soffreu com seu marido na volta da America, deu provas da maior coragem, animando ao proprio commandante que se apresentava triste, e a quem disse no auge da tormenta: —que é isso, senhor José dos Santos? pois você em vez de animar a gente é quem a está desanimando com as suas lagrimas: — e na educação dos filhos, que todos a adoravam, mostrou o bom senso e talento que possuia. Posto que estava por um avizo regio, expedido na côrte do Rio de Janeiro aos 13 de janeiro de 1816, auctorisada para se poder recolher ao mosteiro da Encarnação das Commendadeiras da ordem de S. Bento de Aviz, ou a outro qualquer que bem lhe conviesse, não se resolveu a usar d'esta graça, para que estava competentemente habilitada para viver com toda a commodidade n'aquelle que escolhesse, pois além de um padrão que tinha de quarenta e quatro mil réis por alvará de 24 de maio de 1756, lhe ficaram pertencendo, por outro de sobrevivencia de 11 de maio de 1811, cento e cincoenta mil réis da tença de seu marido, havendo egualmente á sua disposição o rendimento da casa de seu filho; preferindo ao seu bem-estar os incommodos de uma jornada para não se separar da filha já mencionada, e na companhia d'ella falleceu com setenta e quatro annos, dois mezes e tres dias, aos 31 de março de 1820 em Torres Vedras, na casa de seu neto Fernando de Magalhães e Avellar, então Provedor d'aquella comarca; logar que tambem exercêra seu pae: jaz na mesma villa na egreja do convento de Nossa Senhora da Graça. Filha de Antonio de Azevedo Coutinho e de D. Marcelina Perpetua de França e Faro, e do segundo matrimonio de ambos, já citados a paginas 153 e 154: elle nasceu em Soure a 30 de junho de 1703, foi compadre e amigo de Sebastião José de Carvalho, depois Marquez de Pombal, e essa amizade veiu a cessar, com reciproca queixa, pela que elle contrahira com os Marquezes de Tavora, com quem estivera na India.

Tiveram filhos.

8 **D. Helena Perpetua Leocadia de Castello Branco Feo.** Nasceu em domingo 15 de

janeiro de 1764 pelas cinco horas da madrugada na quinta de Cabo Ruivo, freguezia de Santa Maria dos Olivaes, e foi baptisada na sua ermida. Acompanhou seus paes ao Brasil, indo e voltando com elles, e falleceu n'esta cidade na rua de Santa Marinha, nas casas de D. Catharina do Casal Ribeiro, em sexta feira 11 de agosto de 1837, pelas duas horas e dez minutos da manhã, com testamento a favor de seu irmão Francisco Feo, e foi sepultada no cimeterio do Alto de S. João, onde jaz em mausoléo que elle lhe mandou levantar. Casou n'esta cidade tendo quarenta e seis annos de edade, e se recebeu na freguezia de Santa Engracia em 6 d'outubro de 1810, com Francisco Luiz Alvares da Rocha, natural da parochia de Nossa Senhora da Bella, termo de Monção, comarca de Valença, onde fôra baptisado a 13 de maio de 1747: filho de Domingos da Rocha e de Isabel Alvares. Do Conselho de El-Rei D. João VI por carta de 9 de maio de 1821, com exercicio de Conselheiro no tribunal da real fazenda por outra de 26 d'esse mez e anno. Cavalleiro da ordem de Christo por decreto de 13 de abril de 1802. Bacharel em leis formado pela universidade de Coimbra; leu no Desembargo do Paço, para o que foi habilitado como consta na Torre do Tombo, Habilitações do mesmo tribunal, lettra F, maço 14. Juiz de Fóra da villa de Torres Novas, por carta de 15 de dezembro de 1778; promovido a Ouvidor do Rio de Janeiro em 8 de fevereiro de 1782, e em 7 de setembro de 1787 para a Relação da mesma capitania com posse na do Porto: e serviu tambem de Juiz da alfandega e de Provedor dos defuntos e ausentes na dita cidade de S. Sebastião, e de Escrivão da alçada que foi a Minas Geraes conhecer da conjuração d'aquella época. Tendo estado dezenove annos no Brasil recolheu ao reino, despachado aos 22 de março de 1802 para a Casa da Supplicação, e em 27 de setembro de 1813 passou a occupar uma casa na dos Aggravos. Chanceller da Relação do Porto por carta de 24 de fevereiro de 1816, exercendo por alguns annos o cargo de Governador das Justiças, que estava vago; voltando para Lisboa no anno de 1821 para o Conselho da fazenda. Carregado com o peso de relevantes serviços e da avançada edade de oitenta e tres annos, foi este habil Ministro e honrado homem roubado á patria e a sua familia em 1 de março de 1830, havendo antes feito testamento a favor de sua esposa, de quem não houve successão: jaz na egreja da freguezia de S. Thomé, em que falleceu nas casas que foram de Miguel de Vasconcellos. Á sua viuva foi dada uma pensão de seiscentos mil réis em 15 de julho de 1830, a qual ficou nùlla pela disposição geral, e ella unicamente com a de setenta e cinco mil réis, metade da que tinha sua mãe, pondo-se no proprio alvará da supervivencia, de 11 de maio de 1811, a appostilla a seu favor em 1 de janeiro de 1815.

8 **D. Maria Luiza Francisca de Mendoça.** Nasceu na mencionada quinta de Cabo Ruivo em sexta feira 30 de novembro de 1764, pelas tres horas e um quarto da madrugada, e foi baptisada na freguezia de Santa Maria dos Olivaes em 16 de janeiro de 1765. Por alvará de 23 d'agosto e padrão de 3 de outubro de 1792, teve vinte e dois mil réis de tença que n'ella renunciou sua mãe: e morreu n'esta cidade, na sua casa do campo de Santa Clara, em 19 de junho de 1853 pelas dez horas e um quarto da manhã, com oitenta e oito annos, seis mezes e dezenove dias de edade: foi sepultada no cimeterio do Alto de S. João. No *Diario do Governo* numero 143, de terça feira 21 d'esse mez e anno, existe uma sua necrologia. Casou na villa da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção, capital do Ceará Grande, a 21 de novembro de 1793, precedendo escriptura de dote lavrada no dia anterior pelo Tabellião João Lopes d'Abreu Lage, na qual o noivo lhe doa doze contos de réis e ella cede das legitimas paternas, com Manuel de Magalhães Pinto e Avellar, que ahi estava Ouvidor da comarca por decreto de 31 de agosto e carta de 11 de outubro de 1785, e com a serventia do officio de Provedor dos residuos n'ella por alvará de 24, tambem do dito mez e anno; passando depois, por carta de 3 d'agosto, para Desembargador da Relação da Bahia por seis annos, com posse na do Porto, para a qual foi por carta de 21 de junho de 1802, e por outra de 14 de setembro de 1805 Desembargador extravagante da Casa da Supplicação, e Deputado da Junta do Commercio etc. Tinha sido oppositor ás cadeiras na universidade de Coimbra: leu no Desembargo do Paço, para o que se lhe tiraram as competentes inquirições que foram sentenceadas e approvadas a 9 de dezembro de 1784. (Veja-se na Torre do Tombo, Habilitações de Bachareis, lettra M, maço 52) Nasceu a 4 d'agosto de 1759 na cidade de Lamego, e morreu alienado do juizo em Lisboa a 10 de fevereiro de 1807; jaz na egreja da Penha de França: do seu fallecimento dá noticia o *Almanach* d'esse anno a paginas 653. Irmão do Bispo do Porto, o Doutor D. João de Magalhães e Avellar, Presbytero secular, graduado na faculdade de canones, primeiro Lente da mesma na universidade de Coimbra, collegial no real collegio de S. Pedro da mesma cidade, Conego Doutoral na Sé cathedral de Lamego, Socio livre da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Deputado extraordinario do santo officio por provisão de 13 de fevereiro de 1806 (veja-se no mencionado Archivo, Habilitações do mesmo tribunal, João, maço 171, diligencia numero 1506). Bem conhecido pela excellente livraria que teve, feita á custa das economias de toda a sua vida, que hoje pertence á Bibliotheca Publica da cidade do Porto, a qual foi vendida por vinte e quatro contos de réis, por escriptura publica de 7 de março de 1845 celebrada entre o governo e os herdeiros d'elle, e se estão já embolsados da sua importancia ao Duque de Salda-

nha o devem; e tambem pelo rico gabinete de medalhas que possuia, e lhe tinha vindo por seu pae — o Medico Magalhães de Lamego, como se se acha mencionado nos *Almanachs* de 1787 e 1788, a paginas 258 d'aquelle e 329 d'este. Nasceu, e foi baptisado em 22 de dezembro de 1754, na freguezia de Arneiro, em Villa Nova de Souto d'El-Rei, e ahi falleceu a 16 de maio de 1833. Filhos do Doutor José de Magalhães Barbedo e Avellar, Mestre em artes, approvado em medicina pela universidade de Coimbra, que por provisão de 14 de fevereiro de 1754 teve sessenta mil réis por anno do partido de medico da cidade de Lamego, havendo já o do cabido e religiosas das Chagas do convento de Santo Antonio de Terreirim, dos religiosos capuchos, e recolhimento de Santa Thereza da dita cidade (Chancellaria d'El-Rei D. José, livro 66, folhas 27), e de D. Maria Leonarda Pinto. Netos, pela parte do pae, do Licenceado Manuel Rodrigues dos Santos e de D. Leonor Maria de Magalhães Louzada, senhora de muita distincção e de grande predilecção pela medicina, como fez vêr em dois matrimonios que contrahiu, ambos com medicos parentes um do outro; pois quando casou com este era já viuva do Doutor Manuel Gomes dos Santos, tambem Medico partidista em Lamego, e c. g.

Tiveram filhos.

9 **D. Maria Luiza de Magalhães.** Nasceu em Pernambuco a 15 de dezembro de 1794, e falleceu em Lisboa na casa do Campo de Santa Clara a 28 de outubro de 1811: jaz na egreja de S. Vicente de Fóra.

9 **Fernando de Magalhães e Avellar,** do Conselho da Rainha D. Maria II por decreto de 2 de dezembro de 1840 e carta de 4 d'esse mez de 1841. Cavalleiro professo na ordem de Christo em 1831. Presidente do tribunal da Relação Commercial de segunda instancia por decreto de 15 de dezembro de 1864, e Juiz por outro de 9 de setembro e apostilla de 3 d'outubro de 1851. Ajudanle do Procurador da coroa por carta de 7 de maio de 1839. Provedor dos orfãos e capellas em Lisboa e seu termo por outra de 25 d'agosto de 1825, fazendo o logar de Desembargador da Relação do Porto, para que fora despachado a 27 de maio d'esse anno. Provedor da comarca de Torres Vedras por carta de 4 do dito mez de 1819, com predicamento de primeiro banco por alvará de 5 de setembro de 1820. Bacharel formado na faculdade de canones pela universidade de Coimbra. Leu no Desembargo do Paço, fazendo-se as provanças e habilitações n'esta cidade como patria commum, por avizo passado no palacio do governo em 12 julho de 1817, mandado cumprir pelo dito tribunal a 11 de agosto, e procedendo-se a ellas foram vistas e approvadas a 3 de setembro, tudo do mesmo

anno. (Veja-se na Torre do Tombo, Habilitações de Bachareis, lettra F, maço 24) Homem de grande talento e não menor fortuna, pois achando-se empregado na chegada do senhor D. Miguel, ainda hoje o está. A nossa tia, a senhora D. Helena, lhe nomeou um prazo na filha D. Maria da Penha. Como fica dito a paginas 159, foi herdeiro de João de Sousa Pacheco Leitão, que sendo parente de nós ambos em egual grau (tinha sido meu Lente na academia militar do Rio de Janeiro, conhecendome desde 1812 e a elle de 1826 para mais) não só fui eu preterido mas tambem a esposa. Na disposição testamentaria que fez o nosso tio o senhor Francisco Feo, foi elle e os seus contemplados com o melhor quinhão. Nasceu na Bahia de Todos os Santos a 8 de maio de 1797 e a 13 d'elle foi baptisado na ermida filial da Sé d'essa cidade. Casou duas vezes. A primeira em Torres Vedras a 2 de outubro de 1820, com D. Maria Francisca de Baena Falcão Van Zeller Henriques de Resende, que a 8 de junho d'esse anno havia enviuvado de José de Mello de Lima Falcão, seu primo, com quem se recebêra a 5 de novembro de 1811, Fidalgo Cavalleiro da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 14 de setembro de 1802, Coronel do regimento de milicias de Torres Vedras, por patente de 22 de setembro de 1807, a que passára de Aggregado que era por outra de 10 de janeiro de 1799, sendo Cadete do regimento de cavallaria do Caes e Governador militar da dita villa na guerra peninsular, do que lhe resultou empenhar a sua casa em beneficio do mesmo corpo, dos de segunda linha um dos melhores do exercito portuguez, como se póde vêr nas ordens do dia d'essa época. Administrador do morgado do Juncal, em Nossa Senhora da Oliveira de Matacães, proximo a Runa, e de outro em Alcochete. Senhor do prazo do Falcão, em Aldêa-Gallega do Ribatejo [1]. Nasceu a dita senhora n'esta cidade na freguezia de Nossa Senhora dos Anjos, onde foi baptisado a 10 de junho de 1792, e falleceu na casa do campo de Santa Clara a 6 de março de 1823: jaz na egreja do convento de S. Vicente de Fóra; e a descendencia d'ella e do primeiro marido continuou pelo filho José Maria de Mello. Os paes d'ella,

[1] As religiosas Conegas Regrantes de Santo Agostinho do mosteiro de Nossa Senhora da Assumpção de Chellas, termo d'esta cidade, por escriptura lavrada por Estaço Lourenço, Tabellião de El-Rei em Lisboa e seu termo, estando presente a Prioreza D. Leonor de Castello Branco e mais religiosas em capitulo, emprasaram no dia 15 de dezembro de 1441 a Alvaro Gonçalves, Escudeiro e criado de El-Rei D. João, cuja alma Deus haja, e Escrivão d'anadaria dos bésteiros d'ante Affonso Furtado e a sua mulher Brites de Calvos. pela renda e pensão annual de um tonel e meio de vinho bom, de cincoenta e dois almudes o tonel, posto e acarretado á custa d'elles em a ribeira da mesma cidade, uma quinta sita no Lavradio do Ribatejo, onde hoje está feita a rua nova de Aldêa-Gallega,

que era irmã de minha mulher, foram os senhores José Aleixo Falcão e D. Maria da Piedade Baena, citados a paginas 313. E a segunda a 3 de julho de 1826 com D. Marianna Coelho, que nasceu a 6 de outubro de 1816, e morreu pelas sete horas da manhã de 3 de dezembro de 1864: filha de Francisco Duarte Coelho, do Conselho d'El-Rei D. João VI, Fidalgo Cavalleiro da sua real casa por alvará de 5 d'esse ultimo mez de 1826, Desembargador da Casa da Supplicação e Ministro e Secretario do Estado das finanças em 1820. E de D. Marianna Francisca de Amorim.

Teve filhos.

Da primeira mulher:

10 **D. Maria da Penha de França Baena Falcão de Magalhães.** Nasceu a 4 de junho de 1822, e a 13 d'esse mez foi baptisada na egreja de S. Vicente de Fóra; falleceu a 18 de setembro de 1865, tendo casado duas vezes. A primeira a 10 de fevereiro de 1839, com Francisco Duarte Coelho (irmão da sua madrasta), Fidalgo Cavalleiro da casa da Rainha D. Maria II por alvará de 12 de junho de 1827: que nasceu a 14 de abril de 1820 e morreu em 12 de fevereiro de 1843, em Cascaes, por cair com elle o cavallo á ponte da mesma villa. E a segunda com D. Martinho de França Pereira Coutinho, seu primo, com quem se recebeu na egreja parochial de Santo Estevão de Alfama a 17 de setembro de 1850, Moço Fidalgo da casa d'El-Rei D. João VI por alvará de 6 d'abril de 1824. Desenhador de primeira classe do Archivo Militar, que nasceu a 17 de setembro de 1822. Filho segundo de Antonio Xavier Pereira Coutinho Pacheco de Vilhena Pato de Novaes Pimentel, Fidalgo Cavalleiro da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 13 de setembro de 1783. Senhor dos direitos reaes do Cartaxo e Val de Pinta, do morgado dos Soudos e da casa dos Patos em Alcochete. Primeiro Tenente da armada real. Grande de Hespanha de primeira classe, 4.º Marquez de Soudos e

villa que então ainda não existia. José de Mello nomeou o praso na filha D. Maria da Conceição de Mello, nascida a 12 de agosto de 1816, e fallecendo esta em 5 de abril de 1829, passou elle para seu avô materno o senhor José Aleixo Falcão, do qual veiu para minha prima e mulher a senhora D. Maria do Carmo de Baena, mencionada a paginas 532, que assim como eu somos undecimos netos dos ditos emphyteutas; e ella o encampou ás senhoras directas, porque o foro, que hoje eram quatro pipas de vinho com a obrigação de serem postas livres de tudo no convento, sobresahia muito ao rendimento d'elle.

4.º Visconde de Santo Antonio do Cartaxo; já fallecido, como diz o *Almanach de Portugal* para 1856, paginas 109. E da Marqueza D. Maria da Madre de Deus de Lacerda, filha de Martinho de França Faro de Lacerda, mencionado a paginas 153.

Teve filhos.

Do primeiro marido:

11 **D. Maria Carolina de Magalhães Coelho.** Nasceu a 25 de julho de 1841.

11 **D. Maria Francisca de Magalhães Coelho.** Nasceu a 5 de outubro de 1842.

Do segundo:

11 **D. Antonio Xavier Pereira Coutinho.** Nasceu a 11 de junho de 1851.

11 **D. Maria Luiza de Mendoça Pereira Coutinho.** Nasceu a 5 de junho de 1852.

11 **D. Maria da Madre de Deus de Lacerda Pereira Coutinho.** Nasceu a 3 de fevereiro de 1859. Foi baptisada na freguezia de Nossa Senhora das Mercês, e os dois referidos irmãos na de Santo Estevão de Alfama.

Da segunda mulher:

10 **D. Marianna Francisca de Magalhães e Avellar.** Nasceu a 18 de março de 1827 e casou a 3 de maio de 1851, com Augusto Pedro da Silva e Torres, seu parente, como já está dito a paginas 703, onde vae a sua descendencia.

10 **Manuel de Magalhães e Avellar.** Nasceu a 13 de maio de 1828, e morreu em 6 de março de 1833.

10 **D. Maria Luiza de Magalhães e Avellar.** Nasceu a 6 de fevereiro de 1829, e falleceu a 6 de julho de 1833.

10 **D. Maria Carolina de Magalhães e Avellar.** Nasceu a 24 de janeiro de 1832.

10 **D. Emilia Carlota de Magalhães e Avellar.** Nasceu a 4 de novembro de 1835, e morreu a 2 de fevereiro de 1851.

10 **D. Maria da Conceição de Magalhães e Avellar.** Nasceu a 13 de dezembro de 1840, e falleceu a 25 de março de 1850.

10 **D. Amelia Augusta de Magalhães e Avellar.** Nasceu a 28 de agosto de 1846.

9 **Manuel de Magalhães e Avellar.** Nasceu a 3 de agosto de 1799, e morreu de cinco mezes de edade na cidade da Bahia de Todos os Santos: lá jaz no convento de Nossa Senhora do Carmo.

8 **Antonio Feo Cabral e Torres,** Fidalgo Cavalleiro da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 9 de fevereiro de 1783. Alferes da 6.ª companhia do regimento de cavallaria de Olivença, depois num. 3, de que era Coronel João Antonio Pereira de Lacerda (casado com a senhora D. Maria Effigenia de Azevedo Coutinho, sua tia — veja-se a pag. 153 e 327), por decreto de 10 de março de 1790 e intervenção de 15 d'abril seguinte; tendo assentado praça de Cadete em 1 de julho de 1782. Nasceu em segunda feira 25 de novembro de 1765, pelas nove horas da manhã, na quinta de Cabo Ruivo, freguezia de Santa Maria dos Olivaes, onde foi baptisado; e falleceu em Lisboa, em casa de seu irmão Luiz da Motta Feo aos 11 d'outubro de 1794, em consequencia de cair o cavallo com elle tão desastradamente que amassou os copos da espada contra uma ilharga, isto vindo do Alemtejo com uma conducta para o seu corpo; havendo servido doze annos, tres mezes e dez dias. Jaz na egreja do convento do Salvador.

8 **João Feo Cardoso de Castello Branco.** Fidalgo Cavalleiro da casa da mesma augusta senhora por alvará tambem de 9 de fevereiro de 1783. Capitão de Mar e Guerra por decreto de 5 de junho de 1797. Assentou praça de Guarda Marinha, por estar nas circumstancias do decreto de 14 de dezembro de 1782, a 10 de fevereiro de 1783, por despacho de 8 d'esse mez do Marquez Inspector Geral de Marinha, e a 31 do seguinte maio embarcou na fragata *Cisne*, commandada pelo Capitão de Mar e Guerra Jorge Hardcastle, desembarcando em 29 de setembro do mesmo anno. Tenente do Mar das naus da armada, aggregado á companhia dos Guardas Marinhas, por decreto de 2 de janeiro de 1788; embarcou a 7 de abril de 1789 na fragata *Nossa Senhora das Victorias Minerva*, commandada pelo Capitão de Mar e Guerra Manuel da Cunha Soutomaior, que mencionamos a paginas 737, e desembarcou a 15 de dezembro d'esse anno. Passou para o corpo da marinha, desligado da companhia dos Guardas Marinhas, por avizo da respectiva secretaria em 4 de maio de 1790. Embarcou em 22 de abril de 1791 na nau *Medusa*, na qual ia o Chefe de

Esquadra José de Mello Breyner, e que com as fragatas *Minerva* (em que estava tambem embarcado seu irmão Luiz da Motta Feo, Tenente do Mar) e *Fenix*, brigues *Voador* e *Lebre*, compunha uma esquadra por elle commandada, que no dia 28 seguinte saiu de Lisboa, debaixo de um temporal de vento norte, tal, que impediu desembarcarem os pilotos da barra, com o destino de ir cruzar no Estreito, o que não teve logar pela prematura morte do mesmo Chefe em frente de Lagos, por occasião de por ordem sua passarem á falla os navios da esquadra a fim de desembarcarem os ditos pilotos. Estava elle encostado a sotavento da retranca, quando vindo a fragata *Minerva*, do commando do Capitão de Mar e Guerra Antonio Januario do Valle, passar proximo á nau chefe que caía de ré por se achar com o velacho sobre, pegou um ovem da enxarcia da gata na ponta da dita retranca, e arrebatando a forqueta de ferro correu a mesma retranca, esmagando o peito do chefe de encontro a um obuz montado na grinalda da nau. O commando da esquadra recaiu em Antonio Januario do Valle, que a dirigiu para a bahia de Lagos, e fazendo sepultar com as competentes honras em uma das egrejas d'essa cidade o fallecido José de Mello, se recolheu a Lisboa com a esquadra no dia 9 de setembro do dito anno. Capitão Tenente em 9 de fevereiro de 1792, dia em que desembarcou da mesma nau; passando a 19 de novembro seguinte para a fragata *Carlota*, d'esta para a *Fenix*, e depois em 28 de julho de 1793 para a *Cisne*, indo tomar o commando da galera franceza *le Commerçant*, que havia sido apresada, e estava surta na ilha da Madeira, e tendo effectuado essa commissão a 15 de outubro, desembarcou a 3 de dezembro. Em 27 de fevereiro de 1794 embarcou na nau *S. Sebastião*, na qual contrahiu estreita amizade com José Joaquim Champalimaud, que na mesma se achava de guarnição, sendo segundo Tenente da companhia de bombeiros do regimento da marinha, e veiu a fallecer Tenente General, tendo prestado relevantes serviços e legado a seus filhos memoria muito honrosa: desembarcou a 20 d'agosto de 1795. Outra vez embarcou na nau *Medusa* a 20 de janeiro e desembarcou em 23 d'agosto de 1796. Capitão de Fragata por decreto de 20 de outubro d'esse anno. Embarcou pela ultima vez aos 18 de agosto de 1803, na nau *Rainha*, e desembarcou por doente em 17 d'abril de 1804, com vinte e um annos, oito mezes e doze dias de serviço: falleceu em Lisboa aos 22 de outubro de 1805, e jaz na egreja de S. Vicente de Fóra. Nasceu em segunda feira 9 de março de 1767, depois das seis e meia horas da manhã, e foi baptisado na ermida da mencionada quinta de Cabo Ruivo. Casou na freguezia de S. Vicente em 9 de outubro de 1799, com D. Maria Joanna Leonor Francisca Cabral de Barros e Bulhões, sua prima, por quem houve em carta de 5 de março de 1804, a propriedade do officio de Escrivão dos Orfãos da cidade de Evora, que

n'ella, por alvará de 11 de maio de 1803, renunciára João Ricardo Fajardo Galego de Oliveira, Official do regimento de cavallaria do Caes, numero 7; passando-se antes, a 16 de janeiro de 1804, uma provisão supprindo a escriptura da renuncia, que elle não pôde fazer por fallecer logo; o qual era seu cunhado, por ser irmão do primeiro marido o Desembargador Marçal José Galvão de Oliveira Fajardo, Corregedor do crime da côrte, de quem não teve filhos, nem do segundo esposo: desfazendo-se, assim que este morreu, do referido officio, para o que se lhe expediu em 20 de junho de 1805 alvará de faculdade para o poder nomear em pessoa apta. Nasceu a 8 de setembro de 1774, e falleceu na freguezia de Nossa Senhora dos Anjos em 1835[1].

[1] Foi filha de:

Antonio Verissimo Cabral de Barros, Fidalgo Escudeiro acrescentado a Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. João V por alvará de 20 de fevereiro de 1740. Baptisado na freguezia de Santa Engracia a 29 de outubro de 1722, e de D. Catharina Thereza de Mello Soares de Bulhões, baptisada na freguezia de Santa Marinha em 5 de maio de 1725. Filha de Francisco Soares de Bulhões, Fidalgo Cavalleiro da casa do sobredito Monarcha por alvará de 8 de fevereiro de 1719, Cavalleiro da ordem de Christo com doze mil réis de tença, por padrão de 20 de outubro de 1711, Coronel do Mar, Governador de Lagos. E de D. Joanna Catharina de Azevedo Coutinho, recebidos na mesma egreja a 23 de novembro de 1720. Neta pela parte paterna de Bartholomeu Freire de Araujo, natural de Goa, Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. Pedro II, Cavalleiro da ordem de Christo, Coronel do Mar (filho de Thomé Freire, outrosim Fidalgo da casa de Sua Magestade e de D. Leonarda de Faria). E de D. Catharina Maria de Mello e Bulhões, que por mercê feita ao pae em 20 de maio de 1712, teve o habito de Christo com trinta mil réis de tença para o marido; filha de Francisco Soares de Bulhões, Cavalleiro da ordem de Christo e Tenente do Castello de Lisboa; e de D. Marianna de Sousa. Neta pelo lado materno de Jordão de Barros e Sousa, Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. Pedro II por alvará de 10 de setembro de 1700. Cavalleiro da ordem de Christo e Escrivão da côrte e casa (filho de João de Barros e Sousa, outrosim Fidalgo Cavalleiro da casa do sobredito Rei, por alvará muito noticioso de 12 de março de 1689, Commendador na ordem de Christo, Mestre de Campo de infanteria da côrte, governador de Cintra e Ayo de El-Rei D. Affonso VI; e de D. Catharina Figueira da Maia, primeira mulher.) E de D. Catharina Maria de Azevedo Coutinho, sua segunda mulher (filha de Belchior de Azevedo Coutinho, Fidalgo da casa real, Commendador da ordem de Christo e Capitão da Capitania Real, e de D. Maria de Figueiredo). Pertendia esta familia de Bulhões ter parentesco com Santo Antonio, e o comprovava com a posse de umas casas que tinha á Sé, na proximidade da egreja do mesmo Santo, que a senhora D. Maria Joanna, vendeu. Não sabemos se tal pertenção era exacta, mas queremos acreditar que sim, á vista dos muitos serviços que os individnos d'esta familia prestaram por mar e terra á sua patria, como referem as Gazetas e noticias do tempo, e os proprios documentos que lhes dizem respeito, existentes nos Archivos publicos e particulares; conhecendo-se que o Santo os protegeu efficazmente.

8 **José Feo de Castello Branco.** Nasceu em sexta feira 18 de março de 1768, depois das duas horas da noite, na quinta de Val Formoso, pertencente a seu tio por affinidade o senhor João Antonio Pereira de Lacerda, e foi baptisado na freguezia dos Olivaes. Falleceu em outra sexta feira, 25 de agosto de 1769, pelas nove horas da noite, e jaz na egreja de S. Sebastião da Pedreira.

8 **Luiz da Motta Feo,** que continua.

8 **D. Anna Magdalena de Castello Branco.** Nasceu em quarta feira 22 de julho

Neta de:

João Cabral de Barros, illegitimo, nascido em 1673, e havido em D. Luiza de Sousa de Menezes, filha de Manuel Pereira e de Luiza de Sousa. Fidalgo Escudeiro acrescentado a Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. Pedro II, por alvará de 16 de outubro de 1691. Cavalleiro da ordem de Christo em 3 de março de 1684 (Habilitações da ordem de Christo na Torre do Tombo, lettra A, maço 89, numero 82). Deputado da Meza da Consciencia e Ordens e da Junta do Tabaco, Ouvidor dos feitos da fazenda e Juiz das justificações. E de D. Leonor Magdalena de Faro, com quem casou na freguezia de Santa Marinha a 11 de dezembro de 1716, filha do Capitão João Baptista Rodrigues Godinho, Cavalleiro da ordem de Christo, e de D. Thereza Maria de França e Faro, irmã de Martinho de França e Faro, dito a paginas 154.

Bisneta de:

Antonio Cabral de Barros, tambem illegitimo, havido em D. Sebastianna Marinha, filha de Pedro Ribeiro Pinto e de Domingas Ferreira, naturaes de Torres Vedras. Cavalleiro da ordem de Christo por carta de 23 de fevereiro de 1663. Bacharel formado na faculdade de leis pela universidade de Coimbra e habilitado para os logares de lettras por despacho de 17 de agosto de 1661 (veja-se Habilitações do Desembargo do Paço, no mesmo Archivo, lettra A, maço 24, numero 4). Corregedor do crime do bairro de S. Paulo. Foi morto com um estoque junto á travessa das Bruxas e sepultado na egreja de Santa Marinha. Tinha sido implicado na morte de João Pereira *Trigueiros*, succedida na Cabeça de Montachique, pelo que em 22 de março de 1672 se contavam quarenta e cinco dias que estava na casa do segredo.

Terceira neta de:

João Cabral de Barros, Fidalgo Cavalleiro da casa de El-Rei D. Pedro II por alvará de 1 de fevereiro de 1691; do seu Conselho e do da Real Fazenda e Procurador d'ella. Juiz das Justificações do reino, pelo que é bem conhecido, e da Inconfidencia. Cavalleiro da ordem de Christo em 29 de maio de 1659. Habilitou-se para os logares de lettras por provisão de 24 de outubro de 1636. (Veja-se no Archivo da Torre do Tombo, Habilitações da ordem de Christo, lettra I, maço 89, numero 1, e de Bachareis, letra A, marçо 8.) Morreu em 11 de agosto de 1697, com testamento, e jaz na antiga egreja de S. Mamede.

de 1772, pelas quatro horas da madrugada, na quinta de Santo Antonio das Laranjeiras, que então era de seu avô materno e hoje do Conde de Farrobo; foi baptisada na freguezia de S. Sebastião da Pedreira; e morreu pelas sete horas e tres quartos da manhã de terça feira 19 de outubro de 1773: sepultou-se na egreja dos Olivaes.

8 **Francisco Feo Cardoso,** Fidalgo Cavalleiro da casa da Rainha D. Maria I por alvará de 9 de fevereiro de 1783, que lhe foi passado com o nome de Fran-

Quarta neta de:

Antonio Teixeira Cabral, natural de Villa Real e da sua governança. E de Catharina Teixeira, nascida em Torres Vedras, filha de Francisco Teixeira e de Ignez de S. Domingos, negra captiva.

Quinta neta de:

João de Barros, Lente na universidade de Coimbra, Clerigo de missa, Abbade da egreja de Valladares, e de Isabel Cabral, tambem de Villa Real, solteira, nobre e pobre. E elle nasceu illegitimo de Maria de Lemos, filha de Antonio de Lemos.

Sexta neta de:

Antonio de Barros, Moço Fidalgo da casa de El-Rei D. João III. Nasceu em sexta feira, á noite, ás doze horas de 11 de agosto de 1525, na quintã da Ribeira de Alitem, termo de Leiria, como consta da seguinte declaração por elle feita: — Estas memorias trasladei eu Antonio de Barros, o mais velho d'estes irmãos (que nomêa, e são, Lucrecia, Leonor, Jeronymo, Isabel, nascidos na mesma quintã; e nos paços d'El-Rei, na Ribeira de Lisboa, Catharina, Maria, Anna, Joanna, Lopo e Diogo), de um livro velho de meu avô Diogo de Almeida, e de meu pae João de Barros. Parti de Lisboa para a minha quintã, onde ora estou aposentado, em dezembro de 1512.

Setima neta de:

João de Barros, o das *Decadas*, Feitor da casa da India, que pena é não poder vir presencear a sublime honra que lhe acabam de fazer. — «Levou d'este mundo a meu pae a uma quinta feira, a 12 de janeiro de 1526: e no mesmo anno (refere-se a 1512) foi a S. Thiago de Galliza. E de Maria de Almeida, nascida em Lisboa no campo da Trindade, a 2 dias do mez de abril na era de 1503, ás dez horas da noite, no primeiro quarteirão da rua Nova, oito andados; de quem foram mais irmãos — Francisca, Isabel depois Catharina Coelho, Roque e Lopo. Todos filhos de Diogo de Almeida, que nasceu em uma quinta feira, tres horas do dia, a dois dias do mez de dezembro, era de 1463 annos; e de Catharina Coelho, com a qual casou em a villa de Santarem no mez de junho, era de 1491»: acrescentando-se outrosim nas ditas memorias, além d'estas noticias, as que vamos referir. — «Levou Deus d'este mundo a mãe de Diogo de Almeida em uma terça feira, pela manhã, a dia 15 de dezembro, na sua quinta da ribeira de Alitem, 1498. — Foi morto seu marido d'ella na mesma quintã a um domingo depois de jantar, a 26 dias de agosto, 1512.»

cisco de Azevedo Coutinho, declarando-se em apostilla de 20 de maio de 1789 chamar-se Francisco Feo Cardoso de Azevedo Coutinho, e tendo-se elle descaminhado se lhe expediu outro a 16 de julho de 1804, que está registado não só nos livros das mercês existentes no Archivo da Torre do Tombo, mas tambem no do Rio de Janeiro [1]. Cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz com doze mil réis de tença, por portaria de 16 de julho de 1810, e honorario da Torre e Espada por outra de 11 d'esse mez de 1827. Coronel de infanteria reformado, addido á praça de Cascaes, por decreto de 27 de setembro de 1843. Tendo ido com seus paes para o Brasil, assentou praça de Cadete em 14 d'outubro de 1789 na companhia de infanteria paga da guarnição da fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da capitania do Ceará Grande, de que era commandante o Capitão Antonio Borges da Fonseca, por portaria do mesmo dia, de D. Thomaz José de Mello, Governador e Capitão General de Pernambuco e capitanias annexas; serviu até 20 de janeiro de 1794, em que embarcou no porto de Aracati em uma sumaca que gastou mais de vinte dias na viagem até Pernambuco, por fundearem todas as noites; e ahi ficaram sua irmã D. Maria e o marido Manuel de Magalhães. Com licença do dito Capitão General de um anno, dada a 16 de maio, veiu para a Europa no navio de tres mastros *Flor do Mar*, que logo á partida atracou o *Santo Estevão*, resultando-lhe avaria no gurupez. Chegado a Lisboa foi por avizo de Martinho de Mello e Castro, Ministro e Secretario do Estado da repartição da marinha, de 27 de novembro, ainda de 1794, admittido a Aspirante Guarda Marinha, e por ordem do Conselho do Almirantado foi proposto

[1] Veja-se a folhas 40 do *Diccionario Aristocratico* que contém todos os alvarás de foros de fidalgos da casa real, medicos, reposteiros e porteiros da real camara, titulos e cartas de conselho; fiel extracto dos livros do registro das mercês existentes no Archivo Publico do Rio de Janeiro. Desde 1808 até setembro de 1822. Offerecido ao seu amigo Innocencio Francisco da Silva. Por A. R. S. B. F. Lisboa, Typ. do Panorama, rua do Arco do Bandeira, 112, MDCCCLXVII.

O nosso excellente amigo e parente o exc. senhor Augusto Romano Sanches de Baena Farinha, que emprehendeu este enfadonho e não pouco dispendioso trabalho, levado unicamente do desejo de ser util aos seus compatriotas, nos tem dito que estes livros estão separados e promptos para virem para Portugal, logo que o governo d'este reino os requesite. Não são só estes livros, que o devem ser, mas tambem os da Chancellaria do Senhor D. João VI da mesma época, assim como da Matricula da Academia da Marinha, que para lá foram e não voltaram. Já no prologo do nosso igual *Diccionario Aristocratico* publicado em 1840, fizemos sentir a necessidade de se mandar recolher esses livros, mas debalde!; agora o tornamos aqui a fazer, de certo com identico resultado. Achão-se no Archivo da Torre do Tombo, completas, as chancellarias dos Filippes, Monarchas Estrangeiros, e incompletas as da Rainha D. Maria I e D. João VI, Soberanos Portuguezes.

em 12 de abril de 1796 para Guarda Marinha, de que se lhe assentou praça a 6 do immediato maio. Embarcou na nau *Medusa*, commandada pelo Capitão de Mar e Guerra José Maria de Medeiros, em 2 de junho, e desembarcou a 10 d'outubro do referido anno de 1796. Segundo Tenente da armada real por decreto de 5 de junho de 1797, com a clausula de não passar a outro posto sem primeiro ter acabado os estudos que determinam os estatutos da Academia, o que elle cumpriu; sendo approvado plenamente nas materias do primeiro anno em 17 d'outubro de 1801, e a 5 do seguinte novembro solemnemente em apparelho. Embarcou na nau *Principe Real* do commando do Chefe de Esquadra Marquez de Niza, a 14 do sobredito mez de junho, e n'ella se conservou até que por ordem do mesmo Marquez passou a servir no departamento das barcas canhoneiras estabelecidas em Paço de Arcos, debaixo das ordens do Chefe de Divisão Luiz da Motta Feo, até 16 de novembro, que voltou para a nau *Principe Real* commandada pelo Marquez, e em 25 tambem d'esse mez, e tudo do ultimo referido anno, se transferiu para bordo do bergantim *Falcão*, que montava vinte e duas peças, commandado pelo Capitão-Tenente Miguel José de Oliveira Pinto (que depois passou para o exercito e morreu Tenente General no Rio de Janeiro), o qual foi cruzar na costa do Algarve, fazendo parte da esquadra portugueza do commando do Marquez de Niza[1] que estacionava no Mediterraneo, combinada com a ingleza sob as ordens do Chefe de Esquadra (Real Admiral) Lord Nelson; achava-se no dia 26 de julho de 1798 na ponta do norte

[1] Compunha-se das náos *Principe Real*, então de tres baterias e de cento e dez peças, na qual levava a bandeira o Chefe de Esquadra D. Domingos Xavier de Lima, Marquez de Niza, e ia por Major General o Chefe de Divizão Rodrigo Pinto Guedes, mencionado a paginas 608. *Rainha de Portugal*, de setenta e quatro peças. *Affonso de Albuquerque*, de setenta e duas. E S. *Sebastião*, de sessenta e quatro, das quaes eram commandantes, regulando-os pela ordem em que ellas vão designadas, os Chefes de Divizão Antonio Jacinto de Chastenet, Conde de Puysegur, Thomaz Stone, Donald Campbell, Sampson Michell. Das corvetas *Andorinha*, de vinte e seis peças, e *Benjamim* de vinte e duas; commandadas, aquella por Crauford Ducan, e esta por Daniel Thompson, ambos Capitães de Mar e Guerra; e dos brigues *Falcão*, acima nomeado; e *Gaivota*, de vinte e duas peças, commandado pelo Capitão Tenente Matheus Welch. É digno de reparo que dos commandantes das oito embarcações da esquadra só um fosse portuguez! Ella demorou-se no Mediterraneo desde julho de 1798 até março de 1800, coadjuvando em todo o serviço a ingleza, bloqueando por duas vezes a ilha de Malta, occupada pelos francezes, cooperando para a restauração do reino de Napoles, onde desembarcou tropa da guarnição para bater o forte de S. Telmo, assim como já o tinha feito na mencionada ilha para sitiar Valleta. Operou tambem contra as regencias de Tripoli e de Tunes, obrigando-as a ajustar a paz com Portugal, e finalmente fazendo varias prezas aos argelinos.

da ilha de Corsega, quando pelas tres horas da noite e de luar bem claro, atravessando o brigue pela prôa da nau *Principe Real*, esta mettendo-lhe o gurupez por entre os mastros o suspendeu no ar: e assim o teve por alguns minutos em que a tripulação se pôde salvar saltando pelas enxarcias para a nau, até que quebrando o mesmo gurupez foi elle para o fundo levando ainda cinco pessoas, e ella lhe passou por cima; d'este modo se perdeu um bom navio por descuido dos que n'essa occasião dirigiam ambas as embarcações; os Officiaes e mais praças da tripulação ficaram sem coisa alguma do que n'ella tinham, mas foram *generosamente* indemnisados pelo estado, que lhes mandou dar um mez do seu vencimento. Na referida nau, para onde havia entrado como nascera, porque tendo antes do sinistro acabado do quarto se recolhêra ao seu beliche, e como estivesse muito calor se despiu de todo, e n'essa maneira estava dormindo quando foi acordado pelo choque do abalroamento e aos gritos de misericordia; no primeiro impeto ainda pegou na camisa para a vestir, mas logo a largou, dizendo: não preciso de ti para morrer; foi pelo Commandante da esquadra e pelo da nau e mais Officiaes, em que contava Antonio de Saldanha, depois Conde de Porto Santo, amplamente provido do que necessitava, tanto de uniformes como de roupa branca, mas tudo desproporcionado ao seu corpo, por ser de mediana estatura; na referida nau foi ao reino de Napoles e mais portos da Italia, até 25 de abril de 1800, em que passou para o brigue *Balão* commandado pelo Conde de Bloisseville, e d'elle desembarcou a 13 de maio d'esse anno. Embarcou de novo a 4 de janeiro de 1806 na fragata *Princeza do Brasil*, commandada pelo Chefe de Divisão Luiz da Motta Feo, exercendo por avizo do Almirantado d'esse dia o logar de Secretario da esquadra que foi cruzar no Estreito, com o ordenado de trinta mil réis por mez que vencia o seu antecessor frei Joaquim Carneiro da Silva, para que foi proposto pelo mencionado Chefe em 30 de dezembro de 1805, dizendo a causa porque o fazia, concluindo por este modo: «Este «official é meu irmão, e ainda que por este motivo eu lhe desejo fazer «o bem possivel, todavia, amando sempre mais que tudo o serviço do «meu soberano, eu certamente o não proporia se o não achasse muito «capaz de desempenhar os seus deveres, ainda que d'aqui me podessem «resultar os maiores interesses.» E em 12 do dito mez de janeiro de 1806, passou para a nau *Rainha de Portugal*, commandada pelo dito Chefe e voltando esta a Lisboa, tendo tambem estado em Argel, como se dirá, desembarcou a 16 de setembro do mesmo anno. Primeiro Tenente da armada por decreto de 13 de maio de 1807, anno em que, por avizo do referido Conselho do Almirantado do mez de setembro, embarcou na nau *Principe Real* commandada pelo Capitão de Mar e Guerra Francisco José do Canto Castro Mascarenhas, na qual estava o Vice-Almirante Ma-

nuel da Cunha Souto-Maior [1]. Promovido a Capitão-Tenente em 8 de maio de 1808, a Tenente-Coronel de infanteria em 27 de setembro de 1815, a Coronel Graduado em 6 de janeiro de 1818 e reformado em Coronel effectivo addido á praça de Cascaes em 27 de setembro de 1843. Teve o habito de Aviz e o da Torre Espada. Morreu em 13 de abril de 1861. S. G. Legou a maior parte da sua fortuna a Fernando de Magalhães e Avellar. (Vid. a pag. 726)

VIII Luiz da Motta Feo, mencionado a pag. 294 e 732. Nasceu em Santa Maria dos Olivaes, termo de Lisboa, a 16 de março de 1769, Fidalgo Cavalleiro da casa de D. Maria I por alvará de 9 de fevereiro de 1783, do Conselho d'El-Rei D. João VI, do do Supremo Conselho de Justiça e de Guerra na côrte do Rio de Janeiro e do do Almirantado em Lisboa, até a extincção d'este tribunal, Commendador da ordem de S. Bento de Aviz, Vice-Almirante da armada Real, Governador e Capitão General do reino de Angola e suas conquistas e Governador da Parahiba do norte do Brasil [2]. Falleceu em Lisboa no palacio de Santa Apollonia, contiguo ao caminho de ferro no dia 27 de maio de 1823, tendo sido casado a 31 de maio de 1795, com D. Leocadia Thereza Possidonia de Lima e Mello Falcão Van-Zeller, nascida na quinta da Bella-Vista em Carnide, freguezia de Nossa Senhora da Luz, aos 17 de maio de 1766; morreu na sua casa á Praça das Flores, freguezia de Santa Izabel, aos 21 de maio de 1848, e jaz na egreja do Convento da Madre de Deus, na mesma sepultura em que foi enterrado seu marido e uma sua filha, etc., etc.

Era a dita senhora, filha de Lourenço Rodolpho Van-Zeller, 1.º successor do morgado dos Olivaes, Cavalleiro da ordem de Christo, Contador Mór do Reino e Casa, e Familiar do Santo Officio, morreu em 5 de novembro de 1777; e de sua mulher D. Maria de Lima Falcão de Mello de Gamboa Fragoso [3], 6.ª administradora do morgado de Santo Aleixo, 7.ª

[1] *Gazeta de Lisboa, nums.* 20 *e* 26 *de* 19 *de maio e* 4 *de julho de* 1807.

[2] Leiam-se as *Memorias biographicas do vice-almirante Luiz da Motta Feo*, etc., etc., por João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco.

[3] D. Maria de Lima Falcão de Mello e Gamboa Fragoso, era filha de José Falcão de Gamboa Fragoso, 5.º administrador do morgado de Santo Aleixo, 6.º do de Aviz e 4.º do da Luz, e de sua mulher D. Leocadia Felicia de Assis de Almeida, que foi dotada por El-Rei D. João V com 180:000 cruzados em dinheiro e 3:000 de juro Real, de rendimento em cinco vidas; por ser irmã da famosa D. Paula, freira em Odivellas. Vid. para mais desenvolvidos esclarecimentos, o que foi publicado em folhetim no *Commercio de Portugal de sexta feira* 5 *de dezembro de* 1879.

do de Aviz e 5.ª do da Luz; com quem se tinha casado em 21 de fevereiro de 1751, vid. as referencias n'este volume a pag. 107, 108 e 708. Neta parterna de João Baptista Van-Zeller, instituidor do morgado dos Olivaes, e Familiar do Santo Officio, morreu em 1736; e de sua mulher e prima D. Thereza Chrisostoma Van-Praet, com elle recebida em 26 de julho de 1716 e fallecida em 12 de setembro de 1747. Era esta senhora irmã de Jacques André Van-Praet, que em 1734 obteve carta de Brazão de suas armas [1], e ambos filhos de Jacomo Van-Praet, natural de Anvers e Familiar do Santo Officio, que morreu em Lisboa aos 9 de janeiro de 1718, e de sua mulher D. Michaela da Silva, natural de Figueiró dos Vinhos, recebida com o dito seu marido em o 1.º de março de 1686.

Bisneta de Rolando Van-Zeller, natural da cidade de Nimes, Ministro residente do Rei da Prussia em Lisboa e de sua mulher D. Antonia Van-Praet, natural de Anvers, etc., etc., etc. [2]

Teve Luiz da Motta Feo num. VIII, de sua mulher, os filhos seguintes:

9 **João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e Fortes**, com quem se continua.

9 **D. Maria da Conceição Nicolau de Lima Feo**, nascida em 6 de dezembro de 1800 e baptisada a 8 do mesmo mez e anno, fallecida em 1882 tendo sido casada em 19 de novembro de 1823, com Manuel Bernardo Cotta Falcão de Sousa e Menezes, como ficou dito a pag. 336 e seguintes. C. G.

9 **D. Maria Antonia Constança de Lima Feo**, que nasceu a 19 de setembro de 1803, na cidade de Nossa Senhora das Neves, da Capitania da Parahiba do norte do Brasil, e no dia 6 de outubro do mesmo anno foi baptisada na egreja matriz do Collegio da dita cidade. Falleceu em 7 de agosto de 1833, como fica referido a pag. 293 d'este volume. Foi casada em 9 de novembro de 1824 com José do Valle de Sousa e Menezes Mexia, de quem teve entre outros filhos a Condessa de Sarmento, viuva do Conde de Sarmento [3], como já ficou consignado a pag. 294 e 295.

[1] *Archivo Heraldico-genealogico* pelo Visconde Sanches de Baêna, 1873, pag. XXXVI, documento num. 12. Parte primeira.

[2] Vid. as notas a pag. 477 e 478 d'este volume, com respeito ás familias Van-Zeller e Van-Praet, assim como o que se acha publicado no *Indice do Archivo Heraldico*, da obra acima citada, a pag. CXLIV e CLXXVII.

[3] *Almanach de Portugal de Luiz Travassos Valdez para o anno de* 1856, a pag. 85.

IX **João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e Torres**, nasceu em Paço dos Arcos no 1.º de outubro de 1798 e a 11 d'esse mesmo mez e anno foi baptisado na freguezia de Oeiras, sendo seus padrinhos os Serenissimos Principes D. João e D. Carlota Joaquina.

Notas aos Apontamentos historicos de Antonio Bernardo da Costa Cabral, a pag. 406.
Almanach de Gotha para o anno de 1864, a pag. 764.
Gazeta de Portugal de sabbado 15 *de julho de* 1865, como se vae ler:

«A morte acaba de arrebatar da lista dos vivos um dos caracteres mais illustres da nossa terra, um militar distincto, um cidadão prestante, typo de honra, de probidade, e lealdade.

«No dia 10 do corrente pelas 8 horas da tarde foi Deus servido chamar á sua presença a alma do illustre conde de Sarmento, depois de uma dolorosa e acerba molestia de quinze dias, que elle soffreu com uma resignação e paciencia admiravel, conservando todo o seu descernimento e juizo até ao momento de espirar.

«O conde de Sarmento, João Ferreira Sarmento, era de uma das familias mais nobres da provincia de Traz-os-Montes, a qual sempre se distinguiu em todos os tempos pelo seu acrisolado patriotismo.

«Nasceu em Vinhaes em 1792 a 24 de junho, contava portanto 73 annos e 16 dias.

«Era tenente general, hoje dito general de divisão; do conselho de sua magestade; gentilhomem honorario da sua real camara; gran-cruz da ordem militar de S. Bento de Aviz, da de Izabel Catholica de Hespanha; da de S. Mauricio e S. Lazaro da Sardenha; da de Constantino das duas Sicilias; da de Ernesto Pio de Saxonia Cobourg Gotta; grande official da legião de honra; commendador da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada de valor lealdade e merito; da ordem militar de Nosso Senhor Jeus Christo; da de Carlos 3.º de Hespanha; da de Leopoldo da Belgica; da da corôa de Carvalho da Hollanda; da aguia vermelha da Prussia; cavalleiro da de Nossa Senhora de Villa Viçosa e ajudante de campo de sua magestade el-rei D. Fernando.

«Recebeu na sua infancia os principios de sã religião, de honra e de moral, que foram indeleveis no seu caracter em toda a sua vida até ao ultimo extremo d'ella; estudou os preparatorios para ir para a Universidade, porém em consequencia da Restauração contra os francezes foi assentar praça de voluntario como cadete no regimento de cavallaria num. 12 de Bragança; pouco depois foi despachado official por distincção, seguiu o serviço todo o tempo da guerra gosando sempre uma reputação distincta, pela sua aptidão, e a actividade teve occasião de o prender logo praticamente á arte da guerra e á disciplina militar em uma guerra tão sanguinolenta, e em que o exercito portuguez chegou ao maior grau de perfeição.

«Continuou na vida militar.

«Em 1828, conhecido pelos seus principios liberaes, e mais tarde, tudo por intrigas de invejosos, foi tirado do corpo em que servia, e mandado com outros presos para Cezimbra, d'onde, para evitar maiores desgraças, e mais um crime contra a humanidade, póde escapar e emigrar.

«Seguiu a sorte dos emigrados; foi na expedição para a Ilha Terceira onde exerceu

Fidalgo Cavalleiro da Casa Real por alvará de 10 de setembro de 1812, com carta suppletoria do exercicio no Paço, Commendador na ordem de S. Bento de Aviz, condecorado com a medalha da restauração dos direitos da Realeza em 1823, Tenente Coronel addido á Torre de S. Vicente

o cargo de secretario da regencia e ajudante de ordens do imperador, organisou a tropa que alli se formou, dando sabias providencias para a sua defeza, veiu na expedição que desembarcou em o Mindello; soffreu todo o cerco da cidade do Porto, para cuja defeza muito cooperou com o seu valor e conhecimentos militares; entrou em Lisboa na companhia do imperador como seu ajudante de ordens, fez parte de uma commissão da organisação do exercito, depois foi ajudante general de sua magestade o sr. D. Fernando quando este foi commandante do exercito.

«Como general deve ser classificado como um dos mais distinctos, não só entre nós, como de qualquer outro das principaes nações, porque, dotado de uma memoria prodigiosa, de um discernimento muito claro e de um amor pela leitura, que era a sua paixão constante e a que applicava todos os instantes que podia subtrair aos outros officios da vida, estava em dia com a organisação, disciplina, e tactica militar das nações mais cultas, e com a historia das principaes campanhas que é a melhor lição para um general.

«A morte do sr. D. Pedro V, o impressionou de uma maneira tão extraordinaria que até lhe transtornou a saude.

«Não se passava dia algum que não fallasse n'elle e não lamentasse a sua perda; conservava d'elle uma collecção de cartas mui interessante. Comprazia-se em estar a fallar de suas virtudes, juizo e bondade, bem como das virtudes e bondades de sua magestade o sr. D. Fernando, ao qual merecia tambem a maior estima e consideração, tanto que ainda na vespera da sua morte veiu de proposito de Cintra vel-o, e junto ao seu leito por bastante espaço de tempo derramou copiosas lagrimas, que bem provam o seu bom coração.

Casou duas vezes; a primeira com a ex.ma sra. D. Carlota Maria Nogueira, filha do ex.mo sr. João Nogueira e da ex.ma sra. D. Maria Innocencia Garcia Nogueira, e sobrinha do distincto sabio Ricardo Raymundo Nogueira, a qual falleceu no fim de um anno de casada, e o deixou na maior consternação. Passados annos casou segunda vez com a ex.ma sra. D. Maria da Conceição do Valle e Sousa de Menezes, que deplora inconsolavelmente a sua perda. Não deixou successão.

O conde de Sarmento era d'aquelles homens que se insinuam á primeira vista, pelas suas maneiras finas e attenciosas; tratava com a maior affabilidade a todos, e de todos os partidos, mesmo aos do partido do sr. D. Miguel dava toda a consideração, e ha alguns d'estes que se acham hoje em elevada posição, que o devem á sua protecção.

«E assim era elle respeitado e estimado de todos; a sua conversação era interessante e instructiva, porque pelo seu grau de memoria estava presente de todos os grandes successos da historia da época que atravessou.

«Como catholico conservou sempre puros os sentimentos que recebeu na sua infancia, e eu lhe ouvi dizer que não consentia que ninguem fosse mais religioso do que elle; foi elle que pediu a confissão e os sacramentos, e o respeitavel sacerdote francez da egreja

de Belem, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 12 de janeiro de 1854[1] e senhor da casa de seus paes.

Escreveu e deu á estampa varias obras[2], sendo a principal esta, que por sua morte em 11 de janeiro de 1868, ficou interrompida desde á pag. 736, e nós vamos concluir.

Casou em França na egreja parochial de S. José de Carrières sous Poissy, bispado de Versailles, em 17 de janeiro de 1825, com sua prima co-irmã, D. Maria do Carmo de Baêna Falcão Van-Zeller Henriques de Noronha. nascida na cidade de Lisboa a 6 de agosto de 1795 e baptisada a 9 do mesmo mez e anno no oratorio casa de sua avó D. Maria de Mello e Lima Falcão (referida a pag. 107), na rua do Paraiso, freguezia de Santa Engracia, e fallecida na sua quinta do Juncal em Torres Vedras, em 1870.

Era a dita senhora D. Maria do Carmo filha de José Aleixo Falcão de Gamboa Fragoso Van-Zeller[3], Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, Alferes Reformado da Cavallaria do Caes, 7.° administrador do morgado de Santo Aleixo, 5.° do da Luz, 2.° do dos Olivaes, senhor do de Aviz e de um padrão vinculado de juro real de 1:680$000 réis annuaes em compensação do officio de seu pae, etc., etc., etc., e de sua mulher D. Maria da Pie-

de S. Luiz, mr. Miel, que o confessou e o ajudou a bem morrer, ficou admirado da sua fé e devoção.

«O conde de Sarmento nunca pediu nada para si nem para afilhados; todos os titulos e honras que tinha lhe foram dadas graciosamente: com mais honra e lealdade ainda ninguem entrou os liminares do paço e das secretarias.

«Emfim, o conde de Sarmento é dos varões que illustraram o seu paiz, e cujo nome deve passar á posteridade na lista dos homens mais distinctos de todas as nações.

«É debaixo da mais forte impressão de saudade e gratidão, que traça este peqneno esboço da sua vida, seu sogro e antigo camarada na guerra da peninsula e antigo amigo *José de Valle e Sousa de Menezes Mexia*.—Lisboa 14 de julho de 1865.»

[1] *Almanach de Portugal de Luiz Travassos Valdez para o anuo de* 1856, a pag. 208.

[2] *Dicc. Bibliographico Portuguez*, por I. Francisco da Silva, tom. III, a pag. 339. Vid. tambem a pag. 611, nota 1. d'este tomo.

[3] Vid. a arvore de quatro costados, que vae em seguida.

[4] D. Maria da Piedade de Baêna Henriques de Rezende, Baroneza de Oldenberg, na Allemanha, dada em Vienna, no 8.° anno do seu reinado, aos 29 de março de 1753 a seu avó materno, o 1.° barão de Oldenberg, Martinho Velho da Rocha Oldenbourg, ao qual em 25 de agosto lhe foi concedida uma Carta de Brazão de suas armas, que são as dos Oldenbourgs, como conita do livro competente, existente no cartorio da Nobreza d'este Reino, e se acha publicada no *Archivo Heraldico-Genealogico*, a pag. 522.

Vid. tambem *Almanach de Portugal de Luiz Travassos Valdez para o anno de* 1856, a pag. 110.

dade de Baêna Henriques de Rezende[1], o que para mais facil intelligencia se dirá na arvore de quatro costados, que com respeito a toda esta familia vae em seguida.

Teve o dito João Carlos Feo acima, os filhos seguintes:

10 D. **Maria da Piedade Michaela da Motta Feo Henriques de Castello Branco,** que nasceu em Caxias aos 20 de setembro de 1829 e aos 10 do mez immediato foi baptisada na egreja parochial de Nossa Senhora da Purificação da Villa de Oeiras.

Casou na freguezia de Santa Izabel a 15 de agosto de 1850 no no oratorio da casa de seus paes á Praça das Flores, com Manuel José de Sarrea Tavares Garfias de Torres, do qual se trata a pag. 530, assim como da sua descendencia, etc. Residem em Villa Nova de Portimão.

Teve mais bastardo:

10 **Luiz da Motta Feo,** segundo a declaração que fez seu pae, mencionada a pag. 398 d'este volume.

---

da C. R., por Alvará de 25 de Abril de 1660, Thesoureiro Mór da Casa de
a Ordem de Christo e Familiar do Santo Officio. (1)

o, sua parenta, filha H. de Luiz da Motta Feo. (2)

Sequeira, Cavalleiro da Ordem de Christo, Desembargador da Relação do

ça, filha de Francisco Soares Botelho. (3)

Silva e Torres, Cavalleiro da Ordem de Christo, Desembargador da Sup-
r do Senado da Camara de Lisboa. (4)

va, filha H. de Luiz Francez da Silva, Licenciado em Leis. (5)

ra, Instituidor de uma Capella em Moura.

o.

veira, Vereador da Camara de Soure.

filha de João Rodrigues Pinto, Vereador da Camara de Soure.

Pinto Coutinho, Vereador da Camara de Soure. (6)

ma.

Baêna, M. F. da C. R., por Alvará de 13 de Março de 1660 accrescentado
o e Cavalleiro, Commendador de Santa Maria de Vouzella, na ordem de
iro Mór do Reino. (13) (Vede D. Tivisco, Arvores 199)
de, filha H. de Luiz Vaz de Rezende. (14)

es, Mestre de Campo na guerra da Acclamação. (15)

onha, filha de H. de Francisco de Noronha Henriques. (16)

s da Silva, M. F. da C. R.

, filha de Manuel do Amil de Vasconcellos.

veira, M. F. da C. R.

urt, filha de Diogo Villela de Bettencourt. (17)

rg, Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, por mercê do Senhor D. João IV. (18).

denberg.

Rocha, Capitão de Mar e Guerra.

es, filha de Antonio Dias Reboredo.

bo.

redes, Capitão de Infanteria.

e Sá.

NOTAS

Á

ARVORE ANTECEDENTE

(1)

João Feo Cabral foi filho de Antonio Cardoso Frayão, Desembargador da Casa da Supplicação, Corregedor da Civel da Côrte, e de sua mulher D. Maria Feo de Castello Branco, filha de Pedro Fernandes de Gouvêa, e de D. Izabel Feo de Castello Branco; e o dito Antonio Cardoso nasceu em Darialva, de Affonso Fernandes Cardoso, e de D. Anna Frayão, que eram da primeira Nobreza d'aquella Villa; que tambem foram paes de D. Beatriz Saraiva, mulher de Manuel de Almeida de Carvalho, dos da Povoa; ambos quintos avós de Manuel de Castro Cardoso da Mesquita, do Conselho de Sua Magestade e seu Moço Fidalgo com exercicio; de José Colmieiro de Moraes Osorio da Veiga Cabral Caldeirão, 1.° Rarão de Paûlos; de Manuel Correia Pinto da Veiga Cabral, e seus irmãos, de Didadelhe; de Manuel Borges Rebello, e de Diogo de Almeida Vilhena Coutinho de Azevedo, da quinta do Testamento.

(2)

Luiz da Cotta Feo, Fidalgo da Casa Real, Cavalleiro na ordem de Christo, Porteiro da Camara da Rainha D. Luiza, e Thesoureiro-Mór da Casa de Ceuta, que teve por mulher a D. Joanna Murzelo Peçanha, filha de Damião Dias Murzelo, Captão da Mina, e de Izabel Peçanha; foi filho de Ruy Fernandes Cota, Criado do Cardeal Rey e de D. Maria da Motta Feo, que houve por paes a Luiz da Motta Cabral e a D. Izabel da Fonseca, irmã de D. Izabel Feo de Castello Branco, acima; ambas filhas de Antonio Feo de Castello Branco, e de D. Catharina da Fonseca e Barros, sua 1.ª mulher, filha de Fernão Pires Cabral, e de D. Briolanda Godinho; netas de Basco Fernandes de Castello Branco, e de D. Leonor Feo, filha de João Feo, Juiz na Covilhã em 1461, e Procurador ás Côrtes de

El-Rei D. Affonso V, e de Izabel Vaz, filha de Martim Vaz. Filho, o dito João — de Pero Feo, Alcaide Mór da Sortelha, e de D. Catharina da Costa; e neto de Fernão Feo, Cavalleiro da Guarda d'El-Rei D. João I, que fundou as egrejas de Santa Maria de Penalva, e de S. Silvestre na Covilhã, e de Maria Calva, sua mulher. Descendentes de outro Pero Feo, de que falla a *Monarchia Lusitana*, part. 5, fol. 176.

(3)

Francisco Soares Botelho (que foi filho de Heitor Correia de Barros, e de D. Filippa Soares de Albergaria) casou com D. Izabel Correia de Mendonça, filha de Francisco Botelho Carneiro, e de D. Guiomar de Mendonça; neta de João Carneiro Botelho, Padroeiro da Capella Mór de S. Domingos de Villa Real, e Senhor do Morgado que n'esta Villa instituiram em 1415, Affonso Eannes, e Maria Affonso, e de D. Izabel Botelho, irmã de Ruy Correia de Barros, pae de Heitor Correia, acima, e filhos ambos de Diogo Rodrigues de Barros, Alcaide Mór do Vimioso, e de D. Izabel Ribeiro Botelho, filha de Pedro Ribeiro, e Mecia Botelho, que o era de Affonso Botelho, Alcaide Mór de Villa Real, (que morreu na lamentavel acção da Serra de Bennacaffu) e que casando em 1441 no logar de Poyares com D. Thereza Correia, filha de Ayres Correia, Maltez, Commendador de Tavora, tem muita descendencia da qual se especificam os seguintes: Affonso Botelho de Sampaio e Sousa, Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, Major Commandante do Batalhão de Caçadores N.° 6, Senhor da antiga Casa do Paço; D. José Luiz de Sousa Botelho Mourão, Conde de Villa Real; Gonçalo Christovão Teixeira Pinto Coelho da Mesquita, Moço Fidalgo com exercicio, Commendador nato de S. Salvador de Tolões, Senhor de Teixeira e dos Morgados de Abaças, Bomjardim, etc.; D. Manuel de Noronha Pinto da Mesquita, Moço Fidalgo com exercicio, Senhor da Casa da Prelada; Henrique Pinto da Mesquita de Moraes Sarmento Guedes, Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, Cavalleiro das ordens de Aviz e Torre e Espada, Brigadeiro Commandante do regimento de infanteria 16; e Pedro da Cunha de Soutomaior, Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, por seu terceiro avô João Soares de Mendonça Botelho, irmão de D. Helena de Mendonça filhos ambos de Francisco Soares Botelho, acima, e de sua mulher D. Izabel Correia de Mendonça, de quem foi irmão Jeronymo Correia de Mendonça, 4.° avô por varonia do actual Senhor d'esta Casa, Leopoldo Henriques Botelho de Magalhães.

(4)

Francisco Cordeiro da Silva e Torres, que foi filho de Valentim de Torres de Carvalho, Cavalleiro Fidalgo da Casa Real, e de Izabel Cordeiro da Silva, e neto de Estevão Pires de Carvalho, e de D. Catharina Fernandes de Torres; teve outro filho, Antonio Pe-

dro Machado da Silva e Torres, que foi Desembargador, e de sua mulher D. Sebastiana Ignacia Henriques, Senhora da Casa do Sanguinhal; houve a Francisco Cordeiro da Silva e Torres, Fidalgo da Casa Real, Cavalleiro na ordem de Christo, Corregedor de Leiria e Senhor da Casa de sua mãe, o qual casando com D. Josefa Barbara Joaquina da Silva, teve entre outros, 1.°, a Antonio Pedro Machado da Silva e Torres, Fidalgo de Casa Real, Cavalleiro na ordem de Christo, e Ouvidor de Ourem, marido de sua prima, D. Maria Dorothea Godinho Feo de Castello Branco, filha de José Manuel Godinho Machado de Campos, e de D. Maria Luiza Guerra de Mendonça, irmã de Luiz da Motta Feo e Torres; d'este matrimonio nasceram entre outros, Francisco Cordeiro da Silva e Torres actual Senhor da Casa do Sanguinhal. 2.°, D. Maria Barbara Ignacia Henriques, que casou em Ourem, com Antonio de Sousa e Alvim, Senhor da quinta da Olaia, de quem teve Francisco Cordeiro da Silva Torres Sousa e Alvim, e Miguel de Sousa e Alvim, ambos Ministros de Estado do Imperador do Brasil, o 1.° foi Visconde de Jerumirim com grandeza do Imperio do Brasil, etc., etc., etc.

(5)

Luiz Francez da Silva, foi casado com D. Maria Machado, de quem teve tambem a D. Manuel da Silva Francez, que foi Bispo de Tagaste, e Vigario Geral do Arcebispado de Lisboa.

(6)

Manuel de Azevedo Pinto Coutinho, foi filho de outro e de sua mulher D. Luiza Lopes Pinto; neto de Jeronymo da Matta (Vereador assim como seu filho, da Camara de Soure) e de D. Branca de Azevedo, filha de Alvaro de Azevedo Coutinho, que tirou brazão de Armas aos 21 de março de 1622, e neta de Jeronymo de Azevedo Coutinho Fidalgo da Casa Real, e de D. Joanna Dias de Carvalho, irmã de Thomé Carvalho, Fronteiro Mór de Chaul, e instituidor do Morgado da Cruz, em Soure; e de Antonio Coelho, casado com D. Margarida Soares, sextos avós de José Maria de Mello Cardoso de Almeida Soares de Albergaria e Castro, Administrador do dito Morgado, Fidalgo Cavalleiro da Casa de Sua Magestade, e Coronel Commandante do Regimento de Milicias da referida Villa, Jeronymo de Azevedo, acima, era filho de Belchior de Azevedo Coutinho, Fidalgo da Casa Real, e Cavalleiro da ordem de S. Thiago; e neto de Diogo Lopes de Azevedo, Senhor de S. João d'El-Rei e Terras de Bouro, e de D. Joanna Coutinho, filha de Fernão da Cunha Coutinho, Senhor de Basto e Monte Longo. Dos referidos Diogo Lopes, e sua mulher, são descendentes, D. Rodrigo de Azevedo de Sá Coutinho, Moço Fidalgo da Casa Real e Senhor da Casa da Tapada; Antonio de Azevedo Coutinho, Moço Fidalgo da Casa Real, accrescentado a Fidalgo Escudeiro, Commendador na ordem de Torre e

Espada, Brigadeiro dos Reaes Exercitos e Governador de Abrantes; João Antonio de Lemos Pereira de Lacerda, 2.° Visconde de Jorumenha, Commendador na ordem de Christo e seus irmãos; entre elles D. Maria da Penha de Lemos Willoughby de Lacerda, Marqueza e Duqueza de Bellune por seu marido o marquez e Duque d'este Titulo, filho primogenito do celebre Duque de Bellune, Marechal e Par de França; e os mais que procedem do segundo casamento de seu avô, João Antonio de Lemos Pereira de Lacerda, Moço Fidalgo da Casa Real e Marechal de Campo, do qual tambem são netos o 2.° Barão e Baroneza de Beduido. São tambem seus ascendentes. Daniel Carlos e Cornelio O'Daly, etc., etc., etc. Vid. *Notas sobre João Pinto Ribeiro,* pelo Visconde de Sanches Baêna, de pag. 62 a 82.

(7)

Alvaro Dias Ferreira, foi casado com D. Maria de Carvalho, filha de André de Carvalho Coelho, Cavalleiro Fidalgo da Casa Real, irmão dos acima nomeados Thomaz Coelho, e Antonio Coelho, e D. Joanna Dias de Carvalho, e filhos todos de Jorge de Carvalho Coelho, que viveu na Villa de Soure, onde serviu os cargos da Governança; netos de Francisco Coelho, Anadel Mór dos Espingardeiros em Azamor e segundos netos de João Coelho, Balio de Leça; com descendencia, já referida na nota 6.ª, e em Domingos de Albuquerque Coelho Correia de Sá, Moço Fidalgo com exercicio na Casa de Sua Magestade, 6.° neto de Francisco Coelho Soares de Freitas, irmão de Jorge de Carvalho Coelho, acima.

(8)

Rolando Van-Zeller, filho de outro e de Maria de Surmont, neto de Arnaldo Van-Zeller, Deputado pela parte da Nobreza de Vimeguen, á União de Utrecht, em 5 de março de 1579; bisneto de João Van-Zeller, que assignou em 1543 o tratado em que Guilherme, Duque de Gueldres, desligou do juramento de fidelidade os habitantes d'este Ducado; terceiro neto de Regnier Van-Zeller; quarto neto de João Van-Zeller; quinto neto de Regnier Van-Zeller Marechal de la Cour, de Arnáo 1.° 6.° Duque de Gueldres; 6.° neto de João Hoddekin Van-Zeller, que teve o mesmo emprego em 1375, na Casa de Guilherme, Duque de Gueldres. D'esta familia são descendentes, Francisco Van-Zeller, Cavalleiro da ordem de Christo, e de Santa Anna da 2.ª Classe, na Russia; sua mulher D. Anna Dorothea Van-Zeller, e todos os mais Van-Zellers do Porto; D. Joanna Delfina Van-Zeller, 1.ª Viscondessa de Montealegre, e sua descendencia D. Marianna José de Andrade e Brederode, mulher de Antonio Xavier de Moraes Teixeira Homem, Fidalgo Cavalleiro da Casa de Sua Magestade e do seu Conselho no da Real Fazenda, e filha de José Joaquim Soares de Andrade, Coronel de Infanteria, e de D. Daria Brigida de Brederode, filha de Luiz Pedro, Barão de Brederode Hents, e de D. Margarida Ursula Van-Zeller,

tia direita da referida Viscondessa Arnaldo Van-Zeller, Senhor do Morgado do Barreiro, e Senhores de Santer e Maugré, em Lille, bisnetos de João Baptista Guilherme Van-Zeller, irmão de Lourenço Rodolfo Van-Zeller, etc., etc., etc. Vid. pag. 477 d'este volume, e o *Archivo Heraldico-Genealogico*, pelo Visconde de Sanches de Baêna, a pag. 552, num. 2204.

(9)

Antonio Van Praet, e Joanna de Fréres, do casamento de seu filho Jacome Van Praet, tiveram outra neta, D. Joanna Micaela Van Praet que foi mulher de Henrique Jansen Moller, Desembargador da Relação do Porto, de quem nasceu D. Margarida Josefa Micaela Jansen, que casou com D. Miguel Maldonado, Moço Fidalgo da Casa Real, Vedor da Chancellaria Mór do Reino, e são bisavôs de D. Sebastião Maldonado da Camara actual Senhor d'este Officio, etc., etc.

(10)

José Falcão de Gamboa Fragoso, foi filho de Francisco Falcão de Gamboa, 2.º Administrador do Morgado de Santo Aleixo, e de D. Sebastianna de Macedo, Monteiro d'El-Rei e Senhor do Morgado de Aviz; neto de Antão Gonçalves Leitão, Alcaide Mór de Cezimbra, o de D. Violante Falcão, 1.ª Administradora do sobredito Morgado, instituido por seu irmão Aleixo Dias Falcão, Chanceller e 1.º Inquisidor na India, filhos ambos do Doutor Francisco Dias de Figueiredo, e de D. Izabel de Sela Falcão, dos de Pinhel: bisnetos de Francisco Gonçalves Leitão que teve a mesma Alcaidaria, e de N. Mendes, Senhora nobre de Palmela; terceiro neto de Antonio Gonçalves Leitão, tambem Alcaide Mór, que indo á India, por Capitão de uma nau em 1505, voltou ao Reino com Fernão Soares, descobridor da Ilha de S. Lourenço; e de Maria Leitão, filha de Francisco Marecos; quarto neto de Francisco Gonçalves Leitão em Titulo d'estes. De José Falcão acima, foi filho segundo, Leonardo de Lima e Mello, Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, Enviado a Roma, que casou com D. Anna Josefa de Almeida (irmã de sua cunhada), e foram primeiros Administradores do Morgado do Juncal; e tiveram filho, a José de Mello e Lima, que de sua mulher D. Maria Josefa dos Prazeres Vogado Alves Preto, H.ª; houve a Leonardo de Mello e Lima, marido de D. Maria Theotonia Pinto de Sousa, H.ª e ambos foram paes de José de Mello e Lima Falcão, Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, Coronel do Regimento de Milicias de Torres Vedras na guerra da Peninsula, Senhor dos Morgados do Juncal, Alcoxete e Runa, que foi casado com D. Maria Francisca de Baêna Henriques Falcão Van-Zeller de Gamboa Fragoso, sua prima filha primogenita de José Aleixo Falcão de Gamboa Fragoso Van-Zeller, e de sua mulher D. Maria

de Piedade de Baêna Henriques e Rezende. D'este matrimonio nasceu José Maria de Lima e Mello de Baêna Henriques Falcão Van-Zeller, Fidalgo Cavalleiro da Casa de Sua Magestade, Senhor das Casas de seu pae e futuro successor ás de seus avós maternos.

(11)

Heitor Barbosa de Lima, senhor da quinta do Paço de Ternianes, casado com D. Ignez Taveira da Costa, filha de Diogo Soares Tangil, e de D. Izabel Taveira da Costa; terceiro avô por varonia de Manuel Antonio Soares de Barboza, actual Senhor da Casa das Patas; foi filho de Belchior Barboza Mendes, Senhor do Paço de Boyamonte, e de sua mulher D. Maria de Lima e Mello, filha de Heitor de Leão de Lemos, e de D. Ignez de Lima e Mello, que teve per paes a Francisco de Caldas e Sousa, e a D. Filippa de Abreu de Lima, filha de João Gomes de Abreu de Lima, 1.° Senhor da Casa de Anguião e Moço Fidalgo com exercicio, e de sua mulher D. Joanna de Mello e Lima, filha legitimada de D. Rodrigo de Lima e Mello, Abbade Commendatario do Mosteiro de Pombeiro, e filho de D. Leonel de Lima, 1.° Visconde de Villa Nova da Cerveira. De João Gomes de Abreu e Lima, acima são descendentes por varonia, Francisco de Abreu e Lima Moraes e Soutomayor, Moço Fidalgo com exercicio, actual Senhor das Casas de Anguião, Paço Vedro e Portagem; e João Gomes de Abreu Lima Pinto Cardoso de Menezes, Moço Fidalgo da Casa Real e Senhor do Paço de Refoios e Morgado de Oleiro e Arcuzello; e outras muitas Casas de egual distincção. Belchior Barboza, acima dito, foi filho de Francisco Barboza Barriga, Senhor do mesmo Paço, e de D. Filippa Mendes de Carvalho; neto de João Fernandes Barriga, Senhor do referido Paço (que era filho de Lopo Barriga, Adail Mór), e de D. Brites Barboza, filha de Estevão Gonçalves o Justiceiro, e de D. Brites de Barboza, filha de Gonçalo Fernandes de Barboza, 7.° senhor da honra de seu appelido, 6.° da de Aboim e seus Padroados, Donatario dos Coutos de Brandara e Refoios, o qual se achou na Batalha do Salado, e sendo já muito velho na de Aljubarrota, e de sua mulher D. Brites Affonso Correia, filha de Fernando Affonso Correia, Senhor da honra de Farelães. Do qual Gonçalo Fernandes e sua mulher, além de grande parte da nobreza do Reino são descendentes; D. Maria José Machado de Barboza, 22.ª Administradora da honra de Aboim e seus Padroados, e 14.ª do Morgado d'esse nome, casada com Antonio de Vasconcellos Pereira Leite de Abreu e Lima Fidalgo Cavalleiro da Casa de Sua Magestade e Senhor dos Morgados de Santa Luiza do Barrogão e Tanque; bem conhecido pelo seu espirito Cavalheiresco e serviços feitos á causa d'El-Rei Nosso Senhor; e por varonia, o Auctor d'esta Arvore; Bernardo de Lemos Carvalho de Barboza Barreto, actual Senhor da Casa de Braziela; e Francisco Barboza da Cunha e Mello, Senhor do Morgado de Sampaio de Villa Real.

(12)

João Coelho de Almeida, foi filho do Doutor João Coelho, Familiar do Santo Officio e Instituidor do Morgado da Luz, e de sua mulher D. Sebastianna de Almeida; dos quaes foi tambem filho, Manuel Coelho de Almeida, Capitão de Cavallos na guerra da Acclamação, que casou com D. Catharina Maria de Almada e Noronha, e são quartos Avós, de Manuel Ignacio de Sampaio e Pina, Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, do Conselho de Sua Magestade no do Ultramar, Brigadeiro dos Reaes Exercitos, etc., etc., e de D. Maria José de Sampaio e Pina, Viscondessa de Santarem, por seu marido o 1.º Visconde d'este Titulo de quem foi segunda mulher; e é tambem descendente de João Coelho, por sua filha D. Anna de Almeida, Luiz de Sousa Mello e Menezes, Fidalgo Cavalleiro da Casa de Sua Magestade, e Tenente da Guarda Real Allemã.

(13)

Francisco Sanches de Baêna era irmão de Luiz Sanches de Baêna, de quem se trata a pag. 313 d'este volume; este foi herdeiro dos vinculos e mais casa de seus paes e avós, e d'elle é hoje —unico representante— o visconde de Sanches de Baêna, seu 5.º neto e portanto 6.º do doutor e desembargador do Paço Joaquim Sanches de Baêna, e d'este era irmão segundo, o desembargador Bento de Baêna Sanches, que veiu a ser progenitor de D. Fernando de Almeida Baêna Sanches Farinha, Trinchante Mór da Casa Real; de Gomes Freire de Andrade, 3.º Conde de Bobadella; e dos segundos Condes de Camarido, etc., etc.

(14)

Luiz Vaz de Rezende, Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, em 23 de maio de 1633, fôro que comprou por TRINTA E DOIS CONTOS DE RÉIS, como se vae ler:

«Eu El-Rey Faço saber a Vos Dõ Joaõ da Silva q. servis de Mordomo mor da mi-«nha caza q. avendo respeito ao serviço q. Luiz Vaz de Rezende natural desta cidade de «Lix.ª filho de Antonio Vaz de Rezende metem feito p.ª acudir ao soccorro da Armada «q. se está prevenindo para arecuperação de Pernãobuco, Ey porbem emepraz de lhe «fazer m.ᶜᵉ de o tomar por fidalgo de minha casa com dous mil reis de moradia por «mez de fidalgo cavaleyro e hum alqueire de sevada por dia paga segundo ordenança e «são quatro centos r.ˢ mais alem da moradia ordinaria que lhe faço merce com o dito

«foro para elle e para seus filhos mandovos que o fasais asentar no livro da matricula «dos moradores de minha caza no titulo dos fidalgos cavaleyros com a dita moradia e «sevada visto constar que ha comprido COM O ASENTADO COM ELLE DE ENTREGAR OITENTA «MIL CRUZADOS que offereceo para ajuda do soccorro da dita armada como consta da cer«tidão q. vay com este do provedor e officiaes das cazas da India e mina em que decla«rão «ficarem carregados em receyta sobre o thezour.º das ditas cazas Vicente ferreira «de Andrade no livro da sua receyta folhas 226 TRINTA E DOUS CONTOS DE REIS que rece«beo de Luis Vaz de Rezende. Manoel correa o fez em Lix.ª a 23 de maio de 1633. Bel«chior de Andrada o fez escrever.—Rey—Dom Joaõ da Silva.»

«Praz a V. Mg.de pellos respeitos asima declarados fazer merce a Luis Vaz de Re«zende de o tomar por fidalgo de sua caza com dous mil r.s de moradia por mez de fi«dalgo cavaleyro e alqueire de sevada por dia para elle e para seus filhos e pagou cin«coenta mil reis damea anata pella maneyra asima declarada.

«P. do Secretario Gabriel de Almeida de Vasconcellos. Fica asentado e pagou qua«tro centos reis & Marçal da Costa, registado no livro onze da matricula folhas 170 e «pagou mil e duzentos reis em Lix.ª 22 de junho de 633. Gaspar Cotta falcão, Registado «no livro do ponto em 8 de Agosto de 633 e pagou sesenta r.s Simão Tavares Froes.

(15)

D. Francisco Henriques, filho de D. Jorge Henriques, neto de D. Francisco Henriques, bisneto de D. Jorge Henriques, terceiro neto de D. Braz Henriques, quarto neto de D. Henrique Henriques, 2.º senhor das Alcaçovas, quinto neto de D. Fernando Henriques, 1.º senhor das Alcaçovas, sexto neto de D. Fernando Henriques, senhor de Duenhas, setimo neto de El-Rei D. Henrique II de Castella. Vid. *Hist. Gen. da Casa Real Portugueza: Henrique Henriques de Noronha.*

(16)

Francisco de Noronha Henriques, filho de Francisco de Bettencourt Henriques, neto de João de Bettencourt Correia —o das Damas—, bisneto de Antonio Correia, —o Grande— terceiro neto de João Affonso Correia, um dos companheiros de João Gonçalves Zarco, no descobrimento da ilha da Madeira, e d'este é decimo neto por varonia, o 2.º Visconde de Torre Bella, etc., etc.

(17)

Diogo Vilella de Bettencourt, filho de João de Bettencourt da Camara, neto de Diogo Cabral Vilella de Bettencourt, bisneto de Manuel Ferreira do Pó, quarto neto de João Lopes de Sequeira, e finalmente o dito Diogo Vilella de Bettencourt, acima, foi 4.º avô de D. Antonia Bazilia Heredia de Brito Vilella de Bettencourt, Condessa do Porto Santo, por seu marido Antonio Saldanha da Gama, etc., etc.

(18)

Martinho de Oldenbourg, fugiu dos Estados de seu pae, para abraçar a religião catholica; foi filho de Antonio Gonthier XVII Conde de Oldenbourg, que era 3.º neto de Geraldo —o Bellicoso— Conde do mesmo titulo, e irmão de Christiano IV rei de Dinamarca. O que tudo consta da carta do titulo de Barão, passada a Martinho Velho, neto do acima, assim como o de Brazão d'armas, que n'este reino se lhe concedeu. Vid. *Hist. Gen. da C. R. P.* Tom. II, pag. 264 e seguintes. *Dict. Hist. de Bouillet*, a pag. 1301, edição de 1856. *Dicc. Pop.*, vol. IX, a pag. 27.

DUQUES DE LOULÉ

XVII. D. Pedro Agostinho de Mendonça Rolim de Moura Barreto, nasceu a 7 de outubro de 1830, assentou praça em 11 de novembro de 1848, tendo sido promovido successivamente por antiguidade acha-se actualmente no posto de major, na arma de cavallaria, 10.º Conde de Valle dos Reis, Gentil-Homem da camara da Rainha, por decreto de 1862, Estribeiro mór, Par do Reino, 3.º Marquez e 2.º Duque de Loulé.

Tem sido em differentes datas agraciado com as seguintes condecorações: Grão Cruz das ordens de Christo, de Carlos III, de S. Mauricio e S. Lazaro, da Corôa de Ferro Austriaca, de Nossa Senhora de Guadalupe do Mexico, Grande Official da Legião de Honra e Commendador de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa.

Casou em 19 de abril de 1852 com D. Constança Maria de Figueiredo Cabral da Camara, nascida em 7 de junho de 1826 e fallecida a 18 de outubro de 1879. Era filha dos segundos Condes de Belmonte, de quem trataremos na arvore genealogica que a final será descripta.

Teve:

18. D. **Maria Domingas José de Mendonça**, nasceu a 23 de março de 1853. Sem estado.

18. D. **Anna**, nasceu a 12 de abril de 1855. Sem estado.

Paes do referido II Duque

XVI. **Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto**, nasceu a 6 de novembro de 1804, fez o curso do collegio militar e assentou praça aos 16 annos de edade, em 8 de julho de 1820; foi promovido a Alferes de Cavallaria em 24 de junho de 1821 e n'este posto serviu de ajudante de ordens do Sr. Infante D. Miguel, partindo com o mesmo Infante de Lisboa para Santarem, pela uma hora da madrugada do dia 27 de maio de 1823, como consta da Proclamação do Rei D. João VI, datada de 30 do dito mez e anno, que principia:

«Meu filho o Infante D. Miguel, fugiu dos meus Reaes Paços e uniu-se «ao regimento num. 23.

«Eu já o abandonei como pae, e saberei punil-o como Rei, etc. [1].»

Por decreto de 24 de junho de 1823, foi condecorado com a venera, chamada: Dos INAUFERIVEIS DIREITOS DA REALEZA, ou como vulgarmente a alcunharam, *da poeira*, como se acha publicado no *Supplemento ao num. 148 da Gazeta de Lisboa* do dia 25 de junho de 1823, e n'este volume se trata a pag. 244 e 245.

Pela mesma occasião e motivos, foi encartado no titulo de Conde de Valle dos Reis. (Vid. *Chanc. de D. João VI*, liv. 18.°, a fol. 9)

No 1.° de março de 1824 entrou de serviço, na qualidade de Camarista, no Real Palacio de Salvaterra, onde na vespera havia sido barbaramente assassinado seu pae! Assim como foi elevado á categoria de Marquez [2].

[1] *Diario do Governo (Supplemento)*, num. 123 de 30 de maio de 1823.

[2] *Gazeta de Lisboa*, num. 53 de terça feira 2 de março de 1824 a pag. 224, lê-se o seguinte: «Sua Magestade querendo dar um testemunho da sua Real Saudade pelo «Marquez de Loulé, Gentil Homem da sua Camara, e cujos serviços lhe foram sempre «gratos: Houve por bem, fazer mercê a seu filho, o Conde de Valle dos Reis, do titulo de «Marquez de Loulé, e de todos os bens da corôa e ordens, que possuia o Marquez seu pae, «tendo-lhe o mesmo Senhor, outro sim feito a graça de o chamar para o serviço junto á «sua Real Pessoa na qualidade de Gentil-Homem da sua Camara, etc.»

Por Carta Regia de D. Pedro IV, datada do Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1826, foi nomeado Par do Reino.

A 5 de dezembro de 1827 desposou-se com a Sra. Infanta D. Anna de Jesus Maria.

Cabe aqui declarar, que é erro o ter-se affirmado, que o Infante D. Miguel se havia opposto a este casamento, quando é bem sabido, que a realisação d'elle foi repentina e inesperadamente, tres annos depois de ter o Infante saido de Lisboa para Vienna d'Austria.

Em janeiro de 1828, partiram os noivos como simples particulares, na intensão de se divertirem n'uma excursão de recreio pelas principaes capitaes da Europa. Assim ficou consignado nos escriptos d'aquelle tempo, e cremos serem taes conceitos a photographia da verdade; embora os escriptores de hoje, tenham intrepretado aquella digressão, por uma simulada fuga, suppostamente devida aos receios de futuras perseguições por parte do Infante D. Miguel. Ora, será bom accrescentar que o temido Infante só regressou a Lisboa em 22 de fevereiro de 1828, sob o accordo estatuido com seu irmão D. Pedro, e que, á vista das bases do tal consenso, não poderia haver razão plausivel para tanto temor, muito mais quando existia ainda a Rainha D. Carlota Joaquina, a quem o Infante cegamente obedecia.

Passemos a outro periodo.

Em 16 de março de 1832, foi nomeado Ajudante de Campo do Imperador Duque de Bragança, e n'esta qualidade desembarcou nas praias do Mindello, no dia 8 de julho do mesmo anno.

Promovido a Tenente de Cavallaria em 6 de agosto de 1832; Ministro dos Negocios Estrangeiros, e interino dos da Marinha em 12 de janeiro de 1833; exonerado do segundo em 21 de abril, e do primeiro em 26 de julho do dito anno.

Em seguida foi encarregado de levar a Paris, onde se achava a Rainha D. Maria II, a noticia da tomada de Lisboa, regressando d'ali para a capital do reino na companhia da mesma Senhora.

Em 25 de julho de 1833 foi promovido a Capitão.

Pelas duvidas suscitadas, por occasião da grave molestia, a que succumbiu o Imperador, sobre a futura nomeação de uma Regencia, durante a menoridade da Rainha, que contava apenas 15 annos, attribuiram a Loulé certos manejos e cavillações politicas, tendentes a fazer recair a eleição da Regencia na Infanta sua mulher.

Estas bem ou mal fundadas maquinações, chegaram aos ouvidos do Imperador, que antevendo o perigo de uma tal imprudencia, e querendo manifestar ao auctor d'essa tentativa o seu desagrado, assignou o de-

creto de 28 de agosto de 1834 [1], em que demittia o Marquez de Loulé de seu Ajudante de Campo.

Os acontecimentos precipitaram-se!

As camaras legislativas proclamaram em 20 de setembro a maioridade da Rainha. Era esta a unica solução possivel, em vista das aspirações de tantos ambiciosos...

Loulé, de ultra absolutista, que tinha sido em 1823, passou para o extremo opposto, ligando-se aos exaltados da emigração em França, e por esta facção foi elevado ao poder, occupando a pasta dos Negocios Estrangeiros em 18 de setembro de 1835, da qual foi exonerado pela queda de todo o Ministerio em 19 de abril de 1836.

Fiel ás idéas que adoptara, apoiou a revolução de 9 de setembro de 1836, sendo por ella eleito deputado ás côrtes constituintes, que promulgaram a constituição de 1838, e mais tarde o elegeram Senador.

Em 1840, por occasião da questão bellica com a Hespanha, a pretexto da navegação do rio Douro, foi nomeado Ajudante de seu cunhado, o Duque da Terceira.

Em 1843 entrou na colligação do partido Setembrista e Miguelista, contra o governo de Costa Cabral.

Em 1844 foi promovido á graduação de Major.

Em maio de 1846 foi nomeado pelo Ministerio Palmella, Governador Civil de Coimbra. Este Ministerio caiu em outubro do mesmo anno, por sollicitação do proprio Palmella [2], em consequencia do que, rebentou a revolução no Porto em 9 de outubro, creando-se ali a chamada JUNTA DO PORTO.

O marquez de Loulé adheriu a esta revolução, acceitando d'ella a nomeação de SUPREMO GOVERNADOR CIVIL DE COIMBRA [3], pelo que foi exautorado pelo Governo Legal, de todos os seus titulos, postos, honras e condecorações.

[1] Em agosto de 1834 já o Imperador se achava muito doente, segundo affirma o Marquez de Rezende no seu *Elogio Historico* a pag. 42 e 43, porque 18 dias depois aos d'aquella data, fez o seu testamento, sacramentou-se e despediu-se dos seus Ajudantes de Campo e de todos que o serviam, não podendo fazer o mesmo, como desejava, aos Commandantes dos Corpos de 1.ª Linha da Guarnição de Lisboa e a cada soldado de cada um d'elles, por morrer ás duas e meia horas da tarde do dia 24 de setembro, do precitado anno.

[2] *Livro Azul*, impresso em Lisboa, anno 1847, a pag. 5 e 287. Este livro foi apresentado no Parlamento Inglez, e tomaram conhecimento ali do seu conteúdo.

[3] *Diccionario Popular*, tom. VII, a pag. 279.

Em 1847 foi successivamente encarregado de varias commissões pela Junta Revolucionaria, terminando pela chamada, *Convenção de Gramido*[1].

Por decreto de 28 de abril de 1847, foi amnistiado. (Vid. o *Livro Azul* a que nos temos referido, num. 1, a pag. 397)

Em 1851 depois do triumpho da revolta chamada, da Regeneração foi nomeado Ministro da Marinha, cargo que só pôde exercer por alguns dias.

Em 3 de junho de 1856, foi encarregado de organisar ministerio, o que effectuou, reservando para si a pasta dos Negocios Estrangeiros, e interinamente e por alguns dias, a do Reino, e alternadamente a das Obras Publicas; até á sua exoneração em 16 de março de 1859.

Foi bem attribulada a existencia d'este Ministerio. Temos por elle de lamentar a vergonhosa affronta — do Charles e George, e a registrar a Portaria que deu entrada em Portugal ás irmãs de caridade francezas,

Em 1860, Estribeiro Mór. Em 4 de julho d'este mesmo anno, Ministro do Reino e Presidente do Conselho de Ministros, em que figurou, com pouca fortuna, até 1865, occupando interinamdnte varias pastas, e sendo interrompido no exercicio d'ellas por carta patente de 29 de agosto de 1862[2].

[1] Protocolo ácerca da Convenção de Gramido:

«Os representantes das tres côrtes alliadas do Governo de S. M. Fidelissima, tomaram conhecimento de um documento datado de Gramido, de 29 de junho, ultimo, que do Porto lhes foi transmittido. Elles ficaram surprehendidos do que n'elle se observa de irregular, tanto na fórma como no fundo; e tem por imperioso dever o restabelecer as coisas no seu verdadeiro ponto de vista.

«Os Representantes admittiriam que se fizesse uma convenção militar; mas não podem entender como os signatarios que não podiam ter a qualidade para transigir sobre materias politicas se deixaram levar a fazel-o. Demais que valor podem ter estipulações que não foram sobscriptas por todas as partes interessadas? Com effeito nós vemos de um lado que o Governo de Sua M. Fidelissima, não foi mesmo representado na negociação d'este acto e do outro que S. M. o Rei dos Francezes não figura n'elle pelo intermedio de algum dos seus agentes. Os representantes lavraram o presente protocolo a fim de consignarem a maneira como consideram este documento. Torna-se desnecessario portanto notar as irregularidades que n'elle se acharam. Comtudo para que ninguem se possa illudir ácerca das suas verdadeiras intenções, elles renovam aqui a declaração de que — a amnistia plena e inteira de S. M. Fidelissima e as outras condições da mediação acceita pelo seu Governo serão as bases da pacificação do paiz, e que as tres potencias alliadas se tornam garantes da sua execução.

Lisboa 2 de julho de 1847. — O Ministro de S. M. Catholica, *L. Lopes de la Torre Ayllon.* — O Ministro de S. M. o Rei des Francezes, *E. B. de Varenne.* — O Ministro de S. M. a Rainha da Gran Bretanha, *G. H. Seymour.*»

Vid. *Livro Azul.* Lisboa, 1848, num. 2, a pag. 165.

[2] «*Presidencia do Conselho de Ministros.* — Hei por bem encarregar da pasta do mi-

Por decreto de 3 de outubro de 1862, foi agraciado com o titulo de Duque de Loulé de juro e herdade[1].

Em 16 de setembro de 1868, foi reformado em General de Divisão. Em 11 de agosto de 1869, tendo sido chamado á Presidencia, com a pasta do Reino, caíu em 19 de maio de 1870, pelos deploraveis acontecimentos d'este dia. Presidente da Camara dos Pares em 1871, logar de que pediu a sua exoneração em 1873.

Foi Conselheiro de Estado effectivo, etc., etc.

nisterio das obras publicas, commercio e industria, ao conselheiro Joaquim Thomás Lobo d'Avila, ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, durante a ausencia do marquez de Loulé, presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros, e interinamente dos das obras publicas, commercio e industria, a quem, por carta patente de 29 de agosto findo, fui servido nomear meu commissario plenipotenciario, para assignar o auto da recepção de Sua Alteza Real, a Serenissima Princeza Maria de Saboya, minha futura esposa, e acompanhal-a a este reino.»

«O marquez de Loulé, presidente do conselho de ministros, assim o tenha entendido e faça executar. Paço da Ajuda, em 12 de setembro de 1862.=Rei.=*Marquez de Loulé.*

«Tendo eu, por carta patente de 29 de agosto findo, nomeado o presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros, e interinamente do das obras publicas, commercio e industria, marquez de Loulé, para, na qualidade de meu commissario plenipotenciario, assignar o auto da recepção de Sua Alteza Real, a Serenissima Princeza Maria de Saboya, minha futura esposa, e acompanhal-a a este reino: hei por bem determinar que, durante a ausencia do referido marquez, assuma a presidencia do conselho de ministros, e exerça as funcções de ministro e secretarie d'estado dos negocios estrangeiros, o visconde de Sá da Bandeira, ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra.

«O marquez de Loulé, presidente do conselho de ministros, assim o tenha entendido e faça executar. Paço da Ajuda, em 12 de setembro de 1862.=REI.=*Marquez de Loulé.*»

[1] «*Presidencia do Conselho de Ministros.*—Tendo cessado a missão em que o duque de Loulé, por carta patente de 29 de agosto ultimo, foi enviado fóra do paiz: hei por bem ordenar que elle reassuma as funcções de presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros, e ministro e secretario d'estado interino dos negocios das obras publicas, commercio e industria; ficando assim exonerado d'aquelles dois primeiros cargos, o visconde de Sá da Bandeira, ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra, e do ultimo d'elles o conselheiro Joaquim Thomás Lobo d'Avila, ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, aos quaes os mesmos cargos haviam sido commettidos por decretos de 12 de setembro de 1862, durante a ausencia do mencionado duque de Loulé.

«O visconde de Sá da Bandeira, ministro e secretario d'estado dos negocios da

Teve em differentes datas, as condecorações seguintes: Grão Cruz da Torre e Espada, Grão Cruz da Conceição, Commendador de Christo, e medalha de D. Pedro e D. Maria com o algarismo, 9, Grão Cruz das ordens de S. Mauricio e S. Lazaro da Sardenha, de Ernesto Pio de Saxe-Coburgo-Gotha, de Carlos III de Hespanha, de Leopoldo da Belgica, de Leão dos Paizes-Baixos, da Aguia Vermelha da Prussia, da Corôa Verde de Saxonia, da Aguia Negra da Prussia, de Pio IX, de Danebrog da Dinamarca e Cavalleiro da Annunciada da Italia.

Morreu ás 8 horas da noite do dia 22 de maio de 1875. Vid. a sua necrologia inserta no *Diario Illustrado*, num. 926 de 25 do dito mez e anno, e a biographia que se acha descripta no *Diccionario Popular*, vol. VII, de pag. 278 a 280.

Emquanto ás heranças de morgados, senhorios de terras, seu casamento, successão e ascendencia, trataremos de esclarecer o leitor pelo seguinte modo:

guerra, interinamente encarregado da presidencia do conselho de ministros, assim o tenha entendido e faça executar. Paço da Ajuda, em 6 de outubro de 1862. = REI. = *Visconde de Sá da Bandeira.*

«*Ministerio dos negocios do reino.—Direcção geral de administração politica.*—2.ª *repartição.*—Tomando em mui particular consideração a distincta qualidade do marquez de Loulé, Nuno José Severo de Mendoça Rolim de Moura Barreto, do meu conselho, conselheiro d'estado effectivo, par do reino, presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros, e bem assim os relevantes e assignalados serviços por elle prestados ao throno constitucional e ao paiz, especialmente no exercicio dos cargos politicos e administrativos de summa importancia, que teem sido incumbidos á sua intelligencia ao seu zelo e amor pela causa publica; e comprazendo-me em conferir-lhe uma nova demonstração do meu real agrado, condigna do honroso encargo que ultimamente lhe confiei, de acompanhar desde Turim até á côrte de Lisboa a Rainha, minha muito amada e presada esposa, na qualidade de meu commissario plenipotenciario, missão esta a que o mesmo marquez correspondeu com o desvelo proprio do seu honrado e nobre caracter, e da sua acrisolada dedicação á minha augusta pessoa: hei por bem fazer-lhe mercê do titulo de duque de Loulé, de juro e herdade.

«O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço da Ajuda, em 3 de outubro de 1862. = REI. = *Anselmo José Braamcamp.*»

MENDOZAS OU MENDONÇAS

Esta nobre e antiquissima familia, data a sua origem de D. Suria, senhor da Biscaia, que pelos seus descendentes Lopo Lopes de Mendoza e Gonçalo Lopes de Mendoza, filhos de Lopo Iñigues, foi o progenitor de todos os fidalgos que, desde então, teem usado do appellido de Mendoza em Hespanha, que é o de Mendonça, em Portugal[1].

Os Condes de Valle dos Reis e depois Marquezes e Duques de Loulé, como ha pouco ficou declarado, procedem da mencionada familia dos Mendozas, que, a julgar pelas armas de que usam, são aquelles de que falla *Dom Francisco Piferrer*[2]—*los Mendozas de la Vega ó del Ave Maria:* dos quaes passaremos a tratar na seguinte genealogia.

I **Fernão Furtado,** foi o primeiro fidalgo castelhano, que veiu definitivamente estabelecer a sua residencia em Portugal. A data em que se deu este facto, perdeu-se na escuridão dos seculos.

Querem uns, que viesse de Castella, durante o reinado de D. Diniz; outros, na companhia da rainha D. Brites, que foi mulher de El-Rei D. Affonso III; e ainda outros pretendem, que tivesse vindo, na qualidade de

[1] Vid. *Nobiliario de los Reinos y señorios de España*, por D. Francisco Piferrer. Tom. I, nota 4, a pag. 41 e 42.

[2] Vid. obra citada. Tom. II, a pag. 303.

Embaixador ou Enviado por parte de D. Pedro —o Cruel— no reinado de D. Affonso IV [1].

A respeito da sua filiação notam-se as mesmas duvidas e contradicções. Querem uns, que fosse filho de Iñigo Lopes de Mendoza; outros, de Diogo Lopes de Mendonça; e ainda ha um terceiro grupo de genealogistas, que opinam ser filho de João Furtado de Mendonça.

Á vista pois, d'este dedalo de incertezas, limitar-nos-hemos tão sómente, a deixar consignado que o dito Fernão Furtado, segundo o parecer dos auctores mais zelosos da verdade, foi senhor da honra de Pedroso em Portugal, por herança de seu parente D. Fernão Pires Furtado.

Emquanto ao seu casamento, concordam todos os escriptores genealogicos, que foi sua legitima mulher D. Guiomar Affonso de Rezende, filha de D. Giral Affonso de Rezende e de D. Thereza Soares de Saldar; e que d'ella teve:

2 **Ruy Furtado,** com quem se continua.

2 **Affonso Furtado,** que foi Anadel Mór dos Besteiros, e Capitão Mór do mar no reinado de El-Rei D. Affonso IV. Casou com D. Maria Gonçalves Moreira, filha de Gonçalo Roiz de Moreira e de sua mulher D. Mór Martins; da qual teve D. Senhorinha Affonso que ainda em vida de sua mãe, então viuva, teve no anno de 1342 a confirmação da honra de Louredo por El-Rei D. Affonso IV, sendo procurador de Ambas um Alvaro Furtado, que deveria ser parente seu [2]; e foi a dita D. Senhorinha mulher de Estevão Dias de Avellar, sem successão, pelo que foi herdeiro de parte d'esta casa e officios Affonso Furtado num. III, como adiante se dirá.

2 **Fernão Gonçalves Furtado.**
2 **Estevão Furtado.** } Sem geração.
2 **D. Leonor Furtado.**

II **Ruy Furtado,** foi senhor de Pedroso e da mais casa de seus paes, num. I, como consta da chancellaria de El-Rei D. Affonso IV.

[1] *Memorias Hist. e Genealog. dos Grandes de Portugal*, a pag. 385 e segg.
[2] *Monarchia Lusitana*. Liv. xvi, cap. xvii da 5.ª parte.

Casou com D. Leonor Martins Villela, filha de Martins Gil —o Feio— e de Ignez Fernandes Leitão.

Teve:

3 **Fernão Furtado** ou **Fernão Affonso Furtado,** como lhe chamam outros, succedeu a seu pae no senhorio de Pedroso, e segundo Duarte Nunes de Leão, foi tambem senhor de Penafiel de Sousa. Nos livros de El-Rei D. Affonso IV se acha uma sentença, pela qual lhe foi julgada a honra de Pedroso pelos annos de 1353. Tambem pelo mesmo tempo foi julgada a seu favor, a quinta da Junqueira, que depois passou para os descendentes de Antonio de Saldanha, etc.

Casou com D. Constança Annes da Cunha, então viuva de Gonçalo Martins Leitão, etc.

D'este matrimonio não houveram filhos, como consta da Chancellaria de D. Pedro I.

3 **Affonso Furtado,** com quem se continua.

3 **D. Ignez Rodrigues Furtado,** sem geração.

III **Affonso Furtado,** prova-se a sua filiação pelo Tombo do mosteiro de Mancellas, onde no titulo dos cavalleiros racioneiros que havia no dito mosteiro, conforme o uso d'aquelles tempos, se acham nomeados, Fernão Furtado e Affonso Furtado, filhos de Ruy Furtado e de Leonor Martins Vilella.

Viveu largos annos, vindo a herdar por seu tio, Affonso Furtado num. 2 os officios de Anadel Mór dos Besteiros, e o de Capitão Mór do mar; e por seu irmão Fernão Furtado num. 3, a honra de Pedroso, etc.

Foi mandado por El-Rei D. João I espiar o porto de Ceuta, em cuja tomada se achou. (Vid. a semelhante respeito o que diz o *Diccionario Popular,* a pag. 155 do Tom. VIII, advertindo-se porém, haver ali a mais o appellido de Mendonça de que elle não usou.)

Pelo seu valor e serviços prestados á corôa, durante muitos annos, teve as seguintes mercês feitas por D. João I: as quintas de Oliveira e da Telhada, que haviam sido confiscadas a Gonçalo Vasques de Azevedo por ter passado para Castella. A quinta no Paço do Lumiar, a da Garra no termo de Villa Real, a Leziria de Affirmar, e varias casas em Lisboa.

Casou com D. Izabel Ozorio, de quem teve:

4 **Fernão Furtado**, primogenito, senhor de Pedroso e mais casa de seu pae. Morreu sem deixar successão.

4 **Affonso Furtado de Mendonça**, com quem se continua:

IV **Affonso Furtado de Mendonça**, succedeu a seu pae no officio de Anadel Mór dos Besteiros. O de Capitão Mór foi-lhe tirado pelo Infante Regente D. Pedro, para o dar ao 1.º Conde de Abranches, assim como deixou de succeder no senhorio de Pedroso a seu irmão, por não lh'o ter querido confirmar o dito Regente em razão de haver o dito Affonso Furtado, seguido o partido de D. Leonor.

Casou duas vezes, sendo a primeira com D. Constança Nogueira filha de Affonso Annes Nogueira, Alcaide Mór de Lisboa, e de sua mulher D. Joanna Vaz de Almada, que era filha de Vasco Lourenço de Almada, instituidor do morgado dos Almadas, etc.

A segunda com D. Brites Vilarragut, dama valenciana, filha de Antotonio Villarragut, 3.º Barão de Ollacan, em Valença, etc. Esta familia dos Villarraguts é originaria da Ungria, descendente do primeiro Theodoro, rei da Ungria. (Vid. *Piferrer*. Tom. III, a pag. 196)

Teve os filhos seguintes, do primeiro matrimonio:

5 **Nuno Furtado de Mendonça**, com quem se continua.

5 **Duarte Furtado de Mendonça**, que succedeu no officio de Anadel Mór dos Besteiros, foi cemmendador do Torrão na ordem de S. Thiago e fidalgo da casa do Infante D. Fernando. Casou com D. Genebra de Mello que foi dotada por El-Rei D. Affonso V com tres mil dobras, por alvará passado em 1469. Teve 2 filhos e 2 filhas, a primeira D. Cecilia de Mendonça, houve em 12 de julho de 1494, vinte e quatro mil réis de tença, e foi casada com João Falcão. C. G. Dos filhos extinguiu-se-lhes a successão nos netos.

5 **D. Violante Nogueira**, commendadeira de Santos, a quem El-Rei D. Affonso V abateu certo encargo de fóros n'uns moinhos em Alemquer, como consta do livro 7.º da *Estremadura*, a folhas 108.

Do segundo matrimonio:

5 **Diogo de Mendonça**, foi do conselho de El-Rei D. Manuel, e por lhe ha-

ver tirado, a requerimento dos povos, o officio de Anadel Mór dos Besteiros, que serviu por morte de seu meio irmão Duarte, lhe deu em satisfação d'isso a Alcaidaria Mór de Mourão, e em 11 de março de 1500 lhe fez mercê da tença de noventa e dois mil réis em troca da judiaria que havia tido na mesma Villa de Mourão.

Achou-se na tomada de Azamor, onde praticou actos de valor. Casou com D. Beatriz Soares, de quem teve muita descendencia sendo uma das suas filhas, D. Joanna de Mendonça segunda mulher de D. Jayme, 4.° Duque de Bragança. C. G. na Casa Real [1]. Irmã de Francisco de Mendonça de quem adiante trataremos.

Houve tambem o mencionado Diogo de Mendonça [2], entre os seus quartos netos, um Marquez e um Conde. O primeiro foi Francisco de Mendonça Furtado, Alcaide Mór de Mourão e Commendador de S. Thiago de Cossourado, e de Villa Franca, na ordem de Christo, o qual, esquecendo-se do que devia a si e aos seus antepassados, conspirou contra El-Rei D. Pedro II, sendo Principe Regente do Reino; e depois de ser julgado culpado, fugiu para Castella, onde em premio de sua

---

[1] *Hist. Gen. da Casa Real Portugueza.* Tom. v, a pag. 599, e Tom. x, a pag. 158.

[2] 5 Diogo de Mendonça, Alcaide Mór de Mourão como acima ficou dito, teve de sua mulher o seguinte filho primogenito:

6 Francisco de Mendonça, irmão da 4.ª duqueza de Bragança; passou á India pela segunda vez em 1528, por Capitão de uma nau em que levava o Governador Nuno da Cunha. Foi tambem Capitão de Ormuz. Morreu em vida de seu pae, tendo sido casado com D. Leonor de Almeida, filha unica e herdeira de D. Francisco de Almeida 1.° Vice Rei da India—«*Por quem sempre o Tejo chora*». (D. Leonor de Almeida, depois de viuva foi 1.ª mulher do 1.° Marquez de Ferreira). Vid. *Hist. Gen. da Casa Real Portugueza.* Tom. x, a pag. 158, 159 e 177, etc.)

Teve duas filhas, sendo a primeira na ordem do nascimento:

7 D. Maria de Mendonça, mulher de D. Duarte da Costa, Armeiro Mór, Commendador de S. Vicente da Beira, na ordem de Christo, e o 2.° Governador do Brasil. Foi d'estes, seu filho segundo:

8 D. Francisco da Costa, Capitão Mór de Malaca, Commendador de S. Vicente da Beira, Armeiro Mór de El-Rei D. Sebastião, Governador e Capitão General do Reino do Algarve e afinal mandado pelo Cardeal Rei, na qualidade de Embaixador a Marrocos, tratar do resgate dos fidalgos que ficaram captivos na batalha de Alcacer.

vileza foi agraciado com o titulo de Marquez de Almodovar de la Serra, etc.

O segundo 4.º neto foi Luiz de Mendonça Furtado, meio irmão do mencionado Marquez, que serviu com lealdade e honra varios logares, chegando a ser despachado por El-Rei D. Pedro II, Vice Rei da India e Conde de Lavradio. Este não casou, nem teve successão illegitima.

5 **Pedro do Mendonça.** S. G.

5 **D. Maria de Mendonça,** 1.ª mulher de João de Brito, proximo parente do 7.º Visconde de Villa Nova da Cerveira. C. G.

Bastarda:

5 **D. Maria de Mendonça,** mulher de Pedro Guedes, senhor de Murça. C. G. nos actuaes Condes de Murça.

Morreu em Marrocos onde esteve detido 12 annos á espera de 120 mil cruzados de que tinha ficado por fiador dos 80 *fidalgos portuguezes* que resgatou e que nem mais d'isso se lembraram... Foi casado com D. Joanna Henriques, Dama da Infanta D. Izabel, e teve filha:

8 D. Maria Henriques, mulher de seu primo D. Marcos de Noronha, senhor do morgado e padroado do Salvador de Lisboa.

Teve:

9 D. Violante Henriques, Guarda Mór da Rainha D. Maria Francisca de Saboia. Era irmã do 3.º Conde dos Arcos.

Casou com D. João de Almeida, Commendador de Loires na ordem de Christo, Alcaide Mór de Alcobaça, Vedor da Casa de El-Rei D. João IV, e de El-Rei D. Affonso VI, a quem tambem serviu de Reposteiro Mór e de seu Gentil Homem, etc.

Teve:

10 D. Luiz de Almeida, porcionista do collegio real de S. Paulo, Capitão de Cavallos na provincia do Alemtejo, Commendador de S. Salvador de Elvas na ordem de Chrito, e Alcaide Mór de Borba. Morreu no anno de 1691, tendo sido casado com D. Maria Josefa Joanna de Mello Corte Real, que falleceu em dezembro de 1723 e era filha de Diniz de Mello e Castro, 1.º Conde das Galveas, Mestre de Campo Gene-

V **Nuno Furtado de Mendonça,** foi Aposentador Mór de El-Rei D. Affonso V e do seu Conselho, a quem servindo nas guerras de Castella, foi morto pelos castelhanos. Teve em 14 de setembro de 1466 um Padrão de 20$000 réis de tença. (*Chanc.* Liv. 38.º, a fol. 63, v.) Jaz na egreja do mosteiro de Santos, para onde sua filha D. Anna de Mendonça, lhe mandou recolher os ossos.

Casou com D. Leonor da Silva, a quem chamavam a — Coitada — sendo já viuva de Martins Correia, senhor de Murta. Era filha de Fernão Martins do Carvalhal, Alcaide Mór de Tavira e de sua mulher D. Ouruana Pereira de Figueiredo.

Teve:

6 **Jorge Furtado de Mendonça,** foi Camareiro Mór do sr. D. Jorge, Mestre de S. Thiago e Aviz, que era seu sobrinho, e d'este teve as Commendas de Sines, das Estradas, e Represa, todas na ordem de S. Thiago, situadas em o Campo de Ourique. Foi tambem Alcaide Mór de Sines, etc.

---

ral, Governador das Armas da provincia do Alemtejo, do Conselho de Estado e de Guerra, e finalmente, um dos primeiros Generaes do seu tempo.

Teve:

10 D. Violante Antonia de Portugal, que nasceu a 6 de janeiro de 1689 e falleceu no anno de 1790, tendo sido casada a 13 de fevereiro de 1706 com João Sanches de Baêna e Farinha, Moço Fidalgo com exercicio, Commendador de Santa Maria de Vouzella na ordem de Christo em 1696, Capitão de Cavallos na Côrte e Governador do Castello de S. Filippe de Setubal, desde 1702 até á sua morte em 1716. (Vid. a pag. 749, nota 13) Foi seu filho primogenito e herdeiro de toda a casa:

11 D. Luiz Francisco de Assiz Sanches de Baêna, Alcaide Mór de Villa do Conde, Moço Fidalgo com exercicio, Commendador da Commenda de seu pae, Capitão de Cavallos em um dos regimentos da Côrte, Familiar do Santo Officio em 1737, etc.

Teve descendencia, e é seu actual representante e 3.º neto, o Visconde de Sanches de Baêna. Tudo quanto fica exarado, acha-se provado nas seguintes obras impressas. *Hist. Gen. da C. R. Port.* Tom. x. a pag. 822 e 826. Tom. xii, part. 1.ª, a pag. 583. Tom. xii, part. 2.ª, a pag. 825.—*Memorias Hist. e Gen. dos Grandes de Portugal*, a pag. 385, etc.—*Archivo Heraldico-Genealogico.—Attestado Genealogico*, por João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e Torres, impresso em Lisboa, 1867, etc.—*Dicc. Pop.*, dirigido pelo sr. Pinheiro Chagas, vol. xi, a pag. 113, etc.

Casou 3 vezes, sendo a 1.ª com D. Izabel da Cunha, filha de João Rodrigues de Sá, senhor de Mattosinhos e de sua mulher D. Joanna de Albuquerque. A segunda com D. Maria de Sousa, filha de Nuno de Sousa e de sua mulher D. Maria de Albuquerque. A terceira com D. Guiomar Freire filha de João Freire, senhor de Bobadella e de sua mulher D. Maria da Silva e Vasconcellos.

Teve d'estes tres matrimonios 16 filhos, todos com posição definida na sociedade, sendo um d'elles o que fundou a casa dos Commendadores de Loulé que veiu a ser mais tarde a dos Condes do Rio Grande.

Foi tambem sua bisneta, D. Margarida de Mendonça Henriques, mulher de Martim de Crasto do Rio[1].

---

[1] 1 Martim Mendes, natural de Crasto Verde (hoje Castro Verde). Não ha noticia com quem fosse casado, apenas a de ter tido o filho seguinte:

2 Antão Vaz de Crasto, que foi casado com Brites de Crasto, etc. Teve d'esta sua mulher, o filho seguinte:

3 Diogo de Crasto, foi o primeiro d'esta familia que veiu para Lisboa, praticar o commercio, chegando a ser o mais rico mercador do seu tempo. Comprou e embelleceu uma quinta no logar de Sacavem, chamada —a do Rio— por ficar nas proximidades do rio que por ali passa. Adquiriu tambem por compra feita a D. Fernando de Faro Henriques, o senhorio de Barbacena, fundou um grande morgado, e ainda testou em oiro um milhão de cruzados!

Quando a rainha viuva, D. Catharina, governava o reino, em nome de seu neto D. Sebastião, lhe pediu por emprestimo cincoenta mil cruzados para occorrer ás despezas do cerco de Mazagão; elle não só lhe emprestou esta somma, como lhe offereceu mais outros cincoenta mil cruzados para as urgencias do Estado, compromettendo-se a sustentar aquella praça de mantimentos á sua custa, para o que aprestou logo as necessarias caravellas.

Teve por estes serviços o fôro de Fidalgo, e uma carta de Brasão de Armas em que ficou consignado dever chamar-se Crasto do Rio, tendo por solar a dita quinta. (Vid. *Arch. Heraldico-Genealogico*, a pag. 138)

Casou com Brites Vaz filha de Duarte, ou Jacome Tristão, de quem teve 4 filhos, e 3 filhas, as quaes casaram nas primeiras casas nobres de Portugal. Foi d'elles o primogenito:

4 Martim de Crasto do Rio, herdeiro do morgado instituido por seu pae e senhor de Barbacena, etc. Dizem ter sido notavel poeta. Foi captivo na batalha de Alcacer.

Casou com D. Margarida de Mendonça Henriques, como ficou dito acima, e d'estes foi neto o 1.º Visconde de Barbacena em 19 de dezembro de 1671, e na successão d'este anda o titulo de Conde desde 1816. (Vid. *Resenha das Familias Titulares*. Lisboa, 1838)

6 **Antonio de Mendonça — o Chús** com quem se continua.

6 **D. Anna de Mendonça,** dama da rainha D. Leonor. Teve de El-Rei D. João II um filho bastardo, que se chamou D. Jorge; foi Duque de Coimbra e progenitor da familia Lencastre em Portugal.

6 **D. Izabel de Mendonça,** mulher de D. Pedro de Castello Branco — *o Cans*. C. G.

6 **D. Joanna,** freira em Santos.

6 **D. Margarida,** que morreu em Thomar de um desastre.

VI Antonio de Mendonça — o Chús, — foi Commendador de Veiros, do Cano, Serpa e Lavre, todas estas commendas na ordem de Aviz.

Casou com D. Izabel de Noronha e Castro, filha de D. Fernando de Almada, 2.º Conde de Abranches e de D. Constança de Noronha.

Teve:

7 **Luiz de Mendonça,** herdeiro da casa de seu pae, da qual foi herdeira sua neta D. Izabel de Mendonça e Castro mulher de D. Antonio Mascarenhas — *o Sujo* —, alcunha que não correspondia á seriedade e honradez do seu caracter, porque foi um dos principaes cooperadores na restauração de Portugal em 1640. Era filho do 1.º Conde da Palma.

C. G. nos Marquezes de Arronches e Condes de Redondo, pelas suas 2 filhas.

7 **Fernão de Mendonça,** foi Commendador de Serpa na ordem de Aviz, casou e teve uma filha unica que foi mulher de Luiz da Silveira. C. G.

7 **Manuel de Mendonça,** morreu em Goa. S. G.

7 **Diogo de Mendonça,** morreu na India. S. G.

7 **João de Mendonça,** com quem se continua.

7 **D. Brites de Mendonça e Castro,** mulher de Antonio da Silveira. C. G.

7 **D. Leonor de Castro,** freira em Santos.

7 **D. Constança de Noronha**, 1.ª mulher de Affonso de Castello Branco, que foi pae do 1.º Conde de Sabugal. C. G.

VII **João de Mendonça**, foi á India no anno de 1536 e lá serviu alguns annos; vindo ao reino foi segunda vez mandado voltar em março de 1548 por Capitão Mór de tres naus e com despacho de Malaca.

Pela morte do Conde Vice-Rei D. Francisco Coutinho em 19 de fevereiro de 1564, succedeu-lhe no Governo até setembro d'aquelle anno, em que o entregou ao Vice Rei D. Antão de Noronha. Voltou para o reino em janeiro de 1565, e em seguida foi General da Armada e passando com El-Rei D. Sebastião a Africa, lá morreu.

Casou com D. Joanna de Aragão, irmã de D. Francisca de Aragão, mulher de João de Borja, filho do IV Duque de Gandia, etc., e ambas aquellas senhoras filhas de Nuno Rodrigues Barreto, Alcaide Mór de Faro e senhor do morgado da Quarteira, etc.

Teve:

8 **Nuno de Mendonça**, com quem se continua.

Bastardos:

8 **D. Brites**, que foi freira em Almoster.

8 **Fr. Manuel** }
8 **Fr. Antonio** } frades Dominicanos.

VIII **Nuno de Mendonça**, serviu em Flandres onde foi Mestre de Campo, no tempo em que governava aquelles estados o Cardeal Archiduque Alberto, de quem foi Gentil Homem da Camara, voltando ao reino foi para Governador de Tanger, mais tarde Coronel de um Terço na Côrte, Presidente da Mesa da Consciencia e Ordens, do Conselho de Estado e nomeado para Vice-Rei da India, que não acceitou. Em 16 de agosto de 1628, foi agraciado com o titulo de Conde de Valle dos Reis; em 4 de agosto de 1631 Governador do Reino, em companhia do 1.º Conde de Castro Daire, etc.

Teve as Commendas de Santa Maria de Villa-Cova, Santo André de Tuizelo no bispado de Miranda, e a de S. Miguel de Armamar no bispado de Lamego, etc. Era bastante instruido, segundo a affirmativa de varios

escriptores do seu tempo, que fallam da sua correspondencia epistolar entre *Justo Lipsio* e *Erycio Puteano*, etc.

Morreu a 3 de março de 1632, tendo sido casado com D. Guiomar da Silva, filha de Luiz da Silva Telles de Menezes e D. Izabel Pereira de Miranda e Barreto[1], de quem teve:

9 **João de Mendonça**, primogenito, que foi frade da ordem dos Eremitas de Santo Agostinho.

9 **Lourenço de Mendonça**, com quem se continua.

9 **Luiz de Mendonça**, morreu na India. S. G.

9 **Antonio de Mendonça**, estudou canones na Universidade de Coimbra, foi porcionista do Collegio de S. Paulo, Deputado do Santo Officio de Lisboa, da Junta dos Tres Estados, Commissario Geral da Bulla da Cruzada, Sumilher da Cortina de D. João IV, do Conselho de Estado d'este mesmo monarcha e dos seus successores até D. Pedro II; do despacho do seu expediente, etc. Eleito Bispo de Lamego, Arcebispo de Braga e afinal de Lisboa, de que tomou posse em 1671.

D. João IV lhe fez mercê do morgado da Quarteira, no Algarve, que vagou por ficar em Castella o principe de Esquilache, senhor que tinha sido do dito morgado[2]. Morreu a 13 de fevereiro dè 1675.

Bastardo:

9. **Francisco de Mendonça**, frade de Santo Agostinho.

IX Lourenço de Mendonça, filho segundo do 1.º Conde de Valle dos Reis e herdeiro da casa, pela inutilidade de seu irmão.

Não chegou a fazer uso do titulo por morrer em vida de seu pae. Foi Commendador de Tuizelo na ordem de Christo, etc.

Casou com D. Maria de Ataide, filha de Francisco Luiz de Albuquerque e Noronha, 7.º senhor de Villa Verde, e de D. Catharina de Sousa.

Teve:

10 **Nuno de Mendonça**, com quem se continua.

[1] *Mem. Hist. e Gen. dos Grandes de Portugal*, a pag. 587.
[2] Vid. *Hist. Gen. da Casa Real Portugueza*, Tom. XI, a pag. 472.

10 **Francisco de Mendonça**, que serviu na India e morreu sem successão.

10 **D. Brites de Vilhena**, freira em Almoster.

10 **D. Joanna**, freira no Calvario.

10. **D. Catharina**, que morreu sem successão.

10 **D. Marianna** } Morreram meninas.
10 **D. Antonia** }

X Nuno de Mendonça, nasceu em 31 de dezembro de 1612, e succedeu na casa e titulo de seu avô em 1632; foi o 2.º Conde de Valle dos Reis, Commendador de Santa Maria de Villa-Cova, S. Miguel de Armamar, Santo André de Tuizelo, S. Salvador de Monte Cerveira, e S. Romão de Mouros no Bispado do Porto; todas na ordem de Christo. Capitão de Infanteria de um terço na côrte, Governador e Capitão General do reino do Algarve, Presidente do Senado da Camara de Lisboa, Provedor da Misericordia, Alcaide Mór de Faro, Loulé, e de Albufeira, do Conselho Ultramarino, Gentil Homem da Camara de El-Rei D. João IV e do Principe D. Theodozio, Mordomo Mór da Infanta D. Izabel Josefa, do Conselho de Estado e Guerra dos Reis D. Affonso VI e D. Pedro II, e afinal nomeado Védor da Fazenda, de que não chegou a tomar posse, por morrer em seguida a 15 de março de 1692.

Casou com D. Luiza de Castro e Moura, filha e unica herdeira da grande casa de Ruy de Moura Telles e de sua mulher D. Luiza de Castro e Moura, por ser esta filha de D. Francisca Rolim de Moura, 14.º senhor de Azambuja, etc. Para maior clareza, vid. a genealogia abaixo descripta, pela qual se explica como as duas casas de Ruy de Moura Telles e a de Francisco Rolim de Moura, passaram em 1707, por esta via, para a do 4.º Conde de Valle dos Reis [1].

[1] **D. Francisco Rolim de Moura**, 14.º senhor de Azambuja, Commendador da ordem de Christo, Senhor de Montargil e da Capella de D. Gonçalo Vaz de Moura, etc. Casou duas vezes, sendo a primeira com D. Cecilia Henriques, a segunda com D. Joanna de Mello filha de Francisca de Mello —*o Acanaveado*—.

Teve do primeiro matrimonio:

2 Antonio Rolim de Moura } Morreram moças
2 D. Constança de Moura }

Teve:

11 **Lourenço de Mendonça**, com quem se continua.

11 **Ruy de Moura Telles**, nasceu em 26 de janeiro de 1644, estudou em Coimbra direito canonico e foi Porcionista do Collegio Real de S. Paulo em 1667, passou a residir na Sé de Evora, de que era Conego e Thesoureiro Mór, Deputado da Mesa da Consciencia e Ordens em 1677, Sumilher da Cortina de El-Rei D. Pedro II em 1678, Reitor da Universidade de Coimbra em 1690, Bispo de Lamego em 1691, Bispo da Guarda em 1694, Arcebispo de Braga, Primaz de Hespanha, de que tomou posse em 1704, do Conselho de Estado dos Reis D. Pedro II e D. João V. Morreu a 4 de setembro de 1728 e jaz na sua cathedral, na capella de S. Giraldo.

11 **D. Luiza Maria de Mendonça**, dama da rainha D. Luiza e da Infanta D. Catharina. Casou em 30 de outubró de 1667 com o 1.º Conde de S. Thiago, Lourenço de Sousa de Menezes. C. G.

---

2 D. Luiza de Castro e Moura, que segue abaixo § 2.º

Do segundo matrimonio:

2 D. Manuel Childe Rolim, com quem se continua.

2 **D. Manuel Childe Rolim**, 15.º senhor de Azambuja, Montargil, etc. Casou duas vezes, a primeira com D. Francisca Luiza de Vasconcellos, a segunda com D. Margarida de Albuquerque. D'esta senhora não teve filhos, teve sim da primeira os seguintes:

3 D. Francisco Rolim de Moura, 16.º senhor de Azambuja e tambem de Montargil. Commendador de Santa Maria de Azambuja e na da Chouparia, etc. Morreu solteiro em janeiro de 1677, deixando um filho bastardo: Manuel Rolim de Moura, Bacharel em canones pela Universidade de Coimbra, seguiu depois as armas, occupando os governos do Maranhão, Mazagão e Pernambuco, com a patente de Capitão General. Falleceu com mais de 70 annos e sem filhos, a 11 de julho de 1738, deixando um legado de cincoenta mil cruzados ao Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa, e foi sepultado no convento dos religiosos de Nossa Senhora dos Remedios. Foi o ultimo varão d'esta familia. Vid. *Gazeta de Lisboa*, num. 30 de quinta feira 24 de julho de 1738, a pag. 360. D. Francisco Rolim de Moura escreveu uma critica a Camões, segundo a affirmativa do sr. Visconde de Jorumenha, a pag. 13 do seu I vol.

11 **D. Maria de Ataide,** dama da rainha D. Luiza. Casou em 1673 com Luiz Guedes de Miranda Henriques, senhor de Murça e Estribeiro Mór da Casa Real. C. G. [1]

11 **D. Luiza Maria da Conceição,** religiosa no mosteiro da Madre de Deus de Lisboa, onde entrou em 1664, tendo oito annos de nascida, fundou o mosteiro da Villa de Guimarães, a pedido de seu irmão o Arcebispo Primaz. Morreu com 83 annos de edade, no 1.º de abril de 1739.

11 **D. Margarida,** freira no mosteiro da Madre de Deus.

---

3 D. João Rolim de Moura, por morte de seu irmão, acima num. 3, succeden na casa, e foi 17.º senhor de Azambuja. Formou-se em Coimbra, foi Familiar do Santo Officio em maio de 1682, e casando com D. Antonia Mauricia da Silva, não teve filhos.

Foi este D. João Rolim de Moura, que em 1707 entabulou o contrato de que falla o documento num 1, com o 4.º Conde de Valle dos Reis.

§ 2.º

2 D. Luiza de Castro e Moura, filha de D. Francisco Rolim de Moura, num. 1. Casou com Ruy de Moura Telles, senhor da Povoa de Meadas, dos morgados patrimoniaes da Negrita, que vagaram por morte de Alvaro Gonçalves de Moura, ultimo possuidor d'elles. Achou-se na restauração da Bahia em 1625, e depois da acclamação foi Coronel de um terço de ordenanças de Lisboa, nomeado em 22 de outubro de 1642 Governador de Mazagão, voltando d'esse governo em 1645, em que foi nomeado Veador da Casa e Fazenda da Rainha D. Luiza, Estribeiro Mór da mesma Rainha, do Conselho de Estado, Védor da Fazenda de El-Rei D. João IV, Presidente do Desembargo do Paço por El-Rei D. Affonso VI e Gentil Homem da Camara do Principe D. Pedro, etc. Morreu em 24 de janeiro de 1676.

Teve filha unica e sua herdeira:

3 **D. Luiza de Castro e Moura,** que casou com D. Nuno de Mendonça 2.º Conde de Valle dos Reis. Fica portanto demonstrado, que por esta senhora é que passaram duas grandes casas para os Condes de Valle dos Reis. A casa dos Rolins de Moura, e a de Ruy de Moura Telles.

[1] Vid. *Hist. Gen. da Casa Real Portugueza.* Tom. x, a pag. 687.

11 D. Brites
11 D. Catharina } Morreram de pouca edade
11 Antonio

11 D. Joanna
11 D. Marianna } Freiras no mosteiro da Esperança em Lisboa.

XI Lourenço de Mendonça, nasceu em 27 de janeiro de 1642. Cursou a Universidade de Coimbra, e aos 50 annos de edade herdou o titulo de seu pae, do qual foi o 3.° Conde de Valle dos Reis, Commendador e Alcaide Mór de todas as commendas e alcaidarias que tambem haviam sido do dito seu pae.

Serviu de Aposentador Mór durante a menor edade de seu sobrinho, o 2.° Conde de S. Thiago. Serviu de Almotacé Mór durante a ausencia de seu parente e Vice Rei da India, Antonio Luiz Coutinho da Camara. Foi Deputado da Junta dos Tres Estados e Regedor das Justiças desde 1694 até morrer. Exerceu o alto cargo de Conselheiro de Estado e Guerra dos Reis D. Pedro II e D. João V. Morreu em 26 de outubro de 1707.

Seus paes haviam-lhe ajustado o casamento com D. Maria Caetana de Menezes filha do 1.° Marquez de Niza, mas como Lourenço de Mendonça se achava compromettido a casar com D. Maria Magdalena de Mendonça, foi obrigado a ausentar-se de Lisboa, para evitar aquella alliança.

Manuel de Sousa da Silva, pae da senhora compromettida, teve uma paixão tal, que morreu pouco tempo depois [1]. O Principe Regente D. Pe-

---

[1] D. Antonio de Lima Pereira, um dos auctores mais considerados em genealogia, conta o caso do seguinte modo:

«Manuel de Sousa da Silva, cavalleiro na ordem de Aviz, commendador de Casal «na dita ordem e na de S. Martinho do Bispo, na de Christo. Serviu de Aposentador «Mór, durante a menoridade de seu sobrinho. Reposteiro Mór de El-Rei D. João IV, «Mestre Sala do Principe D. Theodozio, Védor da casa da Rainha D. Maria Francisca «Izabel de Saboia, e senhor do morgado dos Eças que venceu por demanda.

«Casou duas vezes, sendo a primeira com D. Catharina de Menezes de quem não «teve filhos; a segunda com D. Joanna de Mendonça, filha de Diogo de Mendonça e de sua «segunda mulher D. Maria da Cunha, que era mestiça, e filha de Balthazar Rodrigues.

«Teve d'este segundo matrimonio duas filhas, D. Luiza Maria de Mendonça e D. «Maria Magdalena de Mendonça.

«Lourenço de Mendonça, 3.° Conde de Valle dos Reis, namorava ao mesmo tempo

dro, entendeu dever pôr termo ao escandalo, obrigando Lourenço de Mendonça a casar com a sua namorada, o que se realisou em 15 de janeiro de 1670, e d'ella teve os filhos seguintes:

12 **Nuno Manuel de Mendonça**, com quem se continua.

12 **João de Mendonça**, nasceu em Extremoz a 12 de junho de 1673. Foi Porcionista do Real Collegio de S. Paulo em janeiro de 1690, Arcediago da Sé de Guarda em 1694 e n'este mesmo anno foi promovido por seu tio Ruy de Moura Telles, a Conego e Thesoureiro Mór da Metropolitana Egreja de Elvas e depois na da Guarda. Doutourou-se em canones em 17 de julho de 1698, foi provido n'este mesmo anno em uma cadeira de lente, recusou o logar de Deputado da Mesa da Consciencia e Ordens em 1703. Deputado do Santo Officio em 1704, servindo nas Inquisições de Lisboa e Coimbra, Sumilher da Cortina em 1709, nomeado em 1711 Bispo da Guarda, confirmado pelo Papa Clemente XI e como tal sagrado a 30 de abril de 1713. Governou a sua diocese até 1714, anno em que partiu para Roma a fazer a visita *ad limina Apostolorum*, onde chegou a 23 de novembro do mesmo anno. O papa Clemente XI o nomeou assistente do Solio Pontificio, que acceitou com o beneplacito de Sua Magestade, e se lhe passou Breve a 21 de maio de 1718. Residiu na Curia até o 1.º de julho de 1720, anno em que voltando ao reino, entrou no seu bispado a 23 de agosto, sem fazer caminho pela côrte,

Morreu a 2 de agosto de 1736 na Villa de Castello Branco. Foi homem de grande illustração e bons costumes [1].

«as duas irmãs, qualquer d'ellas queria casar com elle, mas a segunda *adiantou-se*, o «que sendo sabido pela primeira desistiu da sua pertenção. Estando as cousas n'estes «termos, e vindo um dia do Paço Manuel de Sousa da Silva, deu como simples novidade «a suas filhas, que lhe constava e corria na côrte como certo, que o 3.º Conde de Valle «Valle dos Reis estava justo para casar com a filha do 1.º Marquez de Niza; dito isto, «caiu a filha com um accidente, e no meio de tal balburdia descobriu o pobre pae o es«tado *adiantado* da filha. Corre ao Paço a pedir justiça ao Rei, este manda procurar por «toda a parte o delinquente, suspendendo de todas as suas funcções ao pae, avô e tios. «Afinal foi preso e mettido em sala fechada no Limoeiro, e ali foi que recebeu a dita se«nhora por sua legitima mulher, a qual veiu a ser a 3.ª Condessa de Valle dos Reis. O «pae d'esta senhora, succumbiu ao desgosto, na noite em que a filha se casou.»

[1] Vid. o que diz a seu respeito a *Gazeta de Lisboa*, num. 33 de 16 de agosto de 1736, a pag. 395.

12 Ruy de Moura Telles, foi Thesoureiro Mór da Sé de Evora, pela renuncia que lhe fez seu irmão; residiu algum tempo na côrte de Roma, e passando depois a outras morreu na de Londres no anno de 1738.

12 Antonio de Mendonça
12 D. Luiza de Castro } Morreram de tenra edade.

XII Nuno Manuel de Mendonça, de alcunha — *o Marmelada* —, nasceu a 7 de junho de 1670. Com 30 annos de edade foi agraciado ainda em vida de seu pae, por El-Rei D. Pedro II, com o titulo de Conde de Valle dos Reis, do qual foi o 4.º

Foi este 4.º Conde de Valle dos Reis, o 18.º senhor de Azambuja, e que não querendo esperar pela herança da casa dos Rolins de Moura, a que tinha direito por sua avó, a 2.ª Condessa de Valle dos Reis, D. Luiza de Castro e Moura a pag. 774, contratou em 1707 com o ultimo representante d'ella, D. João Rolim de Moura, a acquisição da mesma casa, como se prova pelo documento num. 1, e por semelhante modo herdou o senhorio de Azambuja e o de Montargil, que passou depois para seu filho, como adiante se verá sob o num. 13.

Foi Coronel do Terço dos Privilegiados das ordenanças de Lisboa, Commendador de Santa Maria de Villa Cova, de S. Miguel de Armamar, de Santo André de Tuizelo, de S. Salvador de Monte Cordova e de S. Romão de Mouros, todas na ordem de Christo; Alcaide Mór das cidades de Faro e dos castellos e villas de Loulé, de Albufeira e Mourão; senhor donatario da Villa de Valle dos Reis e pela dita sua avó a 2.ª Condessa de Valle dos Reis D. Luiza de Castro e Moura, herdeiro da casa de Ruy de Moura Telles, e portanto senhor da Povoa e Meadas e da Beatriz de Lordello junto ao Porto, etc.

Finalmente Deputado da Junta dos Tres Estados desde 1716, cargo em que falleceu de uma febre maligna na sua Quinta de Via-Longa no 1.º de janeiro de 1732 [1], e por sua devoção foi sepultado na capella da dita sua quinta.

Casou em 31 de outubro de 1700 com sua 3.ª prima D. Leonor Maria Antonia de Noronha, Dama da Rainha D. Maria Sofia, e filha do 1.º Marquez de Angeja e 2.º Conde de Villa Verde D. Pedro Antonio de Noronha e da Marqueza D. Izabel de Mendonça, sua mulher.

[1] *Gazeta de Lisboa*, num. 2, de quinta feira 10 de janeiro de 1732, a pag. 16.

Teve:

13 **D. Maria de Mendonça,** nasceu em 11 de outubro de 1701 e morreu a 21 de novembro de 1720. S. G.

13 **D. Izabel de Mendonça,** nasceu a 6 de setembro de 1702, e casou em 28 de outubro de 1715, com Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, senhor das Ilhas Desertas e dos morgados da Taipa e Regalados, etc. C. G. no 1.º Conde de Penafiel de quem foram avós, etc.

13 **Lourença de Mendonça,** nasceu a 4 de fevereiro de 1704 e morreu a 19 de agosto do mesmo anno.

13 **Lourenço Filippe Nery de Mendonça e Moura,** com quem se continua.

13 **Pedro Gualberto de Mendonça,** nasceu a 12 de julho de 1706, frade bernardo, que veiu a ser geral da sua ordem em 1750.

13 **D. Maria de Mendonça,** nasceu a 19 de novembro de 1707, morreu freira na Annunciada de Lisboa.

13 **D. Antonio Rolim de Moura,** nasceu a 12 de março de 1709, e em conformidade do contracto feito por seu pae e documento num. 1 e 2, foi 19.º senhor da Villa de Azambuja, terras, fornos e estalagem, dos direitos da Portagem, do senhorio da Villa de Montargil, renda dos oitavos e portagem d'ella, da Commenda de Santa Maria de Azambuja e na da Chouparia. Vid. doc. nums. 1, 2, 3, 4 e 5. Foi Capitão de Infanteria em um dos regimentos da côrte, Vedor da casa da Rainha D. Marianna d'Austria por carta de 9 de junho de 1744, Governador e Capitão General de Matto Grosso em 1749, onde fundou uma povoação a que deu o nome de Villa Bella. Primeiro Conde de Azambuja em 21 de maio de 1763, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia em 1765, Vice-Rei do Estado do Brasil em 31 de agosto de 1767, Presidente do Conselho da Fazenda em 4 de setembro de 1770, Tenente General, Conselheiro de Guerra, encarregado do Governo das Armas da Côrte e Provincia da Extremadura, Presidente do Conselho da Fazenda e pelos seus serviços ao Estado, teve a Commenda de Samora Correia, etc.
Morreu sem deixar successão, na noite de 8 de dezembro de 1782 [1].

[1] *Gazeta de Lisboa*, num. 50 de terça feira 10 de dezembro de 1782, e *Supplemento* á mesma *Gazeta* do dia 13 do dito mez e anno.

13 **D. Joaquina Maria de Mendonça**, nasceu a 15 de fevereiro de 1711, morreu freira na Annunciada de Lisboa.

13 **D. Josefa de Mendonça**, nasceu a 23 de junho de 1712, morreu freira na Annunciada de Lisboa.

13 **D. Francisca de Mendonça**, nasceu a 20 de agosto de 1713, morreu solteira a 17 de março de 1754.

13 **D. Caetana Theresa de Mendonça**, nasceu a 29 de novembro de 1714, morreu freira na Annunciada de Lisboa.

13 **João Raphael de Mendonça**, nasceu a 25 de abril de 1717, frade de S. Jeronymo, doutor e lente no seu collegio de Coimbra e Bispo do Porto em 1771, onde morreu a 6 de junho de 1793 [1].

13 **D. Theresa da Mendonça**, nasceu a 20 de novembro de 1718 e morreu freira na Annunciada de Lisboa.

13 **D. Luiza Victoria de Mendonça**, nasceu a 11 de abril de 1720, morreu freira na Annunciada de Lisboa.

13 **D. Maria Antonia Gertrudes de Mendonça**, nasceu a 3 de junho de 1724. Casou em 30 de junho de 1743, com Francisco Vicente Furtado de Mendonça Castro do Rio, filho primogenito do 4.º Visconde de Barbacena. C. G.

13 **José Francisco Miguel Antonio de Mendonça**, nasceu a 2 de outubro de 1726, foi conego da Santa Egreja Patriarchal, Monsenhor em 1749 e afinal Cardeal e Patriarcha de Lisboa em 5 de agosto de 1786. Morreu no seu Palacio á Junqueira a 11 de fevereiro de 1808, e jaz na Egreja da Graça [2].

XIII **Lourenço Filippe de Mendonça e Moura**, nasceu a 26 de maio de 1705 e pelo fallecimento de seu pae, foi 5.º Conde de Valle dos Reis, assim como herdeiro de toda a casa e bens tanto patrimoniaes como os da corôa e ordens, etc.

[1] *Gazeta de Lisboa*, 2.º *Supplemento* ao num. 26 de 29 de junho de 1793.
[2] Idem, num. 7 de terça feira 16 de fevereiro de 1808.

Foi Capitão de Cavallos na provincia do Alemtejo e deputado á Junta dos Tres Estados em 1749, 20.º senhor da Azambuja por morte de seu irmão D. Antonio, num. 13.

Presidente do Conselho da Real Fazenda em 6 de março de 1785, cargo em que morreu a 21 de janeiro de 1788[1].

Casou na tarde do dia 24 de fevereiro (domingo) de 1732[2], com sua prima co-irmã D. Joanna de Noronha, nascida a 26 de janeiro de 1718 e filha dos segundos Marquezes de Angeja; de quem teve:

14 **Nuno José Fulgencio Agostinho João Nepomuceno de Mendonça e Moura**, com quem se continua.

14 **Antonio José Chrisostomo de Mendonça**, nasceu a 27 de janeiro de 1735.

14 **José Maria Rolim de Moura**, nasceu a 10 de outubro de 1737, foi herdeiro de toda a casa de seu tio D. Antonio Rolim de Moura 1.º Conde de Azambuja, num. 13, em conformidade do contrato já mencionado e consta do documento num. 3.

Foi 2.º Conde e 21.º senhor de Azambuja por decreto de 25 de junho de 1789[3] e carta de 15 de julho do mesmo anno. Morreu em 1802, com testamento em favor de sua cunhada. Vid. documentos nums. 1, 2, 3, 4 e 5.

14 **D. Luiza Josefa Maria Gertrudes Antonia de Mendonça**, nasceu a 17 de novembro de 1738.

14 **Joaquim de Mendonça**, nasceu a 23 de dezembro de 1741 e morreu em 7 de setembro de 1743.

14 **D. Maria José de Mendonça**, nasceu a 26 de setembro de 1748 e morreu a 16 de outubro de 1750.

14 **Francisco José de Mendonça**, nasceu a 2 de novembro de 1752.

XIV Nuno José Fulgencio Agostinho João Nepomuceno de Men-

[1] *Gazeta de Lisboa*, 2.º *Supplemento* ao num. 4 de terça feira 22 de janeiro de 1788.

[2] Idem, num 9 de quinta feira 26 de fevereiro de 1732, a pag. 71.

[3] Idem, num. 29, 2.º *Supplemento* de sabbado 25 de julho de 1789.

donça e Moura, nasceu a 16 de maio de 1733[1]. Seguiu a carreira das armas e por occasião da acclamação de El-Rei D. José em 1750, foi agraciado ainda em vida de seu pae, com o titulo de Conde de Valle dos Reis, do qual foi o 6.º conde. Herdou toda a casa de seus maiores. Por carta de 15 de maio de 1777 foi nomeado Deputado á Junta dos Tres Estados, e por outra de 9 de agosto de 1786, teve a Commissão de Governador e Capitão General do Reino do Algarve, Tenente General, do Conselho de Estado, Gentil Homem da Camara do Principe D. João, Presidente da Mesa da Consciencia e Ordens por carta de 9 de maio de 1795, Grão Cruz da ordem de Aviz, e Commendador de S. João de Rio Frio na ordem de Christo, etc.

Morreu a 4 de junho de 1799[2], tendo sido casado com D. Anna José Monica de Menezes e Noronha, nascida em 4 de maio de 1748 e fallecida com testamento em 3 de dezembro de 1811, que foi herdeira de seu cunhado, o 2.º Conde da Azambuja, D. José Maria Rolim de Moura, num. 14, e como tal veiu a ser 22.ª senhora da Azambuja e mais casa, como consta da representação por ella apresentada em 1809, documento num. 4.

Era filha dos 4.os Marquezes de Marialva e 6.os Condes de Cantanhede, e portanto tia da 2.ª Duqueza de Lafões, como fica dito n'este volume a pag. 122.

Teve os filhos seguintes:

15 **D. Maria José de Mendonça,** nasceu a 23 de maio de 1773 e morreu a 23 de abril de 1824, tendo sido casada com o 6.º Conde de Villa Flor, de quem teve o 1.º Duque da Terceira, como a pag. 250 d'este vol. ficou dito.

Herdou por sua mãe o usofructo da Commenda do Rio Frio. Vid. documento num. 4 e 5.

15 **D. Eugenia de Mendonça Rolim de Moura,** Dama da Rainha a quem acompanhou ao Rio de Janeiro e no seu regresso a Lisboa. Pelo que se deduz da representação de sua mãe em 1809, foi 23.ª senhora da Azambuja e mais casa de seu tio, o 2.º Conde da Azambuja. Vid. documento num. 4, e os Almanachs chamados da Academia, desde o anno de 1807 até o de 1825.

[1] *Gazeta de Lisboa*, num. 23 de quinta feira 4 de junho de 1733.
[2] Idem, 2.º *Supplemento* ao num. 23 de 4 de junho de 1799.

Usofructuaria da Commenda do Rio Frio, como se diz no documento num. 5. Morreu solteira.

Aos rogos d'esta senhora, é que na côrte do Rio de Janeiro foi perdoado seu irmão, o 1.º Marquez de Loulé, como no seu logar diremos.

15 **José Maria de Mendonça,** nasceu em 1776 e, voluntaria ou involuntariamente, renunciou os direitos que tinha á casa paterna, por ser o varão mais velho, em favor de seu irmão Agostinho; ficando apenas com as honras do titulo de Conde em sua vida[1], a qual foi curta, por morrer aos dezoito annos de edade, a 8 de abril de 1794[2]. Os genealogistas consideraram-no 7.º Conde de Valle dos Reis.

15 **Agostinho Domingos José de Mendonça Rolim de Moura Barreto,** com quem se continua.

XV **Agostinho Domingos José de Mendonça Rolim de Moura Barreto,** nasceu a 28 de agosto de 1780.

Pela renuncia que a seu favor lhe foi feita por seu irmão, José Maria, num. 15, foi despachado a 29 de abril de 1793 com o titulo de Conde de Valle dos Reis, do qual veiu a ser o 8.º[3]

Em 6 de julho de 1799, Marquez de Loulé[4], por morte de seu pae e da seu irmão, senhor donatario de Valle dos Reis, 11.º da Povoa de Meadas, 13.º morgado da Quarteira e mais das Commendas que andavam na sua casa.

Gentil Homem da Camara do Principe Regente D. João, Coronel de Cavallaria em 1807 e como tal nomeado por Junot para commandar o 3.º Regimento de Cavallaria da Legião Lusitana, que se organisou com os restos dos regimentos nums. 2, 3, 5, e 8, e servindo n'essa qualidade no exercito de Napoleão I, veiu na 2.ª invasão franceza a Portugal, acompanhando o General Massena; motivo porque os tribunaes portuguezes o condemnaram á morte por sentença de 21 de novembro de 1811; esteve por isso muito tempo homisiado, até que em 1818, obteve a rogos seus e principalmente aos de sua irmã D. Eugenia, Dama da Rainha, e muito sua amiga, o ser perdoado com a restituição de todos os seus bens, honras e mais do que tudo isso, reintegrado no valimento do proprio Rei,

[1] *Gazeta de Lisboa*, 2.º *Supplemento*, num 19, de sabbado 11 de maio de 1793.
[2] Idem, *Supplemento* 14.º de terça feira 8 de abril de 1794.
[3] Idem, 2.º *Supplemento*, num. 19 de 11 de maio de 1793.
[4] *Chancellaria da Rainha D. Maria I*, liv. 6.º, a fol. 21, v.

com o qual veiu para Lisboa [1]. Por occasião dos acontecimentos politicos de 1823, prestou relevantes serviços á segurança do Rei, aconselhando-o a que fizesse a contra-revolução de Villa Franca, que era o unico meio de escorar um vacillante throno, já desde muito corroido pela imbecilidade de uns, e descomedida ambição de muitos. O Marquez de Loulé, não podendo conter a onda dos abjectos corypheus de uma abatida realeza, dictou a *memoravel* ordem do dia 5 de junho d'aquelle anno, que tendo sido religiosamente cumprida, obriga-nos hoje a registal-a [2]. Vid. o decreto a pag. 244 e 245 d'este volume.

---

[1] *Dicc. Pop.* Tom. VII, a pag. 281.

[2] Na *Gazeta de Lisboa* num. 138, de quinta feira 12 de junho de 1823, a pag. 1074, lê-se o seguinte:

Relação dos officiaes que tiveram a honra de puxar pelo carrinho em que vinha El-Rei Nosso Senhor, desde o sitio dos Anjos até á Sé, e d'ali até ao Paço da Bemposta, no memoravel dia 5 de junho da Gloriosa entrada de Sua Magestade n'esta Capital, no regresso de Villa Franca, a saber:

Officiaes do Regimento de Infanteria n.º 19

O Capitão Mathias Gualberto Ferreira.
» José Nunes do Amaral.
» Luiz José de Sousa Prego.
» João Moniz Corte Real.
» Luiz Alexandrino Pereira Ramos.
» Antonio Francisco de Carvalho.
» Joaquim José de Almeida.
O Ajudante Casimiro Antonio Rodrigues.
» Polycarpo José Pinto.
O Ajudante de Cirurgia Francisco José do Patrocinio.
O Tenente Manuel Antonio Raposo.
O Alferes José Thomaz.
» Antonio Pedro Baptista.
O Major Graduado D. José, do Regimento de Infanteria n.º 20.
O Cadete José Joaquim Lopes, do Regimento de Cavallaria n.º 4.

Officiaes de Milicias do Regimento do Termo Oriental

O Coronel Conde da Cunha.
O Tenente Coronel Antonio Falcão Quintal Encerrabodes.

Finalmente, retrae-se-nos a penna ao relembrar a ultima graça que recebeu o Marquez, de Estribeiro Mór, 53 dias antes de ser barbara e per-

---

O Major Graduado João Pereira Garcez de Moncada.
» » João Luiz da Fonseca.
O Capitão Jacintho Luiz de Moncada.
» Manuel Joaquim Guedes.
» José Guedes Vilhegas.
» José Maria de Abreu.
» Joaquim Diogo Palmeiro.
O Tenente Sebastião José da Silva.
» Antonio Joaquim da Silva.
» Venceslau da Cunha Botelho Galheno.
» Diogo José Rodrigues.
» Joaquim Antonio Falcão Encerrabodes.
» José Fernandes.
O Alferes Francisco José de Castro.
» Januario Antonio de Sousa.
» Raymuudo Joaquim de Campos.
» José Maria Christiniano de Macedo.
» Luiz Ferreira de Carvalho Almeida.
» Diogo José de Araujo e Abreu.
» Francisco dos Santos.
» José Valeriano Colvier.
» José Braz Ferreira Castello.
O Capitão de Mar e Guerra Antonio Bernardo de Almeida.
O Coronel de Pernambuco, João Casemiro Pereira da Rocha.
O Capitão de Angola, Antonio Joaquim Ferreira Temudo.
O 2.° Tenente de Artilheria da Ilha da Madeira, Norberto Maria Ferreira May.
O Tenente de Pernambuco, José Ignacio de Oliveira.

Esta relação foi feita no Paço da Bemposta, assim que ali chegou Sua Magestade, por ordem communicada pelo Excellentissimo Marquez de Loulé, a quem foi entregue, tendo antes sido conferida na presença de quasi todos os referidos officiaes; e na conformidade da mesma ordem foi assignada por mim, *Antonio Bernardo de Almeida.*

NB.—Não obstante a mencionada conferencia, ainda escaparam tres officiaes que puxaram tambem ao coche e foram elles: Joaquim Moniz Corte Real, Capitão do Regimento num. 19, Simão Moraes de Machado e Joaquim de Mello Sousa de Menezes, Capitão de Infanteria num. 4, como se vê nas *Gazetas de Lisboa* de 9 e 16 de junho do referido anno, a pag. 1061 e 1088, e *Apontamentos para a Historia Contemporanea*, do sr. Joaquim Martins de Carvalho, a pag. 51.

fidamente assassinado! Estupendo facto que assombrou os habitantes de Lisboa no dia 29 de fevereiro de 1824 [1].

Teve as condecorações seguintes: Grão Cruz da ordem da Torre Espada, Commendador da de Christo, Cavalleiro da de S. João de Jerusalem, etc.

Casou em 29 de janeiro de 1799 [2], com sua prima D. Maria Margarida do Carmo Menezes, nascida a 16 de junho de 1781, e 2.ª filha dos 5.os Marquezes de Marialva. (Vid. a arvore que vae a final)

Teve os filhos seguintes:

16 **Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto,** com quem se continua.

16 **D. Maria Anna Luiza Philomena de Mendonça,** nasceu a 5 de dezembro de 1808 e casou no Rio de Janeiro a 23 de abril de 1821 com seu primo Antonio José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha, então Conde de Villa Flor, e depois Duque da Terceira, como se diz a pag. 241 d'este volume.

---

[1] Diz-nos o sr. D. José de Lacerda, a pag. 7 do II tom.—*Apontamentos Historicos:* «O assassinio do marquez de Loulé, é um d'esses crimes atrozes, de que por fortuna se «encontram raros vestigios em a nossa historia. O marquez, homem de conselho, e vo«tado exclusivamente ao seu rei, e seu bemfeitor o Senhor D. João VI, era estorvo in«contrastavel ás machinações atrevidas do bando rainho-infantista. Em 30 de maio de «1823 a previsão do marquez é que baldara os planos da rainha, constrangendo, com a «força das suas considerações, El-Rei a sair de Lisboa, porque d'esta sorte acabou com «os motivos pretextados pela facção rainhista de o desapossar do governo, e de nomear «regente a mesma rainha, o que sem falta acontecera, se El-Rei correndo a sorte dos li«beraes, como havia resolvido, permanecesse na capital. Em consequencia a facção, que «meditava a *abrilada*, persuadiu o Infante D. Miguel da necessidade de se desfazerem do «marquez e assim o resolveram.

«A occasião escolhida foi a temporaria residencia de El-Rei em Salvaterra, onde «sabiam que se tencionava passar o carnaval. O marquez acompanhava a côrte como de «costume e em razão do seu emprego no paço, e, na noite de 29 de fevereiro, ao tempo «que passava por uma galeria deserta e mal allumiada, foi surprehendido de improviso «por tres individuos, que suffocando-o debaixo de um cobertor de lã, lhe enterraram pela «boca um ferro esguiu e penetrante, que, rompendo-lhe o paladar e o craneo, o deixou «morto instantaneamente..

[2] *Gazeta de Lisboa,* num. 6, 2.° *Supplemento* de 5 de fevereiro de 1799.

Bastardo:

16 **José de Mendonça**, Gentil Homem da Camara de El-Rei D. João VI, Tenente de Cavallaria, Ajudante do Infante D. Miguel em 1823, quando este foi nomeado Commandante em Chefe do exercito, etc., etc. Morreu no posto de Major Graduado de Cavallaria num. 4, tendo sido casado com... teve successão.

XVI **Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto**, nasceu em 6 de novembro de 1804 e foi o 1.º Duque de Loulé, como ficou dito a pag, 754. Restando-nos accrescentar apenas, que foi 12.º senhor da Povoa de Meadas, 14.º do morgado da Quarteira, Alcaide Mór da Albufeira, e por morte de sua tia D. Eugenia de Mendonça Rolim de Moura, num. 15, a pag. 781, foi 24.º senhor da Azambuja, etc.

Casou repentina e particularmente a 5 de dezembro de 1827, com a Senhora Infanta de Portugal, D. Anna de Jesus Maria, nascida no palacio de Queluz a 23 de dezembro de 1806 e fallecida em Roma a 22 de junho de 1857. (Vid. afinal a arvore genealogica, e os documentos nums. 6, 7 e 8)

Teve os filhos seguintes:

17 **D. Anna de Mendonça Rolim de Moura Barreto**, nascida a 27 de dezembro de 1827 e casada a 21 de fevereiro de 1846, com o 3.º Conde de Linhares, Rodrigo de Sousa Coutinho Teixeira de Andrada Barbosa, nascido em 2 de maio de 1823. C. G.

17 **D. Maria de Mendonça Rolim de Moura Barreto**, nascida a 26 de fevereiro de 1829 e casada a 20 de outubro de 1847 com o 3.º Conde de Belmonte, Vasco Antonio de Figueiredo Cabral da Camara nascido a 4 de maio de 1829, e fallecido em 8 de setembro de 1870, deixando numerosa successão.

17 **Pedro Agostinho de Mendonça Rolim de Moura Barreto**, nascido a 7 de outubro de 1830, e é o actual 2.º Duque de Loulé de quem a pag. 753 detalhadamente se trata.

17 **D. Maria Amalia**, nasceu a 27 de abril de 1832 e morreu em França, irmã de caridade.

17 **Augusto Pedro de Mendonça Rolim de Moura Barreto**, nasceu a 4 de agosto

de 1835, 3.º Conde da Azambuja por decreto de 3 de abril e carta de 22 de maio de 1860, e segundo o contracto estipulado em 1707 como ficou dito a pag. 777, deve ser considerado tambem com as honras de 25.º senhor da Azambuja e Villa de Montargil, etc. Deputado ás camaras legislativas desde 1861 a 1864, 1.º Addido de Legação em disponibilidade, etc.

Casou a 12 de maio de 1860, com D. Maria da Assumpção Ferreira, que nasceu a 7 de agosto de 1842, e filha de Antonio Bernardo Ferreira, natural da freguezia de S. Faustino do Peso da Regua, Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, e de sua mulher D. Antonia Adelaide Ferreira, etc.

Tem os filhos seguintes:

18 **Nuno José**, nasceu a 20 de janeiro de 1861.

18 **D. Antonia José**, nasceu a 9 de dezembro de 1861.

18 **Antonio José**, nasceu a 7 de novembro de 1862.

18 **D. Anna de Jesus Maria**, nasceu a 7 de dezembro de 1863.

18 **Pedro José**, nasceu a 10 de novembro de 1864.

18 **D. Margarida José**, nasceu a 25 de outubro de 1865.

18 **D. Maria do Carmo**, nasceu a 27 de dezembro de 1866.

18 **D. Carlota José**, nasceu a 6 de abril de 1868.

18 **D. Maria Thereza**, nasceu em setembro de 1869.

18 **D. Francisca Xavier**, nasceu em outubro de 1870.

18 **José Maria**, nasceu em 29 de novembro de 1871.

Creação dos titulos, senhorios e morgado

Duque de Loulé, em 3 de outubro de 1862.
Marquez de Loulé, em 6 de julho de 1799.
Conde de Valle dos Reis, em 16 de agosto de 1628.
Conde da Azambuja, em 21 de maio de 1763.
Senhorio da Azambuja. em janeiro de 1200 (a confirmação).
Morgado da Quarteira, em 19 de setembro de 1413.
Senhorio da Povoa e Meadas, 1 de junho de 1482.

Residencia do II Duque de Loulé

Quinta da Praia, em Belem.

Residencia do III Conde da Azambuja

Quinta de Palhavã, na estrada que vae para Bemfica.

Documento num. 1

(Alvará) Eu El-Rei faço saber, que tendo respeito a haver feito mercê a D. João Rolim de Moura, por Portaria de 6 de dezembro de 707, em satisfação de seus serviços, de que a vida de que tinha mercê por alvarás de 25 de setembro, 19 de outubro e 19 de novembro de 707 na commenda de Santa Maria da Azambuja e na commenda da Chouparia, e bens da corôa que possuia, se verificasse por sua morte em sua mulher D. Antonio Mauricia da Silva, para satisfazer dos rendimentos delles os empenhos com que se achava a sua casa, ficando por esta mercê extincta a que já tinha; e ora representar de novo se achava hoje desvanecida a dita mercê por morte de sua mulher, a tempo que tinha maiores empenhos e dezejava perpetuar a memoria de sua casa que se conservava n'este Reino com egual lustre desde a fundação delle e tempo do sr. Rei D. Affonso Henriques, que concedera a Villa de Azambuja a Childe Rolim, seu antecessor, e por assignalado serviço que lhe fizera ajudando-o na conquista d'esta cidade, o que só poderia ter effeito nomeando os mesmos bens da corôa e ordens em o filho terceiro dos Condes de Val dos Reis, e na sua falta em qualquer outro que não tivesse a casa de seus paes e fosse sem impedimento para contrahir matrimonio, impondo-lhe o encargo de pagar as suas dividas e de tomar o appellido de Rolim e Moura, de que só poderia usar com as armas do mesmo appellido sem mistura, pois só assim se conservaria a memoria dos seus progenitores: ao que tendo consideração e em satisfação dos serviços que tinha feito. Hei por bem conceder-lhe licença para que no filho 3.º do Conde de Val dos Reis possa nomear os bens da Coroa que possue na Villa da Azambuja, que são o senhorio della, as terras, fornos, e estalagem, e os direitos de portagem da dita villa, de que está de posse, e o senhorio da villa de Montargil, renda dos oitavos e portagem d'ella, com as condições que pelo que lhe toca lhe parecer. E a portaria acima declarada de 6 de dezembro de 1707 se rompeu e em seu registo se pos a verba necessaria. E este alvará se cumprirá como nelle se contém e valerá posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno ....

Lisboa 14 de dezembro de 1714.—Chancellaria de D. João V. Liv. 42, fol. 188.

Documento num. 2

D. José etc., Faço saber aos que esta minha Carta virem que, tendo respeito a haver feito mercê a D. Antonio Rolim de Moura, por carta que se lhe passou em 21 de Maio de 1763, em satisfação dos seus serviços obrados até 11 do dito mez e anno, do titulo de Conde de Azambuja em sua vida: Hei por bem que com o mesmo titulo tenha e haja de seu assentamento em cada hum anno 102$864 réis que é o mesmo que tem os mais condes..............

Lisboa 13 de outubro de 1770.—Chanc. de D. José. Liv. 53, fol. 130, v.

Documento num. 3

D. Maria etc.... Faço saber aos que esta Carta virem que havendo sido despachado pelos seus serviços o conde de Azambuja D. Antonio Rolim de Moura, Tenente general que foi dos meus exercitos, encarregado do governo das Armas da Côrte e Provincia da Extremadura, Presidente do Conselho da Fazenda e Vedor da Casa Real, com huma vida nos bens da Corôa e Ordens, em que não se comprehendeu o titulo de Conde, a favor de seu sobrinho José Maria de Mendonça, havendo este obtido sentença pelo juizo das justificações do Reino que o habilitou para impetrar o dito titulo... E havendo Eu ponderado assim os honrados serviços do referido conde, como a pessoa e qualidades do sobredito José Maria de Mendonça, que o fazem benemerito da minha Real attenção: Hei por bem e por graça que não fará exemplo, declarar que com a mercê da vida dos bens da Coroa e Ordens haja o mesmo José Maria de Mendonça o titulo de Conde de Azambuja, assim e da mesma sorte que o teve seu tio o conde D. Antonio Rolim de Moura a quem succedeu e representa. E quero e mando que se chama Conde de Azambuja... etc.

Lisboa 15 de julho de 1789.—Mercês de D. Maria I. Liv. 24, fol. 327, por decreto de 25 de junho de 1789.

Documento num. 4

SENHOR. Diz a Condessa de Valle dos Reis, que em qualidade de herdeira e testamenteira da Casa de Azambuja, é obrigada a expor a V. A. Real o seguinte: que esta casa é a dos antigos Rolins que ajudaram o Senhor Rei Dom Affonso Henriques na tomada de Lisboa em 1147; e que desde esta época em diante existem no cartorio d'esta casa as doações e confirmações de quasi todos os Senhores Reis d'estes Reinos aos senhores da Azambuja; por quanto o Scnhor Rei Dom Sancho I no anno 1200 depois da conquista do Algarve confirmn a D. Rolim a doação, que El-Rei seu pae havia feito sobre a tomada de Lisboa a Chailde Rolim; doação que se acha assignada pela Rainha, os Infantes, e pessoas que eram presentes; que o Sr. Rei Dom Fernando, o Sr. Dom João I, o Sr. Dom Affonso V, o Sr. Dom João II, o Sr. Rei Dom Manuel, que até fez Villa Montargil, e a separou da Jurisdição de Santarem, dando o Senhorio d'ella, aos Rolins, de juro e herdade; o Sr. Dom João III, El-Rei Dom Sebastião, o Sr. Cardeal Rei; o Sr. D. João IV, que não só confirma a doação, mas tambem a mercê de apurarem as eleições das justiças os senhores da Azambuja e Montargil; El-Rei D. Pedro II que manda que não assistam pessoalmente os senhores da Azambuja ás ditas eleições, mas que o possam fazer por seus ouvidores dando todas as providencias sobre as contendas entre D. Manuel Rolim e seus vassallos da Azambuja, todos estes Senhores confirmaram esta doação; até que no sempre feliz reinado do Sr. Rei D. João V, e anno de 1707, em que existia D. João Rolim, ultimo d'esta antiquissima familia sem successão, e até viuvo de D. Antonia Mauricia da Silva, para quem por ter sido dama da Rainha, se havia concedido por portaria de 6 de dezembro, dito, uma graça que se não verificou por fallecimento d'ella; e que Sua Magestade houve por bem se verificasse no mesmo D. João Rolim. Este tendo-se contratado por mercê tambem de El-Rei, com o Conde de Valle dos Reis, Nuno Manuel de Mendonça então seu mais proximo parente, para nomear seu successor a Antonio de Mendonça filho 3.º de nascimento, mas o segundo dos vivos, do dito Conde de Valle dos Reis, cumprindo este os seus legados, pagando as suas dividas, e sugeitando-se a todas as condições e clausulas da escriptura que com effeito celebraram no dito anno de 1707; desde quando começou a chamar-se o dito Antonio de Mendonça, D. Antonio Rolim de Moura,

primeira condição da escriptura, para perpetuar a memoria dos Rolins; sendo a segunda deixar o escudo das armas de Valle dos Reis [1], e usar simplesmente das da Azambuja, que são os sete castellos que rodeam as sagradas quinas [2]; sendo a terceira poder casar, se quizesse, para continuar a casa dos ditos Rolins—que como diz o mesmo Sr. Rei D. João V na sua carta de confirmação, *se conservára n'este Reino com igual lustre, desde a fundação d'elle, e tempo do Sr. D. Affonso Henriques, que concedera a Villa da Azambuja a Childe Rolim pelo assignalado serviço que lhe havia feito na tomada de Lisboa:* tendo-se assim ajustado D. João Rolim com o Conde de Valle dos Reis: tendo-se assim approvado tudo por El-Rei: passado emfim aquella casa de Rolins a de Valle dos Reis, que saptisfez o ajustado: e succedendo-lhe portanto o filho de Valle dos Reis D. Antonio Rolim de Moura, cujos serviços ainda vê a America, cujas virtudes conheceu Portugal, e cujos merecimentos remunerou o Throno-creando-o o primeiro Conde da Azambuja: succedendo emfim a este seu so, brinho D. José Maria Rolim de Moura, que por sua exemplar conducta, e muito ajustada vida, nem foi dessemelhante ao Tio, nem jámais desmereceu o Real agrado: que portanto V. A. Real lhe concedeu sobrevivencia por dez annos na sua Casa e renda, para satisfação de suas disposições testamentarias: este o primeiro motivo porque ella Condessa de Valle dos Reis faz subir á presença Real de V. A. esta representação, para mostrar, que como por desventura dos nossos tempos se tem applicado parte d'estes rendimentos da dita sobrevivencia para as contribuições e despezas do Estado, e V. A. Real houve por bem tirar da dita sobrevivencia o principal rendimento que era a Commenda de Samora Corrêa, que V. A. Real foi servido dar á Serenissima Casa do Infantado, e que, ainda que por incomparavel restituição, foi V. A. Real servido mandar pagar pelo cofre das Commendas vagas o equivalente por que andava a dita Commenda, comtudo, nem o dito cofre poderá pagar nem ha direito de requerer que se pague, findos os ditos dez annos; eis aqui porque a ella Condessa de Valle dos Reis, como herdeira e testamenteira do dito D.

---

[1] Queria por certo dizer o dos Mendonças — da AVE MARIA.

[2] A 6.ª Condessa de Valle dos Reis, D. Anna José Monica de Menezes e Noronha, pelo que demonstra, não era lá muito forte em heraldica, porque confundiu e alterou tudo. O escudo de que quiz fallar, não é o do appellido — *Azambuja* — é sim o de Mouras, que foi usado pelos senhores da Azambuja, e vem a ser: *em campo vermelho sete castellos de prata em tres pallas, ficando tres dos castellos na palla do centro*, etc. Não ha portanto ali as sagradas quinas, com *aquelles rodeios*.

Outrosim, notamos que tendo sido a casa dos Mouras, cedida á dos Mendonças, sob taes condições, como é que o actual 3.º Conde da Azambuja, usa das armas dos Mendonças, quando segundo a tal escriptura de contrato, só poderia usar das dos Mouras?

José Maria Rolim de Moura, 2.º Conde da Azambuja, lembra representar a Vossa Alteza Real, que á vista do exposto ajuste, e sua satisfação provada pela posse que tem a casa de Valle de Reis ha tantos annos: á vista do muito diminuto rendimento a que fica reduzido o senhorio da Azambuja e Montargil e a Commenda da Chouparia, que eram simplesmente os bens que tinha o dito D. João Rolim, que valiam n'aquelles tempos tanto mais quanto hoje menos valem; mas que por pouco que dêem sempre serve para o cumprimento final das disposições testamentarias do dito Conde seu cunhado: e outrosim, que não sendo estes rendimentos sufficientes para subsistir esta Casa separada sobre si, mas que é um dever jurado fazer-lhe perpetuar sua memoria, e esta se tem perpetuado nos dois filhos segundos de Valle dos Reis, e ella Condessa se persuade não ter desmerecido a attenção e benevolencia de V. A. Real, é por isto que roga e Pede a Vossa Alteza Real, queira dignar-se por sua Grandeza, de confirmar, como os mais Senhores d'estes Reinos, esta successão do senhorio da Azambuja em D. Eugenia de Mendonça, filha segunda da Casa de Valle dos Reis e Dama da Princeza Reinante Nossa Senhora, e isto não tanto pela escriptura referida, mas como graça especialissima.—E. R. M. —Condessa de Valle de Reis.

Documento num. 5

Eu o Principe Regente... Faço saber aos que este Alvará virem que por outro de 23 de abril de 1806, a requerimento da Condeça de Valle dos Reis D. Anna José Monica de Menezes, Fui servido conceder-lhe huma supervivencia na Commenda de S. João de Rio frio da dita Ordem pelo tempo de 15 annos, para depois do seu fallecimento se satisfazerem as suas dividas e beneficiar suas filhas D. Maria José de Mendonça, Condessa de Villa Flor, e D. Eugenia de Mendonça, podendo assim dispor testamentariamente do seu rendimento conforme suas positivas obrigações, deveres de consciencia, e beneficio da sua alma. E por me representarem as ditas suas filhas D. Maria José de Mendonça, Condessa de Villa Flor e D. Eugenia de Mendonça, que na verba do testamento com que falleceu sua mãe em 3 de dezembro de 1811 usando d'esta graça, declarava que, dividido o liquido do rendimento da referida Commenda em tres partes eguaes, duas d'essas partes seriam applicadas ao pagamento das suas dividas, com preferencia do actual rendeiro, que aliás seria conser-

vado se elle o pretendesse, e a outra parte seria dividida egualmente entre as supplicantes suas filhas; com declaração porém que terião regresso a esta terça parte do rendimento os legatarios acima mencionados, quando de outra fórma se lhes não podessem inteirar seus legados. Ao que tendo attenção, depois de informar o secretario da Repartição e de responder o Dezembargador Procurador Geral das Ordens: Hei por bem que as supplicantes D. Maria José de Mendonça, Condessa de Villa Flor, e D. Eugenia de Mendonça possão administrar a referida commenda de S. João de Rio-frio da Ordem de Christo pelo tempo de 15 annos da supervivencia, contados de 3 de dezembro de 1811, dia do fallecimento da Condeça de Valle de Reis, até outro tal dia de 1826, na fórma da mercê e com as clausulas expressas na mesma mercê. Pelo que Mando ao Presidente e Deputado-conselheiro do Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens cumpram e guardem este Alvará... etc.

Lisboa 27 de julho de 1812.—Chancellaria da Ordem de Christo. D. Maria I. Liv. 49, fol. 6, v.

(Provisão) D. João. etc. Faço saber a vós Provedor da Comarca de Vianna que Hei por bem que D. Maria José de Mendonça, Condessa de Villa Flor, e D. Eugenia de Mendonça possam administrar a Commenda de S. João de Rio-frio da dita Ordem pelo praso de 15 annos, contados de 3 de dezembro de 1811 até egual dia de 1826, sem embargo da falta do Alvará de administração, que deverá apresentar corrente dentro de 2 mezes contados do dia em que chegar assignado da Côrte do Rio de Janeiro...

Lisboa 13 de agosto de 1812.—Na mesma chancellaria. Liv. 45, fol. 186, v.

Documento num. 6

Logar do sello, da taxa de quarenta réis.

Dona Carlota Joaquina de Bourbon, Imperatriz e Rainha d'este Reino de Portugal e Algarves, *dá licença* a sua filha Dona Anna de Jesus Maria de Bragança e Bourbon, para contrahir o matrimonio com Nuno José Severo de Mendonça e Moura, Marquez de Loulé, filho de Agostinho Domingos José de Mendonça e Moura Barreto, e de D. Maria Margarida do Carmo e Menezes. Em

consequencia do que, pede a vós, Cardeal Patriarcha, lhes dispenseis os proclamas, e concedaes licença ao padre Francisco André Affonso Parra, para os poder casar diante do Meu altar portatil n'este Palacio de Queluz, dando-lhe tambem bençãos nupciaes, não obstante o *Vetitum Ecclesiæ.*—DONA CARLOTA JOAQUINA DE BOURBON.

Documento num. 7

PORTARIA.—Visto o concenso que dá a Serenissima Senhora Infanta Regente, *na presença de sua Mãe e por lhe obedecer* [1], e, porque Sua Magestade Imperial e Real, *toma sobre si toda e qualquer responsabilidade*, concedemos as dispensas pedidas, e auctorisamos ao padre supplicado para assistir e celebrar este Sacramento do Matrimonio.

Real Paço d'Ajuda, 4 de dezembro de 1827.—*P. C. Patriarcha.*

Documento num. 8

Miguel Serafim Ribeiro. Desembargador da Relação Patriarchal e secretario do Eminentissimo e Reverendissimo Senhor Patriarcha de Lisboa, etc. Em observancia do mandado de Sua Eminencia, que me foi dado vocalmente, certifico que vendo o livro segundo dos matrimonios OCCULTOS que serve n'este Patriarchado, n'elle a folhas 141 v. encontro um assento, cujo theor é o seguinte:

O Padre Francisco André Affonso Parra, beneficiado e Capellão de S. M. a Imperatriz e Rainha, etc. Faço certo e juro *in sacris* em como aos cinco dias do mez de dezembro de 1827 e por um despacho do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarcha em que tambem dispensava os proclamas e *Vetitum Eccle-*

[1] Pelo que se deduz d'este documento, o Cardeal Patriarcha, D. Patricio I, foi chamado ao Paço d'Ajuda, e ali na presença da Regente, e da Rainha D. Carlota Joaquina, subscreveu a portaria acima—*para lhe obedecer.*

siæ, n'este Palacio de Queluz, na minha presença e de Sua Magestade a Imperatriz, do Reverendo Sebastião José Martins e João da Cunha, aquelle Capellão e este Veador de S. Magestade se receberam por palavras de presente e contrairam o Santo Sacramento do Matrimonio, a Serenissima Senhora D. Anna de Jesus Maria de Bragança e Bourbon filha de El-Rei D. João VI e da Rainha D. Carlota Joaquina de Bourbon, e Nuno José Severo de Mendonça Barreto, Commendador da Ordem de Christo, Gentil Homem da Real Camara, Alcaide Mór de Albufeira, Conde de Valle de Reis e Marquez de Loulé, filho do Marquez de Loulé Agostinho Domingos José de Mendonça Barreto e de sua mulher D. Maria Margarida do Carmo e Menezes; e logo receberam as bençãos nupciaes, feito tudo na fórma do Missal e ritual Romano, que se usa n'este Patriarchado. E por ser verdade e para constar passei o presente que assigno com as testemunhas, dia mez e era *ut supra. O Padre Francisco André Affonso Parra.—D. Carlota Joaquina de Bourbon.—Padre Sebastião José Martins.—João da Cunha.*

E não se continha mais no assento ao qual me reporto.—Junqueira 19 de dezembro de 1827.—*Miguel Serafim Ribeiro*[1].

[1] Vid. a obra do sr. Albano da Silveira Pinto, que tem por titulo: *Resenha das Familias Titulares e Grandes de Portugal*, onde a pag. 179 e 180 vem os documentos de que a final nos temos occupado (nums. 6, 7 e 8).

DUQUES D'AVILA E BOLAMA

Antonio José d'Avila, nasceu na Villa da Horta, Ilha do Fayal, a 8 de março de 1806 e foi baptisado na matriz do Santissimo Salvador a 22 do dito mez e anno [1]. Entrou para a Universidade de Coimbra em 1822, onde cursou a faculdade de philosophia até ao quarto anno, sendo pouco depois nomeado professor de ideologia na sua terra natal.

Em 1831 foi eleito Presidente da primeira camara *constitucional* que teve o concelho da Horta, tornando-se então notavel pela representação que dirigiu á rainha, e na qual ficaram consignadas as reformas que as necessidades da época urgentemente reclamavam.

Em 1832 entrava D. Pedro no Fayal e travava conhecimento com Antonio José d'Avila, a quem desde logo testemunhara sympathia. N'esse

[1] Francisco de Sousa Machado, cura actual da matriz do Santissimo Salvador d'esta Villa da Horta, Ilha do Fayal; etc.

Certifico que do livro 2.º a folhas 245, consta o termo pedido no requerimento retro pela maneira seguinte:

mesmo anno era nomeado Provedor do concelho da Horta, e no anno seguinte Sub-perfeito da Ilha de S. Miguel, onde não pôde desembarcar pelo estado de agitação em que se achava a ilha, seguindo viagem para o Porto, onde se apresentou ao Duque de Bragança. Como, porém, a Villa da Horta fosse por sua iniciativa elevada á honra de cidade, o sr. Avila foi ali desempenhar o cargo de Sub-perfeito, prestando n'essa qualidade bons serviços.

Em 1834 entrou pela primeira vez na camara electiva, como representante dos Açores, e durante vinte e seis annos consecutivos teve uma cadeira em S. Bento, sendo eleito pelo Alemtejo em 1838; por Evora e Horta em 1840; por Evora, Beja, Horta e Feira em 1841; pela Horta em 1852; pela provincia da Extremadura em 1847; pela provincia da Beira Alta em 1848; pela mesma provincia em 1851; por Beja e Chaves em 1853; por Villa Real e Beja em 1856, 1857 e 1859; e por Oliveira de Azemeis em 1860.

Em 17 de março de 1861 foi nomeado Par do reino.

Em 1841 entrara pela primeira vez no ministerio, sendo encarregado da pasta da fazenda; e fôra posteriormente nomeado por varias vezes Ministro da Fazenda, da Justiça, dos Estrangeiros, até que em 1868, foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros.

Desde então, o sr. Antonio José d'Avila, que em 1864 havia sido

---

«Antonio, filho legitimo de Manuel José e de sua mulher Pudenciana Joaquina, naturaes e freguezes d'esta matriz, neto por parte paterna de Domingos de Avila e de sua mulher Brites Antonia, e pela materna de Antonio José da Costa e de sua mulher Rita Francisca, nasceu aos 8 de março d'este presente anno de 1806, e aos 22 do dito mez e anno foi baptisado n'esta matriz por mim, o cura abaixo assignado; foram padrinhos Antonio Joaquim Laranjo e sua mulher Maria Feliciana, freguezes d'esta matriz, onde o são as testemunhas, o reverendo cura e coadjuctor José Garvan de Mello e Francisco de Sousa Machado.»

E para constar fiz este termo. Era ut supra.—O cura, *Antonio José Bitan.*—O cura, *José Garvan de Mello.*—*Francisco de Sousa Machado.*

Confere com o proprio termo inserto no referido livro e folhas, ao qual me reporto e fica averbado, sendo esta a primeira certidão extraida do dito termo.

E por verdade me assigno n'esta supradita matriz, aos 4 de junho de 1822.—O cura, *Francisco de Sousa Machado.*

agraciado com o titulo de Conde d'Avila[1], e que em 1870 havia sido elevado á categoria de Marquez d'Avida e Bolama, como recompensa dos serviços prestados a Portugal na reivindicação da posse da Ilha de Bolama, que a Inglaterra nos disputava, desde então, diziamos, o illustre homem de Estado não deixou de figurar nos acontecimentos da nossa vida politica até 1877, em que pela ultima vez foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros, Ministro do Reino, e dos Negocios Estrangeiros.

Em 14 de março de 1878, foi elevado á categoria de Duque pelo ministerio regenerador.

Quatro vezes representou o paiz em congressos estrangeiros. Nos de estatistica, de Bruxellas, e de Berlim, de 1853, 1853 e 1863, e no da unificação da moeda em 1857, onde occupou logar saliente, notado com louvor por altas capacidades estrangeiras.

Em 1865 foi nomeado Ministro Plenipotenciario de Portugal junto á côrte de Izabel II, e em 1868 junto á côrte de Napoleão III. Em 1861 fôra elevado ao pariato como já dissemos, sendo mais tarde eleito Presidente da camara dos dignos pares, logar que occupou até á morte.

Entre outras condecorações, possuia as seguintes: Gran-Cruz das ordens de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; de S. Thiago; da Torre Espada; Commendador da ordem de Christo; Cavalleiro da ordem dos Serafins da Suecia, e do Elephante Branco da Dinamarca; Gran-Cruz da ordem de Pio IX; de S. Mauricio e S. Lazaro, e da Corôa de Italia; das ordens Imperiaes do Cruzeiro e da Rosa do Brasil; de Santo Alexandre Newiski, e da Aguia Branca da Russia; da Aguia Vermelha, em brilhantes da Prussia; de Leopoldo, d'Austria-Hungria; da Legião de

---

[1] «Attendendo aos distinctos e relevantes serviços que Antonio José d'Avila, do meu conselho, conselheiro d'estado effectivo, par do reino, ministro e secretario d'estado honorario, tem feito no exercicio dos mais altos cargos d'este paiz, e em muitas e importantes commissões de interesse publico, dentro e fóra do reino; e querendo dar-lhe um novo testemunho de quanto me tem sido agradavel o modo por que se tem havido no desempenho de taes cargos e commissões: hei por bem fazer-lhe mercê do titulo de conde d'Avila, em sua vida.

«O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço da Ajuda, em 13 de fevereiro de 1864.==REI.==*Duque de Loulé*.»

Honra da França; de Leopoldo da Belgica; de Carlos III de Hespanha; do Leão Negro dos Paizes Raixos; de Alberto o Valeroso, da Saxonia; dos Guelfos, do Hanover; do Osmanié, da Turquia; do Sol e do Leão, da Persia; de Nossa Senhora de Guadalupe, do Mexico; do Nichan Iftikar, de Tunis; da Equestre de Santa Rosa, da republica de Hunduras; Cavalleiro da ordem do Santo Sepulchro de Jerusalum, etc., etc,, etc. Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e, por muito tempo, seu Vice-Presidente.

Teve carta de Brasão de Armas[1].

Foi Conselheiro de Estado effectivo, Presidente Interino do supremo tribunal administrativo, Governador da Companhia de Credito Predial Portuguez e Director da Companhia das Lezirias, etc.

Morreu a 3 de maio de 1881.

Escreveu e publicou a sua biographia, o sr. André Meyrelles de Tavora do Canto e Castro; o sr. Albano da Silveira Pinto, falla detidamente a seu respeito, na sua excellente *Resènha das Familias Titulares;* e o *Diario Illustrado*, num. 2864 de quinta feira 5 de maio de 1881, insere o seu testamento e descreve a sua necrologia.

Em 25 de maio do dito anno, ou 22 dias depois da morte do Duque d'Avila e Bolama, e sob a epigraphe—*Traços*—escrevia a redacção do *Commercio de Portugal:* «Avila atacou violentamente a Costa Cabral, «afastando-se mesmo das regras parlamentares: depois de o invectivar

---

[1] Ha dois meios de obter uma carta de Brasão de Armas. O primeiro, é o de provar a ascendencia de certas e determinadas familias, que as tiveram e usaram, e n'este caso chamam-se—Brasão de Armas de Successão. O segundo é o de provar que se ha prestado serviços relevantes ao paiz, e que para a commemoração d'elles se pretende um escudo de armas que os symbolise. A esta segunda especie de graça, chama-se—Mercê Nova.

O sr. Duque d'Avila pediu, e obteve por alvará de 9 de outubro de 1860, um escudo de armas, de mercê nova.

E o que fizeram os nossos *haveis* funccionarios heraldicos?

Deram-lhe, sem mais nem menos, as armas das familias—AVILAS E COSTAS!...

Teriamos muito que dizer, a respeito de tão descurada sciencia, entre nós, se os governos, que de certa época a esta parte tem dirigido os destinos da nação, não fossem os principaes culpados...

«fortemente, dizia-lhe na sessão de 16 de agosto de 1842: ...pela mi-«nha parte, declaro, que de todos os erros politicos que tenho commet-«tido, o unico que me causa remorsos, aquelle de que nunca me hei de «esquecer, é o de ter entrado n'um ministerio com sua ex.ª.

O que pode a politica!... Em 18 de junho de 1849, Costa Cabral, «então já conde de Thomar, tomou a presidencia do conselho, tendo por «collega na pasta da fazenda Antonio José d'Avila!»

— Nós repetiremos tambem agora, quanto pode a politica!... Costa Cabral, foi o homem mais injustamente aggredido do seu tempo, mas foi tambem o unico, que não houve de esperar pela justiça da posteridade...

Afinal, desde 1849, foi o Duque d'Avila e Bolama o defensor mais extrenuo e leal, de todos os actos do Conde de Thomar.

O Duque d'Avila e Bolama, casou em 1850, com D. Emilia Hegnaner, que nasceu a 21 de fevereiro de 1829, filha de Segismundo Hegnaner e de sua mulher D. Cecilia Hegnaner, ambos já fallecidos.

Os Duques acima mencionados, não tiveram successão.

Creação dos titulos

Conde d'Avila, 13 de fevereiro de 1864.

Marquez d'Avila e Bolama, 24 de maio de 1870.

Duque d'Avila e Bolama, 14 de março de 1878.

FIM

INDICE GERAL

DOS

TITULARES

ASSUMPTO PRINCIPAL

PRINCIPAES ALLIANÇAS E REFERENCIAS